



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 67ª SESSÃO À 71ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 29
25 DE MAIO A 31 DE MAIO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2006

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Liberação de recursos pela Eletrobras para a construção do linhão Querência - Vila Rica. Senadora Serys Slhessarenko.....	80	do artigo intitulado “Lula agravou o erro estratégico”, de autoria do jornalista Ribamar Oliveira, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 8 de maio de 2006. Senador Sérgio Guerra.	89
Registro da chegada à Casa da Medida Provisória que dispõe sobre a reestruturação das carreiras do Banco Central e de outras instituições. Senadora Serys Slhessarenko.	281	Registro do artigo intitulado “Lula, seu galinheiro e o milharal”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 27 de abril de 2006. Senador Papaléo Paes.	91
Valorização dos integrantes das carreiras de Advogado da União e de Defensor Público da União. Senador Luiz Otávio.	334	Comentários sobre o editorial intitulado “Ecos do mensalão”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006. Senador Luiz Pontes.	92
ARTIGO DE IMPRENSA		Registro da matéria intitulada “Agora vice do STF, Mendes critica governo”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 27 de abril de 2006. Senador Alvaro Dias.	94
Registro da matéria intitulada “Caracas e La Paz rechaçam críticas do Brasil”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 11 de maio de 2006. Senador Leonel Pavan.	82	Registro das matérias intituladas “As mil e uma faces de Lula em crise”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 6 de maio de 2006 e “Um mensalão para a Bolívia”, de autoria do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006. Senador Papaléo Paes.	127
Registro do editorial intitulado “Estabilidade e renda”, do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 2 de maio de 2006. Senador João Batista Motta. .	84	Registro da matéria intitulada “Além do acaso”, de autoria do jornalista Reinaldo Azevedo, comentando o lançamento do livro “Arte da Política”, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada pela revista <i>Primeira Leitura</i> , edição de maio de 2006. Senador Luiz Pontes.	130
Registro da matéria intitulada “País tem falta de pelo menos 254 mil docentes”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 30 de abril de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	85	Registro da matéria intitulada “Heloísa Helena afirma que no PT há pessoas capazes de matar”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006. Senador Alvaro Dias.	132
Registro do editorial intitulado “Hora de despertar”, do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 5 de maio de 2006. Senador João Tenório.	86	Registro do artigo intitulado “A política externa ruiu”, de autoria da jornalista Suely Caldas, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 14 de maio de 2006. Senador João Tenório.	133
Comentários sobre a matéria intitulada “Bolívia nomeia diretores para a Petrobras”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	87	Comentário sobre a matéria intitulada “CPI intima Silvinho a depor sobre R\$1 bi no valerioduto”,	
Registro do editorial intitulado “O protesto do campo”, do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 4 de maio de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	88		
Registro da matéria intitulada “Raízes do novo populismo na América Latina”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 7 de maio de 2006, e registro			

	Pág.		Pág.
publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	134	edição de 16 de maio de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	201
Registro da matéria intitulada “O dedo de Cuba na nacionalização”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> de 14 de maio de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	136	Registro do editorial intitulado “Fronteiras confusas”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de maio de 2006. Senador João Tenório. ...	204
Registro das matérias intituladas “Força reúne 1,2 milhão de pessoas e ataca Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de maio de 2006 e “Eis o resultado da política externa de Lula”, publicada pela revista <i>Exame</i> , edição de 10 de maio de 2006. Senador Sérgio Guerra.	138	Comentários sobre o artigo intitulado “Opportunity denuncia tentativa de extorsão”, dos jornalistas João Domingos e Luciana Nunes Leal, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 11 de maio de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. Comentários sobre a matéria intitulada “STF nega pedido para não comparecer à CPI”, de autoria da jornalista Mariângela Gallucci, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 10 de maio de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	205
Comentário sobre reportagem intitulada “Jogo do Bilhão” publicada pela revista <i>IstoÉ Dinheiro</i> , edição de 15 de maio de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	143	Comentários sobre o estudo intitulado “Segurança Alimentar”, realizado pelo IBGE, e registro da matéria intitulada “IBGE diz que 14 milhões de brasileiros passam fome”, de Robson Pereira, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 18 de maio de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	206
Registro do artigo intitulado “Beco sem saída”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 3 de maio de 2006. Senador João Batista Motta. .	144	Registro do artigo “Até quando, sabemos; mas até onde?”, de autoria do presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 16 de maio de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	209
Registro da matéria intitulada “Integrante da CNBB critica Bolsa Família”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 11 de maio de 2006. Senadora Lúcia Vânia.	146	Registro da matéria intitulada “Amorim: ‘Estranhamos muito’”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 12 de maio de 2006. Senador João Batista Motta.	210
Registro do editorial intitulado “Vergonha em Viena”, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 14 de maio de 2006. Senador Leonel Pavan.	148	Registro da matéria intitulada “Delegado quer Waldomiro na cadeia”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 16 de maio de 2006. Senador Leonel Pavan.	211
Comentários sobre matéria intitulada “Denúncia causa comoção em Brasília”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 23 de julho de 2004. Senador Arthur Virgílio.	170	Comentários sobre a matéria publicada na primeira página do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 28 de maio de 2006, intitulada “Kroll recorreu à CIA para espionar Governo Brasileiro”. Senadora Ideli Salvatti.	287
Registro do artigo “Amar a vida”, do professor Robério Braga. Senador Arthur Virgílio.	178	Comentários sobre a matéria intitulada “Receita pára e empresas perdem. Greve de auditores traz prejuízos de US\$ 750 milhões só no Distrito Industrial de Manaus”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 30 de maio de 2006. Senador Arthur Virgílio.	325
Comentários sobre a matéria intitulada “5 lições para derrubar o juro e crescer mais”, de autoria do jornalista Giuliano Guandalini, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Alvaro Dias.	191	Apresentação de matéria publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição do dia 6 de janeiro de 2006, sobre as emanações de gás natural no vale do rio Paracatu, afluente do São Francisco, no oeste do Estado de Minas Gerais. Senador Valmir Amaral.	330
Transcrição nos Anais do Senado da matéria intitulada “A guerra nos porões”, do jornalista Márcio Aith, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006. Senador Luiz Pontes.	193	Transcrição, nos Anais do Senado, do editorial intitulado “Brasil cresce menos que concorrentes”, publicado no jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , edição de	
Registro da matéria intitulada “Banditismo e Podridão”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Papaléo Paes.	198		
Registro da matéria intitulada “Ele voltou - e com estrondo”, de autoria do jornalista Matheus Leitão, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 15 de maio de 2006. Senador Sérgio Guerra.	200		
Registro da matéria intitulada “Delúbio pediu dinheiro ao Opportunity, diz ex-sócio”, da jornalista Janaína Leite, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> ,			

Pág.	Pág.
30 de maio de 2006. Registro do artigo intitulado “Os xingamentos de Lula”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Alvaro Dias.	
332	
Comentários sobre a matéria intitulada “De doido ele não tem nada”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006. Senador Luiz Pontes.	
334	
Registro da matéria intitulada “O crime compenhou”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006. Senador Papaléo Paes.	
337	
Registro da matéria intitulada “Dançarina da pizza recebe multa de R\$ 1 milhão”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 18 de maio de 2006. Senador Antero Paes de Barros.	
338	
Registro da matéria intitulada “Crise boliviana traz problema inédito para a diplomacia”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 15 de maio de 2006. Senador Sérgio Guerra.	
339	
Comentários sobre o artigo intitulado “A arte de escrever”, de autoria do filósofo e professor gaúcho Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de maio de 2006. Senador Leonel Pavan.	
340	
Registro da matéria intitulada “Por que essa bofetada em nós?”, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 8 de maio de 2006. Senador João Batista Motta.	
341	
Registro da matéria intitulada “Folha lança novo projeto gráfico”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de maio de 2006. Comentários à notícia publicada hoje na <i>Folha de S.Paulo</i> , de que o governo planeja conceder o Bolsa-Família para os sem-terra. Senadora Lúcia Vânia.	
344	
Comentários sobre o artigo intitulado “Do fracasso à humilhação”, de autoria do articulista Roberto Pompeu de Toledo, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 10 de maio de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	
346	
Registro do artigo intitulado “Teste de sintonia”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de maio de 2006. Senador João Tenório. ...	
347	
Registro do artigo “O Assalto à Previdência”, de autoria do ex-Deputado, jornalista e economista Hélio Duque. Senador Alvaro Dias.	
397	
Registro de matéria intitulada “Etnias Ameaçadas”, de autoria de Paloma Oliveto, publicada no jornal <i>Correio Brasiliense</i> , edição de 31 de maio de 2006. Senador Arthur Virgílio.	
400	
Registro de matéria intitulada “Relatório aponta aumento de mortes de índios” e, como subtítulo, “Conselho lista 43 assassinatos em 2005; média anual de casos no Governo Lula dobrou em relação	
400	
aos anos FH”, de autoria de Jailton de Carvalho, publicada no jornal <i>O Globo</i> , listando ocorrências de racismo, violência sexual e discriminação contra indígenas. Senador Arthur Virgílio.	
400	
Registro de matéria intitulada “Número de índios assassinados dobra no Governo Lula”, de autoria da articulista Lígia Formenti, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2006. Senador Arthur Virgílio.	
400	
Registro de artigo publicado pela <i>Folha de S.Paulo</i> , de autoria do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, em que fala da necessidade de patrulhamento naval da Amazônia Azul como dever de Estado, inclusive para evitar eventuais ações de terroristas. Senador Arthur Virgílio.	
400	
Transcrição do artigo intitulado “O Brasil da utopia de Lula”, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 31 de maio de 2006. Senador Alvaro Dias.	
450	
Registro da matéria intitulada “Mantega fecha equipe com crítico do BC”, das jornalistas Juliana Sofia e Sheila D’Amorin, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de maio de 2006. Senador João Tenório.	
453	
Comentários sobre a matéria intitulada “Silvino diz que era mero ‘tarefeiro’”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 12 de maio de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.	
454	
Registro da matéria intitulada “Nem paraguaio segue Lula no Mercosul”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de maio de 2006. Senador João Batista Motta.	
456	
Comentários ao artigo intitulado “O código dos vinte”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	
457	
Comentários sobre o artigo intitulado “A República dos Alucinados”, de autoria da escritora Lya Luft, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006. Senador Flexa Ribeiro.	
457	
Registro do artigo intitulado “A esquerda e a América Latina”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de maio de 2006. Senador Leonel Pavan.	
459	
Registro do artigo intitulado “A verdade que falta”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , do jornalista Carlos Heitor Cony, edição de 11 de maio de 2006. Senador Sérgio Guerra.	
460	
Registro da matéria intitulada “Estamos perdendo para a Argentina”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Papaléo Paes.	
461	

IV

	Pág.		Pág.
Transcrição nos Anais do Senado da matéria intitulada “Revolta no Conselho”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006. Senador Luiz Pontes.	463	Críticas à atitude do Senador Sibá Machado em sua defesa cega ao Governo Lula. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Antonio Carlos Magalhães.	387
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Ratificação da legitimidade do mandato de S.Exa. em defesa dos interesses do Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Magalhães.	389
Discussão a respeito da desobstrução da pauta a ser votada no Senado Federal, trancada em face das Medidas Provisórias mandadas pelo Governo, e pedido de celeridade na votação do Fundeb. Senador Antônio Carlos Valadares.	52	Repúdio à atitude praticada pelo Deputado Gabeira na reunião do dia 30 de maio de 2006, para discutir mudanças na Comissão de Orçamento, onde atacou covardemente o Presidente, Senador Renan Calheiros. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	423
Discussão a respeito da desobstrução da pauta a ser votada no Senado Federal, em face das Medidas Provisórias mandadas pelo Governo, e pedido de celeridade na votação do Fundeb. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Antonio Carlos Magalhães.	53	Cumprimentos ao Senador Magno Malta pela aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da nova lei das drogas. Senador Romeu Tuma.	426
Críticas à postura de “omissão vergonhosa” do Congresso Nacional frente ao impasse entre o Governo e o produtor rural. Senadora Heloísa Helena.	157	BANCOS	
Comentários sobre a grave crise de ordem moral que afeta a política brasileira. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tião Viana.	176	Comentários sobre o lucro exorbitante obtido pelos bancos durante o Governo Lula. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador João Batista Motta.	409
Considerações sobre o papel do Senado Federal. Senador Antonio Carlos Magalhães.	189	Apresentação de correspondência da Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa dirigida à V. Exa. para encaminhamento ao Presidente do Banco Central. Senador Eduardo Suplicy. ...	430
Comentários sobre a desmoralização da Mesa da Câmara. Senador Antonio Carlos Magalhães.	189	COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS	
Justificação de requerimento solicitando informações ao Tribunal de Contas da União sobre o recebimento de dinheiro pelo Sebrae e conseqüente repasse às ONGs. Senador Antonio Carlos Magalhães.	286	Registro da importância da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Eduardo Suplicy.	318
Críticas a postura adotada pela Senadora Ana Júlia Carepa de defesa cega ao Governo Lula. Senador César Borges.	306	Esclarecimento da participação de V. Exa. na Comissão de Direitos Humanos externa para São Paulo, presidida pelo Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Arthur Virgílio.	319
Críticas à postura adotada pela Senadora Ana Júlia Carepa de defesa cega ao Governo Lula e sua crença de que os recursos da Caixa Econômica Federal são distribuídos por que o “Lula quer”. Aparte ao Senador César Borges. Senador Leonel Pavan.	310	CONCESSÃO HONORÍFICA	
Críticas ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que disse que o PIB do primeiro trimestre estaria sendo dividido pela totalidade da população, quando na verdade estaria sendo dividida parcela em forma de salário-esmola e auxílio-esmola e outra parcela pelos banqueiros. Aparte ao Senador César Borges. Senador Almeida Lima.	311	Aplauso a artista plástica piauiense Maria Nazaré Rufino, pelo recebimento, nos Estados Unidos, do prêmio <i>Brazilian International Award 2006</i> . Senador Heráclito Fortes.	392
Pedido de explicação à Senadora Ana Júlia Carepa que suscita o art. 14 do Regimento Interno da Casa. Senador César Borges.	315	(CPI)	
		Inserção nos Anais do Senado do manifesto produzido pelos partidos da oposição, sobre a entrevista concedida pelo ex-secretário geral do Par-	

	Pág.		Pág.
tido dos Trabalhadores, Silvio Pereira, ao jornal <i>O Globo</i> . Senador Flexa Ribeiro.	92	Reflexão sobre dados divulgados pelo IBGE referentes aos números do Brasil e de sua economia, que mostram que as dificuldades econômicas estão sendo superadas. Senador Sibá Machado.	408
Reiteração de alguns aspectos relativos aos procedimentos empresariais adotados pelo Sr. Daniel Dantas. Senadora Ideli Salvatti.	185		
Apresentação de requerimento para a instalação da CPI dos sanguessugas. Senadora Heloísa Helena.	392		
DENÚNCIA		EDUCAÇÃO	
Denúncia das invasões ocorridas no Reflorestamento Água Azul II, próximo a Tucuruí, sudoeste do Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.	68	Registro da presença de participantes do Encontro Nacional de Secretários e Secretárias Municipais em Educação, que objetivam a aprovação urgente do Fundeb. Senador Paulo Paim.	55
Denúncia das invasões ocorridas no Reflorestamento Água Azul II, próximo a Tucuruí, sudoeste do Estado do Pará, e pedido de punição severa à ação dos madeireiros ilegais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Leomar Quintanilha.	68	Destaque para a necessidade de aprovação urgente do Fundeb. Senadora Serys Slhessarenko.	80
Denúncia, baseada em documentos públicos, que apontam para um desvio no Instituto Geral de Previdência do Estado do Tocantins - Igeprev, que monta a R\$ 25 milhões. Senador Eduardo Siqueira Campos.	293	Destaque para a necessidade de aprovação urgente do Fundeb. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Flexa Ribeiro.	81
		Saudação pela realização do Segundo Fórum Nacional Extraordinário promovido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, em Brasília. Senador Paulo Paim.	104
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		Saudação pela realização do Segundo Fórum Nacional Extraordinário promovido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, em Brasília. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Cristovam Buarque.	106
Justificação de proposição que encaminhará à Mesa, criando a Zona Franca de Boa Vista - Roraima. Senador Augusto Botelho.	66	Comentário sobre a questão da educação e da importância de se trabalhar com metas de erradicação do analfabetismo no País. Senador Cristovam Buarque.	110
Considerações sobre a importância da região do Araguaia, chamada agora de Araguaia Norte. Senadora Serys Slhessarenko.	80	Alerta para a necessidade da criação de um caixa único para atender todo o Ensino Básico e distribuir os recursos destinados à Educação da melhor maneira possível. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	115
DIREITOS HUMANOS		ELEIÇÃO	
Considerações sobre a violência praticada contra crianças e comentários sobre o projeto do Senador Pedro Simão para se instituir a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Senadora Fátima Cleide.	407	Reflexão sobre os debates dos candidatos à Presidência da República. Senador Cristovam Buarque.	316
ECONOMIA INTERNACIONAL		Considerações a respeito da candidatura do PDT às eleições presidenciais. Senador Cristovam Buarque.	316
Comentários a declarações do Senhor João Manoel Durão Barros, Presidente da Comissão Européia, sobre o avanço do populismo na América Latina. Senador Roberto Saturnino.	379	Leitura de mensagem do professor goiano Aparecido José dos Santos, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de São Luís de Montes Belos - GO. Senadora Íris de Araújo.	319
ECONOMIA NACIONAL		Comentários à leitura da mensagem do professor goiano Aparecido José dos Santos, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de São Luís	
Preocupação com os índices débeis de crescimento da economia brasileira nas últimas décadas. Senador Augusto Botelho.	66		

	Pág.		Pág.
de Montes Belos - GO. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Leonel Pavan.	320		
Considerações sobre as próximas eleições presidenciais. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Arthur Virgílio.	433	Comentários sobre a divulgação de dados do Governo Lula sobre a alta na criação de empregos com carteira assinada, lamentando, porém, que ao término de seu mandato o Presidente não tenha gerado os dez milhões de empregos prometidos em campanha eleitoral. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Flexa Ribeiro.	78
Considerações sobre as próximas eleições presidenciais. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	433	Cobrança de esclarecimentos do programa Bolsa-Família. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Heráclito Fortes.	78
Considerações sobre as próximas eleições presidenciais. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Eduardo Azeredo.	433	Críticas aos programas Bolsa-Família e Fome-Zero do Governo Federal. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Heráclito Fortes.	80
ELOGIO		Críticas à edição, pelo Presidente da República, da Medida Provisória nº 295, de 2006, que reestrutura várias carreiras do Poder Executivo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	286
Elogio à postura do P-SOL e sua luta frente às eleições presidenciais. Senador Cristovam Buarque.	316	Críticas à exploração política promovida pelo Governo Lula, que reedita programas do Governo anterior, muda o nome e deles se apossa. Insurgência contra a propaganda enganosa do Governo Federal de que está aplicando recursos próprios em obras de saneamento pelo País, enquanto os recursos são oriundos do FGTS, administrados pela Caixa Econômica Federal. Senador César Borges.	306
Elogio ao pronunciamento da Senadora Íris de Araújo, chamando a atenção do Governo para as necessidades do Brasil. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Arthur Virgílio.	320	Crítica ao Governo Federal, que não tendo realizado obras em todo o País, se apropria de financiamentos tomados aos governos estaduais para dizer que são investimentos seus. Aparte ao Senador César Borges. Senador Flexa Ribeiro. ...	308
EXPLICAÇÃO PESSOAL		Debate sobre a questão da aplicação de recursos financiados pela Caixa Econômica Federal em obras de saneamento pelo País. Aparte ao Senador César Borges. Senadora Ana Júlia Carepa.	309
Resposta às críticas feitas ao Ibama no pronunciamento do Senador João Batista Motta. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Sibá Machado.	386	Considerações acerca da questão da aplicação de recursos financiados pela Caixa Econômica Federal em obras de saneamento pelo País. Aparte ao Senador César Borges. Senador Romeu Tuma.	309
FOME		Considerações sobre o caso da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Aparte ao Senador César Borges. Senador Flávio Arns.	310
Questionamentos sobre o problema da fome no Brasil e as estatísticas divulgadas pelo Governo sobre o tema. Senador Leonel Pavan.	290	Comentário às constantes propagandas enganosas utilizadas irresponsavelmente pelo Governo Lula para fins de cunho político. Aparte ao Senador César Borges. Senador João Batista Motta.	311
FORÇAS ARMADAS		Considerações ao pronunciamento do Senador César Borges sobre a atuação do Governo Federal. Senadora Ana Júlia Carepa.	315
Considerações acerca da atuação do Exército Brasileiro na Amazônia. Senador Arthur Virgílio. ..	170	Críticas à falta de projetos de desenvolvimento para o País no momento atual, sendo preciso agir	
Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre o trabalho desenvolvido pelo Exército Brasileiro nas fronteiras da Amazônia. Senador Eduardo Azeredo.	441		
GOVERNO FEDERAL			
Críticas à obstrução das pautas de votação de matérias no Senado Federal por parte do Governo Federal. Senador Antônio Carlos Valadares.	52		
Divulgação de dados do Governo Lula sobre a alta na criação de empregos com carteira assinada e a queda na dívida interna. Senador Sibá Machado.	77		

Pág.	Pág.
imediatamente e parar com o pensamento “ <i>Brasil, País do futuro</i> ”. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Ramez Tebet.	317
Comentário a respeito de requerimento a ser apresentado ao Presidente do TSE buscando informação a respeito do volume de propaganda do Governo veiculada pela televisão. Senador José Agripino.	443
Críticas ao Presidente Lula e considerações acerca do contingenciamento de recursos do Orçamento Geral da União destinados aos Estados, para 2007, pelo Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.	321
Crítica à maneira imprópria como o Governo Federal concedeu aumento para o funcionalismo. Senador Antonio Carlos Magalhães.	389
Alerta ao Governo para que abra o diálogo com os auditores fiscais da Receita Federal, há uma semana em greve reivindicatória. Senador Arthur Virgílio.	435
Críticas à apropriação indébita que o Governo Federal faz, dos recursos do FGTS. Senador César Borges.	442
HOMENAGEM	
Homenagem ao Senador Paulo Paim por sua luta em favor dos trabalhadores e sua defesa à reestruturação da Varig. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.	57
Encaminhamento de discurso sobre os 25 anos da Embrapa Hortaliças. Senador Sibá Machado.	57
Felicitações ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão do Salário Mínimo. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Jefferson Péres.	74
Homenagem ao PDT, que comemorou aniversário no dia 12 de maio. Senador Cristovam Buarque.	110
Homenagem ao PDT, que comemorou aniversário no dia 12 de maio. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Paulo Paim.	116
Homenagem ao empresário Pauloney Tomaz Avelino, que recebeu o diploma de Industrial do ano de 2006. Senador Arthur Virgílio.	170
Homenagem ao Dia do Geógrafo. Solicitação de transcrição, nos Anais do Senado, dos artigos intitulados “Dia 29 de maio e o Dia do Geógrafo. Mas o que significa ser Geógrafo?” e “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”. Senador Sibá Machado.	260
Voto de aplauso à brasileira Zildete Leite dos Reis, cozinheira, que depôs na CPI dos Bingos, dia 31 de maio de 2006, denunciando esquemas de corrupção envolvendo altos nomes do Governo. Senador José Agripino.	443
HOMENAGEM PÓSTUMA	
Registro do falecimento do Senhor Tertuliano de Araújo Pereira, em Manaus/AM. Senador Arthur Virgílio.	170
Homenagem de pesar à D. Regina Napoleão, genitora do ex-Senador Hugo Napoleão. Senador José Agripino.	321
Homenagem de pesar à D. Regina Napoleão, genitora do ex-Senador Hugo Napoleão. Senador Arthur Virgílio.	325
Lamento pelo falecimento ocorrido ontem, em Porto Alegre, de Daniel Koslowiski Herz, Diretor da Federação Nacional de Jornalistas. Senador Paulo Paim.	420
IGREJA CATÓLICA	
Comentário acerca da elevação da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, à categoria de Catedral de Nazaré. Senador Flexa Ribeiro.	447
IMPrensa	
Protesto contra matéria dos jornalistas Polícarpo Júnior e Otávio Cabral, publicada na revista <i>Veja</i> , com declarações desrespeitosas à pessoa de S.Exa. Senador Arthur Virgílio.	170
Protesto contra matéria dos jornalistas Polícarpo Júnior e Otávio Cabral, publicada na revista <i>Veja</i> , com declarações desrespeitosas à pessoa de S.Exa. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias.	173
Esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Senadora Serys Slhessarenko.	281
LEGISLAÇÃO COMERCIAL	
Apoio ao Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece diretrizes para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Redesim, em tramitação na Câmara dos Deputados. Senador Ney Suassuna.	305

VIII

	Pág.		Pág.
Abordagem sobre a realidade das teias burocráticas brasileiras que dificultam a vida do novo empresário. Senador Ney Suassuna.	305	titulada “O Andarilho - Quem é ele?”, reflexão ímpar sobre um tipo social que merece a atenção por parte de toda a sociedade. Senador Aelton Freitas.	429
LEGISLAÇÃO FISCAL		MEDIDA PROVISÓRIA	
Lamento pela não realização da Audiência Pública na CAE, onde seria iniciado o debate para a regulamentação da Lei Kandir, em razão da ausência de representantes do Governo. Senador Flexa Ribeiro.	447	Medida Provisória nº 285, de 2006 (Mensagem nº 136), que dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.	39
Comentários acerca da não realização da Audiência Pública na CAE, onde seria iniciado o debate para a regulamentação da Lei Kandir. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Ana Júlia Carepa. .	448	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Considerações a respeito da necessidade de correção e ajustes na Lei Kandir pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Heloísa Helena.	449	Mensagem nº. 136, de 2006, que submete à deliberação do Senado Federal o texto da Medida Provisória nº. 285 de 6 de março de 2006, que “Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº. 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências”.	28
LEGISLAÇÃO PENAL		(MST)	
Registro da aprovação em 31 de maio de 2006, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da nova Lei de Drogas do País. Senador Magno Malta. .	438	Comentários a respeito da manchete do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> acerca do 1 milhão de acampados sem-terra que estão nos registros do Incra como atendidos no Programa de Reforma Agrária. Senador José Agripino.	321
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		Comentários a respeito da manchete do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> acerca do 1 milhão de acampados sem-terra que estão nos registros do Incra como atendidos no Programa de Reforma Agrária. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Ramez Tebet.	323
Considerações sobre a redução da jornada de trabalho, sem diminuição de salário, como fonte geradora de emprego e solicitação de apoio à Proposta de Emenda à Constituição 75, de 2003, de autoria de S.Exa. Senador Paulo Paim.	254	Considerações a respeito do aumento do número dos sem-terra verificados pela falta de uma política agrícola adequada, o que acaba expulsando o homem do campo, e por políticas clientelistas adotadas pelo Governo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Leonel Pavan.	324
LEGISLATIVO		Considerações a respeito da situação de abandono de acampados e assentados, que carecem de apoio do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Garibaldi Alves Filho.	325
LIVRO			
Satisfação pela promoção no dia 31 de maio de 2006, do lançamento de obra literária de tema inédito, do uberabense João Eurípedes Sabino, in-			

Pág.	Pág.
OFÍCIO	
Ofício nº 1.081, de 2006, que encaminha a Vossa Excelência, para os fins constantes do art. 12 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 279, de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) para os fins que especifica”.	218
ORÇAMENTO	
Posicionamento contrário à realização da sessão do Congresso para discutir as transformações da Comissão de Orçamento, e pedido de verificação dos números apresentados nos relatórios, por considerá-los fictícios. Senador Antonio Carlos Magalhães.	329
PARECER	
Parecer nº. 631, de 2006, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre a Mensagem nº. 133, de 2006, (nº. 324/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Enildo Meira de Oliveira Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. Senador Sérgio Guerra.	13
Parecer nº. 632, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 157, de 2006, (nº. 401/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e consórcio de bancos liderado pela instituição MCC SpA Capitalia Gruppo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial da importação de bens e serviços no âmbito do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento. Senador Gilberto Mestrinho.	234
Parecer nº. 633, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 158, de 2006 (nº. 407/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (MD), no valor de até US\$12,000,000.00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa	
de Modernização de Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II). Senador Luiz Otávio. ..	239
Parecer nº. 634, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 141, de 2006, que submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça. Senadora Ideli Salvatti.	371
Parecer nº. 635, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 142, de 2006 (nº. 365/2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcelos, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça. Senador Romeu Tuma.	372
Parecer nº. 636, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 143, de 2006 (nº. 366, 2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça. Senador Edison Lobão.	374
Parecer nº. 637, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 144, de 2006 (nº. 367, 2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça. Senador Mão Santa.	376
POLÍTICA AGRÍCOLA	
Considerações sobre a agricultura familiar, item importante na economia, exportações, geração de emprego e renda, ocupação e, inclusive, na possibilidade de paz no campo. Senadora Ana Júlia Carepa.	17
Considerações sobre a agricultura familiar, exportações, geração de emprego e renda, ocupação e, inclusive, a possibilidade de paz no campo. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Antônio Carlos Valadares.	18
Considerações sobre as medidas emergenciais que o Governo Federal anunciou para tentar diminuir os problemas do setor agrícola. Senadora Lúcia Vânia.	146
Protesto pelo tratamento dispensado pelo Governo Federal ao setor agrícola. Apelo no sen-	

	Pág.		Pág.
tido de que se garanta a correção das distorções do saldo devedor dos produtores, a viabilização do zoneamento agrícola e a repactuação das dívidas. Senadora Heloísa Helena.	157	Comentários sobre o anúncio da criação do Parque Nacional dos Campos Naturais Amazônicos, em fase final de projetos e estudos. Senador Arthur Virgílio.	435
Relato de conversa com agricultores do Paraná sobre o descaso governamental com a agricultura. Senador Alvaro Dias.	158	Registro da realização de Audiência Pública, dia 31 de maio de 2006, na CMA, para tentar a conciliação dos interesses, no sentido de que o setor madeireiro tenha condições de sustentação. Senador Flexa Ribeiro.	447
Análise sobre o pacote agrícola do Governo e expectativa de que a produção no campo ganhe fôlego e volte à sua normalidade. Senador Paulo Paim.	420	POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA	
Comentários à Medida Provisória 285/2006, que dispõe sobre a repactuação das dívidas dos agricultores. Senador Antônio Carlos Valadares. .	434	Preocupação com a economia brasileira. Senador José Agripino.	69
Apelo com relação ao setor agrícola nordestino, que tem se mostrado muito vulnerável. Questionamento pela edição da Medida Provisória 285/2006, sobre a renegociação das dívidas agrícolas. Senador Garibaldi Alves Filho.	445	Preocupação com a economia do País, considerada ineficiente e incapaz de acompanhar o ritmo do crescimento mundial. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Flexa Ribeiro.	70
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		Preocupação com a economia brasileira e defesa de um acordo entre Governo e Oposição em favor dos interesses financeiros da Nação. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Jefferson Péres.	71
Comentários sobre dados divulgados pelo Fórum Econômico Mundial sobre a capacidade de os países usarem a tecnologia da informação e defesa de um projeto de política nacional para nossa economia digital. Senador Alvaro Dias.	155	Preocupação com a economia brasileira. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Cristovam Buarque.	71
Justificação de requerimentos que versam sobre a importância da rede de pesquisas na Amazônia. Senador Arthur Virgílio.	170	Defesa à política econômico-financeira do Governo. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Sibá Machado.	72
Anúncio da III Feira Internacional da Amazônia, a realizar-se em Manaus entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro de 2006, verdadeira vitrine de tecnologia e de oportunidade de negócios no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	435	Comentários sobre a turbulência no mercado financeiro. Senadora Íris de Araújo.	394
POLÍTICA DE TRANSPORTE		Registro do comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 13 de junho, do Presidente do Banco Central e demais membros do Conselho de Política Monetária. Senador Eduardo Suplicy.	430
Informações sobre as reuniões para discussão do caso da empresa aérea Varig. Senador Paulo Paim.	55	POLÍTICA ENERGÉTICA	
Considerações sobre a crise que afeta a Varig. Senador Paulo Paim.	150	Restabelecimento da verdade em relação à questão da eletrificação rural no País. Senador Rodolpho Tourinho.	291
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		Restabelecimento da verdade em relação à questão da eletrificação rural no País. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Flexa Ribeiro.	292
Preocupação com a manchete da <i>Folha de S. Paulo</i> , intitulada “Mato Grosso é campeão mundial de fogo”. Senadora Serys Slhessarenko.	80	Considerações acerca da auto-suficiência do País na produção de petróleo. Senador Valmir Amaral.	330
Comentários às denúncias feitas pela <i>Rede Globo</i> , onde mostra ao Brasil que todos os parques criados até o presente momento estão parados. Senador João Batista Motta.	384	Comentários a respeito das reservas de gás natural da plataforma continental na bacia de Santos, litoral de São Paulo, como sendo uma questão de decisão econômica se construir a infra-estrutura	

	Pág.		Pág.
necessária para atingir a auto-suficiência brasileira nesse insumo energético. Senador Valmir Amaral.	330	vidade de representante comercial possa optar pelo Simples. Senador Leonel Pavan.	274
Considerações à matéria publicada pelo jornal <i>A Gazeta</i> , do Estado do Espírito Santo, sobre as questões ambientais envolvidas na exploração de petróleo e gás. Senador João Batista Motta. ...	384	POLÍTICA FUNDIÁRIA	
Análise de dados sobre os programas “Luz para Todos” e “Luz no Campo”, destinados à eletrificação rural. Senador Rodolpho Tourinho.	390	Registro da regularização fundiária para áreas de até quinhentos hectares ocupadas por pessoas que estejam sobre terras públicas. Senadora Serys Slhessarenko.	281
Comentários à análise de dados sobre os programas “Luz para Todos” e “Luz no Campo”, destinados à eletrificação rural, apresentados pelo Senador Rodolpho Tourinho em seu pronunciamento. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador João Batista Motta.	391	POLÍTICA INDIGENISTA	
Comentários à análise de dados sobre os programas “Luz para Todos” e “Luz no Campo”, destinados à eletrificação rural, apresentados pelo Senador Rodolpho Tourinho em seu pronunciamento. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Sibá Machado.	392	Registro de denúncias sobre maus tratos a indígenas, tolerados por um Governo que se dizia indigenista, ambientalista, e mais um monte de “istas” que foram desmentidos. Senador Arthur Virgílio.	400
Críticas ao pretense projeto do megalômano gasoduto Caracas-Buenos Aires pelo Governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	435	POLÍTICA INDUSTRIAL	
Necessidade de se investir numa infraestrutura adequada na bacia de gás no Estado do Espírito Santo, capaz de resolver em curto prazo o problema da dependência energética com a Bolívia. Senador Magno Malta.	438	Preocupação com as agruras vividas pelo setor têxtil e de confecção do País. Senador Alvaro Dias.	191
POLÍTICA EXTERNA		Considerações a respeito da proposta de discussão de regulamentação da Lei Kandir. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro.	329
Destaque para a importância da visita do Presidente da França, Jacques Chirac, ao Brasil, e a afinidade de seu País com alguns aspectos defendidos pelo povo e pelo Governo brasileiro. Senador Eduardo Suplicy.	15	Comentários sobre a participação de V. Exa. em evento no Planalto, realizado dia 30 de maio de 2006, onde o Presidente Lula recebeu importantes lideranças do setor têxtil brasileiro. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senadora Ideli Salvatti.	381
Justificação de requerimento encaminhado à Mesa, de voto de repúdio pelas afirmações e insinuações do Presidente da Bolívia, Evo Morales, bem como para que o mesmo seja considerado <i>persona non grata</i> . Senador Magno Malta.	438	Considerações sobre o setor têxtil nacional, que vem enfrentando grandes problemas mercadológicos. Senador Marcos Guerra.	444
POLÍTICA FISCAL		Questionamento sobre solução para os graves problemas mercadológicos que vem enfrentando o setor têxtil nacional. Aparte ao Senador Marcos Guerra. Senador Magno Malta.	445
Solicitação da transcrição de um estudo sobre a carga tributária recorde em 2005. Senador Alvaro Dias.	158	POLÍTICA INTERNACIONAL	
Pedido de publicação, no <i>Jornal do Senado</i> , de pronunciamento solicitando a agilização da tramitação do Projeto de Lei nº 183, de 2003, o qual permite que a pessoa jurídica que se dedica à ati-		Considerações sobre a reeleição do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe. Senador José Agripino.	187
		POLÍTICA NACIONAL	
		Considerações acerca do momento difícil por que passa o País. Senador Marcos Guerra.	149
		Alerta para a necessidade de adoção de uma visão empreendedora dos negócios brasileiros e do combate à corrupção. Senador Marcos Guerra. ...	149

	Pág.		Pág.
POLÍTICA PARTIDÁRIA			
Reflexões sobre o artigo de autoria do Senador Jefferson Péres, referente à proposta da “ <i>Concertación</i> ”. Senador Cristovam Buarque.	73	Participação em reunião com entidades do Rio Grande do Sul sobre o salário-mínimo. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Paulo Paim.	76
Críticas à cúpula do PMDB. Manifestação de desapontamento com os rumos que seu partido, o PMDB está tomando. Senador Pedro Simon.	118	Considerações a respeito do salário mínimo e do crescente desemprego no País. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Marcos Guerra.	76
Debate sobre a conjuntura e a inserção do PMDB no contexto nacional atual pré-eleições. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Gilvam Borges.	122	POLÍTICA SANITÁRIA	
Comentário sobre a primeira reunião do conselho político da candidatura de Geraldo Alckmin. Senador José Agripino.	321	Cumprimentos ao Presidente do Senado pela instalação da Comissão Mista destinada a sistematizar os Projetos de Lei sobre saneamento, em tramitação no Congresso Nacional. Senador César Borges.	306
Críticas ao posicionamento do Senador Pedro Simon sobre sua candidatura para Presidente da República pelo PMDB. Senador Gilvam Borges. ..	382	Cumprimentos ao Presidente do Senado pela instalação da Comissão Mista destinada a sistematizar os Projetos de Lei sobre saneamento, em tramitação no Congresso Nacional. Aparte ao Senador César Borges. Senador Tião Viana.	306
Comunicado do lançamento oficial das candidaturas de Geraldo Alckmin e José Jorge, pela coligação PSDB/PFL. Senador Leonel Pavan.	426	Considerações acerca da importância da Comissão Mista Temporária para sistematizar projetos sobre saneamento, em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Senador Ramez Tebet.	411
Confirmação da coligação do PSDB e do PFL, indicando o Sr. Geraldo Alckmin como candidato a Presidente da República e o Senador José Jorge, como Vice-Presidente. Senador Romeu Tuma.	426	Registro da instalação, em 31 de maio de 2006, da Comissão Especial Mista para sistematizar o marco regulatório do setor de saneamento. Senador César Borges.	442
Informações sobre a convenção do Partido dos Trabalhadores para a definição de seu candidato ao Senado Federal, a realizar-se no dia 3 de junho de 2006. Senador Eduardo Suplicy.	430	POLÍTICA SOCIAL	
Comentário sobre a convenção do Partido dos Trabalhadores para a definição de seu candidato ao Senado, dando como certa a candidatura do Senador Eduardo Suplicy, o “puxador de voto” do PT. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Magno Malta.	433	Considerações acerca dos programas de bolsas de compensação social. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Sibá Machado.	75
Registro do entendimento político-partidário realizado no dia 31 de maio de 2006, entre o PFL e o PSDB, para o lançamento da chapa encabeçada pelo ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, à Presidência da República. Senador José Agripino.	443	Registro do número de beneficiários do programa Bolsa-Família, atendendo ao pedido do Senador Heráclito Fortes. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Eduardo Suplicy.	80
POLÍTICA SALARIAL			
Registro da audiência pública realizada em Porto Alegre para discutir política de renda, salário mínimo, benefícios de aposentados e pensionistas e a cruzada nacional para a derrubada do fator previdenciário. Senador Paulo Paim.	55	Comentários a respeito da participação do Presidente Lula na 1ª Conferência Nacional dos Idosos, realizada em Brasília, entre os dias 23 e 26 de maio de 2006. Senador Paulo Paim.	150
Participação em reunião com entidades do Rio Grande do Sul sobre o salário-mínimo. Senador Cristovam Buarque.	73	Considerações acerca da inclusão social advinda com a aprovação do Estatuto do Idoso. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Idelli Salvatti. .	151
		Comentários sobre um estudo do Banco Mundial comparativo entre os programas de inclusão social de distribuição de renda implementados na América Latina. Senadora Ideli Salvatti.	153
		Registro da participação de S.Exa. em ato patrocinado por entidades que trabalham em favor	

	Pág.		Pág.
da segurança alimentar, realizado no Auditório Pe- trônio Portella. Senadora Ideli Salvatti.	153	Ratificação da tese de existência de superávit na Previdência Social. Senador Alvaro Dias.	397
Apresentação de aspectos positivos do Pro- grama Bolsa Família, colocados em prática pelo Governo Lula. Senador Eduardo Suplicy.	295	Considerações acerca da situação dos apo- sentados no País e comunicado sobre a realização da Assembléia Legislativa do Amazonas para a discussão do fator previdenciário. Senador Paulo Paim.	420
Críticas ao Programa Bolsa Família, ofereci- do aos acampados do MST em troca de votos aos candidatos do Governo. Senador José Agripino. ..	321	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
Defesa da aprovação de projetos destina- dos ao desenvolvimento de políticas sociais de atendimento às crianças e adolescentes do País, acolhendo-os antes que sejam arrastados pela marginalidade. Senadora Heloísa Helena.	392	Projeto de Decreto Legislativo nº. 328, de 2006, que susta os efeitos da portaria nº. 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasi- leiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. Senador Antonio Carlos Magalhães.	222
POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA		PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	
Análise sobre reportagem do jornal <i>Valor Eco- nômico</i> , referente ao crescimento do PIB brasileiro em 2006. Senadora Ideli Salvatti.	245	Projeto de Lei de Conversão nº. 16, de 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº. 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº. 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.	23
Análise sobre reportagem do jornal <i>Valor Eco- nômico</i> , referente ao crescimento do PIB brasileiro em 2006. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy.	246	PROJETO DE LEI DO SENADO	
PRESIDENTE DA REPÚBLICA		Projeto de Lei do Senado nº. 163, de 2006, que altera a Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras provi- dências, e a Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Pre- vidência Social, e dá outras providências. Senadora Heloísa Helena.	2
Críticas ao Presidente Lula e sua política de con- tingenciamento de verbas. Senador José Agripino.	187	Projeto de Lei do Senado nº. 164, de 2006, que acrescenta o art. 11-A à Lei nº. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitoras. Senador Luiz Otávio.	4
Comentários sobre a falta de palavra do Presi- dente Lula e críticas à sua política de contingencia- mento de verbas. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Magalhães.	188	Projeto de Lei do Senado nº. 165, de 2006, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a licença- parental. Senador Antônio Carlos Valadares.	5
Críticas à atuação do Presidente Lula e sua postura corrupta de compra de aliados no Congres- so Nacional. Senador Antonio Carlos Magalhães.	189	Projeto de Lei do Senado nº. 166, de 2006, que altera o <i>caput</i> do art. 914 a Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor obrigação ao endossante pelo cumprimento da prestação constante do título por ele endossado. Senador João Alberto Souza.	10
Críticas ao gesto publicitário ridículo da ida do Presidente Lula a Manaus, para inaugurar a primeira solda do Gasoduto Coari-Manaus. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador João Batista Motta.	436		
Comentário sobre nota de Josias de Souza, intitulada “Lula faz a corte ao ex-desafeto Quércio”. Senador César Borges.	442		
Comentário sobre nota de Josias de Souza, intitulada “Lula faz a corte ao ex-desafeto Quércio”. Aparte ao Senador César Borges. Senador Eduardo Azeredo.	443		
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Participação de S.Exa. em inauguração de agência do INSS no Município de Grajaú, no Esta- do do Maranhão. Senador João Alberto Souza.	388		

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado nº. 167, de 2006, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº. 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos. Senador Romeu Tuma.	13	Projeto de Lei do Senado nº. 176, de 2006, que altera a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências”, para o fim de incluir mais um tipo penal à referida lei. Senador Rodolpho Tourinho.	367
Projeto de Lei do Senado nº. 168, de 2006, que acrescenta o art. 1.815-A à Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para determinar, nos casos de indignidade, que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno, e dá outras providências. Senadora Serys Slhessarenko.	218	Projeto de Lei do Senado nº. 177, de 2006, que institui o dia 9 de agosto como o “Dia Nacional da Equoterapia”. Senador Flávio Arns.	368
Projeto de Lei do Senado nº. 169, de 2006, que acrescenta o art. 790-A à Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para impedir que autor, co-autor, ou participe do homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização, e dá outras providências. Senadora Serys Slhessarenko.	219	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
Projeto de Lei do Senado nº. 170, de 2006, que altera o art. 20 da Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos. Senador Valdir Raupp.	220	Projeto de Resolução nº. 36, de 2006, que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p.A Capitalia Grupo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América). Senador Gilberto Mestrinho.	236
Projeto de Lei do Senado nº. 171, de 2006, que altera o art. 723 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência. Senador Valdir Raupp.	222	Projeto de Resolução nº. 37, de 2006, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II). Senador Luiz Otávio.	241
Projeto de Lei do Senado nº. 172, de 2006-COMPLEMENTAR, que altera a Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores. Senador Valdir Raupp.	357	RECLAMAÇÃO	
Projeto de Lei do Senado nº. 173, de 2006, que institui o Dia Nacional do Pesquisador. Senador Eduardo Azeredo.	358	Reclamação sobre o pedido de publicação da matéria sobre o Dia do Geógrafo no <i>Jornal do Senado</i> , que não foi atendido. Senador Sibá Machado.	382
Projeto de Lei do Senado nº. 174, de 2006, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, §5º, da Constituição Federal. Senador Renan Calheiros. .	358	REFORMA AGRÁRIA	
Projeto de Lei do Senado nº. 175, de 2006, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispensar o empregador doméstico do pagamento da indenização ali prevista. Senador Rodolpho Tourinho.	365	Considerações a respeito do programa de reforma agrária no País. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Flávio Arns.	323
		REFORMA CONSTITUCIONAL	
		Considerações acerca da inutilidade de cargos públicos, como o de vice-Presidente e o de vice-Governador, que não recebem votos e deveriam ser extintos. Senador Antonio Carlos Magalhães.	389

Pág.	Pág.
REFORMA POLÍTICA	
Considerações acerca da questão das reformas políticas e das reformas institucionais. Senador Marco Maciel.	230
REGIMENTO INTERNO	
Relato de V. Ex ^a . sobre projeto de autoria do Senador Gerson Camata, de emenda constitucional, pedindo que a criação de reservas ecológicas passassem a ser aprovadas em última instância no Senado Federal. Senador João Batista Motta.	230
Leitura de nota de apoio a S.Exa. de autoria de 92% dos integrantes da Bancada do PMDB. Senador Ney Suassuna.	230
Considerações acerca dos desentendimentos dentro da própria Oposição que acabam atrapalhando o trabalho da Casa, em especial à votação do Fundeb. Senadora Ideli Salvatti.	231
Considerações acerca das Medidas Provisórias que estão trancando a pauta e impedindo a tramitação normal dos projetos oriundos do Executivo e da própria Casa. Senador Antônio Carlos Valadares.	231
Apresentação de Emenda Constitucional, no sentido de haver alternância de discussão na Casa entre as medidas provisórias e a pauta normal. Senador Antônio Carlos Valadares.	231
REQUERIMENTO	
Requerimento nº. 604, de 2006, que requer ao Tribunal de Contas da União informações relativas ao Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nacional, estaduais e do Distrito Federal. Senador Antonio Carlos Magalhães. .	231
Requerimento nº. 605, de 2006, que requer nos termos do item 12, alínea c, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº. 151, de 2005 que “Altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes ao Ministro do Turismo para isentar a exigência de visto de entrada de turista de países com os quais o Brasil deseja manter grandes relações comerciais através do turismo, e dá outras providências.”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além das Comissões constantes do despacho inicial. Senador Tasso Jereissati.	232
Requerimento nº. 606, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, dia 30 de maio de 2006, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão, e requer ainda que deste voto de pesar sejam cientificados o ex-Senador Hugo Napoleão e o Embaixador Aluisio Napoleão. Senadora Íris de Araújo.	232
Requerimento nº. 607, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Tertulino Araújo Pereira, pai do Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro. Senador Arthur Virgílio.	232
Requerimento nº. 608, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, do técnico gráfico Raimundo Costa, primeiro colaborador do jornal <i>A Crítica</i> . Senador Arthur Virgílio.	232
Requerimento nº. 609, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Moto Honda de Amazônia Ltda., pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa 2005 conferido pelo Estado do Amazonas – FIEM. Senador Arthur Virgílio.	232
Requerimento nº. 610, de 2006, que requer Voto de Aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica. Daiane, Medalha de Ouro; Laís, Medalha de Prata. Senador Arthur Virgílio.	232
Requerimento nº. 611, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus, pela passagem de 25º aniversário de fundação. Senador Arthur Virgílio.	232
Requerimento nº. 612, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do Ano, conferido pela Fundação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM. Senador Arthur Virgílio.	232
Requerimento nº. 613, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM. Senador Arthur Virgílio.	232
Requerimento nº. 614, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., pela conquista do Título de Exportadora do Ano de 2006, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM. Senador Arthur Virgílio.	232
Requerimento nº. 615, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que levou ao mapeamento parcial do DNA do guaraná. Senador Arthur Virgílio.	232

	Pág.		Pág.
Requerimento nº. 616, de 2006, que requer ao Ministro da Previdência Social informações sobre deficiências no sistema de concessão de Auxílio-Doença. Senador Arthur Virgílio.	233	<i>Brazilian International Press Award 2006</i> , como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva do Brasil nos Estados Unidos. Senador Heráclito Fortes.	355
Requerimento nº. 617, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan, mãe do Dr. Samuel Hanan, ex-Vice Governador do Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	233	Requerimento nº. 624, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que sobre o PLC nº. 67, de 2005, de autoria do Deputado Roberto Balestra, além da Comissão de Infra-Estrutura, constante do despacho inicial, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Ney Suassuna. ..	356
Requerimento nº. 618, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador e ex-Governador do Piauí, Hugo Napoleão. Senador Arthur Virgílio.	234	Requerimento nº. 625, de 2006, que requer Voto de Aplauso em homenagem à Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, empossada recentemente como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Senador Antonio Carlos Magalhães.	356
Requerimento nº. 619, de 2006, que requer, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do ex-Prefeito Hélio Carlos Manhães, ocorrido na terça-feira, dia 23 de maio de 2006. Requer, também, que seja levado ao conhecimento da família. Senador Magno Malta.	354	Requerimento nº. 626, de 2006, que requer, nos termos da lei, inserção em ata de Voto de Pesar à família do Professor Daniel Koslowski Herz, falecido terça-feira, dia 30 de maio de 2006. Com rica trajetória no jornalismo, exercia o cargo de Diretor da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. Senadora Ideli Salvatti.	356
Requerimento nº. 620, de 2006, que requer, nos termos da lei, inserção em ata de Voto de Pesar à família Schurmann, de Navegantes-SC, pelo falecimento da menina Katherine Schurmann, aos 13 anos de idade, vítima de pneumonia. Dos 5 aos 7 anos, Katherine acompanhou a família numa viagem de volta ao mundo, para reconstituir a circunavegação de Fernão de Magalhães, realizada entre 1519 a 1522. Senadora Ideli Salvatti.	354	Requerimento nº. 627, de 2006, que requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº. 17/2004, de autoria de V. Exa. , dos Projetos de Lei do Senado nº. 263 de 2003, do nº. 176 de 2000 e do nº. 295 de 2003, de forma a retornar sua tramitação autônoma. Senador Paulo Paim.	356
Requerimento nº. 621, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações sobre o recrudescimento de medidas de expedição de registro e porte de armas de fogo, desde a vigência da Lei nº. 10.826, de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, bem como o número de expedições efetivadas nos vários estados da federação, e os critérios mais difíceis de serem atendidos, dentre os exigidos por essa lei. Senador Álvaro Dias.	354	Requerimento nº. 628, de 2006, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº. 277, de 2004, com o PLS nº. 113, de 2006, por regularem a mesma matéria. Senador Rodolpho Tourinho.	356
Requerimento nº. 622, de 2006, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, na terça-feira, dia 30 de maio de 2006, do jornalista e professor Daniel Koslowski Herz, bem como apresentação de condolências aos familiares. Senador Eduardo Suplicy.	355	Requerimento nº. 629, de 2006, que requer que seja autorizada representação externa do Senado Federal, para participar do Fórum Estadual em Defesa dos Municípios, que será realizado em Manaus/AM, no dia 1º de junho de 2006. Senador Arthur Virgílio.	429
Requerimento nº. 623, de 2006, que requer, nos termos regimentais da Casa, que seja consignado nos anais do Senado Federal, Voto de Aplauso à artista plástica Maria Nazaré Rufino, mais conhecida como Naza, por haver sido contemplada, nos Estados Unidos, com o prêmio internacional		Requerimento nº. 630, de 2006, que solicita que seja concedida licença para V. Exa. visto que fora indicada para participar do XXI Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 8 a 10 de junho de 2006, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Senadora Íris de Araújo.	450
		SAUDAÇÃO	
		Saudação ao povo colombiano pela reeleição de Álvaro Uribe, para Presidente da Colômbia. Senador Alvaro Dias.	155

Pág.	Pág.		
<p>Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006, desejando-lhe o estreitamento das relações entre Brasil e Itália. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006. Senadora Ideli Salvatti.</p> <p>Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006. Senador Paulo Paim.</p> <p>Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006, desejando-lhe o estreitamento das relações entre Brasil e Itália. Senador Heráclito Fortes.</p> <p>Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006. Senador Alvaro Dias.</p> <p>SAÚDE</p> <p>Questionamentos sobre a saúde do povo brasileiro. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Considerações sobre a discriminação na liberação de recursos de emendas parlamentares ao Orçamento. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Críticas ao Governo Federal por não liberar os recursos orçamentários para a saúde do Estado de Santa Catarina. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Leonel Pavan.</p> <p>Pedido ao Ministério da Saúde de um respirador para uma criança de sete anos, do Estado do Espírito Santo, que depende do aparelho para viver. Senador Magno Malta.</p> <p>Preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos hospitais e pelos profissionais envolvidos com a saúde na Paraíba. Senador Ney Suassuna.</p> <p>Registro da participação de S.Exa. em evento no Ministério da Saúde, em comemoração ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e da redução da Mortalidade Materna. Considerações a respeito do lançamento da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesária Desnecessária, no dia 30 de maio de 2006. Apresentação da “Agenda da Mulher”, programa do Governo que fará um controle de toda a questão da saúde da mulher, desde o seu histórico clínico e ginecológico até orientações médicas e exames preventivos. Senadora Ideli Salvatti.</p>	<p>396</p> <p>396</p> <p>396</p> <p>397</p> <p>397</p> <p>258</p> <p>258</p> <p>260</p> <p>297</p> <p>409</p> <p>423</p>	<p>Considerações a respeito do lançamento da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesária Desnecessária, no dia 30 de maio de 2006. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Serys Silhessarenko.</p> <p>Considerações a respeito do lançamento da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesária Desnecessária. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Romeu Tuma. ...</p> <p>SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>Considerações a respeito da questão da violência promovida pelo crime organizado, dando destaque para a necessidade de reestruturação da segurança pública no Brasil. Senador Antônio Carlos Valadares.</p> <p>Considerações a respeito da questão da violência promovida pelo crime organizado, dando destaque para a necessidade de reestruturação da segurança pública no Brasil. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Considerações a respeito da questão da violência promovida pelo crime organizado, dando destaque para a necessidade de reestruturação da segurança pública no Brasil. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Leitura de comunicado da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia-MG dirigido a S.Exa. e ao Senado Federal, com os cumprimentos à Casa pela iniciativa de votar projetos relacionados à área de segurança. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p> <p>Comentários acerca do Projeto do Instituto Cidadania sobre segurança pública. Senador José Agripino.</p> <p>Considerações acerca da ação nefasta do PCC, que comanda a violência a partir dos presídios, problemática que deve ser considerada um caso de segurança nacional, a ser amplamente discutida e combatida pela sociedade brasileira. Senador Magno Malta.</p> <p>Comentário sobre a problemática da ação nefasta do PCC, que comanda a violência a partir dos presídios. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Considerações acerca da ação nefasta do PCC, que comanda a violência a partir dos presídios, problemática que deve ser considerada um caso de segurança nacional, a ser amplamente discutida e combatida pela sociedade brasileira. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Antonio Carlos Magalhães.</p>	<p>424</p> <p>424</p> <p>52</p> <p>54</p> <p>54</p> <p>118</p> <p>187</p> <p>297</p> <p>298</p> <p>299</p>

	Pág.		Pág.
Considerações a respeito do atual momento de violência que o País vive e da necessidade urgente da implantação de um bem treinado, capacitado e bem remunerado aparato de segurança pública. Senadora Heloísa Helena.	392	Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Fátima Cleide.	284
Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o Governo Brasileiro. Senador Romeu Tuma.	426	Apoio ao Senador João Batista Motta em sua manifestação de defesa contra as portarias absurdas do Ibama, que afetam, sobretudo, o projeto de auto-suficiência do País em gás natural. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Rodolpho Tourinho.	385
Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o Governo Brasileiro. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Heráclito Fortes.	427	Apoio ao Senador João Batista Motta em sua manifestação de defesa contra as portarias absurdas do Ibama, que afetam, sobretudo, o projeto de auto-suficiência do País em gás natural. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Marcos Guerra.....	386
Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o Governo Brasileiro. Parabêniza o Senador Romeu Tuma e sua postura frente ao caso Kroll. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Wellington Salgado de Oliveira. ...	428	Solidariedade à família do Diretor-Geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, pelo falecimento de seu irmão Nicanor Maia. Senador Paulo Paim.	420
Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o Governo Brasileiro. Parabêniza o Senador Romeu Tuma e sua postura frente ao caso Kroll. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Magno Malta.	428	TURISMO	
SOLIDARIEDADE			
Solidariedade ao Senador Arthur Virgílio pela indignação que manifesta com relação à matéria dos jornalistas Policarpo Júnior e Otávio Cabral, publicada na revista <i>Veja</i> , com declarações desrespeitosas à pessoa de S.Exa. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Ideli Salvatti.	174	Apelo em favor da liberação de recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul - Prodetur Sul, para o Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.	446
Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Ney Suassuna.	283	VIOLÊNCIA	
Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Eduardo Suplicy.	284	Considerações a respeito do combate à violência no País. Senador Cristovam Buarque.	316
Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Ramez Tebet.	284	VOTO DE PESAR	
Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Ideli Salvatti.	284	Apresentação de requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão. Senador Heráclito Fortes.	257
		Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão. Senador Marco Maciel.	257
		Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão. Senador Eduardo Suplicy.	258
		Voto de pesar pelo falecimento do Professor Daniel Koslowski Herz, no dia 30 de maio de 2006, em Porto Alegre. Senadora Ideli Salvatti.	420
		Apresentação de requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Daniel Koslowski Herz. Senador Eduardo Suplicy.	420

Ata da 67ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza,
Marcos Guerra e Augusto Botelho

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 13:00 HORAS

Período : 25/5/2006 07:24:17 até 25/5/2006 20:30:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X	PSDB	CE	LUIZ PONTES		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO		X	PSDB	ES	MARCOS GUERRA		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X	PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA		X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X	PTB	DF	VALMIR AMARAL		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					

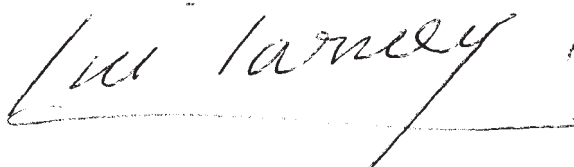
Compareceram: 57 Senadores

Brasília-DF, 25 de maio de 2006.

Senhor Presidente,

Nesta data estive presente à Sessão do Senado Federal e deixei de registrar o meu comparecimento.

Atenciosamente,



Senador JOSÉ SARNEY

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 58 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 205, de 2006, de 24 do corrente, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 457, de 2006, do Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Foi juntada cópia ao processado do **Projeto de Resolução nº 33, de 2006**, que volta à tramitação normal.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2006

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da

Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço, acrescida de contribuição adicional para o financiamento do benefício previsto no art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no seguinte percentual:

I – 3% (três por cento), quando a remuneração paga não exceder o valor máximo de duas vezes o menor salário-de-contribuição, inclusive;

II – 2% (dois por cento), quando a remuneração paga exceder o valor de duas vezes o maior salário-de-contribuição. (NR)”.

Art. 2º O art. 86 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado, inclusive o doméstico, quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer

natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por objetivo dar tratamento previdenciário isonômico aos empregados domésticos. Até hoje, essa parcela de trabalhadores, constituída majoritariamente por mulheres, é discriminada.

Não há motivação razoável que justifique a exclusão do trabalhador doméstico do direito ao auxílio-acidente.

O auxílio-acidente é devido se, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, inclusive o trabalho doméstico.

O empregado doméstico, assim como os demais empregados, é segurado obrigatório da Previdência Social, nos termos do disposto no art. 12, inciso II, da Lei nº 8.212, de 1991 (Plano de Custeio da Seguridade Social), e no art. 11, inciso II da Lei nº 8.213, de 1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), fazendo, assim, jus aos benefícios previdenciários previstos na legislação de regência, inclusive os de natureza acidentária ou decorrentes de doença profissional, desde que prevista a fonte adicional de custeio, conforme reclama o disposto no § 5º do art. 195 da Constituição Federal, segundo o qual nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

No caso presente, optamos por majoração limitada a 3% (três por cento), observado para o empregador doméstico o mesmo limite de alíquota preconizado pelo art. 22, II, alíneas **a**, **b** e **c**, da Lei nº 8.212, de 1991.

Em face desses argumentos, solicitamos, aos nossos nobres Pares, apoio para aprovação deste projeto de lei, como medida de inteira justiça.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2006. – **Helôisa Helena**, Senadora.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO V

Da Contribuição do Empregador Doméstico

Art. 24. A contribuição do empregador doméstico é de 12% (doze por cento) do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Subseção XI

Do auxílio-acidente

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultar seqüela que implique:

I – redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de reabilitação profissional;

II – redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém, não o de outra, do mesmo nível de complexidade, após reabilitação profissional; ou

III – redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação profissional.

§ 1º O auxílio-acidente, mensal e vitalício, corresponderá, respectivamente às situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento) ou 60% (sessenta por cento) do salário-de-contribuição do segurado vigente no dia do acidente, não podendo ser inferior a esse percentual do seu salário-de-benefício.

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

§ 3º O recebimento de salário ou concessão de outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.

§ 4º Quando o segurado falecer em gozo do auxílio-acidente, a metade do valor deste será incorporada ao valor da pensão se a morte não resultar do acidente do trabalho.

§ 5º Se o acidentado em gozo do auxílio-acidente falecer em consequência de outro acidente, o valor do auxílio-acidente será somado ao da pensão, não podendo a soma ultrapassar o limite máximo previsto no § 2º, do art. 29 desta lei.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2006

Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitorais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

Art. 11-A. A pessoa portadora de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das suas obrigações eleitorais, relativas ao alistamento ou ao voto, não está sujeita às sanções correspondentes.

§ 1º O juiz eleitoral competente, mediante requerimento da pessoa a que se refere o **caput** deste artigo, ou de seu representante legal, acompanhado de documentação comprobatória, deverá expedir certidão de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado.

§ 2º A expedição da certidão a que se refere o § 1º deste artigo não impede, a qualquer tempo, o alistamento eleitoral de seu beneficiário, que não estará sujeito à penalidade prevista no art. 8º desta lei.

§ 3º Para os fins deste artigo considera-se pessoa portadora de deficiência inclusive a que sofra de esquizofrenia ou outra enfermidade mental.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral deverá expedir instruções para a execução desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que ora submetemos à consideração dos nobres colegas tem o objetivo de estabelecer que a pessoa portadora de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das suas obrigações eleitorais, relativas ao alistamento ou ao voto, não está sujeita às sanções correspondentes.

Para tanto, o juiz eleitoral competente, mediante requerimento da pessoa de que se trata, ou de seu representante legal, acompanhado, tal requerimento, de documentação comprobatória, deverá expedir certidão de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado.

De outra parte, para garantir que o beneficiário não alistado possa, eventualmente, no futuro, se tornar eleitor, a proposição também preceitua que a expedição da certidão de quitação eleitoral não impede, a qualquer tempo, o alistamento eleitoral de seu beneficiário.

Outrossim, para beneficiar os portadores de doenças mentais é que se considera pessoa portadora de deficiência a que sofra de esquizofrenia e outras enfermidades do gênero.

A medida que almejamos pretende resolver problema que, não raro, se verifica, qual seja, o de pessoas deficientes que, por diversas razões, não conseguem se alistar eleitorais ou, estando alistadas, não conseguem participar das eleições, e acabam sendo prejudicadas em razão de sanções previstas em lei.

É de se atentar que não pretendemos isentar da obrigação do voto as pessoas portadoras de deficiência em geral, mas apenas aquelas para as quais o cumprimento das obrigações eleitorais seja impossível ou demasiadamente oneroso.

Por fim, cumpre registrar que, em 2004, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou a Resolução nº 21.920, que tem desiderato similar ao que ora propomos. Contudo, para que tais normas tenham maior força normativa e estabilidade, entendemos que devem constar de lei.

Em razão da relevância social da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o aperfeiçoamento e ulterior aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2006. – Senador **Luiz Otávio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Texto compilado**institui o Código Eleitoral**

O Presidente da República, faço saber que sanciono a seguinte lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, **caput**, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

Art. 1º Este Código contém normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos precipuamente os de votar e ser votado.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para sua fiel execução.

Art. 11. O eleitor que não votar e não pagar a multa, se se encontrar fora de sua zona e necessitar documento de quitação com a Justiça Eleitoral, poderá efetuar o pagamento perante o Juízo da zona em que estiver.

§ 1º A multa será cobrada no máximo previsto, salvo se o eleitor quiser aguardar que o juiz da zona em que se encontrar solicite informações sobre o arbitramento ao Juízo da inscrição.

§ 2º Em qualquer das hipóteses, efetuado o pagamento através de selos federais inutilizados no próprio requerimento, o juiz que recolheu a multa comunicará o fato ao da zona de inscrição e fornecerá ao requerente comprovante do pagamento.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2006**Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a licença-parental.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 393-A. Ao empregado é assegurada a licença-paternidade por todo o período da licença-maternidade ou pela parte restante que dela caberia à mãe, em caso de morte, de

grave enfermidade, ou do abandono da criança, bem como nos casos de guarda exclusiva do filho pelo pai.

Art. 393-B. O empregado faz jus à licença-paternidade, nos termos do art. 392, no caso de adoção de criança, desde que a licença-maternidade não tenha sido requerida.

Art. 393-C. Para cada filho, nos seus primeiros seis anos de vida, fica assegurado aos genitores o direito à licença-parental.

Art. 393-D. A licença-parental, que não pode exceder, cumulativamente, o limite de seis meses, é assegurada aos empregados nas seguintes modalidades:

I – à empregada, transcorrido o período da licença-maternidade, por um período contínuo ou fracionado de quatro meses;

II – ao empregado, do nascimento do filho, por um período ininterrupto ou fracionado não superior a quatro meses.

§ 1º A licença-parental é devida ao empregado requerente mesmo quando o cônjuge não tenha o direito de exercê-la.

§ 2º O gozo da licença-parental depende de aviso prévio dirigido ao empregador, com antecedência de, no mínimo, trinta dias relativamente ao seu início.

Art. 393-E. Aos empregados que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-parental, nos termos do art. 393-C.

Parágrafo único. Se, no ato de adoção ou da obtenção da guarda judicial, o menor tiver entre seis e doze anos de idade, a licença-parental deverá ser gozada nos três primeiros anos do ingresso do menor no núcleo familiar.

Art. 393-F. Os empregados com filho menor e portador de deficiência têm o direito ao prolongamento, em até três anos, da licença-parental, desde que o filho não esteja internado, em período integral, em instituições especializadas.

Art. 393-G. Nas empresas com mais de cinquenta funcionários, o empregado responsável por menor de até três anos de idade, portador de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija tratamento continuado, poderá optar entre o prolongamento da licen-

ça-parental ou ausências do local de trabalho, por até dez horas, durante a jornada semanal, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º A ausência do serviço, de que trata o **caput**, só será permitida nos casos em que a atenção permanente do responsável seja indispensável, a critério médico, e quando o horário do tratamento médico em instituição pública ou privada coincida, comprovadamente, com o horário da jornada de trabalho, na forma do regulamento.

§ 2º As horas em que o empregado estiver ausente do serviço serão compensadas no mesmo ou em outros dias, em comum acordo entre o empregador e o empregado, não podendo a compensação exceder a duas horas diárias à duração normal do trabalho.

§ 3º Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral das horas não trabalhadas, na forma do § 2º deste artigo será feito o desconto das horas não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

Art. 393-H. Se o empregado estiver em gozo da licença-parental, esta cessará se o nascimento de um filho, adoção ou guarda judicial der início a um novo período de licença-parental.”

Art. 2º Os arts. 18 e 25 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.
I –
.....
g) salário-maternidade e salário-parental;
..... (NR)”
“Art. 25.
.....
III – salário-maternidade e salário-parental para os segurados de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13: dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Lei.
..... (NR)”

Art. 3º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida da seguinte Subseção VII-A:

“Subseção VII-A Do Salário-Parental

Art. 73-A. O salário-parental é devido aos segurados da Previdência Social, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à licença-parental.

Art. 73-B. Aos segurados da Previdência Social que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-parental, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à licença-parental.

Parágrafo único. O salário-parental será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 73-C. O salário-parental para o segurado empregado ou trabalhador avulso consistirá numa renda mensal equivalente a trinta por cento de sua remuneração integral.

§ 1º Cabe à empresa pagar o salário-parental devido ao respectivo empregado, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço.

§ 2º A empresa deverá conservar durante dez anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 3º O salário-parental devido ao trabalhador avulso será pago diretamente pela Previdência Social.

Art. 73-D. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-parental para os demais segurados, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá:

I – em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para o segurado empregado doméstico;

II – em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para o segurado especial;

III – em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para os demais segurados.”

Art. 4º As despesas decorrentes da concessão da licença-parental, prevista nesta lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento da seguridade social.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

Justificação

A questão afeta ao trabalho da mulher, especialmente àquelas que têm filhos, deve sempre ser analisada com todo o cuidado, pois elas estão entre os trabalhadores mais atingidos pela informalidade e pela discriminação no ambiente de trabalho, tendo menos acesso a cargos de chefia e recebendo, em média, salários menores.

No Brasil, a desigualdade entre homens e mulheres no acesso, progressão e remuneração no mercado de trabalho é uma dura realidade. A mulher é mais atingida pela informalidade e, até mesmo nesse meio, auferir uma remuneração menor que a do homem.

A forte concentração na informalidade e em contratos de trabalho temporários, terceirizados e precários, assim como o fato de ser vista como responsável principal pelos afazeres domésticos e pela criação dos filhos, faz com que a trabalhadora que se encontra nessas condições não se veja como tal. Não há conscientização e, portanto, mobilização na luta por melhores condições de trabalho, inserção no mercado formal e filiação ao sistema previdenciário.

A mulher entrou em larga escala no mercado de trabalho nos idos da revolução industrial para atender ao imperativo da lógica de mercado que exigia maior produção a um custo mais baixo. Seu trabalho era mal remunerado e explorado em condições degradantes, em jornadas estafantes.

Assim, a legislação teve que vir em seu socorro, estabelecendo uma série de medidas de proteção, buscando, por intermédio do tratamento normativo diferenciado, realizar, materialmente, o princípio da igualdade.

Modernamente, se discute, entretanto, se tais medidas não se voltam contra a própria trabalhadora, constituindo óbice à sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a manutenção do estigma da “força de trabalho de segunda categoria”.

Nesse contexto, é muito importante discutir se as ações afirmativas, que têm se traduzido num trata-

mento legislativo diferenciado e de proteção, por seu caráter de onerar a mão-de-obra feminina, devem ser extintas ou se, apesar desse ônus, por uma necessidade pedagógica, devem ser mantidas.

As iniciativas legislativas mais afinadas com o momento atual do mercado de trabalho e com o papel da força de trabalho feminina têm optado pela segunda hipótese, qual seja, manter a proteção, mas com a fundamental diferença de que se tem optado por retirar o foco da mulher e centrá-lo na família, ampliando a noção de que a responsabilidade pelo lar é de homens e mulheres, indistintamente.

Assim sendo, apontamos que as legislações mais avançadas, de países como Itália, Portugal e França, para nomear somente alguns, prevêm, além da licença-maternidade propriamente dita, fundada em questões biológicas inafastáveis da figura feminina, períodos de afastamento para o cuidado com a prole que podem ser gozados tanto pelo pai, quanto pela mãe.

Esse tipo de previsão legal, chamada de Licença-Parental, diminui o custo da mão-de-obra feminina, porque ameniza a discriminação de gênero no mercado de trabalho. Nessa ótica legislativa, os filhos são vistos como responsabilidade do casal e não da mulher, exclusivamente. A proteção é direcionada para a família e não para o mercado de trabalho da mulher, de modo a evitar mais exclusão e discriminação salarial em relação às obreiras.

Por essas razões e por serem justos os propósitos que nortearam a apresentação da proposta, esperamos contar com o apoio dos nossos pares para que a iniciativa venha a merecer o acolhimento e aprovação desta Casa do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2006. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

SEÇÃO V

Da Proteção à Maternidade

Art. 391. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

§ 1º A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

§ 2º Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

§ 4º É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos (Redação dada pela Lei nº 9.799, de 26-5-1999)

I – transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho; (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-1999)

II – dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares. (Incluído pela Lei nº 9.799, de 26-5-1999)

Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392, observado o disposto no seu § 5º. (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

§ 1º No caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias. (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

§ 2º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de

idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

§ 3º No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias. (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

§ 4º A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã. (Incluído pela Lei nº 10.421, 15-4-2002)

Art. 393. Durante o período a que se refere o art. 392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

Art. 394. Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

Art. 395. Em caso de abono não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

Art. 396. Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo único. Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

Art. 397. O Sesi, o Sesc, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternas e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

Art. 398. (Revogado pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

Art. 399. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais

serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Art. 400. Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

.....
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

(...)

CAPÍTULO II

Das Prestações em Geral

Seção I

Das Espécies de Prestações

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente de trabalho, expressas em benefícios e serviços:

I – quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria por idade;
- e) aposentadoria por tempo de serviço;
- d) aposentadoria especial;
- e) auxílio-doença;
- f) salário-família;
- g) salário-maternidade;
- h) auxílio-acidente;
- i) (Revogada pela Lei nº 8.870, de 1994)

II – quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
 - b) auxílio-reclusão;
- III – quanto ao segurado e dependente:
- a) (Revogada pela Lei nº 9.032, de 1995)
 - b) serviço social;
 - e) reabilitação profissional.

§ 1º Somente poderão beneficiar-se do auxílio-acidente os segurados incluídos nos incisos I, VI e VII do art. 11 desta lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)

§ 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que permanecer em atividade sujeita a este regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência

do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997)

Seção II

Dos Períodos de Carência

Art. 24. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.

Parágrafo único. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido. (Vide Medida Provisória nº 242, de 2005)

Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

II – aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial:

180 contribuições mensais. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 1994)

III – salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do art. 11 e o art. 13, dez contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

Parágrafo único. Em caso de parto antecipado, o período de carência a que se refere o inciso III será reduzido em número de contribuições equivalente ao número de meses em que o parto foi antecipado.” (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

Art. 73. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais

seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá: (Redação dada pela Lei nº 10.710, de 5-8-2003)

I – em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

II – em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

III – em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26-11-99)

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2006

Altera o caput do art. 914 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor obrigação ao endossante pelo cumprimento da prestação constante do título por ele endossado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 914 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 914. Ressalvada cláusula expressa em contrário, constante do endosso, responde o endossante pelo cumprimento da prestação constante do título.

§ 1º O endossante é devedor solidário, observada a ressalva prevista no **caput**.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com esta proposta, pretendemos alterar a solução adotada no art. 914 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Observe-se que o **caput** do referido dispositivo legal estatui que cláusula expressa em contrário, constante do endosso, não endossante pelo cumprimento da prestação constante do título. Portanto, a legislação em vigor exime o endossante do cumprimento da obrigação constante do título.

Inicialmente, é importante frisar que o Brasil é signatário de uma convenção internacional para a adoção de uma lei uniforme sobre letra de câmbio e nota promissória. Trata-se da Convenção de Genebra, firmada em junho de 1930. Segundo o Artigo 15 do Anexo I da aludida Lei Uniforme, o endossante, salvo cláusula em contrário, é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra. Conforme ajustado com

os demais países signatários, o endossante responde pelo pagamento dessa obrigação.

O art. 21 da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), prevê que, salvo estipulação em contrário, o endossante garante o pagamento. Nesses termos, o endossante é garantidor do cheque por ele endossado.

Analogamente, conforme o § 1º do art. 15 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968 (Lei da Duplicata), com a redação dada pela Lei nº 6.458, de 1º de novembro de 1977, contra o sacador os endossantes e respectivos avalistas caberá o processo de execução referido neste artigo, quaisquer que sejam a forma e as condições do protesto.

De acordo com os diplomas legais mencionados, nos quais o endossante, por participar da cadeia de transferência dos títulos de crédito, é também responsável por eles. Entretanto, o Código Civil de 2002 determina que os títulos sigam um padrão diferente do previsto em leis federais e em convenção internacional da qual o Brasil é signatário.

De toda forma, o art. 903 preceitua que, salvo disposição diversa em lei especial, regem-se os títulos de crédito pelo disposto neste Código. Assim sendo, no caso das notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e dos cheques, o endossante responde pelo pagamento da quantia inscrita na cãnulla. A legislação relativa a outros títulos de crédito frequentemente remete às normas sobre letras de câmbio e notas promissórias. Contudo, novos títulos, a serem futuramente criados, estariam sujeitos à nova regra do Código Civil, em descompasso com o restante da disciplina cambial.

Em uma economia globalizada, onde é necessária a uniformidade quanto às leis que regem o comércio mundial, é de realçar o atraso de um dispositivo legal que prevê regra antagônica à maior parte da legislação que regula a responsabilidade do endossante.

Na expectativa de que o endossante possa vir a ser responsabilizado por todos os títulos por ele endossados – até mesmo porque, não sem propósito, um dos significados do termo “endossar” é o de assinar embaixo ou garantir aquilo que se está fazendo ou dizendo -, apresentamos esta proposição.

Pelas razões expostas e, ainda, pelo fato de haver o Brasil firmado a Convenção de Genebra, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2006. – Senador **João Alberto Souza**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 914. Ressalvada cláusula expressa em contrário, constante do endosso, não responde o endossante pelo cumprimento da prestação constante do título.

§ 1º Assumindo responsabilidade pelo pagamento, o endossante se torna devedor solidário.

§ 2º Pagando o título, tem o endossante ação de regresso contra os coobrigados anteriores.

Art. 903. Salvo disposição diversa em lei especial, regem-se os títulos de crédito pelo disposto neste código.

LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985

Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II
De Transmissão

Art. 17. O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa “à ordem”, é transmissível por via de endosso.

§ 1º O cheque pagável a pessoa nomeada, com a cláusula “não à ordem”, ou outra equivalente, só é transmissível pela forma e com os efeitos de cessão.

§ 2º O endosso pode ser feito ao emitente, ou a outro obrigado, que podem novamente endossar o cheque.

Art. 18. O endosso deve ser puro e simples, reputando-se não-escrita qualquer condição a que seja subordinado.

§ 1º São nulos o endosso parcial e o do sacado.

§ 2º Vale como em branco o endosso ao portador. O endosso ao sacado vale apenas como quitação, salvo no caso de o sacado ter vários estabelecimentos e o

endosso ser feito em favor de estabelecimento diverso daquele contra o qual o cheque foi emitido.

Art. 19. O endosso deve ser lançado no, cheque ou na folha de alongamento e assinado pelo endossante, ou seu mandatário com poderes especiais.

§ 1º O endosso pode não designar o endossatário. Consistindo apenas na assinatura do endossante (endosso em branco), só é válido quando lançado no verso do cheque ou na folha de alongamento.

§ 2º A assinatura do endossante, ou a de seu mandatário com poderes especiais, pode ser constituída, na forma de legislação específica, por chancela mecânica, ou processo equivalente.

Art. 20. O endosso transmite todos os direitos resultantes do cheque. Se o endosso é em branco, pode o portador:

I – completá-lo com o seu nome ou com o de outra pessoa;

II – endossar novamente o cheque, em branco ou a outra pessoa;

III – transferir o cheque a um terceiro, sem completar o endosso e sem endossar.

Art. 21 Salvo estipulação em contrário, o endossante garante o pagamento.

LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968

Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO V
Da Ação para Cobrança da Duplicata

Art. 15. Será processada pela forma executiva a ação do credor por duplicata, aceita pelo devedor, protestada ou não, e por duplicata não aceita e protestada desde que do instrumento de protesto constem os requisitos enumerados no art. 14.

§ 1º Distribuída a petição inicial, apresentada em 3 (três) vias, determinará o Juiz, em cada uma delas, independentemente da expedição do mandado, a citação do réu, que se fará mediante a entrega da terceira via e o recolhimento do correspondente recibo do executado na segunda via, que integrará os autos.

LEI Nº 6.458, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1977

Adapta ao Código de Processo Civil a Lei Nº 5.474, de 18 de julho de 1968, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º do art. 7º, o Capítulo V (arts. 15 a 18) e o § 4º do art. 22 da lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 2º A comunicação de que trata o parágrafo anterior substituirá, quando necessário, no ato do protesto ou na execução judicial, a duplicata a que se refere.

CAPÍTULO V

Do Processo para Cobrança da Duplicata

Art. 15 A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil, quando se tratar:

I – de duplicata ou triplicata aceita, protestada ou não;

II – de duplicata ou triplicata não aceita, contando que cumulativamente:

a) haja sido protestada;

b) esteja acompanhada de documento hábil com probatório de entrega e recebimento da mercadoria; e

c) o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º desta Lei.

§ 1º Contra o sacador, os endossantes e respectivos avalistas caberá o processo de execução referido neste artigo, quaisquer que sejam a forma e as condições do protesto.

§ 2º Processar-se-á também da mesma maneira a execução de duplicata ou triplicata não aceita e não devolvida, desde que haja sido protestada mediante indicações do credor ou do apresentante do título, nos termos do art. 14, preenchidas as condições do inciso II deste artigo.

Art. 16. Aplica-se o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil à ação do credor contra o devedor, por duplicata ou triplicata que não preencha os requisitos do art. 15, incisos I e II, e §§ 1º e 2º, bem como à ação para ilidir as razões invocadas pelo devedor para o não aceite do título, nos casos previstos no art. 8º.

Art. 17. O foro competente para a cobrança judicial da duplicata ou da triplicata é o da praça de pagamento constante do título, ou outra de domicílio do comprador e, no caso de ação regressiva, a dos sacadores, dos endossantes e respectivos avalistas.

Art. 18. A pretensão à execução da duplicata prescreve:

I – contra o sacado e respectivos avalistas, em 3 (três) anos, contados da data do vencimento do título;

II – contra endossante e seus avalistas, em 1 (um) ano, contado da data do protesto;

III – de qualquer dos coobrigados contra os demais, em 1 (um) ano, contado da data em que haja sido efetuado o pagamento do título.

§ 1º A cobrança judicial poderá ser proposta contra um contra todos os coobrigados, sem observância da ordem em que figurem no título.

§ 2º Os coobrigados da duplicata respondem solidariamente pelo aceite e pelo pagamento.

Art. 22.

§ 4º O instrumento do protesto, elaborado com as cautelas do art. 14, discriminando a fatura ou conta original ou a certidão do Cartório de Títulos e Documentos, autorizará o ajuizamento do competente processo de execução na forma prescrita nesta lei.”

Art. 2º Para os efeitos do art. 586 do Código de Processo Civil, considerar-se título líquido, certo e exigível a duplicata ou a triplicata que, nos termos da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, com as alterações introduzidas por esta Lei, legitimar a processo de execução.

Art. 3º Fica acrescentado ao art. 1º do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, Lei de Falências, o seguinte parágrafo:

“Art. 1º

§ 3º Para os efeitos desta lei, considera-se obrigação líquida, legitimando o pedido de falência, a constante dos títulos executivos extrajudiciais mencionados no art. 15 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.”

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de novembro de 1977; 156º da Independência e 89º da República – **ERNESTO GAISEL, Armando Falcão.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2006

Altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V) e homicídio praticado contra funcionário público no exercício da sua função ou em razão dela.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A alteração do inciso I do artigo 1º da Lei nº 8.072/90 faz-se necessária para caracterizar como hediondo o crime de homicídio doloso praticado contra funcionário público. Delito de especial gravidade, e plenamente justificável que passe a ser tratado como hediondo, tendo em vista, principalmente, o fato de que sua prática, tendo como vítima funcionário público, atenta contra representantes do Estado, a demonstrar a explícita periculosidade do homicida.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*), extorsão qualificada pela morte, (art. 158, § 2º), extorsão

mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput** e seus §§ 1º, 2º e 3º) estupro (art. 213, **caput** e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

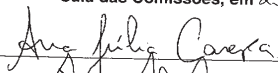
É lido o seguinte:

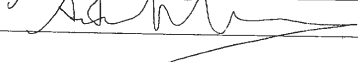
PARECER Nº 631, DE 2006

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre a Mensagem nº 133, de 2006, (nº 324/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Enildo Meira de Oliveira Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em votação secreta realizada em 25 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Sérgio Guerra sobre a Mensagem nº 133, de 2006, opina pela aprovação da escolha do Senhor Enildo Meira de Oliveira Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, por 10 votos favoráveis, 0 contrário(s) e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 2006.

PRESIDENTE: 

RELATOR (A): 

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

MENSAGEM Nº 133, DE 2006, QUE SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR ENILDO MEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - ADENE.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/05/2006 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR TASSO JEREISSATI

RELATOR: SENADOR SÉRGIO GUERRA

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
<i>BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)</i>	<i>BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)</i>
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)	1- DEMÓSTENES TORRES (PFL)
CÉSAR BORGES (PFL)	2- JONAS PINHEIRO (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	3- ROSEANA SARNEY (PFL)
LEONEL PAVAN (PSDB)	4- EDUARDO AZEREDO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB) PRESIDENTE	5- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
LUIZ PONTES (PSDB)	6- SÉRGIO GUERRA (PSDB)- RELATOR
<i>PMDB</i>	<i>PMDB</i>
GILBERTO MESTRINHO	1- NEY SUASSUNA
SÉRGIO CABRAL	2- VALDIR RAUPP
GARIBALDI ALVES FILHO	3- LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	4- MÃO SANTA
VAGO	5- ROMERO JUCA
<i>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)</i>	<i>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PL)</i>
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	1- VAGO
FÁTIMA CLEIDE (PT)	2- ANTÔNIO JOÃO (PTB)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	3- SIBÁ MACHADO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4- SÉRGIO ZAMBIASI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	5- AELTON FREITAS (PL)
<i>PDT</i>	<i>PDT</i>
JEFFERSON PÉRES	1- AUGUSTO BOTELHO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

Nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 12 da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e art. 5º do Anexo I do Decreto nº 4.654, de 27 de março de 2003, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

O citado artigo da Constituição confere ao Senado Federal a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto e após arguição pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

O **currículum vitae** do candidato, que acompanha a mensagem presidencial, de conformidade com o art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, evidencia a ampla experiência profissional do Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior. Natural do Estado de Pernambuco, graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1993), sendo Mestre em Economia pela mesma universidade.

Entre os cargos mais importantes ocupados pelo Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior, destacam-se os de Chefe de Gabinete do Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, assim como Gerente Executivo de Planejamento e Informação do mesmo órgão, desde 2004.

No âmbito do Governo do Estado de Pernambuco, exerceu as funções de Superintendente de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Educação e Cultura, assim como assessor do Secretário de Administração e Reforma do Estado, de 1999 até 2003.

Além disso, destaca-se também que o pleiteante ao cargo é economista concursado da extinta Sudene desde 1995, onde exerceu as funções de Chefe de Divisão de Avaliação de Políticas e Programas Regionais, bem como Chefe de Divisão de Estudos e Pesquisas Regionais.

Ressalte-se também que o Sr. Enildo Meira de Oliveira Júnior foi professor da Faculdade Integrada do Recife (1999/2004), tendo exercido a presidência do Conselho Regional de Economia (1999/2001) e vencido o “Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional”, no ano de 2000, com a dissertação “Impactos do Mercosul na Indústria de Bens Intermediários do Nordeste”. É autor de diversos artigos relacionados ao Nordeste brasileiro, assim como cursos e palestras.

As funções e cargos exercidos pelo indicado demonstram um nível de qualificação profissional compatível com o requerido pelo cargo para o qual é indicado.

Assim sendo, esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor Enildo Meira de Oliveira Júnior para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Sala da Comissão, – Senador **Sérgio Guerra**.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer da importância da visita, na tarde de hoje, do Presidente Jacques Chirac, da França, ao Senado brasileiro. Sobretudo, gostaria de ressaltar alguns aspectos bastante relevantes da atuação do Presidente Jacques Chirac, que inclusive tem afinidade com alguns dos aspectos defendidos pelo povo brasileiro, pelo Presidente Lula e pelo atual Governo e que, inclusive, tem também o respaldo praticamente consensual do Congresso Nacional.

Refiro-me, em primeiro lugar, à posição muito firme, assertiva do Presidente Jacques Chirac quando não aceitou que houvesse a utilização de meios bélicos para a derrubada do Presidente Saddam Hussein, no Iraque, em 2003. Foi muito firme em criticar e o fez como amigo dos Estados Unidos e do Presidente George Walker Bush, assim como amigo do Primeiro Ministro e do povo do Reino Unido e de outras nações. Foi naquela ocasião que o Presidente da Itália, tão amiga da França, Berlusconi, resolveu também participar daquela empreitada bélica, tendo recebido a condenação de tantos povos do mundo. Quero ressaltar esse primeiro ponto.

Outro ponto importante refere-se à afinidade que tem tido com o Presidente Lula no sentido de buscar meios de combater a pobreza absoluta nos mais diversos países. O Presidente Jacques Chirac resolveu colocar algumas medidas em prática, tal como a de cobrar um dólar por viagem internacional que os franceses façam, contribuindo para um fundo de combate à pobreza, além de outras medidas. O importante é que, nos diversos encontros internacionais de que o Presidente Lula e o Presidente Jacques Chirac têm participado, eles têm trocado idéias a respeito desse assunto. Tenho a expectativa de que hoje o Presidente Jacques Chirac venha a manifestar a sua preocupação com esse tema perante o Presidente Lula e entre nós, Senadores.

Registro que, em 2004, a convite da Assembléia Nacional Francesa, participei, no auditório Victor Hugo, de um debate de dia inteiro sobre a renda básica de cidadania ou *l'allocation universelle*. Na França, usa-se o termo *l'allocation universelle*, que foi, inclusive, objeto do novo livro do Professor Philippe Van Parijs e Yannick Vanderborght, livro esse que espero o Presidente Jacques Chirac já conheça. De qualquer maneira, contribuindo para que ele conheça esse assunto, vou lhe dar o livro do Professor Philippe Van Parijs, assim como o meu, traduzido para o francês por um excelente tradutor, o Sr. Jean, que colaborou comigo.

Ressalto que, na oportunidade do encontro na Assembléia Nacional Francesa, o escritor Maurice Druon sugeriu que a França seja a nação pioneira na implementação de uma renda básica de cidadania. Felizmente, o Brasil já aprovou projeto nesse sentido, mas gostaria de ver a França instituir uma renda básica de cidadania. Quem sabe hoje possamos ter uma melhor informação a respeito.

Diante dos distúrbios que estão ocorrendo na economia mundial, começa a haver uma preocupação: o que vai fazer o Banco Central? Será que, devido à instabilidade econômica mundial e às preocupações que levaram o Sistema da Reserva Federal, o FED, nos Estados Unidos, a elevar as taxas de juros, o Copom, Conselho de Política Monetária, vai estancar o processo de diminuição das taxas de juros, que já vem ocorrendo desde o início deste ano?

Primeiro, é preciso salientar que a economia brasileira hoje está menos vulnerável do que em 2002, menos vulnerável do que há alguns anos. É importante assinalar que o superávit comercial brasileiro supera US\$40 bilhões.

Em 2006, o balanço de pagamento em conta corrente, que inclui comércio de bens, serviços, rendas e transferências unilaterais correntes, será superavitário, e isso vai ocorrer pelo quarto ano consecutivo.

As reservas internacionais também se recuperaram e, hoje, temos reservas acima de US\$64 bilhões. Cabe salientar que alguns países em desenvolvimento têm se preocupado em manter reservas internacionais bastante altas, como, por exemplo, a China, que, excluindo Hong Kong, tem US\$875 bilhões em reservas; a Índia, US\$154 bilhões; a Rússia, US\$226 bilhões; a Coreia do Sul, US\$223 bilhões; o México, US\$76 bilhões.

Então, para o tamanho da economia brasileira, US\$64 bilhões é uma soma expressiva. Poderia ser maior, para, assim, ficarmos despreocupados com a fase de instabilidade internacional como a que se avizinha. É importante que o Brasil se prepare para eventuais riscos externos, que, conforme já se verifi-

cou em anos anteriores, podem acabar tendo efeitos muito significativos na nossa economia.

É importante pensarmos em como nos prevenir dos problemas que porventura possam acontecer. Nesse sentido, é mister que o Governo brasileiro não venha a adotar medidas de liberalização cambial crescente, que estão sendo objeto de análise pelo Governo, inclusive em função de propostas que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo realizou recentemente.

Quero aqui assinalar que fui convidado pelo Presidente Paulo Skaf, da Fiesp, para estar presente num encontro que o Conselho Superior da Fiesp realizará com o Presidente Lula, às 11h30min, na sede da Fiesp. Na ocasião, serão apresentadas ao Presidente Lula e, posteriormente, aos demais candidatos à Presidência da República as propostas desse Conselho a serem discutidas na Rodada de Doha, visando à liberalização do comércio.

Creio ser muito importante que o Presidente da República tenha esse diálogo mais construtivo e respeitoso com empresários da indústria brasileira e paulista. Já tive a oportunidade de testemunhar, em encontros anteriores, que Sua Excelência tem tido um diálogo muito importante com os empresários paulistas e brasileiros em diversos lugares do País. O Presidente Lula também está preocupado continuamente em manter diálogos com os trabalhadores, com as centrais sindicais. E é muito importante que o Presidente da República esteja aberto ao diálogo com todos os segmentos da sociedade.

Neste instante, quero respeitosamente transmitir ao Presidente Paulo Skaf, da Fiesp, o que assinala hoje o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, em artigo na **Folha de S.Paulo**, que diz que a conta brasileira de capitais, em parte em decorrência da seqüência de medidas de liberalização do período Collor-FHC, permanece potencialmente volátil. Continua ele:

O Banco Central tenderá a responder a uma eventual saída de capitais com "parcimônia" na diminuição dos juros e, se a coisa ficar preta, poderá até aumentá-los outra vez. [Mas este caminho, na visão de Paulo Nogueira Batista, não seria o mais saudável]. O mínimo que se poderia fazer, neste momento, seria arquivar as novas medidas de liberalização cambial em discussão no governo.

Paulo Nogueira faz ainda uma crítica à sobrevalorização do real nos últimos anos, que constitui uma tendência inadequada, pois o real forte vinha atingindo, de maneira cada vez mais nítida, a agricultura, a indústria, setores exportadores e aqueles que competem com importações.

Portanto, quero dizer da importância do encontro que o Presidente Lula terá amanhã com os empresários da Fiesp. Todavia, é preciso que o Copom fique atento e que, nas suas próximas reuniões, possa caminhar na direção do que os próprios industriais paulistas gostaria de ver: a diminuição acentuada da taxa de juros básicos. Dessa forma, o Brasil deixaria de ser um dos países com mais altas taxas de juros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM – (Bloco/PT – RS) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB - ES) – Com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS. Pela ordem.) – Consulto V. Ex^a se temos hoje as comunicações inadiáveis. Se houver, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB - ES) – V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar.

O SR. PAULO PAIM – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu estava inscrito como primeiro orador, mas permutei como o Senador Suplicy, porque eu estava presente à audiência pública lá na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Eu queria...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E desejo agradecer V. Ex^a pela atenção. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não foi nada, fique à vontade, Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria de me inscrever também para uma comunicação inadiável, como segundo orador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a está inscrito agora em segundo lugar. Na permuta com o Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a ficou em décimo primeiro lugar.

Convido a Senadora Ana Júlia Carepa para seu pronunciamento.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, por isso é que solicito a inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de abordar hoje um tema que tem sido latente nos fóruns de comércio internacional, mas principalmente nos debates nacionais: a agricultura, especificamente a agricultura familiar. Esse é um item importante em

nossa economia, em nossas exportações, na geração de emprego e renda, que possibilitará paz no campo. Portanto, é justificável o espaço que esse tema tem merecido em nossa pauta política e econômica, e o Governo Lula está bastante atento para isso.

Nos últimos meses, várias têm sido as medidas adotadas para o implemento de nossa agricultura, que criaram condições para o enfrentamento do período de adversidades que realmente temos enfrentado.

Vou falar basicamente sobre agricultura familiar. Quero dizer que fiquei extremamente satisfeita e honrada de ver a atenção que o Governo Lula tem dado à agricultura familiar. O Presidente se antecipou e já anunciou medidas que fazem parte do Plano Safra da agricultura familiar para 2006/2007, a ampliação dos recursos do Pronaf, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É verdade que no Governo Lula o Pronaf cresceu muito. Para vocês terem uma idéia, em 2002, eram R\$2,2 bilhões para o Brasil inteiro e 900 mil contratos do Pronaf. Bom, na última safra, 2005/2006, foram aplicados R\$9 bilhões e foram assinados 1,7 milhão de contratos do Pronaf. Nesta próxima safra, o Pronaf deve atingir R\$10 bilhões, podendo ser assinados dois milhões de contratos, o que possibilitará a inclusão de mais de um milhão de novas famílias no sistema produtivo brasileiro.

Para amenizar os impactos de crises agrícolas para os agricultores, o Plano Safra 2006/2007 contará também com medidas estruturais que têm o objetivo de baixar os custos da agricultura, do agronegócio, de modo permanente, porque não adiantam só pacotes.

Esses pacotes são importantes para situações emergenciais, mas são necessárias medidas estruturantes que possam realmente baixar o custo da agricultura e do agronegócio não apenas de forma sazonal, mas também de forma permanente.

Exemplo disso é exatamente a nova linha de crédito voltada para a comercialização, com taxa de juros de 4,5%, R\$5 mil para limites individuais e de até R\$2 milhões para cooperativas e agroindústria. Isso foi anunciado pelo Governo Lula há poucos dias.

Uma série de outras inovações também está prevista para o próximo Plano Safra.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, discute com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea, com os movimentos sociais, com os demais órgãos do Governo, a elaboração de ações de estímulo à diversificação produtiva, à focalização dos instrumentos de extensão rural, elevação do teto de financiamento e renda de grupos do Pronaf e continuidade do processo de simplificação de acesso ao crédito. Isto é fundamental; ou seja, simplificar o acesso ao crédito.

Entre essas medidas estudadas pelo Ministério da Agricultura está a redução do custo do dinheiro tomado pelo agricultor brasileiro. Essa é uma medida estruturante, para que ele possa financiar o plantio, a colheita da safra e a redução de impostos para o setor da agricultura e do agronegócio.

Outro ponto é que o Governo poderá reduzir os impostos de importação para os insumos agrícolas. Incentivar o desenvolvimento do mercado de seguro rural no País é outra medida importante. O Governo tem todo o interesse de subsidiar o mercado de seguros porque, assim, parte dos riscos dos agricultores estará sendo coberta, e isso demandará menos medidas emergenciais como as que o Governo está sendo obrigado a tomar reiteradamente.

Com essas medidas – baratear o crédito, reduzir impostos inclusive sobre a importação de insumos, reduzir juros – o Governo Federal está oferecendo total suporte ao agricultor familiar. Garante crédito para investimento com recursos do Pronaf; segurança para plantar com programas de apoio como, por exemplo, o seguro da agricultura familiar; assistência técnica por meio dos programas específicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E, agora, maior apoio à venda do produto gerado no campo com o programa Pronaf Comercialização. Ou seja, o Governo está agindo em toda a cadeia produtiva da agricultura familiar, desde o crédito com recursos do Pronaf, o seguro para a agricultura familiar, assistência técnica e, agora, maior apoio à venda com o Pronaf Comercialização.

Portanto, isso significa realmente dar tranquilidade, gerar emprego, distribuir renda e diminuir as tensões no campo que, sabemos, ainda são grandes infelizmente.

Quero dizer que me sinto muito orgulhosa porque amanhã estarei em Paraopebas, e é uma satisfação imensa para nós paraenses porque o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – vai alcançar um marco histórico de contratos celebrados no Estado do Pará. Vai ser assinado amanhã, sexta-feira, dia 26, às 17 horas, o Contrato de nº 100.000, com a presença do delegado federal da Agricultura do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, de uma forma acertada, correta, descentralizou a sua atuação, colocando exatamente delegacias que têm agilizado o processo de acesso do agricultor familiar a crédito, a assistência técnica, e agora também ao Pronaf comercialização.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Com todo prazer, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora Ana Júlia, V. Ex^a está desenvolvendo um tema que é da mais alta importância, principalmente para os agricultores familiares. O Pronaf tem sido um sucesso em nosso País, notadamente no Governo do Presidente Lula, que tem dado prioridade ao atendimento das reivindicações do setor. É lógico que a injeção, por exemplo, de R\$10 bilhões no Plano Safra contribuirá para acalmar o campo, para atender grande parte das reivindicações dos produtores rurais, significando também a garantia de emprego e renda no campo. Mas, além disso, o Governo tomou medida muita cuidadosa que foi o apoio à comercialização: R\$600 milhões serão investidos nessa área. Traduzindo em letras garrafais, o Governo mostrou que não é só o investimento propriamente dito. Sabemos que os produtos agrícolas têm perdido preço em função dos insumos que subiram assustadoramente em relação à produção e em relação à venda, ao consumo; por isso, garantir a comercialização é um fato, sem dúvida alguma, que merece o nosso aplauso, o nosso entusiasmo, e V. Ex^a está destacando esse assunto, como também a preocupação com a renegociação das dívidas dos agricultores. Há aí a Medida Provisória nº 285, que já chegou ao Senado Federal. Acredito que na próxima semana, Senadora, estaremos discutindo esse assunto. Agora, R\$200 mil realmente é um teto muito alto. O Governo propõe R\$50 mil. Colocaríamos em um meio termo: R\$100 mil. Alguns agricultores tomaram R\$55 mil, R\$60 mil, R\$80 mil. Há uma emenda de nossa autoria que posso aqui destacar no Senado, e – quem sabe – encontrarmos uma solução conciliatória que atenda a grande parte, a mais de 300 mil agricultores, pequenos e médios produtores rurais. E também atenda à preocupação do Governo com o superávit primário. Agradeço a V. Ex^a. Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu que agradeço, Senador Antonio Carlos Valadares, porque valoriza exatamente o nosso pronunciamento em que estamos destacando essa atuação do Governo, como falei há pouco, em toda a cadeia produtiva, desde crédito, seguro da agricultura, assistência técnica e agora também recursos para comercialização.

Quero dizer que o Governo diversificou também os Pronafs. Amanhã vamos assinar o Contrato nº 100.000 do Estado do Pará, o Pronaf de nº 100.000. Vamos assinar também o Pronaf Mulher, Senador Antonio Carlos Valadares, que é uma novidade. Trata-se de uma nova linha de crédito, lançada há algum tempo – é natural que encontrasse alguma dificuldade, até porque é uma linha de crédito nova – para a trabalhadora rural, que,

inclusive, pode pegar esse financiamento junto com o seu companheiro. Ele pode ter acesso ao Pronaf e a mulher dele também pode contratar o financiamento do Pronaf Mulher para trabalhar em outra área dentro da mesma propriedade.

Não tenho dúvida nenhuma de que este Governo, como nenhum outro, deu grande impulso à agricultura familiar, e isso tem trazido imensos benefícios.

Nós sabemos que existem áreas em que ainda não chegou essa assistência técnica de forma completa, em que não se tem acesso ao crédito.

Eu, que sou do Pará, Estado que tem a maior quantidade de assentamento. Lá, nós temos três Superintendências do Incra. Em apenas uma delas, a Superintendência de Marabá, existe a maior concentração de assentamentos de todo o País. É preciso implantar infra-estrutura, dar acesso a créditos e dar assistência técnica aos agricultores desses assentamentos, que foram extremamente malfeitos. Realmente, é um desafio transformar esses cidadãos assentados dessa forma em produtores rurais inseridos inclusive na economia da região, na sua economia local. Esse, então, é o grande desafio junto com o Luz Para Todos e outros programas do Governo Federal.

Quero aqui parabenizar o Governo Lula. Eu acredito que os dados obtidos nas diversas pesquisas realizadas no País a respeito das eleições – é óbvio que isso não quer dizer que o resultado eleitoral será esse – se devem ao fato deste Governo ter dado atenção ao pequeno, ter dado atenção à agricultura familiar, que tem garantido a essas pessoas que jamais tiveram acesso ao crédito e à assistência técnica condições de plantarem e de se colocarem na terra como produtores e, com isso, promover a paz ao campo, como todos nós almejamos.

Parabéns ao Governo Lula, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo belíssimo trabalho que realiza, e ao Dr. Carlos Guedes, delegado do Estado do Pará, que qualificou muito o trabalho do MDA e facilitou também o acesso às políticas públicas aos diversos agricultores, especialmente ao agricultor familiar em nosso Estado, Pará.

Muito obrigada.

Durante o discurso do Sr. Ana Júlia Carepa, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. João Alberto Souza, 2º Secretário; e Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.
Passa-se à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

A Presidência informa que não houve nenhum acordo de Lideranças para apreciação do Item 1. Em consequência, as matérias constantes da pauta ficam sobrestadas.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador **Luiz Otávio**.
Prazo final: 15-6-2006.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador **Paulo Paim**
Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos trans-*

portes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador **Gilberto Mes-trinho**

Prazo final: 23-6-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24

de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador **Edison Lóbão**.

Prazo final: 4-7-2006

5

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999**
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador **Aloizio Mercadante**, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**
(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relatora Senadora **Serys Slhessarenko**, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal

(dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador **Tasso Jereissati**.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador **José Jorge**, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador **João Batista Motta**;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador **Valdir Raupp**; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504,*

de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Relator: Senador **Osmar Dias**, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais. Relator: Senador **Eduardo Azeredo**, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação. Relator: Senador **Cristovam Buarque**, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais. Relator: Senador **Mão Santa**, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação. Relator: Senador **Roberto Saturnino**.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação. Relator: Senador **Gerson Camata**.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação. Relatora: Senadora **Roseana Sarney**.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005). Relator: Senador **Gerson Camata**: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador **Edison Lobão**, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos. Relator: Senador **Edison Lobão**, concluindo contrariamente à matéria.

20

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador **Roberto Saturnino**, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1.126, de 2006, de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros – PMDB – AL) Com referência ao Projeto de Lei de Conversão nº 285, de 2006, que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado, e o de vigência foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, esgotando-se no próximo dia 4 de julho.

Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006, na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se na próxima terça-feira.

Designo o nobre Senador Fernando Bezerra Relator – Revisor da matéria.

É a seguinte a matéria recebida:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)

Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

Este Avulso contém os seguintes documentos:

- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão
- Medida Provisória original
- Mensagem do Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, nº 136, de 2006
- Exposição de Motivos nº 24/2006, encaminhada pelo Ministro de Estado da Fazenda
- Ofício nº 1.126/2006, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista
- Nota Técnica nº 6, de 2006, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Eunício Oliveira
- PMDB – CE
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Ato nº 19, de 2006, do Presidente do Congresso Nacional prorrogando o prazo de vigência da Medida Provisória
- Legislação Citada

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)

Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei trata da renegociação de débitos oriundos de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Art. 2º Fica autorizada a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, renegociadas ou não, de quaisquer fontes de recursos e agentes financeiros, contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, inclusive as operações originalmente contratadas ao aparo dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

mico e Social – BNDES, as operações realizadas com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional, as operações alongadas com amparo na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e as operações renegociadas com base nas Leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.696, de 2 de julho de 2003, e 10.923, de 19 de dezembro de 2003, e nas Resoluções de nºs 2.471, de 26 de fevereiro de 1999, e 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional, com suas respectivas alterações.

Parágrafo único. O disposto nesta lei não se aplica às operações em que tenha sido constatado desvio de recursos.

Art. 3º São beneficiários da renegociação disposta nesta Lei produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas, associações e condomínios, inclusive nas modalidades de crédito coletivo ou grupal, mutuários de operações firmadas, na área da Adene, entre 27 de setembro de 1999 e 31 de dezembro de 2000.

Parágrafo único. Admitir-se-á a renegociação de operações firmadas entre 29 de janeiro de 1996 e 31 de dezembro de 2000, quando aparadas por recursos do Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE, instituído pelo Decreto nº 92.344, de 29 de janeiro de 1996.

Art. 4º Para a apuração do saldo devedor a ser renegociado, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

I – nas operações já renegociadas com amparo na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e suas alterações, será observada a seguinte condição: nas operações transferidas para o Tesouro Nacional, apura-se o valor a ser repactuado mediante o somatório das parcelas:

a) vencidas e não pagas, pela multiplicação da quantidade de produto vinculado que as representa pelos respectivos preços mínimos vigentes nas datas de seus respectivos vencimentos, aplicados os encargos financeiros estabelecidos pela legislação pertinente às operações da espécie;

b) vencidas, pela multiplicação da quantidade de produto vinculado que as representa pelos respectivos preços mínimos vigentes à data da repactuação, descontando-se a parcela de juros de 3% (três por cento) ao ano;

II – nas operações renegociadas ao amparo da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998:

a) transferidas para o Tesouro Nacional, na forma da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, será obtido pela soma do valor pactuado, corrigido pelo IGP-M até a data da repactuação, e das parcelas de juros não pagas corrigidas pela taxa Selic, acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) ao ano, deduzido o valor do Título do Tesouro Nacional, corrigido pelo IGP-M e juros de 12% (doze por cento) ao ano;

b) não transferidas, será obtido pela soma do valor pactuado e das parcelas de juros não

pagas, ambos corrigidos pelo IGP-M até a data da repactuação, sem bônus e encargos de inadimplemento, deduzido o valor do Título do Tesouro Nacional, corrigido pelo IGP-M mais juros de 12% (doze por cento) ao ano;

III – nas demais operações, será obtido a partir do valor de sua contratação original, observadas as condições contratuais e as alterações legais pertinentes aos encargos financeiros, não sendo computados encargos de inadimplemento, multa, mora, custas e honorários advocatícios.

Art. 5º Sobre o saldo devedor apurado na forma do art. 4º desta lei incidirão cumulativamente encargos financeiros de:

I – 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano para uma ou mais operações do mesmo beneficiário cuja soma dos valores originalmente financiados ou efetivamente liberados não exceda a R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) ou valor equivalente;

II – 3% (três por cento) ao ano para a parcela excedente ao limite definido no inciso I do **caput** deste artigo, limitado ao montante originalmente financiado ou efetivamente liberado de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) ou valor equivalente; e

III – 5% (cinco por cento) ao ano para o valor que exceder ao montante calculado na forma do inciso II do **caput** deste artigo.

Art. 6º O saldo devedor apurado na forma dos arts. 4º e 5º desta lei será pago es prazo de 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data da renegociação, incluídos 4 (quatro) anos de carência, em parcelas anuais e sucessivas, ou em prazo inferior, livremente pactuado entre as partes, se de interesse do mutuário.

§ 1º Do valor da parcela anual devida quando paga até a data de vencimento será deduzido bônus de valor equivalente a 3% (três por cento) do valor do saldo devedor.

§ 2º Fica facultada ao mutuário a liquidação antecipada da dívida renegociada, mediante o pagamento do valor da parcela devida, calculada com aplicação do bônus a que se refere o § 1º deste artigo, multiplicado pelo número de prestações vincendas.

§ 3º Os juros relativos ao período de carência serão calculados e capitalizados para pagamento juntamente com as parcelas do financiamento.

Art. 7º As operações de repasse das cooperativas poderão ser renegociadas por essas ou diretamente pelos cooperados, independentemente dos financiamentos concedidos em favor delas.

Art. 8º É vedado aos agentes financeiros condicionar a repactuação ao pagamento de taxas ou demais encargos não previstos nesta lei, inclusive custas e honorários advocatícios.

Art. 9º O agente financeiro deverá fornecer ao mutuário, sem qualquer custo, no prazo de até 60 (sessen-

ta) dias contados da data de manifestação de interesse na renegociação, o demonstrativo de cálculo do saldo devedor das operações a serem repactuadas.

§ 1º Fica assegurada ao mutuário a revisão do cálculo referente à apuração do saldo devedor apresentado pela instituição financeira em instância superior à da agência.

§ 2º Persistindo o impasse quanto à apuração do saldo devedor, o mutuário poderá requerer a revisão do cálculo diretamente ou por meio de sua entidade sindical.

§ 3º A revisão do cálculo a que se refere o § 2º deste artigo será realizada por comissão especialmente constituída para essa finalidade, na forma do Regulamento, integrada por 1 (um) representante do Poder Executivo Federal, que a presidirá, 1 (um) representante de entidade sindical de produtores rurais, 1 (um) representante do Conselho Regional de Economia da respectiva unidade da Federação e 1 (um) da instituição financeira credora.

Art. 10. Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de regulamentação desta lei, prorrogável a critério do Conselho Monetário Nacional, para o recebimento de manifestação de interesse na renegociação.

Art. 11. 30 (trinta) dias após a data de regulamentação desta lei, os agentes financeiros deverão apresentar as normas operacionais para a renegociação ao Banco Central do Brasil, que dará imediata e ampla divulgação pública.

Art. 12. As renegociações celebradas ao amparo desta lei dispensa a exigência de novas garantias, liberando-se aquelas que excederem os valores regulamentares do crédito rural.

Art. 13. As renegociações de que trata esta lei serão formalizadas por emissão de cédula de crédito rural, disciplinada pelo Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Art. 14. Fica autorizada a suspensão da cobrança ou da execução judicial de dívidas originária de crédito rural, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, quando acolhida manifestação formal de interesse de renegociação, exceto nos casos em que se tenha configurado desvio de crédito.

Art. 15. É o Tesouro Nacional autorizado a emitir títulos até o montante de R\$7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) para garantir as operações de alongamento dos saldos consolidados de dívidas de que trata o art. V desta lei.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a equalizar, com recursos do FNE, as operações decorrentes da repactuação de que trata esta lei.

§ 2º A critério do Poder Executivo, os títulos referidos no **caput** deste artigo poderão ser emitidos para garantir o valor total das operações nele referidas ou, alternativamente, para garantir o valor da equalização decorrente do alongamento.

§ 3º O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Fazenda, fundamentará solicitação ao Senado Federal de aumento dos limites referidos nos incisos VI, VII e VIII do **caput** do art. 52 da Constituição Federal, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º O prazo de resgate dos títulos referido neste artigo iniciar-se-á a partir de 4 (quatro) anos da data de publicação desta lei.

Art. 16. A repactuação de que trata esta lei dar-se-á em conformidade com os limites e prazos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, observado o montante de recursos disponível para esse fim constante da Lei Orçamentária Anual, e em suas alterações aprovadas para essa finalidade.

Art. 17. Fica autorizada a criação de fundo, a ser constituído na forma que dispuser o regulamento desta lei, destinado a compensar a remissão do valor das parcelas de operações de crédito rural na área de atuação da Adene vencidas em períodos de adversidade climática reconhecida por ato do Poder Executivo Federal.

Art. 18. O § 2º do art. 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....

§ 2º No caso da região Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridade da área:

I – atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados, nos termos da alínea **c** do inciso I do art. 159 da Constituição Federal;

II – composição de Fundo de Compensação, destinado à remissão de parcelas de financiamentos agrícolas vencidas em anos em que ocorrer adversidade climática relevante, reconhecida em ato do Poder Executivo, para o qual destinará 10% (dez por cento) dos recursos ingressados, na forma que dispuser o Regulamento.”(NR)

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 285, DE 2006

Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, de valor original contratado até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de janeiro de 2001.

Art. 2º O banco administrador do FNE, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, fica autorizado a adotar, nas assunções, renegociações, prorrogações e composições das referidas no art. 1º, as seguintes condições:

I - saldo devedor da operação para efeito da renegociação da dívida: será apurado até a assunção, renegociação, prorrogação e composição de acordo com os encargos financeiros originalmente contratados, inclusive os de inadimplemento, acrescido das multas e mora contratuais;

II - beneficiários: mini, pequeno e médio produtores rurais, e as cooperativas e associações enquadradas nessas categorias, que sejam mutuários de financiamentos concedidos até 31 de dezembro de 1998, com recursos do FNE, de valor contratado até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e que não tenham efetuado assunção, renegociação, prorrogação e composição de dívidas, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.177, de 2001;

III - encargos financeiros, a partir da renegociação:

a) mini produtores, cooperativas e associações enquadradas nessa categoria: seis por cento ao ano;

b) pequenos e médios produtores, cooperativas e associações enquadradas nessas categorias: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

IV - prazo de pagamento: até seis anos, estabelecendo-se, caso a caso, novo esquema de amortização, fixado de acordo com a capacidade de pagamento do devedor, com vencimento pelo menos uma vez ao ano, vencendo-se a primeira parcela na data da renegociação e a última até 1º de fevereiro de 2012;

V - desconto para quitação das parcelas liquidadas até o vencimento do novo cronograma de pagamento:

a) no pagamento de cada parcela, calculada de acordo com o Sistema de Amortização Constantes (SAC), será concedido desconto equivalente à diferença entre a parcela calculada com base no saldo devedor apurado com os encargos de inadimplemento do contrato original e a parcela calculada com base no saldo devedor apurado com os encargos de normalidade do contrato original até a data de repactuação;

b) apurar-se-á o saldo devedor com os encargos de inadimplemento utilizando-se o índice acumulado entre as taxas de inadimplência previstas no contrato e a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos públicos federais.

§ 1º Para o cálculo do saldo devedor apurado com os encargos de normalidade referentes às parcelas de que trata o inciso V, considerar-se-á as taxas de juros previstas no inciso III, a partir de 1º de janeiro de 2003, para os mini e pequenos produtores rurais, e as cooperativas e associações enquadradas nessas categorias.

§ 2º É vedada a renegociação, nos termos desta Medida Provisória, das operações negociadas com amparo na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e na Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional.

§ 3º Os mutuários interessados na assunção, renegociação, prorrogação e composição de dívidas de que trata este artigo deverão manifestar formalmente seu interesse ao banco administrador até 30 de junho de 2006.

§ 4º O prazo para renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos do FNE, inclusive a formalização, caso a caso, dos respectivos aditivos junto aos mutuários, com vistas a adequar o instrumento de crédito às condições objeto desta Medida Provisória, encerrará em 15 de agosto de 2006.

Art. 3º Os mutuários que não renegociarem suas dívidas até o prazo estabelecido no § 4º do art. 2º ou que não efetuarem os pagamentos das parcelas renegociadas até a data do respectivo vencimento terão suas dívidas encaminhadas para inscrição em dívida ativa da União e não farão jus ao bônus de adimplemento referido no art. 2º, inciso V, desta Medida Provisória.

Art. 4º O banco administrador deve adotar, até 29 de setembro de 2006, todos os procedimentos necessários para viabilizar a reprogramação de pagamentos das operações, fornecendo aos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional todas as informações sobre a situação final dos contratos de que trata esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento pelo banco administrador do prazo estipulado no caput, o FNE cobrará multa de três por cento do valor do contrato calculado pelos encargos de adimplemento, a ser descontado das taxas de administração.

Art. 5º Quando da programação financeira do cronograma mensal de desembolso prevista nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo deverá considerar o desconto concedido nos termos desta Medida Provisória, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira em igual montante.

Art. 6º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as ~~condições~~ necessárias à implementação das disposições constantes desta Medida Provisória.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de março de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.



MENSAGEM Nº 136, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 285 de 6 de março de 2006, que “Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências”.

Brasília, 6 de março de 2006. – **José Alencar**.

EM nº 24 MF

Brasília, 6 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência proposta de medida provisória que tem por objetivo viabilizar a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), de valor originalmente contratado até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e que não foram renegociadas nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

2. A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, definiu novos encargos financeiros, a partir de 14 de janeiro de 2000, para operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

3. A referida Lei estabeleceu, também, as condições para as assunções, renegociações, prorrogações e composições de dívidas dessas operações, cujo prazo para adesão terminou em 31 de março de 2003.

4. Contudo, 30.163 operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), no valor originalmente contratado de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), não aderiram à renegociação autorizada pela Lei nº 10.177, de 2001, permanecendo com as condições originalmente pactuadas, inclusive no que diz respeito aos encargos financeiros. A quase totalidade dessas operações encontra-se inadimplente e com baixa perspectiva de recebimento.

5. Vale informar que, pelas condições ora propostas, as dívidas dos mini, pequenos e médios produtores

rurais e das cooperativas e associações enquadradas nessas categorias, passarão a ser corrigidas pelos mesmos encargos da Lei nº 10.177, de 2001, inferiores, portanto, aos originalmente contratados, podendo ser pagas em até seis anos, prazo este coincidente àquele concedido aos mutuários que aderiram às condições daquele diploma legal. Será dado, ainda, desconto para as parcelas pagas até a data do respectivo vencimento. Dessa forma, haverá um impacto nominal de cerca de R\$2,89 bilhões, no decorrer do prazo de renegociação, conforme o desconto a ser concedido, proporcionando um benefício médio aos mutuários da ordem de 68,8% de bônus sobre o saldo devedor atualizado com os encargos de inadimplimento contratuais.

6. Assim, a presente Medida Provisória, ao oferecer a possibilidade de renegociação dessas dívidas, com a redução de encargos, a concessão de descontos, beneficiará milhares de famílias, dando-lhes condições para que possam continuar suas atividades de forma a gerar renda, tanto para o próprio sustento como para o desenvolvimento daquela Região (Fl. 2 da E.M. Interministerial nº 24 MF, de 6 de março de 2006.)

7. São essas, Senhor Presidente, as razões que apresento a Vossa Excelência em favor do encaminhamento da Medida Provisória em anexo.

Respeitosamente, – **Murilo Portugal**, Ministro de Estado da Fazenda, Interino.

OF. nº 1.126/06/SGM/P

Brasília, 22 de maio de 2006

Assunto: Envio de PLV para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (Medida Provisória nº 285/06, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 17-5-06. que “Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

MPV Nº 285	
Publicação no DO	7-3-2006
Designação da Comissão	8-3-2006(SF)
Instalação da Comissão	9-3-2006
Emendas	até 13-3-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	7-3-2006 a 20-3-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	20-3-2006
Prazo na CD	de 21-3-2006 a 3-4-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	3-4-2006
Prazo no SF	4-4-2006 a 17-4-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	17-4-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	18-4-2006 a 20-4-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	21-4-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	5-5-2006 (60 dias)
(*) Prazo prorrogado	4-7-2006
(*)Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 19, de 2006 – DO de 26-4-2006	

MPV Nº 285	
Votação na Câmara dos Deputados	10-5-2006
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

NOTA TÉCNICA Nº 6/2006

Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 285, de 6 de março de 2006.

I – Introdução

Com base no art. 62, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 285, de 6 de março de 2006, que “Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências”.

A presente Nota Técnica atende a determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória”.

II – Síntese e Aspectos Relevantes

A Medida Provisória nº 285/2006 tem como foco o refinanciamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural de mini, pequenos e médios produtores e as cooperativas e associações enquadradas nessas categorias, situados na área de atuação da Adene, que não tenham participado da renegociação autorizada pela Lei nº 10.177, de 2001, cujo prazo de adesão terminou em 31 de março de 2003.

De acordo com a MP, o Banco do Nordeste do Brasil S.A.– BNB, está autorizado a renegociar dívidas lastreadas em recursos do Fundo Constitucional do Nordeste – FNE, de valor originalmente contratado até R\$50.000,00, sob as mesmas condições da Lei nº 10.177/2001.

A Exposição de Motivos nº 24/MF, de 6 de março de 2006, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informa que a proposta tem por objetivo viabilizar a renegociação de cerca de 30 mil operações que não foram beneficiadas pelas condições da Lei nº 10.177/2001, permanecendo com os encargos financeiros originalmente pactuados, encontrando-se quase todas em estado de inadimplência e com baixas perspectivas de recebimento.

Segundo a EM, os descontos e benefícios previstos na MP resultarão num bônus da ordem de 68,8% sobre o saldo devedor atualizado com os encargos de inadimplemento contratuais, o que representará um impacto nominal de de R\$2,89 bilhões, no decorrer do prazo de renegociação.

Por fim, o art. 5º da medida provisória estabelece que, quando da programação financeira do cronograma mensal de desembolso prevista nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo deverá considerar o desconto concedido, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira em igual montante.

III – Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que “Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), no seu art. 16, § 1º, estabeleceu os seguintes conceitos sobre adequação e compatibilidade financeira e orçamentária:

“§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

A renegociação, de que trata a medida provisória em análise, estabelece prazo de até 6 anos para o resgate, prevê encargos financeiros inferiores aos originalmente contratados e concessão de bônus de adimplência. Nos moldes propostos, a norma terá como consequência uma significativa redução de receitas de retornos de empréstimos que constituem, nos termos do art. 6º, II, da Lei nº 7.827/1989, recursos do FNE.

Embora tais receitas não sejam orçamentárias, uma vez que não transitam pela lei orçamentária anual, não há como negar que o impacto financeiro da medida terminará sendo absorvida pelo orçamento da União, já que um subsídio de tal monta tende a afetar a saúde financeira do fundo, gerando prejuízos que deverão ser compensados implícita ou explicitamente no orçamento, de modo a evitar a redução do patrimônio do FNE.

A própria MP prevê no seu art. 5º que o Poder Executivo deverá considerar o desconto concedido, quando da programação financeira do cronograma mensal de desembolso prevista nos arts 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que dispõem:

“Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.”

Entendemos que a finalidade dos mencionados arts. 8º e 9º da LRF é estabelecer um equilíbrio entre o fluxo de receitas efetivamente arrecadadas e a necessidade de atendimento das despesas já fixadas no

orçamento, mas não devem ser utilizados como instrumentos para a compensação de despesas novas, o que pressupõe, como deixa claro o próprio art. 5º da MP, o contingenciamento de dotações, prática que distorce e prejudica o processo de planejamento.

Da leitura conjunta do art. 14, que trata da redução de receitas e dos arts. 16 e 17 da LRF, que tratam da ampliação de despesas, inclusive as relacionadas a subsídios, depreende-se que, no caso da MP em análise, para cumprir os requisitos de adequação orçamentária e financeira, o ato deveria observar as seguintes disposições:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º.....”

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária

ria e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

.....”
 “Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o **caput** deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do parágrafo anterior o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

.....”

Contudo, não estão presentes na MP os seguintes elementos: estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes; declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária; e medidas de compensação por meio do aumento de receita.

Esses são os subsídios.

Brasília, 13 de março de 2006. – **Wellington Pinheiro de Araujo**, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira.

PARECER DO RELATOR, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 285, DE 2006, E EMENDAS (PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, trata-se da Medida Provi-

sória nº 285, de 2006 (Mensagem nº 136), que dispõe sobre as operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.

Relatório

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi atribuída pela Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 136, de 6 de março de 2006, submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 285, da mesma data.

A Medida Provisória nº 285, de 2006, tem como foco o refinanciamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural de médios, pequenos e miniprodutores e das cooperativas e associações enquadradas nessas categorias, situados na área de atuação da Adene, que não tenham participado da renegociação autorizada pela Lei nº 10.177, de 2001, cujo prazo de adesão terminou em 31 de março de 2003.

No decorrer do prazo regimental, foram oferecidas perante a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria 104 emendas de autoria de vários Srs. Parlamentares.

Esgotado o prazo regimental, não houve manifestação da Comissão Mista, cabendo, nesta oportunidade, ao Plenário da Câmara dos Deputados deliberar sobre a matéria.

Passamos a seguir a apresentar o nosso voto.

Voto do Relator

Da admissibilidade

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, é admissível a adoção de medida provisória pelo Presidente da República, que deverá submetê-la de imediato ao Congresso Nacional.

A admissibilidade da medida provisória restringe-se, assim, aos pressupostos de relevância e urgência. Entendemos que esses pressupostos fazem-se presentes no caso sob exame, uma vez que, dada a preeminência e a necessidade de implementação tempestiva das providências adotadas pela Medida Provisória nº 285, de 2006, tornaram-se exíguos os prazos para a tramitação de projeto de lei, ainda que em regime de urgência.

Cumpra observar que a Medida Provisória nº 285, de 2006, foi editada na mesma data em que o Exmº Sr. Presidente da República vetou integralmente o Projeto de Lei nº 4.514, de 2004, conforme sua Mensagem nº 135, de 6 de março de 2006. Essa proposição, de maior abrangência, também dispunha sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Adene.

Com base no exposto, manifesto-me pela admissibilidade da Medida Provisória nº 285, de 2006.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

Atendidos os pressupostos de urgência e relevância e constatado que as matérias tratadas no diploma legal sob análise não se enquadram no rol das vedações à edição de medida provisória listadas nos incisos I a IV do art. 62 e no art. 246 da Constituição Federal, nem se inserem entre aquelas de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer uma de suas Casas, tampouco ferem qualquer princípio ou preceito da Lei Maior, voto pela constitucionalidade e pela juridicidade da Medida Provisória nº 285, de 2006. Quanto à técnica legislativa, entendo atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 6 de fevereiro de 1998.

Da adequação financeira e orçamentária

Cabe, preliminarmente ao exame de mérito, apreciar a matéria quanto à sua adequação financeira e orçamentária, que, nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, consiste em analisar a repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e a implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Diante do exposto, voto pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 285, de 2006, do respectivo Projeto de Lei de Conversão, assim como das emendas de nºs 1 a 62, 74, 77 a 81, 83 a 86, 88 a 90 e 92 a 101, pela não implicação em aumento ou diminuição de receita ou despesa orçamentária das emendas de nºs 63 a 72, 75, 76, 82, 87 e 91; e pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda nº 73.

O anexo Projeto de Lei de Conversão, entre outros aspectos, concede benefícios aos produtores rurais do semi-árido e das demais áreas de atuação da Adene; amplia significativamente o número de beneficiários da

renegociação; inclui alguns produtores, que já havendo renegociado suas dívidas, ainda assim não têm conseguido pagá-las; abrange as operações contratadas até 15 de janeiro de 2001 – data de entrada em vigor da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 –, avançando mais de 2 anos em relação à proposta original; alcança outras fontes de recursos de financiamento, além do FNE; propõe taxas de juros diferenciadas e mais consentâneas com a realidade nordestina, elimina o vencimento da primeira parcela no ato da renegociação; estabelece prazo mínimo de 6 meses para a adesão por parte dos mutuários (após a regulamentação do Conselho Monetário Nacional); autoriza a individualização dos contratos grupais ou coletivos e o alongamento dos débitos individuais até o limite de 50 mil reais; autoriza a suspensão da cobrança ou execução judicial das dívidas a partir da adesão do mutuário à renegociação; não recomenda a inscrição da dívida ativa da União de débitos dos senhores produtores rurais.

As 104 emendas apresentadas perante a Comissão Mista oferecem redações alternativas a todos os dispositivos da Medida Provisória de nº 285, de 2006, tendendo a ampliar consideravelmente sua abrangência. Algumas acrescentam novos dispositivos e outras são emendas substitutivas Globais. Consideramos meritórias muitas dessas emendas e procuramos incorporá-las, integral ou parcialmente, no projeto de lei de conversão que ora apresento aos Srs. Parlamentares.

Com base no exposto, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 285, de 2006, na forma do projeto de lei de conversão em anexo, que incorpora integral ou parcialmente as Emendas nºs 1, 4, 9, 12 a 17, 20, 21, 22, 25, 30, 38 a 41, 44, 51, 54, 56, 57, 58, 61 a 72, 76, 85, 86, 91 e 93.

São rejeitadas as demais emendas apresentadas perante a Comissão Mista.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, decidi mudar a Medida Provisória nº 285, porque não traduz nem de longe o drama e a realidade do agricultor nordestino. O homem simples do campo não compreende a linguagem técnica e, quando vai ao Banco do Nordeste, não sabe de que fonte e de qual **mix**, como se costuma chamar, vai receber aqueles recursos que tomou. Não sabe o que é SELIC; o que ele sabe é que tomou dinheiro emprestado do Banco do Nordeste ou do Banco do Brasil e deixou de pagar exatamente por causa da longa estiagem que lhe retirou as condições de fazê-lo. O agricultor nordestino dá mais valor à sua honra do que ao crédito, mas quer pagar a dívida dentro de parâmetros que representem a sua realidade.

É com a sensibilidade de nordestino e de quem conhece o drama social que essa questão envolve que mudei radicalmente o teor da Medida Provisória nº 285.

Fui Ministro do Governo Lula e tenho muito orgulho disso, mas tenho a responsabilidade também com a questão fiscal e com o ajuste das contas públicas.

Por essa razão, posso garantir que o impacto financeiro desse Projeto de Lei de Conversão é mínimo, especialmente, se considerarmos o efeito social que ele irá produzir.

Procurei ajustar o conteúdo do projeto ao que considero justo e sensato; ampliei significativamente o número de contratos; alonguei os prazos da dívida; retirei a obrigatoriedade de pagamento de parcelas no ato da renegociação; reduzi juros; derrubei taxas e criei tempo de carência razoável. Em vez das 31 mil famílias previstas na Medida Provisória, o projeto de conversão alcança a renegociação de cerca de 194.731 contratos. Isso representa um universo de quase 1 milhão de pessoas que serão alcançadas por este Projeto de Lei de Conversão.

Não se exige mais pagamento algum no ato da renegociação e os bônus de adimplência podem chegar a 65% para o semi-árido nordestino.

As dívidas de investimento e custeio até 15 mil reais terão o mesmo tratamento no momento da renegociação e não mais serão tratadas separadamente.

As dívidas entre 35 mil reais e 50 mil reais, e as que não se enquadrarem nas condições da Lei nº 10.696 ou que sejam idênticas ao previsto na Lei nº 10.177, serão renegociadas sem pagamento algum no ato da renegociação. Cai a exigência do valor de um sexto do montante no pagamento na primeira parcela.

Reabri a securitização para atender aos mutuários que não alongaram suas dívidas com base na Lei nº 9.138. Agora eles poderão fazê-lo com o desconto de até 68,5% da primeira parcela, que vai vencer em outubro deste ano, e ainda podem alongar o restante da dívida até o ano de 2025. Portanto, 19 anos a mais.

A Medida Provisória nº 285 só previa a renegociação de empréstimos contraídos no âmbito do FNE. O Projeto de Lei de Conversão que apresento às Sr^{as} e aos Srs Deputados incluiu todas as fontes de empréstimo, como o FNE, o FAT, o BNDES e as demais fontes, que ficaram intituladas como **mix** no projeto feito no Banco do Nordeste, bem como as instituições oficiais e particulares que emprestaram dinheiro na área de abrangência da Adene.

A renegociação com base nas Leis nº 10.696 ou na Lei nº 10.177 que, pela Medida Provisória, só valia para contratos até 1998, foi estendida para operações de empréstimos contraídos até 15 de janeiro de 2001 e sem limite de data para os agricultores enquadrados na chamada securitização 2.

O Projeto de Lei de Conversão individualiza os contratos grupais ou coletivos e dá aos mutuários com débito de até 50 mil reais as mesmas condições de renegociação das suas dívidas.

O Projeto de Lei de Conversão também retirou do saldo devedor multa, mora, encargo de inadimplência ou honorários advocatícios previstos na Medida Provisória nº 285. Era uma situação tão absurda que alguns agricultores seriam obrigados a pagar na primeira parcela o equivalente a 10 vezes a mais do que o montante da dívida contratada.

As taxas de juros com previsão anterior de até 8,75% ao ano, na maioria dos casos, serão reduzidas para 3% ao ano. O prazo de pagamento, que antes era de 6 anos para os contratos enquadráveis nas Leis nº 10.696 e 10.177, passa para 10 anos e, no caso dos securitizados, para 19 anos, alongando suas dívidas até o ano de 2025.

O agricultor ainda terá a opção de aderir à renegociação 6 meses após a regulamentação da nova lei. A partir da adesão, é obrigatória a suspensão da cobrança ou execução judicial das dívidas e os bancos ficam obrigados a desistir das ações em andamento.

Retirei também o dispositivo da Medida Provisória que previa a inclusão do mutuário inadimplente na dívida ativa da União. No momento em que o País assiste a uma das mais sérias ondas de violência urbana e ao vendaval de denúncias que se colocam este Poder do epicentro da crise e semeia o desencanto, creio ser essa a mais eficaz forma de exercitar a verdadeira atividade parlamentar dar ao País e, particularmente, ao sertanejo sofrido e calejado do Nordeste brasileiro, uma solução de alta relevância social que resgata a cidadania e a dignidade. Eles não precisarão entregar as suas terrinhas e deixar que seus filhos e netos migrem para as grandes cidades e engrossem o cinturão de miséria ou se transformem em presas fáceis das organizações criminosas.

A origem nordestina, humilde e sofrida do Presidente Lula me dá a certeza de que S. Ex^a sancionará este projeto de conversão, para se tornar lei, pela simples razão de que faz justiça e devolve a esperança a uma significativa parcela de nordestinos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 285, DE 2006
(Mensagem nº 136)

Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Eunício Oliveira**

I – Relatório

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi atribuída pela Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 136, de 6 de março de 2006, submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 285, de mesma data.

A Medida Provisória nº 285/2006 tem como foco o refinanciamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural de mini, pequenos e médios produtores e as cooperativas e associações enquadradas nessas categorias, situados na área de atuação da Adene, que não tenham participado da renegociação autorizada pela Lei nº 10.177, de 2001, cujo prazo de adesão terminou em 31 de março de 2003.

O art. 1º estabelece os limites de abrangência para a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural. O art. 2º autoriza o banco administrador do FNE a adotar, nas assunções, renegociações, prorrogações e composições de dívidas, as condições que ali se especificam, quais sejam, em linhas gerais:

– critérios para a apuração do saldo devedor da operação, para efeito da renegociação da dívida;

– beneficiários: mini, pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, que sejam mutuários de financiamentos concedidos até 31-12-1998, com recursos do FNE, de valor contratado até R\$50.000,00, e que não tenham efetuado assunção, renegociação, prorrogação ou composição de dívidas;

– encargos financeiros vigentes a partir da renegociação: 6% ou 8,75% a.a.;

– prazo de até seis anos para pagamento e outras condições relativas à amortização;

– desconto a ser concedido para a quitação das parcelas liquidadas até o vencimento do novo cronograma de pagamento.

Nos parágrafos do art. 2º estabelecem-se critérios para o cálculo do saldo devedor apurado com os encargos de normalidade; veda-se a renegociação, com base naquela Medida Provisória, das operações negociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 1995, e na Resolução CMN nº 2.471, de 1998; fixa-se a data-limite de 30-6-2006 para que os mutuários interessados na renegociação manifestem tal interesse ao banco administrador; e fixa-se o prazo final de 15-8-2006, para as renegociações, prorrogações e composições de dívidas, com base na Medida Provisória.

O art. 3º da Medida Provisória estabelece que os mutuários que não renegociarem suas dívidas ou não efetuarem os pagamentos das parcelas renegociadas até a data do respectivo vencimento terão suas dívidas encaminhadas para inscrição em dívida ativa da União e não farão jus a bônus de inadimplemento.

O art. 4º fixa o prazo de 29 de setembro de 2006 para que o banco administrador adote todos os procedimentos necessários para viabilizar a reprogramação de pagamentos das operações, fornecendo informações sobre a situação final dos contratos aos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional.

O art. 5º estabelece que, quando da programação financeira do cronograma mensal de desembolso prevista nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo deverá considerar o desconto concedido nos termos da Medida Provisória, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira em igual montante.

O art. 6º incumbe o Conselho Monetário Nacional de estabelecer as condições necessárias à implementação das disposições. De acordo com o art. 7º, a Medida Provisória vigora desde o dia 7 de março de 2006, data de sua publicação no **Diário Oficial**.

No decorrer do prazo regimental, foram oferecidas, perante a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, 104 emendas, de autoria dos seguintes Parlamentares:

Parlamentar	Emendas oferecidas
Deputado Adão Pretto	19, 70, 82, 83 e 90
Deputado André Figueiredo	47 e 71
Deputado Anivaldo Vale	2 e 84
Senador Antero Paes de Barros	95 e 96
Deputado Antonio Cambraia	5, 6, 7, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 41 e 67
Deputado Antonio Carlos Mendes Thame	77, 78, 79, 97 e 100
Senador Antonio Carlos Valadares	16, 17, 46, 49, 59 e 66
Senador Arthur Virgílio	98
Deputado Átila Lira	8, 37, 42, 43, 44, 52, 53, 64, 91 e 101
Deputado B. Sá	62, 85, 86, 87, 88, 89 e 92
Deputado Carlos Mota	3, 50 e 60
Deputado Fernando Coruja	99
Deputado Givaldo Carimbão	30 e 36
Deputado Heleno Silva	32
Senadora Heloísa Helena	1, 22, 23, 51, 56, 57, 63, 65, 74 e 76
Deputado Inácio Arruda	21, 73 e 75

Parlamentar	Emendas oferecidas
Deputado José Carlos Aleluia	9, 10 e 11
Deputado João Grandão	12 e 38
Deputado João Carlos Bacelar	31 e 102
Deputado Leonardo Moura Vilela	80, 81 e 104
Deputado Marcelo Castro	35
Deputado Márcio Reinaldo Moreira	18 e 48
Deputado Maurício Rands	45, 54, 58 e 72
Deputado Moacir Micheletto	94
Deputado Nélio Dias	103
Deputado Nelson Pellegrino	13 e 39
Deputado Orlando Desconsi	93
Deputado Raul Jungmann	55 e 68
Senador Rodolpho Tourinho	20, 61 e 69
Deputado Rodrigo Maia	33 e 34
Deputado Virgílio Guimarães	4
Deputado Walter Pinheiro	14
Deputado Zezéu Ribeiro	15 e 40

Esgotado o prazo regimental, não houve manifestação da Comissão Mista, cabendo, nesta oportunidade, ao Plenário da Câmara dos Deputados deliberar sobre a matéria. Passamos, a seguir, a apresentar o nosso voto.

II – Voto do Relator

Da Admissibilidade

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, é admissível a adoção de medida provisória pelo Presidente da República, que deverá submetê-la de imediato ao Congresso Nacional.

A admissibilidade da medida provisória restringe-se, assim, aos pressupostos de relevância e urgência. Entendemos que estes pressupostos fazem-se presentes no caso sob exame, uma vez que, dada a preeminência e a necessidade de implementação tempestiva das providências adotadas pela Medida Provisória nº 285, de 2006, tornaram-se exíguos os prazos para a tramitação de projetos de lei, ainda que em regime de urgência.

Cumprindo observar que a Medida Provisória nº 285, de 2006, foi editada na mesma data em que o Exmo Sr. Presidente da República vetou integralmente o Projeto de Lei nº 4.514, de 2004, conforme sua Mensagem nº 135, de 6 de março de 2006. Essa proposição, de maior abrangência, também dispunha sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Adene.

Com base no exposto manifesto-me pela admissibilidade da Medida Provisória nº 285, de 2006.

Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

Atendidos os pressupostos de urgência e relevância e constatando que as matérias tratadas no diploma legal sob análise não se enquadram no rol das vedações impeditivas à edição de medidas provisórias, listadas nos incisos I a IV do art. 62 e no art. 246 da Constituição Federal, e nem se inserem entre aquelas cuja competência é exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer uma de suas Casas, tampouco ferem qualquer princípio ou preceito da Lei Maior, voto pela constitucionalidade e pela juridicidade da Medida Provisória nº 285, de 2006. Quanto à técnica legislativa, entendo atendidos os requisitos da Lei Complementar nº 95, de 6 de fevereiro de 1998.

Da Adequação Financeira e Orçamentária

Cabe, preliminarmente ao exame de mérito, apreciar a matéria quanto à sua adequação orçamentária e financeira que, nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, consiste em analisar a repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e a implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

As prorrogações e composições de dívidas de que tratam a Medida Provisória nº 285/2006, e o Projeto de Lei de Conversão que ora apresentamos, consistirão, num primeiro momento, apenas de operações de caráter financeiro, sem interferir na meta de superávit primário constante da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006). Nos exercícios futuros, os impactos decorrentes dos benefícios concedidos serão considerados pelo Poder Executivo quando da programação financeira do cronograma mensal de desembolso prevista nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Foram apresentadas 104 emendas à MP nº 285, de 2006. Verificamos que as emendas de nºs 63 a 72, 75, 76, 82, 87 e 91, promovem ajustes no texto, sem implicação financeira ou orçamentária; que a emenda de nº 73, exclui o dispositivo que garante a compensação do impacto financeiro decorrente da MP nº 285/2006, pelo que é considerada inadequada; e que as emendas de nºs 1 a 62, 74, 77 a 81, 83 a 86, 88 a 90 e 92 a 101 promovem alterações no que concerne a prazos e condições de renegociação cujos impactos são acomodáveis na programação financeira e orçamentária do Governo Federal.

Diante do exposto, voto pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 285, de 2006, do respectivo projeto de lei de conversão, assim como das emendas de nºs 1 a 62, 74, 77 a 81, 83 a 86, 88 a 90 e 92 a 101; pela não implicação em aumento ou diminuição de receita ou despesa orçamentária das emendas de nºs 63 a 72, 75, 76, 82, 87 e 91; e pela inadequação financeira e orçamentária da emenda de nº 73.

Do Mérito

A Exposição de Motivos nº 24, de 6 de março de 2006, do Ministro de Estado da Fazenda, interino, submete a proposta de medida provisória à apreciação

do Ex^o Sr. Presidente da República, informando que, embora a Lei nº 10.177, de 2001, tenha definido novos encargos financeiros para operações contratadas com recursos dos fundos constitucionais, bem assim as condições para as assunções, renegociações, prorrogações e composições de dívidas dessas operações, tendo vencido em 31-3-2003 o prazo para esses procedimentos, 30.163 operações contratadas com recursos do FNE na região de atuação da Adene, cujos contratos originais tinham valor de até R\$50.000,00, não aderiram à renegociação autorizada. A quase totalidade dessas operações encontra-se inadimplente e com baixa perspectiva de recebimento.

A exposição de motivos também informa que, na forma da medida provisória, as dívidas dos mini, pequenos e médios produtores rurais e de suas cooperativas e associações passarão a ser corrigidas pelos mesmos encargos da Lei nº 10.177, de 2001, inferiores aos originalmente contratados, podendo ser pagas em até seis anos, prazo que coincide com aquele concedido aos mutuários que aderiram às condições daquele diploma legal. Estas condições, associadas ao desconto a ser concedido para as parcelas pagas até a data do respectivo vencimento, causarão um impacto nominal de cerca de R\$2,89 bilhões, no decorrer do prazo de renegociação, proporcionando um benefício médio aos mutuários da ordem de 68,8% de bônus sobre o saldo devedor atualizado com os encargos de inadimplemento contratuais. E conclui que a medida provisória beneficiará milhares de famílias, dando-lhes condições para que possam continuar suas atividades e gerar renda, necessária ao próprio sustento e ao desenvolvimento regional.

Embora entendendo que a Medida Provisória nº 285, de 2006, traga benefícios a uma parcela de produtores rurais nordestinos, parece-nos demasiadamente restrito o seu alcance. Limita-se em cinquenta mil reais o montante do valor original das operações creditórias que poderão ser enquadradas; consideram-se apenas os financiamentos contratados com recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste; excluem-se as operações que já tenham sido renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 2001; determina-se a apuração do saldo devedor com todos os encargos de inadimplemento, para depois conceder-se desconto do exato montante desse acréscimo aos mutuários que se mantiverem adimplentes; determina-se o encaminhamento para inscrição em dívida

ativa da união dos débitos daqueles que não negociarem suas dívidas ou, tendo-o feito, não se mantiverem adimplentes; e não se estabelece nenhum diferencial entre o semi-árido e as demais áreas de atuação da Adene, onde não se registram as mesmas dificuldades relativas às severas estiagens.

Com o propósito de sanar as distorções a que nos referimos, entendemos necessária a apresentação de projeto de lei de conversão à medida provisória, ao qual se aplicam idênticas conclusões, relativas à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, adequação financeira e orçamentária.

O anexo projeto de lei de conversão, entre outros aspectos, concede benefícios aos produtores rurais do semi-árido e das demais áreas de atuação da Adene; amplia significativamente o número de beneficiários da renegociação; inclui alguns produtores que, já havendo renegociado suas dívidas, ainda assim não tem conseguido pegá-las; abrange as operações contratadas até 15 de janeiro de 2001 – data de entrada em vigor da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 –, avançando mais de dois anos em relação à proposta original; alcança outras fontes de recursos dos financiamentos, além do FNE; propõe taxas de juros diferenciadas e mais consentâneas com a realidade nordestina; elimina o vencimento da primeira parcela no ato da renegociação; estabelece prazo mínimo de seis meses para a adesão por parte dos mutuários; autoriza a individualização dos contados grupais ou coletivos e o alongamento dos débitos individuais até o limite de cinquenta mil reais; autoriza a suspensão da cobrança ou execução judicial das dívidas, a partir da adesão do mutuário à renegociação; não recomenda a inscrição na dívida ativa da União de débitos dos produtores; e exclui, de entre os beneficiários, aqueles que tenham praticado desvio de recursos ou que tenham sido caracterizados como depositários infieis.

As cento e quatro emendas apresentadas perante a Comissão Mista oferecem redações alternativas a todos os dispositivos da Medida Provisória nº 285, de 2006, tendendo a ampliar consideravelmente sua abrangência. Algumas acrescentam novos dispositivos e outras são emendas substitutivas globais. Consideramos meritórias muitas dessas emendas e procuramos incorporá-las integral ou parcialmente, no Projeto de Lei de Conversão.

Com base no exposto, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 285, de 2006, na forma do projeto de lei de conversão anexo, que incorpora, integral ou parcialmente, as emendas de nºs 1, 4, 9, 12 a 17, 20, 21, 22, 25, 30, 38 a 41, 44, 51, 54, 56, 57, 58, 61 a 72, 76, 85, 86, 91 e 93. São rejeitadas as demais emendas apresentadas perante a Comissão Mista.

Sala das Sessões, de de 2006. – Deputado **Eunício Oliveira**, Relator.

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 285,
DE 6 DE MARÇO DE 2006**

Dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e dá outras providências.

Art. 2º Fica autorizada a repactuação de dívidas de operações originárias de crédito rural, relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações, até 15 de janeiro de 2001, de valor originalmente contratado até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, nas seguintes condições:

I – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos até 31 de dezembro de 1997, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no caso de operações classificadas como “Proger Rural”, ou equalizadas pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), que não foram renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, ou na Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional, com suas respectivas alterações:

a) rebate no saldo devedor equivalente a oito inteiros e oito décimos por cento, na data da repactuação;

b) bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, sendo que, nas regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área da atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, o bônus será de 65% (sessenta e cinco por cento);

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano, a partir da data da repactuação;

d) o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de dez anos, incluídos dois anos de carência, a ser liquidado em parcelas anuais, iguais e sucessivas;

II – nos financiamentos de custeio e investimento concedidos no período de 2 de janeiro de 1998 a 15 de janeiro de 2001, ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE; do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no caso de operações classificadas como “Proger Rural”, ou equalizadas pelo Tesouro Nacional, no valor total originalmente contratado de até R\$15.000,00 (quinze mil reais):

a) os mutuários que estiverem adimplentes na data de publicação desta lei, ou que regularizarem seus débitos em até cento e oitenta dias contados a partir da data de publicação desta lei, terão as seguintes condições:

1. rebate de 8,8% (oito inteiros e oito décimos por cento) no saldo devedor, na posição de 1º de janeiro de 2002, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados;

2. o saldo devedor apurado na data da repactuação será prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, a ser liquidado em parcelas anuais, iguais e sucessivas;

3. aplicação de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir de 1º de janeiro de 2002;

4. nas regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, será concedido um bônus de adimplência de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento;

b) os mutuários que se encontrarem em inadimplência e não regularizarem seus débitos no prazo estabelecido na alínea **a** do inciso II deste artigo terão as seguintes condições:

1. o saldo de todas as prestações vencidas e não-pagas deverá ser corrigido até a data da repactuação com base nos encargos originalmente contratados, sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento;

2. sobre o saldo das parcelas vencidas, será concedido, na data da repactuação, um rebate de 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento), desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados, sendo aplicada taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir da data de renegociação;

3. na parcela do saldo devedor vincendo será concedido, na posição de 1º de janeiro de 2002, um rebate de 8,8% (oito inteiros e oito décimos por cento) no saldo devedor, desde que se trate de operação contratada com encargos pós-fixados, passando a ter uma taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir daquela data;

4. o saldo devedor das operações, apurado na forma dos itens 3 e 4 da alínea **b** do inciso II deste artigo, será consolidado na data da repactuação e prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, a ser liquidado em parcelas anuais, iguais e sucessivas;

5. nas regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, os mutuários que vierem a adimplir-se nessas condições farão jus a um bônus de adimplência de 35% (trinta e cinco

por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento.

c) aplicação de taxa efetiva de juros de três por cento ao ano a partir de 1º de janeiro de 2002, com as condições diferenciadas para o semi-árido previstas na alínea **b** do inciso I deste artigo;

III – nos financiamentos concedidos nos períodos referenciados nos incisos I e II, ao amparo de recursos do FNE, com valor total originalmente contratado acima de R\$15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), observadas as seguintes condições:

a) aplica-se o disposto no inciso I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais) na data do contrato original;

b) a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais) será alongada em até dez anos, com dois anos de carência, sendo aplicada taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir da data de renegociação.

§ 1º No caso de operações referenciadas no **caput** deste artigo formalizadas com cooperativa ou associação de produtores, considerar-se-á:

I – cada cédula-filha ou instrumento de crédito individual originalmente firmado por beneficiário final do crédito;

II – como limite individual, no caso de operação que não envolveu repasse de recursos a cooperados ou associados, o resultado da divisão do valor originalmente financiado pelo número total de cooperados ou associados da entidade que se enquadrarem como agricultores familiares, respeitado o mesmo teto de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para enquadramento.

§ 2º Na hipótese de liquidação antecipada e total do saldo devedor das operações a que se refere o **caput** deste artigo até 31 de dezembro de 2008, aplicar-se-á bônus adicional de dez por cento sobre o montante devido.

§ 3º Para efeito do disposto nos incisos II e III do **caput** deste artigo, fica o gestor do Fundo Constitucio-

nal de Financiamento do Nordeste autorizado a reclassificar as operações realizadas simultaneamente com recursos do FAT ou de outras fontes e do FNE para a carteira do fundo, bem como, nesse caso, a assumir o ônus decorrente das disposições deste artigo.

§ 4º Aplicam-se as condições previstas no inciso I, do **caput** deste artigo, aos mutuários que tenham renegociado as suas dívidas com base em legislações posteriores à Resolução nº 2.765, de 10 de agosto de 2000, não sendo cumulativos os benefícios previstos nesta lei com os anteriormente repactuados.

§ 5º Para os financiamentos de que tratam os incisos I e II, realizados na região Nordeste, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e lastreados com recursos do FAT ou de outras fontes, em operações com recursos mistos dessas fontes e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, ou realizadas somente com recursos dessas fontes sem equalização, nessa região, cujo valor total originalmente contratado não exceda a R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), prevalecem as seguintes disposições:

I – aplicam-se os benefícios de que tratam os incisos I ou II, conforme a data da formalização da operação original, para a parcela do saldo devedor, ou da prestação, que corresponda ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais);

II – a parcela do saldo devedor, apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$15.000,00 (quinze mil reais), na região do semi-árido, incluído o Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, observado o seguinte:

a) os mutuários que estiverem adimplentes na data de publicação desta lei, ou que regularizarem seus débitos em até cento e oitenta dias contados a partir da data de publicação desta lei, terão as seguintes condições:

1. farão jus a bônus de adimplência de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre a prestação ou parcela liquidada na data do vencimento;

2. aplicação de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir de 1º de janeiro de 2002;

b) os mutuários que se encontrarem em inadimplência e não regularizarem seus débitos no prazo estabelecido na alínea **a** do inciso II deste parágrafo terão as seguintes condições:

1. o saldo de todas as prestações vencidas e não-pagas deverá ser corrigido até a data da repactuação com base nos encargos originalmente contratados, sem bônus e sem encargos adicionais de inadimplemento, quando passam a ter uma taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano);

2. na parcela do saldo devedor vincendo será aplicada uma taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) a partir de 1º de janeiro de 2002;

3. os mutuários que vierem a adimplir-se nessas condições farão jus a bônus de adimplência de 15% (quinze por cento) sobre cada prestação ou parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento.

§ 6º O saldo devedor das operações de que trata este artigo será apurado com base nos encargos contratuais de normalidade, sem o cômputo de multa, mora, quaisquer outros encargos por inadimplemento, ou honorários advocatícios.

§ 7º Para aderir à repactuação de que trata este artigo será dispensada contrapartida financeira por parte do mutuário.

§ 8º As disposições deste artigo não se aplicam aos mutuários de operações alongadas ou renegociadas ao amparo das Leis nºs 9.138, de 29 de novembro de 1995; nº 10.696, de 2 de julho de 2003; ou na Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, com suas respectivas alterações.

Art. 3º Fica autorizada a repactuação de dívidas originárias de crédito rural, relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, contratadas por agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações, até 15 de janeiro de 2001, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ou do

FNE combinados com recursos de outras fontes, de valor originalmente contratado até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, não abrangidas pelo art. 2º desta lei e não alongadas ou renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, ou da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, com suas respectivas alterações, nas seguintes condições:

I – o saldo devedor da operação será apurado com base nos encargos contratuais de normalidade, sem o cômputo de multa, mora, quaisquer outros encargos por inadimplemento, ou honorários advocatícios;

II – encargos financeiros vigentes a partir da data de renegociação: taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

III – bônus de adimplemento incidente sobre os encargos financeiros: 20% (vinte por cento), para os mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido, ou 10% (dez por cento) para os mutuários que desenvolvem suas atividades nas demais regiões abrangidas pela Adene;

IV – prazo de até dez anos para o pagamento do saldo devedor, estabelecendo-se novo esquema de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;

V – para aderir à repactuação de que trata este artigo será dispensada contrapartida financeira por parte do mutuário.

Art. 4º Os débitos de agricultores familiares, mini, pequenos e médios produtores rurais, suas cooperativas ou associações, relativos a operações originárias de crédito rural, alongados na forma da Lei nº 9.138, de 1995, e da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, do Conselho Monetário Nacional, e não renegociados na forma da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, relativos a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, de valor originalmente contratado até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, poderão ser repactuados nas seguintes condições:

I – o saldo devedor financeiro das operações em regime de normalidade será apurado pela multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes,

descontando a parcela de juros de três por cento ao ano incorporada às parcelas remanescentes;

II – o saldo devedor financeiro das operações cujos mutuários encontram-se inadimplentes será apurado da seguinte forma:

a) valor das parcelas vencidas e não pagas: incorporação da taxa de juros de três por cento ao ano incidente sobre o resultado da multiplicação do número de unidades de produtos vinculados a cada parcela pelo respectivo preço mínimo vigente na data da repactuação;

b) valor das parcelas vincendas: multiplicação do saldo devedor das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes, descontando a parcela de juros de três por cento ao ano incorporada às parcelas remanescentes;

c) total a ser repactuado: corresponde à soma dos valores apurados nas formas das alíneas **a** e **b** deste inciso;

III – sobre o saldo devedor financeiro, apurado nas formas previstas nos incisos I e II deste artigo, incidirão juros de três por cento ao ano, acrescidos da variação do preço mínimo da unidade de produto vinculado;

IV – as novas prestações serão calculadas sempre em parcelas iguais e sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores, no último dia de cada mês, com vencimento pelo menos uma vez ao ano, sendo que a data da primeira prestação deverá ser até 31 de outubro de 2007 e da última até 31 de outubro de 2025;

V – a repactuação poderá prever a dispensa do acréscimo da variação do preço mínimo estipulado contratualmente sempre que os pagamentos ocorrerem nas datas apazadas, salvo se o devedor optar pelo pagamento mediante entrega do produto;

VI – o inadimplemento de obrigação, cuja repactuação previu a dispensa a que se refere o inciso V deste artigo, ocasionará, sobre o saldo remanescente, o acréscimo da variação do preço mínimo a ser estipulado contratualmente, na forma do regulamento desta lei;

VII – na hipótese de liquidação antecipada e total da dívida até 31 de dezembro de 2008, aplicar-se-á, além do bônus descrito no § 5º do art. 5º da Lei nº

9.138, de 29 de novembro de 1995, desconto sobre o saldo devedor existente na data da liquidação, de acordo com o valor da operação em 30 de novembro de 1995, a saber:

- a) dez pontos percentuais para operações de valor até dez mil reais; ou
- b) cinco pontos percentuais para operações de valor superior a dez mil reais.

§ 1º Para aderir á repactuação de que trata este artigo, os mutuários deverão efetuar o pagamento mínimo de 32,5% (trinta e dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da prestação vincenda em 31 de outubro de 2006, mantido o bônus de adimplência previsto nos incisos I e V, alínea **d**, do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995.

§ 2º Caso o pagamento a que se refere o § 1º deste artigo ocorra em data posterior a 31 de outubro de 2006, incidirão juros de três por cento ao ano **pro rata die**, até a data do cumprimento da obrigação.

Art. 5º Os mutuários interessados na prorrogação ou repactuação de dívidas de que trata esta lei deverão manifestar formalmente seu interesse à instituição financeira credora.

§ 1º Fica autorizada a suspensão da cobrança ou da execução judicial de dívidas originárias de crédito rural abrangidas por esta lei, a partir da data em que os mutuários manifestarem seu interesse na prorrogação ou repactuação dessas dívidas, na forma do **caput** deste artigo.

§ 2º Ficam as instituições financeiras credoras das dívidas renegociadas na forma desta lei obrigadas a suspender a execução dessas dívidas, e a desistir, se for o caso, de quaisquer ações ajuizadas contra os respectivos mutuários, relativas às operações abrangidas naquele instrumento de crédito.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional fixará:

I – prazo, não inferior a cento e oitenta dias após a data de publicação do regulamento desta lei, para que se cumpra a formalidade a que se refere o **caput** deste artigo;

II – prazo, não inferior a sessenta dias após o término do prazo a que se refere o inciso I deste parágrafo, a ser observado pelas instituições financeiras para a formalização das prorrogações e repactuações de dívidas de que trata esta lei.

Art. 6º Não serão beneficiados com a repactuação de dívidas de que trata esta lei os produtores rurais que

tenham praticado desvio de recursos ou que tenham sido caracterizados como depositários infiéis.

Art. 7º Os mutuários de operações realizadas sob a modalidade de contrato grupal ou coletivo poderão beneficiar-se individualmente da renegociação de que trata esta lei se o valor da fração do financiamento original, de sua responsabilidade, for de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 8º Ficam o gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Tesouro Nacional autorizados a assumir os ônus decorrentes das disposições desta lei, segundo a fonte de recursos a que se referem as operações alongadas.

Art. 9º O banco administrador do FNE deverá adotar, no prazo estabelecido no regulamento desta lei, todos os procedimentos necessários para viabilizar a reprogramação de pagamentos das operações, fornecendo aos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional todas as informações sobre a situação final dos contratos de que trata esta lei.,

Art. 10. Quando da programação financeira do cronograma mensal de desembolso prevista nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo deverá considerar os custos decorrentes das vantagens concedidas nos termos desta lei, promovendo limitação de empenho e movimentação financeira em igual montante.

Art. 11. Fica autorizada, exclusivamente para a safra 2004 – 2005, a cobertura de perdas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO e pelo Seguro da Agricultura Familiar (Proagro Mais) aos produtores rurais cujos empreendimentos se localizem em qualquer parte do Território Nacional, que não tenham protocolado, em tempo hábil, o termo referido no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 11.092, de 12 de janeiro de 2005, ou que tenham plantado cultivares não contempladas no zoneamento agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mantidas as demais condições das normas vigentes aplicáveis àqueles programas.

Art. 12. O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições necessárias à implementação das disposições constantes desta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de de 2006. – Deputado **Eunício Oliveira**, Relator.

:: eCâmara - Módulo Tramitação de Proposições ::

Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: **MPV-285/2006**

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 07/03/2006

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Aguardando Encaminhamento.

Ementa: Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.

Indexação: Critérios, renegociação, dívida, produtor rural, crédito rural, (FNE), área, atuação, (ADENE), limitação, valor, prazo determinado, apuração, saldo devedor, prorrogação, composição, redução, encargos financeiros, inadimplemento, multa, mora, prazo, pagamento, concessão, desconto, quitação, parcela, cálculo, sistema, amortização, origem, contratação, repactuação, apuração, valor, índice, taxas, ajustamento, diferenciação, mini produtor rural, pequeno produtor rural, médio produtor rural, cooperativa rural, associação rural, inscrição, dívida ativa, União Federal, mutuário, ausência, acordo, normas implementação, Conselho Monetário Nacional.

Despacho:

21/3/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 136/2006 (Mensagem) - Poder Executivo

Legislação Citada

Emendas

- MPV28506 (MPV28506)

EMC 1/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloisa Helena

EMC 2/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Anivaldo Vale

EMC 3/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Carlos Mota

EMC 4/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Virgílio Guimarães

EMC 5/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 6/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 7/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 8/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Átila Lira

EMC 9/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia

EMC 10/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia

EMC 11/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia

EMC 12/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - João Grandão

EMC 13/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Nelson Pellegrino

EMC 14/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Walter Pinheiro

EMC 15/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Zezéu Ribeiro

EMC 16/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antônio Carlos Valadares

EMC 17/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antônio Carlos Valadares

EMC 18/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Márcio Reinaldo Moreira

EMC 19/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Adão Pretto

EMC 20/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rodolpho Tourinho

EMC 21/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Inácio Arruda

EMC 22/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloisa Helena

EMC 23/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloisa Helena

EMC 24/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 25/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 26/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 27/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 28/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 29/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Cambraia

EMC 30/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Givaldo Carimbão

EMC 31/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - João Carlos Bacelar

EMC 32/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heleno Silva

EMC 33/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rodrigo Maia

EMC 34/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rodrigo Maia

EMC 35/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Marcelo Castro

- [EMC 36/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Givaldo Carimbão](#)
- [EMC 37/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Átila Lira](#)
- [EMC 38/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - João Grandão](#)
- [EMC 39/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Nelson Pellegrino](#)
- [EMC 40/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Zezéu Ribeiro](#)
- [EMC 41/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Cambraia](#)
- [EMC 42/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Átila Lira](#)
- [EMC 43/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Átila Lira](#)
- [EMC 44/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Átila Lira](#)
- [EMC 45/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Maurício Rands](#)
- [EMC 46/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Valadares](#)
- [EMC 47/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - André Figueiredo](#)
- [EMC 48/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Márcio Reinaldo Moreira](#)
- [EMC 49/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Valadares](#)
- [EMC 50/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Carlos Mota](#)
- [EMC 51/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Heloísa Helena](#)
- [EMC 52/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Átila Lira](#)
- [EMC 53/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Átila Lira](#)
- [EMC 54/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Maurício Rands](#)
- [EMC 55/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Raul Jungmann](#)
- [EMC 56/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Heloísa Helena](#)
- [EMC 57/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Heloísa Helena](#)
- [EMC 58/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Maurício Rands](#)
- [EMC 59/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Valadares](#)
- [EMC 60/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Carlos Mota](#)
- [EMC 61/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rodolpho Tourinho](#)
- [EMC 62/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - B SA](#)
- [EMC 63/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Heloísa Helena](#)
- [EMC 64/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Átila Lira](#)
- [EMC 65/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Heloísa Helena](#)
- [EMC 66/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antônio Carlos Valadares](#)
- [EMC 67/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Cambraia](#)
- [EMC 68/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Raul Jungmann](#)
- [EMC 69/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rodolpho Tourinho](#)
- [EMC 70/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Adão Pretto](#)
- [EMC 71/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - André Figueiredo](#)
- [EMC 72/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Maurício Rands](#)
- [EMC 73/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Inácio Arruda](#)
- [EMC 74/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Heloísa Helena](#)
- [EMC 75/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Inácio Arruda](#)
- [EMC 76/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Heloísa Helena](#)
- [EMC 77/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Mendes Thame](#)
- [EMC 78/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Mendes Thame](#)
- [EMC 79/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Antonio Carlos Mendes Thame](#)
- [EMC 80/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Leonardo Vilela](#)
- [EMC 81/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Leonardo Vilela](#)
- [EMC 82/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Adão Pretto](#)
- [EMC 83/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Adão Pretto](#)
- [EMC 84/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)
- [EMC 85/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - B SA](#)
- [EMC 86/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - B SA](#)
- [EMC 87/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - B SA](#)
- [EMC 88/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - B SA](#)
- [EMC 89/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - B SA](#)
- [EMC 90/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Adão Pretto](#)
- [EMC 91/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Átila Lira](#)
- [EMC 92/2006 MPV28506 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - B SA](#)

- EMC 93/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Orlando Desconsi**
- EMC 94/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Moacir Micheletto**
- EMC 95/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antero Paes de Barros**
- EMC 96/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antero Paes de Barros**
- EMC 97/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame**
- EMC 98/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arthur Virgílio**
- EMC 99/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja**
- EMC 100/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame**
- EMC 101/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Átila Lira**
- EMC 102/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - João Carlos Bacelar**
- EMC 103/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Nélio Dias**
- EMC 104/2006 MPV28506 (Emenda Apresentada na Comissão) - Leonardo Vilela**

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV28506 (MPV28506)

PPP 1 MPV28506 (Parecer Proferido em Plenário) - Eunício Oliveira

Originadas

- PLEN (PLEN)

PLV 15/2006 (Projeto de Lei de Conversão) - Eunício Oliveira

Última Ação:

17/5/2006 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 285-B/06) (PLV 16/06)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
7/3/2006	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
7/3/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prazo para Emendas: 08/03/2006 a 13/03/2006. Comissão Mista: 07/03/2006 a 20/03/2006. Câmara dos Deputados: 21/03/2006 a 03/04/2006. Senado Federal: 04/04/2006 a 17/04/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 18/04/2006 a 20/04/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 21/04/2006. Congresso Nacional: 07/03/2006 a 05/05/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 06/05/2006 a 04/07/2006.
21/3/2006	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
23/3/2006	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 24/3/2006.
20/4/2006	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Eunício Oliveira (PMDB-CE)
25/4/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/4/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
26/4/2006	PLENÁRIO (PLEN) Cancelada a Ordem do Dia. (Sessão extraordinária - 9:00)
26/4/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 14:30)
26/4/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 281/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
26/4/2006	PLENÁRIO (PLEN)

Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 19:35)	
26/4/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 283/06, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
27/4/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
27/4/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 283/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
2/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
2/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
3/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
3/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 284-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
4/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 284-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
9/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
9/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 284-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
10/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
10/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Ronaldo Caiado, na qualidade de Líder do PFL, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
10/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS) e Dep. Ronaldo Caiado (PFL-GO).
10/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
10/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão a requerimento de Deputado.
11/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 279-C/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
16/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
16/5/2006	PLENÁRIO (PLEN)

Votação do Requerimento do Dep. Moroni Torgan, na qualidade de Líder do PFL, que solicita a retirada de pauta desta MPV.	
16/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Ronaldo Caiado (PFL-GO).
16/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Requerimento por acordo dos Srs. Líderes.
16/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Eunício Oliveira (PMDB-CE), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV e das emendas de nºs 1 a 62, 74, 77 a 81, 83 a 86, 88 a 90 e 92 a 101; pela não implicação em aumento ou diminuição de receita ou despesa orçamentária das emendas de nºs 63 a 72, 75, 76, 82, 87 e 91; pela inadequação financeira e orçamentária da emenda de nº 73; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela aprovação integral ou parcial das emendas de nºs 1, 4, 9, 12 a 17, 20, 21, 22, 25, 30, 38 a 41, 44, 51, 54, 56, 57, 58, 61 a 72, 76, 85, 86, 91 e 93, na forma do Projeto de Lei Conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas apresentadas.
16/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão por acordo dos Srs. Líderes.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo autor, Dep. Ronaldo Dimas, vice-líder do PSDB, o Requerimento de sua bancada que solicita a retirada de pauta desta MPV.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Murilo Zauith, na qualidade de Líder do PFL, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Ronaldo Dimas (PSDB-TO) e Dep. Fernando Ferro (PT-PE).
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Ronaldo Caiado, na qualidade de Líder do PFL, e pelo Dep. Fernando Ferro, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 11; Não: 250; Abst.: 4; Total: 265.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Ronaldo Dimas, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Ronaldo Caiado (PFL-GO) e Dep. Beto Albuquerque (PSB-RS).
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Kátia Abreu (PFL-TO), Dep. Walter Pinheiro (PT-BA), Dep. Ronaldo Caiado (PFL-GO), Dep. Henrique Fontana (PT-RS), Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Dep. Heleno Silva (PL-SE).
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO) e Dep. Zezéu Ribeiro (PT-BA).
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.

17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado, por perda de objeto, o Requerimento do Dep. Ronaldo Caiado, na qualidade de Líder do PFL, que solicita - nos termos do § 4º do artigo 185 do RICD - verificação da votação, antes do decurso do interstício de uma hora, para o Requerimento que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Murilo Zauith, na qualidade de Líder do PFL, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Ronaldo Caiado (PFL-GO).
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado o Requerimento pela Liderança do PFL.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pela Liderança do PSDB o Requerimento do Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO) que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pela Liderança do PFL o Requerimento do Dep. Murilo Zauith (PFL-MS) que solicita votação artigo por artigo.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda nº 73, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, a Emenda de nº 73 deixa de ser submetida a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda Substitutiva Global nº 103, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PP.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Nélio Dias (PP-RN) e Dep. Eunício Oliveira (PMDB-CE).
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Emenda Substitutiva Global nº 103. Sim: 238; Não: 166; Abst.: 0; Total: 403.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência fica prejudicada a apreciação da Medida Provisória nº 285, de 2006, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2006, apresentado pelo Relator, e as Emendas apresentadas na Comissão Mista.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento do Dep. Henrique Fontana, Líder do PT, que solicita votação em globo dos Requerimentos de Destaques Simples.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pela Liderança do PFL os Destaques de sua Bancada para votação em separado das emendas de nºs 9, 34 e 61, respectivamente.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirados pela Liderança do PSDB os Destaques de sua Bancada para votação em separado das emendas de nºs 2 e 24, respectivamente.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pela Liderança do PSDB o Destaque de sua Bancada para votação em separado da expressão "prazo de pagamento até quinze anos, incluindo-se pelo menos dois de carência" constante no inciso II do art. 2º da emenda nº 50.

17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pela Liderança do PP o Destaque de sua Bancada para votação em separado do art. 1º da emenda nº 26, para sua inclusão onde couber.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pela Liderança do PPS o Destaque de sua Bancada para votação em separado da emenda nº 55.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pela Liderança do PSOL o Destaque de sua Bancada para votação em separado da emenda nº 82.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Eunício Oliveira (PMDB-CE).
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) * Em face da aprovação da Emenda Substitutiva Global nº 103 e conseqüente prejudicialidade do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2006, apresentado pelo Relator, fica aprovada a Medida Provisória nº 285, de 2006, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006.
17/5/2006	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 285-B/06) (PLV 16/06)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO

CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 285, de 6 de março de 2006, que “Dispõe sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de maio de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.**

Congresso Nacional, 25 de abril de 2006.


Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

.....
Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

.....
c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e centro-oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

.....
LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.

.....
Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de finan-

ciamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

.....
§ 2º No caso da região Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso, alínea **c**, da Constituição Federal.

.....
LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995

Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 10.464, DE 24 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 10.823, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.

DECRETO Nº 92.344, DE 29 DE JANEIRO DE 1988

Institui o Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 167,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 157, de 2006** (nº 401/2006, na origem), de 22 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita *seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Governo do Estado do Pará e um consórcio de Bancos liderados pelo MedioCredito Centrale S.p.A – atualmente denominado MCC S.p.A – Capitalia Grupo Bancário, no valor total de até quarenta e dois milhões, seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, seguro de crédito da SACE S.p.A (Servizi Assucrati Del Commercio Estero) e equalização da taxa de juros pela SIMEST S.p.A (Società Italiana per le imprese all'Estero), destinada a financiar 85% da importação de bens e serviços de origem italiana da Rivoli S.p.A, no âmbito do “Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento”.*

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 158, de 2006** (nº 407/2006, na origem), de 24 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento

do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – PROMOSEFAZ II.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) –

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, darei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A minha questão é rápida. V. Ex^a anunciou que a pauta está trancada, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Conseqüentemente, não haverá votação alguma, apenas a sessão em homenagem ao Presidente Chirac.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim, que começará exatamente às 17 horas. Vamos interromper a sessão ordinária meia hora antes. Não haverá Ordem do Dia. Fizemos a leitura do Expediente. A pauta continua trancada, agora com mais uma medida provisória. Eram quatro medidas provisórias e passam a ser cinco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a e lamento que não tenhamos as votações solicitadas por V. Ex^a, até mesmo por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Embora V. Ex^a faça todo o esforço, infelizmente, não tem sido compreendido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de fato, é lamentável que, apesar de uma vasta pauta a ser votada no Senado Federal, em face das medidas provisórias, estejamos impedidos de fazer a nossa parte, ou seja, exercer nossa atividade legislativa, que é a de deliberar sobre matérias constantes da Ordem do Dia, vindas das Comissões.

Aliás, sobre isso, Sr. Presidente, propus, quando da ocasião da PEC do Senador Antonio Carlos Magalhães, uma alternativa a fim de que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados tivessem três dias para acordo relativo a votação de medida provisória. No caso de não haver acordo, nós teríamos três dias para

votação das nossas matérias do Congresso Nacional – da Câmara e do Senado.

Foi uma sugestão que, infelizmente, o Senado não acatou. Se tivesse acatado e a Câmara aprovasse, somando-se à iniciativa louvável do Senador Antonio Carlos Magalhães, nós não estaríamos, certamente, com a pauta trancada hoje, porque já se passaram mais de três dias e nós não votamos nada.

Sr. Presidente, antes de iniciar o meu discurso, registro a presença neste plenário de dirigentes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que vieram de todo o Brasil pedir a celeridade na votação daquela matéria tão importante para a Educação Nacional, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Essa entidade trabalha em todos os Municípios brasileiros e eles vieram aqui pelo interesse que têm pela votação de uma matéria tão importante como é o Fundeb. É isso que nós justamente esperamos dessas entidades.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Valadares, ainda há pouco tomei como compromisso a desobstrução da pauta, que o Governo nunca deixa que aconteça, porque, a cada dia, manda uma medida provisória. A nossa prioridade é a votação do Fundeb.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a – posso dar o testemunho –, ao designar o Senador José Jorge como Relator, fez muito bem e deu a maior celeridade possível na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cumprindo, portanto, não só o seu papel como o de todos os Senadores que integram aquela Comissão, como eu, o Senador Romeu Tuma, a Senadora Ana Júlia, tantos outros e o próprio Relator, que se dedicou inteiramente à construção de um projeto que pudesse atender aos brasileiros, principalmente aos educadores e à juventude do Brasil, a juventude estudiosa.

Sr. Presidente, volto à tribuna do Senado Federal uma semana após ter me pronunciado sobre a necessidade de conciliar, de um lado, o braço forte do Estado contra o crime organizado e, do outro lado, o respeito aos direitos do cidadão para novamente falar da violência.

Todos somos contra o crime organizado. O trabalhador, a trabalhadora, enfim todas as pessoas de bem repudiam a bandidagem e a violência promovida pelo crime organizado na cidade de São Paulo, cuja finalidade foi mostrar força, foi dizer que “existe um poder paralelo”. É por isso que digo que não tem nada a ver, não existe nenhuma relação entre o crime organizado do PCC e os grupos de reivindicação ou movimentos

sociais: o PCC não quer falar da miséria. O PCC vive às custas da miséria! Os movimentos sociais não querem poder ou constituir um “poder paralelo”. Eles querem apenas, pelas vias democráticas, reivindicar direitos, mas principalmente reivindicar eficiência das políticas sociais do Estado brasileiro.

O PCC não questiona ou se insurge contra a miséria. Não se pode falar que o PCC é fruto da degradante superlotação dos presídios ou que a sua origem está na formação de um grupo contrário à condição de vida sub-humana nos presídios brasileiros. Não! O PCC segurou essa bandeira para contar com a simpatia dos outros detentos. Para arregimentar outros presos. E, ainda assim, no início da sua formação. O PCC é criminoso, a sua lógica é a da ilegalidade, da ilicitude.

Portanto, não entendo por que se busca uma relação entre os movimentos sociais e o PCC. Não entendo o porquê de tanto rancor e ódio quando se faz a relação entre o aumento da criminalidade e a desigualdade social, no Brasil. A sociedade brasileira sabe que a pobreza e a miséria também contribuem para a formação da bandidagem. Ao mesmo tempo que a sociedade brasileira sabe que outros fatores também contribuem para o surgimento do crime organizado: como a fraqueza do próprio Estado, a sua organização policial e, principalmente, o sentimento de impunidade.

Ora, não há organização criminosa sem o braço do Estado. Como entram celulares e armas nos presídios? Há um braço do Estado nessa história. O que está por trás disso tudo? Se o PCC trabalha com tráfico de armas, de entorpecentes, com roubo a bancos, há outros interesses. Então, há responsabilidade de alguns agentes do próprio Estado. Tudo isso precisa ser combatido.

Ninguém questiona medidas que previnam e es-tanquem o crime organizado.

Naturalmente, Sr. Presidente, não podemos incluir aí os policiais ativos, os policiais que trabalham nas Polícias Militares de todo o Estado, com dedicação, inclusive com risco de vida. E, neste ponto, mais uma vez solidarizo-me com as famílias das vítimas, dos policiais que foram massacrados, de forma traiçoeira e covarde, no Estado de São Paulo.

Entretanto, Sr. Presidente, o que estou querendo dizer é que a sociedade brasileira é madura o suficiente para saber que é inaceitável extrair dividendos eleitorais da gravíssima crise de segurança pública em São Paulo. E que por isso não é preciso tanto ódio da elite reacionária brasileira quando se faz a relação distribuição de renda e aumento da criminalidade. Como se essa relação fosse fantasia dos intelectuais que não conhecem a realidade do crime e ficam apenas filosofando nas universidades...

A sociedade sabe que somente a pobreza não gera bandidos. Ela também sabe que pobreza e desigualdades sociais são coisas distintas e que a desigual-

dade social, por si só, não é capaz de gerar criminosos, mas é capaz de gerar falta de coesão social, falta de união, de solidariedade, de brasilidade. A desigualdade social é capaz de provocar a ausência de uma torcida a favor de um mesmo e de um único time.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Daqui a pouco, concederei um aparte, com muito prazer, aos dois ilustres Senadores Romeu Tuma e Flexa Ribeiro.

A má distribuição de renda faz com que, na esfera pública, não tenhamos a mesma união que veremos agora no futebol brasileiro.

Tenho plena consciência de que outros fatores, complexificados, de ordem social, psicológica e até moral, geram a criminalidade. Disso ninguém duvida. Apenas estou dizendo que a sociedade brasileira sabe avaliar o aumento da violência e da criminalidade após anos e anos de aplicação de políticas de desmanche do Estado, de retirada do Estado da economia, e do fim de uma universalização dos serviços públicos, além do desmantelamento das regras trabalhistas.

Os trabalhadores brasileiros sabem o que é trabalhar na informalidade da economia informal: um estágio de completa insegurança social, econômica e jurídica para o cidadão, que se sente à mercê de uma sociedade que parece não lhe reconhecer como partícipe da cidadania. O trabalhador brasileiro sabe o que é a insegurança de ter interrompida a sua viagem ao trabalho ou o retorno para casa, para ser forçado a descer do ônibus que irá pegar fogo. Ser forçado a abandonar a perspectiva do pleno emprego e de uma segurança previdenciária e de acesso aos serviços públicos.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a traz à tribuna um assunto que faz com que a sociedade brasileira toda esteja em pânico, eu diria; não aflita, mas em pânico. Faço este aparte ao pronunciamento de V. Ex^a para dizer que, ainda há pouco, participei, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de uma audiência pública para tratar exatamente da questão da violência, audiência pública essa aprovada por requerimento de autoria do nobre Senador Romeu Tuma. E faço o mesmo registro que fiz naquela altura, lá na comissão, ao verificar o sentimento humano do Senador Romeu Tuma, emocionado ao se pronunciar na Comissão de Relações Exteriores. E também a emoção de todos os participantes convidados para aquela audiência pública. É importante dizer que esse é um problema nacional. O crime é localizado, mas o problema é de toda a sociedade, é nacional. V. Ex^a falou aqui exatamente em não se fazer questão partidária, eleitoreira desse grave problema que aflige a Nação brasileira. E, mais do que isso, tomar medidas concretas que nos

direcione para uma solução. Ainda lá, discutíamos a necessidade de haver recursos no Orçamento que sejam alocados para segurança pública, assim como o são para educação e saúde. E disse lá que votaria, quando o projeto chegasse ao plenário e nas comissões, para que houvesse a vinculação também para segurança pública. Porque não é possível que o Fundo Nacional de Segurança Pública tenha apenas liberado, em 2005, R\$ 0,60 **per capita** no âmbito nacional, quando foi feito o orçamento de R\$ 2,00 **per capita**, o que já era pouco. Novamente, o Governo Lula contingencia e só libera praticamente um terço ou menos de um terço desses recursos. O próprio Secretário Nacional disse que os recursos necessários eram da ordem de R\$ 1 bilhão, ou seja, duas vezes e meia o que está orçado e quase dez vezes o que foi liberado. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a e parabéns ao Senador Romeu Tuma pela demonstração de civismo, de brasilidade e de competência que deu na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, agradeço o seu substancial aparte, que vem, sem dúvida alguma, fortalecer as minhas palavras. Peço licença a V. Ex^a para incluir neste pronunciamento o seu aparte, que vem engrandecer a minha fala, hoje à tarde, no Senado Federal.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Romeu Tuma, um dos grandes lutadores pela paz social em nosso País.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador. Fico profundamente agradecido por V. Ex^a interromper o seu discurso para me conceder um aparte. O Senador Flexa Ribeiro demonstrou muito interesse no assunto quando foi à Comissão de Relações Exteriores, ocasião em que levou dados para apresentar à sociedade brasileira o total da população carcerária, como ela vem aumentando e os critérios para se obter alguma coisa mais organizada do que depósitos de presos, onde essas pessoas se transformam em criminosos cada vez piores, pela convivência e pela promiscuidade que existe dentro dos presídios. V. Ex^a falou uma coisa que é para mim muito importante. O Senador Flexa Ribeiro deve se lembrar do que disse a Delegada responsável pela Divisão de Repressão a Entorpecentes. Ela fala em circunstâncias iniciadas há dez anos, quando começou a prender os grandes traficantes. Hoje, chega um chefe e ela toma um susto: “Mas você, chefe do tráfico?! Por quê?”. Porque é esta a seqüência: eliminam-se os chefes e novos chefes se formam. É o substrato que sobra daqueles que nasceram no crime e com ele convivem, quando, socialmente, não se oferece nenhum tipo de apoio e proteção que possa lhes dar outra oportunidade. São analfabetos ou semi-alfabetizados que só têm no tráfico e na criminalidade a convivência que lhes dá uma sobrevivência. Então, o apoio social foi totalmente afastado em razão de medo ou de falta de interesse do Estado.

A Delegada mostrou que alguns trabalhos estão sendo feitos, inclusive com a Polícia Militar, em que meninos do tráfico de alguns morros do Rio de Janeiro estão se interligando com a Polícia humanizada para fazerem trabalhos conjuntos e depois voltam para dormir no morro de onde saíram. Mas, ainda assim, estão muito mais ligados ao respeito à lei do que anteriormente, quando não tinham amparo nenhum. Longe de mim dizer que pobre é bandido ou raciocinar ou pensar nesse sentido, mas acho que para quem tem, como liderança, como exemplo e convivência, a criminalidade não aprende outra coisa, pois não tem outra oportunidade. É aquilo que vale para ele. O herói daquela criança é o criminoso. É isto que o Estado tem que ver: como fazer com que a parte social chegue à área dominada pela criminalidade. V. Ex^a tem muita razão. Peço licença para me incorporar à homenagem que V. Ex^a faz às Polícias, tanto Estadual, Militar como Civil e às Guardas Municipais, enfim, todo esse sistema que está desagregado. E hoje se discutiu muito sobre a agregação de um sistema de segurança, uma central de informações objetivando levantar a criminalidade, o **modus operandi** e os responsáveis pelas lideranças desses grupos, porque hoje não se precisa mais sair da cadeia para liderar um grupo; o bandido está muito mais confortável sob a proteção do Estado, gastando dinheiro do Estado e, de lá, comandando a criminalidade que se comete do lado de fora das grades. Que Deus o abençoe e parabéns pelo seu discurso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, que tem uma experiência vasta no campo da segurança pública, pode dar uma opinião abalizada, com fundamentos concretos, porque V. Ex^a vivenciou, não só agora como em outros tempos, com muito equilíbrio, com muita moderação e sabedoria, a situação de devastação, de degradação da segurança pública.

Precisamos repensar a segurança pública em nosso País, não como um gasto, não como uma despesa, mas como um investimento para prevenir acontecimentos que ponham em risco o equilíbrio da nossa sociedade. Afinal de contas, os presídios federais seriam da mais alta relevância para a manutenção de cadeias públicas de alta segurança, onde os bandidos mais perigosos, que lidassem com entorpecentes, que quisessem enfrentar o Estado, como aconteceu no Estado de São Paulo, ficassem isolados da sociedade durante um certo tempo.

É difícil pensarmos que um bandido que foi criado desde pequeno no meio a que V. Ex^a se referiu deseje reciclar-se numa prisão. Não é fácil conseguir a reciclagem de um bandido.

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Existem os Direitos Humanos – é bem verdade –, e devemos dar oportunidades a todos para que um dia possam voltar ao convívio social, mas é da maior importância que, durante um determinado perí-

odo, haja o isolamento do preso sem que possa utilizar-se de advogados, de visitas íntimas, de celulares, e, da cadeia pública, paga pela sociedade, comandar massacres contra pessoas civis, contra policiais civis e militares. Enfim, o Estado tem de se aparelhar, tem de investir na segurança pública e, assim como disse o Senador Flexa Ribeiro, na educação e na saúde, porque aí – quem sabe? – aqueles que estão mergulhando ou ingressando no crime pensem duas vezes antes de tomar essa direção.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe, ex-Governador do Estado.

Quero também dizer, Senador, que esta Presidência se sente agradecida com a visita da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que congrega os 5.564 Municípios brasileiros, que está reunida em fórum extraordinário em Brasília e esteve aqui com o fito maior de solicitar aprovação da Emenda do Fundeb. A proposta é o item nº 9, proposta de emenda constitucional que está na pauta, esperando, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, que a mesma seja destrancada – há quatro medidas provisórias trancando a pauta – para que se vote.

Quero dizer aos Srs. Dirigentes Municipais de Educação, que congregam a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que há um consenso na Casa pela aprovação da proposta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou intercalar os Senadores inscritos, sem prejuízo da lista de oradores, com aqueles que foram inscritos para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

Assim sendo, sem prejuízo da lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero me somar à fala de V. Ex^a.

Eu recebi aqui, há pouco, em torno de 25 lideranças, de todo o País, representando o Encontro Nacional de 1.100 Secretários e Secretárias municipais da área da educação. Eles me entregaram um documento, que vou ler amanhã, por isso não darei como lido, pedindo a aprovação urgente do Fundeb. V. Ex^a fez uma exposição brilhante aí da Presidência, e o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador Antonio Carlos Valadares se prontificaram a trabalhar para que ele seja rapidamente aprovado assim que a pauta for destrancada.

Quero, portanto, cumprimentar essas lideranças e dizer que este documento é assinado pela Presidente Nacional da Undime, a Professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, que é de Belo Horizonte. Depois de conversar com alguns Senadores, adiantei a ela que não tenho dúvida de que, destrancada a pauta, o Fundeb será aprovado de imediato, o que significa alguns bilhões a mais de investimento na educação ainda neste ano.

Sr. Presidente, aproveitando esses cinco minutos, quero dizer que estamos avançando muito na discussão da Varig. Tivemos diversas reuniões, das quais o Senador Heráclito Fortes me deu a honra de participar, juntamente com os Senadores Jefferson Péres, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, e hoje, pela manhã, tomamos a decisão de que eu falaria com os coordenadores de todas as bancadas dos Estados. Nesse sentido, estou fazendo um encaminhamento, convidando os 27 coordenadores de bancada para que estejam em uma reunião conosco na próxima terça-feira, às 14 horas, onde vamos tentar fechar um grande entendimento em relação às dívidas dos Estados, que devem cerca de R\$1,385 bilhão para a Varig. Também vamos fazer um encontro de contas do Governo Federal. Com isso, com certeza, o leilão da Varig, que foi antecipado, terá um aporte de recursos de emergência para que a empresa continue voando, inclusive com mais força do que vinha acontecendo até o momento.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, é o registro, com alegria, da importância que teve a audiência pública que realizamos em Porto Alegre, na Assembléia Legislativa, no Auditório Dante Barone. Estivemos lá com o Presidente da Comissão, Jackson Barreto, e o Vice, Deputado Walter Barelli. Fomos recebidos pelo Governador e pelo Presidente da Assembléia.

Reunimo-nos para discutir políticas de renda, salário mínimo, benefícios dos aposentados e pensionistas, políticas de recuperação dos benefícios e também um movimento nacional, que chamo de cruzada nacional, para derrubar, de uma vez por todas, o famigerado fator previdenciário, que traz prejuízo à aposentadoria dos senhores e das senhoras que pensam em se aposentar da ordem de até 41,5%.

Já houve um grande entendimento. Tenho conversado muito aqui com os Senadores. Teremos um debate na Comissão de Assuntos Econômicos que, tenho certeza, será esclarecedor. Doravante, o fator previdenciário, no meu entendimento, será, de uma vez por todas, esse sim, enterrado não a sete palmas,

mas de preferência a 1.500 metros abaixo do solo, para que nunca volte, já que não há país no mundo, Sr. Presidente, que adote um fator previdenciário tão perverso, porque ele é contra o povo.

Por isso, aquela audiência pública, com a presença de 900 líderes de todos os Estados. Aceitando a nossa convocação, estiveram lá representadas as seguintes cidades: Alvorada, Arroio do Meio, Arvorezinha, Arroio dos Ratos, Bagé, Bom Princípio, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Camaquã, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Cidreira, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, Eldorado do Sul, Encantado, Estância Velha, Esteio, Estrela, Farroupilha, Guaíba, Gravataí, Igrejinha, Ijuí, Lajeado, Minas do Leão, Montenegro, Nova Santa Rita, Paim Filho – que é o nome de uma cidade do Rio Grande –, Pareci Novo, Parobe, Passo Fundo, Pelotas, Picada Café, Portão, Porto Alegre, Porto Xavier, Rio Grande, Santa Maria, Santa Rosa, Santana do Livramento, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapucaia, Taquara, Taquari, Tramandaí, Triunfo, Viamão e o Município paranaense de Cascavel.

Sr. Presidente, quero rapidamente destacar a presença, nesse evento, que foi muito importante, do Deputado Jackson Barreto, Presidente da Comissão Mista; do Deputado Walter Barelli; deste Senador, que é o Relator; do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; do Deputado Estadual Luiz Fernando Záchia; da Senadora Heloísa Helena, titular da Comissão; dos Senadores Pedro Simon, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Valdir Raupp; e dos Deputados Federais Tarcísio Zimermann e Marco Maia.

Ainda participaram do evento o ex-Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, o Deputado Estadual Raul Pont e o Vereador Raul Carrion.

Não dá para citar todos que estiveram presente, mas vou tentar fazê-lo: representantes da CUT e da Força Sindical, que usaram da palavra naquele momento; o Ministério Público, que também usou da palavra; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Professores, a Federação dos Servidores Públicos Federais, a Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), a Federação dos Aposentados e Pensionistas do RS (Fetapergs), a Coordenadoria da Juventude da Prefeitura de São Leopoldo, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Fórum Estadual de Articulação das Entidades Negras, a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa), o Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e

Pensionistas do Rio Grande do Sul (Sinapers), a Federação Gaúcha das Associações de Moradores do Rio Grande do Sul e a Federação das Apaes.

Sr. Presidente, por uma questão de justiça, devo dizer que houve muita preocupação com a PEC nº 12, de 2006, a dos precatórios, porque, conforme os trabalhadores, uma vez aprovada, ela vai inviabilizar que eles recebam os seus direitos.

Outra unanimidade – repito e faço questão de passar a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que acompanha esse trabalho – é o fim do fator previdenciário. Eu diria que a impressão que saiu de lá, com essa grande mobilização, é a de que o País terá rapidamente uma política permanente de reajuste do mínimo, como também uma política permanente de recuperação dos aposentados, e caminhamos para o fim do fator previdenciário, porque entendo que o próprio Governo está sensível à argumentação desse movimento.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É bem rápido, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a rapidez que tentei aqui.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É mais para homenageá-lo, porque V. Ex^a demonstra, a cada dia, a cada hora, a cada minuto, não se afastar da luta pelos interesses dos trabalhadores. V. Ex^a falou aqui de dois segmentos importantes, o último V. Ex^a esclareceu, e vou pedir a cópia. O outro é o caso da Varig. Hoje, V. Ex^a é o santuário em defesa da sobrevivência da Varig. Ela não vai ressuscitar, porque ainda não conseguiram matá-la, mas vamos lutar para que ela saia da UTI e continue com uma vida sadia, graças ao seu esforço, ao qual nos associamos em qualquer situação que for proposta por V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a e quero também dar um destaque especial, se me permitir, ao Senador Heráclito Fortes, que tem sido um lutador. S. Ex^a tem colocado toda a Comissão de Infra-Estrutura e a sua equipe de assessores no sentido de que efetivamente avancemos. Fizemos reuniões quase diariamente e teremos outra na próxima terça-feira.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É verdade! Mas S. Ex^a me disse que se baseia na disposição de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É que somos muito amigos, e eu trabalho com ele.

Sr. Presidente, agradeço a todos. Estou esperançoso. Falei há pouco com o Comandante Márcio; com os presidentes da Varig, do BNDS, do Banco do Brasil; com a Casa Civil; com os Deputados Federais Tarcísio Zirmmermann e Beto Albuquerque, que estão atuando ativamente nesse procedimento, como também outros deputados e senadores de todos os partidos, que estão contribuindo para que construamos uma boa saída para a nossa Varig.

Tenho certeza de que se os governadores, como eu falava hoje pela manhã, aportarem recursos para essa dívida – não precisa ser no valor de R\$1,4 bilhão, mas pagando nem que seja 50% de imediato ou na próxima semana, e não em dinheiro, na boca do caixa, mas em papéis –, nós conseguiremos que a Varig volte à normalidade, uma vez que o leilão foi antecipado, Sr. Presidente, com o movimento do Milton Zuanazzi, uma figura que está representando muito bem o Governo Federal nessa negociação e com muita competência está interagindo não só com o foro da Justiça competente para essa discussão no Rio de Janeiro, como também nos Estados Unidos.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Quero fazer um registro breve de um minuto, pois é o aniversário de 25 anos da Embrapa Hortaliças. O pessoal me pediu para fazer esse registro. Sou amigo da Embrapa, admiro demais essa empresa e havia preparado aqui todo um discurso para fazer, mas, por questão de tempo, peço que V. Ex^a dê como lido o meu discurso, saudando, mais uma vez, essa importante empresa, que nasceu em Brasília e se espalhou por todo o Brasil, levando condições de se produzir com melhores tecnologias os alimentos básicos da mesa dos brasileiros.

Era isto que eu gostaria de dizer: parabenizar a Embrapa pelos 25 anos da Embrapa Hortaliças.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO**

Seni Subá

Discurso de aniversário da Embrapa Hortaliças

A Embrapa Hortaliças é uma das 39 Unidades Descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, e tem como foco de atuação a Pesquisa Desenvolvimento e Inovação para o desenvolvimento sustentável do espaço rural brasileiro, visando à eficiência e à competitividade do agronegócio de hortaliças.

NO Neste dia 26 de maio, a Embrapa Hortaliças nós comemoramos os 25 anos de criação desta Unidade de pesquisa da Embrapa, que ao longo deste período tem buscado soluções para promover o desenvolvimento sustentável do homem do campo, com reflexos diretos na vida da população urbana.

A Embrapa Hortaliças iniciou suas atividades em 1978 com a criação da Unidade de Pesquisa de Âmbito Estadual de Brasília, denominada UEPAE de Brasília, e especializada em pesquisa de hortaliças. Em maio de 1981, esta unidade foi elevada à condição de Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças. Nessa época, os pesquisadores se depararam com o desafio de ampliar a produção de hortaliças no Brasil.

Naquela época, o país produzia pouco mais de oito mil e oitocentas toneladas por ano e a produção era limitada pelas condições climáticas do País. Em resumo, salvo pouquíssimas exceções, só se cultivava hortaliças no Brasil do Rio Grande do Sul a Minas Gerais.

Atualmente, a produção nacional de hortaliças supera as 16 milhões de toneladas e novos pólos produtores foram criados, como a Irecê, na Bahia, que atualmente é a principal região produtora do Nordeste.

Esses resultados certamente são motivo de orgulho para toda a equipe da Embrapa Hortaliças, que é composta desde pesquisadores

altamente especializados até funcionários que, com o suor de seu trabalho com a enxada no Campo Experimental da Unidade, permitem que as inovações sejam testadas para depois serem levadas ao produtor.

A pesquisa da Embrapa Hortaliças viabilizou novas opções de cultivo no Cerrado, como a ervilha, a lentilha e o grão-de-bico, e permitiu a substituição de sementes, um insumo anteriormente importado de grandes empresas multinacionais, por materiais nacionais, adaptados às nossas condições de produção.

Nesses 25 anos, a pesquisa realizada na Embrapa Hortaliças resultou no desenvolvimento de mais de 40 cultivares adaptadas às condições climáticas brasileiras em com múltipla resistência a doenças. Paralelamente, foram gerados ou adaptados 30 sistemas de produção, com informações completas desde a adubação do terreno até a comercialização, das principais hortaliças comerciais cultivadas no País.

A Embrapa Hortaliças atua também no desenvolvimento do setor agroindustrial gerando tecnologias, como as de processamento mínimo e o sistema de produção das minicenouras, com novas cultivares e no desenvolvimento de máquinas de beneficiamento.

Por tudo isso, a Embrapa Hortaliças está presente na vida de todos nós brasileiros.

Quando vamos ao supermercado para comprar cebola no período da entressafra, provavelmente estamos levando para casa uma “Cebola Alfa Tropical”. A descendente dessa variedade, chamada “Alfa São Francisco”, está criando novas perspectivas e gerando recursos para os produtores do Vale do São Francisco.

Quando compramos uma abóbora japonesa “Jabras” sabemos que estamos consumindo um produto nacional, cujas sementes não precisaram ser importadas a um custo elevado.

Quando escolhemos minicenouras, conhecidas como Cenourete e Catetinho, estamos optando por um conjunto de tecnologias genuinamente brasileiras: criativas, adaptadas à nossa realidade e, por isso, quase sempre mais baratas.

Talvez o maior exemplo desse sucesso da pesquisa realizada pela Embrapa Hortaliças seja a “Cenoura Brasília”. Esse material foi lançado em 1981 e, na ocasião, as lavouras brasileiras de cenoura eram limitadas por uma doença chamada queima-das-folhas, que resultava em baixas produtividades e elevados custos de produção gerados por aplicações excessivas de agrotóxicos.

Não é exagero afirmar que lançamento da “Cenoura Brasília” pela Embrapa Hortaliças gerou uma revolução no campo comparável à expansão da cultura da soja. Essa cultivar mais produtiva e com resistência à queima-das-folhas adaptou-se em todas as épocas e regiões brasileiras. Atualmente, a “Cenoura Brasília” ocupa 86% da área total dessa cultura. No Sudeste e na Região Sul, ela representa 70% da área plantada, no Centro-Oeste, 98%. Nas regiões Norte e Nordeste a produção de cenoura é 100% ‘Brasília’.

A cultivar Brasília, associada às novas técnicas de produção, possibilitou redução significativa nos custos de produção, aumentou a rentabilidade da cultura e viabilizou a produção de sementes de cenoura, o que antes era impossível no Brasil. O consumidor também se beneficiou com a queda nos preços da cenoura e com a garantia de oferta durante o ano inteiro.

O impacto social é considerável. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2000, atualmente no Brasil existem mais de 409 mil produtores cultivando cenoura, sendo que 70% das lavouras são exploradas pela agricultura tipicamente familiar.

O exemplo da “Cenoura Brasília” é emblemático do ponto de vista dos ganhos para toda a sociedade brasileira: os custos mais baixos estimularam os produtores a expandirem suas áreas de cultivo, aumentando a produção interna.

A maior disponibilidade do produto a preços mais baixos permitiram a inclusão da cenoura na dieta de todas as camadas de renda da população. Com relação à esse ponto é importante ressaltar que a cenoura tem um papel fundamental na garantia da saúde, principalmente de crianças, gestantes e lactentes, como fonte de vitamina A para essas pessoas. Atualmente, a deficiência dessa vitamina é a maior causa de mortalidade infantil em países em desenvolvimento e de cegueira evitável em todo o mundo.

Essa preocupação com áreas de atuação cada vez mais amplas, como segurança alimentar, é uma das características das atuais gestões da Embrapa Hortaliças. A agenda dessa empresa é cada vez maior e passou a englobar também as cidades, sem deixar de atender aos produtores rurais.

Como não poderia deixar de ser, as novas fronteiras do conhecimento merecem a atenção dos pesquisadores da Embrapa Hortaliças. Um exemplo é a Biotecnologia, uma área que já tem gerado resultados positivos, principalmente para pequenos produtores.

Me refiro ao projeto denominado “Alho Livre de Vírus”, que está levando a agricultores da Bahia e de Minas plantas de alho que

passaram por um processo de limpeza para retirar agentes causadores de doenças que afetavam a produção. Como resultado, a produção em alguns locais chegou a triplicar. E o melhor, a tecnologia utilizada é de fácil aplicação o que está permitindo que mesmo aqueles agricultores menos tecnicados tenham acesso à essa inovação.

O tema transgênicos, uma preocupação de toda a sociedade brasileira, também é estudado em duas frentes básicas pela Embrapa Hortaliças. A primeira é o desenvolvimento de plantas geneticamente modificadas com um objetivo bem definido: gerar produtos que permitam a inclusão e o sucesso dos pequenos produtores. A outra frente de extrema importância é a Biossegurança, que visa garantir a segurança alimentar e ambiental dos transgênicos desenvolvidos pela Embrapa.

A contribuição da Embrapa Hortaliças para a redução dos impactos da produção ao meio ambiente e para o uso mais racional dos recursos naturais também pode ser vista no campo. Assim destacam-se o manejo integrado de doenças, insetos e plantas daninhas do alho, batata, batata-doce, repolho, tomate e madioquinha-salsa, e a tecnologia de irrigação para diversas culturas.

Nos últimos anos, a agenda de pesquisa da Embrapa Hortaliças passou a contar uma área destinada ao desenvolvimento e adaptação de tecnologias para a agricultura orgânica, que, além de estudos científicos, privilegia a formação de parcerias. Essa sinergia já tem uma ação palpável com a criação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Orgânica do Distrito Federal, uma iniciativa coordenada pela Embrapa Hortaliças, que conta com a participação do

Ministério da Ciência e Tecnologia, do Sebrae, da Emater, da Universidade de Lavras e de produtores do DF. Trata-se de um projeto que pode servir de modelo para produtores orgânicos de todo o Brasil uma vez que a pesquisa vai trabalhar para atender demandas diretas desses agricultores.

Cada vez mais presente e atuante, a Embrapa Hortaliças tem ampliado sua atuação para além da porteira, atendendo novas demandas de diferentes setores da sociedade, que buscam na excelência da Embrapa soluções para reduzir nossos graves problemas sociais.

Foi assim que a Embrapa Hortaliças passou a atuar em áreas como Segurança Alimentar e Agricultura Urbana e Periurbana, contribuindo para a execução de projetos do governo. Em exemplo é a participação no Fome Zero, com um projeto que visa implantar, até o final de 2007, mil hortas comunitárias em municípios atendidos pelo programa.

No Distrito Federal, onde funciona da Embrapa Hortaliças, dezenas de comunidades, escolas, instituições de assistência ao menor e ao idoso, substituíram áreas inúteis por hortas, melhorando a qualidade da dieta em toda a região.

Assentados das Reforma Agrária, famílias de agricultores, estudantes e comunidades tradicionais são outros focos de atuação desta empresa, que possui projetos para transferência de tecnologias e de resgate de espécies cultivadas por populações indígenas.

Nesse ponto, gostaria de citar o exemplo da Bionatur, uma empresa de produção de sementes do Rio Grande do Sul, formada a partir da união de assentados, e que hoje tem entre seus principais produtos, cultivares da Embrapa Hortaliças. E esse não é um caso isolado. As

empresas de sementes nacionais contam com o desenvolvimento de novos materiais da Embrapa para garantir sua presença no mercado.

Essas empresas e comunidades em todo o território nacional estão tendo acesso a uma nova geração de hortaliças, que alia qualidade no campo com características nutricionais superiores, como a “Cenoura Alvorada”, com maior teor de pró-vitamina A e o “Tomate San Vito”, mais rico em licopeno.

Em conjunto com esse trabalho, são realizados diversos estudos para garantir maior tempo de prateleira aos produtos hortícolas e a redução das perdas após a colheita. Estima-se que o Brasil perca por volta de 1,5% do PIB com o descarte de alimentos e a Embrapa Hortaliças tem atuado, tanto na pesquisa como na parte de comunicação e conscientização da sociedade, para reduzir esses números.

Mas não é apenas no Brasil que o trabalho da Embrapa Hortaliças tem ajudado ao produtor. Hoje, este centro de pesquisas da Embrapa é uma referência mundial em produção de hortaliças em países tropicais. Competência reconhecida, por exemplo, pelo governo japonês, que escolheu a Embrapa Hortaliças como responsável por um projeto treinamento para técnicos de 18 países da América Latina e da África. A cooperação durou dez anos e formou mais de 150 estrangeiros, além de técnicos brasileiros.

Além de Japão, Estados Unidos, Canadá, Argentina, França e Chile, entre outros países, encontram na Embrapa Hortaliças um parceiro competente para o desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e de capacitação.

Em 25 anos de existência, a Embrapa Hortaliças contribuiu muito para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro. Para o futuro, o que a sociedade espera desta empresa é uma contribuição ainda maior.

São muitos os desafios. Na área ambiental, por exemplo, a Embrapa Hortaliças deve contribuir não apenas para o aumento da produção. Ela deve atuar para garantir a sustentabilidade da produção, com a preservação e a recuperação de áreas degradadas.

As pesquisas com agricultura orgânica devem ser intensificadas. Com novas tecnologias e produtos, a agroecologia tem possibilidades de crescer muito, trazendo benefícios aos agricultores, ao meio ambiente e ao consumidor em geral.

O apoio à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária também deve ser prioridade nos próximos anos. A informação e o acesso à tecnologia são instrumentos fundamentais para reduzir as desigualdades entre pequenos e grandes produtores. E a Embrapa Hortaliças tem um papel fundamental para que a prosperidade tome conta do campo, não importando o tamanho da propriedade.

Com relação ao mercado internacional, o grande desafio será aumentar a participação brasileira no mercado externo de hortaliças. Para tanto, é necessário adaptar a produção nacional às normas internacionais e investir na rastreabilidade dos produtos hortícolas.

As demandas são muitas e a cobrança da sociedade também e certamente a Embrapa Hortaliças não fugirá de sua responsabilidade, como empresa de reconhecida competência, de dar a sua contribuição para o desenvolvimento brasileiro, principalmente daquelas regiões mais pobres do país.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Associo-me às homenagens de V. Ex^a e peço que chegue à Mesa o seu discurso, cuja transcrição nos Anais da Casa eu defiro.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, do PDT de Roraima, por dez minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente gostaria também de me solidarizar com a Embrapa Hortaliças e pedir que surjam unidades dessas em Roraima e Acre. Quero também parabenizar os administradores do plenário por terem colocado essas faixas no chão para ajudar a segurança dos Senadores e das pessoas que sobem e descem nessas escadas.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Para não cair?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Para não caírem; para enxergarem e não caírem. Para não caírem por não terem visto, porque cair qualquer um pode cair, mas aí não é porque não se viu a escada. Parabéns.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Quando vejo o senhor e tenho medo de cair, tenho certeza de que há um médico na Casa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas décadas, a economia brasileira vem experimentando índices de crescimento francamente débeis, que sustentam uma evolução socioeconômica dos brasileiros em níveis nada além do medíocre. Nosso País não tem conseguido sequer colher os mínimos benefícios da extraordinária ambiência econômica mundial dos anos mais recentes. Deixa, portanto, de aportar à sociedade as enormes vantagens inerentes a um período de prosperidade que aproveitam as inúmeras nações. Muitas das quais, inclusive, privadas dos fabulosos recursos humanos, naturais e materiais do Brasil.

É certo que não podemos imputar a um único governo o somatório dos erros e equívocos que se acumulam por décadas, alguns por séculos, em modelos que se perpetuam porque gestados e geridos para o benefício estrito de grupos e nunca da sociedade. Contudo as profundas assimetrias que encontramos na sociedade brasileira não serão sanadas por geração espontânea, pelo escoar do tempo, ou pelo voluntarismo retórico. Antes é preciso que se imponha a ação ordenada e abrangente dos diversos órgãos estatais em articulação com a sociedade e a iniciativa privada, para que possamos fazer avançar um projeto de nação consentâneo com a inegável grandeza do País e de sua gente.

Se compete aos governos, notadamente ao Poder Executivo Federal, idear, formalizar, defender e implementar as grandes mudanças estruturais reclamadas pelo País, impõe-se a nós representantes das diferentes unidades federadas propugnar a implantação de novos modelos e projetos que atendam às necessidades imediatas e futuras de nossos Estados.

Assim, tenho a honra de submeter a esta Casa projeto de lei de minha autoria que cria a Zona Franca de Boa Vista, Roraima.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta proposição, que define a Zona Franca de Boa Vista como área de livre comércio de importação e exportação e de Incentivos fiscais especiais, visa estabelecer condições para o desenvolvimento econômico e social do meu Estado. As razões que me levam a apresentar ao Congresso Nacional tal projeto não são poucas, nem pequenas. Há todo um conjunto de dados que informam a realidade de Roraima, decorrentes, sobretudo, da história recente do Estado e de sua inserção na Amazônia Legal, que recomenda uma proposta dessa natureza. É um caminho seguro para alcançarmos equilíbrio regional e inserção, de fato, na economia nacional.

Roraima detém o menor Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, somando apenas R\$1,6 bilhão, conforme dados de 2003, levantados pelo IBGE. A participação do Estado no PIB regional é de minguados 2,2%, e no PIB nacional é ainda mais insignificante: 0,11%. Portanto, se não queremos um país operando em tão distintas velocidades e pretendemos, de fato, reduzir as gritantes desigualdades regionais, torna-se imperioso adotar políticas públicas capazes de fomentar o crescimento da economia roraimense, assegurando um aumento de sua importância na economia brasileira e na Região Norte.

Que a União dedique um tratamento especial a Roraima e deliberadamente trabalhe no sentido de fortalecer a economia estadual se justifica pela importância geopolítica do meu Estado, que se situa entre três países: Venezuela, Guiana e Brasil. Da área total do Estado, que chega a 224.000 km², 57% está contingenciada pela Funai (49%), Exército (1,3%) e Ibama (6,7%). Em vista disso, somente 43% da área total do Estado se encontra livre das restrições legais. É evidente que essa singularidade restringe tremendamente o uso do território para exploração de atividades econômicas. Assim, o Estado deixou de dispor de parcela significativa de seu território para essas atividades, sobretudo as baseadas na exploração direta de recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal, o que, sem sombra de dúvida, poderia trazer enormes benefícios econômicos para o Estado de Roraima.

Insisto em destacar a privilegiada situação geopolítica de Roraima, o que faculta – e até mesmo estimula, já que a dinâmica das relações internacionais contemporâneas é notadamente integracionista – a integração com o mercado não apenas regional, mas também internacional. Essa evidente potencialidade é propícia à transformação do Estado em um importante pólo exportador. Pela Venezuela, nossa fronteira norte, é possível escoar a produção para a Europa, Estados Unidos, África do Norte e Caribe, pelos portos de Ordaz e de La Cruz, que têm ligação asfaltada com Boa Vista. Há também a possibilidade de se utilizar o Porto de Itacoatiara, a 800 km de Boa Vista, que faz parte de um corredor fluvial que liga os rios Madeira e Amazonas ao Oceano Atlântico.

A despeito de todas as múltiplas potencialidades do Estado, ainda não existe, por parte do Governo Federal, políticas públicas deliberadas voltadas para o desenvolvimento social e econômico local.

A aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) é um caso exemplar. Em 2004, empreendimentos na Região Norte conseguiram captar mais de R\$1,3 bilhão. Desse total, somente R\$28 milhões foram destacados para Roraima, ou seja, só 2% do total. No caso dos recursos do Bndes, a situação é a mesma: o banco aplicou R\$1,6 bilhão na Região Norte, em 2005, mas apenas R\$3,6 milhões, isto é, 0,22% do total, em Roraima.

Sr. Presidente, veja que observada e efetivamente tomada em conta, toda a imensa potencialidade do Estado e sua estratégica situação geográfica, torna-se vital para a região e extremamente importante para o País que o desenvolvimento de Roraima seja incentivado. É nesse momento que a função indutora e supletiva do Estado torna-se indeclinável. Só assim será possível assegurarmos a geração de riquezas, com empregos, renda e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população local e regional. Por isso estou propondo a criação de uma Zona Franca em nossa capital, Boa Vista. Uma Zona Franca concebida nos mesmos moldes da Zona Franca de Manaus.

O modelo de Manaus, assentado em incentivos fiscais e extrafiscais, administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), garantiu as condições para estimular um processo de crescimento e desenvolvimento únicos da economia regional. Aliás, considerada a sua bem-sucedida experiência, sugiro que a própria Suframa promova e coordene a implantação da nova Zona Franca, bem como seja responsável por sua futura administração.

Como sabemos, com a Zona Franca, a área metropolitana da capital do Amazonas tornou-se importante pólo industrial, que contribui para a geração de

empregos, renda e divisas. As empresas que operam no âmbito da Zona Franca de Manaus empregam quase 90 mil trabalhadores, quase um quarto da população do meu Estado em número, e faturam cerca de US\$19 bilhões anuais com exportações que já superam os US\$2 bilhões por ano. Fica, portanto, evidente para todos nós a decisiva importância da Zona Franca para a economia do Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nessa linha, estou certo de que a criação da Zona Franca de Boa Vista representará um estímulo sem igual para a economia do meu Estado, abrindo caminho para seu desenvolvimento econômico e social, a partir da exploração racional e ordenada de suas formidáveis potencialidades. Trata-se de um estímulo que ultrapassa a faceta meramente econômica e assume a forma de uma potente injeção de ânimo para toda a sociedade de Roraima, em especial para os agentes econômicos da região, servindo ainda como forte incentivo e convincente atrativo para novas e arrojadas iniciativas.

Os incentivos fiscais previstos na proposta que ora submeto a esta Casa seriam exatamente os mesmos concedidos à Zona Franca de Manaus, fixados pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967, e suas alterações posteriores. Esses incentivos teriam vigência até o ano de 2023, como ocorre com Manaus. Esclareço – estou terminando, Sr. Presidente –, porque me parece importante frisar bem este aspecto, que não há criação de novos incentivos fiscais.

Peço atenção, também, para o fato de que, com a criação da Zona Franca de Boa Vista, estaremos promovendo a industrialização do Estado, o que implicará considerável aumento da produção. Como conseqüência natural, tem-se o crescimento da base geradora de tributos, em suas distintas competências. Portanto, julgo que esta iniciativa, consideradas todas as suas implicações, terá impactos positivos concorrentes no curto, médio e longo prazos.

Sr. Presidente João Alberto, concluindo, quero agradecer, em nome do povo do Estado de Roraima, a atenção e o apoio que esse projeto de lei venha a merecer de todos os meus eminentes Pares nesta Casa. A elevada sensibilidade e a experiência política e administrativa de V. Ex^{as} recomendarão o indispensável assentimento a uma postulação que não é minha, senão de todos os roraimenses, brasileiros do Norte que buscam, legitimamente, o desenvolvimento de seu Estado.

Desde já, os membros desta Casa são tributários de minha imensa gratidão.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que me deu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

Intercalando a lista de oradores com as inscrições para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, por cinco minutos.

Seremos um pouco rigorosos com o tempo, porque esta sessão vai até às 16 horas 30 minutos, para podermos receber, em sessão conjunta, o Presidente francês Jacques Chirac.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero inscrever-me para falar como Líder, quando for oportuno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a falará em seguida, após o Senador Flexa Ribeiro. Está inscrito também o Senador Sibá Machado, para uma comunicação inadiável.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^s e Srs. Senadores, senhoras e senhores, volto a esta tribuna, lamentavelmente, para denunciar as invasões que continuam a acontecer no Reflorestamento Água Azul II, de propriedade da empresa Camargo Corrêa Metais (CCM), situada no Município de Breu Branco, próximo a Tucuruí – sudoeste do Estado do Pará.

Só no ano passado, foram sete invasões à área, que possui 11.280 hectares, localizada a sete quilômetros da PA-263, e destina sua reserva legal para atividades de manejo florestal sustentável de baixo impacto, realizada em parceria com a IBL Madeiras.

Este ano, ocorreu a oitava invasão, quando cerca de três mil pessoas, algumas armadas, ocuparam a área plantada com a construção de vários barracos.

Todas as invasões foram realizadas por grupos conhecidos na região como “sem-toras”, tendo o Juiz Agrário de Marabá determinado a reintegração de posse das áreas, pois considerou a fazenda imprópria para projeto de assentamento agrário.

Em fevereiro deste ano, Senador João Alberto – mais precisamente no dia 16 –, foi realizada uma vistoria conjunta na fazenda pelo Ministério Público Federal, Ibama e Incra – mais uma vistoria, porque já tinha sido feita uma anteriormente, que definira a área como imprópria para assentamento por ser uma área produtiva. Três meses após a vistoria, sem respeitar o

resultado dela -, que ainda não foi concluído, os sem-toras invadiram mais uma vez a Fazenda Água Azul II.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é importante destacar que todas as vezes que o projeto de manejo florestal da CCM é invadido e parte dele destruído, com a reintegração da posse, os invasores se instalam em acampamento à beira da Vicinal Neres e ao lado da divisa da propriedade Água Azul II – uma vicinal pública, que, ao ser interditada pelos sem-toras, acaba prejudicando a passagem de pessoas e equipamentos da CCM e de empresas terceirizadas, o que impede a condução dos trabalhos necessários.

Não posso deixar de denunciar a situação flagrantemente ilegal e criminosa que se arrasta por anos na Fazenda Água Azul II, em Breu Branco. Faço questão de denunciá-la para os meus caros colegas de Parlamento, aos telespectadores da TV Senado e ao povo do meu Pará.

Até quando essas invasões vão continuar a ocorrer? É uma pergunta que eu gostaria que os órgãos envolvidos respondessem com a solução da questão.

O que está acontecendo na Fazenda Água Azul II é um absurdo. O Incra já decretou que a área é imprópria para fins de reforma agrária.

A fazenda está cumprindo suas funções de reflorestamento e de manejo florestal. Não está improdutivo, para que grupos a invadam e prejudiquem os projetos desenvolvidos.

A propriedade do imóvel está legalizada e com titularidade, atestadas por órgãos federais e estaduais. Nela é feito um projeto de Manejo Florestal Sustentável, aprovado e fiscalizado pelo Ibama.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com prazer, nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Pela primeira vez ouço falar dessa nova categoria no Brasil, dos sem-toras, que V. Ex^a está trazendo ao conhecimento da Casa. Quer fazer referência às pessoas que estão buscando utilizar-se das madeiras do Estado do Pará, da Amazônia e do Brasil. Na verdade, aqueles madeireiros que não estão devidamente licenciados e que se aproveitam das dificuldades dos órgãos governamentais de fiscalização para explorar e roubar a nossa madeira precisa ser severamente punida. Agora, é preciso que nós desenvolvamos o manejo sustentável das nossas florestas, das nossas matas. Está provado que a árvore madura não absorve mais o carbono na intensidade desejada, diferentemente do que acontece com a árvore nova, em crescimento. E vamos ficar apenas com uma atitude contemplativa frente às nossas florestas? A atividade madeireira regular, cre-

denciada, autorizada pelos órgãos governamentais é muito menos predatória do que aquela que promove o corte-raso, às vezes com vistas à produção, quer na agricultura, quer na pecuária. Nós temos discutido, V. Ex^a e eu, na Comissão do Meio-Ambiente, questões relacionadas a isso. Acompanhamos, com muito interesse e com muito cuidado, a discussão daquele projeto que visava ao manejo das florestas públicas e espero que essa lei que nós votamos possa, efetivamente, ser um instrumento para coibir os abusos que V. Ex^a traz ao conhecimento da Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Leomar Quintanilha, e incorporo ao meu pronunciamento as informações e os comentários de V. Ex^a, que só enriquecem a minha fala.

Senador, é importante V. Ex^a ter lembrado o Projeto que aprovamos aqui há alguns meses, que era a solução para o problema do setor madeireiro e que, lamentavelmente, não avançou em nada, como também não avançou a liberação dos projetos de manejo por parte do Ibama, principalmente no meu Estado do Pará, onde foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta entre o Ministério Público Federal, o Ministério do Meio Ambiente, o próprio Ibama e o Incra, mas, lamentavelmente, o Ibama não o cumpre.

Volto a dizer que os recursos florestais são explorados de maneira racional na fazenda, respeitando os ciclos de vida florestal, como V. Ex^a bem citou, Senador Leomar Quintanilha, com espécies em extinção, e garantindo-se baixo impacto e equilíbrio ambiental do ecossistema local.

A madeira obtida de forma ambientalmente correta é processada pela IBL Madeiras. Os resíduos de serrarias e galhadas são utilizados na geração de carvão vegetal e cavacos de madeira, empregados na fabricação do silício metálico pela CCM.

O empreendimento gera, só no Município de Breu Branco, mais de 350 empregos diretos, com carteira assinada e recolhimentos sociais e previdenciários.

Mas as invasões podem suspender os projetos, colocando em risco o sustento de muitas famílias.

Caros colegas Senadores, não podemos deixar que essas verdadeiras “ilhas verdes” sejam destruídas. A comunidade do município de Breu Branco já está se mobilizando contra as invasões, que só têm causado prejuízos à cidade, como instabilidade social, dificuldades ao desenvolvimento sustentável e graves obstáculos à geração de novos empregos, senão o impedimento total.

A CCM emprega quase cinco mil pessoas no município, entre contratados diretos, terceirizados e indiretos. Opera, hoje, com quatro fornos, produzindo 42 mil toneladas anuais de silício metálico.

As invasões à Fazenda Água Azul II e a tantas outras propriedades do País vêm ocorrendo há mais de três anos, sem que o Governo Federal se sensibilize com o problema, adotando as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, V. Ex^a já ultrapassou três minutos do seu tempo. Vou lhe dar mais um minuto para encerrar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

A preservação do meio ambiente e a geração de emprego e renda não precisam de retórica, mas de ação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado.

Com a palavra, pela Liderança do PFL, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer ao Senador Cristovam Buarque que estou muito preocupado com o nosso País. V. Ex^a sabe, como eu sei, como sabe o Senador Flexa Ribeiro, que vivemos, nos últimos três anos, momentos de bonança na economia por conta de um fato que começa a mudar hoje.

A taxa de juros no Japão era de 0%; nos Estados Unidos, de 1% ao ano; na Europa, de 2% ao ano. V. Ex^a sabe quanto é que o dólar subiu em um dia, ontem? A taxa de juros do Japão é de 0% ao ano, nos Estados Unidos, era de 1% ao ano e na Europa era de 2%. Pois no Brasil, o dólar subiu, em um dia, 4,71%.

O que é que está acontecendo no Brasil, Presidente Botelho? Em função de uma liquidez internacional formidável, por causa dessa taxa de juros internacional, e de o mundo estar crescendo, os preços das *commodities* dos nossos produtos, do açúcar, da soja, do minério de ferro estavam lá em cima; havia dinheiro disponível porque havia mercado comprador, em razão de o mundo estar crescendo. O Brasil exportava e produzia fantásticos superávits comerciais, gerando empregos que não correspondiam à eficiência do Governo, mas, sim, à eficiência da economia internacional, movida pela locomotiva da taxa de juros baixíssima.

O panorama mudou. Os Bancos Centrais do Japão, da Europa e dos Estados Unidos já não estão mais conseguindo manter os níveis de inflação e as

taxas de juros estão maleáveis. Isso assustou o investidor internacional, que, rapidamente, não foi buscar dinheiro na Suécia, na Espanha, na Alemanha, mas foi buscar dinheiro nas economias em que a taxa de juros era elevadíssima e os fundamentos da economia não inspiravam confiança. Onde havia risco alto eles foram buscar o dinheiro rapidamente para aplicar no mercado seguro, já que a taxa de juros do FED americano está aumentando. O FED é o Federal Reserve, o Banco Central americano. Vieram buscar nos países emergentes, particularmente no Brasil.

Senador Cristovam Buarque, Senador Paulo Paim, em 10 dias, os estrangeiros levaram R\$ 2 bilhões da Bolsa de Valores. Venderam ações que antes tinham comprado, com prejuízo ou não, para transformá-las em reais e, com eles, comprar dólares. O dólar, muito procurado aqui, teve um aumento de 4,7%, por conta de uma economia artificial.

Será que o sonho acabou? Esta é a minha preocupação, Senador Cristovam Buarque. O Brasil está cheio de propaganda, como, por exemplo, a de que o Brasil pagou ao FMI. O Brasil é o tal! O Governo brasileiro é o tal, pagou ao FMI. O Governo brasileiro é o tal, conseguiu auto-suficiência do petróleo. Que conversa! A auto-suficiência do petróleo vem sendo conseguida há muito tempo. O Governo brasileiro é o tal, está baixando a taxa de juros. Coisa lamentável está exatamente aí. É onde vamos terminar e está aí a minha grande preocupação, porque o mundo mudou, o terremoto atingiu a economia brasileira, a Bolsa de Valores foi rapidamente nocauteada pelas vendas maciças do investidor estrangeiro, que vendeu ações para produzir reais e comprar dólar, levando a taxa de dólar lá para cima de repente, por conta de um artificialismo da nossa economia. Qual vai ser o remédio? Aumentar a taxa de juros mais ainda. Aí, danou-se. Senador Augusto Botelho, danou-se tudo, porque todo o esforço, tudo aquilo por que nos batemos vai embora, vai embora porque a ação externa vai obrigar; a ação externa que nos beneficiou vai agora nos maltratar, vai obrigar – para manter investimentos estrangeiros, capital estrangeiro de que não podemos prescindir – o aumento da taxa de juros. Já estava caindo para 15,75%; os negócios, de certa forma, se animando. Vão parar de baixar a taxa de juros e vão até elevá-la, para fazer face ao que está ocorrendo no mundo inteiro.

Concedo, com prazer, o aparte ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador José Agripino, V. Ex^a traz à tribuna um assunto da maior importância, alertando a Nação e o Governo do Presidente Lula para o que possa vir a acontecer com o nosso País. V. Ex^a se refere à alta do dólar em um dia

na base de 4%, quatro vezes o que era a remuneração dos Estados Unidos da América antes da elevação da sua taxa anual de juros. Mas V. Ex^a também reconhece, como a economia brasileira, que o nosso real está sobrevalorizado. Não é alta do dólar em um dia que nos preocupa; o que nos preocupa e preocupa, tenho certeza, V. Ex^a é que o Brasil, por ineficiência, por incapacidade, por visão deste Governo, está perdendo a bolha de desenvolvimento mundial por que passa a economia globalizada.

O Brasil não a acompanha; o Brasil não teve competência para se agregar ao crescimento mundial, tendo crescido míseros 2,3% no ano passado, apenas superior ao Haiti, que está em guerra. Essa é a preocupação. V. Ex^a diz, como todos os analistas econômicos, que o cenário internacional está prestes a mudar e que, em face do aumento da taxa de juros nos países desenvolvidos, haverá um desaquecimento da economia. Aí, Senador José Agripino, como fica a economia brasileira, que está tendo esse superávit de exportação não em função de ações de governo, mas em função do que está no mercado internacional e que não soubemos aproveitar? Ao terminar isso, vamos, sim, ter uma crise séria, uma crise sobre a qual, ontem, o nobre Senador Arthur Virgílio já trouxe um alerta, ao dizer que, se não houver um ajuste fiscal nos gastos públicos, que estão desordenados, vamos ter, no próximo Governo – se Deus quiser nosso –, uma dificuldade muito grande para administrar a nossa Nação. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço, Senador Flexa Ribeiro, pelos acréscimos que V. Ex^a apresenta em matéria de conceito àqueles que estou, modestamente, expondo para conhecimento da Casa e daqueles que nos vêem e nos ouvem.

Lamento muito porque uma fantasia que foi colocada está se desvanecendo: a fantasia de que a eficiência do Governo estava produzindo grandes feitos. Na verdade, sempre dissemos que o produto da bonança doméstica estava vindo de fora, que a economia brasileira estava produzindo superávits comerciais por conta do mercado mundial comprador, que os preços das nossas *commodities* estavam altos por conta das taxas de juros do mundo, que possibilitam liberação de poupança para que o mundo compre. Isso está mudando; mudando e produzindo uma coisa perversa. Vejam: estamos caminhando para trás.

Existe um título chamado NTNBs que são os títulos de longo prazo, os títulos do Tesouro. O Brasil, ontem, foi obrigado a recomprá-los. Estava vendendo a investidor estrangeiro título com vencimento de 2009 a 2024 que permitia o alongamento do perfil da

dívida por credibilidade e risco país, que estava caindo artificialmente.

A máscara está caindo, porque era artificial. Bastou o movimento simples dos juros internacionais, e os NTNBS tiveram que ser recomprados. Aquilo que era o título da dívida pública brasileira com perfil alongado de 2009 a 2024 o Tesouro teve que recomprar, porque os vendedores queriam vender e era preciso que alguém comprasse. Essa é uma consequência do que acabo de falar, Sr. Presidente.

Agora, por quê? Senador Jefferson Péres, por que está acontecendo isso? Por que não está acontecendo o mesmo na Suécia ou na França do Presidente Jacques Chirac, que, daqui a pouco, vai estar aqui? Ou na Alemanha? Ou nos países onde há fundamentos econômicos sólidos? Porque lá já foi feito o que não foi feito aqui: as reformas sindical, trabalhista, tributária e política.

Os fundamentos, os marcos regulatórios, as agências reguladoras dos serviços públicos, tudo existe, funciona e merece fé. Aqui, não. Aqui, o que se promete não se faz. E, do ponto de vista institucional, o País é frágil; e porque é frágil, na hora da crise, o investidor estrangeiro corre para cima do Brasil. Aí, tome saque da Bovespa. E, com o saque da Bovespa, vêm os juros altos; com os juros altos, vem o desemprego.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Jefferson Péres e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador José Agripino, é impossível fazer futurologia. Pode acontecer: de repente, o País pode entrar no círculo virtuoso de crescimento. Ninguém sabe.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Tomara. Não vejo como, mas tomara.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – É. De repente, pode entrar num período muito turbulento. V. Ex^a enumera aí – estou plenamente de acordo – alguns pontos básicos para que realmente os fundamentos da economia fiquem muito sólidos e nos deixe incólumes a terremotos e abalos vindos de fora. V. Ex^a tem essa visão. V. Ex^a é um homem muito lúcido; eu também a tenho; muita gente no PT a tem, no PMDB idem, igualmente no PSDB. Mas eu lhe pergunto, Senador José Agripino: por que, independentemente das lutas políticas, da disputa eleitoral e da oposição que se faça ao próximo Governo, por que não se pode chegar – como eu já tenho proposto tantas vezes – a um entendimento de alto nível em torno desses pontos básicos? Vença Alckmin, vença Lula, vença José da Silva, vença Raimundo de Souza, esses pontos aqui são sagrados, são de interesse do País! O Presidente vai cumpri-los e vai cumpri-los com o apoio da Oposição.

Por que não se tenta um acordo nesse nível? Por que não se negocia? É por pudor? É feio para a Oposição negociar com o Governo? Ou vice-versa? O povo vai pensar que é um “acórdão”? Que pense! Paciência! Eu penso no País, Senador. Não quero ser melhor do que os outros, não. Há muita gente no mundo político que tem essa visão de País – V. Ex^a é um deles –, de fazer a grande política em vez da política miúda, que é preciso ser feita também, mas, acima, dela há que ser feita a grande política. Senador José Agripino, V. Ex^a acha impossível um entendimento desses? Seja sincero comigo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a já conversou comigo sobre esse assunto, já obteve minha resposta no privado e vai ouvi-la agora de público. Quando precisamos nos entender para fazer a reforma da Previdência, nós o fizemos. Quando precisamos nos entender para fazer uma melhoria no texto da reforma tributária, os Líderes se reuniram e o fizeram. Por quê? Porque era interesse nacional. Cada um de nós pagou um preço, na reforma da Previdência principalmente: o preço do desgaste perante a opinião pública, os atingidos. Mas votamos, rasgando as carnes.

Com a reforma sindical, com a trabalhista, por que não se faz o mesmo? Porque o Governo não as propôs. Porque o Governo não as propôs!

Por que as agências reguladoras não estão formatadas? Porque o Governo não faz andar seu projeto na Câmara. Porque o Governo não tem vontade política.

Senador Jefferson Péres, acho que é preciso trocar de Governo para provocarmos os assuntos e fazermos o que V. Ex^a propõe, com o que concordo inteiramente. E vou apertar sua mão para selar o compromisso: em torno do interesse nacional, tudo; política, abaixo do interesse nacional. Se o interesse doméstico, pequeno, deve existir em alguns momentos – no que acredito –, nunca isso deverá ser feito quando o interesse nacional estiver em questão, como V. Ex^a muito bem fala. Agora, que o Governo tome a iniciativa que não sabe tomar.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador José Agripino, o seu discurso é muito oportuno, porque, se olhar a pauta, temos que votar, não sei se hoje ou nos próximos dias, uma medida provisória que isenta de Imposto de Renda e contribuições outras o capital estrangeiro que vier para o Brasil. Mais uma vez, estamos tentando resolver um problema estrutural com “jeitinhos” provisórios. Até não seria equivocado dar incentivos para atrair capital estrangeiro, porém, vamos

ver quanto tempo esse capital fica aqui; para que ele vem; quantos empregos vai criar; quanto vai criar de impostos. Do contrário, vamos dar mais um incentivo para ficarmos ainda mais à mercê do capital financeiro internacional. Precisamos desse capital, não há dúvida. Mas dar incentivos a ponto de acabar com impostos, sem regulamentar o tipo de investimento que virá, é tentar dar um “jeitinho” a algo que precisa de uma mudança muito mais estrutural. Portanto, o discurso de V. Ex^a é muito oportuno, porque nos alerta para essa situação e também para a matéria que vamos votar daqui a pouco. É uma boa ocasião de discutirmos se basta reduzir impostos – zerar; é alíquota zero depois do Fome Zero –, se basta zerar a alíquota ou se temos que colocar essa possibilidade dentro de uma estratégia muito mais ampla, na qual a proposta do Senador Jefferson Péres até se situaria. Façamos isso, mas quem vai se beneficiar e por quanto tempo?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – V. Ex^a é perfeito, Senador Cristovam. Essa medida provisória isenta de Imposto de Renda a compra de títulos feita no Brasil por entidades estrangeiras. Um lado ótimo. Por exemplo, os títulos que o Brasil está recomprando, os títulos do Tesouro, os NTNBS, aqueles que alongam o perfil da dívida e que seriam objeto dessa medida provisória, que trariam o capital estrangeiro para cá se os juros internacionais não estivessem no ponto em que estão, evoluindo para onde estão, trariam o capital estrangeiro para alongar com o capital brasileiro o perfil da dívida brasileira para 10 anos, 15 anos.

Por outro lado, um banco espanhol compra títulos da dívida brasileira e não paga aqui o Imposto de Renda, mas paga na Espanha. Ou seja, pela compra que faz no Brasil não paga Imposto de Renda aqui, mas paga na Espanha. Vamos fazer evasão tributária? Que medida é essa? Qual é a sua eficácia?

Por essa razão é que temos que, no que diz respeito a cada medida provisória que aqui chega, pesar os prós e os contras e fazermos uma avaliação para verificar onde está o real interesse nacional. Daí a importância do debate que nesta Casa se faz para que se vote aquilo que interessa ao povo do Brasil.

Obrigado a V. Ex^a pelo seu oportuníssimo aparte.

Ouçó, com prazer, o Senador Sibá Machado, com a aquiescência do Presidente Augusto Botelho.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador José Agripino. Concordo em parte com o pronunciamento de V. Ex^a, quando traz a notícia de que o Brasil teve, diante dos fatos ocorridos com a economia americana, comprar esses títulos. Isso está posto e é notícia de conhecimento público. Mas a consideração que quero fazer é que o PIB brasileiro representa algo

em torno de US\$ 500 bilhões ou US\$ 600 bilhões, e o PIB norte-americano é de US\$10 trilhões, ou seja, 20 vezes maior que o PIB do Brasil. A economia norte-americana foi assolada por um surto de inflação, segundo fui informado, provocado, em parte, pela alta do petróleo. Vi agora outra notícia, segundo a qual aquilo que a Bolívia fez, aquele gesto de Evo Morales não está sendo alardeado no mundo, mas na maioria dos países produtores ou fornecedores de petróleo, que sinalizam para a estatização da produção de óleo mineral. Diante desses fatos e considerando que o preço do barril de petróleo hoje é de US\$ 70, este cenário poderá agravar-se ainda mais, provocando mudanças na geopolítica do preço do petróleo. Então, a inflação deve continuar subindo. De forma que o cenário é mais ou menos este mesmo: o ajuste na taxa de juros norte-americana, a volatilidade do capital financeiro, ou outro, faz o capital migrar de um país como o nosso para outro, possuidor de indiscutível economia robusta. Mas tenho que admitir que o Governo Lula procurou, nestes anos todos, equilibrar suas contas, usando todo um receituário que visava ao desendividamento do Brasil, que apontava para a redução da dívida externa e interna, valorização de novos contratos de títulos em reais e com prazos mais prolongados, inclusive pagando algumas dívidas que elevavam ainda mais o patamar do risco Brasil. Agora, claro, o Brasil e outros Países considerados emergentes, ou como se queira classificar, não têm ainda robustez econômica que lhes permita, em três anos, superar todas essas dificuldades e ainda, digamos assim, “blindar” o Brasil contra os atuais percalços da economia norte-americana. Neste caso, vou comparar novamente o conteúdo do discurso de ontem do Senador Jefferson Péres com a previsão feita por Winston Churchill por ocasião da Segunda Guerra Mundial. No meu entendimento, o Senador chama a atenção para o fato de que todos que pensam o Brasil pensem que o novo futuro deste País tem que ser mais bem entendido por todos, deixando-se de lado as dificuldades de ordem política. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do aparte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a é sempre muito bem-vindo nos seus apartes. V. Ex^a é um cavalheiro. Nós nos damos muito bem, apesar das divergências.

Não quero fazer nenhum tipo de reparo ou consideração à política macroeconômica do Brasil, do Governo brasileiro. O grande reparo que faço é à política da taxa de juros, até porque ela vinha caminhando com regularidade.

O que quero deixar claro é que os louros que o Governo apresenta, como produto de eficiência de governo, são produto de um contexto internacional, como

sempre dissemos. Agora, pelo fato de esse contexto estar negativo, estamos vivendo uma realidade duríssima: 4,7% de desvalorização do real frente ao dólar em um dia, quando a taxa de juros do mercado americano é de 1% ao ano. Veja como a economia brasileira não se robusteceu, como os fundamentos econômicos não ficaram consistentes, como faltou fazer aquilo que era fundamental: a reforma sindical, a trabalhista, a tributária, a reforma política. Como seria importante termos feito uma política correta de juros, para alcançarmos o crescimento sustentado com base em produtividade. Mas vivemos uma grande falácia.

É a isso que me refiro, Senador Sibá Machado. É a esse temor que me refiro e é este o alerta que faço, concordando com o que disse o Senador Jefferson Péres. Talvez esteja chegando a hora do entendimento nacional, para evitar que um “tsunami morales exponencial”, que pode ser a decorrência da taxa de juros americana, que pode nos provocar imensa derrocada econômica, leve-nos a fazer, a toque de caixa, aquilo que o Governo Lula não propôs até hoje, e que sejamos obrigados a fazer para salvar o País antes que seja tarde.

É esse o alerta que quero trazer, agradecendo os apartes de todos – dos Senadores Jefferson Péres, Cristovam, Flexa e Sibá Machado –, antes que seja tarde.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, do PDT, por ordem de inscrição.

O próximo orador inscrito, para uma comunicação inadiável, será o Senador Sibá Machado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vinha falar de outro assunto, mas não posso deixar de tocar no artigo do Senador Jefferson Péres e na proposta dele do grande entendimento nacional: a *concertación*. Acho que este Senado devia parar tudo para discutir isso, Senador, ainda que pense que teria sido perfeito nós termos tratado disso há um ano e meio ou há dois anos.

Se o Presidente Lula – e houve essa sugestão – tivesse mandado um projeto de lei de reforma à Constituição que acabasse com a reeleição, dizendo: “Não vou me candidatar, e vamos acabar com a reeleição daqui para frente. Agora quero ficar na história como quem realizou a *concertación*” – como o senhor denomina –. “Estão aqui os seguintes pontos, para os quais peço o apoio dos Srs. Deputados e Senadores”. Poderíamos ter feito isso. Hoje, lamentavelmente, temos de fazer pensando em outro Governo – pode

ser até o do Presidente Lula, se reeleito –, mas, neste momento, a *concertación* seria quase um aval ao Governo Lula; mesmo assim, acho que o Congresso devia tentar fazê-la de qualquer maneira.

Ao dizer isso, penso que não estou tão distante do que vim falar. Refiro-me ao que atrapalha a possibilidade de realização da proposta feita, com tanto estadismo, pelo Senador Jefferson Péres. Há dois vícios hoje na política que nos amarram: um vício chamado corporativismo e outro chamado imediatismo. Nós só trabalhamos e só resolvemos os problemas no momento, Senador Flexa Ribeiro. Nós não vemos a totalidade dos problemas; não vemos que neste triângulo maldito violência, desigualdade e corrupção eles estão ligados e que para quebrar esse círculo vicioso será exigida uma solução global.

Neste Senado, as CPIs dominam, mas há outras Comissões. Há uma Comissão que vem pensando a longo prazo e vem pensando a longo prazo sem corporativismo: é a Comissão Mista que procura formular uma proposta para o salário mínimo. O Senador Paulo Paim é o Relator. Na segunda-feira, nós fizemos um belíssimo encontro entre os membros dessa Comissão com o povo e as entidades do Rio Grande do Sul. Nós nos reunimos, Senador Jefferson Péres, os Senadores Sérgio Zambiasi, Pedro Simon, Paulo Paim, Valdir Raupp, eu próprio e Heloísa Helena, para ouvir o que o povo queria dizer sobre o salário mínimo. Ouvimos muito discurso corporativo também, específico, muito aquilo que um amigo meu chama o paraíso da especificidade – é o Brasil –, não da sociedade. Mas, mesmo assim, nós vimos a possibilidade de olhar o salário mínimo não com soluções, de a cada ano aumentar o valor, mas sim com uma política de longo prazo.

Mas o que eu acho mais interessante, que eu tentei propor e alguns debateram, é ver o salário mínimo, Senador Jefferson Péres, não pelo lado do contracheque, não pelo lado do valor monetário, Senador Sibá Machado, que não dá para aumentar demais. É uma ilusão dizer, primeiro, que dá para aumentar muito e, segundo, que, mesmo aumentando muito, se consigam comprar todos os bens e serviços da cesta básica. Por quê? Porque, na própria Constituição vemos o art. 7º que diz que o salário mínimo deve ser suficiente para tais e tais serviços, incluídas a educação e a saúde. Não dá para comprar educação e saúde com qualidade com o salário mínimo em nenhum lugar. Mesmo onde o salário mínimo é alto! Educação, saúde e segurança... Nós vamos poder comprar a segurança de cada um de nós no mercado, contratando guardacostas para cada um de nós? Não. Então, temos que pensar o salário mínimo olhando, primeiro, o salário mínimo monetário que tem de subir acima da renda

per capita, acima do valor do aumento da renda **per capita** anualmente. Senão nós iremos condenar o salário mínimo a ficar fixo. Agora, para este subir, os de cima não vão poder subir igual porque senão nós iremos manter a concentração da renda.

Uma das provas da especificidade do corporativismo brasileiro está no seguinte exemplo. As pessoas dizem: “Antes eu ganhava dez salários mínimos e agora eu só ganho sete”. Se houver uma distribuição de renda radical, todo mundo, um dia, vai ganhar o salário mínimo, que vai ser igual ao salário médio, que vai ser igual ao máximo e ao mínimo. Mas nós não conseguimos pensar isso. Então tem que haver um salário mínimo que suba mais do que a média da renda nacional. Todavia, temos que pensar nos outros componentes do salário mínimo: é preciso pensar o salário mínimo público, aquela quantidade de serviços que o trabalhador recebe do Governo, como educação e saúde. Isso tem que fazer parte também do valor que alguém tem como seu salário mínimo – o seu salário mínimo monetário, mais o que recebe do ponto de vista de escola de qualidade, de saúde de qualidade e segurança de qualidade.

Isso compõe, Senador Flexa, o salário mínimo monetário e público. Tem outro. É preciso criar salário mínimo que seria empregar quem não tem salário. Quando se aumenta o salário mínimo esquecemos que só aumentamos para quem já tem salário mínimo. Quem está com salário zero vai continuar com salário zero porque 20% de salário zero continua zero. É preciso um grande programa dentro de uma concertação, um grande programa de geração de emprego para essas massas empobrecidas, desempregadas, para que passem a ganhar o salário mínimo. Esse emprego seria para quê? Para produzir os serviços públicos de que precisam os que estão empregados e recebem o salário mínimo; um grande programa de emprego para colocar água e esgoto nas casas dos que ganham salário mínimo. Aumentaríamos o salário mínimo do ponto de vista público dando água e esgoto, geraríamos um salário mínimo aos desempregados, começaríamos a ver as coisas no conjunto. Agora, para isso a concertação tem que ter outro item que muitos que defendem o salário mínimo esquecem: não adianta aumentar salário mínimo se a inflação aumentar. Aumentamos 20%, 30%, 100% o salário mínimo, e no final do mês a inflação rouba parte disso. Temos que partir da idéia de que este País precisa acabar com toda a forma de corrupção, e a inflação é a forma mais perversa de corrupção porque é a corrupção roubando de todo mundo um pouquinho.

O Senador Jefferson uma vez me ensinou citando alguém e dizendo que o dinheiro dos ricos é como

gelo guardado em congelador sob a forma de ações, terrenos, dólares e apartamentos; e o salário mínimo dos pobres na inflação é como gelo na mão. Não é isso, Senador Jefferson? V. Ex^a falou citando alguém. A inflação corrói o salário. Não adianta aumentar o salário mínimo se não tivermos clara a necessidade de se fazer isso com responsabilidade fiscal. Criar emprego no setor público com responsabilidade fiscal; aumentar o salário mínimo com responsabilidade fiscal, senão estaremos dizendo que aumentamos sem aumentar.

Ouçõ o Senador Jefferson, depois o Senador Sibá e, por último, o Senador Paim.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Em primeiro lugar, Senador Cristovam, parabéns pelo seu discurso e pelo trabalho que a Comissão do Salário Mínimo, que tem como Relator o Senador Paim, está desenvolvendo no sentido de buscar fórmulas para se elevar o salário mínimo real sistematicamente, além de combinado, é claro, conjugado a todas essas propostas que V. Ex^a faz e chama de salário mínimo público que são os bens, os serviços que o Poder Público tem que dar a todos, a inclusão. Felizmente, Senador Cristovam, a Esquerda brasileira, principalmente – de onde venho –, finalmente compreendeu que controle da inflação, estabilidade da moeda é política social por excelência. Veja, Senador Cristovam, se o Presidente Lula ou qualquer Presidente da República mandasse para o Congresso esta lei: “ficam reduzidos em 10% os salários dos servidores públicos”, haveria uma revolução neste País. Iriam ao Palácio matá-lo. Mas, quando os preços sobem 10%, estamos reduzindo o salário de todo mundo em 10% e ninguém se indigna com isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ninguém faz nada. É isso mesmo.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – De forma que, sem dúvida, a estabilidade econômica, a responsabilidade fiscal, o equilíbrio das contas públicas, enfim, tudo isso é também política social por excelência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E é também um dos componentes fundamentais da idéia da concertação. Tem que ser de interesse de todos. Entretanto, a Esquerda tem ficado contra. Não apenas a sua, mas a minha também; não nós, porque sempre fui defensor da luta contra a inflação, pois a carístia, como a Esquerda chamava antes, é uma tragédia para o povo. O problema é que temos a Esquerda que é a favor de ideais e a que é contra qualquer coisa que vier dos outros. Como a política de estabilidade veio do Governo conservador do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ficou-se contra. Poderíamos até sugerir ajustes em alguns pontos, mas não contra a estabilidade em si. Fico à vontade para dizer isso porque nunca deixei de apoiar a idéia de que a estabilidade monetária

era um passo a favor do povo, pois a carístia sacrifica, sobretudo, o povo.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, há muito tempo, eu ficava acompanhando as reuniões da CUT e, às vezes, o pessoal fazia algumas reuniões que me deixavam muito preocupado com o futuro do País e do mundo, sobre a história da automação. No início da década de 80, falava-se muito disso, da terceirização do trabalho, coisa parecida. Minha mãe me disse, algumas vezes, algo que quero combinar com o que quero dizer: que lá em casa, quem não trabalhava não comia. Aqui só come quem trabalha, dizia a minha mãe. Ela também dizia o que eu deveria fazer. Ela me mostrava um trabalho que eu deveria realizar para garantir meu direito às coisas boas da casa. Durante esse debate da CUT eu ficava relacionando esse pensamento, porque a automação chega substituindo a mão-de-obra. A cada dia surgem máquinas mais sofisticadas. Isso é bom porque aperfeiçoa o produto final, mas não estende a benesse desse trabalho não humano para todos. Então, se em um sistema, da chamada força produtiva só pode ter rendimento quem participa da execução do trabalho – às vezes, muito mal remunerado –, como ficam aqueles que querem trabalhar e não têm acesso ao posto de trabalho? Eu acho que há um problema muito grave. V. Ex^a pode estar com toda a razão quando diz que quando se aumenta o salário mínimo isso vale para quem recebe o salário mínimo, mas para quem não está trabalhando o aumento é inócuo. Tudo bem! Então, entram as chamadas bolsas de compensação social, como o Bolsa-Família e outras. Quando Governador do Distrito Federal, V. Ex^a criou o Bolsa-Escola, programa que vários administradores adotaram, copiando a sua idéia. A minha preocupação hoje é esta: se a mão-de-obra humana for substituída por máquinas, por robôs, ou seja lá pelo que for, para aperfeiçoamento do trabalho, para aprimoramento das técnicas de produção, como incluir as pessoas no rendimento dessa produção? Portanto, é uma situação meio complicada. Volto à tese da minha mãe, Arcângela Machado Oliveira, de que “quem não trabalha não come”, mas ela me dizia onde eu tinha de trabalhar. Como fica a situação das pessoas que não encontram onde trabalhar? Essas bolsas constituem um modo de distribuir a renda, que não é bom. Eu preferiria outro modo, que é o de ter acesso ao trabalho e receber por ele. Enquanto isso não é possível, as bolsas compensatórias devem continuar existindo. V. Ex^a fez uma excelente comparação quando era Governador: calculou quanto custava aos cofres públicos do Distrito Federal um jovem preso e quanto custava um jovem na escola, estudando, tendo

transporte, material escolar, professor mais capacitado, sala de aula melhor. Feitos os cálculos, concluiu-se que o jovem na escola custava muito menos aos cofres do Distrito Federal do que o jovem na cadeia, além do prejuízo social que esse causava a si, à família e à sociedade. Portanto, acho que V. Ex^a nos leva a refletir cada vez mais sobre políticas macro, de longo prazo, mas que cheguem ao endereço final, que é o seu verdadeiro beneficiário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Sibá Machado, agradeço-lhe o aparte. Deixe-me fazer aqui uma defesa da teoria da D. Arcângela, que é no sentido de que se tem de trabalhar para ganhar. O mercado desemprega, a modernidade desemprega, mas podemos fazer uma coisa, que é empregar para fazer aquilo que o pobre precisa. Isso não é política compensatória. É aí que reside minha discordância em relação ao Programa Bolsa-Família quando comparado com o Bolsa-Escola.

O Bolsa-Escola não era uma política compensatória; era um salário para a mãe para que ela fosse a fiscal da freqüência do filho à aula. Em vez de contratarmos fiscais, funcionários públicos, para ver se os meninos iam à aula, contratávamos a mãe.

Tínhamos um programa, que acho que era o mais bonito: comprávamos a primeira carta que o ex-analfabeto escrevesse em sala de aula. Ele ganhava dinheiro se aprendesse a ler – que é um trabalho tremendo! Dávamos R\$100,00 ao menino que passasse de ano. Esse dinheiro era colocado numa caderneta de poupança, que ele só tirava quando terminasse o segundo grau. Custava R\$1.200,00 um menino repetente. Então era melhor dar-lhe R\$100,00 para que passasse, mas o dinheiro só era entregue se ele terminasse o segundo grau.

Então, eu acho que a teoria da D. Arcângela tem de ser combinada com a idéia da transferência de renda, a transferência de renda condicionada. Na lei do Bolsa-Família está o condicionamento. Misturou-se o Bolsa-Escola com o Bolsa-Alimentação, ou seja, pagar a quem tem filho na escola e transferir renda a quem precisa receber de qualquer jeito, porque há esses que precisam mesmo, porque não vão trabalhar. É claro que sua mãe dizia isso, mas ela respeitava o velho, o aposentado.

Agradeço-lhe o aparte e dou os parabéns a D. Arcângela pela teoria. Ela precisa conversar mais com os economistas que falam em transferência de renda como uma coisa gratuita.

Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, eu quero falar de mais um ponto sobre o salário mínimo. É que além de levar em conta os bens públicos, além de levar em conta os desempregados, além

de levar em conta a inflação, nós precisamos levar em conta os aposentados. É um absurdo imaginar que um aposentado que ganha salário mínimo não deve ter o reajuste que é dado ao salário mínimo. Para os que ganham mais de um salário mínimo, podemos discutir o reajuste, mas o salário mínimo tem de ser aumentado de qualquer forma, seja para os que trabalham, seja para os que já estão aposentados porque trabalharam e deve ser criado para aqueles que hoje não trabalham por causa do desemprego, não para todos porque a responsabilidade fiscal não vai permitir, mas para aqueles que for possível.

Concedo o aparte ao nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^a em nome do povo gaúcho. Nós conseguimos reunir cerca de 900 lideranças na Assembléia Legislativa, no Auditório Dante Barone. Fomos recebidos pelo Governador do Estado. V. Ex^a, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Valdir Raupp e mais cinco Deputados Federais que participaram de todo o debate. Fico feliz ao ver a forma como V. Ex^a relata o que ocorreu naquela audiência pública. Lá, falaram os índios, que manifestaram sua preocupação com o salário mínimo; falaram os aposentados e os pensionistas, também preocupados com o mínimo; assim como a juventude, as centrais sindicais, as confederações, os representantes do movimento de negros e de brancos, enfim, todos os setores da sociedade organizada se manifestaram, desde os empresários e trabalhadores até os representantes do Estado. É bom ver que a sociedade quer fazer esse debate e quer elaborar uma política permanente de recuperação do salário mínimo, como também debater a situação da Previdência, dos aposentados e dos pensionistas. Senador Jefferson Péres, como disse, rapidamente, a V. Ex^a, no dia 5, a Comissão Mista do Salário Mínimo estará em Manaus, no seu querido Estado, para continuar o debate. É importante ouvir toda a Nação para saber o que ela quer e para onde podemos apontar. É preciso estabelecer uma política permanente para o salário mínimo, a fim de evitar que todo ano tenhamos de discutir se é mais R\$20,00, mais R\$30,00, mais R\$40,00, mais R\$50,00 o reajuste que será dado. Digo sempre que a repercussão do valor do salário mínimo atinge cem milhões de brasileiros. V. Ex^a foi muito feliz, porque amplia o debate; não é só o número, nós vamos ver efetivamente qual é o compromisso do conjunto do Estado, desde o Município, a questão de cada Estado e da União, a sua responsabilidade na construção de políticas de renda. Quero, em nome do Rio Grande do

Sul, agradecer a V. Ex^a também pela importância da palestra que lá fez. Parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, eu é que lhe agradeço, porque V. Ex^a, além de Relator, foi quem incentivou a criação dessa Comissão. Agradeço-lhe também por ter lembrado o encontro lá no Amazonas. E sabe por quê? Porque quero que entendam o seguinte: ao defender que o lado público entre na contabilidade do salário, não quero dizer que os peixes pescados no rio Amazonas devem fazer parte dos bens públicos, que seriam contabilizados no salário mínimo. Isso é outra coisa. O que é contabilizado é aquilo que o Estado oferece gratuitamente, que faz parte da cesta.

Sr. Presidente, já tomei muito tempo, mas é possível conceder mais um aparte, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a tem mais dois minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concluo em menos de dois minutos, descontado o aparte.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Cristovam Buarque, quero prestar-lhe minha solidariedade em razão de seu pronunciamento, que chega num momento importante, quando a grande maioria da população brasileira, principalmente o assalariado, está totalmente endividada, sem condições de aquecer o comércio nacional. Concordo com V. Ex^a com relação ao valor do nosso salário mínimo, que é pequeno. Agora, os nossos encargos sociais tinham que ter também uma diferença ali, com relação a quem ganha o mínimo, baixar um pouco mais os encargos para poder estimular as empresas realmente a transformar encargos também em salário, em ganho real. Hoje, infelizmente, o Governo Federal – não quero aqui fazer uma crítica ao atual Governo, mas ao Governo de um modo geral – passa muitos encargos, muitos impostos, muitos custos nacionais para as folhas de pagamento. Um exemplo é o caso do menor aprendiz, que é um projeto fantástico, interessante, mas não poderia ser jogado para as folhas de pagamento. O Governo Federal tinha que ter um recurso específico para atender a essa demanda. Chamo a atenção também, Senador, para um problema sério que temos hoje, que é a falta de emprego. Veja só: é importante trabalharmos para empregar o jovem, lógico, mas hoje temos uma camada da sociedade entre trinta e cinco e cinqüenta anos que está praticamente à margem do desemprego. Tínhamos que trabalhar esse grupo de pessoas, que, realmente, fazem a diferença no seu lar, no dia-a-dia. Então, fica a sugestão para V. Ex^a, que é um grande defensor do salário mínimo aqui, nesta Casa. Essa é a minha contribuição. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço ao Senador Marcos Guerra.

Quero concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a tem mais um minuto para concluir.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É o suficiente... Eu quero, então, lembrar que o Senado não é feito só de CPIs – embora elas sejam necessárias –, mas também de outras Comissões, como essa que estuda a política do salário mínimo. O Senado, como toda a política brasileira, está prisioneiro do imediatismo e do corporativismo. Nesse caso, estamos tentando trabalhar a questão do longo prazo e da totalidade. No que diz respeito a essa totalidade, para resumir, estamos levando em conta o salário monetário do contracheque, o salário público dos serviços que o trabalhador recebe, o salário social da criação de emprego para aqueles que estão desempregados, o salário do aposentado, a necessidade de se manter o valor pela estabilidade monetária.

Finalmente, é preciso levar em conta que, sem crescimento econômico, o salário mínimo não se sustém. Nesse sentido, a referência do Senador Marcos Guerra é muito importante.

Sr. Presidente, agradeço a sua generosidade com relação ao meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Senador Cristovam, a inflação é um imposto que ninguém quer. É um imposto que só pesa no bolso do pobre.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Sibá Machado, para uma comunicação inadiável.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu fico muito feliz com os resultados do brilhante trabalho do nosso Presidente Lula à frente do Executivo do nosso País. Em que pese – isto faz parte do debate anterior – o que se tem dito da nossa macroeconomia, que o País não cresceu a contento, que ainda é vulnerável às circunstâncias da ciranda financeira mundo afora, à volatilidade do capital e a tantas outras coisas, eu sei que não é fácil governar um País como o nosso, quando se impõe uma nova geopolítica no mundo, que busca uma nova relação de mercado, e o Governo tem conseguido grandes vitórias para o setor produtivo nacional, tem sido de extrema responsabilidade com a nossa economia, com as coisas do nosso País.

Agora, vejo aqui pela imprensa, mais um dado que faço questão de mencionar neste pronunciamento de hoje, Sr. Presidente: o Brasil bate o recorde de

geração de empregos com carteira assinada. O Brasil bateu o recorde de geração de empregos com carteira assinada nos primeiros quatro meses deste ano, de janeiro a abril, segundo os dados do Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados nessa terça-feira pelo Ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Os dados mostram que foram criados 569.506 postos formais de trabalho, o melhor dos resultados já obtidos no período desde 1992. De janeiro de 2003 a abril de 2006, período do Governo Lula, o total de empregos gerados com carteira assinada chega a 3.992.196 postos de trabalho.

Eu faço questão de deixar isso registrado, como também outro dado que considero muito importante: o rendimento médio familiar aumenta. Ou seja, o rendimento médio real habitual da população ocupada no Brasil, estimado em R\$1.012,50, apresentou alta na comparação mensal de 0,4% e na comparação anual de 4,7%, e é o décimo mês seguido de ganho na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Outra notícia, Sr. Presidente: a dívida interna do Brasil cai mais um pouco. Coloco de novo a história. O capital migra muito rápido, troca mais rápido do que se troca de roupa, porque é via Internet, é por rede de computador. Rapidamente faz-se transferência de vultosas somas. Mas o Brasil tem sido muito resistente. Mostro aqui mais uma queda, que fica na faixa de 31% a dívida interna do país.

Outro aspecto que eu queria tratar, Sr. Presidente, é sobre a vinda do Presidente francês ao Brasil e a esta Casa. Eu queria, se V. Ex^a permitisse, fazer a leitura deste pronunciamento.

A vinda do Presidente da França, Jacques Chirac, acompanhado de cinco ministros e vinte empresários, além de reafirmar a amizade daquele país conosco, também revela a importância que o Brasil continua tendo para a Europa.

A pauta do encontro com o Presidente Lula está centrada nas áreas de energia, principalmente biodiesel, e defesa. Não ficarão de fora dois temas vitais para a diplomacia brasileira: a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (o Brasil pleiteia uma vaga no órgão), e a Rodada Doha de negociação comercial. Também estão previstos acordos nas áreas de educação, combate à fome, cooperação no Haiti, intercâmbios do quadro diplomático, acordo para promoção e renovação de pesquisas tecnológicas, meio ambiente e outras áreas de interesse dos dois países.

Porém, Sr. Presidente, destaco uma pauta nova na nossa agenda diplomática e econômica: os biocombustíveis. Como falei em outra ocasião, a França não é o primeiro país a demonstrar interesse na experiência brasileira de biocombustíveis. Em fevereiro, o presiden-

te norte-americano, George Bush, reconhecidamente ligado, por sociedade, aos interesses da indústria do petróleo, elogiava o Brasil pelo sucesso na substituição de combustíveis fósseis por seus sucedâneos de origem vegetal.

Esse reconhecimento deve orgulhar a todos nós, brasileiros. Já sabemos e, há muito tempo, constatamos que o futuro energético do mundo está inevitavelmente ligado ao uso de biocombustível. Por isso, os dois governos assinarão um acordo de cooperação para o desenvolvimento de outros países considerados pobres, além de assinarem uma declaração de intenção para criar um fundo de apoio ao desenvolvimento de energias renováveis para esses dois países.

O Presidente da França estará no Congresso Nacional daqui a pouco, Sr. Presidente, e aproveito para, em nome do PT, da nossa Bancada no Senado, dar as boas-vindas ao Presidente Jacques Chirac e a sua comitiva, para a homenagem em sessão solene neste Congresso, que realizaremos daqui a pouco.

Eram as palavras que eu tinha para dizer e ainda afirmar que...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite um aparte, Senador Sibá?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É possível, Sr. Presidente? Temos poucos segundos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Trinta segundos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com o maior prazer, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Meu caro amigo, nobre Senador Sibá Machado, quero festejar com V. Ex^a os números colocados pelo Ministro do Trabalho: quinhentas e tantas mil novas contratações...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quinhentas e sessenta e nove mil vagas.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quinhentas e sessenta e nove mil novas contratações, recorde de janeiro a abril, desde 1992. Mas, ao mesmo tempo em que festejo esse número, porque são empregos gerados para os brasileiros e brasileiras, eu quero lamentar que, ao término do mandato do Presidente Lula, ele esteja apenas cumprindo um terço da sua promessa de planque, que era de gerar dez milhões de empregos nos quatro anos. Então, completando os quatro anos, como V. Ex^a mesmo colocou, só foram gerados três milhões e quinhentos mil empregos. Mas quero dizer que oportunidades ocorreram. Bastava que o Brasil tivesse crescido na mesma velocidade média do resto do mundo e não a ínfimos 2,3%, como cresceu ano passado. Então, eu quero, ao mesmo tempo em que festejo, lamentar não termos gerado os dez milhões de empregos prometidos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para encerrar.

Senador Flexa Ribeiro, se compararmos os números do Bolsa-Família com os números dos postos de carteira assinada, passou dos dez milhões. São mais de oito milhões de famílias que recebem o Bolsa-Família e mais os 3,5 milhões de pessoas que receberam empregos com carteira assinada. Isso vai para mais de onze, quase doze. Com certeza, a nossa meta foi cumprida. E aí, como o Presidente Lula é o candidato nosso à reeleição, nos mais quatro anos que vai governar pela vontade do povo brasileiro...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nosso, não!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... com absoluta certeza nós atingiremos os dez milhões com os postos de carteira assinada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, é lamentável que V. Ex^a queira ...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu vou ter que parar, infelizmente, porque o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Srs. Senadores...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, é apenas uma curiosidade, Sr. Presidente. Eu queria satisfazer uma curiosidade.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Heráclito, só para concluir aqui o meu raciocínio: Senador Sibá Machado, é lamentável que V. Ex^a vá computar o Bolsa-Família como emprego gerado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É transferência de renda.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, mas não como emprego gerado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É transferência de renda.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não como emprego gerado. Vamos atender aos necessitados emergencialmente, mas vamos gerar emprego para que eles tenham dignidade no sustento das suas famílias. Não faça mais essa colocação de somar Bolsa-Família com emprego gerado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É transferência de renda.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, eu queria fazer duas perguntas. Em primeiro lugar, eu quero colocar a coisa bem clara aqui. Não diga mais que é candidato nosso. Diga que é candidato seu, porque todo o Brasil está nos ouvindo e pode achar que quem está neste Plenário esteja nessa maluquice. Eu estou fora dela. Agora, duas

coisas: V. Ex^a acha que o dinheiro do Bolsa-Família é transferência de renda?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Mensalão foi transferência de renda?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Para quem pegou, pode ser.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O dinheiro na cueca foi transferência de renda?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Continuo dizendo: para quem pegou, pode ser.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ah, bom! Então, nesse aspecto, nessa contabilidade, vale. Agradeço a V. Ex^a o esclarecimento. Agora, por fim: quantos, no Acre, são os beneficiados por esse programa?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Do qual V. Ex^a se refere? Do salário mínimo?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em todos esses.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Do Bolsa-Família. Aí eu não tenho os números aqui de memória, mas posso ter daqui a pouco.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em todos esses programas...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu não os tenho aqui de memória, mas o Governador Jorge Viana, desde....

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não. Não. Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só um instantinho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não misture a administração do Governador Jorge Viana....

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não. Vou explicar. O Governador Jorge Viana fez um acerto ainda na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele fez uma soma das Bolsas – quando, naquela época, a Bolsa era de R\$15,00. Tivemos o mínimo de participação entre transferência da União para o atendimento das Bolsas, mais o programa Adjunto da Solidariedade, que foi o programa que o Governo criou lá e recriamos a Bolsa de R\$60,00. Portanto, com a chegada do Bolsa-Família no Acre conseguimos erradicar o problema de famílias que não tinham nenhum tipo de benefício. Hoje estamos com a meta, se Deus nos ajudar, de não ter nenhuma criança sem receber benefício no Estado do Acre.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, não podemos misturar a competência do Governador Jorge Viana com a incompetência do Presidente Lula.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas somaram esforços.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Jorge Viana foi Governador no Governo Fernando Henrique. Fez uma extraordinária parceria com o Presidente Fernando Henrique, foi superprestigiado e dizia que nunca esperava, por ser do PT, ser tão bem tratado por um governo como foi tratado pelo Governo Fernando Henrique.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Sibá...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Deu a ele inclusive destaque como administrador e lhe garantiu a reeleição. V. Ex^a quer contaminar a competência do Governador Viana com essa maluquice que é o atual Governo não ajuda o Governador. O seu Governador é competente, o seu Governador tem um Senador aqui que se destaca, mas independente do Governo Lula. Pergunto: por que o Jorge Viana é tão bom e o Zeca do PT não é? Não é do mesmo Partido? Ou V. Ex^a quer dizer que ele prestigia um e não prestigia o outro? Digo isso com a frustração de quem é de um Estado governado pelo PT. O PT do Piauí só promete. É dinheiro que vai chegar. Dinheiro do Governo Federal para o Piauí é como a linha do horizonte: você sabe que existe mas nunca alcança. Quanto mais se aproxima, mais se distancia. Agora, não tire o mérito do Governador Viana. Ele é competente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vou dar mais um minuto para os dois Senadores encerrarem.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ele foi competente sob o Governo do Fernando Henrique e está sendo competente agora. Aliás, melhora, inclusive, a imagem do Presidente Lula no seu Estado. Se V. Ex^a quer dizer isso, eu concordo. Agora, querer atrelar o sucesso pessoal do Governador Viana ao Governo Federal é forçar a barra desse competente Governador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador, todos os grandes investimentos do Estado do Acre, nós agradecemos aos investimentos da transferência da União: parte no primeiro mandato do Governador Jorge Viana, em que o Presidente era o Fernando Henrique, parte no Governo do Presidente Lula. Nos dois casos, o investimento no Estado do Acre chegou a contento. Atendemos, realizamos e dobramos os investimentos, a capacidade de atendimento e os valores de transferência. À parte da competência da União, somaram-se os esforços locais, aumentando o número de beneficiados além do que era pensado apenas pela transferência da União, como também dos valores...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então, V. Ex^a me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Srs. Senadores, a Senadora Serys Slhessarenko já está sentindo o seu direito de falar violado, porque a sessão vai se encerrar às 16h30min, impreterivelmente. Então, é um minuto para os dois encerrarem.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero, então, retirar todos os elogios que fiz ao Governador Jorge Viana, porque tenho de acreditar em V. Ex^a, que é do Acre e, baseado no que V. Ex^a acaba de dizer, reconhecer que ele é um incompetente e que o salvador da pátria é o Presidente Lula. Então, retiro tudo que disse de positivo a respeito do Governador de V. Ex^a, por inspiração sua. Ele é um incompetente, e o grande brasileiro é o Presidente Lula, que fez tudo pelo Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Assumiu e deu conta das responsabilidades. Eu estou elogiando o Governador por ter assumido a responsabilidade de realização dos programas do Governo Fernando Henrique e do Governo Lula no Estado do Acre.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O competente foi o Presidente Lula, que descobriu o Acre. Só espero que ele não esteja envolvido naquela doação dos cavalos da Bolívia, que tanto aborrece o atual presidente de lá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não. Os cavalos são de 1861.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Encerrado.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, última oradora inscrita. Já estamos violando o direito da Senadora Serys Slhessarenko, que tem direito a 20 minutos e estava presente aqui.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Enquanto S. Ex^a vai para a tribuna...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Não, Senador Eduardo Suplicy, não vou garantir, porque o Senador Sibá Machado falou quinze minutos quando tinha direito a cinco.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, que tem direito a 20 minutos, mas só vai poder falar dez.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a me permite uma breve informação relevante?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador, por um minuto, porque só tenho poucos minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys, sobre a pergunta feita pelo Senador Heráclito Fortes, o número de beneficiários no Acre, hoje – o Senador Heráclito Fortes poderá observar na Internet, no Ministério do Desenvolvimento Social – é cerca de 40.500. Em seu Estado, o Piauí, são 285 mil. No Brasil, são 8,8 milhões aproximadamente e serão 11,1 milhões em meados do ano. Obrigado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a me permite?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador, mas é o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT – RR) – Se a Senadora Serys Slhessarenko permitir...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Heráclito Fortes, vou dar a V. Ex^a exatamente um minuto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu só queria saudar aqui, com muito orgulho, o nosso Oswald de Souza da “barriga alheia”, que sabe exatamente, no Brasil, quem recebeu isso. Mas quero dizer algo: V. Ex^a esteve no Piauí uma vez e com muito mérito. V. Ex^a foi de carro; o Lula foi de helicóptero. No Piauí, quem contou com o Fome Zero, naquelas duas cidades que V. Ex^a foi, emagreceu, porque virou *spa*; as cidades estão aguardando a chegada. V. Ex^a, depois que foi considerado candidato à reeleição ao Senado por São Paulo, está com sofreguidão para defender esse Governo. Louvo isso, mas não queira ser o termômetro da barriga alheia, porque esses programas são um blefe.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Heráclito Fortes, o minuto concedido pela Senadora Serys Slhessarenko já se esgotou.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Já passou faz tempo!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Peça aos Srs. Senadores que não interrompam mais a Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer alguns registros nesta tribuna antes de iniciar a minha fala: um deles é sobre a necessidade – e o Senador José Jorge ontem já falou sobre isso – de aprovação do Fundeb, que é um dos projetos da mais alta relevância na área da educação para os jovens e para as crianças do nosso Brasil.

Portanto, esperamos e acreditamos que, na próxima semana, abra-se a pauta e o Senado da República consiga aprovar o projeto do Fundeb, que, aliás, já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual faço parte. Eu precisava registrar isso porque já está indo longe

demais: já vamos para o mês de junho, e o Fundeb continua sem aprovação. E o prejuízo é imenso para as crianças, para os jovens e para os adolescentes da escola pública do nosso Brasil.

Uma outra questão que gostaria de registrar é com relação à nossa região do Araguaia. Como Senadora de Mato Grosso, conheço muito bem essa região, e os Srs. Senadores que a conhecem, com certeza, sabem da importância da região do Araguaia, agora chamado Araguaia Norte. Costumo chamá-lo de Araguaia vitorioso, porque é uma região belíssima, mas, infelizmente, com dificuldade de acesso. Para a BR-158 ainda faltavam 400 quilômetros de asfalto – e ainda faltam –, mas o asfalto foi retomado no mês passado, depois de dez anos parado. As máquinas já estão trabalhando para a continuidade do asfalto da BR-158, determinação do Presidente Lula.

Outro problema gravíssimo que tínhamos no Araguaia era a questão de energia. Quer dizer, estrada e energia são fundamentais para o desenvolvimento da região, que tem um povo trabalhador, terras excelentes, uma região belíssima para o turismo. O rio Araguaia é uma coisa fantástica, com suas praias.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Feito pelo Lula.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não, o rio Araguaia não, Senador. Calma, Senador. Estou falando que a BR-158 está sendo feita por ele, e agora houve a liberação de R\$115 milhões pela Eletrobrás para a construção do linhão Querência-Vila Rica, com ramificações em grande parte dos Municípios da região.

Diria que, tendo o Araguaia energia e estrada, o resto o povo faz, com certeza.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a só tem três minutos, e eu não vou tolerar mais.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pediria que fosse muito breve. Concedido o aparte, mas muito breve.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Gostaria de, ao me incorporar ao pronunciamento de V. Ex^a, dizer que, com relação ao Fundeb, é unanimidade nesta Casa, como o foi na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o reconhecimento da necessidade urgente de ser aprovado. Basta que as medidas provisórias não cheguem da forma como têm chegado, truncando a pauta. Com relação ao Araguaia, V. Ex^a se refere com propriedade à estrada...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – À energia.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ... à energia, mas não esqueça a hidrovía, também importantíssima...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ... para o desenvolvimento daquela região, com a complementação da hidrovía Araguaia-Tocantins.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza. Mas eu estava colocando as questões que foram há pouco tempo encaminhadas pelo Presidente Lula.

Também gostaria de dizer que há dias têm estado conosco algumas categorias de trabalhadores, como a do Banco Central, do Magistério de Ensino Superior, de Segundo Grau, as categorias da área da pecuária e do abastecimento, entre outras, todas preocupadas com a questão do plano de cargos e carreiras. Temos a informação de que está na mesa do Presidente Lula. Acredito que virá sob a forma de medida provisória, a qual vou apoiar, porque é fundamental para os trabalhadores desses segmentos que isso vigore imediatamente. Os estudos estão prontos. Está tudo pronto. E que venha. Com relação àquilo que é necessário para melhorar o trabalho do funcionalismo público ou de qualquer outro setor, enfim, com relação a algo que melhore a qualidade de vida dos brasileiros e das brasileiras como um todo, sou a favor, sim.

Se há medidas provisórias truncando a pauta, que a destranquemos, discutindo as medidas, aprovando-as ou rejeitando-as. O que não pode é continuarmos não conseguindo fazer acordo para avançar com o debate, a discussão e, de preferência, a aprovação das medidas provisórias. Isso é que não pode acontecer, no meu ponto de vista. Se estivéssemos realmente trabalhando nas medidas provisórias, não as teríamos mais truncando a pauta e estaríamos votando outros projetos tão importantes, como o que acabo de falar agora, que é o do Fundeb.

Embora o meu tempo esteja terminando, ainda gostaria de falar, muito brevemente, que estamos bastante assustados com manchetes da **Folha de S. Paulo**, há quatro dias: “Mato Grosso é campeão mundial de fogo”. Mundial.

Tenho aqui toda uma fala nesse sentido, mas não há tempo para que possa proceder à leitura. Diria, para contrabalançar essa nossa angústia em relação ao problema do fogo em Mato Grosso, que sabemos da vontade e da determinação da nossa Ministra Marina Silva com relação à questão da preservação do meio ambiente. Infelizmente, o fogo é uma questão extremamente difícil de controle; o desmatamento já está com um controle razoável. Mato Grosso já tem muita terra

desmatada, logo dá para expandir o plantio de soja, criação de boi etc., sem a necessidade de desmatar mais. Não tenho a menor dúvida em dizer isto: não há mais necessidade de desmatamento.

Precisamos, sim, é de manejo florestal. Sabemos que as árvores têm um tempo de vida, assim, podemos continuar certos desmatamentos, mas com o manejo, com muito planejamento, com seriedade.

Existe a questão da gestão de florestas, que é necessária para que possamos, inclusive, ter uma indústria moveleira sendo desenvolvida em Mato Grosso. Mas tudo isso com um manejo, com um trabalho realmente organizado, que a Ministra Marina Silva vem fazendo juntamente com o Governador Blairo Maggi, que se projetou no mundo como o maior destruidor de florestas – junto com o Bush ganhou esse título pela **The Economist**. Hoje tem demonstrado, principalmente por intermédio de seu Secretário Marcos Machado, procurador, uma pessoa de competência, com vontade de atuar, para minimizar essa problemática; tem buscado atuar junto com o Governo Federal, principalmente junto ao Ministério do Meio Ambiente.

Também queríamos esclarecer rapidamente que temos, em Mato Grosso, um empresariado preservacionista. E tivemos um exemplo disso por meio de uma entrevista bastante longa na semana passada, dada ao jornal **Circuito Mato Grosso** pelo empresário Otaviano Piveta, que se mostrou realmente como um grande empresário preservacionista. E temos médios, pequenos produtores e a agricultura familiar que também são preservacionistas. Também temos grandes produtores que têm coragem de enfrentar essa questão do meio ambiente...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O problema é só o tempo, senão permitiria.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Serei bem rápido.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Gostaria apenas de elogiar o equilibrado discurso que V. Ex^a faz. Acho que o Governador Blairo Maggi teve um governo extraordinário empresarialmente...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Discordo, mas tudo bem.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ... com resultados. V. Ex^a imagina, Senadora, que o Mato Grosso, lá atrás, tinha terras de futuro duvidoso que entraram até no pacote da troca das terras da Bolívia, que envolveu o Acre, do Senador Tião Viana, com a parrelha de cavalos. Mas quero dizer a V. Ex^a, com toda a franqueza,

para terminar: não sei se o Mato Grosso pega fogo ou se é um fogo, mas V. Ex^a é uma brasa, defende este Governo como ninguém. Fique tranqüila.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O Governo Lula, não o Governo Blairo, está certo? Vamos fazer a separação. O Governo Lula eu defendo, sim. O Governo Blairo, não. Eu disse, inclusive, que ele é considerado o campeão, junto o Governo Bush, da destruição de florestas. Agora, está revendo esse posicionamento, sob a pressão das políticas preservacionistas do meio ambiente do nosso Governo, o Governo Federal. Ele realmente está retomando algumas questões. V. Ex^a tem razão, e eu costumo dar a César o que é de César. Mas apenas com relação ao meio ambiente. Em relação a outras questões, eu discordo profundamente de Blairo Maggi. É um Governo excludente em quase todos os setores.

Mato Grosso precisa de um novo projeto, um projeto que inclua toda a sociedade e não apenas meia dúzia.

Agradeço muito pelo tempo que V. Ex^a me concedeu, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Muito obrigado, Senadora. Hoje é o dia do PT falar mal dos governos estaduais. Primeiro foi o Senador Sibá Machado, agora é V. Ex^a. O PT hoje está contra os governos estaduais. É uma coisa horrível.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sou contra a política excludente do Governo Blairo Maggi, não apenas hoje, eu sempre fui.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tenho o compromisso de encerrar esta sessão às 16h30 e pretendo cumpri-lo.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, João Batista Motta, A SRA. Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores João Tenório, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes e Alvaro Dias e Marcos Guerra, enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Caracas e La Paz rechaçam críticas do Brasil”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 11 de maio do corrente.

A matéria destaca que a Venezuela e a Bolívia rechaçaram ontem comentários de autoridades brasileiras de que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, teria influenciado a decisão boliviana de nacionalizar o setor de gás natural do país. A chancela-

ria venezuelana lançou a seguinte nota: “a afirmação de que a decisão soberana do presidente (boliviano) Evo Morales se deve à influência do presidente Hugo Chávez só pode ser atribuída à ignorância de nossos amigos brasileiros”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PÁGINA B 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2006 ★ CONCLUÍDO ÀS 23H

TENSÃO ENTRE VIZINHOS Venezuela vê ‘ignorância’ em declaração de Amorim sobre ‘desconforto’ com atuação de Chávez

Caracas e La Paz rechaçam crítica do Brasil

‘Poderia ter sido consultado’, diz Garcí

DA REDAÇÃO

A Venezuela e a Bolívia rechaçaram ontem comentários de autoridades brasileiras de que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, teria influenciado a decisão boliviana de nacionalizar o setor de gás natural do país.

“A afirmação de que a decisão soberana do presidente [boliviano] Evo Morales de nacionalizar os recursos de hidrocarburetos se deve à influência do presidente Hugo Chávez só pode ser atribuída à ignorância de nossos amigos brasileiros”, afirmou nota da Chancelaria venezuelana.

Já o presidente em exercício da Bolívia, Alvaro García Linera, disse que as declarações do chanceler Celso Amorim sobre a influência de Caracas no episódio se devem ao “momento eleitoral” do Brasil.

“Há vários países amigos com os quais trabalhamos em muitos temas, mas isso jamais se traduz numa interferência, uma influência ou uma manipulação das decisões da Bolívia”, disse o boliviano ontem, em entrevista coletiva.

Celso Amorim, o chanceler brasileiro, disse anteriormente que a atuação de Chávez gerou desconforto no Brasil. “Foi transmitido ao presidente Chávez nosso desconforto e o desconforto pessoal do presidente Lula com algumas dessas ações [da Venezuela].”

Morales passou o final de semana anterior ao decreto de nacionalização do gás boliviano com Chávez e o diretor cubano, Fidel Castro, em cúpula em Havana.

A estatal de petróleo venezuelana, PDVSA, acredita a estatal de gás

AÇÃO

Foi transmitido ao presidente Chávez nosso desconforto e o desconforto pessoal do presidente Lula com algumas dessas ações. A ponto de ele [Lula] dizer que isso colocava em risco o gasoduto

CELSE AMORIM
chanceler brasileiro

REAÇÃO

A afirmação de que a decisão soberana do presidente [boliviano] Evo Morales [...] se deve à influência do presidente Hugo Chávez só pode ser atribuída à ignorância de nossos amigos brasileiros

NOTA DA CHANCELARIA VENEZUELANA

boliviana que ficará com as instalações da Petrobras na Bolívia.

A nota venezuelana diz ainda que Marco Aurélio García, assessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fez comentários semelhantes, acusando Chávez de provocar um confronto regional.

A Chancelaria da Venezuela classificou as suspeitas como “absurdas” e declarou que o único objetivo do país era “ajudar uma nação amiga que está enfrentando dificuldades econômicas”.

“É desrespeitoso repetir as provocações da imprensa”, que apresentaria Morales “como homem sem personalidade, sem discer-

nimento próprio”, diz a nota.

Em entrevista à Folha publicada no domingo, García chamou Chávez de “voluntarioso” e disse que a Bolívia quer um “clima de Guerra Fria” no continente.

Lula impetrou a Morales sua desculpa quanto à nacionalização. “A imprensa também está analisando as relações Brasil-Venezuela e três presidentes estarão hoje em Viena para encontro de cúpula União Europeia e Mercosul [veja texto na pág. B13].”

Colaboração: Espinosa, Roberto, do Le País, além agências internacionais

→ LEONEL PAVAN págs. 80 e 813

DA SUCUNHAL DE BRASÍLIA

“O Ministério das Relações Exteriores da Venezuela poderia ter me consultado a respeito disso. Não falei o que a nota diz. Nunca trataria um chefe de Estado dessa forma, menos ainda um chefe de Estado de um país amigo”, disse o assessor especial da Presidência brasileira para assuntos internacionais, Marco Aurélio García, a respeito da nota do governo venezuelano divulgada ontem.

Em entrevista à Folha, publicada no domingo, García marcou diferenças com a política externa da Venezuela, dizendo que o Brasil não desejava “guerra fria na América Latina”. Foi menção ao clima beligerante no relacionamento de Chávez com os EUA.

A respeito de Evo Morales, García afirmou que, qualquer que fosse o presidente eleito, a nacionalização seria feita. Segundo ele, essa foi uma promessa de campanha de todos os candidatos.

A respeito de Hugo Chávez, García disse não acreditar que o presidente da Venezuela tenha tentado tutelar Morales. Afirmou, porém, que Chávez era “voluntarioso”, que discordava de algumas de suas manifestações, mas que ele e Lula tinham liberdade de fazer eventuais críticas ao venezuelano “na condição de amigos”.

O Itamaraty reafirmou, por meio de sua assessoria, as declarações do ministro Celso Amorim sobre as ações do presidente Chávez antes de a Bolívia anunciar a nacionalização e disse que não comentaria a nota da Venezuela.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** intitulado “Estabilidade e renda”, publicado em 2 de maio deste ano.

O editorial analisa estudo elaborado pelo Banco Mundial – Bird, que mostra que a distribuição de renda melhora com a queda da inflação. Fica claro que o avanço no Brasil está longe de ser espetacular. A redução da desigualdade social nesse governo não é de forma alguma resultado de suas ações são, isto sim, fruto da política econômica do governo passado,

da estabilidade alcançada pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Estado S. Paulo 02/05/06
Senador João Batista Motta

Estabilidade e renda

Alguns dos principais dirigentes e intelectuais do PT costumam desprezar, por “ortodoxos”, mesmo aqueles que, fazendo parte do governo Lula ou o apoiando, se esforçam para assegurar a estabilidade econômica. É a excessiva preocupação desses “ortodoxos” com a inflação, dizem esses dirigentes e intelectuais petistas, que impede o crescimento mais rápido da economia e a redução das desigualdades sociais.

Num país que durante tanto tempo se acostumou a conviver com a alta generalizada dos preços, defender “um pouquinho de inflação” em nome de uma “sociedade mais justa” não chega a causar espanto. Mas deveria. Nas últimas décadas, nada foi mais socialmente cruel do que a inflação. É isso que deixa óbvio a reportagem de Fernando Dantas publicada na quinta-feira passada pelo **Estado**, na qual se mostra, com base em estudo do Banco Mundial (Bird), que a concentração de renda no País diminuiu entre 1981 e 2004.

O gráfico que ilustra a reportagem mostra, com clareza cristalina, como a alta da inflação aumenta a concentração da renda e como sua redução melhora o quadro. No Brasil, as pessoas de renda média e alta encontraram meios para proteger melhor seu patrimônio do desgaste inflacionário. Mas a inflação corrói de maneira aguda a renda dos que ganham menos. Por isso, mesmo quando decorrente de medidas artificiais, que por isso têm efeitos passageiros, a queda brusca da inflação melhora

a distribuição de renda.

Em 1986, com o Plano Cruzado, a desigualdade diminuiu. Mas, com o fracasso previsível do plano, que distorceu os mecanismos de preços e desorganizou a economia, a situação voltou a piorar. A deterioração foi acentuada, e atingiu o pior resultado do período em 1989, quando os preços subiam mais de 2.000% ao ano. Em 1990, nova intervenção violenta do governo na economia, por meio do Plano Collor, produziu resultados tão espetaculares quando efêmeros e, em 1992, se registrou notória piora.

Embora o ano de 1994, o do

Estudo mostra que distribuição de renda melhora com queda da inflação

início do Plano Real, não consta do gráfico, foi nele que começou uma etapa consistente de melhora, que persiste até hoje. O Plano Real produziu uma desconcentração gradual, mas persistente, da renda.

O estudo que serviu de tema para a reportagem – *Ascensão e queda da desigualdade brasileira: 1981-2004*, de Francisco H. G. Ferreira, Phillippe G. Leite e Julie A. Litchfield, disponível na página do Bird na internet – tomou como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE. O trabalho utiliza como medida de desigualdade o coeficiente de Gini. Seus autores concluem que, da redução de 13% desse coeficiente entre 1993 e 2004, 5,3 pontos percentuais podem ser atribuídos à redução da diferença de renda entre os mais

e os menos instruídos, e o restante à redução das diferenças raciais e à menor discrepância de renda entre as populações urbana e rural.

É importante observar que uma análise como a do Bird tem mais consistência quando se refere a períodos de relativa estabilidade monetária e econômica. Isso porque, entre outras deformações causadas pela inflação alta, está a de tornar menos eficazes as políticas públicas, por mais bem administradas que sejam, e de turvar o ambiente econômico e social, tornando muito mais difícil seu estudo.

Outro ponto que merece destaque no trabalho é o fato de mostrar que o avanço do Brasil nos últimos anos está longe de ser espetacular. O número de pobres, segundo o estudo, caiu de 29,6% da população em 1981 para 22,2% em 2004. Na Tailândia, entre 1975 e 1992, diminuiu de 41,8% para 15,8% da população e, na Indonésia, de 64,3% em 1975 para 11,4% em 1995.

Se se desse ao trabalho de ler a reportagem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva provavelmente concluiria que, também com relação à redução da desigualdade social, seu governo é melhor do que o de seu antecessor imediato. A situação em 2004 é, de fato, melhor do que a de 2002, último ano do governo FHC. Mas a melhora não foi fruto de ações do atual governo, e sim da estabilidade monetária, que começou com o Plano Real, que muitos petistas ainda insistem em criticar.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “País tem falta de pelo menos 254 mil docentes”, publicada no jornal **O Globo** em sua edição de 30 de abril do corrente.

A matéria destaca o resultado da falta de planejamento na área da educação: há falta de professores. Isso é absurdo. Como pretender o desenvolvimento, se não há escolas e professores suficientes, e milhares de crianças e adultos sem educação? Há de um lado crianças carentes, que demandam a escola até por outras questões sociais; de outro, os professores

desempregados, que buscam o sustento em outras áreas, diante da falta de perspectiva.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senadora Lúcia Vânia

O GLOBO	DIÁ/MÊS/ANO: 30 abr. 06	EDITORIA: Pais	CADERNO: A	PÁGINA: 16
----------------	-----------------------------------	--------------------------	----------------------	----------------------

CARÊNCIA NAS ESCOLAS: Vem caindo também o número de cursos de licenciatura, especialmente na área científica

País tem falta de pelo menos 254 mil docentes

Estimativa nacional do Ministério da Educação mostra que o problema é maior nas áreas de ciências e matemática

Demétrio Weber

● **BRASÍLIA.** Baixos salários e a falta de atrativos na carreira do magistério fazem as escolas brasileiras conviverem com a falta de professores. O problema é maior nas áreas de ciências e matemática e preocupa o Ministério da Educação (MEC).

O governo não dispõe de dados precisos, mas a última estimativa nacional indicou a falta de 254 mil professores em 2003. Correndo contra o relógio, o MEC aposta na oferta de cursos de licenciatura em cidades do interior, especialmente via cursos a distância, para formar novos profissionais e suprir a demanda.

Na semana passada, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entregou carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva alertando para o problema. O documento diz que faltam 230 mil docentes nas escolas brasileiras.

— Falta professor por causa dos baixos salários e da precarização da carreira. Há escolas onde as aulas de algumas disciplinas só começam em maio ou junho. Aí é preciso mudar a grade curricular e oferecer mais aulas de português ou outras disciplinas. Depois, no fim do ano, tem que compensar. E isso não ocorre só no Nordeste. É um problema também no Rio Grande do Sul — diz a presidente da CNTE, Juçara Dutra Vieira.

O secretário estadual de Educação do Rio de Janeiro, Arnaldo Niskier, diz que a rede pública fluminense convive com a falta de professores nos primeiros anos do governo de Rosinha Garotinho. A solução, segundo ele, só veio no ano passado, com a contratação de cerca de dez mil docentes temporários, justamente o procedimento criticado pela CNTE. O próprio sindicato admite, porém, que seria pior deixar os alunos sem aula.

— Hoje não há um colégio onde falte aula por ausência de professor. Não temos carência. Mas no início do governo Rosinha havia. Só que a governadora autorizou, desde 2005, a contratação de professores temporários, cerca de dez mil — explica Niskier.

Cursos de licenciatura vêm diminuindo no país

Hoje, segundo Juçara, vem caindo o número de cursos de licenciatura, especialmente na área científica em que a necessidade de laboratórios aumenta os custos. Ela lembra que a escassez de docentes nas disciplinas de matemática, química, física e biologia está ligada ao fato de que os profissionais dessas áreas muitas vezes encontram melhores empregos fora das escolas.

— A indústria coureiro-calçadista, por exemplo, absorve mão-de-obra da área química — diz a presidente da-CNTE. ■

Graduação a distância pode ser solução

Falta de professores é mais grave nas cidades do interior

● **BRASÍLIA.** O secretário de Educação Básica do MEC, Francisco das Chagas, aposta que a oferta de cursos de graduação a distância será decisiva para sanar o problema, levando cursos de licenciatura para cidades do interior. O ministério fará isso em parceria com universidades por meio da chamada Universidade Aberta do Brasil.

— Nas capitais quase não falta professor, porque há universidades públicas e particulares. Mas no interior é diferente. É claro que isso preocupa o governo. A falta de professores e a falta de formação adequada interfere na qualidade do ensino — diz Chagas.

O Censo Escolar mostra que, em 2003, 698.776 docentes lecionavam na rede pública de 5ª a 8ª série em todo o país. O número é impreciso porque contabiliza, na verdade, as chamadas funções docentes. Assim, é possível que um único professor acumule dois empregos e seja computado na estatística duas vezes.

O mesmo censo indica que 13,9 milhões de estudantes estavam matriculados na rede pública de 5ª a 8ª série. Isso significa que a proporção era de 20 alunos por professor. No caso da disciplina de matemática, essa proporção subia para 186.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial da **Folha de S. Paulo** do último dia 5 de maio do corrente intitulado “Hora de despertar”.

O editorial trata da atual condução da política externa brasileira e cita o episódio envolvendo o presidente boliviano, Evo Morales, e a nacionalização do gás boliviano para afirmar que “O país mais populoso e industrializado da América do Sul não pode se dar ao luxo de perder de vista as suas prioridades regionais”.

Ainda segundo o editorial, “Fará bem o Itamaraty se retomar a sua melhor tradição de pragmatis-

mo, incentivando a sobreposição entre os interesses comerciais das empresas do país e as posições da política externa”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador João Tenório

A 2 sexta-feira, 5 de maio de 2006

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,

JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI,

CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES,

LUÍS FRIAS e OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

HORA DE DESPERTAR

E STÁ EM ruínas o projeto regional, centrado na Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), que foi a vedete da diplomacia de Luiz Inácio Lula da Silva para o subcontinente. O episódio Evo Morales, que inevitavelmente deixará seqüelas no relacionamento de Brasil e Bolívia, é apenas o ruído mais recente a contribuir para a cacofonia política vigente neste canto do planeta.

Lula, passada a fase ingênua da “liderança natural” brasileira na América do Sul, agora mais parece um apagado coadjuvante de Hugo Chávez. Mas a liderança do venezuelano é divisora; para cada amigo que faz, brota um inimigo. Acaba de retirar seu embaixador do Peru. Desta feita o mentor do “bolivarianismo” entrou em atrito ruidoso com o presidente peruano, Alejandro Toledo, e o candidato a sucedê-lo Alan García.

Chávez divide a Comunidade Andina, promove o Grande Gasoduto do Sul e o papel do venezuelano como incentivador da nacionalização assinada por Morales, contra o interesse brasileiro, está por ser contado.

Não cabe ao chefe de Estado brasileiro emprestar credibilidade a tais encenações diplomáticas. O país mais populoso e industrializado da América do Sul não pode se dar ao luxo de —acalantado pelo “flash-back” terceiro-mundista que assom-

bra o Itamaraty— perder de vista as suas prioridades regionais.

O Mercosul está em frangalhos. Não bastasse o status especial dos argentinos para romper princípios do bloco, Washington, pragmática, agora oferece vantagens comerciais que estão arrancando o Uruguai e o Paraguai do projeto, enquanto Lula sonha com o encontro místico de Bolívar e JK. O Brasil é incapaz de encaminhar a resolução de um problema de fronteira entre Argentina e Uruguai sobre a instalação de fábricas de celulose. O Itamaraty não responde ao interesse crescente de empresários brasileiros de abrir mercado em nações desenvolvidas.

Passa da hora de Brasília despertar. Fará bem o Itamaraty se retomar a sua melhor tradição de pragmatismo, incentivando a sobreposição entre os interesses comerciais das empresas do país e as posições da política externa. Cumpre voltar ao básico no Mercosul: reconstruir as pontes dinamitadas do livre comércio no bloco e deixar de lado o projeto de união aduaneira (em que o grupo se comporta como uma só nação a fim de negociar com terceiros). É tempo também de ultrapassar os preconceitos ideológicos contra a Alca e o acordo com a União Européia e acelerar esses dois processos.

O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Bolívia nomeia diretores para a Petrobras”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 9 de maio do corrente.

A matéria comenta a nomeação, por parte do governo boliviano, dos novos diretores da Petrobras Bolívia Refinación S.A. e de outras empresas que, de acordo com o decreto de nacionalização, terão de passar o controle acionário à YPFB, a estatal boliviana de gás e petróleo. A nomeação ocorreu dois dias antes da

chegada de uma missão do governo brasileiro chefiada pelo Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tel.: 0/xx/11/3224-3373
E-mail: dinheiro@uol.com.br
Fax: 0/xx/11/3224-2287

Serviço de atendimento ao assinante:
Grande São Paulo 0/xx/11/3224-3090
Demais localidades 0800-775-8080

FOLHA DINHEIRO

ESTA FOLHA
ESTÁ INCLuíDO
NESTE CADERNO

PÁGINA B 1 ★ SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2006 ★ CONCLUÍDO ÀS 23H

TENSÃO ENTRE VIZINHOS *Governo não deu prazo para eles*

assumirem postos nem definiu suas funções; empresa não comenta

Bolívia nomeia diretores para a Petrobras

FABIANO MAISONNAVE

ENVIADO ESPECIAL A SANTA CRUZ DE LA SIERRA

O governo boliviano nomeou ontem à tarde os novos diretores da Petrobras Bolívia Refinación S.A. e de outras empresas que, de acordo com o decreto de nacionalização, terão de passar o controle acionário à YPFB, a estatal boliviana de gás e petróleo. A posse dos diretores ainda não tem data marcada.

De acordo com o presidente da YPFB, Jorge Alvarado, ainda faltam requisitos legais para que os diretores recém-nomeados assumam. Ele disse que reuniões de diretório serão convocadas nas próximas duas semanas para acertar os procedimentos, mas não elaborou.

Com relação à Petrobras, Alvarado disse que, para comprar o controle acionário da Petrobras Refinación, a YPFB incluirá nas negociações supostas dívidas que a estatal brasileira tem com o Estado boliviano. Ele citou impostos supostamente não pagos pela empresa brasileira.

As duas refinarias da Petrobras estão localizadas em Santa Cruz e em Cochabamba. Elas foram compradas em 1999 do Estado

boliviano, por US\$ 102 milhões, e dominam o mercado de derivados de petróleo do país. A estatal brasileira não divulga qual o valor atual das duas unidades, que desde o decreto de nacionalização, na segunda-feira da semana passada, estão sob vigilância ininterrupta do Exército boliviano.

Na semana passada, o ministro de Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada, disse que a Petrobras e outras empresas nacionalizadas serão confiscadas pelo Estado caso a negociação sobre as transferências de ações não chegue a um acordo. Nesse cenário, o pagamento às empresas será determinado por uma auditoria.

Procurada pela Folha ontem à noite, a assessoria da Petrobras Bolívia informou que não se pronunciaria sobre o assunto.

Para a Petrobras Refinación, que administra as duas maiores refinarias do país, foram indicados os diretores Victor Hugo Cuelar, Waldo Oblitas, Santiago Sologuren e Sergio Miranda. Já Jorge Soruco, apresentado no anúncio como um militar, será o síndico da empresa.

Em entrevista por telefone à Folha 30 minutos após o anúncio, o vice-presidente da YPFB, Nelson

Cabrera, disse que não tinha nenhuma informação sobre as nomeações. Apenas explicou que a função de síndico será a de fiscalizar o processo de transição, mas sem direito a voto.

Missão brasileira

A nomeação dos novos diretores ocorreu dois dias antes da chegada de uma missão do governo brasileiro, chefiada pelo ministro Silas Rondeau (Minas e Energia) e representantes da Petrobras.

Sobre as negociações com o Brasil, Alvarado reclamou do prazo de 45 dias dado pelo presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, antes de acionar a arbitragem internacional. De acordo com o presidente da YPFB, o prazo é bem menor do que a transição de 180 dias prevista pelo decreto da nacionalização.

“Não vamos deixar que ninguém nos pressione”, disse Alvarado, durante a cerimônia de anúncio dos diretores, ao lado de Soliz Rada, em La Paz.

Além das refinarias da Petrobras, a YPFB assumirá o controle acionário das empresas Transredes (responsável por parte do transporte do gás ao Brasil), Cháco, Andina e Companhia Logística de Hidrocarbonetos de Bolívia.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** de 4 de maio do corrente, intitulado “O protesto do campo”.

O editorial destaca que mais uma vez o governo Lula comete um erro de avaliação, criando condições para que as dificuldades de alguns setores da agricultura se convertessem numa crise com repercussões econômicas, sociais e até de ordem pública.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Estado S. Paulo 04/05/06
Senador Antero Paes de Barros

O protesto do campo

Mais uma vez um erro de avaliação do governo criou as condições para que as dificuldades de alguns setores da agricultura se convertessem numa crise com repercussões econômicas, sociais e até de ordem pública. Estradas do Centro-Oeste estão bloqueadas por agricultores e caminhoneiros. Os protestos começam a espalhar-se pelo Sul e pelo Sudeste e já se fala na adesão de agricultores da Bahia. Embarques de soja e derivados já estão sendo prejudicados e firmas exportadoras pagam extras pela demora do carregamento de navios.

Os próprios agricultores podem perder com as manifestações, porque atrasam a comercialização da safra e assumem custos de manutenção de estoques. Mas cálculos desse tipo se tornam desimportantes, quando a paciência acaba e os protestos se transformam num grande lance político. Para facilitar essa transformação, parlamentares da bancada ruralista se mobilizam e se preparam para arrancar do governo o máximo de benefícios.

A demora do governo em reconhecer e atacar o problema pode mais uma vez impor ao Tesouro um custo excessivo, muito maior do que seria, se as autoridades agissem na hora certa. Mais recursos para apoio aos agricultores serão liberados até o fim do mês, disse ontem o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

O pacote de R\$ 16,8 bilhões anunciado no dia 6 de abril foi insuficiente para tranquilizar os agricultores e fazer refluir a onda de protestos. Saiu com

atraso – vinha sendo reivindicado pelo ministro Roberto Rodrigues desde fevereiro – e foi calculado para resolver parte dos problemas imediatos.

O pacote incluía a renegociação de dívidas de custeio e de investimento num total de R\$ 13 bilhões a R\$ 14 bilhões que os produtores não precisariam pagar neste ano. Pelas últimas informações, essa renegociação ainda não deslançou.

Providências de maior alcance ficaram fora do pacote de 6 de abril. Sairiam, segundo o ministro da Agricultura, em duas ou três semanas, mas ainda não foram apresentadas.

O governo está em xeque, de novo, por subestimar a crise da agricultura

Provavelmente só serão anunciadas depois do Agrishow de Ribeirão Preto, de 15 e 20 deste mês. Rodrigues, segundo se informou ontem, deverá passar apenas um dia nessa feira, em vez de lá instalar seu gabinete, como noutros anos.

Desde o lançamento do último pacote, a situação se tornou mais preocupante para os agricultores, porque o dólar continuou a cair no mercado brasileiro. Produtores chegaram a propor a criação de um câmbio especial para o setor, o que seria uma aberração.

Mas o desajuste entre custos e remuneração continua a existir, apesar da eficiência já provada pelos exportadores de soja e de outros produtos agrícolas. “Se não é possível mexer no câmbio, temos de reduzir os custos e essa diferença tem de

sair da carga tributária”, disse o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, ele próprio um grande produtor e exportador. Maggi está certo pelo menos quanto a um ponto. É preciso mexer nos custos que não dependem dos produtores e que afetam o poder de competição e a rentabilidade. Parte desses custos decorre da péssima conservação das estradas. Isso explica a adesão de caminhoneiros, estranha à primeira vista, aos protestos de agricultores no Centro-Oeste. Outra parcela importante dos custos é vinculada à tributação irracional, que encarece os insumos. A questão é particularmente grave e complexa, porque envolve o governo federal e os estaduais. O custo fiscal de movimentação de produtos entre Estados já motivou a mudança de unidades processadoras de soja para outros países.

Para completar, há a questão da insegurança diante dos problemas do tempo, com seca ou excesso de chuvas. Falta um sistema eficiente de seguro agrícola. É preciso, admitiu há poucos dias o ministro da Agricultura, criar um “fundo de catástrofe” para dar lastro a um sistema razoável de seguro.

Com os produtores novamente mobilizados e com a interferência de parlamentares, o governo está submetido a enorme pressão. Pode ser forçado a ceder muito mais do que o necessário para uma justa solução. Isso ocorreu outras vezes, mas a lição não foi assimilada.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Raízes do novo populismo na América Latina”, publicada no jornal O Globo de 7 de maio do corrente.

A matéria da jornalista Janaína Figueiredo, correspondente do jornal em Buenos Aires, destaca que instituições e sistemas partidários frágeis facilitariam experiências nacionalistas, como o “petropopulismo” de Hugo Chávez.

Sr. Presidente, como segundo assunto desejo fazer o registro do artigo, de autoria do jornalista Ribamar Oliveira, intitulado “Lula agravou o erro estratégico”.

O artigo, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 8 de maio do corrente, destaca que a crise do gás boliviano serviu para mostrar a falta de planejamento estratégico no Brasil. O jorna-

lista mostra também que o governo Lula congelou os preços do gás natural entre 2003 e 2005 como forma de encorajar o uso deste combustível e, assim, estimular o parque industrial brasileiro a optar por um combustível sem que o governo tenha definido uma alternativa para enfrentar uma eventual supressão do fornecimento do gás da Bolívia.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que os artigos passem a integrar os Anais do Senado Federal. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

UM CONTINENTE E A ESQUERDA

Raízes do novo populismo na América Latina

Instituições e sistemas partidários frágeis facilitariam experiências nacionalistas

Janaína Figueiredo
Correspondente • BUENOS AIRES

A América Latina vive uma terceira onda esquerdista, na qual convivem governos social-democratas em países como Chile e Brasil com experiências populistas na Venezuela e na Bolívia, possíveis graças à ausência de um sistema de partidos sólido e de instituições capazes de evitar a radicalização política dos novos revolucionários latino-americanos. Esta é a conclusão a que chegou o professor do Instituto de Ciência Política da Universidade da República do Uruguai Jorge Lanzaro, autor do artigo “A terceira onda das esquerdas latino-americanas: entre o populismo e a social-democracia”.

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, chegou ao poder porque seu país não tem um sistema de partidos articulado, ele se move num horizonte sem oposição — explicou Lanzaro ao *GL 230*, em entrevista por telefone, de Montevideú.

Segundo ele, “a fraqueza institucional da Venezuela é o calcanhar-de-aquiles do presidente venezuelano” porque isso o leva a aprofundar um estilo autoritário que poderia virar seu pior inimigo.

— O único populismo que deu certo no continente foi o mexicano (com o Partido Revolucionário Institucional, o PRD), porque foi o único que conseguiu se institucionalizar. Assim durante 70 anos — afirmou o uruguayo.

O ‘petropopulismo’ de Hugo Chávez

• Já o populismo de Chávez, disse Lanzaro, se sustenta numa liderança carismática e num relacionamento absolutamente desorganizado com as massas populares. Chávez, assegurou o cientista político, não busca preservar as instituições e tem uma forte tendência ao autoritarismo.

— Com Chávez temos um petropopulismo, pois ser populista implica ter recursos para distribuir e Chávez tem o dinheiro do petróleo, uma quantidade de dinheiro que nenhum outro populista teve — declarou Lanzaro.

De fato, os recursos de que dispõe Chávez são enormes. Somente no ano passado, foram US\$ 45 bilhões. Segundo a imprensa local, este ano o governo investirá cerca de US\$ 45 bilhões em programas sociais implementados por Chávez nas áreas de saúde, educação e alimentação, entre outras.

Na visão de Lanzaro, a Venezuela é um dos casos mais radicais do continente. Já os governos de países como Uruguai, Brasil e Chile integram sistemas de partidos mais sólidos, o que os obrigou a moderar o discurso e a aceitar as regras do jogo democrático e a disciplina do mercado liberal.

Divisões no país contêm Morales

• A Bolívia está em mãos de um populista, mas por enquanto um pouco mais moderado do que Chávez.

— Evo Morales parece ser um pouco mais cuidadoso, mas prudente primeiro, não conta com os recursos de Chávez e, segundo, enfrenta enormes dificuldades internas que impedem a radicalização de seu governo.

De fato, o presidente boliviano está

às voltas com ameaças de greve no departamento (estado) de Santa Cruz, o mais rico do país, e em setores dedicados como saúde e educação.

— Morales enfrenta um cenário de fragmentação regional e econômica. Chávez tem total liberdade para fazer o que quiser — enfatizou Lanzaro.

Resta saber se o presidente boliviano atará em função das limitações que existem em seu país ou aprará por aprachantar sua aliança com Chávez e desalar partidos e instituições.

O populismo também ressurgiu no Peru, onde o candidato nacionalista Ollanta Humala do movimento Urtista pelo Peru venceu o primeiro turno das eleições presidenciais de abril, com pouco mais de 30% dos votos. Humala, um ex-militar que liderou uma tentativa de golpe de Estado contra o governo de Alberto Fujimori (1990-2000), defende a nacionalização dos recursos naturais do país e a revisão de todos os contratos assinados com empresas multinacionais.

— Muitas vezes dançamos sobre o fêmulo do populismo, mas ele sempre ressurgiu. E ressurgiu em países com frágeis sistemas partidários em países que enfrentam fortes mudanças e graves crises institucionais. ■

No passado, o peronismo

Fenômeno marcou história da Argentina

• BUENOS AIRES. Um dos símbolos do populismo latino-americano é o peronismo, o maior movimento de massas da América Latina, fundado pelo general argentino Juan Domingo Perón, na década de 40. Num primeiro momento, o peronismo dominou o cenário político entre 1946 e 1955, ano da Revolução Libertadora que derrubou o segundo governo de Perón. O polêmico general retornou ao poder após um longo exílio em 1973, mas foi apenas uma efêmera terceira passagem pela Presidência. Perón morreu em 1974, deixando o governo em mãos de sua segunda mulher, Isabelita Perón, envolvida com um peronismo matoso e golpeada em 76.

O peronismo não teve fôlego para sair às ruas e enfrentar o golpe contra Perón em 1955. O próprio ex-presidente, num ato de humilhação, refugiou-se numa canhoneira paraguaiá ancorada no porto de Buenos Aires. Mas o peronismo, com Perón à frente, não adormeceu e com a condição de maior força de oposição aos militares no poder, Grupos de Esquerda e de luta armada se refugiaram nele, o que não alterou a estrutura populista, tal o peso da liderança de Perón. (Janaína Figueiredo)

CORPO A CORPO

CRISTINA MARCANO

'Um populista com discurso de esquerda e administração de direita'

• Com o marido, Alberto Barrera Tyska, a jornalista Cristina Marcano conseguiu algo raro: escrever uma biografia do presidente venezuelano que seja respeitada por partidários e opositores (Hugo Chávez sem uniforme", Gryphus). Para ela, Chávez espera ver um continente de esquerda em que ele seja o líder mais destacado.

Cristina Azevedo

O GLOBO: Entre a oposição que o demoniza e partidários que o incensam, quem é Hugo Chávez?

CRISTINA MARCANO: Diria que é um líder carismático que desenvolveu um governo de modelo personalista. E esses tipos de figuras costumam ser polêmicas e polarizantes. Chávez, além disso, tem uma linguagem muito combativa. Quando tem um adversário, classifica-o como inimigo, insulta-o. Isso fez com que muitos que o apoiaram em 1988 tenham retirado o apoio. Chávez é contraditório, combativo e tem uma exposição diante da mídia constante.

• A senhora acredita que a oposição o subestimou?

CRISTINA: Definitivamente. Pensavam que era efêmero, que podia ser manipulado. Ao contrário do que se pensa, Chávez não é um ser improvisado. Trabalhou muito para ser o que é. Sua meta era alcançar o poder. E passou 20 anos buscando isso.

• Mas após quase oito anos no poder, os níveis de desemprego e pobreza continuam

altos. O que deu errado em seu governo?

CRISTINA: Ele não contou com um Gabinete de governo de profissionais destacados. Contou simplesmente com seguidores leais. A concentração de poder provavelmente dificulta a ação dos ministros. Tudo tem que passar por sua aprovação. Passaram-se sete anos, o governo teve lucros extraordinários com petróleo, mas seu governo não foi capaz de erradicar a pobreza, diminuir a ou de gerar emprego.

• A senhora disse que Chávez é um homem de metas. E uma meta parece ser alcançar um papel de destaque como líder latino-americano, não?

CRISTINA: Sim, e a oposição reclama disso. Sem dúvida alguma, Chávez propôs converter-se num líder latino-americano e numa referência do anti-imperialismo, não só na Venezuela, mas no mundo. Haja visto o entretimento constante contra George W. Bush. Chávez conta ainda com o fato de o governo do presidente Bush ser extremamente impopular e de não haver quem o defenda. Ele diz coisas do presidente americano que ninguém se atreve, mas que muitos pensam. Construiu pouco a pouco sua carreira para se projetar internacionalmente e este ano está colhendo os frutos. Hoje quem pode negar que Chávez seja um líder na América Latina? É conhecido em todo mundo. Tem influência em governos, como o boliviano, e procura respaldar Ollanta Humala, no Peru, e López Obrador, no México, com a esperança de que ganhem e que haja um continente de esquerda em que seja o líder mais destacado. Mais que Lula. Ele viaja muito,

gasta muito dinheiro e investiu muito nisso.

• A senhora crê que Chávez influenciou o surgimento de Evo Morales e Ollanta Humala?

CRISTINA: Sim. Há quatro anos Chávez já falava de Morales com admiração. E durante a visita de Morales à Venezuela, apresentou-lhe Humala como o favorito para a Presidência do Peru.

• Algumas pessoas dizem que ele seria um fator de desestabilização na região.

CRISTINA: Penso que Chávez perturba a direita. Dizer que se García ganhasse a eleição retiraria o embaixador pode não parecer uma conduta muito democrática. Penso que no futuro talvez possa querer moderar, porque outros presidentes na região não vêem com simpatia essas declarações, essas ameaças.

• Muitos dizem que ele não é de esquerda, mas apenas um populista. O que acha?

CRISTINA: Sua aproximação com a esquerda foi na adolescência através de um ex-guerrilheiro que passou ideais comunistas. Mas isso não foi algo sistemático. Chávez não estudou marxismo. Alguns esquerdistas venezuelanos não o consideram de esquerda, mas um populista. Um populista com discurso de esquerda e administração de direita. O sistema econômico venezuelano não mudou. O que mudou foi a preferência por um outro empresário para fazer negócios com o governo. Há setores que ganharam muito dinheiro com o governo. O que variou foram os programas de assistência aos mais pobres.

RIBAMAR OLIVEIRA

email: ribamaroliveira@estadao.com.br

Lula agravou o 'erro estratégico'

A crise do gás boliviano serviu para mostrar a que ponto chegou a falta de planejamento estratégico no Brasil. Na semana passada, o presidente Lula chamou a atenção para o que considerou um "erro estratégico" do governo anterior, ao estimular o uso do gás natural pelas indústrias do País e pelos proprietários de veículos, tendo apenas uma fonte de oferta do produto. E, pior, uma fonte estrangeira, submersa em turbulências políticas centenárias. É realmente difícil de acreditar que um parque industrial tenha sido montado no País com base nesse combustível, sem que o governo tenha definido alternativas para enfrentar uma eventual supressão do fornecimento do gás da Bolívia ou aumentos exagerados dos preços.

Mas Lula contou apenas uma parte do "erro". Esqueceu-se de dizer, por exemplo, que o seu governo congelou o preço do gás natural pago pelos consumidores brasileiros, de janeiro de 2003 a setembro de 2005, como forma de estimular o uso deste combustível. Durante esse período, o preço do gás boliviano pago pela Petrobras continuou subindo, mas a empresa estatal foi obrigada a absorver os sucessivos reajustes de preços. "A Petrobras abraçou o prejuízo", observou Adriano Pires, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE). O contrato da Petrobras com o governo da Bolívia prevê a elevação de preços do gás a cada três meses, de acordo com os preços internacionais de uma cesta de óleos e da variação do custo de transporte nos Estados Unidos, segundo explicou Adriano Pires.

Quase o "erro estratégico" do governo Fernando Henrique Cardoso foi congelado pela decisão do governo Lula de estimular o consumo de forma artificial. Durante o congelamento, o consumo desse combustível cresceu 15% ao ano. "O governo errou por ter feito uma política de preço artificial, por não ter intensificado a produção nacional de gás natural e por não ter diversificado as importações do produto, concentrando as compras na Bolívia", resumiu Adriano Pires. Segundo ele, 97% do gás importado pelo Brasil vem da Bolívia e apenas 3% da Argentina. "A culpa pela crise do gás é do próprio Brasil", sintetizou.

Governo usou congelamento de preços para estimular o consumo de gás natural da Bolívia

O presidente Lula já anunciou, na última sexta-feira, que mesmo que o preço do gás boliviano suba, a Petrobras não vai repassar o reajuste para os consumidores finais. Ou seja, a estatal vai continuar "abraçando o prejuízo", como observou Adriano Pires. É interessante verificar, na contabilidade da Petrobras, qual foi o custo para a empresa da política de congelamento e qual será o custo de não repassar um novo aumento do gás boliviano. Talvez o Tribu-

nal de Contas da União (TCU) possa fazer essa investigação. É bom lembrar que o controle da empresa é público, ou seja, dos contribuintes brasileiros.

A crise do gás terá um impacto considerável sobre a Petrobras. Da noite para o dia, a empresa brasileira viu a receita de suas operações na Bolívia ser reduzida de 50% para apenas 18%. O governo boliviano anunciou que ficará com 82% do total da receita obtida pela estatal. Para manter a rentabilidade anterior ao decreto do presidente Evo Morales, a Petrobras teria que elevar os preços cobrados dos consumidores brasileiros em 2,8 vezes.

Como não terá condições de fazer um aumento nessas proporções, a empresa reduzirá sua margem de rentabilidade. Mas essa margem não poderá ser negativa por muito tempo, ou seja, a Petrobras não pode trabalhar na Bolívia com prejuízo permanente. Como ela já teve os seus ativos confiscados — o termo exato é este, embora o governo boliviano não queira utilizá-lo — a rentabilidade negativa apenas agravará a situação. A dificuldade da Petrobras depende, portanto, do aumento do preço do gás boliviano, a ser definido nos próximos dias. O reajuste de preços apenas criará um problema adicional para a empresa, pois o presidente Lula já disse que ele não poderá ser repassado ao consumidor brasileiro. O gás boliviano mais caro reduzirá o espaço da Petrobras para melhorar a rentabilidade de suas operações naquele país.

O especialista Adriano Pires está convencido de que a Petrobras repassará, depois das eleições, o novo preço cobrado pelo governo boliviano pelo seu gás. Parece razoável que isso aconteça, pois é difícil acreditar que a empresa estatal possa trabalhar, em suas operações na Bolívia, com rentabilidade negativa indefinidamente. Em algum momento, a realidade de mercado terá que prevalecer. Por isso, é muito provável que os empresários mais previdentes busquem alternativas ao gás natural, antes que o repasse de preços aconteça.

O efeito da crise do gás sobre os consumidores brasileiros dependerá do aumento que será repassado no futuro. Mas é evidente que só a perspectiva dessa elevação já terá repercussões sobre a indústria e sobre os proprietários de veículos movidos a gás. Na opinião do coordenador da Unidade de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, os empresários que pretendiam ampliar o uso do gás natural certamente pensarão duas vezes. Outros tentarão reverter o sistema produtivo de suas indústrias para outro combustível.

A conversão dos equipamentos para outro tipo de combustível parece ser a alternativa mais provável da indústria. Um estudo feito pelos pesquisadores José Israel Vargas e Carlos Feu Alvim, em setembro de 2005, antes, portanto, do decreto de Evo Morales, concluiu que a possibilidade de aumentar rapidamente a oferta interna de gás é reduzida. Segundo o estudo, intitulado "O gás natural na Bolívia: Riscos e Oportunidades", não existia também infra-estrutura adequada para armazenar o gás ou a importação de gás natural liquefeito. "A margem de manobra para aumento da oferta é limitada, mas certamente existe. Em uma aproximação grosseira não se deve esperar um acréscimo superior a 1 bilhão de metros cúbicos/ano", dizem.

Vargas e Alvim analisaram as alternativas para uma eventual suspensão do fornecimento de gás pela Bolívia. Neste caso, eles lembram que existe um grande potencial de substituição nas refinarias e que o setor de transportes, que absorve cerca de 1,5 bilhão de metros cúbicos por ano, poderia voltar a funcionar com o combustível tradicional. Uma redução também temporária na produção de energia a partir do gás seria outra opção. Vargas e Alvim insistem que o gás boliviano, a preços razoáveis, ainda é a melhor solução para o Brasil, embora eles alertem que é sempre bom contar com opções à importação. ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Lula, seu galinheiro e o milharal”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 27 de abril do corrente ano.

O economista, em seu artigo, faz uso metáforas populares, bem ao estilo do Presidente Lula, para concluir que Lula “gere o governo com a irresponsabilidade de quem não pensa na economia, nas dificuldades de quem produz e paga impostos, nem no futuro do País”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Papaléo Paes
Lula, seu galinheiro e o milharal

Roberto Macedo

Inegavelmente, ao falar às massas o presidente Lula se comunica muito melhor que seus companheiros e adversários. Ainda que algumas vezes atropela a gramática, cometa erros conceituais ou diga tolices na avaliação dos intelectualmente mais exigentes, sua oratória funciona bem, inclusive para dissimular, como o provam os elevados índices de popularidade que mantém, apesar do enorme escândalo que mancha seu partido e seu governo. Em particular, mesmo com algumas trapalhadas, é mestre no uso de metáforas populares, de gosto discutível, mas que servem a seus objetivos. Para enfrentá-lo nos debates eleitorais que se aproximam será preciso utilizar recursos semelhantes, sem o que os eleitores absorverão apenas as histórias que conta na interpretação que lhe convém.

Numa delas, que a revista *Veja* chamou de filosofia avícola, ao pedir paciência na cobrança de resultados, afirmou que “uma galinha, por mais que ela saiba que precisa botar

Governo não pensa nas dificuldades de quem produz e paga impostos

ovo para ter mais pintinhos, ela bota um ovo de cada vez”. Em lugar de desdenhar uma afirmação desse tipo, o melhor é torná-la nos seus termos e buscar sua vulnerabilidade.

Esta reside no fato de que no galinheiro sob sua gestão, o das contas públicas, ele ignora que para ter mais pintinhos é preciso consumir menos ovos, colocar mais para chocar, e isso sem exaurir os contribuintes que entregam o milho sob a forma de impostos. Sem que esse rumo seja tomado, a economia continuará crescendo a taxas ridículas e o contínuo endividamento poderá levar o galinheiro à inadimplência.

Com seus modelos e seu jargão, os economistas *usam* que não se preocupam em se fazer entender por quem não é do ramo, muito menos pelo povo, e costumam vender seu peixe a políticos que saem por aí falando “economês”. Só para exemplificar, peço paciência ao leitor, não pelo tempo

que tomará a leitura, mas *na* não desistir dela em face do que afirmarei no próximo parágrafo.

Uma das razões fundamentais do fraco crescimento da economia brasileira é que a carga tributária é muito alta, e muito baixa a taxa de investimento do governo. Além disso, ao tributar ele retira recursos de quem tem alta propensão a poupar e a investir e os distri-

Assim, esse galinheiro é abastecido com impostos arrecadados do milharal da economia; como o governo tira muito, quem entrega o milho tributário fica não só desanimado com o grande confisco, mas também com menos para consumir e usar como sementes que definiriam o tamanho da colheita seguinte. Como é mais difícil contrair o consumo, a proporção destinada às sementes é reduzida e o milharal cresce menos do que poderia crescer se a carga tributária não fosse tão elevada.

A partir do milho que recebe, o governo alimenta o seu galinheiro fiscal, mas guarda pouquíssimos ovos para chocar na forma de investimentos públicos, como em infra-estrutura, que permitiriam ampliar tanto o milharal da economia, ao facilitar transportes, comunicações e outras de suas necessidades, como o milho destinado ao governo.

Grande parte dos ovos do galinheiro governamental vai também para gente que consome muito, e pouco poupa e/ou investe colocando-os para chocar, relativamente aos que pagam o milho tributário. No limite, se a carga prosseguir aumentando, o milharal entrará em clara decadência (hoje já cresce muito pouco), o governo não colocaria nada para chocar e para manter o galinheiro ampliaria ainda mais seu endividamento, até o ponto de crise.

Essa história ainda não teve o mesmo fim trágico daquela da galinha dos ovos de ouro, *narrada também sem ver a coisa pelo lado do milharal*. No Brasil este perde fôlego, pois, se comparado com milharais vizinhos, ou mesmo mais distantes, o que se percebe é que estamos ficando para trás em matéria de crescimento econômico, frustrando gerações

atuais e futuras nos seus anseios de progresso pessoal e nacional. O mesmo acontece com a gestão dos galinheiros fiscais, pois a do nosso é um péssimo exemplo.

Para sair dessa encrenca a receita é fácil de escrever. Como a distorção está no galinheiro que toma muito e investe pouco, o governo precisaria conter suas despesas em geral, exceto investimentos, os quais deveriam ser ampliados num contexto em que a carga tributária, como porcentagem do produto do milharal, seguiria uma tendência declinante. Faltam, entretanto, políticos com coragem e vocação de estadista para levar essa receita adiante.

Em particular, em lugar de colocar mais ovos a chocar e fazer com que mais sementes sejam plantadas, o governo Lula segue na outra direção. É recordista de receita tributária, de gastos públicos no custeio da máquina governamental e de transferências como as realizadas pela Previdência Social. Ao mesmo tempo, deixa o País na segunda ou terceira divisão do jogo econômico internacional, na categoria dos que investem menos, não oferecem um clima que estimule a produção e, por isso mesmo, crescem muito pouco.

Lula, enfim, gere o governo com a irresponsabilidade de quem não pensa na economia, nas dificuldades de quem produz e paga impostos, nem no futuro do País.

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipec-USP e professor associado à Faeap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

hú a quem tem alta propensão a consumir. Dado esse quadro, fica comprometida a taxa de investimento da economia como um todo e o crescimento dela.

Agora, vou dizer a mesma coisa combinando filosofia aviária e de plantio para descrever o mau funcionamento de uma economia que, de modo simplificado, tem um setor privado que produz milho a sustentar um governo que administra mal o galinheiro de suas penosas contas.

Estado S. Paulo 27/04/06

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna no dia de hoje para solicitar à Mesa do Senado Federal que seja inserido nos Anais desta Casa o manifesto produzido pelos partidos da oposição após a entrevista concedida ao jornal **O Globo** pelo ex-secretário geral do Partido dos Trabalhadores, Sílvio Pereira, fazendo novas revelações sobre o esquema do valerioduto.

O manifesto destaca a necessidade de se avançar nas investigações para que se alcance a versão correta dos fatos. Portanto, encaminho em anexo a íntegra do manifesto, para que o pesquisador do futuro possa avaliar o comportamento responsável da oposição durante o governo do presidente Lula.

AO POVO BRASILEIRO

“Os partidos da oposição reunidos para avaliar o novo momento nacional, após a entrevista do ex-secretário do PT Sílvio Pereira, resolvem:

a) Expressar seu apoio à decisão da Ordem dos Advogados do Brasil em apresentar uma notícia-crime contra o Presidente da República, responsável pelo governo, portanto, na condição de réu, não podendo ignorar o amplo esquema de corrupção nele montado;

b) Considerar que a entrevista do ex-secretário da executiva nacional do PT acrescenta fatos novos e graves ao processo de investigação e deve portanto ser analisada e complementada com nova presença na CPI;

c) A oposição, ouvindo os apelos do Sr. Sílvio Pereira, expressos na entrevista, conclama o governo a definir claramente um esquema permanente de proteção à sua vida para que possa depor de novo e esclarecer os pontos ainda obscuros no processo de corrupção;

d) A oposição unida rejeita toda a possibilidade de artifícios legais para impedir que Sílvio Pereira revele o que sabe e comunica que, caso sejam insatisfatórios os dados revelados, pode evoluir para uma nova CPI,

no Senado Federal, uma vez que os graves acontecimentos envolvendo o governo são objeto de investigações que pode transcender à própria legislatura que se encerra em janeiro de 2007.

e) Considerando que parcela expressiva da Câmara dos Deputados tem sido leniente com os acusados no caso do mensalão e que o processo de investigação é fundamental para a história moderna do País, depois da nova audiência de Sílvio Pereira, os partidos de oposição pretendem se unir à sociedade numa comissão única, de parlamentares, juristas e cidadã(os) de varias origens, com o objetivo de criar um Comitê da Cidadania, destinado a avançar nas investigações e legar, não somente uma versão correta dos fatos, mas todos os documentos que possam ser examinados pelas novas gerações de brasileiros.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “Ecos do mensalão”, publicado pela **Folha de S. Paulo** de 9 de maio do corrente.

O editorial trata da entrevista concedida ao jornal **O Globo** pelo ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, na qual ele revela novos fatos sobre o esquema do mensalão. Segundo o editorial, “seus desabafos trazem alguns elementos que clamam por investigação”.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial da **Folha de S. Paulo** passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Luiz Pontes
A 2 terça-feira, 9 de maio de 2006

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TRIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELBONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,

JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI,

CARLOS HETTOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TRIXEIRA MENDES,

LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

ECOS DO MENSALÃO

DE TODOS OS dirigentes do Partido dos Trabalhadores flagrados nos desmandos do mensalão, Silvio Pereira parece o menos propenso a aceitar calado o papel de bode expiatório. Já não é a primeira vez que o ex-secretário-geral lança seus torpedos pela imprensa contra a cúpula da legenda, perturbando o grande esforço da elite partidária em varrer o assunto para baixo do tapete.

Pereira já conquistou seu lugar no anedotário da política nacional ao aceitar um jipe (R\$ 75 mil) próprio para andar na lama como presente de um prestador de serviços da Petrobras. Seus lamentos públicos podem ser um meio de reclamar mais atenção dos que o sucederam na direção do PT; queixa parecida não se ouve, por exemplo, de Delúbio Soares.

A intenção precípua de "Silvinho", como era carinhosamente chamado quando negociava com partidos aliados cargos na administração federal, também pode ser a de repisar uma conhecida linha de defesa; pessoal e coletiva. Na sua mais recente entrevista, ao jornal "O Globo", percebe-

bem-se fios da estratégia diversionista: afirma que os esquemas de financiamento ilegal não são exclusivos do PT e sobrevivem ao escândalo e que Marcos Valério atuava com autonomia, sem o controle do partido.

Para além de tentar adivinhar as motivações de Pereira, o fato é que seus desabaços trazem alguns elementos que clamam por investigação. Ele afirma que a versão exposta por Delúbio Soares e Marcos Valério — a de que tudo não passava de financiamento ilegal de campanhas originado em empréstimos bancários — foi previamente combinada entre ambos para evitar que a verdade viesse a "derrubar a República".

O ex-secretário-geral também diz que havia um grupo de empresas que financiavam o esquema criminoso de olho na obtenção de benefícios fraudulentos do Estado, mas não revela nomes nem detalhes "operacionais". São essas questões — importantes para elucidar aspectos nodais do mensalão — que Silvio Pereira precisa esclarecer na CPI dos Bingos, na audiência marcada para amanhã.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Agora vice do STF, Mendes critica governo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 27 de abril do corrente.

O Ministro Gilmar Mendes, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, criticou, nesta semana, o atual governo. Disse que a denúncia apresentada pelo Procurador-Geral da República ao STF “revelou a todo país a existência de indícios da formação de

uma sofisticada organização criminosa no âmago do governo”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Agora vice do STF, Mendes critica governo

Ministro alerta para os desafios após denúncia do MP sobre mensalão

BRASÍLIA

O ministro Gilmar Mendes, que assume hoje a vice-presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou nesta semana o governo e disse que a denúncia feita no STF pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra 40 pessoas acusadas de integrar o esquema do mensalão comprova a existência de uma “organização criminosa”. Ele acrescentou que, com a crise ética e política, ficaram transparentes os desafios da Justiça Eleitoral.

“A recente denúncia apresentada pelo procurador-geral da República ao Supremo Tribunal Federal revelou a todo o País a existência de indícios da formação de uma sofisticada organização criminosa no âmago do governo, destinada, principalmente, a garantir o projeto de poder de partido político por meio de um engenhoso esque-

ma de obtenção de apoio parlamentar e de financiamento de suas campanhas eleitorais”, afirmou o ministro, durante discurso no qual se despediu da presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O cargo será assumido pelo ministro Marco Aurélio Mello, que comandará as eleições deste ano.

“Temos que admitir que a estruturação de tal organização está a revelar a persistência de algumas mazelas em nosso sistema político-eleitoral, assim como os déficits de fiscalização e controle por parte da Justiça Eleitoral em relação a práticas há muito conhecidas, porém poucas vezes combatidas com a devida eficácia”, afirmou.

O novo vice-presidente do STF disse que os avanços decorrentes da votação em urna eletrônica não podem esconder outros problemas que têm de ser enfrentados pela Justiça Eleitoral, como o abuso do poder político e o financiamen-

to dos partidos e das campanhas eleitorais.

Segundo ele, esses problemas devem ser “devidamente equacionados pela legislação eleitoral”.

Mendes afirmou ainda que na legislação eleitoral devem estar previstas fórmulas para evitar a “eternização” das demandas na Justiça. O ministro disse que muitas vezes isso tem impacto na legitimidade dos mandatos, com riscos à democracia.

“Creio que a população tem o direito não só a escolher livremente seus candidatos como, também, o direito a ver as eventuais demandas envolvendo temas eleitorais serem rapidamente resolvidas”, comentou. E completou: “De modo que os eleitos possam ocupar legitimamente os cargos para os quais foram democraticamente escolhidos.” • m.a.

Senador
Alvaro
Dias

Estado S. Paulo

27/04/06

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se terça-feira, dia 30, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio

Prazo final: 15.6.2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor: Senador Paulo Paim

Prazo final: 23.6.2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-*

Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador Gilberto Mestrinho

Prazo final: 23.6.2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão

Prazo final: 4.7.2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2006**(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)****(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que *dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4.7.2006

6

SUBSTITUTIVO À**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999****(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003****(Votação nominal, se não houver emendas)**

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

- de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

- de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).*

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).*

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

- 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

- 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

- da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 - Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 - Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco*

Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 - Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 - Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT - RR)
- Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 31 minutos.)

Ata da 68ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Pedro Simon, Paulo Paim e Wellington Salgado de Oliveira

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Há lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, Presidente em exercício desta sessão do Senado Federal, Senador Cristovam Buarque, ao olhar para o plenário e perceber a presença de dois presidenciáveis – Senador Pedro Simon, que registrou sua candidatura ontem, e Senador Cristovam Buarque, candidato pelo PDT –, eu me lembro da alegria do povo gaúcho naquela audiência pública que tivemos na segunda-feira, com a presença do Senador Pedro Simon, que fez um belo pronunciamento para cerca de mil gaúchos, líderes de todo o Estado, no Dante de Oliveira. Lembro-me também do belo pronunciamento que fizeram os Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp e a Senadora Heloísa Helena e também os Deputados que lá estiveram presentes.

Esta semana foi muito boa para mim, Sr. Presidente. Primeiro, porque nós a iniciamos com esse grande evento de segunda-feira. Quero registrar a interferência de V. Ex^a, que colaborou, junto com o Senador Sérgio Zambiasi, que também fez um pronunciamento, criticando de forma dura, e, claro, com o meu total apoio, o fator previdenciário, projeto que nós haveremos de revogar este ano no Senado.

A repercussão dessa audiência pública foi muito boa e contribuiu, inclusive, Senador Cristovam Buarque, para que a Assembléia, em seguida, aprovasse o piso regional. Queríamos que isso acontecesse. Não éramos nós que iríamos decidir qual seria o valor. Mas, sem sombra de dúvida, quando a Comissão Mista vai ao Paraná e faz a defesa do piso regional, a favor, inclusive, da posição do Governador Roberto Requião, que queria aprová-lo – como aprovamos –; quando vamos ao Rio Grande do Sul e percebemos que se construiu,

no fim, um grande entendimento para se aprovar o piso regional; quando percebemos que o debate caminhou, que o aposentado terá uma política permanente de recuperação de seus vencimentos; quando percebemos que foi unanimidade lá, que não houve um Deputado, um Senador, um Líder, no plenário, que tenha ficado a favor do fator previdenciário, pois todos disseram que tem que ser revogado, porque somos o único País do mundo que ainda adota esse famigerado fator, que não trabalha nem com a aposentadoria por idade, mas com a expectativa de vida do brasileiro; quando isso tudo acontece, eu só posso ficar feliz, como fiquei, com a repercussão em todo o Estado.

Num segundo momento, Sr. Presidente, acabei participando, aqui em Brasília, da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com cerca de 800 lideranças de todo o País. Fiquei muito tranquilo, porque fiz uma exposição realista, dizendo todo o tempo o que é que significa, de novo, a não-recomposição dos benefícios dos aposentados – repito que vamos derrubar o fator previdenciário –, fiz uma análise da situação e da aplicação do Estatuto do Idoso no País e vi a forma carinhosa e respeitosa como aquele público nos recebeu.

Sr. Presidente, havia três projetos em votação na Comissão de Assunto Sociais, que conseguimos votar também na quarta-feira. Primeiro, havia uma grande discussão sobre se deveríamos ou não assegurar a periculosidade para os eletricitários e também para os carteiros.

Felizmente, depois de um longo debate, aprovamos para ambos em caráter terminativo e esperamos que sejam votados em breve na Câmara. Se houver recurso para o Plenário, faremos o debate desse tema tão importante, que beneficia milhões de homens e mulheres no nosso País.

Também aprovamos, de forma definitiva – o Senador Pedro Simon e o Senador Cristovam passaram por lá e deram o seu apoio –, a regulamentação dos nossos técnicos, técnicos agrícolas, técnicos na área química, de todos aqueles que passam pelas escolas técnicas. A partir da redação dada por esse projeto encaminhado, que aponta, inclusive, como serão os

reajustes dos seus vencimentos no futuro, também avançamos, com certeza absoluta.

Além disso tudo, Sr. Presidente, que é muito importante, é bom vir à tribuna falar sobre o Fundeb, um tema da área do Senador Cristovam Buarque.

Está-se realizando em Brasília, um grande encontro que reúne cerca de 1,1 mil profissionais Secretários de Educação dos Municípios. Tive oportunidade de estar com eles, que me pediram para comentar sobre o evento. Por isso, Sr. Presidente, passo a discorrer sobre o assunto.

Sr. Presidente, venho à tribuna para registrar, na íntegra, o documento que recebi, formulado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, sobre a proposta de Emenda Complementar que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, PEC nº 009, de 2006.

A categoria participou desse evento de 22 a 25 deste mês, onde, repito, estavam cerca de 1,1 mil profissionais da área, Secretários Municipais de Educação, debatendo o tema.

Lembram eles que a entidade vem contribuindo com o debate sobre o Fundeb desde 2003. A entidade reúne os 5,56 mil responsáveis pela gestão municipal. As deliberações da Undime são tomadas em suas instâncias nacionais – o Fórum Nacional, o Conselho Nacional de Representantes e a Diretoria Executiva –, em um procedimento que respeita a pluralidade política dos dirigentes e garante o exercício democrático do debate.

Nessa linha, foram conduzidos os debates do Fundeb e seus produtos: a elaboração e a divulgação de documentos que confirmam a participação em audiências e em eventos diversos sobre esse tema.

Citarei algumas etapas pelas quais a entidade passou discutindo esse tema.

Em novembro de 2003, foi divulgado o estudo “Simulando resultados para alternativas de financiamento”, com o objetivo de subsidiar o debate sobre o fundo para a educação.

Em junho de 2004, apresentou o estudo ao seu Conselho Nacional de Representantes, que, após debate, aprovou o apoio da entidade ao Fundo único para educação básica.

No segundo semestre de 2004, participou de diversos encontros, colóquios, teleconferências, debatendo a proposta do Fundeb divulgada pelo Ministério da Educação, criticando e propondo modificações. Esta foi a linha que V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, também adotou: não era contra, não é contra, mas propõe alterações. Com certeza, com a redação final que será dada em plenário pelo Senador José Jorge, avançaremos.

Na mesma época, a entidade promoveu estudo sobre os percentuais de diferenciação dos valores de investimento por aluno entre os níveis e as modalidades.

Durante os anos de 2004 e 2005, discutiu com o Ministério da Educação, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação, Consed, uma participação mais efetiva da União no financiamento da educação básica por meio de um percentual fixo, além da devolução imediata dos valores desviados da educação por aquele famigerado instrumento que chamamos de DRU.

Em maio de 2005, retomou o debate sobre o Fundeb, com mais de mil dirigentes presentes ao 10º Fórum Nacional, que referendaram essa posição do Conselho.

No segundo semestre de 2005, participou intensamente da mobilização “Fundeb pra Valer”, organizada pela Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, em defesa da inclusão das creches no Fundeb.

Em dezembro de 2005, reunido o Conselho Nacional de Representantes, novamente o Fundeb foi debatido, e o apoio da entidade foi reiterado pelo seu conselho.

Agora, em 2006, participou das audiências públicas realizadas pela CCJ, no Senado, com o objetivo de aprimorar e avançar a PEC aprovada na Câmara. Na ocasião, a Undime retomou seus pontos de pauta: consideração das metas do Plano Nacional de Educação como norte da política de expansão das matrículas na educação básica; inclusão das creches; determinação, no projeto de lei, dos valores de investimento por aluno, baseada em estudos concretos; garantia dos atuais valores **per capita** mínimos para o ensino fundamental; garantia de um percentual fixo de complementação da União; não desvinculação das receitas da União.

Como resultado, a Undime, o Consed e o Mec, por meio de cartas conjuntas, declararam o apoio ao Fundeb.

Em seguida, concederei um aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

No documento que recebemos, a entidade declara que a Undime e certamente as demais instituições educacionais, como o Consed e as mais de 120 entidades que compõem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, aguardam que o relatório aprovado na CCJ seja votado no plenário do Senado Federal, para que o financiamento da educação pública municipal possa permitir os avanços necessários na construção da educação de qualidade que todos queremos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabemos que a educação é uma das chaves para que possamos alcançar uma sociedade digna e justa para todos, longe da exclusão e da violência, como fala muito o Senador Cristovam.

O debate sobre o Fundeb vai nessa linha. Por isso, devemos dar a ele toda a nossa atenção. Ele merece. Está aí o futuro da nossa juventude, de todo o nosso povo, de toda a nossa gente, enfim, das crianças e de todos os brasileiros. Buscamos uma educação justa, adequada, com qualidade para todos. O nosso País merece.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam, que, sem sombra de dúvida, é um especialista nesta área, um dos melhores que este País já teve.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paim, em primeiro lugar, obrigado pelos comentários. Parabéns V. Ex^a por ter trazido este tema à tribuna. A Undime é uma instituição que deveríamos olhar com mais cuidado, com mais respeito, porque ela reúne todos os secretários municipais de educação, como disse V. Ex^a. Essa carta deles é extremamente positiva. Eu só discordaria quando dizem que a educação é uma das chaves, porque a educação, na verdade, é a chave.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Ela abre as outras portas. Ela não é suficiente, mas abre as portas para um País e para uma pessoa. Com relação ao Fundeb, é uma pena que ele ainda esteja circulando sem ser aprovado. Mas a culpa, a responsabilidade não é desta Casa. O projeto do Fundeb foi entregue à Casa Civil no ano de 2003, pronto, e ficou lá engavetado. É claro que há razões, Sr. Presidente; há essas crises todas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Quem foi que entregou o projeto à Casa Civil?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu entreguei o projeto no dia 15 de dezembro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quando V. Ex^a era Ministro ainda.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quando era Ministro da Educação. Entreguei esse projeto e também um programa de emergência para resolver a situação das universidades – um programa emergencial. É uma pena que esse projeto tenha ficado tanto tempo engavetado, embora eu ache, é claro, que seria preciso alguns meses para se negociar. Não bastava aquilo que eu deixei lá. Aquilo não podia vir para esta Casa daquela forma, mas exigia uma pactuação – essa palavra hoje tão usada – com os Municípios e com os Governos Estaduais. Mas não precisava ter esperado tanto. O tempo que aqui ficou foi suficiente e necessário para se fazerem algumas melhorias. Por exemplo, foi aprovada na CCJ uma emenda, que eu tive o prazer de apresentar, proibindo o contingenciamento do Fundeb. Esquecemos que o Fundef – a parte que cuida do Ensino Fundamental e que o Presidente Lula está ampliando agora para Ensino Médio e pré-

escola – tem dez anos e não resolveu nada. Ajudou. É importante esclarecer o seguinte: quando digo que não resolveu não quer dizer que seria melhor sem ele. Não. O Fundef foi uma das boas coisas que o Governo Fernando Henrique fez, mas uma boa coisa pequeninha diante da dimensão do problema. O Fundef vem sendo contingenciado ao longo de toda a sua história no Governo Fernando Henrique e no Governo Lula. O medo que temos é que o Fundeb seja uma ficção, como tem sido o Orçamento – disponibiliza-se o dinheiro, e ele não é gasto. Segundo avanço: o projeto que foi entregue em 2003 previa R\$ 4,5 bilhões; o projeto que veio agora previa um pouco mais de R\$ 1 bilhão, e a Câmara aumentou esse valor para R\$ 1,9 bilhão, e só chegaria a R\$ 4 bilhões em 2010. O Senado aprovou uma emenda antecipando os R\$ 4 bilhões, e espero que o Presidente Lula não vete, porque é insignificante para o Orçamento nacional e é pouco ainda, mas já é uma ajuda. Esse tempo que o projeto passou nesta Casa foi positivo para melhorar o Fundeb. Agora, estou de acordo com seu apelo e da Undime – e o próprio Senador José Jorge fez esse apelo na Comissão de Educação, recentemente. Aproveemos rapidamente isso, quanto mais cedo melhor, para que possamos dar um passo. Cuidado: não vamos cair na armadilha, mais uma vez, da mentira de dizer que o Fundeb vai resolver a educação. Nem de longe isso vai acontecer. É um passo positivo, mas precisamos fazer uma corrida contra o tempo por tudo o que não fizemos nos últimos 30 anos. Parabéns a V. Ex^a e parabéns à Undime. Vamos trabalhar para aprovar o mais rápido possível o Fundeb, sem iludir o povo, dizendo que é um passo, mas não é a linha de chegada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, agradeço a V. Ex^a o aparte. Sinto-me contemplado, na íntegra, quando V. Ex^a deixa muito claro que o Fundeb é mais um passo. É claro que ninguém imagina que, com isso, os problemas de educação do nosso País sejam todos resolvidos. Quero também dizer, Senador Cristovam, que a sua contribuição nesse debate que acompanhei foi de suma importância. Quando V. Ex^a diz que voltamos para os R\$ 4 bilhões, como era a proposta original, tenho certeza de que não vai haver veto, porque isso está sendo fruto – por tudo que tenho conversado, inclusive com o Senador José Jorge – de um amplo acordo. Uma vez o projeto retornando para a Câmara, deverá ser aprovado da mesma forma como o foi nesta Casa. A Câmara cumpriu a sua parte, o Senado o ampliou, e o Presidente não há de vetá-lo, pelo menos são as informações que tenho até o momento.

Cumprimento a Undime pela iniciativa. Quem assina o documento, que peço seja transcrito nos Anais da Casa, é Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva,

Dirigente Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, e Presidente da Undime.

É um documento muito preciso, mas não comentei todo ele. Aqui ele elogia inclusive o trabalho do Relator, Senador José Jorge, pela forma como encaminhou esse debate.

Sr. Presidente, quero fazer duas correções. Primeira: o projeto dos técnicos agrícolas, aprovado nesta Casa, na quarta-feira, não é de minha autoria; fui Relator, construí uma proposta na linha das emendas que chegaram a mim, mas sou apenas Relator da matéria, que fortalece a profissão dos técnicos. O outro projeto, de que eu não havia falado, trata do ortopedista. Deste, sim, sou o autor, como daquele dos carteiros e dos eletricitários. Mas todos os projetos são, na verdade, uma construção coletiva da Casa, por isso, a minha alegria.

Senador Pedro Simon, fiquei muito contente ao saber que, em Porto Alegre, V. Ex^a, que não é do meu Partido, fez um belo pronunciamento falando da importância do viés social desses projetos em que atuo aqui, que tratam dos discriminados, dos deficientes, dos idosos, dos assalariados, dos desempregados, dos índios. Para mim, foi muito prazeroso ouvir a fala de V. Ex^a e a do Senador Cristovam.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje venho até esta tribuna para registrar na íntegra documento recebido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, sobre a Proposta de Emenda Complementar que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a PEC 009/06.

A categoria esteve participando de 22 a 25 desse mês num encontro que reúne 1.100 secretários municipais de educação para debater o tema.

Desde 2003, a entidade vem contribuindo com o debate sobre o Fundeb. A entidade reúne os 5.560 responsáveis pela gestão municipal. As deliberações da Undime são tomadas em suas instâncias nacionais: o Fórum Nacional, o Conselho Nacional de Representantes e a diretoria executiva. Em um procedimento que respeita a pluralidade política dos dirigentes e garante o exercício democrático do debate.

Nessa linha foram conduzidos os debates do Fundeb e seus produtos: a elaboração e a divulgação de documentos e participações em audiências e em eventos diversos.

Citarei aqui algumas das etapas pelas quais a entidade passou:

- em novembro de 2003, divulgou o estudo “Simulando resultados para alternativas de financiamento” com o objetivo de subsidiar o debate sobre fundos para a educação;

- em junho de 2004, apresentou o estudo ao seu conselho nacional de representantes que, após debate, aprovou o apoio da entidade a um fundo único para a educação básica;

- no segundo semestre de 2004, participou de diversos encontros, colóquios, teleconferências, debatendo a proposta de Fundeb divulgada pelo Ministério da Educação, criticando e propondo modificações no texto da Proposta de Emenda Constitucional;

- na mesma época, promoveu estudo sobre os percentuais de diferenciação dos valores de investimento por aluno entre os níveis e as modalidades;

- durante os anos de 2004 e 2005, discutiu com o Ministério da Educação juntamente com o Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed) uma participação mais efetiva da União no financiamento da educação básica por meio de um percentual fixo, além da devolução imediata dos valores desviados da educação pelo instrumento da DRU;

- em maio de 2005, retornou o debate sobre o Fundeb com mais de mil dirigentes presentes ao 10^o Fórum Nacional que referendaram o posicionamento do conselho;

- o segundo semestre de 2005, participou intensamente da mobilização Fundeb pra valer! Organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em defesa da inclusão das creches no Fundeb;

- em dezembro de 2005, reunido o conselho nacional de representantes, novamente o Fundeb foi debatido e o apoio da entidade foi reiterado pelo conselho;

- e, agora, em 2006 participou das audiências públicas realizadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aqui do Senado com o objetivo de aprimorar a PEC aprovada na Câmara. Na ocasião, a Undime retomou seus pontos de pauta: consideração das metas do Plano Nacional de Educação, como norte da política de expansão das matrículas na educação básica; inclusão das creches; determinação, no projeto de lei, dos valores de investimento por aluno baseada em estudos concretos; garantia dos atuais valores *per capita* mínimos para o

ensino fundamental; garantia de um percentual fixo de complementação da União; não desvinculação das receitas da União.

Como resultado a Undime, o Consed e o MEC, por meio de cartas conjuntas, declararam seu apoio ao Fundeb.

No documento que recebemos a entidade declara: "a Undime e, certamente, as demais instituições educacionais, como o Consed e as mais de 120 entidades que compõem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação aguardam que o relatório aprovado na CCJ seja prontamente votado no plenário do Senado Federal, para que o financiamento da educação pública municipal possa permitir os avanços necessários na construção da educação de qualidade que todos queremos".

Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que a educação é uma das chaves para que alcancemos uma sociedade

de digna e justa para todos, longe da exclusão e violência. O debate sobre o Fundeb vai nessa linha, por isso, devemos dar a ele a atenção merecida para que nossos jovens, crianças e todos os brasileiros tenham a educação e País que merecem.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a o registro nos Anais da Casa do documento anexo ao meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasília, 23 de maio de 2006.

UNDIME SOLICITA A APROVAÇÃO DA PEC 009

Senhores Senadores e Senhoras Senadoras,

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação é uma entidade plural que reúne os 5560 responsáveis pela gestão da educação municipal. As deliberações da entidade, instituída há 20 anos, são tomadas em suas instâncias nacionais, quais sejam: Fórum Nacional, Conselho Nacional de Representantes (composto por 104 dirigentes – 4 de cada Estado), diretoria executiva (composta por doze membros eleitos). Esse procedimento respeita a pluralidade política de nossos dirigentes e garante o exercício democrático do debate norteado pela ética.

Dessa forma, a entidade vem, desde 2003, contribuindo com o debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, por meio da elaboração e da divulgação de documentos, da participação em audiências e em eventos diversos:

- em novembro de 2003, divulgou o estudo "Simulando resultados para alternativas de financiamento" com o objetivo de subsidiar o debate sobre fundos para a educação;
- em junho de 2004, apresentou o estudo ao seu conselho nacional de representantes, formado por 104 dirigentes, que, após debate, aprovou o apoio da entidade a um fundo único para a educação básica;
- no segundo semestre de 2004, participou de diversos encontros, colóquios, teleconferências, debatendo a proposta de Fundeb divulgada pelo Ministério da Educação, criticando e propondo modificações no texto da Proposta de Emenda Constitucional;
- na mesma época, promoveu estudo sobre os percentuais de diferenciação dos valores de investimento por aluno entre os níveis e as modalidades;
- durante os anos de 2004 e 2005, discutiu com o Ministério da Educação, juntamente com o Consed – Conselho Nacional de Secretários da Educação, uma participação mais efetiva da União no financiamento da educação básica por meio de um percentual fixo, além da devolução imediata dos valores desviados da educação pelo instrumento da DRU;
- em maio de 2005, retomou o debate sobre o Fundeb com os mais de mil dirigentes presentes ao 10º Fórum Nacional que referendaram o posicionamento do conselho;

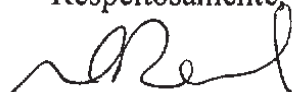
- no segundo semestre de 2005, participou intensamente da mobilização Fundeb pra Valer!, organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em defesa da inclusão das creches no Fundo;
- em dezembro de 2005, reunido o conselho nacional de representantes, novamente o tema do Fundeb foi debatido e o apoio da entidade foi reiterado pelo conselho;
- e, agora, em 2006 participou das audiências públicas realizadas pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal com o objetivo de aprimorar a PEC aprovada na Câmara. Na ocasião, a Undime retomou seus pontos de pauta: consideração das metas do Plano Nacional de Educação, como norte da política de expansão das matrículas na educação básica; inclusão das creches; determinação, no Projeto de Lei, dos valores de investimento por aluno baseada em estudos concretos; garantia dos atuais valores per capita mínimos para o ensino fundamental; garantia de um percentual fixo de complementação da União; não desvinculação de receitas da União.

Além dessas ações, a Undime, com o Consed e o Ministério da Educação, firmaram cartas-conjuntas de apoio ao Fundeb. Inclusive, tais cartas foram citadas por diversos senadores nas audiências da CCJC.

Das nossas 26 seccionais, apenas a Undime/ RS, desde maio de 2005, não compartilha com o formato de fundo único aprovado no 10º. Fórum Nacional pela entidade para o Fundeb. Dessa forma, vencidas todas as etapas de debates e de deliberações, a Undime reafirma o apoio à PEC, aprovada por ampla maioria na Câmara dos Deputados e que, hoje, já se tornou uma proposta pluripartidária da sociedade brasileira, e ao relatório do Senador José Jorge acerca da PEC 009/ 06 que aprimorou o texto da Câmara - excetuando-se o parágrafo 2º. do art. 60.

A Undime e, certamente, as demais instituições educacionais, como o Consed e as mais de 120 entidades que compõem a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, aguardam que o relatório aprovado na CCJC seja prontamente votado no plenário do Senado Federal, para que o financiamento da educação pública municipal possa permitir os avanços necessários na construção da educação de qualidade que todos queremos.

Respeitosamente,



MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Dirigente Municipal de Educação de Belo Horizonte/ MG
Presidente da Undime

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Em primeiro lugar, não fiz mais do que minha obrigação ao esclarecer o povo do Rio Grande do Sul sobre a ação e o que tem significado a vinda de V. Ex^a para esta Casa no que tange ao debate e à aprovação de projetos de cunho social, voltados ao problema do salário, das classes mais humildes, da miséria, das discriminações raciais a negros, índios, mulheres, crianças. V. Ex^a tem, realmente, uma obra emocionante, e eu sinto uma alegria muito grande em conviver com V. Ex^a. Por isso, repito, V. Ex^a vem ocupar, neste Congresso Nacional, neste Senado, um lugar vago, e, agora, podemos dizer que estamos completos. Se formos analisar o resultado destes quatro anos, veremos a importância de V. Ex^a na produção de projetos sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Senador Paulo Paim, V. Ex^a vai permanecer no plenário?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Porque eu concederei a palavra ao Senador Cristovam Buarque e, em seguida, gostaria de passar a Presidência para V. Ex^a para que eu possa falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E ainda faço questão de apartear V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– O Senador Cristovam Buarque é um homem muito ocupado e, por isso, está com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Pedro Simon, um dos símbolos desta Casa, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu não costumo vir aqui para fazer comemorações, salvo – e o Senador Paulo Paim tem sido sempre presente – quando posso, no dia 13 de maio. Neste caso, eu sempre digo que não é para comemorar, mas para lembrar que, naquela data, deu-se um grande passo, que não se completou. Da mesma maneira que o Fundeb é um passo, mas não completo.

Vale lembrar que, no dia 12 deste mês, festejamos o aniversário do PDT, Partido que tem muito a cara gaúcha. Também vale lembrar aqui a saga e o conteúdo deste Partido, que vem de Getúlio Vargas, de um tempo antigo, de um regime que teve seu desvio autoritário, obviamente – não se tem que esconder nada da História –, mas que teve a grandeza de fazer duas grandes mudanças: a transformação de um País rural e agrícola em industrial e a mudança de um País – o Senador Paim é um homem que atua nesta área – que tratava sindicalismo como assunto de polícia,

para tratá-lo no contexto social e econômico. Temos que reconhecer que isso começou no Governo de Getúlio Vargas. É óbvio que, da maneira como foram feitas essas mudanças, havia as características daquele tempo, com até certas posições fascistas da Europa, influenciando na forma de se ver a relação de classes, não permitindo a luta de classes e toda a riqueza que há por trás dela, quando bem feita, mas tentando impedir que ela acontecesse por meio da regularização exagerada desse processo.

Esses foram os dois saltos fundamentais que estão diretamente ligados ao velho PTB, que, queiramos ou não, é a matriz do PDT. Até porque o PDT surgiu com a abolição dos partidos políticos pelo Regime Militar, em primeiro lugar. Assim desapareceu o PTB.

Em segundo lugar, Leonel Brizola, em 79, juntamente com um grupo de exilados, elaborou a famosa Carta de Lisboa, que formulava um novo Partido, mas estruturado no velho PTB. Como se sabe, houve manobra da ditadura e impediu-se que, ao se registrar o Partido, a sigla ficasse sob a liderança de Leonel Brizola. O PTB ficou com outras mãos, que não vale aqui lembrar nem discutir. Brizola, então, refez o processo, juntou outras pessoas e, pouco depois, constituiu aquela vertente, mas com o nome de PDT – Partido Democrático Trabalhista.

É importante dizer que, na Constituição, na Carta de Lisboa, estabeleceu-se com clareza a idéia de que é um Partido que respeita plenamente as regras de funcionamento de uma economia como a nossa, capitalista. Claramente ali está expressa a idéia de que a propriedade privada, o funcionamento da economia, o mercado fazem parte da sociedade que desejamos – Darcy Ribeiro depois chamou essa idéia de “socialismo moreno”.

Naquela Carta, também está escrito o compromisso com a democracia, que, de certa forma, diferencia-se do proposto no PTB original, que era outro tempo.

Finalmente, o compromisso do Partido com o atendimento das necessidades essenciais de todo o povo brasileiro. Um Partido que já previa, numa época em que muitos de nós defendiam o igualitarismo o mais igualitário possível – usando esse pleonismo –, que já percebia que o fundamental não é a igualdade, mas o fim da exclusão, o fim das necessidades essenciais; a igualdade no essencial, tolerando, sim, a possibilidade de uma desigualdade, de um supérfluo que não estava previsto na origem do socialismo porque não havia supérfluo. Quando Marx escreveu **O Capital**, toda a produção era do essencial; não havia automóvel, não havia ar-condicionado – que consome essa energia toda e nos mata de frio aqui dentro e que não dá para todos terem, porque não há energia elé-

trica que chegue. Da mesma maneira que, se todos tivessem carro, o engarrafamento seria imenso, sem falar que não há petróleo para isso. Esse é o supérfluo; importante, mas não essencial. O essencial é todos terem educação, saúde, segurança – tão importante hoje –, alimentação satisfatória, transporte público de qualidade, lazer. Há uma “cesta” do essencial e uma “cesta” do supérfluo.

Os sistemas autoritários socialistas, com a melhor das intenções, mas muito influenciados pelo que surgiu no século XIX, antes do supérfluo da sociedade de consumo, imaginavam que era possível todos serem absolutamente iguais em tudo. Mas só há uma maneira de todos o serem: proibindo a liberdade, impondo a igualdade.

Ali já estava, portanto, a percepção – que acho fundamental para os dias atuais – de que o que temos que ter de justo hoje é garantir que todos tenham igualdade de oportunidades. Não que todos tenham o mesmo carro ou a casa do mesmo tamanho nem mesmo que todos curse universidade, mas que tenham a mesma oportunidade de ter tudo isso. E nosso desafio é garantir uma sociedade em que todos tenham oportunidades iguais, em que desde pequenos comecem a se construir de tal maneira que cresçam conforme duas coisas: talento e persistência. São duas coisas que, se não vierem juntas, você não sobe. Não adianta o talento sem a persistência, e a persistência sem talento também não leva a lugar nenhum. O nosso problema é que não vemos igualdade de oportunidades. Sabemos que as pessoas, ao nascerem, já têm umas mais oportunidades que as outras.

Vejamos o caso das universidades. As pessoas nascem, crescem, e aí surgem dois caminhos: um caminho daqueles que não vão chegar a disputar o vestibular, que não chegam lá ou porque ficaram analfabetos, ou não terminaram a quarta série, a oitava série, o segundo grau, ou terminaram o segundo grau sem qualidade; são aqueles que não chegam ao vestibular; o outro é o caminho dos que chegam ao vestibular. Esse caminho dos que chegam ao vestibular, no final, permite que o talento faça a pessoa pular o muro para dentro da universidade, pular no bom sentido. Pelo talento, a pessoa passa no vestibular, mas ela já foi escolhida antes para poder ter o direito de fazer o vestibular. Então não houve oportunidades iguais.

Esta semana eu estava dando uma entrevista aqui para a nossa televisão, e me perguntaram em que momento se deve começar a escola. Eu me lembrei de uma imagem que vejo sempre na televisão, mas nunca tinha feito a correlação. Senador Pedro Simon, o senhor já viu a imagem na televisão de quando as tartaruguinhas saem do ovo e como correm imediata-

mente para o mar? Assim a escola. Quando a criança nasce, ou ela corre para a escola ou ela não vai ter uma boa educação. Quando ela é amamentada pela primeira vez, já recebe um gesto que vai influir em sua educação. É ali que se garantem oportunidades iguais; é na alimentação, durante os primeiros meses e anos; é na pré-escola, brincando com brinquedos pedagógicos, senão não se desenvolve; e, depois, entrando na pré-escola e assim por diante.

O PDT, nem sei se estava dessa maneira na cabeça do fundador e dos fundadores, mas, no fundo, é um Partido que surgiu com a idéia da oportunidade igual para todos, mais do que a igualdade plena para todos, e por isso é um Partido que sempre teve a educação como centro da sua reflexão.

Brizola – e V. Ex^a viu isto quando menino, quando jovem – pôs em prática esse compromisso com a educação no Rio Grande, em Porto Alegre. Depois, no Rio de Janeiro, ele insistiu; rodeou-se de pessoas que tinham essa obsessão, como Darcy Ribeiro, que foi desta Casa, e eles fizeram aquilo que deveria ser o objetivo de todos os governos, de todos os partidos, como, aliás, o Senador Jefferson Péres, que é do PDT, tem proposto aqui, na mesma linha de V. Ex^a, que é um grande concerto nacional – concerto com “c” porque o Brasil virou uma tecnocracia que só pensa concerto com “s”; o concerto dos mecânicos. Não pensa o concerto com “c”, o concerto dos maestros. Aqui não é o lugar do concerto com “s”, aqui é o lugar do concerto com “c”; aqui é o lugar da maestria, de se colocarem 185 milhões de brasileiros para tocar a mesma sinfonia. Deveríamos ser os maestros dessa sinfonia; outros fazem os pianos, outros fazem os instrumentos. E Brizola sempre pôs isso em prática.

Por isso, ao comemorar este aniversário, quero lembrar essa visão de um partido que, com antecipação, diante de muitos socialistas que defendiam a igualdade plena, Senador Wellington, que defendiam que a igualdade viria da estatização, que viria da planificação centralizada, o PDT imaginou que não era por aí; o caminho seria buscar a igualdade plena; se não for possível a igualdade plena, pelo menos a igualdade de oportunidades. O caminho é o Estado cuidar da educação, regular a economia naqueles aspectos que fazem com que ela se subordine ao interesse popular, ao interesse da Nação, ao interesse da sustentabilidade, mas sem tutela da economia.

Quem fará a economia crescer daqui a alguns séculos, quando houver outra forma – creio que haverá, pois penso que a inteligência humana o permitirá –, ou nas próximas décadas, será a energia empresarial, o talento empresarial, o avanço técnico. Temos de cuidar para que todos tenham oportunidades iguais,

e sobretudo para que não atrapalhem a economia. Os governos que não atrapalham a economia estão dando uma grande contribuição.

Ao mesmo tempo em que comemoro este aniversário – vim aqui para isso –, lembro que ontem, quando saí do Senado, liguei o rádio e ouvi parte do discurso do Presidente Lula num programa que deve ter sido o do Partido dos Trabalhadores. Para minha surpresa, o Presidente falou praticamente todo o tempo sobre educação básica. Foi uma surpresa cara, porque não ouvi o Presidente falar tanto disso nos primeiros anos de governo. Se analisarmos o discurso dele – e a Unesco fez uma análise neste sentido para saber quantas vezes aparecia a palavra educação, e poucas foram as vezes em que apareceu essa palavra – veremos que, durante os primeiros anos, o discurso do Presidente era sobre fome, sobre relações internacionais, economia e coisas afins com a economia, como o emprego. Educação, quando aparecia, era relativa a ensino superior. Não aparecia isso. Ontem tive a grata surpresa de ouvi-lo falar que educação básica é o caminho para resolver inclusive a questão da violência.

O que é preciso fazer aqui é um ajuste. A educação evita os desvios que muitos jovens têm na vida por falta de oportunidades. Mas a educação não resolve o problema da violência de hoje. Não adianta querer colocar os bandidos presos na escola. Eles têm esse direito; se dentro da cadeia quiserem estudar, vamos dar todos os livros que eles quiserem. Agora, não vai diminuir a maldade nem o crime deles. A educação só resolve o problema daqueles que ainda são suficientemente jovens e que podem ser desviados por falta de oportunidades.

Ontem o Presidente falou de educação. Essa é uma surpresa grata, mas, ao mesmo tempo, nós temos que esclarecer alguns pontos.

Primeiro, a coincidência de ele estar falando de educação às vésperas de uma eleição, quando as pesquisas de opinião pública, talvez pela primeira vez no Brasil, estão colocando a educação como item fundamental. Isso é um fato novo no Brasil, porque o Brasil, nós todos, não somos um povo que prioriza a educação. Até aqueles que pagam pela educação, em geral, não o fazem pela educação, mas pelo salário maior que o filho vai ter se tiver um diploma. Por isso que, quando o nosso filho diz que vai ser filósofo, nós ficamos tremendo. Não há educação mais completa do que a de filósofo! Mas os salários são baixos. A possibilidade de emprego é pequena, e os pais ficam assustados. Quando diz que quer ser professor primário, os pais não gostam. Nada é mais relacionado à educação, além de filosofia, quanto ser professor, mas as pessoas não querem que os seus filhos procurem

esse rumo, porque querem salário, não educação. Nós não somos um povo que, culturalmente, colocamos a educação no mesmo nível que o automóvel, o futebol, a praia e a cerveja.

Exemplo disso são as propagandas de cerveja: ninguém diz que um grande cientista gosta da cerveja tal ou tal, e não vou dizer que é porque cientista não gosta de cerveja, mas porque não vende cerveja dizer que um grande cientista gosta de determinada cerveja. Agora, o que é que vende? Moças bonitas na praia ou torcida no campo de futebol. Porque a mania do Brasil ou a paixão, como diz uma das propagandas de cerveja, é futebol, é praia, não é educação. O que digo para a cerveja serve para os outros produtos. Não está no imaginário do brasileiro pôr a educação em primeiro lugar.

Mas isso está mudando. Vemos, por exemplo, como os jornais põem a educação na frente hoje em dia, como viram manchetes os resultados negativos da educação. Mas sabem uma prova de que não é mania também? Um desses dias, havia uma matéria imensa: “Brasil atrás do Haiti em repetência escolar”. Já foi um grande avanço sair na primeira página dos jornais, mas uma semana depois ninguém lembrava. Agora, imaginem se sair amanhã ou daqui a um mês a seguinte manchete: “Brasil atrás do Haiti na Copa do Mundo”! O técnico Parreira não vai poder descer no aeroporto porque ninguém vai deixar; aliás, o avião inteiro vai ter que ficar voando, porque colocamos futebol em primeiro lugar, antes de educação. Mas isso está mudando, e, nessa mudança, vemos o Presidente Lula trazer esse assunto.

Pergunto por que, com relação aos objetivos propostos em 2003, o Presidente não fez o esforço para levá-los adiante. Estavam lá, no Ministério da Educação, espalhados por todas as salas, os nossos objetivos, as nossas metas, como por exemplo, 100% das crianças até 14 anos na escola em 2006. Vejam que não é meta impossível. Isso foi em 2003. Tinha-se quatro anos para fazer com que 100% das crianças até quatorze anos estivessem na escola. Dava para termos ido buscar um 1,5 milhão que estavam fora da escola. A meta era ter 100% das crianças até dezessete anos na escola em 2010. Nada irresponsável.

O trabalho infantil abolido até 2006, Senador Paulo Paim, claro que era possível, em quatro anos, resolver isso. Quando digo abolido, não quero dizer chegar a zero, zero – até hoje existe trabalho escravo –, mas deixar de ser uma epidemia. Por que ele não ajudou a acabar com a prostituição até 2006? O Brasil a alfabetizado até 2006?

Por que, em 2004, o Governo Lula fechou a Secretaria para Erradicação do Analfabetismo? Parece

até maldade. Uma secretaria criada no governo dele pelo Ministério de 2003. Pela primeira vez, no Brasil, criou-se uma secretaria para cuidar da erradicação do analfabetismo, não da alfabetização. Alfabetização, o Brasil tem desde a época de D. Pedro II; o que nunca houve foi um programa de erradicação do analfabetismo com data marcada para terminar. A Venezuela fez isso. Hoje todo mundo critica o Presidente Hugo Chávez, mas ele aboliu o analfabetismo. E vou dizer mais: é possível que a Bolívia faça a abolição do analfabetismo antes do Brasil, pois o Presidente Evo Morales já iniciou um programa com esse objetivo, e – não nos iludamos – isso pode vir a acontecer. Estou dizendo pode vir, Senador Paulo Paim, porque há muitos idiomas indígenas, há muitas complicações, até de relevo, na Bolívia. Há povoados tão isolados que talvez ele não consiga, como o Chávez conseguiu. Mas ele está tentando, está implantando um programa para a erradicação do analfabetismo.

Por que o Governo Lula fechou a Secretaria da Erradicação do Analfabetismo? Fechou-a em 2004.

Toda criança até dez anos de idade alfabetizada em 2006. Estávamos em 2003. Quando eu falava desse objetivo, algumas pessoas estrangeiras achavam que estava errado. Quando eu dizia “todas as crianças até 10 anos de idade alfabetizadas até 2006”, as pessoas perguntavam: “Mas as crianças não estão alfabetizadas antes dos dez anos?” Não estão. Cinquenta e dois por cento das crianças brasileiras que estão na quarta série não sabem ler nem escrever.

Mostrei a alguns Senadores uma foto do Presidente Lula com um grupo de crianças em Pernambuco. Ele estava acorocado, com a cara angustiada, diante de crianças pobres. Eu peguei aquela foto e mandei uma pessoa em Pernambuco localizar cada uma daquelas crianças. Depois fui lá. Tratava-se de Caruaru, uma grande cidade, e as crianças viviam em um bairro chamado Caetés.

Conversei com aquelas crianças, conversei com os pais delas, conversei com os irmãos mais velhos e soube que nenhum terminou a quarta série. Visitei a escola, conversei com os professores, provei o lanche da escola. Depois fiz uma carta ao Presidente Lula colocando nome em cada uma das crianças, porque a gente vê foto de Presidente com criança e pensa que elas não têm nome. Aquelas crianças têm nome! Ainda não têm carteira de identidade, mas têm nome! Eu fui lá e dei nome e idade às crianças. Nenhuma das crianças sabia ler. Eu pedi: escrevam uma carta para o Presidente, que eu vou levar. Nenhuma soube escrever a carta. Alguns rabiscaram uns garranchos como se fossem letras – até dava para ver que eram

letras mal escritas, mas quando se tentava juntar as palavras não diziam nada com nada.

Perguntei por que eles estavam ali na hora em que o Presidente desceu do helicóptero. Aqui, um elogio ao Presidente Lula. Qualquer outro Presidente, de longe, do helicóptero, daria um adeusinho e iria embora. Ele não; saiu do helicóptero e foi aonde estavam as crianças, separadas por uma cerca, porque era uma fazenda, e se acorocou diante delas. Podia-se ver a sua cara de angústia. Eu achei até que ele estava se identificando com uma daquelas crianças, porque ele nasceu a 100 quilômetros dali. Repetindo, eu perguntei às crianças por que estavam ali quando o Presidente chegou. Se era hora de estar na aula, por que estavam longe da escola? As crianças me disseram que já tinham comido a merenda.

Na minha carta ao Presidente, eu lhe disse: Presidente, no Brasil, escola virou restaurante popular mirim. As crianças vão à escola para comer, Senador Wellington, e depois vão para casa. Os professores confirmaram que realmente muitas crianças fazem isso. Havia duzentos e setenta e seis alunos em três salas! E tem mais, em uma das salas funcionava a secretaria e na outra funcionava a cozinha, onde era servida a merenda.

Por que a meta “toda criança até os dez anos de idade alfabetizada até 2006” não foi cumprida? Estamos em 2006, mas estou me referindo a 2003, quando a meta foi estabelecida. Dentro de quatro anos, 90% das crianças estariam terminando a 4ª série, ou seja, em 2010. Quero chamar a atenção para a modéstia que tínhamos. O nosso primeiro objetivo era 100% das crianças na escola em 2006. Em 2010, o objetivo era 90% das crianças terminando a 4ª série. Nós nem colocamos 100% das crianças terminando a 4ª série, porque isso é impossível, mas 10% é pouco. Na Coreia, 98% dos jovens já terminam o ensino médio. Eu estou colocando 98% das crianças terminando a 4ª série. Estou colocando também 80% terminando a 8ª série em 2010. A meta era modesta: 80% dos jovens, até os 17 anos, terminariam o ensino médio, em 2015, ou seja, doze anos depois de definidas as metas.

Eu não vou ler todas as metas, que foram abandonadas. Trabalha-se sem metas e com alfabetização; não se trabalha com erradicação do analfabetismo. Trabalha-se sem metas. É engraçado, porque na hora de se fazer uma represa, há metas; na hora de se fazer uma ponte, há metas; na hora de se fazer qualquer obra, há metas, mas na hora de fazer a grande obra – a da educação –, as metas são abandonadas. Por quê?

É o pior, Senador Pedro Simon, é que, além de abandonarem a idéia de trabalhar com metas, pararam os programas que estavam sendo feitos, porque isso

só seria realizado se a educação fosse federalizada, isto é, se o Governo Federal levasse para o seu colo o problema da educação básica em vez de deixá-la para os Municípios.

O Fundeb, do qual o Senador Paim falou há pouco, é um avanço, mas não vai trazer grandes transformações porque apenas repassa dinheiro. Não vai haver a intervenção criando parâmetros nacionais.

No seu Estado, Senador Pedro Simon, as escolas, graças ao Brizola, ao senhor, ao Alceu Collares, nem se comparam com a maior parte das escolas do Brasil, pois são muito melhores. E isso se deve à falta de parâmetro nacional. Sabiam que não há “Habite-se” federal para escola? Hoje, se um prefeito quiser abrir um *shopping*, ele tem que cumprir uma série de requisitos antes de obter o “Habite-se”, mas, se ele quiser inaugurar uma escola, não há nenhum requisito a observar. Não precisa pôr banheiro, não precisa pôr energia elétrica, não precisa fazer um número mínimo de salas, porque o Governo Federal nada tem a ver com a educação básica.

O Governo desativou o programa denominado Certificação Federal do Professor, que era um passo tímido na federalização. Seria feito um concurso para ver quais professores estavam preparados, e a eles se pagaria um salário federal.

Os senhores já prestaram atenção ao fato de que um cidadão que vai trabalhar no Banco Central passou num concurso com regras federais, não importando onde ele vá trabalhar? Não há nenhuma cidadezinha onde o funcionário do Banco do Brasil seja menos preparado que o da cidade grande. Já repararam que o salário de um funcionário do Banco do Brasil, em qualquer cidade em que for trabalhar, tem o mesmo padrão nacional? Já repararam que o computador do Banco do Brasil é igual em qualquer lugar do País? Que o prédio tem banheiro, que há regras para o prédio do Banco do Brasil, assim como para o da Caixa e o da Infraero? E por que não há regras para a educação básica? Estávamos construindo isso. Parou o programa. Para que parar o programa de implantação do horário integral, para o qual encontramos a saída, Senador Wellington Salgado? Por quê? Porque o horário integral era uma das metas. Mas todo mundo perguntava como é que se implantaria o horário integral no país inteiro. Descobrimos o caminho. Decidimos fazer por blocos de cidades. Escolhemos, vamos supor, uma cidade seria como um Ciep. Em toda ela haveria horário integral. Esse era o caminho. Escolhemos 29 cidades, Senador Pedro Simon, e começamos. Em dois anos, essas cidades teriam o que chamávamos de escola ideal. Mas não seria apenas uma escola ideal; todas as escolas daquela cidade seriam ideais. Para

isso, fizemos um pacto com o prefeito, e o prefeito fez o mesmo com todas as suas lideranças. Escolhemos as 29 cidades com algumas condições. Sabem qual era uma delas? Se um vereador fosse contra, não assinaríamos o acordo com a cidade dele. Porque, daquela forma, quando saísse o prefeito, o programa continuaria. Exigimos um pacto do prefeito com o seu partido, com todos os vereadores, com o pastor da cidade, com o padre, com o juiz, e escolhemos 29 cidades. Começamos nessas cidades, mas o trabalho parou. Transferimos 74 milhões de reais para essas 29 cidades, que era dinheiro suficiente, porque escolhemos cidades pequeninhas, claro. Não escolhemos cidades grandes, porque aí não tinha dinheiro – pois o dinheiro era do próprio MEC. Não pedimos dinheiro ao Ministro da Fazenda para isso, tiramos de um lugar para outro. Por que parar esse programa?

No Orçamento de 2004, estava previsto dinheiro para 155 novas cidades; 29, no primeiro ano; 155, no segundo ano do Governo Lula; 250, no terceiro; 300, no quarto – essa era a idéia; depois, 500 novas cidades a cada ano; em 2015 ou 2020, no máximo em 2022, no segundo centenário da Independência do Brasil, poderíamos comemorar a última cidade com escola ideal, a última cidade com todas as suas escolas em horário integral, com professores bem remunerados, desde que bem formados, bem dedicados, e os alunos aprendendo – tem-se de vincular salário ao resultado.

Parou isso. Por que parou? Parou porque não estava na cabeça do Presidente, do Governo – eu diria mesmo dos Partidos que apóiam o Governo –, a idéia de que educação é a porta de entrada. Na cabeça dele, na cabeça dos partidos que o apóiam, a porta de entrada é a renda. E não é a renda!

O nosso querido Senador Suplicy, que sempre fala que a porta de saída da pobreza é a renda, se engana. Não é a renda. Só se for a renda muito alta, só se for a loteria, e a loteria só um pode ganhar. A renda mínima, Senador Wellington, no máximo, é uma fresta, não é uma porta. O Bolsa Família, no máximo, é o buraco da fechadura para olhar, não é o buraco da fechadura para se abrir a porta e entrar na modernidade. É uma frestazinha, é um buraco. O que se está fazendo, ao se dar R\$80,00 a uma família, é deixar que olhem no buraco da fechadura como é do outro lado. Agora, a porta é se as crianças dessa família concluíssem o ensino médio com qualidade, e isso o Bolsa Escola, se viesse acompanhado da educação – porque só Bolsa não dá nada –, juntos teriam efeito.

Por que o Presidente Lula tirar o Bolsa Escola e transformar em Bolsa Família? Por que transformar um programa educacional em um programa assistencial? Por que tirar a palavra “escola” do dia da família? Vejam

bem a diferença: uma família que, todo mês, recebe o dinheiro escrito “escola” tem uma postura diferente da família que todo mês recebe o dinheiro escrito “família”. São as palavras que nos fazem sentir, são as palavras que nos fazem agir. É uma diferença radical receber um Bolsa Escola – todo mês lembrando escola – e Bolsa Família – todo mês lembrando família. É claro que a família é mais importante que a escola do ponto de vista emocional, do ponto de vista do amor e da religiosidade. Mas a família, na pobreza, não sai da pobreza sem a escola.

Perdeu-se isso. Para que mudar esse nome? Não foi apenas porque Fernando Henrique Cardoso tinha levado para o Brasil inteiro, depois que nós criamos aqui no Distrito Federal. Não foi por isso. Foi porque a visão não é de escola, é de família; não é de educação, é de assistência. Por isso é que se juntou o Programa Bolsa Escola com os outros programas de assistência e, agora, não se consegue fiscalizar.

O Presidente ontem disse, no discurso dele que estou citando, que se faz a fiscalização. Não se consegue fazer a fiscalização! Primeiro, porque o executor da fiscalização agora não é o Ministério da Educação, é o Ministério da Assistência Social, que no Brasil se chama de Desenvolvimento Social, mas não está correto: desenvolvimento social é o Ministério do Trabalho, é o Ministério da Saúde, é o Ministério da Educação. O MDS é o Ministério da Assistência – e nós precisamos dele. Então, não está na cabeça do Ministério fiscalizar a frequência a aula, porque o papel do Ministro, do assistente social é garantir comida aos pobres em qualquer circunstância, com filho, sem filho, na escola ou fora dela. Ele tem que fazer isso, é o papel dele. Agora, o papel do Bolsa Escola é colocar menino na escola.

Da mesma maneira, quando se mistura vale-gás, vale-alimentação com Bolsa Escola, impede-se a fiscalização, porque, de um lado, a família recebe a bolsa porque tem filho, tem que provar que está na escola, mas, de outro lado, a família recebe só porque existe. Por que essa vai receber e aquela não?

Então, Sr. Presidente, vim aqui mais para lembrar o aniversário do PDT, mas não posso deixar de fazer essa comparação, essa vinculação de que, quase no mesmo momento em que comemoramos o aniversário do Partido – que põe a educação em primeiro lugar -, ouvi ontem o discurso do Presidente Lula falando finalmente em educação, depois de quase a totalidade do seu Governo.

Senador Wellington, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Cristovam, Sr. Presidente, demais Senadores, eu costumo falar que a conversa em *off*,

digamos assim, neste momento político por que estamos passando, é quando conseguimos aprender, discutir grandes idéias. Quando converso com o nobre Senador, V. Ex^a sempre coloca a mim a questão da federalização do ensino básico. Continuei pensando, depois de uma dessas conversas, e vi que realmente é uma coisa absurda determinados Municípios que detêm os *royalties* do petróleo receberem com isso recursos imensos. Não estou dizendo que eu seja contra isso. Eu sou a favor, mas só que eles não conseguem aplicar todo o recurso em educação, porque eles já fizeram tudo e não conseguem aplicar aquele dinheiro. Então, se houvesse a federalização, como V. Ex^a prega, esse recurso que está sobrando poderia ser aplicado numa cidade lá no Nordeste, por meio de um caixa único.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas o que acontece? Eles criam uma escola dentro do local agropecuário para que se possam descarregar os recursos – como se toda a manutenção daquele local agropecuário, ou daquele parque, daquele zoológico fosse despesa de manutenção daquela escola -, e, com isso, gastam aquele recurso que seria para educação. No entanto, eles não gastam no fim; eles gastam no meio, para justificarem o gasto. Isso é uma coisa tremendamente absurda, Senador. Então, nesse ponto, concordo com V. Ex^a: tem de haver uma federalização, um caixa único, para que, com esses recursos que estão aí perdidos, sendo aplicados erradamente, possamos ajudar os outros Municípios carentes. Cada vez que converso com V. Ex^a, mais eu fico certo de que o caminho que V. Ex^a prega é o caminho correto: um caixa único para atender todo o Ensino Básico e distribuir, da melhor maneira possível, esses recursos que estão distribuídos erradamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Wellington, sua fala já justificou minha presença aqui, meu dia de hoje, porque ganhei alguém para a federalização, o que não é fácil. Então, alguém desta Casa percebeu, leu, se interessou e está apoiando. Quero lhe agradecer profundamente e agregar algumas coisas. Primeiro, esse fato que V. Ex^a trouxe de que há Municípios ricos e pobres. Então, no Brasil, o futuro de uma criança depende da sorte, se nasceu num Município rico ou num Município pobre. E mais: se nasceu num tempo de um prefeito que gosta de educação e criança ou na época de um prefeito mais para Herodes do que para Paulo Freire – porque tem gente, políticos neste país que estão mais para Herodes, de não gostar de criança, do que para tio. Todo prefeito devia ser tio das crianças do seu Município.

Então, temos de dar a toda criança igualdade de oportunidades, independente da cidade onde nasceu da família onde nasceu. Esse é um ponto.

O outro ponto é definir metas. Criamos uma grande coisa aqui que foi a Emenda Calmon, que vincula recursos à educação, mas que hoje está sendo deturpada porque vincula gastos, mas não vincula metas. Então, o bom prefeito hoje é aquele que gasta muito em educação, e não aquele que faz muito. O bom prefeito é aquele que consegue fazer muito, gastando pouco. Estamos elogiando quem às vezes desperdiça dinheiro em educação e, em alguns casos, como V. Ex^a disse, sem destiná-lo à atividade-fim. Há muitos prefeitos que pavimentam a rua em frente à escola e dizem que o dinheiro foi gasto em educação; constroem um estádio de futebol, colocam escolas dentro e dizem que o estádio inteiro é dinheiro da Emenda Calmon. Então, cometemos dois erros: primeiro, deixamos as crianças ao sabor da riqueza da sua cidade – e aí há algumas cidades ricas; segundo, não definimos metas para todos os prefeitos. Para isso, precisaremos de uma lei de responsabilidade educacional, que só ocorrerá quando o Governo Federal destinar recursos, seja advindos dos *royalties*, seja do lucro imenso de algumas estatais. Enquanto não se fizer isso, não podemos exigir muito dos prefeitos.

A revolução da Venezuela na educação – diga-se o que disser do Presidente Chávez – é graças ao dinheiro ganho com o petróleo, e há quem ache errado isso! Por que é errado pegar dinheiro ganho com petróleo e com estatais e colocar em educação? Não gastamos um dinheirão das estatais com propaganda e financiamento a atividades escolhidas por eles, chamadas de culturais às vezes, mas que nem culturais são? Por que não gastamos, então, com educação?

Mas, Sr. Presidente, estou-me beneficiando muito de hoje ser uma sexta-feira de manhã, que nos dá margem para falar mais rápido – eu que sempre sou muito contido nos meus discursos, no prazo determinado. Entretanto, beneficiando-me mais disso, ainda há um aparte do Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, eu quero fazer um aparte a V. Ex^a para complementar a homenagem que V. Ex^a faz hoje ao PDT. Na verdade, como eu falava agora com o Senador Pedro Simon, a origem do PDT, como V. Ex^a lembrou, é o velho PDT, velho no bom sentido. Eu sempre digo que eu, que trabalho tanto com idosos, não tenho problema algum em um dia me chamarem de velho. Tomara que eu seja um velho com mais de 120 anos. Eu vou estar muito feliz por ter passado por mais de 120 anos e ser chamado de velho. Mas, quando eu lembro isso, eu quero dizer o quanto foi importante a

caminhada de Getúlio Vargas, de Alberto Pasqualini, do grande Jango, o João Goulart. E há essa história contada pelo Senador Pedro Simon – corrija-me se eu estiver errado, Senador. O Senador Pedro Simon um dia aqui me contou que foi João Goulart que construiu na verdade a proposta de aumento do salário mínimo de 100%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Foi 100%.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Enquanto construía a proposta, houve uma pressão muito grande, João Goulart acabou caindo, mas daí o Getúlio efetivamente aprovou e promulgou o aumento de 100%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – A criação ainda. O aumento ele deu quando Presidente. Cem por cento de aumento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente. Veja bem como é importante esse debate histórico, trazendo para o presente os fatos. Lembremos a CLT, a importância da CLT para os trabalhadores. E ela tem que ser atualizada, Senador Salgado, tem que se aprimorada. Tem, sim, mas ninguém pode negar que foi o instrumento fundamental para o trabalhador brasileiro na busca da sua cidadania. Getúlio, João Goulart, Brizola, Pasqualini fortaleceram – e V. Ex^a abordou muito bem – o movimento sindical, sem nenhum demérito aos partidos políticos. Fiz questão de dar este depoimento e quero dar um outro detalhe da minha vida: eu não era filiado a nenhum partido político. Presidia a Central Única de Trabalhadores – só havia a Única, na época – no Rio Grande do Sul. E, naquele momento, para ser Deputado Federal Constituinte, tive que optar. Confesso que fiquei muito dividido entre o PT e o PDT e acabei decidindo pelo Partido dos Trabalhadores, porque reconheço na história do trabalhismo uma bela história no campo social nesse leque que poderia aqui listar de iniciativas que beneficiaram os trabalhadores do campo e da cidade. Assim, meus cumprimentos a V. Ex^a, ao PDT, pela sua história belíssima. O momento mais bonito, Senador Simon, foi quando eu pude, por duas vezes, na Vice-Presidência do Senado, receber o ex-Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que conversou muito comigo sobre o País. Infelizmente, depois ele faleceu. Nós todos estivemos juntos no seu enterro e fomos juntos a São Borja naquela data histórica, mas lamentável, em que perdemos o grande Leonel de Moura Brizola. Parabéns a V. Ex^a. Parabéns ao PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço o seu aparte e lembro que, por isso, temos tanta afinidade. Meu caminho foi igualzinho ao seu. Em 1989, eu fiz campanha para Brizola, não votei em Lula – e o Deputado Herrmann lembrou isso na recen-

te reunião, porque ele foi o intermediário –, mas, em 1989, eu estava terminando meu mandato de Reitor e fui convidado para ser o Vice na chapa de Lula. João Herrmann, Aldo Arantes, Haroldo Lima, pelo PSB e pelo PCdoB, vieram a mim e disseram: “Você não é de nenhum Partido. Escolhe qualquer dos três, PT, PSB ou PCdoB, e vai ser o Vice”.

Lula chegou a dizer isso num jornal na Bahia. E o Herrmann lembrou: “É muito difícil você, que nunca teve mandato, recusar-se a ser candidato a Vice”. E eu disse: “Eu estou com o Brizola e vou ficar com o Brizola até o fim”. E fiz campanha para ele.

E aí foi do mesmo jeito que no seu caso. Passou 1989. No segundo turno, obviamente, votei no Presidente Lula. E, em 1990, fui convidado a entrar no PT pelo próprio Lula, por intermédio de outra pessoa. E eu escolhi o PT, por um lado por razões locais. Na verdade, a gente entra num Partido pelo Estado onde a gente está. No Brasil, é preciso federalizar melhor a política. E também porque o PT tinha um mística que ia além do próprio PDT. Isso é verdade. Era a mística da mobilização social. Era a mística da incorporação das massas.

E eu não me arrependo não. Conversei muito com o Brizola antes de fazer isso, mas nunca deixei de ser brizolista e também arraesista. Foram os meus dois primeiros votos. O meu primeiro voto para Governador foi Arraes. E o meu primeiro voto para Presidente foi Brizola. Duas figuras que ficaram até o fim sem trair nada. Coerentes. Como dizia Darcy Ribeiro, ele tinha mais orgulho das derrotas do que das vitórias, porque as vitórias mostram competência e as derrotas mostram coerência. Agradeço ter lembrado isso para concluir.

Mas eu quero finalizar, Senador Pedro Simon, dizendo algo que tem a ver com V. Ex^a, O PDT, cujo aniversário comemoramos, ontem fez um gesto de que eu fiquei orgulhoso. O Líder do nosso Partido na Câmara dos Deputados foi junto – eu soube pela rádio – com V. Ex^a, ou depois, entregar a sua inscrição como candidato. Eu soube que o Deputado Miro Teixeira esteve lá. Isso mostra um Partido que é solidário com tudo aquilo que representa – eu ia dizer nobreza, mas eu sempre digo que precisamos completar a República. Então, não digo nobreza. Um Partido que tem os gestos corretos de chegar até um Senador como V. Ex^a, de outro Partido, e ir lá dizer: “Nós gostaríamos de ter um candidato a Presidente como V. Ex^{am}”.

Esse é um gesto que mostra o que o Senador Jefferson Péres defende: essa idéia de concertação acima dos interesses partidários. Eu acho que essa presença, essa solidariedade do Deputado Miro Teixeira nos orgulhou a nós pedetistas. Nós, como brasileiros, gostaríamos de ver no cenário da disputa eleitoral uma

figura como V. Ex^a. Não vou nem me comprometer a votar em V. Ex^a ainda, porque não sei se o PDT tomara essa decisão. Mas, independentemente de qualquer coisa, engrandeceria o processo democrático brasileiro. E o PDT fez esse gesto ontem, por intermédio do nosso Líder na Câmara dos Deputados. Muito nos engrandece também a nós estarmos ao lado de alguém que engrandece o Brasil.

Eu concluo dizendo, Sr. Presidente, que uma das comemorações desse aniversário do PDT é uma coisa que eu faço questão de divulgar: o PDT inaugurou uma universidade aberta. Nós hoje temos, a partir do Paraná, onde está a sede, espalhada pelo Brasil – claro que isso vai aos poucos –, uma universidade aberta. Não vai concorrer com nenhuma outra universidade, não vai dar diploma de doutor para ninguém, mas vai tentar espalhar, por meio desses mecanismos modernos da educação a distância, formação cívica para todos os que desejarem, sejam do PDT ou não, desde que queiram aprender noções de Civismo, História do Brasil, Geografia do Brasil, Economia do Brasil e do Mundo Global em que vivemos.

Sr. Presidente, muito obrigado. Creio que em nenhuma outra vez aqui falei sequer um quarto do tempo que falei hoje. Dá até vontade de todo dia ser sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agradeço as referências feitas a mim e quero, ao felicitar V. Ex^a, felicitar o PDT pelo aniversário do Partido. Quando V. Ex^a se refere às idéias e aos princípios do PDT e quando diz que a questão não é garantir igualdade, mas igualdade de oportunidades, para que as pessoas, depois, com a possibilidade, com a capacidade, com a constância, poderem ir adiante, eu lembraria um pensamento de quem foi o maior dos trabalhistas do Brasil, Alberto Pasqualini. Ele dizia que as pessoas na terra existem, colocadas por Deus, para usar os frutos da terra, e que elas não são iguais. Cada uma trabalhará e ganhará de acordo com a sua capacidade. Mas há uma hipoteca social sobre os bens da sociedade, no sentido de que todo cidadão, em primeiro lugar, tem direito ao trabalho. O trabalho é uma obrigação da sociedade para com todo cidadão. Em segundo lugar, todo trabalhador que trabalha, independentemente da sua capacidade, tem o direito de receber um mínimo para viver com dignidade.

Então, a casinha humilde, a refeição singela, a escola, a educação, enfim, todos têm direito a isso, independentemente da própria capacidade. Depois disso, de acordo com a capacidade, uns poderão ter palacete, outros o que for. É importante esse princípio de Pasqualini, uma das análises mais perfeitas da organização social que conheço.

Também faço minhas as homenagens de V. Ex^a ao Dr. Leonel Brizola, que, indiscutivelmente, foi o grande herói desse Partido. Veio para construir o velho PTB, mas, como isso não foi possível, mudou a sigla e conservou as idéias e o pensamento.

E vou dizer com toda emoção: Brizola começou no Rio Grande do Sul como prefeito, depois como governador, e foram cinco ou seis mil escolinhas construídas por ele. Quando chegou ao Rio de Janeiro, alcançou a perfeição com a escola em turno integral.

Meus cumprimentos a V. Ex^a

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Se for possível, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Sim. Antes, porém, passo a presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi uma comunicação, datada de 18 de maio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Senador Wellington Salgado, quero passar-lhe a palavra oficialmente neste momento, pois estou na Presidência, dizendo que V. Ex^a terá direito a cinco minutos, com a devida tolerância desta Presidência.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Será rápido, Sr. Presidente.

Só queria comunicar que recebi um comunicado datado de 18 de maio, da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, do qual passo a ler alguns trechos:

Recebemos como iniciativa positiva o Pacote de Emergência aprovado na terça-feira, dia 15 de maio corrente, com os seguintes destaques [elencam todas aquelas legislações que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou depois daquele ocorrido em São Paulo]:

permite que o estado use os bens dos presos para repor danos feitos aos presídios em rebeliões;

mantém em 30 anos a pena máxima prevista no Código Penal, mas estabelece que, caso uma pessoa seja condenada a período superior, terá de cumprir o período máximo em regime privativo de liberdade;

augmenta o prazo para que processos sejam julgados antes que seja extinta a punibilidade pelo Estado [...];

prevê a indisponibilidade dos bens dos criminosos;

estabelece que o uso de celular em presídios é falta grave, e o preso flagrado com o aparelho poderá ser isolado;

estabelece a possibilidade de o juiz julgar o réu por meio de teleconferência [...];

institui a delação premiada para presos já condenados. Atualmente, só réus em fase de condenação podem negociar com a Justiça a redução da pena em troca de informações que ajudem em investigações;

extingue a possibilidade de livramento condicional para condenado reincidente em crime punido com reclusão;

obriga as concessionárias de telefonia móvel a instalarem bloqueadores de celular nos presídios. As empresas terão 180 dias, após a aprovação final do texto, para instalarem os equipamentos. Caso contrário, estarão submetidas a multa diária de R\$30 mil a R\$150 mil;

autoriza o Governo a criar um programa de subsídios para a compra de casas por bombeiros, policiais militares e civis. O programa será operado por instituições financeiras.

[...]

Contamos com a colaboração do ilustre Senador, que representa o Estado de Minas Gerais na Câmara Alta do Parlamento, para que possa dispor de uma legislação penal realista, que permita às autoridades de segurança agir em defesa da sociedade, ameaçada por bandidos que fazem do crime uma atividade lucrativa.

A Aciub parabeniza o Senado por essa legislação aprovada, e assina o documento o Sr. Luiz Alexandre Garcia, Presidente da Aciub.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wellington Salgado de Oliveira, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Pedro Simon, que usará a tribuna a partir de 10h35min.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, creio que é muito importante que o uso da tribuna seja feito no sentido de expor o as atividades parlamentares dos Senadores, mas que

também seja apreciada e aproveitada a oportunidade para que o Senador externe e apresente suas idéias e seu pensamento, porque isso, de certa forma, ficará gravado na memória do Senado e muitas vezes, passados os fatos, lá adiante, será interpretado.

Eu estou na política há cinqüenta anos ou mais. Quando fui Deputado Estadual, na época da ditadura, houve discurso meu, na Assembléia Legislativa, que os militares não deixaram sequer que as notas taquigráficas fossem para o **Diário Oficial**. Tivemos que refazê-lo anos depois, porque alguém guardou uma cópia.

Estou emocionado porque já publiquei mais de uma vez o índice dos discursos que já fiz e os assuntos abordados. Várias escolas, várias pessoas, vários estudantes que estão fazendo tese de mestrado vêm me pedir subsídios para seus trabalhos e encontram, às vezes, em pronunciamentos meus, algo que não encontram na imprensa, porque, naquela época, aquela instituição era a censura total; eles nem sabiam que essas coisas tinham acontecido da forma como aconteceram.

Por isso, hoje, relato a fase que vive o meu Partido, o PMDB. Mas isso não significa que eu vá influenciar o comando do meu Partido. Vivi, ontem, momentos muito tristes – eu que pertenci à executiva deste Partido, até à morte do Dr. Ulysses, como Secretário-Geral, Primeiro Vice-Presidente –, lembrando-me de nossas reuniões nas horas amargas, difíceis. Dr. Ulysses, Tancredo, Teotônio, Arraes, Chico Pinto, Covas, eu... Quando olhei a reunião de ontem e vi os substitutos dos meus velhos companheiros e as decisões que estavam tomando, fiquei a pensar: o que estarão pensando e sentindo os heróis do MDB dos seus sucessores de hoje?

Muitas foram as lutas que fizemos para retomar a democracia. Ali não era ter ou não ter candidato, era não ter candidato porque não tinha candidatura, porque o general já era presidente. Um, dois, três, quatro, cinco, seis gerais, um sucedendo o outro, e ali o MDB, não podendo ter candidato porque era proibido, lançava candidato. Lançamos o Dr. Ulysses, lançamos o general Euler, anticandidatos, que percorreram o Brasil inteiro. Como dizia o Dr. Ulysses, estou aqui, o anticandidato da Oposição, percorrendo o Brasil inteiro, falando com os eleitores. Eu que não vou ganhar, e os eleitores que não vão votar. Porque, a essa altura, lá em Brasília, estão confabulando nos quartéis qual será o próximo general de plantão, que sem povo e sem voto haverá de estar lá. Permanecemos, lutamos, defendendo as eleições. E foi o MDB que fez a apoteose das Diretas Já. Tudo que está aí estava dentro do MDB, porque éramos a mãe que recebia a todos, porque tínhamos tido a chance de funcionar para ser o Partido da coonestação do Governo, mas conseguimos resistir, avançar

e ser um grande Partido. E saímos pelo Brasil pelas Diretas Já – a campanha mais linda, mais emotiva da história deste País. Os poetas, os cantores, os artistas, os jovens, nunca, nunca comício nenhum, nunca festa nenhuma, nunca nada reuniu tanta gente como a caminhada dos jovens pela democracia e pelas diretas. No dia da votação, cercaram o Congresso, espalharam que iam cassar e prender se a Emenda Dante de Oliveira fosse aprovada. Fez uma ampla maioria. Quem não ia votar a favor não comparecia praticamente, mas faltaram nove votos para atingir-se a maioria, e foi rejeitada. E o MDB, que sempre tinha tido uma repulsa ao colégio eleitoral – o colégio eleitoral coonestava a ditadura, não tinha legitimidade –, questionava-se. O Dr. Ulysses era um dos que, quase até o fim, dizia: “Eu não vou para o colégio, não vou legitimar o colégio”. E o Dr. Tancredo, nosso candidato, dizia: “Eu vou para o colégio para destruir o colégio, e o povo há de entender que vou para colégio para destruir o colégio”.

No Rio Grande do Sul, o MDB era um partido fantasticamente organizado e apaixonado, com o povo permanentemente presente. Vivíamos em assembléia permanente com milhões de rio-grandenses-do-sul, e eu dizia: eu não vou pedir licença ao Rio Grande para ir ao colégio, não vou pedir. Mas aconteceu o inesperado: os jovens foram às ruas e fizeram uma manifestação espetacular para exigir de Pedro Simon e de seus companheiros que fossem ao colégio para votar em Tancredo, porque era isto o que eles queriam: destruir a ditadura.

E o MDB foi ao Colégio. Foi buscar, para garantir maioria lá na Arena, o chefe da Arena, o Sr. José Sarney. E nunca vou me esquecer. Eu até aconselharia aos amigos que vissem nos Anais do Congresso o momento em que o Governo enviou para esta Casa a extinção da Arena e do MDB para abrir o leque partidário. Nós defendíamos a pluralidade partidária, mas defendíamos que ela fosse realizada em cima da Assembléia Nacional Constituinte. Convocada e instalada a Assembléia Nacional Constituinte, no mesmo momento seriam extintos os partidos políticos, não teríamos mais partidos políticos, e se organizariam, no meio da sociedade, as pessoas que se identificassem por idéias, por filosofia, por pensamento social, para fazerem os grupos que atuariam, as bancadas que atuariam na Assembléia Constituinte e que formariam os futuros partidos. Para não acontecer como na Constituinte de 45, quando o PTB e o PSD eram os Partidos do Getúlio Vargas e a UDN era o Partido contra o Getúlio Vargas, mas a UDN tinha mais gente digna, honesta e progressista que o PSD do Getúlio, ou que o próprio PTB, em que havia mais reacionários do que lá até.

Na sessão solene de encerramento da votação, o Congresso Nacional estava como um mar de gente e os dois últimos discursos foram feitos pelo Presidente da Arena e pelo então Presidente do MDB em exercício. Primeiro falou o Dr. Sarney, como Presidente da Arena, mas justificando que tinha que ser extinta a Arena, que o Governo estava certo e que o projeto era correto, e orientou sua bancada a votar pela extinção.

Depois falei eu, pelo MDB, o último pronunciamento. Lembro-me que eu disse: até nas flores se nota a diferença de sorte, umas enfeitam a vida, outras enfeitam a morte. Estamos aqui, dois Presidente; saiu o Presidente da Arena, exigindo que votássemos a extinção do seu Partido. Ele está com vergonha do Partido, acha que não dá mais, porque na próxima eleição ir com o nome da Arena é desprestígio total. Então quer extinguir o Partido e criar um novo, achando que, criando um novo partido, mudando o rótulo, mas ficando o conteúdo igual, vai mudar. E foi o que aconteceu. Mudaram a Arena, colocaram o PDS, e o Partido durou dez vezes menos tempo do que a Arena, porque o conteúdo era o mesmo.

Mas fomos para a eleição no colégio com Tancredo e com Sarney, e ganhamos a eleição. Hoje, estamos em plenitude democrática. Hoje, estamos em regime de plena democracia. Mas o velho MDB... Que destino trágico o nosso! Em vez de Ulysses, em vez de Tancredo, em vez de Teotônio, em vez de Montoro, em vez de Covas, à exceção do seu presidente, justiça seja feita, do Deputado Temer, que tem se esforçado, nós temos uma cúpula que não podia fazer o que está fazendo conosco.

Então Presidente do Senado, o Sr. Jader, quando jovem, conseguiu criar um partido junto com o Sr. Collor. Na China arrumaram o primeiro milhão, criaram o PRN e lançaram a candidatura do Collor, que derrotou praticamente todo o Brasil. A competência do Sr. Renan derrotou Ulysses, Brizola, Lula, Covas e Afif. Os líderes de todos os Partidos perderam para o Sr. Collor e para o Sr. Renan.

É verdade que o Sr. Renan tem várias passagens e vários estilos. Entrou no MDB depois de romper com o Collor, no MDB esteve firme como Ministro do Dr. Fernando Henrique e hoje é o homem de absoluta confiança do Presidente Lula. O Presidente Sarney, eminência parda dentro do PMDB, no Governo desde a “bossa nova” da UDN, apoiava o Dr. Juscelino Kubitschek e até hoje é Governo. O Líder Suassuna, com todo respeito, penso que deveria licenciar-se da Liderança. São tantas referências já feitas ao seu nome, envolvendo auxiliares seus em tantas questões tão confusas! S. Ex^a, que já subiu tantas vezes à tribuna para se defender – e quero crer, inclusive, que terá todas

as condições de se defender e provar que tudo isso é uma calúnia atrás da outra –, deveria fazer isso não como Líder do Partido, mas como cidadão, da mesma forma que outros Líderes de outros Partidos que receberam as mesmas denúncias e pediram afastamento, para ver as coisas acontecerem. É um outro apaixonado pela causa, do outro lado. O Sr. Geddel publica nos jornais do Rio Grande do Sul que eu sou um pobretão e um franciscano, mas que pobretão franciscano não ganha eleição, porque para ganhar eleição é preciso ter dinheiro. Lá está com o PT. Nosso ex-Presidente do Partido, que foi Presidente do Senado, Senador pelo Pará, renunciou a sua cadeira no Senado e hoje é Deputado Federal. Foi essa gente que tomou uma decisão impressionante ontem.

A Executiva decidiu realizar a convenção no dia 11 – atribuiu ao Presidente do Partido que marcasse a convenção, e o Presidente, na convenção que estava sendo realizada no Petrônio Portella, ao encerrar disse: “Está convocada a convenção para o dia 11 de junho”. Fez-se o edital para o dia 11. Fomos, o Garotinho e eu, e registramos as nossas candidaturas. Não tiveram um gesto de gentileza – nós tínhamos marcado com a imprensa às 11 horas para fazer a entrega da concordância com a candidatura; ao meio dia, estavam eles lá, para fazer uma reunião da Executiva para decidir.

Primeiro, o Sr. Geddel entrou com um requerimento, suspendendo a convenção do dia 11. Ponto. Aí o Presidente Temer disse que não poderia suspender a convenção do dia 11, sem mais nem menos, porque a convenção do dia 11 não é uma convenção extraordinária, é uma convenção ordinária, prevista pela lei, que determina que o Partido, entre o dia 10 e o dia 30 de junho, faça a sua convenção para escolher o seu candidato.

Então, eles emendaram e apresentaram um pedido para a convenção ser transferida para o dia 29. Dia 30 encerra-se o prazo; dia 29 eles querem realizar a convenção do MDB.

É impressionante! A convenção nacional de um Partido tem a responsabilidade de conduzir o caminho do Partido, e sabe-se que as convenções estaduais têm que ser realizadas para escolher os candidatos a Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado, para fazer coligações. Há uma lei do Tribunal Superior Eleitoral determinando normas que deverão ser seguidas para que os partidos possam fazer coligações. E marcaram para o dia 29, último dia! Como ficam as convenções estaduais? Como as convenções estaduais tomarão decisões antes de saber a determinação da convenção nacional? Poderiam ter sido feitas convenções estaduais extraordinárias para que dissessem

que não queriam candidatos; reunir-se-iam Pará, Bahia, Ceará etc e diriam: “Não temos candidato”. Fariam convenções extraordinárias e, quando a convenção nacional se reunisse, já se saberia que as convenções estaduais viriam com essa determinação.

Eles podiam realizar a reunião no dia 11. Têm tanta autoridade, tanto poder, tanta força! Que deixassem a convenção ser realizada no dia 11; viessem e derrotassem a outra proposta. Apresentassem a moção, dissessem que não querem candidatos e derrotassem os outros na convenção. Assim, no dia 11, a direção nacional teria tomado providências para que as convenções estaduais fizessem o que julgassem conveniente fazer, mas não foi isso que fizeram. Deixaram a convenção para o dia 29.

A pergunta é: podem as convenções estaduais reunir-se e decidir antes da convenção nacional? Se a convenção estadual do MDB se reunir e tomar a decisão de fazer coligação com Fulano, Fulano e Fulano, com o partido tal, partido tal, partido tal, e a convenção nacional decidir que não pode, que a nossa aliança será outra, como é que fica a decisão estadual?

Fico muito machucado, porque nunca gostei de ver o Supremo intervir no Congresso Nacional – como aconteceu no caso do rapazinho, zelador lá daquela casa, que foi impedido de depor –, nunca! Isso é ruim para nós. Eu tive que entrar com um pedido no Supremo porque os Líderes Mercadante e Renan não aceitaram criar a CPI. E o Dr. Sarney, Presidente do Senado, que tinha a obrigação de indicar os membros, não os indicou. O Senador do PDT, meu querido companheiro do Amazonas, e eu entramos e ganhamos por nove votos a um. O Supremo mandou criar a Comissão. Mas aquilo me machucou; fiz porque tinha que fazer.

E penso que agora vai acontecer isso. Vamos ter que solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral que responda essa indagação – que nem é uma indagação de olhar o estatuto e ver como é ou como não é. Eu não olhei e imagino que pode até não ter primeiro a nacional e depois a estadual. O mal do Brasil é que aqui tudo tem que estar escrito, pois, se não estiver, não vale. Mas acho que o Supremo vai dar ganho de causa. Primeiro a convenção nacional.

Agora, o que dói é ver o MDB, um Partido com a história que tem, com a atual direção. Houve uma convenção do MDB contra a participação no Governo Lula, a favor da governabilidade, mas contra a participação no Governo. A Bancada do MDB no Senado nunca se reuniu para indicar Ministro. No entanto, o Líder vai lá e indica fulano, indica beltrano, indica não sei quem. Nunca reunimos a Bancada. Não digo que eu nunca me reuni com a Bancada; não, a Bancada nunca foi reunida, muito menos a Executiva. Então,

quem está lá está em nome próprio. Não é bem em nome próprio, porque nenhum dos Ministros que estão lá está em nome próprio, mas, sim, em nome do Renan ou em nome do Dr. Sarney.

Há até uma certa inveja de seu Partido, Presidente, porque dizem que não tem nenhuma das tendências, nem a maior, aquela que era a tendência... Qual era a maior tendência, do Olívio, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Articulação?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É a maior de todas? (Pausa.) Nem a articulação tem tatos Ministros como têm o Dr. Sarney e o Dr. Renan.

O Ministro de Minas e Energia, que me parece ser um bom cidadão, pelo que eu sei, não tem ficha no MDB. É uma escolha pessoal do Dr. Sarney. Então, essas pessoas que têm esses cargos, como o Sr. Jader, o homem forte no Norte, é que tomam as decisões.

Na verdade, a imprensa chegou a publicar que o Dr. Lula quer, com urgência, saber uma posição do MDB. O Sr. Lula não quer apoio, não precisa, mas precisa da certeza de que o MDB não terá candidato, porque todas as estatísticas estariam a dizer que o PMDB não ter candidato seria uma garantia de que ele ganha no primeiro turno.

Com essa decisão, o Dr. Sarney leva o Ministério dos Transportes e o Dr. Jader leva o Ministério da Saúde. Estão esperando por isso. E não levam no próximo governo, mas levam agora. Tomada a decisão, amanhã eles vêm. É por isso que eles estavam felizes, soltando foguete, quando votaram. Mas parece que o PT está esperando saber se vamos entrar com recurso, porque, se entrarmos com recurso, fica a dúvida, e se ficar a dúvida, não levam agora.

Olha, o argumento que eles usam é de que o PMDB não tem gente, não tem quadro. Dizem que o PMDB é um partido inexpressivo, que não se preparou. Há dois anos que estamos falando em candidatura própria e há dois anos que eles estão bombardeando. Dizem que não nos preparamos e que não podemos ter candidato. Dizem que o MDB tem que ter candidato a governador, que temos que fortalecer as candidaturas a governador, que vamos fazer um grande número de governadores. É uma tese ridícula.

A primeira coisa que temos que fazer, se tivermos maioria neste Congresso, é um novo pacto social, um novo pacto federativo, porque prefeito e governador estão à margem, são figuras que estão à sombra do Presidente imperial. O Presidente, com suas medidas provisórias, o poder e o dinheiro, faz o que quer.

No meu Rio Grande do Sul, coitado do Rigotto! Da verba que ele teria direito, pela Lei Kandir, de receber, daquilo que deixamos de receber, porque ficaram

isentas as exportações de imposto, que seria compensado pelo Governo, pois o Rio Grande do Sul teria o direito de receber, hoje, R\$4 bilhões, R\$1 bilhão por ano, nada foi repassado. Este ano, zero.

Estão todos os governadores de pires na mão, até o de São Paulo.

Numa hora como esta, em que o importante é ter um candidato a Presidente da República, o PSDB entrega para o PFL o Governo de São Paulo, a Prefeitura de São Paulo, por causa da sua candidatura, do seu Presidente, em que o P-SOL, que nasceu ontem, já tem uma candidatura, para querer aparecer, em que o PDT, que está aí com a candidatura de V. Ex^a, Senador Cristovam, quer marcar posição, marcar idéia, marcar filosofia, marcar pensamento, o PMDB não quer candidato, mas governadores. O importante é ter governadores, como diz o Dr. Sarney, como diz o Dr. Jader, como diz o Dr. Renan.

Mas e o Dr. Jader, no Pará? No Pará, para Governador, ele apóia a Senadora do PT. O PMDB não tem candidato a Governador no Pará. O Sr. Jader está apoiando a Senadora do PT. O Dr. Sarney, o ilustre Dr. Sarney, no Maranhão, está apoiando a sua filha pelo PFL. Reparem que o Dr. Sarney está no PMDB, foi Presidente da República no PMDB, até Presidente de Honra foi.

Ora, quando gosto de alguma coisa, a primeira coisa que faço é levar a minha mulher e meus filhos. Todos os meus filhos torcem pelo Internacional, são todos colorados. Lá na igreja estão todos comigo. O Dr. Sarney fez questão de não trazer sua gente, estão todos do lado de lá, a começar pelos seus filhos. Seus filhos, a sua liderança, o grupo que o cerca está lá. Ele veio sozinho e fez questão de ficar sozinho no PMDB.

Tudo bem. Afinal, é sua filha! Ele apóia sua filha no Maranhão. Mas e no Amapá? S. Ex^a criou o Estado do Amapá como Presidente e por lá é candidato a Senador. O Governador do Estado é do PMDB? Não. Ele está fazendo um acordo. Não sei de qual partido vai ser, mas do PMDB não vai ser. O Dr. Sarney, que é de um partido forte, que vai lutar por Governadores, não tem candidato a Governador nem no Amapá nem no Maranhão.

O nosso Líder, o Presidente do Senado, um homem de luta, de força, de fé, o que mais defende a importância dos candidatos a governadores...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E vejam que ele fez do Governador de Alagoas o Presidente da República. Um governadorzinho que ninguém sabia quem era, que foi Deputado pela Arena, que pulou para o PMDB, elegeu-se governador, criou o PRN e se tornou Presidente da República, apoiado pelo Renan.

O PMDB tem candidato a Governador em Alagoas? Não, apóia o PSDB.

O furioso, o combativo líder Geddel, lá na Bahia, no seu enfrentamento com Antonio Carlos, tem candidato a Governador? Não. Apóia o PT.

O Rio Grande do Sul quer candidatura própria. Tem candidato a Governador e quer candidatura própria.

Santa Catarina, cujo Governador é candidato à reeleição, quer candidato próprio e quer candidato a Presidente da República.

No Paraná, o Governador é candidato à reeleição, quer ganhar a eleição e quer candidato a Presidente da República.

Em São Paulo, Quércia é candidato à eleição e quer candidato a Presidente da República.

No Rio, temos candidato, queremos a reeleição, e querem candidato a Presidente da República.

Ali, em Goiás, perdemos por um acaso a eleição, mas estão lá o Iris e o Maguito, que é candidato a Governador, que vai ganhar, mas quer candidato a Presidente da República.

Os que querem candidato a Presidente da República nos seus Estados têm candidato forte para ganhar o governo do Estado. Quem não quer candidato a Presidente da República com o argumento de que precisa fortalecer os Estados não tem candidato ao governo do Estado.

Estou falando disso no caso de alguém, daqui a dez, vinte anos, querer analisar. Por isso, estou dando os nomes, para que fiquem na história.

Com o maior prazer, concedo o aparte ao Senador Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, a autoridade moral de V. Ex^a em fazer uma análise muito bem feita da conjuntura e da inserção do PMDB no contexto nacional e numa disputa realmente tem as suas procedências. Agora, V. Ex^a há de convir que, entre todas as lideranças do diretório nacional, de cuja reunião V. Ex^a ontem mesmo participou, numa discussão política, há uma decisão de não se correr o risco. Se V. Ex^a tem 1% na preferência do eleitorado brasileiro, é uma aventura, uma aventura grande. A maturidade política se faz necessária. Agora, quais são os ingredientes que estão nesse pronunciamento? Será que só V. Ex^a tem razão? V. Ex^a se lembra da grande aventura do saudoso e grande Líder Ulysses Guimarães? Em 1988, na promulgação da Constituição, saiu para uma grande campanha um nome de projeção nacional, um nome com condições morais de ser submetido à apreciação da população brasileira, do eleitorado brasileiro. Agora, V. Ex^a há de convir que não podemos, de maneira alguma, admitir um risco, uma situação... Se a Nação vive um momento difícil hoje,

é preciso ter maturidade política. Não foi por disputas anteriores que V. Ex^a não assumiu a Presidência da Casa ou por grupos que estiveram aliados participando do Governo. V. Ex^a também foi Líder nesta Casa do Governo Itamar Franco, e nem por isso sofreu críticas dos seus companheiros. Havia uma divisão. Hoje, com a grandeza do PMDB, estamos todos divididos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdão, com todo o respeito, no Governo Itamar Franco, o PMDB estava todo com ele.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Mas hoje estamos divididos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Hoje, sim; mas, naquela época, não.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Hoje estamos divididos. Lá no Amapá, como V. Ex^a citou, é uma honra muito grande para nós ter o Presidente Sarney, e estamos também trabalhando a composição. Posso vir a ser um candidato a Governador pelo Partido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ótimo.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Posso, posso vir a ser. Mas estamos numa discussão madura, Senador Pedro Simon. V. Ex^a sabe que o Presidente Sarney, o Presidente Renan e todas as lideranças têm a maior deferência por V. Ex^a. Não estou aqui para dizer-lhe que está errado, não. Ao pensamento de V. Ex^a deve ser garantido o direito a questionamento, mas quero lhe dizer que, do lado daqui, há um grupo de líderes que tem um pensamento a respeito de não marchar com um grande risco. No Amapá, há apenas 16 anos passamos a Estado, e o Presidente Sarney tem sido um nome que nos tem ajudado muito, Senador Pedro Simon. Sou um garoto ainda, fui Deputado Federal, ainda estou no exercício e não chego perto ainda da experiência de V. Ex^a, muito menos da experiência de José Sarney. O Amapá sente-se muito honrado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perto da experiência de Sarney nem eu nem V. Ex^a, ninguém vai chegar perto.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele atingiu o clímax.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Realmente. É um homem muito hábil, inteligente, membro da Academia Brasileira de Letras.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Entre outras coisas.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Ocupou todos os cargos do Legislativo e do Executivo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No Judiciário, foi Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – É um homem de competência, de competência, Senador Pedro Simon. É o resultado da trajetória de vitórias – V. Ex^a sabe muito bem disso. Na política, o importante são as vitórias acumuladas; as derrotas ficam como experiência. O Amapá sente-se muito honrado. Todos os outros líderes optaram por uma composição com o PT ou pela liberdade do Partido – e a tendência vai ser de o PMDB ficar livre, possivelmente, nessas eleições, para compormos nos Estados conforme os interesses e as alianças. Quero dizer a V. Ex^a que é uma honra para nós termos o Presidente José Sarney lá no Amapá. Nós levaremos muito tempo para formar lideranças, porque somos muito jovens – são apenas 16 anos, Senador Pedro Simon. Sou um admirador de V. Ex^a. Só não concordo com alguns posicionamentos. Sobre a questão da liderança do Renan Calheiros, do Jader Barbalho, do Presidente José Sarney e de outras alianças, é preciso V. Ex^a sentar e conversar. Temos 1%, Senador Pedro Simon – V. Ex^a tem 1%, 2% ou 3% de preferência. Gostaria que tivesse 20%. Com certeza, eu seria um cabo eleitoral de V. Ex^a, sem problema algum.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não está dizendo o sensato, porque o Garotinho, durante um ano, ficou com 20%, 22%, 23%.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – E terminou com 10%.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Bombardearam ele, e não o deixaram ser candidato. Ele teve que sair porque não deixaram ele ser candidato, e ele tinha 20% ou 23%. Durante um tempão, ele ficou em segundo lugar, e não o deixaram ser candidato.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, só o aparteei para dizer a V. Ex^a que, para nós, é uma satisfação muito grande ter o Presidente José Sarney e para parabenizá-lo pela sua grande experiência. V. Ex^a é um homem de reputação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Gostaria de ser o seu cabo eleitoral, pois muito me honraria pedir votos para V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. Eu sei disso.

Que Partido é esse que não quer Presidente da República, que acha que não é importante o Presidente da República? “Pode perder”. Mas o Lula perdeu três, o Lincoln perdeu três, Mitterrand perdeu três, a história do mundo está cheia de homens que perderam, perderam, perderam e ganharam. Muitas vezes ganha-se mais na derrota que na vitória.

O PT somou muito mais nas três derrotas do que agora, no Governo. Ah se, no Governo, ele tivesse fei-

to o entendimento, o debate, a seriedade, a censura que ele fazia quando estava na Oposição! Ah se ele cobrasse aquelas linhas de ética, de moralidade, que ele, na Oposição, cobrava de seus Parlamentares, inclusive estando agora no Governo!

Perder é perder. Perdemos com Ulysses? Perdemos. Erramos? Erramos. O herói, Dr. Ulysses, não era a vez dele, não era a vez dele. A vez dele foi a vez do Dr. Tancredo. Ele ganharia nas Diretas Já ou no Colégio Eleitoral. A vida é engraçada. Ali, aquela eleição era do Quércia. A Globo chamou o Quércia porque dizia que os militares eram contra o Dr. Ulysses. Segundo lugar, todas as pesquisas diziam que, com a morte do Dr. Tancredo, com 74 anos, o povo queria um jovem, algo que significasse novo. Aconteceu o que era esperado.

Quatro anos depois, o Quércia quis ser candidato, ele que não quis quatro anos antes, estava num bombardeio. Hoje muitos me perguntam: “Senador, o senhor conversa com o Quércia? O senhor vivia na tribuna falando horrores do Quércia”. É verdade, mas, passados 20 anos, não há um processo contra o Quércia, não há uma condenação do Sr. Quércia. Pelo contrário, hoje o PT está correndo atrás dele, perguntando o que ele quer, dizendo que tiram o Senador do PT e dão a candidatura ao Senado ou a vice-Governador a ele. E o PSDB faz mesma coisa. Mas aquela não era a vez dele.

Agora, estamos com o Garotinho, que tem 20%. Não tem agora porque há um bombardeio em cima dele, dizendo que ele não pode ter. Ora, Sr. Presidente, não querer ter candidato a Governador... Não quer ter candidato a Presidente... O que é isso? São as pessoas que têm os cargos no Governo, têm os Ministérios do Governo, têm os diretores da Petrobrás no Governo, têm os diretores do Banco do Brasil no Governo, cargos esses que nós, do MDB, não temos nem idéia. O Presidente Lula podia fazer esse favor. Acho que devia ser obrigação publicar mensalmente a composição do Governo e a filiação partidária desses cidadãos. Fico com pena do meu Partido, que não merecia essa sorte.

O Lula está no papel dele. Segundo as pesquisas, com o PDMB, ele ganha no primeiro turno. Está fazendo o papel dele. Mas quem está fazendo papel feio é a cúpula do MDB – bota papel feio! Volto a repetir, em primeiro lugar, o meu nome. Eu sou candidato a Senador pelo Rio Grande do Sul. Aliás, tenho dito lá no Rio Grande: “não se esqueçam do meu nome, não comecem a riscar o nome do Senador, que é o Pedro Simon”. Então, nessa campanha para eleição direta, temos o candidato. Apresentamos o Rigotto, com quem andei pelo Brasil afóra. Foi quando vi – nem imaginava isso, fazia tempo que não se via mais por este Brasil – concentrações do MDB reunindo milhares de pessoas. Fiquei impressionado quando vi aquele povo reunido no Maranhão, com o Senador Sarney e o Presidente do Senado contra. Mas o povo era a favor. Em Ala-

goas, uma montanha de gente a favor. No Pará, uma enorme concentração a favor. No Brasil inteiro! É que o MDB está tendo uma vida nova. Passamos os nossos pecados. O MDB foi decaindo, decaindo. Não dá para dizer hoje das referências que tínhamos no passado, como Tancredo, Teotônio, Ulysses. Hoje, quem vamos citar? O MDB está num momento difícil. Na universidade, quem não era PT, era PSDB.

Olha, Sr. Presidente, eu achava que o Lula e o PT fariam um governo extraordinário. Rezei muito para isso, apostei nisso, mas deu no que deu. Não foi o MDB que está aqui querendo candidato a Presidente. E perguntam: o que vocês querem se vocês perderam com Ulysses Guimarães, perderam com o Quércia? O que vocês querem aí? Vocês não representam mais nada! Não é isso que está acontecendo. O Brasil fez uma jogada espetacular com a social democracia do Sr. Fernando Henrique. Elegeu o homem mais culto, cuja cultura foi menor do que a vaidade, a Presidente da República. E a social democracia imperava no mundo, na França, do François Mitterrand, do Espanha, do Felipe González. E o que deu? Deu no que deu.

Não vou aqui fazer análises, não vou falar em Vale do Rio Doce, não vou falar em como é que saiu a reeleição, mas deu no que deu. Aí veio o PT. Mas agora vai ser espetacular: o PT com 25 anos de luta, de idéia; o PT que sai debaixo da saia de D. Paulo Evaristo Arns, saiu da sacristia das igrejas, para fazer um partido de santo, de moralizadores, de épico. E como era bonito o PT na Oposição! Como era bonito o PT na Oposição! Eu achei que seria uma maravilha. Deu no que deu.

Então, Sr. Presidente, você faz uma pesquisa hoje, o MDB, que na época das Diretas Já tinha 80%, 60%, a imensa maioria da pesquisa a favor do Partido, foi caindo, foi caindo, foi caindo. Quando Lula ganhou, o PMDB estava lá atrás na preferência popular. Hoje, o MDB está em primeiro lugar com 27% e o PT baixou de 30% para 12%, está lá atrás. O PSDB está com 5%, lá atrás. Isso é uma realidade.

Não tenho tempo para atender todas as universidades que me convidam, mas vou a muitas. No início do Governo Lula, nesses últimos cinco anos, eu entrava e as pessoas me diziam: “Olha, Senador, gostamos muito do senhor. O senhor fale e diga o que quiser, mas não fale mal do Lula nem do PT que o senhor vai ser vaiado. Quer falar, fala, mas depois não se magoe das vaias”.

Quem me dizia isso era o reitor da universidade, com o distintivo do PT na lapela, um padre jesuíta, reitor da universidade – jesuíta e com distintivo do PT. Todos estavam fantasiados de bandeira e não sei o quê do PT. Era assim.

Vai visitar uma universidade hoje! Vai visitar uma universidade hoje! Mexo muito. Voltei à universidade daquele reitor, não era mais reitor, mas estava sentado ali, fui abraçar, é meu grande amigo: “O senhor dá

licença?” Virei a lapela dele para ver e disse: “Querida ver, o senhor podia ter escondido. Tem muita gente escondido”. E ele me respondeu: “Nem escondido”. Porque estava magoado.

Eu recebo milhares e milhares de pedidos dizendo isto: “O MDB tem de ocupar espaço, tem obrigação de ocupar esse espaço”. Por que eles se lembram do MDB?

E o PDT? Tem um candidato fantástico, dois, aliás. Poderia ser ele, poderia ser o Jefferson, mas, com todo o carinho, não têm o embasamento, a quantidade de gente necessária para ganhar, não têm nem tempo de televisão garantido para ocupar o espaço. Pode ser que mude, que dê certo – queira Deus! Talvez eu esteja lá, embalado e ajudando nesse sentido – queira Deus!

Diante da opinião pública, acham que é um partido, que tem o maior número de Governadores, o maior número de Prefeitos, o maior número de Senadores, o maior número de Deputados Federais, o maior número de Deputados estaduais, o maior número de militância é o PMDB. Eles acham que deve ser o PMDB. Quem tem a maior história é o PMDB.

O PSDB não deu certo, o PT não deu certo, mas agora estamos caminhando por aqui. O PMDB é que fique de fora, mas nós não estamos caminhando por aqui. Estamos na véspera de um processo – eu entendo disso – que, se não tiver o MDB nessa campanha, não sei como terminará, na televisão, a bipolarização entre o PT e o PSDB; não sei. Minha experiência me diz que será muito difícil ao PSDB, lá embaixo nas pesquisas, não querer vir com o nome do filho do Lula ou sei lá o que mais. Vai ser muito difícil o PT não questionar a reeleição do Fernando Henrique, a venda da Vale do Rio Doce. Vai ser um debate áspero, vai ser um debate difícil. Vai ser uma troca de roupa suja.

O MDB muda essa campanha. O MDB dá um tom diferente a essa campanha. O PMDB vai olhar para a frente, vai se preocupar com um projeto. Não precisa ser um projeto tão espetacular. Espetacular foi o do Fernando Henrique. Mas espetacular foi o do Lula: quinze milhões de empregos! Coisa fantástica! Quatro refeições por dia! Zero de miséria! Prometer não dar. Até porque se prometer ninguém acredita.

O povo quer, como dizia antigamente o socialista que vi e me emocionou na Espanha, Felipe González, no auge: o povo quer coisa simples. O povo não quer uma correria. O povo não quer um governo que prometa que, amanhã, você vai ter casa, escola, educação, saúde; você vai estar com todos os seus problemas resolvidos. Não é isso! O povo quer um governo que diga e que cumpra. Que não corra, caminhe; mas caminhe para a frente, não que dê dez passos para a frente e cinco para trás. Dentro desse contexto, é que terá que ser apresentado um projeto.

Por isso, o meu candidato era o Itamar Franco. Porque o Itamar, dizia eu... Em primeiro lugar, o PT vai apresentar a proposta: vamos fazer isso. E os caras vão dizer: Mas por que você não fez? O PSDB, vou fazer isso. E os caras vão dizer: Por que você não fez? O candidato do PMDB vai dizer: Você vai fazer isso? Ah, mas vocês só prometeram também... Itamar, não. Com relação aos dois anos e oito meses em que ele foi Presidente da República, ele pode prestar contas de tudo o que ele fez e dizer: Eu vou fazer o que eu fiz. Vou tratar a corrupção como tratei no meu Governo. Vou tratar o sistema financeiro como tratei no meu Governo. Eu disse que banqueiro e empresário paulista não seriam diretores de banco; não foram: Banco do Brasil, ex-funcionário; Banco Central, ex-funcionário; Caixa Econômica Federal, ex-funcionário; BNDES, ex-funcionário. Ele disse: “No Ministério da Fazenda e no Ministério do Planejamento, não quero grandes grupos”, o jornal **O Estado de S. Paulo** botou manchete: Dupla caipira no comando da economia: secretário da Fazenda, de Minas Gerais; secretário do Planejamento, de Pernambuco.

A minha candidatura é bom que se esclareça: fui procurar o Senador Renan, entrei em entendimento com o Senador Sarney: vamos nos sentar à mesa e vamos escolher nomes do entendimento de todos nós. E dei um de saída: Jarbas Vasconcelos*. Porque a esta altura não pode ser o Rigotto*, não pode ser o Governador Requião, porque esses não se afastaram do cargo. Mas, mesmo assim, temos gente de sobra. Cheguei a aventar por aventar: V. Ex^a, Sr. Sarney, pode ser candidato. Não aceitaram. Não aceitaram e não aceitaram. Esperamos até o último dia para compor uma chapa. E ontem, quando compusemos nossa chapa, o Garotinho e eu dissemos: Essa chapa é a chapa para garantir registro de que o PMDB vai ter candidato. Mas registrada a chapa e garantida a eleição, não significa que o Pedro Simon tenha que ficar até o fim, nem o Garotinho. Se o comando partidário abrir os olhos e vir que há essa possibilidade, vamos nos reunir. E a qualquer momento, sabemos todos nós, podemos nos reunir e substituir o candidato a presidente. Faça isso com a maior alegria, com a maior satisfação. Nunca foi do meu feitio fazer uma campanha pessoal. Eu estava nessa campanha, de repente, o Garotinho vai lá e faz um discurso abrindo mão da candidatura dele a meu favor. Mas eu nem dei bola, fui embora e não aceitei. Mas me disseram que se eu não aceitasse, acabaria a candidatura e não teria mais candidatura à presidência, porque ninguém mais vai aparecer. O Itamar está saindo, o Garotinho saiu. Então fiquei para segurar o lugar, para ver se teria outro candidato.

Fui ao Presidente do Senado e falei para encontrarmos esse nome. E estou aqui, nesta hora, dizendo que ainda é possível, ainda é viável. Vamos reunir o

partido para discutir, analisar. Se for o Jarbas, será ele. Jarbas, toma o lugar.

Este discurso vai ficar para a história, Sr. Presidente. Não vão rir de mim, dizendo que sou um vaidoso, pretensioso, bobalhão. Sei da minha humildade e insignificância, mas o conteúdo histórico do meu discurso, do que estou falando vai se realizar. Pessoas vão fazer mestrado e vão analisar as vias do partido. Alguém vai querer analisar e fazer história em torno desta campanha que vai começar, de conseqüências imprevisíveis, e saber por que o MDB não estava lá.

Há outro fato, Sr. Presidente, o tom da campanha de PT e PSDB pode ir para o tom quase institucional. É só vermos os debates de um lado e de outro para percebermos que estão sendo contidos; mas no momento em que entrarem na disputa pelo tudo ou nada, não sei o que pode acontecer.

Em São Paulo, não houve uma briga de presidiário, não foi uma rebelião de presídio; em São Paulo, houve a primeira manifestação de uma máfia organizada, ultra-estruturada na história do Brasil. Que não perde para a Itália e não perde para o americano.

Como dizia o Clóvis Rocha na sua coluna, não quero nem discutir se houve acordo entre governo e máfia para parar, não quero nem discutir isso. Só digo o seguinte: eles pararam quando quiseram, o que significa que voltarão quando quiserem.

Olha, acompanhei, durante quatro anos, aqui e na Itália, a Operação Mãos Limpas e sei o que foi e o que significou. Mais de cem deputados – não absolvidos de nenhum mensalão – mas cassados e na cadeia. Quatro ex-primeiros ministros, inclusive o atual, que era Primeiro Ministro, saiu do cargo, foi para a cadeia. O Diretor Presidente da maior empresa, a Fiat, saiu da empresa e foi para a cadeia; e muitos procuradores e muitos juizes também foram para a cadeia porque ali foi feita uma operação para valer.

Agora, nós, hoje, vemos as manchetes que mostram que não sei quantos dias depois esse Chefe da Casa Civil não foi ainda indiciado nem chamado para depor... Não aconteceu nada com nenhum dos quarenta ladrões apontados pelo Procurador-Geral da República! O Procurador-Geral da República denunciou um ministro e a denúncia do ministro está na mão de um ministro do Supremo Tribunal. Eu vim a esta tribuna falar que era impossível um ministro estar sendo processado no Supremo Tribunal! Aí caiu o ministro. E, hoje, ele é Líder do Governo aqui nesta Casa. Deixa de ser ministro porque está sendo processado no Supremo, mas pode ser Líder do Governo.

Se não tivermos uma preocupação nesse sentido não sei o que vai acontecer. Esta Casa esgotou o tecido, o tecido da CPI. Sempre participei da organização da CPI. Agora não, porque temos um Líder superior, com uma experiência muito grande que é o Senador

Ney Suassuna, que achou que estou superado e botou gente mais competente do que eu. Mas, mesmo assim, fui lá e tenho acompanhado os trabalhos. A CPI tem uma missão difícil. Com relação a essa CPI que pediram agora, é claro que eu sou contra o Senador Renan, que quer engavetá-la. Quem é ele para engavetar isso? Se nós nos reuníssemos para discutir as dificuldades que estamos vivendo para criar uma CPI neste momento, eu discutiria isso.

O problema é mais sério hoje. O problema é aprovar o meu projeto, Sr. Presidente, que termina com o inquérito policial, que é uma das origens da impunidade neste País. Nosso objetivo é fazer o mesmo que existe na Itália e nos Estados Unidos, onde o processo fica nas mãos do procurador. A carreira de delegado de polícia está junto com a de procurador. Quando o inquérito é aberto, é para valer. Aqui o inquérito policial – eu sou advogado de júri – é piada, porque não vale nada, como aconteceu com o caso do PC Farias: o delegado foi lá, arrasou, queimou as provas, não deixou nada sobre nada e concluiu que foi um crime passional. Ela era apaixonada pelo PC, matou-o e depois se matou. O romance dos dois era de alguns meses, a fonte de renda dela era ele, por que iria matá-lo? Mataram-no, é claro, porque ele era um arquivo vivo, que assustava todo mundo. Por isso queriam matá-lo de qualquer jeito e o mataram. Se fosse um inquérito diferente, se fosse na Justiça, se fosse um procurador que estivesse coordenando isso e não um delegadozinho lá do interior, a coisa teria sido diferente.

Acho que temos de nos preocupar com essas grandes questões e não querer que as coisas continuem como estão.

Um momento que olhei com otimismo foi quando o Sr. Tarso Genro assumiu a presidência do PT. Ele deu uma declaração de que me orgulhei: “Nós vamos fazer a recriação do PT. Para nós, não interessa nem a CPI, nem o Congresso, nem a Polícia Federal, nem os tribunais, nem os procuradores. Nós vamos reunir o Partido, vamos fazer a sindicância, vamos apurar e vamos botar pra rua. Nós vamos botar”... Botaram ele para fora. Não durou quinze dias. E ele, que pensou que tinha toda credibilidade do Presidente da República, ficou falando sozinho. E agora, na última reunião do PT, tomaram uma decisão histórica. Eles poderiam ter tomado uma decisão ou não tomar decisão nenhuma, não precisavam nem tocar no assunto. Mas puseram em votação que até à eleição não se fala em nada que tenha acontecido de errado, inclusive estava o Sr. José Dirceu, aplaudidíssimo por todos e recebeu um elogio de corpo presente de “meu irmão”. O Lula quando foi para a tribuna, lançou um beijo para ele.

Dentro desse quadro é que eu pergunto: cabe ao PMDB, na troca de meia dúzia de cargos que facilitam a três parlamentares, esquecer a sua posição, o

seu papel? Repito: eu estou nessa caminhada como venho de longe. Eu me lembro das vezes que tive de ao Senado, quando eu era deputado estadual. Nós reunimos o partido, e eu vim a esta tribuna quando muitos queriam partir para a extinção do MDB, partir para o voto em branco, muitos defendiam as teses mais esdrúxulas, e tínhamos que resistir. Foram momentos dramáticos, difíceis, muito difíceis. Mas eu nunca tive, na luta pessoal, de buscar posições, e me sinto desconfortado. Eu gostaria muito mais se estivesse aqui o Garotinho, o Rigotto, o Governador de Pernambuco, o Itamar, que para mim era o melhor de todos, e aí eu ficaria com mais garra e com mais independência para falar.

Repito: isso é profundamente viável. Tenho certeza de que, se o partido for conversar com o Itamar e disser: é você Itamar, ele vai aceitar. Tenho certeza de que ele aceita. Tenho convicção de que ele aceita. Tenho certeza de que, se o partido for todo conversar com o Jarbas Vanconcellos e disser: é você Jarbas, ele vai aceitar. Mas essa gente não quer. Ainda é tempo, Sr. Presidente. Ainda é tempo.

Confio no povo e confio no meu Partido. O medo que tenho é de que esse comando que ele tem hoje possa ver nesta eleição o seu auto-extermínio.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Só quero dizer, Senador Pedro Simon, que, para mim, foi uma honra presidir a sessão enquanto V. Ex^a, da tribuna, fazia esse discurso histórico. Embora eu não concorde com tudo que disse, reconheço que é um discurso histórico para o PMDB.

Muito obrigado por este momento na minha vida.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Presidência informa que recebeu, do Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, o Ofício SGM/P nº 1.148, desta data, encaminhando relação de Deputados designados para comporem a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional.

São os seguintes os Deputados designados:

Darcísio Perondi (PMDB);
Maria do Carmo Lara (PT);
Eduardo Sciarra (PFL);

Custódio Mattos (PSDB);
Julio Lopes (PP).

É o seguinte o ofício na íntegra:

SGM/P nº 1.148/06

Brasília, 26 de maio de 2006

Exmo. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a relação dos Senhores Deputados designados para comporem a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional.

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Darcísio Perondi – vaga do Presidente

PT

Maria do Carmo Lara – vaga do Presidente

PFL

Eduardo Sciarra – vaga do Presidente

PSDB

Custódio Mattos – vaga do Presidente

PP

Júlio Lopes – vaga do Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Luiz Pontes, Alvaro Dias, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores Leonel Pavan e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada "As mil e uma faces de Lula na crise", publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 6 de maio do corrente.

A matéria faz uso do episódio da crise com a Bolívia para ilustrar a total falta de coordenação existente no governo do Presidente Lula que, sem firmeza ou estratégia, é inseguro a respeito de que posição tomar, "soltou frases contraditórias frente à crise, que ele diz não existir".

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro do artigo intitulado "Um mensalão para a Bolívia", de autoria do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, publicado pelo Jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 9 de maio do corrente ano.

O artigo compara a megalomania do Presidente Lula com a dos presidentes militares como Médici e

Figueiredo, que procuraram financiar obras faraônicas. Cony chama a atenção que, agora, Lula conta vantagem sobre a construção do gasoduto Venezuela Brasil, que poderia ser visto da Lua, mesmo sendo em grande parte subterrâneo, enquanto aceita de forma açodada a soberania da Bolívia em cima da Petrobras.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que os artigos acima citados sejam considerados como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GOVERNO BRASILEIRO DEMONSTRA NERVOSISMO E PRESIDENTE EMITE FRASES CONTRADITÓRIAS SOBRE O TRATAMENTO DO CONFLITO COMERCIAL

AS MIL E UMA FACES DE LULA NA CRISE

DA REDAÇÃO

O Brasil demonstra falta de coordenação quando reage à nacionalização do gás e do petróleo anunciado pela Bolívia na segunda-feira, e que deve resultar no aumento do preço do produto usado pelas empresas brasileiras. Sem uma estratégia definida, o governo bateu cabeça e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva soltou frases contraditórias frente à crise, que ele diz não existir. Ora, defende a soberania da Bolívia e até o direito ao aumento do combustível, ora diz que a Petrobras pode recorrer à Corte de Nova York para fazer valer o contrato com a estatal boliviana. Afirma que a Petrobras tem autonomia para investir onde considerar que tem retorno financeiro e, em seguida, promete novos investimentos no país vizinho. Diz que acredita que o preço do gás não vai aumentar, mas afirma que se subir o consumidor final não será prejudicado já que a Petrobras absorverá a elevação do custo

Sem firmeza ou estratégia, o Brasil é bombardeado desde o início da crise comercial. A posição de fragilidade em que se colocou na América do Sul. E, ao invés de adotar uma postura mais firme e decidida, passa a se defender internamente. O presidente Lula e o chanceler Celso Amorim aproveitam todas as oportunidades que aparecem para reafirmar o "caminho tortuoso" que o governo tomou. Durante a inauguração da Hidrelétrica Eliezer Batista, em Aimorés (MG), Lula respondeu aos críticos: "Tem gente que acha que ser duro resolve o problema. Às vezes, acho que ser carinhoso resolve melhor. Não pensem que eu vou fazer com a Bolívia o que os Estados Unidos fez com o Iraque! A Bolívia é um país pobre, que quer tirar seu sustento do gás. Somos um país rico perto de Bolívia." Já Amorim chamou de oportunistas os críticos e, destemperado, respondeu aos jornalistas: "O que vocês querem que eu faça, que eu invada a Bolívia e obrigue a eles a botarem no preço o preço que eu desejo?"

Justificativa

Inseguro a respeito de que posição tomar diante das cobranças e contornando um discurso mais duro, o presidente justificou: "Estou há três anos no governo e não consegui brigar com o (George W.) Bush (presidente dos EUA), que é aquela potência. Por que vou brigar com a Bolívia? Não tem sentido." Sobre a invasão, por tropas do exército, das refinarias da Petrobras na Bolívia, a reação foi tímida e limitada a uma conversa com Evo Morales. Conforme contou o próprio Lula, ele teria dito ao presidente boliviano: "Não precisa o exército cercar a Petrobras porque nós temos endereço fixo, temos residência fixa". Ele negou também que tenha sido surpreendido pela decisão do "amigo" boliviano, apesar de, no dia seguinte ao anúncio do decreto de nacionalização, ter convocado uma reunião de emergência com seus ministros. E articulado encontro não previsto com os colegas argentino, Nestor Kirchner, e venezuelano, Hugo Chávez, para discutir a questão com Morales. "Não é nenhuma novidade o que aconteceu na Bolívia. Não tinha ninguém inocente. Todo mundo sabia que tinha uma lei que exigia que houvesse a estatização", afirmou Lula em Minas.

O AFETIVO

Tem gente que acha que ser duro resolve o problema. Às vezes, acho que ser carinhoso resolve melhor.

O PACIFISTA

Estou há três anos no governo e não consegui brigar com o Bush, que é aquela potência. Por que vou brigar com a Bolívia?

O AMIGO DAS ONÇAS

Eles precisam de ajuda e não de arrogância.

O BANDIDO

Não precisa o Exército cercar a Petrobras porque nós temos residência fixa.

O INVASOR

Não pensem que vou fazer com a Bolívia o que os americanos fizeram com o Iraque.

O MILIONÁRIO

Somos um país rico perto da Bolívia.

AMORIM DIZ QUE HÁ LIMITE PARA ALTA DO GÁS

Em mais uma demonstração da falta de coordenação do governo brasileiro, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciava que a Petrobras iria arcar com o aumento de preço do gás sozinha, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmava que há limite para o reajuste. "Vamos defender, sim, o interesse da Petrobras. Vamos defender, sim, os interesses do consumidor brasileiro. Vamos defender, sim, o abastecimento do Brasil", afirmou Amorim.

"Se o preço chegar a um determinado nível, pode tornar-se mais interessante usar óleo combustível ou gás liquefeito de petróleo dependendo da atividade. Essas atividades têm de medir os preços que estão dispostas a pagar em função das alternativas que dispõem", argumentou. Segundo Amorim, "é óbvio" que há limite para o reajuste do preço do gás natural, dado que não se trata de uma commodity, como o petróleo. O gás boliviano, ressal-

to ele, é apenas um insumo "vendido na região para viabilizar atividades da mesma região". Caso o preço seja considerado alto demais, o Brasil buscará alternativas para substituir o produto, como óleos combustíveis e gás liquefeito de petróleo (GLP).

O ministro disse considerar que essa mensagem ficou explícita no comunicado final do encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Evo Morales, da Bolívia, Hugo Chávez, da Venezuela, e Néstor Kirchner, da Argentina, em Puerto Iguazú, quinta-feira.

Destacou ainda que a participação de Morales no encontro abriu a perspectiva de diálogo sobre os preços e que o principal benefício do encontro teria sido evitar que a crise viesse agravar a situação de abastecimento. Amorim se preocupou em rebater as críticas à posição oficial brasileira. Reiterou que a fórmula original está correta, que o governo não está "jogando para a platéia"

e que é preciso ter um "pouquinho de paciência" para compreender que a equipe de Morales está em fase de aprendizagem. "Se eu não concordasse, não poderia mais estar aqui", cusparou.

Conciliação

O chanceler chegou a mencionar que tem a absoluta certeza

de que durante a negociação, será encontrada uma fórmula capaz de atender ao interesse das empresas e dos consumidores brasileiros mas de uma "maneira que a Bolívia não se sinta espoliada, como foi no passado". Amorim disse ainda: "Temos que fazer isso (defender os interesses da Petrobras e dos consumidores brasileiros) sem usar de estridência, que só contribui para agravar a relação do Brasil com a Bolívia, para dificultar uma solução para o problema e até contribuir para a radicalização da posição da Bolívia."

Segundo o ministro, nos próximos dias uma missão de funcionários brasileiros, do governo federal e da Petrobras, vai a La Paz para dar prosseguimento às negociações. "Agora, as conversas se darão no âmbito técnico, e não diplomático", esclareceu Amorim. Ele frisou que a negociação de preço será feita entre as petrolíferas brasileira Petrobras e a boliviana YPF.

Um mensalão para a Bolívia

RIO DE JANEIRO - *Uma das manias que Lula cultivava com mais entusiasmo é a do auto-elogio. E, quando deixa de elogiar-se a si mesmo e passa a elogiar as suas realizações, lembra os governos militares, que eram pródigos em dividir a história do Brasil em antes deles e depois deles.*

Já lembrei a última prestação de contas do presidente Figueiredo, em que ele arrolou como obras suas até mesmo o Pão de Açúcar e o Corcovado. Lula ainda chegará lá, mas, na semana passada, chegou à Muralha da China.

Explico: durante o governo Médici, iniciaram uma estrada monumental, a Transamazônica. A publicidade oficial dizia que seria a maior obra da Era Moderna, tal como a Muralha da China na Antiguidade. Pela sua extensão e largura, a Transamazônica seria vista da Lua.

Semana passada, falando do gasoduto que seu governo está transando com países vizinhos, Lula disse que será uma obra igual a da Muralha da

China, certamente com a vantagem de ser vista da Lua, embora, creia eu, grande parte dela seja subterrânea. Mas nunca se sabe.

O açodamento com que ele aceitou a soberania da Bolívia em cima de uma empresa brasileira foi também exagerado. Evidente que não é caso de o Brasil imitar países colonialistas e invadir a Bolívia para garantir investimentos ameaçados pela febre nacionalista de Morales. Mas rasgar contratos internacionais, trair compromissos aceitos de parte a parte, dá direito ao prejudicado pelo menos à estranheza, à busca de uma negociação, e não ao comodismo de aceitar a soberania alheia como referência maior da questão. A Bolívia é pobre (o Brasil também é pobre), merece ser auxiliada, mas não à custa dos interesses de uma empresa de mercado, como a Petrobras.

Lula deveria chamar Delúbio Soares e Dirceu para montarem um esquema igual ao do valerioduto para ajudar os bolivianos.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Além do acaso”, de autoria do jornalista Reinaldo Azevedo, publicada pela revista **Primeira Leitura** em sua edição de maio do corrente.

A matéria comenta o lançamento do livro **Arte da Política**, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ajuda a explicar a trajetória do autor durante o período que governou o País e demonstra as imensas dificuldades enfrentadas e lições e vitórias conquistadas pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, requiero que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ALÉM do ACASO

À falta de contemporâneos que tenham coragem de fazer justiça aos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, felizmente, tem inteligência e clareza para fazê-lo. É o que se lê em *A Arte da Política: A História que Vivi*, publicado pela Civilização Brasileira (699 págs., R\$ 70). Não faltou quem apontasse mais um gesto de vaidade do presidente que pensava ser príncipe, mas que queria ser papa. Ele próprio alude, com ironia, a essa pecha que lhe foi pespegada pelo ressentimento. A *boutade* escancara um tanto de primitivismo político, da imprensa inclusive – pautada, desde a sua ascensão à Presidência, por um antiintelectualismo inédito. A inteligência era lida como agressão e até ofensa pessoal. Deu no Apedeuta.

A Arte da Política traz a sua leitura sobre os mais variados episódios de que foi protagonista, mesclando, em proporções adequadas, teoria e evento histórico, narrativa factual e ensaísmo. O subtítulo não deixa dúvida de que estamos diante de uma visão parcial e, portanto, comprometida: *A História que Vivi*. Nem sempre, ou quase nunca, a experiência pessoal serve à justiça histórica. A menos que o autor dos apontamentos domine algum instrumental

*Em A Arte da Política,
livro de Fernando
Henrique Cardoso,
virtù e fortuna se
conjugam para
explicar a trajetória
do presidente que,
a despeito do muito
que há por fazer,
fundou as bases de
um possível Brasil
contemporâneo*

Por Reinaldo Azevedo

teórico que lhe permita um rigor mínimo. É o caso.

Já à partida, FHC estabelece o par de conceitos maquiavélicos – a *virtù* e a *fortuna* – como trilhos nos quais corre a biografia de um político. Os dois conceitos definidos por Maquiavel costumam ser pau-para-toda-obra. Ou a personagem se esconde na “fortuna”, nas ocorrências que não são de sua escolha, para justificar covardias ou tragédias – no caso de

o resultado não ser muito bom; ou, então, se exaltam as qualidades pessoais do líder – quando tudo vai bem –, como se este pudesse manejar também os fios do destino, do imponderável.

O primeiro procedimento resulta em autocomplacência; o segundo, em mistificação. Em nenhum momento o dito vaidoso FHC se atribui um papel inaugural “neste país”. A política é tratada como um processo. O título que publicou em inglês, *The Accidental President of Brazil* (Presidente por Acaso) pode provocar algum ruído na equação, como se a política fosse uma loteria. Não é. Mas está longe de ser uma operação aritmética.

Ao autor de *A Arte da Política*, *virtù* e *fortuna* servem ao realismo político, o que não quer dizer rendição. Quando presidente, FHC cunhou uma expressão que deixou muita gente indignada por seu aparente paradoxo: “a utopia do possível”. Seria razoável falar de alguma outra? Com que atores políticos se planeja o impossível? A “utopia do possível” remete ao homem e suas circunstâncias e exclui a tara leninista de quebrar ovos para fazer omelete. A imagem é de Nadejda Mandesltam, mulher do poeta dissidente soviético conhecido pelo sobrenome. Ao próprio Lênin é atribuída uma frase que, se não disse, é a sua cara:

“Uma revolução sem pelotão de fuzilamento não faz sentido”.

Poucos se dão conta de que a estabilidade econômica, as reformas, as privatizações, as agências reguladoras, a Lei de Responsabilidade Fiscal – tudo, enfim, que fez com que o país não se tornasse um pária – foram conquistas do governo FHC, aquele Judas dito “neoliberal”, sempre malhado no carnaval esquerdista que o PT e o MST promoviam. Uma pequena revolução sem fuzilamentos, nem os morais. O “neoliberal” também tirou o SUS do papel, criou os programas de bolsas que Lula apenas unificou e desarmou o gatilho no campo que o MST queria vermelho de bonés e de sangue.

Mas ao PT interessava quebrar ovos e fuzilar reputações: condição da omelete lulista. Foi o que se viu ao longo de oito anos – ou quase dez, a se levar em conta o período do plano Real. O segundo governo FHC chegou ao fim, e a democracia no país, a despeito de várias crises internacionais, havia avançado – contrariando a tendência de quase toda a América Latina. Lula só pegou vento a favor. E olhem o Estado de Direito: virou caso de polícia. FHC construiu as bases do que pode vir a ser um Estado moderno. Se muito ficou pelo caminho, e estão aí a Previdência e seu rombo, é fato que aquele *turning point* manteve, ao menos, o país afinado com as tendências da economia global. Lula não mudou o essencial porque não sabia como fazê-lo e, também e felizmente, porque não podia.

O autor não dribla os temas espinhosos, como o “escândalo”, que não houve, das privatizações e o debate sobre a desvalorização tardia do real. O ex-presidente submete à apreciação o fato óbvio: havia um receio enorme de que a desvalorização trouxesse de volta a inflação e,



PRIVATIZAÇÕES

Cansei de ouvir falar em ‘vender o patrimônio público a preço de banana’, quando, na verdade, certas estatais tinham patrimônio negativo e requeriam constantes injeções de dinheiro por causa do alto endividamento e má gestão

ALIANÇAS

A grande questão é: alianças para quê? Só para se manter no poder ou para realizar os objetivos de um projeto específico e claro de governo? E com quem?

EMENDA DA REELEIÇÃO

Nunca (...) se acusou o ministro Sérgio Motta de abordar deputados ou quem quer que seja com propostas de suborno. Tudo o que existe para sustentar o envolvimento de Sérgio, um homem honrado, são alusões desconexas (...)

PRIVATIZAÇÕES DAS TELES

O Ministério Público Federal iniciou em outubro de 1998 investigação para apurar eventual uso de informações privilegiadas no episódio. Em novembro de 1999, o inquérito foi arquivado, e todos os integrantes do governo, inocentados (...) Naquele final de 1998, porém, o tema dos ‘grampos’ telefônicos tomava proporções descabidas, e começava nova e mais abjeta infâmia, o maldadado ‘Dossiê Cayman’ (...)

Trechos de *A Arte da Política*

com ela, o ciclo de indexação. Basta ler os jornais da época para saber que não se trata de autocomplacência. Muitos dos colonistas de economia, especialistas e consultores que hoje acusam a demora e o erro apoiavam a política oficial: o recrudescimento da inflação era dado como um resultado matemático. Para variar, satanizavam-se os ditos “desenvolvimentistas” de plantão.

Pior ainda: o grampo que tentou cobrir com o manto da ilegitimidade uma das privatizações mais bem-sucedidas da história do capitalismo – a das teles – havia derrubado os eventuais operadores da mudança. FHC não escreve assim, mas todo o contexto se explica: em meio à guerra, foi preciso manter a unidade pos-

sível, ou se ficaria sem padrão. Alguns críticos severos da “valorização excessiva” do real à época, notadamente os de esquerda, são os entusiasmados de agora com a... valorização excessiva do real!

Especialmente interessantes são os bastidores que levaram os petistas a redigir a *Carta ao Povo Brasileiro*. Em junho de 2002, a situação financeira havia piorado muito. E o fator Lula era peça importante da especulação. FHC chamou o PT para conversar, e começava ali, goste ou não o atual mandatário, a costurar as bases da governabilidade de seu sucessor. De certo modo, protegeu Lula do partido – ao menos no que diz respeito à economia. O ex-presidente refere-se aos mercados como “entelêquia”. O termo, em Aristóteles, designa o ato final ou perfeito. Leibniz retoma o conceito para indicar “as substâncias simples ou mônadas”, também chamadas de “autômatos incorpóreos”.

Em qualquer das duas acepções, trata-se de uma ironia. É curioso que aquele a quem os petistas tachavam de “neoliberal” dispense aos tais “mercados” uma elegante contraposição, enquanto os acusadores de antes hoje se orgulhem de seu bom comportamento... mercadista. Puderam! À beira do abismo, em 2002, o país pagava os juros reais que paga hoje, quando exporta o dobro e quando o risco país corresponde a um décimo. Isso não foi combinado na transição exemplar, que FHC detalha. É obra do governo Lula. Autômatos incorpóreos...

Diz-se por aí que política é buscar o consenso. Besteira! A política compreende justamente a administração do dissenso, entre a *virtù* e a fortuna, entre a vontade e a sorte. O ponto de equilíbrio é dado pela solidez das instituições democráticas. Com FHC, elas sempre avançaram. Com engenho e arte. Ele prepara agora um livro que seria composto de cartas a um jovem político. Que venha. O país precisa. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Heloísa Helena afirma que no PT há pessoas capazes de matar”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 9 de maio do corrente.

A matéria comenta as declarações da Senadora Heloísa Helena, que sustenta que o ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, tem razões para temer ser assassinado: “do mesmo modo que existem petistas socialistas e honestos, também há (no PT) pessoas

capazes de roubar, matar, caluniar e liquidar qualquer um que passe pela frente, ameaçando seu projeto de poder”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Heloísa Helena afirma que no PT há pessoas capazes de matar

Senadora do PSOL sustenta que ex-secretário-geral do partido tem razões para temer ser assassinado

Biaggio Talento
SALVADOR

A pré-candidata do PSOL à Presidência, senadora Heloísa Helena (AL) acha que as preocupações do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira em relação à sua segurança pessoal são pertinentes. “Do mesmo modo que existem petistas socialista e honestos, também há (*no PT*) pessoas capazes de roubar, matar, caluniar e liquidar qualquer um que passe pela frente, ameaçando seu projeto de poder”, disse ela ontem, em Salvador. “É por saber disso, muito mais do que eu, que ele (*Silvinho*) está preocupado em ser assassinado.”

Segundo ela, todo militante petista consciente sabe que Silvinho está dizendo “absolutamente a verdade” sobre o esquema de Marcos Valério. “Ele era o queridinho do PT e agora é chamado de traidor por revelar o que sabe sobre a rede de corrupção armada pela cúpula palaciana”, declarou, afirmando que seria “impossível” o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desconhecer o assunto.

Apesar das revelações de Silvinho sobre o esquema do mensalão, o PSOL mantém a posição de não se juntar aos que defendem o impeachment do presidente Lula. “Qualquer medíocre de plantão sabe que os fatos

DEFESA – Para Heloísa, “Sílvio está dizendo absolutamente a verdade”

relacionados com a ação de tentar impedir a livre atuação do Legislativo via mensalão é motivo suficiente para pedir o impedimento do presidente”, explicou Heloísa Helena. “Mas achamos que um movimento desses no último ano do governo é inútil: queremos que Lula seja julgado pelo povo.” ●

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL.Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A política externa ruiu”, de autoria da jornalista Suely Caldas, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de maio deste ano.

O artigo faz referência à condução da política externa do governo Lula, que “começou com estardalhaço e muito *marketing*”, provocando uma imensa curiosidade entre poderosos chefes de Estado. Líderes estrangeiros confiavam no talento e na liderança do presidente brasileiro.

Acontece que, com o passar dos meses, a incompetência do atual governo petista ficou à mostra. Fracassos no fechamento de negócios e acordos co-

merciais, associados às sucessivas derrotas em outros *fronts* que projetariam a liderança do Presidente Lula acabaram por mostrar a verdadeira política externa do PT. O artigo encerra com a seguinte pergunta: “O que resta do ambicioso projeto de política externa de Lula?”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	DIA/MÊS/ANO: 14 mai. 06	EDITORIA: Economia	CADERNO: B	PÁGINA: 02-8
--	-----------------------------------	------------------------------	----------------------	------------------------

A política externa ruiu

Suely Caldas*

Como tudo neste governo, a política externa de Lula começou com estardalhaço e muito *marketing*. Nordestino de origem humilde, líder operário que chegou à Presidência de um grande país, Lula atraiu enorme curiosidade entre poderosos chefes de Estado. Todos queriam conhecê-lo. Sua estreia ocorreu em janeiro de 2003, no Fórum Mundial de Davos, na Suíça, onde tentou chocar ricos e poderosos com a infeliz idéia de criar um imposto sobre o comércio de armas para arrecadar fundos e combater a fome no mundo. Obviamente, a proposta não foi levada a sério. Afinal, os três deveriam armar-se até os dentes para exterminar a fome no planeta. Vá lá, a idéia é ingênua, mas bem-intencionada, pensaram líderes estrangeiros, e continuaram confiando no talento e na liderança do presidente brasileiro.

Lula levou para o governo um

projeto pronto de política externa. O objetivo era lançar o líder máximo da parte do mundo excluída do bloco de países ricos do G-7. Uma espécie de reprise da política terceiro-mundista do ex-chanceler Saraiva Guerreiro, nos anos 1970, quando o mundo não estava globalizado. O presidente iniciou, então, uma maratona de viagens por diversos países, com foco de interesse maior na China, na Índia, em alguns da África e, logicamente, da América Latina. O discurso era organizar um novo bloco político de países que seria crescentemente fortalecido pela prioridade em suas trocas comerciais. As viagens e o presidente produziram sucesso de exposição e *marketing*, mas fracasso no fechamento de negócios e acordos comerciais. Como da globalização emergiu um mundo mais pragmático do que ideológico, China e Índia logo trataram de mostrar que sua disposição não era se fechar num bloco, mas vender seus produtos para o mundo inteiro, e países ricos sempre têm maior poder de compra. O governo decidiu, então, concentrar seu foco no comércio inter-regional da América do Sul e em fortalecer a liderança de Lula no mundo. A África foi esquecida.

Ganhar para o Brasil um as-

sento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) virou uma questão de honra. Se o chanceler Celso Amorim e o assessor especial Marco Aurélio Garcia já batiam cabeça no comando da diplomacia, nesse item o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, tomou a dianteira. Em fevereiro de 2005 Dirceu foi aos EUA para uma série de encontros com autoridades, entre elas a secretária de Estado de Bush, Condoleezza Rice. Voltou disposto a acelerar o programa nuclear brasileiro, construir mais de uma dúzia de usinas nucleares. Servisto como potência nuclear, com domínio e produção em escala do urânio enriquecido, é condição indispensável para um país integrar o Conselho de Segurança da ONU, raciocinava Dirceu. Partidária da opção por usinas hidrelétricas, a ministra Dilma Roussef bombardeou a proposta de Dirceu e o mensalão se encarregou de sepultá-la.

Em outros importantes *fronts* que projetariam a liderança do Brasil, Lula colecionou derrotas. Indicou o embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), e perdeu. Para a presidência do Banco Interamerica-

no de Desenvolvimento (BID) o economista João Sayad foi preferido, e eleito o representante da Colômbia.

De seu grandioso projeto, restou a Lula a América do Sul. Pela primeira vez desde a sua criação, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a financiar projetos em países vizinhos. Lula aproximou-se mais do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, um fanático opositor dos EUA, que costuma exigir de países amigos fidelidade ao seu ódio. Chávez tira proveito do renascimento do populismo em alguns países e rouba de Lula a liderança política na região.

Para piorar, a América do Sul é hoje um continente tenso, desorientado e em conflito. Hugo Chávez briga com Colômbia, Peru e Equador. A Argentina rivaliza com o Uruguai. E, agora, Evo Morales, da Bolívia, resolveu deflagrar guerra, talvez não contra Lula, mas contra a Petrobrás, com certeza. Com uma eleição para uma assembleia constituinte em agosto, até lá Evo Morales não dará trégua. O que resta do ambicioso projeto de política externa de Lula? ●

*Suely Caldas é jornalista
E-mail: sucaldas@estado.com.br

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “CPI intima Silvinho a depor sobre R\$1 bi no valerioduto”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo** de 9 de maio do corrente.

A matéria faz referência ao fato da Polícia Federal ser acionada pelo presidente da CPI dos bingos, para que o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira, o Silvinho, fosse localizado e assim comparecesse à CPI. A matéria das jornalistas Luciana Nunes Leal e Cida Fontes destaca também que a oposição precisou

ameaçar abrir nova comissão se os governistas tentassem impedir a ida de Silvio Pereira.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CPI intima Silvinho a depor sobre R\$ 1 bi no valerioduto

PF teve de ajudar a localizá-lo; oposição ameaça abrir nova comissão se governistas tentarem impedir sua ida

Luciana Nunes Leal
Cida Fontes

BRASÍLIA

O ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira, o Silvinho, foi localizado ontem às 16 horas pela Polícia Federal, em São Paulo, e assinou intimação para ir à CPI dos Bingos e esclarecer suas denúncias sobre o valerioduto. O depoimento foi marcado para amanhã, às 11 horas.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, publicada no domingo, ele revelou que o empresário Marcos Valério tinha planos de faturar R\$ 1 bilhão no governo Lula. E disse que cumpria ordens do presidente Lula, do ex-ministro José Dirceu, do senador Aloizio Mercadante e do ex-presidente do PT José Genoíno.

Ontem, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), pediu ajuda da PF para localizá-lo. Desde cedo, a oposição prometia levar Silvinho à CPI dos Bingos mesmo que fosse preso e ameaçava até abrir nova CPI se os governistas tentarem impedir o depoimento.

O líder do PFL no Senado, Agripino Maia (RN), disse que, se o depoimento for retardado, “não restará alternativa senão a CPI do Silvinho”. Para ele, a depender do que for dito, a oposição pode retomar o tema do impeachment do presidente Lula. “Os fatos são graves.”

Antes da intimação, Efraim garantiu que Silvinho vai depor

“sem nenhuma dúvida”. “Mandaremos a CPI trazer Silvio Pereira, mesmo preso.” A convocação foi aprovada em outubro. Silvinho não apareceu duas vezes, e a CPI desistiu de ouvi-lo.

Efraim contou que será votado também pedido de convocação de Valério. “Espero que seja aprovado por unanimidade.” Foi marcada para hoje uma reunião dos partidos de oposição.

TESE

Durante todo o dia, os governistas insistiram em que as denúncias não são assunto da CPI dos Bingos. “Se houver elementos

novos, tem de mandar para a PF, o Ministério Público, o Judiciário. Esse fato já foi investigado”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). “Fato novo para uma investigação que já se fez tem de mandar para o canal competente.” Mais tarde, Renan, cobrado por Efraim, disse que não tinha intenção de cercar a CPI.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), foi pela mesma linha, embora avisando que não tratou do caso com nenhum integrante do governo. “O foro adequado é o Ministério Público, se há fatos novos. Não vejo conexão do Silvio Pereira com a CPI. Mas pessoa que dá um espirro mal dado já é chamada na CPI dos Bingos. Não são declarações soltas que devem levar a uma convocação. O Congresso não é delegacia de polícia.”

Alíder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse que o governo Lula investigou empresas de Valério, cobrou na Justiça uma dívida de R\$ 64 milhões da agência DNA e processou o empresário. “Os interesses de Valério não foram atendidos no governo Lula”, insistiu. Acrescentou que, na entrevista ao *Globo*, o ex-petista “foi contundente em eximir o presidente Lula e categoricamente ao dizer que Valério não teve acolhida nas coisas que desejava, que foi rechaçado”.

FARSA

Já para a oposição, a situação de Lula piorou. “O presidente tem de seguir o conselho do senador Eduardo Suplicy e dar explicações no Congresso. Se não tem culpa no cartório, tem que dizer em público”, afirmou Agripino. “Silvio apontou que era cumpridor de ordens e que o comando era de Lula, Dirceu, Genoíno e Mercadante. Vai ficar todo mun-

do com cara de paisagem? Silvio desmascarou uma farsa.”

Efraim declarou que Silvinho foi “o primeiro homem do governo e do PT” a falar da ação de Valério e do presidente Lula. “O que ele disse todos nós sabemos. Mas ninguém com a intimidade que ele tinha com o governo e o PT tinha dito até agora.”

Para o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), “Silvio Pereira não contou um décimo do que sabe e deve romper a omertà (*pacto de silêncio da máfia*), em que um quadrilheiro protege outro quadrilheiro.” ●

COLABOROU VANNILDO MENDES

Valor é 'fantasia', diz advogado

...O advogado Marcelo Leonardo, que representa Marcos Valério, disse ontem que a declaração do ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira, de que o empresário pretendia arrecadar com o PT R\$ 1 bilhão durante o governo Lula, contém uma "fantasia". "Esse número é uma fantasia. Os fatos já foram explicados nos depoimentos anteriores", afirmou.

Leonardo sugeriu que seu cliente não deverá comparecer à CPI dos Bingos, caso seja convocado. "Entendo que o assunto da entrevista já foi examinado pelas duas outras comissões (Correios e Mensalão) e atualmente está no Supremo Tribunal Federal."

Para Leonardo, a convocação é "improvável". Em entrevista à rádio CBN, o advogado disse que "ele (Valério) atende a todas as convocações, desde que sejam legais e próprias." Leonardo considera ainda que as declarações do ex-dirigente do PT não trouxeram, "essencialmente, nenhum fato novo" ao escândalo.

Ontem, por sua assessoria, Valério divulgou nota reiterando que não comentará a entrevista de Silvío. O empresário destacou que os "esclarecimentos acerca de sua relação com o PT foram prestados em mais de 50 horas de depoimentos às autoridades". ● EDUARDO KATTAN

CONTRADIÇÃO

Duas versões

O que Silvío Pereira disse à CPI dos Correios e o que falou em sua última entrevista

Na CPI-2005

Tráfego de influência

"Nunca fiz tráfego de influência nem outro tipo de tráfego. Apenas coordenei as indicações do PT para o governo. Não operava em nome do governo."

Land Rover

"Mantive contatos institucionais com ele (César Oliveira, dono da empresa GDK)."

"A GDK é uma das maiores compradoras de Land Rover no Brasil", limitou-se a dizer em seu depoimento à comissão

Marcos Valério

"As reuniões eram necessárias tendo em vista a possibilidade de o PT contratá-lo para planejamento de marketing e propaganda nas campanhas"

Na entrevista-2006

"Quando assumi os cargos, fui muito abordado. Ganhei uma dimensão que não tinha, trânsito com todo mundo. Essa gente não é fácil, tentou tudo. (...) Meu papel era convencer os ministros do PT a liberar cargos para os aliados."

"Ele (César) continuou muito próximo, gostei dele." "Como vou convencer alguém da verdade, de que aceitei o carro pra não contrariar o César?"

"Eu deixei ela (sua secretária) passar os dados e a coisa foi indo, me esqueci até. Um dia ele me entregou o carro, já com os documentos. Eu parecia criança (...) Eu errei e assumo."

"Não tem essa história de propaganda, isso é bobagem. O plano era faturar R\$ 1 bilhão. Eles iam ganhar R\$ 1 bilhão. Em quatro áreas: Banco Econômico, Banco Mercantil de Pernambuco, e Opportunity."

Outros pontos da entrevista

Fontes do mensalão

"Empresas. Muitas. Não vou falar nomes. As empresas entre si fraudam as coisas. (...) Elas se associam em consórcios, combinam como vencer (licitações)."

Malas de dinheiro

"É mentira. Não houve nenhuma mala de dinheiro. O dinheiro não passava pelo PT. Nem traficante usa mala de dinheiro."

Dirigido do PT

"Eu liquei para o Berzoini e disse a ele que gostaria muito de ser ouvido para que minhas informações ajudassem nas investigações internas. (...) Sabe qual é o problema? Nunca fui ouvido pelo PT."

Comando

"Sempre fui da organização partidária. Quem mandava? Eram Lula, Genoíno, Mercadante e Zé Dirceu. Eu não estava à altura desse time."

Saques no Rural

"Agora, da lista do Banco Rural, o Delúbio não sabia não. O que aconteceu é que o Delúbio perdeu o controle."

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O dedo de Cuba na nacionalização”, publicada pelo jornal **Correio Braziliense** de 14 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Luís Osvaldo Grossman, destaca que acordo assinado com os presidentes cubano, Fidel Castro, e venezuelano, Hugo Chávez, no dia 29 de abril, garante aumento da participação da PDVSA na Bolívia para reduzir a dependência do Brasil.

Sr. Presidente, requiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE ENERGÉTICA

Acordo assinado com o presidente cubano, Fidel Castro, e venezuelano, Hugo Chávez, no dia 29 de abril, garante aumento da participação da PDVSA na Bolívia para reduzir a dependência do Brasil

O dedo de Cuba na nacionalização

LUÍS OSVALDO GROSSMANN
DA EQUIPE DO CORREIO

São comuns as declarações de surpresa entre os países envolvidos na crise do gás natural boliviano, que além de Brasil e Bolívia trouxe para a discussão a Venezuela, que aparece cada vez mais como personagem muito interessado no desfecho da disputa. De um lado a outro, todos se dizem surpresos com ações e reações à crise disparada com a estatização da produção de gás.

Mas é, no mínimo, questionável tanta surpresa. Afinal, não é de hoje uma certa restrição boliviana à Petrobras, que desde o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se recusou a dar reajustes no preço do gás natural (ao contrário, tentou reduzi-lo) e diminuiu significativamente os investimentos na Bolívia.

Muito menos surpreendente foi a própria estatização da produção de gás natural, que passou por um plebiscito em 2004, por uma nova legislação sobre hidrocarbonetos em 2005 até, finalmente, a nacionalização este ano. O próprio Evo Morales, ainda durante a campanha eleitoral que o elegeu presidente sempre insistiu na estatização.

E tampouco deveria haver surpresa no envolvimento Venezuelano (por mais que esses se digam surpresos com a insinuação). A Venezuela não só tem todo o interesse em tomar o lugar ainda hoje ocupado pela Petrobras na Bolívia, como já está no papel um tratado que facilita, e muito, a participação da estatal venezuelana de petróleo, a PDVSA, na exploração de gás e demais recursos energéticos bolivianos.

O Brasil pode até argumentar nova surpresa, mas a verdade é que está disponível para quem quiser ler a íntegra do acordo da Alternativa Boliviana para os Povos de Nossa América, firmada entre Bolívia, Venezuela e Cuba no dia 29 de abril — coincidentemente dois dias antes do anúncio do decreto que estatizou a produção de gás no país vizinho. Uma cópia em português pode ser acessada na página do

jornal russo Pravda, no endereço: <http://port.pravda.ru/mundo/10920-bolivar-0>.

Em vários itens, os termos do acordo parecem feitos sob medida para uma substituição das atuais empresas internacionais que exploram o gás boliviano pela venezuelana PDVSA, inclusive pelo compromisso da Bolívia em contribuir para a “segurança energética dos nossos países com sua produção disponível e excedente de hidrocarbonetos”.

Mas há dois tópicos em especial. Um diz que “a Venezuela estimulará uma ampla cooperação no domínio energético e minério que incluirá: o fortalecimento institucional do Ministério de Hidrocarbonetos e Energia e do Ministério de Minas e Metalurgia da Bolívia através da assistência técnica, jurídica, a ampliação do fornecimento de cru, produtos refinados, (...) assistência técnica a Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB).

Outro, ainda mais significativo, garante isenção de impostos a empresas como a PDVSA. “A Bolívia

isentará de impostos sobre receitas a qualquer investimento estatal e de empresas mistas que se formarem entre a Bolívia e os Estados da Venezuela e Cuba”. E Cuba, como se sabe, não produz petróleo ou gás natural.

“É um tipo de acordo de preferência curioso e incomum, pois se dá com base em empresas estatais. Não será surpresa se, daqui a pouco, os termos forem mudados para permitir a instalação apenas de empresas que comecem com a letra P e terminem com DVSA”, comenta o diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE); Rafael Schechtman.

Segundo ele, há uma clara opção boliviana de reduzir sua dependência do Brasil — afinal, só a Petrobras é responsável por um quarto da riqueza gerada no país — mas isso exige que ele se aninhe em outro vizinho com tais recursos (a Bolívia é o país mais pobre da América do Sul). “Na falta das vantagens dos acordos com o Brasil, a Bolívia está se pendurando na Venezuela”, avalia o diretor da CBIE.

O ex-diretor da Agência Na-

cional do Petróleo (ANP), David Zylberstajn, também entende que esse tipo de negociação é rara. “Tanto assim que se a Petrobras se instala em qualquer país não recebe isenção nenhuma. Nem ela nem ninguém. Afinal, se a PDVSA vai para a Bolívia nessas condições, ninguém mais vai querer ir para lá, porque não haverá concorrência”, avalia.

Próprio ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Andrés Soliz Rada, anunciou o interesse em uma maior aproximação com a PDVSA e não deixou muitas dúvidas sobre a crescente influência do

presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na atual condução do país. Segundo ele, a Bolívia está disposta a abrir-se como nunca para a PDVSA e, com isso, reduzir sua dependência em relação à Petrobras. De acordo com o ministro boliviano, a PDVSA atuará em diferentes regiões do país como sócia ou gestora de plantas petroquímicas e refinarias, substituindo, assim, a Petrobras, que até o momento, é a maior empresa do setor na Bolívia.

A substituição da mão-de-

obra também faz parte dos planos do ministro. Segundo ele, a Bolívia tem interesse em formar quadros capazes de atuar nas novas instalações, por isso pretende enviar 200 jovens bolivianos para um treinamento específico em Caracas. E serão técnicos da Venezuela os responsáveis pela avaliação do patrimônio das empresas nacionalizadas para efeitos de eventuais indenizações. Soliz também informou que o governo venezuelano financiará a construção de uma refinaria e construirá no país “modernos” postos de gasolina da PDVSA.

“Vamos assinar vários projetos com a Venezuela no retorno da viagem que o presidente Evo Morales está fazendo na Europa”, confirmou o ministro de Hidrocarbonetos. A previsão é de que estes acordos sejam assinados em La Paz, no próximo dia 10, com a presença de Chávez. A Bolívia passará também a importar diesel da Venezuela, como alternativa à dependência que tem hoje da Petrobras e outras transnacionais instaladas no país.

Oposição teme isolamento

LUCIANO PIRES

ENVIADO ESPECIAL

La Paz – A oposição a Evo Morales articula-se para tentar conter o surto nacionalista que toma conta da Bolívia. O temor de que o país fique isolado do resto do mundo, por causa dos desmandos do presidente boliviano, preocupa o setor produtivo, entidades civis, parte dos movimentos sociais e sindicais, mas especialmente o deputado Fernando Messmer, líder da bancada do Podemos.

No Congresso boliviano, Messmer é considerado o adversário mais duro de Morales e seu partido o ponto mais evidente. Diplomata de carreira, ele aponta falhas graves na condução dos interesses nacionais, critica a aproximação com Hugo Chávez e lança dúvidas sobre o futuro. "Isso gera desequilíbrios nas relações e nos processos de integração regional, dos quais o presidente não está se dando conta. Evo está muito entusiasmado em fazer parte do projeto continental de Chávez", afirma.

Em entrevista ao *Correio*, Fernando Messmer dispara contra o decreto que nacionalizou os hidrocarbonetos, afirma que, apesar de tudo, não fará oposição intransigente à Bolívia e não economiza nos ataques ao coca-leiro Morales.

OS PRINCIPAIS TRECHOS DA ENTREVISTA COM FERNANDO MESSMER

FUGA DE INVESTIMENTOS

Os investidores estrangeiros pensarão muito antes de investir em um país que é capaz de mudar as regras do jogo tão inesperadamente, tão drasticamente, da maneira como fez. No mundo de hoje, há somente duas classes de países: os que atraem investimentos e os que espantam investimentos. Tanta insegurança pode trazer efeitos negativos para a Bolívia no médio e longo prazo.

VENEZUELA

Infelizmente, a influência de Hugo Chávez é cada vez mais evidente. Durante a campanha eleitoral, eu adverti que o presidente da Venezuela tem um projeto continental que lamentavelmente Evo Morales está caindo de forma ingênua. Os fatos estão demonstrando que a presença de Chávez é cada vez maior em nosso país. Isso gera desequilíbrios nas relações e nos processos de integração regional, dos quais o presidente não está se dando conta. Ele está muito entusiasmado em fazer parte desse projeto continental de Chávez, mas as bases dele estão em Caracas e Havana:

ISOLAMENTO

A proximidade com a Venezuela e o decreto podem isolar a Bolívia do mundo. Há perigos de que o país se torne uma Cuba dos novos tempos. Lamentavelmente o governo tem dado maus sinais para a comunidade internacional em termos de segurança jurídica. A Venezuela não é

um país complementar à Bolívia no campo energético. É competitivo. A ingenuidade de Evo Morales me preocupa.

TELHADO DE VIDRO

Esse governo, durante a campanha, disse que havia chegado o momento da soberania, encheram a boca para falar que chegou o momento da dignidade nacional e da autodeterminação. Está comprovado hoje que jamais em toda a história da Bolívia existiu um governo tão suspeitamente preso a outro governo, neste caso com o da Venezuela.

BOLÍVIA X BRASIL

Temo que, a partir dessa experiência, das reações da Petrobras, da posição difusa do presidente Lula, a possibilidade de uma relação mais estreita com o passar do tempo, de mútua confiança, estará de alguma maneira arranhada, porque a confiança foi perdida.

EVO NO PALANQUE

A medida em que temos a possibilidade de analisar o alcance do decreto de nacionalização temos a certeza de que se trata de um ato de campanha eleitoral, e menos uma decisão de ordem econômica. Os aspectos que têm repercussão econômica estão por se resolver: o preço de exportação do gás, os volumes, como obter a maioria das ações das empresas. O decreto não dá pistas de como esses temas serão resolvidos. É um ato para ganhar tempo, pois dá 180 dias para negociar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Força reúne 1,2 milhão de pessoas e ataca Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 02 de maio do corrente.

A matéria, dos jornalistas Ricardo Brandt e Paulo Baraldi, destaca que o evento do primeiro de maio realizado em São Paulo se transformou numa grande manifestação contra o governo do Presidente Lula. A matéria traz declaração do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, que afirma que “O presidente Lula anda no mundo da lua, ou está viajando muito e não conhece a história do Brasil”.

Sr. Presidente, como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Eis o resultado da política externa de Lula”, publicada pela revista Exame em sua edição de 10 de maio do corrente.

Segundo a matéria de Sérgio Ruiz Luz e José Roberto Caetano, a crise que ameaça seriamente os negócios da Petrobras na Bolívia é somente o mais recente produto dos erros da diplomacia brasileira. A incompetência da política externa brasileira ora conduzida pelo governo petista vem produzindo uma série de fiascos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Força reúne 1,2 milhão de pessoas e ataca Lula

Evento de R\$ 2,2 milhões virou palanque para oposição e ex-aliados do governo criticarem política econômica, desemprego e prioridades do PT

**Ricardo Brandt
Paulo Baraldi**

A festa do Dia do Trabalho da Força Sindical ontem em São Paulo virou palanque para ataques ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à política econômica. Líderes sindicais e políticos da oposição usaram o evento, que custou R\$ 2,2 milhões e reuniu 1,2 milhão de pessoas na Praça Campo de Bagatelle, para dizer que não há motivos para comemoração.

“O presidente Lula anda no mundo da lua, ou está viajando muito e não conhece a história do Brasil”, atacou o presidente da Força, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, primeiro a atacar. “Os empregos criados foram de pessoas que estavam na informalidade e passaram a ter carteira assinada.”

Paulinho atacou as prioridades do PT. “O modelo de economia do governo Lula foi de agradar aos poderosos e dar esmola para os pobres. Não pode ser esse modelo de desenvolvimento que o País precisa”, afirmou o sindicalista, que é presidente estadual do PDT.

As críticas vieram também do ex-aliado de Lula Cristovam Buarque (DF), senador que hoje é um dos nomes cotados como candidato do PDT à Presidência. “Quando se com-

param as promessas de 2002 do presidente Lula com o que foi feito de lá para cá, não tem o que comemorar”, disse ele.

Outro presidenciável a subir no “palanque” para bater no governo Lula foi o presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE) – que tem conversado com o PDT sobre a possibilidade de aliança. “Mais do que nunca, é necessário lutar contra a fraude que significou o governo que se dizia dos trabalhadores e que transformou o Brasil numa república dos banqueiros”, disparou Freire.

GOVERNADOR

O governador Cláudio Lembo (PFL) fez duras críticas ao governo antes de subir ao palanque. “A realidade é muito dura, acho que no Palácio da Alvorada está tudo bem, mas na casa do trabalhador, na minha casa, as coisas estão cada vez piores”, disse. “O governo não tem dado incentivo ao trabalho, ao esforço não só dos trabalhadores como dos empresários.” No palco porém, ele se limitou a dizer uma única frase: “Paz e amor, hoje e sempre.”

O ato só não foi palanque pa-

ram que uma aliança entre as duas siglas poderia fortalecer a criação de uma candidatura que faça frente ao PT e ao PSDB.

“Queremos conversar com outros partidos, como o PPS. Mas entendemos que o PDT não pode ficar sem candidato”, disse Cristovam. Segundo ele, a construção de uma candidatura forte apoiada pelos dois partidos não representa uma terceira via, mas sim uma segunda via. “Na verdade, não é uma terceira via. Temos de procurar essa união que é a segunda via, porque o PSDB e o PT são a primeira via. Eles são iguais, não há diferença nas propostas do PT e do PSDB.”

Cristovam chegou a afirmar que está disposto a abrir mão de sua candidatura, caso o PDT concorde que o acordo com o PPS deve passar por essa decisão. “Se o PDT colocar na mesa que também abre em favor de meu nome, é um bom início de conversa”, disse Freire. “Não vamos abdicar de participar da aliança nacional, com candidato próprio ou não”, completou. ●

ra mais gente porque o povo estava mais interessado nos shows do que nos discursos. O prefeito Gilberto Kassab (PFL), foi um dos que foram vaiados quando tentaram discursar entre as apresentações. Com o forte calor e o excesso de público no local, mais de 400 pessoas chegaram a desmaiar. ●

PDT e PPS podem se aliar para ter candidatura ‘forte’

... Os presidenciáveis do PDT, senador Cristovam Buarque (DF), e do PPS, deputado Roberto Freire (PE), afinaram discurso nas comemorações do Dia do Trabalho da Força Sindical e disse-

EIS O RESULTADO DA POLÍTICA EXTERNA DE LULA

A crise que ameaça seriamente os negócios da Petrobras na Bolívia é o mais recente produto dos erros da diplomacia brasileira

Sérgio Ruiz Luz e José Roberto Caetano

NA TENTATIVA DE FUGIR DA ÓRBITA de influência das grandes nações do planeta e assumir um papel de liderança entre os países emergentes, o governo Lula vem produzindo uma série de fiascos com sua política externa. A diplomacia petista ajudou a travar as negociações da Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, reconheceu a China como economia de mercado e gastou um enorme esforço em batalhas infrutíferas, como a vã tentativa de ganhar um assento no Conselho de Segurança da ONU. Apesar desse histórico impressionante, o capítulo “Bolívia” conseguiu um

lugar de honra na antologia de erros recentes do Itamaraty. Foi um curto-circuito mais que anunciado. Durante a campanha à Presidência da Bolívia, o então candidato Evo Morales defendeu a reestatização do setor de energia — o que, logicamente, terminaria por afetar a Petrobras, a maior empresa do setor no país vizinho. Em janeiro, já empossado no cargo, Morales resolveu dirimir qualquer dúvida e voltou a reafirmar a intenção. Enquanto isso, o governo petista, fiel a suas raízes populares, estendia o tapete vermelho para o líder cocaleiro. Lula comemorou a vitória do companheiro Morales e o chan-

celer Celso Amorim chegou a sugerir a entrada da Bolívia no Mercosul.

Deu no que deu. No feriado de 1^o de maio, o presidente da Bolívia assinou um decreto nacionalizando a exploração e a comercialização de petróleo e gás no país. Tropas do Exército ocuparam 53 campos de produção, refinarias e dutos, incluindo duas unidades da Petrobras. Como condição para continuar operando no país, as companhias estrangeiras terão de, num prazo de 180 dias, entregar 50% de suas ações à estatal boliviana YPFB e pagar imposto de 82% sobre suas receitas. A medida afetou os negócios de 20 multinacionais que

operam no país, entre elas a inglesa British Petroleum e a francesa Total. Nenhuma delas, porém, pode ser equiparada à Petrobras, hoje a maior companhia privada da Bolívia e que investiu 1 bilhão de dólares nos últimos dez anos no país, boa parte desse montante na exploração de novas jazidas de gás. O evento pode ser descrito, pelo conjunto de trapalhadas, como sendo o apagão do governo Lula.

Para o diplomata Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, a gravidade da questão vai muito além da quebra de contrato entre um

governo e uma empresa, a Petrobras. De acordo com Ricupero, a ação “inopinada e unilateral” da Bolívia interfere no acordo firmado entre os dois países. A Petrobras atua, nesse contexto, apenas como um agente do Estado brasileiro. “O fornecimento de gás faz parte de um projeto maior de integração, amparado em tratado global entre Bolívia e Brasil, assinado no governo FHC”, afirma ele. “É gravíssimo o que estamos vendo. Nenhum país pode romper um tratado unilateralmente, sob risco de provocar uma crise diplomática.”

Como resposta à ação truculenta de Morales, até o fechamento desta edição, o go-

verno de Lula havia se limitado a emitir uma nota, confiando, não se sabe como a esta altura do campeonato, numa saída diplomática. Pior — a nota chega a justificar a ação do país vizinho. “A decisão do governo boliviano de nacionalizar as riquezas de seu subsolo e controlar sua industrialização, transporte e comercialização é reconhecida pelo Brasil como ato inerente à sua soberania”, afirmou o comunicado. É quase como se o problema da Petrobras — uma questão de negócios e não de política — nunca tivesse existido. No fundo, a mensagem é coerente com as trombadas do governo no episódio. Desde o ini-

cio do imbróglio, o Executivo tem sido incapaz de enxergar sinais óbvios emitidos pela Bolívia de seu plano reestatizante. Um deles foi a decisão de expulsar de seu território no final de abril a siderúrgica EBX, do empresário brasileiro Eike Batista. Sob a acusação de descumprimento de normas ambientais e de atuação em áreas proibidas, o governo de Morales chegou a insinuar que Batista poderia ser preso se não acatasse a decisão (*veja quadro na pág. 104*). Na tentativa de manter o investimento e os empregos gerados, a população da localidade onde a siderúrgica seria construída seqüestrou três ministros bolivianos, o que só contribuiu para Morales reafirmar a decisão de expulsar a EBX.

Por si só, essa seria uma atitude para colocar em estado de alerta o governo brasileiro. Não foi o que aconteceu. Dias antes de as tropas de Morales invadirem as instalações da Petrobras, o presidente da estatal, Sérgio Gabrielli, dizia que havia “perspectiva tranqüila” em relação aos investimentos da companhia no país. A comédia de erros diplomática foi coroada com a atuação do secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães. Encarregado de colocar panos quentes na crise, ele rumou para La Paz no final de abril, mas não foi atendido por Morales. Teve de se contentar com um encontro com David Choquehuanca Cespedes, ministro das

Relações Exteriores do país — mas, como se viu, a reunião foi inútil. “O governo Lula não conseguiu nada com sua política de se aliar a países em desenvolvimento”, afirma o embaixador Rubens Barbosa, presidente do conselho de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O episódio da Bolívia é um exemplo eloqüente disso. Com o decreto, Morales segue os passos do presidente Hugo Chávez, da Venezuela. Ambos rasgaram contratos do setor de energia usando um surrado discurso nacionalista. Apenas uma semana antes do decreto de Morales, o Congresso da Venezuela, composto de aliados de Chávez, anunciou que estuda um aumento nos impostos e royalties cobrados de empresas estrangeiras que exploram petróleo na bacia do rio Orinoco, a mais valiosa reserva do país. A medida deverá acertar em cheio as americanas Exxon Mobil e ConocoPhillips e a francesa Total, que já investiram bilhões de dólares na região. As novas medidas deverão aumentar os royalties de 16,7% para 30% e os impostos, de 34% para 50%.

Em território boliviano, a presença da Petrobras praticamente se inviabilizou com o decreto de Morales. Executivos da estatal disseram ser impossível continuar operando com a exigência de pagar 82% de impostos. A situação chegou a um impasse. O governo boliviano não tem dinheiro para comprar a totalidade das operações da Petrobras e é improvável que Morales volte atrás em sua decisão reestatizante. Pelo menos por ora. Além do mais, a economia boliviana depende muito da venda de gás para o Brasil, assim como o Brasil é cada vez mais dependente do combustível do vizinho. A participação do gás cres-

O TAMANHO DA PETROBRAS NA BOLÍVIA

Investimentos entre 1996 e 2004	Previsão de investimentos até 2010	Participação no PIB	Arrecadação de impostos ⁽¹⁾	Reservas de gás ⁽¹⁾	Produção de gás ⁽¹⁾	Refino de petróleo
1 bilhão de dólares	5 bilhões de dólares	18%	24%	15%	22%	95%

...E A DEPENDÊNCIA BRASILEIRA DO COMBUSTÍVEL DO VIZINHO

- Metade do gás utilizado no país vem da Bolívia
- O setor industrial é o maior consumidor de gás no Brasil; com participação de 55%
- O gás já é responsável por 9% da matriz energética do Brasil (em 1998, representava 4%)

ceu de 4% para 9% na matriz energética brasileira nos últimos anos.

Enquanto a situação não se resolve, o clima dos setores industriais brasileiros que mais dependem do gás boliviano é de apreensão. Na melhor das hipóteses, os empresários contam com um substancial aumento de preços — ainda não se sabe de quanto, mas o governo boliviano começou acenando com 60% de reajuste. O cenário mais desolador é o de falta do insumo nos meses à frente. Será um problema e tanto não apenas para as indústrias, mas também para consumidores residenciais e donos de veículos movidos a gás.

A crise na Bolívia assusta porque o gás do país vizinho atende à metade do consumo no Brasil. O Sul é a região onde a

situação é mais preocupante. Nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, quase todo o gás utilizado é de origem boliviana — apenas na área industrial há 281 empresas que dependem dele para ativar fornos. O setor de cerâmica, em boa parte concentrado em Santa Catarina, já dá como certo o aumento do preço e o repasse desse custo para o consumidor final. O gás natural responde por 30% dos custos operacionais do setor. “O gás já teve aumento de 15% neste ano e um novo reajuste é inevitável, o que seguramente terá efeitos na demanda, além de levar à perda de competitividade internacional”, diz Adriano Lima, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento (Anfacer).

cujos associados têm 95% de sua operação industrial alimentada por gás natural. Segundo ele, os empresários do setor se sentem ludibriados. “Fomos praticamente induzidos pelo governo nos últimos anos a usar o gás, em razão do excesso de oferta que existia”, diz Lima.

Para os grandes consumidores de energia, como Vale do Rio Doce, Votorantim e Braskem, a ação do governo boliviano traz preocupação em relação à credibilidade do setor de gás natural no Brasil. “O que o presidente da Bolívia fez aumenta o temor de que ele possa fazer mais”, diz Eduardo Spalding, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia. A entidade coordena um grupo formado por outras associações patronais cujos

membros consomem 82% do gás importado da Bolívia. Das empresas que usam o gás como combustível, apenas 40% podem transformar suas operações em bi-combustíveis, ou seja, capazes de usar também outros insumos, como o óleo diesel. "Isso significa que boa parte das companhias continuará dependente do gás natural como matéria-prima ou fonte de energia, e a instabilidade do fornecimento se transforma em um risco permanente", diz Spalding.

A notícia do rompimento de contratos da indústria boliviana de hidrocarbonetos já afetou o humor de investidores de fora da América do Sul. Para esses especialis-

tas, o episódio confirma a fama da região de terreno inóspito para fazer negócios. "O gesto de Morales demonstra fragilidade institucional e falta de previsibilidade política, dois aspectos que afugentam o capital", afirmou a EXAME Lisa Schineller, diretora para a América Latina da agência de classificação de risco Standard &

"Espero que o governo nos ajude a sair de lá"

Além de interromper investimento, a EBX pode perder equipamentos

Eike Batista, dono do grupo EBX, está às voltas com a decisão do governo Evo Morales de expulsar sua empresa da Bolívia e confiscar os ativos da siderúrgica que estava construindo no país. Se ocorrer o confisco, ele perderá 60 milhões de dólares.

O governo boliviano diz que a EBX foi expulsa por ter um plano ambiental ruim e estar em área proibida para estrangeiros. É verdade?

Poor's. Por enquanto, os investidores ainda colocam o Brasil no bloco de países sul-americanos com alguma estabilidade. A Bolívia, país mais pobre da região, é vista como um mercado hostil aos investidores, devido à sua alta dívida externa e histórico de desmandos. Para o mundo, para o Brasil e, provavelmente, para os próprios bolivianos, o país do *hermano* Morales transformou-se numa grande dor de cabeça. ■

Com reportagem de Angela Pimenta, Carolina Meyer, Denise Dweck, Felipe Seibel, Giuliana Napolitano, Gustavo Paul, João Paulo Gomes, Nelson Blecher e Suzana Naiditch

Não. Nosso plano ambiental respeitava o programa de uso de solo da região onde estamos instalados. Estávamos ensinando a população a fazer carvão vegetal, em vez de queimar tudo e sujar os rios. Com o reflorestamento de eucalipto queriam nos fazer, poderíamos abastecer a siderúrgica por 20 anos. Sobre estamos em área proibida, fizemos o que todo mundo faz. O problema real é que temos um sócio boliviano que é considerado o inimigo número 1 de Evo Morales. Por isso somos perseguidos.

O senhor diz que foi tratado como um ladrão. O que lhe foi dito?

Tive uma reunião com cinco ministros. Todos me acusaram de agredir a soberania boliviana. Chegaram a insinuar que chamariam o ministro da Defesa. Foi uma ameaça velada de me prender.

O senhor acha que o governo brasileiro não agiu com a firmeza necessária?

No início, o governo ficou meio perplexo, achando que não era bem assim. Mas agora ficou estampado o objetivo real da história. Acredito que, se o governo não fizer nada, outros países vão passar a mão nos ativos brasileiros na América do Sul.

Com o agravamento da crise, o senhor tem esperança de uma ajuda real do governo?

A nacionalização dos ativos da Petrobras confirmou que a Bolívia não existe estado de direito. Espero que o governo brasileiro me ajude a retirar do país meus equipamentos. Estou tentando conversar com o presidente Lula para mostrar que o que aconteceu foi totalmente arbitrário. Quero que ele me ajude a negociar um salvo-conduto, porque isso é coisa de Estado com Estado, e que mande um avião militar até lá para nos ajudar a resgatar nossos fornos.

MALU GASPAR

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a reportagem da revista **Istoé Dinheiro** intitulada “Jogo do Bilhão”, publicada na edição de 15 de maio de 2006.

A crise do governo petista tem a cada semana uma novidade. Ou melhor, um novo escândalo. Desta vez o pivô é o ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, que denunciou ao jornal **O Globo** que o publicitário

Marcos Valério pretendia arrecadar R\$1 bilhão através de esquemas de corrupção no governo.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria, que ilustra perfeitamente como funcionava o esquema criminoso, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

LEONARDO ATTUCH E GUSTAVO GANTOIS

A crise política ganhou novo gás na semana passada. Tudo porque Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, denunciou ao jornal *O Globo* que o publicitário, Marcos Valério de Souza pretendia levantar R\$ 1 bilhão em esquemas de corrupção no governo. Foi a primeira vez que um dirigente do PT apontou a meta de arrecadação. Esse dinheiro, segundo o petista, viria de quatro fontes principais: Banco Mercantil do Brasil, Banco Econômico, Opportunity e dívidas agrícolas. Na quarta-feira 10, um tanto atormentado, Silvinho depôs na CPI dos Bingos e confundiu

mais do que esclareceu. “Não sei dizer o que é verdade e o que é mentira”, afirmou. Ainda assim, **DINHEIRO** traçou um roteiro de como os personagens desse “jogo do bilhão” poderiam alcançar seus objetivos, num tabuleiro que inclui favores, achacões e pressões. **O próprio advogado Marcelo Leonardo, do publicitário Valério, não negou que seu cliente tenha tentado defender interesses empresariais junto ao governo.** “Mas ele mesmo disse que foi um péssimo lobista”, disse Marcelo Leonardo.

As principais fontes de recursos tinham a ver com o encerramento das liquidações extrajudiciais dos bancos Mercantil do Brasil, do pernambucano Armando Monteiro Filho, e Econômico, do baiano Angelo Calmon de Sá.

Foi por isso que Valério foi 17 vezes ao Banco Central, numa romaria que se iniciou três meses após a posse do governo Lula – em algumas das visitas, ele esteve até acompanhado de dirigentes do Banco Rural, interessados na compra do Mercantil. No fim do ano passado, Monteiro Filho calculava que seu banco, livre da intervenção, teria ativos de R\$ 927 milhões, que poderiam ser transferidos ao Rural. Especulou-se que, com o negócio, Valério receberia uma comissão de R\$ 200 milhões. Monteiro se defende. “Nunca pedi interferência de ninguém e sempre quis resolver meus problemas na Justiça”, disse à **DINHEIRO**. No caso do Econômico, Calmon de Sá também teria tentado levantar a intervenção em diversas ocasiões. Nessa transação,

o rumor é que Valério também ganharia cerca de R\$ 200 milhões. Os dois negócios, porém, foram barrados pelo corpo técnico do Banco Central – em especial, pelo presidente Henrique Meirelles. **A amigos, Meirelles confidenciou que foi pressionado por ninguém menos que José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, a suspender as liquidações.** “Quem pensou numa loucura dessas não sabe como funciona a diretoria do Banco Central”, diz Carlos Eduardo de Freitas, ele próprio ex-diretor do BC.

A terceira fonte de arrecadação, o Opportunity, é a que deve causar mais controvérsia. Isso porque, em vez de agir para obter favores, o PT teria atuado na linha inversa: a da extorsão para evitar embaraços. Essa acusação foi feita, durante o depoimento de Silvinho, pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que trouxe a público documentos de um processo que tramita em Nova York. A ação envolve o Opportunity, de Daniel Dantas, e o Citibank, tendo como pano de fundo a disputa pelo controle da Brasil Telecom. Num declaração do advogado Philip Korologos, que representa Verônica Dantas, irmã de Daniel, consta a denúncia de que o Opportunity teria sido perseguido pelo governo por se recu-

Silvio E DINHEIRO - 17/05/2006

R\$ 1 BILHÃO FOI A META DE ARRECAÇÃO QUE COM O DINHEIRO, PUBLICITÁRIO

sar a doar dezenas de milhões de dólares ao PT. E isso foi extraído de documentos do Citibank. **“O caso indica que o PT pode ter tentado extorquir dinheiro para não criar problemas para o Opportunity”, disse o senador Virgílio.** Ele já apresentou requerimento para que a Justiça de Nova York encaminhe à CPI todos os documentos relativos a essa ação.

Outros episódios ligados ao Opportunity reforçam a suspeita. Enquanto controlou a Brasil Telecom, Dantas contratou três advogados ligados ao

PT, ainda que indiretamente, com honorários superiores a R\$ 10 milhões. Dois deles, Antônio Carlos de Almeida Castro e Roberto Bertholdo, são amigos de José Dirceu. Um terceiro, Roberto Teixeira, é compadre do presidente Lula. A quarta fonte de arrecadação citada por Silvinho, a das dívidas agrícolas, é mais obscura. Fontes ouvidas pela DINHEIRO apontam que o foco seria a rolagem de dívidas de usineiros do Nordeste. Cabe agora à CPI comprovar ou não. [E]

Isso é DINHEIRO - 17/05/2006

TERIA SIDO TRAÇADA POR VALÉRIO E DIRIGENTES DO PT. PAGARIA EMPRÉSTIMOS FEITOS NO BMG E RURAL

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 3 de maio do corrente, intitulado “Beco sem saída”.

O artigo traz uma análise sobre o comportamento do governo do Presidente Lula frente à decisão boliviana de nacionalizar a produção de petróleo e gás no País e as conseqüências desta medida para o Brasil.

Ainda segundo o artigo, o “irrealismo nas avaliações deixou o governo brasileiro refém da Bolívia”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Beco sem saída

Anacionalização do petróleo e do gás bolivianos cria uma situação com a qual o governo Lula não contava. Tanto assim que, antes da segunda-feira, o presidente estava inteiramente alheio ao assunto. Levou um susto quando foi informado da decisão radical do governo boliviano, chefiado por seu “irmão caçula”. Já o governo da Espanha, representando os interesses da Repsol, reagiu imediatamente. A União Européia também, chamando a atenção para os riscos da insegurança jurídica, que não ajudará a Bolívia a resolver seus graves problemas econômicos e sociais.

A Petrobrás também não imaginava que o governo boliviano iria tão longe. Nos cálculos da estatal, haveria uma regulamentação da Lei de Hidrocarbonetos aprovada no ano passado, rigorosa, mas nada que não se resolvesse com uma boa negociação. Além disso, contavam – o governo e a Petrobrás – que o Brasil teria tratamento privilegiado. Afinal, fora a Petrobrás, mais que qualquer outra empresa petrolífera, que acreditara nas possibilidades da Bolívia, quando o setor foi privatizado, na década de 1990, investindo cerca de US\$ 1,5 bilhão e tornando-se a maior fonte de receitas do país. No plano político, Morales fazia declarações de amor a Lula, durante a campanha eleitoral, recebendo do Palácio do Planalto todas as deferências possíveis. Assim, por que se preocupariam com o radicalismo indigenista de Morales? Ele se voltaria contra outras empresas, outros países, não contra a Petrobrás e o Brasil.

E, quando as fatos mostraram que essa avaliação era por demais otimista, o argumento mudou de tom, mas não de essência: a Petrobrás estava a salvo de qualquer medida radical, porque os bolivianos não sabiam operar refinarias e gasodutos e, afinal, a Bolívia não teria mercado para os 27 milhões de m³ de gás que vende diariamente para o Brasil.

Esqueçiam que, dias depois da posse de Evo Morales, um acordo entre ele e o presidente venezuelano garantiu o envio de técnicos e assessores da PDVSA para auxiliar o Ministério de Hidrocarbonetos a prepa-

Irrealismo nas avaliações deixou o governo brasileiro refém da Bolívia

rar a expulsão das empresas estrangeiras do setor energético. Não havia, portanto, impedimento algum para que fosse assinado o decreto supremo, que levou o patriótico nome de “Heróis do Chaco”.

O decreto supremo determina medidas radicais. Nacionaliza o gás e o petróleo e atribui à Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB) “o exercício pleno da propriedade de todos os hidrocarbonetos produzidos no país”, dando à empresa o poder de “definir as condições, volumes e preços tanto para o mercado interno como para a exportação e a industrialização”. Dá prazo de 180 dias para que as empresas assinem contratos com as novas condições – e as que se recusarem não poderão mais operar no país. Além de o Estado assu-

mir “o controle e a direção” da produção, transporte, refino, armazenagem, distribuição, comercialização e nacionalização dos hidrocarbonetos, deixa às empresas que lá permanecerem apenas 18% do valor do que produzirem. Os restantes 82% irão para o Estado ou para a YPFB.

Esse porcentual de pagamento talvez não pague os custos de operação e de amortização dos investimentos feitos pela Petrobrás. De qualquer forma, quando essa crise se renunciou, a Petrobrás comunicou que não lhe interessava ser uma mera prestadora de serviços na Bolívia. Diante dos termos do decreto supremo, não lhe restará alternativa, a não ser transformar-se no que não queria ser – isso se quiser permanecer na Bolívia.

Vistas as coisas com realismo, depois que o governo brasileiro perdeu todas as oportunidades para demover Evo Morales da decisão de nacionalizar os recursos naturais de maneira radical – o decreto não prevê indenização para quem sair do país –, não há muito a fazer. Brasília pode esfriar as relações com a Bolívia; pode cortar todo tipo de cooperação e ajuda, inclusive nos organismos multilaterais de crédito e fomento – mas a Petrobrás terá de continuar operando na Bolívia, para garantir o fornecimento de gás. Graças ao fabuloso modelo energético da ministra Dilma Rousseff, o gás tornou-se combustível essencial para boa parte do parque industrial. E mais de metade desse gás vem da Bolívia, sem possibilidade de substituição de fornecimento a curto prazo. O Brasil tornou-se refém de várias decisões erradas – suas.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Integrante da CNBB critica Bolsa Família”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 11 de maio do corrente.

A matéria mostra que o arcebispo de Mariana e ex-presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, afirmou, com base nos dados do atual governo petista, que “os programas de transferência de renda estão atendendo a um número de beneficiários superior ao número de pobres”.

A crítica é dirigida ao cadastro do governo: “Se as famílias pobres somam 11,2 milhões e os benefícios são distribuídos para 13,4 milhões, significa que há famílias que recebem duas bolsas. É possível também, que muitas famílias não estejam recebendo as bolsas a que tem direito”.

Como segundo assunto, gostaria de manifestar a respeito das medidas emergenciais que o Governo Federal anunciou ontem para tentar diminuir o caos que atinge em cheio o nosso setor agrícola.

Não posso deixar de reconhecer o esforço do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues em socorrer os produtores rurais da crise que pesa sobre eles.

O plano safra 2006/2007 traz alívio para milhares de produtores. Principalmente para aqueles que produzem soja, algodão e arroz, que poderão renegociar suas dívidas em até 4 anos.

Logo após o anúncio do pacote federal, na noite de ontem, entrei em contato com o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás, Macel Caixeta, para saber se as medidas vieram a contento.

E pela opinião que colhi junto ao representante dos produtores goianos, posso dizer que as medidas não foram as que os agricultores esperavam.

Hoje à tarde, o presidente da Faeg e demais representantes de entidades ligadas à agricultura e agroindústria de Goiás realizam assembleia para avaliar com mais cautela este pacote de medidas.

Eles querem entender qual será o impacto para o produtor que o conjunto de soluções emergenciais poderá provocar.

Segundo Macel Caixeta, outros pontos do pacote ainda não foram esclarecidos, como a fixação de um preço mínimo para a comercialização.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar que o governo só lançou mão de um pacote de R\$60 bilhões devido à pressão exercida pelo homem do campo.

Os produtores rurais se mobilizaram e se mantiveram firmes na postura de mostrar que não se trata

apenas de um problema ligado à renda do produtor, mas de viabilidade da própria agricultura.

Há um ano e dois meses, exatamente em março de 2005, estes mesmos produtores rurais do Estado de Goiás realizaram uma grande mobilização do setor contra a política agrícola do Governo Federal.

Eles queriam mostrar que a situação se agravava e exigiam medidas mais duradouras.

As dificuldades que o setor primário enfrenta extrapolaram seus próprios limites, avançando pela nossa economia, pela área social e até mesmo pela ordem pública.

Este ano, mais uma vez, a mobilização foi intensa, e contaminou outros setores, como caminhoneiros, portuários, comércio e indústria.

Os produtores já vinham avisando que se o governo não adotasse políticas agrícolas permanentes, consistentes e de longo prazo, a situação tenderia ao caos.

A agricultura praticamente chegou ao fundo do poço.

Espero que, de agora em diante, haja maior compreensão por parte do governo de que a crise na agricultura provoca um efeito dominó na economia do País.

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo, afirmou ontem, que o pacote não foi mais abrangente devido à miopia governamental.

Concordo com o presidente da CNA.

O Governo Federal só age sob pressão. Foi necessário que houvesse protestos de norte a sul deste País para mostrar o grau de insatisfação no campo.

Mas, quero destacar que, apesar dessa crise, o Centro-Oeste ainda responde por 32,9% da produção de grãos do País, o que representa 39,8 milhões de toneladas.

E é esta força que os produtores brasileiros demonstram durante todo ano e todos os anos, apesar de o governo mostrar tamanha insensibilidade para seus problemas, que é preciso destacar sempre.

Esperemos que as autoridades federais aprendam com mais esta lição que medidas não se tomam apenas quando as situações chegam ao limite.

É preciso planejar para governar.

Obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

IGREJA

Integrante da CNBB critica Bolsa Família

D. Luciano diz que há mais beneficiados que pobres

José Maria Mayrink

ENVIADO ESPECIAL
INDAIATUBA

O arcebispo de Mariana, d. Luciano Mendes de Almeida, membro da Comissão Episcopal para o Mutirão de Superação da Miséria e da Fome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), advertiu que está na hora de o governo aperfeiçoar os programas de transferência de renda no Brasil.

“É preciso, por exemplo, criar mais empregos para quem não tem estudo, dando um passo adiante na distribuição de recursos de programas sociais de emergência, como o Bolsa Família, o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, que devem ser considerados provisórios”, disse d. Luciano, em entrevista coletiva, na Assembleia-Geral dos bispos, em Itaipava, município paulista de Indaiatuba.

O arcebispo de Mariana e ex-presidente da CNBB afirmou, com base em dados do governo analisados pelo programa Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, fundado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que os programas de transferência de renda estão atendendo a um número de beneficiários superior ao número de pobres.

“Se as famílias pobres somam 11,2 milhões e os benefícios são distribuídos para 13,4 milhões, significa que há famílias que recebem duas bolsas”, observou d. Luciano. A solução seria fazer um cadastramento dos beneficiários. É possível também, se-

gundo o arcebispo, que muitas famílias não estejam recebendo as bolsas a que teriam direito.

Esses valores se referem a cinco programas – Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Somados a mais cinco programas – Ponto de Cultura, Benefício de Prestação Continuada, Erradicação do Trabalho Infantil e Projeto Agente Jovem –, o total de famílias atendidas sobe para 17,5 milhões.

“O volume total de recursos investidos pelo governo federal ultrapassa R\$ 21,8 bilhões, uma soma fabulosa que socorre cerca de 44 milhões de brasileiros, no caso de 13,4 milhões de famílias, ou 70 milhões, no caso de 17,5 milhões de famílias”, calculou d. Luciano. São números positivos que, por isso mesmo,

têm de ser bem checados para se saber se os recursos são bem aproveitados.

D. Luciano elogiou os resultados obtidos pelo governo na proteção à vida das crianças, no período de 1985 a 2004, quando o índice de mortalidade infantil caiu de 66,5 mortos em cada 1.000 crianças para 26,6. “Nenhum país do mundo fez isso”, observou o arcebispo de Mariana, creditando boa parte do mérito à Pastoral da Criança, coordenada pela médica Zilda Arns, na CNBB, em parceria com o Ministério da Saúde.

O bispo de Jales, d. Demétrio Valentini, presidente da Caritas – programa católico de solidariedade e promoção humana, que está comemorando 50 anos no Brasil – reforçou a necessidade de a Igreja dar ênfase ao campo. ●

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC.Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Vergonha em Viena”, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 14 de maio de 2006.

“Assolada por uma onda nacionalista e populista, a América do Sul assiste ao enfraquecimento de suas instituições multilaterais. Está claro que os governos Lula e Chávez têm projetos diferentes de integração regional, e essa divisão só agrada a quem torce pela vitória do subdesenvolvimento.”

Há um retrocesso em nossa política externa. Os fiascos se repetem e constroem toda a nação. O Presidente Lula, vaidoso, é o único que não percebe.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VISÃO DO CORREIO

Vergonha em Viena

O final melancólico da 4ª Cúpula América Latina e Caribe-União Européia mostrou que o oceano de diferenças entre as duas regiões está cada vez mais turbulento. O encontro de chefes de Estado, de governo e de representantes de 58 países em Viena foi completamente dominado pelo caos político no qual a América do Sul mergulhou nas últimas semanas. Líderes das 25 nações do bloco europeu assistiram estupefatos a um lamentável festival de acusações, troca de farpas e desencontros entre os colegas latinos.

No comando da frente extremista estiveram o venezuelano Hugo Chávez, o boliviano Evo Morales e o vice-presidente cubano, Carlos Lage. Chávez escolheu como alvo o peruano Alejandro Toledo, que assinou há poucos dias um tratado de livre comércio com os Estados Unidos. Morales atacou a Petrobras ferozmente na quinta-feira, mas depois baixou o tom da retórica nacionalista e abriu caminho para o diálogo. Lage afirmou que nunca América Latina e União Européia (UE) chegarão a um acordo, pois a prioridade do Velho Continente seria a relação com os EUA.

Talvez o cubano esteja certo na previsão, mas não na explicação. Dirigentes europeus já prenunciavam o fracasso da cúpula desde o mês passado: no comércio, a arena de debates é a Rodada de Doha; e no campo político, ninguém sabe o que esperar dos sul-americanos. Como negociar com uma Comunidade Andina de Nações (CAN) que, para a Venezuela, já foi extinta? Como negociar com um Mercosul que, de uma hora para outra, pode não contar mais com Uruguai e Paraguai?

Assolada por uma onda nacionalista e populis-

ta, a América do Sul assiste ao enfraquecimento de suas instituições multilaterais. Está claro que os governos Lula e Chávez têm projetos diferentes de integração regional, e essa divisão só agrada a quem torce pela vitória do subdesenvolvimento. Em vez de progredirem no debate de temas concretos com os presidentes latino-americanos, os europeus se viram forçados a reforçar os apelos por responsabilidade e prudência aos governantes.

O retrocesso no diálogo entre os dois lados do Atlântico é nítido. As duas primeiras cúpulas América Latina e Caribe-UE, em 1999 e 2002, foram dominadas por uma expectativa de aproximação que se perdeu nas edições seguintes, em 2004 e agora em 2006. O debate travado sobre a questão dos subsídios agrícolas europeus, somado ao confuso panorama político sul-americano, impedem qualquer tentativa de aprofundamento nas relações.

Nesse cenário de instabilidade, todos saem perdendo: A retórica de Chávez e Morales é mal vista entre autoridades da UE, que buscam na cooperação com a América do Sul uma forma de limitar a influência dos EUA e, claro, garantir a segurança de seus investimentos nas antigas colônias.

Analistas políticos europeus destacaram que Lula passa por um dilema: impor seu ideal de integração sul-americana sem agravar o confronto com os presidentes da Venezuela e da Bolívia. Depois de fiascos diplomáticos como a candidatura à presidência da Organização Mundial do Comércio e a campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é um teste no qual o Itamaraty não pode falhar.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Senadores, sinto-me honrado de poder retornar a esta Casa e ter o imenso prazer de reencontrá-los.

Mas volto, Sr. Presidente, em um momento difícil para a vida política de nosso País, ao presenciar o assalto ao dinheiro público, o desvirtuamento das instituições, a fragilidade das leis e da Justiça, a inoperância dos núcleos de decisão, e a explosão do crime organizado, levando a intranqüilidade ao povo, tornando a vida do brasileiro mais difícil.

No meu caso, quis o destino que ao homem político se juntasse o homem empresário, o que me permite uma ampla visão de conjunto da realidade brasileira. E esta visão tem me preocupado grandemente.

Isso porque, enquanto são renovadas a cada dia as denúncias de corrupção, de desvio do dinheiro público e da fragilidade dos órgãos de segurança em face do crime organizado, como vimos à pouco na cidade de São Paulo, o operário teme pela manutenção de seu posto de trabalho e o homem do campo não tem meios de saldar suas dívidas com bancos que desenvolvem políticas de crédito implacáveis.

Enquanto a corrupção atinge níveis nunca antes verificados na vida política brasileira, um contingente enorme de jovens não tem acesso ao primeiro emprego.

Os empregadores estão atados a uma legislação anacrônica, sufocados por uma carga tributária perversa, e a mais das vezes impossibilitados do acesso ao crédito que somente é possível com o sacrifício inevitável de seus empreendimentos.

É tão urgente a adoção de uma visão empreendedora dos negócios brasileiros quanto é urgente que

se erradique das práticas políticas e governamentais a praga da corrupção.

Sabemos todos que mesmo as melhores leis não são barreiras quando o homem quer delinquir. Mas outros povos conseguiram, senão erradicar a corrupção, reduzi-la ao mínimo. Os acontecimentos recentes servem, ao final, para inspirar esta Casa a criar mecanismos modernos e eficazes para isso.

Mas não bastassem as agruras no campo interno, temos que enfrentar o desafio de recuperar a posição que nos é devida no âmbito das relações internacionais, e que perdemos, sem dúvida, com os acontecimentos na Bolívia.

Momentos em que todos os brasileiros esperam uma resposta mais firme das autoridades Brasileiras, autoridades de um País, em fim, com natural vocação de liderança no continente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao reasumir no Senado da República o mandato honroso que me é cometido, reafirmo o meu compromisso inarredável de defesa dos interesses, não só do meu povo capixaba, mas, republicanamente, de todos os brasileiros.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 47 minutos.)

Ata da 69ª Sessão não Deliberativa, em 29 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Alvaro Dias e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Alvaro Dias, Senadora Ideli Salvatti, venho à tribuna, mais uma vez, para falar de um tema que apaixonou todos nós, que envolve, tenho certeza, a razão e também a emoção de todo o País.

Refiro-me à Varig, Sr. Presidente. A Varig, sem sombra de dúvida, é uma empresa que leva, nas asas de cada avião, o orgulho e a esperança de todo o povo brasileiro, pela sua história, por tudo aquilo que a empresa representa não só para o Rio Grande do Sul ou para o nosso País, mas o que ela representa perante o mundo.

Esta, Sr. Presidente, é uma semana decisiva para a empresa e para a família Varig, que, de forma direta e indireta, eu diria, envolve, mais de 20 mil trabalhadores.

Amanhã, terça-feira, teremos, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a quarta reunião, para que, num esforço coletivo, nós consigamos construir uma solução, juntamente com o Governo Federal, o Governo Estadual, o juiz que trata da questão, a direção da Varig e a Empresa Alvarez & Marsal, que está administrando as propostas apresentadas. Quero destacar aqui a figura do Sr. Milton Zuanazzi, que cumpre um papel fundamental nessa mediação.

Lembro, Sr. Presidente, que seria fundamental encontrarmos, amanhã, a exemplo do que foi feito no Rio de Janeiro, uma solução para a questão do ICMS. O Governo do Rio de Janeiro, na oportunidade, em 2004, baixou um decreto que fez com que a Varig recebesse 75% do que tinha de direito quanto ao ICMS.

Quero também lembrar que está agendada para a próxima quarta-feira, dia 31 de maio, uma audiência na Corte de Nova Iorque, requerida pelas empresas de *leasing*, para julgar o pedido de arresto de aviões da companhia aérea.

Sr. Presidente, fico, neste momento, com as palavras do Presidente da companhia, que diz: “Esta é uma semana de agir, de fazer. Precisamos largar mão somente de idéias e pô-las em prática, arregaçar as mangas e pôr mãos à obra”.

Sr. Presidente, os Deputados, os Senadores, o próprio Governo, todos temos, de forma incansável, buscado alternativas capazes de solucionar a dívida da companhia, um problema de máxima urgência, porque a praia está perto, o leilão está à vista.

Participamos, Sr. Presidente, confesso que com certo entusiasmo, das audiências públicas e das reuniões de trabalho e acreditamos que existem, sim, soluções viáveis que podem ser implantadas imediatamente.

Uma medida discutida e que está com andamento positivo foi a antecipação do leilão da venda da Varig, previsto para acontecer somente em 9 de julho. As negociações estão sendo conduzidas pela direção da Varig com o juiz da 8ª Vara Empresarial. A antecipação colocaria fim a essa delonga, iniciando, aí sim, uma nova fase para a companhia.

Quando falamos em leilão, é bom que se entenda que teremos novos investimentos. Os investidores farão aquisição de parte da companhia, e, com isso, ela será viabilizada.

Destaco a participação do BNDES, disposto a construir – como disse a Ministra Dilma Rousseff – um empréstimo-ponte. Mas quero também dizer, Sr. Presidente, com base na planilha de cálculos que foi entregue a todos os Senadores, que a Varig tem a receber dos Estados algo em torno de R\$1,386 bilhão.

Os três maiores devedores são – sei que há um movimento para que se construa um entendimento, até com deságio – São Paulo, Amazonas e o meu Rio Grande do Sul. Mas percebo que há um movimento forte lá no meu Estado, por parte da Assembléia Legislativa, do próprio Governador, do Secretário Luiz Roberto Ponte e do coordenador da Bancada gaúcha, para que o Rio Grande do Sul possa participar ativamente desse entendimento.

Por isso, espero ansioso o dia de amanhã, quando, provavelmente, alguns Estados apresentarão uma

proposta de encaminhamento quanto àquilo que a Varig tem a receber. Como foi explicado pela direção da Varig e seu departamento jurídico, Sr. Presidente, são matérias transitadas em julgado. Alguns dizem que há recurso, mas há recurso porque o Supremo Tribunal Federal já mandou pagar, e, naturalmente, a Varig teve que acionar aqueles Estados que não pagaram para que o efetivo pagamento fosse feito. Então, não há dúvida: é líquido e certo que a Varig receberá o correspondente àquilo a que ela tem direito do chamado ICMS, que não lhe foi restituído ainda.

Sr. Presidente, essa empresa, que decolou, pela primeira vez, do solo gaúcho há 79 anos, voa alto e não pode aterrissar sem que continue o sonho, sonho dos milhares de aposentados e pensionistas que estão acreditando que ele continua vivo e que a Varig há de continuar voando; sonho de famílias inteiras, de pais, de filhos, de avós, de bisavós, que acreditaram e continuam acreditando na companhia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é justo que essas pessoas que contribuíram durante anos na esperança de terem não apenas trabalho, mas de terem uma aposentadoria digna e que não tiveram nenhuma responsabilidade sobre a situação atual do fundo de pensão Aerus sejam agora prejudicadas.

Li uma matéria do jornal **Valor** que diz que, se o quadro não for resolvido, se soluções urgentes não forem apontadas, esses aposentados, provavelmente, só receberão seus vencimentos até outubro.

Senadora Ideli, participei da 1ª Conferência Nacional dos Idosos e fiz uma palestra. Depois da conferência, eles vieram me visitar. Posso dizer a V. Ex^a, que é Líder do Governo, que o Presidente Lula, junto com sua esposa, D. Marisa, esteve lá um dia depois e foi aplaudido de pé durante longo período, mostrando que os idosos estão sensíveis aos argumentos. O relato que tive da presença do Presidente na Conferência foi muito bonito. Foi muito importante o Presidente ter ido lá fazer uma palestra para os idosos, contando como ele está vendo o presente e o futuro da nossa terceira idade.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Paulo Paim, se V. Ex^a me permite fazer um aparte, quero dizer que acompanhei o fato pela imprensa. As fotos demonstravam essa alegria, esse reconhecimento que o pessoal da melhor idade está tendo das políticas adotadas pelo Governo Lula. Quero deixar registrado que boa parcela dessa política se deve à aprovação do Estatuto do Idoso. Apenas aquela modificação da idade para o recebimento do benefício que os idosos têm quando não há nenhuma outra fonte de renda para a sua manutenção, aquela pequena alteração incluiu como beneficiários do salário mínimo mais de

meio milhão de pessoas. Portanto, foi uma inclusão social das mais importantes, implementada a partir da aprovação do Estatuto do Idoso, dando a essas pessoas alguma fonte de renda para poderem ter como suprir suas necessidades mais elementares. Por isso, acredito que foi um evento que teve uma repercussão muito positiva, como não poderia deixar de ser, tendo em vista que essa é uma parcela da população que cresce. Eu estava analisando na imprensa a mudança significativa do perfil do eleitorado de 1989 para o de hoje. Uma das principais mudanças é o aumento significativo do número de idosos que irá votar. Em 1989, a maior parcela de eleitores estava na faixa de até 25 anos; hoje, o maior número de eleitores está na terceira idade ou próximo a ela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Percebi lá uma vontade muito grande de, efetivamente, votarem, embora eles não sejam obrigados a votar. Foi um momento muito bonito a primeira conferência da terceira idade no País. Senti-me gratificado por estar lá conversando com homens e mulheres com história tão bonita.

Volto a falar dos idosos, aposentados e pensionistas da Varig.

Sr. Presidente, penso na centena de idosos que escrevem muito para todos nós, na esperança de que possamos contribuir com uma solução para o Aerus, o fundo dos aposentados e pensionistas da Varig. A eles, Sr. Presidente, dedico este pronunciamento, pois entendo perfeitamente a agonia e o desespero de se verem na iminência de não poderem mais sequer sonhar em envelhecer com dignidade. Essa força e essa vontade de lutar frente às dificuldades ora impostas é um exemplo que tem de ser seguido, inclusive, por todos nós e, por que não dizer, pela nossa juventude.

A Varig tem uma trajetória de lutas, de pioneirismo e de muita tenacidade, impregnada até hoje no espírito de cada um de seus funcionários, de cada um de seus aposentados, de cada um de seus pensionistas e de suas pensionistas, de cada coração brasileiro.

Adianto que os Senadores e Deputados têm avaliado a possibilidade até de termos um grande entendimento com o Executivo para autorizar as estatais – Infraero, BR Distribuidora e Banco do Brasil – a serem tolerantes e converterem os créditos que têm com a Varig em ações do Fundo de Investimento e Participação da companhia aérea.

O Senador Heráclito Fortes está cumprindo um papel importante nessa negociação, já que preside quase que uma comissão mista envolvendo quatro ou cinco comissões para tratar o tema.

Fui encarregado – e o fiz com muita satisfação – de conversar com os 27 coordenadores das Bancadas estaduais no Congresso Nacional, por telefone e *e-mail*, para que todos participem da reunião de trabalho de amanhã.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, recebemos um sinal positivo de todos os Estados. Os coordenadores de todas as Bancadas estaduais disseram que lá estarão para discutir, para debater, para dar a sua contribuição, para que efetivamente, na reunião de manhã, saíamos com uma decisão que venha a contribuir efetivamente para que a Varig volte a funcionar em condição de normalidade.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, está disposto a socorrer a empresa com o chamado empréstimo-ponte no leilão. O arrematador passará a assumir uma posição de controlador da empresa. Acreditamos que a antecipação do leilão vá ajudar a Varig a obter o retorno normal de suas atividades.

A receita do sucesso, entendo, Sr. Presidente, passará por unir o calor humano do povo brasileiro à tecnologia e aos padrões internacionais de qualidade que mantiveram e mantêm a empresa no ar e a fizeram conquistar o mundo e continuar cada vez mais viva. Enfrenta, ora sim, um mar revolto, mas, depois da tempestade, vem a bonança – e estou acreditando muito nisso.

Tenho certeza de que todo o povo gaúcho e brasileiro não de encampar essa peleia e não abandonarão a embarcação enquanto não encontrarmos um mar de calma, pois existe, nas asas dessa grande empresa, uma enorme carga simbólica, e ela não pode deixar de voar.

A Varig é ainda um gigante do setor. Suas aeronaves rasgam os céus levando em sua cauda o símbolo da primeira companhia aérea do País, orgulho de todo brasileiro e, claro, com muita força, orgulho do nosso povo gaúcho.

Volto a renovar meu apelo para que, nesta semana decisiva, tenhamos todos a necessária sensibilidade para agir de forma coerente e eficaz no sentido de trilharmos um caminho de soluções favoráveis.

Sr. Presidente, tenho participado ativamente dessa comissão mista que envolve Senadores e Deputados de todos os partidos. Para mim, é importante ver que, neste momento, a disputa político-partidária ou mesmo o horizonte eleitoral foram deixados de lado em relação à questão da Varig.

Por exemplo, o Senador Heráclito Fortes, do PFL, os Senadores Tasso Jereissati, Jefferson Péres, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi estão lá conosco, bem como Senadores e Deputados de todos os Partidos, cada um

dando a sua colaboração para um debate qualificado que aponte uma solução viável e rápida.

Se não tivermos uma solução viável e rápida nos próximos dez dias, o quadro vai se complicar. Porém, quero transmitir otimismo e segurança. Alguns podem estar pensando, ao ver e ouvir este meu pronunciamento pela TV Senado, que o número de vôos da Varig diminuiu. O número de vôos diminuiu, sim, mas aqueles que se encontram em andamento – mais de 50% estão normais – estão com total segurança. É preferível que se diminuam alguns vôos, com a segurança devida e com o nome da companhia preservado, a que se transmita uma certa insegurança.

Então, quero tranquilizar todos. A Varig está, sim, num momento difícil, mas é normal para quem atravessa, como eu dizia, uma tempestade. Estamos caminhando bem. Acho que os Estados haverão de cumprir a sua parte.

O Governo Federal e o Congresso não de cumprir sua parte. Estão também nessa grande mobilização os trabalhadores da Varig, dos mais simples aos comandantes, dos mais simples ao Presidente da companhia. Observei na última reunião a forma firme, porém tranqüila, com que o Presidente da Varig falava. Ele dizia: “Senadores e Deputados, o momento é de ação. Precisamos agir. Precisamos voar. Não podemos ficar somente a refletir”.

Por isso, entendo que a reunião de amanhã será positiva. Elogio a postura do Juiz da Vara Empresarial que antecipou o leilão mediante acordo com os maiores credores, que são, na verdade, estatais do Governo. Com isso, os acionistas poderão investir rapidamente a quantia necessária para que se volte à normalidade.

Sr. Presidente, meu pronunciamento é, de certa forma, uma homenagem aos 79 anos da Varig. Confesso, Senador Alvaro Dias, que pedi uma sessão de homenagem à Varig, mas ainda não recolhi o número necessário de assinaturas dos Srs. Senadores. Na verdade, até o fiz. Todos os Líderes assinaram o requerimento, mas guardei o documento, pois a sessão de homenagem deve ser feita depois que estivermos voando em céu de brigadeiro, para não falar só em calma, e depois que a Varig estiver voando com a maior tranqüilidade.

Gostaria de dar um depoimento. Alguns dizem que só viajam pela Varig. Não o digo. Viajo pela Gol, pela Tam, pela Varig e quero continuar viajando pelas três companhias, ou outras que vierem. No dia em que houver somente uma companhia, a situação será grave. Quem perde é o consumidor; quem perde é o transporte aéreo.

Viajo pelas companhias de acordo com a agenda que me move, mesmo quando estou a serviço do

Senado Federal. Por exemplo, em razão da Comissão Mista, estamos viajando por todo o País, e quero continuar viajando por todas as companhias.

Claro que não dá para negar que, por ser uma companhia gaúcha, tenho um carinho muito grande pela Varig. Mas não farei aqui a demagogia de dizer que só viajo pela Varig e que somente ela é importante. Todas são importantes. São tão importantes que quero que as três continuem voando.

Por isso, tenho certeza de que a Varig continuará voando e disputando mercado com outras companhias, por tudo aquilo que foi e pelo que é.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Convido V. Ex^a para assumir a Presidência, porque desejo usar da palavra depois da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Senador Paulo Paim, hoje viajei pela Varig e fui muito bem atendida. Como V. Ex^a mesmo colocou, queremos que a Varig continue atendendo à população e contribuindo com o desenvolvimento e o progresso do País.

Mas o que me traz à tribuna, no dia de hoje, é um estudo que o Banco Mundial apresentou e que está no noticiário desse final de semana. Trata-se de um estudo comparativo entre os programas de inclusão social, de distribuição de renda, que vêm sendo realizados na América Latina.

O estudo realizado pelo Banco Mundial se baseou em dados recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, além de dois relatórios produzidos pelo Banco Mundial, que colocaram o programa Bolsa Família como sendo o mais amplo e o que mais atende famílias entre os que visam a distribuição de renda em nosso Continente. A comparação foi feita entre programas desenvolvidos, além do Brasil, no Chile, na Nicarágua, em Honduras, na República Dominicana, no México e na Argentina.

Todos os programas desenvolvidos por esses países foram analisados. Os dados são de 2004, portanto, ainda anteriores a uma série de medidas adotadas em 2005 e ao longo deste ano. Inclusive temos a convicção de que os dados relativos a 2005, que deverão ser

divulgados no segundo semestre de 2006, nos trarão notícias mais alentadoras ainda do resultado do programa Bolsa Família.

O estudo mostra, de forma muito clara, que, no programa Bolsa Família – fato detectado pelo estudo do Banco Mundial e utilizando dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –, 73% dos recursos chegam efetivamente aos mais pobres. Portanto, trata-se de um exemplo bastante significativo de política focada de tal forma que os recursos sejam aplicados prioritariamente no fim, a quem o programa é destinado.

Para se ter uma idéia de quanto esse dado é relevante, no Brasil, o Bolsa Família fica com 73% dos recursos, chegando aos 20% mais pobres. No caso do Chile, apenas 58%. Observem a diferença: Brasil, com 73%; Chile, com 58%; Nicarágua, com 55%; Honduras, com 43%; República Dominicana, com 35%; México, com 32% apenas dos mais pobres recebendo os recursos do programa desenvolvido por aquele país; e Argentina, também com 32%.

Seria interessante ressaltar, além da matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, que divulga os percentuais de recursos que chegam aos mais pobres, alguns outros dados. Por exemplo, no Brasil, 73% dos recursos do Bolsa Família, Senador Paulo Paim, chegam aos 20% mais pobres da população. Só que isso significa chegar a oito milhões e setecentas mil famílias. Enquanto, no Chile, chega a 58% aos mais pobres, mas o programa Chile Solidário atende apenas 230 mil famílias. O da Nicarágua, em que 55% dos recursos chegam aos mais pobres, atende 30 mil famílias. O de Honduras, em que apenas 43% chegam aos mais pobres, atende 56 mil famílias. O da República Dominicana, em que 35% chegam aos mais pobres, atende 200 mil famílias. E o do México, que é o programa de distribuição de renda e de inclusão social mais antigo da América Latina – dez anos –, atende cinco milhões de famílias. Digamos que é um número comparativamente próximo ao de 8,7 milhões famílias que o Brasil atende. Mas, de modo diferente, um programa com 10 anos não conseguiu se aperfeiçoar a ponto de chegar a atender mais do que apenas 35% dos mais pobres.

Esse estudo nos dá uma dimensão extremamente positiva com relação ao resultado do Bolsa Família.

E gostaria, inclusive, de deixar aqui registrado que os dados, tanto do Banco Mundial quanto do IBGE, do Pnad, são de 2004. É importante ressaltar o ano porque só a partir de 2005 é que o Ministério do Desenvolvimento Social, em um trabalho muito bem desenvolvido pelo nosso Ministro Patrus Ananias, vem buscando unificar os programas, o que ainda não ti-

vemos a capacidade de concluir. Além do Bolsa-Família, que já absorve R\$5,6 bilhões, há programas como Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Cartão-Alimentação e Bolsa-Alimentação.

Não conseguimos unificar a totalidade dos programas. Alguns foram criados em 2001, outros em 2002. Portanto, não existe, ainda, um cadastro único. E, infelizmente, descobrimos situações em que muitas famílias necessitadas ainda não são atendidas pelo Bolsa-Família nem pelos demais programas. Há poucos dias, foi divulgado um trabalho a respeito de segurança alimentar, e foi constatado que existe uma parcela da população que necessita e está dentro dos critérios para receber o Bolsa-Família ou qualquer um dos outros programas; no entanto, essas pessoas não recebem qualquer tipo de benefício.

Esses dados de segurança alimentar, que na semana passada repercutiram aqui no plenário, e a eles vários Parlamentares se referiram, também são de 2004. Portanto, ainda não alcançaram a unificação e a ampliação significativa do Bolsa-Família, o que ocorreu em 2005 e continua agora, em 2006.

De qualquer forma, ficou claro no levantamento de segurança alimentar que, onde o programa de transferência de renda já havia chegado, onde as famílias já vinham recebendo, o resultado era significativamente diferente daquelas famílias que ainda não haviam tido oportunidade de estarem integradas a nenhum desses dados.

É importante lembrar também que a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (IBGE), de 2004, apresentou alguns dados extremamente significativos. Primeiro, o Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de renda, recuou de 0,554, em 2003, para 0,547, em 2004. É o menor índice de desigualdade social de renda registrado no Brasil desde 1981.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios mostrou também que a renda dos 10% mais pobres cresceu 4,1%, em 2004, comparativamente com 2003.

Ainda a participação na renda dos 50% mais pobres também cresceu: passou de 14,4% da renda para 15,2% da renda total brasileira.

Portanto, a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios, juntamente com o resultado apresentado pelo Banco Mundial em relação à política de transferência de renda, atendendo exatamente os 20% mais pobres da população, é inequivocamente uma demonstração da nossa capacidade de inverter uma lógica que, no Brasil, infelizmente, acabou se cristalizando como se verdade absoluta fosse. Refiro-me àquela história de primeiro fazer crescer o bolo para, depois, dividi-lo.

Tive oportunidade, no aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, falar da inclusão dos idosos no programa do benefício continuado e uma série de outras ampliações, que têm como objetivo implementar a distribuição da renda, ampliá-la para todos os cantos do nosso Brasil. Com isso, efetivamente, houve a derrubada desse quase dogma, segundo o qual é impossível distribuir a renda sem que haja um prévio crescimento.

A distribuição de renda efetivamente demonstrou ser alavancadora do crescimento. Portanto, as políticas corretas adotadas no Bolsa-Família, a mudança de idade para inclusão de segmentos significativos da terceira idade no programa de benefício continuado e o próprio estudo do Banco Mundial apontam para um outro programa extremamente bem focado: o da merenda escolar. Esse programa teve uma mudança significativa: em 2002, 848 milhões foram gastos com a merenda escolar e, em 2006, estamos trabalhando com praticamente o dobro do recurso.

Houve também alteração nos valores a serem transferidos para os municípios e a inclusão não só das creches que atendem crianças de 0 a 4 anos, mas também daquelas que atendem crianças de 0 a 6 anos. Os convênios das prefeituras com as entidades de assistência social fornecedoras de merenda escolar ficaram durante muitos anos sem reajuste nos governos que nos antecederam. Neste Governo, tivemos a capacidade de reajustá-los, fazendo a equivalência do valor por aluno pago para o Ensino Fundamental, de 7 a 14 anos, como também para os alunos de 0 a 6 anos.

Portanto, são medidas que efetivamente adotam a lógica de dividir para crescer a distribuição da riqueza, a inclusão social como fator do crescimento.

Sobre as reportagens que fazem a análise, destaco o nosso segundo passo, passo importante: a capacidade de integrarmos programas, além de unificá-los.

No Chile, o programa do Chile Solidário, que atende 230 mil famílias, trabalha com contratos que estabelecem objetivos. O volume reduzido de participantes daquele programa, comparativamente com as 8,7 milhões famílias atendidas pelo Bolsa-família no Brasil, permite um atendimento quase que individual às famílias neles inscritas. As famílias chilenas estabelecem, ao longo de cinco anos, uma série de objetivos a serem alcançados: alfabetização, atendimento de saúde à família, capacitação profissional, estudo. Ou seja, há uma série de políticas públicas integradas, possível no Chile, pelo reduzido número de participantes, mas nada que nos impeça, aqui no Brasil, de avançarmos.

No caso do Bolsa-Família, há programas articulados, como é o caso do Brasil Alfabetizado. Portanto, já

há uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social com o Ministério da Educação, em que as famílias atendidas pelo Bolsa-Família têm prioridade de atendimento no programa Brasil Alfabetizado, exatamente para varrer essa chaga do analfabetismo nas famílias e para que tenham condição de superá-lo.

A próxima integração é a do Ministério do Trabalho com o Ministério de Minas e Energia, por conta do Programa Luz para Todos, que vem sendo desenvolvido em várias comunidades. Infelizmente, por falta de prioridade para a superação das chagas sociais, nós temos, ainda, no Brasil, em pleno século XXI, alguns milhões de brasileiros sem acesso à energia elétrica, o que propiciaria o desenvolvimento pessoal, como a geração de renda, e resolveria questões importantes do cotidiano.

Eu tive a oportunidade de conhecer a comunidade de Kalunga, no Estado de Goiás, remanescente dos quilombos, por mais de três séculos instalados numa região que nem é tão recôndita – não é nenhum “fim de mundo”, uma vez que é razoavelmente fácil ali chegar. Mas eles tiveram acesso à luz há menos de dois anos e, com a chegada da energia elétrica, construíram uma cooperativa de produção, que propiciou renda a várias famílias.

Portanto, a integração do Ministério da Educação com programas Brasil Alfabetizado, Luz para Todos e os programas de geração de emprego e renda do Ministério do Trabalho tem como meta potencializar cada vez mais a integração desses programas.

Não chegaremos ao atendimento praticamente individualizado das famílias como ocorreu no Chile, mas nossa prioridade é a integração desses programas.

Por último, Senador Paulo Paim, resalto que, semana passada, participamos de um ato muito importante. No meu pronunciamento, tive oportunidade de dizer que talvez muitos poucos parlamentares fossem ao ato organizado por milhares de organizações não-governamentais, pessoas e instituições que trabalham na questão da garantia da segurança alimentar.

O Congresso Nacional, neste momento, está com uma dívida, porque a Câmara já votou a Lei Orgânica da Segurança Alimentar; votação muito rápida, por um acordo suprapartidário. Esta lei tramita agora aqui no Senado. Portanto, entendo que nada mais correto e justo, nós que estamos comemorando os resultados detectados pelo Banco Mundial, juntamente com o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, que darmos nossa contribuição efetiva, para uma série de políticas – que têm sido políticas do Governo Lula – possam ser transformadas, institucionalizadas como políticas do Estado brasileiro. Ou seja, que os futuros governantes deste País garantam o direito de acesso

à comida com qualidade garantida, legalmente institucionalizada como programas do Estado brasileiro.

Por isso, faço este registro da nossa participação nesse ato muito importante que se realizou aqui no auditório Petrônio Portella na quarta-feira passada. Tenho certeza absoluta de que, assim como a Câmara foi muito ágil na tramitação e na votação, teremos também essa capacidade.

Eu gostaria de encerrar a minha fala com uma frase que está na reportagem que trata da integração desses programas, em que se reconhece que não é pouca coisa termos uma focalização melhor do que qualquer outro programa de transferência de renda na América Latina. Os programas de transferência de renda são muito novos no Brasil. Entre os mais antigos, o de transferência de benefício continuado é de 1988, mas o primeiro programa, o Bolsa-Escola, é de 2001. Portanto, temos pouco tempo nesses programas de transferência de renda. E não é pouca coisa, com tão pequena experiência e acúmulo, estarmos liderando na América Latina o *ranking* dos programas de transferência de renda, com foco e atendimento efetivo àqueles que mais precisam.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Agradeço a gentileza de ter tido um pouco mais de tempo.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, a Mesa foi tão tolerante com V. Ex^a como o Senador Alvaro Dias foi comigo.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias por 15 minutos, com a devida tolerância da Mesa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Srs. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de saudar o povo colombiano pela eleição de Alvaro Uribe, reeleito Presidente da República da Colômbia por expressiva maioria de votos.

Alvaro Uribe é o primeiro Presidente em exercício a ser reeleito na Colômbia em mais de 100 anos. É claro que são muitos os desafios a serem enfrentados neste novo mandato. Duas características marcantes de Alvaro Uribe foram decisivas para a sua vitória: a autoridade moral e a capacidade de decisão. E essas são características fundamentais no Brasil de hoje. Qualquer candidato à Presidência da República tem que considerar exatamente características semelhantes a estas: autoridade moral e capacidade de decisão. Aliás, o restabelecimento da autoridade pública no nosso País

é essencial para que determinados programas possam ser enfrentados com eficiência e competência.

Nos últimos dias, discutimos muito segurança pública. O Congresso Nacional procurou apressar a elaboração de leis, aprimorando a legislação vigente; o Poder Executivo discutiu alternativas de providências, mas, sem dúvida, o essencial é o restabelecimento da autoridade. É exatamente essa característica que levou Alvaro Uribe a se reeleger Presidente da República da Colômbia. Os nossos parabéns, portanto, aos colombianos, responsáveis pelo clima pacífico que predominou durante todo o pleito. A consolidação da democracia num país que ainda enfrenta focos de guerrilha é uma vitória de todo o continente. Nós que desejamos a integração entre os povos e a consolidação do processo democrático internacionalmente devemos aplaudir o povo colombiano pelo êxito do sucesso eleitoral recentemente finalizado.

Sr. Presidente, pretendo trazer à tribuna nesta hora um tema lamentavelmente pouco debatido. E não se diga que a eclosão dos escândalos e o apagão ético nos afastou desta agenda estratégica que incluiria o debate deste tema: as tecnologias de informação e de comunicação e a economia digital. Isso diz respeito à modernização do País e, portanto, tudo aquilo que diz respeito à modernização não pode, de forma alguma, se colocar em plano secundário na agenda estratégica que um país deve instituir na busca de um futuro mais adequado.

O cenário nacional, no universo das tecnologias de informação e de comunicação, não é nada animador.

Em 2006, o Brasil caiu seis posições e ficou em 52º lugar no *ranking* que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade. Por isso, nosso País caiu também no *ranking* da competitividade.

Recentemente, discutimos aqui exatamente a queda do Brasil relativamente à competitividade, que diz respeito, evidentemente, à eficiência e à competência.

O Brasil perdeu posições pelo terceiro ano consecutivo. Em 2003, o País estava em 39º lugar. Em 2002, estava ainda mais bem posicionado, em 29º lugar, sendo que, em e-GOV, estava na honrosa 16º posição. Em e-Commerce, ocupávamos o 18º lugar. Estamos, literalmente, andando para trás. É um retrocesso em matéria de tecnologia da informação. Esses índices constaram do relatório global de tecnologia de informação elaborado anualmente, há cinco anos, pelo Fórum Econômico Mundial.

Apesar de continuar em 2º lugar na América Latina, o Brasil está cada vez mais longe do primeiro colocado da região.

O Chile mantém-se na liderança e aumenta sua vantagem sobre o Brasil em 11 posições. Agora em 23º no *ranking*, o Chile tem “uma vantagem significativa na corrida para fazer das tecnologias de informação e de comunicação em veto de crescimento”, segundo o fórum realizado na Suíça.

Na região, o México subiu cinco colocações (55º); El Salvador subiu onze (59º); a Colômbia subiu quatro (62º); a Argentina cinco (71º) e o Peru cinco (85º). Além do Brasil, a Costa Rica e a Guatemala perderam posições no *ranking*.

Ninguém em sã consciência pode negar a importância das tecnologias de ponta e, em especial, das tecnologias da informação como ferramental estratégico para o desenvolvimento de um País.

Como destaca Cid Torquato, Diretor Executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico: todos os países desenvolvidos e aqueles que realmente estão em desenvolvimento atingiram tais estágios a partir de políticas públicas e empresariais de incentivo à produção de tecnologia voltada ao progresso interno, à substituição de importações e à ocupação de espaço no “Gamão” comercial internacional.

Passando ao largo dos exemplos clássicos do chamado primeiro mundo, temos nas economias do sudoeste asiático os principais *case histories* da equação desenvolvimentista a que me referi anteriormente.

É mister destacar que os tigres asiáticos, com especial destaque para a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, Hong Kong e China, são países onde as lideranças nacionais, ainda que com diferentes doses de autoritarismo, perceberam, em passado distante, que sem tecnologia de ponta, como indústria e ferramental, é absolutamente impossível criar qualquer modelo de desenvolvimento nacional sustentado.

As referidas nações investiram e continuam investindo na produção de bens com valor tecnológico agregado, mas também, e talvez principalmente, na educação e no uso da tecnologia de forma sistemática por suas populações.

Eu gostaria de mencionar dois programas emblemáticos: o revolucionário e-Korea, e o futurístico e-GOV de Singapura. Em ambos os casos a universalização do acesso às tecnologias de informação passou a figurar no topo das políticas prioritárias de Estado, em consonância com a necessidade de transformação de suas sociedades, agrícolas e arcaicas no passado, em modernas sociedades do conhecimento.

Está mais do que evidente a urgência e a necessidade de o Brasil promover um verdadeiro choque tecnológico como estratégia e infra-estrutura indispensáveis, para garantir o rápido crescimento de seus mercados, reduzir as gritantes assimetrias sociais e

defender posições condizentes com a sua importância como nação no espaço geo-econômico global.

Muitas outras questões precisam ser debatidas.

A preocupação da sociedade quanto à crescente ocorrência de ilícitos através da Internet e redes de todos os tipos. O Parlamento precisa estar presente nesse debate. A questão da certificação digital é inadiável.

Sr. Presidente, para participar de qualquer transação ou atividade que produza, ou possa produzir, resultados ou conseqüências jurídicas, devemos tornar obrigatória a identificação inequívoca do agente, parte, e-consumidor, internauta ou usuário de Internet em geral. O anonimato da rede não pode estar a serviço de posturas delituosas. Isso tem ocorrido de forma reiterada.

Há crimes que nascem na comunicação via Internet. Por exemplo, as torcidas organizadas estabelecem confrontos, durante jogos que envolvem rivais históricos – em São Paulo, Corinthians e Palmeiras; no Rio de Janeiro, Vasco e Flamengo; em Porto Alegre, Internacional e Grêmio –, por meio da internet. Mesmo o crime organizado se utiliza dela. Não vou fazer um relato a respeito desse tema, porque ele é, sobremaneira, conhecido.

Tratando da comunicação e da informação tecnológica, é preciso convocar o Congresso Nacional à responsabilidade, para que se estabeleça uma legislação mais rigorosa, capaz de impedir os ilícitos praticados via internet ou o estímulo à prática de crimes que vêm ocorrendo, lamentavelmente, em face das facilidades oferecidas pelo anonimato possível na comunicação via Internet.

As questões relativas a governo eletrônico precisam ser tratadas como infra-estruturais e estratégicas, entre outras.

Conclusão: falta-nos uma agenda e um amplo projeto de política nacional para nossa economia digital.

Faço uso da tribuna, abordando este tema, porque os candidatos à Presidência da República estão na fase de elaboração dos seus programas de Governo. Imagino ser essa agenda estratégica essencial para quem quer governar o País, como a nossa ilustre colega Heloísa Helena, que postula também a Presidência da República.

Então, esse é um tema que diz respeito à modernidade, avanço tecnológico na área de informação e de comunicação e, sem dúvida, é uma questão essencial para avanços indispensáveis a fim de que o povo brasileiro possa exercer na sua plenitude a cidadania num país solidário, fraterno e justo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Hele-

na, oradora inscrita, por quinze minutos, com a devida tolerância que a Mesa teve com os oradores que a antecederam.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, primeiro quero agradecer a V. Ex^a a generosidade, mas vou usar menos tempo porque tenho um compromisso de trabalho.

Mas não poderia deixar de registrar aqui o meu protesto contra a posição do Governo relativa ao setor agrícola. Não é apenas mais um veto em relação ao setor agrícola; é um desrespeito ao Congresso Nacional, porque vários Parlamentares que têm trabalhado em defesa do setor agrícola abriram mão dos seus projetos, abriram mão da aprovação das suas propostas.

O Senador Alvaro Dias, eficiente relator de uma matéria de minha autoria, conversou comigo várias vezes, juntamente com o Senador Sérgio Guerra, que preside a Comissão de Agricultura. Deixamos de analisar e aprovar determinados projetos, nos quais claramente tínhamos maioria parlamentar para aprová-los, na esperança de que o Governo fosse capaz de articular uma alternativa para o setor agrícola, distanciada de qualquer farsa técnica e de qualquer vigarice política no ano eleitoral, como tem feito até agora.

Vários Parlamentares aqui – nem vale a repetição –, como o Senador César Borges, o Senador Osmar Dias, o Senador Ramez Tebet, o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Pedro Simon, eu e outros Senadores que se dedicam ao tema da agricultura, fizemos um esforço, mesmo tendo elaborado projetos à luz de discussões com os movimentos sociais, que buscam corrigir as distorções do saldo devedor do setor agrícola, repactuar a dívida, garantir novas alternativas de desenvolvimento econômico, sustentável ambientalmente, sustentável economicamente e, infelizmente o Governo, mais uma vez, apenas um veto.

Eu sei que o Governo atual imita o Governo passado e promove três anos de arrocho fiscal e um ano de libertinagem financeira de caráter meramente eleitoral. Anunciou para todo o Brasil algumas ações em relação ao setor agrícola, mas elas não atendem, Senador Paulo Paim, nem 2% dos produtores do Nordeste, pois, em razão das perdas das safras em quatro anos consecutivos, os produtores rurais nordestinos, do assentado ao agricultor familiar, ao pequeno e ao médio produtor, estão inadimplentes, e a inadimplência impede que o produtor consiga o crédito. Sem o crédito, é evidente que ele não pode plantar mais uma vez.

Quero deixar aqui o meu protesto por mais uma farsa técnica e fraude política do atual Governo em relação ao setor agrícola que estabelece a política do veto. Infelizmente, o Governo conta com a covardia

inconseqüente do Congresso Nacional, que deveria ser convocado para analisar o veto do Presidente da República, mas isso não acontece. Como o Presidente da República conta com a omissão vergonhosa do Congresso Nacional, que não analisa o seu veto, continua fazendo essa política que é um misto de farsa técnica, de fraude política, de demagogia eleitoreira, e não resolve o problema do produtor rural brasileiro, e de um modo geral e de uma forma muito especial o produtor do Nordeste. Então, o apelo que eu faço, mais uma vez, é no sentido de que seja feito, primeiro, o encontro de contas, garantir a correção das distorções do saldo devedor, viabilizar o zoneamento agrícola no Brasil. Não tem força humana capaz de justificar – porque a divina, nesta porqueira, nem quer se meter – que o Brasil, Senador Paim, um País de dimensões continentais, com um gigantesco potencial de áreas agricultáveis e recursos hídricos, tenha apenas 14% da sua área agricultável plantada, e 78% só agricultura de exportação. Que nós tenhamos agricultura de exportação, descobrindo nichos comerciais internacionais, é importante, porque significa dólar em caixa para que possamos importar o que não produzimos. Mas é inadmissível que o Governo não seja capaz de fazer o encontro de contas, corrigir as distorções do saldo devedor, repactuar a dívida, promover ações concretas para o zoneamento agrícola, para a assistência técnica, para a infra-estrutura, para que o Brasil possa, de fato, ser a grande alternativa de produção de alimentos, também, para a demanda interna no Brasil. Então, fica aqui mais uma vez o meu protesto, até porque o argumento do Governo, realmente, dá sustentação a qualquer vigarice política a mais desprezível, porque dizer que tem que vetar uma alternativa de disponibilização de crédito para quem produz neste País, quando joga mais da metade da riqueza nacional para encher a pança dos banqueiros e ousa usar como alternativa e justificativa do veto o interesse público, realmente... É por isso que o povo brasileiro detesta político! Um Presidente da República que veta uma alternativa de crédito de repactuação de dívida, de disponibilização de recursos para a agricultura brasileira, e tem a ousadia de usar o interesse público como justificativa é porque tem muita confiança de que a vigarice política ainda conseguirá ludibriar mentes e corações no processo eleitoral e contar com a covardia do Congresso Nacional em relação ao tema.

É só, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está com a palavra pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem razão a Senadora Heloísa Helena. Nesse final de semana, tive oportunidade de percorrer algumas cidades no oeste do Paraná e conversar com agricultores.

O que o Governo anuncia bombasticamente não atende a expectativa do campo, não soluciona, não estimula, não reabilita as esperanças que foram sepultadas em razão do descaso governamental nos últimos tempos, relativamente à agricultura, abandonada a sua própria sorte.

De um lado, o passivo cresceu de forma assustadora pela ausência do Governo em momentos cruciais. Quando a crise batia às portas da agricultura, o Governo não atendia ao chamamento dos produtores rurais. Com isso, aqueles que sobreviveram endividaram-se de forma perversa. Aqueles que não conseguiram sobreviver abandonaram suas terras e caminharam até a cidade. Desesperados, alguns procuraram outras regiões, outros Estados, outras cidades, na esperança de encontrar emprego. No caso do Paraná, especificamente, há até aqueles que deixaram o País. Em determinado momento, a televisão mostrava grupos se organizando para buscarem em Portugal a oportunidade de sobrevivência que não estavam encontrando em outro Estado.

A Senadora Heloísa Helena relata o drama vivido pelos agricultores do Nordeste especialmente. Mas estou trazendo o drama vivido pelos agricultores do Sul do País. Portanto, a crise é nacional. Ela se alargou como nunca antes, alcançando todas as regiões do País no interior.

Nós já alertamos que, se providências mais competentes não forem adotadas, essa crise estará batendo às portas das cidades, sobretudo no início do próximo ano, quando teremos um outro governo no País.

A herança sobrar e será esta, de verdade, uma herança maldita, porque o País vive substancialmente do campo. O nosso progresso, o nosso desenvolvimento, a balança comercial, o superávit na balança, tudo isso tem como artífice exponencial o campo, como foi a agricultura a âncora verde de sustentação do Plano Real, para que chegássemos à estabilização da nossa economia com uma moeda mais forte.

Devemos muito ao campo, devemos especialmente ao produtor brasileiro. Não há uma política de médio e longo prazo, uma política agrícola definida, com planejamento, que estabeleça o zoneamento agrícola, o crédito para plantio, para comercialização, um preço mínimo de verdade, que garanta ao produtor a certeza de que venderá pelo preço anunciado pelo Governo. Hoje, a política de preço mínimo é outra fa-

lácia. O Governo anuncia um preço que não paga; o Governo anuncia o preço mínimo, mas não assume o compromisso de cumpri-lo, ou, se assume o compromisso, desonra, porque lastimavelmente o preço mínimo não é praticado no Brasil.

É evidente que não há essa política agrícola definida. E por que não há? Não há competência no Governo? Certamente não, porque se houvesse política agrícola definida, teríamos, uma vez que os especialistas, os ruralistas, as entidades que representam o campo, constantemente apresentam sugestões de política agrícola para o País. Não há sequer necessidade de exigir de quem cobra política agrícola definida uma proposta, porque as propostas são apresentadas como rotina pelas entidades que representam a agricultura no Brasil.

E agora, quando os candidatos a Presidente da República percorrem o País, o Presidente Lula, em quatro meses, já andou o equivalente a uma volta e meia ao redor do mundo. Então, é claro que esse Presidente anda demais, anda muito mesmo! Espero que, nessas andanças de todos os candidatos, inspirados pelo ar puro do campo, seja possível discutir uma proposta de política agrícola definida para o Brasil. Mas, enquanto ela não for instituída, o Governo tem o dever de socorrer a agricultura nos momentos dramáticos da crise como a que estamos vivendo.

E não é desta forma, com esse tipo de pacote, que o Governo vai reabilitar as esperanças de prosperidade no campo. Não. Com esse tipo de pacote exclui-se a maioria dos produtores rurais, excluem-se, sobretudo, aqueles que mais necessitam, porque, quando o Governo fala em rolagem de dívida agrícola no setor bancário, esquece que boa parte dos produtores rurais deve, não aos bancos, mas aos fornecedores. Portanto, essa medida de entendimento bancário não resolve a situação grave enfrentada por produtores rurais, especialmente os pequenos e médios produtores do nosso País.

O pacote anunciado não encerra a crise; o pacote anunciado não soluciona; o anúncio do Governo não resolve. Há uma crise que se aprofunda a cada passo em função da inoperância governamental. É claro que não é só inoperância governamental. Há outros fatos: há crise, conseqüência de estiagem; frustração de safra; política cambial. Não se pode responsabilizar única e exclusivamente o Governo brasileiro e a política cambial, das distorções existentes hoje, da supervalorização do real ou dessa valorização insincera, falsa do real. Não se responsabiliza única e exclusivamente o Governo. É uma questão de conjuntura que envolve inclusive interesses externos, mas que há omissão do Governo em relação à agricultura não resta dúvida.

O Governo é, sim, omissivo e descuidado. Há um desamparo, que é visível, relativamente àquilo que é essencial, pois é um patrimônio que precisa ser preservado pelo Governo.

Um Governo que não entende a necessidade de preservar esse patrimônio que é fundamental para o nosso desenvolvimento econômico não é digno de ser Governo em tempo algum.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez faço este apelo. O Governo não resolveu, o Governo não solucionou, o Governo não reabilitou as esperanças. Mais uma vez decepcionou, frustrou. Foi isso que recolhi nesse final de semana no contato que mantive com agricultores do Paraná.

Eu gostaria, Sr. Presidente, uma vez que chegou o nosso Líder Arthur Virgílio para fazer uso da palavra, de encaminhar como lido um estudo sobre a carga tributária recorde de 2005. O Governo Lula bateu todos os recordes na cobrança de tributos no País em 2005. Em relação ao passado, nunca os tributos consumiram tantos dias de um ano civil nem representaram um valor **per capita** tão elevado. Em comparação com outros países, cobramos muito mais do que a média das economias emergentes, num patamar superior ao de países com renda semelhante à brasileira.

Este é um estudo técnico, o qual não lerei da tribuna, que analisa a carga tributária em 2005, com gráficos com arrecadação **per capita**, por exemplo. Em preços constantes de 2005, a arrecadação **per capita** em 1980 foi de R\$ 2.042,16 e saltou em 2005 para R\$ 4.160,26 por habitante.

Ou seja, mais do que dobrou no prazo de dez anos, ou pouco mais de dez anos, no prazo de quinze anos.

Portanto, não há como não ficar assustado com essa rotina de se tapar os buracos abertos pela incompetência administrativa ou pela corrupção esticando os braços longos, com a mão grande do Governo no bolso do consumidor brasileiro.

Esse é um estudo importante que certamente vai respaldar também os candidatos à Presidência da República. Ele mostra os dias de trabalho necessários para pagar impostos e essa evolução.

Em 2005, no auge da arrecadação, obrigou-se o brasileiro a trabalhar em média cerca de 142 dias do ano apenas para pagar impostos; 142 dias do ano trabalha-se para o Governo! O trabalhador trabalha apenas para pagar os impostos!

Em 1980, eram necessários apenas 89 dias. Em 1988, 82 dias. Veja a diferença!

Esse trabalho também mostra os dias necessários de trabalho para pagar impostos e contribuições

sociais. Então, aí as contribuições sociais também são pesadíssimas no Brasil.

Há aqui uma comparação de 2005 com outros anos. Há o gráfico.

Em comparação com os outros países do mundo, é evidente que o Brasil tem uma carga tributária incomparavelmente superior a praticamente todos os países do mundo. Trata-se de uma carga tributária que esmaga. Aqui há uma estatística que mostra a evolução, ano a ano, de 1980 a 2005, de quantos dias por ano o brasileiro tem que trabalhar para pagar os impostos, indo de 82 dias a 142 dias. O Governo Lula, portanto, bate recorde em matéria de arrecadação, em matéria

de esmagar o setor produtivo com impostos abusivos e de esmagar o povo brasileiro com a obrigação de pagar impostos sem poder fazê-lo.

Peço a V. Ex^a que considere este estudo como lido, registrando-o nos Anais da Casa, na esperança de que nossos candidatos a Presidente da República possam considerar este tema também como prioridade.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º do Regimento Interno)

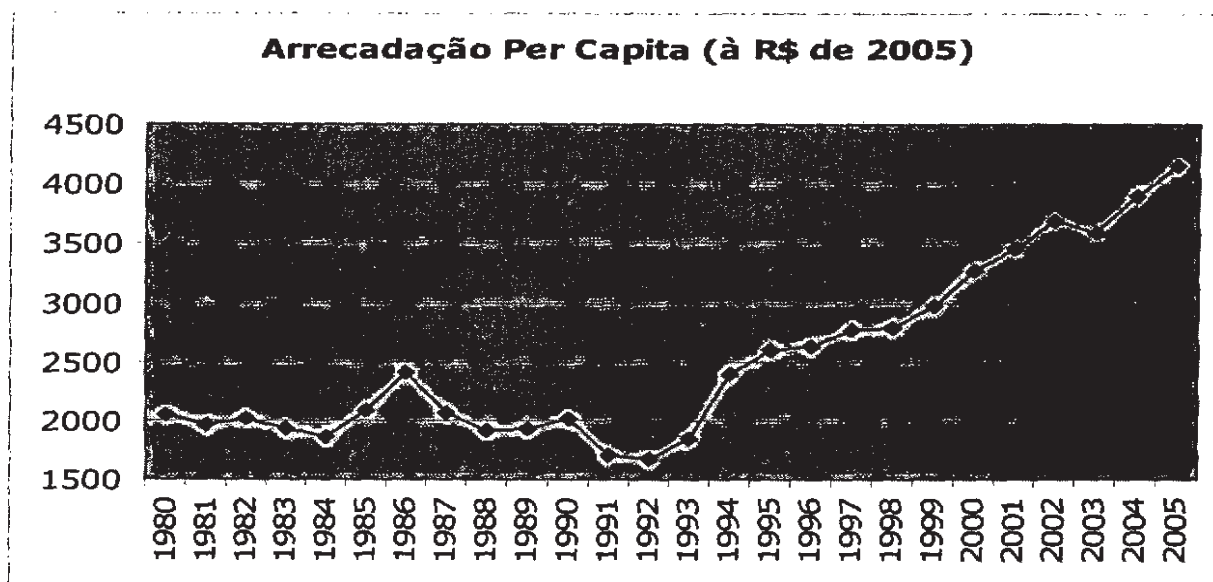
Resumo: O Governo Lula bateu todos os recordes na cobrança de tributos no País em 2005. Em relação ao passado, nunca os tributos consumiram tantos dias de um ano civil, nem representaram valor per capita tão elevado. Em comparação com outros países, cobramos muito mais do que a média das economias emergentes, num patamar superior ao de países com renda semelhante à brasileira.

CARGA TRIBUTÁRIA RECORDE EM 2005

Seguindo a seqüência de análise sobre carga tributária brasileira Esta complementa informações com novos enfoques da evolução da arrecadação tributária no Brasil. Trata-se de apresentar os mesmos dados fiscais do trabalho citado expressos de outra forma: mensurando o peso que em um ano de produção ou renda no país acaba destinado ao pagamento de tributos, mostrando ainda como esse fardo mudou nos últimos anos, bem como comparando com outros países, tanto os chamados industrializados, quanto os países em desenvolvimento, segundo critério usado pelo FMI.

Para tanto, esta nota apresenta gráficos com a evolução da arrecadação per capita no Brasil, o número de dias de trabalho necessários para pagar tais tributos aqui e em outros países, além de uma comparação internacional entre PIB per capita e carga tributária. O anexo estatístico apresenta o detalhamento dos números em tabelas.

A carga tributária brasileira apresenta uma tendência nitidamente expansionista desde a virada do século (valores atualizados pela variação do deflator implícito do PIB, das contas nacionais). Mas esse crescimento já ocorre a muito mais tempo. A arrecadação per capita tem um crescimento espantoso a partir dos anos 1980. Esta evolui sensivelmente até a metade da década, quando tem uma ligeira queda até o início dos anos 1990. A partir daí começa a escalada da arrecadação, que não interrompe a trajetória de crescimento no período compreendido entre 1992 e 2005 (com exceção do ano de 2003) como se vê a seguir:

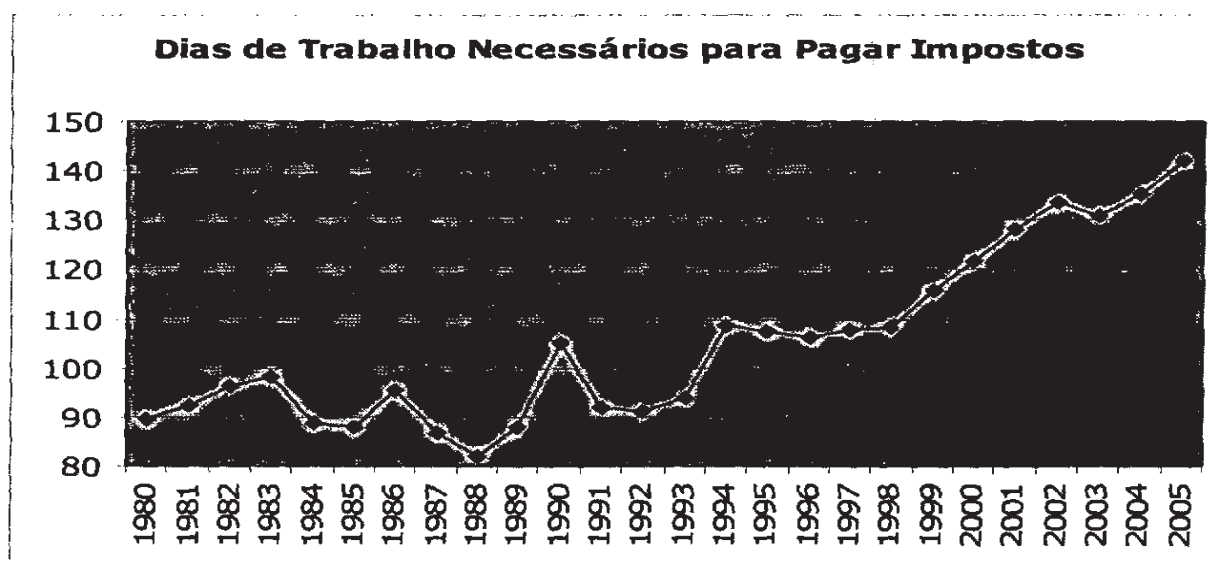


Em preços constantes de 2005, a arrecadação per capita em 1980 foi de R\$ 2.042,16 e **saltou em 2005 para R\$ 4.160,26 por habitante**, ou seja, mais que dobrou no prazo de uma geração.

Uma outra forma de ver o quanto cada brasileiro pagou em impostos durante cada ano, seria através do trabalho. Ou seja, quantos dias o brasileiro trabalha para pagar os impostos.

A evolução desde 1980 é relativamente parecida com a evolução da arrecadação per capita. Nota-se a mesma queda a partir de 1986, mas com um súbito crescimento em 1990, que não foi acompanhada por

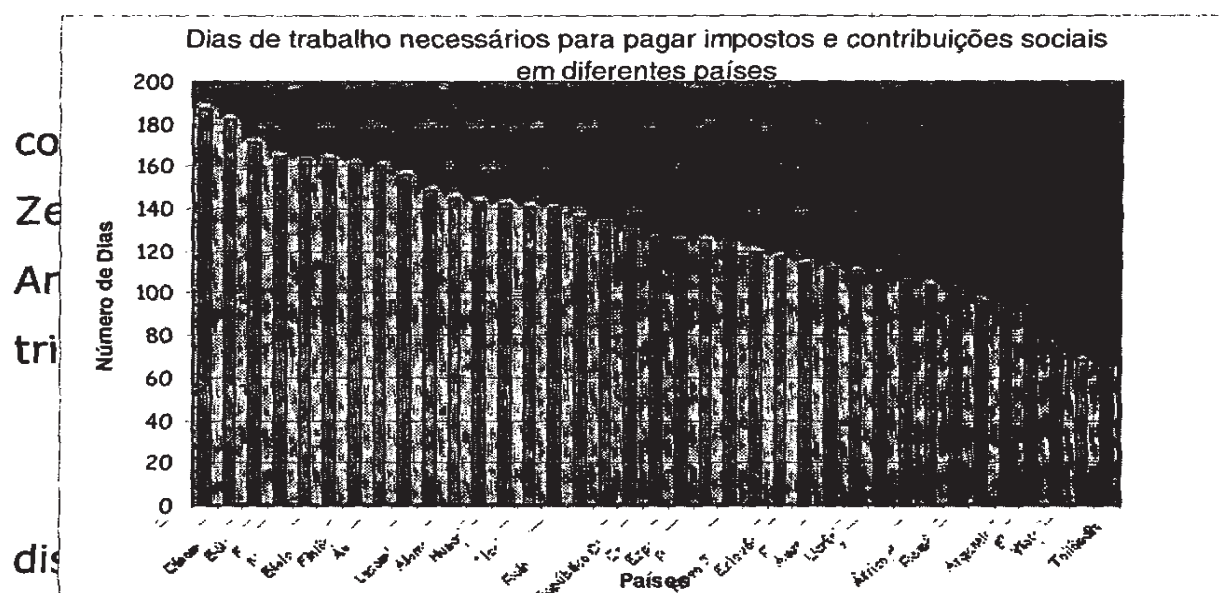
igual crescimento do produto. Os anos subseqüentes têm evolução muito parecida com a da arrecadação per capita: crescimento do número de dias de trabalho necessários para pagar impostos e contribuições desde 1992, com uma pequena quebra em 2003. Vide gráfico seguinte:



Em 2005 chega-se ao auge da arrecadação, **obrigando o brasileiro a trabalhar em média cerca de 142 dias do ano apenas para pagar impostos**, enquanto que em 1980 eram necessários apenas 89 dias; menos ainda em 1988, 82 dias.

Este contexto de alta carga tributária coloca o Brasil numa situação ímpar em comparações

internacionais. Fica muito mais próximo de países industrializados, que chegam trabalhar mais da metade do ano para pagar impostos, do que das economias emergentes. Por exemplo, na Suécia, em 2003, foram necessários 187 dias de produção para pagar seus tributos. Em contraposição, países em desenvolvimento consomem bem menos dias de trabalho – por exemplo, no Peru, apenas 55 dias.

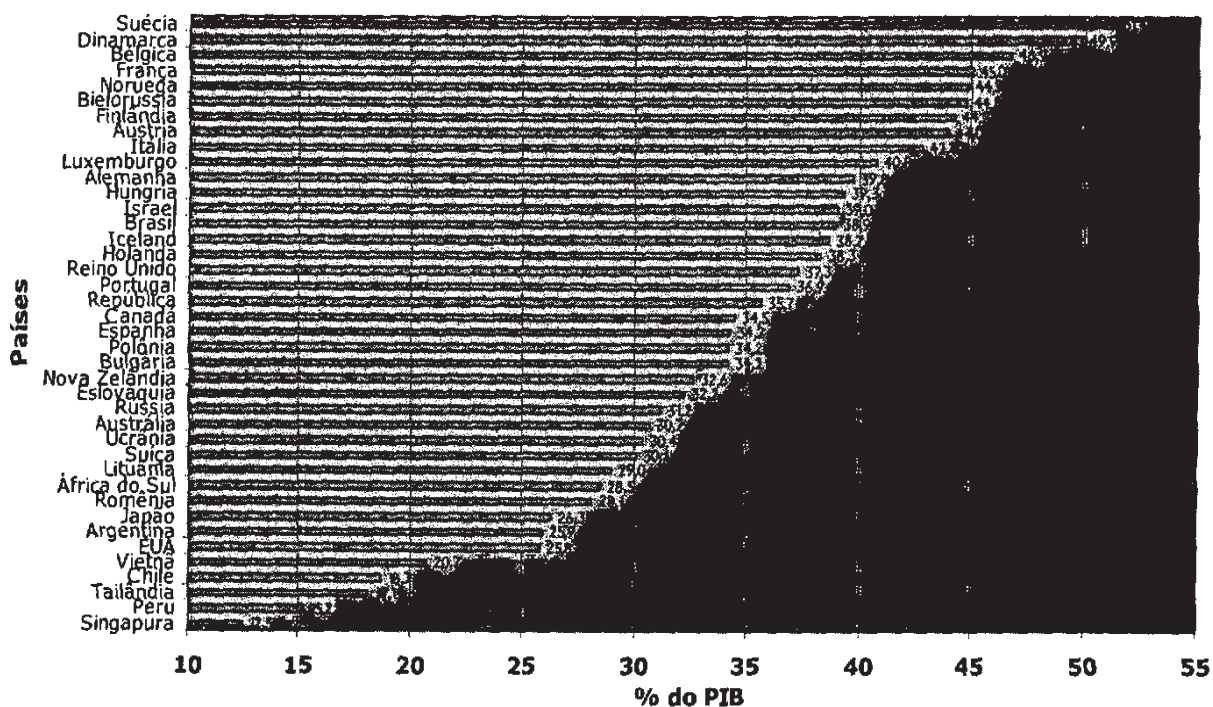


tributária global. Segundo critérios do FMI¹, podemos relacionar em ordem decrescente as cargas tributárias para países selecionados. A composição desta lista é simétrica à composição da lista do número de dias de trabalho necessários para pagar impostos, sendo a

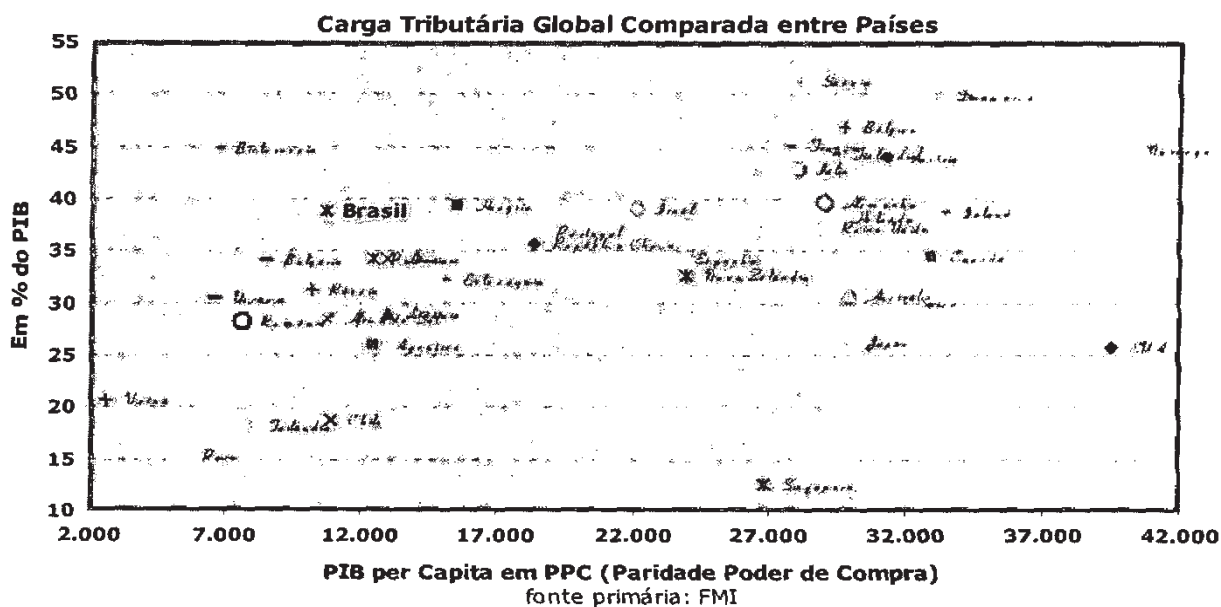
¹ Todos os dados internacionais, bem como as comparações realizadas nesta nota foram retiradas do Anuário "Government Finance Statistics" 2005, do FMI.

ordenação dos países a mesma. Assim, como antes, o Brasil aparece na frente de uma série de países industrializados, já citados previamente. Podemos ver isto no gráfico a seguir:

Carga Tributária Global Comparada - último ano disponível no Anuário FMI 2005 (tributos mais contribuições sociais)



Para podermos ter uma melhor dimensão destas comparações entre países, vamos relacionar a carga tributária global com a renda per capita para cada um dos países em um gráfico de dispersão:



O gráfico anterior relaciona a carga tributária em proporção do produto interno com o valor do produto *per capita* medidos em Paridade do Poder de Compra². É possível identificar uma tendência de que países com maior renda *per capita* tenham carga tributária relativamente menor do que os países mais ricos. Entretanto, alguns países têm uma renda per capita alta e uma carga tributária relativamente baixa, como é o caso de Singapura, Estados Unidos da América e Japão (esse grupo pode ser visto no canto inferior direito do gráfico anterior).

² A carga tributária é referente ao último ano disponível no Anuário do FMI, variando entre 2002 e 2004, dependendo do país, enquanto o PIB per capita é referente ao ano de 2004 para todos os países e pode ser obtido no seguinte link: <http://www.answers.com/topic/list-of-countries-by-gdp-ppp-per-capita>

No quesito que combina baixa renda *per capita* com alta carga tributária o Brasil ganha destaque, ao lado de antigas economias socialistas, como Bielorrússia, Ucrânia e Bulgária (esse grupo de países pode ser visto no canto superior esquerdo do gráfico acima).

Portanto, tais estatísticas permitem reafirmar que o Brasil apresenta uma das maiores cargas tributárias do mundo e que esta só cresceu nos últimos anos, principalmente no governo Lula. Os países industrializados têm cargas altas porque têm renda alta e, o principal, oferecem serviços públicos de qualidade. Esta não é a realidade do Brasil. Na década passada, o aumento da carga foi necessário para enfrentar uma sucessão de graves crises externas e para expandir programas sociais universais; neste governo do PT, é radicalmente outro o cenário externo, não demandando qualquer aumento de carga, e o gasto cresce puxado pelo custeio e com ações e serviços de duvidosa eficácia.

Já estamos perto do limite físico da tributação. A partir daí tem-se todos os incentivos para não produzir,

não consumir, não investir e sonegar tudo que for possível.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1 – Arrecadação Per Capita e Dias trabalhados para pagar impostos: 1980/2005

Ano	Arrecadação Per Capita (à R\$ de 2005)	Dias trabalhados para pagar impostos
1980	2042,16	89
1981	1957,70	92
1982	2019,93	96
1983	1936,08	98
1984	1863,74	89
1985	2082,75	88
1986	2410,57	96
1987	2073,94	87
1988	1918,54	82
1989	1920,62	88
1990	2006,58	105
1991	1697,36	92
1992	1674,16	91
1993	1844,41	94
1994	2388,15	109
1995	2594,54	107
1996	2635,23	106
1997	2761,61	108
1998	2779,70	108
1999	2981,32	116
2000	3269,69	122
2001	3460,99	128
2002	3689,97	134
2003	3593,65	131
2004	3903,14	135
2005	4160,26	142

Fonte: Carga Tributária Global no Brasil 2000/2005: cálculos revisitados

Tabela 2 – Carga Tributária, PIB Per Capita e Dias trabalhados para pagar impostos: por países³

Classificação	Países	Carga Tributária	PIB Per Capita	Dias trabalhados para pagar impostos	
Países Industriais	EUA	25,77	39.496	94	
	Canadá	34,47	32.921	126	
	Austrália	30,68	29.893	112	
	Japão	26,28	29.906	96	
	Nova Zelândia	32,64	23.943	119	
	Áustria	43,96	31.254	160	
	Bélgica	46,85	29.707	171	
	Finlândia	44,24	29.305	161	
	França	45,04	27.738	164	
	Alemanha	39,76	28.988	145	
	Itália	42,82	27.984	156	
	Luxemburgo	40,76	63.609	149	
	Holanda	38,30	29.332	140	
	Portugal	36,85	18.503	135	
	Espanha	34,23	23.627	125	
	Dinamarca	49,85	33.089	182	
	* Iceland	38,66	33.269	141	
	Noruega	44,85	40.005	164	
	Suécia	51,35	28.205	187	
	Suíça	30,09	31.690	110	
Reino Unido	37,25	28.938	136		
Países em Desenvolvimento	África do Sul	28,48	10.798	104	
	Singapura	12,49	26.799	46	
	Tailândia	18,13	7.901	66	
	Vietnã	20,72	2.570	76	
	Bielorússia	44,79	6.646	163	
	Bulgária	34,16	8.500	125	
	República Checa	35,67	18.370	130	
	Hungria	39,33	15.546	144	
	Lituânia	29,03	12.980	106	
	Polônia	34,20	12.452	125	
	Romênia	28,12	7.641	103	
	Rússia	31,22	10.179	114	
	Eslováquia	32,24	15.066	118	
	Ucrânia	30,36	6.554	111	
	Israel	38,97	22.077	142	
	Argentina	25,93	12.468	95	
	Peru	15,19	5.556	55	
	Chile	18,72	10.904	68	
		Brasil	38,94	10.685	142

³ A carga tributária é referente ao último ano disponível no Anuário do FMI, variando entre 2002 e 2004, dependendo do país, enquanto o PIB per capita é referente ao ano de 2004 para todos os países e pode ser obtido no seguinte link: <http://www.answers.com/topic/list-of-countries-by-gdp-ppp-per-capita>

Fonte: FMI e Carga Tributária Global no Brasil 2000/2005: cálculos revisitados

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Passo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Arthur Virgílio, que terá 15 minutos, com a mesma tolerância que a Mesa teve em relação aos outros oradores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, temos assessoria porque assessoria é para sugerir caminhos, preencher deficiências técnicas, participar, se o Parlamentar é democrático, da elaboração da linha que seguir.

E há momentos que temos que fazer o que precisa ser feito. Então, essa história de deixar passar porque “a repercussão não foi tão boa assim”, “não foi tão grande assim”, e “é melhor não”, esses “panos quentes” comigo nem sempre funcionam, aliás, quase nunca funcionam.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na **Veja** de ontem há uma matéria dos jornalistas Policarpo Junior e Otávio Cabral. É uma matéria que diz muitas coisas com as quais concordo e que já foram objeto de advertências minhas ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Ele, que chegou ao Governo com tanta credibilidade, procura separar o Estado do Governo! Como muito bem diz a revista, sabia fazer Célio Borja. E Márcio, de repente, talvez premido por essa crise brutal que avassalou e desmoralizou o Governo Lula, Márcio, muitas vezes, pode ter feito o papel de advogado criminalista do Governo, deixando, nesses momentos, de ser o Ministro da Justiça, aquela figura impávida, “impávido colosso”, distante, fiscalizador dos seus colegas.

A revista vai muito bem, até que estampa uma foto minha dizendo que o tucano Arthur Virgílio denunciou o achaque a Dantas – e já vou explicar. “O petista Sigmaringa Seixas (foto ao lado) levou o Ministro Márcio Thomaz Bastos ao encontro com o banqueiro e aí diz algo que justificaria uma interpelação judicial: “Ambos fazem parte de uma bancada sensível aos interesses do dono do *Opportunity*”.

O jornalista Policarpo Júnior não pode dizer; o jornalista Otávio Cabral não tem direito de dizer isso; ninguém tem direito de dizer isso impunemente a meu respeito. (*Pausa.*)

Aí, muito bem, há aqui a tentativa de envolvimento não só do Deputado Sigmaringa Seixas, que considero uma pessoa de bem, correta, como de outro eminente Deputado do PT, que igualmente eu respeito, Deputado José Eduardo Cardozo. A revista os enreda em articulações que visariam a facilitar a vida de Dantas no Governo.

Vou folheando e chego a uma declaração completamente desrespeitosa, completamente abusiva, completamente leviana, que tem que ser rechaçada por mim. É leviana em relação a mim a matéria do jornalista Policarpo Júnior e do jornalista Otávio Cabral.

Diz aqui: “Há três semanas, o senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas, denunciou a tentativa de achaque a Dantas feita por Delúbio Soares”.

Não foi isso, não, jornalista Policarpo; não foi isso, não, jornalista Otávio Cabral. Eu denunciei o achaque supostamente feito a Dantas, dito isso pela irmã de Dantas na Corte Distrital Sul de Nova Iorque, perante o Juiz Lou Scaplan – documento oficial da Corte. Eu disse isso, mas não foi Delúbio, não, jornalista Policarpo; não foi isso, não, jornalista Cabral. Eu disse que foi Lula, mais Palocci, mais José Dirceu. Foi isso que eu disse. Quem está botando panos quentes agora são os dois jornalistas. Eu, não! Jornalistas são pessoas com as quais me relaciono da maneira mais correta do mundo, mas são pessoas de carne e osso, falíveis. É terrível quando alguns se colocam na posição daqueles inatingíveis, e que julgam todo mundo e que ninguém teria condição... Não é bem assim. E comigo é mais embaixo. Não é bem assim. E comigo é mais embaixo.

Vamos lá. Então, não foi Delúbio. Já estou fazendo a primeira a correção de fundo. Eu falei que Lula foi acusado de achacar Daniel Dantas. Foi a revista que amenizou agora. “Depois de **Veja** revelar que as relações entre o banqueiro e o governo eram mais complexas, muito mais complexas, Virgílio sumiu do mapa. Por que será?”

De que mapa sumi, Senador Paulo Paim? Consulte a lista de presença em comissões, na tribuna da Casa e veja se há algum orador que ocupe a tribuna mais do que eu. Já fui até criticado na imprensa por isso. De que mapa sumi? Nos finais de semana, tenho feito campanha, postulante ao Governo do meu Estado que sou, dentro de direito que ninguém vai me negar. E, mais do que ninguém, abordei este tema à exaustão.

Fiz questão, Sr^s e Srs. Senadores, de separar, como diz o caboclo da minha terra com muita sabedoria, as farinhas: farinha branca para um lado, farinha amarela para outro. O que não quis foi assumir a segunda matéria de **Veja**, aquela que vinha com a conta de fulano, “essa pertence a beltrano”, “esta aqui é a conta do Presidente da República”. Eu não quis assumir e não tenho prova disso. Se não tenho prova, não assumo.

Se não tenho prova, não assumirei que a conta era do Senhor Presidente da República, com não sei

quantos mil euros. Como posso dizer uma coisa dessas? Posso dizer que a Sr^a Verônica Dantas declarou, na Corte Distrital Sul de Nova Iorque, que foi o grupo *Opportunity*, do Sr. Dantas, achacado por Lula, Dirceu e Palocci. Posso dizer porque reproduzo o que ela disse lá. Mas uma conta toda riscada não tenho como comprovar. Dizem que o Presidente da República tem 38 mil euros. Não tenho como afirmar. Então, não dei seqüência a isso. Não tenho obrigação de dar suíte a isso. Não o fiz. Não sou leviano, não faço acusações em falso. A primeira parte, confirmei.

Houve dois requerimentos de convocação do Sr. Dantas para a CPI. Foram todos derrotados por uma maioria ocasional que o Governo montou na hora. Um foi do Senador Romeu Tuma, que se mostrava indignado com o fato de seu nome ter sido ligado a uma dessas contas. Então, o Senador Romeu Tuma queria um esclarecimento com relação ao que, acredito, seria uma infâmia contra S. Ex^a. Eu, disse muito bem, estou insistindo na convocação de Dantas, mas não por causa dessas contas. Não posso, por enquanto, levá-las a sério. Disse ainda desta tribuna, para a imprensa e por onde passei, que aquilo me cheirava a *Dossiê Cayman*, um dossiê falso que foi montado por vigaristas contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o saudoso Mário Covas, o saudoso Sérgio Motta e o ex-Prefeito de São Paulo, José Serra. Não vou embarcar em nada parecido com *Dossiê Cayman*. Tive o cuidado de dizer que a revista, também ela, não havia assumido que aquilo era verdade. Ela apenas, de maneira ousada, havia publicado. Mas eu não podia embarcar naquela, não. Eu disse: estou convocando o Sr. Dantas por uma razão simples. Estou convocando o Sr. Dantas porque a Dona Verônica Dantas, irmã dele, disse que o Sr. Dantas havia sido achacado – não foi pelo Delúbio, não, jornalista Policarpo, nem foi pelo Delúbio, não, jornalista Otávio Cabral –, ele foi achacado por Lula da Silva, por Antônio Palocci Filho, por José Dirceu de Oliveira e Silva. Essa é a verdade!

Agora, sinceramente, Sr. Presidente, é repulsivo ter-se o trabalho que se tem aqui e encontrar-se essa mania, que, aliás, enfraquece: se a **Veja** não tivesse publicado a segunda matéria, ela estava com uma grande matéria na mão, uma bela matéria na mão. Era esmiuçar, forçando a convocação de Dantas aqui, se era verdade ou não o achaque, a extorsão praticada pelo Presidente da República, quando ainda não o era. Isso era a matéria; a das contas enfraqueceu, a meu ver.

Agora, colocar a mim como bancada de quem quer que seja não será o jornalista Cabral, não será o jornalista Policarpo a fazer isso. Não será nem um

nem outro nem os dois. Não será ninguém a fazer isso. Estão muito acostumados com o silêncio, vai-se deixando passar, deixando passar, todo mundo, e cria-se um poder assim que, de repente... Pois, comigo não funciona, não me mete medo algum. Comigo não funciona. Comigo, pura e simplesmente, faz com que eu passe a olhar os dois de outro jeito. Quando eu for agora dar entrevista aos dois, darei de outro jeito. Daqui para frente, darei com o máximo de cuidado, de outro jeito. Porque vou passar a entender de outro jeito, porque entendo que, se alguém tivesse de me dizer uma coisa como essa, deveria ter me consultado, mas não me consultaram! Então, daqui para frente, se não me procurarem, maravilha! Se me procurarem, eu os tratarei de outro jeito, de outra maneira, com os dois pés atrás, porque não é assim que se faz uma carreira decente em qualquer lugar. E não é assim, também, que se faz uma carreira decente no jornalismo!

Sr. Presidente, mentira não tem pernas compridas. Tenho aqui uma matéria do **Jornal do Brasil**, de 23 de julho de 2004. Estou aqui com o *clipping* da Radiobrás. O jornalista que fez a matéria é o correto Paulo de Tarso Lyra. O título é: “Denúncia causa comoção em Brasília”. Lembro a data: 23 de julho de 2004. Em determinado trecho, a matéria diz: “O Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, Amazonas, classificou como ‘deplorável e pouco nobre’ o método usado por Dantas para investigar seus concorrentes”. Foi quando houve aquela história do grampo ilegal, feito pela *Kroll Associates*, contratada por Daniel Dantas para investigar seu sócio na Brasil Telecom, a Telecom Itália, com a qual tem disputas judiciais. Continua a matéria: “Ele afirmou que as acusações envolvendo o Ministro Luiz Gushiken e o Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, precisam vir à baila o mais rapidamente possível, para que o Governo não fique à mercê de chantagistas”. Chamei o Sr. Dantas de chantagista em julho de 2004, em julho de 2004, e não tem o Sr. Policarpo Júnior, nem o Sr. Policarpo Quaresma, nem o Sr. Otávio Cabral, nem o Sr. Pedro Álvares Cabral autoridade para dizer que pertenço à Bancada de quem quer que seja, a não ser a Bancada do Estado do Amazonas, que represento com honra, integridade e com autoridade de quem fala neste tom, contra quem quer que seja, quando pensar que essa é a hora. Portanto, é assim com Lula, é assim com os dois jornalistas, é assim com qualquer Ministro e era assim no tempo do regime militar.

Vamos à matéria de julho de 2004, Sr. Presidente, dois anos atrás (aspas para o Senador Arthur Virgílio): “Com certeza, o Sr. Daniel Dantas não é uma

peessoa de quem eu mostre uma foto para meu filho e diga: 'Filhão, quero que você seja como ele quando crescer'". Eu disse isso em julho de 2004. Nunca falei com esse cidadão. Não tenho vontade de fazê-lo. Não tenho a menor necessidade de fazê-lo. Não tenho desejo de falar e tenho repulsa pela forma como ele se está revelando à opinião pública do País.

Continua a matéria do Jornalista Paulo de Tarso Lira:

"Para Virgílio, o mundo atual exige que os homens públicos sejam transparentes – se não o forem por natureza, terão que sê-lo por necessidade, diante de uma sociedade completamente devassada. Infelizmente, é preciso conviver com a realidade de que seu *e-mail* será invadido, seu sigilo bancário quebrado e seu telefone grampeado."

E por aí sigo, pedindo providências e, àquela altura, ainda dando um crédito de confiança ao Governo, dizendo-lhe que deveria livrar-se de um chantagista.

Tenho opinião formada sobre o Sr. Dantas. Recebo o documento oficial da Corte de Nova York, Sr. Presidente Paulo Paim, que é legítimo, carimbado, chancelado pela Corte Distrital Sul de Nova Iorque, e o leio durante o depoimento daquele mentiroso contumaz que é o Sr. Delúbio Soares.

Mas é evidente que procurei ouvir o outro lado e estudar isso. Hoje, tenho até convicção de que o Citibank foi vítima do Sr. Dantas, e penso que a Justiça de Nova York vai confirmar isso. Mas, ainda assim, pedi para ouvirmos os dois lados na Comissão dos Bingos e do Crime Organizado. Meu requerimento foi derrotado. Consegui aprová-lo, e a expectativa é de que o Sr. Dantas venha aqui no dia 07 de junho, já não mais convocado, mas convidado, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

Se não tivermos cuidado, Sr. Presidente, e continuarmos nessa história de confundir as coisas, tudo para fazer uma matéria, porque de qualquer jeito ela tem que ser feita, tem que ser picante ou não sei o que, então, pergunto ao jornalista Otávio Cabral, que me conhece: não me respeita, Otávio? Você me conhece, acompanha a minha vida, não me respeita? O Policarpo eu conheço menos. Mas não me respeita também, Policarpo? Quem deu a vocês dois o direito de me desrespeitar? Quem foi que deu? Quem deu?

O que me faria respeitar os dois seria um pedido de desculpas, e não aquela célebre notinha. Porque volto à tribuna depois, mil vezes até, se houver aquela notinha tentando explicar, ironizando e tentando ridicularizar a pessoa que está defendendo o que é o seu patrimônio,

que é a sua honra. Se eles têm honra e devem defendê-la, eu tenho honra e defendo a minha honra!

Aqui há uma gracinha, algo infante-juvenil, que diz assim: "Depois de **Veja** revelar que as relações entre o banqueiro e o Governo eram mais complexas, muito mais complexas..." Não estou seguro de que **Veja** tenha revelado nada de tão mais complexo, até porque **Veja** não insistiu na história das contas. Eu tenho faro de que aquelas contas são falsas. Eu tenho faro de que não há nenhuma conta de Lula no exterior. Eu tenho esse faro, por isso não embarquei nisso. Eu não embarco em Dossiê Cayman. Se estão querendo resolver um problema, um embaraço técnico da revista, como é que saímos nós disso? Encontre a melhor forma. Mas sair disso às minhas custas? Às minhas custas não sai! Às minhas custas não sai! Cabe autocrítica, ou cabe mostrar que as contas são verdadeiras. Às minhas custas não sai.

Quem teve relações, e profissionais, com o Sr. Dantas foram os jornalistas que o entrevistaram ou os parlamentares que com ele estiveram, acompanhando o Ministro da Justiça. E não vi nada de mal nisso. Acho errado o Ministro ter se encontrado com ele. Os parlamentares acompanharam porque acompanharam. O Ministro não devia ter se encontrado com ele. Ministro da Justiça não é para se encontrar com Daniel Dantas nem com ninguém na calada da noite, em lugar nenhum. Não é assim.

Depois, **Veja** publica: "Virgílio sumiu do mapa." Sumi do mapa, Otávio Cabral? Como é que sumi do mapa se você fala comigo todos os dias? Como é que sumi do mapa se você todos os dias me pede entrevista? "Sumiu do mapa. Por que será?" E aí vem a maldade, a perfídia, a leviandade: ele não diz por que será; ele diz que sumi do mapa, do qual não sumi. "Por que será? Dantas sabe." Qualquer hora, estou na ambulância também. Qualquer hora eu sou sanguessuga também. Qualquer hora... Eu não consigo aceitar isso. Não consigo aceitar.

Então, me perdoe meu prezado Walter, me perdoe a minha ponderada assessoria, mas pau que nasce torto morre torto. Eu vou morrer torto! Não aprendi a endireitar-me, sob esse aspecto de curvar a minha coluna, a minha espinha dorsal. Não aprendi! Injustiça, para mim, é injustiça! Se é injustiça, se é contra a honra de alguém e se ela vem da imprensa... É preciso separar a imprensa democrática, que se porta de maneira correta neste País, de setores que não se acham no dever de respeitar as pessoas de bem deste País. Aí eu vou calar? Eu vou calar, Sr. Presidente? Estou aguardando um pedido de desculpa dos dois. Eles me devem isso!

Eu não os diria jornalistas do Dantas; eu não diria que os dois são jornalistas a soldo do Citibank; eu não diria que os dois são jornalistas a soldo de ninguém! Eles não podem dizer que eu sou Deputado, ou Senador, ou o que quer que seja, de quem quer que seja! Eu sou Senador do povo do Amazonas! E vou aguardar, do jeito que sou, a manifestação, que vai ser uma manifestação de retratação dos dois jornalistas. Eu prefiro pedir a retratação assim: de frente. Era tão fácil fazer isso pela Justiça. E lá viria aquela resposta da Justiça meio malevolente: Disse, mas não disse; foi assim, mas não foi assim; era vermelho, mas era cor-de-rosa.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, eu quero ser testemunha do comportamento de V. Ex^a nesse episódio. Desde o primeiro momento, o que desejou V. Ex^a foi buscar a verdade, estimulando uma investigação de profundidade, que chegasse às últimas conseqüências e revelasse à sociedade, no atendimento de sua exigência superior, o que ocorre nos bastidores da administração pública brasileira nessa sua relação de promiscuidade com setores privados nacionais. Então, V. Ex^a apresentou uma denúncia quando do depoimento do Sr. Sílvio Pereira, uma denúncia documentada, e requereu a convocação do Sr. Daniel Dantas para apresentar explicações a respeito dos fatos à CPI dos Bingos. Posteriormente, V. Ex^a requereu o mesmo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, desde o início, o comportamento que teve V. Ex^a nesse episódio foi um comportamento ético, de oposicionista, de quem deseja investigar com eficiência para cumprir o seu dever no exercício do seu mandato de Senador. Portanto, creio que qualquer outra ilação não merece consideração maior, pois V. Ex^a tem uma reputação, no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, intocável, de homem honrado, digno e que quer realmente passar a limpo o País. Por isso, esse meu depoimento tem o sentido apenas de avalizar a posição de V. Ex^a e, sobretudo, dar consistência aos fatos reais, aqueles que verdadeiramente ocorreram aqui no Congresso Nacional desde o início desse episódio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Já concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

Sr. Presidente, vou dizer mais: se eu não me pautar pela minha verdade, porque eu erro muito, vou-me tornar um ser humano muito infeliz. Eu não sou um ser humano infeliz. Aliás, hoje nasceu o meu primeiro neto. Eu estava em Manaus e tive de fazer uma viagem daquelas fisicamente dolorosas, mas para encontrar uma felicidade pessoal muito grande.

Entendo que todos temos de procurar cuidar dessa coisa do comportamento. Quando, muitas vezes, deplorei aqui o comportamento de segmentos do Governo, no Governo passado – os que hoje são Governo e que não eram Governo –, embarcando em denúncias que eram vazias. Eu, por outro lado, à época, elogiei o comportamento do PT, quando o Partido dos Trabalhadores desqualificou aquele *Dossiê Cayman*, que vinha das piores procedências. E aquele foi um dado de maturidade naquele ano de 2002.

Eu não emiti juízo de valores, Senador Tião Viana, quando recebi o documento do depoimento da Sr^a Verônica Dantas lá. Não emiti juízo de valores. Eu disse que queria aquilo investigado. Afinal de contas, uma pessoa diz que seu grupo está sendo extorquido pelo futuro Presidente da República, pelo futuro Ministro da Fazenda, pelo futuro Ministro-Chefe da Casa Civil; depois, pelo Presidente da República, pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro-Chefe da Casa Civil. Ela disse isso, defendendo-se da questão com o Citibank. Faça meu papel de oposicionista, leio o documento, quero explicações, faço a convocação do Sr. Dantas aqui. O que mais me cumpriria fazer, Sr. Presidente?

Aí, sai a outra matéria, com as contas. Disseram-me: as contas são terríveis, tem conta do Lula, e já estranhei a quantia. Então, Lula é o que tem menos, 38 mil euros? Já não acreditei. E riscaram do lado.

Enfim, Sr. Presidente, não entendo de conta no exterior. Nunca entrevistei quem tem conta no exterior, não entendo e não tenho conta no exterior. Então, é um assunto de que entendo menos do que quem entrevista. Esses dois jornalistas que o entrevistaram sabem mais do que eu, porque eu não o entrevistei.

Eu disse para minha assessoria com firmeza: embarco até aqui; quero explicação para o documento dessa senhora. Agora, a outra, eu disse, desta tribuna, o que eu achava do *Dossiê Cayman*, que não o endossava. E isso é sumir do mapa? Sumir do mapa era agora eu estar dizendo: “O Sr. Lula tem 38 mil euros no exterior”, e desmentir minha vida pública. Lamento, mas não vou fazer isso.

O que estou dizendo aos dois jornalistas é que a coisa mais simples do mundo seria interpelá-los judicialmente.

Aqui está, Senadora Ideli Salvatti, a matéria: “Virgílio sumiu do mapa”, dizem Otávio Cabral e Policarpo Júnior. Por que será? Aí as duas sapiências dizem: *Dantas sabe*. Neste País, em que todo mundo é suspeito **a priori**, ele diz que Dantas sabe. Dantas sabe o quê? Eu quero saber o que Dantas sabe do meu sumiço do mapa. Que sumiço do mapa foi esse?

Eu sumo tanto do mapa que estou com um neto na maternidade e estou aqui, falando sobre os dois jornalistas do mesmo jeito que falo em relação a qualquer pessoa que eu sinta que não procedeu de maneira correta diante da coisa pública, diante do fato público, diante do fato político que aí está. Poderiam ser o Ministro Márcio Thomaz Bastos, o Presidente Lula e os dois jornalistas, poderiam ser dois cientistas, poderia ser o astronauta, mas, no caso, são dois jornalistas que não têm o direito de falar de mim o que falaram. Aliás, não falaram, insinuaram. Foram mais além com José Eduardo Cardozo(*), com Sigmaringa Seixas, com o Senador Heráclito Fortes e comigo não foram além. Eles insinuaram e não aceito insinuações.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por ter atingido um objetivo na vida que ainda não consegui. Apesar de já ter assinado muitos manifestos dos “sem-netos”, ainda não consegui me tornar avó. Então, quero parabenizá-lo pela chegada do seu primeiro neto. Senador Arthur Virgílio, não ouvi a íntegra do discurso de V. Ex^a, porque atendi a imprensa; somente quando cheguei ao meu Gabinete ouvi uma parte da indignação de V. Ex^a.

Deixo registrado que não li a matéria a que V. Ex^a se refere. Tenho evitado ler, porque tem sido muito sistemática a posição desse órgão de imprensa. Tive oportunidade de registrar da tribuna, há alguns dias, que foi a primeira vez na minha vida de acompanhamento da imprensa brasileira que vi um órgão de imprensa, não um jornalista, referindo-se a outro órgão de imprensa, desqualificando o comportamento, o denunciamento, a forma com que veicula as matérias, sem embasamento, sem provas. Faço essa referência porque já fiz críticas a V. Ex^a com relação a várias posições com que não concordamos, mas sempre que V. Ex^a se manifesta, como no caso das tais contas do exterior, não é a primeira vez que, de público, digo que o comportamento de V. Ex^a foi digno. Realmente, aquela história cheira a irresponsabilidade, porque não há provas, e relembra muitos episódios anteriores, como o caso do dossiê Cayman. Quero dizer, Senador Arthur Virgílio, que estranhei muito. V. Ex^a não ouviu de mim nenhum comentário, mas estranhei muito quando, no depoimento do Silvío Pereira, V. Ex^a leu trechos do documento da Sr^a Verônica Dantas, porque aquele documento, efetivamente, é a linha de defesa do Sr. Daniel Dantas no processo, como eu tive oportunidade de ouvir agora há pouco que V. Ex^a também desconfia que o Citibank tem razão. Há fortes indícios de que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou seguro disso.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ... ele tem razão. Portanto, veja bem, eu tive até certa dificuldade na CPI dos Bingos quando fizemos a votação contrária ao requerimento de V. Ex^a para que ele fosse ouvido. Depois, quando foi à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde acabou sendo aprovado, eu fiz apelo, em reiterados momentos; e o Senador Eduardo Suplicy colocou, naquela reunião, que nós não deveríamos entrar no jogo do Sr. Daniel Dantas, que quer sair da condição de réu para a de vítima, no processo nos Estados Unidos. Então, foi acatado o apelo de que nós somente trouxéssemos Daniel Dantas para o Congresso Nacional depois da definição daquele caso, que é um dos mais vultosos em termos de interesses envolvidos. Então, foi acordado que ele seria trazido depois do dia 2. V. Ex^a sabe que agora a audiência passou para o dia 9? E nós o ouviremos no dia 7, dois dias antes. E tudo o que ele precisa é de um palco para fazer novamente o ramerrame. Eu acho que nós devemos construir um cenário para depois do dia 9, porque estou convencida, Senador Arthur Virgílio, de que o Sr. Daniel Dantas é o chantagista. Não é possível que alguém que esteja sendo processado em tantos lugares no Brasil e no exterior não tenha alguma “culpa no cartório”, que não tenha a ver com as maracutaias nas quais os processos todos indicam que ele atuou. Senador Arthur Virgílio, acho que não há, neste plenário, quem seja mais identificado como governista do que eu. As pessoas me identificam como governista. E V. Ex^a é testemunha de que, ao longo destes quase três anos e meio, eu não modifiquei o meu posicionamento com relação ao Sr. Daniel Dantas. Exigi investigação, fui uma das mais contundentes ao afrontá-lo quando ele veio à CPI dos Correios e à da Compra de Votos. Estou entre os que mais atuaram aqui para que ele fosse incluído no relatório da CPI dos Correios, para que fosse indiciado. Pois bem, penso que é estranhíssima a decisão judicial que impede a quebra do sigilo do disco rígido que foi apreendido na investigação da Kroll e que está sob a guarda da Polícia Federal. V. Ex^a mesmo leu, reportou alguns trechos da decisão. Não tenho nenhuma dúvida a respeito dos fortes indícios de participação do Sr. Daniel Dantas em vários crimes. Se houvesse qualquer incidência para eu “dar um fresco” para o Dr. Daniel Dantas, eu teria recebido algum aviso, pelo menos algum pedido. Quero tornar público que não recebi nada nesse sentido e que não modifiquei minha posição. Fui contrária a trazê-lo à CPI dos Bingos e, depois, à Comissão de Constituição e Justiça antes do julgamento,

porque estou absolutamente convencida de que tudo de que ele precisa neste momento é sair da condição de réu para a de vítima, de achacado, de perseguido, de coitadinho, quando tudo indica que é exatamente o contrário: ele é o achacador, ele é o chantagista, ele é o réu. Por isso, Senador Arthur Virgílio, quero manifestar minha solidariedade a V. Ex^a pela indignação que manifesta com relação à reportagem, que não li, pois acho que V. Ex^a deve estar coberto de razão, pelo que tenho acompanhado do que a revista faz, semanalmente, com as pessoas com quem tenho compromisso, com quem tenho vinculação e de cuja defesa estou convicta de que devo fazer aqui no plenário. Por isso, quero deixar, mais uma vez, meus parabéns pelo neto e manifestar minha solidariedade pelo repúdio à forma como a revista trata V. Ex^a. Entretanto, Senador Arthur Virgílio, devo lembrar que ela tem tratado assim não apenas V. Ex^a, mas muitas outras pessoas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senadora.

A revista mal faz uma insinuação a meu respeito. Creio que o dever dela é mesmo denunciar, com fundamentação, o que houver, neste ou em qualquer outro governo, de corrupção, de desvio de dinheiro público, de desrespeito à coisa pública. Então, não deixo de louvar a revista por serviços inestimáveis que tem prestado ao País. Refiro-me especialmente a uma matéria – V. Ex^a não leu –, que, basicamente, diz que o Ministro Márcio Thomaz Bastos seria o escudo de Lula e faz críticas ao Ministro, o que, aliás, eu já fiz, seja da tribuna, de modo duro, seja pessoalmente, em convívio muito ameno e muito fraterno.

Em determinado momento, a matéria arrola dois Deputados, Sigmaringa Seixas e José Eduardo Cardozo, que eu respeito sobremaneira, como membros da bancada de Dantas, assim como o Senador Heráclito Fortes, meu companheiro de Oposição. Ela coloca um retrato meu – modéstia à parte, não estou feio no retrato –, e diz: “o ‘tucano’ Arthur Virgílio (acima) denunciou o achaque a Dantas. O petista Sigmaringa Seixas (ao lado) levou o Ministro Márcio Thomaz Bastos ao encontro com o banqueiro. Ambos fazem parte de uma bancada sensível aos interesses do Banco Opportunity”. Não posso aceitar isso.

Em outra matéria, em outro ponto, diz que eu teria “sumido do mapa”. V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, e o Senador Tião Viana sabem, mais do que ninguém, que não “sumo do mapa”. Seria, talvez, uma felicidade para ambos, mas eu não “sumo do mapa”. Estou aqui o tempo inteiro e falando sobre esse assunto. O que não fiz foi endossar, não endosseï o episódio das con-

tas por entender que não cabia fazê-lo, por entender que, se o Sr. Dantas tem provas de que fulano de tal tem conta, a começar pelo Presidente da República, se ele tiver um pingão de brasilidade, ele deveria denunciar isso para “passarmos o Brasil a limpo”. Se ele não tem provas disso, ele tem que ser processado. Esse jogo não pode ficar zero a zero, Senador Alvaro Dias.

Li também, Senadora Ideli Salvatti, trechos de uma matéria do jornalista Paulo de Tarso Lira, do **Jornal do Brasil**, de 23 de julho de 2004. Vou repetir: “... O Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, do Amazonas, classificou como ‘deplorável e pouco nobre’, o método adotado por Dantas para investigar seus concorrentes. Ele afirmou que as acusações envolvendo o Ministro Gushiken e o Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, precisam vir à baila o mais rapidamente possível para que o Governo não fique à mercê de chantagistas”. Eu falei isso em julho de 2004. Eu disse mais: “... Com certeza, o Sr. Daniel Dantas não é uma pessoa de quem eu mostre uma foto para o meu filho e diga: ‘Filhão, quero que você seja como ele quando crescer’, criticou. Para Virgílio, o mundo atual exige que os homens públicos sejam transparentes – se não forem por natureza, terão de sê-lo por necessidade, diante de uma sociedade completamente devassada. Infelizmente, é preciso conviver com a realidade de que o seu *e-mail* será invadido, seu sigilo bancário quebrado e seu telefone grampeado”. Eu estava me referindo ao grampo ilegal feito pela Kroll Associates...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Aliás, Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ..., um dos assuntos que está também nas matérias do final de semana é exatamente que a Kroll finalmente foi obrigada a entregar vinte e uma caixas para a BrasilTelecom, porque a BrasilTelecom continuava pagando serviços contratados pela Kroll à época do Sr. Daniel Dantas, mas a atual diretoria da BrasilTelecom não podia acessar esses documentos que a Kroll produziu grampeando, investigando autoridades como o Presidente da República, o Ministro Gushiken ou o Ministro Edson Vidigal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Funcionando como uma Gestapo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Exatamente. Então, veja bem que as caixas foram entregues agora. Toda essa movimentação do Sr. Daniel Dantas,

Senador Arthur Virgílio, acho que todos nós temos que acompanhar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu já a condenava há dois anos.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ... com muita atenção, porque é a movimentação efetiva – estou convencida disto – de alguém que é muito réu, muito réu, e que quer passar por vítima.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele é aquilo que, já que ele está sendo processado nos Estados Unidos, chama-se, em inglês, de *moneymaker*, ele é um fazedor de dinheiro, e um *go-getter*, aquele que, quando quer alguma coisa, vai, a qualquer preço, passando por cima de quem quer que seja. Mas eu acompanho, à distância, graças a Deus, e não posso aceitar, tenho que repudiar, que alguém diga que eu tenho qualquer ligação com uma figura desse porte.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. Sr. Presidente, em seguida, pedirei a palavra como Líder do PSDB.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Meu caro Senador Arthur Virgílio, eu estava fazendo uma leitura de documentos, vi V. Ex^a à tribuna, abordando esse tema, fazendo a defesa de sua dignidade pessoal, entendendo que houve insinuação desfavorável à sua honra por parte de dois jornalistas, e senti-me na obrigação de vir prestar respeito à sua conduta parlamentar no dia-a-dia da relação política com todos os partidos, de vir falar da absoluta transparência e lealdade no posicionamento político e ideológico de V. Ex^a e, ao mesmo tempo, de testemunhar o respeito de V. Ex^a aos adversários, sem extrapolar os limites das suas posições políticas claras e sem desrespeitar aqueles que defendem posições distintas. Diante de um fato como esse, devemos refletir até um pouco mais. Vejo uma grave crise de ordem moral na política brasileira, na atividade parlamentar brasileira, vejo uma grave crise de ordem moral na vida do Judiciário brasileiro, vejo uma crise que se expande em outras áreas da sociedade, envolvendo especialmente momentos de tentação e corrupção que ocorrem mesmo nesse aspecto, e parece que a imprensa está sempre livre disso tudo. A imprensa é fundamental e dá uma grande contribuição para o momento de democracia plena que vivemos no Brasil. Na história contemporânea, devemos muito à imprensa brasileira, que é imprescindível e oxigena a capacidade do grande debate que podemos fazer. Mas não tenho dúvida de que, quando a imprensa trata de conceitos, de comportamentos e de dignidade individual, tem havido muita injustiça. Não tenho a menor dúvida de que esse é um caso de injustiça direta a V. Ex^a. Quando leio manche-

tes do tipo “se eu cair, vou levar junto PT, PSDB, PFL”, parece-me que é muito fácil generalizar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se ele cair, a minha aposta é a de que não leva o PSDB. Se levasse o PSDB, a mim não levaria.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – O mesmo entendimento tenho em relação ao meu Partido e à minha pessoa, de modo distinto. Essa coisa de ter medo de esquema de espionagem, de Kroll, na minha vida não há lugar. Esse senhor parece-me um parasita do aparelho do Estado, que tomou seu caminho de vida utilizando o aparelho do Estado de maneira direta ou indireta. Não tenho nenhuma simpatia ou respeito por sua conduta. Creio que ele deveria ser investigado de maneira profunda pela Polícia Federal num inquérito. Inclusive, acho que uma pessoa que admiro – e V. Ex^a é sabedor –, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, cometeu o erro de ter ido àquela reunião fora do Ministério. Se eu fosse o Ministro, teria dito: se o senhor quiser falar comigo, venha ao Ministério, com agenda marcada e tornada pública. Acho que o Ministro, talvez por boa-fé, cometeu um equívoco de atenção ao Sr. Daniel Dantas. Deve-se ir a fundo no caso Daniel Dantas, passando-o a limpo. Que não se imputem dúvidas à dignidade de uma pessoa como V. Ex^a, porque é um ato de desrespeito. Entendo que não é um erro de dois jornalistas para com V. Ex^a. De maneira fácil, estão ferindo a dignidade de pessoas. Vi, recentemente, o que fizeram com um jornalista como Franklin Martins, com sua história de vida. Vem um outro cidadão, pega uma caneta e torna pública uma desonra sobre quem não merece. Injustamente, ele foi atacado. Não está correto esse tipo de procedimento. Acho que os próprios jornalistas deveriam fazer uma reflexão e intervir no campo ético, para que não se destrua o direito à dignidade individual, que está tão fragilizado nos dias de hoje. A culpa parece-me de um traço de crise civilizatória e não de uma crise política do Parlamento, do Judiciário ou de outros setores da sociedade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, tenho certeza de que V. Ex^a estende sua indignidade aos seus colegas e meus amigos do seu Partido, Sigmaringa Seixas e José Eduardo Cardozo, que foram atingidos, e ao Senador Heráclito. Não tenho por que não me solidarizar com pessoa tão querida, tão estimada e tão estimável.

Faço nitidamente a separação. Considero que o Ministério Público já cometeu mais exageros antes. Para mim, ele amadureceu e ganhou cabelos brancos, cabelos grisalhos.

A imprensa, eu a vejo como correta. Mantenho relação com dezenas de jornalistas, dentro e fora do Congresso Nacional, e os vejo como basicamente corretos, basicamente preocupados com a verdade, basicamente preocupados com a apuração do que vão dizer; um ou outro excesso, aqui e acolá.

Eu separaria muito a instituição, que tem que ser resguardada, das figuras que, de repente, uma ou outra, se coloca no altar. Não sei o que passa pela cabeça das pessoas. Hitler fez isto: achava que podia dominar o mundo. De repente, no altar: o que eu disser, é verdade. Ou seja, 28 anos de vida pública minha não valem nada se o Sr. Otávio Cabral e o Sr. Policarpo resolveram que não valem nada. Imaginem! Imaginem! Imaginem! Imaginem! Imaginem!

Obrigado, Senador Tião Viana.

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a pode prosseguir, não há limitação de tempo, em razão do assunto que V. Ex^a aborda.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha região, Amazônia, é área prioritária para o Exército Brasileiro, que vem reforçando sua presença na região. Assim deverá continuar, segundo garante o novo Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, General Oswaldo de Jesus Ferreira.

O General explicou, em entrevista publicada pelo jornal **Diário da Amazônia**, que, em 1950, os efetivos militares da região somavam apenas mil soldados. Hoje, são 25 mil. Entre outras considerações, disse o militar: “A atuação do Exército Brasileiro na Amazônia é um grande desafio, sobretudo num período de turbulências políticas e sociais, em que a cobiça internacional não pode ser ignorada”.

Pela importância do tema, estou anexando a este pronunciamento a íntegra da entrevista do General Oswaldo Ferreira, para que, assim, passe a constar dos **Anais** do Senado Federal.

No sábado, em Manaus, jantei no Comando Militar da Amazônia, na companhia de Parlamentares – um Senador, o Senador Eduardo Azevedo, e diversos Deputados, treze Deputados –, que foram a Tabatinga e ao Estirão do Equador, tomando um verdadeiro banho de Brasil, porque ali se toma um banho de Brasil. O jantar foi extremamente agradável. Recebemos informações

valiosas sobre a vontade que tem o Exército Brasileiro, desde que aparelhado, de proteger as nossas fronteiras e, por aí, dar um golpe de morte, no nascedouro, no tráfico de armas e de drogas.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, registro que a Amazônia, da grande floresta e da imensidão das águas, é hoje também um centro avançado e em ascensão de tecnologia e de pesquisas, a que se dedicam técnicos, professores e diferentes colaboradores. Trago essas considerações ao Plenário para um merecido destaque de meritório trabalho de pesquisa levado a efeito naquela que é a nossa mais estratégica região.

Semana passada, propus – e o Senado Federal aprovou – voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas, UFAM, e ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Inpa, em reconhecimento à pesquisa que resultou no mapeamento parcial do guaraná, a fruta mais importante, a meus olhos, da minha região, da Amazônia. Foi-me grato saber, após, que desse trabalho participaram também outras instituições, segundo me informa o Professor Jorge Ivan Rebelo Porto*, do Inpa, que é o Vice-Coordenador da Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas, a Realgene, uma resposta da Amazônia a ações indutoras do Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, no âmbito dos projetos Genoma Regionais.

Devo dizer, com orgulho, que muito me apraz fazer este registro no Senado da República. Apraz-me duplamente: em primeiro lugar, pela pesquisa já referida sobre o DNA do guaraná; em segundo lugar, como amazonense, portanto amazônida, pela agradável constatação de que, na nossa região, a pesquisa é levada a sério e desenvolvida em equipe, isto é, com a união sempre desejável de diversas instituições.

Estou encaminhando à Mesa novos requerimentos, ressaltando o trabalho de todas as instituições que compõem a Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas, a Realgene.

Agradeço ao Dr. Porto a gentileza de ter me enviado informações por *e-mail* na manhã da última sexta-feira. Os esclarecimentos que dele recebi elevam o conceito da região amazônica, como sempre digo aqui, que pertence não apenas ao Norte brasileiro, mas leva a questão a ser debatida por toda a Nação.

Aproveito o ensejo para destacar que da Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas fazem parte as seguintes instituições: Embrapa Amazônia Ocidental; Inpa; Ufac, Universidade Federal do Acre; Ufam, Universidade Federal do Amazonas; Ufma, Universidade Federal do Maranhão; Ufpa, Universidade Federal do

Pará; UFRR, Universidade Federal de Roraima; Ufto, Universidade Federal de Tocantins; Unifap, Universidade Federal do Amapá; Unir/Cepem, Universidade Federal de Rondônia e Centro de Pesquisa em Medicina Tropical. Há ainda duas instituições que não se localizam na Amazônia: a UnB-Universidade de Brasília, e a Unaerp, Universidade de Ribeirão Preto. A rede de pesquisas da Amazônia Legal, Realgene, é coordenada pelo professor Spartaco Astolfi Filho, cientista de extraordinária capacidade produtiva. Ele é da Ufam e conta com dois coordenadores: o Professor Jorge Ivan Rebelo Porto, do Inpa, pela Amazônia Ocidental; e a Professora Maria Paula Schneider, da Universidade Federal do Pará, pela Amazônia Oriental.

Sr. Presidente, finalmente, registro o falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, ocorrido de maneira trágica, num atropelamento, em Manaus. Ele era pai de um dos meus grandes companheiros e amigos no Estado do Amazonas, um advogado de renome, um jurista, na verdade, O Deputado Estadual Lino Chixaro, que preside o PPS, Partido Popular Socialista, no Estado.

A toda família de Lino Chixaro os meus sinceros sentimentos pela perda de tão ilustre e honrado cidadão.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, peço um voto de aplauso pela indicação do empresário Pauloney Tomaz Avelino, que recebeu o diploma de Industrial do Ano de 2006, outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. Ele é Presidente da Unipar Construtora S/A do Amazonas e irmão do meu prezado amigo e companheiro de lutas de Oposição neste Congresso, o Deputado Pauderney Avelino.

Finalmente, Sr. Presidente, peço igualmente que se publique nos **Anais** um curto pronunciamento em que me refiro ao artigo do Professor Robério Braga, "Amar a vida", sobre sua mãe, a professora Sebastiana Braga, falecida recentemente. Isso não é uma coisa meramente formal. Não estou cumprindo nada disso por formalidade.

D^a Sebastiana Braga, que morreu aos 98 anos de idade, era uma das maiores amigas que tive em toda a minha vida. Educadora de várias gerações, com a Fundação Lourenço Braga, educando, em bairros da periferia de Manaus, crianças efetivamente carentes. Foi uma vida útil, uma vida que enquanto esteve no serviço público foi honrada, quando passou a atuar na Fundação Lourenço Braga, que jamais recebeu um tostão do dinheiro público, Dona Sebastiana Braga cumpriu um belíssimo trabalho, um belíssimo papel.

Ontem, foi a missa de sétimo dia. Eu me sinto muito saudoso ainda, eu me sinto muito de sua fa-

mília, e me sinto muito irmão dos seus filhos, muito próximo dos seus familiares todos. Portanto, gostaria de ver o belíssimo artigo que foi publicado pelo jornal **A Crítica**, de Manaus, e lido na missa pelo ex-deputado Josué Cláudio Souza Filho, com muita emoção, ficando o último parágrafo para o próprio Robério Braga, que, disfarçando o pranto, cumpriu esse dever.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo com aspas, para acolher frases maravilhosas do escritor e historiador amazonense Robério Braga. São palavras e frases de texto profundamente humano.

Veja o sol; abra os olhos para os céus e descubra a simplicidade da vida e o encanto da paz.

Nada mais adequado e que cabe como luva nos tempos atuais, de violência, de desacertos e incompreensões. Assim é Robério, que, em artigo publicado no jornal amazonense **A Crítica**, edição de sábado último, fala de amor e vida. De amor à vida, sugerindo:

– Olhe em derredor de você e compreenda bem os que lhe cercam. Baixe o tom de voz. Cale, quando a vontade de ofender se fizer iminente, afinal somos todos humanos. Compreenda. Aceite. Renuncie. Desculpe. Lute pelos seus ideais. Recomponha os sonhos a cada nova manhã. Espere o pôr do sol para conhecer a beleza das estrelas, mas não desanime se elas não surgirem diante dos seus olhos, porque amanhã ou depois elas virão e estarão luminosas, creia.

O historiador inicia com o título *Amar a vida* e termina com a frase *Ame a vida*.

Pela oportunidade do tema, como disse, estou anexando a este pronunciamento a íntegra do artigo do historiador Robério Braga, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRÔNICA

Robério Braga

ESCRITOR E HISTORIADOR

roberbr@uol.com.br

Amar a Vida

Redimo a dor e a saudade que se traduzem a todo tempo em lágrimas que sangram no meu coração pelos laços materiais partidos, e o faço unicamente em razão do amor que a tudo se sobrepõe. Deixo passar na memória os belos dias de exemplar vivência que, no meu tempo e muito antes de mim, e desde cedo, ainda menina, minha mãe e mostra sempre ofereceu com simplicidade.

Sua voz ressoa aos meus ouvidos. Seus olhos correm sobre mim. Suas mãos deslizam macias e delicadas sobre as minhas. Seus guardados agora estão comigo como relíquias únicas e tão preciosas que levarei anos a decifrá-los e são o símbolo do patrimônio que nos legou. Suas cartas apaixonantes com a caligrafia bem desenhada traduzem lições infundas. Tudo a demonstrar, como se ainda fosse preciso, a enorme dedicação que nos concedeu e a grande alegria de viver que fazia questão de proclamar.

Não sei de dor maior. Nem de saudade mais profunda. Nem sei de maior amor por tudo que

fosse belo, que representasse a vida, que se traduzisse em paz e harmonia, por isso redimo a dor e a saudade para falar de amor.

Veja o sol. Abra os olhos para os céus. Descubra a simplicidade da vida e o encanto da paz. Olhe em redor de você e compreenda os que lhe cercam. Baixe o tom de voz. Cale, quando a vontade de ofender se fizer iminente, afinal somos todos humanos. Compreenda. Aceite. Renuncie. Desculpe. Lute pelos seus ideais. Reconstitua os sonhos a cada nova manhã. Espere o pôr do sol para conhecer a beleza das estrelas, mas não desanime se elas não surgirem diante dos seus olhos, porque amanhã ou depois elas virão e estarão luminosas, creia. Amanheça como o sol: iluminado. Ore. Fortaleça o espírito nas convicções de sua fé. Não tema viver nem desencoraje os que procurem uma palavra de estímulo. Abra seu coração aos que se fizerem seus inimigos e estenda as mãos a cada um deles. Beije as crianças. Ouça e brinque com seu filho.

Não se julgue santo se assim proceder, nem fique a pensar que, diferente de você, consigo cumprir com o que lhe ofereço. Também me debato com todas as mazelas deste mundo, tal qual cada um dos leitores, mas o que oferto com a mensagem que encima estas linhas hoje devotadas a minha mãe e professora, foram os seus ensinamentos diários, proferidos em silêncio sacrossanto, em doces

palavras ou em olhar de benção e perdão, sempre com abnegação.

Nunca a vimos enfeitada pelos pecados do mundo. Nem santificada. Sempre esteve firme em seu modo de ser, de falar, de agir, de realizar o seu ideal de vida e de família em que a união, a honestidade, o respeito ao próximo e o trabalho sempre foram vigas basilares, aos quais só se sobrepujaram à fé, a caridade e o amor.

Do Recife advinda, foi criança e mulher em Manaus, e deu-se a nossa terra por todos os dias dos seus 98 anos, preparando crianças e jovens no lago do Janauacá, na praça Santos Dumont, no barrô do Jirau, no bairro da Glória, no Dom Pedro e na sapolândia, sempre a quem, com firmeza, paciência e bondade, abençoada por um casamento pleno de felicidades na modéstia de temporadas árduas e muito difíceis que só pareciam cessar quando os cabelos matizados pelo tempo encorpavam a sua face angelical.

Do tanto que ensinou, uma frase ressoará sempre: "eu amo a vida". E este amor foi demonstrado em tudo que fez e prelecionou e até para romper os laços materiais que nos uniam, na hora da despedida, apaziguou antes os nossos corações com as orações que sempre fazíamos em redor da mesa abençoada.

Está nos páramos da fé que animou a sua vida. Está em paz. Está no amor de Deus. Faça você o seu tempo. Viva. Não deixe a vida passar, simplesmente. Ame a vida.

Denúncia causa comoção em Brasília



Paulo de Tarso Lyra

BRASÍLIA - O grampo ilegal feito pela Kroll Associates, contratada pelo banqueiro **daniel dantas**, do Opportunity, para investigar seu sócio na Brasil Telecom, a Telecom Italia, com a qual tem disputas judiciais, acabou envolvendo integrantes do primeiro escalão do governo e provocando um terremoto no meio político ontem. Nem o recesso do Congresso conseguiu amaciar as críticas aos métodos adotados pela empresa de investigação empresarial.

- Qualquer investigação que não seja feita pelos meios legais é um grave perigo à democracia - fulminou o vice-líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ).

Maia considerou um crime grave a violação de e-mails pessoais dos envolvidos. Foi desta forma que se chegou ao nome do ministro da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, eleito como máxima prioridade pelos arapongas da Kroll por causa de uma troca de mensagens eletrônicas com o ex-sócio de **daniel dantas** no Opportunity Luiz Roberto Demarco.

- É preciso coibir esse tipo de ação, para que o Brasil não passe por uma guerra de dossiês - defendeu.

O líder do PSDB no Senado, **arthur virgílio** (AM), classificou como ""deplorável e pouco nobre"" o método adotado por **dantas** para investigar seus concorrentes. Ele afirmou que as acusações envolvendo o ministro Gushiken e o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, precisam vir à baila o mais rapidamente possível, para que o governo não fique à mercê de chantagistas.

- Com certeza, o senhor **daniel dantas** não é uma pessoa de quem eu mostre uma foto para meu filho e diga: ""Filhão, quero que você seja como ele quando crescer"" - criticou.

Para **virgílio**, o mundo atual exige que os homens públicos sejam transparentes - se não o forem por natureza, terão que sê-lo por necessidade, diante de uma sociedade completamente devassada.

- Infelizmente, é preciso conviver com a realidade de que o seu e-mail será invadido, seu sigilo bancário quebrado e seu telefone grampeado.

Citado como um dos espionados, Gushiken divulgou nota em que considera ""ilegais os procedimentos de espionagem noticiados"" e acrescentou que vai ""adotar as medidas jurídicas pertinentes a essa ocorrência de flagrante desrespeito constitucional"".

""No âmbito do governo, o assunto vem sendo acompanhado pela Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça"", prossegue o ministro. Gushiken ainda classificou como ""legítimo que os fundos de pensão das empresas públicas possam lutar para exercer, plenamente, seus direitos de controle sobre os recursos por ele administrados"".

O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) não conseguiu esconder a surpresa diante do fato, que classificou como gravíssimo. Ele confirmou que a prática de espionagem industrial, apesar de anti-ética, chega a ser comum, mas que a situação extrapolou todos os limites do bom senso quando o foco da investigação atingiu integrantes do Executivo.

- É evidente que o governo foi bisbilhotado. Temos que investigar a fundo a ação da Kroll e ver até que ponto houve ingerência, bisbilhotice, espionagem ou qualquer outro nome que queiram dar, nas ações governamentais - defendeu.

Fonte com bom trânsito nos dois lados do conflito - Brasil Telecom e governo - também ficou estupefata com o episódio. Confirmou que sabia da contratação da Kroll para investigar a Telecom Italia, mas não imaginava que isso transbordaria até afundar o governo no mesmo pântano. Esse limite de ação, inclusive, precisa ser melhor esclarecido, na opinião de um parlamentar da oposição.

- A Kroll garante que agiu dentro dos limites legais. É preciso saber se a decisão de grampear o governo foi unilateralmente tomada pela empresa americana ou pedida pela Brasil Telecom - cobrou o deputado.

O ESCUDO DE LULA

O ministro Márcio Thomaz Bastos livrou o governo de várias crises. No caminho, confundiu suas atribuições legais com a missão de advogados criminalistas

Polícarpo Júnior e Otávio Cabral

VEJA revelou, na semana passada, um encontro secreto entre o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e Daniel Dantas — o banqueiro do Opportunity investigado desde 2004 pela Polícia Federal e financiador de um dossiê, preparado por espões estrangeiros, que aponta supostas contas, em paraísos fiscais, do presidente Lula, do próprio Thomaz Bastos e de outras autoridades. Excluído da agenda oficial do ministro e fora do horário de expediente, o encontro tinha como objetivo estabelecer uma trégua entre Dantas e o ministro: a polícia e o Congresso deixariam o banqueiro em paz desde que ele, seus espões e cúmplices fechassem a boca. Recomendando a um velho truque de advogado criminalista, Thomaz Bastos só admitiu o encontro depois que VEJA o divulgou. Como havia antecedido a revista, ele se saiu com uma explicação de chefe escoteiro: “Tenho vários encontros fora da agenda. Esse foi mais um. Uma das minhas funções é conversar, ouvir os cidadãos. Foi um encontro impessoal, não fechei nenhum acordo”. Os repórteres de VEJA reconstruíram as circunstâncias do encontro, e a imagem que aparece é a de uma reunião muito produtiva. Seus resultados, a CPI dos Bingos, numa votação de cartas marcadas, não convocaria Dantas para depor. Ele receberia um convite para falar na Comissão de Justiça do Senado, uma instância dócil, sem poder de investigação. Pode recusar, se quiser.

O pacto deu certo. A CPI, por 6 votos a 5, decidiu não convocar Dantas para que ele explicasse por que pagou quase 1 milhão de dólares

para obter uma lista com supostos segredos financeiros do presidente Lula e de várias outras autoridades da República. Cada um dos votos — e até as duas ausências que livraram o banqueiro da convocação — saiu de um plano traçado a quatro mãos por Thomaz Bastos e Dantas durante o encontro revelado por VEJA. Nesta reportagem, reconstituem-se os detalhes do encontro entre Dantas e Thomaz Bastos. Encontro, aliás, que teve um final apoteótico. Depois que o ministro já havia ido embora, o banqueiro, com o dedo em riste, ameaçou: “Que cumpram comigo o que foi tratado. Eu não atundo só. Se eu descer, levo junto PFL, PSDB e PT”. A ameaça mostra o arco de partidos aprisionados por segredos acumulados pelo banqueiro nos últimos quinze anos.

Ao agir nos porões e distribuir ameaças, Dantas apenas segue o caminho que escolheu como cidadão e empresário — seu destino é o restolho da história. Mas o que dizer de um ministro da Justiça que participa de reuniões sigilosas com personagens investigados pela polícia e que, desde o início dos escândalos de corrupção, utiliza sua experiência de advogado criminalista para montar versões que livram do cadafalso institucional políticos graúdos metidos em falcatruas? Desde o Império, é verdade, sempre coube ao titular da pasta zelar pela defesa política de seus governos. Aliás, no Império, o Ministério dos Negócios da Justiça, criado em 1822, era a própria espinha dorsal da organização política do governo. Não havia Judiciário independente, então, e os magistrados funcionavam como autoridades máximas em cidades e povoados. Eram os representantes da Coroa, meros tentáculos do poder central. Agiram em nome do imperador. O

ápice desse movimento deu na gestão de Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai (1841-1843), quando os magistrados deixaram de ser eleitos e passaram a ser nomeados pelo próprio ministro da Justiça.

Com os ideais republicanos expressos na Constituição de 1891, o Judiciário ganhou autonomia, tornando-se o terceiro poder do Estado, juntamente com o Executivo e o Legislativo. Juizes e tribunais deixaram de subordinar-se ao governo. O Ministério da Justiça manteve seu nome, mas ficou ligado ao Executivo.

Sua área de influência passou a ser as atividades penais. Thomaz Bastos não é o primeiro advogado criminalista a ocupar o mais antigo ministério do Brasil. Vários o fizeram desde o Império. Thomaz Bastos, no entanto, exibe uma peculiaridade inconfundível: é o primeiro ministro da Justiça a agir como advogado criminalista do governo a que pertence. Pode ele transportar para a administração pública caçoetes e missões típicas de sua profissão? Pode um ministro da Justiça tornar mais difícil o trabalho de investigação da Polícia Federal que chefia?

A história sugere uma resposta negativa às duas perguntas. Pegue-se um exemplo de contexto semelhante ao atual: o da crise anterior ao impeachment de Fernando Collor de Mello, no início da década de 90. Ao contrário de Thomaz Bastos, o então ministro Célio Borja conduziu seus trabalhos com isenção e transparência invejáveis. Defendeu o governo sem defender a corrupção governamental. Permitiu que a Polícia Federal investigasse Paulo César Farias sem se encontrar com o ex-tesoureiro de Collor e pivô do escândalo que levaria ao impeachment presidencial. Por que Thomaz Bastos não segue a cartilha constitucional? Por que insiste em agir como advogado de petistas encrencados, ditando rumos e estratégias de defesa e até indicando causídicos aos meliantes? Muito provavelmente isso se deve ao fato de ele ter em seu currículo inúmeras prestações de serviço advocatício a Lula e outros próceres petistas durante o regime militar. Ajudou-os em várias oportunidades a enfrentar processos políticos e tentativas de intimidação. É um amigo, portanto, e não um ser-

vente profissional ou um aliado político de ocasião. Ao mesmo tempo em que auxiliava petistas perseguidos, construiu uma carreira invejável no campo estritamente criminal, que se expressou tanto em prestígio quanto em patrimônio. Dono de uma fortuna de vários milhões de reais, apreciador de boa literatura, pintura moderna brasileira e bons vinhos, Thomaz Bastos exibia, até meados de 2005, quando começou a estourar o escândalo de corrupção no governo petista, aquela tranquilidade e simpatia espontâneas dos profissionais bem-sucedidos e dos homens felizes na sua vida pessoal.

Com livre trânsito entre políticos de vários matizes e admirado nas hostes da Polícia Federal, o braço armado da pasta da Justiça, Thomaz Bastos tinha tudo para figurar na posteridade como o ministro que, com o aplauso quase geral (alguns criticavam o estardalhaço), comandara o desbaratamento das grandes quadrilhas que dilapidavam o patrimônio nacional. A PF, sob seu comando, ganhou uma capa de VEJA, em outubro de 2004, que celebrava as megaoperações anticorrupção, como Anaconda, Farol da Colina e Vampiros, e também o processo de depuração por que passava a corporação. Deve-se ainda a Thomaz Bastos a modernização dos mecanismos de combate a crimes econômicos, entre eles o da formação de cartéis. Mas, quando sobreviu a crise que abalou os alicerces da administração Lula e o próprio Partido dos Trabalhadores, Thomaz Bastos perdeu o estato de servidor público para encarnar o perfil menor de advogado de porta de partido. A vocação de criminalista sobre pôs-se à função de ministro. A amizade por Lula falou mais alto do que o papel institucional. Seu lugar na posteridade ganhou nós e nós bem escuras para ser apagadas pela limpeza natural do tempo.

Thomaz Bastos transformou-se num guerreiro que defende, ao preço da própria dignidade, o seu senhor. Seu modo de agir obedece a um padrão: toda vez que estoura um escândalo envolvendo membros do governo ou do PT, o ministro Bastos informa o presidente Lula da gravidade da situação, monta uma tese de defesa para que os danos sejam os menores possíveis e, por fim, escala advogados de sua confiança para acompanhar os envolvidos (veja o quadro abaixo). O primeiro caso de que se tem conhecimento da atuação do ministro como advogado de defesa foi em 2004, quando ajudou o então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a safar-se de suspeitas de crime fiscal e de evasão de divisas. Mas foi no escândalo do mensalão que o ministro advogado começou a brilhar. O então te-

soureiro do PT, Delúbio Soares, assessorado pelo criminalista Arnaldo Malheiros (indicado por Thomaz Bastos), foi a público alegar que o dinheiro do valorido não saíra de cofres públicos, mas de empréstimos conseguidos por Marcos Valério junto aos bancos Rural e BMG. Nos dias seguintes, outros personagens da crise, também auxiliados por advogados ligados ao ministro, repetiram a falácia. Até o presidente Lula participou do teatro, ao dar uma entrevista em Paris, em que reduziu o esquema criminoso a um inocente caixa dois eleitoral.

A mais notória mistura da função de ministro com a de advogado criminalista ocorreu no caso da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa pelo então ministro da Fazenda, Antonio Palocci. No mesmo dia em que o sigilo foi quebrado por ordem de Palocci, 16 de março, dois dos principais assessores de Thomaz Bastos, Daniel Goldberg e Cláudio Alencar, foram à casa de Palocci para discutir a possibilidade de a Polícia Federal investigar o caseiro. Uma semana depois, provavelmente após relatos dos seus dois assessores sobre a conduta de Palocci, Thomaz Bastos foi à mesma casa, acompanhado do onipresente Malheiros. Lá foi discutida uma tese de defesa que tentasse salvar Palocci de ser processado e demitido do cargo de ministro da Fazenda.

Na semana seguinte, quando o encontro foi revelado, Thomaz Bastos disse que apenas ouviu uma exposição de Malheiros sobre "aspectos gerais da questão". Mesmo que tenha sido somente isso, o que é difícil de acreditar, não é função de um ministro da Justiça participar de conversas para tentar salvar colegas de governo enrolados com os mais variados e graves crimes. Na semana passada, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República concluiu que Thomaz Bastos não transgrediu nenhuma norma do governo e que o seu comportamento não feriu a ética. Uma mão lava a outra – e o ministro da Justiça que ajudou a encobrir a quebra do sigilo bancário de um cidadão, um dos pilares da ordem democrática em qualquer país civilizado, safou-se.

O encontro secreto entre Dantas e Thomaz Bastos na terça-feira, dia 16, e não na quarta-feira, como publicou VEJA, é mais um episódio que fere fundo a biografia do ministro. Thomaz Bastos chegou à casa do senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, expoente da "bancada de Dantas" no Congresso, acompanhado dos deputados petistas José Eduardo Cardozo e

Sigmaringa Seixas. A companhia não foi casual. Dantas usou dos préstimos de Cardozo para tentar estabelecer uma ponte com seu arquiinimigo Luiz Gushiken, o imbróglio da Brasil Telecom. Seixas, por sua vez, tentou estabelecer uma ponte entre o banqueiro e o ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Edson Vidigal, que contrariou interesses de Dantas. Na sala de estar, trocaram amenidades por cinco a dez minutos. Conversaram sobre a conjuntura política e sobre os ataques do PCC em São Paulo, que tiveram seu auge na véspera. Heráclito, então, acomodou seus convidados em uma varanda de sua casa. Daniel, no início, negou que tenha encomendado e repassado a VEJA o dossiê das supostas contas no exterior de autoridades. “Não fui eu. Não investiguei nem entreguei os papéis a VEJA”, mentiu o banqueiro. Thomaz Bastos respondeu que não acreditava na informação: “No governo, todos têm convicção de que foi você”. Dantas retrucou, em tom de chiste: “Fora Gushiken, quem mais acha isso? Não sou burro. Divulgar uma lista como essa é uma burrice”. Em seguida, Dantas, o burro, entregou ao ministro uma carta na qual formalizava a negativa. A carta foi lida pelos outros quatro presentes e voltou ao banqueiro, que a colocou em um envelope pardo e a entregou a Thomaz Bastos. O banqueiro disse que mandaria a mesma carta a todos os citados na reportagem de VEJA, inclusi-

era localizar contas no exterior e que a verdade viria à tona um dia.

A certa altura do encontro na casa de Heráclito Fortes, o deputado Cardozo perguntou a Dantas: “Se não foi você, então quem fez esse dossiê?” Dantas não lhe deu resposta objetiva, passando a detalhar a guerra comercial em torno das empresas de telefonia, dos interesses comerciais envolvidos e dos processos judiciais que correm nos Estados Unidos — uma tergiversação típica do banqueiro.

Thomaz Bastos encerrou a conversa dizendo que a Polícia Federal investigaria a fundo a elaboração e a divulgação do dossiê e puniria todos os culpados. “Quero mesmo que tudo seja investigado para provar que sou inocente”, afirmou Dantas. Por volta das 10 e meia da noite, Thomaz Bastos alegou cansaço, chamou os dois deputados petistas e foi embora. No carro de Sigmaringa Seixas, assim que deixaram a casa, o ministro perguntou: “Alguém acreditou em alguma palavra do que ele disse?”. Os dois responderam que não. Na quinta-feira, após uma reunião de coordenação política do governo, Thomaz Bastos abordou o presidente Lula, relatou o encontro e disse que Dantas lhe enviaria uma carta. “O.k., vou esperar a carta”, teria respondido o presidente. Assim se encerra a versão oficial do encontro sigiloso no qual, dizem as testemunhas, não houve acordo nem trégua.

Os sinais do acordo, porém, não se moraram a aparecer. O mais evidente foi a derrubada da convocação de Dantas para depor na CPI dos Bingos do Senado. No dia seguinte ao encontro de Dantas com Thomaz Bastos (17 de maio), a CPI adiou a reunião que discutiria a convocação do banqueiro. O primeiro sinal. Na semana passada, após a divulgação do encontro, a CPI voltou ao tema. Na terça-feira, para surpresa nem tão geral, a base governista conseguiu derrotar por 5 votos a 5 o requerimento que previa a convocação. O resultado foi duplo, pois a oposição e maioria na comissão e consegue aprovar tudo o que quer. Quando tem dúvida se conseguirá aprovar algum requerimento, a bancada oposicionista costuma bloquear as votações para evitar a derrota. No caso de Daniel Dantas, porém, a oposição deixou a proposta ser votada mesmo com dois de seus senadores ausentes: Augusto Botelho, do PDI, e Mozarildo Cavalcanti, do PTB. No dia seguinte, quarta-feira, a oposição aprovou um requerimento para Dantas prestar esclarecimentos na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 7 de junho. A sessão foi tranqüila e a con-

vocação, aprovada por acordo. A comissão não tem poder para convocar Dantas a depor, mas apenas para convidá-lo — e convite aceita quem quer. Se aceitar, o banqueiro deverá mentir, é claro, dizendo que o dossiê com as supostas contas não foi entregue a VEJA por ele, mas por outras pessoas. É o que vem fazendo nas conversas informais. Resta saber se a PF, chefiada por Paulo Lacerda e comandada por Thomaz Bastos, investigará de verdade o banqueiro.

O senador Heráclito Fortes diz que, ao fim da reunião, todos os visitantes se despediram e foram embora. O encontro sigiloso, porém, não terminou. A carta, segundo uma fonte próxima por VEJA — e aí começa a se esclarecer o teatro das convocações — não convoca Dantas para depor. Depois da saída de Thomaz Bastos, o senador Heráclito Fortes e Dantas conversaram. Inquieto, o banqueiro andava de um lado para outro da sala. A certa altura, de dedo em riste, fez aquela ameaça que vale a pena repetir aqui: “Eu não afundo só. Se eu descer, levo o PFL, o PSDB e o PT juntos”. E, antes de deixar a residência do senador no Lago Sul, o banqueiro, ao se despedir, ainda disse: “Espero que cumpram o que foi tratado”. Segundo uma outra fonte de VEJA, o trato entre Dantas e Thomaz Bastos foi bem explícito: para garantir que não fosse convocado pela CPI, o banqueiro disse ao ministro que segurasse os parlamentares petistas da comissão, porque dos da oposição ele “cuidava”. Aliás, anda fácil “cuidar” da oposição. Há três semanas, o senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas, denunciou a tentativa de achaque a Dantas feita por Dejaldo Soares. Depois de VEJA revelar que as relações entre o banqueiro e o governo eram mais complexas, muito mais complexas, Virgílio sumiu do mapa. Por que será? Dantas sabe.

Thomaz Bastos pode ser muitas coisas, menos ingênuo como certos profissionais do “velhissimo jornalismo”. Soa ao mínimo inverossímil a versão de que o ministro pegou dois deputados petistas pelo braço e os levou ao encontro de um desafeto do governo somente para receber uma carta — e um desmentido no qual não acreditou. Ele tem plena consciência do

“QUE CUMPRAM COMIGO O QUE FOI TRATADO. EU NÃO AFUNDO SÓ. SE EU DESCER, LEVO JUNTO PFL, PSDB E PT”

ve ao presidente Lula. “Eu aviso isso ao presidente”, afirmou o ministro da Justiça. A revista apurou que o único a não receber a tal carta foi Gushiken — simples descortesia ou ameaça? Um palpite: no depoimento de Gushiken à CPI dos Correios, em setembro passado, ele recebeu uma ameaça vinda de Heráclito Fortes. O senador disse que a especialidade da Kroll, a empresa contratada por Dantas,

que representa um encontro como esse com Dantas, às escondidas. Ou deveria representar. Mas o Brasil vive um tempo sombrio, em que a ética e a moral são dia-

mente sufocadas por interesses políticos e políticos interesseros. Quando se maugurar o quadro a óleo de Marcos Thomaz Bastos na galeria dos ex-ministros da

Justiça, ele estará marcado pela dívida: foi defensor da justiça como manda a Constituição ou mero advogado de poderosos pegos com a mão na cambisala? ■

DEFESAS HETERODOXAS DO MINISTRO-ADVOGADO

É natural que ministros da Justiça participem da linha de defesa de seus respectivos governos no debate político. A Constituição os obriga a defender a ordem jurídica e as garantias constitucionais. Os sete casos ao lado mostram que Márcio Thomaz Bastos, auxiliado por sua equipe, abusou de seu poder constitucional ao atuar como advogado criminalista do governo Lula em casos de corrupção e outros crimes

O CAIXA DOIS

Bastos foi um dos arquitetos da operação na qual Delúbio Soares e Marcos Valério, em versões combinadas previamente, disseram que os **56 milhões de reais** movimentados nas contas do carequinha não foram usados para subornar parlamentares. Segundo essa versão, o dinheiro serviu para pagar dívidas de campanhas de partidos aliados não registradas na Justiça Eleitoral. Assim, a acusação de mensalão virava um delito menor: o caixa dois eleitoral.

FRANCENILDO 1

Em março, o caseiro Francenildo Costa, que afirmou ter visto o então ministro Antonio Palocci na mansão da República de Ribeirão Preto, teve seu sigilo bancário criminosamente violado pelo governo. Dois homens de confiança de Bastos, Daniel Goldberg e Cláudio Alencar, negociaram com Palocci o uso da Polícia Federal para perseguir Francenildo, a vítima

FRANCENILDO 2

Durante o episódio da quebra de sigilo do caseiro, Bastos reuniu-se secretamente com Antonio Palocci, Jorge Mattoso (então presidente da Caixa Econômica Federal) e Arnaldo Malheiros. Os quatro debateram formas de esconder a autoria do crime livrando Palocci e Mattoso da responsabilidade

ESQUADRÃO DE ADVOGADOS

Enquanto a Polícia Federal — da qual Bastos é chefe — começava a investigar o mensalão, o ministro da Justiça consumiu horas de trabalho para escalar uma superequipe de advogados para os acusados. Alguns deles, como Delúbio Soares e Silvio Pereira, foram defendidos pelo mesmo criminalista, Arnaldo Malheiros, amigo de Bastos e co-autor da versão do caixa dois eleitoral para explicar o mensalão

HENRIQUE MEIRELLES

Bastos foi acionado pelo presidente Lula para transformar supostos crimes praticados pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em meras irregularidades fiscais. Meirelles era acusado de sonegação e evasão de divisas. O presidente do BC gostou tanto que largou seu advogado para contratar Malheiros, o amigo de Bastos

OPERAÇÃO DANTAS

Bastos reuniu-se secretamente com Daniel Dantas na semana em que o banqueiro era acusado pelo governo (e pelo próprio Bastos) de divulgar contas "falsas" de petistas em paraísos fiscais. A versão do ministro para a reunião: foi um encontro "impessoal". Detalhe: Dantas é investigado pela PF, da qual o ministro é chefe

LULINHA

O ministro ajudou o presidente Lula a rever o contrato da Telemar com a empresa de Fábio Luis Lula da Silva, o Lulinha, e montar uma versão defensável para o investimento de **5 milhões de reais** que a companhia fez para tomar-se sócia do negócio de games do filho do presidente

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia me conceder a palavra, pela Liderança do PT?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Ex^a a palavra, pela Liderança do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, fiz o aparte ao Senador Arthur Virgílio, mas não poderia deixar de reiterar algumas questões que, ao longo destes três anos e meio, muitas vezes, me trouxeram a esta tribuna, que é um posicionamento muito claro com relação à maneira de operar e os fortes indícios que pairam sobre os procedimentos empresariais do Sr. Daniel Dantas. Não foi uma nem foram duas vezes que assomamos à tribuna para colocar, de forma franca, e até diria, em vários momentos, recomendados por algumas pessoas para que tivéssemos um pouco de cuidado ao tratar do assunto, tendo em vista que a maneira de operar do Sr. Daniel Dantas tinha fortes indícios de ser aquela que, acredito, estamos em via de comprovar, que é achacando, chantageando, grampeando, fazendo todo o monitoramento de quem quer que seja, desde a mais alta autoridade do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. Ou seja, quem atravessou, ao longo da sua vida empresarial, os seus interesses. A maneira como operou suas empresas e a atuação no Banco Opportunity, que, indiscutivelmente, tem sido uma das principais guerras comerciais do último período.

Ao longo de todo esse período, nas inúmeras vezes em que vim à tribuna ou em atuação nas Comissões e nas CPIs, sempre me pautei no convencimento de que há muita coisa mal explicada, fatos de muita gravidade que se arrastam há muitos anos e que, infelizmente, não tivemos ainda a devida apuração ou o aprofundamento da apuração para que o papel do Sr. Daniel Dantas possa ser configurado a ponto de ele responder criminalmente pelos atos cujos indícios são fortíssimos, de atuação ilícita, ilegal, no País e fora dele.

Por essa razão, quando fiz o aparte ao Senador Arthur Virgílio, fiz questão de reiterar que, ao longo de todo este período, se recebi algum conselho no sentido de tomar cuidado porque os procedimentos do Sr. Daniel Dantas, como tudo levava a crer, eram procedimentos de monitoramento, achaque e investigação ilícita, em nenhum momento, recebi qualquer pedido no sentido de que não aprofundasse, não evoluísse.

E digo, como já disse várias vezes, e repito, que o que me pautou – e tive, inclusive, a oportunidade de dizer a um dos jornalistas da **Carta Capital** que redigiram matéria, neste final de semana, a meu ver, com ponderações extremamente interessantes no sentido de que possamos dar continuidade na apreciação das

atividades do Sr. Daniel Dantas –, foi a certeza absoluta de que mesmo que o Sr. Daniel Dantas tivesse tentado, e eu acredito que ele tentou, se aproximar, que ele buscou cooptar, tentou fazer valer os seus interesses no Governo atual como operou e fez nos Governos anteriores, que o Sr. Daniel Dantas não foi bem sucedido, não obteve favorecimento. Aquilo que ele mais queria, que era continuar no controle da Brasil Telecom, sendo alguém que não havia colocado praticamente nada de dinheiro, mas por conta de acordos previamente firmados no processo de privatização das empresas estatais de telecomunicação, acabaram lhe dando essa coisa altamente conveniente e estranha pela qual, sem colocar praticamente nada de dinheiro, ele era o gestor. O Banco Opportunity era o gestor da Brasil Telecom, em um dos acordos mais esdrúxulos, que inclusive lhe dava o direito, se destituído fosse da condição de gestor – havia um item no acordo, o famoso guarda-chuva, **umbrella**, que está em debate em processo nos Estados Unidos –, permitindo-lhe que, mesmo destituído pelos seus pares, pelos demais componentes da Brasil Telecom, ele poderia ficar mais cinco anos gerindo a empresa.

É, portanto, algo estranho, absurdo, e ninguém consegue me explicar como tal coisa pode ser aprovada e colocada em acordo, a não ser de forma que contenha indícios de ilícitos.

Portanto, se o Sr. Daniel Dantas tentou, e eu tenho convencimento de que deve ter tentado, ele não foi bem-sucedido.

Ele não foi favorecido. Mesmo que vários órgãos de imprensa dêem a entender que houve queda de braço dentro de personalidades do Governo, o resultado não foi de favorecimento, o resultado não favoreceu o Sr. Daniel Dantas. Por isso, ele está absolutamente a descoberto neste momento, atirando para todos os lados para ver como tenta se safar.

Outros procedimentos do Governo Federal me dão esse convencimento. Porque não houve refresco. Toda a investigação dos grampos, dos procedimentos ilícitos de se investigar o Presidente da República, o Ministro Luiz Gushiken, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Vidigal – e tive inclusive a oportunidade de aqui fazer várias leituras a esse respeito –, a juíza do Rio de Janeiro, que foi também afrontada, ameaçada, para não emitir liminares que pudessem trazer prejuízo aos interesses do Sr. Daniel Dantas. Tudo isso me convence de que a Operação Chacal, desenvolvida pela Polícia Federal e que prontamente colocou sob a sua guarda os computadores e toda documentação, foi muito importante na linha de investigação dos atos do Sr. Daniel Dantas e da forma como ele deu seguimento a todo esse procedimento sucessivo na tentativa de encontrar algo que o beneficiasse.

A nossa assessoria estava agora nos lembrando que o nome do Sr. Daniel Dantas foi citado pela primeira vez, na CPI dos Correios, no depoimento da Sr^a Karina Somaggio sobre o Sr. Marcos Valério. Ela dizia que era muito importante trazê-lo para CPI dos Correios a participação do Sr. Daniel Dantas nos episódios envolvendo o Sr. Marcos Valério. Na agenda da Sr^a Karina Somaggio aparecia o nome do Sr. Carlos Rotenburgo e os interesses do Sr. Daniel Dantas naquela agenda. E quem abordou essa questão(?) foi exatamente o Deputado Eduardo Cardozo. Foi a primeira vez que o nome do Sr. Daniel Dantas apareceu, de forma contundente, no sentido de que precisávamos identificar a participação, o envolvimento, o interesse do Sr. Daniel Dantas permeando toda aquela situação. E assim foi nos requerimentos, nos pedidos de quebra de sigilo, de investigação, todos patrocinados pela Bancada do PT ou da Base Governista.

Portanto, se houve interesse em afrouxar ou fazer vista grossa aos procedimentos, tenho certeza de que todas as investigações, sejam as feitas pela Polícia Federal, sejam as patrocinadas e solicitadas pela Bancada do PT e do Governo na CPI dos Correios, não teria efetivamente evoluído ou, pelo menos, teríamos recebido algum recado.

Nenhum recado recebemos nem tivemos a oportunidade de desenvolver.

O caso da Kroll chama-me muito a atenção. Acho que todos nós temos que estar muito atentos para a evolução da investigação, agora que a Kroll finalmente entrega as 21 caixas, e no do papel que desempenhou, nada mais nada menos, que um ex-agente da CIA. Um ex-agente da CIA foi quem alocou toda a estrutura e condições de investigações, patrocinadas pela Brasil-Telecom à época, sob os interesses e ordens do Sr. Daniel Dantas, contra o Citibank.

O papel do Sr. Frank Holder, da CIA, nos procedimentos de investigação do alto escalão do Executivo e do Judiciário brasileiro não é qualquer coisa, não é coisa de menor importância, e, portanto, acho que deve merecer de todos nós atenção. Por isso, quando a Bancada do PT, em voto em separado, exigiu que tudo aquilo que permeava as relações do esquema do Sr. Marcos Valério com o Sr. Daniel Dantas – de relações comerciais, diretas ou indiretas, com suas empresas, de todos os interesses e proximidade do Sr. Daniel Dantas com o Sr. Marcos Valério – foi pelo convencimento de que este é um assunto merecedor de profunda investigação. Neste momento, acreditamos que duas instâncias estão envolvidas e são adequadas para aprofundar as investigações: a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.

Na Polícia Federal, pela Operação Chacal, que agora, finalmente, recebe os documentos da Kroll. São vinte e uma caixas com os documentos de tudo – não sei se é tudo, mas esperamos que seja – o que eles processaram, desde de grampos a interceptação de *e-mails*, como enxeridos que foram na vida pessoal, seguindo pessoas e personalidades. Ou seja, tudo o que produziram em termos de documentos e processaram por meio de investigação ilegal precisa ter o devido aprofundamento na continuidade das investigações pela Polícia Federal, inclusive no inquérito aberto para investigação dessa famosa lista, que cheira – como vários aqui disseram, até mesmo personalidades da própria Oposição – a um novo *Dossiê Cayman*.

Para nós, é muito importante também acompanhar, monitorar as investigações do próprio Ministério Público Federal com os documentos que acabaram finalmente, depois de muita controvérsia, sendo incluídos no relatório da própria CPMI dos Correios.

Volto a afirmar que o julgamento, nos Estados Unidos, da controvérsia entre o Citibank e o Opportunity neste momento é de grande interesse do Sr. Daniel Dantas. Que ele não seja capaz de transformar o Congresso Nacional em um palco para consolidar, a qualquer custo, essa versão que ele apresenta, até mesmo com ameaças – que nem veladas são, mas escancaradas – aos políticos, dizendo que tem condição de levar não sei quem e não sei mais quem não sei para onde.

Que ele não concretize um sonho: deixar de ser réu naquele processo e passar a ser vítima.

Por isso, para nós, toda a discussão de trazer o Sr. Daniel Dantas ao Congresso Nacional tem que considerar com que objetivo isso vai se processar, porque não é por falta de investigação. Muito ao contrário, acho que não existe alguém envolvido em tantos processos investigatórios, todos eles de gravidade imensa, como o Sr. Daniel Dantas; investigações envolvendo a Operação Chacal, a questão entre o Banco Opportunity e o Citibank, nos Estados Unidos, aqui na Polícia Federal, pelo procedimento de listas com insinuações, ilações sem qualquer base de veracidade, no Ministério Público Federal, com relação à continuidade das investigações da CPI dos Correios. Portanto, não falta investigação sobre o Sr. Daniel Dantas. Precisamos agora, de uma vez por todas, deter os expedientes que possam servir aos interesses dele.

Com relação aos procedimentos das autoridades, assinalo que tenho opinião semelhante à do Senador Tião Viana. Entendo que o Ministro Márcio Thomas Bastos deveria ter conversado publicamente no Ministério, até porque já sabemos(?) que o Sr. Daniel Dantas também foi recebido em Palácio, em governos anteriores, pelo Presidente da República. É sempre muito

complexo explicar isso para a opinião pública, dados os interesses escusos dessa figura.

Para nós é sempre bastante difícil – como acho que deve ter sido, não estava no Congresso anteriormente, quando, segundo informações, foi recebido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso – explicar por que essa figura precisa ser recebida pelas autoridades. Essa pessoa – Sr. Daniel Dantas – precisa de uma vez por todas ter a investigação de seus atos concluída para que responda na Justiça se, e há fortes indícios, seus procedimentos ficarem configurados.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por me permitir avançar alguns minutos do meu tempo.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Líder José Agripino, do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria fazer um registro e uma comparação. O primeiro trata da vitória do Sr. Alvaro Uribe, que ganhou a eleição com 62% dos votos, sendo reeleito Presidente da Colômbia.

A Colômbia, Senador Antonio Carlos Magalhães, do Cartel de Medellín, do Cartel de Cali, das Farc, do ex-Presidente

Andrés Pastrana, que tentou um acordo com as Farc – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia –, não conseguiu, não levou à frente, terminou desmoralizado. O Sr. Alvaro Uribe, que fez uma campanha prometendo ao povo transformar a Colômbia num país de respeito, o fez no exercício do mandato, sem acordo. Ele isolou 10 mil guerrilheiros das Farc, tirou-os do território onde antes imperavam, assaltavam, extorquiam, chantageavam, e trouxe o país para a paz, para a tranquilidade; possibilitou novos investimentos, e a Colômbia hoje é um país que voltou a crescer. Tudo por conta de um candidato a presidente que prometeu, cumpriu e devolveu à Colômbia uma coisa fundamental chamada segurança.

Que inveja, Senador Antonio Carlos Magalhães, que inveja! Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a conhece esse projeto Segurança Pública para o Brasil, do Instituto Cidadania, Fundação Djalma Guimarães? O Instituto Cidadania, com endereço à Rua Pouso Alegre, 21, Ipiranga, preparou uma série de documentos e compromissos do PT, assinados pessoalmente pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência. Projeto de Segurança Pública, promoção do Instituto de Cidadania, coordenação geral. A coordenação geral desse projeto de segurança é do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Há aqui umas pérolas que eu gostaria de citar até a propósito da vitória do Sr. Uribe. O Sr. Uribe ganhou a eleição porque cumpriu a palavra e erradicou o narcotráfico, a insegurança, o banditismo, os assassinatos, os seqüestros, os carros blindados da Colômbia, de Bogotá. Ele tem cara de cidadão comum; não tem cara de truculento nem de valentão. É um cidadão comum. Apenas ele tem palavra.

Ele ganhou uma eleição e matou as Farc. Encostou as Farc na fronteira de Venezuela, de Equador e etc., e devolveu à Colômbia a condição de crescimento econômico muito maior do que o do Brasil no ano que passou. Ele é um sul-americano que contou com os recursos e com os elementos de um país sul-americano, terceiro-mundista, chamado Colômbia e conseguiu erradicar a insegurança na Colômbia.

Muito bem. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, na Carta aos Brasileiros, um projeto de segurança composto por vários itens. Quero chamar a atenção para dois desses itens que são muitos, quase todos não cumpridos. E essa é a razão pela qual lamentamos o que aconteceu em São Paulo.

Senador Antonio Carlos Magalhães, está escrito neste documento aqui: determinar que os recursos do Fundo Penitenciário (Funpen) não sejam contingenciados e impor condições específicas e rigorosas na liberação de verbas.

O Funpen tem, no ano de 2006, contingenciados R\$280 milhões. Liberaram um troquinho qualquer.

O Estado de São Paulo é o maior prejudicado no Fundo Nacional Penitenciário.

Uribe tomou e cumpriu o compromisso com coragem, determinação, vontade política e, por isso, teve 62% dos votos da Colômbia e foi reeleito. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, como sempre, como de hábito, toma o compromisso, escreve-o e não o cumpre. Peça a reflexão do povo brasileiro. Está escrito neste documento que ele prometeu estimular e não contingenciar os recursos do Fundo Penitenciário.

O Sr. Marcola, que pintou e bordou no País e nos indignou, está em um presídio de segurança máxima com superlotação porque não foram feitos outros presídios, pois o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva contingenciou R\$280 milhões, contrariando o que escreveu. O dinheiro está votado e aprovado no Orçamento. E ele, Lula, contingenciou e fica deitando falação. Na hora da baderna, vem oferecer quatro mil homens do Exército para ajudar na segurança de São Paulo. Por que ele não liberou o dinheiro que se comprometeu, como candidato, a liberar para o Fundo Penitenciário? Por que quer governar com *marketing*? Faça como Uribe, que tomou compromisso, cumpriu-o e, por isso, se reelegeu com 62% dos votos. Não venha agora, como vem, da boca para fora.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, está abordando um tema importante que é a falta de palavra do Presidente da República e o contingenciamento de verbas quando necessário. Vim às pressas para falar sobre isso hoje.

Mas há um erro nosso. As informações sobre esses compromissos ou discurso de V. Ex^a deveriam chegar a todo o Brasil. Mas não temos essa capacidade. O PSDB e o PFL precisam se organizar para fazer isso. Essas informações devem estar junto ao povo; o povo precisa saber quem é Lula. O povo não sabe quem é Lula, daí por que o resultado das pesquisas são inacreditáveis. Sugiro a V. Ex^a, como Líder do Partido, que ao menos o nosso Partido faça chegar ao povo, aos vereadores, ao povo em geral, sobretudo ao nosso Nordeste, esses compromissos tomados e não cumpridos. Ou então o discurso de V. Ex^a, nessa parte. Não é preciso dizer muito ao homem do interior, é preciso dizer o necessário, como V. Ex^a está dizendo agora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Creio que precisamos chegar a um ponto. Um sul-americano chamado Uribe, Presidente da Colômbia, que é um país muito menor do que o Brasil, fez compromissos, cumpriu e foi reeleito com 62% dos votos. Honrou a sua palavra e cumpriu o seu compromisso. Resolveu o maior problema da Colômbia. A Colômbia era o país do narcotráfico, dos esquemas de Medellín, do Cartel de Medellín, do Cartel de Cali. Não existe mais isso.

O Senhor Lula fez compromissos por meio de uma Carta aos Brasileiros. Depois que acontece a catástrofe de São Paulo – com quatro, cinco dias de ônibus incendiados, de presídios em rebelião, de confusão em toda parte, no Mato Grosso do Sul, no Paraná, em São Paulo –, vem Sua Excelência oferecer quatro mil soldados do Exército, quando ele contingenciou R\$280 milhões, contrariando o que ele escreveu. Ele tomou o compromisso claro, claríssimo.

Sistema Penitenciário – é o Item 1.6:

Determinar que os recursos do Fundo Penitenciário (FUNPEN) não sejam contingenciados e impor condições específicas e rigorosas da liberação de verbas federais para os sistemas penitenciários.

Escreve isso e faz a coisa completamente diferente. Diferente do que Uribe fez. Uribe teve 62% dos votos. O povo do Brasil precisa observar a qualidade do Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, a qualidade do governo e a qualidade da palavra, dos compromissos. Estamos falando do dia-a-dia, das angústias do povo brasileiro; estamos falando de quali-

dade do governante. E aqui não estou cometendo nenhum desatino; estou lendo o documento assinado e escrito por Lula, que não foi cumprido, e se produziu a tragédia de São Paulo.

Presidente Eduardo Siqueira Campos, quer ver outra pérola do documento?

Proteção à testemunha:

Criar o Sistema Nacional de Proteção às Testemunhas, integrado pelos Programas Estaduais e pelo Programa Federal.

Sabe o que aconteceu com o Programa de Proteção às Testemunhas, quando o Sr. Francenildo foi lá? Lembra de Francenildo, o caseiro, que teve as contas bancárias, o seu sigilo bancário quebrado? Lula diz aqui: criar o Sistema Nacional de Proteção às Testemunhas. Quando o caseiro foi lá pedir a proteção do Serviço de Proteção às Testemunhas, a primeira coisa que pegaram lá foi o cartão dele da Caixa Econômica Federal. Com esse cartão, entrou aquela escalada de pessoas envolvidas: Palocci, Márcio Thomaz Bastos, Jorge Mattoso, assessores, que acabaram quebrando o sigilo bancário de Francenildo, para colocá-lo como um vilão e não como um cidadão brasileiro pobre e modesto que foi esmagado pelo poder do Governo! É assim que se fortalece o serviço de proteção à testemunha, invadindo a privacidade de um brasileiro comum e pobrezinho chamado Francenildo!? Ele escreve isso, mas na hora de agir... Na verdade, o que ele escreveu é o que ele fez com o Francenildo. É essa a qualidade do Governo Lula. É minha obrigação, como Líder de partido, trazer esses elementos à consideração do povo brasileiro.

Senador Antonio Carlos Magalhães, vou me esgoelar, vou falar, porque ando na rua, e as pessoas me cobram, dizendo: “Senador, não pare nunca, solte a sua língua, continue como o senhor sempre foi, proteja a sociedade organizada do Brasil”.

A outra pérola é a qualidade de Governo. Está no Jornal **Folha de S. Paulo** de hoje: há um milhão de acampados. Um milhão de acampados é a marca recorde do Governo Lula. Há um milhão de acampados, sem crédito, com a terra entregue, sem atividade produtiva. No fim do Governo passado, eram 60 mil famílias e hoje são 230 mil famílias, que estão recebendo um pedaço de terra e, com certeza, o Bolsa-Família. Porém, aquilo que deveria ser e que era compromisso dele a reforma agrária, com a orientação para que, com um pedaço de terra, a família fizesse sua vida, nada! É o Governo do *marketing*, da propaganda, da enganação. E contra isso é que nós nos insurgimos.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, acho que o brasileiro vai, durante a campanha eleitoral, fazer a reflexão detida. Os dados vão ser oferecidos, para que cada brasileiro possa fazer sua reflexão correta, porque, quando votar, vai votar em

si próprio, no futuro de sua família. Que esse exemplo de Álvaro Uribe seja confrontado com o exemplo do que Lula fez com os recursos do Funpen – Fundo Penitenciário Nacional. Que o exemplo daqueles que cumprem a palavra seja cotejado com o daqueles que não cumprem a palavra, a fim de que o Brasil possa construir o futuro que merece, o futuro de Governo competente e de Presidente que fale verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL baiano.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queridos Senadores presentes, que, embora não sejam muitos, são valorosos, segunda-feira é um dia ruim, mas hoje está péssimo e é por isto que Lula ataca o Congresso: as pessoas não vêm sempre à tribuna dizer o que nós dizemos.

Hoje, Sr. Presidente, volto a falar com o Presidente do Senado para saber se a pauta está ou não trancada e até quando, porque não aceito acordo nenhum, enquanto não for resolvido esse problema dos R\$890 milhões, de que falei aqui na quarta-feira. Impedi a sessão na quarta-feira por causa disso. Agora, a imprensa, **A Folha de S.Paulo** traz a público.

O cinismo é total. Fazem a medida provisória e gastam o dinheiro antes de a medida chegar à Câmara ou ao Senado. E ainda há quem pense que medida provisória deve ser recebida pela Mesa. Não, porque a Constituição está sendo burlada, pois esse não é o espírito do dispositivo constitucional. Essa ladroagem não é urgente, nem relevante. É urgente e relevante para os ladrões, mas não para o povo brasileiro.

Por isso, estou aqui hoje, Sr. Presidente, com a indignação que é própria daqueles que estão vendo tudo o que acontece neste País, e ainda o povo iludido. Eles só querem roubar. O Sr. Procurador da República cumpre o seu dever e manda 40 indiciamentos. Mas, quando começarão a ser julgados esses indiciados, Sr. Presidente? Quando? Eu pergunto se esses mandros que roubaram, que foram denunciados, vão poder registrar-se como candidatos para roubar outra vez? Se continuar do modo como está, o Governo vai continuar roubando. Se eles roubassem e depois parassem, dizendo: “De hoje em diante, vamos ser sérios”... Mas isso não é do feitio do Governo, muito menos do Presidente Lula.

O Presidente Lula, que nunca tinha visto tanto dinheiro, quando chegou à Presidência da República e viu milhões e milhões, achou que tinha de distribuir milhões e milhões com seus amigos. Claro que também não são só os seus amigos. Os inocentes acreditam que ele seja inocente, os ingênuos também, mas quem conhece a vida do Brasil sabe que não.

O que acontece com o Senador José Agripino acontece comigo também. Percorri, entre sexta e sábado, nove municípios baianos e em todos eles o povo dizia: “Nós estamos toda a tarde ouvindo a TV Senado. Não queremos mais ouvir outra coisa até o senhor chegar à tribuna para dizer as verdades, que estamos sendo roubados”. De maneira que sou estimulado pelo povo da minha terra a continuar essa luta. E esta luta, Sr. Presidente, não se faz com acordos aqui no Senado ou na Câmara. Vamos reunir nossas Bancadas e dizer ao Presidente Renan Calheiros que, ou ele toma uma posição... Pouco importa que ele tenha candidato ou não tenha candidato, não é da minha conta saber o que ele faz no seu Partido. Mas é da minha conta, sim, saber que aqui não se vota roubalheira com o consentimento da Mesa do Senado! A Mesa do Senado tem de ver o que é urgente e relevante! O que não for urgente e relevante a Mesa do Senado, pela Constituição, pode não receber! Recebe porque quer e vota porque quer! Conseqüentemente, se a Mesa da Câmara está desmoralizada, a do Senado não vai ficar! Não vai ficar porque o Presidente, até aqui, tem agido com absoluta correção e porque nós temos na Mesa quem advirta o Presidente. São os seus auxiliares mais diretos, que são sérios e não entram nessas falcatruas do Governo.

O Dr. Aldo Rebelo – ele vai dizer até que recebeu um título na Bahia; é um título antigo – foi uma decepção para mim. Eu tinha por ele o maior respeito. Hoje, eu procuro ter, mas não consigo.

É uma coisa triste, Sr. Presidente! Tudo acontece naquela Câmara e tudo se resolve com absolvição: vamos absolver os colegas ladrões! Vamos fazer que isso continue assim; o que nos interessa é pegar uma graninha.

É assim que está se agindo. Essa coisa não pode continuar.

Eu sei que, amanhã, eu vou ser xingadíssimo lá na outra Casa por este discurso, se ainda não for hoje. Pouco importa. Cumpro o meu dever; eles não cumprem o deles. Cumpram lá para poderem reclamar daqui! E não reclamam daqui porque aqui tem sido ainda, apesar dos pesares, uma Casa que está procurando se respeitar – apesar dos pesares! Não vou dizer que sempre foi assim, Sr. Presidente. Não era assim. Tem piorado bastante.

V. Ex^a, que é da Mesa – e acabei de fazer um elogio a sua figura para o seu Estado –, deve sentir que alguma coisa diferente está acontecendo no Congresso Nacional, maculando a vida de nós todos, que estamos nesse bolo porque somos políticos.

O que dizer do Lula? É isto: eu sei que ele rouba, mas ele é amigo da gente, ele é pobre como eu e tal – diz. Ele era pobre, hoje não. As denúncias que saem sobre a sua família e sobre ele, o luxo em que ele vive

demonstra, de modo claro e insofismável, que o Presidente da República não é um pobre. Foi pobre, não gostou de ser pobre, mudou de ares, mudou de vida e, agora, pode se colocar na “elite branca” do Governador Cláudio Lembo, que inventou essa expressão, esquecendo-se dele mesmo.

Por ser ele do meu Partido, não vou silenciar e achar que foi certo ele dizer que foi a “elite branca”, ele que foi por tanto tempo do Banco Itaú, homem ligado ao excelente homem publico, com quem não aprendeu muito, Olavo Setúbal. Daí estar dando certas entrevistas desastrosas, inclusive em relação ao nosso Partido, onde ele quer fazer divisões, onde ele cria um mito de uma pessoa e coloca os outros numa situação mais abaixo, só porque Lula fez um elogio a ele. Veja a pobreza de cabeça! Lula faz o elogio, ele acredita.

Basta Lula elogiar para estar errado! Então, ele não vê isso?! Ele não vê esta manchete do **Correio Braziliense**, que diz: “Lula aumenta em 65% os gastos do Governo”.

É uma matéria de duas páginas: “Torneiras abertas para a campanha. A reeleição está bem pavimentada”. “Lula turbina a própria campanha, autorizando mais despesas este ano do que Fernando Henrique fez por Serra em 2002”. “Emendas parlamentares recebem quatro vezes mais recursos e os aliados de Lula são os beneficiados”.

Está tudo aqui na imprensa. Mas, jornais como este – que é um bom jornal, como a **Folha** – não chegam ao interior do Estado, não chegam às populações pobres, que não têm direito a comprar jornal porque não têm recursos. Mas, o rádio, que é pago por Lula em vários programas, esse chega, Sr. Presidente. E é isso que se está criando para o Brasil essa situação caótica, essa situação de desrespeito, até mesmo de perda da soberania nacional.

Os bolivianos – pobres bolivianos! – avançam na Petrobrás, e o Presidente põe tapete vermelho para Evo Morales. E a coisa repercute três dias e, depois, ninguém mais fala nisso. A Petrobras não vai pagar nada, quem vai pagar é o contribuinte, e nós ficamos numa situação cada vez mais triste.

Sr. Presidente, acho que este Senado ainda pode ter um papel importante na República. Cabe a nós, que estamos aqui e que vamos ficar, e cabe aos novos que virão fazer desta Casa uma fortaleza contra qualquer Presidente que queira desmoralizá-la ou desmoralizar o Brasil, furtando como se furta.

Sr. Presidente, eu sei que V. Ex^a pensa como eu – talvez as circunstâncias políticas não lhe permitam dizer o que eu digo. Mas eu fico triste com algumas pessoas de certo nível defenderem este Governo corrupto, este Governo que está com a marca, a cicatriz da corrupção. Cada dia busca um aliado. Por convencimento? Não! Por compra. Por convencimento não

consegue, mas por compra consegue. E, infelizmente, eu vejo muitos no Congresso Nacional.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que nós vamos lutar.

Há um grupo disposto a lutar, tanto no PSD como no PFL, até no PMDB, pronto para reagir a esta situação de desgoverno do País, esta situação em que os brasileiros, a cada dia, ficam mais pobres e os seus dirigentes, mais ricos. Aí, sim, é que está a elite branca: a dos que roubam. Nós, graças a Deus, até porque somos baianos, não temos o problema da etnia, nós convivemos com todas as raças. Meu orgulho é ser muito querido no meu Estado, sobretudo por aqueles que alguns chamam de cor, mas que, na realidade, são homens de bem, sérios, brancos de verdade na sua vida e que não suportam a sujeira deste Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003**, de autoria do Senador Aelton Freitas, que *dispõe sobre o Sistema de Consórcios*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006** (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 350/06/PS-GSE

Brasília, 24 de maio de 2006

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.703, de 2004, do Senado Federal (PLS 149/04), o qual “Institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 149, de 2004.

O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Luiz Pontes, Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, João Batista Motta e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num denso e analítico relatório a agência de classificação de risco *Moody's* destaca que o nível de despesas públicas no Brasil é bem superior à média daqueles países com mesmo *rating*, entre eles Peru, Colômbia, Costa Rica, Bulgária, Egito, Romênia e Vietnã. Um exemplo da gritante dessa disparidade pode ser mensurado na seguinte informação, disponibilizada pelo referido relatório. Enquanto o gasto das três esferas brasileiras de Governo beira 40% do Produto Interno Bruto, as demais nações emergentes registram 28%. Esse patamar ainda é consideravelmente alto se comparado àqueles exibidos pelos países asiáticos. A Coreia, por exemplo, gasta por volta de 23% e a Tailândia 18%.

Nesse contexto, Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar a nossa preocupação com as agruras vividas pelo setor têxtil e de confecção de nosso País. Nesta segunda-feira, as mais expressivas lideranças empresariais do setor em epígrafe entregam ao Presidente Lula, em Brasília, um documento explicitando as principais reivindicações para melhorar a competitividade do produto brasileiro no exterior e no mercado doméstico.

O setor está literalmente asfíxiado pela excessiva carga tributária e a verdadeira “enxurrada” de importações ilegais, principalmente dos produtos chineses.

A indústria têxtil e de confecções vivencia uma de suas mais graves crises. O cenário é desalentador. A grande totalidade das empresas do setor adiou planos de investimentos, diminuiu a produção e passou a demitir, direcionando investimentos para o exterior. O testemunho do presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT – Josué Gomes da Silva, é esclarecedor. Segundo o Presidente da Abit, o setor é responsável por aproximadamente 1,65

milhões de empregos diretos no País. Desse total, 70% são postos de trabalho ocupados por mulheres.

Um dado relevante e que deveria ser levado pelo Governo está traduzido no ritmo das exportações da cadeia têxtil. Em abril, por exemplo, as vendas externas caíram para US\$158 milhões, ante US\$195 milhões em março. No primeiro quadrimestre, as exportações de roupa acumulam queda de 14,3%, em relação a igual período de 2005, enquanto as importações cresceram 44,8%.

Como destaca o presidente do Sindinvest/ Sindiroupas – entidade representativa do setor de vestuário e confecções: “o Brasil está vendendo matéria prima e comprando produto acabado no exterior”.

Eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que o setor é responsável pela geração de emprego de quase 2 milhões de pessoas e responde por 17,5% da produção brasileira.

É mais do que oportuno apoiar a negociação de acordos bilaterais de comércio com os principais mercados têxteis do mundo, notadamente União Européia e Estados Unidos, entre outras medidas exigidas pelo setor.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito à matéria intitulada “5 lições para derrubar o juro e crescer mais”, publicada pela revista **Veja**, de 24 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Giuliano Guandalini, destaca o lançamento do livro “*Mercado de Capitais e Dívida Pública*”, que contou com a participação de economistas que criaram o real e ajudaram a debelar a inflação. Apesar das várias discordâncias entre os economistas, o livro destaca um ponto em comum: o de que “o atual modelo e seu tripé de sustentação – controle dos gastos públicos, regime de metas de inflação e câmbio flutuante – precisam ser mantidos. Por quê? Seu abandono traria incertezas, os juros subiriam e projetos voltariam a ser engavetados”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

5 LIÇÕES PARA DERRUBAR O JURO E CRESCER MAIS

Time de economistas que criou o real e ajudou a debelar a inflação mostra em livro como reduzir o custo do dinheiro e atrair novos investimentos

Giuliano Guandalini

1 ESTABILIDADE ACIMA DE TUDO

O livro *Mercado de Capitais e Dívida Pública* (Contra Capa: 404 páginas; 52 reais), que chega às livrarias nesta semana, compila as distorções brasileiras, relata seus efeitos perversos e propõe saídas para que o país consiga normalizar o sistema financeiro, derrubar os juros e engrenar uma nova fase de crescimento. Se a estabilidade representou um avanço, há ainda muito a fazer. Organizado pelos economistas Edmar Bacha e Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, o livro resultou do embate acadêmico de alguns dos mais brilhantes economistas do país — entre eles, André Lara Resende e Pérsio Arida, criadores do real, ao lado de Bacha, e os ex-presidentes do Banco Central Afonso Celso Pastore e Gustavo Franco. Os artigos refletem uma infatigável série de discussões ocorridas ao longo do ano passado, na Casa das Garças, residência projetada por Oscar Niemeyer na década de 50.

Ali, há três anos, funciona o Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe), a poucos metros da PUC-Rio, de onde saíram seus fundadores. Ainda que os autores sejam alinhados ideologicamente — essencialmente liberais —, não foram poucas as discordâncias. Mas, se há um consenso, é que o atual modelo e seu tripé de sustentação — controle dos gastos públicos, regime de metas de inflação e câmbio flutuante — precisam ser mantidos. Per quê? Seu abandono traria incertezas: os juros subiriam e projetos voltariam a ser engavetados.

2 REDUÇÃO DA DÍVIDA

No prefácio do livro, o ex-presidente do BC Armínio Fraga sentencia: “A principal distorção da atual cena econômico-financeira do Brasil é o altíssimo nível das taxas de juros”. Isso se deve, entre outros motivos, ao ainda elevado risco de investir no país. Para minorar esse problema, o governo terá de cortar gastos e reduzir o endividamento. O ajuste das contas controlaria a inflação e diminuiria a necessi-

dade de financiamento do governo, abrindo espaço para juros menores. Outro ponto fundamental seria uma legislação que desse autonomia operacional ao BC, porque reduziria o temor de um repique inflacionário. “Em todos os países que deram independência ao banco central os juros caíram”, afirma Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC.

3 TRIBUTAÇÃO MAIS SIMPLES

Que os impostos subiram nos últimos anos não é novidade. Nem que a tributação elevada representa um dos maiores empecilhos ao crescimento. Mas, no sistema financeiro, o efeito foi especialmente de distorção e de perversidade. Na ânsia de arrecadar, o governo criou uma enormidade de tributos que incidem sobre as transações financeiras — a CPMF é o mais famoso deles. A carga tributária no setor financeiro dobrou entre 1995 e 2004. Resultado? O financiamento para empresas

e consumidores ficou mais caro. O irônico é que isso acabou atingindo o potencial de arrecadação a longo prazo, porque inibiu o aumento do crédito na economia. “O imposto deveria ser cobrado sobre o lucro da operação, como ocorre nos Estados Unidos, e não em cima de cada transação”, propõe Bacha. O efeito seria o aumento do crédito a um custo menor.

4 O MERCADO VICIADO

Durante as crises dos últimos vinte anos, os países em desenvolvimento tiveram a confiabilidade colocada em xeque. Os credores exigiram juros mais elevados para emprestar dinheiro a esses países. A moeda de alguns ficou tão desacreditada que a única saída foi a dolarização. O Brasil escapou desse caso extremo. Mas, para atravessar as crises, a equipe econô-

mica criou um artifício: começou a emitir títulos de curtíssimo prazo, cujas taxas de retorno são ajustadas diariamente, conforme as alterações decididas pelo BC. São as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), que oferecem pouco risco ao investidor. Metade da dívida brasileira é composta desses papéis. Esses títulos, porém, minam a eficácia da política monetária, que precisa ser mais dura — com juros mais altos — para controlar a inflação. Normalmente, os países avançados emitem títulos de longo prazo, com taxas prefixadas. Isso deixa a economia menos vulnerável a choques. Como eliminar as LFTs? Esse foi um dos temas mais controversos nos debates da Casa das Garças. A maioria crê numa redução lenta, conforme o país ganhe credibilidade. Outros dizem que o mercado ficou viciado nesses papéis, e o governo precisará adotar medidas para desestimular a compra deles.

5 NOVA CULTURA DO POUPADOR

A cultura dos poupadores terá de mudar. Calejados com as perdas no período de alta inflação, os brasileiros se acostumaram a fazer aplicações de curto prazo, com possibilidade de resgate diário. Esse imediatismo impossibilita que a poupança nacional financie projetos de longo prazo, fundamentais ao desenvolvimento. Nos países avançados são comuns os fundos em que os recursos só podem ser resgatados após um ano. Como mudar isso? Aí as discussões pegaram fogo. Para Gustavo Franco, os atuais fundos de investimento são extremamente lucrativos para os bancos, que resistirão a mudanças. Por isso o governo precisa torná-los mais arriscados e menos rentáveis. Os menos céticos crêem que o alongamento virá naturalmente, com a queda dos juros e a redução do risco Brasil. Diz Ilan Goldfajn, ex-BC: “Será uma transição gradual.” ■

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, volto à tribuna na tarde de hoje para solicitar que seja encaminhada aos Anais do Senado Federal a matéria intitulada “A guerra nos porões”, publicada na revista **Veja**, de 17 de maio do corrente.

A matéria comenta as declarações do banqueiro Daniel Dantas, que diz ter sofrido perseguição do Governo Lula por rejeitar pedidos de propina de “dezenas de milhões de dólares” feitos por petistas em 2002 e 2003.

Sr. Presidente, solicito mais uma vez que a matéria acima citada passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A GUERRA NOS PORÕES

O banqueiro Daniel Dantas tem uma lista com contas em paraísos fiscais que seriam do presidente Lula e do resto da cúpula do PT

Marcio Aith

O banqueiro Daniel Dantas está prestes a abrir um capítulo explosivo na investigação sobre os métodos da "organização criminosa" que se instalou no governo e o estrago causado por ela ao país. Seu nome voltou ao foco na quarta-feira passada, durante o depoimento de Silvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, à CPI dos Bingos. Na sessão, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) revelou o teor de um documento no qual o banco Opportunity, controlado por Dantas, diz ter sofrido perseguição do governo Lula por rejeitar pedidos de propina de "dezenas de milhões de dólares," feitos por petistas em 2002 e 2003. A carta, escrita por advogados de Dantas e entregue à Justiça de Nova York, onde o banqueiro é processado pelo Citigroup por fraude e negligência, é só o começo de uma novela que, a julgar pela biografia de Dantas, não se resume a uma simples tentativa frustrada de acaheque.

Para defender-se das pressões que garante ter sofrido do PT nos últimos três anos e meio, Dantas acumulou toda sorte de informações que pôde coletar sobre seus algozes. A mais explosiva é uma relação de cardeais petistas que mantêm dinheiro escondido em paraísos fiscais. Entre eles estão o presidente Lula, os ex-ministros José Dirceu (Casa Civil), Antonio Palocci (Fazenda), Luiz Gushiken (Secom), o atual titular da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, e o senador Romeu Tuma (PFL-SP). A lista é fruto de um trabalho de investigação feito pelo americano Frank Holder, ex-diretor da agência internacional de espionagem Kroll. Ela apresenta uma série de números de contas, seus titulares, os nomes dos bancos e os saldos referentes ao primeiro trimestre de 2004. Holder disse ter comprova-

do a existência das contas por meio de depósitos. Além disso, Dantas compilou metodicamente não só os pedidos de propina como também as contratações e os pagamentos efetivamente feitos para tentar aplacar as investidas do atual governo sobre seus interesses. Se pelo menos uma parte desse material for verdadeira, o governo Lula estará a caminho da desintegração. Isso, é claro, se o Brasil ainda mantiver as aspirações a se tornar um país sério. Se o material for fruto de falsificação, Dantas vai afundar-se ainda mais na confusão policial na qual se meteu desde que contratou a Kroll para montar dossiês de seus adversários dentro do governo. Em entrevista ao colunista Diogo Mainardi (veja na pág. 45), o banqueiro dá uma idéia do que tem em mãos. Seu arsenal é maior.

VEJA teve acesso à lista das supostas contas dos petistas em setembro de 2005, com o conhecimento de Dantas. De posse dela, a revista deu início a um exaustivo trabalho de apuração. A reportagem encontrou-se com Frank Holder uma vez em Zurique, na Suíça, e outras duas vezes em Buenos Aires. Holder tem uma longa história no mundo da investigação. Oficial de inteligência da Força Aérea dos Estados Unidos, ele transferiu-se para a seção de assuntos latino-americanos da CIA no começo dos anos 90. Nessa condição serviu na Embaixada dos EUA em Buenos Aires até desligar-se, em meados dos anos 90, para fundar a empresa Holder Associates, adquirida em 1998 pela Kroll, da qual se tornou diretor. Em 2003 e 2004, como dirigente da Kroll, supervisionou o trabalho feito para a Brasil Telecom. Foi nesse período que conheceu Dantas e saiu-se com a lista das supostas contas dos petistas em paraísos fiscais.

Inicialmente, Holder explicou a VEJA que a lista fo-

O SIGILO DO COMPADRE

Daniel Dantas pagou 1 milhão de reais ao advogado Roberto Teixeira, padrinho de um dos filhos de Lula. Teixeira não explica qual serviço prestou para Dantas, alegando que assinou uma "cláusula de sigilo" com o banqueiro

ASSÉDIO AO PRIMEIRO-FILHO

Dantas se esforçou para agradar a Fábio Luis Lula da Silva e a seus sócios da Gamecorp. Patrocinou o programa de TV do grupo com 100 000 reais mensais e bancou despesas de uma viagem da trupe à Coreia do Sul e ao Japão

PUBLICITÁRIO LULISTA

Em 2004, Dantas contratou a Matisse para realizar "estudos estratégicos" depois de saber que o dono da agência era Paulo de Tarso Santos, que atende o governo federal e foi marqueteiro das campanhas de Lula em 1989 e 1994

HONORÁRIO MILIONÁRIO

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, levou uma sinecura. Conhecido por "abrir os caminhos" que levam a José Dirceu, ele recebeu 8 milhões de reais para "assessorar" Daniel Dantas

O ESPECIALISTA

Marcos Valério detinha as milionárias contas publicitárias da Telemig Celular e da Amazônia Celular. Mas também prestava outro serviço a Dantas: levava ao banqueiro recados de Delúbio Soares, o homem forte do caixa dois petista

Name: Tuma, Romeu
 Bank: [REDACTED]
 Account no: [REDACTED]
 Cash: €1,109,056.51

Name: Lacerda, Paulo
 Bank: [REDACTED]
 Account no: [REDACTED]
 Cash: €1,121,002.09

Name: Bastos, Márcio
 Bank: [REDACTED]
 Account no: [REDACTED]
 Cash: \$1,477,551.66

Name: Gushiken, Luiz
 Bank: [REDACTED]
 Account no: [REDACTED]
 Cash: €902,105.08

Name: Da Silva, Luiz Inaci
 Bank: [REDACTED]
 Account no: [REDACTED]
 Cash: \$38,552.23

Name: Dirceu, Jose
 Bank: [REDACTED]
 Account no: [REDACTED]
 Cash: \$36,255.36

Name: Palocci, Jr. Antonio
 Bank: [REDACTED]
 Account n°: [REDACTED]
 Cash: \$2,126,805.00

A LISTA COM AS SUPOSTAS CONTAS SECRETAS Na lista produzida por Holder e Manzano, para uso de Daniel Dantas, o presidente e outras autoridades aparecem como detentores de dinheiro em paraísos fiscais. VEJA usou de todos os seus meios para comprovar a veracidade dos dados. Não foi possível chegar a nenhuma conclusão — positiva ou negativa

ra obtida pela Kroll no curso da investigação de outro escândalo: o da quebra, no Brasil e na Itália, da companhia de laticínios Parmalat. Segundo ele, foram recuperados, nessa investigação, documentos que comprovariam detalhes do pagamento de propina da Parmalat a autoridades dos dois países. Desdobrados, esses dados teriam, por tabela, batido na rede de corrupção pessoal do governo do PT. Em dois encontros com a reportagem de VEJA, autoridades judiciais em Milão, encarregadas do caso Parmalat, afirmaram desconhecer essa conexão. Confrontado com a negativa italiana, Holder então mudou sua versão. Passou a dizer que as contas foram rastreadas por hackers pagos pelo ex-ministro argentino José Luis Manzano, símbolo da corrupção do governo Carlos Menem. Hoje dono do terceiro maior grupo de comunicações da Argentina, Manzano é freqüentemente acusado, em seu país, de manter uma equipe de investigadores privados para chantagear inimigos. Em conversa com VEJA, em Buenos Aires, Manzano confirmou ter entregue "algumas contas de brasileiros" a Holder, como um favor pessoal, e autorizou seus funcionários a fornecer novos papéis que comprovariam como as contas dos petistas foram hackeadas. Nesses papéis, os saldos eram bem maiores do que os que constavam na lista original e um novo nome surgiu: o de Duda Mendonça

Por todos os meios legais, VEJA tentou confirmar a veracidade do material entregue por Manzano. Submetido a uma perícia contratada pela revista, o material apresentou inúmeras inconsistências, mas nenhuma suficientemente forte para eliminar completamente a possibilidade de os papéis conterem dados verídicos. Diante de tal indefinição, e tendo em vista que o nome de Dantas voltou a aparecer na CPI VEJA decidiu quebrar o acordo feito com o banqueiro do Opportunity e Manzano. O compromisso inicial era preservar o nome de ambos, caso se pudesse comprovar a veracidade das contas. Nada mais justo: a revelação seria um serviço prestado ao Brasil, uma vez que levaria grandes normas da República a ter de explicar a origem do dinheiro depositado no exterior. Revelar agora que Dantas — e, por tabela, Manzano — está por trás de uma lista em que o presidente Lula aparece como dono de uma conta num paraíso fiscal viabilizará, acredita VEJA, que investigações oficiais sejam abertas. Ao mesmo tempo, isso impedirá que o banqueiro do Opportunity venha a utilizar os dados como instrumento de chan-

tagem em que o maior prejudicado, ao final, seriam o país e suas instituições. No quadro da página ao lado, o elenco das contas foi reproduzido, com os números e nomes dos bancos propositalmente apagados. A revista só os cederá mediante requisição legal.

Dantas alega estar apenas defendendo-se de pressões e achaques dos petistas que queriam tirá-lo do comando da Brasil Telecom. Ainda que existam fortes evidências nesse sentido, o banqueiro não cabe na fantasia de vítima. Principalmente quando se sabe que usou dinheiro para acercar-se de pessoas próximas do presidente Lula e de José Dirceu. Dantas tentou seduzir Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e seus sócios da Gamecorp. Antes de o grupo ser vendido à Telemar, o banqueiro pagava a Lulinha e sua trupe 100 000 reais mensais, para que fornecessem conteúdo para o portal de internet da Brasil Telecom. Por último, ofereceu uma bolada para tornar-se sócio da Gamecorp. No fim, *game over* para Dantas: Lulinha preferiu os agrados da rival Telemar. Dantas deu também 1 milhão de reais ao advogado Roberto Teixeira, padrinho de um dos filhos de Lula. Até hoje, ninguém explicou o que o compadre fez para merecer tanto dinheiro. Teixeira se limita a dizer que foi em troca de um serviço “sigiloso”. O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, também mereceu atenção especial. Amicíssimo do deputado cassado por corrupção José Dirceu, ele foi contratado por Dantas a peso de ouro. Levou 8 milhões de reais para “assessorar” o banqueiro. Com isso, Dirceu, que foi ministro-chefe da Casa Civil de Lula, tornou-se mais sensível aos pleitos do Opportunity. Tem mais. Dantas deu a Marcos Valério as contas publicitárias da Telemig Celular e da Amazônia Celular, num total de 130 milhões de reais. Além de fazer anúncios para Dantas, o carequinha levava ao banqueiro as propostas não republicanas de Delúbio Soares. Em 2004, o banqueiro colocou na sua folha de pagamentos a agência Matisse, de propriedade de Paulo de Tarso Santos, petista histórico e marqueteiro das campanhas de Lula em 1989 e

1994. A Matisse foi contratada para “reposicionar” a marca da Brasil Telecom. Mas o que fez mesmo foi ajudar a “reposicionar” Dantas frente ao governo petista.

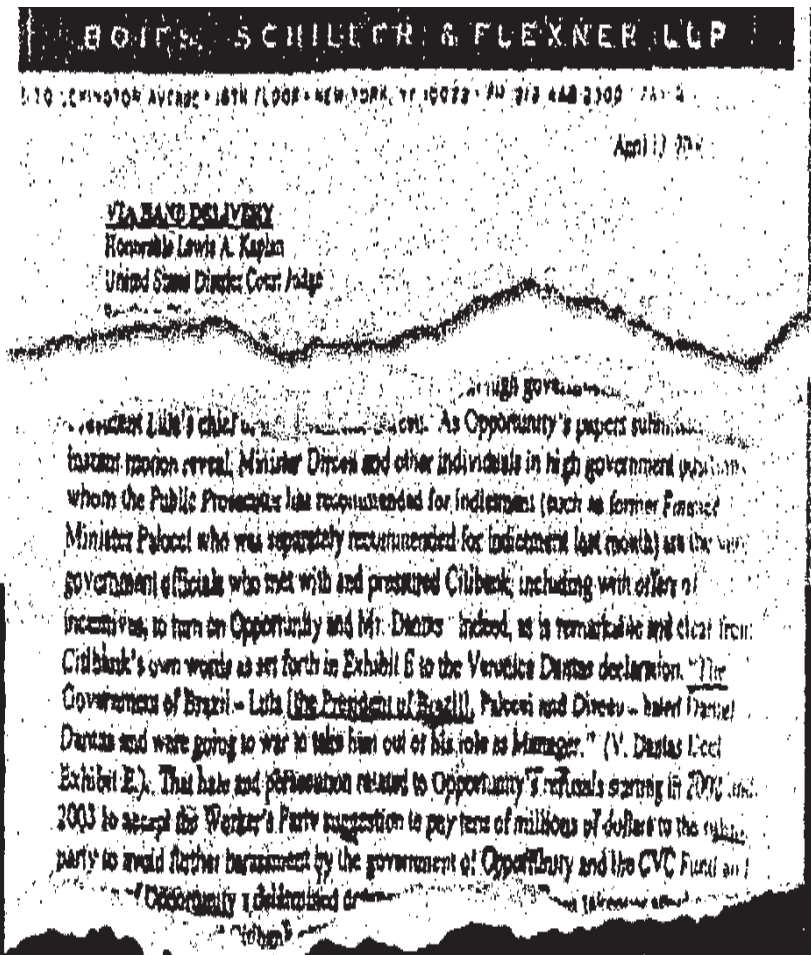
Dantas é assim: rápido e precavido. Tão precavido que começou a reunir seu arsenal anti-PT ainda em novembro de 2002, logo após a vitória de Lula no segundo turno das eleições. Dantas foi, então, procurado pelo megainvestidor Naji Nahas. Dele recebeu um alerta: uma vez no poder, o PT romperia o acordo de acionistas que permitia a Dantas gerir a empresa de telefonia Brasil Telecom com dinheiro de fundos e pensão de estatais. Nahas também contou que o próprio Lula decidira armar o Opportunity do comando da Brasil Telecom e entregá-lo à Telemar, de Carlos Jereissati. O investidor relatou pormenores de uma reunião do conselho da Telemar na qual se discutiram detalhes de um acordo firmado entre Jereissati e a cúpula do Partido dos Trabalhadores. Na ocasião também teria sido negociado um esquema de nomeações e ajuda financeira a campanhas eleitorais. Munido dessas informações, Dantas as resumiu num texto, que mandou criptografar. A versão codificada foi publicada na edição de 22 de outubro de 2002 do jornal *Estado de Minas*. Há dúvidas sobre a relevância do papel, mas Dantas anda com uma cópia dele no bolso. Cabe agora ao próprio banqueiro quebrar o seu “Código Da Vinci” pessoal.

No ano passado, Dantas foi defenestrado do comando da Brasil Telecom pelo Citigroup, que agora o acusará na Justiça americana por fraude e negligência. Ele diz ser vítima de uma conspiração entre o governo petista, que o achacou, e o banco americano, que o perseguiria a pedido do próprio presidente Lula. Foi essa briga judicial que produziu o documento lido pelo senador Arthur Virgílio na CPI dos Bingos. Outros milhares de e-mails e documentos serão divulgados em breve. Vários deles relatam encontros entre o presidente Lula e a direção do Citigroup. Outros detalham pedidos de propina feitos

pelo PT a Dantas. Se quiser realmente esclarecer os fatos, o dono do Opportunity poderia contar publicamente o que pagou e o que deixou de pagar aos petistas.

Uma dica: ele poderia revelar, por exemplo, quantos encontros teve com o ex-presidente do Banco Popular, Ivan Guimarães, e o que foi discutido em cada um deles. Já se sabia que Guimarães operou como uma espécie de genérico de Delúbio durante a campanha presidencial de 2002. O que não se sabia, e Dantas certamente pode comprovar, é que Ivan continuou operando na clandestinidade em 2003 e em 2004, já no governo, achacando empresas e empresários. Ivan procurou Dantas em setembro de 2004. Queria falar sobre a investigação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Opportunity. Dias depois, a comissão julgaria um processo contra o banco, acusado de burlar regras do Banco Central ao admitir brasileiros num fundo de investimento das Ilhas Cayman. O Opportunity poderia ser inabilitado pela CVM, mas acabou recebendo uma pena leve. Esse Ivan é mesmo terrível.

Outra dica: Dantas poderia contar às CPIs como Yon Moreira da Silva, ex-diretor de Negócios Corporativos da Brasil Telecom, lhe apresentou a idéia de comprar parte da Gamecorp, a empresa de Lulinha. Aliás, o próprio Yon pode colaborar com as investigações. Depois que as circunstâncias vergonhosas do caso Gamecorp foram denunciadas por VEJA, o ex-diretor da Brasil Telecom declarou que a Telemar fizera um bom negócio e pagara um preço justo para tornar-se sócia do filho do presidente. O que Yon não conta é que essa declaração lhe foi implorada pelo próprio Palácio do Planalto — mais especificamente pelo então ministro Jaques Wagner, que, falando em nome do presidente Lula, pediu a Dantas que o ajudasse a preservar o filho do presidente. Como se vê, o obscuro Dantas daria uma ótima contribuição ao país se saísse de uma vez das sombras. Coragem, Dantas! ■



"(...) O ministro Dirceu e outros indivíduos em altos cargos no governo (...) são as mesmas autoridades que se reuniram com o Citibank e pressionaram o banco (...) para atacar o Opportunity e o senhor Dantas. De fato, como fica claro e evidente pelas próprias palavras do Citibank constantes na prova E da declaração de Verônica Dantas, 'o governo do Brasil - Lula, Palocci e Dirceu - odiava Dantas'. Esse ódio se relacionava à recusa do Opportunity, a partir de 2002 e 2003, de aceitar a sugestão do PT para pagar dezenas de milhões de dólares ao partido para evitar novos assédios ao Opportunity e ao Fundo CVC"



UMA MALA SEM FUNDO

Segundo ofício que os advogados de Dantas mandaram à Justiça de Nova York, o PT pressionou o Citigroup a romper acordo com o banqueiro e tentou extorquir o Opportunity em "dezenas de milhões de dólares"

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Banditismo e Podridão”, publicada pela revista **Veja**, de 24 de maio do corrente.

A matéria destaca que “Ao atacar Veja, Lula usou adjetivos que seriam mais indicados para qualificar o seu governo”. A revista mostra que “desde 2005, quando **Veja** revelou o escândalo da corrupção nos Correios, Lula, seus ministros e aliados se esforçaram para negar todas as revelações feitas pela revista. Foi assim com o valerioduto, a empresa de Lulinha, os sacadores do

mensalão, os dólares de Cuba, a quebra do sigilo do caseiro, e por aí vai”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BANDITISMO E PODRIDÃO

Ao atacar VEJA, Lula usou adjetivos que seriam mais indicados para qualificar o seu governo

Na semana passada, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desferiu contra **VEJA** o pior ataque já feito por uma autoridade pública a um órgão de imprensa desde a redemocratização do país. Ao comentar a reportagem da revista sobre o arsenal de informações contra o governo estocado pelo banqueiro Daniel Dantas, Lula atacou o mensageiro e não a mensagem. O presidente disse que: 1) **VEJA** atingira “o limite da podridão”; 2) o autor do texto era “bandido, mau-caráter, malfetor, mentiroso”; e 3) na redação da revista não havia ninguém com “10% da dignidade” dele próprio — como se dignidade pudesse ser medida em porcentagem, assim como as propinas dos petistas. Em seguida, Lula afirmou que não havia lido a reportagem contra a qual vociferara. Típico.

Desde 2005, quando **VEJA** revelou o escândalo da corrupção nos Correios, Lula, seus ministros e aliados se esforçaram para negar todas as revelações feitas pela revista. Foi assim com o valerioduto, a empresa de Lulinha, os sacadores do mensalão, os dólares de Cuba, a quebra do sigilo do caseiro, e por aí vai. Nestas páginas, **VEJA** apresenta uma lista dos principais escândalos da era Lula — escândalos que só vieram à tona graças ao trabalho da imprensa. Chama atenção o fato de que, quando eles eclodiram, o presidente jamais utilizou contra seus protagonistas — estes, sim, malfetores — os termos empregados em relação à reportagem exemplar de **VEJA**. Mas os fatos estão aí, ainda que Lula tente igno-

rá-los. Se ele quiser estender-se sobre “banditismo” e “podridão”, é preciso que olhe para seu próprio governo.

CORRUPÇÃO NOS CORREIOS

O banditismo: em maio de 2005, **VEJA** publicou reportagem sobre **Maurício Marinho**, um funcionário dos Correios flagrado em vídeo embolsando propina de 3 000 reais. A revista informou que Marinho fazia parte de uma rede de corrupção que arrecadava recursos para o PTB, de Roberto Jefferson, com o aval do PT. Outros órgãos federais, como o IRB, também estavam no esquema.

A podridão: o ex-ministro José Dirceu classificou a reportagem como “golpismo das elites”, afirmou que o governo Lula “não rouba nem deixa roubar” e garantiu que a corrupção nos Correios era “um caso isolado”. O PT tentou impedir o Congresso de investigar o caso. **O desfecho:** funcionários das empresas confirmaram as denúncias. Todos os diretores dos Correios e do IRB foram afastados.

VALERIODUTO

O banditismo: em junho de 2005, **VEJA** informou que **Marcos Valério** havia montado um grande esquema de lavagem de dinheiro a pedido do PT. Segundo a reportagem, Valério distribuía dinheiro a políticos de vários partidos para garantir apoio a Lula no Congresso. No mês seguinte, a revista mostrou que Valério e os petistas José Genoino e Delúbio Soares haviam firmado contratos milionários de empréstimos nos bancos Rural e BNCC.

A podridão: antes de **VEJA** publicar cópias de contratos assinados por Valério, Genoino e Delúbio, os três retutaram as afirmações da revista. Valério afirmou que todas as acusações eram mentirosas. Delúbio garantiu que nunca havia transgredido os “limites da ética política”. Genoino disse “nunca ter assinado” nenhum empréstimo.

O desfecho: a análise da contabilidade de Valério comprovou todas as denúncias e revelou a existência do mensalão, esquema descrito por Roberto Jefferson em entrevista à *Folha de São Paulo*.

LULINHA E A GAMECORP

O banditismo: **Fábio Luis da Silva**, filho do presidente Lula, montou uma empresa no segundo ano do governo do pai, a Gamecorp. Logo em seguida, ficou sócio da gigante Telema e levou 5 milhões de reais no negócio. A operação não foi comunicada à Comissão de Valores Mobiliários, como deter-

mina a lei. A história foi revelada na edição de **VEJA** de 13 de julho de 2005.

A podridão: o presidente Lula se recusou a investigar o caso. Em um discurso indignado, disse ser alvo de um “golpe barbaço” da imprensa destinado a “invadir sua vida privada”.

O desfecho: a reportagem de **VEJA** foi inteiramente confirmada, mas o governo não tomou

nenhuma providência sobre o caso.

DINHEIRO NA CUECA

O banditismo: em julho de 2005, José Adalberto Vieira da Silva foi preso no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com 100.000 dólares e 200.000 reais escondidos na cueca. Ele era assessor do deputado cearense José Nóbre Guimarães, irmão de José Genoíno, ex-presidente do PT.

A podridão: Adalberto tentou dizer que o dinheiro havia sido obtido com a venda de "legumes e verduras". Genoíno não se manifestou sobre o caso. Guimarães foi poupado de dar explicações. Sua única punição foi ser expulso da executiva do partido no Ceará.

O desfecho: apesar de ter sido apanhado em flagrante, José Adalberto teve a prisão relaxada logo em seguida. Ninguém foi preso nem punido pelo episódio.

CASO BOB MARQUES

O banditismo: em 3 de agosto de 2005, VEJA trazia uma informação que afetava diretamente o ex-ministro José Dirceu. A CPI dos Correios havia em contradição uma autorização de saque no valerióduto no valor de 50.000 reais em nome de Roberto Marques, conhecido como Bob, secretário particular de Dirceu.

A podridão: José Dirceu disse que quem aparecia na lista era um homônimo do seu secretário. O ex-ministro se esforçou para esconder o nome de Bob Marques, porque sabia que a autorização de saque em nome de seu assessor era a prova cabal de sua ligação com o dinheiro sujo do valerióduto.

O desfecho: apesar de tentar ocultar suas relações com Marcos Valério, Dirceu foi cassado pela Câmara em novembro do ano passado e não poderá se candidatar a nenhum cargo público até 2015.

PALOCCI E OS LOBISTAS

O banditismo: no fim de agosto, a revista informou que Antônio Palocci, então

ministro da Fazenda, mantinha perigosas relações com um grupo de lobistas. Na semana seguinte, revelou que eles se encontravam em uma luxuosa mansão no Lago Sul de Brasília.

A podridão: Antônio Palocci convocou uma entrevista coletiva naquele fim de semana para refutar todas as afirmações da revista. Também disse que não se encontrava com os lobistas e que, se tivesse ido à tal casa, deixaria seu cargo no governo.

O desfecho: Palocci foi desmentido por Rogério Buratti, seu ex-assessor, e por Francenildo Costa, o caseiro da mansão.

OS DÓLARES CUBANOS

O banditismo: Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci, transportou dólares vindos de Cuba em um jatinho particular no ano de 2002. Poletto levou o dinheiro de Brasília para um escritório do PT em São Paulo. VEJA revelou os bastidores do transporte de dinheiro em novembro de 2005.

A podridão: o PT pressionou Poletto a desmentir o conteúdo da reportagem durante seu depoimento à CPI dos Bingos. Ele negou ter dado as informações a VEJA e alegou até que, se havia dito alguma coisa, era porque estava alcoolizado.

O desfecho: Poletto saiu da CPI desmoralizado, pois sua entrevista havia sido gravada. E ele estava sóbrio.

MARKETING BANDIDO

O banditismo: em janeiro deste ano, VEJA revelou que Duda Mendonça, ex-marqueteiro de

Lula, que já havia admitido ter recebido dinheiro do caixa dois petista nas Bahamas, também tinha outra conta secreta em Miami e estava envolvido com remessas ilegais de dinheiro para o exterior, desvio de verbas de órgãos públicos, sonegação de impostos e crimes eleitorais.

A podridão: Duda atacou duramente a revista em notas publicadas nos maiores jornais do país. Lula, apesar das revelações, permitiu que Duda continuasse sendo o titular da milionária conta publicitária da Petrobras.

O desfecho: as outras contas de Duda no exterior vieram à tona e ele foi citado pela Procuradoria Geral da República como um dos quarenta membros da "organização criminoso" petista.

O SIGILO DO CASEIRO

O banditismo: em abril, VEJA publicou reportagem em que revelava que o ministro Antônio Palocci havia sido o mandante da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

A podridão: o governo tentou montar uma farsa para preservar a imagem de Palocci diante da opinião pública. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ajudou na tentativa de criar uma versão que eximisse Palocci de responsabilidade.

O desfecho: o ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso confessou ter recebido ordem de Palocci para quebrar o sigilo do caseiro. O ministro foi demitido.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ele voltou – e com estrondo”, publicada pela revista *Época*, de 15 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Matheus Leitão, questiona: “A súbita e barulhenta reaparição de Silvio Pereira pode atrapalhar a caminhada de Lula rumo ao segundo mandato?”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ele voltou – e com estrondo

A súbita e barulhenta reaparição de Silvio Pereira pode atrapalhar a caminhada de Lula rumo ao segundo mandato?

MATHEUS LEITÃO

O escândalo do mensalão foi comparado várias vezes ao caso Collor pelas coincidências entre os dois esquemas. O empresário Marcos Valério de Souza, tesoureiro do caixa do Partido dos Trabalhadores, foi chamado de PC Farias do PT. Assassinado há dez anos, PC, ou Paulo César Farias, era tesoureiro e amigo do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Nos dois casos, há dinheiro escondido no exterior, corrupção em empresas públicas e impunidade, até agora, para os suspeitos de corrupção privada. Na semana passada, surgiu mais uma semelhança. Num entrevista ao jornal *O Globo*, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira afirmou que o valerioduto almejava arrecadar R\$ 1 bilhão – dinheiro que saíria de negócios com o governo para financiar o projeto eleitoral do PT. A meta do esquema de PC Farias também era atingir US\$ 1 bilhão. A diferença é apenas a moeda.

Na entrevista à repórter Soraya Aggege, *Silvinho, como é conhecido, fez várias afirmações bombásticas. Uma delas: “Quando estourou o escândalo, nós nos encontramos com ele. Marcos Valério disse três coisas: ‘Olha, tenho três opções. Entregar todo mundo e derrubar a República, ficar quieto e acabar como PC Farias, ou o meio-termo’. Foi isso”. Disse também que*

De acordo com Silvinho, a meta do esquema do mensalão era arrecadar R\$ 1 bilhão para o PT

a idéia era levantar dinheiro abrindo as portas do governo e do Banco Central aos donos dos bancos Econômico, Mercantil de Pernambuco – que estão quebrados – e Opportunity.

Feita na casa de Silvio Pereira, em São Paulo, a

entrevista levou dois dias. No segundo, ao ser confrontado com as declarações que dera na véspera, Silvio pediu que a entrevista não fosse publicada. Disse que gente poderosa poderia matá-lo e teve uma crise nervosa. Jogou uma mesa no chão, quebrou objetos e machucou a mão. A repercussão da entrevista provocou a reconvocação de Silvio Pereira para a CPI dos Bingsos – ele tentou evitá-la apresentando um laudo médico ao Supremo Tribunal Federal e um atestado de que sofria de “estresse pós-traumático”. Não deu certo. Obrigado a comparecer à CPI dos Bingsos na quarta-feira, Silvinho deu um depoimento patético, em que não desmentiu a entrevista, mas tentou recuar em suas afirmações. “Do que falei, não sei mais o que é fantasia, o que criei na minha cabeça”, disse. O presidente da CPI dos Bingsos, Efraim Moraes (PFL-PB) afirmou depois: “A amnésia do Silvinho depende muito da pergunta que é feita e do interesse dele de responder”.

Sociólogo de 44 anos, casado e pai de uma filha, Silvio Pereira fez carreira na burocracia interna do partido desde os anos 80. Dentro do PT, era uma figura folclórica. Como costuma trocar palavras, confundir nomes e inventar trocadilhos, ganhou o apelido de *Montão* numa alusão a personagem Magda, a moisna burra do programa *Sai de Baixo*, que era exibido aos domingos pela TV Globo. De burro, Silvio não tem nada. Cresceu dentro do PT num ambiente de disputa extremamente acirrada entre as várias correntes internas. Quando Lula chegou à Presidência, Silvio pediu um cargo no governo. Em vez disso, foi designado para comandar o partido com o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-presidente José Genoíno.

Como secretário-geral do PT, Silvio Pereira passou a negociar cargos com partidos da base aliada logo após a eleição de Lula. Ele ficou enfraquecido – como todo o primeiro time do governo Lula e do PT – depois de ser acusado pelo deputado cassado Roberto Jefferson de comandar as nomeações do governo e de ser apontado como “gerente do mensalão”. Mais tarde descobriu-se que Silvinho havia sido presenteado com um jipe Land Rover, avaliado em R\$ 74 mil, da empresa GDK, supostamente em troca de favores no governo.

Até que ponto a reaparição de Silvio Pereira na cena política pode atrapalhar os planos de segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva? Na entrevista ao *Globo*, ele citou, sibilinamente, Lula. Disse que quem mandava no partido eram Lula, o ex-ministro José Dirceu, o

ex-presidente do partido José Genoíno e o senador Aloizio Mercadante. Silvinho se colocou num papel secundário diante desse quarteto. Estaria ele insinuando que Lula tinha ciência do mensalão? Caso a resposta fosse sim, poderia significar, para a oposição, uma mais que bem-vinda

oportunidade de ataque num cenário de franco favoritismo de Lula. Mas não deconer da semana essa hipótese foi perdendo força. Mesmo assim, a estratégia da oposição no Congresso será tentar manter o assunto em pauta e a temperatura política elevada. Nesta terça-feira, a CPI dos Bingsos votará a convocação do publicitário Marcos Valério e a quebra de sigilo tele-

“Do que falei, não sei mais o que é fantasia, o que criei na minha cabeça e o que é ficção”, disse Silvinho

fônico e bancário do ex-ministro José Dirceu, do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e do próprio Silvio Pereira.

Lula tentou demonstrar distância do episódio e continuou a fazer seu périplo eleitoral como se nada tivesse ocorrido. Na mesma semana

em que veio à tona a entrevista de Silvinho, o PT deu um lance importante no tabuleiro da reeleição. Definiu o nome do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, como candidato ao governo de São Paulo. Mercadante foi escolhido depois de derrotar

numa prévia interna a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy.

Para os planos de Lula, a escolha de Mercadante como candidato pode ter um impacto positivo muito maior que o eventual estrago provocado pelos destempeços de Silvinho. É certo que,

no xadrez eleitoral, Mercadante tem pouca chance de derrotar o ex-prefeito José Serra na disputa pelo governo paulista. Na última pesquisa do Ibope, Serra tinha 55% das intenções de voto, contra 8% de Mercadante. Mas o candidato petista pode, ao disputar o governo, também atrair votos para a candidatura de Lula à Presidência.

Ao fazer isso, ele combate o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin em seu principal reduto eleitoral. No mês passado, Lula já conseguiu reduzir pela metade a vantagem que o ex-governador Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à Presidência, tem em São Paulo ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Delúbio pediu dinheiro ao Opportunity, diz ex-sócio”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de 16 de maio do corrente.

Em sua matéria, a jornalista Janaína Leite informa que o empresário Carlos Rodenburg, ex-sócio do Opportunity confirmou as declarações do banqueiro Daniel Dantas de que teria recebido em 2003 de Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, um pedido para contribuir com o partido. O pedido foi feito quatro meses depois do PT assumir o Governo.

Rodenburg também disse que o empresário Marcos Valério estava presente no encontro.

Sr. Presidente, requiro que a referida matéria seja considerada na íntegra como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT SOB SUSPEITA

Opportunity denuncia tentativa de extorsão

Verônica, irmã de Daniel Dantas, prestou depoimento à Justiça de NY

João Domingos Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), entregou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ringos documento que apresenta a versão de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou extorquir “dezenas de milhões de dólares” do grupo Opportunity, comandado pelo banqueiro Daniel Dantas. É a cópia de ofício enviado em 13 de abril ao juiz Lewis A. Kaplan, da corte distrital de Nova York, pelo escritório de advocacia Boies, Schiller & Flexner, contratado pelo Opportunity para defender seus interesses nos Estados Unidos.

O documento foi entregue durante o depoimento do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, o Silvinho, à CPI. Ele foi intimado a depor depois que o jornal *O Globo* publicou, no domingo, entrevista em que disse que o plano do publicitário Marcos Valério e dos petistas era ganhar dinheiro com operações com os Bancos Oppor-

tunity, Econômico e Mercantil de Pernambuco.

Assinado pelo advogado Philip C. Korolovos, o ofício enviado ao juiz afirma que o Opportunity atraiu a ira do PT ao se recusar, em 2002 e 2003, a fazer doações ilegais ao PT para evitar que o governo criasse embargos a seus negócios. O documento reproduz trecho de depoimento dado à Justiça americana pela irmã de Dantas, Verônica, executiva do Opportunity.

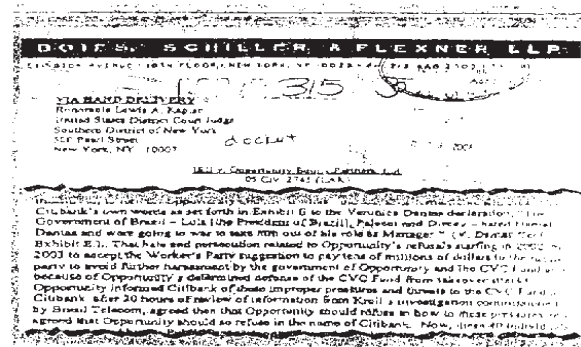
REQUERIMENTO

Arthur Virgílio apresentou à CPI dos Ringos requerimento para que os sócios da Brasil Telecom enviem à comissão os papéis do processo que corre em Nova York referentes a interfe-

Ofício inclui trecho de depoimento dado à Justiça americana pela irmã de Dantas

rências de integrantes do governo.

“Ações do Opportunity, são sócios na companhia telefônica o



fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previi) e o banco americano Citibank. Esses dois sócios se aliam para conseguir afastar Dantas do comando da Brasil Telecom.

Na entrevista que motivou sua convocação para depor na CPI dos Ringos, Silvinho não deu detalhes, mas afirmou que Marcos Valério e os petistas planejavam levantar recursos

com operações que envolviam demandas do Opportunity, Econômico e Mercantil de Pernambuco, além de pendências na área de agropecuária.

DISPUTAS

O ex-secretário-geral do PT disse ainda que havia uma divergência entre o partido e o Opportunity, motivada por disputas que envolviam o Previi ■

Pano de fundo é briga pelo controle da Brasil Telecom

Documento faz parte de processo no qual se enfrentam Dantas e o grupo do Citibank com fundos de pensão

Irany Tereza

O documento apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PS-DB) durante a audiência de Sílvio Perreira e parte do volumoso processo que tramita na Corte de Nova York, no qual brigam, de um lado, o Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, e, de outro, o americano Citibank e os fundos de pensão de estatais Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobrás) e Funcef (Caixa Econômica Federal). No centro da disputa, a gestão da Brasil Telecom, a terceira maior operadora de telefonia fixa do País.

Oficialmente, a direção do grupo Opportunity informa que "não se pronuncia sobre o assunto". Nos bastidores, porém, sabe-se que a versão de que Daniel Dantas teria sido procurado por um integrante da cúpula do PT, durante a campanha presidencial de 2002, é confirmada por ele em conver-

sas com amigos. Mas o valor da "doação compulsória" varia de acordo com cada versão.

Os advogados de Opportunity passaram à Corte de Nova York a informação numa tentativa de sensibilizar o juiz Lewis Kaplan para que ele autorizasse o retorno do grupo ao controle da Brasil Telecom ou a venda de participação acionária, que Dantas buscou passar à Telecom Itália numa transação de 460 milhões de euros. O juiz, que no ano passado deu ganho de causa ao Citibank e afastou o Opportunity da gestão dos negócios, acusando explicitamente Dantas de má-fé, vem negando sucessivos recursos do grupo, que, no Brasil, conseguiu liminar que o levaria de volta ao controle da operadora de telefonia, não fosse o obstáculo norte-americano.

Dantas está convencido de que é alvo de vingança do PT. A briga do banco com os fundos de pensão, no entanto, começou três anos antes da eleição

de Lula e ganhou o noticiário no primeiro semestre de 2000, quando a briga entre os sócios já acumulava mais de 50 ações na Justiça. A disputa ruidosa envolveu espionagem empresarial, denúncias de corrupção, suborno e traição.

Mas o Opportunity - que participou do processo de privatização das empresas de telefo-

Em conversas com amigos, banqueiro confirmou ter sido procurado pelo PT

nia só como gestor de recursos e participação estimada em 1% na Brasil Telecom - conseguiu se manter no controle do fundo CVC, responsável pela administração das empresas, por força de acordo de acionistas firmado na época da privatização e, principalmente, por continuar tendo como aliado o Citibank.

Apenas quando o grupo americano passou para o lado dos fundos, há cerca de um ano e meio, num acordo financeiro absolutamente desvantajoso para os fundos, o grupo de Dantas foi afastado. Se não conseguirem um bom investidor para a Brasil Telecom até 2007, os fundos comprarão a participação do Citibank por R\$ 1,3 bilhão, mais correção, a despeito de restrições legais.

Fortes ligadas ao Opportunity acusavam os fundos de agirem de acordo com o que determinava o então secretário de Comunicação do Govern. Luiz Gushiken. O ministro foi afastado no meio de escândalo que abalou o governo, quando se revelou que uma empresa da qual era sócio, especializada em previdência, ganhara diversos contratos de serviços para os fundos de pensão.

Das seis empresas originalmente controladas pelo CVC Opportunity, Daniel Dantas conseguiu tornar-se controlador apenas da empresa Santos Brasil, o maior terminal de contêineres no País, que opera no Porto de Santos. Ele continua dividindo com a Andrade Gutierrez o controle da Sanepar, companhia de saneamento do Paraná, mas o gestor da empresa é um contratado dos fundos de pensão. No mais, Dantas perdeu, em efeito dominó, a participação na Teletag, na Amazônia Celular e no Metrô do Rio. ●

O ESTADO DE S. PAULO

STF nega pedido para não comparecer à CPI

Defesa alegava que ex-secretário do PT está deprimido

Mariângela Gallucci

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello rejeitou ontem um pedido dos advogados do ex-secretário do PT Sílvio Pereira, o Silvinho, para que ele fosse desobrigado de comparecer ao depoimento marcado para hoje na CPI dos Bingos. Os advogados de Silvinho argumentaram que ele está abalado e até pensa em suicídio, mas Marco Aurélio alegou razões técnicas para negar a solicitação.

O problema ocorreu porque o requerimento da defesa de Silvinho foi vinculado a outro pedido de habeas-corpus apresentado ao Supremo em novembro,

quando Silvinho depôs pela primeira vez na CPI. Na ocasião, Marco Aurélio expediu liminar para que o ex-secretário do PT tivesse o direito de não responder a perguntas que pudessem comprometer sua defesa.

Desta vez, o ministro do STF considerou que era preciso apresentar um pedido desvinculado do primeiro. A defesa anexou um laudo médico que informa que Silvinho está com depressão. "Constatamos que ele se encontrava absolutamente descompensado emocional-

mente, com humor lábil, propendendo para o pólo depressivo, com idicações de menos valia, como de auto-extermínio", sustenta o laudo, expedido semana-feira em Taubaté (SP).

Os médicos que assinam o documento são Ricardo Briten court Nepomuceno e Charles Louis Kiraly, da Clínica Saint Germain. Depois de examinarem Silvinho, os dois concluíram que ele passava por "estado de stress pós-traumático, depressão moderada grave e distímia". No documento, os médicos afirmaram que Silvinho estava "descompensado emocionalmente" e sugeriram a sua internação.

Eles afirmaram que o ex-secretário do PT começou a ser tratado com "antidepressivos inibidores seletivos de recaptação de serotonina, ansiolíticos e neurolepticos atípicos para controlar a fase aguda". Os médicos dizem ainda que não contra-indica-

das "quaisquer situações que retralmem essa condição atual de estresse".

Para tentar suspender o depoimento, os advogados argumentaram, além do problema de saúde, que a intimação pela CPI foi feita em período inferior a 48 horas.

Um pedido alternativo, também rejeitado por Marco Aurélio, era que o Supremo esclarecesse aos integrantes da CPI que os questionamentos devem se ater ao objeto da investigação: os bingos. Eles queriam que Silvinho tivesse o direito de se recusar a responder perguntas que pudessem incriminá-lo direta ou indiretamente e que ficasse a seu critério a opção de permanecer calado. ●

MP e PF também ouvirão ex-petista

Silvinho foi intimado a prestar depoimento ainda nesta semana

Mariângela Gallucci

Além de ter sido chamado para falar na CPI dos Bingos, o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira terá de prestar depoimento nesta semana ao Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal.

Procuradores da República no Distrito Federal intimaram Silvinho a depor em quatro procedimentos abertos pelo MPF para apurar irregularidades em licitações e contratos dos Correios envolvendo empresas como SMPB, Novadata, Consórcio Alpha e HHP.

O depoimento foi marcado

para as 8 horas de amanhã. Segundo a assessoria de comunicação do MPF, se ele não comparecer, não está descartada a possibilidade de condução coercitiva. Os procuradores decidiram ouvir o ex-secretário do PT após a publicação de uma entrevista sua no jornal *O Globo* no último domingo.

Na reportagem, Silvinho disse que a intenção do publicitário Marcos Valério era faturar R\$ 1 bilhão no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também afirmou que cumpria ordens do presidente, do ex-ministro José Dirceu (Casa Civil), do senador Aízio Meredante

e do ex-presidente do PT José Genonva.

A Polícia Federal intimou Silvinho para saber em que condições ele indicava pessoas da confiança do governo para cargos em empresas estatais. O objetivo é estabelecer essas indicações passavam pela arrecadação de gás no recusos junto a empresas fornecedoras de serviços para as estatais.

O depoimento, que deverá acontecer amanhã ou na sexta, caso retarde o interrogatório do Ministério Público, será anexado ao inquérito dos Correios, empresa que

recebeu indicações de Silvinho, segundo o próprio ex-secretário-geral petista.

A PF também quer saber se o ex-dirigente do PT possui informações que ajudem a fechar provas do envolvimento de autoridades do governo ou de representantes dos partidos aliados nas irregularidades que foram praticadas nos Correios.

A polícia não descarta a hipótese de desmembrar o inquérito da estatal e abrir investigações específicas para empresas envolvidas no escândalo. ● MARIÂNGELA GALLUCCI e VANNILDO MENDES

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também desejo registrar o editorial intitulado “Fronteiras confusas”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 23 de maio deste ano.

O editorial destaca que, em mais um exemplo de confusão entre Estado, governo e partido, a administração petista está promovendo uma explosão de sindicalizações entre trabalhadores rurais, o que beneficia principalmente a CUT, central que mantém vínculos históricos com o PT.

Fronteiras confusas

EM MAIS um exemplo de confusão entre Estado, governo e partido, a administração petista está promovendo uma explosão de sindicalizações entre trabalhadores rurais que beneficia principalmente a CUT, central sindical que mantém vínculos históricos com o PT.

As verbas do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foram multiplicadas por cinco na atual gestão e, para ter direito aos empréstimos fortemente subsidiados, é preciso provar a condição de trabalhador rural. O governo oferece dois modos de fazê-lo. Um é obter certidão emitida por uma Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Só que essas empresas, dos governos estaduais, pouco atuam. O outro caminho é obter a declaração de um sindicato.

O resultado dessa combinação é duplamente favorável ao governo. De um lado, o aumento das sindicalizações fortalece a

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado igualmente seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CUT. Dos 3.490 sindicatos hoje filiados à central, 1.272 (36%) já são de agricultores. De outro, um contingente crescente de trabalhadores rurais está sendo beneficiado com verbas que poderão chegar a R\$ 10 bilhões neste ano, o que tende a favorecer o governo nas eleições. A título de comparação, o orçamento do Bolsa-Família, vedete eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é de R\$ 8,7 bilhões neste ano.

É natural que trabalhadores se organizem em sindicatos e que a agricultura familiar receba apoio estatal. O que é lamentável, porém, é verificar que o modelo de financiar essa atividade beneficia os governantes de turno e seus amigos.

Num sindicalismo saudável, centrais crescem quando conseguem promover melhores negociações e oferecer melhores serviços a seus filiados. No sindicalismo petista, a CUT cresce servindo de intermediária na liberação de verbas públicas.

O SR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Opportunity denuncia tentativa de extorsão”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 11 de maio deste ano.

O artigo destaca que durante a reunião da CPI dos Bingos o Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), entregou um documento que apresenta a versão de que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou extorquir dezenas de milhões de dólares do grupo Opportunity através do banqueiro Daniel Dantas. O documento é uma cópia do ofício que foi enviado em 13 de abril para o juiz Lewis A. Kaplan, da corte distrital de Nova York, pelo escritório Bois, Schiller & Flexner, contratado pelo Opportunity para defender seus interesses nos Estados Unidos.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto que trago à tribuna é a matéria intitulada “STF nega pedido para não comparecer à CPI”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 10 de maio do corrente.

A matéria destaca que a defesa do ex-secretário geral do PT Silvío Pereira tentou impedir que ele comparecesse à CPI dos Bingos alegando que o ex-secretário do PT está deprimido.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT SOB SUSPEITA

Opportunity denuncia tentativa de extorsão

Verônica, irmã de Daniel Dantas, prestou depoimento à Justiça de NY

João Domingos
Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

Olíder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), entregou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos documento que apresenta a versão de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentou extorquir “dezenas de milhões de dólares” do grupo Opportunity, comandado pelo banqueiro Daniel Dantas. É a cópia de ofício enviado em 13 de abril ao juiz Lewis A. Kaplan, da corte distrital de Nova York, pelo escritório de advocacia Boies, Schiller & Flexner, contratado pelo Opportunity para defender seus interesses nos Estados Unidos.

O documento foi entregue durante o depoimento do ex-secretário-geral do PT Silvío Pereira, o Silvíinho, à CPI. Ele foi intimado a depor depois que o jornal *O Globo* publicou, no domingo, entrevista em que disse que o plano do publicitário Marcos Valério e dos petistas era ganhar dinheiro com operações com os Bancos Oppor-

tunity, Econômico e Mercantil de Pernambuco.

Assinado pelo advogado Philip C. Korologos, o ofício enviado ao juiz afirma que o Opportunity atraiu a ira do PT ao se recusar, em 2002 e 2003, a fazer doações ilegais ao PT para evitar que o governo criasse embaraços a seus negócios. O documento reproduz trecho de depoimento dado à Justiça americana pela irmã de Dantas, Verônica, executiva do Opportunity.

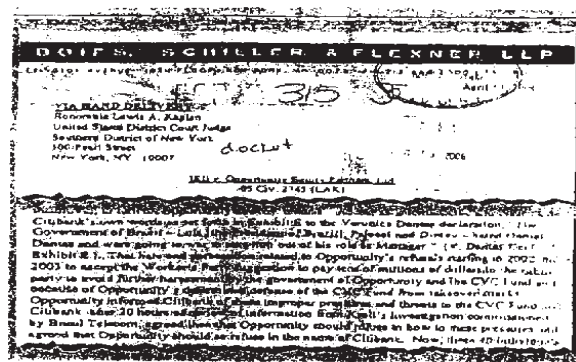
REQUERIMENTO

Arthur Virgílio apresentou à CPI dos Bingos requerimento para que os sócios da Brasil Telecom enviem à comissão os papéis do processo que corre em Nova York referentes a interfe-

Ofício inclui trecho de depoimento dado à Justiça americana pela irmã de Dantas

rências de integrantes do governo.

Além do Opportunity, são sócios na companhia telefônica o



fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) e o banco americano Citibank. Esses dois sócios se aliaram para conseguir afastar Dantas do comando da Brasil Telecom.

Na entrevista que motivou sua convocação para depor na CPI dos Bingos, Silvíinho não deu detalhes, mas afirmou que Marcos Valério e os petistas planejavam levantar recursos

com operações que envolviam demandas do Opportunity, Econômico e Mercantil de Pernambuco, além de pendências na área de agropecuária.

DISPÚTAS

O ex-secretário-geral do PT disse ainda que havia uma divergência entre o partido e o Opportunity, motivada por disputas que envolviam o Previ. ■

Pano de fundo é briga pelo controle da Brasil Telecom

Documento faz parte de processo no qual se enfrentam Dantas e o grupo do Citibank com fundos de pensão

Irany Tereza

Um documento apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB) durante a audiência de Silvano Pereira é parte do volumoso processo que tramita na Corte de Nova York, no qual brigam, de um lado, o Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, e, de outro, o americano Citibank e os fundos de pensão de estatais Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobrás) e Funcef (Caixa Econômica Federal). No centro da disputa, a gestão da Brasil Telecom, a terceira maior operadora de telefonia fixa do País.

Oficialmente, a direção do grupo Opportunity informa que "não se pronuncia sobre o assunto". Nos bastidores, porém, sabe-se que a versão de que Daniel Dantas teria sido procurado por um integrante da cúpula do PT, durante a campanha presidencial de 2002, é confirmada por ele em conver-

sas com amigos. Mas o valor da "doação compulsória" varia de acordo com cada versão.

Os advogados do Opportunity passaram à Corte de Nova York a informação numa tentativa de sensibilizar o juiz Lewis Kaplan para que ele autorizasse o retorno do grupo ao controle da Brasil Telecom ou a venda de participação acionária, que Dantas buscou passar à Telecom Itália numa transação de 460 milhões de euros. O juiz, que no ano passado deu ganho de causa ao Citibank e afastou o Opportunity da gestão dos negócios, acusando explicitamente Dantas de má-fé, vem negando sucessivos recursos do grupo, que, no Brasil, conseguiu liminar que o levaria de volta ao controle da operadora de telefonia, não fosse o obstáculo norte-americano.

Dantas está convencido de que é alvo de vingança do PT. A briga do banco com os fundos de pensão, no entanto, começou três anos antes da eleição

de Lula e ganhou o noticiário no primeiro semestre de 2003, quando a briga entre os sócios já acumulava mais de 50 ações na Justiça. A disputa ruidosa envolveu espionagem empresarial, denúncias de corrupção, suborno e traição.

Mas o Opportunity - que participou do processo de privatização das empresas de telefo-

Em conversas com amigos, banqueiro confirmou ter sido procurado pelo PT

nia só como gestor de recursos e participação estimada em 1% na Brasil Telecom - conseguia se manter no controle do fundo CVC, responsável pela administração das empresas, por força de acordo de acionistas firmado na época da privatização e, principalmente, por continuar tendo como aliado o Citibank

Apenas quando o grupo americano passou para o lado dos fundos, há cerca de um ano e meio, num acordo financeiro absolutamente desvantajoso para os fundos, o grupo de Dantas foi afastado. Se não conseguirem um bom investidor para a Brasil Telecom até 2007, os fundos comprarão a participação do Citibank por R\$ 1,3 bilhão, mais correção, a despeito de restrições legais.

Fontes ligadas ao Opportunity acusavam os fundos de agirem de acordo com o que determinava o então secretário de Comunicação de Governo Luiz Gushiken. O ministro foi afastado no meio do escândalo que abalou o governo, quando se revelou que uma empresa da qual era sócio, especializada em previdência, ganhara diversos contratos de serviços para os fundos de pensão.

Das seis empresas originalmente controladas pelo CVC Opportunity, Daniel Dantas conseguiu tornar-se controlador apenas da empresa Santos Brasil, o maior terminal de contêineres do País, que opera no Porto de Santos. Ele continua dividindo com a Andrade Gutierrez o controle da Sanepar, companhia de saneamento do Paraná, mas o gestor da empresa é um contratado dos fundos de pensão. No mais, Dantas perdeu, em efeito-dominó, a participação na Telemig, na Amazônia Celular e no Metrô do Rio. ■

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o estudo "Segurança Alimentar", realizado pelo IBGE sob encomenda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujos resultados foram divulgados no último dia 17 de maio. O referido estudo apresenta como novidade uma nova metodologia que permitiu identificar e contar o número de pessoas em diferentes estágios de risco alimentar.

Nesse contexto, faço o registro da matéria intitulada "IBGE diz que 14 milhões de brasileiros passam fome", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 18 de maio do corrente. Segundo a matéria, "A promessa de garantir três refeições diárias a todos os

brasileiros, várias vezes repetida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está longe de ser realizada". O estudo revelou que mais de 3,3 milhões de famílias em todo país convivem de forma rotineira com o pesadelo da fome.

Sr. Presidente, por oportuno, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RETRATOS DO BRASIL

IBGE diz que 14 milhões de brasileiros passam fome

São 7,7% da população em situação de insegurança alimentar grave, de acordo com levantamento feito a pedido de ministério

Robson Pereira

A promessa de garantir três refeições diárias a todos os brasileiros, várias vezes repetida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está longe de se tornar realidade. A comprovação da distância entre intenção e realidade foi divulgada ontem pelo IBGE. Estudo inédito revelou que mais de 3,3 milhões de famílias em todo o País convivem de forma rotineira com o pesadelo da fome. Ao todo, 14 milhões de brasileiros, número equivalente a 7,7% da população, vivem no que o instituto chama de ambiente de insegurança alimentar grave. Em outras palavras, passam fome. Deixam de comer por absoluta falta de dinheiro para comprar alimentos.

O estudo, chamado Segurança Alimentar, foi realizado por encomenda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A principal novidade está na metodologia usada, que permitiu, pela primeira vez, identificar e contar o número de pessoas em diferentes estágios de risco alimentar. O novo método enterra de vez as estimativas anteriores usadas com alarde, mas sem respaldo técnico.

O estudo identifica não apenas aqueles que passam fome, mas também os que convivem com a preocupação de eventual falta futura de comida. Essas pessoas são consideradas em estado de insegurança alimentar leve, moderada ou grave. Existem 18 milhões de residências nessa situação. Nelas, moram 72 milhões de brasileiros, quase 40% da população do País. Nos dois últimos degraus, estão cerca de 40 milhões de pessoas (22% da população total), que enfrentavam à época da pesquisa (último trimestre de 2004) "limitação de acesso quantitativo a alimentos básicos".

Para a pesquisadora da Unicamp Ana Maria Segal, pioneira no uso do método, em um estudo restrito à região de Campinas o nível moderado da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

(EIA) configura um quadro de restrição na quantidade de alimentos que pode ou não caracterizar uma situação de fome, condição que ela considera "bastante provável", principalmente entre os adultos. "Mas na insegurança grave, o quadro é mesmo de fome, independentemente da presença ou não de crianças no domicílio", afirmou.

Os Estados de Norte e do Nordeste, mais uma vez, lideram a tragica estatística: mais da metade da população dessas regiões mora em domicílios onde a quantidade de alimentos disponíveis é insuficiente para garantir a sobrevivência em condições mínimas de dignidade. O Maranhão, com 18% dos domicílios em situação de insegurança alimentar grave, lidera o ranking da fome, seguido de perto por Roraima (15,8%) e Paraíba (15,1%).

Santa Catarina, com 2%, São Paulo, com 3,4%, além de Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe, todos com 3,7%, compõem o bloco dos cinco Estados que apresentam a menor proporção de domicílios onde a fome é mais do que uma ameaça.

Para o secretário de Avaliação e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rômulo Paes de Sousa, "não há surpresas" em relação ao perfil da desigualdade brasileira. "Há décadas sabemos quem são, mas só agora, com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, ficamos sabendo quantos são e o quanto eles estão em situação desfavorável."

Apesar de destacar a importância do estudo, Souza ressaltou que a escala "é a fotografia" de um momento. "Naquela época, existiam 5,7 milhões de domicílios cadastrados no Bolsa Família, que hoje já atende a 9,1 milhões de famílias." A expectativa do governo, diz ele, é que em dezembro o programa atinja 11 milhões de domicílios, o que representa o universo estimado para as famílias com renda per capita domiciliar de até R\$ 120 por mês.

REPASSES
Duas em cada três famílias em

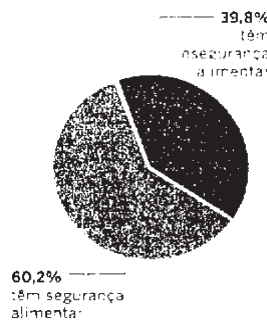
PESQUISA

Os números

Levantamento feito pelo IBGE foi realizado no 4º trimestre de 2004

O que diz o estômago dos brasileiros

Entre os 182 milhões de brasileiros:



De 72 milhões de pessoas em insegurança alimentar:

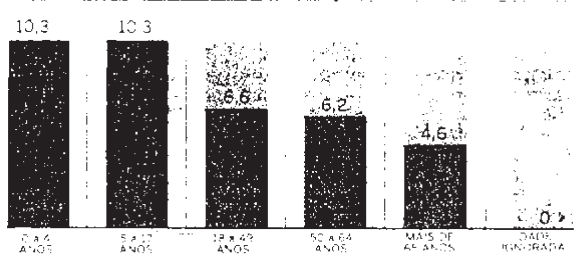
45,3% têm insegurança leve
35,4% têm insegurança moderada
19,3% têm insegurança grave
14 milhões são os que passam fome

Quem passa fome

Crianças e jovens

A insegurança alimentar grave por faixa etária

PORCENTAGEM DO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA PARA A FAIXA ETÁRIA



Pretos e pardos

Insegurança alimentar grave por cor ou raça



13.929.331

situação de insegurança alimentar (63%) receberam dinheiro de pelo menos um programa social de transferência de renda que foi realizada a posteriori. Para 15% delas, o repasse não foi suficiente para impedir que ao menos uma pessoa do domicílio passasse fome, segundo os números divulgados no tempo pelo IBGE.

A pouca eficácia dos repasses sociais, pelo menos à época da pesquisa, fica mais clara no Norte e no Nordeste, regiões mais hereditárias pelas ações de transferência de renda. Em am-

bas 73% das famílias com déficit alimentar recebiam benefícios sociais de acordo com a Bahia.

Souza não vê contradições nos números. "Em 2004 havia um contexto de transferência de renda diferente do atual." Segundo ele, naquela ocasião existiam cinco programas diferentes, e o Bolsa Família estava apenas no começo. "No ano passado houve uma forte racionalização, com a integração de vários desses programas para o Bolsa Família, e isso não está refletido no estudo", justificou. ■

15 questões detectam insegurança alimentar

O conceito de segurança alimentar utilizado pelo IBGE, inspirado em metodologia adotada nos Estados Unidos, Canadá e México, trata-se, entre outras coisas, de contemplar pessoas e famílias que não sofrem restrição na quantidade ou na variedade dos alimentos e não têm qualquer mudança deste padrão.

De a insegurança alimentar e pobreza em níveis que variam desde a preocupação de que o alimento acabe antes que haja dinheiro para a reposição até chegar ao ponto mais grave em que a família passa a sofrer restrição na disponibilidade de comida.

São pessoas que nem sempre comem um ou dois dias "além dos dias" ou "para além dos dias" e que não conseguem comprar comida para o membro da família doente ou com alguma deficiência física ou mental, ou que não podem substituir uma refeição por outro alimento

depois da falta de garantia de que não passarão mais fome.

Para elaborar a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, o IBGE cruzou dados relativos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada no último trimestre de 2004 com um questionário em 15 perguntas. Para cada pergunta são oferecidas apenas as alternativas "sim" ou "não". A cada "sim", surgem outras opções de respostas para identificar frequência.

Cada conjunto de perguntas recebe uma pontuação. Se as quatro primeiras receberem um "não" como resposta, fica caracterizada uma situação de falta de segurança alimentar. Para caracterizar um quadro de insegurança moderada e leve, são exigidas as respostas "sim" em algumas das 15 questões do Escala. ■ R.F.

Onde se passa mais fome

Proporção de famílias em situação de insegurança alimentar grave por Estado	
● Maranhão	18,0%
● Roraima	15,8%
● Paraíba	15,1%
● Rio Grande do Norte	13,9%
● Ceará	12,9%
● Piauí	12,3%
● Alagoas	11,7%
● Bahia	10,8%
● Pernambuco	10,8%
● Amazonas	10,3%
● Acre	10,3%
● Tocantins	9,9%
● Mato Grosso do Sul	9,0%
● Goiás	8,9%
● Minas Gerais	8,5%
● Mato Grosso	8,1%
● Espírito Santo	8,1%
● Pará	7,1%
● Mato Grosso do Sul	7,0%
● Paraná	6,7%
● Santa Catarina	6,4%
● Santa Catarina	2,0%
● Média brasileira	7,7%

Fonte: IBGE

Metade das crianças de até 4 anos está sob risco

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar revela um cenário perverso para os domicílios com crianças e aqueles que se declaram pobres ou pobres em todo o País: metade dos meninos e meninas até os quatro anos de idade encontram-se em situação de risco alimentar leve, moderado ou grave. No nível mais baixo da tabela, há 1,5 milhão de crianças convivendo com a falta de comida, número que representa 10,3% da população brasileira na faixa etária.

No Norte e no Nordeste a situação é ainda pior, com cerca de 17% das crianças com menos de cinco anos de idade em situação de insegurança alimentar grave antes de 4 anos de idade. No Sul Sudeste é 5,7% no Centro-Oeste.

Desse 1,9 milhão de brasileiros que vivem de pouco, a maioria da fome, mais de 10 milhões são pretos ou pardos (62,6%), uma diferença significativa diante dos 3,6 milhões que se de-

clararam brancos (27,3%) e sofrem com a falta de alimentos. Enquanto para a população negra a proporção dos que não têm nenhum tipo de preocupação com a alimentação é de 40%, para os brancos o número de segurança total chega a 72%.

Três em cada quatro pessoas que convivem com a fome moram em domicílios onde a renda per capita mensal não ultrapassa meio salário mínimo, o equivalente a R\$ 4,36 por dia.

O número de moradores também representa forte impacto. Enquanto a proporção de moradores com insegurança moderada ou grave situa-se em um patamar próximo a 15% nos domicílios com até três pessoas nas residências com seis ou mais chega a 12%. No domicílio com pelo menos um morador com menos de 18 anos, a proporção de insegurança alimentar moderada ou grave chega a 24,4%, por tabela a partir dos 18 anos. ■ R.F.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para solicitar que seja inserido nos Anais da Casa o artigo intitulado “Até quando, sabemos; mas até onde?”, de autoria do presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 16 de maio do corrente.

O Senador Bornhausen, em seu artigo trata das próximas eleições de outubro e destaca que “á medida que o processo eleitoral se desenvolver a opinião

pública tomará consciência de que Lula e a parcela corrupta do PT já foram longe demais em matéria de desastres políticos, econômicos e sociais”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Até quando, sabemos; mas até onde?

JORGE BORNHAUSEN

Prometiam fazer-me retirar a afirmação de que este país se verá livre do PT por muito tempo. Pois reafirmo a aposta

“**Ô** BORNHAUSEN/ estou aqui/ a nossa raça/ tu vai ter que engolir.” “Tu vai”, assim mesmo —trocando a concordância pára parecer espontâneo e popular, quando, na verdade, era uma peça de marketing ensaiada, falsa como é a maior parte do PT—, um coro de militantes desafiou-me no encontro nacional petista. Prometiam fazer-me retirar a afirmação de que este país, a partir de janeiro, se verá livre do petismo por muito tempo. Pois me apresento voluntariamente para reafirmar a aposta.

Estou sinceramente convencido de que o povo brasileiro tem vergonha e não esquecerá os tempos de corrupção, mentira, cinismo, incompetência, populismo e chantagem do governo Lula. Um quadro que, ao ser revelado, há dois anos, com o “caso Waldomiro Diniz”, já parecia escabroso e que se supera a cada dia.

Quando se imaginava que havia atingido o ápice, com a explícita traição dos interesses nacionais na crise Brasil-Bolívia, surgem as declarações de Silvio Pereira, que secretariava a conspiração petista com Marcos Valério. Ou seja, além de imolar o país, por meio da evidente cumplicidade dos petistas com o tresloucado venezuelano Chávez, “muy amigo” preferencial da atual política externa brasileira, temos a indicação de que Lula, pessoalmente, participou de decisões ilegais.

Não sou profeta, até assumo muitos erros de previsão. Muitas vezes confiei em generosas inspirações quixotescas. Esqueci que a insensatez tende a premiar os mais astutos. Agora, porém, insisto na certeza de que, em janeiro de 2007, acabará o pesadelo petista.

Com o fim do governo Lula —sua corrupção acintosa, a falsidade ideológica, a mentira, até o crime político—, este país respirará. Poderá fazer opções verdadeiramente democráticas, sejam partidárias, ideológicas, programáticas, administrativas, livres do suborno, chantagens de instituições como o men-

salão, valeriodutos, “dinheiro não contabilizado” com que se tenta truncar a verdade eleitoral, subverter a fidelidade partidária, desmoralizar as instituições.

A pajelança do PT a Lula em que o coro do “tu vai” tentava me agredir era, em si mesma, uma farsa grotesca. Ou seja, uma evidente manifestação eleitoral, enquanto o próprio candidato —para enganar a quem, à Justiça Eleitoral?—, como vem fazendo acintosamente, usando dinheiro e próprios do governo numa campanha cara e desigual, repetia que ainda não tinha decidido concorrer à reeleição... Patética ironia, Lula dizer que não é candidato! Presidente da República é que ele não é, porque não trabalha, não governa, delega para incompetentes e só aparece para fazer discursos vazios e demagógicos ou para entregar os interesses nacionais aos seus parceiros Chávez, Morales e cia.

Como se não bastassem as tristes revelações de cada dia, na semana passada viu-se o uso eleitoral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, que aplicou num único município de Ceará tanto quanto em todo Estado do Piauí, para beneficiar um aliado do governo, conforme denúncia do Ministério Público. Fazer política com verbas da seca é coisa que parecia ter ficado no passado, mas está aí. Não é denúncia vazia. Daí a apreensão geral.

Lula e o segmento corrupto do PT desmoralizaram tudo neste país. Acenaram com um sindicalismo democrático —que devia sepultar o peleguismo estadonovista, como eles mesmos diziam— e criaram uma nova classe de

burocratas que esvazia as salas dos trabalhadores; garantiram que o país teria uma nova política externa, e transformaram o Itamaraty em centro de reeducação marxista. Prometeram uma nova política econômica e fizeram o Brasil perder o grande boom da economia mundial, que cresce a uma média de 7%, 8% ao ano, enquanto não vamos além dos 2,5%.

Comprometeram-se com mecanismos de política social —como o Fome Zero— e apenas recauchutaram, com pitadas de corrupção e paternalismo, o Bolsa-Escola, o vale-gás e outros mecanismos que já existiam e funcionavam sem roubo ou desvios... O Bolsa-Família é uma apropriação indébita, apenas uma marca de fantasia, com drenos para facilitar desvios de dinheiro público, com cartões distribuídos por cabos eleitorais, utilizando formas competentes de distribuição de renda que já existiam. Se o Bolsa-Família fosse um produto comercial e industrial, Lula já estaria condenado na Justiça por pirataria, apropriação de marcas, idéias e direito autoral de terceiros.

Por tudo isso, e à medida que o processo eleitoral se desenvolver —na verdade, hoje, apenas Lula, a pretexto de divulgar atos presidenciais, faz propaganda eleitoral com marketing estruturado—, a opinião pública tomará consciência de que Lula e a parcela corrupta do PT já foram longe demais em matéria de desastres políticos, econômicos e sociais. Daí a minha certeza de que não haverá reeleição. Sabemos, portanto, que a impostura termina em 31 de dezembro. Impreterivelmente. A questão é saber até onde, nesses próximos meses, até 31 de dezembro, Lula e o PT nos levarão. Qual será o limite de tantos desvios éticos, corrupção e erros? Felizmente já sabemos até quando os aturaremos. Mas até onde chegarão?

Jorge Konder Bornhausen, 68, senador pelo PFL-SC, é o presidente nacional do partido. Foi governador de Santa Catarina (1979-82), ministro da Educação (governo Sarney) e da Secretaria de Governo da Presidência da República (governo Collor).

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Amorim: ‘Estranhamos muito’”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 12 de maio do corrente.

A matéria destaca que, sem manifestação do Presidente Lula, coube ao Ministro das Relações Exteriores responder às acusações bolivianas de que a Petrobras não paga imposto e tem contratos ilegais com o País. A matéria deixa claro como a postura do Presidente Lula, que se apequenou em relação à grandeza do cargo que ocupa, aliada à tibieza da re-

ação inicial do Governo, custaram caro à autoridade do Governo brasileiro.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sem pronunciamento do presidente Lula, coube ao ministro das Relações Exteriores responder às acusações bolivianas de que a Petrobras não paga imposto e tem contratos ilegais com o país

Amorim: “Estranhamos muito”

DA REDAÇÃO

“Lamentamos e estranhamos muito.” Foi com esta frase que o ministro das relações exteriores, Celso Amorim, reagiu às declarações do presidente boliviano, Evo Morales, de que os contratos da Petrobras na Bolívia são ilegais e de que não haverá pagamento de indenização. Segundo Amorim, ele respondeu ao governo boliviano a pedido do presidente Lula, que não se pronunciou publicamente ontem. Questionado se suas declarações não eram muito moderadas na comparação com o tom usado por Morales, o ministro respondeu: “Nossa estratégia é tentar resolver essa questão, mas estranhamos muito o que ocorreu. Se você quiser traduzir isso para indignação não estará equivocado”.

Amorim negou a suspeita levantada por Morales de que assessores do Palácio do Planalto teriam bloqueado o contato dele com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para antecipar os termos do decreto que nacionalizou o setor do gás. Todas as informações que temos não confirmam isso”, afirmou. “Fizemos todos os intentos possíveis para se dialogar com a Bolívia.”

O ministro afirmou ainda que as declarações de Morales contrastam com o acertado em uerto Iguazú (na Argentina), a semana passada. “O governo

do presidente Lula não deixará de defender os interesses brasileiros legítimos”, afirmou, para depois esclarecer que O desejo do Brasil de resolver a questão não pode ser confundido com moderação. Segundo o chanceler, o presidente Lula poderá falar com Morales durante a reunião em Viena.

Sobre as declarações de Morales de que os contratos de empresas petrolíferas na Bolívia são ilegais e que as petroleiras não pagam impostos, são contrabandistas, Amorim disse: “Prefiro crer que ele não estivesse se referindo à Petrobras. E salientou que o governo brasileiro “tem convicção” de que a Petrobras age de forma legal. “A Petrobras é um orgulho para o nosso país, da mesma maneira como é a Seleção Brasileira, e será defendida. A Petrobras sempre se pautou pela norma legal. A estatal compra diariamente 27 milhões de metros cúbicos de gás da Bolívia.

PETROBRAS REAGE

A Petrobras se diz indignada com as acusações do governo boliviano de que a companhia tenha operado de forma ilegal naquele país. Em nota, a estatal informa que sempre atuou estritamente dentro da lei em todos os países onde opera ou operou e que sua presença na Bolívia é decorrente de acordos bilaterais entre os governos dos dois países.

Estranheza

As estripulias do presidente Evo Morales em Viena deixaram confuso o ministro brasileiro de Minas e Energia, Sítas Rondeau, que retornou ontem de uma reunião com seu colega da Bolívia, o ministro de Hidrocarbonetos Andrés Soliz Rada.

“Lamento e estranho as declarações do presidente da Bolívia. Há uma grande discórdia entre o que está escrito e o que vem sendo falado”, afirmou Rondeau. Segundo ele, as palavras de Morales não combinam com o resultado da reunião que ele teve com Rada. “É uma situação que não ajuda, não constrói. Saí de lá (da reunião na Bolívia) entendendo que estamos tratando do assunto no lugar certo”, completou o ministro.

Política correta

O ministro de Relações Institucionais e coordenador político do governo, Tarso Genro, disse que não se surpreendeu com as declarações de Morales e não acredita que sua intenção seja romper as relações com o Brasil. “A Bolívia depende muito mais de uma relação contratual conosco do que o Brasil com a Bolívia. O que os países têm que achar é uma aproximação dos pontos de interesse para que a relação continue com vantagem para o Brasil e para a Bolívia.”

VISÃO DO CORREIO

Postura inaceitável

Ao ignorar, na semana passada, a necessidade de reagir à altura da intempestiva decisão de Evo Morales de nacionalizar na marra as refinarias da Petrobras em território boliviano, o presidente Lula apequenou-se em relação à grandeza do cargo que ocupa. Pior: acionou uma bomba de efeito retardado que foi explodir em Viena.

A tibieza da reação inicial custou caro à autoridade do governante brasileiro. Foi a senha para a nova afronta de Morales, que ultrapassou todos os limites da razoabilidade ao ofender a Petrobras e o Brasil. Obteve novamente como resposta um incompreensível e inaceitável silêncio.

A toda ação corresponde uma reação, com a mesma intensidade, mesma direção e sentidos contrários. Este é o enunciado da Terceira Lei de Newton, um dos pilares da Física, ensinada logo cedo nas escolas. Infelizmente, o presidente Lula deve ter faltado a essa aula.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Delegado quer Waldomiro na cadeia”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 16 de maio do corrente.

A matéria destaca que a Delegacia de Combate às Ações do crime Organizado (DRACO), do Rio, solicitou a prisão preventiva do ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência, Waldomiro Diniz. Waldomiro que foi um dos principais assessores do então ministro da Casa Civil e hoje Deputado cassado José Dirceu, foi exonerado do Governo federal pela acusação

de ter pedido propina ao empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 16/05/2006 Página: _____

Delegado quer Waldomiro na cadeia

Dois anos e três meses depois de ser exonerado do governo federal pela acusação de ter pedido propina ao empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência Waldomiro Diniz terá a sua prisão preventiva solicitada pela Delegacia de Combate às Ações do Crime Organizado (Draco) do Rio. No governo, Waldomiro foi um dos principais assessores do então ministro da Casa Civil e hoje deputado cassado José Dirceu (PT-SP).

Waldomiro, que já tinha sido acusado formalmente por corrupção passiva, agora será indiciado por formação de quadrilha, enriquecimento ilícito e falsidade ideológica, entre outros crimes. O relatório final do inquérito será encaminhado hoje pelo delegado Milton Olivier para a 23ª Promotoria de Investigação Criminal do Ministério Público Estadual.

No inquérito, Cachoeira, já indiciado por corrupção ativa,

será acusado pelos crimes de formação de quadrilha e falsidade ideológica. Além dos dois, outras oito pessoas serão indiciadas, incluindo o ex-deputado Bispo Rodrigues, que está preso em Cuiabá (MT), acusado de desviar

dinheiro público destinado à compra de ambulâncias. Cachoeira e Rodrigues também terão a prisão preventiva requerida.

Concorrências

A polícia apurou a gestão de Waldomiro na presidência da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj). Ele será acusado de beneficiar o empresário de jogos manipulando concorrências para que a empresa Combralog, de Carlinhos Cachoeira, ganhasse a licitação para explorar jogos eletrônicos on line no estado.

Usando também o que foi apurado pela comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Rio, o relatório a ser encaminhado ao promotor Homero das Neves Freitas Filho concluirá que Diniz usou de sua influência com o presi-

dente da Associação de Bingos do estado, José Renato Granado Ferreira, para que Cachoeira fornecesse as máquinas de jogos eletrônicos aos bingos.

No entendimento do delegado, o empresário goiano conseguiu colocar suas máquinas eletrônicas de jogos no Rio de Janeiro com a ajuda de Waldomiro.

O advogado de Waldomiro, Luis Guilherme Vieira, lembrou ontem que não existe respaldo legal para o pedido de prisão preventiva que, inclusive, já tinha sido sugerida pela CPI da Alerj ao Ministério Público Estadual. Lembrou também que seu cliente nunca deixou de comparecer, pessoalmente, onde foi convocado. Waldomiro afirmou que está à disposição da Justiça. “Continuo, como sempre estive, à disposição da Justiça, pois a ela cabe e caberá o julgamento dos meus atos. Nunca me furtarei ou furtarei de comparecer em qualquer instância onde for convocado. Cumprirei com seriedade e respeito as decisões proferidas”, diz em nota.

BISPO COMPLICADO

Preso na Operação Sanguessuga, acusado de receber verba pública destinada à compra de ambulâncias, o ex-deputado Bispo Rodrigues (RJ) será acusado em mais um processo judicial. Ele renunciou ao mandato depois que Roberto Jefferson (PTB-RJ) o apontou como beneficiado pelo mensalão. No relatório do delegado Milton Olivier, o ex-líder do PL será acusado de formação de quadrilha, corrupção passiva e apropriação indébita, entre outros crimes. Pelo inquérito, ele recebeu dinheiro desviado da Loterj, além de ter ficado com parte dos salários de assessores que empregou na autarquia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às quatorze horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Luiz Otávio**
Prazo final: 15-6-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim
Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autar-

quias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228 - 1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador **Gilberto Mestrinho**
Prazo final: 23-6-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de

dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador **Edison Lobão**

Prazo final: 4-7-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador **Fernando Bezerra**

Prazo final: 4-7-2006

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis

com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de

alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 14, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispendo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José

Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 174, DE 2000**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre

crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 9 minutos.)

Ata da 70ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Eduardo Siqueira Campos,
Cristovam Buarque, Marcelo Crivella e Romeu Tuma*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/5/2006 07:36:00 até 30/5/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZÉREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERACLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	

PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TÓURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006** (nº 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 20, de 2006** (nº 211/2006, na origem), de 24 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de abril de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, juntado ao processado do **Aviso nº 10, de 2006**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 351/06/SGM/P

Brasília, 24 de maio de 2006

Assunto: envio de proposição à sanção presidencial

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento Senado Federal, que, em Sessão Plenária do dia 23-5-06, foram aprovadas Emendas de nºs 1 e 2 e rejeitada a Emenda de nº3, oferecidas por essa Casa Projeto de Lei de Conversão nº9, de 2006 (MPv nº280/06, do Poder Executivo qual “Altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004.”.

2. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

3. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente. – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006, volta à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que promulgou a **Lei nº 11.308**, de 23 de maio de 2006, proveniente da **Medida Provisória nº 279, de 2006**, conforme Ofício nº 1.081, de 17 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Aldo Rebelo.

É o seguinte o ofício recebido:

OF. Nº 1.081/06/SGM/P

Brasília, 17 de maio de 2006

Assunto: encaminha MP nº 279/06 para promulgação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do art. 12 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 279, de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) para os fins que especifica”.

Atenciosamente. – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2006

Acrescenta o art. 1.815-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para determinar, nos casos de indignidade, que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 1.815-A. Em qualquer dos casos de indignidade previstos no art. 1.814, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará imediata exclusão do herdeiro ou

legatário indigno, independentemente da sentença prevista no caput do art. 1.815.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As instituições de direito privado vêm experimentando notável revolução em suas estruturas, e, aos poucos, abandonam antigos valores para se revestirem de maior segurança jurídica e, sobretudo, maior eficácia.

A presente proposição tem por finalidade dirimir dúvidas e interpretações quanto às definições contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, bem como aperfeiçoar o instituto da exclusão de herdeiro ou legatário indigno, que vem sofrendo mudanças no correr dos anos.

Tais mudanças são calcadas nas recentes transformações sociais, que conduz à colocação da dignidade humana em primeiro lugar. Dentre as mais notáveis alterações na ordem privada, sobrelevam as contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, revigorando o direito das sucessões no Brasil, na vanguarda mundial de proteção patrimonial dos legítimos herdeiros e legatários.

Após quase quatro anos de colheita de bons frutos, a sociedade sente a necessidade de tomar automática a exclusão de herdeiro ou legatário indigno, condenado por sentença penal transitada em julgado. Assim, não será mais admitido que herdeiro ou legatário, que tenha sido autor, co-autor ou participe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seja agraciado com os bens advindos da herança.

Ademais, o Projeto de Lei acima afasta a necessidade de propositura de ação de exclusão da sucessão (ou ação de indignidade), por qualquer dos herdeiros, em desfavor do herdeiro indigno, vez que a sentença penal condenatória transitada em julgado terá o efeito imediato de excluir da sucessão o herdeiro ou legatário indigno. Em outras palavras, herdeiros ou legatários declarados culpados por sentença penal condenatória transitada em julgado serão imediatamente excluídos da sucessão, sem que seja preciso submeter novamente a matéria à nova decisão soberana do Poder Judiciário.

A sentença penal, transparente e justa, fortalecerá o direito sucessório, vez que traz segurança jurídica para os demais herdeiros e legatários, que não serão obrigados a litigar novamente em juízo contra aquele que tiver matado, ou tentado matar, o seu ente querido.

Assim, apresentamos projeto para que a exclusão imediata do herdeiro ou legatário assassino seja mecanismo idôneo para a solução dessas questões que causam tanto constrangimento na sociedade.

São essas as razões que justificam a proposição, que, pelo seu amplo alcance social, certamente merecerá o apoio dos demais membros deste Parlamento.

Sala das Sessões, – Senadora **Serys Sihessa-renko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I – que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II – que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III – que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

Art. 1.815. A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença.

Parágrafo único. O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2006

Acrescenta o art. 790-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para impedir que autor, co-autor, ou participe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 790-A. O beneficiário que houver sido autor, co-autor, ou participe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa segurada não tem direito ao recebimento da indenização.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As instituições de direito privado vêm experimentando notável revolução em suas estruturas, e, aos poucos, abandonam antigos valores para se revestirem de maior segurança jurídica e, sobretudo, maior eficácia.

A presente proposição tem por finalidade dirimir dúvidas e interpretações no sentido das definições contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, bem como aperfeiçoar os contratos de seguro de vida, que vem sofrendo mudanças no correr dos anos.

A discussão da proposta de reforma do Código Civil, ora a cargo do Senado Federal, não pode omitir-se quanto o dever de impedir que criminosos se beneficiem economicamente com a prática de seus crimes. No entanto, não há previsão legal expressa no Código Civil, que desobrigue a seguradora de pagar a indenização ao beneficiário autor, co-autor, ou participe de homicídio contra o segurado.

Dessa forma, apresentamos projeto para incluir no Código Civil norma legal expressa que desobrigue as seguradoras de pagar a indenização do seguro ao beneficiário que tenha sido autor, co-autor, ou participe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra pessoa segurada.

São essas as razões que justificam a proposição, que, pelo seu amplo alcance social, certamente merecerá o apoio dos demais membros deste Parlamento.

Sala das Sessões, – Senadora **Serys Slhessa-renko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 790. No seguro sobre a vida de outros, oponente é obrigado a declarar, sob pena de falsidade, o seu interesse pela preservação da vida do segurado.

Parágrafo único. Até prova em contrário, presume-se o interesse, quando o segurado é cônjuge, ascendente ou descendente doponente.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2006

Altera o art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos

costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, com a

redação dada pela Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....

§ 2º Fabricar, importar, distribuir, ter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes ou as tradições dos povos, bem como a seus cultos, credos, religiões ou símbolos.

Penal – reclusão de um a três anos e multa.

§ 3º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** for cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Penal – reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 4º No caso do § 3º:

I – o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

a) o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo:

b) a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

II – constituirá efeito da condenação, após o trânsito em julgado da sentença, a destruição do material apreendido. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto pretende coibir a fabricação, a divulgação, a importação, a distribuição, a comercialização e a guarda, em depósito, dos jogos de videogame que ofendam os costumes, as tradições dos povos, dos seus cultos, credos, religiões e símbolos. Portanto, busca-se proteger o princípio da igualdade – para muitos o maior dos princípios constitucionais – com a caracterização dessas condutas discriminatórias como crime, mediante a previsão em lei.

O crime acima descrito, a ser induído na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, harmoniza-se com os tipificados no art. 20. Isso porque as atividades que definem as novas hipóteses de delitos objeto da proposição

ção (fabricar, divulgar, importar, distribuir etc.) complementam e atualizam o alcance do referido dispositivo em face de uma nova realidade: a do entretenimento com videogames que podem conter, clara ou subliminadamente, o caráter ofensivo já mencionado.

No tocante aos direitos e às garantias fundamentais, é cediço o princípio constitucional da liberdade de expressão, consagrado nos incisos IV e IX do art. 5º. No entanto, cumpre-nos destacar que a tipificação do crime ora proposta resulta do desrespeito ao princípio da liberdade de crença religiosa assegurada nos incisos VI e VIII do referido artigo, bem como a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas (inciso X) e à norma que manda punir qualquer discriminação contra os direitos e liberdades fundamentais (inciso XLI).

Em conformidade com esses princípios, o **caput** do art. 20 da Lei nº 7.716, de 1989, configura crime de discriminação a prática, a indução ou a incitação à discriminação ou ao preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Ressalte-se, ainda, que toda e qualquer forma de discriminação constitui uma violação à igualdade assegurada não só na Constituição brasileira, mas também nos tratados internacionais firmados pelo Brasil, o que reforça os objetivos da proposição.

Assim sendo, a produção, a divulgação, a importação, a distribuição, a comercialização e a guarda, em depósito, desses jogos de videogame devem ser proibidas pela legislação penal.

Tal proibição decorre do fato de os citados jogos de videogame, objeto dessas operações, veicularem idéias e mensagens preconceituosas, portanto incompatíveis com a ordem constitucional e jurídica brasileira.

Ante o exposto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste projeto, como forma de combate à discriminação e aos preconceitos relacionados aos aspectos espirituais e culturais dos povos.

Sala das Sessões, – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15-5-97)

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada,

para fins de divulgação do nazismo. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15-5-97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15-5-97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15-5-97)

I – o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II – a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.459, de 15-05-97)

.....
 CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
 IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

.....
 VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

.....
 VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação:

.....
 XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2006

Altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a ter a seguinte redação:

Art. 723. O corretor é obrigado a executar a mediação com diligência e prudência, e a prestar ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento do negócio.

Parágrafo único. Sob pena de responder por perdas e danos, o corretor prestará ao cliente todos os esclarecimentos acerca da segurança ou do risco do negócio, das alterações de valores e de outros fatores que possam influir nos resultados da incumbência. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 723 do Código Civil, de que trata a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, reúne, indevidamente, comandos disjuntos, dirigidos ao corretor, relativos aos seus deveres de prudência e diligência, assim como o de, espontaneamente, informar ao cliente a respeito do risco do empreendimento, sob pena de o indenizar por perdas e danos.

Impõe-se, assim, a subdivisão do art. 723, de modo que o **caput** contenha apenas as previsões relativas aos deveres do corretor, tais como o de diligenciar na execução das medidas postas sob a sua responsabilidade, e o de agir com prudência ao conduzir a mediação.

Recomenda-se também que, em parágrafo único, seja estabelecido que corretor se obriga a, espontaneamente, informar ao cliente o grau de risco do negócio, assim como eventuais alterações de valores, condições ou fator capaz de alterar os resultados da incumbência, sob pena de responder por perdas e danos.

A presente medida também se destina a expurgar o art. 723 de subjetivismos, como o representado pela

expressão “prestar ao cliente os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance”, pois alcance é condição pessoalíssima que varia em razão do grau de diligência do próprio mediador, e não das regras objetivas do contrato.

Na prática, a atual redação do art. 723 permite seja o corretor eximido de responsabilidades, e anulada a **mens legis** do comando legal, que é a de assegurar o sucesso da mediação pela efetiva realização do encargo contratado, mediante o justo preço, donde recomendar-se a sua alteração.

Sala das Sessões, – Valdir Raupp.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
 Art. 723. O corretor é obrigado a executar a mediação com a diligência e prudência que o negócio requer, prestando ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento dos negócios; deve, ainda, sob pena de responder por perdas e danos, prestar ao cliente todos os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance, acerca da segurança ou risco do negócio, das alterações de valores e do mais que possa influir nos resultados da incumbência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 328, DE 2006

Susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, que dispõe sobre a zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A iniciativa da presente proposição fundamenta-se no art. 49, V, da Constituição Federal, que atribui ao Con-

gresso Nacional o poder de sustar os atos normativos do Poder Executivo que extrapolem o poder regulamentar ou excedam os limites de delegação legislativa.

A Portaria nº 39, de 16 de Maio de 2006, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), está eivada de vícios, violando os preceitos da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como princípios constitucionais.

De pronto, vê-se que o Presidente do Ibama não tem poderes para criar a zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

Para justificar a sua competência, a mencionada autoridade apoiou-se no Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003. Além desse instrumento normativo nada dispor sobre tal atribuição, ele foi revogado, desde 13 de março de 2006, pelo Decreto nº 5.718, que, também, não lhe confere esse poder.

Como é público, o Parque foi criado por meio do Decreto nº 88.218, de 6 de abril de 1983, não havendo dúvida de que somente mediante ato administrativo de mesmo nível hierárquico se pode impor limitações administrativas aos proprietários de imóveis instalados na zona de amortecimento.

Por sua vez, como a Lei nº 9.985, de 2000, não definiu um limite de extensão para a zona de amortecimento, deve-se observar o raio máximo de 10km, estabelecido na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 13, de 6 de dezembro de 1990, em face da competência daquele órgão, contida no art. 8º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, combinado com o inciso X do art. 7º do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para estabelecer a extensão máxima da zona de amortecimento.

É certo que uma zona de amortecimento de 250km de raio, onde são impostas limitações administrativas à ação de municípios brasileiros, afigura-se exagerada, violando o princípio constitucional da razoabilidade.

Como as zonas de amortecimento não fazem parte do domínio público, situando-se, apenas, no domínio privado, é indispensável ouvir os moradores, os proprietários rurais, os estados e os municípios, em face do princípio da proteção à propriedade, insculpido no art. 5º, inciso XXII, da Constituição Federal.

Ademais, a Carta Magna balizou a ordem econômica na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, sendo necessário garantir aos cidadãos uma existência digna, calcada na justiça social, como asseguram os princípios previstos no art. 170, incisos II, III e VII. É inadmissível que a limitação imposta pelo Poder Público – um verdadeiro exorbitar do poder re-

gulamentar – interfira, também, indevida e ilegalmente, no direito de propriedade, obstaculizando o seu uso pelos pequenos produtores ali instalados.

Se o artigo 25, § 2º, da Lei nº 9.985, de 2000, dispõe que a zona de amortecimento pode ser definida no ato de criação da unidade de conservação, certamente essa zona deve integrar os prévios estudos técnicos e consulta pública, indispensáveis para a criação da área protegida.

Como a zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos não foi instituída no ato de criação, deverá o Poder Público, necessariamente, realizar estudos técnicos e consulta pública, como exige o ar. 22, § 2º da Lei do SNUC.

Além disso, o Presidente do Ibama exorbitou de suas funções ao restringir atividades na zona de amortecimento. O art. 27 da Lei nº 9.985, de 2000, estabelece que tal restrição deve ser definida no Plano de Manejo, a ser elaborado com a participação da população residente, mediante prévia consulta pública, e aprovado pelo Conselho Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), criado pela alínea **b** do inciso V do art. 2º do Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, cujo Regimento Interno foi aprovado pela Portaria do Ibama nº 216, de 15 de julho de 1994.

Como visto, a referida autoridade desrespeitou as normas internas do Poder Executivo, bem como deixou de ouvir o Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos como determina o art. 20, inciso II, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, ao instituir a zona de amortecimento.

Por fim, há flagrante violação, também, do art. 49, parágrafo único, da Lei nº 9.985, de 2000, quando os limites da zona de amortecimento invadiram a área urbana.

Cumpre destacar, ainda, que no momento em que o Presidente da República anuncia a intensificação da exploração de gás, na região afetada pela zona de amortecimento, em face da crise com a Bolívia, é por demais estranho que o Presidente do Ibama proíba a exploração e a produção de hidrocarbonetos, como fez no art. 3º, da Portaria, causando prejuízos econômicos e sociais ao país e aos estados envolvidos.

Nesse contexto, é evidente a exorbitância de poder, cabendo a esta Casa sustar o referido ato, de modo que os princípios constitucionais sejam fielmente seguidos pelo Poder Executivo, assegurando a normalidade do processo de elaboração de norma legislativa e a independência entre os poderes constituídos.

Sala das Sessões, – **Antonio Carlos Magalhães – César Borges – Rodolpho Tourinho – João Batista Motta – Marcos Guerra – Magno Malta.**



44

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 94, quinta-feira, 18 de maio de 2006

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 39, DE 16 DE MAIO DE 2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/IBAMA nº de 230, 14 de maio de 2003, e

Considerando as disposições do art. 25 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC, no Processo Ibama nº 07001.003427/2005-06, resolve:

Art. 1º Definir os limites da Zona de Amortecimento do PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS, bem como estabelecer normas específicas de uso e ocupação.

Art. 2º A Zona de Amortecimento do PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS é a área compreendida entre o paralelo 15º 45S ao norte, o paralelo 19º 38S ao sul, a linha isobáimétrica dos 3.500 metros a leste e, a oeste, os limites da ilha marítima conforme disposto no Decreto 5.300, de 2004, Capítulo IV, Seção I, artigo 23.

Art. 3º Fica definida dentro da Zona de Amortecimento do PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS uma área de exclusão, entre os paralelos 18º 54S e 16º S, na qual fica proibida qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos.

Art. 4º As demais áreas da Zona de Amortecimento do PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS, ou seja, entre os paralelos 15º 45S e 16º S e entre os paralelos 18º 54S e 19º 38S, são consideradas áreas de restrição para atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos, onde a permissão para exploração de tais atividades deverá estar condicionada ao atendimento de exigências específicas no âmbito do licenciamento ambiental, quais sejam:

I - elaboração de EIA/RIMA envolvendo a discussão conjunta de todas as etapas da exploração e produção de hidrocarbonetos;

II - obtenção prévia de dados meteorológicos e oceanográficos primários;

III - consideração de cenários críticos determinísticos com inversão de ventos e correntes, além de tempestades oceânicas;

IV - criação de comissão técnica ad hoc, a ser constituída pelo IBAMA sempre que houver um pedido de licenciamento na área de restrição, mediante indicação dos representantes pelo Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, ouvido o Conselho Consultivo da unidade; e

V - realização de audiências públicas somente após a emissão de parecer conclusivo da mencionada Comissão.

Art. 5º Quaisquer outros empreendimentos que afetem a zona de amortecimento definida nesta Portaria, além da exigência de autorização do IBAMA, conforme disposto no art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, ficam sujeitos também a exigências específicas no âmbito do licenciamento ambiental, a serem definidas pelo IBAMA.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCLUS LUIZ BARROSO BARROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 117, DE 17 DE MAIO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, observada a resolução nº 19, de 28 de junho de 2002, do Conselho Nacional de Desestatização - CND, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 0018000028996-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob a forma de utilização gratuita, ao Município de Santa Cruz de Goiás, Estado de Goiás, do imóvel urbano com área de 308m² e 134m² de acessório, situado em sua sede, na Praça 18 de Setembro s/nº, Centro, matriculado sob o nº R-1-1915, Livro 2 I, fls. 58, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Cruz de Goiás.

Parágrafo único. O imóvel objeto da cessão a que se refere este artigo destina-se ao funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar, órgãos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Goiás.

Art. 2º O prazo da presente cessão será de cinco anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDES SILVA

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

DELIBERAÇÃO Nº 8.836, DE 10 DE MAIO DE 2006

ORÇÃO REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA

EMENTA: REVISÃO DOS ATOS PRATICADOS PELAS COMISSÕES DE ANISTIA ANTERIORES. DECRETO Nº 5.115/2004 E DECRETO Nº 5.215/2004. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERMINISTERIAL DE MANUTENÇÃO DA ANISTIA RECONHECIDA.

Trata a presente deliberação de revisão de entendimento desta Comissão Especial Interministerial - CEI, cuja conclusão é abaixo transcrita, relativamente aos requerimentos formulados, tempestivamente, por ex-empregados da RFFSA, demitidos por ato do Governo Federal, nos quais pleitearam a revisão do processo conduzido pela Comissão Interministerial de Anistia - COINTER, que resultou na edição da Portaria Interministerial nº 123, de 09 de junho de 2000, suscitada pelos Srs. Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e dos Transportes, publicada no Diário Oficial de 19 de junho de 2000, anulando as anistias que, anteriormente, foram-lhes concedida, nos termos da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

"Destarte, em face do inegável transcurso de tempo entre o ato concessivo da anistia e sua anulação, que ultrapassou o limite legalmente imposto à Administração, bem como entendendo não ser hipótese de incidência do disposto no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, esta Comissão Especial Interministerial entende cristalina a conclusão de que, efetivamente, no caso em tela, ocorreu o instituto jurídico da decadência, evadindo o ato anulatório da anistia anteriormente concedida de nulidade absoluta, em relação ao requerente, devendo este, portanto, volver à condição de anistiado."

Tal entendimento desta CEI não foi encampado pela Advocacia-Geral da União, cuja Nota AGU/RMS-11/2006, objeto do Despacho do Consultor-Geral da União nº 220/2006, aprovada pelo Advogado-Geral da União em 14 de março do ano em curso, concluiu no sentido de que, até 1º de fevereiro de 2004, todas as medidas que impugnaram a validade de atos de anistia havidos antes da edição da Lei nº 9.784, de 1999, não violaram a regra da decadência expressa no art. 54 desta Lei, não podendo ser anuladas sob esse fundamento, uada impedindo, porém, que a Administração reaprecie o mérito dessas anulações com o objetivo de verificar a real incidência da Lei nº 8.878, de 1994.

Assim, afastada a possibilidade de análise dos requerimentos sob o prisma do instituto da Decadência, objeto das deliberações constantes da Portaria CEI nº 23, de 17 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2005, resta a verificação, de ofício, da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em consonância com o disposto no inciso II do art. 2º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004.

Registre-se ser oportuno destacar que a Lei nº 8.878, de 1994, como há de acontecer com toda lei de anistia, consoante o entendimento dos mais proeminentes juristas (v.g. MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 9ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1984, p. 238), deve ser interpretada de forma extensiva, a fim de alcançar o maior número possível de beneficiários e de situações aplicáveis, visto que o instituto da anistia pressupõe o perdão ou esquecimento do fato ou dos fatos ocorridos e que a Administração teve dificuldade de punir ou achou prudente não punir, corroborada pela decisão do Parlamento.

O Supremo Tribunal Federal assentou, em sua Súmula de nº 473, a seguinte determinação: "A Administração pode anular seus próprios atos quando carentes de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

A Constituição Federal de 1988 promoveu maior extensão à garantia do contraditório e da ampla defesa, que antes se limitava aos processos de natureza penal, fazendo referência aos acusados e agora também aos litigantes, conforme se verifica, *ipsis verbis*.

"Art. 5º (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Ressalte-se que não se questiona, no presente caso, o ato anulatório da anistia que anteriormente fora concedida, mas o cumprimento do devido processo legal, pelas comissões revisoras anteriores, que laboraram com excessivo e injustificado apego a fórmulas processuais, utilizando meio que não assegurou a cetera da ciência do ato aos interessados, não havendo, ademais, notícia de notificação individual, a fim de que pudessem manifestar-se a respeito do assunto.

Sob o pálio da Constituição Federal de 1988, é indiscutível e incontestável que o devido processo legal aplica-se a qualquer procedimento administrativo em que o patrimônio do administrado possa vir a ser, de qualquer modo, atingido.

O Superior Tribunal de Justiça já conquistou orientação jurisprudencial no sentido de que a instauração do procedimento administrativo para anular atos com fundamento de terem sido praticados com vícios insanáveis deve, em homenagem aos princípios norteadores do regime político-democrático, seguir, com todo rigor, o devido processo legal (MS 7841/DF, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Seção, DJ de 23/09/2002), conforme segue:

ANISTIA. LEI 8.878/94. SERVIDORES DA PORTOBRÁS. PORTARIA Nº 121/00. ANULAÇÃO. PORTARIA 123/2000. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA A DIREITO SUBJETIVO.

(...)

2. Conferida ao impetrante a anistia por meio de ato administrativo legalmente constituído, produzindo reflexos patrimoniais, exsurte a inviabilidade de anular tal ato, sem a instauração de procedimento administrativo com a aplicação do devido processo legal, e amplo direito de defesa.

2-O Supremo Tribunal Federal assentou premissa calcada nas cláusulas pétreas constitucionais do contraditório e do devido processo legal que a anulação dos atos administrativos cuja formalização haja repercutido no âmbito dos interesses individuais deve ser precedida de ampla defesa (RE 158.543/RS, DJ 06/10/95).

Em consequência, não é absoluto o poder do administrador, conforme insinua a Súmula 473.

3-Precedentes: O Superior Tribunal de Justiça, no trato da questão, ao apreciar o RMS nº 73790-RJ, 2ª Turma, relatado pelo eminente Ministro Pádua Ribeiro, assentou que: "Servidor Público. Ato Administrativo. Ilegalidade. 1 - O poder de a administração pública anular seus próprios atos não é absoluto, porquanto há de observar as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório. II - Recurso ordinário provido." (RMS nº 73790, 2ª Turma, DJU de 06/12/93)Mandado de segurança concedido. (MS 5283/DF, Rel. Min. JOSE DELGADO, DJ de 08/03/2000)"

4-Segurança concedida.

Não há dúvida de que um dos pilares do Estado Democrático de Direito, insculpidos na Constituição Federal, consiste no respeito ao devido processo legal. Qualquer ato de autoridade que venha a atingir direitos dos jurisdicionados há de estar revestido do due process of law, sob pena de nulidade.

Por todo o exposto, verifica-se que a Portaria Interministerial acima referida carece de reparos, na medida em que foi editada em anepio das normas disciplinadoras da matéria, devendo, assim, o dirigente do órgão emitir as providências que se fizerem necessárias, com vistas à revisão do ato anulatório da anistia dos requerentes constantes da relação anexa, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 8.878, de 1994, premissa básica para o consequente retorno dos interessados à condição de anistiados, nos termos da citada lei, observando as orientações em vigor.

Este Colegado determina, pois, a remessa dos autos dos processos de interesse dos requerentes supramencionados, para cumprimento das recomendações acima expendidas, com posterior retorno, para fins de homologação.

EDU DAMASCENO MAUELL
Presidente da Comissão

ANTÔNIO DE MOURA BORGES
Membro

JOSE OLIVEIRA DA SILVA
Membro

GERALDO PINES FERREIRA LIEBO
Membro

PEDRO PAULO NEACIO FERREIRA
Membro

VALÉRIANA GROSSI
Membro

VIVAI DO PEREIRA MILIO
Membro

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Gabinete da Presidência**

OF.GAPRE.Nº 687

Rio Branco, 25 de maio de 2006

Senhor Presidente:

Honrado em cumprimentar Vossa Excelência e atendendo recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para investigar a atuação do Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal desta Comarca, na Instrução dos Autos nº 001.01.002236-9, encaminho cópia do OF/COGER/Nº 110, do Corregedor-Geral da Justiça deste Estado, Desembargador Arquillau de Castro Melo, contendo Despacho exarado nos autos da Providência nº 12/2005, para conhecimento.

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de consideração e apreço.

Desembargador *Samuel Evangelista*
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Corregedoria-Geral da Justiça**

OF/COGER/Nº 110

Rio Branco, 22 de maio de 2006.

Ao Excelentíssimo Senhor
Desembargador *Samuel Martins Evangelista*
Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Senhor Presidente,

Vimos encaminhar a Vossa Excelência para conhecimento, cópia do despacho proferido nos autos da Providência n.º 12/2005, que tramita nesta Corregedoria Geral da Justiça.

Atenciosamente,

Desembargador *Arquillau de Castro Melo*
Corregedor-Geral da Justiça



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Corregedoria Geral da Justiça

Feito : Providência n.º 12.
 Autuação : 19.04.2005.
 Requerente : Corregedoria Geral da Justiça, "ex-officio".
 Requerido : Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco.
 Assunto : Providências requeridas pela CPMI da "Exploração Sexual" a cargo deste Tribunal de Justiça.

Trata-se de pedido de providências formulado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, que investiga a "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil", à página 76 do relatório publicado no Diário do Senado Federal de 14/09/2004 (fls. 04), cuja cópia foi encaminhada a este órgão por meio do OF.GRAPE. N.º 515 (fls. 02), recomendando a este Tribunal de Justiça a instauração de procedimento administrativo com o desiderato de investigar a atuação do Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, Dr. Francisco Djama Silva, na instrução dos autos n.º 001.01.002236-9, movida contra José Gomes dos Santos Filho, acusado de suposta prática de favorecimento da prostituição e corrupção de menores.

Aduz aquela comissão que a conduta do magistrado na presidência da supracitada ação penal seria *"inadequada para o cargo que ocupa, inclusive do ponto de vista da imparcialidade"* – fl. 04, instigando ainda ao magistrado morosidade no julgamento do feito.

À fl. 07, foi expedido o Ofício/COGER/N.º 106, de 19/04/2005, notificando o requerido para apresentação de justificativa prévia acerca da afirmação contida no relatório final da CPMI da "Exploração Sexual".

As informações foram prestadas pelo magistrado às fls. 09/30, nas quais sustenta, *ipsis litteris*, *"Que a morosidade de feitos em tramitação perante este Juízo não é privilégio do processo em que é acusado José Gomes dos Santos Filho, o que tem sido objeto de reiteradas comunicações a esta Corregedoria e a Presidência do egregio Tribunal de Justiça, conforme expedientes anexos (doc. 03)."* – fls. 12.

O Requerido atribuiu a demora na instrução dos feitos que tramitam na 1ª Vara Criminal a diversos fatores, dentre os quais, a grande quantidade de processos concluídos para sentença com réus presos; a indisponibilidade de pauta para realização de audiências, bem como a dedicação de grande parcela do expediente do magistrado à realização destas, prejudicando a atividade judicante; a insuficiência de servidores para dar cumprimento aos atos de cartório.

Informou o requerido, outrossim, que presidira a ação penal n.º 001.01.002236-9 até 14/12/2004, estando a mesma, a partir desta data, sob a direção do Juízo da 2ª Vara Criminal.

As fls. 35/436, cópia dos autos da supracitada ação.

É o relatório.

O presente feito tem por objeto a apuração de suposta prática de condução tendenciosa e parcial do Juiz de Direito titular da 1ª Vara Criminal, Dr. Francisco Djalma da Silva, no julgamento da ação penal que investiga a prática de crime de corrupção de menores, imputada ao réu José Gomes dos Santos Filho.

Perscrutando os presentes autos, depreende-se que tal suposição fundamenta-se no fato de a referida ação penal não ter sido julgada até a presente data, não obstante iniciada em 15/03/2001; assim também em razão do juízo em referência ter denegado, por duas vezes, pedidos de prisão preventiva do réu.

Ocorre, porém, que, da análise da inclusa cópia dos autos em questão, bem como do relatório de acompanhamento processual que faço juntar, verifica-se que, até a data em que foi dirigido pelo magistrado-requerido, o feito seguiu seu trâmite regular, inclusive no que diz respeito à denegação dos pedidos de prisão preventiva formulados em desfavor do acusado José Gomes dos Santos Filho, como bem fundamentado às fls. 16/23, decisões aquelas que, não obstante fossem passíveis de reforma, não foram atacadas por meio de recurso da acusação.

Não se pode olvidar que, do fato, desde a data da distribuição dos autos para o juízo da 1ª Vara Criminal (16/03/2001) até a data em que foi realizado o último ato de instrução processual presidido pelo Doutor Francisco Djalma (04/08/2004 – fls. 372/377), transcorreram mais de três anos e que, durante este interregno, verificou-se que, nos períodos de 12/06/2001 a 01/04/2002 e de 20/08/2002 a 10/07/2003, os autos permaneceram paralisados por intervalo superior a 19 (dezenove) meses, não se podendo negar, portanto, a delonga na fase de instrução.

De outro giro, é de conhecimento deste órgão as dificuldades que impedem um trâmite mais célere dos processos no âmbito da Justiça Comum Estadual, tais como, a grande quantidade de processos e de cartas precatórias que são distribuídos diariamente para as Varas, em contraposição ao quantitativo insuficiente de magistrados, servidores e auxiliares da justiça para atender à demanda processual atual.

Notadamente, no que concerne à realidade das varas criminais, há também a grande dificuldade de disponibilidade de pauta para a realização de audiências em processos com réus soltos em face da prioridade legal de que gozam os feitos com réus presos, o que favorece a delonga da instrução probatória daqueles, situação esta devidamente enfatizada pelo magistrado-requerido quando de suas informações.

A ser assim, e sobretudo, ante a ausência, neste autos, de elementos que atribuam ao requerido conduta intencional de procrastinar o julgamento do réu José Gomes dos Santos Filho, nos autos da ação criminal n.º 001.01.002236-9, determino o arquivamento do presente pedido de providências.

Em face do ofício de fls. 02, encaminhe-se cópia deste ao Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal.

Cientifique-se o requerido.

Rio Branco/AC, 04 de maio de 2006.

Des. Arquímio de Castro Filho
Corregedor-Geral da Justiça



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 2, de 2003 – CN.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 604, DE 2006

Nos termos dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso II e 38, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, nos termos regimentais, requeiro ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações, relativas ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nacional, estaduais e do Distrito Federal:

i) Valor total de recursos federais recebidos, a qualquer título, pelo Sebrae nos exercícios de 2003, 2004 e 2005. Solicito segregar as informações por período e por tipo de transferência de recursos (contribuições parafiscais, convênios ou instrumentos congêneres e eventuais outras formas de financiamento das atividades da entidade pela União).

ii) Que organizações não-governamentais (ONG) receberam repasses de recursos do Sebrae, a qualquer título, nesses mesmos exercícios, bem como o montante desses repasses. Solicito sejam informados os valores por entidade e exercício financeiro.

Caso esta Corte não disponha das informações solicitadas, requeiro a realização, em caráter de urgência, da respectiva inspeção no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nacional, estaduais e do Distrito Federal, para a obtenção das informações ora requeridas.

Justificação

O Sebrae é entidade prestadora de serviço de interesse público e social, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, com alterações posteriores, destinada a executar políticas de apoio às micro e às pequenas empresas, de promoção de exportações e de desenvolvimento industrial.

A execução de tais políticas está cargo do Sebrae nacional, estaduais e do Distrito Federal, que têm competência de “planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica”.

Com vistas a financiar a execução da política que lhe foi incumbida, o Sebrae recebe parcela de contribuições de intervenção no domínio econômico. Isto é,

o Sebrae obtém recursos pelo exercício do poder de tributar – derivado do poder de império – arrecadados compulsoriamente dos contribuintes. Por conseguinte, a entidade, ainda que pessoa jurídica de direito privado, gere recursos públicos federais.

Por força do inciso II do art. 71 da Carta da República, combinado com os arts. 1º, inciso I, e art. 5º, inciso V, da Lei nº 8.443, de 1992, o Sebrae é jurisdicionado ao TCU.

Chegaram ao meu conhecimento informações sobre possíveis favorecimentos a determinadas organizações não-governamentais por meio de repasses de recursos do Sebrae. A origem pública desses valores e a indisponibilidade do interesse público obriga-nos a aprofundar a investigação sobre tais informações.

Considerando a relevância da matéria e certo de receber o apoio dos ilustres Parlamentares, peço a aprovação deste requerimento, porquanto o TCU é o órgão técnico aparelhado para prestar ao Senado Federal o auxílio no exercício do controle externo.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será Publicado e apreciado pelo Plenário oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 605, DE 2005

Requeiro, nos termos do item 12, alínea c, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005 que “Altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes ao Ministro do Turismo para isentar a exigência de visto de entrada de turista de países com os quais o Brasil deseja manter grandes relações comerciais através do turismo, e dá outras providências.”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além das Comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, – **Tasso Jereissati**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, .

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 606, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que seja con-signado nos Anais do Senado Federal voto de pesar pelo falecimento da Sra. Regina Napoleão, neste 30 de maio, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.

Requeiro ainda que deste voto de pesar sejam cientificados o ex-Senador Hugo Napoleão e o Embaixador Aluisio Napoleão.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pelo fato do ex-Senador Hugo Napoleão ter exercido seus dois mandatos de forma impecável e por sua importância política não só no Piauí mas na política nacional, onde entre outras funções exerceu a Liderança do PFL no Senado Federal, sempre orientado pelos conselhos de Dona Regina que pela sua experiência, indicou os melhores caminhos a seguir.

Acompanhou seu marido, quando do exercício de Embaixador no Irã, Suécia e República Popular da China.

Sala das Sessões,

Sala das Sessões

Senador Heráclito Fortes

REQUERIMENTO Nº 607, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, pai do Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, ocorrido em Manaus.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Tertulino Araújo Pereira, especialmente a seu filho, o Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro.

Justificação

Lamento, com forte comoção, o falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, genitor do Deputado Lino Chixaro, ambas pessoas da minha amizade. Estive em

Manaus nesse final de semana e pude comparecer ao velório de Tertulino, externando aos seus familiares, inclusive ao Deputado Lino Chixaro, os meus sentimentos pela perda de um ilustre e honrado cidadão. Tertulino foi servidor público e estava aposentado.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 608, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, do técnico gráfico Raimundo Costa, primeiro colaborador do jornal A CRÍTICA.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do técnico gráfico Raimundo Costa, que trabalhava no diário **A Crítica** de Manaus, desde a fundação do jornal, em 1949, até há três anos.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares de Raimundo Costa e à direção de **A Crítica**.

Justificação

Um jornal não se faz sem equipe, que inclui gráficos, repórteres, redatores, comentaristas, editores e dirigentes. Todos concorrem para que, a cada dia, o jornal circule com as informações mais significativas. Como **A Crítica** de Manaus, que teve em seus quadros o gráfico Raimundo Silva, o primeiro a ingressar no jornal, em 1949, quando foi fundado. Raimundo morreu no começo do mês, deixando saudades e a certeza da importância de sua colaboração para o vitorioso diário, ao qual dedicou toda sua vida. E o que diz emocionada sua filha Elisa Mara: “Meu pai passou a vida inteira na **Crítica**. Faço menção de agradecimento à Sra. Rita e ao Dr. Umberto Calderaro, que sempre apoiaram meu pai até hoje”. Ele é, pois, merecedor do Voto de Pesar que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 609, DE 2006

Requer voto de aplauso a Moto Honda da Amazônia Ltda., pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa 2005 conferido pela Estado do Amazonas – FIEM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a Moto Honda da Amazona Ltda., pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa do ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Justificação

A Moto Honda da Amazônia Ltda. é merecedora do voto de aplauso que proponho ao Senado. A ela foi conferido o Diploma de Maior Exportadora para a Europa do ano de 2005, outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.

Sala das Sessões, de maio de 2006. –

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 610, DE 2006

Requer voto de aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica. Daiane, Medalha de Ouro; Laís, Medalha de Prata.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica com coreografia. Daiane em primeiro lugar, com a Medalha de Ouro; Laís Souza, com a Medalha de Prata, pelo segundo lugar.

Requeiro, também, que esse voto seja levado ao conhecimento das ginastas vitoriosas e à Confederação Brasileira de Ginástica.

Justificação

O Brasil conquistou na sexta-feira, 26 de maio de 2006, o primeiro e o segundo lugar na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica com coreografia. O feito se deveu a Daiane dos Santos, com a Medalha de Ouro, e a Laís Souza, de apenas 17 anos, com a conquista da Medalha de Prata, ela que, na etapa

anterior, na Alemanha, conquistara duas medalhas de bronze. O dia foi puramente brasileiro: Daiane fez sua vitoriosa apresentação ao som do (...) isso aqui o que é, oh, oh, é o Brasil (...) da Aquarela Brasileira, de Ary Barroso.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 611, DE 2006

Requer voto de aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus, pela passagem de 25º aniversário de fundação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus/AM, pelo transcurso de seu 25º aniversário de fundação.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento aos dirigentes da Faculdade homenageada

Justificação

Criada com cursos do ensino médio, então Colégio Martha Falcão, a hoje Faculdade Martha Falcão é uma instituição avançada no ensino superior do Amazonas. Sua orientação pedagógica é voltada para a filosofia humanista, pautada nos valores regionais, sem, contudo, dissociar-se da visão nacional e mundial. Dos seus programas de ensino inclui-se a pesquisa e a promoção dos valores ambientais e da Amazônia como um todo, visando em particular a defesa do seu aproveitamento auto-sustentável. O voto de aplauso é, pois, justo, no momento em que a faculdade, pertencente ao Instituto de Ensino Superior da Amazônia – IESA, completa seu Jubileu de Prata.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 612, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do ano, conferido pela Fundação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do ano, conferido pela Fundação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Justificação

Paulonei Tomaz Avelino é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado. A ele foi conferido o Diploma de Industrial do ano de 2006, outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. O homenageado é presidente da Unipar Construtora S.A., de Manaus.

Sala das Sessões, de maio de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 613, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Justificação

Adalberto de Souza Rosário é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado. A ele foi conferido o Diploma de Microindustrial do Ano de 2005, outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. O homenageado é proprietário da Brasman Ind. de Com. E Rep. Comercial Ltda., de Manaus.

Sala das Sessões, de maio de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 614, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., pela conquista do Título de Exportadora do Ano de 2006, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., pela conquista do Título de Exportadora do ano de 2006, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Justificação

A Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., é merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado. A ela foi conferido o Título de Exportadora do ano de 2006, outorgado pela Federação das Indústrias

do Estado do Amazonas, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM.

Sala das Sessões, de maio de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 615, DE 2006

Requer voto de aplauso a Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que levou ao mapeamento parcial do DNA do guaraná

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que resultou no mapeamento parcial do DNA do guaraná, uma das mais importantes frutas da Amazônia.

Requeiro, também, que esse voto seja levado ao conhecimento de todas as entidades envolvidas no projeto: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia UFAC – Universidade Federal do Acre, IJFAM – Universidade Federal do Amazonas, UFMA – Universidade Federal do Maranhão, UFPA – Universidade Federal do Pará, UFRR – Universidade Federal de Roraima, UFTO – Universidade Federal do Tocantins e UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins, UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto, UNB – Universidade de Brasília, UNIFAP – Universidade Federal do Amapá, UNIR – Universidade Federal de Rondônia e CEPEM (RO) – Centro de Pesquisa em Medicina Tropical.

Justificação

O guaraná e, reconhecidamente, uma das mais importantes frutas da Amazônia e também uma das suas maiores riquezas. Por isso, mereceu as atenções da Realgene que, após dois anos de pesquisa, mapeou parcialmente o DNA do guaraná, decifrando 9 mil genes da fruta.

Nativa da Amazônia, o guaraná conquista, com a pesquisa, novas aberturas para seu aproveitamento na indústria de cosméticos e medicamentos. Essa fruta é poderoso estimulante, reunindo três vezes mais cafeína do que o café e com os estudos desenvolvidos

pela Realgene, será possível descobrir o segredo de tanta vitalidade como a que existe na fruta.

O feito da Rede é relevante. Seus dirigentes, inclusive, com o zelo necessário, irão requerer a patente das novas descobertas, evitando-se, assim, os riscos de biopirataria, como ocorreu anteriormente com o cupuaçu, felizmente superada graças à ação da Embrapa, que conseguiu anular a patente que havia sido solicitada pelo Japão.

Ademais, quando do mapeamento completo do DNA do guaraná, sua produção e a produtividade terão tudo para crescer.

É, pois, merecido o voto de aplauso que estou requerendo ao Senado da República.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 616, DE 2006

Requer ao Ministro da Previdência Social informações sobre deficiências no sistema de concessão de Auxílio-Doença.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Previdência Social, informações sobre as causas da demora no atendimento para concessão de Auxílio-Doença.

Justificação

A concessão de Auxílio-Doença da Previdência Social depende de perícia prévia do segundo, ao requerer o benefício. No entanto, há distorções gritantes, que colocam as pessoas que recorrem ao sistema a demoras de quase seis meses apenas para a perícia. A alegação, segundo mensagem que me foi enviada por um segurado de Barueri, em Itapevi, nas proximidades de São Paulo, é que faltam médicos. Com isso, o segurado fica sem receber seu salário e sem os medicamentos que a Previdência Social fornece. Só após a perícia. Essa é uma situação que contrasta com a farta propaganda do Governo Federal, que alardeia maravilhas no atendimento social à população.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, con-

templando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações seguras que recebi e que se repetem por todo o País. Só assim esta Casa ficará inteirada da real situação de precariedade de atendimento ao povo.

Sala das Sessões, de maio de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 617, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan, mãe do Dr. Samuel Hanan, ex-Vice-Governador do Estado do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan, mãe do Dr. Samuel Hanan, ex-Vice-Governador do Estado do Amazonas.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento do Dr. Samuel Hanan, e por seu intermédio, aos demais familiares, bem como ao Governo do Estado do Amazonas.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro, ao lado da homenagem póstuma à ilustre Senhora Mary Hanan, expressa também o meu sentimento particular, a toda a família e, em especial, ao Dr. Samuel Hanan, que foi Vice-Governador do Amazonas. Recordo-me dessa fase e de fatos ligados à tramitação da Proposta de Emenda do Senador Jefferson Peres, para a criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Presidi, como então deputado, a Comissão Mista Especial que analisou a PEC, ocasião em que o Dr. Hanan participou com brilho de reunião de audiência pública e, ali, revelou-se defensor intransigente do fundo proposto, tendo em vista a necessidade de reduzir as desigualdades sociais e econômicas entre as nossas regiões.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 618, DE 2006**Requeremos voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador e ex-Governador do Piauí Hugo Napoleão.**

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador e ex-Governador do Estado do Piauí, Sr. Hugo Napoleão.

Requeremos, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento do ex-Senador Hugo Napoleão e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O voto de pesar que ora requeremos, ao lado da homenagem póstuma à ilustre Senhora Regina Napoleão, expressa também o meu sentimento particular, e o da Casa, a toda a família e, em especial, ao nosso sempre estimado colega Hugo Napoleão.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **José Agripino**, Líder do PFL – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 632, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 157, de 2006, (nº 401/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e consórcio de bancos liderado pela instituição MCC SpA Capitalia Gruppo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial da importação de bens e serviços no âmbito do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento.

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

I – Relatório

Trata-se de pleito do Estado do Pará para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto a consórcio de bancos liderado pela instituição MCC SpA Capitalia Gruppo Bancário. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial da importação de bens e serviços de origem italiana, fornecidos pela empresa Rivoli SpA, no âmbito do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento. O seguro de crédito e a equalização da taxa de juros serão proporcionados pelo SACE SpA (Servizi Assicurativi del Commercio Estero) e pela SIMEST SpA (Società Italiana per le Imprese all'Estero), respectivamente.

A fração a ser financiada corresponde a 85% do montante da operação de importação. O valor total da operação é de US\$50,200,000.00 (cinquenta milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América). Prevê-se que os desembolsos do empréstimo, de US\$42.670.000,00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), ocorrerão no triênio 2006/2008, enquanto a contrapartida de US\$7,530,000.00 (sete milhões e quinhentos e trinta mil dólares), do Governo do Estado Pará, começaria a ser desembolsada em 2005, estendendo-se até 2008.

A presente solicitação de autorização de operação de crédito externo deve-se ao acordo firmado, em 11 de agosto de 2004, entre o Estado do Pará e um consórcio liderado pela empresa Rivoli SpA para o fornecimento de pontes rodoviárias pré-fabricadas de origem italiana e de rodovias de ligação. O valor total do acordo é de US\$62.214.037,00 (sessenta e dois milhões, duzentos e quatorze mil e trinta e sete dólares dos Estados Unidos da América), sendo que a importação de bens e serviços em comento representa o primeiro desdobramento do acordo em questão.

O financiamento em análise foi considerado, por meio da Recomendação nº 793, de 30 de maio de 2005, como passível de ser obtido no exterior pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, como atestado pelos Pareceres nº 209/2006/Gerfi/Coref/STN, de 5 de maio de 2006, e 476/Copem/STN, de 8 de dezembro de 2005, e pela Nota nº 2.352/2005/STN/Corem, de 8 de dezembro de 2005.

O Banco Central do Brasil (BCB), efetuou o credenciamento da operação, conforme os Expedientes

Decic/Diope/Suaut nº 2006/058, de 20 de abril de 2006, e 2006/071, de 15 de maio de 2006.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 958/2006, de 16 de maio de 2006, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia.

II – Análise

Trata-se de operação de crédito do tipo “crédito ao comprador”. A Gerfi/Coref/STN assim resume o objeto do financiamento visado: consiste basicamente na construção de cerca de 25 pontes, de modo a substituir as pontes de madeira e a transposição dos rios por meio de balsas e pontes mistas.

Destaque-se que, ainda conforme a STN, a operação pretendida implica um custo efetivo médio de 5,72% o ano. Dessa forma, considerando-se o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis.

Em resumo, os pareceres e a nota técnica da STN citados anteriormente consideraram atendidas as seguintes exigências:

a) previsão da operação no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal firmado com o Estado ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, e cumprimento, pelo Estado, das metas e compromissos estabelecidos no programa em questão para o exercício de 2004, último exercício analisado;

b) cumprimento dos requisitos contidos nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

c) inclusão do projeto no Plano Plurianual do Estado para o período 2004/2007 (Lei Estadual nº 6.607, de 2003) e na lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2006 (Lei nº 6.806, de 2005);

d) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e o oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual nº 6.718, de 2005, alterada pela Lei nº 6.770, de 2005);

e) observância, pelo Estado, dos limites de endividamento;

f) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada;

g) apresentação, pelo Estado, de capacidade de pagamento;

h) oferecimento, pelo Estado, de garantias julgadas suficientes para ressarcir a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

i) inexistência de débitos do Estado junto à administração pública federal e suas entidades controladas ou de compromissos honrados pela União em nome do Estado nos últimos anos;

j) não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

k) publicação dos relatórios de gestão fiscal e do relatório resumido de execução orçamentária em 31 de janeiro de 2006;

l) pleno exercício da competência tributária do Estado.

O parecer da PGFN por sua vez, fez as seguintes ressalvas:

a) o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), utilizado pelo Governo Federal, registra pendências relativas à prestação de contas de recursos recebidos da União; a esse respeito, embora a STN tenha entendimento diverso, a PGFN concluiu que a regularização das referidas pendências consubstancia requisito prévio para a concessão da garantia da União, no que se refere a quaisquer instituições externas, nos termos do que determina o art. 40, §§ 1º e 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) O Estado apresentou Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa da Receita Federal do Brasil relativamente às contribuições devidas à Previdência Social; isso se deve ao fato de que o Estado do Pará, em litisconsórcio ativo com mais de 18 Estados-Membros da Federação, e o Distrito Federal, ajuizou ação cautelar perante o Supremo Tribunal Federal (Ação Cautelar nº 1.033-1) com o objetivo de suspender os efeitos da inscrição dos autores no Cadastro Único de Convênio (CAUC), assegurando (...) aos estados litisconsorciados (...) as transferências de recursos federais, sem quaisquer outros obstáculos que não os fundados em lei ou na própria Constituição, além daquelas transferências decorrentes de operações de crédito, especialmente oriundas de processo de autorização de empréstimo externo; efeti-

vamente, em 2 de dezembro de 2005, o STF concedeu liminar nos exatos termos propostos pelos autores da ação cautelar.

A PGFN também notou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. No entanto, condiciona a sua assinatura aos seguintes procedimentos prévios:

- a) certificação da adimplência do Estado junto à União;
- b) verificação da manutenção da liminar concedida pelo STF, em favor do Estado, nos autos da Ação Cautelar nº 1.033-1;
- c) formalização de contrato de contragarantia entre a União e o Estado do Pará.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Pará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2006

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p.A. Capitalia Grupo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – **devedor:** Estado do Pará;
- II – **credor:** MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancário;
- III – **garantidor:** República Federativa do Brasil;
- IV – **valor:** até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

V – **modalidade de empréstimo:** crédito ao comprador.

VI – **prazo de desembolso:** os recursos poderão ser desembolsados em até trinta e seis meses a partir da data de efetividade, tendo um prazo limite de quarenta e dois meses a partir da assinatura para serem desembolsados;

VII – **datas fixas de amortizações:** 15 de março e 15 de setembro;

VIII – **amortização:** dezessete parcelas semestrais e consecutivas, com início após seis meses da data final para o desembolso ou do efetivo desembolso, o que ocorrer primeiro;

IX – **juros:** fixos na data da assinatura e exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento do principal, correspondentes:

a) à taxa de juros comercial de referência (commercial interest reference rate – CIRR) ou

b) à taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor), acrescida de uma margem de 0,8% (oito décimos por cento) ao ano, no caso de suspensão da equalização da taxa de juros feita pela SIMEST S.p.A. (Società Italiana per le Imprese ali' Estero).

X – **comissão de compromisso:** 0,2% (dois décimos por cento) ao ano, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, sobre os saldos devedores não desembolsados de cada conjunto, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

XI – **comissão de gerenciamento:** 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano, sendo 50% (cinquenta por cento) a serem pagos cinco dias úteis após a efetividade, 25% (vinte e cinco por cento) seis meses após a efetividade e os 25% (vinte e cinco por cento) restantes doze meses após a efetividade;

XII – **despesas gerais:** fixadas em US\$40,000.00 (quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

XIII – **seguro de crédito:** a ser pago pela empresa Rivoli S.p.A., fornecedora dos bens e serviços.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a:

- I – que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas

nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado;

II – que seja certificada a adimplência do Estado do Pará junto à União;

III – que seja verificada a manutenção da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, em favor do Estado do Pará, nos autos da Ação Cautelar nº 1.033-1.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2006.

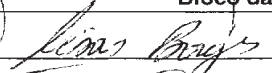



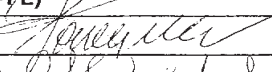
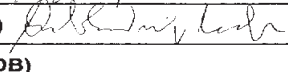
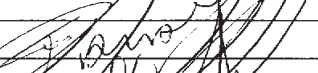
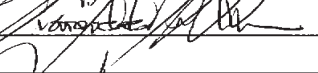
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 157, DE 2006
NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/05/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

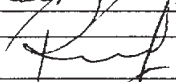
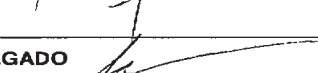
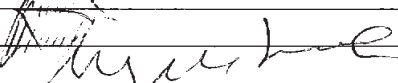
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

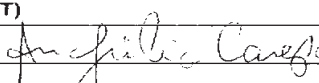
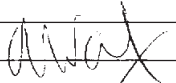
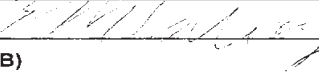

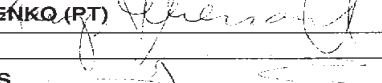
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL) 
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL) 
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) 	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
ELVARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB) 
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)


PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ 
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO 
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
V. DIR RAUPP 	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPLICY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT) 
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT) 

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES 
------------	--

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4
DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
Seção IV
Das Operações de Crédito

Subseção I
Da Contratação

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições;

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V – atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta lei complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I – não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II – se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III – (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I – encargos e condições de contratação;

II – saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

.....
Seção V
Da Garantia e da Contragarantia

Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:

I – não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

II – a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências

constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

.....
**CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO VI

Da repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

.....
 Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c,

do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004).

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....
 Art. 167. São vedados:

.....
 § 4º E permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....
PARECER Nº 633, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 158, de 2006, (nº 407/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (MD), no valor de até US\$12,000,000.00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Promosefaz) II.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Trata-se de pleito do Estado da Bahia para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desen-

volvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Promosefaz) II.

O financiamento em análise foi considerado, por meio da Recomendação nº 738, de 25 de junho de 2004, como passível de ser obtido no exterior pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, como atestado pelos Pareceres nºs 179/2006/Gerfi/Coref/STN, de 27 de abril de 2006, e 01/2006/STN/GTREC, de 5 de janeiro de 2006, e pela Nota nº 2.540/STN/Coarem, de 28 de dezembro de 2005.

O Banco Central do Brasil (BCB) efetuou o credenciamento da operação, conforme o Expediente Decic/Diope/Suaut nº 2006/048, de 28 de março de 2006.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 955/2006, de 16 de maio de 2006, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia.

II – Análise

Segundo a STN/GTREC, os recursos do projeto serão aplicados na Modernização da Gestão Fiscal Estadual, através de quatro componentes de apoio da gestão fiscal da Bahia: 1) Desenvolvimento de mecanismos de controle e de medição da qualidade do gasto público e modernização da gestão financeira; 2) Modernização da estrutura organizacional, gestão e processos administrativos na área da administração tributária; 3) Fortalecimento dos mecanismos de transparência administrativa e de comunicação com a sociedade; 4) Modernização da gestão de pessoas e da gestão de informação e integração dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação.

A Gerfi/Coref/STN, baseada em nota técnica elaborada pelo próprio interessado, destaca, por sua vez, que os investimentos se justificam plenamente, pois o incremento esperado na arrecadação, aliado à prevista redução de 2% no custeio dos órgãos da administração direta, irá permitir novos investimentos nas diversas áreas de atuação do governo do estado, como educação, segurança e saúde pública. Nessa mesma linha, foi desenhado um componente para tratar exclusivamente da transparência das ações governamentais na administração fiscal e para melhorar a comunicação entre a Fazenda Pública e os cidadãos. Destaque-se que, ainda conforme a STN, a

operação pretendida implica um custo efetivo médio de 5,71% ao ano. Dessa forma, considerando-se o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis.

Em resumo, os pareceres e a nota técnica da STN citados anteriormente consideraram atendidas as seguintes exigências:

a) previsão da operação no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal firmado com o Estado ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, e cumprimento, pelo Estado, das metas estabelecidas no programa em questão para o exercício de 2004, último exercício analisado;

b) cumprimento dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

c) inclusão do projeto no Plano Plurianual do Estado para o período 2004-2007 (Lei Estadual nº 8.885, de 2003, atualizada pela Lei nº 9.823, de 2005) e na lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2006 (Lei nº 9.842, de 2005);

d) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e o oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual nº 9.274, de 2004);

e) observância, pelo Estado, dos limites de endividamento;

f) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada;

g) apresentação, pelo Estado, de capacidade de pagamento;

h) oferecimento, pelo Estado, de garantias julgadas suficientes para ressarcir a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

i) inexistência de débitos do Estado junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas ou de compromissos honrados pela União em nome do Estado nos últimos anos;

j) não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

k) pleno exercício da competência tributária do Estado;

l) publicação dos relatórios de gestão fiscal e do relatório resumido de execução orçamentária em 31 de janeiro de 2006;

m) ausência de registro de pendências do interessado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), utilizado pelo Governo Federal, relativas à prestação de contas de recursos recebidos da União.

O parecer da PGFN ressaltou que o Estado apresentou Certidão Conjunta da Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional/Receita Federal Positiva, com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como Certidão Positiva de Débito, com Efeitos de Negativa, da Previdência Social. Isso se deve ao fato de que o Estado da Bahia, em litisconsórcio ativo com mais de 18 Estados-Membros da Federação, e o Distrito Federal ajuizou ação cautelar perante o Supremo Tribunal Federal (Ação Cautelar nº 1.033-1) com o objetivo de 'suspender os efeitos da inscrição dos autores no Cadastro Único de Convênio (CAUC), assegurando (...) [aos Estados litisconsorciados] (...) as transferências de recursos federais, sem quaisquer outros obstáculos que não os fundados em lei ou na própria Constituição, além daquelas transferências decorrentes de operações de crédito, especialmente oriundas de processo de autorização de empréstimo externo'. Efetivamente, em 2 de dezembro de 2005, o STF concedeu liminar nos exatos termos propostos pelos autores da ação cautelar. Em 25 de maio de 2006, o Plenário do STF referendou, por unanimidade, a referida decisão liminar.

A PGFN também notou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. No entanto, condiciona a sua assinatura aos seguintes procedimentos prévios:

a) verificação da manutenção da liminar concedida pelo STF, em favor do Estado, nos autos das Ações Cautelares nºs 268-1 e 1.033-1;

b) formalização de contrato de contragarantia entre a União e o Estado da Bahia.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2006

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ) II.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

no valor de até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ) II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Estado da Bahia;

II – **credor**: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América)

V – **contrapartida do devedor**: até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

VI – **prazo de desembolso**: até quarenta e oito meses, contados a partir da vigência do contrato;

VII – **amortização**: parcelas semestrais, sucessivas e tanto quanto possível iguais; a primeira prestação deverá ser paga seis meses após o fim do prazo de desembolso, no dia 15 de novembro de 2010, e a última, até o dia 15 de maio de 2031, ou seja, vinte e cinco anos após a assinatura do contrato;

VIII – **juros**: serão calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor) trimestral para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de margem (spread) a ser definida pelo BID; os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, a partir de 15 de novembro de 2006.

IX – **comissão de compromisso**: será de no máximo 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculados sobre o saldo devedor não desembolsado da operação, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – **recursos para inspeção e supervisão geral**: destinados a atender despesas de inspeção e supervisão, sendo de no máximo 1% (um por cento) do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a:

I – que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, §

4º, todos da Constituição Federal, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 158, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/05/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: ^{EVENTUAL} César Borges, Senador CESAR BORGES

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARÊNKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4
DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

SEÇÃO IV
Das Operações de Crédito

SUBSEÇÃO I
Da Contratação

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V – atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta lei complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I – não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II – se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III – (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I – encargos e condições de contratação;

II – saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO VI
Da Repartição ds Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os estados entregarão aos respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 167. São vedados:

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos

para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 632 e 633, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

– Nº 36, de 2006 (MSF 157/2006), que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p. Capitalia Gruppo Bancario, no valor de até quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América; e

– Nº 37, de 2006 (MSF 158/2006), que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Promosefaz) II.

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 130/2006 – CRE

Brasília, 30 de maio de 2006

Assunto:Criação. Subcomissão.

Senhor Presidente,

1. Pelo presente, informo a Vossa Excelência que, durante Reunião Extraordinária realizada em 23 de março do corrente ano, foi aprovado o Requerimento nº 5, de 2006 – CRE, de iniciativa do Senador Romeu Tuma, que cria a Subcomissão Permanente para Modernização e Reparcelamento das Forças Armadas no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, composta por cinco membros titulares e cinco membros suplentes, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

2. Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever-me, após a Senadora Serys Slhessarenko, que chegou antes de mim, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT de Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a palavra para uma comunicação inadiável.

Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrita em primeiro lugar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

Pergunto a V. Ex^a se vai falar como Líder.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por permuta com o Senador Paulo Paim, por dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a gentileza do Senador Paulo Paim em fazer a permuta, tendo em vista que participarei da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em que haverá uma sabatina com os integrantes do Cade, do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Sou Relatora de alguns processos.

Eu queria voltar à tribuna – faz até um certo tempo que não venho aqui – para tecer alguns comentários a respeito de economia. Pedi, inclusive, ao Senador Suplicy, que entende de economia muito mais do que eu, que contribuísse neste debate.

Esta semana, haverá algumas reuniões importantes: haverá mais uma reunião do Copom, sobre a qual há uma expectativa em relação à porcentagem do corte da taxa Selic, e, amanhã, será anunciado o PIB, o Produto Interno Bruto do Brasil do primeiro trimestre. Todos os indicadores apontam para um número extremamente positivo, principalmente em relação ao PIB.

Eu queria deixar aqui registrada uma matéria bastante importante, que avalia as perspectivas do crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro para o ano de 2006.

A matéria foi publicada no **Valor Econômico** de segunda-feira – ontem. O título da matéria já da o norte, já mostra onde o Produto Interno Bruto está crescendo: “Investimento e Consumo puxam PIB no 1º trimestre”.

Trata-se de matéria dos jornalistas Vera Saavedra Durão e Sergio Lamucci. E já estou solicitando, Sr. Presidente, que a matéria seja transcrita integralmente nos Anais do Senado.

A matéria começa exatamente assim: “A economia brasileira avançou em ritmo acelerado entre janeiro e março, puxada pela demanda interna – mais especificamente pelo investimento e pelo consumo das famílias.”

E, aqui, faço referência ao meu pronunciamento de ontem, quando tratei do resultado da análise do Banco Mundial a respeito do Bolsa-Família. Em uma pesquisa sobre todos os programas de transferência de renda, realizados na América Latina, verificou-se que o Bolsa-Família é um dos programas ou é o programa mais focado, porque a maior parte dos seus recursos, 73%, chega àqueles que necessitam, atinge a sua finalidade de alcançar os 20% mais pobres da população. O programa transformou-se, inequivocamente, no melhor, maior e mais bem-sucedido programa de transferência de renda.

Então, quando a reportagem do Valor Econômico mostra que o crescimento se dá especificamente pelo investimento e pelo consumo das famílias, isso vem confirmar aquilo que também tive a oportunidade de lembrar ontem. Inclusive, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio já havia consignado, de forma muito enfática, que, no Brasil, a partir das ações do Governo Lula, desmontamos um dogma, desmontamos uma verdade que sempre foi considerada como absoluta, no sentido de que era necessário, primeiro, crescer o bolo para, depois, dividir-se a riqueza. Está aí agora o resultado do crescimento do PIB – a análise do crescimento do PIB –, que se dá exatamente por dois pilares: o investimento e o consumo das famílias. Portanto, a distribuição de renda, ou seja, o repasse e o aumento do poder de compra dos brasileiros e das

brasileiras estão, indiscutivelmente, influenciando e sendo uma das principais bases de sustentação da retomada do crescimento.

Continua a matéria:

Segundo analistas, esse é o retrato do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre que o IBGE divulgará amanhã. As previsões apontam para um crescimento da ordem de 1,5% em relação ao trimestre anterior, na série livre de influências sazonais, o equivalente a mais de 6% em termos anualizados.

Portanto, esse é um indicador que oferece uma potencialidade do PIB, que, obviamente, não deverá ser de 6%, mas que aponta um crescimento significativo se comparado com o do ano de 2005, que teve, no primeiro trimestre, um resultado bastante desalentador.

Na prática, esse crescimento de 1,5%, no primeiro trimestre, faz com que todos os analistas façam uma previsão de crescimento de 3,5% a 4%.

Ouvi, na semana passada, várias manifestações sobre o nervosismo do mercado – o câmbio subindo, Bolsas caindo; alguns, nesta Casa, já anunciavam, portanto, que o “fim dos tempos estava próximo”. E a Oposição, invariavelmente, dizia que havíamos feito tudo errado.

Hoje, analisando a semana passada, com tudo estabilizado, tudo calmo e com um anúncio de crescimento do PIB bastante significativo no primeiro trimestre, não podemos deixar de registrar que a turbulência financeira não mudou as perspectivas para a atividade neste ano. A tensão diminuiu nos últimos dias, e o superávit comercial garante um fluxo estável de dólares para o País.

Aliás, sobre esse tal mercado, esse senhor mercado, eu gostaria sempre de ficar com a afirmação de um analista e investidor, que, um dia desses, em uma entrevista, respondeu candidamente ao repórter que o entrevistava sobre a tal crise e lhe perguntava o que estava ocorrendo: “Somos assim mesmo, medrosos!!! Se todos vão numa direção, vamos todos” – é o famoso efeito manada.

Traduzindo: ninguém se aventura muito facilmente (e não seria plausível) bancar o herói. Se estão comprando dólar, todos ou quase todos compram dólar. Se voltam a investir na Bolsa, todos também voltam. É assim que se traduz o famoso efeito manada.

Portanto, sempre nesses momentos, é importante olhar para os setores produtivos, principalmente os setores produtivos diretos, pois, obviamente, os investimentos nas Bolsas de Valores sempre, em algum momento, refletem-se na própria produção.

Na reportagem do jornal Valor Econômico, os jornalistas citam exatamente quais são os setores produtivos que estão dando sustentação para essa re-

tomada significativa do crescimento do PIB: “Indústria e construção civil tiveram um desempenho bastante positivo entre janeiro e março, impulsionadas pela combinação de juros em queda, expansão dos gastos públicos, massa salarial em alta e crédito farto.”

Portanto, estes são os setores produtivos: indústria e construção civil. É importante registrar que a construção civil está vivendo um bom momento, tendo em vista todo o aporte de crédito significativo e as medidas anunciadas há menos de dois meses pelo Presidente Lula, juntamente com a desoneração dos principais produtos da construção civil, aqueles utilizados pela população de renda mais baixa nas construções populares.

Exatamente esses dois fatores, crédito e desoneração tributária, juntamente com os investimentos, a expansão dos gastos públicos, a massa salarial em alta e os juros em queda, dão sustentação para todo esse resultado. E eles vão continuar presentes no restante do ano. Esses fatores devem garantir, ainda, uma expansão razoável do PIB no segundo e no terceiro trimestre, na casa de 1%, como estão estimando todos os analistas.

A reportagem do Valor Econômico diz: “As perspectivas são otimistas para o investimento na construção civil e em máquinas e equipamentos, que compõem a chamada formação bruta de capital fixo (FBCF).” A previsão que os analistas fazem é que essa formação bruta de capital fixo terá um “aumento de 4,4% sobre o primeiro trimestre de 2005”, e uma estimativa calculada com base nos dados da produção da indústria aponta para uma taxa de 9,3%, segundo economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Essa posição é corroborada por outros analistas, inclusive aqueles com forte presença no mercado: “De janeiro a março, a produção de insumos típicos para a construção civil cresceu 6,9% em comparação com o mesmo período de 2005, favorecida por maiores gastos do Governo e crédito abundante para o segmento, como afirma a economista Lygia Freire César, da Rosenberg & Associados.”

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy, que, como já tive a oportunidade de dizer, entende muito mais de economia do que eu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a está registrando os aspectos positivos de toda a situação macroeconômica que, felizmente, indicam uma perspectiva muito boa para o ano de 2006, em que pesem os objetivos do Presidente Lula e dos Ministros da área econômica, inclusive o Ministro Antonio Palocci, no ano passado, de tentar obter a maior taxa de crescimento possível. Os 2,3% registrados no ano passado não foram tão bons

quanto gostaríamos, em virtude de inúmeros aspectos, mas o que se verificou foi como que o rearranjo dos diversos pontos nevrálgicos da economia para que 2006 seja um ano muito positivo. Portanto, V. Ex^a tem razão em aguardar um número bastante positivo para o crescimento do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre deste ano. Espero, inclusive, que a decisão do Copom, a ser definida até amanhã, seja no sentido de continuar a queda da taxa de juros, uma vez que temos perspectivas positivas no que diz respeito à preocupação maior do Banco Central, que é a estabilidade de preços, na medida em que a inflação continua a sua fase declinante desde o início do Governo Lula, quando estava em 12%. Para este ano, se estima que será cumprida a meta da ordem de 4,5% a 5%. Estamos caminhando nessa direção e, em que pese o clima de instabilidade internacional havido no último mês, o fato é que a economia brasileira registrou um impacto relativamente menor em relação às demais economias em desenvolvimento, mostrando o caráter sólido em que se encontra, preparada para uma fase de bom crescimento, inclusive em decorrência do declínio, nos últimos meses, da taxa de juros básica, Selic. Espero que os diretores do Banco Central, hoje e amanhã reunidos no Copom, possam confirmar a tendência de declínio da taxa de juros, uma vez que ela ainda se encontra relativamente alta em comparação com a de outros países do mundo. Também é importante o registro que V. Ex^a faz com respeito aos efeitos do programa Bolsa Família, que, tendo-se expandido significativamente de 2003, 2004 e 2005 para este ano, atingirá a meta de mais de 11 milhões de famílias em meados do ano. Segundo a análise de todos os principais economistas que estudam esses assuntos, tais como Ricardo Paes de Barros, Néri, da Fundação Getúlio Vargas, Lena Lavinias e tantos outros, efetivamente, tem-se alcançado o objetivo de melhoria da distribuição de renda e erradicação da pobreza absoluta, com efeitos significativos também para a demanda de bens e serviços de primeira necessidade, colaborando para essa fase de crescimento. V. Ex^a faz um registro importante, assim como são relevantes, também, os esforços que o próprio Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, está realizando para resolver os problemas, ainda sérios, dos agricultores brasileiros, que estão demandando atenção do Governo Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Eduardo Suplicy, e deixo registrado que é muito importante vir à tribuna para torcer que,

amanhã, ocorra um anúncio desta magnitude: 1,5% no crescimento do PIB, no primeiro trimestre do ano. No entanto, volto a afirmar que o mais importante é não apenas registrar que há crescimento, mas que ele é para a maioria. Este País já cresceu anteriormente, mas o fez concentrando renda e não distribuindo-a. Acredito que esse seja o diferenciador fundamental na retomada do crescimento sob o comando do Presidente Lula, porque se cresce dividindo.

Assim, não se trata apenas da questão do Bolsa Família, mas do volume significativo de aporte de recursos na construção civil, na merenda escolar e na recuperação do poder de compra do salário mínimo, além do próprio controle da inflação, que permite que as pessoas tenham capacidade de comprar cada vez mais. Por exemplo: nem na melhor época do Plano Real, a relação entre salário mínimo e cesta básica nunca foi tão positiva como agora. Conseguimos, com um salário mínimo, a possibilidade de comprar mais do que duas cestas básicas e meia, dependendo da região do País. Tudo isso é uma demonstração inequívoca de que mudamos o paradigma de crescimento que, para muitos, talvez pudesse ter sido maior se comparado a outros países. Mas, a pergunta a ser respondida...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Ideli Salvatti, peço a V. Ex^a que conclua.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, já concluo.

A pergunta que tem de ser respondida permanentemente é: para quem? Quem se beneficia da política adotada?

Então, a política de crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro está comprovadamente vinculada ao crescimento da demanda interna, ao poder de compra dos brasileiros e das brasileiras, ao aumento real do salário, ao aumento das políticas de inclusão e à oferta de crédito exatamente para aqueles que mais precisam dele em nosso País.

Sr. Presidente, deixo registrado que havia uma outra questão a tratar, mas posso fazê-lo em outro momento.

No entanto, mais uma vez, solicito a V. Ex^a a publicação, na íntegra, nos Anais da Casa, da reportagem veiculada pelo jornal Valor Econômico no dia de ontem.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IDELI SALVATTI.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

Sempre que posso retomo o debate quanto à economia. Bem sei tratar-se de tema espinhoso, mas não posso deixar de trazer aqui aspectos que reputo fundamentais.

Leio algumas manchetes dos jornais, como as que vou mencionar agora e me ponho a refletir: são questões que precisam estar na ordem do dia (que aliás vão na linha do que alguns Senadores já vêm refletindo a respeito, como o Senador Cristovam Buarque, por exemplo):

- (1) *Crescimento da economia sim, todos desejamos, mas crescimento pra quem???*
- (2) Outro tipo de afirmação que ouço e leio sempre: o gasto público deveria ser reduzido! O Governo gasta muito e gasta mal. Ou ainda: "O recurso que sustenta o gasto público exacerbado falta para o investimento produtivo."
- (3) Nosso crescimento ficou a baixo da média mundial ou mesmo latino-americana.

Gostaria de refletir sobre estes temas.

Li ontem nesta segunda, 29/5/2006, no jornal Valor Econômico, que o INVESTIMENTO E CONSUMO PUXAM PIB NO 1º TRIMESTRE. Trata-se de matéria dos jornalistas Vera Saavedra Durão e Sergio Lamucci... para a qual já solicito, Sr. Presidente, que seja transcrita integralmente nos Anais do Senado.

Vejamos o que diz a matéria:

- (1) "A economia brasileira avançou em ritmo acelerado entre janeiro e março, puxada pela demanda interna - mais especificamente pelo investimento e pelo consumo das famílias."
- (2) E continua: "Segundo analistas, esse é o retrato do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre que o IBGE divulgará na quarta-feira. As previsões apontam para um crescimento de 1,5% em relação ao trimestre anterior, na série livre de influências sazonais, o equivalente a mais de 6% em termos anualizados."

Sabe o significado – na prática – do que acabo de ler, Sr. Presidente. É que "Para o ano, os analistas prevêem crescimento de 3,5% a 4%." (grifo da Senadora)

Ouvi muito que o nervosismo do mercado, câmbio subindo, bolsas caindo, e que portanto o 'fim dos tempos estava próximo'. De que havíamos feito tudo errado. Pois é! Parece-os hoje, olhando a semana passada (não tão longínqua, assim) que "A turbulência financeira não mudou as perspectivas para a atividade neste ano. A tensão diminuiu nos últimos dias e o superávit comercial garante um fluxo estável de dólares para o país."

Mas gosto de olhar não o movimento do mercado. A respeito desse senhor, o tal Mercado (assim mesmo, sem sobrenome), fico com a afirmação de um analista (e investidor) que dia desses, numa entrevista disse à repórter, que lhe entrevistava no meio da 'tal crise':

- **O que está acontecendo??? E ele, candidamente, respondeu:**
- **Somos assim mesmo, medrosos!!! Se todos vão numa direção, vamos todos.**

Traduzindo:

Ninguém se aventura muito facilmente (e não seria plausível) bancar o herói. Se estão comprando dólar. Todas, ou quase todos, compram dólar. Se voltam a investir na Bolsa, todos também voltam. É assim que se traduz o famoso feito manada.

Portanto, sempre nestes momentos gosto de olhar para os setores produtivos, chamemos aqui, de setores produtivos diretos (pois sei que parte dos recursos da Bolsa de Valores em algum momento refletem-se na produção). Mas vejamos:

“Indústria e construção civil tiveram um desempenho bastante positivo entre janeiro e março, impulsionadas pela combinação de juros em queda, expansão dos gastos públicos, massa salarial em alta e crédito farto. Como vão continuar presentes no restante do ano, esses fatores devem garantir uma expansão ainda razoável do PIB no segundo e no terceiro trimestres, na casa de 1%, estimam os analistas.”

Mas se assim for, então “os gastos públicos” não podem ser demonizados como sempre se vê nas análises. É preciso termos claro que o papel do poder público se revela um instrumento fundamental na dinâmica econômica. E observe, Senhor Presidente, não apenas nos chamados *países emergentes*, mas toda a literatura técnica a respeito desse tema indica uma forte presença dos Governos dos países desenvolvidos como agentes indutores, via políticas públicas e quando necessário, por ação direta governamental.

E diz mais a reportagem que dá base ao meu pronunciamento: “As perspectivas são otimistas para o investimento na construção civil e em máquinas e equipamentos, que compõem a chamada formação bruta de capital fixo (FBCF). “Nossa previsão para a FBCF é de aumento de 4,4% sobre o primeiro trimestre de 2005, mas uma estimativa calculada com base nos dados da produção da indústria aponta para uma taxa de 9,3%”, diz Estevão Kopschitz, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).”

Essa posição é corroborada por outros analistas, inclusive aqueles com forte presença no mercado:

“De janeiro a março, a produção de insumos típicos para a construção civil cresceu 6,9% em comparação com o mesmo período de 2005, favorecida por maiores gastos do governo e crédito abundante para o segmento, como afirma a economista Lygia Freire César, da Rosenberg & Associados.” **(grifamos)**

Mas tem um outro aspecto que gostaria de discutir: é como se comporta a demanda, a chamada demanda doméstica. Pois aqui é que se pode atestar como anda o consumo das famílias. E mais uma vez, Sr. Presidente, é que podemos atestar que as coisas não estão tão mal, t~]ao equivocadas como andam apregoando.

Vou ler o que diz a matéria:

“Demanda interna puxa crescimento do PIB

Um crescimento robusto, puxado pela demanda doméstica, com destaque para o desempenho do investimento e do **consumo das famílias**. Esse deve ser o retrato a ser apresentado pelo IBGE na quarta-feira, quando serão divulgados os números do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre. **(grifamos)**

Os analistas esperam uma expansão da ordem de 1,5% em relação ao trimestre anterior, na série livre de influência sazonais, o equivalente a mais de 6% em termos anualizados. A aposta é de crescimento forte da indústria e da construção civil, favorecidas por juros em queda, expansão dos gastos públicos, aumento de renda e crédito ainda farto. Alguns acreditam que a recuperação da agropecuária será outro destaque.”

Não pretendo cansar os senhores. Deixo como lido o restante da matéria, pois desejo de tratar de um último aspecto (uma notícia importante sobre o Clube de Paris). Mas não poderia deixar de destacar dois pontos finais, entre inúmeros outros aspectos positivos e importantes:

- (1) **“Para o restante de 2006, a aposta é num avanço continuado da atividade econômica, mas a um ritmo um pouco menor a partir do segundo trimestre, com a indústria avançando menos na ponta após a forte expansão de dezembro a março. As recentes turbulências no mercado financeiro, por sua vez, não levaram os analistas a revisar suas previsões para o PIB neste ano, em sua maior parte entre 3,5% e 4%.”**
- (2) **“A aposta de que o investimento foi bem entre janeiro e março também se deve ao consumo de bens de capital. No período, a produção doméstica de máquinas e equipamentos cresceu 9,2% sobre o primeiro trimestre do ano passado. As importações desses bens aumentaram 33,6%. Lygia estima aumento de 7,7% da FBCF ante o primeiro trimestre de 2005, e de 1,5% em relação ao quarto, em termos dessazonalizados.” (grifamos)**
- (3) **O consumo das famílias também vai dar um impulso importante para o PIB, num ano em que a demanda doméstica deve puxar o crescimento, como ressalta o economista-chefe da MCM Consultores, Celso Toledo. Vários fatores impulsionam o consumo privado em 2006, como queda dos juros, aumento do salário mínimo e ampla oferta de financiamentos - nos 12 meses terminados em março, o volume de crédito aumentou 19,6%. A Tendências Consultoria Integrada estima crescimento de 6% do consumo das famílias no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2005.” (grifamos)**

- (4) Os números da produção industrial têm sido fundamentais para o otimismo dos analistas. No primeiro trimestre, a indústria cresceu 1,2% em relação ao trimestre anterior, na série livre de influências sazonais, com destaque para a produção de bens de capital e bens duráveis. Esse foi um dos fatores que levam a Rosenberg a apostar num crescimento do PIB em janeiro a março de 1,6% ante o quarto trimestre de 2005, projeção idêntica ao do grupo de conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Ipea, mais cauteloso, acredita em 1,2%, enquanto a Tendências prevê 2%.
- (5) Segundo analistas, essas disparidades se devem a dificuldades para prever o resultado dessazonalizado, por conta de questões metodológicas. Há mais convergência nas estimativas para o desempenho do PIB em relação ao primeiro trimestre de 2005, atualmente entre 3,1% e 3,3%.
- (6) Se os números da demanda forem confirmados pelo IBGE, ficará claro que a economia brasileira vive um novo ambiente macroeconômico, apoiado sobretudo na absorção doméstica (consumo das famílias, investimento, consumo do governo e variação de estoques), como diagnostica Toledo.
- (7) O mercado ainda projeta um superávit comercial na casa de US\$ 40 bilhões para 2006, mas as importações já crescem a um ritmo superior ao das exportações - no primeiro trimestre, as quantidades importadas aumentaram 14,5%, e as exportadas, 7,2%. "Neste ano, a contribuição do setor externo para o PIB deverá ser negativa", diz o economista Juan Jensen, sócio da JS Consultores.
- (8) Para alguns analistas, a **agropecuária vai surpreender**. O Credit Suisse projeta avanço de 5% sobre o quarto trimestre de 2005, lembrando que o IBGE prevê aumento na produção de culturas como café, milho e feijão. Segundo o Ipea, porém, o campo é uma incógnita. "A previsão de safra deste ano é 8%

maior que a de 2005, mas o dado vem sendo revisto para baixo" / diz Kopschitz. O setor de serviços, com maior peso no PIB, tende à estabilidade ante o quarto trimestre do ano passado.

- (9)** O PIB do primeiro trimestre pode consolidar a tendência de elevação das projeções para o crescimento neste ano, que ficaram muito tempo paradas em 3,5%. As instituições ouvidas pelo BC esperam expansão de 3,58%, mas já há quem aposte em 4%, como o grupo de conjuntura da UFRJ. Para o segundo e o terceiro trimestres, a expectativa é de um avanço mais modesto da atividade, na casa de 1%, com a economia impulsionada pela mesma combinação de juros mais baixos, massa salarial e gastos públicos em alta e crédito abundante.
- (10)** Quanto à turbulência financeira das últimas semanas, a avaliação predominante é que ela não muda o quadro para a atividade econômica neste ano. Para os analistas, como o dólar não deverá subir com força, não haverá pressões inflacionárias suficientes para guinadas na trajetória esperada de queda dos juros. Vale lembrar que as tensões globais diminuíram e o superávit comercial robusto garante um fluxo estável de dólares para o país. E, como diz Jensen, cortes mais modestos nas taxas afetariam principalmente a atividade em 2007, e não a deste ano.
- (11)** Economistas como Toledo e Carlos Thadeu Filho, da UFRJ, são mais prudentes. Para eles, novas turbulências poderiam gerar outra depreciação brusca do câmbio, devido a temores de alta de inflação nos EUA, seguida de aumento do juro local, queda da liquidez global e desaceleração econômica - cenário ruim para o Brasil. Mas, até agora, esse não parece o desfecho mais provável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

A solicitação de V. Ex^a será atendida.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, é bom que V. Ex^a, mais uma vez, esteja presidindo esta sessão do Senado Federal.

Sr. Presidente, tenho pautado minha atuação nesta Casa no trato de temas de cunho social, e tenho tido em V. Ex^a um parceiro, um companheiro, que, ao longo de seu mandato, tem-se preocupado em estar sempre na mesma linha em defesa dos trabalhadores, sejam eles aposentados, desempregados, empregados. V. Ex^a foi parceiro no debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que será aprovado este ano; V. Ex^a foi companheiro no debate do Estatuto do Idoso, que, felizmente, já é Lei neste País; V. Ex^a também votou naquele intrincado debate – não é Senadora Serys? – da reforma da Previdência para aprovarmos a PEC Paralela, uma conquista para os nossos trabalhadores; V. Ex^a, num momento difícil do Estatuto da Igualdade Racial, lembro-me de que V. Ex^a, juntamente comigo, conversou com a Senadora Roseana Sarney, Relatora, e aprovamos o projeto, na íntegra, que agora tramita na Câmara dos Deputados.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Senador João Alberto, no momento em que tratarei de um novo tema neste plenário, que me é caro, refiro-me à redução da jornada de trabalho sem a redução de salário, assunto que está em debate no País, como fonte geradora de emprego, sei que terei em V. Ex^a um parceiro.

Para tanto, divulgarei dados de um estudo realizado pelo Professor Márcio Pochmann, da Unicamp. Segundo o Professor, infelizmente, a jornada de trabalho, no Brasil, nos últimos 08 anos, cresceu 37,5%, cerca de 16,1 milhões de trabalhadores, que passaram a ter uma carga de horário de trabalho maior do que a estabelece a Lei, quer no regime de 44 horas semanais ou 8 horas diárias, seja no regime específico de 6 horas. Isso valeria tanto para o mercado formal quanto para o informal. Hoje o Brasil possui 72,2% dos trabalhadores, aproximadamente 59,1 milhões, nessa situação; ou seja, trabalham além da carga horária formal que lhes assegura a Lei.

Que razões levaram os trabalhadores a esse pleito? Uma tentativa de parte do assalariado brasileiro, tanto aquele que está no mercado formal como no informal, de melhorar a qualidade de vida, melhorando o seu salário e buscando possibilidades de atuar em outros postos de trabalho que lhes garantam uma remuneração maior.

Outros números levaram a um outro: 8,2 milhões de pessoas passaram a procurar uma nova ocupação; ou seja, estariam buscando outra atividade para tentar melhorar o seu poder de compra.

O estudo de Pochmann aponta ainda o crescimento de um movimento chamado multiatividade, significa que uma pessoa passa a exercer mais de uma tarefa ou tem sua carga horária aumentada de forma excessiva. Esse item, aliado ao número de pessoas sem qualificação que ingressam no mercado de trabalho e os baixos valores pagos aos aposentados é que leva a esse quadro.

São fatores, Sr. Presidente, que aumentam a desigualdade na hora de dividir os frutos do trabalho.

O estudo mostra ainda que enquanto algumas pessoas trabalham mais de 40 horas por semana, 20% dos trabalhadores têm uma jornada inferior a essa; no entanto, estão também em outro emprego. Se fizermos a soma, aquele que, em tese, teria uma carga de seis horas, está trabalhando doze horas, e aquele que deveria trabalhar oito horas, devido às horas extras, está trabalhando também em torno de dez a doze horas.

Sr. Presidente, reconheço que essa procura por melhor qualidade de vida é legítima. Mas eu gostaria que tivéssemos uma carga horária e um salário adequados à qualidade de vida. Isso atinge a todos, conforme diz esse especialista: jovens, aposentados, homens, mulheres, enfim, a todos os trabalhadores. Infelizmente esse estudo mostra também que ainda há crianças e adolescentes trabalhando.

Outro dado bastante significativo apontado pela pesquisa diz respeito ao contingente de aposentados e pensionistas que voltam a trabalhar. Entre os analisados, eu diria que cresceu exatamente 23,5%, ou seja, 1,2 milhões de pessoas voltaram a trabalhar depois de aposentados. Ele vai além: chega a dizer que, hoje, sem falar dos pensionistas, de cada três aposentados, um está empregado ou à procura de emprego. Ou seja, 6,4 milhões de pessoas acabam contribuindo para que o mercado de trabalho fique ainda mais complexo, porque disputam um posto de trabalho. São dados que nos fazem pensar.

Por isso, Senador João Alberto Souza, é que apresentei a PEC nº 75, que visa o quê, Senador João Alberto Souza? Que a PEC nº 75, que tenho certeza terá o apoio de V. Ex^a, da Senadora Serys Slhessa-renko e de tantos outros Senadores, visa a fazer com que a gente reduza a jornada de trabalho. E aqui vou resumir, de forma muito equilibrada. O que estou propondo? Temos uma jornada de trabalho de quarenta e quatro horas, não teríamos mais horas extras e reduziríamos uma hora por ano. Com isso, em oito anos, teríamos uma carga horária de trinta e seis horas. Mas, aqui, nessa redação, e do projeto que faço, o que acho interessante, e vai ter o apoio de V. Ex^a, Senador João Alberto Souza, é porque mostro que isso é op-tativo. Não engesso, não obrigo o empresário a ater que adotar essa forma que estou aqui apresentando. Trabalho num princípio que foi adotado por uma em-presa paranaense, a BS Colway. A empresa reduziu a carga horária de seus funcionários para seis horas diárias, exatamente o que estou propondo. Só que, da forma que ela reduziu, o resultado que temos aqui, e vou dar o nome, uma grande empresa do Paraná, a BS Colway, que tem mais de mil e duzentos trabalha-dores, veja os resultados: Melhoria da qualidade de vida, aumentou a produtividade, a empresa dobrou os lucros e dobrou o número de funcionários. Ela tinha em torno de seiscentos a setecentos e passou para mil e duzentos, mil e trezentos.

A empresa, ao adotar esse sistema, e estive lá visitando a empresa, motivou-me a apresentar, aqui, no Congresso, Senador, e V. Ex^a, tenho certeza, há de olhar com carinho esse projeto, o chamado Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe). O Pepe é de adesão voluntária e tem como ação central reduzir a jornada de 44 para 36 horas semanais, sem redução de salários. Ele é de adesão voluntária e com prazo determinado.

Depois desse período, se a empresa entendeu que, efetivamente, interessa-lhe manter esse siste-ma, Senador João Alberto Souza, que preside a ses-são neste momento, se tudo o que estou dizendo for verdadeiro, a empresa adota-o de forma definitiva. O que isso significa? Que a empresa conseguiu dobrar o número de funcionários, aumentou a produtividade, a qualidade de vida dos funcionários e o lucro. E a em-presa, definitivamente, adotaria esse sistema.

Por isso tudo, Senador João Alberto Souza, re-duzir a jornada de trabalho nessa linha que estou aqui propondo... Peço a V. Ex^a que considere como lido na

íntegra esse estudo que apresento aqui. É claro que falo também que é fundamental reduzir a taxa de juros, que é fundamental reduzir os encargos sobre a folha de pagamento. Hoje, em relação aos encargos apenas para a Previdência, pode-se dizer que chegamos a 30%. Se transferíssemos algum percentual disso – eu diria um décimo – para o faturamento, a Previdência aumenta-ria o superávit e as empresas reduziriam os encargos sobre a folha em torno de 30%. Isso, com certeza, vai gerar milhares de novos postos de trabalho.

Senador João Alberto Souza, agradeço a V. Ex^a pela tolerância. Sei que esse projeto será palco de um grande debate aqui na Casa. Só vou sair agora – gostaria de aprofundar esse debate, que é interes-sante – porque tenho uma reunião, juntamente com o Senador Heráclito Fortes, onde vamos debater sobre a Varig mais uma vez. Estou indo para lá. Com certe-za, em outra oportunidade, continuarei a debater essa questão da redução de jornada sem redução de salá-rios como forma de gerar emprego e não numa forma impositiva, mas espontânea, voluntária.

Era isso que eu tinha a dizer, Senador João Al-berto Souza.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIA- MENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apa-nhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste fim de semana foram divulgados os dados de um estudo realizado pelo professor da Unicamp, Marcio Pochmann, que nos mostram que, entre 1996 e 2004, o número de pessoas com dupla jornada cresceu 37,5%, cerca de 16,1 milhões de tra-balhadores.

Isso tanto no mercado formal quanto no informal. Hoje o Brasil possui 72,2% dos trabalhadores (59,1 milhões) nessa situação.

As razões? Queda acumulada na renda dessas pessoas e o medo do desemprego. No período analisa-do, a renda domiciliar acumulou uma perda de 14,6% e a taxa de desemprego subiu de 7% para 9%.

Esses números levaram a outro: 8,218 milhões de pessoas passaram a procurar uma nova ocupação.

O estudo de Pochmann aponta o crescimento de um movimento chamado de multiatividade que signifi-ca que uma pessoa passa a exercer mais de uma tarefa ou tem sua carga horária aumentada de forma excessiva.

Esses itens, aliado ao número de pessoas sem qualificação que ingressam no mercado de trabalho e aos baixos valores pagos aos aposentados só pioram essa situação.

São fatores que aumentam a desigualdade na hora de dividir o trabalho.

O estudo nos mostra que enquanto algumas pessoas trabalham mais de 44 horas por semana, outras, cerca de 20%, trabalham menos de 40 horas ou estão desempregadas.

E, mesmo assim, são pessoas que buscam novos empregos para complementar as rendas de suas famílias.

Isso atinge a todos: jovens, aposentados, homens, mulheres, enfim, todos os trabalhadores brasileiros. Mais, crianças e adolescentes até 16 anos também aparecem no estudo, apesar de o trabalho para essa parcela ser ilegal.

Um outro dado bastante significativo apontado pela pesquisa é relativo ao contingente de aposentados e pensionistas que voltaram a trabalhar. Entre os anos analisados, o número cresceu 23,5% (1,2 milhão de pessoas).

Hoje de cada 3 aposentados um está empregado ou a procura de emprego. Ou seja, são 6,4 milhões de pessoas que contribuem a inflar e pressionar o mercado.

São dados que nos fazem pensar. E foi por percebermos essa tendência que, em 2003, encaminhamos para análise do Congresso Proposta de Emenda à Constituição (PEC 75), que prevê a redução gradual da jornada de trabalho sem a redução de salários.

Sabemos, e podemos comprovar diariamente, que apenas a retomada do crescimento econômico não garante a criação de novos empregos. Por isso apontamos, como saída emergencial, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem que haja perda salarial.

A adoção dessa medida geraria, de imediato, 3 milhões de novos empregos. Avaliamos ainda que, em um segundo momento, a jornada poderia ser reduzida para 36 horas, a exemplo do que já fizeram outros países.

Isso em oito anos, mediante acordo, reduzindo-se uma hora por ano. Ao final teríamos mais quatro milhões de empregos gerados, totalizando cerca de 7 milhões.

A redução da jornada é a forma mais rápida e eficaz de gerar empregos e promover o crescimento

da economia. Países que fizeram isso baixaram os níveis de desemprego.

Na França, por exemplo, entre 1997 e 2002, a jornada foi reduzida de 39 para 35 horas semanais, o que significou a criação de um milhão de novos empregos.

No Brasil, exemplo desses benefícios foi a redução da jornada de 48 horas semanais para as atuais 44 durante a Assembléia Nacional Constituinte. Alteração que não trouxe prejuízos aos empresários e que aumentou o número de postos de trabalho.

Outra prova de que a redução traz consigo uma série de benefícios é a empresa paranaense *BS Colway*. A empresa reduziu a carga horária de seus funcionários para seis horas diárias.

Os resultados foram: melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, aumento da produtividade e, conseqüentemente, aumento dos lucros. Além disso, dobraram o número de funcionários, um aumento de 100%.

O Plano adotado pela empresa nos motivou a apresentar uma nova proposta: o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (PEPE).

O Pepe é de adesão voluntária e tem como ação central reduzir a jornada de 44 para 36 horas semanais, sem redução de salários.

Ele é de adesão voluntária e com prazo determinado de cinco anos sem compromissos futuros entre trabalhadores e empresários. Esse projeto prevê ainda, incentivos fiscais e trabalhistas com a manutenção da produtividade.

Enfim, reduzir a jornada de trabalho é consenso entre as entidades que representam os trabalhadores. É uma ação que deveria ser adotada juntamente com outras.

Um exemplo é combinar a redução de jornada com a redução dos encargos sobre a folha de pagamentos.

Se desonerássemos a folha em mais ou menos 30% – que é o que o empregador paga para a Previdência-, e aumentássemos um percentual mínimo, como por exemplo, de 2% sobre o faturamento, estaríamos gerando milhares de novos empregos.

Sempre é bom lembrar que a redução da taxa de juros é também instrumento gerador de emprego. Se combinarmos a redução da taxa de juros com a desoneração de 30% que citamos, estaríamos ajudando, e muito, aqueles que investem na produção e no emprego.

A derrubada do fator previdenciário como propusimos no projeto 296/03 também é instrumento gerador de emprego porque as pessoas se aposentarão com salários decentes e não precisarão voltar para o mercado de trabalho.

O fator previdenciário é o maior redutor inventado na história do país. É importante ressaltarmos que nenhum país do mundo adotou uma medida tão prejudicial para os trabalhadores, para o povo.

É por essa razão que estamos em uma cruzada nacional, juntamente com as centrais e confederações de trabalhadores e de aposentados e pensionistas, pela derrubada do fator previdenciário.

Outra proposta para beneficiar nossos trabalhadores é a aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

Projeto de nossa autoria propõe elevar para 75% os recursos que devem ser obrigatoriamente aplicados na construção de casas para os trabalhadores de baixa renda.

Esperamos ainda que a Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual somos relatores, aprove em seu parecer final uma política permanente de recuperação dos benefícios de aposentados e pensionistas e do salário mínimo.

Sabemos que o universo do trabalho é controverso, mas é unânime a afirmação de que necessitamos, urgentemente, melhorar as possibilidades de geração de emprego, as condições de trabalho e de salários.

É preciso que todos entendam que a redução de jornada só representará uma vitória se for fruto do entendimento, pois o país decente que queremos está baseado na humanização das relações trabalhistas.

A redução de jornada é uma proposta a ser negociada e não imposta.

O empresariado brasileiro necessita de incentivos para a produção e redução de custos, ao passo que a classe trabalhadora necessita ter participação ativa para ter vida digna.

O objetivo principal desta discussão é fazer com que representantes do Executivo, Legislativo, empresários e trabalhadores encontrem, juntos, alternativas que contemplem as aspirações do conjunto da sociedade para que tenhamos um Brasil melhor para todos.

Era o eu que tinha a dizer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vou entregar a seguir o documento que me autoriza a falar em nome da Liderança do PSDB. Requeiro a V. Ex^a minha inscrição para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda o documento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para rapidamente apresentar um requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Regina Napoleão, neste dia 30 de maio, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.

Requeiro, ainda, que deste voto de pesar sejam cientificados o ex-Senador Hugo Napoleão e seu pai, Embaixador Aluizio Napoleão.

Apresento, em justificativa desse gesto, o fato de se tratar de uma Embaixatriz que teve, ao lado de seu marido, destaque em missões desempenhadas na Diplomacia brasileira, não só aqui como em vários países, como Irã, Suécia e República Popular da China.

Esse documento vai assinado por mim e pelo Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito Fortes, a Mesa encaminhará o voto de pesar, conforme o requerimento apresentado por V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de apartear rapidamente o nobre Senador Heráclito Fortes pela proposição que apresenta e juntar o sentimento dele ao meu e ao da minha família pelo falecimento de tão estimada pessoa, que era a Dona Regina, esposa

do Embaixador Aluísio Napoleão, que tanto enriqueceu a diplomacia brasileira.

Por ser amigo do casal, Dona Regina e do Embaixador Aluísio Napoleão, quero trazer não somente o meu sentimento de pesar, mas o de toda a Casa, posto que o seu filho Hugo Napoleão foi aqui Parlamentar, Deputado Federal e depois Senador e é uma das melhores figuras da política brasileira, sobretudo do Estado do nobre Senador Heráclito Fortes, o Piauí.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou assinando o requerimento e quero externar os meus sentimentos de pesar ao Senador Hugo Napoleão pelo falecimento da sua mãe, Sr^a Regina.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria, Senador Heráclito Fortes, que o requerimento viesse à Mesa para que outros Senadores possam subscrevê-lo. Eu também quero subscrevê-lo, por gentileza.

O Senador Paulo Paim, que acabou de falar, fez algumas referências à minha pessoa e não pude agradecer-lo pelas referências que fez ao meu nome, devido aos pedidos de palavra pela ordem.

Quero dizer ao Senador Paulo Paim que a nossa origem é a mesma. Eu fui Diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e ele foi Diretor Sindical no Rio Grande do Sul. Daí sempre estarmos juntos nessa luta em defesa dos mais humildes e dos mais pobres.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná, do PSDB do Paraná.

Em seguida, usará da palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, lembro-me de uma frase repetida insistentemente, por ser uma das suas preferidas, de um médico piauiense que foi Secretário de Saúde do Estado do Paraná, brilhante secretário. Frase, aliás, inscrita no prédio da Secretaria de Saúde Pública do Estado. Depois foi prefeito de Londrina, brilhante prefeito de Londrina, o médico Dalton Paranaguá. Ele repetia sempre: “a saúde do

povo é a suprema lei”. É este o tema que me traz a esta tribuna no dia de hoje.

A saúde do povo é realmente a suprema lei no Brasil ou estamos longe de praticar este ensinamento? Não, a saúde do povo deploravelmente não tem sido no Brasil a suprema lei.

O Brasil gasta, por exemplo, aproximadamente 10% do seu Produto Interno Bruto com problemas de saúde provenientes da violência. A rede hospitalar não está preparada e nem dispõe de equipamentos para atender as vítimas dos acidentes de trânsito, nem tampouco os brasileiros que são vítimas das armas de fogo, das facadas, das brigas. Isto é, das chamadas violências interpessoais. No Brasil, essas são as principais causas externas de morte. Todos dão entrada nos hospitais pelo setor de emergência. No Brasil a emergência ainda é muito desvalorizada.

Como destaca o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Atendimento Integrado ao Tramitado, as vítimas quase sempre chegam às mãos de profissionais recém-formados e em pronto-socorros mal equipados. Essa é uma das vertentes da questão da saúde e segurança em nosso País.

A questão do trauma se agrava no Brasil. Nos hospitais, pronto-socorros e unidades básicas de saúde as urgências e emergências crescem assustadoramente, exigindo uma maior estrutura de atendimento. Um paciente com trauma custa em média 60% a mais que os cuidados com um paciente não complexo devido à necessidade de se realizar exames mais especializados, como ressonância magnética e tomografia computadorizada.

No que se refere às políticas de saúde do trabalhador, encontramos um quadro pouco animador. No Paraná, por exemplo, não se tem priorizado as políticas de saúde do trabalhador. As ações e serviços do trabalhador permanecem, até agora, com uma inserção periférica no SUS. É possível ainda destacar que as referidas políticas têm influência reduzida na definição dos rumos da Secretaria Estadual. Os investimentos em recursos humanos e materiais são inexpressivos.

Conjuga-se à desarticulação das ações e serviços do SUS a ausência de uma articulação intersetorial no enfrentamento dos problemas relacionados à saúde do trabalhador.

Fica mais que evidenciado no Paraná que as áreas de saúde, trabalho, Previdência Social, meio ambiente e educação não participam de uma política integrada. Não há integração para setores conexos.

Com isso, há desperdício de recursos e de esforços humanos.

A precariedade da atenção à saúde do trabalhador no Estado do Paraná está presente em todos os níveis da rede de serviços do SUS – básica, especializada e hospitalar. A situação calamitosa é constantemente denunciada pelas entidades sindicais e populares, e também pelas instâncias de controle social do SUS.

A dependência do Sistema Único de Saúde (SUS) tem levado os hospitais paranaenses a fecharem suas portas. De acordo com a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná (FEHOSPAR), a previsão é de que a metade dos estabelecimentos de pequeno porte deixe de funcionar nos próximos anos. Essa é uma denúncia grave.

A metade dos hospitais de pequeno porte desaparecerá nos próximos anos no Estado do Paraná, segundo denuncia a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos do Estado do Paraná.

Uma faceta cruel da saúde no Paraná: uma pesquisa da Associação Brasileira de Medicina revela que o Paraná foi em 2005 o Estado que mais perdeu órgãos, em todo o Brasil, para possíveis transplantes. O problema seria a falta de estrutura dos hospitais paranaenses, e isso afeta quem espera por um órgão novo, o que faz a fila aumentar ainda mais neste ano.

Outra faceta cruel da saúde no Paraná: pacientes de esclerose múltipla de Curitiba estão tendo que interromper o tratamento pela falta de um medicamento gratuito fornecido pelo programa Farmácia Especial da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Nas últimas semanas, a entrega do medicamento tem sido feita de forma fracionada, segundo a Secretaria, para evitar o desabastecimento.

Segundo o depoimento de Olga Maria dos Santos Neves, Presidente da Associação Paranaense de Esclerose Múltipla, à imprensa local, a distribuição do remédio, que é de uso contínuo, está irregular há pelo menos 40 dias. Pergunta-se: o que justificaria tamanho descaso das autoridades responsáveis no Paraná?

A saúde no Paraná está doente. Faltam remédios, médicos, aumentou a fila de espera para consultas especializadas; cresceu em 600% o número de mortes de mulheres gestantes; reapareceram casos de tuberculose. Vejam que percentual dramático: o crescimento de 600% do número de mortes de mulheres gestantes no Estado do Paraná!

Oito hospitais universitários paranaenses estão na fila para receber recursos do programa de reestruturação e contratualização dos hospitais de ensino: os hospitais evangélico, de caridade, Cajuru, Pequeno Príncipe, Erasto Gaertner, de Clínicas, Regional Universitário de Maringá (HUM) e Regional do Norte do

Paraná, em Londrina. Aliás, esses dois últimos hospitais, tive a honra de inaugurá-los como Governador do Estado.

A liberação dos recursos depende de o Ministério da Saúde emitir um parecer sobre os projetos enviados ao programa. Esperamos que a burocracia do Ministério da Saúde não retarde a liberação das verbas. É o apelo que formulamos desta tribuna, Sr. Presidente, ao Ministro da Saúde para que agilize os procedimentos, para que libere com eficiência e rapidez os recursos necessários para a manutenção desses hospitais do Paraná, sob pena de aprofundarmos ainda mais a crise da saúde naquele Estado, que já é grave.

Mais um exemplo: o Hospital Infantil Pequeno Príncipe, de Curitiba, pretende, com os recursos a serem recebidos, substituir um aparelho de ultra-sonografia em preto e branco, um analisador automático para o setor de biodinâmica e também promover a digitalização da hemodinâmica.

Portanto, os recursos que estão destinados já têm programação de aplicação definida e não há como admitir atraso num setor em que a Constituição carimba recursos e estabelece um percentual como imposição para a sua aplicação.

Como tão bem destaca a Diretora de Relações Institucionais do Hospital Infantil Pequeno Príncipe, Sr^a Ety Carneiro, o Hospital, como instituição privada com finalidade pública, opera sempre no azul, pois é o próprio hospital que paga os salários, graças às receitas com atendimento particular, convênios e ações de captação e ensino.

Em que pesem todos esses fatores, sobram apenas 3% do orçamento, o que não é suficiente nem para comprar um equipamento.

Destaco esse Hospital porque ele trata, especificamente, de crianças. Se a situação de dificuldades é essa, em um hospital com a característica desse Hospital Infantil Pequeno Príncipe, tão prestigiado na capital do Estado pela sociedade local, imaginem o drama para um hospital público no Estado do Paraná! Esses estão relegados à sua própria sorte, submetidos ao descaso governamental.

A saúde não pode continuar recebendo um tratamento periférico nem dos Estados nem da União.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Leonel Pavan. Apenas, digo a V. EX^a, Senador, que o que me trouxe a esta tribuna foi a análise de pesquisas de opinião pública, quando constatamos que o problema de saúde no Paraná é aquele apontado pela população do Estado como um problema maior. Os percentuais de preocupação da população, que são

expressivos, no que diz respeito à segurança pública e desemprego só são batidos pelos percentuais de preocupação da população do Estado com a saúde pública de péssima qualidade.

Concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, pela sua preocupação em relação à saúde no dia de hoje, porque, todos os dias, V. Ex^a tem trazido temas importantes para a sociedade brasileira. Quero aproveitar esse seu pronunciamento para falar sobre a questão da liberação de recursos orçamentários, de recursos aprovados no Orçamento, de emendas até individuais para a saúde do Estado de Santa Catarina. Ora, há muitos anos, muitas pessoas procuram o Paraná para serem atendidas em hospitais públicos, desde a época que V. Ex^a era Governador do Estado. Ultimamente, a situação melhorou bastante em Santa Catarina. Porém, quero deixar registrada uma questão. O Governo Federal discrimina o meu Estado quando as emendas são apresentadas por Parlamentares que não o apóiam. Ao não liberar as emendas de minha autoria por eu ser da Oposição, o Governo Federal está discriminando o povo brasileiro, as pessoas que apoiaram o próprio Presidente. Quero registrar que não consegui a liberação de nenhuma das minhas emendas para a área da saúde, para melhorias nos hospitais do interior do Estado de Santa Catarina. Se V. Ex^a reclama de o Governo não liberar recursos para o seu Estado nem aplicar corretamente os recursos devidos na saúde do Paraná, imagine, Senador Alvaro Dias, o que ocorre em Santa Catarina, onde se nota muito bem essa situação. Os Municípios governados pelo PT – cumprimento os Prefeitos e a comunidade administrada por um Prefeito do PT, pelo menos, no momento – estão conseguindo esses recursos, mas outros Municípios, lamentavelmente, não conseguem ter a mesma sorte. Quero manifestar o meu protesto no pronunciamento de V. Ex^a em relação a essa desfeita que o Governo Federal está fazendo com o meu Estado de Santa Catarina ao deixar de liberar não apenas as emendas do Pavan, mas também de outros Parlamentares, emendas para melhorias de hospitais no meu Estado. Essa situação tem ocorrido no Paraná, em Goiás e em outros lugares do Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pavan.

Veja V. Ex^a que os sanguessugas conseguem liberar recursos do Ministério da Saúde – e como liberam. As ambulâncias passearam com sirenes ligadas pelas ruas do Brasil, em atendimento ao apetite de desonestidade de alguns, que lançam mão até mesmo de dinheiro público destinado à saúde para atender outros

objetivos escusos, dando margem a um desgaste do setor público brasileiro, da instituição parlamentar, sobretudo, colocando na cadeia algumas pessoas, mas certamente condenando à impopularidade e à derrota alguns parlamentares que se sujeitaram a fazer parte dessa quadrilha organizada para assaltar os cofres públicos no setor de saúde no nosso País.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que a discriminação na liberação dos recursos de emendas parlamentares é condenável sobretudo quando se trata de recursos destinados a um setor prioritário, como o de saúde pública. E é o que tem, lamentavelmente, acontecido.

No meu caso, no ano passado, não só em relação à saúde, a liberação dos recursos de emendas parlamentares que subscrevi no ano passado foi de 0%, Sr. Presidente, de 0%, Sr. Presidente, nenhum centavo de liberação em que pese a priorização estabelecida na destinação desses recursos que atendiam sobretudo os setores mais carentes, especialmente o setor de saúde do nosso Estado e nada de ambulância.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra o Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

Em segundo lugar, ontem, dia 29 de maio, foi o Dia do Geógrafo. Eu não podia deixar de registrar essa data, porque sou geógrafo e a classe poderia ficar chateada comigo.

Sr. Presidente, solicito que sejam publicados nos Anais da Casa dois artigos: “Dia 29 de maio e o Dia do Geógrafo. Mas o que significa ser Geógrafo?”, do Dr. Sílvio Simione da Silva, Geógrafo da Universidade Federal do Acre, e “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”, do Dr. Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade Estadual de São Paulo – Unesp. Peço ainda a V. Ex^a que, se possível, seja publicada notícia a respeito no **Jornal do Senado** de amanhã.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, § 1º e inciso II, do Regimento Interno.)

DIA 19 DE MAIO E O DIA DO GEÓGRAFO. MAS SIGNIFICA SER GEÓGRAFO?**DOCUMENTO A QUE SE REFERE****Prof. Dr. Silvio Simione da Silva¹**

Para responder à questão posta no título temos que compreender o que é a Geografia. Aqui partiremos do princípio de que toda ciência tem um papel social e político a ser cumprido. A Geografia é uma disciplina que, na escola do Ensino Fundamental e Médio, é responsável para proporcionar, aos alunos, os conhecimentos básicos de questões sociais, políticas, antropológicas, etnológicas, econômicas, jurídicas e cívicas, e também da forma que apropriamos da natureza. Assim, a base para a formação de profissionais áreas diversas, sobretudo, área de humanas e sociais, inicia-se com o trabalho do professor de Geografia.

Mesmo sendo um saber básico para todos, na academia constitui-se num conhecimento em que o profissional que o exerce dividirá espaço as outras áreas. Internamente, no processo de formação, estes profissionais dividir-se-ão entre aqueles que irão atuar na área de Ensino – os “licenciados”; e, aqueles que atuarão em atividades voltadas para a área Técnica e de Planejamento – os “bacharéis”. Do ponto de vista jurídico do exercício da profissão o “licenciado” é professor; e, o “bacharel” é o Geógrafo propriamente dito. Muitos vêm aí suas especificações em si: o primeiro “dá” aula e o segundo “atua” na área técnica e faz pesquisa. Na realidade, aí se encontram dois profissionais que fazem a Geografia – não podemos vê-los como um que pensa e pesquisa, e em outro que apenas transmite o conhecimento. Tanto o pesquisador ensina com os resultados de suas pesquisas, como o professor pesquisa para ensinar. Ora! Pesquisador que não ensina, pouco valeu então pesquisar! E, professor que não pesquisa não tem o que ensinar. Assim vejo mais correto tratar de “profissionais da Geografia”, embora reconhecendo que esta dicotomia no exercício da profissão é um desafio a ser encarado diariamente.

Mas onde este profissional deve atuar? O licenciado, sobretudo, na sala de aula, mas comumente atua em áreas técnicas diversas. O bacharel deve atuar em setores públicos e privados e nos levantamentos e estudos socioeconômicos, ambientais; nos planejamentos regionais, urbano e rural; no setor de cartografia e geoprocessamento; no licenciamento ambiental etc. Porém, aí nós dividimos espaços com outros profissionais, inclusive, com algumas áreas que tem maior *status* na sociedade. Isto, talvez, seja um dos “porquês” que espaço do “geógrafo” é tão desconhecido e pouco respeitado na sociedade.

Mas de onde vem este conhecimento que, as vezes, nos parece ora tão familiar, ora tão estranho? A realidade é que as raízes da Geografia, fora plantada na sociedade muito antes que esta se firmasse como Ciência Humana e Social. O conhecimento geográfico esteve para o

¹ - Doutor e Geografia pela FCI/UNESP. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre - UFAC. Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiro, Seção Rio Branco - AGB/RB.

homem desde seus primórdios: no seu saber orientar, no seu saber observar os astros, os rios, as montanhas; mas também na caça, na pesca, no conhecer das florestas, nas práticas sociais e, enfim, nas diversas ações relacionadas a forma em que se apropria e constroem seu espaço para viver. Assim, a geografia nascia como um conhecimento prático, nutrido por necessidade vividas no modo que os sujeitos que formam a sociedade foi se apoderando da natureza, transformando-a e se autotransformando. Travam-se relações com a natureza, ao mesmo tempo em que também travam entre si, no âmbito das relações que produzem a realidade que nós vivemos. É daí que provém este conhecimento.

Então o que isto nos ensina do que é a Geografia? Vejamos, com estes apontamentos vemos a Geografia como uma Ciência que é, sobretudo, uma “Ciência da sociedade” (parafraseando o Prof. Manoel Correia de Andrade), uma prática social no espaço vivido. Parte de compreensão de questões relacionadas às formas que produzimos o espaço em que vivemos na inter-relação constante da sociedade e natureza, em suas dinâmicas, movimentos e contradições.

Então para que serve a Geografia? Vejamos, nos anos setenta, o geógrafo francês Ives Lacoste, tentando explicar geo-politicamente o sentido desta ciência escreveu um livro que no seu título já sugeria o papel estratégico desta ciência: “A Geografia – isso serve em primeiro lugar para se fazer a guerra”. Na verdade, o excelente trabalho deste geógrafo serviu também para que outras áreas do conhecimento de humanidades pudessem compreender a instrumentalização das ciências como ferramenta de alienação social, assim como, da necessidade de as reconstruí-las como instrumento de libertação. Daí, ele mostra que há uma “Geografia dos professores”, a-política, neutra, e cheia de valores alienantantes que era (e ainda é parcialmente pode ser) ensinada nas escolas; e, outra que é a Geografia dos estados maiores” que origina-se das estratégias burguesas no domínio que estabelece sobre a sociedade.

O desafio hoje é criarmos base para superar estas práticas. Quase às “vésperas” de mais um dia dos Geógrafos, vemos que romper com este papel de instrumento alienador e constituir em um instrumental capaz de ajudar na construção da uma nova realidade para a sociedade em que vivemos, é o maior desafio aos profissionais da Geografia. “Precisamos conhecer o espaço, para nele saber se organizar, para a ele transformar”, já dizia Lacoste no referido trabalho. Afinal, estamos na raiz de muitos outros conhecimentos, alguns de grande prestígio social, hegemônicos nas decisões da nação; mas nestas decisões a Geografia é muita negligenciada, perante uma realidade matematizada e representada por índices e medidas que se traduzem por médias absurdas. Então, num momento que o Brasil precisa acertar suas “direções”, parece-nos que precisamos mais é de Geografia. Pensemos nisto!

Geografia e a ação profissional: Um sentido para o XIV ENG/2006 ser no Acre

Silvio Simione da Silva²

A ação do profissional da Geografia é uma atitude que deve ser essencialmente política no seu exercício, mas humana na sua prática. Considerando que o conhecimento geográfico esteve ligado aos grandes movimentos e disputas nacionais e internacionais, podemos pensar no papel deste profissional como agente ativo nos movimentos políticos/sociais vividos. A realidade é que a Geografia, como Ciência nasceu na Alemanha do século XIX, impregnada de valores imperialistas, como um saber científico a serviço dos interesses expansionistas germânicos. Logo depois se expandiu pela França e por outros países centrais, e na seqüência por países periféricos. Contudo, já no século XIX houve geógrafos que ousaram a propor um conhecimento crítico que rompesse com o papel de instrumental de domínio burguês e se colocasse a serviço das classes trabalhadoras, porém não tiveram grandes espaços nas academias. Assim, a Geografia difundira-se como um saber utilitário para a burguesia no seu domínio sobre diversa parte da terra.

No Brasil, a Geografia nasce na década de 1930, sobre forte influência da escola francesa. Professores franceses e outros brasileiros formados na França deram início ao Curso de Geografia na Universidade de São Paulo. Na verdade, este Curso tinha a tarefa de formar base profissional para conhecer o país na pesquisa e ocupar-se na formação de alunos em diversos graus do Ensino. A partir daí, a Geografia se expande por outros estados e vai tomando base nacional, mas chegando ao Acre apenas na segunda metade da década de 1970.

Com o crescimento do número de profissionais, ampliam perspectivas de pesquisas, mas também as posturas políticas e a necessidade de organização. Assim em 1934, foi fundada a Associação Nacional dos Geógrafos – a AGB, estando entre seus fundadores notáveis mestres como Pierre Deffontaines e Caio Prado Júnior. Com a AGB, buscou-se ter maiores práticas de pesquisas, de difusão do conhecimento geográfico e de intervenção na sociedade. Os Encontros Nacionais de Geógrafos – os ENGs – nascem sob estes auspícios, como metodologia de reuniões desses profissionais numa cidade brasileira, onde debatiam, discutiam, faziam pesquisa a partir da realidade local, mas sempre da Geografia. Começa-se assim romper com o papel subserviência aos interesses burgueses, numa atuação mais crítica. Este momento histórico já respondia aos tempos vividos no país, e aos reflexos da ciência em nível mundial, por volta dos anos 1950/60. Discutia-se a necessidade de uma ciência mais comprometida com as questões políticas e sociais do país e do mundo, inclusive retomando as leituras dos Geógrafos anarquistas já referidos.

Na realidade, é que no âmbito das transformações política nacional, com o Golpe Militar de 1964, muitos dos profissionais da Geografia, os mais progressistas foram exilados. Isto

² - Doutor em Geografia pela FCT/UNESP. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre - UFAC. Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiro, Seção Rio Branco - AGB/RB.

significou uma retomada de um saber pragmático e subserviente aos interesses da classe dominante e pouca expressão da crítica no meio dos profissionais da área. Neste contexto, serão nos movimentos sociais, sobretudo estudantil, que a crítica na Geografia foi sendo reconstruída como um caminho para o encontro com as questões que mais afligiam a sociedade. Daí, o papel dos estudantes, na AGB, cresce em importância. O ENG de 1978, na cidade de Fortaleza marcava o retorno de alguns destes exilados e do encontro com novos profissionais e seguimentos estudantis que buscavam a crítica como caminho para suas ações. Isto marcou um momento histórico com os intensos debates que permearia a ação da AGB como órgão de intervenção social e de definições de direções para uma práxis dos “geógrafos”. Os ENG se consumariam como espaços fundamentais na direção das ações para Geografia.

O que isto tem a ver conosco no Acre neste ano de 2006? A questão é que neste ano do dia 16 a 21 de Julho, nós que fazemos a Geografia aqui seremos os anfitriões do XIV ENG, cujo tema será “A Amazônia no contexto da América Latina: discursos, percursos e práticas”. Na verdade, apesar da Amazônia representar quase a metade do território nacional, o ENG foi realizado na região apenas uma vez, em 1974, na cidade de Belém, um ou dois anos antes de ser implantado o Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Acre. Portanto, trinta e dois anos, o ENG volta à Amazônia, recebido num “ambiente acadêmico geográfico” que até sua última vez que foi realizado na região, não existia. Por outro lado, a AGB/seção Rio Branco, fundada em 1982, teve funcionamentos esporádicos, tendo sido reativada nos dois últimos anos, mas refletindo crises seqüentes, o que também reflete a condição da organização em nível nacional.

O que poderá significar este retorno do ENG à Amazônia, e pelo Acre? Penso que isto marca uma fase de inserção da Geografia que fazemos na Amazônia no cenário acadêmico nacional. Por outro lado, mostra a importância da Amazônia no âmbito acadêmico dos debates sobre o espaço brasileiro, na perspectiva de sua integração no desenvolvimento nacional e Latino Americano. No Acre, significa podermos mostrar a Geografia que fazemos, perante uma realidade estadual que busca se encontrar na luta por um caminho de desenvolvimento sem negar suas raízes históricas. Para a AGB e aos profissionais e estudantes da Geografia de outras regiões, marca o princípio do “pagamento” uma dívida com nossa região, signo fundamental para muitas reflexões feitas nos cômodos espaços de discussões do Centro-Sul e Nordeste e que, com ENG, poderão vir aqui e inteirar desta realidade. Contudo, como retorno, também para AGB, aqui será ambiente para refletir suas ações atuais e suas crises como Instituição.

Quiçá no ENG de Rio Branco/2006, começaremos a buscar novos caminhos para ações perante uma sociedade que foi mais dinâmica que nossa capacidade de autotransformar-se como organização na AGB. Mas se há crise, há possibilidades de renovações! Então, parafraseando o Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, se a Geografia está em crise, “viva a crise!”

Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais

Bernardo Mançano Fernandes¹

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Introdução

Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Mesmo, muitos geógrafos trabalham com os conceitos de espaço e de território a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Este artigo é um novo ensaio de uma reflexão maior em realização no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente (São Paulo - Brasil). Nossas primeiras reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial surgiram em Fernandes, 2000a, na realização da tese de doutorado sobre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o território brasileiro.

Neste texto, procuramos aprofundar essa discussão a partir de Santos, 1988 e 1996; Lefebvre, 1991; Raffestin, 1993, Oliveira, 1991, Gonçalves, 2001 e Fernandes e Martin, 2004. Para tanto, revisitamos os conceitos de espaço e território e apresentamos o conceito de processos geográficos à luz de nossa reflexão com base nas leituras e a partir dos diversos projetos de pesquisa em realização no NERA.

Reforçamos nossos argumentos sobre a importância dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial para estudar as realidades contemporâneas frente às mudanças paradigmáticas. As idéias aqui apresentadas ainda estão em processo de formação, todavia se constituindo como referências importantes para as leituras geográficas dos movimentos sociais.

Essa é a contribuição contida na parte referente aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Hoje, frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades. Acreditamos que este artigo provoca essa questão e a coloca em movimento, revelando espaços e territórios antes não pensados.

1 – Espaço e território

~~O espaço social é a materialização da existência humana.~~ Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre, 1991, p. 102. O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da Geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panacéia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado

¹ Geógrafo, professor e pesquisador do Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Presidente Prudente (www.prudente.unesp.br/dgeo/nera). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino - Americano de Ciências Sociais - CLACSO

continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços.

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma completitude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. *O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação.* As relações sociais, muitas vezes, realizam *leituras e ações* que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que *desfragmentem* o espaço e que não restrinjam as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços.

Essa é a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos, 1996, p. 50 na elaboração de uma definição plena de espaço. Santos compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.

As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos são contraditórios e solidários. As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflituais. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de *intencionalidades* das relações sociais, que determinam as *leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte*, o seja, o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como uma fração ou um fragmento.

Essa determinação é uma *ação propositiva* que interage com uma *ação receptiva* e a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza. Assim, a *intencionalidade determina a representação do espaço*. Constitui-se, portanto, numa forma de *poder*, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta.

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma *intencionalidade*, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico.

A *intencionalidade* é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A *intencionalidade* é **uma** visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. É assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo.

Desse modo, a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin, 1993, p. 63, como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert, 2004, denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Um bom exemplo dessas características está em Oliveira, 1991, nos conceitos de territorialização do capital e monopólio do território pelo capital.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e

dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes possuem o sentido de trunfo que Raffestin, 1993, defende para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios, o conhecimento, como relação social, pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão. Alguns economistas tratam o território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo o território a uma determinada relação social. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”.

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos.

2 – Processos geográficos

Os processos geográficos são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semana depois o tráfico é reorganizado; Também quando um paradigma entre em crise ou é abandonado e tempos depois é retomado.

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrompido, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente.

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. Outro exemplo é o prédio de um sindicato onde acontecem reuniões para tratar dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, mas também é ocupado com aulas de alfabetização de jovens e adultos e também para a prática de esportes.

Exemplos de territorialidades deslocadas são as reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros territórios. Dois exemplos: pessoas tomando chimarrão em determinados lugares das regiões Sudeste e Nordeste, apropriadas pela população local como resultado da interação e convivência com gaúchos. Pessoas dançando forró, rock ou tango na cidade de São Paulo como resultados da interação e convivências com diferentes culturas.

Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico. Essas mesmas relações produzem espaços sociais diversos, cujos movimentos são manifestados em espacializações e espacialidades. Todavia, esses processos geográficos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação e de fácil identificação.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (Santos, 1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST);

A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória. Os processos geográficos também são conjuntos indissociáveis e pode acontecer simultaneamente. Um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Ou diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Desse modo espacialidade e espacialização podem acontecer concomitantemente. Todavia, territorialização e desterritorialização não acontecem com ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer ao simultaneamente em lugares diferentes.

3 – Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais

As reflexões teóricas apresentadas neste artigo possibilitam aprofundar as leituras geográficas a partir das ações dos movimentos sociais. As primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade da década de 1990 e resultaram na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica” (Fernandes, 2000b). Essas reflexões continuaram no debate com o geógrafo francês Jean Yves – Martin (2001) e resultaram na

publicação do texto “Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (Fernandes; Martin, 2004).

Estes trabalhos resultam de um desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento.

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfreitamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios². A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Na década de 1980, a geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, desde meados da década de 1990, realizamos esse esforço em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-los a partir de uma leitura geográfica dos processos sociais e geográficos.

Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. Os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória.

As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Neste sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do espaço (Lefebvre, 1991). Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

De acordo com Raffestin, 1993, partimos da premissa que para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão da sua existência. Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo.

² Estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra são realizados por Gonçalves, 2004 e 2005.

Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.

É com essa preocupação que apresentamos esse ensaio teórico, ou seja, construir um referencial que nos permita compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos.

Ainda queremos enfatizar que isso não significa uma visão determinista do lugar, como lembra Neves (2004). Não propomos o estudo descritivo do espaço ou do território, mas da multidimensionalidade possível, da composicionalidade e da completividade, em todas as interações que são constituintes de transformação da realidade a partir de processos geográficos. Não nos interessa o espaço em si, mas o movimento do espaço e sua transformação em território. Não nos interessa somente o espaço físico em si, mas o espaço geográfico em sua totalidade. Estudamos o espaço em movimentos e o movimento no espaço e no território.

Com essa preocupação cunhamos os conceitos que nos possibilitam compreender as ações dos movimentos socioespaciais e dos socioterritoriais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ongs são sempre representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território. São sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam.

As organizações não governamentais trabalham com representações de interesses, defendendo desde os interesses de uma multinacional aos interesses de um movimento indígena. Portanto, só podem se constituir como movimentos socioespaciais, uma vez que não possuem um território definido. O fato de defenderem uma ou outra intencionalidade não lhes dá o status de movimentos socioterritoriais, pois como afirmamos na primeira parte deste artigo, os territórios imateriais são também espaços políticos, abstratos. *Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes.* Todavia, as imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas não se materializam como território próprio, mas como território dos movimentos socioterritoriais que elas defendem. Assim sendo, o conceito de território vincula-se ao conceito de espaço geográfico, seus elementos naturais e relações sociais. Elemento fundamental do território e do espaço geográfico é a materialização da existência humana.

As igrejas podem ser movimentos socioespaciais e ou movimentos socioterritoriais, dependendo das relações sociais com as quais trabalham, podem ser agências de mediação ou defender seus próprios interesses.

De acordo com as pesquisas da Comissão Pastoral da Terra, 2005, p. 219-224, existiam, até 31 de dezembro de 2004, em torno de 240 movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuando em todo o território brasileiro. Desses a maior parte é de movimentos socioterritoriais isolados e respondiam por um número menor de ações, enquanto os movimentos territorializados executaram um número maior de ações, enquanto os movimentos socioespaciais aparecem com agências de mediação.

Movimentos (socioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito.

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

Os movimentos socioespaciais também possuem diferentes escalas. Podem atuar da escala mundial à escala local. São predominantemente agências de mediação. Um exemplo de movimento socioespacial global do é o Greenpeace. Um exemplo de movimentos socioespacial em escala local são as organizações de bairro em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços sociais, como energia elétrica, asfalto, escolas etc.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.

Os movimentos socioespaciais e os socioterritoriais enfrentam contra – espaços (Moreira, 2002), que foram estudados por Feliciano, 2003, com exemplos das medidas políticas do Estado constituídas como barreiras espaciais para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos camponeses. O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios.

Considerações finais

A construção dos conceitos aqui apresentados é um processo amplo e de debate permanente. Compreender esses processos é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços -- territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios.

Também é possível mapear os movimentos das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações socioespaciais e socioterritoriais.

Igualmente, nos ajuda a compreender como a Geografia pode utilizar uma leitura autônoma, para compreender melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento. Os conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial são tentativas de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, mas esta sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos.

Referências bibliográficas

- Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil – 2004*. Goiânia: CPT, 2005.
- Feliciano, Carlos Alberto. *O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária*. São Paulo, 2003. Dissertação (mestrado em Geografia) Curso de Pós – Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo.
- Fernandes, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.
- Fernandes, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In *Revista Terra Livre* nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.
- Fernandes, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 12, 2004.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Siglo Veintiuno, 2001.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In *Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In *Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.
- Haesbaert, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- Martin, Jean Yves. *Les Sans Terre du Brésil: géographie d’un mouvement socio-territorial*. Paris: L’Harmattan, 2001.
- Moreira, Ruy. O espaço e o contra – espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In *Revista Território Territórios*. Programa de Pós – Graduação Em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
- Neves, Achiles Lemos. Dos movimentos socioespaciais aos movimentos socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. Goiânia: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (Anais), 2004.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- Raffestin, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- Santos, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a será atendido. V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável em terceiro lugar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente João Alberto, recebi um pedido de dezenas ou centenas de representantes comerciais referente a um projeto que apresentamos no dia 13 de maio de 2003, nesta Casa, para que os representantes comerciais possam optar pelo Simples.

Sr. Presidente, deixo um requerimento a V. Ex^a para a Comissão de Educação, onde o Relator do meu

projeto é o eminente Senador Wellington Salgado, e para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde o Relator é o Senador Sérgio Cabral. O projeto estava na Comissão de Assuntos Econômicos, enviaram-no para a Comissão de Educação, para depois retorná-lo à Comissão de Assuntos Econômicos.

Se possível, gostaria que meu pronunciamento fosse publicado no **Jornal do Senado**. É necessário agilizar a tramitação do meu projeto, que está parado desde 2003 – faz três anos. E os representantes comerciais, com justiça, reivindicam que, pelo menos, seja colocado em discussão, para ser aprovado ou reprovado, pois ele permite que os representantes comerciais possam optar pelo Simples.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)

Projeto Lei Nº 183/2003

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras,
Senhores Senadores,

Em 13 de maio de 2003 – há três anos, portanto –, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 183/2003. O referido Projeto, Senhor Presidente, permite que a pessoa jurídica que se dedica à atividade de representante comercial possa optar pelo SIMPLES.

esta parada na comissão de assuntos econômicos

A data que escolhi para trazer essa proposta à consideração das Senhoras e dos Senhores Senadores – 13 de maio – é emblemática: é uma data de libertação; uma data de valorização das potencialidades do ser humano; uma data, enfim, de afirmação do indivíduo sobre os grilhões patrocinados

pelo Estado. E é exatamente disso – de libertação da ganância do Estado – que necessitam os representantes comerciais.

Até 1989, Senhor Presidente, o representante comercial gozava dos benefícios fiscais concedidos à microempresa. Nada mais justo! Em 13 de dezembro daquele ano, porém, a Secretaria da Receita Federal baixou o Ato Declaratório CST nº 24. A partir daí, a sociedade que exercesse a atividade de representação comercial ficava excluída de tais benefícios.

A reação não se fez esperar. Esbulhados em seu direito, os representantes comerciais foram à Justiça: apontaram a ilegalidade do Ato Declaratório nº 24 e obtiveram sucessivas decisões judiciais favoráveis a sua causa. Posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu, também, que era legítima a reivindicação dos representantes comerciais.

Não obstante, Senhoras e Senhores Senadores, tudo voltou à estaca zero com a promulgação da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. Em seu artigo 3º, essa Lei dispõe que a inscrição no SIMPLES implica o pagamento mensal unificado de uma série de impostos e contribuições, tais como o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, o PIS/PASEP, a COFINS e o IPI. Até aí, tudo bem! Todos sabemos da importância do SIMPLES para as microempresas de nosso País. O problema, porém, é que o artigo 9º da mesma Lei, em seu inciso XIII, simplesmente nega ao representante comercial a possibilidade de optar pelo Sistema.

É contra tal discriminação, Senhor Presidente, que se coloca meu Projeto. Afinal, conforme eu já salientara em sua *Justificação*, o representante comercial, que se dedica à mediação de negócios mercantis, tem sua profissão regulamentada por lei que não lhe exige habilitação técnica. Ora,

sempre é bom lembrar que o espírito do inciso XIII do artigo 9º da Lei nº 9.317 é o de vedar a opção pelo SIMPLES a atividades cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida. A representação comercial, sabemos todos, é feita em sua grande maioria por pequenas empresas familiares, que têm como sócios marido e mulher e que dispõem de ínfimo capital; pequenas empresas que, além de pagar os impostos e contribuições federais, pagam também outros tributos, como o ISS, devido ao Município.

Portanto, neste momento em que o PLS nº 183 de 2003 completa três anos, quero pedir às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores que trabalhem por sua rápida tramitação. A matéria estava pronta para ser apreciada na Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável do Relator, o ilustre Senador Sérgio Cabral. Ocorre, porém, que o Projeto passou a tramitar em conjunto com dois

outros, motivo pelo qual foi encaminhado, recentemente, à Comissão de Educação, para depois voltar à Comissão de Assuntos Econômicos.

Faço um apelo, aqui, ao Relator da matéria na Comissão de Educação, o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira, no sentido de que a examine com carinho. Terá, com certeza, o reconhecimento de todos os representantes comerciais de nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A reclamação de V. Ex^a será levada à Mesa da Casa.

Srs. Senadores, falará agora o Senador Marco Maciel e, em seguida, pela Liderança, o Senador Leonel Pavan. E antes do Senador Cristovam Buarque, intercalarei os oradores e os pedidos para uma comunicação inadiável. Peço que V. Ex^{as} compreendam, porque quem pede a palavra para uma comunicação inadiável às 14 horas está aqui há muito tempo, deseja falar e utilizará apenas cinco minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, do PFL, ex-Presidente da República e ex-Governador de Pernambuco, por dez minutos.

O SR. MARCO MARCIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidente desta sessão, ilustre Senador João Alberto, do PMDB do Maranhão, já o conheço de muito tempo, posto que foi Deputado Federal – um competente

Deputado Federal, Governador do seu Estado e também no Senado tem uma atuação caracterizada pela defesa dos problemas do seu Estado e do seu povo, o que o faz, certamente, um dos melhores homens públicos do nosso País. Portanto, os cumprimentos a V. Ex^a pela sua atuação no Senado Federal.

Sr. Presidente, estou falando neste instante por uma gentileza do nobre Senador Cristovam Buarque, que admitiu fazer uma permuta comigo para que eu pudesse falar antes dele.

O tema que vou versar, Sr. Presidente, diz respeito às reformas políticas que, no Brasil, se têm cingido a sucessivas reformulações de natureza eleitoral. Criamos, talvez, com isso, a síndrome de tomar por políticas simples mudanças pontuais do sistema partidário-eleitoral. E a melhor evidência é que conquanto multiplicando-se ao longo do tempo essas reiteradas reformas se restringiram à mudança do sistema majoritário do adotado no Império em 1821, pelo sistema

proporcional, instituído, mais de um século depois, pelo Código Eleitoral de 1932, logo após a Revolução de Trinta. Isso nos leva a indagar em que medida tais mudanças, ajudaram a aprimorar nossas instituições político-representativas. Todo o arcabouço legal nesse terreno, além de normas constitucionais, restringe-se a apenas quatro ordenamentos distintos: o Código Eleitoral de 1965, a Lei Complementar de Inelegibilidades de 1990, a Lei dos Partidos de 1995 e a Lei Eleitoral de 1995, destas duas últimas, aliás, tive o ensejo de participar como Vice-Presidente da República. Com exceção do Código Eleitoral, as demais foram sancionadas na década de noventa do século anterior. As Resoluções do TSE, no entanto, somam mais de 20 mil. Forçoso é reconhecer, porém, que os avanços substantivos do sistema eleitoral brasileiro decorreram mais de políticas adotadas nos últimos anos, do que de mudanças legais. Refiro-me, em especial, à informatização dos processos eleitorais que incontestavelmente, serviu para aumentar a legitimidade do sistema, banir as práticas mais usuais de fraudes e manipulação e, em conseqüência, diminuir sensivelmente os recursos judiciais sobre os pleitos, de tão nefasta memória em nossas plagas. Isso sem contar que tal providência propiciou igualmente a melhora de nossa imagem no exterior, pois o Brasil, segundo maior eleitorado do mundo ocidental, consegue proclamar o resultado final dos pleitos poucas horas após a votação.

Como se vê, as verdadeiras reformas institucionais que o País reclama não dependem somente de mudanças nas leis, mas, também do saneamento das práticas e dos processos correntes.

Mais do que isso, algumas dessas alterações depois, não têm sido mais do que um recurso que, tal como indica a origem etimológica do termo, dizem mais respeito as aspectos formais dessas mudanças, do que à sua substância que interessa mais à sociedade brasileira do que ao conjunto do “estamento político”. Examinando-se volume coligido em 1874, por Antonio Pereira Pinto, intitulado “Reforma Eleitoral”, somos levados a constatar – e a lamentar – que a mais efetiva das mudanças, ocorrida em 65 anos de duração da Monarquia se cingiu à Lei Saraiva de 1881. Ao transformar em diretas as eleições de dois graus adotadas em 1822, o que pareceu um avanço, terminou se transformando num retrocesso, na medida em que aumentaram as exigências para comprovação da renda dos eleitores, reduzindo-se, como decorrência o Colégio Eleitoral. Uma vez que não há alternativas aos sistemas eleitorais, que as modalidades majoritária ou proporcional, e que esta última além de se encontrar consagrada em todas as constituições democráticas do País, desde 1934, é adotada – embora no Brasil

por listas abertas lamentavelmente – na maior parte do mundo, por ensejar menores inconvenientes que o sistema majoritário – este, aqui, conhecido pela apelido de “distrital”. Talvez seja hora de refletir conjuntamente a propósito dos passos a serem dados tão pronto esteja encerrado o pleito deste ano.

É importante ter presente serem as reformas de que necessitamos para vencer o agudo déficit de governabilidade que, por sua vez, limita o nosso processo de desenvolvimento, se alojam além do mero campo político, para se situarem no território das instituições.

Mais do que meus argumentos, parecem-me úteis as lições de Norberto Bobbio, contidos no seu livro “Entre Duas Repúblicas” em que o Mestre analisou, ao fim da Segunda Grande Guerra, a conjuntura que vivia seu País quando se discutia o futuro da Itália, e os rumos de sua Constituição de 1946 que, lá como aqui, tinha o objetivo de devolver às nações, a democracia tão cruelmente banida, lá pelo fascismo, aqui pelo Estado Novo. A transcrição de trechos iniciais do livro, sob o título “Homens e Instituições” justifica-se por si mesma, e por sua enorme atualidade e aplicar-se a nossa realidade: “Há ainda quem diga a política é questão dos homens. Tais pessoas formavam, durante o fascismo, alinhamento dos iludidos, porque admitiam que tudo seria dado certo se, no lugar desses homens, corruptos e prepotentes, houvesse outros homens, honestos e íntegros. Essas pessoas são, hoje, as mesmas que vão aumentar a fila dos desiludidos, porque descobrem que nem todos os governantes são Péricles e, nem todos os membros dos Comitês da Libertação Nacional são Catão. Esse conceito, melhor dizendo, esse pré-conceito, baseia-se na divisão abstrata e moralista dos homens, de todos os homens, em bons e maus, e na falsa e ingênua opinião de que a política seja a simples arte de colocar os bons no lugar dos maus”. Infere-se, portanto, de suas palavras, que a questão desloca-se do âmbito das pessoas – isto é, com suas virtudes e defeitos – para corretamente se situar no edifício de autênticas instituições. Observa, mais adiante, Bobbio: “para quem insistir em dizer que é questão de homens, responderemos com absoluta segurança, que é de instituições. Os homens em sua maioria, são aquilo que são; as boas instituições revelam as qualidades positivas, as más, as negativas. Uma instituição onde os homens se corrompem e antepõem o próprio interesse no interesse público, não resta dúvida, é uma má instituição. Ora, recriminar a malvadeza dos governantes, quando as instituições não são boas, é, no mínimo, tão absurdo quanto esperar que os governantes se tornem providencialmente sábios sem que as más instituições sejam removidas”.

Prossigo citando o filósofo-jurista e cientista político Norberto Bobbio: “Nunca, como hoje, ficou tão claro que o problema da renovação política, com a qual estamos comprometidos, é problema de renovação das instituições...” “Mas quais?” – pergunta, mais adiante, Bobbio – para responder com “instituições democráticas”. São aquelas “que chamam o maior número possível de cidadãos à responsabilidade do poder, sem amarrá-los; que ampliando o sufrágio, a participação, o controle impede alguns poucos de transformar o Estado em fortaleza de privilégios e de tirar do poder todas as vantagens, descartando todas as responsabilidades. E eis que retornamos, assim, à oposição entre homens e instituições, a qual nos dá a exata medida da diferença essencial que separa um regime totalitário de um regime democrático...”, isto é, segundo Bobbio, “augurando o de um regime democrático, fazemos votos para que seja constituído um sistema político em que, ao contrário, as instituições sejam tão duradouras e de difícil revogação quanto forem substituíveis e mutáveis os indivíduos um sistema político em que um decreto ordinário seja suficiente para destruir homens de governo que realizam mal o seu trabalho mas que, para mudar uma instituição, ocorra, não uma guerra mundial ou uma revolução, mas uma reviravolta completa na situação política do país”. E encerra, referindo-se aos trabalhos que então se desenvolviam para elaborar a Carta Constitucional Italiana de 1946: “A Constituinte terá, portanto, o dever de substituir uma vez por todas o poder dos homens pelo governo das instituições democráticas”.

Reportando-se ao texto “Instituições democráticas”, ainda adverte Bobbio: “Há quem reduza a democracia à mera formalidade, definindo como regime democrático aquele em que a classe política é eleita pelos cidadãos, ao contrário do que ocorre nos regimes totalitários, nos quais a própria classe política se impõe com a força. Percebe-se que em tal regime, ao qual podemos dar o nome de democracia formal e não real, a democracia torna-se mais perfeita, à medida que é ampliado o sufrágio: de fato, o programa máximo dessa democracia é o sufrágio universal.

Democracia hoje quer dizer”, enfatiza, uma vez mais, Bobbio, “antes de tudo, dar o Estado aos cidadãos, preencher o máximo possível o vazio entre o indivíduo e o Estado, trazer, em síntese o Estado para o nível dos homens, levando o cidadão ao governo, à administração, não somente nas prefeituras, mas também nas fábricas, nas profissões, nas escolas, etc., dando à maior parte dos indivíduos de maneira direta, e não apenas indireta, os deveres e responsabilidades do cidadão”. Além disso, acrescenta o cientista italiano, com pertinência, não constituir a democracia em simples

formas de escolha de governantes, para observar que a “democracia tem um método que a distingue substancialmente, de todas as outras formas de governo. Esse objetivo é a educação dos cidadãos à liberdade. Só o homem livre é responsável; o homem, porém, não nasce livre a não ser na abstração dos iluministas: ele torna-se livre em um ambiente social onde as condições econômicas, políticas e culturais sejam tais que o conduzam, mesmo a contragosto, a adquirir a consciência do próprio valor do homem e, assim, das próprias possibilidades e dos próprios limites no mundo dos outros homens.

Impõem-se, em conseqüência, instituições democráticas capazes de oferecer ao indivíduo “o exercício da liberdade, mas a consolidar e a desenvolver nesse indivíduo o próprio sentido da liberdade”, isto é, “para que a massa informe e inerte de vítimas e dos súcubos da vontade da potência se articule em uma multiplicidade de pessoas conscientes do próprio valor e dos próprios limites, não mais sujeitando-se ao arbítrio daqueles que detêm um poder sem controle”.

Tais considerações, verdadeiramente luminares, do fecundo pensador e formulador que foi Bobbio, levam-nos às reformas que o Brasil pede, a Nação reclama, e a consciência coletiva demanda. Uma constituição, emendada quase 60 vezes em menos de 18 anos, ao sabor das mais variadas conveniências, não conseguiu criar, em que pese avanços na busca do Estado de Direito, costumes democráticos, e como parece ser a evidência dos fatos mais recentes verificados na história política brasileira, não edificou a democracia real, não construiu uma obra do tempo, a democracia efetiva sem a qual a idéia democrática não viceja na mente do corpo social. Daí a necessidade de trocar o hábito de reformas que na realidade não transformam, pelo de lutar por mudanças institucionais, capazes de dotar a Nação de uma Democracia tão almejada, todavia ainda tão distante de nós. A que praticamos, a cada dois anos, como agora, através de eleições, para legitimar a investidura do poder político, pode ser um instrumento, mas não um objetivo que una todos os brasileiros em torno desse que deve ser o ideal comum a todo o País.

Mas, afinal, o que vem a ser uma instituição, se almejamos reformas institucionais? Com lecionou o professor Karl Deutsch, em seu livro **Política e Governo**, “uma instituição é coleção, ordenada e mais ou menos formada de funções e hábitos humanos – isto é, de expectativas encadeadas de comportamento – que redundam numa organização ou prática estável, cuja ação pode ser prevista com certa margem de segurança. Os governos, as universidades, os hospitais, os tribunais, as comissões de planejamento e firmas

comerciais são organização desse tipo; as votações, o crescimento, a propriedade e a lei representam algumas dessas práticas. Institucionalizar uma prática, um processo ou serviço é mudá-los, de uma atividade informal e insuficientemente organizada para outra altamente organizada e formal”. Não basta, porém, considerarmos as instituições sob o ponto de vista político e jurídico, mas, ao contrário, “é indispensável levarmos em conta também o seu aspecto social, já que tudo que é social é coercitivo e sob essa ótica, a instituição é uma coerção socialmente eficaz”.

As reformas institucionais, portanto, são as que dizem respeito, de um lado, à eficiência das instituições sociais e de outro, à utilidade e eficácia das instituições públicas. Sem coerção social, a ciência política se transforma em simples exercício imoderado e imprevisível de poder. Assim temos aprendido ao longo de nossa evolução histórica. Por isso, a maioria de nossas mudanças políticas e de nossas reformas sociais e econômicas tem sido resultado da imposição e não do consenso. As reformas institucionais que tenham a virtude de atender às aspirações da sociedade, mais do que a conveniência dos partidos, das ideologias e dos grupos de interesse que gravitam em torno da política, por legítimas que sejam seus objetivos, têm que considerar mais, acima de tudo os seus efeitos, a consideração dos seus conceitos. E a primeira e mais antiga – repita-se – das instituições do mundo civilizado é o Estado, em todas as suas formas e as suas modalidades. Não porque seja a mais importante das instituições humanas, mas pelos atributos que a ele vêm associados: o poder, o monopólio do uso da força, a repressão e, como testemunham ainda os nossos tempos, o recurso à violência. Hoje, já não há limites para a ação do Estado, seja para beneficiar, proteger ou prejudicar. Os limites para moderar a ação do poder político, são todos antigos, de quase três séculos. Talvez o mais eficaz e seguramente o mais velho deles, é o da separação dos poderes. Mais tem sido, também, insuficiente para conter os abusos a que, ao longo do tempo, se habituou o exercício imoderado da autoridade e proporcionou ao mundo os mais dramáticos espetáculos de violência: as guerras, os conflitos armados e as formas não menos destrutivas do homem e de seus ideais; a miséria, a fome, a marginalização, a discriminação, a pobreza, a indigência, o abandono, sem esquecer a indiferença.

Concluo, Sr. Presidente, as minhas palavras dizendo que, para reformar o Estado é preciso, tão logo se inicie a próxima legislatura e sejam investidos em suas funções os titulares do Executivo, eleitos em outubro próximo, revermos o conceito em que se fundamenta sua própria legitimidade, sua utilidade, suas

finalidades e os limites de sua atuação. Essa deve ser a nossa missão, por constituir, penso, uma aspiração de toda a sociedade brasileira.

Agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente, o tempo que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a será atendido.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres do PDT do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição como Líder do PDT para falar antes da Ordem do Dia, não já, Sr. Presidente, talvez depois do próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito e vai falar assim que desejar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pela Liderança da Minoria antes da Ordem do Dia conforme documentação enviada a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

Conforme eu havia anunciado, concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso por cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer duas comunicações antes de dar início a meu pronunciamento.

A primeira delas é que acaba de chegar a esta Casa uma medida provisória da maior importância para uma parcela do funcionalismo público do nosso País. A medida dispõe sobre a reestruturação das carreiras e sobre a remuneração do Banco Central, do Magistério de Ensino Superior, do Magistério de 1^o e 2^o graus, das carreiras da área de Ciência e Tecnologia, da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de Apoio à Fiscalização Federal e à Agropecuária. Estende ainda a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária aos cargos de

Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e cria ainda a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria no Sistema Único de Saúde. Eu diria que é da maior relevância essa medida provisória que acaba de chegar para uma parcela do funcionalismo público federal do nosso País.

Queria ainda anunciar aqui que foi regulamentada pelo Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário, a regularização fundiária para áreas de até quinhentos hectares ocupadas por pessoas que estejam em cima de terras públicas. Falta ainda a correspondente publicação no **Diário Oficial**.

Só em Mato Grosso essa medida promoverá a regularização de mais de 80% das terras de pequenos e médios produtores, de produtores que ocupam áreas de até quinhentos hectares.

O Senador Sibá Machado e os Senadores da Região Amazônica sabem que essa é uma conquista da maior grandeza para a Região Amazônica. Trata-se, de fato, da possibilidade de regularização das terras daqueles que ocupam áreas públicas de até quinhentos hectares. A medida beneficia todos aqueles que são ocupantes pacíficos de terras da União e que já entraram com processos nos Incras dos mais variados Estados para solicitar a regularização da área que ocupam. A apreciação dos procedimentos daqueles que já entraram com os requerimentos terá, é óbvio, caráter preferencial e emergencial; aqueles que ainda não deram início a seus procedimentos, com certeza, farão isso em breve. É uma medida da maior envergadura para a regularização das terras na região da Amazônia.

Sr. Presidente, face à visita do Presidente Jacques Chirac em uma das últimas sessões da semana passada, não tive oportunidade de aqui fazer alguns esclarecimentos que julgo necessários. Apesar de alguns já terem espontaneamente se manifestado, inclusive em minha defesa, quero usar a tribuna deste Senado para esclarecer à Nação, de uma vez por todas, os episódios de duas semanas atrás, quando simplesmente fizeram “brotar” o meu nome em uma das listas relativas à operação Sanguessuga. Distribuí nota a Vossas Excelências, mas penso que, para a população que nos ouve agora, é importante esclarecer sumariamente o seguinte: não sei do que me defender. Meu nome apareceu, inicialmente, relacionado a uma emenda de 2001, quando nem Senadora eu era, muito menos Deputada Federal, mandato que nunca exerci. Aí não tinha jeito de me colocar porque, em 2001, o governo era adversário nosso, eu não tinha como atuar. Não sendo Deputada nem Senadora,

não entendo como posso ter aparecido nessa lista, e ninguém deu explicações sobre isso até hoje. Depois apareci, já que não deu certo a primeira tentativa, em uma tal lista “de projetos de interesse da empresa”, que não se sabe ao certo qual é, mas coisa boa não deve ser, Sr. Presidente.

Todos nós, Senadores, temos de destinar um percentual específico para atender as demandas da saúde. Nesse particular, estariam glosadas duas emendas minhas: uma de 80 mil reais para o município de Campo Novo dos Parecis, destinada à construção de um posto de saúde, nada tendo a ver com ambulâncias. O dinheiro está lá na conta da prefeitura, e o prefeito nem fez licitação ainda, mas já me mandou todas as informações por escrito. Está difícil de a gente entender essa questão. A outra, de 104 mil reais, foi destinada à prefeitura de Cana Brava do Norte; são recursos cuja aplicação já foi comprovada por meio das notas e declarações que me foram enviadas pelo Prefeito. Foi comprado um carro para servir de ambulância em uma concessionária da **Renault** e um Fiat Uno – segundo a informação do Sr. Prefeito, os veículos foram adquiridos diretamente nas concessionárias da região. Portanto, não está dando para entender essa questão.

Agradeço aqui aos Srs. Prefeitos, tanto o de Campo Novo dos Parecis quanto o de Canabrava do Norte, pela presteza com que ofereceram essas informações ao Senado da República e à minha pessoa.

Quero manifestar, de antemão, meu total e irrestrito apoio à Polícia Federal pela competente persecução que está fazendo. São ações como essas da operação Sanguessuga que estão ajudando este País a combater, com eficiência, os parasitas da Nação.

Quero dizer mais ainda: que se aprofundem – como já está sendo feito sob o competente timão do Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza – as investigações e que batam onde tenham de bater. Temos o dever de prestar contas à sociedade! Que se apure até às últimas consequências, porque, se o meu nome, como o de qualquer um de V. Ex^{as}, estiver envolvido nessa questão – e espero que não esteja o de ninguém, porque tenho certeza de que o meu não está –, se constar de qualquer lista dessas, serei a primeira a querer saber o porquê.

Sr. Presidente, como meu tempo é bastante curto, vou concluir.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Pois não, mas eu preciso de mais dois minutos.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Peço a compreensão do Sr. Presidente apenas para fazer esse aparte.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Pois não, concedido o aparte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e dizer que lamentavelmente é assim. É incrível como, de quando em quando, nós, homens públicos, recebemos uma explosão e, quando percebemos, a explosão não foi ao seu lado, foi mais adiante. Porém, nós pagamos o pato. Dei, na Paraíba, 111 ambulâncias: 82, com meus próprios recursos; e 29, com recursos do Governo, sendo que 13 foram compradas nessa empresa. A Controladoria-Geral da República foi lá e não saiu nada de erro na Paraíba. No entanto, passei aqui semanas, e ainda hoje, falando com o Corregedor, Senador Romeu Tuma, pedindo que apressasse, pois quero reposta a esse assunto. E o que é mais incrível é que eu assinei a CPI. No meu Estado, um órgão que está pressionando e recebendo verbas dos nossos opositores disse lá que fui contra a CPI e tentei vetá-la, quando eu fui um dos primeiros a assinar. Pedi, inclusive, o certificado da Mesa. Então, V. Ex^a não se preocupe, porque, infelizmente, ninguém joga pedra em árvore que não dá fruto. Só se joga pedra em árvore que dá fruto.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Aliás, eu recebi centenas de mensagens como essa.

Eu gostaria de continuar, Sr. Presidente, até para não passar do tempo, dizendo que, naturalmente, essas explicações foram dadas – refiro-me às que estou dando aqui. Não existe nada, meu nome não há como estar envolvido. Mas, infelizmente, depois que saem as manchetes na região, como sói ocorrer nesses casos, esses esclarecimentos ganharam por parte dos mesmos detratores da minha pessoa o destaque jornalístico próprio de um tímido obituário, eu diria: bem pequenininho.

Não rejeito meu passado e, por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, não aceito as insinuações maldosas, vindas de parte da imprensa de meu Estado de Mato Grosso, apesar de entender por vezes suas espúrias razões. E parte dessa imprensa de meu Estado sabe que já responde na Justiça por infâmia, injúria, calúnia, difamação e danos morais. E vai responder de novo. Estou nas raias do Supremo Tribunal Federal com uma questão contra parte dessa imprensa. E vai parar lá novamente, porque eu não admito, não aceito e desafio, como já desafiei, que procurem com lupa: nunca fiz nada, não faço ou farei nada que envergonhe o povo de meu Estado de Mato Grosso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte Senadora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só um instantinho, Senador, e já lhe concederei um aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois não.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Temos de parar com essa idéia fixa de, às vésperas de cada eleição, fabricar escândalos, não só porque isso confunde as pessoas, como também, e principalmente, porque passa a nítida sensação de que o poder se justifica a qualquer preço. Não vejo assim. Política se faz com idéias e ideais, e não – desculpem o termo Sr^{as} e Srs. Senadores – com baixaria.

Este País vive novos tempos, em que a verdade está vindo à tona com transparência dolorosa, tempos em que a própria imprensa (tão saudável e imprescindível nos exemplos daqueles que encaram com responsabilidade o seu mister), por mecanismos desenvolvidos a duras penas, está se depurando do ponto de vista ético sem perder a necessária crítica política.

Talvez Whitman estivesse certo: “a alma tem aquele orgulho ilimitado que consiste em jamais reconhecer qualquer lição que não seja a sua.”

Antes de conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, para concluir, agradeço profundamente as manifestações sempre honradas por parte dos meus colegas de Partido e da Oposição, apoio que me fizeram de forma absolutamente espontânea, sem que eu tivesse sequer me manifestado dessa tribuna, como estou fazendo hoje. A Oposição puxou o primeiro discurso, primeiro do Senador Arthur Virgílio, seguido do Senador Heráclito Fortes e de outros Senadores. Mas ressalto esses dois por serem da Oposição e por terem, espontaneamente, iniciado a minha defesa na semana que passou neste plenário. Isso me deixou extremamente honrada. Não tenho nem palavras para dizer como me fez bem receber as manifestações da Oposição e da Situação. A nossa Líder, Senadora Ideli Salvatti assumiu, naquele momento, a nossa defesa, bem como o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Ney Suassuna, o Senador Luiz Otávio, o Senador Paulo Paim, enfim todos os Senadores que tiveram tempo hábil naquela sessão, sem que eu tenha tocado no assunto, começaram a falar, fazendo a minha defesa.

Agradeço aqui profundamente aos Senadores companheiros da Situação, mas principalmente a grandiosidade e a espontaneidade da Oposição que puxou a nossa defesa. Isso, realmente, nos emociona e faz com que acreditemos na grandeza dos seres humanos.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero confirmar o que disse na semana passada: espero que a imprensa de Mato Grosso esteja registrando o esclarecimento completo dos fatos, uma vez que houve uma informação inadequada e incorreta a respeito de V. Ex^a. Em tudo que eu conheço dos tempos em que convivemos, eu sempre vi no trabalho de V. Ex^a a procura da justiça, a defesa do interesse público e a defesa da ética na vida política.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Muito obrigada a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Ouçó, agora, o aparte do Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Serys Slhessarenko, poucos aqui sabem de quanto tempo data o nosso conhecimento. Somos de Estados irmãos, siameses, que foram separados. E cada um, agora, com o seu destino, busca o progresso e o desenvolvimento. E, à frente disto, no Estado de V. Ex^a, eu sei que ele, aqui, está bem representado na pessoa de V. Ex^a. Por conhecê-la de muito tempo é que eu lhe empresto uma solidariedade da qual V. Ex^a não precisa – diga-se de passagem – porque a vida de V. Ex^a fala por tudo. As atitudes, as lutas de V. Ex^a e a defesa de seus ideais falam mais do que a eloquência do seu discurso nesta data. Deixo-lhe o carinho de quem, realmente, continua acreditando na sua bravura, mas principalmente na sua dignidade e na sua moralidade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigado, Senador.

Duas Senadoras ainda me pedem um aparte. Não sei se o Presidente permitirá.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Somente meio minuto, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Depende do Presidente.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O Presidente nos autoriza? (Pausa)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu concedo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Serys Slhessarenko, apenas para que fique o registro. A posição, o reconhecimento e a idoneidade de V. Ex^a, a forma responsável e transparente como conduz o mandato é tão inequívoca, e já deve ter ficado bem configurada, que quem puxou o assunto, na semana passada, não foi ninguém próximo a V. Ex^a, não foi ninguém do PT, ninguém da Base de apoio ao Governo; foi, nada mais nada menos, do que uma das principais lideranças da Oposição, o Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a foi quem iniciou toda a referência a esse episódio lamentável que nós esperamos, como já mencionou o

Senador Eduardo Suplicy, fique definitivamente desconstruído, principalmente no seu Estado, Mato Grosso, tendo em vista que, sabemos, o quanto esse tipo de fofoca, em ano eleitoral, acaba crescendo. Cresce mais do que cogumelo após a chuva. Então que tudo isso sirva para dar uma boa roçada no seu caminho a fim de retirar toda essa maledicência, até porque era algo tão absurdo! Imputavam-lhe uma emenda de 2001, quando V. Ex^a nem sequer era Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu nem sabia se seria candidata!

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Em 2001, apostei que V. Ex^a nem sequer sabia se seria candidata ao Senado da República. Depois, acabou sendo e foi eleita com uma votação extremamente representativa no seu Estado.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Serys – Sr. Presidente, obrigada pela deferência –, também quero registrar o carinho que sentimos e o respeito que temos por V. Ex^a há muito tempo. Em 1992 – talvez V. Ex^a não se lembre disso –, eu era dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no meu Estado. Na direção do Sindicato, comprei uma briga tremenda para indicar o seu nome para fazer uma palestra em um congresso da entidade – não sei se V. Ex^a se lembra disso –, no Centro Arquidiocesano de Pastoral, porque, naquele momento, V. Ex^a exercia um dos primeiros mandatos como Deputada Estadual, mas já era uma referência regional de idoneidade, de seriedade e de responsabilidade, sobretudo. Eu queria apenas fazer este registro para dizer que a nossa confiança em V. Ex^a é total, porque a conhecemos de longa data, quando V. Ex^a nem sequer nos conhecia.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Serys, em poucas vezes há unanimidade nesta Casa. No entanto, a respeito desse assunto, tenha a certeza de que a opinião desta Casa é unânime. Todos nós acreditamos em V. Ex^a, na seriedade dos seus atos e no seu comportamento como uma ótima Senadora desta Casa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança do PT antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores inscritos para falar pela Liderança são os Srs. Senadores Leonel Pavan, Jefferson Péres, Rodolpho Tourinho e, agora, a Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O nobre Senador tem cinco minutos para fazer uma comunicação urgente, de interesse partidário.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, do PDT do Amazonas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, antes de o Senador Jefferson Péres falar, eu queria solicitar a V. Ex^a a palavra, pela Liderança, após a Ordem do Dia.

Qual é o próximo orador inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a pede a palavra como Líder do PL?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Como Líder do PL, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Senador João Ribeiro, do PL do Tocantins.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Eu gostaria de saber de V. Ex^a quem é o próximo orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O próximo orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por permuta com quem?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ele é o quarto, Senador Ney Suassuna.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Suassuna está perguntando, e estou explicando que o Senador Cristovam Buarque é o quarto inscrito. Em seguida ao pronunciamento do Líder, vou conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra V. Ex^a. Desculpe-me, Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, eu me senti muito triste de ser membro do Congresso Nacional nesta legislatura em face daquele episódio deprimente que viveu a Câmara dos Deputados, quando um depoente, advogado, acusado de ter subornado um funcionário da Casa para servir aos seus clientes

narcotraficantes, foi questionado pelos Deputados e acusado de ser malandro. Ele replicou: “Aqui [ou seja, na Câmara dos Deputados] se aprende rápido a malandragem”.

Creio que nunca o Congresso Nacional passou por tamanha humilhação e, talvez, merecida – infelizmente, digo isso com muita tristeza.

Em primeiro lugar, Parlamentares assumem uma posição equivocada quando pensam que podem insultar depoentes. É uma posição equivocada, covarde, porque o depoente, seja ele quem for, esteja sendo acusado do que for, tem que ser tratado pelo menos com urbanidade, com educação. Um Parlamentar não pode se prevalecer da posição de força em que se encontra como inquiridor, e o depoente como inquirido, para desacatar o depoente. Já diz um ditado popular: “Quem diz o que quer ouve o que não quer”. Ao ser chamado de malandro, o advogado perdeu a tranqüilidade e replicou que, na Câmara dos Deputados, se aprende malandragem rapidamente.

Portanto, os Deputados mereceram ouvir a réplica desrespeitosa, insultuosa para o Congresso Nacional, mas – digo isto também com tristeza, Sr. Presidente – mereceu a aprovação geral. Pelos *e-mails* que recebo, pelas cartas que li nos jornais, pelas abordagens que recebi ainda no fim de semana, no Rio de Janeiro, a população, de modo geral, em sua esmagadora maioria, entende que o advogado não mentiu, Senador Cristovam Buarque. Ele foi preso – foram estas as manifestações que ouvi de 90% dos que me procuraram – por ter dito a verdade, ou seja, “na Câmara dos Deputados se aprende malandragem com rapidez”.

Esse é o “prestígio” do Congresso Nacional nesta legislatura, Senador Cristovam: lá embaixo! O Parlamento brasileiro, infelizmente, está desmoralizado. Não tenho nenhuma alegria em dizer isso. Digo-o com muito pesar.

Isso explica por que, talvez, o Presidente Lula esteja à frente nas pesquisas: porque o grosso da população coloca a classe política dentro do mesmo pote de sujeiras, ela entende que todos são iguais. Um pelo outro, que venha o Lula, que já está aí, que é gente nossa, que veio de baixo.

É essa atitude do eleitor médio no Brasil atualmente. É por isso que, apesar de tudo, de todos os erros que cometeu, de todas as omissões e prevaricações que praticou, ele marcha para ganhar a eleição. Isso é fruto da desmoralização da classe política brasileira.

Os eleitores me cobram: “Por que os senhores, da Oposição, não marcharam para o *impeachment* do Presidente Lula?” Ora, senhores, em primeiro lugar, não havia um clamor popular pelo *impeachment*. Se assim fizessemos, não iríamos ao encontro da von-

tade popular; iríamos ao contrário, de encontro a ela. Em segundo lugar, quem faria o *impeachment*? Este Congresso Nacional? Aquela Câmara que absolveu os “mensaleiros” e que não vai punir a máfia de sanguessugas das ambulâncias? Aquela Câmara tinha autoridade moral para receber uma denúncia contra o Presidente da República, um pedido de *impeachment* e encaminhá-lo ao Senado Federal? Como? Sr. Presidente, isso provocaria talvez uma convulsão popular muito grande, porque falta ao Congresso autoridade moral para calçar qualquer pessoa.

Infelizmente, é esse o triste estágio de desprestígio a que chegou o Congresso Nacional do Brasil nesta legislatura. É por isso que estou muito preocupado em começar a fazer a grande política por cima da política menor, tentar um grande entendimento nacional. Claro que sou muito pequeno para conseguir isso, mas pelo menos vai ficar registrado nos Anais desta Casa, na imprensa de todo o País que tentei fazer – e fiz – a minha parte.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, conforme a lista de inscrições. Depois, falarão o Senador Eduardo Siqueira Campos e, pela Liderança do PT, a Senadora Ideli Savatti.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, como sempre acontece, aliás, o Governo Lula publicou mais uma medida provisória – a de nº 295 –, que reestrutura várias carreiras do Poder Executivo.

De início, quero registrar que sempre defendi para o servidor público – assim como para o trabalhador em geral – o direito a um salário digno. Minha luta pelo salário mínimo é reconhecida até pelos meus adversários. Pode ser testemunha disso o Senador Paulo Paim, que, como eu, tem lutado intensamente para que o salário mínimo seja digno do trabalhador brasileiro.

O problema é que, mais uma vez, o Governo abusou do instituto das medidas provisórias. Por que não encaminhou um projeto ao Congresso Nacional? E, mais, por que assim agiu apenas com algumas carreiras?

Desde maio de 2005 (um ano!) está no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão um anteprojeto de lei enviado pelo Advogado-Geral da União que, com base constitucional, promove alterações na carreira de

Advogado da União, da Defensoria Pública e de outras funções essenciais à Justiça. O assunto já foi até objeto de carta aberta ao Presidente da República.

Veja só: uma proposta do Advogado-Geral da União é, simplesmente, engavetada! O Advogado-Geral da União reside, praticamente, no Palácio do Planalto, junto ao Presidente da República, mas não consegue melhorar a carreira do advogado da União.

Só espero que o Governo não espere a classe dos advogados e defensores públicos entrar em greve, como fez, agora, o Banco Central. É inacreditável: o Banco Central entrou em greve e, aí, o Governo editou a nova medida provisória melhorando o salário dos seus funcionários. É sempre assim! Esse Governo só age sob pressão, porque é incompetente, moral, política e administrativamente.

São um insulto aos advogados da União e aos defensores públicos essa omissão, essa discriminação e esse silêncio do Governo. Aliás, esse Governo só não silencia quando avança nos cofres públicos, quando avança no dinheiro da Nação. Aí, não: todos acertam uma fórmula, sai mensalão, sai sanguessuga, saem, enfim, todas as imoralidades patrocinadas pelo Palácio do Planalto.

Quero dizer, Sr. Presidente, que hoje estou fazendo um requerimento – que passarei às mãos de V. Ex^a dentro em pouco –, porque quero exigir do Governo que me responda. Esse requerimento vai descobrir algumas coisas, não todas, de Paulo Okamoto – aquele da confiança do Presidente da República que pode fazer tudo e não sofre nada, porque ele é o próprio Presidente da República. É ele quem paga os débitos do Presidente da República; é ele quem auxilia os familiares do Presidente da República; é ele quem consegue, com toda a força, que seu sigilo fiscal ou bancário nunca seja aberto nem pelo Supremo Tribunal Federal. É inacreditável.

O Presidente da República, se soubesse que Paulo Okamoto era honesto e que não tinha nada com ele, seria o primeiro a exigir que ele abrisse seu sigilo bancário.

Eu abro o meu, Sr. Presidente, na hora em que qualquer colega o quiser. Aliás, há cinco ou seis anos, o Senador Pedro Simon tem documentos meus e da minha esposa que permitem abrir nosso sigilo bancário em qualquer lugar do País ou do estrangeiro. Estão na mão do Senador Pedro Simon. Assim faz quem não tem medo e quem não patrocina marmeladas como as desse Governo, que, infelizmente, com a publicidade que tem, consegue enganar o povo.

Quando toma qualquer medida de combate à pobreza, como o Bolsa Escola ou o Bolsa Família, de que V. Ex^a é parte – do Bolsa Escola até sou mais –, é

baseado no Fundo de Combate à Pobreza que eu criei nesta Casa. O Presidente, com a cara mais cínica, tem coragem de dizer que o Bolsa Família é que resolve a situação do povo brasileiro, um programa que foi criado por mim, há vários anos, nesta Casa.

Agora, Sr. Presidente, eu quero que ele diga – aí, estou-me dirigindo ao Tribunal de Contas da União – como o Sebrae recebe dinheiro e para que ONGs o repassa, a fim de que o Brasil inteiro tome conhecimento das irregularidades que esse Governo pratica, até mesmo pelo Sebrae. E quem é o Sebrae? Paulo Okamoto.

Agora, o Governo gasta fortunas em publicidade e vai acelerar, neste mês, até a convenção de seu Partido, milhares de reais, milhões de reais – para alguns, talvez, até de dólares –, para que os jornais e as tevês encubram as falcatruas da administração, para que alguns Ministros continuem agindo desonestamente, sem que nada aconteça.

Ontem mesmo, mostrei que, no Ministério das Cidades, 890 milhões foram distribuídos antes de serem aprovados nesta Casa. Estão aí, na mesa, para serem aprovados, mas não o vão ser, porque eu não vou deixar. Portanto, fica essa coisa engraçada: ele gasta antes da aprovação, porque o Congresso Nacional ainda não acabou de vez com a medida provisória, que é a arma que ele usa para poder pagar, antecipadamente, qualquer recurso em benefício dos seus correligionários ou da trupe que o apóia.

Sr. Presidente, as coisas são mais sérias do que se pensa! Um dia essa panela vai explodir!

Ninguém deseja regime autoritário neste País. Já tivemos exemplos e não há vantagens. No entanto, ninguém pode suportar que o povo sofra diariamente, em detrimento das roubalheiras de um Governo que só quer cooptar. Agora, o Governo quer comprar o PMDB a qualquer preço; seja a que preço for, tem-se de comprar o PMDB para garantir uma eleição e até uma governabilidade.

Sr. Presidente, não tenho de me meter com Partidos adversários, que podem fazer o que bem entenderem; mas não podem e nem devem destruir o Brasil! O Brasil não pode ficar à mercê dessa gente, Sr. Presidente, que, a cada dia, dilapida mais os cofres públicos e o Erário sofre bastante. Sr. Presidente,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas mais um minuto.

Sr. Presidente, o Erário não pode suportar que a Nação fique indiferente, que este Congresso fique paralisado, que a Câmara dos Deputados absorva Parlamentares ladrões. Não! Queremos seriedade. E

esta seriedade virá, custe o que custar, nas eleições de 1º de outubro!

Sr. Presidente, estou certo que ainda hoje as pesquisas podem ser negativas, mas, amanhã, não darão. E V. Exª vai contribuir, Sr. Presidente, participando dessa campanha, que é não é de um Partido, mas de uma Nação que deseja ser moralizada para ser respeitada internacionalmente.

Passo o requerimento a V. Exª para que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – V. Exª será atendido.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, há alguns dias, e nesse final de semana próximo passado especificamente, a Imprensa tem trazido algumas matérias que, dependendo do viés como são tratadas no Congresso Nacional, são interpretadas sob uma ou outra vertente.

No entanto, Senador Cristovam Buarque, há uma matéria, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, estampada na primeira página da tiragem de domingo, que creio ser impossível que este Senado da República não lhe dê a devida atenção. Diz a manchete: “Kroll recorreu à CIA para espionar governo brasileiro”.

Empresa usou informações da agência americana quando prestava serviços para a Brasil Telecom.

A empresa de espionagem Kroll recorreu à CIA, a Agência de Inteligência Americana, para investigar o Governo brasileiro. A ação ocorreu quando a Kroll trabalhava para a Brasil Telecom, então dirigida pelo Banco Opportunity de Daniel Dantas.

E por aí vai a matéria.

Tais assuntos: Banco Opportunity, Daniel Dantas, operações de investigação de grampos telefônicos, seguir autoridades, interceptar *e-mails*, e por aí afora, tem fortes, fortíssimos indícios de que possa efetivamente ter ocorrido ingerência da agência americana, a CIA, junto às autoridades brasileiras.

Sr. Presidente, estamos acompanhando atentamente – já dissemos isso há bastante tempo – uma das principais encrucas e disputas comerciais das últimas décadas no Brasil, daqui do mundo, que é essa briga pelo controle da Brasil Telecom, originada no processo de privatização da telefonia estatal brasileira, em que o Banco Opportunity conseguiu algo extremamente inexplicável para qualquer acordo comercial qualquer acordo comercial. Ou seja, o Banco Opportunity, que praticamente não colocou nenhum recurso na compra da empresa de telefonia, o dono do Opportunity aca-

bou sendo o gestor desta que é, indiscutivelmente, uma das principais empresas de telecomunicação, a Brasil Telecom. E, fruto dessa disputa pelo controle da Brasil Telecom, disputa que se arrasta no Judiciário brasileiro e no judiciário de outros países, de forma muito especial nos Estados Unidos, na Itália, é que temos essa entrada da CIA, que o jornal **Folha de S.Paulo** estampa nas manchetes do final de semana, além de várias reportagens veiculadas por outros meios de comunicação.

A saída do Sr. Daniel Dantas do Opportunity, do controle da Brasil Telecom, se deu em 2005 por conta das articulações feitas por meio dos fundos de pensão, de forma muito especial a Previ, que conseguiram, na Justiça, tirar o comando da Brasil Telecom do Banco Opportunity. A Brasil Telecom, à época, comandada pelo Sr. Daniel Dantas, foi quem contratou a Kroll para fazer as investigações, os grampos, para seguir as autoridades, para interceptar *e-mails* e tantas outras barbaridades que, até agora, não temos muito claras, tampouco o que foi feito em relação a tantas ilicitudes que ainda hoje aparecem indícios.

Apesar de a Brasil Telecom haver pago a Kroll, ela não podia acessar os tais documentos e serviços que a Kroll executou a pedido, a mando...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – Sr. Presidente, eu pediria um pouco de tolerância, porque entendo que o assunto é de muita gravidade.

Então, para acessar os documentos, a atual diretoria da Brasil Telecom também teve de recorrer à Justiça. Por não conseguir na Justiça brasileira, recorreu à justiça americana, onde obteve êxito, para que a Kroll, só agora, nos últimos dias, entregasse as caixas – a imprensa diz que são 21 caixas, mas a informação que tenho é de são 25 caixas aproximadamente – com os tais trabalhos realizados, com os tais documentos: escutas, fitas, enfim, o que eles conseguiram nessa investigação, patrocinada pelo Sr. Daniel Dantas, controlador do Banco Opportunity durante muito tempo, da Brasil Telecom. A atual diretoria comunicou à Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, porque o juiz americano deu autorização para que os documentos, essas caixas, fossem entregues à diretoria da Brasil Telecom, mas a diretoria não tem autorização para manusear esses documentos. Isso só pode ser repassado a uma autoridade brasileira para fazer a investigação. Foi comunicado à Comissão de Valores Mobiliários, assim como a outras autoridades, e, agora, nos últimos dias, na semana passada, a informação que temos é a de que a Polícia Federal vai fazer a abertura e a investigação do que está nessas caixas.

Vejam como são interessantes as questões. Nós nos preparamos para acompanhar mais este capítulo dessa novela, e, no Painel do Leitor, da **Folha de S.Paulo**, desta segunda-feira, tem uma carta “Kroll 1” e “Kroll 2”, assinada, nada mais, nada menos, pelo Sr. Andrés Antonius, Presidente Mundial de Serviços de Consultoria da Kroll, em que, entre tantas negativas desmentidas pelos fatos, ele diz, num determinado trecho, que o Sr. Frank Holder, a tal da figura que processou boa parte das investigações contratadas pela Brasil Telecom* com a Kroll, não faz parte do quadro de funcionários da Kroll desde 31 de janeiro de 2005. A Kroll também confirma que iniciou ação contra ele por violação a contrato de sigilo e não competitividade.

Sr. Presidente, quero ter a oportunidade de fazer a leitura, por ser absolutamente imprescindível que aprofundemos esse assunto, porque o Sr. Frank Holder não é qualquer pessoa. O procedimento de, por coincidência, Senador Cristovam Buarque, ele ter sido desligado da Kroll – está aqui na carta – no dia 31 de janeiro de 2005, foi posterior, portanto, à Operação Chagal da Polícia Federal, que prendeu equipamentos e o disco rígido do banco Opportunity, ou seja, a operação que identificou essa investigação ilícita, ilegal das autoridades brasileiras, envolvendo nada mais nada menos do que o Presidente da República, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Justiça, autoridades do Judiciário, como o Ministro Edson Vidigal*, do Superior Tribunal de Justiça, entre outros.

Portanto, o Sr. Frank Holder, que foi desligado coincidentemente logo após a Operação Chagal, é uma pessoa que tem uma história bastante pertinente e interessante, que eu gostaria aqui de registrar a partir do que está publicado no “Alerta em rede”:

O caso de Frank Holder, diretor mundial de investigações da Kroll, que tem defendido a lisura dos métodos investigativos de sua empresa em declarações à imprensa brasileira, é igualmente emblemático. Oficial de inteligência da Força Aérea dos EUA, no início da década de 1990, ele foi transferido para o Departamento de Assuntos Latino-americanos da CIA, em cuja condição serviu na embaixada estadunidense em Buenos Aires. Ali, segundo uma reportagem publicada na revista chilena **Qué Pasa** de 9 de junho de 2002, uma de suas funções principais foi supervisionar o desmantelamento do projeto do míssil balístico Cóndor II, um dos principais objetivos da campanha de “*apartheid* tecnológico” movida pelos EUA contra os programas de desenvolvimento científico-tecnológico avançados

da Argentina e do Brasil, na década passada. Fluente em espanhol e português, ele desligou-se do serviço ativo, mas permaneceu em Buenos Aires, onde fundou a empresa de consultoria Holder Associates, que foi adquirida pela Kroll em 1998.

Segundo a Qué Pasa:

(...) pouco depois de sair da CIA, Holder começou a recrutar antigos companheiros, bem como pessoal de outras agências de inteligência dos EUA e, em 1995, os incorporou à empresa Kroll Associates". Por outro lado, afirma, "fontes de inteligência, tanto no Chile como na Argentina, afirmam que a Kroll Associates 'é uma empresa que continua vinculada à inteligência norte-americana ou é uma cobertura para atividades da CIA no Cone Sul', agregando que suas atividades vão além da simples espionagem industrial... a empresa – com filiais no Brasil, México e Venezuela – é conhecida nos círculos de inteligência da região como a 'CIA privada'.

Neste mesmo material, Senador Cristovam Buarque, tem um estudo do analista Duncan Campbell, intitulado *Marketing the New "Dogs of War"* (Comercializando os novos "cães de guerra"), que descreve assim a atuação das empresas britânicas, que, não tenho dúvida, se aplica literalmente à empresa Holder Associates, a empresa que o Sr. Holder criou, e à atuação do Sr. Frank Holder:

Quando um serviço é bastante sensível... a rede de exército privado pode assumir o trabalho. Nada deve ser escrito em registros governamentais. Se necessário, oficiais do SAS (Special Air Service) podem ser e têm sido retirados da folha de pagamento do governo, retornando depois que o serviço for feito. No extremo do mesmo espectro, encontram-se serviços privados efetuados puramente para contratantes comerciais. Mas, mesmo assim, é da natureza da rede que o SIS (MI-6) e, se for apropriado e necessário, a CIA, são mantidos informados, de acordo com ex-oficiais de inteligência.

Portanto, as tais 24 ou 25 caixas que, depois de uma longa briga judicial, a Kroll entregou agora, por ordem e determinação de um juiz americano, podem, inclusive, não conter o material de espionagem, efetivamente realizado, das principais autoridades brasileiras, porque, como o Sr. Frank Holder – diz a própria nota do Presidente da Kroll – foi desligado da Kroll, a empresa

que ele comanda – a Holder Associates – também foi desligada da Kroll, o que pode ter acontecido é que o que importa e o que é relevante dessa espionagem ilícita e afrontosa à soberania brasileira tenha ido parar nos escritórios do Sr. Frank Holder – da empresa dele – e não tenham ficado sob a tutela....

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Portanto, Sr. Presidente, lamento tantas interrupções, mas quero deixar registrado que considero inadmissível que, com este grau de indícios de ingerência de organismos internacionais dos Estados Unidos – da CIA –, associados à Kroll do Sr. Frank Holder, o Senado da República não se debruce sobre esse tema e não o traga para o debate, aqui, nesta Casa.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senadora, por que V. Ex^a não faz um requerimento pedindo a instalação de uma Comissão para que avancemos nisso? Terá a minha assinatura.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Inclusive, hoje, pela manhã, eu conversei muito rapidamente com o Senador Roberto Saturnino, considerando que a Comissão de Relações Exteriores fosse a mais adequada para tratar desse assunto. Tenho certeza absoluta de que, pela sua sensibilidade, o Senador Roberto Saturnino não ficará inerte diante de algo que eu reputo como da maior gravidade à soberania brasileira, uma afronta e ingerência aos assuntos de Estado e de...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Prepare o requerimento que assinarei com V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza, Senador Ney Suassuna. Agradeço a V. Ex^a.

Faço esse registro, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, que já presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, sabe da gravidade e da importância de tratarmos, com a delicadeza que merece, um assunto dessa magnitude. O Senado da República, que possui como uma de suas principais prerrogativas tratar da soberania nacional, não pode deixar de se debruçar sobre um assunto dessa gravidade.

Agradeço a gentileza de V. Ex^a por me permitir passar bastante do meu tempo previsto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Presidência havia informado que o próximo orador seria o Senador Eduardo Siqueira Campos. Entretanto, o Senador Leonel Pavan lembra que estava no lugar do Senador Arthur Virgílio anteriormente e que, no momento em que o anunciei, não estava presente.

Peço a gentileza do Senador Eduardo Siqueira Campos para autorizar a Mesa a passar a palavra ao Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Obrigado pela compreensão, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Eduardo Siqueira Campos por também entender a nossa inscrição. Às vezes, aqui se dá espaço para um e para outro, e alguns Senadores acabam não usando mais da tribuna.

Como o tema também é importante, fiz a minha inscrição e prefiro fazer meu pronunciamento agora. Registro a presença aqui da Comissão que está levantando a situação dos miseráveis em nosso Brasil que não são poucos.

Miséria sem tamanho. Venho hoje falar dessa problemática vergonhosa que coloca nossos corações na mão e com a qual jamais deveríamos ter de conviver. O problema da fome no Brasil começa pelos números. Os institutos não se entendem sobre quantos são os famintos, produzem estatísticas distintas, cada uma com um critério diferente, que vai da renda mensal à quantidade de calorias diárias consumidas. Os dados variam muito, e as diferenças por si sós já mostram o tamanho do problema.

A última pesquisa do IBGE, revelada há duas semanas, diz que quase 14 milhões, ou melhor, 13.921 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2004. Repito: quase 14 milhões de pessoas no Brasil passaram fome em 2004. A estimativa nos dá um índice de 7,7% da população total que vive em domicílios caracterizados por um “estado de insegurança alimentar grave”!. Isso significa dizer que essa parcela da população convive com o fantasma da fome “quase todos os dias”, “alguns dias” ou “um ou dois dias” por mês. São pessoas que não têm acesso a alimentos em quantidade ou em qualidade adequadas e que temem sofrer restrições ainda maiores no futuro.

Os Estados do Norte e do Nordeste lideram a trágica estatística, com mais da metade da população vivendo em um ambiente onde a quantidade de alimento disponível para a família é insuficiente para garantir a sobrevivência em condições dignas. E aqui poderíamos enumerar inúmeros Estados com percentuais gravíssimos daqueles que passam pela “insegurança alimentar grave”.

E as estatísticas que aqui são dadas – que me permito depois apenas deixar registradas nesta Casa –, número bastante intenso, mostram números que realmente preocupam qualquer cidadão brasileiro, principalmente aqueles que são levados pela onda de

que o atual Governo está investindo na alimentação para os pobres, está investindo em três refeições diárias para os pobres.

A estatística comprova, além da miséria, uma brutal desigualdade social neste País. A desigualdade regional é confirmada mais uma vez quando analisada a situação da residência da população, se urbana ou rural. No Norte e Nordeste a segurança alimentar grave apresentou proporções mais elevadas na área rural, enquanto no Sul e no Centro-Oeste ocorreu o inverso, em maiores proporções nas áreas urbanas – são estudos do IBGE.

Segundo levantamento, dos 8 milhões de residências em que algum morador recebeu dinheiro de programa social de governo, 52,1% estavam localizados na Região Nordeste, 27,7% no Sudeste, 10,7% no Sul, 8% no Norte e 6,5% no Centro-Oeste. Então, aquilo que dizem que estão direcionando investimentos para o Norte e o Nordeste, que estão investindo nos que têm fome é só mídia, e com isto acaba iludindo a maioria da população brasileira que acha que há um investimento nesse setor.

E, como se não bastasse, a insegurança alimentar reforça também a desigualdade econômica entre raças.

Em 2004, vivam no Brasil em situação de insegurança alimentar grave 11,5% da população negra ou parda. Entre os brancos, o percentual cai para 4,1%.

A definição de segurança alimentar, Sr. Presidente, é o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

O resultado do estudo encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, chamado de Segurança Alimentar, indica que a promessa repetida incessantemente por Lula durante a campanha eleitoral, de que todos os brasileiros fariam, no mínimo, três refeições diárias, está longe de ser concretizada – e o Governo está acabando.

Eu queria muito que a promessa tivesse saído do papel. Mas todas as áreas que influenciam diretamente essas estatísticas não foram bem tratadas nesse atual Governo. Quantas vezes viemos aqui suplicar para que nosso Presidente olhasse para os pequenos agricultores, que valorizasse essa atividade! E não só isso, o Governo mascara a ineficiência e a incapacidade de resolver esse problema com um programa que só deu certo na parte publicitária.

Tomando como base dados do Mapa da Fome do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – do Ministério do Planejamento, o Governo apresentou como prioridade uma proposta de Política Integrada de Segurança Alimentar e Combate à Fome, ou seja, o Projeto “Fome Zero”. A fome continua com números antes desse zero. Números assustadores! A sociedade civil, no entanto, tem-se organizado e demandado um posicionamento minimamente coerente do Poder Público para o enfrentamento de uma realidade já tão bem diagnosticada.

Não basta o Presidente mascarar com suas políticas mercadológicas de grande impacto.

O País inteiro chora, Sr. Presidente, e sente as dores causadas pela falta do Governo! Falta do pai e da mãe que eles elegeram para não esquecerem que precisam se alimentar, que precisam não só de doações, mas de incentivos, de ensinar a auto-subsistência, de favorecê-los em quaisquer circunstâncias!

A complexidade da questão exige a abordagem, em simultâneo, de aspectos estruturais e conjunturais, e se constitui em um dos grandes desafios do atual Governo e da sociedade civil organizada. Isso não é brincadeira e nem bandeira a ser levantada em ano eleitoral. É uma prioridade máxima na gestão de qualquer governo, mesmo que queiram roubar, mentir, extorquir. Mesmo um governo fraudatário deveria ter ao menos um dia de ser humano e colocar a mão no peito e se deixar invadir pelo espírito humanitário e, depois, arrastar a mão para o estômago cheio de delícias, tão ocupado que não cabe mais nem um gole d’água e, assim, pensar como seria não ter o que comer, acordar e não saber se pode levantar-se, pois o corpo já não tem energias.

Para que não fiquem dúvidas: a gravidade do problema se expressa, tanto pelo grande número de pessoas que convivem com a fome, quanto pelo número ainda maior de pessoas – quase 40% da população – que não sabem se terão dinheiro para repor a comida que têm.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, peço encarecidamente aos atuais líderes do Governo que pesem as minhas palavras proferidas hoje.

Não vamos deixar que esses números continuem a crescer ou que permaneçam como estão! Que o menor índice, os dois por cento de Santa Catarina, não nos alivie em face de tanta crise, mas nos deixe completamente conturbados.

Sr. Presidente, fiz questão de fazer este pronunciamento porque nós percorremos o Brasil, como V. Ex^a. Dizem que o Lula está bem nas pesquisas, porque está investindo nos pobres, está ajudando os miseráveis. É mentira! Aqui estão os dados, Senador Flecha

Ribeiro, mostrando que 14 milhões de pessoas estão passando fome, não têm o que comer!

No entanto, alguns dizem que o Lula está ajudando a população. É claro que milhares de pessoas estão sendo atendidas, mas isso é obrigação, há investimentos previstos no Orçamento com essa finalidade. Mas não se pode mentir dizendo que todos os brasileiros estão sendo assistidos. Há quatorze milhões de pessoas correndo o risco de virem a perder suas vidas porque não têm o que comer.

Acorda, Presidente, tens de fazer muito ainda! Estamos torcendo para que, pelo menos até o final do mandato, destine ao Orçamento os recursos corretamente para atender aos famintos, aos miseráveis que estão com o pires na mão esperando que Vossa Excelência cumpra pelo menos a promessa de que todos tenham três refeições diárias, como divulgou no mundo inteiro. Vossa Excelência disse que todos os brasileiros, sem exceção – até o mais pobre, o mais miserável –, teriam esse direito durante seu mandato.

Infelizmente, essa é mais uma promessa que não foi cumprida!

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

Logo após S. Ex^a falará o Senador Eduardo Siqueira Campos, como orador inscrito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA – Pela Liderança da Minoria. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o objetivo de minha fala hoje é restabelecer a verdade em relação à questão da eletrificação rural neste País, sobretudo por informações prestadas na televisão, em programas eleitorais no meu Estado, pelo Partido dos Trabalhadores.

O PT tem dito sempre que as coisas aconteceram a partir de 1^o de janeiro de 2003. Mas não é bem assim, sobretudo em relação à eletrificação rural. O Partido afirmou que o Governo já realizou, por meio do programa Luz para Todos – uma continuação ou substituição do programa Luz no Campo, lançado por mim quando eu era Ministro das Minas e Energia, em 2000 –, 70 mil ligações, que beneficiariam 320 mil baianos. É verdade; isso foi feito.

O que o PT não informou é que não se trata de uma realização exclusivamente do Governo Federal. Contesto porque 30% dos recursos alocados nessas 70 mil ligações que beneficiaram 320 mil baianos são

do Governo do Estado da Bahia. E mais: 20% são da empresa distribuidora de energia, no caso específico, a Coelba. Os outros 50%, que o Partido dos Trabalhadores avoca para si como recursos do Governo Federal, a rigor, são recursos de todos os consumidores de energia elétrica, que pagam todo mês na conta de desenvolvimento energético e recolhem esses valores que hoje estão sendo priorizados para a universalização dos serviços de eletrificação rural, que é inteiramente legítimo. Foi assim. Eu tinha projeto nesse sentido. Apenas penso que deve ser estabelecida a verdade.

Em outro programa, o Partido dos Trabalhadores afirma que a Bahia tem a menor contrapartida no programa de eletrificação rural. Ele reconhece, Senador Flexa Ribeiro, que efetivamente o Estado participa desse programa e que tem a menor contrapartida. Mas não é verdade, porque a Bahia tem a maior contrapartida entre os Estados brasileiros.

O Estado participa hoje com 30%. E era tão gritante essa diferença em relação a outros Estados, que o Governador conseguiu com o Ministro Silas Rondau abaixar essa contrapartida para 20% – ainda não abaixou, mas isso ocorrerá. No entanto, foi dito que o Estado tinha a menor contrapartida.

A Bahia teve, no programa Luz no Campo, o melhor desempenho no programa de eletrificação rural, porque fez cento e trinta e oito mil ligações, seguida por Minas Gerais, com cento e dez mil ligações. Foi o melhor desempenho no País inteiro! Nunca entendi por que ela estaria sendo apenada, sendo obrigada a dar a maior contrapartida entre todos os Estados!

Compare o primeiro e o segundo lugar: a Bahia, com cento e trinta e oito mil ligações; Minas, com cento e dez mil ligações. O percentual de participação da Bahia no Luz para Todos, programa do atual Governo Federal, que mudou o nome do programa anterior, é de 30%, e Minas Gerais – não tenho nada contra Minas – é de 10%. Por que essa diferença?

Portanto, é preciso esclarecer que não é verdade que a Bahia tem a menor contrapartida. A Bahia tem a maior contrapartida entre todos os Estados brasileiros.

É preciso também esclarecer que não foi o PT que inventou o programa de eletrificação rural; ele foi lançado no Governo anterior, entre 1999 e 2000, fez muitas ligações, beneficiando cerca de três milhões de brasileiros.

A coisa foi colocada em meu Estado de forma um pouco suspeita, porque se fala como se isso finalmente estivesse sendo tratado no Estado, o que não é verdade, pois, repito, a Bahia teve o melhor desempenho, fez 138 mil ligações, tendo sido o Estado que mais ligações realizou. Inclusive, naquela época,

houve uma particularidade, porque o Estado assumiu o subsídio, fez um esforço muito grande e acabou assumindo todo o financiamento que era destinado à empresa distribuidora de energia.

Como um todo, eu queria dizer aqui que esse programa Luz para Todos é absolutamente válido, é importante, mas ele não deixa de ser nada mais nada menos do que uma continuação do programa Luz no Campo. Aproveitou-se, outra vez, algo que foi feito por um Deputado do PFL, que também não é citado, porque essa Conta de Desenvolvimento Energético foi criada por meio de uma proposição do Deputado José Carlos Aleluia, do PFL da Bahia. Essas coisas somem na história, como quiseram fazer sumir o Luz no Campo, o que não vão conseguir, porque o benefício foi direto, evidente e favoreceu muitas pessoas no meu Estado.

É preciso dizer também que sumiram com um projeto de lei de minha autoria que falava, pela primeira vez – era o único, aliás, que falava nisso –, em antecipar a universalização para 2008...

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ... quando todo o planejamento que tinha sido colocado em audiência pública pela Aneel tinha uma data de universalização prevista para 2016.

É preciso que essas coisas sejam ditas. É preciso que se dê o crédito a quem o tem. O que não pode acontecer é, de repente, passar a se ter um novo programa como se nada disso existisse, como se esse programa Luz para Todos fosse uma invenção saída do zero e como se nada até então tivesse sido feito. É dessa forma que, entre muitos outros casos, o Partido dos Trabalhadores tem tratado certas questões neste País e não acho que essa é a forma mais séria de se tratar esse assunto.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Rodolpho Tourinho, quero associar-me ao vosso pronunciamento, até porque a prática do PT...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ... a grande verdade é que tudo começou em 1º de janeiro de 2003. Parece que o Brasil foi descoberto em 1º de janeiro de 2003. Isso que V. Ex^a relata que acontece no seu querido Estado da Bahia acontece no meu Estado do Pará e em todo o Brasil. Ele se apodera de todas as ações feitas em governos anteriores. Tenho dito que nenhum programa, social ou de qualquer natureza, foi iniciado pelo Governo Lula. Aqueles que foram iniciados neste Governo não deram certo, como é a questão do Fome Zero, do Primeiro Emprego, que eles tentam, através

da mídia, ressuscitar. Tenho dito que o Programa Luz para Todos é o Programa Luz no Campo, como V. Ex^a tão bem colocou, e foi iniciado quando V. Ex^a era Ministro de Minas e Energia. Ele apenas mudou de nome e deu seqüência ao programa. No meu Estado acontece a mesma coisa. O pior, Senador Rodolpho Tourinho, é que a cabeça transmite a mesma doença para os braços.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Senador Rodolpho Tourinho, vou pedir a V. Ex^a que conclua.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Concluo já, Sr. Presidente. Farei um pronunciamento sobre o programa eleitoral do PT do Estado do Pará. É cópia do nacional, apropriando-se de obras que foram abandonadas pelos oito anos de desgoverno em Belém. Mas isso fica para o pronunciamento que farei. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Não tenho dúvida de que essa é a prática do Partido dos Trabalhadores: apropriar-se de programas feitos em outros Governos, por outros Partidos. Vim hoje e virei sempre para protestar contra qualquer tipo de escamoteação, contra qualquer tipo de falcatura como essa, enganando as pessoas. Neste momento, quero deixar aqui meu protesto. Voltarei sempre para restabelecer a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por gentileza, eu queria fazer minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prorrogáveis por mais cinco, com toda certeza, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero extremamente lamentável ter de ocupar a tribuna desta Casa, mais uma vez, para, baseado em documentos públicos, do próprio Governo Federal, por meio do Ministério da Previdência Social, apontar um desvio

no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev, que monta a R\$25 milhões. Pode não parecer muito, Sr. Presidente, mas é muito para qualquer Estado brasileiro, é muito para qualquer cidadão, é inaceitável para qualquer brasileiro.

O relatório, Sr. Presidente, foi realizado pela Secretaria da Previdência Social e demonstra que os recursos que sempre estiveram sob a custódia do Banco do Brasil foram transferidos para outros bancos. Chegou-se a essa conclusão após um trabalho brilhantemente realizado pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, na CPMI dos Correios. S. Ex^a, investigando os desvios em fundos de pensão, detectou que a corretora suspeita de quebrar pelo menos três fundos em outros Estados foi escolhida pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins para operar no mercado.

O que diz o relatório, Sr. Presidente? Que exatamente nos dias em que o Instituto entrava comprando as ações, as notas do Tesouro Nacional, pagava o preço máximo, enquanto que nos outros dias, quando não operava o Igeprev, o preço era normal, de mercado.

O resultado dessas operações está apontado aqui num total de R\$25 milhões. O resgate dos títulos é para o ano de 2045. Então, seguramente, quem está fazendo essa fraude já não imagina precisar da Previdência, mas os funcionários do Estado do Tocantins precisam.

Sr. Presidente, o relatório é de tal gravidade, de tal gravidade que aponta que, dos sete membros do Conselho de Administração, as atas, em que são deliberadas as ações que elevam o capital a ser investido em bolsa não contam com a assinatura dos representantes dos ativos e dos inativos. Ou seja, eles se aproveitam da ausência dos servidores ativos e inativos, sem convocação de seus suplentes, para aprovar as tais operações que resultaram em R\$25 milhões de desvios, através da corretora Euro DTVM, que está sendo mais do que investigada, que teve seu sigilo quebrado na CPI dos Correios, envolvida com fundos de pensão. Ela quebrou a Núcleos, o fundo da Cedae, a Funrio, entre outras.

Após saber disso tudo, mesmo estando tudo isso na *internet*, o Instituto Geral de Previdência do meu Estado seleciona essa corretora e com ela promove esses negócios escabrosos.

Sr. Presidente, o Presidente do Conselho de Administração do Instituto Geral de Previdência do Tocantins é o atual Secretário de Administração.

Ele mora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na residência em que o atual Governador habitou por dez anos, enquanto era Deputado, porque o Governador construiu uma casa nova – eu diria, construiu

uma mansão – e abandonou a casa antiga. E quem reside lá hoje? É exatamente o Presidente do Instituto, que se chama Eugênio Pacelli.

Aliás, esse nome é muito conhecido no Tocantins, Sr. Presidente. Passou a ser, porque ele chegou ao Estado apenas como uma pessoa que figurava como testemunha em contratos privados de empresas construtoras. Entre os seus sócios, havia parentes do atual Governador.

Depois, ele passa a ser representante de uma faculdade privada, que ganha do Governo do Estado uma área de 54 mil metros quadrados. Depois, vai para o Conselho de Administração do IGPprevi, muda para a antiga residência do atual Governador e hoje é o responsável pelo Conselho de Administração do IGPprevi. E os relatórios do Banco Central e do Ministério da Previdência – não se acuse aqui o Tribunal de Contas do Estado – apontam para um rombo de R\$25 milhões, até onde se pôde apurar.

A coisa não pára por aí, Sr. Presidente. Veja a gravidade! O que mais está acontecendo no Tocantins? Quem já não ouviu falar do honrado brasileiro Florestan Fernandes Júnior, que deseja tirar o nome do seu pai, já falecido, um Deputado honrado, um Deputado respeitado, o Deputado Florestan Fernandes, constituinte, homem sério, do Instituto Florestan Fernandes?

Esse instituto, Sr. Presidente, hoje, com certeza, para a tristeza de Florestan Fernandes Júnior, jornalista respeitado, aparece em várias operações que estão sendo investigadas. No meu Estado, Sr. Presidente, ele foi contratado para uma consultoria, sem licitação, por R\$3,148 milhões.

Mas não foi só isso. A empresa do Sr. Colnaghi, cujo nome foi tão discutido também em CPIs devido a várias operações que envolvem Ribeirão Preto e outras ações, ganhou no Tocantins, sem licitação, um contrato de R\$12 milhões, dinheiro oriundo do Banco do Brasil. Diga-se de passagem que o Banco do Brasil não tem relação com isso, porque fez um convênio com o Estado para modernização administrativa. O Estado, por sua vez, faz um contrato sem licitação e repassa para a empresa do Sr. Colnaghi R\$12 milhões sem licitação.

Mas não fica aí, Sr. Presidente. Hoje a internet traz assunto referente à máfia dos remédios, e, da máfia dos remédios, o Tocantins não poderia ficar de fora, porque a máfia lá está atuando em todos os setores.

Três empresas estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal de vários Estados: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares, Medicomercê Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares e Milênio Produtos Hospitalares. O que ocorre com essa empresa no meu Estado? Ela vence,

mais uma vez sem licitação, e fornece para o Estado de Tocantins mais de R\$2 milhões em medicamentos, sempre sem licitação. Sempre se trata de mais uma empresa investigada em vários Estados pelo Ministério Público Federal, já também com os seus escritórios invadidos, com os seus donos prestando depoimento em Polícia Federal. Há escândalos sobre escritórios que ficam em Goiânia, aliás cidade que está sediando vários escritórios, Sr. Presidente, de empresas que estão sugando os recursos públicos do Estado do Tocantins.

Mas o Tocantins também não ficou fora da Controladoria-Geral da União, que apurou, em fiscalização, irregularidades referentes à educação. Consta no Tocantins, segundo a Controladoria-Geral da União, livros vendidos acima dos preços praticados no mercado. O prejuízo é de mais de R\$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ. *Fazendo soar a campanha.*) – Vou conceder a V. Ex^a um tempo extra para concluir o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Concluirei, Sr. Presidente, dizendo que a média de contratação de servidores de livre nomeação no Tocantins tem sido de 600 funcionários por mês. Nos últimos cinco meses, o Tocantins contratou cinco mil funcionários, de janeiro para cá, todos eles ex-Prefeitos, ex-primeiras damas, ex-candidatos a Vereador. Trata-se de cabos eleitorais. Foram cinco mil só neste ano. O Tocantins tem 30 mil concursados, mas já tem 20 mil cargos comissionados, 40% da sua folha.

Mas o absurdo não pára aí, Sr. Presidente. O Estado dispensou licitação no valor de R\$12 milhões para contratação de serviço de táxi aéreo por onze meses, meses que restam a este Governo. Com R\$12 milhões, o Estado poderia ter comprado nove aviões Seneca com zero hora ou zero quilômetro voado, mas preferiu fazê-lo com dispensa de licitação, porque estamos em campanha, que assim está sendo feita. São R\$12 milhões para 11 meses de Governo, dinheiro que poderia ser usado para comprar nove aviões zero quilômetro. Mas o Estado dispensa licitação, e a campanha está sendo feita assim.

Sr. Presidente, 170 mil óculos foram distribuídos nos últimos meses no Tocantins. Estamos em plena campanha eleitoral. Segundo os médicos do meu Estado, há uma consulta a cada três minutos. Vinte milhões de reais foram gastos em 170 mil óculos. Grande parte da população que os recebe – até pela falta de qualidade – os está devolvendo, dizendo que não servem.

Pergunto: esses óculos foram adquiridos no mercado local? Não. Constituíram uma empresa no ano de 2005. O Governo compra R\$20 milhões de uma só

empresa e aparece nos Municípios para a distribuição. Seria muito importante se fosse uma política pública permanente, feita com os oftalmologistas do Estado, com as óticas do Estado, num programa regular e não eleitoral.

Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que o Governo, também sem licitação, gasta R\$4 milhões para comprar 800 mil quentinhas, aquelas que o trabalhador compra por R\$2,00, por R\$2,50. Imaginem que, se for vender mil quentinhas, o dono do restaurante, certamente, abaixa o preço. Lá, no Tocantins, é diferente. Compram 800 mil quentinhas a um preço de R\$4,80. Quanto mais compram, mais sobe o preço. Vão para os Municípios, e os donos dos restaurantes locais, dos supermercados, os comerciantes não ganham nada. A comida, muitas vezes, estraga porque não há eleitor nem para receber essas quentinhas. Os contratos são todos feitos sem licitação com empresas recém-criadas, Sr. Presidente.

Somados todos esses escândalos, contabilizamos R\$25 milhões roubados da Previdência dos nossos funcionários; R\$12 milhões para táxi aéreo; R\$9 milhões para a Fundação Getúlio Vargas – que não era a Fundação Getúlio Vargas, mas prepostos que vendiam consultoria. Há ainda o Instituto Florestan Fernandes.

Sr. Presidente, nunca vi nada tão grave. Ainda fica o Secretário de Fazenda do Estado dizendo que os Senadores trabalham contra os interesses do Tocantins.

Quero, Sr. Presidente, fazer alguns pedidos a S. Ex^a o Governador e ao seu Secretário de Fazenda, aliás Secretário da Fazenda que integra o Conselho de Administração do Instituto de Previdência e que está com um inquérito civil público aberto no Ministério Público Federal. Quero fazer ao Governador do Estado, ao Secretário de Fazenda e a qualquer integrante desse Governo um pedido para que me processem, Sr. Presidente. Abro mão de qualquer imunidade, de qualquer outra situação. Vamos à Justiça Comum, mas que me processem pelo que vou afirmar: é uma quadrilha, é um esquema montado para fraudar os cofres públicos do Estado do Tocantins. Eu gostaria que S. Ex^a tivesse a coragem – porque ele não tem – de abrir um processo a fim de que eu pudesse colocar isso tudo na Justiça. Mas ele não tem, porque o pai dele é o Secretário de Obras, o tio dele é o Secretário-Chefe de Gabinete, porque o Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Previdência, que dá esse rombo de R\$25 milhões, mora na sua casa e assina como testemunha de contratos de parentes seus em suas empresas.

É uma vergonha, Sr. Presidente. E ainda temos que ver a imprensa do Estado – a verdadeira imprensa do Estado, não jornais fundados em Goiânia, que recebem milhões para falar mal de seus Parlamentares – dizer que trabalhamos contra os interesses do Estado.

Sr. Presidente, não é fácil e não é aceitável para ninguém. Há de haver justiça neste País para observar que não se pode contratar cinco mil servidores nos últimos meses e ainda dar o título de “agentes políticos”, cabos eleitorais pagos para tentar reeleger um governador que não tem projeto, não tem programa e certamente nenhum respeito pelo dinheiro público do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse, pela Liderança do meu partido, para que eu possa me pronunciar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a está inscrito, pela Liderança do PL.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Pois não, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar, após a Ordem do Dia, pela Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr^s e Srs. Senadores, hoje, pretendo ressaltar os aspectos positivos que o Governo Lula vem colocando em prática no que diz respeito ao Programa Bolsa Família, que vem sendo reconhecido por inúmeros estudiosos, como Ricardo Paes de Barros, Marcelo Néri, Lena Lavinias, Márcio Pochmann, João Saboya, Samir Cury e outros, como um programa importante e que vem sendo caracterizado por eficiência da gestão na área social.

Ainda hoje, o jornalista Luís Nassif escreveu um artigo no jornal **Folha de S. Paulo** que passo a ler e a comentar, porque justamente trata deste assunto:

Premiado na semana passada como o mais eficaz programa social da América Latina, o Programa Bolsa-Família tem um histórico interessante. Depois de um início tumultuado, na gestão Patrus Ananias o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome incorporou duas ferramentas inéditas para políticas sociais brasileiras. A primeira, a adoção de princípio de “focalização”, para melhor avaliar a eficácia das políticas sociais; a segunda – por sugestão da coluna –, um entrosamento com o MBD (Movimento Brasil Competitivo), que bancou um programa de qualidade para melhoria dos processos internos.

Trata-se uma conquista civilizatória para o país, sair do assistencialismo e do clientelismo para o campo das políticas públicas normatizadas. É um processo que tem os primeiros ensaios com o programa do leite do governo Sarney e o grande salto com a Constituinte de 1988, que consolida a assistência social no campo das políticas públicas. No início dos anos 90, no governo Collor, são promulgados o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Loas (Lei Orgânica de Assistência Social). No governo Fernando Henrique Cardoso, ampliam-se as parcerias com empresas e ONGs. Agora, dá-se o salto institucional, com a unificação dos cadastros e o uso de ferramentas modernas de estatística e de gestão.

O modelo adotado foi o mesmo do SUS (Sistema Único de Saúde), com os municípios sendo divididos entre os de gestão plena (que administram os recursos que recebem), de semiplena e o não-habilitado. Essa estrutura é controlada por três níveis de conselhos, o municipal, o estadual e o federal. A rede chama-se Suas (Sistema Unido de Assistência Social).

O pessoal da qualidade ajudou no gerenciamento de rotina, visando reduzir em 50% o tempo médio para repasses – que chegava a três meses. A segunda frente a ser atacada foi a área de monitoramento e avaliação, com a assessoria de uma equipe do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), liderada por Ricardo Paes de Barros.

No caso da avaliação, foram encomendados 61 estudos, já realizados ou em realização. A partir deles, cada programa é precedido de uma discussão, um termo de referência, reuniões para as definições mais importantes, pesquisa e acompanhamento e resultado final.

Pelos estudos iniciais, encomendados ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Bolsa-Família aumentou em 21,35% o orçamento médio familiar, que passou de R\$302 para R\$365. Há evi-

dências de que aumentou a frequência das crianças nas escolas. No decil mais pobre da população, 93% das crianças estão na escola. Entre as famílias do Bolsa-Família, são 98%. Uma outra medida foi o déficit de tamanho (melhor que o déficit de peso para medir subnutrição). Entre crianças de 6 a 11 meses, o déficit é de 6,8% para não-inscritos no programa e de 4,8% para os inscritos.

Não se irá conseguir o objetivo final do programa – a emancipação por meio do emprego – enquanto persistir essa política econômica absurda. Mas é mais uma frente pronta para o bom combate, quando o jogo do desenvolvimento começar para valer.

Sr. Presidente, na medida em que pudermos avançar do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania, mais e mais irá se compreender que um programa bem desenhado de transferência de renda pode contribuir, e muito, para o objetivo de estarmos mais perto do pleno emprego.

As experiências, a reflexão acumulada de todos aqueles que têm pensado a respeito mostram...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– A experiência acumulada de todos os economistas e cientistas sociais que têm feito reflexões a respeito mostram como a garantia de uma renda básica incondicional será um caminho que poderá, inclusive, melhor enfrentar situações como essas, como a dos acampados.

Se há hoje um milhão de pessoas participantes do Movimento dos Sem-Terra que estão solicitando, ou tendo o direito pela legislação de receber algo equivalente ao Bolsa Família, se há a observação da Sr^a Marina Santos, segundo a qual poderia o Bolsa Família criar dependência dos acampados com o Governo, na medida em que avançarmos em direção à renda básica de cidadania essa dependência não mais existirá, pois será provido o direito a todos e todas como um direito inalienável de cada pessoa partilhar da riqueza da Nação.

Assim, Sr. Presidente, quero aqui registrar os avanços reconhecidos pelos pesquisadores e pelas instituições, comparando diversos programas de transferência de renda que foram atingidos pelo Programa Bolsa Família. Saliento que é importante caminharmos na direção do seu aperfeiçoamento, e avalio que isso acontecerá na medida em que caminharmos celereamente em direção à renda básica de cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta, pela Liderança do PL.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, usando o tempo que me é permitido e saudando os telespectadores em casa, as pessoas que estão na galeria do Senado, os nossos visitantes, gostaria de falar hoje da ação nefasta do PCC, que não é diferente da do Comando Vermelho, da do Comando dos Amigos, da ADA, dos Amigos dos Amigos, que comandam o bonde da violência a partir dos presídios para as ruas frequentadas pela sociedade brasileira – e espero ainda poder hoje voltar à tribuna, Senador Romeu Tuma. Esse é eminentemente um problema de segurança nacional que temos de discutir.

Sr. Presidente, Senador Tuma, há seis anos, no relatório fina da CPI do Narcotráfico, que tive a honra de presidir, propúnhamos... Senadora Heloísa Helena, gostaria que V. Ex^a prestasse atenção ao que vou falar, uma vez que é candidata à Presidência da República e, se puder, veja no seu programa de governo as questões que eu vou abordar no tocante à segurança pública. Mas Senador Tuma, propúnhamos naqueles dias – e V. Ex^a tem conhecimento –, porque, Senador Flexa, fizemos também um relatório reservado para o ex-Governador Mário Covas, o nosso saudoso Mário Covas. Já falávamos da ação do PCC há seis anos.

Algumas pessoas me mandaram *e-mail*, perguntando se eu faço parte da CPI do Tráfico de Armas, porque eu estava lá no momento da acareação, indigesta, daquele desqualificado que, acho, envergonha os advogados do Brasil. Senador Ney Suassuna, eu fui convidado pelo Deputado Moroni Torgan, que foi relator da CPI do Narcotráfico. Ele me ligou dizendo: “Venha, porque nós já denunciemos, em documento, a ação do PCC há seis anos”. E pedimos providências.

Naqueles dias, a CPI do Narcotráfico elaborou uma série de proposições. A primeira delas propunha que as operadoras de telefonia no Brasil armazenassem os dados de telefone, celular e fixo, por 10 anos, pois, há seis anos estavam surgindo os telefones pré-pagos, que, como já havíamos identificado, estavam a serviço do crime organizado no Brasil.

Nenhuma providência foi tomada. Seis anos depois, São Paulo pega fogo. A ação se estende pelo Brasil. E nós, no Espírito Santo, meu Estado, estamos vivendo isso sistematicamente:

A violência advinda dos presídios, comandada pelos quadrilheiros que, com a vênua da autoridade – porque o salvo-conduto do crime é a autoridade – comanda o bonde da violência contra a sociedade. Até porque no meu Estado, Senador Motta, o ex-Governador José Ignácio instalou orelhões dentro dos presídios, um presente à bandidagem e presente de grego à sociedade do Espírito Santo.

Com isso, não estou querendo dizer que são os telefones celulares os responsáveis por tudo que está acontecendo. Não é. É a maneira relapsa e omissa com que as autoridades têm tocado a questão da segurança pública no Brasil.

Nós estamos assistindo, como se nada estivesse acontecendo, a um Código de Processo Penal e um Código Penal dos mais velhos, dos mais frágeis, que estão mais a serviço do bandido do que da sociedade. E aí, muitas vezes, subimos à tribuna para cobrar do Judiciário. Cobrar o quê do Judiciário se o instrumento que o Judiciário tem é esse? Frágil. Frágil. Ruim. Um bom juiz, um bom ministro, com a mão dura, quando age duramente contra um marginal, dá cinco anos para um “cara” que caiu com uma tonelada de cocaína e com dois terços da pena cumpridos vai pra rua!

Há um conjunto de medidas a serem tomadas a partir dos presídios de segurança máxima. E a roda já foi inventada. E vou repetir aqui: há uma série que a Rede Globo exibiu sobre a violência arrefecida na Colômbia, que vivia o mesmo drama que São Paulo viveu. A Colômbia arrefeceu não amolecendo, mas enfrentando.

É preciso fazer o enfrentamento e elaborar uma política preventiva a partir da família, Senador Ney Suassuna. Uma campanha em favor da família, que fale do fortalecimento da família em primeiro lugar, porque a sociedade é produto do que vive a família. Se a família vai mal, a sociedade vai mal; se a família vai bem, vai bem a sociedade.

Desqualificaram, tentaram desmoralizar a família com as novelas, com tudo que se faz por aí: família não existe, casamento não presta. Quando se desqualifica a família, os reflexos são vistos na sociedade. São filhos que crescem vendo o pai e a mãe bêbados; são festas de 15 anos em que rola bebida alcoólica, festa de um ano, festa religiosa...

O que estamos esperando? Há um conjunto de medidas a ser tomado. Mudanças no sistema penitenciário, o agente penitenciário precisa ser qualificado.

Eu dizia ao Senador Demóstenes Torres que precisamos emendar a lei elaborada por ele, Deputada Íris Araújo – referi-me a V. Ex^a como a Deputada, porque V. Ex^a é candidata a Deputada e certamente vencerá as eleições, e nós a perderemos. Ele diz das penas do

preso que for pego com o celular. Mas é preciso também saber quais são penas previstas para o agente penitenciário que for pego passando celular, porque não há pena prevista para quem passa!

O salvo-conduto do crime é autoridade. Quando eu disse, ano passado, ao Presidente Lula que mandasse Fernandinho Beiramar para a minha casa, eu sabia do que estava falando. Para que estar gastando tanto dinheiro para cima e para baixo com ele? Na minha casa, trancado no banheiro, ele só vai tomar banho se eu deixar; só vai comer se eu der a comida; só terá um *laptop* se eu o der, porque no vaso sanitário ele não sai; só vai tomar sol se eu deixar sair.

Então, ele só tem celular, *laptop*, em Bangu 1, porque alguém deu. Que dizer, é do salvo-conduto que precisamos tratar.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. É um tema tão apaixonante e não consigo ser sucinto ao tratar desta questão.

Senador Romeu Tuma, em qualquer lugar onde ele estiver trancado, precisamos resolver essa questão dos advogados. Na Colômbia, nenhum advogado de bem se sente ofendido por ser revistado e passar pelo raio X. Aqui, é uma ofensa. Mas, mesmo ofendidos, acho que os advogados de bem, que são maioria neste País, se sentem plenamente envergonhados quando vêem a ação nefasta de alguns advogados, que desonram a classe com seu comportamento. E eles nem peticionam. A advogada do Marcola falou: “... não sabia que ele pertencia a uma organização”. Em seguida, perguntaram a ela: “A senhora sabe quantos advogados ele tem?”. E ela respondeu que eram mais de dez. E não sabia.

E ela é dessas que não peticiona. Então, o “cara” tem dez advogados; um peticiona, o resto é tudo “ganso”. Ganso é a linguagem usada na bandidagem para referir-se ao sujeito que vai buscar a informação, traz a informação e leva a informação. Advogado que não peticiona é “ganso”.

Senador Romeu Tuma, tenho um projeto – está se encerrando meu tempo e vou voltar à tribuna para falar sobre ele –, para o qual gostaria de pedir a ajuda de V. Ex^a, que é especialista no assunto. O meu projeto diz que o advogado que trabalha para o crime organizado e para o narcotráfico precisa pegar o recibo dos honorários pagos pelo cliente dele, porque o dinheiro do cliente dele não tem origem. Até para possibilitar que o cliente dele pague Imposto de Renda. Eu pago, o cidadão de bem que ganha acima de R\$1.500,00 paga. Por que o bandido que ganha um milhão não paga? Para dar possibilidade de pagar o Imposto de

Renda. Que ele pegue o recibo e nele esteja escrito que Recebeu tanto do Sr. Fernando da Costa Beiramar, do Sr. Marcola, tanto; e coloca dentro nos autos do processo. Ele também tem que pagar imposto porque advogado que advoga para narcotráfico não é uma figura diferente na sociedade, não. Ele preciso pagar imposto também! E para pagar precisa colocar nos autos do processo. Quando protocolei esse projeto fui chamado por uma série de advogados, amigos, pedindo-me que eu não levasse isso adiante, que eu iria criar um problema, que eu iria fazer um enfrentamento desnecessário com a classe no Brasil. Eu não estou fazendo enfrentamento desnecessário com ninguém. Só estou dando a possibilidade, a quem advoga para o crime, Senador João Motta, de ajudar o País fazendo com que seu cliente pague imposto. Que ele diga qual a origem do dinheiro dele, porque eu tenho que justificar a origem do meu dinheiro; o senhor tem que justificar; as pessoas que estão nos visitando têm que justificar a origem. Mas, bandido, não! Advogado de bandido, também não! E o patrimônio deles cresce, cresce, cresce; eles se tornam milionários sem pagar imposto. Nós é que estamos errados?

Agora eu já vi de tudo, só falta eu ver, Sr. Presidente, chover para cima com relação a segurança pública neste País. Quero e peço aos Senadores que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça que ajudem o Brasil, não a mim, aprovando projeto dessa natureza. Nós temos que produzir o instrumento para cobrar ação do Judiciário; não dá para cobrar ação do Judiciário sem produzir instrumentos que o Judiciário possa usar. Cobrar ação do Judiciário com essa lei frouxa, com essa lei ruim que está mais a favor do bandido do que da sociedade não é possível. Aqui encerro, Sr. Presidente, esperando voltar ainda hoje para falar de outros assuntos e desse também, sendo solidário com a população do meu Estado, que está apavorada com o incêndio dos ônibus. E com os bandidos lá em Vitória, Senador Antonio Carlos Magalhães, mandando bilhete para o Governador Paulo Hartung e *fax* para as lojas pedindo para fechar às 14 horas, para fechar às 18 horas porque senão iremos tocar fogo em tudo. E Vitória fechou no meio da tarde. O povo, desesperado; as escolas, se fechando. E eu já alertei que daqui a cinco anos vamos ter que pedir autorização a bandido para entrar no *shopping* com nossos filhos.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Em São Paulo não precisou nem de *fax*. O medo fez com que fechassem tudo, sem nenhuma pressão da marginalidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ouço o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a realmente aborda com muita propriedade esse tema que também já tratei, da indisponibilidade de bens das pessoas que cometem crimes e advogados que realmente praticam o crime de ser advogado desses criminosos. A OAB deveria ser até mais rigorosa em relação a esses assuntos. Na realidade, a falta de autoridade no País é total. Quando o Presidente da República não tem autoridade isso vai até o contínuo; quando o Governador não tem autoridade acontece a mesma coisa, e se o Presidente do Senado não tiver autoridade também vai ser assim. Então temos que fazer alguma coisa para a autoridade ter respeito, e ela só tem respeito quando tem credibilidade e o faz por imposição, a autoridade emana seja do Congresso, do Presidente da República ou do Governador de Estado. Que dirá os Parlamentares.

Vejam em que situação entraremos em uma eleição! Vamos trabalhar ainda para refazer a autoridade daquele que detém o Poder que, até mesmo, é um poder que emana de Deus, segundo a própria Bíblia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Toda autoridade é constituída pelo Senhor, diz a Bíblia.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não é verdade? E, conseqüentemente, vamos proceder corretamente para ter autoridade e credibilidade; do contrário, teremos uma desmoralização dos Poderes. Nesse caso, ninguém segura mais. Depois que acontecer, haverá a violência, sim, queiramos ou não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu agradeço a V. Ex^a, que com a propriedade da sua fala, me traz à lembrança o fato de termos, de uma forma muito urgente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida por V. Ex^a, aprovado uma série de medidas que fazem parte de uma composição em que o Legislativo busca cumprir o seu papel. Nessa composição, a fatia maior pertence ao Poder Executivo, uma fatia é do Judiciário e outra significativa é da família.

Falo isso porque vejo atores consagrados e artistas que fazem apologia às drogas, mas não acontece nada com eles. Nós precisamos, no entorno do enfrentamento, produzir prevenção sem afrouxar no enfrentamento, que é necessário para que a sociedade se sinta segura.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um novo aparte? Será muito breve. (*Assintimento do orador.*)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Hoje mesmo, houve uma reunião no Palácio do Planalto com os Chefes dos Poderes para aumento do servidor público. Isso é uma balela. O Presidente da República quis dividir a sua culpa com os outros Poderes. Pode ser que os Presidentes da Câmara e do

Senado tenham ficado muito felizes, e a Dona Ellen Gracie também, mas, na realidade, é uma malandragem dele para não sair o aumento e, ao mesmo tempo, culpar os Chefes dos Poderes, tanto os daqui, quanto do Judiciário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. O tema é apaixonante. Vou voltar a falar sobre ele.

Sr. Presidente, V. Ex^a me concedeu dois minutos para encerrar, não é isso? Muito obrigado. V. Ex^a sabe da importância do tema também para a sociedade até porque o Senado cumpriu, neste momento, a sua parte.

Sr. Presidente, queria mostrar aqui que há uma garotinha no Espírito Santo que vive até hoje no hospital em que nasceu. Ela tem sete anos. Ela depende de um respirador – este aqui (o orador mostra a foto do objeto). A criança é esta aqui (o orador mostra uma foto da criança), na cama, com o respirador do hospital. Para essa criança ter o privilégio de um aniversário comemorado em casa, ela precisa ter esse aparelho em casa. Não dá para tê-lo: o seu pai é motorista. Acho que ele até abdicou da profissão para viver no hospital, tomando conta da criança.

Sr. Presidente, numa portaria do Ministério da Saúde... Há algum Líder do Governo aqui? Senador Romero Jucá? Se não, Senadora Ana Júlia, preste atenção ao que vou lhe pedir. Há uma portaria do Ministério da Saúde, e eu muito pouco posso fazer porque eu me lembro que a última vez que pedi uma audiência com o Saraiva Felipe ele marcou para seis meses depois. E o Ministro Humberto Costa, aquele que é candidato a Governador de Pernambuco – e vai perder feio porque tem que perder – nunca deu nem confiança de retornar uma ligação. Se fossem esses dois, nem pediria a V. Ex^a, porque sei que não iriam atendê-la. Quero dar o número da portaria e pedir ao Presidente do Senado por essa criança. O Ministério da Saúde, Sr. Presidente, mediante portaria, forneceu um aparelho para uma criança, num caso igual a esse. Quer dizer, a criança que foi beneficiada com a portaria foi beneficiada com o suor do povo brasileiro.

Queria contar com a ajuda de V. Ex^a, Senadora Ana Júlia, no sentido de marcar com o Ministro para que S. Ex^a pudesse verificar esse precedente que está aberto – e que continue aberto porque devemos ter outros problemas como esse, teremos e devemos ter no Brasil –, no sentido de que essa criança receba também um respirador. Senador Ney, Líder do PMDB, um grande Partido, tem certa influência no Governo, essa criança precisa desse respirador. Essa criança precisa e o Ministério da Saúde pode fazer isso! Trata-se de um respirador que custa pouco mais de quarenta mil.

É muito para um homem que é motorista – abdicou da profissão para tomar conta da filha de sete anos dentro de um hospital. V. Ex^a pode ajudar? Presidente, posso contar com o seu apoio para que essa criança possa ir viver com sua família, em casa, e esse pai possa trabalhar para sustentar o restante da família?

Uma situação dessas, Senador Motta, do nosso Estado, e temos que vir à tribuna pedir ajuda, quando tinha que ser uma coisa corriqueira para a saúde pública do Brasil. Essa criança já deveria estar em casa há muito tempo. Mas espero que, em abrindo essa porta e ela sendo atendida, o gesto se repita com tantos outros que têm tantos tipos de doenças graves e que precisam de atendimento e de cuidados da Nação brasileira. De igual modo, espero que essa criança seja atendida.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero comunicar à Casa que hoje não teremos Ordem do Dia. Não houve acordo entre os Líderes partidários para que pudéssemos avançar na nossa pauta. Telefonarei aos líderes logo mais para que possamos fazer um esforço para votarmos amanhã.

Hoje, tive a honra e a satisfação de instalar uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, para instituir o marco do saneamento no Brasil, para, em 30 dias, avançarmos numa convergência, sistematizando as propostas que tramitam nas duas Casas do Congresso Nacional.

Comunico também que tivemos a honra de receber, hoje, a visita dos cantores Ivan Lins e Fernanda Abreu, que estão em Brasília, e amanhã participarão da mudança que vamos fazer, concretizando a idéia do Deputado Sérgio Cabral, ampliando a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social para Subcomissão de Cinema, Teatro, Comunicação Social e Música.

Recebemos, também, a visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado italiano, Senador Del Roio.

Esperamos avançar, amanhã, na nossa pauta. Há cinco medidas provisórias trancando a pauta, e temos que votar propostas que são importantes, como o Fundeb, em relação ao qual já foram aparadas todas as arestas. Temos que votar a medida provisória que está chegando à Casa, cujo Relator designado foi o Senador Fernando Bezerra, que renegocia as dívidas da região da Sudene. É uma medida provisória importantíssima para a região Nordeste, em função da desestruturação do setor produtivo do semi-árido nordestino. Temos que votar o projeto de resolução da Senadora Patrícia Saboya, que também é outra matéria importante,

empréstimos dos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará e Bahia, e várias autoridades.

Há pouco, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos me comunicou que foi votada a recondução de alguns nomes do Cade.

Em função dessa circunstância, não haverá Ordem do Dia hoje.

Está, portanto, encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio
Prazo final: 15.6.2006.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim
Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos*

servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-
trinho

Prazo final: 23.6.2006.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de
Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente

da Medida Provisória nº 284, de 2006), que *altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.*

Relator revisor: Senador Edison Lobão
Prazo final: 4-7-2006.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de
Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente
da Medida Provisória nº 285, de 2006), que
dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas
de operações de crédito rural na área de
atuação da Agência de Desenvolvimento do
Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de
27 de setembro de 1989; e dá outras provi-
dências.

Relator revisor: Senador Fernando Be-
zerra

Prazo final: 4-7-2006

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitu-
tivo à Proposta de Emenda à Constituição nº
64, de 1999, tendo como primeiro signatário
o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta
parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao
inciso XI do art. 84 da Constituição Federal
(comparecimento do Presidente da República
ao Congresso Nacional na abertura da sessão
legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Co-
missão de Constituição, Justiça e Cidadania,
Relator: Senador Aloizio Mercadante, ofere-
cendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão,
em segundo turno, do Substitutivo à Proposta
de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis

com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de pro-

fessores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José

Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Câmara dos Deputados projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que “estabelece diretrizes para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas” e que “cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim”.

Considero muito importante o fato de que o Governo Federal tenha assumido a imperiosa necessidade de facilitar a vida de quem quer produzir e gerar empregos no País.

Por outro lado, sinto-me recompensado por ver que proposição por mim apresentada em 2004, com objetivo similar, tenha sido incorporada pela mensagem presidencial.

Estudos recentes do Banco Mundial atestam o absurdo da situação brasileira, quando se trata da abertura de empresas, nos mais diversos ramos de atividade. Em média, gasta-se em nosso País o inimaginável e incompreensível período de 152 dias para que uma atividade empresarial possa ser legalmente habilitada a funcionar.

Para efeito de comparação, basta lembrar que na vizinha Argentina, nosso principal parceiro do Mercosul, o prazo de espera é de 62 dias; no México, Senador Antonio Carlos Magalhães, não é mais do que 51 dias; e, no Chile, sabidamente a bem-sucedida experiência de desenvolvimento econômico da América do Sul nas últimas duas décadas, 28 dias é o tempo mais do que suficiente para que o processo se conclua.

Vejam que me preocupei em comparar a realidade das teias burocráticas brasileiras com países latino-americanos.

Todos nós sabemos que os iberos, os descendentes da Península Ibérica, são muito prolixos, muito burocratizados. Vejamos como é nos demais países.

Se examinarmos a situação das economias mais avançadas, nossa tragédia assumiria dimensões ainda mais assustadoras. Nos Estados Unidos, por exemplo, bastam quatro dias – quatro, e não 152; sessenta, e não vinte – para que uma empresa possa ser formalmente aberta. Na Austrália, nem isso: 48 horas é o prazo necessário para que o empreendimento possa funcionar.

Imagine um funcionário que quer abrir, aqui no Brasil, uma empresa. Tem que alugar, primeiramente, uma sala, tem que apresentar o contrato, os registros. São 152 dias. Na Austrália, 48 horas.

Salta, pois, aos olhos de qualquer um que tenha um mínimo de bom senso que o nosso País já começa a perder a crucial batalha da geração de empregos e de renda, antes de mais nada, pela insana burocracia a denunciar o terrível apreço pelo cartorialismo que nos acompanha – e que nos infelicitiza – desde o período colonial.

Tive a honra de trabalhar na reforma administrativa federal, em 1957, com o Ministro Hélio Beltrão. Abolimos o reconhecimento de firma, por duas vezes, no País. Ninguém aceita. Temos que reconhecer firma. Nós somos assim burocratizados. O servidor público tem fé pública, mas não aceitam que dê fé dizendo que é verdadeiro. Mandam ao cartório para reconhecer a firma.

Eis a verdade, a dolorosa verdade que nos faz perder oportunidades e que impede a concretização de nossas imensas potencialidades.

Mantido esse cenário, indago: como possibilitar ao Brasil inserir-se adequada e vantajosamente em uma economia cada vez mais globalizada, interdependente e competitiva?

Como afastar da informalidade milhões de pequenos empreendedores se o que o Estado lhe oferece é um emaranhado de normas legais, obrigações as mais diversas e cobranças sem fim?

O resultado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o que conhecemos de cor.

Sabem até as pedras da Esplanada que, quanto mais lento e oneroso for o processo para a abertura e o encerramento das atividades de uma empresa, maior será a tendência de expandir a informalidade, de ampliar os mecanismos de corrupção, de reduzir o volume de investimento e a própria produtividade.

Em última análise, é o próprio Estado que sofrerá na pele a diminuição do montante de impostos arrecadados.

Fico feliz em saber que, com a proposta agora encaminhada pelo Executivo, será possível reduzir em cerca de 90% o tempo que se despense para legalizar uma atividade comercial, industrial ou de serviços.

Ou seja, podemos vislumbrar a passagem dos incríveis 152 dias de hoje para um prazo de duas semanas. Não é uma maravilha, na Austrália são 48 horas e, nos Estados Unidos, quatro dias.

Mas, com a criação do REDESIM, ou seja, desse sistema, é possível pensar na indispensável racionalização dos procedimentos, o que inclui a eliminação de diversas exigências – inócuas, rigorosamente inócuas,

na maior parte das vezes – e, o que é da mais alta relevância, a obrigatoriedade de um trabalho integrado entre os distintos órgãos públicos.

Com isso, entre outros ganhos significativos, de tempo e de dinheiro, busca-se eliminar a nefasta duplicidade de funções entre setores da administração pública.

Nesse sentido, aliás, o projeto do Poder Executivo dá importante passo inicial ao tornar obrigatória a adesão dos órgãos federais ao trabalho integrado.

O mínimo que se espera de Estados e dos Municípios é que adotem idêntico procedimento, até porque os que insistirem nas práticas arcaicas, cartoriais e atrasadas serão vencidos pela concorrência e inapelavelmente ultrapassados pelos que se adaptarem às novas regras. Todos haverão de compreender, mais cedo ou mais tarde, uma verdade cristalina: quanto mais reduzida for a burocracia, maior a atração sobre os investidores.

Em suma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi esse o espírito que me levou a apresentar, em 2004, o projeto de lei pelo qual microempresas e empresas de pequeno porte ficariam dispensadas de algumas exigências no momento da sua constituição. Vejo agora, com orgulho e contentamento, que o Governo Federal reconheceu os enormes prejuízos causados pelas amarras burocráticas ao sistema produtivo nacional.

Associo-me a todos os que lutam a favor da desburocratização em nosso País, em especial quando esse esforço se dirige à modernização da economia brasileira, promovendo o barateamento dos custos empresariais. Somente assim, será possível retirar da informalidade grande parte dos micronegócios e negócios de pequeno porte: reduzir drasticamente a sonegação – o que será benéfico para todos, sem exceção – e expandir o nível de emprego, condição primeira para o verdadeiro e integral desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Espero que esse processo chegue rapidamente ao Senado Federal, para que possamos votá-lo com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, pela Liderança do PFL. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pela instalação, hoje à tarde, da Comissão Mista, Senado e Câmara, para sistematizar os projetos da área de saneamento, procurando oferecer ao País o marco regulatório a um setor importantíssimo para a vida da nossa população.

Todos nós queremos que os serviços de saneamento sejam universalizados, atendendo a toda a população brasileira, em especial aos mais carentes. É essencial que haja um marco regulatório para proporcionar tranquilidade aos investimentos, quer da área privada, quer do setor público. Não podemos imaginar que uma questão dessa importância possa ser olhada pelo viés ideológico, autoritário e centralizador, nem que se defenda mais um ente federativo em detrimento de outro.

Temos que ter uma posição totalmente aberta, tendo em vista uma análise correta desse assunto. E V. Ex^a, Sr. Presidente, mais uma vez demonstrando sua visão de estadista e de Presidente à altura do cargo, aquiesceu a nossa sugestão para a Comissão especial que sugerimos. V. Ex^a atuou junto com o Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, que teve também essa atitude de grandeza. Assim, a Comissão foi instalada e esperamos começar a trabalhar amanhã, com prazo exíguo, é bem verdade – mas é melhor que seja assim – para, dentro de 30 dias, termos o resultado, esperando que, a partir daí, o produto dessa Comissão possa tramitar rapidamente nesta Casa e, posteriormente, na Câmara dos Deputados.

Daremos um passo histórico se conseguirmos um marco regulatório para o setor de saneamento no Brasil.

Não é à toa que o próprio Governo Federal disse que, para universalizar os serviços, é preciso investir R\$9 bilhões por ano, ao longo de 20 anos. Veja bem, Senador Flexa, R\$9 bilhões, somando os diversos entes federativos.

Hoje, o investimento é mínimo. O investimento do Governo Federal, em três anos, não chegou a meros R\$3 bilhões. Então, fica a dever muito. Esse investimento foi em três anos, considerando recursos da Caixa Econômica Federal e também do Orçamento Geral da União, que, a cada ano, reduz mais a sua participação nesse esforço.

Então, é um momento especial para o Congresso Nacional, quando se implementa essa Comissão. É claro que somente a instalação da Comissão não significa que todos os problemas serão resolvidos e que teremos um bom desiderato para essa questão. Mas já é um bom caminho, um bom começo.

Agora, compete a nós Parlamentares, Deputados e Senadores, conseguirmos colimar essas opiniões, as mais diversas, e construir esse consenso o mais rápido possível dentro do prazo que nos foi dado: 30 dias.

Concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, quero dizer da alegria que senti em

ter sido lembrado por V. Ex^a e pelo Presidente Renan para participar dessa Comissão. Sei que teremos uma oportunidade ímpar no Congresso de definir o marco legal daquilo que é um desafio social no Brasil, daquilo que é um desafio na área de infra-estrutura do País, porque se trata de um debate que vem se arrastando desde o início dos anos 90 – até antes um pouco. E esse debate vem evoluindo. A Deputada Irma Passoni deu um passo definitivo, tentando fazer um ajuntamento da matéria. Depois de 1996, o então Senador José Serra definiu o novo marco do debate no chamado poder concedente; outros Parlamentares atuaram muito nesse debate; e V. Ex^a, no Governo da Bahia, contribuiu para a discussão. Existe uma luta entre municipalistas e aqueles que representam a transição do Governo dos Estados com o tema. Quem terá o poder de administração, de gestão, de responsabilidade direta com o saneamento? E existe o debate da iniciativa privada. Acompanho o tema com muito cuidado, com muito zelo; até já escrevi capítulo de livro sobre a matéria. Entendo sua importância. Nós temos um desafio enorme: são 880 mil interações por ano no SUS em função da crise do saneamento básico. Então imagina V. Ex^a a dimensão social do problema. Quando falamos em saneamento básico – abastecimento de água, tratamento de esgoto, coleta de lixo e tratamento desse lixo, educação sanitária e drenagem – estamos falando da dimensão da questão para as regiões isoladas do Brasil e também para as grandes cidades. Uma das cidades mais expostas do Brasil em termos de beleza e qualidade de vida é o Rio de Janeiro, onde não chega a 55% a cobertura do tratamento de esgoto. Então veja V. Ex^a a dívida social que este País tem.

Então tenho certeza de que V. Ex^a irá conduzir o debate com equilíbrio e responsabilidade partilhada. Não ocorrerá, nem o fundamentalismo do excesso de municipalismo, nem a idéia de todo o poder para os Estados. Também não haverá nenhuma restrição de satanização da iniciativa privada naquilo que ela pode contribuir com esse debate. Estou pronto e entusiasmado para contribuir com a Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Tião Viana, eu é que estou extremamente honrado de participar da Comissão junto com V. Ex^a, que é médico e conhecedor do assunto. Sabe da importância do saneamento e conhece as estatísticas que existem sobre o assunto no Brasil e no mundo. V. Ex^a sabe muito bem que R\$1,00 investido no saneamento significa R\$4,00 economizados em saúde com a prevenção das doenças veiculadas pela água que não tem qualidade ou pelo esgoto que corre a céu aberto.

Darei um exemplo a V. Ex^a. Estive nesse final de semana com o Governador Paulo Souto dando or-

dens de serviço para um sistema de 160 quilômetros de adutora, para abastecer cinco sedes municipais, fora pequenos distritos – mais de 30 mil pessoas assistidas. Hoje essas pessoas estão consumindo água calcária, cheia de carbonato. Imagine V. Ex^a que a tubulação entope pela sedimentação do calcário, principalmente durante a noite, quando a água não é muito usada. Agora, imagine o que essa sedimentação faz no organismo das pessoas. Então são problemas de estômago, intestino, rins. Todos têm pedras nos rins. É algo extremamente inaceitável que aconteça.

Mas aí, talvez, V. Ex^a preste atenção e não goste do que vou falar agora. O financiamento desse setor vem de duas áreas do Orçamento Geral da União, ou de recursos do FGTS, que sempre foi o tradicional financiador, seja no período do Planasa com o BNH, seja com a Caixa Econômica Federal. Mas, veja bem, V. Ex^a. Se o Orçamento Geral da União não pode aplicar, porque temos restrições fiscais de toda ordem, contingenciamento do Orçamento... Sequer 0,05% do Orçamento Geral da União é utilizado em saneamento, anualmente. Eu ainda poderia dizer: “Não. É um problema fiscal do Brasil”. Mas, veja V. Ex^a: com relação a recursos do FGTS, o Governo, na verdade, fez contratos, mas não tem havido liberação. A liberação é mínima. Mas, além disso, não estou me insurgindo contra o fato de que o Governo apenas não tem liberado e criado dificuldades para a liberação; estou me insurgindo contra a propaganda enganosa que o Governo tem feito, dizendo que esses recursos, Senador Tião Viana – vejam bem, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras – esses recursos são do Governo Federal. Olha aqui o que trago. Esta placa aqui: “Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Salvador. Obras financiadas com recursos do Governo Federal”. É a Caixa Econômica Federal... Esses recursos são do Governo Federal? Recursos da Caixa Econômica Federal, provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do trabalhador brasileiro? O valor do investimento: R\$2.315 bilhões. Aqui tem uma contrapartida do Estado. É recurso do FGTS! A Caixa Econômica é mera administradora desses recursos. Não poderia o Governo Federal, à guisa de uma propaganda enganosa, colocar: “Obras financiadas com recursos do Governo Federal”. Então, o Governo Federal se apropriou dos recursos do FGTS? Senador Tião Viana, é difícil aceitar!

Primeiro, porque o Governo Federal cria todo embaraço aos entes federativos: Estados e Municípios, para fazer jus a esses recursos, que têm que ser remunerados. E aí quero fazer com V. Ex^a uma reflexão: esses recursos são financiamentos ou investimentos do Governo Federal?

V. Ex^a conhece o radicalismo do PT baiano, que não prima por preservar os interesses do Estado, tanto que, na época que se discutia a Ford na Bahia, o PT ficou contra a Ford na Bahia. Agora esse PT radical procura desqualificar as obras que o Governo Estadual está realizando com recursos captados na Caixa Econômica por meio de empréstimo, de endividamento do Estado. O Estado irá pagar. Nós, baianos, pagaremos com ICMS, com nossos impostos. E esses recursos serão pagos com juros e correção dentro dos trâmites da Caixa Econômica Federal.

Mas o Governo, o ex-Ministro Jaques Wagner, anuncia da forma mais despuddorada, mais deslavada possível, que os recursos são do Governo Federal.

Ora, paciência... Vamos ter o mínimo de honestidade intelectual! Eu sempre ouvi aqui o PT cobrando honestidade intelectual, o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, ou ex-Líder do Governo, agora candidato ao Governo... Senador Romero Jucá, que é o Líder do Governo... Não procurou nem no PT; procurou no PMDB o Líder do Governo... Pois bem, vamos ter honestidade intelectual! Isso é apropriação indébita de recursos do trabalhador brasileiro.

Empréstimo não é efetivamente investimento. O Governo Federal não está investindo; ele está cumprindo, por meio da Caixa Econômica, o seu dever, a sua obrigação de disponibilizar os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para esses financiamentos.

Concedo o aparte com muita satisfação ao Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Paraná.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador César Borges, o que V. Ex^a traz à tribuna, esclarecendo à Nação brasileira, acontece, parece-me, em todo o Brasil. O que V. Ex^a aqui mostrou é o que acontece no meu Estado, o Pará. Senador César Borges, como o Governo do PT não tem obras no Brasil inteiro para mostrar como suas, ele se apropria de financiamentos tomados aos governos estaduais para dizer que são investimentos do Governo Federal, como é o caso que V. Ex^a menciona das obras de financiamento, que acontecem no meu Estado do Pará também. São recursos tomados por financiamento pelo Estado, que serão pagos pelo Estado do Pará, pelos paraenses, e são colocados lá como sendo obras do Governo Federal. É o absurdo que acontece. Ainda há pouco, o Senador Rodolpho Tourinho fez referência ao Programa Luz no Campo, que, da mesma forma, consideram como sendo do Governo Federal, quando a sua Bahia entra com 50% de contrapartida. No Estado do Pará, são 35% de contrapartida. E os petistas acham que é feita pelo Governo Federal. O que falta é a honestidade

intelectual, tão cobrada anteriormente e tão esquecida, como tudo que foi esquecido por este Governo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e ainda o reforço mais.

Veja V. Ex^a que a Caixa Econômica está sendo utilizada politicamente para uma propaganda enganosa. Veja o caso do FUNDEB, que estamos aqui para aprovar. O FUNDEB é um fundo com recursos provenientes, ora do Estado somado com o município.

O Governo Federal, na propaganda do PT, já disse que criou o FUNDEB, que é uma obra do Governo Federal, que sequer foi aprovado nesta Casa. E os recursos federais são da ordem de 10%; o restante é recurso do Estado e do município.

Isso é propaganda enganosa e está tentando enganar o povo brasileiro. Trouxe aqui outro exemplo: adensamento da Bacia de Alto Camurugipe, obra financiada com recursos do Governo Federal. Isso é recurso do FGTS, recurso do BNDES, recurso do FAT, que também não é recurso federal. FAT é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que foi criado pelo Congresso Nacional para cumprir essa tarefa e que tem que ser remunerado por essa forma de empréstimo, porque tem uma ação social e tem a recuperação do capital. E são cobrados juros e correção sobre isso.

Então, por que o Governo Federal fazer essa apropriação? E o que é pior, Senador Flexa Ribeiro: no contrato assinado...

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco//PT – PA) – Senador César Borges, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concederei um aparte a V. Ex^a com muito prazer.

A Caixa impõe, coloca no seu contrato que a obrigação do mutuário é fixar, em local visível ao público, placa da obra, conforme modelo definido pela Caixa. Então, esse modelo é definido pela Caixa. Quem colocou aqui recursos do Governo Federal foi a Caixa Econômica, que está a serviço político do Governo Federal. E, mais ainda, na cláusula 14^a: suspensão dos desembolsos. Um dos fatores de suspensão é a inexistência de placas de obra num empreendimento dos modelos financiados pela Caixa.

Ora, convenhamos é demais! É um abuso o que o PT está fazendo, utilizando-se da Caixa Econômica Federal para esse tipo de apropriação indébita de um recurso que é do trabalhador e que será pago pelo povo de cada Estado e de cada município. Empréstimo não é investimento.

Concedo um aparte à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando o Senador Flexa fala, ela sempre fala em seguida, porque o Pará tem que ouvir os dois Senadores, além do Senador Luiz Otávio.

A Sr. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador César Borges, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, quero dizer que, se considerarmos que os recursos quer sejam da União, dos estados ou dos municípios, todos são públicos, todos são do povo. Agora, querer dizer que não são recursos Federais... O volume de recursos de agora, 2,5 bilhões e meio, liberados pelo Ministério das Cidades, por meio de Caixa Econômica, são recursos Federais. É um financiamento? É, mas é um financiamento subsidiado e todo mundo sabe disso. O volume de recursos é muito maior. E antes, que existiam os recursos e não eram liberados! O Prefeito da minha cidade, Belém, está recebendo mais recursos no Governo Lula do que nós recebemos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é do Governo Lula, Senadora. É do AGU: Orçamento Geral da União.

A Sr. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Estou colocando uma visão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É claro. Estamos num debate.

A Sr. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Não adianta querer dizer que não são recursos federais, financiamentos, não adianta querer dizer que o Programa Luz para Todos não é diferentíssimo, completamente diferente, onde a dimensão humana é muito maior que a dimensão econômica, porque essa é a realidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Talvez numa dimensão política. Está sendo o uso político do PT a diferença da Luz no Campo para Luz para Todos.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Em termos de tempo, conseguiu-se em um pouco mais de dois anos mais do que o governo anterior conseguiu em quase quatro anos, ou seja, atendeu mais gente do que o governo anterior conseguiu atender em quatro anos. Então, eu o respeito muito – e V. Ex^a sabe disso –, mas não podemos negar isso aqui. Quando o governo era o mesmo, federal e estadual, não tinha nenhum problema. Vejo o Governo do Estado fazer propaganda, como fez, com recurso de financiamento que ele não conseguia no governo Fernando Henrique e está conseguindo agora no Governo Lula. Então, no mínimo, devemos reconhecer que o Governo está liberando mais recursos, independentemente de governo inclusive.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é governo. A Caixa Econômica Federal é um banco, é uma

instituição que libera o recurso do FGTS. Mas, queira ou não V. Ex^a, não são recursos do Governo Federal.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Também não é recurso do Governo do Estado, mas do povo que paga os impostos. É o mesmo princípio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É um empréstimo. É como se V. Ex^a entrasse em um banco para tomar um empréstimo e o banco lhe dissesse que está lhe concedendo um favor. O banco vive disso. O Fundo de Garantia tem que ser remunerado. Agora, se fosse recurso do Orçamento Geral da União, poderia constar a participação do Governo Federal. Mas não é. Isso aqui é empréstimo.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma e, se me permitir, Sr. Presidente, posteriormente, ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não quero contrariar a Senadora Ana Júlia, pela simpatia que tenho por S. Ex^a, mas a Caixa Econômica é um banco pertencente ao Governo, só que o dinheiro é dos depositantes do Fundo de Garantia e de outros elementos, só pertence a terceiros. E, com base nisso, ela faz os empréstimos sob juro. O prefeito e o governador que tirarem dinheiro emprestado da Caixa Econômica pagarão juros. Se eu tirar um empréstimo ali, também vou pagar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E dá mil garantias.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu, querendo um empréstimo, vou ali e conseguirei. Não para o saneamento, mas para consertar a privada de casa provavelmente eu tenha de pagar uns juros. Mas penso que não podemos misturar os fatos. V. Ex^a está fazendo as colocações corretamente. É claro que a defesa da Senadora ao Governo é correta, pois ela deve lutar. Mas a população precisa saber a realidade dos fatos. Eu não posso dizer que o dinheiro que sai da Caixa Econômica é do Governo, porque não é.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ela sabe que não é.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Agora, há vários investimentos do Fundo de Garantia...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas por dever de ofício ela faz essa defesa. S. Ex^a é sempre assim: faz a defesa, pois é leal ao Governo. Não quer saber se é correto ou não, mas faz a defesa.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Fundo de Garantia faz muitos empréstimos de dinheiro que é do trabalhador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, agradeço o aparte.

Vejam bem, quanto ao Bolsa Família, nós tínhamos o Bolsa Escola, e o nome foi mudado para Bolsa Família.

Temos o Luz no Campo, que o Senador Rodolpho Tourinho criou no Governo Fernando Henrique, quando era Ministro de Minas e Energia. E fez muito bem. E esses recursos – vejam bem – mais uma vez não são federais. Trata-se de recursos que nós pagamos, na nossa conta, para ampliar as ligações. O Senador Rodolpho Tourinho, com inteligência, fez o compromisso, com aqueles que ainda não tinham energia, de liberar esses recursos para serem aplicados. O Governo Federal hoje faz o mesmo e diz que o programa é dele, porque mudou o nome de Luz no Campo para Luz para Todos.

A Senadora Ana Júlia tenta insistir e dizer que o programa agora é outro. Segundo ela – é mais um pensamento desejoso, nada mais do que isso –, tem cunho social. Tem cunho político. Agora está tendo exploração política. Antes era feito para atender aqueles que não tinham energia efetivamente.

Então, os programas do Governo são sempre assim. Ele reedita, não inventa absolutamente nada, faz uma reedição do que vinha do governo anterior, muda o nome e diz que é uma beleza de programa.

Mas já havia concedido um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – E depois V. Ex^a me permite um minuto?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se o Presidente permitir, com a maior satisfação, Senador Flávio Arns.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Ana Júlia, ser fanática pelo Paysandu, tudo bem! Pode dizer que é o melhor time do Brasil, pode defender como quiser! Agora, ser fanática desse porte e dizer que os recursos da Caixa Econômica Federal são distribuídos porque o Lula quer? Será que temos, quando fizer a inscrição para buscar algum recurso, de pedir autorização para o Presidente ou para o Líder do Governo? “Ô Líder! Me dá uma mãozinha lá na Caixa Econômica para liberar os meus recursos?” É preciso ter uma ficha, uma folha, preencher dados e documentos. É preciso ter uma garantia, um aval. A Caixa Econômica é permanente. Ela fica; o Governo passa. São funcionários que estão lá dentro e que prestaram concurso público, não havendo cor partidária. Pelo menos, deveria ser assim. Então, ser fanático, sim. V. Ex^a pode até dizer que o Paysandu é o melhor time do Brasil, mas dizer que o Lula é o melhor do Brasil, no sentido de que até para se liberar recursos da Caixa dependemos dele, é complicado! Tenho uma preocupação muito grande, Senador César Borges, com esta Copa

do Mundo. De repente, o Ronaldo, o Ronaldinho e o Kaká vão fazer uma triangulação perfeita e vão fazer o gol. É capaz de virem aqui dizer que o técnico foi o Lula. São capazes de dizer: olha, foi o Lula quem escalou! Vamos deixar de ser fanáticos e vamos admitir as coisas. Daqui a pouco tudo é o Lula! Até para liberar empréstimo da Caixa Econômica depende-se do Lula? Aí não dá! E com recursos dos trabalhadores do Brasil, do PT, do PMDB, do PFL, dos que não têm partido. Não é possível que tenhamos de ouvir isso de pessoas tão expressivas, esclarecidas, como a nossa querida Senadora Ana Júlia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Leonel Pavan, o que com certeza dependeu do Lula foi a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo pela Caixa Econômica. Isso dependeu!

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aí foi a utilização da Caixa Econômica, sob o mando de alguém, de uma autoridade grande do Governo.

O Ministro da Fazenda caiu por conta disso. Veja a utilização política desse organismo, como disse muito bem V. Ex^a, que pertence ao País. Não é de governo A nem de governo B, é uma instituição permanente.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Os políticos passam, as instituições permanecem.

Concedo os apartes na seguinte ordem: Senador Flávio Arns, Senador Almeida Lima e Senador João Batista, que havia solicitado.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Caro Senador César Borges, em relação ao caso do caseiro Francenildo, eu diria que não só nós do PT, mas toda a sociedade brasileira desejamos que o caso seja evidentemente, suficientemente esclarecido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já o foi.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – E as pessoas envolvidas ainda estão no processo de investigação, pelo que eu li nos meios de comunicação ontem e hoje. A Polícia Federal, cujo trabalho vem sendo enaltecido pela própria Oposição, está se aprofundando nas investigações, mas que a conclusão conduza à punição dos culpados. Agora, em relação à Caixa Econômica Federal, que destina os recursos para obras fundamentais para cidadania, como habitação e saneamento – se quisermos gastar menos na saúde, temos de gastar mais na habitação, no saneamento; menos na criminalidade, mais na habitação –, eu diria que a diferença fundamental é que esses recursos sempre estiveram disponíveis. Estavam disponíveis no governo anterior e estão disponíveis neste Governo. Qual a diferença

entre os dois governos? Este Governo aplicou muitas vezes mais recursos de habitação e saneamento do que o governo anterior. Ou seja, apesar de retornarem esses recursos, que são empréstimos, como V. Ex^a coloca, mas são recursos essenciais sempre disponíveis, porém aplicados em quantitativos expressivamente maiores neste Governo, o que também não vem ao caso. Penso que todos nós temos de batalhar para dizer que são recursos que têm que ser destinados para a área. Quanto ao Bolsa Família, que V. Ex^a mencionou, como continuidade do Bolsa Escola – até o Senador Cristovam Buarque fez um grande debate à época, considerando que o Bolsa Escola deveria continuar para destacar a escola –, não podemos compará-lo, porque o Bolsa Família é muito mais abrangente do que o Bolsa Escola. Existe este debate, com o qual concordo. Devemos continuar a discutir e a marcar a questão da escola. O Bolsa Família atende a 10 milhões de família no Brasil. Dez milhões!

(Interrupção do som.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – E oxalá tenhamos a porta de saída também do Bolsa Família para que as pessoas se integrem na sociedade. Então, diria que mais importante do que pensarmos se esse dinheiro está voltando, se está no Orçamento ou não, se é da Caixa Econômica ou não, é observarmos se existe dinheiro suficiente, se está sendo aplicado. Mas diria que a marca da diferença, independentemente de ser o mesmo programa ou não, é o quantitativo, a valorização que se dá ao exercício da cidadania, e eu diria que é inúmeras vezes maior. Até me sinto mal fazendo esse tipo de debate, porque penso que temos que caprichar, ter muito dinheiro, porque a cidadania tem que ser exercida, e essa é a marca deste Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. Ex^a reconhece que não se trata de recurso do Governo Federal, como está dito na placa colocada pela Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, gostaria ainda de conceder apertes, mas vejo que há alguns Senadores, como o Senador Gilvam Borges, querendo fazer uso da palavra. Se V. Ex^a desejar, encerro, neste momento, o meu discurso, pedindo desculpas aos dois Senadores, mas se V. Ex^a permitir, concederei um aparte rápido aos dois Senadores.

Peço aos Srs. Senadores que sejam breves, pois sinto que o Presidente já foi muito condescendente.

Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador César Borges, quero dizer a V. Ex^a, nesta oportunidade, que, apesar dos argumentos, dos números, das razões apresentadas por V. Ex^a, por mais sólidas, fortes e claras que sejam, embora elas convençam o Governo, a impressão que o Governo passa a esta Casa é a de que não convencem. Ao contrário do que disse o nobre Senador Leonel Pavan, isso não se trata de fanatismo, não. Não é fanatismo. Fanático é aquele que acredita. O Governo está sabendo o que V. Ex^a está dizendo. Nesta Casa, o Governo está assumindo o papel de Dan Brown, autor de **O Código da Vinci**, e escrevendo ficção. E o pior: parcela da população brasileira está acreditando na ficção como se fosse fato histórico. É ficção! Para concluir, devo dizer que a Senadora Ideli Salvatti, no início da sessão de hoje, assumiu a tribuna para falar do PIB do primeiro trimestre e dizer que, mesmo que não cresça tanto, o importante é que o crescimento está sendo dividido pela população. É verdade. Está sendo dividido: uma parcela em forma de salário-esmola e auxílio-esmola; e a outra parcela para os banqueiros. O PIB está muito bem dividido, e a classe média brasileira, o povo brasileiro, passando dificuldades. A divisão do PIB é isso. E isso se chama simulação, que, em outras palavras, é ficção científica. Estão fazendo ficção, e parcela da população acredita nessa ficção de forma consciente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador César Borges, acrescento às palavras de V. Ex^a o seguinte: V. Ex^a está dizendo que a placa colocada na obra não passa de uma propaganda enganosa, o que é um problema de Procon, mas o caso não pára por aí. De dois meses para cá, estamos vendo constantemente uma propaganda do Governo Federal sobre o Fundep, que não foi ainda aprovado. Isso é até crime de responsabilidade, mas é de propaganda enganosa em propaganda enganosa que o Presidente Lula se mantém na vanguarda nas pesquisas. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe o aparte.

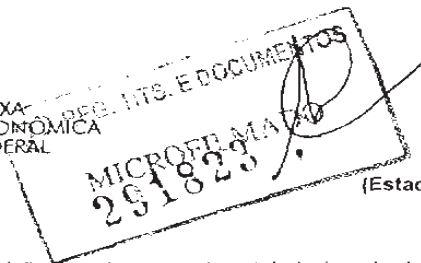
Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a toda a tolerância que teve com este orador.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, § 1º e inciso II, do Regimento Interno.)

CAIXA

CAIXA - O.P.F. L.T.S. E DOCUMENTOS
ECONÔMICA
FEDERAL



(Estado da Bahia/SAA de Belo Campo)
Contrato Nº 0156.491-25/04

- d) apresentar a Lei Autorizativa de instituição da cobrança e de estabelecimento dos valores relativos à tarifa ou taxa pela prestação de serviços de água e esgoto [ou] de resíduos sólidos;
 e) comprovar o início e o andamento do projeto/programa de redução de perdas apresentado por ocasião da contratação encontra-se em andamento.
 f) apresentar o Acordo de Melhoria de Desempenho firmado entre a EMBASA, o Mutuário, o MCIDADES e a CAIXA;
 g) promover a regularização fundiária das áreas afetadas à respectiva etapa do projeto, mediante a apresentação da documentação referente à titularidade das mesmas, revestida das formalidades legais;
 h) apresentar documentos da licitação
 i) apresentar o licenciamento ambiental para o empreendimento;
 j) apresentar o cronograma físico-financeiro do empreendimento;
 l) apresentar EIA e RIMA, conforme sugestão dos estudos ambientais preliminares, com manifestação do CRA;
 m) apresentar ART/CREA de projetos, execução e fiscalização das obras;
 n) antes da execução das adutoras, deverá ser apresentada autorização do DERBA para implantação da adutora na faixa de domínio da Rodovia BA - 365 .
 o) projeto executivo aprovado.

13.3.2 - Na existência de mais de um contrato de empreitada e/ou fornecimento, no âmbito deste contrato de financiamento, desde que devidamente caracterizada a inexistência de interdependência entre as obras, e a critério da CAIXA, as condições para início de desembolso poderão ser verificadas individualmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS

14 - A CAIXA poderá, a qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao MUTUÁRIO ou AGENTE PROMOTOR, suspender os desembolsos, na hipótese de ocorrer e enquanto persistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) mora no pagamento de importâncias devidas por força de qualquer contrato celebrado pelo MUTUÁRIO e pelo AGENTE PROMOTOR com a CAIXA, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;
 b) irregularidade de situação do MUTUÁRIO e/ou AGENTE PROMOTOR perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e perante o INSS;
 c) qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do MUTUÁRIO ou a capacidade de disposição de seus bens;
 d) inadimplemento, por parte do MUTUÁRIO e/ou AGENTE PROMOTOR, de qualquer obrigação assumida com a CAIXA no contrato;
 e) atraso ou falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos da CAIXA;
 f) alteração de qualquer das disposições das leis estaduais relacionadas com os empréstimos, com a execução e com o funcionamento do empreendimento financiado, que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado no contrato e nos demais a ele vinculados;
 g) na ocorrência de fato superveniente que venha afetar a fonte dos recursos - FGTS;
 h) inexistência de placas de obra no empreendimento, nos modelos fornecidos pela CAIXA;
 i) descumprimento das exigências constantes da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA;
 j) descumprimento do cronograma de execução de obras, em caso de contrapartida não financeira.
 k) A regressão do desempenho e eficiência na prestação dos serviços da EMBASA, conforme metas estabelecidas no "Acordo de Melhoria de Desempenho - AMD".

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VENCIMENTO ANTECIPADO/RESCISÃO

15 - Caso a suspensão dos desembolsos prevista na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas pelo MUTUÁRIO e pelo AGENTE PROMOTOR, constituem motivos de vencimento antecipado da dívida e rescisão do contrato, a critério da CAIXA, tomando-se, desde logo, exigíveis o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do Novo Código Civil, devendo a CAIXA, depois de constatada a irregularidade, notificar o MUTUÁRIO e o AGENTE PROMOTOR, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, também a critério da CAIXA, contados do recebimento da notificação, para sanar quaisquer dos casos abaixo:

- a) inexistência ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o financiamento concedido pela CAIXA;
 b) inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste contrato;
 c) constituição, sem consentimento expresso da CAIXA, de quaisquer outros ônus ou gravames sobre os bens dados em garantia;
 d) ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas em favor da CAIXA;

1. Bonifaz



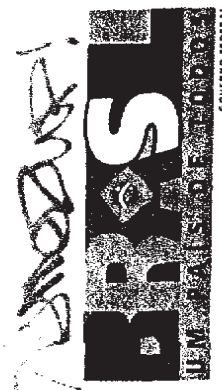
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SALVADOR

Valor do Investimento: R\$2.315.407,05
 Nº de famílias beneficiadas: 2.016
 Programa: Saneamento e vida
 Ação: Pró-Saneamentoq

OBRA FINANCIADA COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

CAIXA

**Ministério
das Cidades**



ADENSAMENTO DA BACIA DO ALTO CAMURUIGIPE

Valor do investimento: R\$ 2.232.279,12
Nº de famílias beneficiadas: 3.700
Programa: Saneamento e Vida
Ação: Pró-Saneamento

OBRA FINANCIADA COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

CAIXA

Ministério
das Cidades



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência, em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, resolveu alterar o número de membros da Comissão Mista de Saneamento, criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, aumentando-o de cinco para seis, e designam o Senador Demóstenes Torres (PFL) e o Deputado Colbert Martins (PPS) para integrarem a Comissão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex^a, na forma do art. 14, e depois ao próximo orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

Antes, porém, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença, na tribuna de honra do Senado Federal, do Padre Heraldo, do sertão de Alagoas; do ex-Prefeito de Santana do Ipanema, advogado Marcos David; do Prefeito Valdeci, de Ouro Branco; e de Maxwell. S. S^{as} estão visitando a Casa, dando continuidade àquela movimentação para que possamos votar a medida provisória que possibilita a renegociação da dívida dos agricultores do semi-árido nordestino.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei pelo bom andamento dos trabalhos.

Travamos, agora, um debate político de alto nível, sem agressão, sem citações desairosas a quem quer que seja, muito menos à Senadora Ana Júlia Carepa, por quem nutro muita simpatia e amizade.

Não entendo por que S. Ex^a suscita o art. 14. Será que o art. 14 teria esse uso regimental que S. Ex^a está querendo fazer neste momento? Dessa forma poderemos iniciar uma perturbação da ordem dos trabalhos desta Casa.

É a questão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Senadora invocou, pela citação, exatamente o art. 14 do Regimento Interno. O que comumente se tem feito nesta Casa, nessas oportunidades, é conceder a palavra. É claro que V. Ex^a terá direito à tréplica, se for o caso.

Peço apenas que V. Ex^a seja breve, Senadora Ana Júlia, porque o próximo orador já está pronto para fazer seu pronunciamento.

Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, quero dizer, Senador César Borges, que não pedi a palavra em virtude da sua citação, e sim por ter sido dada como exemplo de uma pessoa fanática. Quero deixar claro isso.

Quero dizer, de forma muito clara e tranqüila, o seguinte: primeiro, é interessante perceber que, quando o Governo Fernando Henrique administrava os recursos da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES, constava, nas placas, que eram recursos federais. Quando vejo na placa de obras do Estado do Pará a expressão “recursos do Governo do Estado”, seriam recursos do bolso do Governador ou recursos do povo? Ou seriam recursos exatamente recolhidos pela sociedade como um todo? Temos que ter mais seriedade nessa discussão.

Querem dizer que os recursos que estão sendo liberados não são administrados pelo Governo Federal? Claro que são! Agora, é óbvio também que todos os recursos, sejam federais, sejam estaduais, sejam municipais, vêm da mesma origem: o povo brasileiro. Então, não se pode dizer que um recurso, quando é do Governo Federal tal, pode ser do Governo, mas que, quando é do Governo Federal do PT, não pode, aí é do povo. Quando é no Governo do PSDB... Não pode haver dois pesos e duas medidas.

Os recursos liberados são muito maiores – queiram ou não queiram. Parece que as pessoas têm raiva da situação de que hoje há mais recursos liberados para saneamento e para energia elétrica, por exemplo.

O Programa Luz no Campo teve seus avanços e até funcionou em alguns Estados – a Bahia foi um deles –, mas ele foi limitado. Em quase quatro anos, o Programa Luz no Campo atendeu 600 mil famílias; em pouco mais de dois anos, o Programa Luz para Todos já atendeu mais famílias que isso. E o programa atual tem uma lógica que é diferente: o Luz para Todos tem como referência maior exatamente as comunidades mais distantes. Portanto, sua implantação é mais difícil, seu custo é mais alto. Sei o que representa a luz numa área ribeirinha de Igarapé-Miri.

Há diferenças imensas, sim, de recursos para saneamento, para o Luz para Todos, de critérios, porque a lógica é diferente. A lógica é das comunidades mais distantes para aquelas mais atendidas. A lógica não é como a de antes, quando se dizia que a universalização ocorreria em 2015 e começaria nas cidades onde há mais energia, sendo uma expansão da rede de energia. Não, é o contrário: começará pelo lugar mais distante.

Outro dia, inclusive, fiz uma observação na Comissão...

Segundo o Regimento, não posso conceder aparte, porque estou falando pelo art. 14.

Não sou fanática pelo Remo, time pelo qual torço, nem pelo Paissandu, que também defendo, por ser do Estado do Pará, realmente não me agrada o fanatismo, mas creio que temos que ser justos e reconhecer o crescimento do volume de investimento nessas áreas. É impossível não reconhecer isso.

O Luz para Todos faz muito sucesso. Hoje, só lá no Estado do Pará, mais de duzentas mil pessoas têm acesso a energia elétrica, apenas por meio do Luz para Todos, do Governo Lula. Diferentemente do que se disse, 65% é de recursos administrados pelo Governo Federal? Sim. E 15% são da concessionária e 10% do Governo do Estado? Sim. E 10% é financiamento do Governo Federal para a concessionária.

Então, quero dizer que temos que ter seriedade...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – ... dar a César o que é de César, meu querido Senador Cristovam. Temos que reconhecer que ainda precisamos caminhar muito. Mas não reconhecer ou tentar fazer com que as pessoas não reconheçam, exatamente porque o povo tem reconhecido esses investimentos, parece-me um pouco de dor-de-cotovelo de algumas pessoas.

É aquela história: não conseguiram fazer tanto quando governaram este País por muito mais tempo e agora ficam incomodadíssimas quando o povo reconhece o avanço que tem havido, mesmo com limitações – e as pessoas sabem que eu mesma reconheço as limitações –, neste Governo com relação às políticas sociais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP) – A palavra será dada ao Senador Cristovam Buarque. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço para me inscrever como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP) – V. Ex^a será inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

Vou fazer os registros devidos aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, numa República como a nossa, a eleição para Presidente da República é o momento de pensarmos o futuro, especialmente num país que sempre se assumiu como país do futuro.

Lamentavelmente, o que estamos vendo, faltando apenas quatro meses para eleição, é um debate em que o futuro parece não existir ou parece ser apenas a continuação do presente. Assistimos a um debate entre dois dos grandes candidatos em que não se vê diferença de perspectiva para o futuro. Não vemos o enfrentamento dos problemas fundamentais do Brasil, não apenas os deste momento, como a desigualdade, a violência, a corrupção, mas sequer daqueles de longo prazo.

Como o Brasil vai estar daqui a vinte ou trinta anos no cenário mundial num tempo de globalização? Como vamos fazer para garantir oportunidades iguais a todos os brasileiros? Qual o modelo econômico que será capaz de garantir sustentabilidade respeitando o meio ambiente, protegendo nosso patrimônio natural para gerações futuras? Como serão as relações de trabalho em um mundo onde o trabalho está sendo cada dia mais desnecessário? O debate sobre o Brasil que queremos não está sendo feito.

Temos, de um lado, esses dois grandes pólos de iguais discutindo como ajustar a taxa de juros, como vêem a taxa de câmbio que o Brasil deve ter, como enfrentar, manter ou mudar programas de assistência social, mas não estamos vendo o debate sobre o Brasil que nós queremos.

Na República, quando, a cada quatro anos, escolhemos um Presidente, é exatamente para pensar que futuro queremos para nosso país. É isso que o eleitor precisa ouvir para escolher na hora em que vota. Ele não vota entre um candidato com barba e outro sem barba, entre um com cabelo e outro careca. Não! Ele vota é na cara de um futuro ou na cara de outro futuro. Não estamos vendo esses futuros sendo trazidos para o debate.

Felizmente, temos uma candidata que traz um futuro, que é a Senadora Heloísa Helena. É preciso reconhecer que S. Ex^a formula um projeto para o futuro. Eu discordo do projeto porque ele parece desligado do presente. Temos, então, dois tipos de candidatos: os que só que pensam no presente e os que só pensam

no futuro, os que ignoram o futuro e os que ignoram o presente.

É preciso que tenhamos candidatos que assumam a responsabilidade de dizer “nós temos um desenho diferente para o Brasil do futuro” e tenham a responsabilidade de dizer “esse Brasil do futuro já começou”. Esse Brasil do futuro não é um sonho desligado da realidade de hoje. Esse Brasil do futuro tem amarras que dificultam a velocidade com que devemos caminhar. Já que está na hora da Copa, vemos nossos jogadores, no treino, correndo amarrados, para desenvolverem mais força nas suas pernas. Se cortarmos aquelas amarras, eles cairão.

Assim também o Brasil não pode, de repente, cortar essas amarras. Temos de levar em conta de que temos dificuldades nas relações internacionais, nas contas do setor público, que devem ser administradas com cuidado, na medida em que sabemos para onde queremos ir.

Não estamos vendo esse debate, Senador Ramez Tebet, a quem concedo o aparte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque, é sempre um prazer imenso ouvir V. Ex^a, que faz um pronunciamento à altura da sua própria grandeza e à altura do conceito de que V. Ex^a goza perante o País. Eu só quero dizer – V. Ex^a já afirmou isso – que nós não temos projeto de desenvolvimento para nada. Nós estamos vivendo em um improviso, Senador Cristovam Buarque. Há uma improvisação. Nós estamos vivendo o dia-a-dia, o nosso dia-a-dia. Precisamos ter um projeto de desenvolvimento também para agora, porque nossos filhos não podem esperar. Nós não podemos fazer um projeto de desenvolvimento utópico.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Daí V. Ex^a ter afirmado que um projeto de futuro para o Brasil envolve o presente também. E nós não temos projeto nenhum de desenvolvimento para o presente. Não temos uma política industrial, não temos uma política agrícola, não temos uma efetiva política habitacional para o País, para resolver o problema daqueles que não têm casa própria. Nós estamos engatinhando no processo educacional, no qual V. Ex^a é mestre.

Falta qualidade no ensino. Falta melhor aperfeiçoamento dos professores. A saúde está capenga no País – e quanto está capenga a saúde no País! Precisamos reconhecer isso. Precisamos de um projeto de desenvolvimento. É preciso agir imediatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Esse é o meu pensamento. Daqui a vinte anos, tudo bem, mas temos que dar o primeiro passo agora, para, daqui a vinte anos, sonharmos. Stephen Zweig, escritor austríaco conhecido de V. Ex^a, que faleceu no Brasil, era otimista em relação ao Brasil e escreveu até o livro “Brasil, País do Futuro”. Mas vamos ficar falando “Brasil, país do futuro” até quando? Por quantos e quantos anos vamos ficar falando isso? Temos que falar sobre o Brasil de agora! O Brasil do futuro deve começar agora, deve começar com um grande debate, e o processo eleitoral tem, como disse V. Ex^a no início do seu pronunciamento, que se desdobrar nesse sentido, sob pena de estarmos fraudando o desejo da nossa população, de estarmos boicotando o exercício da cidadania. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Ramez Tebet, e quero dizer que não podemos saltar o futuro, tampouco ficar patinando no presente. E a combinação do futuro com o presente, do sonho com a realidade, da utopia com a aritmética é o desafio para os candidatos a Presidente mostrarem que têm propostas. Devem mostrar aonde ir e como chegar lá.

Lamentavelmente, insisto, não estamos vendo esse debate, não estamos vendo nem a proposta do futuro nem o como chegar lá.

Mas o PDT – quero afirmar aqui – terá candidato a Presidente com uma tarefa muito clara: mostrar que não basta ficar no presente e que não adianta querer chegar voando ao futuro.

Não há utopia sem a aritmética, nem há aritmética sem futuro. Queremos trazer um debate mostrando que é possível, Senadores, fazer a transformação social com responsabilidade econômica; não apenas com assistência social, não apenas com programas necessários de manutenção do quadro, com programas de emancipação. Programas de emancipação não podem estar soltos no ar; devem estar vinculados à realidade e às limitações do presente.

Vamos trazer um projeto porque entendemos que é responsabilidade de todos os partidos apresentar propostas e, para isso, ter candidatos. Lamento que partidos até mesmo ideológicos não se aliam a outros Partidos, que é a opção correta, nem lançam candidatos. Com medo das dificuldades conjunturais de elegerem Deputados, eles se alienam do processo do debate.

Volto a insistir no meu elogio à opção do P-Sol, que, correndo risco sério de chegar ao próximo ano sem representação nesta Casa, com a proporção de votos que tem hoje para a Heloísa Helena, sabendo que não se transferem os votos da Presidência para o

Deputado. Mesmo assim, em nome de uma utopia, em nome de um projeto, como o PT sempre fez, Senador Eduardo Suplicy, quando lançava a sua utopia, o seu projeto, sem querer saber o resultado conjuntural ou circunstancial de quantos Deputados seriam eleitos, reconheço que, nesse sentido, o P-SOL está dando um exemplo ao Brasil, de que outros Partidos ideológicos estão abdicando, abandonando e fugindo.

O PDT não vai abdicar, não vai fugir e não vai abandonar. Imaginem Brizola não ter candidato a Presidente, fosse ele ou outro que ele apoiasse, como já ocorreu ao apoiar Lula e ao apoiar Ciro Gomes. Ele não foi candidato, ele não tinha esse apego de ser ele necessariamente o candidato. Mas ele jamais abdicou de ter um candidato, porque ele tinha um projeto, tinha uma proposta.

Vamos trazer, sim, a proposta de como será o Brasil, defendendo sua nacionalidade num mundo global. Não adianta ignorar a realidade da globalização, nem querer que o Brasil se dilua nela.

Vamos, sim, trazer projetos de como é possível ter um desenvolvimento econômico convivendo com o meio ambiente. É bem capaz que isso não traga votos, é até capaz que isso tire votos, mas tira hoje. Porém, em 2010, em 2014, em 2018, outros virão, como fez o PT, e vão trazer a transformação do sonho em realidade política.

Hoje, o que queremos é transformar a realidade econômica e social num sonho de uma sociedade que seja, ao mesmo tempo, justa, soberana, sustentável e eficiente. Trata-se de um sonho antigo que não podemos abandonar. Aparentemente, no debate hoje entre os dois candidatos principais, a impressão é de que abandonaram o futuro, estão presos às circunstâncias de hoje. Da mesma maneira, o P-Sol parece estar preso aos sonhos e ao futuro, ignorando as amarras do presente. Da mesma maneira, outros partidos estão abandonando esse debate, estão fugindo do debate por causa das circunstâncias locais e da cláusula de barreira.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque, primeiro, V. Ex^a sabe das raízes comuns que ambos temos e, sobretudo, que nos levaram a ser membros do Partido dos Trabalhadores. Quero expressar o respeito que tenho pela decisão que V. Ex^a acabou tomando. Sabe da recomendação que lhe fiz no sentido de considerar bastante, pensar, porque preferiria que continuasse no Partido dos Traba-

lhadores. V. Ex^a sabe, portanto, que continuo no Partido dos Trabalhadores e que estarei apoiando o Presidente Lula como candidato a Presidente se Sua Excelência confirmar a sua candidatura. Avalio como importante a disposição de V. Ex^a de contribuir com proposições e idéias, o que vai enriquecer o debate na sucessão presidencial. Era um registro que gostaria de fazer. V. Ex^a, como Senador, tem uma função importante ao presidir a Comissão de Direitos Humanos, tendo em vista a situação atual de grande relevância, qual seja, o fato de a Comissão de Direitos Humanos ter aprovado, semana passada, a constituição de uma Comissão para acompanhar, para ajudar no diagnóstico de todos os problemas que resultaram naquela erupção na região metropolitana maior do Brasil, em São Paulo, envolvendo não apenas a Capital, mas praticamente o Estado, com ramificações em outros Estados.

Ao concluir, quero dizer o quão importante será essa Comissão. Gostaria de propor a V. Ex^a – hoje já dialogamos sobre isso – que pense bastante sobre a melhor maneira de essa Comissão realizar um trabalho com frutos importantes, dando relevância à Comissão presidida por V. Ex^a e a nós que queremos colaborar com V. Ex^a nesse diagnóstico sobre o porquê de tanta violência, da superlotação das prisões e sobre o que fazer diante do narcotráfico, dos PCCs e assim por diante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, e já comentei que vamos fazer uma reunião amanhã da Comissão, para começarmos os trabalhos. V. Ex^a, não sei se propositadamente ou não, trouxe para mim um exemplo de um candidato, de uma candidatura que discuta o assunto preso ao presente e ao futuro em relação à violência, por exemplo.

Há duas maneiras de cuidarmos da violência: uma é ignorarmos que hoje há bandidos na rua e dizermos que, com base na educação, amanhã teremos uma sociedade pacífica completamente. Essa é uma posição absurda daqueles que acham que é possível saltar ao futuro. A outra é daqueles que, presos no presente, acham que o problema é apenas colocar os bandidos de hoje na cadeia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O que vamos trazer, o PDT, Senador Arthur Virgílio, é uma proposta de como é possível ter, daqui a algumas décadas, uma sociedade pacífica, sem banditagem, mas sem ignorar que na realidade de hoje há bandidos – alguns presos e muitos soltos – ameaçando o dia-a-dia do cidadão.

Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria que mantivéssemos, além das raízes comuns, os sonhos em comum, sabendo que é possível construir, por exemplo, no caso da violência, uma sociedade pacífica. Não esqueçamos que hoje a sociedade é violenta e precisa de ações diretas para enfrentar a violência.

O que eu digo com relação à violência serve para qualquer outro problema. Há aqueles que cuidam somente do presente, os que cuidam somente do futuro e aqueles que querem ser uma ponte construindo um novo Brasil, sem ignorar a realidade que traz amarras no presente.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Cristovam Buarque, eu parabeno V. Ex^a pela iniciativa e digo que na minha Bancada não tenho o hábito, como Líder, de me auto-indicar para nada. Deixo, primeiro, todos os Senadores escolherem e optarem. Havia uma vontade muito grande de muitos dos meus colegas Senadores tucanos de participarem dessa iniciativa. Eu pedi a eles, hoje, que me deixassem participar pessoalmente. Quero dizer a V. Ex^a que integro a comissão representando o meu Partido. Quero tornar bem clara a preocupação com esse tema que não pode ser tratado eleitoreiramente ou levianamente. Sinto que seria uma opção minha não estar nisso. Portanto, parabeno V. Ex^a novamente, e digo que estarei ao seu lado e com os demais Senadores nessa comissão externa para São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu agradeço que o Senador Arthur Virgílio tenha assumido a posição de ele mesmo estar presente, como eu também vou estar, como Presidente da Comissão.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Peça mais dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Certo, não há problema, V. Ex^a os terá. Apenas faço o apelo porque haverá sessão do Congresso em seguida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Gostaria de mostrar, por esses dois comentários, como é difícil falar do futuro no Brasil de hoje, como o presente consome o nosso dia-a-dia e como alguns esquecem que existe esse presente.

Vamos ter candidato, Presidente Romeu Tuma, porque queremos trazer sim para o debate nacional a necessidade de um outro Brasil, mas queremos trazer para o debate nacional o caminho para chegar nesse outro Brasil. E queremos definir esse caminho levando em conta as amarras, que não podemos ignorar, do presente.

Não vamos nos abster, em razão dos riscos eleitorais e mesmo da cláusula de barreira, não vamos abdicar do que Brizola nos deu como exemplo: pensar o Brasil por inteiro, e não os Estados individualmente. E o Brasil do longo prazo, e não apenas o Brasil de hoje.

Vamos trazer a proposta que permita um concerto, com “c”, do Brasil, concerto de maestro; levando em conta a necessidade de concertos com “s”, dos concertos de mecânicos, que precisamos para a realidade de hoje.

Não vamos fugir dessa luta. Não vamos nos abster diante das exigências e do debate de que Brasil queremos, como construí-lo e como sair das amarras de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por cessão do Senador José Agripino, orador inscrito pela Liderança.

Eu gostaria de lembrar que o Presidente pediu que fôssemos breves porque às 19h S. Ex^a abrirá a sessão do Congresso, conforme está na agenda.

Com a palavra a Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador José Agripino por ter cedido este momento para que pudéssemos fazer o nosso pronunciamento.

Nos permanentes contatos que mantenho com o interior de meu Estado, pode-se dizer que temos um retrato seguro do País no que diz respeito à indignação geral em relação ao momento brasileiro e à imperiosa necessidade de estabelecer severas mudanças capazes de debelar a grave crise que hoje afeta o conjunto das instituições.

Semana passada, em visita ao Município de São Luís dos Montes Belos, em Goiás, fui premiada com uma análise sincera e direta, de autoria do digníssimo Professor Aparecido José dos Santos, Presidente do Diretório Municipal do PMDB. A mensagem, com certeza, expressa o sentimento do nosso povo sobre os rumos do País. Passo, agora, a reproduzi-la aqui desta tribuna, como testemunho do descontentamento que assola esta Nação:

O Brasil precisa, urgentemente, retomar o caminho da normalidade. O Brasil precisa de uma retomada de posição nos quadros dirigentes das instituições públicas.

O Brasil precisa, urgentemente, da postura política de seus gestores. O Brasil precisa de governan-

tes de posição firme, clara, definida, de espírito livre de ideologias.

O Brasil precisa de governantes de espíritos desarmados, independentes e democráticos. O Brasil precisa de governantes que tenham autoridade não pela força, nem pelas ameaças ou chantagens, mas pela retidão de postura, de comportamento, pelo caráter zeloso no cumprimento do seu dever de cidadão e de homem público.

Chega de salvador da Pátria! Chega de corporativismo! Chega de “idealismo” barato e interesseiro! Chega de bravatas e verborreias!

Urge a necessidade de um choque de qualidade na gestão administrativa do País, com as seguintes providências, dentre outras:

1. Desarmar a “orgia” pública.

2. Desarticular a corrupção, dando exemplo de serenidade e de respeito pelo contribuinte.

3. Desarmar a ambição desenfreada dos gestores públicos e de diretores de empresas, etc.

4. Fazer ver a todos, por meio de bons exemplos do governo, que ser correto e responsável é prazeroso, gratificante, e faz a alegria e a gratidão do povo.

O Brasil precisa de gestores públicos comprometidos com a justiça, e não de feitores, como está acontecendo: de um lado, os burros de carga, que são os trabalhadores, produtores e comerciantes, abastecendo os cofres do governo com suor e até o sangue de seus esforços; do outro lado, a farra dos gestores. De cada milhão arrecadado, apenas cem mil são aplicados, os outros novecentos mil ficam retidos nos ralos da corrupção, saciando a gula dos gestores e seus confrades.

O Brasil precisa de uma pessoa despojada de ambições desenfreadas, alguém de espírito humano desapegado das vaidades ideológicas ou corporativistas. Qualquer brasileiro livre e de bons costumes e com formação humana e acadêmica mínima pode governar este País com grande chance de ser bem sucedido. (...)

O espaço está aberto para quem tiver a coragem de assumir esta postura política.

Sr. Presidente, a reprodução desta mensagem de um professor do interior do País, envolvido diariamente com a realidade brasileira, comprova que há um clamor nacional por modificações profundas no comportamento dos agentes públicos, para que restauremos o Brasil, recuperando a credibilidade ferida de morte por tantos escândalos.

O pior de todos os comportamentos, o mais inaceitável, é aquele em que os agentes públicos avaliam que o povo brasileiro não está acompanhando de perto a crise – o que garantiria a continuidade de todos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Concedo, com o maior prazer, um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Iris de Araújo, é brilhante o pronunciamento de V. Ex^a, do qual até peço uma cópia. Fico impressionado com o tom que V. Ex^a imprime a ele. V. Ex^a diz o que o Brasil precisa de um homem público inteligente, competente, uma pessoa preparada, capaz, que realmente faça com que o Brasil cresça. V. Ex^a coloca, com muita lucidez, que o Brasil precisa de um choque de gestão, de uma chacoalhada. O Brasil precisa gastar mais em investimentos, precisa gastar mais com as pessoas e não com a máquina pública. Parabéns pelo seu pronunciamento. Até quero pedir ao Líder, Senador Arthur Virgílio, um espaço para V. Ex^a na nossa liderança. O discurso que a Senadora Iris de Araújo está fazendo é brilhante. Ela chama a atenção do Governo para as necessidades do Brasil; diz que não temos mais condição de continuar convivendo com as pessoas que hoje, no Governo, estão levando o nosso Brasil ao caos. O Brasil, realmente, precisa de um choque de mudança, de um choque de gestão para voltarmos a crescer. Parabéns, Senadora!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador.

Senador Leonel Pavan, nada mais sou aqui que o retrato do que vejo lá fora, do que sinto. Se eu não puder representar desta tribuna o sentimento do meu povo e, neste momento, de um simples professor do interior, que, com muita propriedade, reforça o sentimento de indignação do povo brasileiro em relação ao que está acontecendo no mundo político, não teria sentido ser sua representante.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Iris, o Senador Leonel Pavan expressou, mais que o sentimento do meu Partido, o sentimento da Casa. V. Ex^a teve uma passagem pelo Senado, antes desta, que deixou de fato saudades. Deixou a imagem da respeitabilidade, da cordialidade para com os seus colegas, para com os seus companheiros de trabalho, de labuta e, além da sensibilidade de mulher atenta à questão social do País, a marca da independência que, desta feita, volta mais evidente do que nunca. Da última vez em que V. Ex^a subiu à tribuna para fazer um pronunciamento de porte, como ocorre no Grande Expediente da Câmara – aqui não o chamamos assim –, seu discurso chamou primeiramente a atenção de um Senador, se não me engano do Senador Antonio Carlos; depois, se não me engano, do Senador José Agripino,

eu próprio, Senador Tasso Jereissati, Senador Romeu Tuma. Ou seja, nós todos fomos nos alertando para o seu discurso independente, altivo, e a apartamos em sinal de aprovação e admiração. Volto a repetir o gesto. Meus parabéns.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a o oportuno aparte, que enobrece o meu pronunciamento.

Continuando meu pronunciamento.

Tenho a nítida certeza de que a resposta a todo esse cenário de desvios será na dada no momento certo e que somente sobreviverão aqueles que realmente estejam dispostos a doar o melhor de si para construir uma Nação limpa, uma Nação justa, uma Nação que honre a grandeza de seu maravilhoso povo.

Já passou a hora de o Brasil celebrar uma postura de tipo realmente novo, que resgate as esperanças de seus cidadãos, colocando-nos num caminho de harmonia e de prosperidade. É inaceitável, Sr. Presidente, que uma pátria com tamanhas potencialidades ainda exiba ao mundo as cenas degradantes da corrupção, da violência, do estrelato do crime organizado, da morte nas filas de hospitais, do atraso educacional, do caos na infra-estrutura, da destruição das rodovias e da falência da agricultura.

Não é possível que não sejamos capazes de dar um basta a essa cultura destrutiva herdada, geração após geração, sem que exista um líder sequer capaz de expressar, com honestidade e singeleza de propósitos, os anseios de um povo que tão-somente aspira à paz e à normalidade para que possa trabalhar e produzir.

Com toda a sinceridade, os três Poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – precisam parar de atrapalhar a vida de nosso povo! Isso seria o mínimo exigível, porque, na realidade, o de que precisaríamos seria um choque institucional de dimensão que mexesse na essência de uma Nação destrocada em seus valores e que continua a reproduzir métodos de conduta absolutamente condenáveis do ponto de vista do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A atual crise não é puramente política e econômica. Ela é muito mais profunda. Alicerça-se nos fundamentos da formação nacional. Ampara-se em leis sinuosas, cuidadosamente montadas para eternizar a impunidade.

Tem a cumplicidade das corporações. Mantém-se, há décadas, graças ao poder do dinheiro de grandes grupos econômicos que tudo podem.

De uma maneira terrível, esses “desvalores” buscam inserir-se na alma do povo, tentando-nos convencer de que tudo é parte do jogo, de que não vale

a pena lutar, de que o melhor é se juntar e perpetuar o sistema.

Entretanto, Sr. Presidente, a mensagem de um digno professor do interior deste País, São Luiz de Montes Belos, interior do Estado de Goiás, que li aqui, o Professor Aparecido José dos Santos, demonstra que esta situação chegou ao limite: está na perigosa linha que separa a nossa secular tolerância da nossa indignação – aquela que, como confirma a História, pode muito bem ser explosiva!

Creio que o povo não dorme em berço esplêndido e que logo, logo reagirá com a legítima arma de que dispõe: o voto, que simboliza o início de uma nova etapa da vida brasileira que, esperemos, seja a da restauração, a etapa da renovação, da reconstrução.

Em nome da esperança, era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Iris de Araújo, a liderança que V. Ex^a procura está na personalidade do discurso que acaba de proferir. Que Deus a abençoe e guie seus passos!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Faço um apelo para os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio no sentido de que sejam breves, em razão de eu ter que encerrar esta sessão às 19 horas. Portanto, vou dividir entre os dois o tempo restante.

Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, inicialmente, render as minhas mais sentidas homenagens à Dona Regina Napoleão. Uma *lady* que conheci pessoalmente, com quem tive o prazer de privar de amizade pessoal e que faleceu hoje, pela manhã. Era esposa do Embaixador Aluisio Napoleão, pai do líder a quem sucedi nos quadros do Partido da Frente Liberal, no Senado, Hugo Napoleão.

Dona Regina era daquelas figuras, Senador Arthur Virgílio, que não se fazem mais. Pequeninha, cheia de energia, elétrica, opiniosa, centrada, racional e que tinha uma rara qualidade, a de ser muito devotada às causas que lhe interessavam e ao sentido de responsabilidade que levou ao extremo ao criar o filho único, Hugo Napoleão.

Diria que a personalidade do colega Hugo, o estilo cordato, fidalgo, é parte do Embaixador Aluisio Napoleão, mas é em imensa parte devida à carga genética de D^a Regina, que se foi. Imagino a dor. Vou ter a oportunidade de abraçar daqui a pouco o Embaixador Aluisio Napoleão, que deve estar inconsolável. Já tive oportunidade de falar com o Hugo, vou vê-lo

e vou abraçá-lo para manifestar aquilo que da tribuna do Senado faço com tristeza, a minha homenagem pessoal à mãe do colega, do ex-Líder, ex-Senador Hugo Napoleão, D^a Regina Napoleão.

Sr. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, fizemos hoje uma reunião, a primeira reunião do conselho político da candidatura de Geraldo Alckmin. Uma reunião produtiva, uma reunião sensata, equilibrada, franca, muito sincera, que produzirá, com certeza, conseqüências práticas e positivas para a candidatura de um homem que é, acima de tudo, decente.

Tive a oportunidade de fazer um comentário sobre um fato em que toquei apenas de relance no pronunciamento de ontem e que está hoje em manchete de um dos principais jornais do País, o jornal **Folha de S. Paulo**. Eu quero me referir à qualidade de Governo. Eu acho que os brasileiros, que em outubro vão votar, a partir de um certo momento, vão fazer a reflexão mais profunda, vão votar em si próprios, no futuro de suas famílias. Vão entender que nem todos são corruptos e que se são todos corruptos vão votar no corrupto que é um de nós. Tem muita gente pensando assim, imaginando dar o voto a Lula, o homem do mensalão, do Marcos Valério, do Delúbio, do José Dirceu, desse mundo de gente corrupta e que continua impune.

Alguns vão ser punidos e outros, não. Mas o brasileiro comum vai terminar fazendo a reflexão que – eu tenho certeza – a força dos fatos vai levá-lo a fazer: o que é melhor para ele, para sua família, em matéria de voto. E aposta no futuro.

Senadora Lúcia Vânia, governo de qualidade é o governo que promete e faz. É governo que não governa com *marketing*, com propaganda: governa com fatos. As pessoas vão terminar acordando para perceber que têm de acreditar no que vêem e não no que ouvem dizer. Eu quero me referir à manchete do jornal de hoje que foi objeto de menção que fiz ontem: um milhão de acampados que estão nos registros do Incra como atendidos no Programa de Reforma Agrária.

Senador Arthur Virgílio, eu não sei se no seu Amazonas acontece o que acontece nas estradas do meu Nordeste. Senador Garibaldi, V. Ex^a sabe que, quando viajamos pelo interior do nosso Estado, passamos por aquelas dezenas de barracas cobertas de lona, com paredes de taipa e aquela bandeira vermelha que há meses estão no mesmo lugar. São os acampamentos dos sem-terra. Ou são invasões, ou são acampamentos de pessoas para as quais o Incra já chegou. Chegou com a estatística! Aquilo é um milhão de pessoas acampadas.

Senadora Lúcia Vânia, no fim do Governo passado, eram 60 mil famílias acampadas; 60 mil famílias é muita gente, mas eram apenas 60 mil. Agora, são 230

mil famílias acampadas. Não são assentadas. Não são pessoas atendidas com um pedaço de terra e com a tecnologia agrícola, com o crédito, com financiamento para compra do instrumento agrícola, para a energia elétrica do seu pedaço de terra, para perfuração do cacimbão ou do poço profundo, para construção da casa ou do armazém, para fundação da safra. Não. Não estamos falando de um milhão de assentados; estamos falando em um milhão de acampados, aos quais estatisticamente se estendeu a mão com reforma agrária, mas a eles não se deu a oportunidade prometida por escrito de construir uma vida digna a partir de uma vocação: trabalhar a terra.

Agora, o pior de tudo: estão anunciando que vão, Senador Ramez Tebet, dar a cada um do milhão de acampados – e não assentados, porque assentado não precisa de caridade; assentado quer crédito – em vez da cesta alimentar, do óbolo, da esmola da cesta alimentar... É bom que se dê, mas é bom que se cumpra a palavra que se dá. E o que se prometeu foi fazer assentamento e transformar aquele que não tinha terra ou o sem-terra num proprietário com condições de produzir, não de ele ser um acampado para aparecer nas estatísticas como atendido. Atendido coisa nenhuma!

E agora querem humilhá-lo, agora é a hora da humilhação! Eles vinham recebendo uma cesta de alimentos. Agora, querem inscrevê-los no Bolsa-Família. O MST está reagindo: “Negativo! Bolsa-Família, não, porque Bolsa-Família gera dependência”.

Senador César Borges, sabe o que eu depreendi da manifestação – estava no final da matéria da **Folha de S. Paulo** – do MST, que não aceitava a Bolsa-Família, porque gerava dependência? Eu depreendi claramente que o MST estava falando em compra de votos. Quem está falando não sou eu, é o que eu li da declaração do Líder do MST. Bolsa-Família, não! Nós queremos o cumprimento do que foi prometido: um pedaço de terra com financiamento para que a terra possa ser lavrada e da terra se possa tirar o sustento. Bolsa-Família significa o aprisionamento da pobreza, é porta de entrada sem saída. Ele disse: “Não”. Aí eu depreendi que ele disse não à compra de votos que o Governo está pretendendo para o milhão de acampados, para o milhão de enganados, para o milhão daqueles que são objeto da política de *marketing* e propaganda do Governo.

Veja que coisa perigosa estamos vivendo. Temos hoje 9 milhões de pessoas no Bolsa-Família. Beleza de programa, ótimo. Contudo, não é novo. Já vem de muito tempo, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso. É a junção do Bolsa-Escola, do Vale-Gás, de uma série de programas que foram juntados e que

ensejaram o Bolsa-Família, mas que tem de ser complementado com um programa de geração de emprego e renda, de qualificação profissional, de educação, para que se ofereça à pessoa que é pobre, que é sofrida, a oportunidade de melhorar na vida, de deixar de ser pobre. O Bolsa-Família não deve significar um instrumento de prisão na pobreza. É preciso aperfeiçoar esse programa.

O que li hoje é a sacramentação de porta de entrada sem porta de saída, pela vertente de uma política equivocada no campo. Não são um milhão de assentados, são um milhão de acampados aos quais se quer dar o grilhão da dependência pelo Programa Bolsa Família. E o MST reage, reage com muita razão. E aqui quero me solidarizar com a reação do MST. Vamos dar a eles aquilo que o Governo do PT prometeu, a terra e as condições para que, com dignidade, tirem da terra o seu sustento. E não lhes oferecer o grilhão para ficarem aprisionados. Essa não!

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, pediria que V. Ex^a, se possível, não concedesse mais aparte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concluso.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço um aparte só por um minuto, depois.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador José Agripino, V. Ex^a na tribuna, como sempre faz, está refletindo uma realidade: o não cumprimento de promessas. Mas, há algo pior. Acho que V. Ex^a ainda não chegou num ponto que reputo importante. Os acampamentos estão se constituindo, no Brasil, numa favelização. Isso está implícito no discurso de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Favelização rural.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – É claro. Mas, está também, Senador José Agripino, impedindo as estradas porque esses acampamentos rurais estão à beira de estradas, alguns já no acostamento de estradas.

Veja a gravidade do problema. E, mais ainda, queria acrescentar ao discurso de V. Ex^a: por conhecimento próprio eu sei – e quem mora em Mato Grosso do Sul sabe – que pelo menos lá no meu Estado uma grande maioria de pessoas que está acampada vai de automóvel aos acampamentos nos finais de semana, ou quando estão prestes a receber a cesta básica. Eis a gravidade do problema. Quer dizer, são pessoas que têm profissão, que trabalham, montam lá uma lona, ocupam um espaço proibido por lei apenas para receber a cesta básica. Não são sem-terra, nunca trabalharam numa propriedade rural. São pessoas que têm em-

prego nas cidades e fazem isso, Senador. Então, veja a propriedade do seu discurso, veja a propriedade do seu pronunciamento, veja o País inteiro a gravidade do assunto que V. Ex^a, com tanta propriedade, está abordando. Quero cumprimentar V. Ex^a, porque realmente é isso que está acontecendo no campo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a, que é do Mato Grosso do Sul, homem ligado ao campo, à produção, capaz de prestar o depoimento que acaba de prestar, um depoimento que tem que ser, no mínimo, entendido como verdadeiro.

Ouçõ com prazer o Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Gostaria de enfatizar a observação do amigo e Senador Ramez Tebet, uma das pessoas mais ilustres deste Senado Federal e do Brasil e que nos orgulha sempre pelos posicionamentos e pelas reflexões que faz. Tudo aquilo que S. Ex^a mencionou, Senador José Agripino, sem dúvida, deve ser combatido. Não se admite que situações descritas pelo Senador Ramez Tebet aconteçam. Contudo, ao mesmo tempo, temos de lembrar que, junto com o combate a distorções do processo de reforma agrária, vemos que o processo de reforma agrária está acontecendo no Brasil. Milhares de pessoas estão sendo assentadas com toda a infra-estrutura, em termos de luz, de estrada, de acompanhamento técnico, de compra de produtos. Inclusive acompanhei, outro dia, assentados que estavam indo ao Ministério do Desenvolvimento Social apresentar um problema, porque a produção de arroz daqueles assentamentos ultrapassou, e muito, toda a expectativa que poderia haver em relação àquele aspecto. Então, o problema era que eles tinham produzido demais, ou seja, fruto da reforma agrária, metas sendo cumpridas pelo atual Governo, tendo também toda uma questão social envolvida nisso. Distorções têm que ser combatidas, como aquelas que aconteceram em relação ao Bolsa Família – sabemos que acontecem. São dez milhões de Bolsas Famílias no Brasil. Se pensarmos em 0,5% dos dez milhões – o que seria um percentual baixo, vamos imaginar, não acontece tanto – seriam cinqüenta mil denúncias que apareceriam.

Acho que não existem cinqüenta mil denúncias, porque há o Portal da Transparência. Eu só gostaria de fazer uma observação para V. Ex^a, Senador José Agripino, com toda amizade e respeito, porque também admiro V. Ex^a pela persistência, pela coerência e pelo debate que faz. O Bolsa Família tem porta de entrada e porta de saída – tem que ter porta de saída. Oxalá – e tem que ser assim – cada vez mais aconteça a saída das pessoas ingressando no trabalho, na qualificação que V. Ex^a mencionou, no acesso aos recursos. Quero

dar somente um exemplo para mostrar como tem porta de saída. Uma das exigências do Bolsa Família é de que o filho esteja na escola. É uma das contrapartidas. Hoje já existe todo um sistema de levantamento, no Brasil, para saber que crianças estão na escola. E 98% das crianças pertencentes às famílias do Bolsa Família estão na escola. Então, se queremos um Brasil diferente, só esse aspecto contribuiria – há outras questões, naturalmente – decisivamente para a mudança do Brasil. Nós devemos pensar o tempo todo sobre quais são as distorções e onde precisa ser melhorado e aprimorado, para que o Brasil vá para a frente.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, em seguida, Senador Pavan. Vou responder rapidamente ao Senador Flávio Arns, que muito me honra com os seus permanentes apartes e por quem tenho um especialíssimo apreço.

Senador Flávio Arns, é muito bom a gente falar que um programa vai bem. Mas existem exceções. Mas, exceção do tamanho de um milhão? Um milhão é regra! Um milhão de acampados? Um milhão é a regra!

Estou aqui para, como V. Ex^a, denunciar para corrigir, para que o Governo, que trabalha com *marketing*, trabalhe com palavra, que prometa aquilo que pode fazer e não que leve para as beiras de estradas ou para locais ermos um milhão de pessoas que estão acampadas, passando, como o Senador Ramez Tebet aqui colocou com muita propriedade, enorme necessidade e todo tipo de privação ou provação.

Há até as exceções a que ele se refere: os que vêm buscar a cesta ou vão agora tentar buscar o Bolsa Família de automóvel. São distorções das distorções. Mas eu me refiro a um milhão de acampados. Não é a exceção, é uma regra.

Outro fato: as denúncias a que V. Ex^a se refere, ou melhor, a porta de saída a que V. Ex^a se refere, ainda bem que existe imprensa livre e existe a oposição vigilante, porque, se não existisse imprensa livre e oposição vigilante, estaria ocorrendo o que ocorreu há um ano e meio, dois anos atrás, denunciado por programa de televisão, onde, às toneladas, os inscritos do Programa Bolsa Família não estavam de maneira nenhuma participando da escola, estavam indo diariamente à escola como deveriam ir.

A partir da fiscalização e da denúncia, foi iniciado um processo de correção do programa. Ainda bem que este País tem imprensa livre e oposição para enquadrar o malfeito.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Agripino...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Leonel Pavan, pediria que fosse rápido, porque já estouramos todo o tempo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Bem rápido. É que este debate é de extrema importância, até porque a imprensa, a mídia nacional está discutindo muito essa questão e é um tema muito importante para o Brasil. Queria, Senador Agripino, primeiro cumprimentá-lo, como sempre um brilhante Senador, sempre com pronunciamentos que realmente trazem soluções ou, pelo menos, mostram caminhos para o Governo. Dirijo-me ao meu amigo, Senador Flávio Arns, pelo qual tenho uma imensa admiração. Quero concordar com ele que o Governo está fazendo uma minirreforma agrária e alguns assentamentos. Só que não se pode abrir uma porta e fechar outra. Todas as pessoas que necessitam de terras, de casas para serem assentadas, para serem assistidas, são oriundas do próprio projeto do PT do passado. O Lula dizia assim: “Estes são meus filhos e com estes eu sei lidar”. No entanto, estamos vendo aumentar o número de pessoas na beira das estradas, estamos vendo aumentar o número de famílias embaixo de lona. Então, concordo com ele quando diz que estão sendo feitos assentamentos. No entanto, na outra ponta, estão surgindo milhares, muito mais do que os assentados. E por que estão surgindo? Porque não existe uma política do outro lado para conter. Então, atende aqui, construindo uma casa, dando um terreno e, no entanto, não atende o outro lado, quando os agricultores estão indo embora do campo quando os agricultores estão indo embora do campo, estão vendendo suas terras, estão perdendo tudo para os bancos. Não têm mais como produzir, não têm incentivo do Governo; então acabam entregando sua roça para quem emprestou dinheiro ou vendendo-a por mixaria. Dizem: – Bom, eu vou para a beira da estrada. Com isso, eu vou ganhar uma cesta básica e o Governo vai me dar outro terreninho. Então, o número de pessoas à procura de projetos clientelistas e sem solução de resultado positivo é maior do que os atendidos. Claro! Isso é verdade! Se o Governo está atendendo aos necessitados, como estão surgindo mais? Como é que o número de pessoas à beira das estradas é o triplo do que no passado? É porque não há uma política consistente. Atende aqui e abandona na outra ponta. Lamentavelmente temos que concordar com o fato de que, se existe um assentamento, se existe um programa, o número de necessitados deveria diminuir. Mas, infelizmente, está aumentando. O Governo não consegue fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Pavan. Dada a exigüidade de tempo e o fato de que o aparte de V. Ex^a fala por si só, não precisa

de comentário de minha parte, porque ele é absolutamente esclarecedor. Agradeço, porque ele enriquece a minha manifestação.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Garibaldi Alves Filho, para encerrar, Sr. Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Senador José Agripino, quero acrescentar, se V. Ex^a me permite, uma outra preocupação à preocupação muito legítima de V. Ex^a. Inquieta-me a situação dos acampados. Nós também somos testemunhas daqueles assentamentos – aí já me refiro aos assentamentos – que, infelizmente, na sua grande maioria, estão carecendo de apoio do Governo e não estão atingindo os objetivos para os quais foram criados.

Essa é uma situação que atinge os acampados, mas até mesmo os assentados também apresentam problemas. Como esperar que os acampados sejam assentados dessa maneira? Essa é uma situação muito difícil que se criou em nosso País com relação à reforma agrária.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte, Senador Garibaldi Alves Filho. Concordo com V. Ex^a.

V. Ex^a há de concordar comigo que os assentamentos, de qualquer maneira, estão cumprindo seu papel social. Pedaco de terra foi desapropriado; a família está assentada; financiou-se, em muitos dos casos, a construção de uma casa; houve a perfuração do poço. A atividade agrícola pode estar “exitosa” ou não. Aí entram as prefeituras e os governos de Estado para melhorar a condição de sobrevivência daquelas famílias. Mas, de qualquer maneira, está se dando encaminhamento.

Só que o atual Governo, em vez de completar o processo de assentamento, condenou um milhão de pessoas a acampamento, a morarem naquelas casas de taipa com cobertura de lona plástica, onde, de noite, não conseguem dormir com o barulho do vento na lona plástica. Faz daquele milhão de pessoas, sem perspectiva de futuro, estatística de propaganda enganosa. Aqueles não são um milhão de assentados, mas um milhão de acampados usados e a quem se quer agora usar, mais uma vez, com a prisão da bolsa-família.

E o MST está reagindo, pelo fato de entender que aquele cidadão que tem vocação para atividade rural quer uma oportunidade, não quer a caridade nem a dependência.

Sr. Presidente, para encerrar – e agradecendo a tolerância de V. Ex^a – quero dizer que os Presidentes do PFL e do PSDB vão ao Presidente do TSE apresentar um requerimento de informação a respeito do volume de propaganda do Governo, nos espaços no-

bres ou não da mídia brasileira, nas tevês. Está de tal forma escrachado que é preciso que o Tribunal Superior Eleitoral, provocado, possa tomar uma atitude e manifestar-se com relação ao uso do dinheiro público na propaganda. Pode ser real, mas pode ser também como nesse caso, propaganda enganosa com objetivos claramente políticos e eleitoreiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Agripino, se V. Ex^a permitir, quero associar-me aos votos de pesar pelo falecimento da mãe do Senador Hugo Napoleão, que foi nosso Líder e que é um cordial amigo.

Tenho muita preocupação com acampamentos, mas não com assentamentos. Os acampamentos, historicamente, têm vários aspectos inquietantes. O Governo deve prestar atenção ao fato. Ficando indiferente, traz para nós a responsabilidade do que V. Ex^a mencionou aqui na tribuna.

Senador Arthur Virgílio, permanece seu desejo de fazer um curto pronunciamento? Sei que é sempre importante o que V. Ex^a fala e não posso encerrar a sessão sem ouvi-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, estou sentindo que não é um clima pacífico o da sessão do Congresso. Estou sentindo que não há ainda uma decisão pacífica em relação à sessão do Congresso. Estou ouvindo dos Senadores e percebo dúvida em um, discordância em outro. Creio que será necessária alguma sessão de conversa para se chegar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, acho que essa decisão não vai... Realmente, V. Ex^a tem razão. É só para podermos encerrar no horário prometido. Mas é claro que não vou marcar nem tempo, porque tudo que V. Ex^a fala tem importância vital para esta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Presidente. Falarei da maneira mais rápida que eu puder.

Antes de mais nada, associo-me ao discurso do Senador José Agripino, em que homenageia a Sr^a Regina Napoleão. Assinei, com ele e com o Senador Heráclito Fortes, o voto de pesar pelo falecimento da mãe do nosso ilustre ex-Senador, ex-Governador e brasileiro do melhor nível, Hugo Napoleão.

E, no mesmo pé e com a mesma dor, expresso meu sentimento particular a toda a família, em especial ao Dr. Samuel Hanan, que foi Vice-Governador do Estado do Amazonas, pelo falecimento da sua ilustre mãe, a Sr^a Mayre Hanan.

Sr. Presidente, mais tarde comparecerei ao lançamento do livro “É Possível”, do Senador Cristovam

Buarque. Não é preciso concordar com S. Ex^a para admirá-lo. Concordo com ele em muita coisa. Discordo em muito do seu ideário econômico, mas percebo que é de meu dever comparecer a este ato, e como Líder do PSDB.

Outra questão, Sr. Presidente, é a falta de diálogo do Governo. O Governo dialoga mal, o Governo prometeu muito, o Governo não cumpre o que prometeu. Hoje, na seção de economia, o Jornal **O Globo** diz: “Receita pára e empresas perdem. Greve de auditores traz prejuízos de US\$750 milhões só no Distrito Industrial de Manaus”. O jornal enumera os estragos da paralisação do fisco: na Zona Franca de Manaus, US\$750 milhões de prejuízo; para os fabricantes de eletro-eletrônicos, um enorme atraso. As empresas estão trabalhando com estoque de insumos para 15 a 30 dias de produção. Portanto, já está havendo paralisação nessas empresas, para que se possa minimamente dar conta do recado. O setor têxtil perde, o setor de máquinas e equipamentos perde. Por outro lado, estamos vendo todo um prejuízo que atinge os portos secos, os portos de fronteira, os aeroportos, as delegacias regionais. Isso tudo se soma a um quadro de perda de US\$700 milhões com a greve da Anvisa.

No entanto, Senador Flexa Ribeiro, não era este o Governo que saberia negociar com os trabalhadores? Não era este o Governo dos trabalhadores? Não era esse o líder sindical, com uma história tão bonita, que saberia impedir, com mais facilidade o que ele, de maneira leviana, chama de elites, prejuízos para os cofres brasileiros porque ele saberia chegar aos bons acordos? Sr. Presidente, hoje recebo, a toda hora, grevistas com reivindicações e sempre digo-lhes a mesma coisa: não endosso **a priori**, Senador Flávio Arns, nada do que me pedem. Fui Líder de Governo e Ministro. Não endosso **a priori** nada do que me pedem. Só tenho pedido desta tribuna ao Governo, que V. Ex^a defende com tanto brilho, com tanta decência, que não feche os canais de negociação. A primeira coisa que sempre me pedem os grevistas é que o Governo abra – e, em alguns poucos casos, reabra – os canais de negociação. Ou seja, parece-me que há aí uma fraude completa de uma proposta de vida. O Governo não negocia, e as greves se sucedem. Só na minha terra, as perdas para a Zona Franca de Manaus já atingem US\$750 milhões, afetando os indicadores, o emprego, a vida negativamente.

Poderia mencionar ainda mais coisas. Observo, por outro lado, como o Governo está sendo diligente: “Polícia Federal volta a investigar caseiro por dinheiro em sua conta”. O caseiro Francenildo tornou-se réu novamente. Estão investigando. Querem saber não quem quebrou o sigilo, não por que quebraram o sigilo ao

arrepio da lei. Querem saber mesmo se foi fulano ou beltrano. E parece que já está sobejamente provado que foi o pai natural dele. Aliás, essa expressão é estúpida, porque todo pai é natural. Só não é natural o pai **in vitro**. Aqui está novamente o caseiro virando réu.

Lembro-me quando, conforme veicula a **Folha de S.Paulo**, o Governo considerou a China economia de mercado para obter ingenuamente – que coisa mais ingênua e tola! – o seu apoio para a pretensão de o Brasil tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Isso já custou muito dinheiro e muito emprego para o Brasil.

Sempre digo que é injusto, Senador Tasso Jereissati, alguém dizer que o Presidente Lula não cumpriu com o seu dever, com o seu compromisso de criar dez milhões de empregos nos seus quatro anos. Cumpriu, mas foram três milhões aqui e sete milhões na China. Cumpriu, ele não disse onde. Disse apenas que iria criar os dez milhões.

Quero aqui fazer uma justificativa para o Presidente, eu que detesto ironia. Aqui está: *China passa a ter superávit com o Brasil*. E estamos vendo o aquecimento no mercado de eletrônicos impulsionando importações, enquanto o País segue exportando produtos básicos para o mercado chinês. Estamos andando para trás.

Pego ainda outro dado, resultado desse Governo que manipula tão fortemente os números: PIB do agromercado deve cair 1,28% no ano, diz a Confederação Nacional de Agricultura. Queda do dólar e das *commodities* de custo maiores explica o resultado.

Faço aqui um aviso aos navegantes: o mundo já esteve cor-de-rosa, Senador Wellington; já não está. A situação não é de caos. Nada parecido com aquelas 12, 10, 11 crises que o governo passado experimentou. Nada parecido com aquilo. Graças a uma série de reformas feitas antes e algumas medidas tomadas depois, estamos com uma economia menos vulnerável. Graças a Deus!

O fato é que desperdiçamos os quatro anos de bonança. Nunca se viu nos últimos 50 anos uma economia internacional tão virtuosa – ela agora está menos virtuosa – e não se aproveitou disso.

Aqui tenho que fazer justiça ao Senador Jefferson Péres, que está há muito tempo com uma proposta da *concertation*. S. Ex^a entende que, seja qual venha a ser o Presidente eleito nas urnas de 2006 – e na de 2010, 2014, 2018, 2022 – devemos ter algum pacto que passe pelo bom juízo macroeconômico, que passe pela confiança em que se deva insistir em políticas de ajuste fiscal e que passe pelo controle estrito, pelo controle duro da inflação nesse momento por um dos veículos para controlá-la, que são as metas de inflação.

Evidentemente que muitas pessoas aderiram a essa idéia. Outro dia, esteve aqui o Ministro Tarso Genro para convidar o Senador Jefferson e a mim para discutirmos economia no Conselho de Desenvolvimento Social. Eu disse: aceito, sem o menor preconceito, aceito, só marcar a data. Aceito, Senador Wellington, sem o menor preconceito, até porque não vejo que vai me tirar nenhum pedaço da pele debater, e de maneira civilizada, com adversários, temas que são do interesse do País.

O Ministro Ciro Gomes diz o seguinte: que provincianismo em São Paulo já fez mal demais. Critica Ciro. Então, ele diz que tem de ter o diálogo, e o diálogo tem de ser com o PSDB, mas ele diz que o diálogo não deve ser com o PSDB do São Paulo. Ou seja, é uma coisa que beira a ingenuidade ou beira a má-fé. O ex-ministro Ciro Gomes diz que – deve estar louco para esse lugar de vice – quer excluir do diálogo, pura e simplesmente, o Geraldo Alckmin, ou quer excluir do diálogo, pura e simplesmente, o José Serra, que tem essa posição privilegiada na eleição para governador. Então, ele quer negociar com quem? Olhe a que ponto chega essa mistura de ingenuidade com autoritarismo ou de falsa ingenuidade com o verdadeiro, o genuíno autoritarismo. Ele quer escolher com que banda do PSDB vai dialogar. Eu tenho muito pouco tempo a perder com tolice.

No mais, Sr. Presidente, é dizer que continuam as irregularidades. A campeã de doações ao PT, diz a **Folha de S. Paulo** de hoje – e isso é ainda influxo, é resultado do escândalo do mensalão – é uma empresa de 30 funcionários, a Petrowax*, com capital social de R\$ 50.000,00, que contribuiu com R\$ 600.000,00 em 2005. Olha, foi depois, não foi antes não, foi depois

Não foi antes, não; foi depois. Por isso, parece-me aquela coisa do pau que nasce torto: vai errando, vai errando, vai errando; vicia-se em errar; entende que o caminho melhor é o do erro. E outras empresas colaboraram com o PT: alguns gigantes da indústria brasileira. E a que mais colaborou, Senador Flexa, foi essa. Essa que tem um capital social de R\$50 mil, mas que conseguiu colaborar com R\$600 mil, em 2005, para o PT. Está tudo muito errado!

Sr. Presidente, em atenção a V. Ex e à sessão do Congresso, vou –, neste pronunciamento tão rápido, abordar mais dois pontos. Um é incluir nos Anais a análise crítica que faço das declarações do ex-Ministro Ciro Gomes. Essa estória de que quer dialogar com o PSDB, menos com o PSDB de São Paulo. De repente, ele vai dizer: “Segundo, o Piauí; talvez, não queira negociar com o do Amazonas; mas, aí, negocia com o do Pará”. Olha, não há como, alguém que já disputou duas eleições para Presidente da República; que já foi

Ministro, supostamente, da Integração Nacional, e que começa a propor o diálogo nacional, desintegrando, supostamente, um Partido do tamanho e do peso do meu, que dispensa a intromissão dele, dispensa esse tipo de atitude, enfim.

O Presidente Lula diz que vai indicar... sei lá quem para vice! Indique quem ele quiser! Deveria mesmo é assumir e parar com a hipocrisia de dizer que não é candidato. Se ele tem a impressão que aqui há alguém que tema a língua do Sr. Ciro Gomes, ele precisa saber que aqui tem gente é com tesoura. Tesoura! E que venha! E que venha do jeito que achar melhor. Se é por aí, que venha do jeito que achar melhor! Mas essas coisas... Nós estamos discutindo uma coisa séria como a *concertación*. Aí, vem alguém e diz: “Tem de dialogar – e com o PSDB; mas, não, com São Paulo”. Pelo amor de Deus, vamos crescer. O dólar está baixo. Então, dá para ir à Disneylândia brincar à vontade, mas não dá para brincar com algo sério como é o Brasil e a crise fiscal, grave, que se anuncia, qualquer que seja o governo, em função da ganância desenfreada que este governo vem praticando.

Peço a íntegra do meu pronunciamento nos Anais, Sr. Presidente.

No segundo item, quero dizer, Sr. Presidente, que a Lei Kandir, instituída pela Lei Complementar nº 87, de 1996, tinha o propósito de compensar Estados exportadores de matérias-primas mediante isenção de ICMS para dar competitividade aos produtos nacionais.

Então, todos os anos, desde que venceu o prazo dela, Governadores têm comparecido ao Congresso para reclamar da necessidade de o Governo Federal efetuar o pagamento relativo à compensação. Não existe, portanto, um procedimento legal definitivo sobre o volume de recursos a serem repassados anualmente. E agora, o que é grave, o Governo está prevendo na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 2007, contingenciar recursos do Orçamento Geral da União destinados aos Estados.

O Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, apresentou uma proposta de emenda à Constituição para constitucionalizar o tema e acabar com a reclamação anual por parte dos governadores.

Hoje, deveria ter havido uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar do tema. Infelizmente, o comparecimento de governadores e representantes de governadores foi pífio, o que causa má impressão, porque o governador está preocupado e não vem. Isso enfraquece a posição dos governadores. Vamos ser justos e dizer isso com todas as letras.

Por outro lado, não quero que o Governo fique com mais essa arma de chantagem na mão, com mais essa arma de barganha. Ou seja, não constituciona-

lizando, o Governo fica o tempo inteiro imaginando que governadores com pires na mão fazem a ele uma oposição tímida ou perdem independência.

Então, Senador Flexa Ribeiro, o que quero dizer a V. Ex^a é, primeiramente, o meu apoio a sua idéia; segundo é perguntar se V. Ex^a aceitaria alguma coisa como disposições transitórias, estabelecer o número de anos razoável para que pudéssemos permitir a esses Estados que depois dispensassem esses mecanismos de compensação. Mas V. Ex^a tem inteira razão ao dizer que não pode ficar como está.

Já concedo o aparte a V. Ex^a. Mas antes faço aqui uma última – e dessa vez é a última mesmo, Sr. Presidente – observação. Saiu uma matéria extremamente tola, da lavra de uma pessoa que se porta de uma forma muito tola na vida pública, o Sr. Jorge Hage, que agora é Ministro da Controladoria-Geral da União.

Fico decepcionado, porque um ministro que seria o *controller* do Governo, o homem que teria de prevenir os casos de corrupção, fica dizendo que o Governo está punindo mais, que a Polícia Federal está entrosada com ele e que os casos de corrupção vinham de antes, que nos Correios vinham não sei de quando. Ou seja, não se mostra um minuto preocupado com o mensalão, não se mostra um instante preocupado com essa avassaladora maré de corrupção que tem transformado este Governo, sem dúvida alguma, no recordista de corrupção da história republicana brasileira. Então, vem o Sr. Hage: “já começaram eles”. Eu tenho tanto horror disso!

Perguntei a minha assessoria qual era o nome da Controladoria antes. Então, soube, Senadora Lúcia Vânia, que era Corregedoria-Geral da União, que nasceu no Governo passado, com a ilustre, digna e nada espalhafatosa Dr^a Anadir de Mendonça, que, ao contrário do Sr. Hage, jamais tocou fogo em favela. Ele tocou fogo em uma favela em Salvador quando era prefeito biônico pela Arena, pelo regime militar. Já havia o nome, mas o trocaram para parecer que é uma coisa nova. E ficam o tempo inteiro fingindo. Eu não levo muito a sério.

Eu não sou fundador, Senador Wellington, do PSDB. Quero até chamar a atenção do Senador Antonio Carlos Magalhães para isso. Eu não sou fundador do PSDB. Cheguei ao PSDB meses depois de sua fundação. E dissenti do meu partido de então, o PSB, porque eu queria apoiar Mário Covas e o Partido queria apoiar Lula. Acabei apoiando Lula naquele segundo turno.

Houve uma reunião do PSDB, convocada pelo coordenador da campanha de Covas, o Sr. José Richa, em que havia o que eles chamavam de Esquerda do Partido. Uma Esquerda que hostilizava qualquer vice

que Covas pudesse ter e que somasse. Hostilizaram, por exemplo, Roberto Magalhães; fizeram com que ele desistisse. E eu achando aquilo meio esquisito. Mas é claro que eu respeitava profundamente pessoas que conhecia e queria bem, como o Deputado Raul Jungmann, por exemplo, a imortal Deputada Cristina Tavares. Eu discordava muito da linha de ação da Deputada Cristina, mas tinha verdadeiro amor, carinho e respeito por ela. Quem estava junto da Cristina ali, pousando de Esquerdinha, no PSDB? O Sr. Jorge Hage. Eu disse: Não, isso é demais para mim. Estava lá a Esquerda do PSDB: Cristina Tavares, Jorge Hage. Eu disse: Meus saís! Parem com isso, vamos tratar com seriedade mínima as coisas. Era da Arena, tinha servido ao regime militar, tinha sido um prefeito conhecido por tocar fogo numa favela, e estava lá na Esquerda, intransigente. Qualquer nome que se sugerisse para vice do Covas ele não aceitava, porque ele era tão da Esquerda que tudo era de Direita para ele. E assim ele impediu que Covas tivesse feito algo que somasse, porque quem acabou sendo vice do Covas foi o grande governador do Pará, Almir Gabriel. Muito mais para compor a chapa, porque o que somaria para nós mesmo, naquela altura, era alguém de outro Partido, alguém da Frente Liberal. E, no caso, o Sr. Roberto Magalhães.

Era uma coisa apadrinhada, a começar por Afonso Arinos de Melo Franco, algo muito forte que nascia por ali.

Quem não permitiu? Cristina. Posso criticá-la por isso? Não posso. Não posso criticar Cristina. A Cristina era assim mesmo, era só diretas, não queria que fôssemos ao colégio eleitoral. Eu respeitava a Cristina Tavares, como respeito a minha querida Senadora Heloísa Helena, e acabou! Ela tinha o direito de ser como quisesse. Agora, quem estava ao lado dela, espoletando? O Jorge Hage. Meu Deus! Mas onde? Na hora em que precisava de coragem para enfrentar uma ditadura, não a teve. Na hora em que precisava de coragem para dizer que era de esquerda; na hora em que dava cadeia ser de esquerda, não o era. Agora, fica aqui posando com pequenas insinuações. E o pior é que parece que nem o Governo confia nele, porque diz aqui “Ministro Interino da Controladoria-Geral da União”. O Governo está acabando, e como é que é interino! Deveria ser titular! Não tem mais nem tempo para virar titular. Esse nasceu para ser reserva o tempo todo. É banco de um timeco que é o Ministério do Presidente Lula. É um timeco! Ele pega banco de um time que não tem condições de se classificar para nenhuma copa de ética, para nenhuma copa de trabalho, de operosidade, para nenhuma copa de realização. Aqui está o Sr. Hage cheio de palavras sibilinas.

Em outras palavras, há 500 anos que neste País se pratica corrupção, e, segundo ele, passou-se a perseguir quem corrompe e quem é corrompido no Governo do Presidente Lula.

Segundo ele, nunca se fez tanto pela ética como agora. Mas eu leio e não há uma só vez a palavra mensalão. Aqui não se fala em Delúbio, nem em Marcos Valério, nem em José Dirceu, nem nos quarenta ladrões que o Procurador Antonio Fernando detectou; não se fala dos resultados da CPI dos Correios; não se fala do que está sendo apurado na CPI do Mensalão; não se diz que, se houve sanguessuga, é porque houve gente do Ministério da Saúde facilitando a “sanguessugagem”; não fala nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Líder, ousou interromper o sempre brilhante pronunciamento de V. Ex^a para comunicar ao Plenário que já por duas vezes esta Presidência recebeu um telefonema do Presidente Inocêncio Oliveira, dizendo que a Câmara já suspendeu a sessão e está apenas aguardando o deslocamento dos nossos Pares para a sessão que vai discutir as transformações da Comissão de Orçamento. Interrompo apenas para esta informação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho muito pouca segurança de que haverá sessão do Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não pode haver sessão do Congresso Nacional sem número. Não é esse número que está aí, não. Eu vou pedir verificação, portanto não será esse número. Vamos colocar as coisas como são, não houve sessão de manhã, não vai haver agora, não. Vou pedir verificação. Está pedido até por antecipação. O comandante Carreiro não gosta disso, mas tenha paciência. Não pode haver sessão do Congresso. É só olhar aqui, não pode. Por favor, não façam as coisas erradas, sem número, não. Esse número aí é fictício. Quero saber se há número.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa responderá a V. Ex^a, com a concordância e benevolência do Senador Arthur Virgílio. O Senador Renan Calheiros, que preside esta Casa, manteve a sessão. A Câmara dos Deputados suspendeu a sua sessão, e acordaram que a sessão seria no plenário da Câmara dos Deputados. Portanto, cabe a esta Presidência tão-somente comunicar que a sessão está mantida e que nós nos deslocaremos ao plenário. E lá V. Ex^a, como todos nós, poderá pedir a

verificação ou qualquer outro instrumento regimental, o que é direito de V. Ex^a. Certamente a Mesa lá deliberará sobre a solicitação de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos. Apenas comuniquei ao Plenário a decisão do Presidente Renan Calheiros.

Retorno a palavra ao nobre Líder, para que conclua.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu concederei o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Senador Antonio Carlos foi muito oportuno. Eu estou sentindo um clima de não concordância em relação a isso. Sinto-me até preocupado, porque fiz um apelo aos Deputados para que aprovássemos o Orçamento naquele episódio da votação do Orçamento, mas era preciso que houvesse acordo também sobre tudo o que está escrito ali. Estou vendo Senadores da minha Bancada que ainda colocam discordância em relação ao substantivo. Então, parece-me que não está madura a sessão para dela sair a decisão.

Eu quero saudar a presença do Deputado João Alfredo, tão ilustre, e do Deputado Raul Jungmann, nesta Casa, bem como do Deputado Pauderney Aveilino. Mas, insisto, não está madura a sessão para deliberarmos sobre matéria tão delicada. Portanto, transferiremos o palco da discordância para a Câmara dos Deputados.

Senador Flexa Ribeiro, ouço V. Ex^a antes de encerrar o pronunciamento.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a traz assuntos da maior importância no seu pronunciamento da tarde de hoje. Eu poderia me referir a vários dos pontos que V. Ex^a abordou, mas, em face do pronto apelo do Presidente Senador Eduardo Siqueira Campos quanto à necessidade de se encerrar a sessão para início da sessão do Congresso Nacional, abordarei a questão que V. Ex^a tão bem colocou a respeito da Lei Kandir. Quero dizer a V. Ex^a que a nossa proposta é de que se discuta uma solução constitucional para a Lei Kandir.

Ou seja, a sua regulamentação, que foi prevista desde a aprovação da Lei, em 1996, passados dez anos ainda não foi feita. Lamentavelmente, na audiência pública de hoje pela manhã, tivemos a presença do Governador do Pará, Simão Jatene, e de representante do Governo de São Paulo, o Secretário de Fazenda, Dr. Tacca, mas – pasmem – do Governo Federal, que é peça importante para a discussão, não compareceram os dois representantes do Ministério da Fazenda convidados. Talvez, Senador Arthur Virgílio, por essa audiência pública ter sido marcada, na quarta-feira da semana passada, para essa terça-feira, não tenha havido tempo suficiente para essas pessoas daqui de

Brasília se deslocarem dos seus gabinetes até a sessão da Comissão, atendendo o convite do Senado Federal. Então, acertei com o Presidente, Senador Luiz Otávio, da CAE, para que possamos remarcar essa audiência pública para o próximo dia 20 de julho, daqui a três semanas, de tal forma que tenhamos, nessa altura, a presença de todos os Governadores convidados e do Governo Federal e que possamos instituir uma subcomissão, um grupo de trabalho para elaborar propostas consensuais que levem à regulamentação definitiva da Lei Kandir. Não é mais possível – isso é uma verdade – que os Estados exportadores, que têm as suas matérias-primas não elaboradas, não tributadas, possam não ser ressarcidos do Governo Federal por essa bondade da União em relação ao tributo estadual. Fico grato a V. Ex^a por trazer ao plenário desta Casa, neste instante, nesta sessão de hoje, uma matéria tão importante. Espero que possamos, no dia 20, iniciar a discussão e, por final, regulamentar a Lei Kandir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a o discurso em que critico a posição do ex-Ministro Ciro Gomes e solicito inserção nos Anais das partes que marquei nas matérias que aqui arrolei.

Agradeço a V. Ex^a a paciência de sempre, deixando bem claro que, pelas manchetes, quando imaginamos que há alguma calma neste Governo, o que ressalta mesmo é a irregularidade, é a má-fé, é a incapacidade administrativa, é a falta de coordenação política, é a tolice ao analisar os fatos externos ao Brasil.

Volto a dizer de maneira bem categórica: o quadro econômico internacional já não está mais cor-de-rosa, já trocou de tom. Daqui para frente não se pode sair, pura e simplesmente, sendo levado pela correnteza a favor. Daqui para frente será necessário ter o mínimo de capacidade administrativa ou o máximo de capacidade administrativa; o mínimo de acuidade ou o máximo de acuidade em matéria de política externa; o mínimo de seriedade ou – o que eu gostaria de ver implantado neste País – o máximo de seriedade ao lidar com a coisa pública, porque os ventos estão mudando e o que não mudou foi a incompetência, que se conjuga com a inapetência e que se conjuga com a prepotência – ência, ência e ência – do Governo que ainda está aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência convoca as Sr^{as} e os Srs.

Senadores para uma sessão do Congresso Nacional, que será realizada agora, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Alvaro Dias, Luiz Otávio, Luiz Pontes, Papaléo Paes, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, João Batista Motta, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca e João Tenório enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é mesmo uma terra privilegiada pela natureza, como sempre ouvimos falar desde a infância. Se, em algum momento, deixamos de acreditar nisso, diante da miséria de tantos, do desemprego, da criminalidade, das dificuldades de toda ordem, logo nos chegam notícias de mais uma riqueza inexplorada, logo ali, sob nossos pés, que precisamos somente ir pegar para fazer dela uma mola propulsora do desenvolvimento, do trabalho, da justiça e da paz social. Todas as soluções para os problemas do Brasil estão em nossas mãos; precisamos reconhecer o fato de que depende somente de nós agir para tornar realidade nosso potencial produtivo. É questão de decidir, de se aplicar e de fazer acontecer.

Tome-se, por exemplo, a auto-suficiência na produção de petróleo. Apesar do ceticismo de muitos, o País possuía, sim, reservas do produto, só que elas estavam concentradas na plataforma continental. Quando decidimos, por intermédio da Petrobras, que iríamos buscar essa riqueza, não importando os obstáculos, fomos capazes de desenvolver tecnologia própria e inédita de exploração em águas profundas.

Do mesmo modo, a uma notícia negativa, como a do lamentável entrevero com o novo governo boliviano, a propósito da possível quebra do contrato de suprimento de gás natural para o Brasil, ou do mais que provável aumento dos preços do produto, podemos contrapor outra novidade, esta extremamente positiva: a da potencial auto-suficiência brasileira também nesse insumo energético.

Já conhecemos as reservas de gás natural da plataforma continental na bacia de Santos, litoral de São Paulo. Assim como no caso do petróleo, é uma questão de decisão econômica construir a infra-estrutura necessária para trazer esse gás, que está lá, para os centros de consumo. Se o gás boliviano ficar muito caro, ou tiver seu suprimento ameaçado, teremos um grande estímulo econômico para colocar em execução os projetos do gasoduto de Santos.

Foi uma decisão desse tipo, aliás, que nos levou a construir, por exemplo, o próprio gasoduto Bolívia-Brasil, e a estimular a conversão para gás natural de inúmeras indústrias da Região Sul e de muitos automóveis. O que se pretendia era aproveitar a disponibilidade do produto boliviano e a vantagem ambiental da utilização do gás, menos poluente, sobre os óleos combustíveis na indústria e sobre a gasolina ou o diesel nos veículos.

Havia, é claro, um fator geopolítico nessa decisão, que dizia respeito ao projeto de integração econômica da América do Sul, caro à diplomacia brasileira e manifesta aspiração nacional. Esse aspecto foi alterado por realidade externa ao Brasil: a vontade do povo boliviano.

É possível, naturalmente, que a situação se acalme nos próximos meses, e que o Presidente Evo Morales venha a moderar suas posições na mesa das negociações. Não me parece correto agir com precipitação, rancor e preconceito contra o chefe de Governo democraticamente eleito de país vizinho e irmão. Ele pode estar simplesmente marcando posição para conseguir acordo mais vantajoso para sua nação, o que constitui o dever de um estadista.

Além disso, em 6 janeiro deste ano, a **Gazeta Mercantil** publicava reportagem sobre uma reunião entre Morales e dirigentes empresariais de seu país, na qual prometeu respeitar o investimento privado, e especificamente no setor petrolífero. Estará ele, Sr. Presidente, quebrando tão cedo e tão abertamente, essas promessas? Há indícios, ainda, de que faz um discurso para efeitos internos, no sentido de ganhar as eleições parlamentares, com o voto da maioria de pobres do país, ao mesmo tempo abre espaço para negociação por intermédio de alguns de seus ministros. Política é assim, como nós também sabemos.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, abordei um pouco mais detidamente a questão boliviana para declarar minha convicção de que não há razão para alarmar. As coisas haverão de se resolver. Meu objetivo neste pronunciamento, entretanto, é o de dizer que as potencialidades do Brasil o tornam capaz de superar tranquilamente quaisquer turbulências políticas dos países a que eventualmente nos associemos. Continuemos no tema do gás, para vermos o quanto isso é verdade.

Pois naquele mesmo dia 6 de janeiro, como para sustentar essa minha tese da enorme capacidade de nosso País, o **Jornal do Brasil** trazia matéria sobre as emanações de gás natural no vale do rio Paracatu, afluente do São Francisco, aqui no oeste de Minas Gerais, não muito longe desta capital. É gás que brota à superfície da terra, naturalmente, sem necessidade sequer de sondagem, pesquisa ou perfuração. Coisa que o povo simples das proximidades conhece e utiliza

há décadas, em seus fogareiros improvisados, e que agora pode se tornar um pólo de produção em grande escala de gás natural.

Na temporada das secas, de maio a setembro, quando as águas do rio baixam, podem-se ver as borbulhas de gás que sobem do fundo. Por ali acontecem até coisas que pensávamos exclusivas da Arábia: o cidadão que fura poços, atrás da água escassa, tem a decepção de encontrar, muitas vezes, o gás natural onde buscava o líquido vital. Até agora isso podia ser percebido como uma condenação, mas a área foi, recentemente, a mais disputada dos leilões de concessões da Agência Nacional do Petróleo, por gigantes como a Petrobras e a multinacional de sede inglesa BG. É sinal de que o progresso vai chegar, trazendo dinamismo e empregos a uma região parada no tempo, além dos *royalties* pela exploração do recurso natural.

Estudos geológicos realizados apontam para reserva de um trilhão de metros cúbicos de gás em toda a bacia do São Francisco, suficientes para atender o País por sessenta anos, no ritmo do consumo atual. A bacia de Santos, em comparação, teria 400 bilhões de metros cúbicos.

Com efeito, segundo os técnicos, a formação geológica da área é semelhante à da região da Rússia que é portadora da maior reserva de gás do mundo, que abastece a Europa por intermédio de um gasoduto que vai até a Alemanha.

As empresas ganhadoras de lotes de exploração na área se comprometeram, pelas condições dos contratos de concessão, a investir cerca de 125 milhões de dólares na lavra, nos próximos seis anos, e se estima que, somente nas atividades de pré-operação, devem ser gerados nada menos de 41 mil empregos.

Nessa, que é uma das regiões mais pobres do Brasil, o sertão das veredas de Guimarães Rosa, devastado, nos últimos tempos, pela exploração clandestina de carvão vegetal, baseada em trabalho semi-escravo, atividade que destruiu a paisagem natural e corroe as estruturas sociais tradicionais, haverá de surgir o novo eldorado energético do País. Justamente aqui, no coração do Brasil, perto da capital que representa nossas aspirações mais caras de futuro, a terra brasileira fornece nova demonstração de sua riqueza.

Essa é a razão pela qual não abandono jamais a confiança de que o Brasil tem futuro, de que não precisamos maldizer circunstâncias externas ao País, nem a exploração pelos países ricos, nem a bravata dos vizinhos mais pobres: podemos sempre encontrar, em nosso próprio território, os caminhos do desenvolvimento, da produção de riqueza e da justiça social.

Muito embora ainda sejam necessários estudos mais aprofundados da real viabilidade econômica e produtiva do gás natural da bacia do rio São Francisco, os indícios apontam para um potencial muito elevado,

sobretudo por se tratar de área de terra firme e próxima aos grandes centros consumidores do Centro-Sul do País. Insisto que devamos retomar sempre aquele conceito cívico da grandeza do Brasil, confiando também em nossa capacidade de trabalho para realizar as promessas encerradas em nossa terra.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, do editorial do jornal **Gazeta Mercantil** intitulado “Brasil cresce menos que concorrentes”, publicado na edição do dia 30 de maio de 2006.

O editorial em epígrafe situa a questão do gasto público em nosso País com bastante precisão. Como destaca o jornal **Gazeta Mercantil** “o recurso que sustenta o gasto público falta para o investimento produtivo”.

O vaticínio do editorial revela que a reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central, na próxima quarta-feira, poderá ratificar erros cometidos

em série e que devem comprometer o crescimento de nossa economia em 2006.

Como segundo assunto, gostaria de registrar o artigo intitulado “Os xingamentos de Lula”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado pela revista **Veja** de 24 de maio do corrente.

O artigo destaca que o jornalista pretende processar Lula por calúnia e difamação. E, como diz o jornalista, “Para sorte do presidente, minha honra custa barato. Quero receber um ressarcimento de apenas 38.500 dólares, a mesma quantia que o espião da Kroll lhe atribuiu no paraíso fiscal”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que os artigos acima citados sejam considerados como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAL

Brasil cresce menos que concorrentes

Apesar dos repetidos avisos ao longo dos últimos anos, o Brasil não aproveitou como deveria os reconhecidos anos de vacas gordas na economia mundial. No domingo, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, alertou: “O mais provável é que ocorra um arrefecimento moderado”, deixando claro que o período mais promissor no crescimento internacional está acabando. A questão essencial, sem dúvida, é saber por que a economia brasileira cresce menos que seus concorrentes.

O relatório da agência de classificação de risco **Moody's**, que analisou o crescimento do PIB brasileiro, colocou o dedo na ferida. Nos últimos cinco anos, o Brasil cresceu, em média, 2,2% ao ano, enquanto os países, com a mesma classificação de risco que o Brasil, cresceram, no mesmo período, 4,12% ao ano, em média. Como mostrou matéria da repórter especial Simone Cavalcanti, o relatório da **Moody's** não fez apenas constatação estatística, mas expôs as causas deste atraso. A primeira delas é que o nível das despesas públicas é bem maior que o encontrado em países com o mesmo rating, entre eles, Peru, Bulgária, Egito ou Vietnã. O relatório mostrou que

o gasto das três esferas de governo no Brasil consomem 40% do PIB, enquanto nos demais emergentes, com o mesmo padrão de risco, o gasto médio é de 28%. No caso dos asiáticos, a média cai para 20%.

O recurso que sustenta o gasto público exacerbado falta para o investimento produtivo. Os

Gasto público absurdo impede investimento. Sem entender isto, não adianta lamentar que crescimento do Brasil é a metade dos emergentes

chineses, tão elogiados e temidos nos últimos tempos, crescem a 9% ao ano, mas pouparam e investem 40%. A **Moody's** também repetiu que ajuste fiscal no Brasil quer dizer sempre aumento de impostos. E repete-se a lógica: o recurso privado que sustenta tributação insaciável é o que falta para o investimento produtivo. Como o imposto é alto, o preço final sobe e o mercado encolhe. Resultado, o custo do dinheiro dispara.

O governo federal gasta com despesa de custeio da máquina pública — isto é, compra de

material, pagamento de serviços de terceiros ou viagens — quatro vezes mais do que investe em rodovia, saneamento ou energia elétrica. Em março, estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com base em dados do Tesouro Nacional, mostrou que gastos de custeio, em 2005, foram de R\$ 63,9 bilhões, enquanto os de investimentos alcançaram R\$ 15,9 bilhões. Atenção: nestes cálculos não estão incluídos gastos com pessoal.

Este desequilíbrio não vitimou apenas o orçamento da União no ano passado. Como provam os dados coletados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), entre 1996 e 2005 o PIB brasileiro acumulou crescimento de 22%, enquanto o PIB mundial, neste mesmo período, avançou 40,8%. Mesmo quando o País alcança anos “espetaculares” como o de 2004, crescimento de 4,9%, o mundo cresceu em média 5,8%. E os países diretamente concorrentes do Brasil avançaram em 2004 quase o dobro disto, como foi o caso de China, Índia e Coreia do Sul.

Estes avisos sensatos ocorrem na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária que dará o

ritmo para o tão esperado recuo da taxa de juros básica. Meirelles preparou os espíritos dos agentes econômicos para mais moderação nessa queda do que velocidade. Comentou a perda de preço das commodities e amenizou previamente as críticas do setor exportador prometendo a modernização da “legislação cambial”. É reforma relevante, mas insuficiente frente ao tamanho dos problemas acumulados pelos exportadores como mostra o documento que a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (Abit) entregou ontem ao presidente Lula.

Sem as demais reformas que permitiriam ao Estado brasileiro qualificar o gasto público — a primeira delas a previdenciária — o País segue crescendo muito menos do que pode e deve. A média de expansão do PIB brasileiro na última década foi menos da metade da alcançada por seus concorrentes. O mais grave é que os erros desses anos de atraso consciente não têm sido avaliados pelos que reúnem poder para isto. Como, aliás, as decisões do Copom, na quarta-feira, podem novamente demonstrar.

DIOGO MAINARDI

Os xingamentos de Lula

Um espião da Kroll, contratado por Daniel Dantas, atribuiu a Lula uma conta num paraíso fiscal. Lula se descontrolou. Partiu para o insulto. Não contra Daniel Dantas, que o espionou, e sim contra VEJA, que noticiou o fato. O presidente sabe que sempre dá para negociar com Daniel Dantas. Com VEJA não dá.

Lula disse que "a VEJA tem alguns jornalistas que estão merecendo o prêmio Nobel de irresponsabilidade". Ele disse também que na revista não há "uma única pessoa que tenha 10% de sua dignidade e honestidade". Lula acrescentou que todos sabiam a que jornalista ele se referia, pelo que "ele tem feito nesses últimos meses". E con-

cluiu: "Quem escreve uma matéria daquela é bandido, mau-caráter, malfeitor, mentiroso".

O autor da matéria sobre Daniel Dantas é Márcio Aith. Em 2004, na *Folha*, ele revelou a primeira parte do relatório Kroll. Na semana passada, em VEJA, ele deu outro furo, revelando a segunda parte do relatório Kroll, com os números das contas bancárias dos líderes petistas. Minha coluna foi publicada como

um adendo à matéria principal. Nela, Daniel Dantas acusou o governo de concussão, incriminando diretamente o presidente. Não se sabe ao certo quem Lula pretendia chamar de bandido, mau-caráter, malfeitor e mentiroso, se Márcio Aith ou eu. Alberto Dines, que tem uma mentalidade igual à de Lula, e consegue entender o que ele fala, interpretou da seguinte maneira: "Embora o presidente tenha protestado em termos impróprios contra Márcio Aith, fica evidente que se referia ao parajornalista e pau-mandado Diogo Mainardi".

Decidi processar Lula. Meus advogados já mandaram um pedido de esclarecimento ao STF. Caso Lula con-

firme que o bandido, mau-caráter, malfeitor e mentiroso sou eu, processo-o por crime contra a honra. Para sorte do presidente, minha honra custa bar-

ato. Quero receber um ressarcimento de apenas 38 500 dólares, exatamente a mesma quantia que o espião da Kroll lhe atribuiu no paraíso fiscal. Metade do dinheiro vai para Márcio Aith.

Mas essa não é a única disputa que deverá ser resolvida nos tribunais. O espião da Kroll, numa das listas que encaminhava a VEJA, acabou grafando er-

rado o nome de Antonio Palocci. O fato gerou uma gritaria danada. Não consigo entender os petistas. Por isso implico tanto com eles. Antonio Palocci não processou seu antigo parceiro Rogério Buaratti, que o acusou de ser corrupto. Ao mesmo tempo, prometeu processar VEJA, que publicou uma lista em que ele é erroneamente chamado de Júnior. Ou seja, corrupto pode, Júnior não. Lula está certo. Não tenho 10% de

sua dignidade e honestidade, se são esses os parâmetros do PT.

O mais espantoso na última semana foi a velocidade com que os jornalistas do aparato petista abafaram o caso Daniel Dantas. Eles descartaram qualquer possibilidade de que as contas de Lula e seus ministros pudessem ser verdadeiras. Mesmo sem saber quais eram. E não se interessaram em indagar sobre a concussão. Nesse ponto, eles foram ajudados pelos bandidos do PCC, que ocuparam todas as notícias. Os criminosos só se aplacaram quando ganharam uns aparelhos de televisão. Bem que alguém poderia mandar uns aparelhos de televisão para a sede do PT.

“Para sorte do presidente, minha honra custa barato. Quero receber um ressarcimento de apenas 38 500 dólares, a mesma quantia que o espião da Kroll lhe atribuiu no paraíso fiscal”

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

VALORIZAÇÃO DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DE ADVOGADO DA UNIÃO E DE DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas semanas, têm circulado rumores de que o Governo abandonaria um compromisso firmado com os membros da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública da União. São versões que, aparentemente, não consistem com a intenção de resgatar a dignidade dos servidores desses importantes órgãos da Administração Pública. É preciso estarmos alerta para nos certificar de que esses rumores não passarão de boatos e inverdades.

No dia 6 de maio, o eminente Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, que com muito brilho exerce o cargo de Advogado-Geral da União, encaminhou, sob solicitação do Presidente Lula, um anteprojeto de lei ao Palácio do Planalto que faria cumprir o artigo 135 da Constituição Federal. O projeto fixa o subsídio para os integrantes da carreira de Advogado da União e de Defensor Público da União, como previsto na Carta Magna.

Em seguida, sucederam reuniões entre o nobre Advogado-Geral e o Ministro do Planejamento para definição da melhor maneira de dar prosseguimento à proposta, que vem estruturar um serviço público de qualidade e que atende às demandas da sociedade. As reuniões foram prolíficas, e o projeto se adequou às contingências orçamentárias que, evidentemente, têm de ser consideradas.

Após essa etapa, o Governo se comprometeu a enviar o projeto de lei assim que o Orçamento da União para 2006 fosse aprovado. O Presidente Lula sancionou a proposta orçamentária no dia 16 de maio. Agora, portanto, é chegada a hora. No entanto, o Palácio do Planalto ainda não se prontificou a atender este pleito da sociedade brasileira, e já começam a circular informações de que o acerto firmado após cuidadosas negociações estaria por ser descumprido.

Sinceramente, não acredito que isso irá acontecer, pois tenho certeza de que o Ministro do Planejamento e o Presidente Lula são homens que honram a palavra empenhada e têm consciência da importância de recuperar a dignidade da categoria dos Advogados da União e dos Defensores Públicos. Além disso, estão conscientes quanto às suas obrigações de fazer cumprir o que está na Lei máxima do País.

Sr. Presidente, é desnecessário me estender em demasia nesta tribuna sobre a relevância dessas duas instituições fundamentais para o Estado brasileiro. A Advocacia-Geral da União é a grande responsável pela defesa e representação judicial dos interesses do

Governo Federal e vem cumprindo essa missão com excelência e afinco. A atuação dos membros da AGU permitiu ao Executivo, somente na gestão do Presidente Lula, empreender uma economia superior a R\$150 bilhões, ao defender o patrimônio nacional e assegurar a recuperação do que é devido ao Estado.

Defensoria Pública da União cumpre papel igualmente importante: trazer Justiça àqueles que dela mais necessitam, uma das mais nobres funções do Estado. E da mesma forma que a Advocacia-Geral da União têm cumprido sua tarefa com louvor, é preciso agora que o Executivo reconheça a grandeza dessas categorias, que merecem ser tratadas como outras carreiras do mesmo quilate institucional, com as quais lidam no dia-a-dia de suas profissões, como o Ministério Público Federal e membros da magistratura do Poder Judiciário.

Também é importante frisar que os recursos necessários para materializar o subsídio das categorias estão contemplados no Orçamento da União, sem ameaçar a disciplina fiscal que o Brasil exige. A proposta de reajuste será implementada gradualmente, ao longo de quatro anos, e, neste primeiro exercício, a quantia necessária é inferior a R\$130 milhões, o que claramente representa um valor irrisório comparado à economia proporcionada ao Tesouro Nacional pela ação dos advogados públicos federais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a greve deflagrada pelas categorias reivindica nada mais do que o justo e necessário para que serviços fundamentais à população continuem a ser prestados da maneira devida. Sabemos que essa defasagem salarial e as difíceis condições de trabalho têm prejudicado a AGU e a Defensoria Pública da União, com evasão maciça de quadros e desestímulo à permanência de profissionais qualificados, o que foi agravado com a fixação do subsídio da Magistratura e do Ministério Público Federal.

Quero crer que o Poder Executivo conhece em minúcias o assunto aqui tratado, e não faltará ao compromisso firmado com a categoria e a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “De doido ele não tem nada”, publicada pela revista Veja de 17 de maio do corrente.

O artigo comenta o depoimento prestado à CPI dos Bingos pelo ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Mesmo afirmando que não tinha plena consciência quando fez as declarações bombásticas ao jornal O Globo, ele deixou claro que o Partido dos Trabalhadores realmente operava com Marcos Valério para desviar milhões de dólares dos cofres públicos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria da revista **Veja** passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DE DOIDO ELE NÃO TEM NADA

Silvinho revela como Marcos Valério pretendia arrancar dinheiro dos cofres públicos

Marcio Aith e Felipe Patury

Na semana passada, o ex-secretário-geral do PT Silvinho Pereira reacendeu a crise política. Em uma entrevista ao jornal *O Globo*, o ex-dirigente petista disse que o caixa dois do seu partido era abastecido por empresas que superfaturavam contratos com o governo. Contou que seu colega Delúbio Soares perdeu o controle dos pagamentos do mensalão feitos no Banco Rural, enquanto ainda comandava a tesouraria do PT. Afirmou que o partido se tornou refém do lobista carequinha Marcos Valério durante o governo Lula. Silvinho confirmou ainda que o interesse de Marcos Valério era intermediar alguns grandes negócios que dependiam do governo. Entre eles, a solução dos problemas do Opportunity na Brasil Telecom e o fim das liquidações dos bancos Econômico e Mercantil de Pernambuco. Segundo ele, o carequinha acreditava que esses projetos poderiam render-lhe até 1 bilhão de reais.

Quando foi convocado pela CPI dos Bingos para explicar suas declarações ao jornal carioca, o ex-dirigente petista deu uma desculpa que lhe franquearia uma estadia numa clínica psiquiátrica: "Não sei o que é fato, o que não é, o que eu criei". À Polícia Federal, Silvinho disse que leu as histórias sobre as liquidações bancárias em VEJA. De fato, Silvinho pode estar enfrentando uma crise nervosa, mas não há sinal de que ela tenha lhe turvado a memória. Como VEJA já revelara, a de-

cisão de atender aos pleitos do lobista já havia sido tomada pelos então ministros José Dirceu (Casa Civil), Antonio Palocci (Fazenda) e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto só foi sustado pela eclosão do escândalo do mensalão. O que se sabe agora é que, por ordem de Lula e Dirceu, o procurador-geral do Banco Central, Francisco José de Siqueira, chegou a elaborar uma minuta de medida provisória que permitia encerrar as liquidações do Mercantil e do Econômico. O projeto transferiria do Banco Central para o Ministério da Fazenda a tarefa de cuidar dos bancos sob liquidação.

A minuta foi elaborada a partir do segundo semestre de 2004, quando o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ainda resistia a pressões de Lula, Dirceu e Palocci. Para aliviar as pressões que sofria, Meirelles determinou que seus assessores parassem de dar declarações contrárias ao fim da liquidação dos dois bancos. O diretor do BC responsável pela área, Antonio Gustavo do Vale, foi admoestado a não mais dizer que os ex-banqueiros Armando Monteiro Filho, do Mercantil de Pernambuco, e Angelo Calmon de Sá não saíram das liquidações com dinheiro, o que prejudicaria os planos de Marcos Valério. Simultaneamente, a área jurídica do BC começou a elaborar o projeto de transferência de responsabilidades.

A existência do projeto foi relatada a VEJA por um assessor da área econômica, dois técnicos do BC e um diretor da instituição. No relato deste último, Siqueira teria lido o texto à revelia de Meirelles e teria sido auxiliado por um jurista pernambucano. O procurador admite que tratou do caso, mas nega que tenha lançado mão do tal jurista: "Só tratei do assunto do Mercantil de Pernambuco internamente, com as pessoas do Banco Central", afirma.

No início de 2005, Marcos Valério informou a Calmon de Sá que o BC estava elaborando uma MP que resolveria seu caso. "Ele me contou, mas eu não dei muita bola. Além disso, meu advogado tinha dúvidas sobre a legalidade da medida", diz o ex-banqueiro. Calmon de Sá conta que, na ocasião, já depositava pou-

cas esperanças na eficiência do lobby do carequinha. Marcos Valério lhe havia prometido um encontro com Palocci que nunca aconteceu. Nesse momento, Calmon de Sá já apostava em outro interlocutor: André Esteves, que, na semana passada, vendeu o Petrol ao suíço UBS por uma bolada de 2,6 bilhões de dólares.

Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, Esteves havia se debruçado sobre o caso do Econômico. Concluiu que era possível encerrar a liquidação com a venda em leilão dos títulos públicos cambiais que estavam na carteira do banco quebrado. Mais: acreditava que poderia ganhar um bom dinheiro com a modelagem do leilão. Esteves tinha potencial para resolver o problema. Tem boa reputação, mantém bons amigos no Tesouro Nacional e destrói a intimidade de Palocci. Tanto que um conjunto de e-mails sobre o assunto trocados por Esteves e Calmon de Sá acabou sendo apresentado pelo ex-ministro a um integrante da equipe econômica.

"Só tratei do assunto Mercantil de Pernambuco internamente com as pessoas do Banco Central."

Francisco José de Siqueira, procurador-geral do Banco Central

Marcos Valério vislumbrou uma oportunidade de negócios no fim das liquidações bancárias porque prestava serviços de lobby ao Banco Rural. No governo FHC, o Rural comprou uma parte do Banco Mercantil de Pernambuco. Com a mudança de governo, os patrões de Valério imaginavam que poderiam comprar o resto do Mercantil, que está abarrotado de títulos públicos cambiais

iguais aos do Econômico. Como os casos são semelhantes, Valério passou a acreditar que poderia ganhar uma grande comissão do Rural e outra do Econômico por apenas um lobby, já que a solução adotada para um resolveria também o caso do outro. Por isso, procurou Calmon de Sá. "Em 2004 ele disse que poderia fazer o Banco Central suspender a liquidação. Não queria nada em troca, mas que eu contribuísse para o PT quando estivesse tudo resolvido. Aceitei", relata Calmon de Sá.

Com o deputado Virgílio Guimarães no papel de cicerone, Valério iniciou suas investidas sobre o BC. No fim de 2003, começou a tentar convencer o diretor Vale a permitir que o Rural comprasse o Mercantil e ficasse com os tais títulos cambiais. Frequentava seu gabinete no BC e, pelo menos uma vez, aceitou um convite de Valério para discutir o assunto no bar. Do fim de 2003 até maio de 2005, Marcos Valério teve dez reuniões na Diretoria de Liquidações do BC. Conquistou a simpatia de um dos assessores de Vale, mas teve pouco êxito no projeto. Como não conseguiu furar o bloqueio na área técnica do BC, Marcos Valério recorreu aos escalões superiores do governo. Em 2004, Palocci passou a pedir que Meirelles tratasse o Mercantil e o Econômico com "carinho".

Meirelles relatou. Palocci devolveu: "Você sabe, não dá para ganhar todas". No segundo semestre de 2004, o então ministro convocou Meirelles para uma reunião a três com o presidente Lula.

Uma vez no Planalto, o presidente do BC descobriu que Palocci não participaria do encontro. Na ante-sala do presidente, Meirelles constatou que Lula estava trancado com o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto, filho do dono do Mercantil de Pernambuco. A caminho do gabinete presidencial, Meirelles cumprimentou Monteiro Neto, que afirma jamais ter tratado da liquidação da instituição com Lula. Meirelles encontrou Lula irritado. Quando falou dos bancos, o presidente repetiu a frase de Palocci: "Não dá para vocês ganharem todas".

O relato acima foi feito a VEJA por um confidente de Meirelles. Ele tomou conhecimento desses episódios logo depois de eles terem acontecido. Soube também como o presidente do BC interpretou essas conversas. Meirelles foi chamado por Lula em um momento em

que balançava no cargo. Desde abril, Meirelles acreditava que sua situação no governo era delicada. O PT,

sob o comando de José Dirceu, exigia a mudança da política monetária. Naquele mês, Palocci havia lhe dito que a munição que usara para defendê-lo tinha acabado. A partir de então, a decisão de mantê-lo no posto seria exclusiva do presidente. Meirelles tomou providências para não ser surpreendido por uma eventual demissão. Solicitou, por exemplo, aos técnicos do BC que limpassem os arquivos pessoais de seus computadores.

Seguro de que Lula, Dirceu e Palocci queriam encerrar as liquidações, Marcos Valério espalhou, no início de 2005, que a operação seria realizada. Entre fevereiro e maio do ano passado, o carequinha foi quatro vezes ao gabinete do diretor Vale. Numa delas, perguntou-lhe se ele já sabia da MP elaborada por determinação de José Dirceu. O último dos encontros de Valério com o diretor do BC aconteceu dez dias antes de o escândalo do mensalão vir à tona. Como se vê pelo relato acima, Silvinho pode ter tido uma crise nervosa, mas o surto não invalida o fato de que ele assistiu ao esquema do mensalão de um posto privilegiado. Silvinho goza de boa memória e não rasga dinheiro. ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “O crime compensou”, publicada pela revista **Veja** de 17 de maio do corrente.

A matéria do jornalista Alexandre Oltramari, destaca que a primeira punição do caso mensalão é convertida em multa e dividida em cinco suaves prestações.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

O CRIME COMPENSOU

A primeira punição do caso mensalão é convertida em multa — e dividida em cinco suaves prestações

Alexandre Oltramari

As vésperas do primeiro aniversário do mensalão, surgiu então a primeira punição judicial do caso. Três dirigentes do PT no Rio Grande do Sul, com o objetivo de se livrar do processo e deixar de correr o risco de parar no xilindrô, fizeram um acordo com a Justiça: aceitaram doar cestas básicas a uma instituição de caridade em Porto Alegre. A quantidade de cestas básicas é que chama atenção: uma por mês, durante cinco meses. E nada mais. No total, cada réu terá de desembolsar 1 750 reais, divididos em cinco suaves parcelas de 350 reais. Os

três dirigentes são reus confessos. Eles admitiram que pegaram 1 milhão de reais no valerioduto e disseram ter usado o dinheiro para pagar despesas de campanha do PT gaúcho. O petista Marcos Fernando Trindade atuava como “mula” do esquema, carregando dinheiro em malas entre Belo Horizonte e Porto Alegre. Quando desemboreava na capital gaúcha, o dinheiro era distribuído pelo ex-presidente do partido, David Strival, e pelo ex-tesoureiro, Marcelino Pedrinho Pies. Agora, cada um vai pagar um salário mínimo a uma instituição de caridade durante cinco meses.

A desproporção entre o crime e a punição só não é maior que o constrangimento que o caso produz para o ministro Tarso Genro, o principal articulador político do governo, em Brasília. O dinheiro que o valerioduto canalizou ao PT gaúcho serviu para pagar despesas da campanha de Tarso Genro ao governo do estado, na qual perdeu a disputa para o atual governador, Germano Rigotto, do PMDB. Do total de 1 milhão do valerioduto embolsado pelo PT gaúcho, a maior parte chegou ao estado em malas. Mas 150 000 reais desemborearam na arca petista por meio de dois cheques de 75 000 reais, ambos nominais a duas gráficas, a Impressul e a Comunicação Impressa. Em sua defesa, os acusados tentaram isentar Tarso Genro. Disseram que a quantia foi utilizada para saldar papagaios eleitorais, mas que nenhum centavo foi usado na

Tarso Genro, as cestas básicas e o valerioduto: as dívidas da campanha do ministro foram pagas com dinheiro ilegal

campanha de Genro. As investigações, no entanto, mostraram que essa versão não tinha respaldo nos fatos. Descobriu-se que as duas gráficas brindadas com os cheques de Valério foram fornecedoras da campanha eleitoral de Genro ao governo.

O caso ficou mais incômodo quando se revelou que o Ministério da Educação, durante a gestão de Tarso Genro, entre 2004 e 2005, contratou as duas gráficas por 186 000 reais. O contrato, para produzir folheters e material didáticos para o governo, foi feito sem licitação pública. O envolvimento de Genro com o va-

lerioduto no Rio Grande do Sul veio a público há nove meses, mas é um embaraço permanente. Afinal, quando o escândalo do mensalão estourou, em junho do ano passado, Genro deixou o Ministério da Educação para presidir o PT. Chegou com ímpetos saneadores. Anunciou, na época, que o partido precisava passar por uma “refundação” e até propôs que o PT não permitisse que os mensaleiros

petistas se lançassem candidatos na eleição seguinte. Como se sabe, não aconteceu nem uma coisa nem outra.

A confortável situação judicial dos mensaleiros gaúchos deve-se a duas razões. A primeira é que, como o mensalão estava sendo investigado pela Procuradoria-Geral da República, a Justiça gaúcha não podia aprofundar a apuração sobre a origem do dinheiro que abasteceu as arcas petistas no Rio Grande do Sul. Por isso, o promotor que cuida do caso, Ivan Melgaré, só pôde denunciar os dirigentes petistas pelo crime de formação de caixa dois. A segunda razão é que, quando um crime tem pena mínima inferior a um ano de prisão, como é o caso, a Justiça é obrigada a oferecer ao réu a substituição da prisão por uma pena alternativa, como a doação de cestas básicas. Os petistas dos pampas toparam na hora. Sugeriram apenas uma alteração, aceita pela Justiça. Em vez de pagar tudo de uma vez, como propôs o Ministério Público gaúcho, pediram para parcelar a dívida. Assim, todo dia 5 de cada mês, a antiga cúpula do PT gaúcho vai ao Lar de Santo Antônio dos Excepcionais, em Porto Alegre, e recolhe 350 reais aos cofres da instituição. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Dançarina da pizza recebe multa de R\$1 milhão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de maio do corrente.

A matéria relata que a deputada, dançarina da pizza no Congresso, Ângela Guadagnin (PT-SP), foi condenada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) a pagar uma multa no valor de R\$ 1 milhão, além de um ressarcimento no valor R\$ 8,91 milhões ao Tesouro municipal de São José dos Campos. O Tribunal de Contas do Estado concluiu que a ex-prefeita da

cidade praticou irregularidades na desapropriação de área da Tecelagem Parahyba e da Fazenda São José Agropecuária.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2006 | NACIONAL | O ESTADO DE S. PAULO

INVESTIGAÇÃO

Dançarina da pizza recebe multa de R\$ 1 milhão

TCE concluiu que Angela praticou irregularidades em desapropriações quando era prefeita

Fausto Macedo

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) condenou ontem a deputada Angela Guadagnin (PT-SP), dançarina da pizza no Congresso, ao pagamento de multa no valor de R\$1 milhão e ao ressarcimento de R\$8,91 milhões - valor de maio de 1996 - ao Tesouro municipal de São José dos Campos, interior paulista. O TCE concluiu que Angela, ex-prefeita da cidade (1993-1996), praticou irregularidades na desapropriação de áreas da Tecelagem Parahyba e da Fazenda

São José Agropecuária - por R\$19,5 milhões, 6 glebas de importância arquitetônica, histórica, cultural e paisagística com trabalhos de Burtel Marx -, que se transformaram no Parque da Cidade.

Para o conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, relator do processo no TCE, o preço ajustado estava superfaturado e houve desencontro entre a data do decreto expropriatório e a justificativa da desapropriação. O caso foi denunciado por um ex-vereador de oposição.

Para o TCE, o preço do metro

quadrado do laudo da prefeitura foi 199% acima do calculado por um engenheiro independente e 164% superior ao obtido na pericia contratada pela Câmara. O prejuízo do erário teria chegado a R\$13,14 milhões.

“A prefeitura pactuou a desapropriação em preço por cifra total expressivamente superior aos valores correntes de mercado, impondo significativo e injustificado comprometimento de recursos públicos”, assinalou Carvalho. Seu voto foi seguido por todos os outros conselheiros do Pleno do TCE.

“É estranho que a apreciação do caso tenha sido feita diretamente pelo Pleno da corte, não passando por uma de suas câmaras”, reagiu a deputada. “O TCE julga procedimento administrativo e a ele não cabe promover cobrança de multa, que é competência da Justiça.”

Corre na Justiça Federal processo sobre a desapropriação, porque o INSS é parte interessada. O INSS, credor da Parahyba, iria receber em 96 parcelas. “Fizemos um acordo triplice, o que a prefeitura deveria pagar à família Severo Gomes pagou direto ao INSS”, disse Angela. “Mas a administração do PSDB que me substituiu entrou com ação judicial, bloqueando os pagamentos. O Ministério Público mandou avaliar a área e chegou a um preço superior ao que a prefeitura encontrou.”

CONDENADA - Deputada que sambou na absolvição do colega João Magno terá de ressarcir Tesouro municipal em R\$ 8,91 milhões

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Crise boliviana traz problema inédito para a diplomacia”, publicada pelo jornal **Valor Econômico** em sua edição de 15 de maio de 2006.

A matéria trata da crise diplomática do Brasil com a Bolívia sobre a nacionalização do gás boliviano e mostra que “ex-chanceleres e ex-embaixadores protestaram publicamente contra o que consideraram uma reação excessivamente branda do governo”, acusando-o de não defender os interesses nacionais.

A matéria traz, ainda, declaração do ex-embaixador Jório Dauster, que chama a atenção para o fato

de que o Brasil, agora, será obrigado a defender não só os interesses nacionais mas também os interesses de multinacionais brasileiras.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Defesa de múltis brasileiras entra na agenda

Crise boliviana traz problema inédito para a diplomacia

Sergio Leo De Brasília

A crise diplomática do Brasil com a Bolívia mostrou uma faceta inédita na história da política externa brasileira: a emergência de empresas multinacionais com sede no Brasil e operações em países instáveis política e economicamente criou um desafio ainda sem resposta adequada da diplomacia nacional. O impasse causado por declarações agressivas contra as empresas EBX e Petrobras e a resposta amena do governo brasileiro reacendeu críticas à condução da política externa brasileira.

Parte das críticas não se sustenta em precedentes na história diplomática. Não é costume do governo brasileiro manifestar-se duramente por notas ou declarações públicas em resposta aos raros conflitos com os países vizinhos. Na longa história de desentendimentos entre Brasil e Argentina, por conflitos comerciais no Mercosul, por exemplo, o governo brasileiro absorveu diplomaticamente e até ajudou a negociar a aprovação dos sócios menores, Uruguai e Paraguai, para uma medida de peso no comércio bilateral, a decisão unilateral argentina de reduzir a zero as tarifas para importação de bens de capital — um duro golpe nas vendas de máquinas e equipamentos para a indústria do Brasil.

Tomada em 2001, a medida argentina foi absorvida em um “waiver” (concessão) do Mercosul, defendido pelo então ministro de Relações Exteriores Celso Lafer como uma “questão de estratégia” e um gesto de “solidariedade” na política de integração sul-americana do governo. Pouco depois, insistentes

declarações contra o Mercosul do então ministro da Economia argentino Domingo Cavallo, levaram o Itamaraty a editar nota em que a mais forte reação à hostilidade do vizinho era a manifestação de “estranheza” do governo brasileiro. O único a elevar o tom nos conflitos com os argentinos foi o ministro de Relações Exteriores do Brasil, em 1999, Luiz Felipe Lampreia, que chegou a ameaçar a não participação do Brasil em reuniões do Mercosul, devido à outra decisão unilateral argentina, uma resolução que criou salvaguardas automáticas — logo revogadas com a reação brasileira.

Também em 2001, foi tomada uma das mais fortes medidas de um país estrangeiro contra os interesses nacionais, a decisão do Canadá de proibir a importação de carne brasileira sob acusação de suspeita da doença da “vaca louca”. Gerou, do Itamaraty, uma nota cautelosa, em que se acusava a medida canadense de não encontrar justificativas nas circunstâncias objetivas e anunciava que o governo se reservava “o direito de tomar as medidas convenientes”. Também naquela época, o governo foi acusado de reagir de forma tímida contra agressão externa. Como hoje, a reação pública levou o governo, pouco a pouco, a adotar um tom mais forte.

Só uma vez na história, porém, tantos ex-diplomatas graduados se uniram a uma onda de críticas à política externa, como aconteceu, neste mês, contra a reação da diplomacia à nacionalização do gás na Bolívia, que afetou principalmente a Petrobras, como maior investidor no país, e levou a empresa a ser cercada por tropas bolivianas,

em 1962, no governo João Goulart, em oposição ao chanceler Santiago Dantas, quatro ex-ministros de Relações Exteriores chegaram a publicar um manifesto no jornal “O Globo”, contra a posição do governo, pela permanência de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA).

No atual caso boliviano, ex-chanceleres e ex-embaixadores protestaram publicamente contra o que consideraram uma reação excessivamente branda do governo. Os ex-embaixadores Rubens Ricuperio, Rubem Barbosa, Marcos Azambuja e Sebastião do Rego Barros criticaram a falta de prevenção contra as medidas do governo Evo Morales. Barbosa, Azambuja e Rego Barros chegaram a atribuir razões “ideológicas” do governo para aceitar as ações de Morales. Ricuperio acusou o governo de não defender os interesses nacionais.

O chanceler Celso Amorim, em depoimento ao Senado, reconheceu que poderiam ter sido usados termos mais fortes na nota oficial assinada pelo Brasil sobre o tema. Defendeu-se argumentando que reclamações mais severas foram dirigidas diretamente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Morales, nas conversas privadas entre os dois presidentes. Amorim acabou rendendo-se à constatação

de que foi uma afronta adicional o uso de tropas na intervenção boliviana e classificou de “adolescente” o uso de tropas na ação do governo Evo Morales.

Autor da reação mais diplomática ao comportamento do governo na crise boliviana, o ex-embaixador Sérgio Amaral, ex-ministro e porta-voz no governo anterior, ressaltou um ponto comum nas acusações à política externa do governo Lula: duas características novas na ação diplomática brasileira teriam contribuído para sabotar as ações de aproximação com os vizinhos no continente: a campanha aberta por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (que provocou desconfianças especialmente na Argentina) e o lançamento sucessivo de candidaturas a vários postos de relevo internacional, entre eles a secretaria-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em que o Brasil derrubou as chances do candidato uruguaio, Pérez del Castillo. O governo se defende

com o argumento de que todos os países da região, à exceção da Argentina, apoiaram a candidatura brasileira à ONU.

“Nunca se tentou tão explicitamente afirmar a liderança brasileira”, nota o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia. Ele e Amaral levantam outro problema emergente, o surgimento de presidentes de linha populista, a frente de movimentos de massa na América do Sul, estimulados pelo fracasso das políticas liberais na região. “Há um começo de rota de coesão com a Venezuela”, alerta Lampreia. “O Brasil tem de ter firmeza, não basta, nem ameaçadora, mas pelo respeito aos contratos e tratados.”

Até diplomatas que rejeitam a acusação de “fracasso” lançada contra a política externa, como o ex-embaixador Jório Dauster, lamentam algumas decisões do governo, como o convite ao venezuelano Hugo Chávez para a reunião convocada por Lula em reação à nacionalização boliviana. Dauster, com uma bem sucedida passagem pelo setor privado, se esquivou da discussão sobre a influência ideológica nas opções de política externa, e chama atenção para o componente realmente novo no caso boliviano. “A recente afirmação do Brasil como uma potência nacional, com multinacionais brasileiras, só agora começa a pesar”, analisa. “Isso obrigará a diplomacia brasileira a fazer uma reflexão muito profunda: agora, como nunca, será obrigada a defender, não só os interesses nacionais, mas os interesses de empresas, algo muito novo para os diplomatas.”

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “A arte de escrever”, de autoria do filósofo e professor gaúcho Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 15 de maio do corrente.

O artigo é excelente. O Professor Denis comenta as reações ao seu último artigo, intitulado “*Nunca Antes*”.

O que resta quando a realidade se mostra tão aterradora, exibindo o lamaçal em que afundou a política brasileira sob a égide do partido que se dizia o representante da ‘ética na política’, senão apelar para

A arte de escrever

Denis Lerrer Rosenfield

Estilos de escritura têm a virtualidade de suscitar diferentes reações dos leitores. Um artigo analítico, trabalhando com argumentos, visa a encontrar eco na capacidade racional de entender, onde o conceito e a frieza primam sobre outras formas de compreensão. Não que o argumento não possa provocar reações apaixonadas, mas essas reações estão, ou deveriam estar, circunscritas pelos processos racionais do diálogo e do raciocínio. Um artigo irônico, por sua vez, trabalha com o limite do argumento, com seus efeitos paradoxais, podendo tanto suscitar o riso como a indignação, sem se preocupar com a sua coerência e adequação aos fatos. Ou melhor, as palavras são usadas ao arripio da realidade com o intuito de mostrar o absurdo mesmo desta realidade. Palavras são usadas diferentemente. A lógica é outra.

Ao escrever meu último artigo, *Nunca antes*, coloquei-me claramente nesta segunda opção de escritura, pois as mentiras, a corrupção sistêmica de uma “organização criminosa” e a falta completa de ética provocam tal indignação que a resposta também pode ser dada sob a forma da ironia e do sarcasmo. O que resta quando a realidade se mostra tão aterradora, exibindo o lamaçal em que afundou a política brasileira sob a égide do partido que se dizia o representante da ‘ética na política’, senão apelar para um tipo de escritura que procura

e risíveis de uma “inusitada” e “desencontrada” situação?

Na escritura desse artigo, procurei realçar alguns tons que, de tão absurdos, como o de que a Petrobrás teria sido criada em três anos e meio, não tendo nenhuma história anterior, exceto sob a forma da homonímia, não dariam lugar à incompreensão. Cheguei até a pensar que abandonava o campo da fina ironia. Qual não foi a minha surpresa quando recebi um expressivo número de e-mails agressivos, criticando-me, precisamente, por defender o governo Lula. Palavras como “imbecil” não foram raras, e não foram das mais descorteses, dada a indignação provocada. Indignação comigo por supostamente defender “um governo que é o verdadeiro alvo de tal indignação. Na verdade, os impropérios que recebi não me tinham verdadeiramente como destinatário, senão indiretamente. E bem verdade que outro expressivo número de leitores fez a leitura correta do meu artigo. A pergunta, no entanto, não deixou de martelar a minha cabeça: o que faz com que leitores inteligentes tenham perdido a capacidade de perceber a ironia?

Uma resposta seria, evidentemente, a inépcia da escritura. A questão, por esse lado, continua em aberto e não cabe a mim decidí-la. Se fosse o caso, porém, ela teria provavelmente se manifestado sob a forma de uma crítica à ironia ou a seu estilo pretensamente grosseiro, o que não ocorreu em nenhuma das mensagens, nem as críticas, nem as elogiosas. O problema parece residir no tipo de realidade a que o artigo alude sob a forma do sarcasmo. Ou seja, os leitores e os cidadãos que acompanham esse desdobramento melancólico e farsante do atual governo e de seu partido não suportam mais tal situação, exacerbada ainda pelo fato de o presidente Lula poder ainda se reeleger, apesar de tudo o que, em seu nome, foi feito. Neste sentido, as pessoas estariam perdendo a capacidade de rir, sobrando apenas a reação indignada e irada.

um tipo de escritura que procura expor os aspectos dramáticos e risíveis de uma ‘inusitada’ e ‘desencontrada’ situação?

Por fim, Sr. Presidente, requiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A realidade não tem nada de risível e um artigo irônico procura precisamente suscitar uma outra forma de indignação, que tem na descontração um outro modo de comportamento. Chegamos a um grau extremo, em que a mentira, de tão deslavada, cessa de produzir efeitos, tal a forma reiterada de sua repetição. Precisamos aguardar a denúncia do procurador-geral da República para que viessemos a falar de uma forma juridicamente fundada de uma “sofisticada organização criminosa”. Precisamos aguardar a entrevista do ex-secretário-geral do partido, Silvio Pereira, para que pudéssemos

observar mais de perto um acerto de contas interior à própria “organização”. Aliás, sua mensagem foi clara: na ausência de atenção, do carinho que o presidente dispensa aos outros membros “caídos” do governo e do partido, ou de recursos financeiros que lhe permitam sair dessa condição em que se encontra, o até então chamado amigavelmente de “Silvinho” virá a público expor o mecanismo de sua “queda”, podendo abalar efetivamente a “República petista”. O recado foi “compreendido” e, na CPI, ele voltou a ficar calado. Normalmente, um recado desse tipo, no melhor estilo mafioso, se laria na ausência dos holofotes públicos. No entanto, a publicidade dessa mensagem mostraria, entre outras coisas, que esse ex-alto personagem do PT teme também por sua própria vida e procura se resguardar por intermédio da imprensa. Esse temor chegou mesmo a ser afirmado na entrevista concedida ao jornal *O Globo*. A que ponto chegamos?!

Como se não fosse o suficiente, os atuais membros do governo e do partido partiram para mentiras e desqualificações no melhor estilo stalinista. Uma das pérolas foi a de que o ex-todo-poderoso diri-

geiro, próximo de Lula e de José Dirceu, estaria emocionalmente desequilibrado. Outra, a de que estaria “espiritualmente atormentado”. Outra ainda, a de que mente, como se mentirosos continuazes. Vivessem qualquer dignidade para assim qualificar ex amigos. O que gostariam de fazer? Mandá-lo para um hospital psiquiátrico especializado em tratamentos políticos de choque? A questão reside em que o “tormento” tomou conta de nossa realidade política, fazendo com que os critérios morais abandonassem essa arena. E as pessoas, com justa razão, têm cada vez menos paciência para lidar com ela. Desculpem-se meus leitores se dela me utilizei para suscitar um outro tipo de indignação, com o intuito de mostrar que o “nunca antes” significava “nunca mais” tal tipo de governo. Não me equivoquei, porém, na reação indignada, pois ela mostra perfeitamente que a própria realidade transbordou qualquer limite moral, e também jurídico e político. ●

Denis Lerrer Rosenfield
é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail:
denisrosenfield@terra.com.br

O que faz leitores inteligentes deixarem de perceber a ironia?

ciente, os atuais membros do governo e do partido partiram para mentiras e desqualificações no melhor estilo stalinista. Uma das pérolas foi a de que o ex-todo-poderoso diri-

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Por que essa bofetada em nós?”, publicada na revista **Época** na sua edição de 8 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Marcelo Musa Cavallari, mostra que as últimas ações de Evo Morales e Hugo Chávez colocam em xeque a liderança de Lula na América Latina.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para re-querer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Por que essa bofetada em nós?

Com a nacionalização do gás da Bolívia, Evo Morales e Hugo Chavez põem em xeque a liderança de Lula na América Latina

MARCELO MUSA CAVALLARI

Em sua mais recente edição, a revista *Time* publicou a lista das cem personalidades mais influentes do planeta. Para a *Time*, só há um líder latino-americano digno de menção. E não é o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. O latino-americano mais influente é o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Em sua mais nova investida, Chávez resolveu apadrinhar a decisão boliviana de nacionalizar o gás, principal riqueza com que a

Bolívia, país mais pobre da América do Sul, pode contar. Com o gesto oportunista, Chávez reforçou sua imagem de liderança na América Latina, em um claro desafio ao papel tradicionalmente exercido pelo Brasil.

A escolha da *Time* reflete o sucesso que Chávez vem obtendo com suas iniciativas populistas pelo continente, financiadas pelo petróleo a US\$ 70 o barril. Chávez contrapõe ao modelo de integração continental defendido pelo Brasil, baseado em alianças em torno do Mercosul, sua própria visão de um continente unido, basicamente, pela oposição aos Estados Unidos. A reportagem da *Time* cita uma frase reveladora do es-

tilo e das preferências de Chávez. Nella, Chávez faz referência à secretária de Estado americana, Condoleezza Rice: “Eu pisco aqueles que me incomodam. Portanto, não mexa comigo, Condoleezza”.

Chávez chegou ao poder pelo voto depois de tentar o caminho das armas. Em 1992, quando ainda era um militar da ativa, tentou um golpe de Estado. Passou dois anos na cadeia e voltou

à cena pelas urnas. Com traços indígenas, contrasta com a velha elite política venezuelana, que sempre hostilizou. Sua popularidade lhe permitiu mudar a Constituição do país de modo a obter uma parcela de poder hoje muito difícil de ser diminuída. Carismático, Chávez goza de enorme popularidade entre as camadas mais pobres das cidades de seu país e não se acanha em usar essa população como tropa de choque em grandes manifestações de rua cada vez que enfrenta problemas com a oposição.

Trata-se de um perfil similar ao do boliviano Evo Morales. Morales é o primeiro indígena a vencer uma eleição e tomar posse da Presidência da Bolívia. Nascido em uma comunidade indíge-

“Pedimos às petroleiras que respeitem nossa dignidade. Senão, nós nos faremos respeitar à força, porque se trata de respeitar interesses de um país”

Evo Morales

(à esq., na foto), presidente da Bolívia, ao anunciar a nacionalização do gás

“Não temos alternativa senão a integração para tirar nossos povos da miséria, do atraso e levar adiante um projeto de desenvolvimento integral e equilíbrio latino-americano”

Hugo Chávez

(à dir., na foto), presidente da Venezuela, ao fim da reunião com Brasil, Argentina e Bolívia para discutir a nacionalização do gás boliviano

na pobre de Orinoca, Morales pertence à etnia aimará, que habita os Andes bolivianos e peruanos. Desde a campanha, usa roupas características de seu povo. Não pôs terno e gravata nem no dia da posse. Fala sempre com uma voz calma. Seu radicalismo se mede mais pelas atitudes que toma que

pela veemência com que discursa.

Num gesto de efeito, Morales escolheu o 1º de maio, Dia do Trabalho, para cumprir uma promessa de campanha: nacionalizar a produção de gás. A medida atinge em cheio a Petrobras. A Petrobras investiu US\$ 1,3 bilhão na exploração do gás boliviano, responsável por 5% da energia brasileira. Ela produz 57% do gás natural da Bolívia, garante 24% de toda a arrecadação de impostos boliviana e responde por 20% do PIB do país. O restante da produção de gás está dividido entre outras estrangeiras, como a Repsol-Andina (espanhola) e a BG Bolívia (britânica).

Com tropas do Exército invadindo refinarias e postos de gasolina da Petrobras, Morales levou adiante uma lei aprovada no ano passado que reverteu o processo de privatização dos anos 1990. Antes sujeitas a um imposto de 18% sobre o lucro da produção, as estrangeiras viram essa porcentagem su-

“Na verdade, foi um assalto à mão armada, nós temos de jogar pesado”, diz Paulo Tarso Flecha de Lima

bir para 50% no ano passado e, finalmente, para 82%. O governo boliviano decidiu assumir a produção e estabeleceu um prazo de 180 dias para conduzir as negociações de transferência dos ativos para o Estado.

Morales repete uma tendência que o próprio Chávez seguiu ao chegar

à Presidência em 1998: atrelar um projeto nacionalista ao preço dos combustíveis fósseis, em alta no mercado mundial. Chávez não precisou estatizar o petróleo venezuelano, já monopólio da estatal PDVSA. Mas a aparelhou para colocá-la a serviço de seu projeto político. No fundo, ele pôs em prática uma variante de uma nova modalidade econômica que tem tomado a cena depois das décadas de privatização do final do século XX: o novo capitalismo de Estado. O acadêmico americano Francis Fukuyama, numa frase célebre, escreveu na década de 90 que a História ►

INDÍCIOS O ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia, Solis Hada, explica a nacionalização em La Paz. O Brasil fora avisado

tinha acabado. Significava o triunfo pene da idéia da economia de mercado. Mas parece que a História não acabou.

A economia que mais cresce no mundo, a China, tem se expandido internacionalmente através de companhias estatais (leia artigo do colunista Fareed Zakaria à pág. 42). O mesmo vem acontecendo na Rússia, onde o Estado voltou a controlar setores importantes da economia. Dubai, nos Emirados Árabes, e Cingapura também têm obtido taxas de crescimento significativas e grande presença internacional através de companhias estatais. Agora é a vez de a Bolívia tentar imitar o modelo chavista, com o apoio explícito do venezuelano. Como a Bolívia não tem pessoal capacitado para substituir os técnicos das multinacionais, a invasão das instalações da Petrobras só foi possível porque técnicos da venezuelana PDVSA estão trabalhando com os bolivianos.

A questão da posse do gás é a principal disputa política na Bolívia desde o início do século XXI. O primeiro acordo a discutir a cooperação com o Brasil, chamado Tratado de Roboré, foi assinado em 1938. Durante o governo JK, ele foi atualizado, e grupos privados foram proibidos de explorar o gás boliviano. Em maio de 1974, um novo acordo foi assinado em Cochabamba pelos generais Ernesto Geisel, do lado brasileiro, e Hugo Banzer, do boliviano. Em 1992, os dois países chegaram a um acordo definitivo e, no ano seguinte, foi firmado o contrato entre a Petrobras e a estatal boliviana, YPFB. "Essas negociações nunca foram de empresa a empresa, mas de governo para governo", afirma o ex-ministro da Fazenda e diplomata Rubens Ricupero, que esteve envolvido nas negociações com a Bolívia.

Entre os bolivianos, a aceitação à presença brasileira nunca foi uma unanimidade. Os dois antecessores de Morales caíram por causa do descontentamento popular com a gestão das reservas de gás. Em 2004, 92% dos bolivianos se manifestaram a favor da nacionalização em um plebiscito sobre a questão. O gesto de Morales não pode, portanto, ser considerado nenhuma surpresa para os brasileiros. Ele representa, porém, uma quebra de contra-

to internacional. "O que a Bolívia fez foi uma ruptura unilateral dos acordos em que a Petrobras se baseou para investir", afirma Ricupero.

Embora o embaixador do Brasil na Bolívia, Antonino Mena Gonçalves, negue que o governo brasileiro soubesse com antecedência do conteúdo do decreto boliviano, desde o Carnaval houve pelo menos três sinais de que algo estava para acontecer. Durante o feriado, a Petrobras, com base em estudos que diziam que o Brasil precisaria de mais gás, negociava o aumento do investimento na Bolívia. Pouco antes de fechar o acordo – só faltava a assinatura –, o ministro das Minas e Energia da Bolívia, Solis Hada, avisou o governo Lula que adiaria o compromisso. Foi o primeiro sinal.

O segundo aconteceu em 17 de abril, dia da reunião do conselho administrativo da Petrobras, no Rio de Janeiro, com a presença dos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Guido Mantega (Fazenda) e Silas Rondeau (Minas e Energia). Naquele dia, Hada esteve no Bra-

sil e avisou o governo brasileiro de que haveria uma medida mais drástica, por decreto. Dois dias depois, veio o terceiro sinal: um telefonema ao governo brasileiro com a informação de que haveria uma exploração política, com o Exército boliviano posando para foto diante das refinarias. Depois dos três sinais, iniciou-se na segunda quinzena de abril uma negociação diplomática para

abrandar a medida de Morales. O movimento não surtiu efeito.

Na quarta-feira, o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, convocou uma coletiva de imprensa para explicar a situação na Bolívia. No tom mais duro usado até agora para tratar da nacionalização, Gabrielli descar-

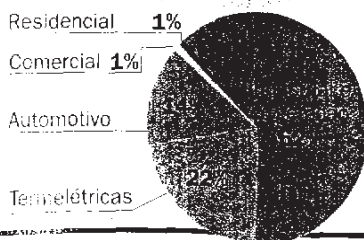
tou novos investimentos ali. Cancelou a proposta de ampliar o gasoduto Brasil-Bolívia e afirmou que recorrerá aos tribunais internacionais para manter o preço do gás exportado para o Brasil. "Estamos suspendendo qualquer possibilidade de investimento adicional na Bolívia. Vamos defender nossos interesses e não concordamos em alterar preços", afirmou.

Se a posição da Petrobras foi firme, a da diplomacia brasileira foi morna. "Foi uma reação de quem está mais preocupado em mostrar solidariedade ideológica do que em defender os interesses nacionais", diz o ex-embaixador do Brasil em Washington Rubens Barbosa. "Na verdade, foi um assalto à mão armada. Temos de jogar pesado", diz o ex-embaixador em Londres Paulo Tarso Flecha de Lima. Para ele, reconhecer os direitos da Bolívia de nacionalizar o gás, como fez o presidente Lula, derrota até a argumentação da Petrobras em um tribunal internacio-

"Não é porque o governo dá prioridade à América do Sul que surgiu esse problema", diz Amorim

CONSUMO DO GÁS

Antes de afetar diretamente o consumidor, a ação de Evo Morales deve prejudicar as indústrias



nal. "Se reconhecemos a legitimidade do ato, como podemos brigar por isso na Justiça?", pergunta ele.

O ex-ministro Ricupero lembra um precedente histórico nas relações entre Brasil e Bolívia. Em 1903, durante a disputa pelo atual território do Estado do Acre, o então presidente da Bolívia, general Bando, tentou garantir a posse com o envio de tropas militares. A reação do Barão de Rio Branco, chefe da diplomacia brasileira, foi viril. Houve também envio de militares à área. "O Brasil não poderia aceitar, calado, que a Bolívia ocupe com forças militares as instalações de uma empresa brasileira e dizer, depois, que aceitamos negociar", diz Ricupero. "Isso vai contra os nossos princípios. A diplomacia brasileira nunca aceitou negociar nem sob pressão, nem sob ameaça."

De acordo com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, as críticas à diplomacia brasileira são "oportunistas". Amorim afirma que os problemas com o gás boliviano têm mais de dez anos.

"Não é possível dizer que, porque esse governo dá prioridade à América do Sul, então surgiu esse problema", diz Amorim. "Ao contrário, é porque esse governo dá prioridade à América do Sul que temos boas chances de resolvê-lo."

Há uma série de fatos, além da atitude da Bolívia, que mostram o projeto sul-americano do Brasil em risco (leia sobre o retrocesso na América Latina na coluna de Paulo Guedes, à pág. 28). Em primeiro lugar, Paraguai

e Uruguai, sócios fundadores do Mercosul, estão anunciando a intenção de negociar um acordo de livre-comércio com os EUA. A Argentina impôs um mecanismo de salvaguardas comerciais, contrariando acordos do Mercosul. "O Mercosul está em marcha à ré", diz o ex-embaixador brasileiro em Paris Sérgio Amaral. Por fim, segundo Amaral, há uma divisão entre os países do continente que são a favor e contra a Área de Livre Comércio das Américas, a Alca.

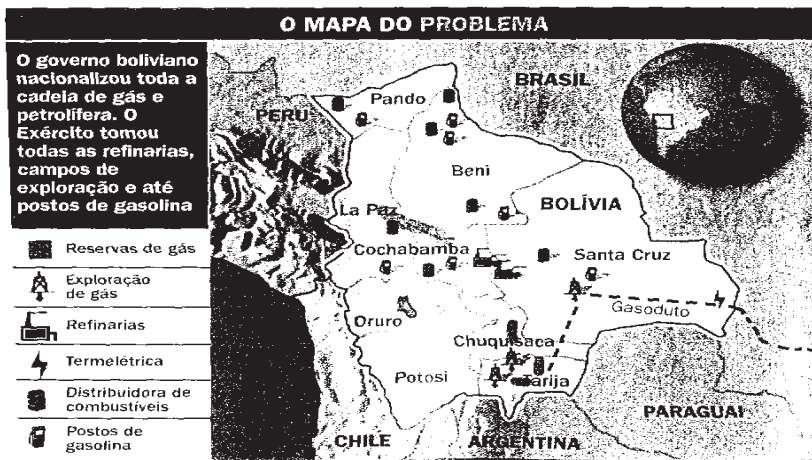
É justamente nessa questão que se faz sentir a influência de Hugo Chávez. "Há uma nova linha de Tordesilhas dividindo o continente", diz Amaral. O Brasil estaria no grupo de países cujo interesse deveria priorizar a Alca. Chávez lidera, porém, a criação da Alternativa Bolivariana para as Américas, a Alba, uma união de resistência ao domínio dos EUA no continente. Por enquanto, a Alba teve a adesão apenas

de Bolívia e Cuba, ambos os países beneficiários de generosas contribuições financiadas pelo petróleo venezuelano.

De acordo com a revista britânica *The Economist*, a nacionalização do gás boliviano representa uma vitória da liderança de Chávez sobre Lula no continente. "Nenhum país sul-americano manifestou publicamente solidariedade ao Brasil na crise", afirma Rubens Barbosa. Ele diz que a presença cada vez mais forte de Chávez está criando um novo eixo na América do Sul. "Não se pode mais falar de um eixo Brasília-Buenos Aires. Ele está sendo substituído por um eixo Caracas-Buenos Aires", afirma Barbosa. "Todas as iniciativas na América do Sul estão sendo geradas pela Venezuela." E, enquanto o projeto de liderança do Brasil no continente se sustenta apenas na retórica do governo Lula, o de Chávez está assentado nas imensas reservas de petróleo da Venezuela.

GUILHERME EVELIN, ISABEL CLEMENTE E MATHEUS LEITÃO

"O eixo Brasília-Buenos Aires está sendo substituído por Caracas-Buenos Aires", diz Barbosa



A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar que o jornal **Folha de S. Paulo** estará lançando, no próximo domingo, um novo projeto gráfico para o jornal. Com isso, a **Folha** terá reportagens, artigos e novos instrumentos editoriais que ajudarão a aprofundar e contextualizar melhor os fatos publicados.

Portanto, é no contexto dessa informação que faço o registro da matéria intitulada "**Folha** lança novo projeto gráfico", publicada na edição do último domingo, 14 de maio. Para que passe a constar dos Anais do Senado Federal, requeiro que esta matéria seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a **Folha de S. Paulo**, que sempre busca mudanças que possam enriquecer seu jornalismo.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores,

A Notícia publicada hoje, pelo jornal **Folha de São Paulo**, de que o Governo planeja conceder o Bolsa-Família para os sem terra, não deveria causar espanto a ninguém.

Esta vem sendo a prática do Governo do Presidente Lula: fazer dos programas sociais, principalmente do Bolsa-Família, a grande moeda de troca para as eleições do dia 3 de outubro.

Não causa surpresa, portanto, que agora, o Presidente tenha decidido incluir entre os beneficiários do programa de transferência de renda os trabalhadores sem-terra, a respeito dos quais o próprio Governo diverge sobre o número de famílias em todo o País.

De acordo com a Ouvidoria Agrária Nacional, vivem nessa situação, hoje, cerca de 1 milhão de

pessoas, ou seja, 285% a mais do que em outubro de 2002.

Números que o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Casse, duvida que sejam confiáveis.

Para compensar tamanha incompetência o Governo agora quer ganhar o voto dos sem-terra barganhando com eles através do cartão do Bolsa-Família!

O que não está sendo dito é que essa é apenas uma promessa eleitoreira que não será cumprida até 3 de outubro.

Quem, em sã consciência acredita que o Governo terá condições de localizar cerca de 1 milhão de acampados que se espalham pelo País até a eleição?

É tão vergonhosa a proposta do Governo, que nem mesmo integrantes da coordenação do Movimento dos Sem Terra concordam com ela.

De acordo com Marina Santos, do MST, o Bolsa-Família pode criar uma dependência dos acampados com o Governo.

Ou seja, ao em vez de promover a reforma agrária, tão prometida, o Governo do Presidente Lula está jogando o Bolsa-Esmola para os sem-terra.

Se esse fosse um governo sério, com intenções sérias a respeito dessa parcela de sua população, teria levado a efeito as promessas de campanha e assentado as milhares de famílias que vivem embaixo de lonas, sem assistência médica, sem escola para seus filhos, sem condições mínimas para produzir e tirar da terra o seu sustento.

É assim que age um governo que respeita aquele que produz. Garantindo-lhe as condições para trabalhar e não oferecendo uma esmola, que humilha e mantém na condição de dependente aquele que recebe.

— Lúcia Vânia

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONCIAMENTO.

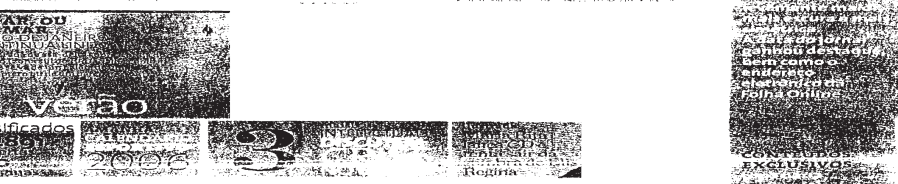
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha lança novo projeto gráfico

Mudanças que estréiam no próximo domingo facilitam a leitura e aperfeiçoam o conteúdo noticioso

Os principais elementos do modelo de novo projeto gráfico da Folha de S. Paulo estão sintetizados em um documento que descreve as mudanças essenciais do dia a dia e os pontos de destaque.

ANOVA PRIMEIRA PÁGINA Os principais elementos do modelo de novo projeto gráfico da Folha de S. Paulo estão sintetizados em um documento que descreve as mudanças essenciais do dia a dia e os pontos de destaque.



CPI quebra sigilo de fundos

Oposição suspeita de participação de estatais no esquema do mensalão; empresas negam

Fronte do 'bico' quer pesquisar fábrica de arma paguê de pesca

EUA prendem suspeitos de terror ataque

Agência vota negociação entre Varg e Ocean Air

FÁCIL LOCALIZAÇÃO A nova organização da 'Primeira Página' e da Folha permite que o leitor encontre rapidamente as notícias que deseja ler.

A Folha de S. Paulo anunciou hoje o lançamento de um novo projeto gráfico, que será implementado no próximo domingo. O novo modelo de projeto gráfico da Folha de S. Paulo está sintetizado em um documento que descreve as mudanças essenciais do dia a dia e os pontos de destaque.

O novo projeto gráfico da Folha de S. Paulo tem como objetivo facilitar a leitura e aperfeiçoar o conteúdo noticioso. As principais mudanças incluem a adoção de uma nova tipografia, o uso de cores para destacar títulos e subtítulos, e a implementação de uma nova estrutura de layout.

Além disso, o novo projeto gráfico da Folha de S. Paulo também prevê a implementação de uma nova estrutura de conteúdo, com a criação de uma nova seção de notícias e a ampliação da cobertura de assuntos de interesse público.

NOVAS CORES A reforma privilegia as cores no jornal, mas de maneira organizada e com uma paleta mais moderna de tonalidades.

FOLHA DE S. PAULO: O novo projeto gráfico da Folha de S. Paulo está sintetizado em um documento que descreve as mudanças essenciais do dia a dia e os pontos de destaque.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Do fracasso à humilhação”, de autoria do articulista Roberto Pompeu de Toledo, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 10 de maio do corrente.

O artigo comenta as atitudes do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante da crise com a Bolívia e classifica a atuação do Governo brasileiro como uma das reações mais tíbias, tímidas e vacilantes já produzidas pela diplomacia brasileira.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Do fracasso à humilhação

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

Com a questão da Bolívia, a política externa do governo Lula desceu a seu ponto mais baixo

Uma instalação brasileira foi tomada *manu militari* por um governo estrangeiro, pela penúltima vez, no distante 12 de novembro de 1864, quando o governo paraguaio apreendeu o navio brasileiro *Marquês de Olinda*. Deu em guerra. A última vez ocorreu na segunda-feira, 1º de maio, quando o governo de Evo Morales despachou tropas para ocupar os campos de gás da Petrobras na Bolívia. Deu numa nota em que o governo brasileiro afirma reconhecer a decisão boliviana como “ato inerente à sua soberania”.

Não. Não se está dizendo que, à semelhança do governo imperial brasileiro, o governo Lula devesse enviar seus Urutu ao altiplano boliviano. Mesmo porque a subida é íngreme, as curvas no caminho são perigosas e o ar rarefeito que se respira por lá costuma tontear os forasteiros. Mas a evocação daquele outro momento histórico serve para enfatizar a enormidade que é recorrer à ocupação militar, ainda que simbólica, ainda que sem disparar um tiro, numa disputa com outro país. Se não é ato de guerra, é um gesto de hostilidade profunda. Em resposta, o governo Lula apresentou uma das reações mais tíbias, tímidas e tatibitates já produzidas pela diplomacia brasileira. Com isso, pôs em campo uma nova modalidade de reação aos desafios externos — a política de oferecer a outra face. Eis no que resultou a política externa “altiva” que o governo do PT julga ter implantado.

Poucos governos brasileiros ostentaram tanta exuberância em sua política externa. Não bastou, ao presidente operário, ter realizado o sonho de virar presidente. Imaginou-se um líder para o continente, talvez até para o mundo, ao qual ensinaria o caminho de relações mais equitativas. Amparava-o, no devaneio, um Itamaraty cheio de ardor terceiro-mundista. Para os vizinhos mais próximos, Lula e o Itamaraty imaginaram uma Comunidade Sul-Americana de Nações que, juntando o Pacto Andino e o Mercosul, as duas estruturas supranacionais já existentes, uniria os Estados associados em torno de uma moeda, um passaporte e um Parlamento comuns. A Comunidade Sul-Americana foi lançada numa reunião em Cuzco, realizada sob inspiração brasileira, em dezembro de 2004. Em abril do ano seguinte, num de seus arroubos característicos, Lula diria: “Eu tenho a convicção de que o que nós fizemos na América do Sul nesses dois primeiros anos foi um avanço maior do que o que foi conquistado nos últimos quarenta ou cinquenta anos”.

O panorama da América do Sul, hoje, é de luta de todos contra todos. O Pacto Andino se desfaz nas brigas entre a Venezuela, de um lado, e o Peru e a Colômbia, de outro. O Mercosul, que já vinha cambaleante em razão das eternas querelas entre Brasil e Argentina, sofre agora a ameaça de retirada do Uruguai, para assinar tratado de livre-comércio com os Estados Unidos. Lula, coitado, que imaginou ser o natural condutor do processo sul-americano, virou cego no meio de tiroteio. O fracasso no continente soma-se ao de conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, ao de estabelecer relações privilegiadas com a China e a Índia e a tantos outros que fazem da diplomacia de Lula uma campeã de trapalhadas.

Na semana passada mudamos de patamar. Não é mais de fracasso que se trata, mas de humilhação. O secretário-geral e ideólogo-mor do Itamaraty terceiro-mundista, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, esteve na Bolívia nas vésperas da investida de Evo Morales. Não lhe contaram nada. Também não contaram nada a Lula. Seguiram-se a ocupação militar e a pífia nota brasileira. Para culminar, uma reunião quadripartite arranjada às pressas e realizada na quinta-feira terminou com os presidentes Lula, Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Evo Morales com as mãos juntas, umas em cima das outras, Lula e Evo Morales lado a lado, mão na mão, o presidente brasileiro posando de amiguinho daquele que dois dias antes tomara militarmente instalações de uma empresa-símbolo do Brasil. Lula oferecia mais que a mão. Entregava a outra face.



Por falar em Guerra do Paraguai... Para azar dos bolivianos, Evo Morales tem um traço em comum com Solano López, o caudilho que arrastou seu país àquela conflagração. Não, não é que ambos sejam líderes “anti-imperialistas”, segundo uma tola fantasia criada nas últimas décadas em torno do presidente paraguaio, na verdade um tiranete vulgar, que tipicamente administrava o país como um fazendão particular, degolava os generais de que desconfiasse e mandava meninos de 10 anos para as batalhas. O que os une é a vocação suicida. López julgou que podia estender seus domínios aos vizinhos Brasil e Argentina. Levou seu país à ruína e acabou morto. Evo Morales escolheu hostilizar o único comprador possível de sua maior riqueza natural. O que vai provocar de mais duradouro no Brasil é a corrida pelas alternativas a seu gás. A curto prazo, pode até conseguir aumento de preço. A longo prazo, arrisca ficar sem outra utilização para seu produto senão queimá-lo em bonitos espetáculos pirotécnicos ou encher balões.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Teste de sintonia”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de maio deste ano.

O jornalista Valdo Cruz, em seu artigo, destaca que a queda da bolsa e a subida do dólar ameaçam a calma do mercado neste ano de eleição e que isso pode ser o primeiro teste para a nova equipe econômica do Presidente Lula. Ocorre que, para esse teste, pesa o fato da total falta de sintonia entre o Ministério da Fazenda e Banco Central, que se estranham desde a posse de Guido Mantega. Segundo o autor, “se Lula

ganhar um segundo mandato, Meirelles e Mantega não continuam no mesmo barco”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VALDO CRUZ

Teste de sintonia

BRASÍLIA - Dia de mercado financeiro agitado ontem —dólar disparando, Bolsa despencando. Resultado: a calma na economia ameaçada no ano da eleição.

Pode ser o primeiro teste para a nova equipe econômica do presidente Lula. Sua sorte é que a economia hoje está mais forte e não deve enfrentar crise igual à de 2002, quando a inflação disparou.

Seu lado fraco é que não anda muito sintonizada. Ministério da Fazenda e Banco Central se estranham desde a posse de Guido Mantega —apesar dos esforços de ambos para demonstrar cordialidade.

Os diretores do banco não contam com a mesma proteção dos tempos de Antonio Palocci. Recebem indiretas publicamente do ministro da Fazenda, que monta uma equipe de críticos da política monetária.

Reclamam, nos bastidores, de terem sido atropelados por Mantega

no anúncio de mudanças cambiais, apesar de concordarem com elas. A margem de influência em outras áreas, então, desapareceu.

No caso do aumento de gastos, por exemplo, os diretores do BC são contra. Mas não têm o que fazer. E não teriam mesmo, comentou com eles o diretor-gerente do FMI, Rodrigo Rato: “Em ano eleitoral, é assim em todo o mundo”.

Na próxima semana, num tema em que decide sozinho, o banco deve reduzir o ritmo da queda dos juros —em vez de 0,75 ponto percentual, o corte tende a ser de 0,50. Se não for menor ainda, caso o nervosismo no mercado piore.

Aí, a dissintonia com Mantega pode ser completa —e assim fica até o final de 2006. Nesse ano, mesmo a contragosto, ninguém na diretoria do BC deve pedir o boné.

Mas, se Lula ganhar um segundo mandato, Meirelles e Mantega não continuam no mesmo barco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e os Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se no dia 31 de maio de 2006, às 14 horas, a seguinte

1

REQUERIMENTO Nº 604, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 604, de 2006, do Senador Antonio Carlos Magalhães, requerendo sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre repasses de recursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nacional, estaduais e do Distrito Federal e, caso o Tribunal não disponha das informações, seja realizada, em caráter de urgência, inspeção para obter as respectivas informações.

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio

Prazo final: 15-6-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim

Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.*

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-
trinho

Prazo final: 23-6-2006

4

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 14, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que *altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.*

Relator revisor: Senador Edison Lobão
Prazo final: 4-7-2006

5

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 16, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que *dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4-7-2006

6

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).*

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)

**ATA DA 57ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 11 DE MAIO DE 2006**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 074, de 12 de maio de 2006)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 16116, 1ª coluna, na fala do Sr. Presidente referente ao comparecimento dos Srs. Senadores,

Onde se lê:

...64 Srs. Senadores.

Leia-se:

...63 Srs. Senadores.

Ata da 71ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 31 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Demóstenes Torres,
Magno Malta, Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho, Antonio João, Romeu Tuma e Flávio Arns*

**ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:**

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/5/2006 07:43:19 até 31/5/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X

PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PSDB	ES	MARCOS GUERRA		X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PMDB	RR	ROMERO JJCA		X
PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PMDB	RJ	SERGIO CABRAL		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÃ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PTB	DF	VALMIR AMARAL		X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 619, de 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar, pelo falecimento do ex-Prefeito Hélio Carlos Manhães, ocorrido na terça-feira passada, dia 23 de maio de 2006.

Requeiro, também, seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pela significativa importância, no cenário político do Espírito Santo, do ex-Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim.

Político experiente, prefeito por dois mandatos, Deputado Federal por dois mandatos, Deputado Estadual e Vereador, conhecido pela sua inteligência e capacidade de analisar e compor dentro da política, com grandes realizações para o Estado Capixaba confirmado pela aprovação popular de suas idéias e ações. A perda inestimável deste ilustre cidadão do Espírito Santo deixará grande lacuna entre os familiares, amigos e cenário político.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Magno Malta**, PL – ES.

REQUERIMENTO 620, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, inserção em ata de voto de pesar à família Schurmann, de Navegantes – SC, pelo falecimento da menina Katherine Schurmann, aos 13 anos de idade, vítima de pneumonia. Dos 5 aos 7 anos, Katherine acompanhou a família numa viagem de volta ao mundo, para reconstituir a circunavegação de Fernão de Magalhães, realizada entre 1519 e 1522.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 621, de 2006

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, informações sobre o recrudescimento de medidas de expedição de registro e porte de armas de fogo, desde a vigência da Lei nº 10.826, de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, bem como o número de expedições efetivadas nos vários estados da federação, e os critérios mais difíceis de serem atendidos, dentre os exigidos por essa lei.

Justificação

O Serviço de Atendimento ao Cidadão do Senado Federal recebeu mensagem, questionando o motivo de o “governo”, depois do referendo que proibiu a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional (salvo para as entidades previstas no art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003), não estar expedindo autorizações de porte de arma de fogo para os cidadãos que preenchem os requisitos dessa lei.

O cidadão narrou que já foi à Polícia Federal de São Paulo e Paraná, sendo-lhe informado que só expediram portes para seguranças de deputados e senadores, ou assessores.

A Consultoria Legislativa desta Casa contactou a Polícia Federal da cidade de São Paulo e do Paraná.

A Sra. Orcilia, funcionária da Polícia Federal da cidade de São Paulo (telefones – 11-36165070 a 5079), comunicou que os agentes policiais federais estão sendo muito rigorosos com a expedição de porte de arma; estão analisando 3.000 processos e desde a vigência da lei, só expediram 18 portes. Avisou, ainda, que a pessoa requerente tem que se enquadrar totalmente nos requisitos exigidos pela referida Lei nº 10.826, de 2003.

A informação prestada pelo funcionário da Polícia Federal do Paraná, Sr. Adelino (telefone: 41-3360765), é a mesma. Tem havido muito rigor na expedição do porte de arma. Se a pessoa se enquadrar nos termos da lei, não há dificuldades para obtenção do porte. Citou-se, como exemplo, o caso dos seguranças de boate, que solicitam o porte, mas é sempre negado.

Em face desses dados, solicitamos esclarecimentos de V. Exª sobre a aplicação da citada Lei nº 10.826, de 2003, nos termos deste requerimento, para que possamos imprimir possíveis correções, visando melhor eficiência na administração pública.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Álvaro Dias**.

(*À Mesa para decisão*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 622, DE 2006

Requeremos nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, nessa terça-feira, do jornalista e professor Daniel Koslowski Herz, bem como apresentação de condolências aos familiares.

Justificação

Daniel Koslowski Herz, diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, morreu na tarde desta terça-feira, aos 51 anos, vítima de câncer. Ele estava internado no hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília – UnB, Daniel era representante dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social. Participou de diversas gestões da FENAJ, e foi fundador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM). Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Trabalhou na imprensa independente, foi professor de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina – do qual foi o primeiro Chefe de Departamento – e Coordenador -Geral de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre (1989/1990).

Autor do livro **A História Secreta da Rede Globo**, obra através da qual se tornou conhecido nacionalmente e leitura obrigatória nos cursos de jornalismo. Nela Daniel Herz publicou o resultado de suas pesquisas sobre a origem da Rede Globo e suas ligações com o grupo norte-americano **Time-Life**, durante a ditadura militar no Brasil.

O Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), suspendeu as aulas desta quarta-feira em homenagem à memória de Daniel Herz. Ele foi o primeiro chefe de Departamento de Jornalismo da UFSC, na época chamado Departamento de Comunicação, no início da década de 80. Em pleno regime militar, instituiu o funcionamento democrático do Curso, com a implantação de um conselho paritário de professores e alunos, até então inédito no Brasil. Além disso, instituiu eleições diretas para todos os cargos de chefia.

O curso de Jornalismo da UFSC tornou-se conhecido nacionalmente, quando Herz organizou o

lançamento da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, causa pela qual trabalhou sem cessar pelo resto de sua vida.

Há vários anos Daniel Herz lutava incessantemente contra o câncer que, mesmo assim, não o impediu de continuar sua militância. Nos últimos meses, porém, a situação agravou-se. A doença levou sua vida, mas não seu exemplo de companheirismo, combatividade, sua produção científica, política e sua história, que ficará indissociavelmente ligada à história da Fenaj e do movimento sindical dos jornalistas para sempre.

Daniel Herz deixa esposa, Célia Stadmik, e três filhos. Seu corpo será cremado no Crematório Metropolitano de Porto Alegre, com uma cerimônia pública.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy** – Senador **Pedro Simon** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

REQUERIMENTO Nº 623, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais da Casa, que seja consignado nos anais do Senado Federal Voto de Aplauso à artista plástica Maria Nazaré Rufino, mais conhecida como Naza, por haver sido contemplada, nos Estados Unidos, com o prêmio internacional *Brazilian International Press Award 2006*, como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva do Brasil nos Estados Unidos.

Justificação

Conhecida internacionalmente como a “pintora de emoções”, a artista brasileira Naza destaca-se no cenário das artes plásticas no Brasil e nos Estados Unidos.

O trabalho de Naza já extrapolou inúmeras fronteiras, tendo sido exposto em museus e galerias de prestígio em todo o continente americano e na Europa. Ganhadora de inúmeros prêmios, principalmente por seu estilo original, a artista nascida no Município de Santa Cruz do Piauí, no meu Estado do Piauí, tem criado uma grande demanda por seus trabalhos.

Várias celebridades são seus colecionadores. Entre elas, o ex-presidente Bill Clinton, Brigitte Bardot, Viviane Senna, Roberto Carlos o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Eduardo Magalhães.

Por ter sido agraciada com esse importante prêmio da imprensa norte-americana, homenageio a artista Naza, requerendo este Voto de Aplauso ao Senado da República.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 624, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o PLC nº 67, de 2005, de autoria do Deputado Roberto Balestra, além da Comissão de Infra-Estrutura, constante do despacho inicial, seja ouvida também a Comissão da Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 625, DE 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de aplauso em homenagem à Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, empossada recentemente como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Justificação

Tomou posse ontem, dia 29 de maio, no honroso cargo de Desembargadora, a Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia.

Tendo iniciado sua proficiente carreira no ano de 1975 como Juíza de Direito da Comarca de Porto da Folha e posteriormente da Comarca de Lagarto, Doutora Madeleine exerceu os cargos de Juíza Eleitoral da 2ª Zona de Aracaju por 10 anos e Juíza membro do Tribunal Regional Eleitoral entre outubro de 2003 e outubro de 2005, sempre julgando de forma independente e intemerata.

Sua ascensão ao mais alto posto da Justiça sergipana, sem dúvida nobilitará o colegiado de Desembargadores, que terá como membro, uma Magistrada que ao longo da sua trajetória profissional tem feito da sua toga objeto de acendrado culto e nela investida vem dando lição permanente de crença na justiça.

Sendo assim, submeto à alta consideração dos demais Senhores Senadores o presente requerimento de aplauso pela posse como Desembargadora da Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, para ser enviado à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

REQUERIMENTO Nº 626, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, inserção em ata de voto de pesar à família do Professor Daniel Koslowski Herz, falecido terça-feira (30-05). Com rica trajetória no jornalismo, exercia atualmente o cargo de Diretor da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 627, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 17/2004, de minha autoria, dos Projetos de Lei do Senado nº 263 de 2003, do nº 176 de 2000 e do nº 295 de 2003, de forma a retomar sua tramitação autônoma.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 628, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do PLS nº 277, de 2004, com o PLS nº 113, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Justificação

As proposições acima relacionadas versam sobre a legislação referente aos planos de assistência à saúde, através de alterações propostas na mesma legislação, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do

Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2006
– COMPLEMENTAR**

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o seguintes artigo:

“Art. 53-A. Nos contratos de empréstimo ou financiamento celebrados entre consumidores e instituições financeiras ou outras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, deverá constar:

I – a taxa de juros de mora ou o método de sua apuração;

II – a multa por inadimplemento da obrigação, que não poderá ser superior a 2% do valor em atraso; e

III – a discriminação das demais despesas de cobrança a que estará sujeito o consumidor inadimplente.

§ 1º A taxa de juros de mora não poderá ser superior a doze décimos da taxa de juros praticada no empréstimo ou financiamento.

§ 2º Em qualquer hipótese, o valor relativo ao inciso III não poderá ser superior a cinqüenta por cento do valor da multa prevista no inciso II.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não seria exagero afirmar que o Brasil se tornou o paraíso do setor financeiro. Os lucros sobre o patrimônio líquido avançam, cada ano, de forma exponencial. E esse movimento parece não ter paradeiro.

Por outro lado, a autoridade reguladora, o Banco Central, assiste a esse estado de coisas passivamente, amparado em uma análise microeconômica tão ingênua quanto ultrapassada, parecendo credi-

tar nos pressupostos de uma concorrência perfeita já abandonados até mesmo nos manuais dos graduandos em Economia.

De fato, as barreiras à entrada no setor bancário e sua crescente concentração são as causas principais de duas graves distorções na intermediação financeira no Brasil: **spreads** bancários elevadíssimos e tarifas bancárias que vêm subindo muito acima da inflação. Segundo pesquisa do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, os sete maiores bancos do País, em conjunto, arrecadaram R\$31 bilhões em tarifas no ano de 2005. Isso significa que esses bancos capturaram para si 1,6% de todo o PIB brasileiro no ano passado, ou seja, de toda a riqueza produzida no Brasil, apenas com a cobrança de tarifas.

Além dos **spreads** e das tarifas, o brasileiro ainda está sujeito a uma terceira forma impiedosa de extração de recursos por parte dos bancos. Nas prestações em atraso, os bancos cobram a chamada comissão de permanência, cujos juros costumam ser várias vezes superiores aos cobrados nos financiamentos originais. Em um caso concreto, acontecido em Brasília, pôde-se constatar que, em um financiamento de automóvel – em que as taxas de juros em geral não superam os 2% ao mês – os juros da comissão de permanência foram equivalentes a 12,1%!

O Projeto de Lei Complementar que apresento visa a eliminar essa prática nociva das instituições financeiras. Estabelece que, em contratos de instituições financeiras com consumidores, os juros por atraso não poderão ser superiores a 1,2 vezes a taxa de juros praticada no próprio financiamento. A exemplo do previsto no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor, é mantida a multa de 2% por inadimplência. Além disso, os bancos terão ainda a possibilidade de se ressarcirem das suas despesas de cobrança em até 1% do valor em atraso.

Trata-se de uma medida que visa a trazer um mínimo de equidade nas relações entre os consumidores e os bancos e financeiras. Seria melhor que essa atitude fosse uma iniciativa da autoridade reguladora. No seu silêncio e imobilidade, cabe ao Congresso Nacional assumir a defesa do cidadão.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

.....

Art. 53. As operações de financiamento rural ou pecuário, de valor até 50 (cinquenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, ficam isentas de taxas, despesas de avaliação, imposto do selo e independem de registro cartorário.

.....
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos).

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2006

Institui o Dia Nacional do Pesquisador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia nacional do pesquisador, a ser comemorado anualmente, no dia 8 de julho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 8 de julho de 1948, Paulo Sawaya, José Reis e Maurício da Rocha e Silva e outros cientistas reconhecidos como alguns dos mais importantes pesquisadores brasileiros de todos os tempos criaram a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A ata de fundação dessa entidade estabelecia como seus objetivos: (a) apoiar e estimular o trabalho científico, e (b) melhor articular a ciência com os problemas de interesse geral relativos à indústria, à agricultura, à medicina, à economia etc.

Nada melhor do que a data de criação da SBPC, entidade que surgiu com o objetivo de promover o trabalho científico e sua articulação com os problemas de interesse geral da sociedade brasileira e que tão bem vem cumprindo esse objetivo, para comemorarmos o dia nacional do pesquisador.

No atual momento, que muitos denominam de “era do conhecimento”, e em que cada vez é mais importante o papel da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação tecnológica, é importante criar uma data nacional para homenagear os pesquisadores e para que sirva também de um dia de reflexão sobre as contribuições e as necessidades da pesquisa brasileira.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2006

Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, § 5º, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dos documentos fiscais ou equivalentes, emitidos por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços, em todo o território nacional, deverá constar a informação do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços de venda.

§ 1º A apuração do valor dos tributos incidentes deverá ser feita em relação a cada mercadoria ou serviço, separadamente, inclusive nas hipóteses de regimes jurídicos tributários diferenciados dos respectivos fabricantes, varejistas e prestadores de serviços, quando couber.

§ 2º A informação de que trata este artigo poderá constar de painel afixado em local visível do estabelecimento, ou por qualquer outro meio eletrônico ou impresso, de forma a demonstrar o valor ou o percentual, ambos aproximados, dos tributos incidentes sobre todas as mercadorias ou serviços postos à venda.

§ 3º Devido ao seu caráter informativo, do valor aproximado a que se refere o **caput** deste artigo, não serão excluídas as parcelas de tributos que estejam sob discussão judicial ou administrativa, instauradas

entre contribuintes e qualquer das entidades políticas tributantes, não podendo, ademais, o referido valor, constituir confissão de dívida ou afetar as relações jurídico-tributárias entre tais entidades e os contribuintes, de direito ou de fato.

§ 4º Os tributos que deverão ser computados são os seguintes:

a) Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

b) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

c) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

d) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);

e) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR);

f) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

g) Contribuição Social para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) – (PIS/PASEP);

h) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);

i) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE);

j) Contribuição Social incidente sobre a Folha de Salários (INSS);

k) Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

§ 5º Serão informados ainda os valores referentes ao imposto de importação, PIS/PASEP/Importação e COFINS/Importação, na hipótese de produtos cujos insumos ou componentes sejam oriundos de operações de comércio exterior e representem percentual superior a 20% do preço de venda.

§ 6º Em relação aos serviços de natureza financeira, quando não seja legalmente prevista a emissão de documento fiscal, as informações de que trata este artigo deverão ser feitas em tabelas afixadas nos respectivos estabelecimentos.

Art. 2º Os valores aproximados de que trata o art. 1º serão apurados e fornecidos, semestralmente,

por instituição de âmbito nacional, reconhecidamente idônea, voltada primordialmente à apuração e análise de dados econômicos.

Art. 3º Dê-se a seguinte redação ao inciso III do art. 6º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

“Art. 6º

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.”

Art. 4º Dê-se a seguinte redação ao inciso IV, do art. 106, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

“Art. 106

IV – informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação, bem como indicar a entidade responsável pela apuração, cálculo e informação do montante dos tributos incidentes sobre mercadorias e serviços, nos termos da legislação específica.”

Art. 5º O descumprimento desta Lei acarretará as sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.”

Justificação

Fazer com que os consumidores de mercadorias e serviços tomem conhecimento do montante dos tributos que incidem sobre tais bens é imperativo constitucional. Não se trata de mera recomendação ou de norma programática inserida na Carta de 1988. Cuida-se, em verdade, de preceito cujo disciplinamento pelo legislador ordinário virá dar aplicabilidade a mais um dos direitos fundamentais do consumidor contribuinte, até agora insuscetível de ser exercido por todos quantos trabalham para sustentar o aparelho do Estado.

Em nosso país, não há quem se exima desse ônus, uma vez que os tributos que mais gravam as mercadorias e serviços, já integram os respectivos custos e preços, não sendo claramente explicitados. Por este motivo e, com a provável exceção do IPTU e do IPVA, bem conhecidos, a população imagina que somente os que pagam Imposto de Renda realmente arcam com o maior ônus tributário, não vendo a realidade que se esconde sob os preços dos bens que adquire rotineiramente para sua sobrevivência e que a converte, sem exceções, em pagadora de tributos.

Assim, o esclarecimento deste fato passa a inserir-se no âmbito da própria cidadania, na medida em que são os cidadãos que aprovam, através de seus representantes na Casas Legislativas, os tributos que estão dispostos a pagar. O exercício da cidadania, em sua plenitude, exige tais informações, para que os eleitores, a quem os representantes do povo devem submeter-se politicamente, estejam aptos a analisar e discutir se os valores demonstrados atendem à sua capacidade contributiva geral, quando confrontada com as despesas que o Poder Público realiza e aos serviços que ele põe à disposição.

A regulação do § 5º do art. 150, da Constituição Federal é, portanto, um dever inadiável do Congresso Nacional. Com efeito, este dispositivo se refere aos impostos, nada impedindo, contudo, que o parlamento, no âmbito de sua competência constitucional, também agregue os valores relativos às contribuições de que trata o art. 149 da Carta Federal. Esta medida é necessária porque, em 1988, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico tinham pouca expressão no total do ônus tributário. Nos últimos dezessete anos, ditas contribuições passaram a ter peso relevante, como é do conhecimento de todos.

Ao tornar transparentes os valores pagos ao estado brasileiro, permitindo ao consumidor contribuinte cotejá-los com aquilo que dele recebe, os seus repre-

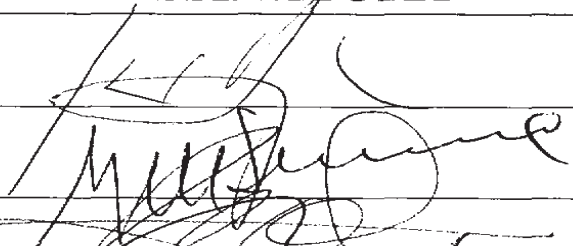


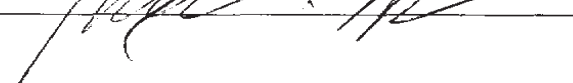
sentantes lhe estarão dando o melhor instrumento possível de avaliação do comportamento do Poder Público em face dos cidadãos.

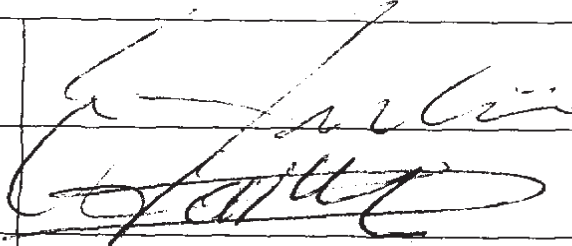
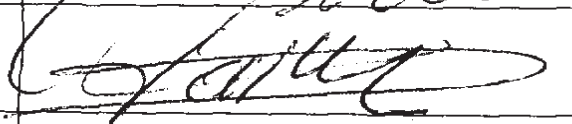
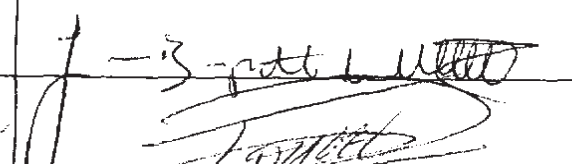
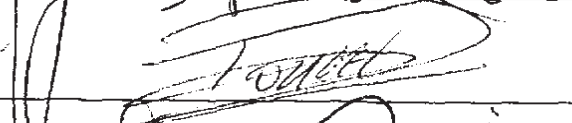
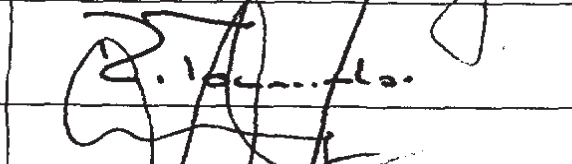
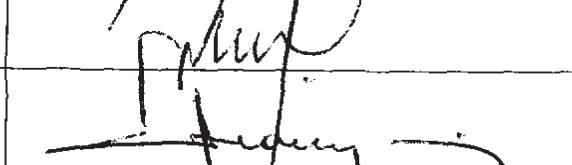
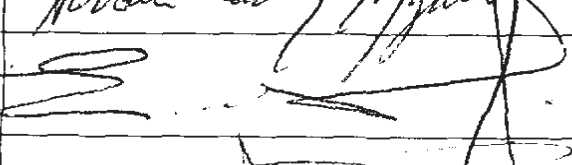


Este é o propósito básico do projeto ora apresentado, isto é, converter o contribuinte que paga em cidadão capaz de exigir a correta aplicação de seus recursos.

Tendo em vista tal objetivo e, em virtude da complexidade que a matéria encerra, por força do sistema federativo de nosso país, julgamos prudente deixar expresso que os valores a serem demonstrados serão "aproximados" e que seu cálculo deverá ser feito por uma instituição reconhecidamente idônea. Pode notar-se também que foram incluídos vários tributos da União, 1 (um) dos Estados e Distrito Federal (ICMS), e 1 (um) dos Municípios (ISS). O que importa, na verdade, é que o consumidor contribuinte tenha uma visão aproximada dos recursos que está destinando ao Poder Público, quando adquire mercadorias e serviços.

Convicto da constitucionalidade, da legalidade, da regimentalidade e do inegável mérito desta proposta de lei, conclamo os Nobres Parlamentares a discuti-la, a apoiá-la e a aprová-la com a brevidade que a cidadania requer.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. –Senador **Renan Calheiros**.

NOME	ASSINATURA
	
	
	
	

	
	
	Sibi Machado
	
ZENÓSTENES TOALLES	
	Sis de Rocio
	
	
	
	
	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção II DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

~~§ 1º - A vedação do inciso III, "b", não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.~~

§ 1º A vedação do inciso III, *b*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, *c*, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 2º - A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º - As vedações do inciso VI, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

~~§ 6º - Qualquer anistia ou remissão, que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal.~~

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 7.º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO III Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX - (Vetado);

X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

.....

Art. 106. O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha substituí-lo, é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional de proteção ao consumidor;

II - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

IV - informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação;

V - solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores, nos termos da legislação vigente;

VI - representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;

VII - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem os interesses difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores;

VIII - solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, bem como auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;

IX - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais;

X - (Vetado).

XI - (Vetado).

XII - (Vetado).

XIII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único. Para a consecução de seus objetivos, o Departamento Nacional de Defesa do Consumidor poderá solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica.

.....

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2006

Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispensar o empregador doméstico do pagamento da indenização ali prevista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

Art. 18.

.....

§ 4º O disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo não se aplica à despedida do empregado doméstico, definido no art. 1º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As modificações introduzidas no regime de trabalho do empregado doméstico pela Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, tiveram por objetivo estender, a essa categoria, a proteção do seguro-desemprego, da qual se achava excluída por força das disposições do art. 7º, parágrafo único da Constituição Federal, do art.

70, a, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e da própria Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.

Em decorrência das alterações trazidas pela Lei nº 10.208, de 2003, o doméstico passou a ter facultada sua inclusão no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tornado-se, dessa forma, elegível para o recebimento do seguro-desemprego.

Tal iniciativa representou um avanço em relação à situação geral do empregado doméstico. Com efeito, desde a edição da Lei nº 5.859, de 1972, o contrato de trabalho doméstico se caracterizou pela adoção de um rol de direitos menos extenso que o conferido aos demais trabalhadores, rurais e urbanos.

Essa peculiaridade decorre da percepção, pelo legislador, de que o empregador doméstico não possui, muitas vezes, capacidade econômica para suportar a totalidade dos encargos trabalhistas definidos na lei.

Efetivamente, a extensão imediata de todos os direitos trabalhistas ao doméstico, ainda que bem intencionada e, em última instância, justa, poderia causar mais malefícios do que benefícios à categoria. Incapaz de manter, legalmente, um empregado doméstico, o empregador tenderá a passar à informalidade ou, mesmo, à eliminação do posto de trabalho e sua substituição por diaristas autônomos.

Em um momento em que o desemprego se afigura como uma chaga social de difícil solução, não parece aceitável ampliar o problema com a extinção de uma grande quantidade de postos de trabalho, destinados, primordialmente, a trabalhadores pertencentes a classes sociais de menor poder aquisitivo e de baixa qualificação.

Por essa razão, apresentamos o presente projeto de lei, destinado a aliviar parte dos encargos atribuídos ao empregador doméstico que incluir seu empregado no regime do FGTS. Essa inclusão, possibilitada pela Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, vem, até o presente momento, apresentando resultados pífios, sendo pouquíssimos os domésticos a receberem tal benefício.

Entendemos que uma das principais razões para tal ineficácia seja a obrigatoriedade de pagamento da indenização definida nos §§ 1º e 2º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, cujo montante é excessivamente alto, particularmente a hipótese do § 1º, que estabelece o pagamento de um percentual de 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a duração do contrato de trabalho, em caso de despedida imotivada, o que representa um pesado ônus ao empregador, mormente em contratos de longa duração.

A perspectiva de ter de desembolsar uma quantia elevada na dispensa do empregado é suficiente para impedir que um empregador efetue a inclusão de seu

contratado no FGTS, tomando letra morta as disposições da Lei nº 10.208, de 2001.

A dispensa do pagamento dessa indenização constitui um incentivo adicional a essa inclusão, de maneira a ampliar o percentual de domésticos protegidos pelo seguro-desemprego.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.”

LEI Nº 10.208, DE 2001

Acresce dispositivos à Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972 que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao seguro-desemprego.

LEI Nº 8.036, DE 1990

.....
 “Art 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência da contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

§ 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20 (vinte) por cento.

§ 3º As importâncias de que trata este artigo deverão constar da documentação comprobatória do

recolhimento dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador, exclusivamente, quanto aos valores discriminados.”

.....
LEI Nº 5.859, DE 1972

Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências.

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei.

.....
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1943

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando fôr em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2006

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências”, para o fim de incluir mais um tipo penal à referida lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 97-A:

“Art. 97-A. Habilitar à licitação ou celebrar contrato com pessoa jurídica que possui em seus quadros cotista, acionista controlador, conselheiro ou membro da diretoria condenado, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime de fraude às licitações, contra

a administração pública, o sistema financeiro ou as finanças públicas.

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Incide na mesma pena aquele que, condenado pela prática dos crimes referidos no **caput** deste artigo, venha a participar de licitação ou a contratar com a administração.

§ 2º Não há crime se tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos, a contar da extinção da punibilidade pelo fato que ensejou a condenação referida no **caput** deste artigo, ou se o cotista, acionista controlador, conselheiro ou membro da diretoria condenado tiver obtido a reabilitação penal, nos termos do art. 93 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Fatos recentes demonstraram ao País a existência de uma rede de corrupção envolvendo agências de publicidade a serviço do governo e os famosos “caixa dois” de campanha.

No mundo dos negócios, a utilização do expediente de “caixa dois” é feita para burlar a legislação fiscal, com o fito de sonegar o pagamento de tributo, o usuário dessa prática movimentava recursos à margem de sua contabilidade oficial, de tal modo que, na apuração do resultado do exercício, o lucro se apresentará menor e, conseqüentemente, menor será o imposto de renda a pagar.

Parece-nos que, **mutatis mutandis**, o contexto político, aqui e ali, vem-se valendo dessa engenhosidade para passar ao largo da legislação eleitoral.

O certo é que o tecido social aos poucos se vai esgarçando diante da ação deletéria de procedimentos irregulares, que, de tão freqüentes, podem levar a sociedade a atitudes lenientes, condescendentes ou até de completa indiferença.

Não foi sem razão, aliás, que o Ministro Marco Aurélio, ao tomar posse no cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, alertou:

Infelizmente, vivenciamos tempos muito estranhos, em que se tornou lugar-comum falar dos descabros que, envolvendo a vida pública, infiltraram na população brasileira – composta, na maior parte, de gente ordeira e honesta – um misto de revolta, desprezo e até mesmo repugnância. São tantas e tão deslavadas as mentiras, tão grosseiras as justificativas, tão grande a falta de escrúpulos que já

não se pode cogitar somente de uma crise de valores, senão de um fosso moral e ético que parece dividir o País em dois segmentos estanques: o da corrupção, seduzido pelo projeto de alcançar o poder de uma forma ilimitada e duradoura, e o da grande massa comandada que, apesar do mau exemplo, esforça-se para sobreviver e progredir. (**Jornal da Comunidade**, 6 a 12 de maio de 2006, p. A10)

A ironia de tudo isso é que o legislador da Lei nº 8.666, de 1993, talvez perscrutando o que poderia ocorrer, escreveu, no pórtico desse diploma legal:

Art. 1º Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Note-se bem: inclusive de publicidade. Ora, a atividade publicitária é de prestação de serviços, tanto que a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, contempla-a em sua lista de atividades tributáveis. Portanto, e no rigor da técnica legislativa, a expressão é até dispensável.

Mas nem assim, com tamanha evidência, a lei foi capaz de impedir certas práticas, certos comportamentos, que culminaram na denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República nos autos do Inquérito nº 2.245, em curso no Supremo Tribunal Federal, no qual foram denunciadas 40 pessoas, exatamente por se envolverem em esquema fraudulento de licitações públicas no campo da publicidade.

Em razão desses fatos, que se têm repetido com tanta freqüência, é que cogitamos de apresentar o presente projeto, em mais uma tentativa de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições nacionais. Para a consecução do objetivo colimado, esperamos contar com a indispensável colaboração dos nobres Congressistas.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....
XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
.....

LEI Nº 8.666. DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 2003

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

.....
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 1940

.....
Art. 93-A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em sentença definitiva, assegurando ao condenado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

Parágrafo único. A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I e II do mesmo artigo.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2006

Institui o dia 9 de agosto como o “Dia Nacional da Equoterapia”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional da Equoterapia”, a ser celebrado anualmente no dia 9 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Equoterapia é um método terapêutico que utiliza a relação entre o cavalo e o homem, aplicada nas áreas de saúde e de educação sob uma ótica interdisciplinar, na busca do desenvolvimento biopsicossocial, da habilitação e da reabilitação de pessoas com deficiência.

Os benefícios propiciados pela Equoterapia são vários: o desenvolvimento emocional e cognitivo, a melhoria da qualidade de vida, a aquisição de novas habilidades psicomotoras, o incremento das relações interpessoais, o ganho de maior autonomia pessoal, e a formação de novos vínculos afetivos. Ela contribui para o desenvolvimento da força e do tônus muscular, da flexibilidade e do relaxamento, e proporciona um incremento na autoconsciência e na autopercepção corporal, no equilíbrio e na correção postural, aprimorando a coordenação motora dos que a praticam.

Por proporcionar tais benefícios, a Equoterapia tem sido recomendada não apenas para a reabilitação de pessoas com deficiência, mas também para a educação de pessoas com necessidades especiais e para a socialização de indivíduos com distúrbios cognitivos, comportamentais ou em situação de risco sócio-familiar.

A Equoterapia é um recurso utilizado desde os tempos de Hipócrates, o Pai da Medicina (400 a.C.), que recomendava a equitação para “regenerar a saúde e preservar o corpo humano de muitas doenças”. Na era contemporânea, sua prática ganhou aceitação internacional. Nas últimas décadas, os países escandinavos, a Alemanha, a França, a Inglaterra, além da Polônia, da Suíça, da Rússia, dos Estados Unidos e de Israel, a utilizam, com resultados animadores.

No Brasil, a Equoterapia passou a ser valorizada na década de noventa do século passado, mais especificamente a partir de 1989, quando foi criada a Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL). Desde a sua fundação, essa instituição – reconhecida como de utilidade pública, tanto pela União, quanto pelo Governo do Distrito Federal – já patrocinou a instalação de cerca de 250 centros de equoterapia em todo o território nacional e tem promovido diversos cursos, seminários e palestras em todos os estados da Federação para divulgar e estimular essa prática.

Somente em Brasília existem catorze centros, que realizam uma média de seiscentos atendimentos semanais. A Divisão de Ensino Especial da Secretaria de Educação do Distrito Federal reconhece a prática da equoterapia

como um método educacional que favorece a alfabetização, a socialização e o desenvolvimento global de alunos portadores de necessidades educativas especiais.

O crescimento da importância da Equoterapia no Brasil é significativo e justifica a escolha de nosso País para sediar, entre os dias 8 e 12 de agosto deste ano, o XII Congresso Internacional de Equoterapia. Trata-se de um evento trienal, realizado desde 1974 sob os auspícios da Federação Internacional de Equoterapia (FRDI), com o objetivo de divulgar os principais desenvolvimentos dessa técnica terapêutica em todo o mundo. Neste ano, o tema do Congresso será *Encontro entre dois amigos*.

Certamente, a realização desse evento em Brasília será um momento fundamental para a Equoterapia brasileira. O fato de ser esta a primeira vez que um evento dessa natureza se realiza em um país de Terceiro Mundo, é que me leva a propor que o dia 9 de agosto – data em que efetivamente terá início o XII Congresso – seja escolhido como o “Dia Nacional da Equoterapia”.

A aprovação da presente proposição pelos membros desta Casa será uma demonstração do reconhecimento do esforço de inúmeros profissionais que se dedicam a essa prática terapêutica e aos benefícios que ela pode trazer, principalmente às pessoas com deficiência e com necessidades educativas especiais.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Flávio Arns**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 186/2006

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Gilvam Borges, como membro suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência designa o Sr. Senador Gilvam Borges para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na condição de suplente, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senhor Presidente da República adotou, em 29 de maio de 2006, e publicou em 30 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 295, de 2006**, que “Dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Grau e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	
Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago
PMDB	
Ney Suassuna	José Maranhão
Luiz Otávio	Alberto Silva
Valdir Raupp	Wellington Salgado de Oliveira
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)	
Ana Júlia Carepa (PT)	Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	Roberto Saturnino (PT)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	Fátima Cleide (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
(*) PRB	
Marcelo Crivella	vago

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Henrique Fontana Fernando Ferro	Ângela Guadagnin Anselmo
PMDB	
Wilson Santiago Mendes Ribeiro Filho	Benjamin Maranhão Asdrúbal Bentes
PFL	
Rodrigo Maia Roberto Brant	Kátia Abreu Luiz Carlos Santos
PSDB	
Jutahy Junior	Bismarck Maia
PP	
Mário Negromonte	Benedito de Lira
PTB	
José Múcio Monteiro	Luiz Antonio Fleury
PL	
Luciano Castro	José Carlos Araújo
PSB	
Alexandre Cardoso	Dr. Ribamar Alves
PDT	
Miro Teixeira	Álvaro Dias
(*) PRB	
José Divino	Vieira Reis
De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:	
– Publicação no DO: 30-5-2006	
– Designação da Comissão: 31-5-2006 (SF)	
– Instalação da Comissão: 1º-6-2006	
– Emendas: até 5-6-2006 (7º dia da publicação)	
– Prazo final na Comissão: 30-5-2006 a 12-6-2006 (14º dia)	
– Remessa do processo à CD: 12-6-2006	
– Prazo na CD: de 13-6-2006 a 26-6-2006 (15º ao 28º dia)	
– Recebimento previsto no SF: 26-6-2006	
– Prazo no SF: de 27-6-2006 a 10-7-2006 (42º dia)	
– Se modificado, devolução à CD: 10-7-2006	
– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 11-7-2006 a 13-7-2006 (43º ao 45º dia)	
– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 14-7-2006 (46º dia)	
– Prazo final no Congresso: 11-8-2006 (60 dias)	

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler. São lidos os seguintes:

PARECER Nº 634, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 141, de 2006,, que submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Ad-

ministrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Ideli Salvatti sobre a Mensagem nº 141, de 2006, opina pela aprovação da escolha da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e nenhum abstenção.

Sala das Comissões em, 30 de MAIO de 2006.

PRESIDENTE: *[Assinatura]* RELATOR (A): *[Assinatura]* RELATORIA AD HOC: *[Assinatura]*

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)

LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCA
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SÉRGIO SILHESABENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

Relator **ad hoc**: Senador **Wellington Salgado**

Por intermédio da Mensagem nº 141, de 2006 (Mensagem nº 364, de 12 de maio de 2006, na origem), e em conformidade com os arts. 52, inciso III, alínea f da Constituição, e 4º, **caput** e § 1º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após argüição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o Presidente e os seis Conselheiros do Cade, a serem nomeados ou reconduzidos pelo Presidente da República.

O **currículum vitae** anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina. A Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Fama é brasileira, natural de São Paulo-SP, nascida em 12 de junho de 1953.

Graduada em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), em 1973, a Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, nos estudos de pós-graduação, obteve dois diplomas. O primeiro, de Doutorado em Economia, com a tese "Regulamentação do mercado de leite e laticínios no Brasil", e o segundo, de Livre Docência, com a tese "Reflexões sobre a desregulamentação e sistemas agroindustriais: a experiência brasileira". Os dois diplomas foram conferidos pela USP, em 1983 e 1996, respectivamente.

Atualmente, a Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, além de professora titular do Departamento de Economia da Faculdade de Direito da USP, é Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), função que exerce desde 2004.

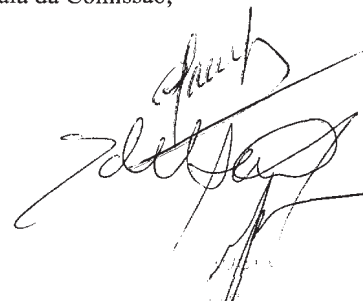
Nos últimos anos, desempenhou funções e atividades na área acadêmica, com destaque para as áreas de Economia Industrial, Economia Agrária e dos Recursos Naturais, e Organização Industrial e Estudos Industriais.


Cabe destacar, como atividades relevantes, a produção de livros (os mais recentes: **O Agribusiness** do café no Brasil, de 1999, e **O Agribusiness** do leite no Brasil, de 1999), artigos em publicações especializadas (o mais recente: **Brazilian Competition Policy in**

a Global Perspective, de 2005), a orientação de teses e a participação em congressos e eventos similares (o mais recente, como Presidente do Cade e palestrante: **5th Animal International Competition Network Conference**, realizado em Cape Town, África do Sul, no período de 3 a 5 de maio de 2006).

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica da indicada, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Sala da Comissão, em 30 de maio de 2006.

 , Presidente

 , Relatora

PARECER Nº 635 ,DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 142, de 2006 nº 365/2006, na origem) submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcelos, pare ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Romeu Tuma sobre a Mensagem nº 142, de 2006, opina pela Aprovação da escolha do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcelos, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 18 votos favoráveis, nenhum contrario(s) e nenhuma abstenção

PRESIDENTE: *[Handwritten Signature]* Sala das Comissões em, 30 de maio de 2006.

RELATOR (A): *[Handwritten Signature]*

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)

LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB	
RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERY S LHESSA BENKO (PT)

PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES

* Vaga cedida pelo PMDB.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Por intermédio da MSF nº 142, de 2006 (Mensagem nº 365, de 12 de maio de 2006, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luís Fernando Rigato Vasconcellos para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com mandato de dois anos.

Segundo consta do **curriculum vitae** que acompanha a Mensagem, Luís Fernando Rigato Vasconcellos é brasileiro, natural do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nascido em 26 de julho de 1970, filho de Nelson Pereira Vasconcellos e Maria Cecília Rigato Vasconcellos, sendo portador do RG nº 18.628.799-9, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CPF nº 130.376.218-85, do Ministério da Fazenda.

O indicado é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, curso concluído no 2º semestre de 1993. É Mestre em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, curso concluído em setembro de 1999, com a dissertação *Crescimento Econômico e Distribuição de Riqueza*, e Doutor em Economia de Empresas pela mesma instituição, curso concluído em abril de 2005, com a tese *O Mercado Doméstico de Transporte Aéreo de Passageiros*.

Sua experiência profissional compreende as atividades de Analista Financeiro Júnior da Odebrecht — Técnica Nacional de Engenharia S.A., no período de abril de 1993 a agosto de 1994; Monitor e Assistente de Pesquisa na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, nos períodos referentes ao 2º semestre de 1996 e ao 2º semestre de 1998; Professor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, nos períodos referentes a julho de 1995 e janeiro e julho de 1998; Professor Colaborador da Universidade Mackenzie, no período de fevereiro de 1997 a agosto de 1999, tendo ministrado as disciplinas Análise Microeconômica, Teoria Econômica, Economia de Empresas e Economia do Setor Público; Coordenador-Geral (Gerente de Programa) do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, no período de março de 2001 a dezembro de 2002, exercendo atividades relacionadas com análise antitruste e das políticas de defesa da concorrência, regulatória e de defesa comercial; e Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério

da Fazenda, no período de março de 2003 a junho de 2004, tendo coordenado a defesa da concorrência nas Coordenações de Agricultura, Comércio e Serviços, Produtos Industriais, Condutas Anticompetitivas e Serviços Públicos e Infra-Estrutura. Além disso, exerce o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) desde julho de 2004, depois de ter seu nome aprovado por este Senado Federal.

Ressaltando que o § 1º do art. 4º da Lei nº 8.884, de 1994, autoriza uma recondução para Conselheiro do Cade, considero que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do nome de Luís Fernando Rigato Vasconcellos para recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para um novo mandato de dois anos.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2006.

 , Presidente
 , Relator

PARECER Nº 636 , DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 143, de 2006, (nº 366, 2006, na origem) que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Edison Lobão sobre a Mensagem nº 143, de 2006, opina pela aprovação da escolha do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2006.

Sala das Comissões em, 30 de maio de 2006.

PRESIDENTE:

RELATOR (A):

RELATOR AD HOC

SENADOR GILBERTO MESTRINHO

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)

EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUÇA
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ÁLMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Edison Lobão**

Relator **ad hoc**: Senador **Gilberto Mestrinho**

Por intermédio da MSF nº 143, de 2006 (Mensagem nº 366, de 12 de maio de 2006, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com mandato de dois anos. O Sr. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado cursou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e formou-se em Direito em 1975.

Subseqüentemente, em 1977, formou-se em economia pela Universidade Cândido Mendes. Concluiu em 1982 o curso de mestrado em engenharia de produção da COPPE/UFRJ e obteve, em 1991, o título de doutor (PhD) em Economia pela *University of London, Queen Mary & Westfield College*.

Sua experiência profissional é ampla. Trabalhou, entre os anos de 1975 e 1984, na Titus S/A Ind. & Com., atuando como Gerente de Planejamento e Diretor de Planejamento. De 1995 a 1998, serviu como Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente do Conselho Federal de Economia. Já foi também, no período de 2000 a 2004, coordenador acadêmico da área de economia da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

No campo acadêmico, é, desde 1994, Professor Adjunto do Instituto de Economia da UFRJ. Antes disso, foi, durante muitos anos, Professor da Universidade Federal Fluminense, onde serviu, inclusive, como Vice-Coordenador do Mestrado em Economia. Já foi também Professor do Instituto Rio Branco. Foi orientador de grande número de teses na área de economia e participou em bancas de mestrado, doutorado, de concursos públicos e de prêmios nacionais de economia.

Além dessas atividades acadêmicas, foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), da Capes e da Finep.

Sua lista de publicações é extensa. Além das teses de mestrado e doutorado, já publicou vários livros, versando sobre uma variedade de temas econômicos, notadamente sobre o Mercosul e a liberalização e proteção comercial. São também numerosos os artigos que já publicou em revistas científicas e técnicas.

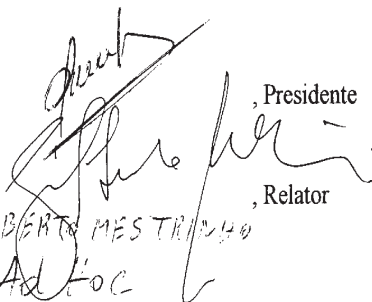
Já participou de um grande número de congressos, atuando como relator, coordenador ou debatedor em muitos deles.

Serviu, de 2003 a 2004, como Assessor da Diretoria Industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Além disso, exerce o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) desde agosto de 2004, depois de ter seu nome aprovado por este Senado Federal.

Ressaltando que o § 1º do art. 4º da Lei nº 8.884, de 1994, autoriza uma recondução para Conselheiro do CADE, considero que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do nome de Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado para recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para um novo mandato de dois anos.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2006.


 , Presidente
 , Relator
 Senador GILBERTO MESTRINHO
 Relator Ad Hoc

PARECER Nº 637, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 144, de 2006 (nº 367, 2005, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 30 de maio de 2006, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Mão Santa sobre a Mensagem nº 144, de 2006, opina pela aprovação da escolha do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2006.

PRESIDENTE: *[Handwritten Signature]* Sala das Comissões em, 30 de MAIO de 2006.

RELATOR (A): *[Handwritten Signature]* GENRODO ROMERO JUCA, RELATOR HD P
 Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)

LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCA
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYSLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

* Vaga cedida pelo PMDB.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Mão Santa**

Relator **ad hoc**: Senador **Romero Jucá**

Por intermédio da MSF nº 144, de 2006 (Mensagem nº 367, de 12 de maio de 2006, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), com mandato de dois anos.

Segundo consta do **curriculum vitae** que acompanha a mensagem, Ricardo Villas Bôas Cueva é brasileiro, nasceu em 28 de maio de 1962, filho de Jayme José Manos Cueva e Maria Helena Villas Bôas Cueva. É portador do RG nº 11.220.746, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CPF nº 088.240.318-46.

O indicado é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, curso concluído em 1985. Tem título de Master of Laws pela Harvard Law School, em curso realizado entre 1989 e 1990. E Doutor em Direito pela Johann Wolfgang Goethe Universität, de Frankfurt, Alemanha, curso concluído em 1998, com a tese "Incentivos econômicos para a proteção ambiental: um estudo jurídico comparativo dos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos na Alemanha e no Brasil".

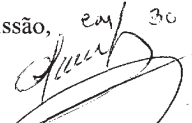

Sua experiência profissional compreende as atividades de Procurador do Estado de São Paulo, no período de 1985 a 1987; advogado da banca Advocacia Aldo Raia, entre 1987 e 1988; e Procurador da Fazenda Nacional, no período de 1987 a 2004, tendo exercido os cargos de Procurador Regional da 1ª Região, entre 1991 e 1994, e representante da PGFN perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, entre 1998 a 2004. Foi professor do Ibmec Educacional em São Paulo, de 2002 a 2004. Além disso, exerce o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) desde 26 de julho de 2004, depois de ter seu nome aprovado por este Senado Federal.

Ressaltando que o § 1º do art. 4º da Lei nº 8.884 autoriza uma recondução para Conselheiros do CADE, considero que os integrantes desta comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do nome de Ricardo Villas Bôas Cueva para recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de De-

fesa Econômica (CADE), para um novo mandato de dois anos.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2006.

Sala da Comissão, em 30 de maio de 2006.

 , Presidente
 , Relator
 Senador ROMERO JUCÁ
 Relator Ad Hoc

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 15, de 2006-CN (nº 736-SGS/TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 732, de 2006 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente às obras e serviços de engenharia para a construção de rodovia no Projeto de Assentamento Gameleira, situado no Município de Flores de Goiás – GO (TC 009.458/2005-4).

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 72/2006 – PRES/CAS

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória

à colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. – Atenciosamente, Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

0F. Nº74/2006 – PRES/CAS

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou pela aprovação da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Dá nova redação ao art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para alterar o critério de concessão de férias, e dá outras providências”, ficando prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que “Revoga o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLI, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Extingue a proibição de concessão do parcelamento de férias aos trabalhadores menores de 18 (dezoito) e maiores de 50 (cinquenta) anos de idade”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. – Atenciosamente, Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos Projetos de Lei do Senado nºs 116, de 2003; 16, de 2004; e 88, de 2005, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento mais adequado. Se quiser me chamar, como estou inscrito, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA.) – V. Ex^a está inscrito, em primeiro lugar, na prorrogação da Hora do Expediente ou na intercalação de oradores inscritos.

De ofício, inscrevo o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro, ex-Prefeito daquela cidade, por dez minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, grande Senador João Alberto, do Maranhão, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. João Manoel Durão Barroso, que hoje preside a Comunidade Européia e está no Brasil, há poucos dias criticou o que ele chamou de avanço do populismo na América Latina.

Quero começar por aí, Sr. Presidente, por essa expressão “populismo”, tradicionalmente usada pelo países mais ricos para criticar políticas de incentivo, de desenvolvimento e de distribuição dos países que precisam crescer mais rapidamente. Getulio Vargas foi chamado de populista, assim como João Goulart e Juscelino Kubitschek. São sempre populistas os Governos que usam as ferramentas do Estado para promover o crescimento e a distribuição.

‘Existem, sim, políticas claramente populistas. Quais são? O que caracteriza o populismo? Aquele conjunto de decisões que beneficiam populações mais necessitadas em curto prazo, mas que, em longo prazo, criam prejuízos que acabam sendo maiores que os benefícios. Exemplo típico de política populista é a elevação exagerada de salários, acima da desvalorização da moeda e do aumento de produtividade, o que acaba gerando inflação e corroendo, freqüentemente, mais do que o aumento concedido na origem.

Então, o que caracteriza o populismo é precisamente isto: decisões de curto prazo que geram benefícios imediatos, mas também prejuízos em um prazo mais longo, os quais acabam não só cancelando aquele benefício, como até o ultrapassado.

Não é o caso, por exemplo, do Governo brasileiro, que busca uma política de crescimento, mesmo, do salário mínimo, mas um crescimento sustentável em longo prazo. O Senador Paulo Paim preside uma Comissão que busca exatamente essa forma para não cair no populismo e, também, na inércia do mercado, como se o Estado não tivesse o dever de fazer justiça econômica e social, intervindo, por exemplo, com a fixação de um salário mínimo que não represente um aumento excessivo em curto prazo, o que poderia não ser sustentável e acabaria por produzir uma inflação que o desgastaria mais que o valor do benefício.

Sr. Presidente, toda a questão se resume no fato de que os neoliberais, que pautam as opiniões nos países mais ricos e querem-nos impor essas idéias, desejam o respeito pelo mercado porque este, efetivamente, racionaliza a produção em termos de uma concentração nos mais poderosos, nos que têm mais capital, nos que têm mais “competitividade”. Isso produz um crescimento mais acelerado, mas em prejuízo da outra dimensão da economia, que é a distribuição.

A economia não é só produção, mas também a distribuição, uma dimensão importante porque o objetivo da economia é gerar o bem-estar da população, não o recorde produtivo de um país. Neste ponto, os Governos, que precisam não só distribuir mas alavancar o processo de crescimento, usam as ferramentas da intervenção estatal e interferem e intervêm nas regras do mercado. Esse é o principal pecado apontado pelos países ricos. Entretanto, os países ricos também produzem medidas dessa natureza para proteger sua população. Os países europeus subsidiam sua agricultura. E estão certos ao fazê-lo, porque, se não a subsidiarem, de um ano para o outro, os setores agrícolas da França, da Espanha, da Alemanha, serão fatalmente destruídos pelas economias capazes de produzir bens agrícolas e laticínios, em geral, a custos bem mais baixos, como é o caso do Brasil. Há um subsídio – e eu não o chamo de populista, pois acredito que eles têm suas razões. É claro que nosso interesse é abrir a agricultura deles, acabar com o subsídio, porque produzimos mais barato e teremos condições de aumentar as importações. Mas é preciso entender o ponto de vista deles, que não é populista, mas, sim, o de preservar a harmonia social dos seus respectivos países.

Tolos? Tolos somos nós, brasileiros, que abrimos a nossa indústria nos anos 1990, de um momento para o outro, sem qualquer negociação, sem qualquer gradualismo: escancaramos e levamos à falência milhares de empresas industriais brasileiras, pequenas e médias, em função dessa abertura indiscriminada e tola, sem qualquer contrapartida.

Sequer procurou negociar qualquer contrapartida. Foi uma decisão unilateral desses governos neoliberais brasileiros que praticaram esse absurdo da abertura indiscriminada, não-escalonada, não-negociada em troca de absolutamente nada; em troca de um enorme desemprego no Brasil e da falência de milhares de empresas brasileiras.

É importante reconhecer que a intervenção do Estado por meio de políticas que intervêm nas regras do mercado, buscando, de um lado, o crescimento, e, de outro, a distribuição, tem muito sentido em países de economia incipiente, especialmente naqueles países

de economia absolutamente injusta, profundamente injusta, como é o caso do Brasil.

O Governo Lula, por intermédio do Bolsa-Família, do financiamento da agricultura familiar, do microcrédito, especialmente do microcrédito orientado, e dos subsídios para a construção de habitações populares, está produzindo redistribuição de renda. O perfil da distribuição de renda do Brasil está mudando. Essa mudança aparecerá daqui a quatro ou cinco anos, de forma absolutamente nítida e de maneira sustentável. Não é populista porque é sustentável e não produz qualquer efeito negativo em longo prazo. Ao contrário, o longo prazo vai gerar o efeito benéfico de demanda sobre a indústria e estímulo ao aumento da produção para atender a essa demanda. Isso é muito importante...

É preciso caracterizar o que é populismo. Eu não conheço detalhes do Governo Hugo Chávez ou do Governo Evo Morales, mas não me parece, pelo menos a longa distância, que estejam sendo governos populistas. Estão tomando medidas que, em longo prazo, de uma forma sustentável, vão produzir distribuição de renda, a exemplo do que está fazendo o Governo Lula no nosso País. Isso vai aparecer, e vai aparecer de uma forma sustentada, ainda que, para essa sustentação, o Governo tenha tomado rumos nas políticas econômica, que a mim, por exemplo, freqüentemente, me parecem conservadores demais. Entendo a preocupação com a estabilidade, com o prolongamento do efeito distributivista e de justiça em longo prazo: de geração de emprego, de melhoria de remuneração das camadas mais carentes, no longo prazo, sem prejuízo de medidas que poderiam ser mais eficazes ou produzir um efeito maior em curto prazo, mas que, em longo prazo, significassem prejuízo dessas mesmas políticas.

Tomamos conhecimento do resultado do crescimento do PIB hoje. Não foi um crescimento formidável não, mas foi um crescimento médio, de 3,4%, que aponta uma dimensão extremamente importante, qual seja, que os investimentos cresceram 9%. Isso é extremamente importante. Isso é sinal de que a economia criou substância, criou perspectivas incentivadoras do investimento em longo prazo, confiança dos investidores e dos empresários, presença do próprio Estado ao investir, como é o caso da Petrobras e do BNDES, e produzindo um efeito benéfico e garantido em longo prazo. Investimento é um gasto que garante a sua multiplicação em longo prazo.

Tudo isso mostra um quadro absolutamente indispensável para a formação de uma sociedade que tenha, também, estabilidade em longo prazo, porque uma sociedade precisa ser minimamente harmoniosa em termos de justiça social; e a melhoria de distribuição é uma necessidade imperiosa, fundamental. Me-

lhorar a distribuição dentro dos países, especialmente naqueles muito desiguais, como é o caso do Brasil, e também a distribuição internacional.

Aqui, podemos fazer uma crítica construtiva aos países europeus e ao próprio Estados Unidos da América que deveriam pensar mais em longo prazo, e desenvolver políticas de ajuda aos países pobres, ao invés de ficarem construindo muros e políticas de imigração cada vez mais rigorosas e desumanas, por que não dizer assim. É necessário que esses países compreendam, assim como a Europa, que vale mais, em longo prazo, ajudar os países africanos a se desenvolverem e a propiciarem condições de vida a seus cidadãos do que construir defesas contra a imigração cada vez mais rigorosas e desiguais, e porque não dizer cruéis.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ouço, com muito interesse, o aparte da Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Roberto Saturnino, em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pelo discurso e também para exemplificar que ontem participei de evento extremamente importante no Palácio, oportunidade em que o Presidente Lula recebeu importantes lideranças do setor têxtil brasileiro, que passa por um momento delicado por causa da concorrência absolutamente desleal da China, enfim, portanto, uma situação extremamente delicada.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Entre as principais reivindicações, o setor apontou, como não podia deixar de ser, a desoneração tributária, a ampliação dos acordos e o combate ao contrabando, à entrada ilegal de produtos etc. Na hora da fala do Presidente Lula, após ouvir atentamente tudo o que do setor têxtil havia exposto, Sua Excelência disse que todas as semanas recebe telefonemas exatamente sobre a situação a respeito das ações dos governos nas fronteiras, principalmente na ponte Brasil-Paraguai, principal via de entrada de produtos contrabandeados.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – SC) – É.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O Presidente Lula disse mais: “Cada vez mais precisamos trabalhar na lógica do desenvolvimento harmonioso”.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – SC) – Claro.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Quem sabe sairia mais barato e mais proveitoso para todos

nós se, de repente, pudéssemos fazer parcerias e até em investimentos com possibilidade de empregos e de renda nos países vizinhos, ou seja, um conjunto de investimentos harmoniosos para poder potencializar o desenvolvimento do que ficarmos nessa briga de tentar disputar a entrada ou não de produtos ilegais. Então, a posição do Presidente Lula é muito clara. Inclusive no próprio episódio da Bolívia já foi bastante ponderada essa questão. Ao invés da guerra, da briga, da busca de barreiras, temos que cada vez mais integrar. Não existe desenvolvimento separado do que está em torno. Não há como um país se desenvolver tendo no entorno miséria, desigualdades. Eu estava acompanhando atentamente, porque V. Ex^a estava falando do crescimento e da questão dos programas, e verifiquei que há dois dados importantíssimos. Hoje no anúncio do PIB, e ontem já tive a oportunidade de falar, e as matérias hoje novamente seguem na mesma linha, ou seja, o que já aconteceu no primeiro trimestre e o potencial existente estão diretamente ligados à questão da distribuição da riqueza como fator de crescimento. O economista da Consultoria M&B Associados, Sérgio Vale, assim diz que não só o dado do PIB, como também o Bolsa Família(*), o aumento da renda, o crescimento do crédito, tudo conspira a favor do Governo. Para infelicidade dos que acham que não estamos fazendo corretamente, mas estamos fazendo. A população enxerga isso, porque a matéria, por exemplo, que analisa a pesquisa Datafolha, diz que o principal motivo da intenção de voto à reeleição do Presidente Lula se dá pela percepção dessa visão do Presidente, de investir no social, de distribuir renda, de ter programas de inclusão social como fatores para o desenvolvimento e crescimento do País.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senadora Ideli Salvatti, pelo seu aparte.

Isso vem no momento em que o panorama internacional não é mais tão tranquilo quanto há algum tempo. Há certas nuvens, cujo potencial pluviométrico ainda não podemos avaliar, mas há certas nuvens no horizonte, o que significa que, quanto menos o País depender de fora, mais impulsionar sua economia e mover-se mais por suas causas internas, mais defesas terá no caso de uma agitação, de uma transformação internacional que seja mais negativa.

Então, esse dado de que o crescimento se deu muito mais apoiado no consumo das famílias, isto é, na demanda interna, é particularmente importante e decisivo neste momento de certas dúvidas e interrogações quanto ao que vai suceder no mercado internacional.

De forma, Sr. Presidente, que era isso que eu queria dizer, agradecendo mais vez a V. Ex^a e deixando aqui a minha mensagem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço, Senador Roberto Saturnino.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Como ainda há uma vaga para comunicação inadiável, quero solicitar a minha inscrição para usar da palavra antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrita em terceiro lugar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Peço a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PT, antes da Ordem do Dia, e aproveito para fazer uma reclamação, Presidente. Ontem pedi a publicação da matéria sobre o Dia do Geógrafo, até mesmo porque eu precisava homenagear essa categoria brasileira por meio do **Jornal do Senado**, e não foi a matéria publicada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a tem toda a razão. Determinei a publicação, eu a autorizei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E, se ainda houver tempo para amanhã, ainda assim eu gostaria que fosse realizado esse pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou diligenciar, Senador Sibá Machado, junto ao **Jornal do Senado**.

Sem prejuízo da lista de oradores, eu já havia anunciado a palavra do Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meditei se devia fazer este discurso, mas cheguei à conclusão de que não podia deixar de fazê-lo.

É do meu dever, e o faço em defesa do PMDB.

O Senador Pedro Simon tem sido cruel e insistente, querendo criar um clima nacional de desmonte do PMDB. Apresentou sua candidatura não para ser candidato, mas para evitar que o PMDB tome o rumo do interesse do País, que é o de não ter candidatura à Presidência da República, pois não temos um nome capaz de competir. Temos pessoas que estão querendo usar o partido para aparecer.

O Senador Pedro Simon diz todo dia que o Senador Sarney e o Senador Renan estão querendo impedir o lançamento do candidato do partido porque indicaram pessoas para o Governo.

Ora, o Senador Pedro Simon apoiou o Presidente Fernando Henrique, e eu também, não quis que o PMDB tivesse candidato próprio e queria ser o vice de José Serra, o que não aconteceu porque o partido escolheu a querida e estimada Deputada Rita Camata.

A confusão que se criou nesta eleição foi a decisão da verticalização. Não foi o Senador José Sarney nem Renan que o fizeram; aliás, foram contra. Com a verticalização, o PMDB sair sozinho para perder, levaria as seções regionais à liquidação. Vamos fazer a maioria dos Governadores, dos Senadores e dos Deputados.

Por que somente agora, quinze dias antes do mês da convenção, o Senador Simon lançou-se candidato? Esse é um ponto de interrogação. É porque as pesquisas no Rio Grande do Sul não lhe asseguraram uma vitória tranquila ou é para ajudar os adversários do PMDB? Em frente, Senador Pedro Simon, na luta, iremos defender a sua candidatura e derrotar ali o candidato do PT, o ex-Ministro Rosseto. Eu irei, e todos nós lutaremos pela sua vitória. Agora não é possível o Senador Pedro Simon, que tem tantos serviços prestados ao País, se prestar para sabotar o PMDB, sabendo que a candidatura própria é inviável, fazer o jogo dos que são contra o Partido.

A desavença e a intriga criam um clima de desânimo, de indiferença e de radicalização entre os Líderes que têm o dever da boa convivência dentro das hostes partidárias.

Também não aceito seu ataque ao nosso Líder. Se ele está sendo atacado, vamos esperar o resultado das investigações. Atacado está sendo também o seu Vice, Anthony Garotinho, que não tem tido o mesmo comportamento do nosso Líder no Senado.

Faço um apelo ao querido e estimado Senador Pedro Simon para que não prejudique o PMDB. Não queira servir aos nossos adversários, porque eles estão na platéia, apreciando, estimulando e incentivando a intriga e a desavença.

O Senador Pedro Simon foi Ministro do Presidente Sarney e sabe que o grande homem público do País

não é tão mesquinho para prejudicar o partido por causa de posições no Governo. O Presidente Sarney nunca escondeu que apoiou o Presidente Lula, na eleição e no Governo, reconhecendo que o Presidente está fazendo uma administração voltada para o povo.

O nosso Presidente Renan Calheiros é um grande presidente, um grande líder do nosso Partido e tem dado demonstrações de seu alto espírito público.

Esses dias, o Governador de Pernambuco, o ex-Presidente Itamar Franco, os Deputados Moreira Franco e Geddel Lima, disseram, de público, que conhecem que não temos condições de lançar candidato. A convenção, por grande maioria, decidiu contra a candidatura própria. Há uma decisão de partido, um consenso e o bom entendimento das grandes maiorias de nossos líderes do partido.

A quem está servindo – talvez até de forma indireta – o Senador Pedro Simon? Aos nossos adversários.

Faço um apelo para que ele deixe o partido vencer as eleições e não fique nesse jogo do adversário.

Quero dizer ao Senador Pedro Simon que o estimo e sou seu cabo eleitoral. Não lá, no Rio Grande do Sul, porque não fazemos diferença; mas penso que é hora de o PMDB se unir.

O próprio Presidente Renan Calheiros tem o dever e a obrigação, o Presidente José Sarney, o Geddel Lima, todas as lideranças têm o dever, mesmo de uma posição divergente dentro do partido, de subir ao palanque do Senador Pedro Simon, que, sem dúvida, tem uma longa folha de serviços prestados ao País. Mas não se pode entrar nesse jogo de conflito e choque, onde há uma platéia de outros líderes interessados nessa arenga e nessa desavença.

Portanto, ficam os nossos respeitos, mas pedimos ao Senador Pedro Simon a consideração com os outros Líderes do PMDB e com a decisão da Convenção. Trata-se de matéria vencida.

Sr. Presidente, na última sexta-feira, estive neste plenário com uma delegação de Vereadores. Fui fazer uma foto no corredor. O Senador Pedro Simon estava na tribuna e, gentilmente, concedeu-me um aparte. No seu discurso, S. Ex^a realmente tocou nas questões políticas do Amapá, na questão do Presidente José Sarney. Eu não poderia e, na verdade, não gostaria de fazer esse pronunciamento porque acho que onde há intriga e muita briga não se prospera. O Presidente Renan Calheiros, o Senador José Sarney e o Deputado Geddel Lima, todos os Líderes do Partido têm que se perfilhar, sim, ao lado do Senador Pedro Simon lá no Rio Grande do Sul. E o Senador Pedro Simon, com sua larga experiência, deve fazer uma ampla reflexão. Isso

já é matéria vencida. Os ataques gratuitos às lideranças do Partido só enfraquecem as nossas hostes.

Sr. Presidente, fica o apelo ao Senador Pedro Simon para que faça uma reflexão. Essa matéria já está vencida. Não há mais necessidade de o Senador Pedro Simon se desgastar na tribuna desta Casa, com a eloquência que lhe é peculiar, falando de matéria já vencida. O Partido já decidiu.

Vencidos e vencedores deverão se unir para que possamos ter muitos Deputados Federais eleitos pelo Partido, para que possamos ter bastante Senadores eleitos pelo Partido, para que possamos fazer uma boa aliança e uma boa composição. Acho que política é a arte de compor, de se juntar.

O saudoso Ulysses Guimarães, grande Líder do nosso Partido – que Deus o tenha – foi um exemplo disso. Saiu ovacionado por todo o Congresso Nacional e pelo País quando dirigiu a Constituinte de 1988. E aí marchamos para uma campanha a Presidente, onde tivemos um desempenho que não foi muito bom para a Nação. Foi lamentável. Mas, se aqueles que incentivaram Ulysses tivessem feito ao contrário, a História talvez pudesse ter sido diferente.

Portanto, Sr. Presidente, fica registrado o apelo a todos os Líderes do PMDB: que marchem pela união e pela integração. Isso se estende também ao Presidente José Sarney, ao Líder Ney Suassuna, a Geddel Vieira Lima, a todos os Líderes que estão envolvidos, ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. Temos de marchar em caravana para ir ao encontro de todos os nossos Líderes País afora. E devemos começar pelo valoroso Estado do Rio Grande do Sul. Todos nós deveremos estar ao lado de Pedro Simon para podermos ganhar a eleição com S. Ex^a lá e em todos os outros Estados.

Matéria vencida. Não tem por que estar despejando inteligência, queimando fosfato à toa.

Fica o apelo para que o PMDB se una e, entre vencidos e vencedores, tenhamos a condição de uma recomposição de forças para que o Partido possa marchar unido nesta eleição que se avizinha – estamos apenas a três meses.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcos Guerra, do PSDB, do Espírito Santo.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nós já temos três inscritos. V. Ex^a será o quarto e ficará na primeira suplência. Se houver alguma desistência, eu concederei a palavra a V. Ex^a, ou quando estivermos intercalando oradores e inscritos para comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, por dez minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Presidente João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, desculpe-me interrompê-lo, é para esclarecer ao plenário que V. Ex^a fala por permuta com o Senador Efraim Morais.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto aqui esta tarde para tratar de um assunto de que já falei outro dia.

Queria mostrar aos Senadores e ao País o jornal **A Gazeta**, principal jornal do meu Estado, que diz o seguinte: Portaria do Ibama compromete auto-suficiência de gás no País. Mais embaixo diz: O Governador Paulo Hartung pede intervenção da União para derrubar Zona de Amortecimento.

O Governador Paulo Hartung deve estar hoje com a Ministra Dilma Rousseff tratando deste assunto. Mas este assunto não diz respeito apenas ao Espírito Santo. Este assunto pertence também à Bahia e ao povo brasileiro, porque o Presidente do Ibama, por meio da Portaria nº 39, inviabiliza a prospecção de petróleo e gás de Canavieiras, na Bahia, até a foz do Rio Doce, em Linhares, no Espírito Santo. Uma distância de quase 400 quilômetros no sentido norte-sul e de 280 quilômetros no sentido contrário. O que equivale dizer que um fazendeiro, em Montanha, no Espírito Santo, ou em Nanuque, em Minas Gerais, para fazer um curral terá que pedir autorização ao Ibama. Se quiser fazer um financiamento não poderá fazê-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ler um editorial de domingo, do mesmo jornal, **A Gazeta**, com o seguinte teor:

A decisão do Ibama de cercear a atividade petrolífera no Parque Nacional de Abrolhos, não poderia acontecer em momento mais inoportuno. Conspira contra a mobilização nacional para conquistar a auto-suficiência na produção de gás natural. Sabe-se que esse é o único modo de livrar a sociedade, e o seu sistema econômico, da dependência tortuosa, e até politicamente humilhante, da importação do gás boliviano.

É antipatriótico qualquer procedimento que obstaculize a intensificação da produção de gás no país. O biombo que está sendo anunciado para isolar e esterilizar reservas atenta contra os interesses legítimos da nação. Lembra crime de lesa-pátria, em função do momento de guerra diplomática entre Brasil e Bolívia. É grande a incerteza sobre as condições de fornecimento de gás daquele país. A perspectiva de preço virou pesadelo.

A decisão do Ibama configura quebra unilateral de um acordo com os governos do Espírito Santo e da Bahia. Pelo que foi divulgado, nenhuma iniciativa sobre zona de restrição seria tomada sem prévio entendimento entre as partes. O Ibama, e o mundo inteiro, sabem que para o Brasil alcançar a auto-suficiência de gás natural em 2008, conforme a meta, necessariamente o Espírito Santo deverá estar produzindo diariamente 16,7 milhões de metros cúbicos desse produto. E, para a Petrobras dar essa resposta, deverá ampliar a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, além de acelerar ações em outros campos.

Essa circunstância deveria ser compreendida como imperiosa. Jamais tratada de outra forma. Porém, os limites fixados na Portaria nº 39 do Ibama mostram distanciamento desse conceito. As demarcações preservacionistas em certas áreas colidem frontalmente com o planejamento e a política energética para resgatar o país da emergência. A região que agora tem o carimbo de exclusão (onde é proibida a exploração de petróleo e de gás) abriga campos de resultados expressivos em plena atividade. Que atraso de vida!

Surpresa semelhante verifica-se em relação a pelo menos mais seis blocos da Petrobrás, em fase de medição de potencial. Assim, a interferência do Ibama prejudica não apenas atividades em curso, mas também as futuras. Inevitavelmente, esvazia o interesse pelos próximos leilões de reservas. Tudo isso constitui prepotência e arbitrariedade, obviamente inaceitáveis. Tudo isso é um retrocesso e beira a irracionalidade procurar anular esforços científicos, conquistas tecnológicas que o mundo inveja e desperdiçar pesados investimentos financeiros. Esquizofrenia ambiental é um castigo para o país. Atrapalha o que é lógico: focar todas as atenções para fortalecer os cenários energéticos atuais e consolidar os próximos.

Queixa-se muito, com inteira razão, da truculência boliviana, movida pelo gás. Mas, da forma como age o Ibama em relação a Abrolhos, o Brasil não precisa de Evo Morales para preocupá-lo. Não se discute a existência desse órgão, que de fato é uma referência institucional no contexto democrático. Então, não se questiona a sua relevante missão. Lamentáveis são os excessos cometidos em nome do ambientalismo, uma causa construtiva e nobre. Há que se combinar atividade econômica com proteção ambiental. O mundo civilizado faz isso. Por que não o Brasil?

Diz mais o jornal: “Da forma como o Ibama vê o Parque de Abrolhos, o Brasil nem precisa da Bolívia para ameaçar a sua segurança no abastecimento de gás natural”.

Sr. Presidente, isso aconteceu no momento em que o Presidente Lula anunciava que ia intensificar a produção de gás natural na costa capixaba e baiana. Isso aconteceu na hora em que o Presidente Lula disse que ia construir um gasoduto entre o Espírito Santo e São Paulo para ficar livre da dependência da Bolívia.

Não foi preciso que o Presidente assinasse decreto como acontecia no Governo passado. Não foi preciso que a Ministra do Meio Ambiente assinasse o decreto. Não! Isso foi feito, vergonhosamente, por uma portaria do Ibama, um órgão que não é ministério, Senador Rodolpho Tourinho. O Ibama cometeu essa arbitrariedade e condenou o País e o meu Estado à estagnação.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador João Batista Motta, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento e pela defesa veemente que faz contra essa portaria absurda do Ibama. Em primeiro lugar, quero dizer que eu, como V. Ex^a, defendo a racionalidade quando se trata do meio ambiente. Somos defensores também do meio ambiente quando se trata do Parque de Abrolhos. Não há dúvida alguma quanto a isso. O que não podemos aceitar são essas portarias absurdas delimitando áreas imensas sem nenhum senso, sem nenhuma lógica, como V. Ex^a bem colocou, portarias que afetam, sobretudo, o gás natural, hoje tão importante para o País que busca ficar livre, em primeiro lugar, da Bolívia. Essas duas áreas – do Espírito Santo e do Sul da Bahia – são fundamentais para que venhamos a ter – eu não diria nem auto-suficiência ainda – uma produção maior de gás natural. Quero me congratular com V. Ex^a pela manifestação

que faz contra essa portaria absurda do Ibama e dizer que isso não é assunto para ser tratado dessa forma; tem de ser tratado de forma competente, de forma séria. Assistimos a muitas coisas absurdas em relação a essa área de meio ambiente. Acho que temos de lutar contra isso. Estou solidário com V. Ex^a e hoje, inclusive, assinamos, toda a Bancada da Bahia, em apoio a V. Ex^a também, um projeto que se refere a essa questão de estabelecimento de áreas reservadas. Enfim, estamos com V. Ex^a, entendendo a posição do Espírito Santo e dizendo que a posição da Bahia é a mesma, Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Agradeço pelo aparte, Senador Rodolpho Tourinho.

A propósito, queria avisar à Casa que apresentamos um projeto de decreto legislativo a fim de impedir que essa portaria venha a prevalecer – como está prevalecendo –, prejudicando os nossos Estados.

Também hoje, na CCJC, por relato meu, foi apresentado um projeto de autoria do grande Senador Gerson Camata, do meu Estado – I uma PEC que ele fez em 2003, revoltado com a criação do Parque dos Pontões, no meu Estado, que inviabilizou dois municípios por inteiro, uma vergonha. O Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto, criaram o parque, nenhuma providência foi tomada, e isso há mais de seis anos, os agricultores não podem tomar um centavo emprestado no banco, os Municípios estão inviabilizados, já que os prefeitos, não podendo contrair dívidas, não podem desenvolver seus Municípios, enfim tudo está completamente largado e abandonado.

Também quero avisar que também estou de posse de um DVD, contendo uma coletânea de denúncias feitas pela Rede Globo, que mostra que nos últimos dez anos...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já proroguei sem tempo por dois minutos, mas concederei a V. Ex^a mais dois minutos, inclusive para que possa conceder apartes, se assim o desejar.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Muito obrigado, meu caro Presidente.

Só para concluir, gostaria de dizer que a Globo fez um programa onde mostra ao Brasil que todos os parques criados até agora estão parados, ou seja, não há nenhuma desapropriação feita, não há nenhuma terra paga, não tem providência tomada em nenhum sentido. E isso não pode proliferar.

Naquela época, o Senador Gerson Camata fez um projeto de emenda constitucional, o qual relatei hoje e o Senador Sibá Machado pediu vistas. Portanto, o projeto se encontra com S. Ex^a até a semana que vem. Estamos pedindo que a criação desse tipo de reserva seja aprovado em última instância aqui no Senado,

como fazemos quando aprovamos as autoridades: uma coisa rápida, porém, se houver alguma ilegalidade ou o levantamento de Estados ou Municípios contra alguma injustiça, esta Casa terá o direito e o poder para fazer a revisão que é o seu papel.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, depois ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a já subiu a esta tribuna por diversas vezes para falar dessa portaria e de quanto o Estado do Espírito Santo está sendo prejudicado não só por essa portaria, mas por outros decretos que o Estado teve que absorver a exemplo do Município de Pancas*. Lá, temos hoje uma região que foi decretada como reserva ambiental. Também temos a região do Caparaó e, agora, essa portaria que praticamente engloba grande parte do norte do Estado do Espírito Santo. Com certeza, o nosso Estado irá perder muito. Mas o que me chama a atenção, Senador João Batista Motta, é que o Presidente fala uma coisa, a Petrobras fala outra e o Ibama vai lá e faz uma outra coisa totalmente diferente. Lamento muito que a Nação não tenha uma só cartilha para que todos possam lê-la. O nosso Estado é um Estado pequeno, é um Estado que, hoje, tem um governo que está fazendo um excelente trabalho. No entanto, se a Nação e, também, o Governo Federal não olharem realmente para o Estado como um grande “celeiro” de petróleo para os próximos anos – hoje somos a segunda maior reserva do País –, a impressão que se teremos é que não é só o Ibama que, no caso, está querendo prejudicar o Estado. Por trás disto pode haver ONGs, países e até mesmo empresas que estejam querendo prejudicar o Estado do Espírito Santo. Fica, aqui, então, Senador João Batista Motta, o meu apoio e a minha solidariedade a nossa causa e, como o Senador Rodolpho Tourinho disse ainda há pouco, à causa da Bahia. Peço a todos os Senadores que se engajem conosco para derrubar essa portaria, que pode ser criada, amanhã ou depois, em todos os Estados brasileiros.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Agradeço, Senador Marcos Guerra, e acrescento que, quando V. Ex^a fala em ONGs que estão por trás, não temos a menor dúvida disso. Não são ONGs não; são bandidos que defendem o interesse internacional e que estão aqui para atrapalhar o desenvolvimento do País, como já fizeram na época de Getúlio Vargas, quando disseram que este País não tinha petróleo. Mentira! O País tinha petróleo e, a partir desse espírito, Getúlio Vargas criou a Petrobras, que Juscelino Kubitschek intensificou para que a empresa crescesse cada vez mais. E os outros Presidentes vieram na mesma linha

– e continuam até hoje – com a Petrobras sendo um orgulho nacional.

Senador Marcos Guerra, a falta de palavra a que V. Ex^a se referiu não é somente nesse setor. O Presidente Lula esteve no Espírito Santo – e queria mandar avisar o Presidente Lula –, e empenhou a sua palavra afirmando que ia inaugurar, neste ano, o aeroporto. Entretanto, as obras estão paradas – uma vergonha –, todos os operários parados, os caminhões parados, as máquinas dispensadas. Não tem mais obra lá.

Não sei como um Presidente trata e não cumpre, Senador Sibá Machado. É uma decepção. O mínimo que um Presidente da República pode ter é palavra, ou seja, empenhar a palavra e cumprir, porque para a construção do aeroporto de Vitória é preciso pouco dinheiro. E não é dinheiro do Orçamento, não; é dinheiro da Infraero, dinheiro que pagamos quando tomamos um avião, é dinheiro do povo. Mas, infelizmente, a má-vontade não permite – ou má-vontade ou falta de gerenciamento, falta de capacidade para administrar a coisa pública.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador João Batista Motta, já concedi a V. Ex^a oito minutos a mais do que o tempo normal. Então, peço a V. Ex^a que conceda um aparte ao Senador Sibá Machado e encerre o seu pronunciamento em seguida, por gentileza.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concedo um aparte ao meu querido irmão, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Sr. Presidente a compreensão. Senador João Batista Motta, quero manifestar o respeito que tenho pelo tema e por V. Ex^a. Percebo que, sempre que sobe à tribuna, V. Ex^a trata desse assunto e, hoje, faz um discurso muito forte, muito veemente. Digo que essa situação é o preço da democracia. Se fôssemos analisar apenas sob o ponto de vista do pensamento ambientalista, seria melhor que os seres humanos não existissem, porque a presença humana no planeta é o símbolo da destruição. Não se conhece nenhuma espécie viva, nem vegetal nem animal, que tenha uma capacidade de destruição tão forte quanto a dos seres humanos. Os homens constroem cidades, que representam uma mudança de paisagem violenta, constroem barragens, hidrovias, ferrovias e assim por diante. Então, a presença humana é o supra-sumo da destruição do planeta. Por isso a tentativa de se fazerem tratados e acordos internacionais para reduzir ao máximo a velocidade da própria destruição. Entretanto, se tratarmos a situação

sob o ponto de vista econômico, empresarial, também devemos dizer que a presença da natureza no planeta é desnecessária. Não precisamos do ar, do rio, do mar, dos peixes, dos animais em geral e dos vegetais.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – E de desenvolvimento sustentável.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Portanto, creio que a situação é realmente muito complexa. E por ser muito complexa é preciso deixar um pouco de lado a nossa paixão, e é o que tenho tentado fazer. É claro e notório que o País precisa crescer, precisa aumentar as suas receitas e assim por diante. E como a competição é desumana, é impossível vivermos à mercê apenas de interesses unilaterais. É por isso que é complexo, é difícil e é demorado. E o preço da nossa democracia nessa área é maior. É o que eu acho. Portanto, o prejuízo não é para o Estado do Espírito Santo. Existe prejuízo de modo geral. O papel do Ibama é um papel constitucional. O que não posso aceitar é que se critique o Ibama dessa forma, porque é uma legislação que existe no Brasil. Uma legislação nacional cria o instituto e cria suas prerrogativas.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – O Ibama não pode determinar que terras sejam desapropriadas. Não! É inversão de valores.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concedeu um aparte. Estou querendo dizer – já vou encerrar – que o instituto e suas prerrogativas foram criados por uma legislação, como o foram a Polícia Federal e todos os institutos do Poder Público nacional. Então, neste caso, o que quero dizer é que é preciso reformular o papel da instituição e até analisar se não é mais necessária. Mas eu acho que institutos como o Ibama, com todos os seus vícios; um instituto como o Ministério Público, com todos os seus vícios; enfim, qualquer instituto, um instituto chamado “as empresas”, o movimento social brasileiro, e assim por diante, todos têm um papel a cumprir, que é o do equilíbrio das opiniões. E é para onde vai cada um de nós.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já concedi dez minutos a V. Ex^a; vou conceder mais um minuto, Senador João Batista Motta.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Digo que o papel do Senado Federal e do Congresso Nacional é este mesmo: colocar o ponto na mesa e ir para o debate. Não cabe a nós tratarmos desse assunto com tanta paixão, porque diminui a possibilidade de solucionar os problemas.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Senador Sibá Machado, V. Ex^a não me viu aqui questionando a criação do parque. Estou questionando a falta de respeito com o Governador Paulo Souto e com o Governador Paulo Hartung. Havia um compromisso de discutir o assunto. Nem o Ibama nem a Ministra Marina Silva nem Ministro algum têm o direito de entrar, cortar, fazer o que quiserem do meu Estado, desrespeitando as autoridades constituídas do local, como Governadores, Prefeitos e por aí afora.

É a falta de respeito que este Governo não enxerga. E não sei por quê. É preciso haver o entendimento de que a democracia tem de ser respeitada. A democracia não pode ser violada da maneira que está sendo. Um Governador de um Estado do tamanho da Bahia tem de ser respeitado pelo Presidente da República, quanto mais por qualquer presidentezinho do Ibama. É uma vergonha!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– E pior do que a atitude do Governo é ter gente aqui que defende isso!

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Desculpe-me, Senador Sibá Machado. Adoro-lhe como amigo e como irmão.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL. (Pausa.)

Quer permutar com a Senadora Heloísa Helena e falar posteriormente?

V. Ex^a se encontra inscrito em primeiro lugar. Se quiser a permuta com a Senadora Heloísa Helena, poderá fazê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu gostaria de falar para uma comunicação inadiável e estou inscrito para tal. Será rápido.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a quer falar agora pela Liderança ou posteriormente para uma comunicação inadiável?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não quero falar pela Liderança, porque não sei se ela concorda com os termos que vou utilizar.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, V. Ex^a fica inscrito para uma comunicação inadiável, **a posteriori**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – **A posteriori?**

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se V. Ex^a quiser...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu saberei ser rigoroso com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Excelência, o que quero dizer é que o momento não é para fazer uma comunicação inadiável. Se quiser falar pela Liderança do PFL, a palavra está com V. Ex^a.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do P-SOL.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Eu havia deixado a presidência da Mesa, porque estava inscrito como orador. Eu gostaria que fosse dado como lido um pronunciamento sobre a cidade...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador João Alberto Souza, pelo critério adotado pela Mesa, fala um orador regularmente inscrito, que foi o Senador João Batista Motta, em seguida fala um Senador pela Liderança, regularmente inscrito, que é o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cedeu o seu lugar à Senadora Heloísa Helena. Posteriormente, fala um novo orador inscrito que, no caso, é V. Ex^a. A não ser que haja permuta por parte da Senadora Heloísa Helena, temos de obedecer ao critério.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, posso permutar, até porque sou testemunha de que o Senador João Alberto Souza deixou a Presidência para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, então tire-me uma dúvida: como fica a ordem das inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Fica da seguinte forma: fala agora o Senador João Alberto Souza...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Fala como inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Fala como inscrito. Em seguida, falará a Senadora Heloísa Helena, pela Liderança.

Depois, falará o Senador Rodolpho Tourinho, como orador regularmente inscrito. Após, começaremos as comunicações inadiáveis com o Senador Antonio Carlos Magalhães, inscrito em primeiro lugar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A minha inscrição foi como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A inscrição de V. Ex^a não consta como Líder. Peço, então, a V. Ex^a que faça a solicitação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Fiz o pedido durante a presidência do Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não consta.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estava presente a Senadora Ideli Salvatti, que pediu sua inscrição para uma comunicação inadiável, e eu pedi como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em seguida esclareceremos a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Presidente, pela ordem, eu gostaria de saber qual a seqüência em que estou. Não quero falar como Líder, pois detesto falar como Líder. Quero falar como inscrito que estou.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a fala após a Senadora Iris de Araújo e o Senador Marco Maciel.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com a palavra o Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando presidia a Mesa, não estava presente o Senador Eduardo Siqueira Campos, e fiz a permuta com S. Ex^a para que justamente falasse em meu lugar. Venho relatar uma visita que fiz recentemente ao Município de Grajaú, no Maranhão.

Fui à inauguração da agência do INSS, à qual assistiram aproximadamente duas mil pessoas. Um ato pequeno, mas de muito valor para aquele Município. A expressão de felicidade pelo acontecimento tive a sorte de ver no rosto, no brilho dos olhos e nas palavras daquele povo. Não é para menos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pois a população do Município de Grajaú, hoje em torno de 60 mil habitantes, para requerer seus benefícios ou resolver suas dívidas em relação aos benefícios propiciados pelo INSS, devia deslocar-se para a cidade de Imperatriz, distante 250 km de Grajaú, fato que exigia dos interessados despesas com viagem e estadia, além de abandono do trabalho pessoal no comércio, na lavoura ou no lar.

Com essa agência do INSS, o atendimento à população fica facilitado e acessível a todos, inclusive às pessoas mais pobres, normalmente mais tímidas e conformadas. Além disso, Grajaú constitui um pólo de desenvolvimento juntamente com os Municípios de Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do Grajaú, Formosa da

Serra Negra e Arame, cuja população também passará a se servir dessa agência de Grajaú.

Quero, neste momento, enaltecer a iniciativa implantada em Grajaú, por ser um passo muito concreto e de grandíssimo valor no processo de estabelecer a capilaridade do Estado para atender à população mais necessitada. O evento revestiu-se de elevada importância, enfatizada pela presença na ocasião do Dr. Carlos Eduardo Gabas, Secretário-Geral do Ministério da Previdência Social – que representava o Ministro –, de numerosos Prefeitos e Vereadores dos Municípios vizinhos, sob a liderança do Prefeito de Grajaú, o ex-Deputado e ex-Secretário Mercial Lima de Arruda, homem público de particular sensibilidade e capacidade administrativa. A Prefeitura de Grajaú financiou a construção da infra-estrutura dessa Agência do INSS em parceria com o Ministério da Previdência, que assumiu a compra, a instalação dos equipamentos e treinamento operacional dos agentes.

Não existe alegria maior para um homem público, como é um Senador da República, do que identificar-se com a alegria do povo quando esse mesmo povo assiste ao atendimento de uma necessidade sua, de longa data esperada, e a aplaude.

Sr. Presidente, verifiquei de perto também, como a TV Senado é bem vista. Em Grajaú, muitos me falavam a respeito desse veículo de comunicação, e prometi que iria fazer um pronunciamento a respeito da inauguração da Agência.

No dia 26 de maio, foi isso que contemplei em Grajaú, junto com Prefeitos e numerosos Vereadores da região e com o Sr. Secretário-Geral do Ministério da Previdência Social do Brasil.

Cumprimento e formalizo meus parabéns a esse Ministério pelo esforço de levar a todos os recantos do País sua estrutura de assistência, facilitando a vida de milhares de cidadãos que necessitam da ação do Estado, para que sua vida, já tão machucada pelo trabalho e pelo abandono, encontre lenitivo, alegria e esperança na perspectiva de dias melhores.

Grajaú, terra de valentes e indomáveis índios Timbira e Guajajara, terra de valorosos habitantes, construtores do progresso e do próprio futuro, realizou um importante avanço com a inauguração desse empreendimento.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Alberto Souza, o Sr. Demóstenes Torres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O Sr. Magno Malta deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, conforme havia informado, vou intercalar os oradores inscritos com os pedidos de comunicações inadiáveis.

Com a aquiescência da Senadora Heloísa Helena, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, sempre subo à tribuna para atacar este Governo imoral do Presidente Lula. As imoralidades são tantas que vem um aumento para o funcionalismo – há tanto tempo sem reajuste – da maneira mais desabrida, mais imprópria, que um Presidente de República poderia fazer.

Hoje, uma figura cujo nome não direi porque todos conhecem, achou por bem julgar-me – já dei a resposta – como senhor de engenho. Eu não tive essa felicidade, Sr. Presidente, nem eu nem ninguém da minha família. Sou filho de um professor universitário de grande valor. Aliás, isso me honra muito. Meu pai foi uma figura marcante na minha terra, Deputado Federal, Constituinte de 1934. Não sou homem de engenho, mas também nunca fui empregado de banqueiro, como meu acusador. Aliás, o banqueiro é decente, o empregado é que não é.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que essa figura está atrapalhando a vida pública de São Paulo. Os desastres ocorridos naquela grande cidade, sem dúvida alguma, foram fruto da incompetência de quem governava o Estado. E governava sem votos. E quando se governa sem votos, não se tem responsabilidade.

O vice-Presidente não recebe votos, recebe uma indicação, muitas vezes em favor, como no caso do Partido a que ele pertence, e sequer passa a dever fidelidade ao Governo a que ele pertencia, ou a que deveria pertencer, no caso o Governador Geraldo Alckmin.

De modo que venho aqui dizer que fui Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de Salvador, Governador por três vezes da Bahia, Ministro de Estado, Senador duas vezes eleito, e é isso que irrita os meus adversários e até mesmo o Presidente da República. E é isso, Sr. Presidente, que me dá autoridade de ir ao meu Partido e dizer que ele muitas vezes erra porque dá valor a quem não tem voto, quando quem tem voto fica aliado.

É isso talvez que se precise mudar na Constituição do País e até o vice-presidente ou ser extinto por

desnecessário, como o vice-Governador, ou por eleição. O que custa a um governo um Vice-Presidente quando, na realidade, o Presidente não deixa de ser Presidente quando está negociando ou mesmo viajando em turismo a outros países? Ao contrário, ele está sempre Presidente. O Presidente dos Estados Unidos viaja por todo o mundo, e o Vice-Presidente não assume. Aqui, neste País, subdesenvolvido, o vice-Presidente, o vice-Prefeito ou o vice do vice assume o cargo e, o pior, com ares de titular, como se fosse votado pelo povo, sem ter recebido um voto sequer.

Como Governador, Sr. Presidente, todas às vezes, pelas pesquisas do Ibope – a última delas disputando com Ciro Gomes – obtive o primeiro lugar de mais querido na sua terra. Portanto, tenho autoridade para vir à tribuna falar o que é de interesse do meu Estado e defendê-lo como defendo mais do que qualquer outro possa fazê-lo.

Esta comunicação inadiável, Sr. Presidente, é uma satisfação que dou a mim mesmo. Não estou nem me referindo a quem tenha a orelha grande ou a fisionomia diferente dos seres humanos comuns. Não é para isso que estou falando. Estou falando para mim mesmo e para o Plenário, que conhece a minha vida. Tenho defeitos, claro que sim. Mas meus defeitos não são morais. Jamais me subjuguiei a alguém como a um presidente de banco para poder sobreviver. Jamais usurpei dos meus colegas de Partido cargo que não me cabia. Exerci Ministério. Exerci...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... a Presidência desta Casa, o que talvez tenha sido a minha maior honra. E fui o primeiro Presidente a ser reeleito.

Portanto, tenho a consciência tranqüila. Não vejo problema se no passado alguém foi senhor de engenho. Não vejo nada nisso. Mas eu nunca fui. Fui um estudante pobre, filho de um professor decente, que galgou também o Congresso Nacional e que foi um dos mais respeitados baianos enquanto viveu. Isso é o meu orgulho, e deveria ser o orgulho daqueles que me condenam.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, não sou, não posso ser nem serei jamais subserviente a ninguém. Serei, sim, um defensor do meu Estado. Serei, sim, um defensor da República...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ... dessa República que, infelizmente, até hoje está em péssimas mãos. Mas tenho esperança de que isso se modifique e que tenhamos um Brasil decente, digno e desenvolvido.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por permuta com o Senador José Agripino, por dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pro-

nuncia o seguinte o discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna hoje para continuar um assunto iniciado ontem, acerca de eletrificação rural, referentemente ao Programa Luz no Campo e ao Programa Luz para Todos.

Início comparando os números entre um programa e outro, porque têm sido apresentado, no meu Estado, por membros do programa do Partido dos Trabalhadores, assim como foram apresentados ontem, por alguns membros do referido Partido, números que não condizem com a realidade, no que se refere ao sucesso dos dois programas.

Para deixar claro essa questão para o Brasil inteiro e também para a minha terra, digo que o Luz no Campo, enquanto durou, de 2000 até o final de 2002, foi responsável por 653 mil ligações realizadas no campo, o que beneficiou cerca de 3 milhões e 300 mil brasileiros, considerando-se a média de cinco pessoas por família.

Atualmente, o **site** do Ministério de Minas e Energia indica que o programa Luz para Todos, desenvolvido entre 2004 e 2006 – mais ou menos no mesmo período do Programa Luz no Campo – já atendeu 3 milhões, 190 mil pessoas; ou realizou 638 mil ligações. Conseqüentemente, um número muito próximo, num prazo muito próximo também, do Luz para Todos. Ou seja, houve 653 mil ligações do Luz no Campo contra 638 mil ligações do Luz para Todos, durante o mesmo período. Isso quer dizer que, hoje, esses programas se equivalem.

O Luz para Todos não é, de forma nenhuma, como foi dito, um grande programa, ao passo que o Luz no Campo seria um nada em relação a ele. Repito que o Luz no Campo é maior ainda que o Luz para Todos.

Na Bahia, o Luz no Campo realizou 138 mil ligações – eu já disse isso aqui ontem e repito hoje –, atendendo cerca de 700 mil baianos; e o Luz para Todos realizou até agora 70 mil ligações.

Então, quando comparamos os dois programas, eles se equivalem em termos de eficiência: um, com 653 mil ligações; e o Luz para Todos, com 638 mil. Na Bahia, o Luz no Campo fez, no mesmo período, duas vezes mais que o Luz para Todos.

É importante também frisar que o Programa Luz para Todos tem sido mostrado no programa partidário do PT, no meu Estado, como se a Bahia estivesse na escuridão e, de repente, com o *Luz para Todos*, saísse dessa escuridão. Quero dizer – e já provei aqui – que o *Luz no Campo* fez duas vezes mais do que o *Luz para Todos*.

E mais: fala-se do *Luz para Todos* como uma grande invenção do Governo Lula! Parece que tudo começou neste mundo a partir da data em que o Presidente Lula tomou posse na Presidência da República. Não é verdade. Mas, a partir daí, então, esse é o grande programa desenvolvido pelo Presidente Lula.

Na verdade, o projeto que veio para cá – é bom que se esclareça – foi uma medida provisória que tratava exclusivamente de um programa emergencial e excepcional de apoio às concessionárias do serviço público de distribuição de energia. Isso foi em 4 de agosto de 2003 com a Medida Provisória nº 127, que dispunha exclusivamente sobre isso. No dia 3 de junho, no entanto, ou seja, dois meses antes, eu havia apresentado o Projeto de Lei nº 224, que antecipava a meta de universalização para 2008, porque, até então, por meio de uma audiência pública da Aneel, essa data estava fixada em 2015. Portanto, o meu projeto de lei fixava em 2008 a meta para a antecipação da universalização. Ele tornava exclusiva, em vez de prioritária, a utilização dos recursos da conta de desenvolvimento energético, oriunda das multas aplicadas pela Aneel e da UPB.

O projeto utilizava recursos da RGR para subsidiar a universalização nas localidades mais carentes, nos Municípios com índice de atendimento inferior a 85%. No mínimo, 50% seriam subvencionados pela RGR.

Então, como eu disse, em 4 de agosto, o Governo encaminha uma medida provisória que dispunha exclusivamente sobre apoio a concessionárias de serviços públicos. Um mês depois, em setembro, o meu projeto foi pautado na Comissão de Infra-Estrutura, para decisão terminativa, com parecer favorável do Sr. Relator.

Porém, nos dias subseqüentes a 2 de setembro, fui convidado para participar de uma reunião no Ministério das Minas e Energia com a então Ministra Dilma Rousseff e com o Senador Delcídio Amaral. O resultado dessa reunião foi a celebração de um acordo entre o Senador Delcídio, a Ministra das Minas e Energia e eu para aproveitamento, para a inclusão do meu projeto de lei – não era mais o Luz no Campo, mas um novo projeto que apresentei, já como Senador – para aprovação dentro da Medida Provisória nº 127.

No dia 23 de setembro de 2003, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei de Conversão,

apresentado pelo Relator, Deputado João Almeida, do PSDB da Bahia, contendo a íntegra do meu projeto, acrescido de um ponto, ou seja, incluindo, entre as fontes de subversão, a conta de desenvolvimento energético como um todo.

No dia 14 de outubro de 2003, o projeto foi aprovado, após relatório do Senador César Borges, do PFL da Bahia. Na mesma ocasião, verificaram-se várias manifestações, nesta Casa, tanto em apoio a esse projeto quanto em reconhecimento, digamos assim, à autoria daquele projeto.

Neste momento, não quero, de forma nenhuma, discutir só a autoria desse projeto, mas, de alguma maneira, o que não podemos é deixar prosperar, sobretudo em programas partidários que atingem nossos Estados, fatos que não são verdadeiros.

De resto, fica aqui aprovado e comprovado que, em primeiro lugar, o projeto Luz para Todos nasceu de uma emenda feita na Câmara dos Deputados. Ele não veio como um projeto pronto do Executivo. Na verdade, ele nasceu de uma reunião entre mim e o Senador Delcídio – que, lamentavelmente, não está aqui para confirmar, mas temos toda essa história gravada aqui, no Senado – com a Ministra, para se aproveitar aquela medida provisória e se fazer um novo projeto de eletrificação rural, mantendo-se a data do meu projeto de lei, que era 2008, e não 2015, como queria a Aneel, e aproveitando-se toda a estrutura do projeto, o que efetivamente foi feito.

Portanto, neste momento, quero restabelecer a verdade e dizer que é preciso que isso seja feito, na medida em que o Programa Luz para Todos vem sendo apontado, sobretudo no meu Estado, como algo novo, que surgiu a partir deste Governo, a partir de 1º de janeiro de 2003, o que, repito, mais uma vez: não é verdade.

Deixo clara esta posição: apoio integralmente o Programa Luz para Todos, que, no caso específico da Bahia, conta com uma grande participação do Governo daquele Estado – cuja participação, aliás, é a maior entre todos os Estados. Ontem, afirmei que, por exemplo, enquanto Minas – nada contra Minas – participa com 10%, a Bahia é obrigada a participar com 30%, que é a maior participação entre os Estados brasileiros.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Rodolpho Tourinho, o Brasil sabe da sua luta pela criação do programa que foi também adotado pelo atual Governo. É bom lembrar ao País que, naquela época, as empresas não estavam preparadas para desenvolver um serviço desse porte. Quando o atual Governo assumiu, continuou praticamente com

as mesmas empresas, já preparadas, equipadas e prontas para iniciar o trabalho, e tem obtido êxito, não temos dúvida disso, mas é bom lembrar que foi V. Ex^a quem deu o pontapé inicial e introduziu o projeto no País. Hoje, ele é a salvação do homem do campo, tão abandonado e tão desprotegido. Graças a Deus, um programa como esse não foi deixado de lado e continua servindo àqueles que são responsáveis pela nossa balança de pagamento: o agronegócio, atualmente tão mutilado e tão quebrado em virtude do valor do dólar e do desprezo que o Governo tem dispensado ao homem do campo. Muito obrigado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador João Batista Motta.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Rodolpho Tourinho, já tive oportunidade de agradecer, em meu nome e no da comunidade do Acre, o trabalho de V. Ex^a à frente do Ministério das Minas e Energia, quando lançou, naquele Estado, o programa Luz no Campo. As pessoas se emocionaram. É claro que todos os programas têm suas dificuldades, seus percalços, e não conseguimos realizar a meta proposta naquele momento, mas aquilo já foi o lançamento da pedra fundamental da ousadia de se colocar energia elétrica nos locais mais desassistidos por tecnologia dessa magnitude. O programa Luz para Todos procura avançar e vencer para que, até 2012 ou 2013, o atendimento quanto à energia elétrica seja de 100%. Os investimentos estão sendo colocados e assim por diante. Políticas sociais como essa e outras, como as bolsas, sempre foram feitas na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, quero dizer a V. Ex^a que não tenho números na memória e que não quero comparar a execução realizada por V. Ex^a com a feita pelo atual Ministro, Silas Rondon, pois o importante é que essa meta de Governo deve continuar existindo, venha quem vier em 2007. Como dizia o ex-Presidente do BNDES, tecnologia sem energia elétrica é tecnologia do século XVII.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM.) – Senador Sibá Machado, peço a V. Ex^a que seja breve, porque há oradores inscritos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Já vou terminar, Sr. Presidente. Quero, novamente, saudar V. Ex^a pelo programa, que, no meu entendimento, avançou durante o Governo Lula, mas cuja idéia nasceu da ousadia de V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Por último, deixo registrados os números dos dois programas: Luz no Campo, 653 mil ligações; Luz para

Todos, até agora, conforme o **site**, 638 mil. A disputa não é essa, pois isso deve continuar, deve haver mais e é preciso que se respeite a data que fixei em 2008 e que a Aneel determinou ser 2015.

Lembro, outra vez, a emoção que senti no Acre, na festa de lançamento do Luz no Campo, que só não foi maior, Senador Sibá Machado, que a da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, neste momento, o Presidente Renan Calheiros está recebendo, no Salão Nobre da Casa, o Dr. José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Européia.

A comunicação é feita para os Senadores que queiram se fazer presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra, por cinco minutos, como Líder do P-Sol, à Senadora Heloísa Helena.

Em seguida, por cessão do Senador Alvaro Dias, concederei a palavra à Senadora Iris de Araújo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminharei requerimento no sentido de que seja consignado, nos Anais desta Casa, Voto de Aplauso à artista plástica piauiense Maria Nazaré Rufino, mais conhecida como Naza, por ter sido contemplada, nos Estados Unidos, com o prêmio internacional *Brazilian International Press Award 2006*, como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva no Brasil naquele País.

A artista piauiense retratou vários brasileiros e personalidades estrangeiras, como Bill Clinton, Brigitte Bardot, Viviane Senna, Roberto Carlos, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e Luiz Eduardo Magalhães, cuja obra pertence ao acervo de seu pai, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Por todos os méritos dessa ilustre piauiense, peço que esse registro seja consignado e comunicado à artista Naza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – A Mesa aguarda o seu requerimento, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero informar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que passarei, para quem o desejar, assinar, um requerimento para a instalação da Co-

missão Parlamentar de Inquérito dos chamados sanguessugas, porque, realmente, é preciso que o cabra seja muito sem-vergonha e muito safado para roubar até ambulância.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero falar sobre duas reuniões de Comissões do Senado Federal que ocorreram hoje. Uma delas foi proposta pela nossa querida Senadora Patrícia Saboya Gomes e pela Senadora Fátima Cleide, para instrução de um projeto do Senador Pedro Simon que instala uma semana para discussão da prevenção de violência contra a criança. A outra reunião foi da Comissão de Direitos Humanos, oportunidade em que o Senador Cristovam Buarque chamou várias entidades para discutirem a questão do trabalho infantil e o Senador Sérgio Cabral, vários artistas e músicos, para se incluir o estudo da música no currículo escolar. Os três assuntos, aparentemente distanciados, estão absolutamente relacionadas com a questão da criança, no Brasil, e com a questão do momento de violência que o País vive.

Senador Jefferson Péres, tenho certeza de que V. Ex^a também não compartilha da matriz conceitual que, supostamente, subsidia as políticas públicas em relação à segurança pública, a qual ousa estabelecer uma falsa polarização demagógica entre o tratamento das causas e a repressão dos efeitos. Hoje, a discussão da violência no Brasil exige, ao mesmo tempo, ações concretas, enérgicas, práticas e eficazes, tanto no que diz respeito ao tratamento das causas, como dos efeitos.

Sabemos da necessidade gigantesca de repressão dos efeitos por meio de um aparato de segurança pública bem treinado, capacitado, bem remunerado, com alta tecnologia e monitoramento para evitar a promiscuidade com o crime organizado; de um sistema prisional onde o preso seja encarcerado conforme o grau de periculosidade ou o crime que cometeu e não de acordo com a definição de uma facção criminosa; e de presídios que não sejam tratados, conforme um chefe do crime organizado teve a ousadia de dizer, como uma faculdade.

Sabemos da necessidade de repressão dos efeitos da violência, mas tivemos, nesses dois dias, a possibilidade de tratar de temas, alternativas e propostas que estão relacionadas ao tratamento das causas, ou seja, as políticas sociais que podem acolher, adotar e abrigar as nossas crianças e os nossos jovens antes que sejam dragados e arrastados pelo narcotráfico, pela marginalidade, pela prostituição e pelo crime organizado como último refúgio.

É claro que não estamos a dizer que a questão da criminalidade e da marginalidade do País está vinculada unicamente à pobreza, porque, se assim fosse,

se todos os filhos da pobreza estivessem envolvidos na marginalidade e na criminalidade, ninguém sairia às ruas, porque, 24 milhões de crianças e adolescentes no Brasil – 60% deles encontram-se no Norte e 48%, no Nordeste – são pobres e miseráveis. Não se trata disso! Até porque quem possibilita a desova dos grandes estoques de drogas no Brasil é gente grande, poderosa, que possui iate para transportar pasta-base de cocaína. Essa situação nada tem a ver com a pobreza. Nem se juntassem todos os intestinos dos pobres das favelas, engolindo um saquinho de cocaína, seria possível dar conta de toda a produção de drogas no País.

Tivemos a oportunidade de analisar a situação. Várias pessoas se dedicam ao tema da criança, como o Deputado Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul, assim como vários outros Parlamentares da Casa e cientistas. Quando tive a oportunidade de aprovar, nesta Casa, o meu projeto de emenda constitucional sobre educação infantil, eu o fiz porque sei o quanto, do ponto de vista científico, a primeira década da vida de uma criança é essencial.

Nos três primeiros anos de vida, Senador Jefferson Péres, são praticamente feitas todas as conexões neurológicas. Na primeira década da vida de uma criança é que se possibilita a construção do córtex cerebral, que é a parte que envolve o cérebro. Córtex vem do latim **cappa**, que é a parte que envolve o cérebro, é a parte do cérebro responsável por praticamente tudo. É responsável pela linguagem, é responsável pelo movimento voluntário, é responsável pela percepção, é responsável pelo julgamento. Todo o desenvolvimento se dá até os 10 anos. Depois dos 10 anos, todos nós temos uma redução progressiva do córtex cerebral. Então, investir nas crianças de 0 a 10 anos é essencial, inclusive para a prevenção da violência. Se uma criança de 0 a 10 anos, em vez de estar com uma arma, em cima do morro, virando Falcão, olheiro, estica do narcotráfico, tiver um instrumento musical, tiver a possibilidade de ler um livro, de conhecer literatura, a probabilidade de ele virar bandido é mínima. É claro, há pessoas que foram para a faculdade e são bandidos; tem gente rica e poderosa que é bandido. Então, tratar da criança nessa faixa etária é essencial.

Sr. Presidente, sei que a sociedade brasileira é muito injusta. A mesma sociedade brasileira que, quando viu o Vídeo Falcão se emocionou, chorou, começou a pensar o quanto era importante proteger as nossas crianças antes que elas fossem adotadas pelo narcotráfico; a mesma sociedade brasileira que chorou quando viu um menino de 8 anos de idade dizer: “Quando eu crescer quero ser bandido”, porque ser bandido é que dá **status**, dá segurança, dá vida

em plenitude, o que a miséria e a pobreza não dão; a mesma sociedade, um mês depois no mar de sangue de São Paulo, é incapaz de refletir sobre isso.

O Marcola que tem de estar preso – espero que os outros presos não tenham ele como professor de faculdade, de universidade –, ele tem de estar preso! Senadora Íris de Araújo, como foi que ele nasceu? Quem era o Marcola criança? Era um menino pobre, de 6 anos de idade, cuja mãe morreu afogada e, dois anos depois o pai, num acidente de carro. Então, para onde ele foi? Roubar carteira! Depois foi interno na Febem como pivete, onde apanhou muito e se aperfeiçoou no banditismo e na marginalidade; depois virou o Marcola! Então, o Marcola tem de estar encarcerado? Tem. Ao Marcola não pode ser dado o direito de parar ou ativar uma estrutura de crime que mata Bombeiro, policial, e que, por sua vez, a estrutura do aparato de segurança pública é para responder ao crime organizado e vai matar gente pobre. Não pode.

É inaceitável não estabelecermos, neste momento, uma política concreta para 24 milhões de crianças brasileiras, Senador Jefferson Péres, apenas 24 milhões de crianças, adolescentes brasileiros, que estão...

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a gostaria de um aparte?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Apenas para comunicar a V. Ex^a que vou assinar o requerimento para a instalação da CPI Sanguessuga.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL– AL) – Entregarei a V. Ex^a.

Senador Jefferson Péres, não é possível! Será que vão esperar um outro mar de sangue? Porque é assim: tem o mar de sangue, têm policiais mortos, têm as esposas dos policiais e os filhos chorando suas dores, têm as mães pobres que seguram seus menininhos antes que o narcotráfico e a criminalidade os arraste, e aí, quando acontece o mar de sangue, o assunto é discutido por nós, mas, não há quaisquer alternativas concretas.

Portanto, quero cobrar do Governo, que sei, é corrupto, irresponsável, insensível e incompetente, mais uma vez quero cobrar todos os documentos e o diagnóstico feito por todos os Secretários de Segurança do Brasil, porque precisamos discutir as ações concretas ágeis e eficazes e o respectivo impacto financeiro para todas as políticas. Nós temos e precisamos cobrar. Alguns cobram no discurso oportunista e demagógico e depois se esquecem. Que possamos cobrar das políticas sociais que adotam os meninos e as meninas antes que o narcotráfico e a marginalidade o faça; e a repressão dos efeitos, em relação ao aparato de segurança pública; e o sistema prisional brasileiro. O que não faltam são propostas. Vai do monitoramento

das fronteiras brasileiras, do monitoramento da fiscalização de laboratórios que lidam com matéria-prima, que fornecem droga sintética, com o sistema único de segurança pública, com a liberação na execução orçamentária, tanto em relação ao que foi previsto no orçamento prisional e segurança pública também. Então, todos sabem das alternativas.

Espero que o Senado, porque a razão de sua existência é a de representar a Federação brasileira, então, que aquilo que é a razão de existir do Senado, que é também representar a Nação Brasileira, que os Parlamentares, menos que a satisfação de ser base bajulatória, promíscua dos inquilinos do Palácio do Planalto, do passado e do presente, sejam capazes de pensar o debate e as alternativas em relação à violência, compatibilizando o tratamento das causas e a repressão dos efeitos.

É só Sr. Presidente, Senador Jefferson Péres. Peço desculpas por haver me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por cessão do Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança da Minoria do PSDB antes da Ordem do Dia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, apenas para conferir se sou o próximo orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a está inscrito. Antes de V. Ex^a, temos a inscrição do Senador Sibá Machado pela Liderança do PT.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo. Começa agora o tempo destinado a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mercado financeiro viveu ontem mais um dia de intensa turbulência. Foi a seqüência do mau humor da semana passada – reflexo direto da economia norte-americana, que está à beira de um aumento dos juros.

Para evitar outra dramática alta da moeda americana por aqui – nos últimos dias, a valorização alcançou os 4% –, o Banco Central brasileiro foi obrigado a vender dólar, Senador Ney Suassuna – operação cambial que não realizava desde agosto de 2004 –, e comercializou o correspondente a US\$399 milhões.

Mas esta ousadia não bastou para conter a onda negativa que se abateu sobre o mercado: o dólar, ontem, fechou em alta de 1,54%, somando só neste mês a incrível valorização de 10,69%.

No mercado de ações, o efeito foi devastador: a Bolsa de Valores de São Paulo teve a maior queda desde maio de 2004: desabou 4,54%; e a movimentação dos investidores estrangeiros estava negativa em R\$1,6 bilhão, até o dia 25.

A verdade, Sr. Presidente, é que começamos a mergulhar fundo num mar de incertezas que pode trazer novos complicadores para o Brasil. Por mais que os fundamentos em curso tentem nos blindar dos fatores externos, não há como desconsiderar o efeito devastador dos Estados Unidos – cuja economia ameaça estagnar com conseqüências dramáticas em todo o mundo.

A insistente turbulência que afeta os mercados preocupa e merece ser devidamente analisada: podemos estar diante de um prenúncio de novas dificuldades para a já sofrida sociedade brasileira. Primeiro, foi a queda brusca da moeda americana e a conseqüente valorização do real, que jogaram as exportações brasileiras na lama e provocaram toda esta quebraadeira no campo. Agora, vem o movimento no sentido inverso, com a retomada da alta do dólar, deixando claro que estamos longe de uma estabilidade que permita a nossos agentes produtivos trabalharem em paz.

A questão central, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que os humores do mercado financeiro acabam por afetar justamente quem lida diretamente com a labuta diária, de tal forma que os prejuízos são inevitáveis. A anterior queda do dólar desarticulou toda uma cadeia de produção, praticamente dizimou as plantações de soja do País e jogou na miséria, de uma hora para outra, legiões inteiras de agricultores. Nos últimos dias, a moeda estrangeira passou a experimentar uma alta inesperada, mas os especialistas já se apressam em avaliar que isso não resultará em aumento das exportações, nem em recuperação dos estragos no campo.

Este é o cenário da chamada experiência capitalista em seu “mais avançado” estágio: os mercados financeiros especulam a seu bel-prazer, sem se importar com os estragos que proporcionam às economias nacionais, que são o resultado do trabalho de sol a sol de homens e mulheres de carne e osso, que dedicam o melhor de suas vidas para produzir o que nos sustenta.

Ou seja, quem pagará o preço do mercado financeiro será o homem do campo, o operário da indústria, o funcionário do comércio, que perderão empregos, porque, como sempre, as estruturas de trabalho não suportarão mais essa turbulência, Senadora Heloísa Helena.

Bancos, entretanto, seguirão ilesos.

A poupança que acumulam parece blindada contra todo e qualquer choque do mercado. Basta lembrar

que, enquanto o IBGE anunciou que o Produto Interno Bruto do Brasil cresceu, em 2005, apenas 2,3%, juntos, os cinco bancos mais rentáveis faturaram R\$18,8 bilhões – o maior lucro da história do sistema financeiro no Brasil. Desde 2002, os bancos lideram o *ranking* dos setores mais lucrativos da nossa economia, superando, por exemplo, o de telecomunicações e o de petróleo e gás – embora sejam estes considerados milionários.

Esses lucros absurdos são alcançados, segundo especialistas, graças à estrutura cartelizada do setor bancário, aos altíssimos ganhos com títulos públicos e à ausência quase total de um sistema de proteção ao consumidor por parte do Banco Central. Ou seja, não se trata de eficiência de gestão. O dinheiro fica armazenado em poucas mãos porque existe um claro abuso do poder econômico, protegido por juroscandalosos que corroem a economia nacional.

Ficamos de mãos atadas, sem ter a quem recorrer.

As instituições financeiras determinam um conjunto de taxas a serem cobradas por seus serviços e ponto final. Não bastasse a montanha de impostos paga, quando o brasileiro precisa de um empréstimo, sabe-se, de antemão, que pode estar abrindo as portas da própria ruína.

Estudo da ABM Consulting, a pedido do jornal **O Tempo**, revela que o Plano Real foi bem generoso com os bancos: o lucro das dez maiores instituições cresceu 1.039% entre 1994 e 2005, quando atingiu a surpreendente cifra de R\$14 bilhões. No mesmo período, o Produto Interno Bruto apresentou expansão de apenas 26,42%, com média anual de 2,37%. A economia real mais uma vez perdeu para o desemprego, que alcança hoje 12,2% da população economicamente ativa, Senador Ney Suassuna: 2,6 milhões de pessoas.

Mesmo assim, o Governo reafirmou, ontem, que continua atuando para que o Brasil faça um superávit primário de 4,25% do PIB, este ao. Ou seja, trata-se do mesmo esforço para juntar o mesmo capital, que continua alimentando o mesmo sistema financeiro, que armazena os recursos do povo para o jogo sem fim dos mercados, enquanto a economia real tem as mesmas vítimas de sempre.

Para ser simples, Sr. Presidente, melhor seria que esses 4,25% do PIB fossem lançados ao terreno fértil dos investimentos, o que permitiria a milhares de brasileiros a oportunidade para abrirem os seus negócios e, portanto, gerarem empregos, movimentando a produção deste País.

Está na hora de clamar às mulheres e aos homens de bem deste País: repensem todo um sistema corrosivo aos interesses nacionais.

É preciso reavaliar a economia a partir da dimensão humana, levando em conta nossas imensas necessidades e fazendo uma aposta decisiva no trabalho e na produção como únicos caminhos para a verdadeira prosperidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB, após o Senador Alvaro Dias, em combinação com o Senador Ney Suassuna. Também apelo ao Senador Sibá Machado para ficar à frente de S. Ex^a em função do evento que tem o PSDB com o PFL, na CCJ, que pede a minha presença a partir das 16 horas, já estando eu, portanto, um pouco atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – O PT está ficando **light**. O Senador Sibá Machado cederá a vez a V. Ex^a com certeza.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que não apenas cedemos, como vamos ficar ouvindo.

Eu queria registrar, com muita alegria, que o estou vendo ali à Mesa, a presença do nosso Senador italiano, o brasileiro que é Senador na Itália, se V. Ex^a permitir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Um momento, Senador Heráclito Fortes. Senador Ney Suassuna, eu ia exatamente registrar a presença, sentado à Mesa, do Senador Edoardo Pollastri, que é radicado no Brasil e foi eleito Senador na Itália, portanto já é membro da Câmara Alta da Itália. Nossas saudações a S. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em nome do PMDB, quero saudar S. Ex^a e dizer da nossa alegria de ver um brasileiro ganhar na América do Sul, à frente de todos os outros países, que até têm muito mais descendência do que nós em termos de números.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Para alegria de todos nós.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeitamente em comunhão com o Senador Ney Suassuna e louvando a iniciativa do Deputado Ricardo Barros de trazer o Senador Edoardo Pollastri ao Congresso e, neste mo-

mento, ao Senado Federal, saúdo o ilustre Senador, desejando-lhe que estreite ao máximo o que puder as relações entre Brasil e Itália e que represente, com muita honra, tanto o seu País, a Itália, quanto o seu País, o Brasil, nessa missão tão relevante.

Por uma questão de mera justiça, Sr. Presidente, também quero dizer que V. Ex^a fica muito bem nessa cadeira de Presidente do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Hoje está, realmente, um rasgar de seda nesta Casa! É um bom sinal.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Jefferson Péres, nem vou tecer comentários sobre a boa ocupação da cadeira, mas queria também, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, saudar nosso visitante.

Espero, decididamente, que tenhamos capacidade de, algum dia também, termos aquilo que a Itália já conquistou, primeiro, o direito de todos os italianos e descendentes de italianos, em qualquer canto do mundo, poderem participar do processo eleitoral no seu país de origem – estamos, inclusive, tentando ampliar o direito de voto dos brasileiros residentes no exterior, que, atualmente, só votam para Presidente da República – e, quem sabe, chegarmos a ponto de termos no Parlamento brasileiros representantes daqueles que moram lá fora e que são, muitas vezes, grandes contribuintes para a economia, como ocorre no Brasil. Uma das principais formas de entrarem recursos, de entrarem dólares no Brasil é a vinda exatamente dos brasileiros que estão trabalhando fora do nosso País.

Por isso, quero saudar com muito carinho nosso visitante italiano eleito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra, pela ordem, sucessivamente, aos Senadores Paulo Paim e Heráclito Fortes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Jefferson Péres, eu, quando cumprimentava o Senador Edoardo Pollastri, dizia a ele que, baseado na sua caminhada e na sua história, apresentei uma PEC, onde ele é o exemplo vivo do processo – dessa PEC o Senador Rodolpho Tourinho é o Relator. Inclusive, convidei-o para que fizesse uma exposição de sua caminhada, de sua

história, para que fizesse um relato do que representa termos, no Parlamento brasileiro, instrumentos que permitam que alguém se eleja da mesma forma que ele se elegeu.

Por isso, um abraço a V. Ex^a, Senador Edoardo Pollastri. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, associo-me ao registro feito pelo Senador Arthur Virgílio com relação a este momento em que V. Ex^a preside esta Casa.

Aproveito para registrar a presença do Senador Edoardo Pollastri que, a partir de agora, passa a representar o Brasil também no parlamento italiano. É uma conquista desse cidadão que, acreditando nos seus compatriotas, enfrentou esse desafio e poderá, com muita garra e com muito orgulho, do parlamento italiano, ser uma ponte, um elo de ligação entre os interesses comuns do Brasil e da Itália.

Por último, quero dizer que a Senadora Ideli, ao fazer o registro da sua elegância, chama a atenção para a dela própria, que hoje está impecável com esse seu verde Daslu, chamando a atenção de todos que aqui estão. Seja sempre assim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres. PDT – AM) – Pela troca de elogios que estou vendo, trata-se do início da **concertación** que eu venho pregando pelo visto.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

Agradeço a presença do Senador Pollastri.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança da Minoria. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, associo-me às homenagens prestadas ao Senador presente nesta Casa ao lado do Deputado Ricardo Barros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante os debates sobre a reforma da Previdência, sustentamos a tese de que havia sempre uma mistificação do Governo relativamente a um suposto déficit da Previdência no nosso País.

Apresentamos os números que comprovavam à época ser a Previdência, na verdade, superavitária e não deficitária.

Hoje, trago números novos que confirmam a tese.

Senador Paulo Paim – V. Ex^a que também compartilhava conosco a mesma opinião – há a constata-

ção de que o déficit da Previdência é fruto de uma engenharia do governo.

Veja, o Governo anuncia o déficit de R\$38 bilhões no ano de 2005. Não vou trazer novos argumentos pessoais a respeito. Trago o depoimento de um professor da BUnicamp que tem sido aqui citado inúmeras vezes, o professor Márcio Pochmann, um estudioso da realidade social brasileira. Ele rechaça este falacioso argumento de benefícios criados pela Constituinte sem a definição de novas fontes de recursos para cobrir as despesas e aponta dois exemplos:

1) oficializada em 1991, a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), em 2005, de acordo com a Receita Federal, arrecadou R\$89,9 bilhões;

2) a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) arrecadou no período R\$26,9 bilhões.

O economista detona: “Essas receitas não são repassadas e não são computadas como receitas previdenciárias. [E eu pergunto: se não são receitas previdenciárias, o que seriam essas receitas?] Se fossem, de fato, destinadas aos cofres da Previdência teríamos não um déficit, mas um superávit”. Totalizariam R\$116,8 bilhões, menos esse déficit anunciado pelo Governo de R\$38 bilhões, o superávit seria de R\$78,8 bilhões.

Veja que fantástico superávit da Previdência! E foi exatamente em nome do suposto déficit da Previdência que o Governo subtraiu direitos adquiridos e afrontou a Constituição do País, maltratando trabalhadores de todos os setores da atividade laboral no Brasil, a pretexto de um déficit que, na verdade, é uma falácia.

Fica claro, Sr. Presidente, que, no Brasil, os gastos sociais servem para financiar o Governo, contribuindo para garantir o superávit primário. É uma clara apropriação indébita, como já ocorre com a CPMF na área de saúde. A isso, somam-se a sonegação, a corrupção e as renúncias fiscais que atingem o INSS. Agravado com a estagnação do crescimento econômico, o economista da Unicamp mensurou que se houvesse reativação do crescimento e se fossem incorporados oito milhões de desempregados, percebendo um salário mínimo, a Previdência teria um ingresso de R\$11 bilhões ao seu caixa. Destaque-se que a Previdência tem a receber R\$250 bilhões, frutos de atrasos, espertezas e sonegações de inúmeras empresas. Infelizmente, não existe uma cobrança dura e punitiva.

Ao encerrar o meu tempo, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que determine conste dos Anais da Casa o

artigo intitulado "O Assalto à Previdência", de autoria do ex-Deputado, jornalista e economista Hélio Duque. Este artigo faz referência exatamente à tese de que a Previdência Social no Brasil é superavitária, que o déficit é uma falácia, que há uma mistificação e, em nome desta, uma afronta à Constituição, como a Reforma da Previdência fraudulenta, com desrespeito,

inclusive, a cláusulas pétreas, e nós admitimos isso no Congresso Nacional.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Assalto à Previdência

Hélio Duque

O regime geral da Previdência Social é o maior programa de redistribuição de renda da América Latina. No ano de 2.005, registrou um déficit de 38 bilhões de reais. São 24 milhões de brasileiros que recebem aposentadoria e pensão. Desses, 64% recebem o piso mínimo, equivalente ao salário mínimo. Destaque-se que existe uma mistura de aposentadorias. Existem aquelas que são normais, fruto da contribuição continuada do futuro beneficiário. Outras foram estabelecidas como política social. Exemplo, as aposentadorias rurais que representaram um impacto de 18 bilhões de reais.

Ainda em 2005, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão do Ministério do Planejamento, o auxílio-doença atendeu 1,5 milhão de beneficiados. Comparativamente, em 2.001, esse atendimento foi de 574 mil trabalhadores. Praticamente triplicou, com impacto na conta previdenciária.

O governo cobre o déficit, se endividando no patamar da taxa Selic, responsável pelos mais elevados juros reais do mundo. Os títulos públicos que garantem o endividamento da economia brasileira estão na posse de 30 mil privilegiados brasileiros, receberam de juros 8,2% do PIB. Já os gastos globais da Previdência representaram 8% do PIB, atendendo 24 milhões de brasileiros.

O fato objetivo é que as contas previdenciárias se encaminham para uma situação de insustentabilidade. Nos governos de FHC e Lula reformas foram feitas parcialmente, mas o foco principal do problema foi tangenciado. E ele tem o próprio governo como responsável, seja na falta de fiscalização (veja os números do auxílio-doença) até à omissão na cobrança dos sonegadores e grandes devedores da previdência. Além dos recursos da seguridade social com destinação específica, adonado pelo governo.

O professor Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas, estudioso da realidade social brasileira rechaça o falacioso argumento de benefícios criados pela Constituinte sem a definição de novas fontes de recursos para cobrir as despesas. E aponta dois exemplos: 1) oficializada em 1991, a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), em 2.005, de acordo com a Receita Federal arrecadou 89,9 bilhões de reais; 2) a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) arrecadou no período 26,9 bilhões de reais. O economista Pochmann detona: "Essas receitas não são repassadas e não são computadas como receitas previdenciárias. Se fossem, de fato, destinadas aos cofres da Previdência teríamos não um déficit, mas um superávit". Totalizariam 116,8 bilhões, menos o déficit de 38 bilhões, o superávit seria de 78,8 bilhões de reais.

Fica claro que no Brasil os gastos sociais servem para financiar o governo, contribuindo para garantir o “superávit primário”. É uma clara apropriação indébita, como já ocorre com a CPMF na área da saúde. A isso soma-se a sonegação, a corrupção e as renúncias-fiscais que atingem o INSS. Agravado com a estagnação do crescimento econômico. O economista Pochmann mensurou que se houvesse reativação do crescimento e fosse incorporado 8 milhões de desempregados percebendo um salário mínimo, a Previdência teria um ingresso de 11 bilhões de reais ao seu caixa.

Destaque-se que a Previdência tem a receber 250 bilhões de reais fruto de atrasos, espertezas e sonegações de inúmeras empresas. Infelizmente não existe uma cobrança dura e punitiva. O Tribunal de Contas da União assegura que a sonegação anualmente atinge 30% da presumível arrecadação previdenciária. Para o ano corrente de 2.006, em função do aumento do salário mínimo, já se prevê que o déficit não será inferior a 50 bilhões de reais. Igualmente se aguarda que, no período, a sonegação poderá atingir valor acima dos 30 bilhões de reais.

A dramática realidade previdenciária no Brasil é originalíssima. Em todos os países do mundo o Tesouro transfere recursos para a Previdência. Aqui os recursos arrecadados para os gastos sociais é que são transferidos e servem para financiar o governo. Chega a ser surrealista e, portanto, inacreditável.

Tristemente a Previdência não é vítima isolada. O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal pesquisou a realidade tributária no ano de 2.005 e encontrou o seguinte: os bancos (com lucros assombrosos) recolheram em Imposto de Renda cerca de 7,5 bilhões de reais. Somando-se o montante dos tributos pagos pelas instituições financeiras o valor total foi de 18 bilhões de reais. Já os trabalhadores assalariados pagaram 52 bilhões de reais, três vezes mais do que aquelas poderosas instituições financeiras.

A dramática realidade previdenciária, com desvios dos seus recursos para outras finalidades integra a lógica de fecundação dos privilégios, em detrimento dos valores harmonizadores do bem estar social. A Previdência é vítima e não causadora de déficit.

Hélio Duque é Doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira.

O Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra o eminente Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo Lula gosta muito de fazer comparações. Por outro lado, é essencial observarmos a gênese da carreira política do Presidente Lula. Imaginar-se-ia um governo ambientalista, indigenista, com profunda sensibilidade social.

O **Correio Braziliense** de hoje traz matéria em que é comentado o trabalho de Lucia Helena Rangel, antropóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que organizou recente relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), segundo o qual existe uma ação organizada de grupos antiindígenas que redundou em 122 índios assassinados entre 2003 e junho de 2005.

Lerei alguns trechos da matéria assinada por Paloma Oliveto, da equipe do **Correio Braziliense**, intitulado “Etnias Ameaçadas”:

A violência contra os povos indígenas duplicou nos três primeiros anos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Levantamento divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), indica que, em uma década, 287 índios foram vítimas de assassinatos. A média de mortes durante os oito anos em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente da Presidência do País foi de 20,65 por ano, com um total de 165 homicídios entre 1995 e 2002. Já de 2003 a meados de 2005 foram 122 assassinatos, com média de 40,67 mortes violentas por ano.

O relatório também mostra que Lula foi o presidente que (...) menos declarou terras indígenas (...) Nos governos Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, a média foi de 13 [Lula ficou com seis territórios em média por ano]. Fernando Henrique declarou 11 terras por ano. A demora na demarcação de reservas é, segundo especialistas, uma das principais causas da violência entre indígenas.

Peço que tudo isso vá para os Anais.

Muito bem, Sr. Presidente, passo para um outro trecho:

A antropóloga define como genocídio a situação enfrentada pelos índios do Mato Grosso do Sul. O Estado é o campeão de violência contra os povos indígenas, com 68 assassinatos entre 2003 e julho de 2005. No ano passado, mais da metade das mortes de índios

aconteceu lá. Um dos povos mais vitimados são os guaranis caiuás. São 27 mil pessoas da etnia disputando 10 mil hectares de reservas demarcadas. “A maioria dos guaranis caiuás são sem-terra. Vivem em acampamentos à beira da estrada”, diz Lúcia Helena Rangel.

Outro trecho:

Os guaranis caiuás ficaram conhecidos em 2005 pelas 17 mortes de crianças por desnutrição. Não são, porém, a única etnia vitimada pela fome. Dados oficiais sobre mortalidade infantil indígena apontam que, em 2005, em cada mil nascidos, 50,85 morreram antes de completar um ano de idade. Além da desnutrição, indiozinhos estão morrendo por causa de pneumonia, doenças infecciosas, contaminação da água e falta de assistência médica.

Outro trecho que fiz questão de grifar:

O representante no Brasil da organização não-governamental (ONG) inglesa Anistia Internacional, Tim Cahill, considera os dados do relatório impressionantes. Ele lembra que o governo brasileiro faz questão de mostrar, no exterior, uma imagem romantizada dos índios, que não condiz com a realidade. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não se manifestou sobre o relatório. [Isso, a meu ver, é lamentável.]

Continua a jornalista Paloma Oliveto:

Crescem casos de abuso.

Vivendo entre a fome, a falta de terra e os assassinatos, as crianças indígenas sofrem um outro flagelo: são vítimas de exploração sexual. O levantamento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) mostra que, de janeiro de 2003 a agosto de 2005, houve 21 casos de violência sexual, entre estupros, tentativas de estupro, atentado violento ao pudor e favorecimento da prostituição no Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul. Os dados revelam que esse tipo de violência está aumentando.

Em 10 casos registrados em 2003, 60% das vítimas tinham menos de 18 anos. Quatro eram crianças e duas adolescentes.

Ainda um outro trecho:

No Amazonas, um catuquina de 13 anos foi vítima de atentado violento ao pudor por um pescador da região. No Mato Grosso do Sul, uma guarani-caiouá foi estuprada por jagun-

ços durante a tentativa de retomada de uma terra tradicional.

De janeiro a agosto do ano passado, foram contabilizadas 13 ocorrências com 17 vítimas, sendo que 70% eram menores de 18 anos, com idade entre 8 a 16 anos.

(...)

No Acre, um dos agressores era prestador de serviços na Casa do Índio de Rio Branco, AC. Entre os envolvidos nos crimes, um chefe de posto da Fundação Nacional do Índio do Amazonas (Funai) e um soldado do Exército.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a para registrar nos Anais esta matéria do **Correio Braziliense** e outra do jornal **O Globo**, que tem como título “Relatório aponta aumento de mortes de índios” e, como subtítulo, “Conselho lista 43 assassinatos em 2005; média anual de casos no governo Lula dobrou em relação aos anos FH”. É mais ou menos a repetição disso, fala da violência sexual, lista ofensas e expressões preconceituosas:

“Índio vagabundo, índio sujo, índio fedido”. Palavras assim partiram de políticos, articulistas e funcionários públicos brasileiros” [matéria de Jaiton de Carvalho de **O Globo**]. No total, foram 62 ocorrências de racismo e discriminação contra indígenas entre janeiro de 2003 e julho do ano passado, segundo o levantamento do Cimi. Cerca de 30% delas foram comunicadas ao Ministério Público Federal, mas apenas 10% foram objeto de medida judicial.

O engraçado é que o ex-presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti, com aquele jeito pitoresco, disse certa vez em Belém: “As terras devem ser dadas para quem trabalha, e não para os índios, que não pensam em trabalhar porque não aprenderam a trabalhar”.

Mais surpreendente do que a fala de Severino, que não nos surpreende, foi o que disse o ex-diretor financeiro do BNDES Roberto Thimóteo da Costa. Diz o artigo:

(...) Roberto Thimóteo da Costa, que teria afirmado em um seminário que a proteção aos indígenas no País é exagerada e que o Cacique Marcos Terena fala inglês e pilota avião, mas, por ser indígena, não paga impostos. Há também a citação de um articulista de um jornal do Piauí, da Academia Piauiense de Letras, dizendo que os “índios são ladrões natos, contrabandistas, criminosos e perversos”.

Sr. Presidente, peço ainda que vá para os Anais matéria do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje, intitulada “Número de índios assassinados dobra no governo Lula”. Segundo a articulista Lígia Formenti, relatório do CIMI mostra que a média anual foi de 40,67 entre 2002 e 2003.

Peço ainda que V. Ex^a encaminhe para os Anais este pronunciamento em que eu registro artigo publicado pela **Folha de S. Paulo** de autoria do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, em que fala da necessidade de patrulhamento naval da Amazônia Azul como dever de Estado, inclusive para evitar eventuais ações de terroristas.

Ele diz que um percentual bastante significativo da produção nacional, cerca de 85% – fala em relação ao petróleo – é realizada nas águas daquela área, isto é, no que ele chama de Amazônia Azul. E aí discorre o Comandante da Marinha sobre a convenção da Jamaica e sugere que a Petrobras, responsável pela chamada auto-suficiência, ajude a Marinha em uma parceria que permita o repasse de recursos para que a Força Naval leve a cabo o seu projeto de construção de navios-patrolha. Faço aqui um apelo reforçando a idéia e a necessidade da Marinha.

Registro ainda uma denúncia sobre maus tratos a indígenas, tolerados por um Governo que se dizia indigenista, ambientalista, e mais um monte de “istas” que foram desmentidos. Fato: dobrou, no Governo Lula, o número de mortes, de assassinatos, de índios neste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao saudar a auto-suficiência do Brasil em petróleo, o Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, defendeu, em artigo publicado sábado, a urgente necessidade de patrulhamento naval da *Amazônia Azul*, como dever do Estado. Inclusive para evitar eventuais ações terroristas.

O Almirante lembra, no seu artigo, *que um percentual bastante significativo da produção nacional – cerca de 85% – é realizado nas águas daquela área, isto é, na nossa “Amazônia Azul”.*

O Comandante da Marinha adverte que o Direito do Mar (Convenção de Jamaica), mesmo concedendo ao Estado costeiro o direito de explorar os recursos naturais, reconhece o direito à livre navegação internacional, isso significando que qualquer país pode operar, com força naval, nas proximidades das nossas plataformas marítimas, “sem nenhum constrangimento jurídico.”

O militar sugere que a Petrobras, responsável pela auto-suficiência poderia ajudar à Marinha, numa parceria que permitiria o repasse de recursos para que a Força Naval possa levar a cabo seu projeto de navios-patrolha.

A autoridade do ilustre Comandante sugere que o Senado medite sobre as advertências, que não afastam nem mesmo eventuais ações terroristas, dirigidas às plataformas marítimas.

Por isso, estou anexando a este pronunciamento a íntegra do artigo do Almirante Guimarães Carvalho, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal e, em conseqüência, sobre ele possamos meditar, numa avaliação acerca da proposta do Comandante da Marinha.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências e Debates

**AUTO-SUFICIÊNCIA EM PETRÓLEO
E A MARINHA**

Possibilitar que a Marinha possa patrulhar a nossa “Amazônia Azul” é um dever do Estado. Talvez a Petrobras possa ajudar

Roberto de Guimarães Carvalho

Folha de S.Paulo, 28-5-06

O Brasil todo comemora, com fundadas razões, a auto-suficiência na produção de petróleo: enfim, para justo orgulho de todos os brasileiros, produzimos mais do que consumimos! Essa conquista compõe páginas que enriquecem a própria história recente do Brasil. Seja a heróica visão do estadista que decidiu, em contexto de difíceis circunstâncias políticas e econômicas, pelo “O Petróleo é Nosso”; seja a vibrante epopéia da Petrobras; seja a confiança dos governos, que, por mais de cinco décadas, jamais deixaram de investir nesse segmento; ou, por fim, seja pela mística de uma calada torcida de todo o povo brasileiro para que essa meta fosse alcançada. O fato inconteste é que o Brasil venceu. O Brasil conseguiu. A Marinha se junta ao mutirão nacional de orgulho por essa vitória. Contudo, a consciência do dever constitucional a obriga a reflexões de ordem estratégica sobre esse fato, considerando que um percentual bastante significativo da produção de petróleo -cerca de 85%— é realizado nas águas da nossa “Amazônia Azul”, e que visões prospectivas anunciam a descoberta de novas jazidas no mar. O direito do mar (Convenção da Jamaica), ao mesmo tempo em que concede ao Estado costeiro o direito de explorar os recursos vivos e não-vivos do solo, subsolo e da camada líquida da sua zona econômica exclusiva (ZEE), reconhece o direito à livre navegação internacional nas ZEE. Isso significa que qualquer país pode deslocar uma força naval para operar nas proximidades das áreas marítimas onde se localizam as nossas plataformas de exploração de petróleo sem nenhum constrangimento de ordem jurídica, embora possa haver de ordem política. Daí ser o mar, por excelência, o cenário próprio para o surgimento de crises internacionais de natureza político-

estratégica. Tais crises, quando mal conduzidas, podem escalar para conflitos armados que sempre interessam aos mais fortes ou, mesmo quando bem manobradas, tendem a sujeitar os mais fracos a aceitar as condições impostas pelos mais fortes. No caso em apreço, ou seja, para evitar crises no cenário marítimo ou para poder enfrentá-las com a cabeça erguida, caso elas ocorram, a existência de uma Marinha com capacidade crível de dissuasão é o único recurso plenamente satisfatório. Outro aspecto que não pode ser negligenciado é o das denominadas “novas ameaças”, entre as quais, além dos crimes transnacionais e ambientais, está incluído o terrorismo internacional. Plataformas de exploração de petróleo são alvos potencialmente tentadores para ações terroristas. Assim, além da capacidade de dissuasão já mencionada, a Marinha necessita ter uma outra capacidade, qual seja, a de poder patrulhar de forma permanente todo o imenso mar que nos cerca, incluindo, prioritariamente, as áreas marítimas de exploração de petróleo. Para tal tarefa, em tempo de paz, o navio-patrolha é o meio adequado. Somente um navio pode, além de detectar e identificar, interceptar as embarcações que estejam navegando nas nossas águas jurisdicionais. Pode ainda, utilizando o Grupo de Visita e Inspeção (GVI) e a Guarnição de Presa (GP), que fazem parte da sua tripulação, inspecionar e, se for o caso, obrigar a demandar o porto nacional mais próximo aquelas que estiverem infringindo as nossas leis, entregando-as às autoridades competentes para as providências posteriores.

Prover à Marinha os meios e os recursos necessários para que ela possua uma capacidade de dissuasão com credibilidade é, sem dúvida, um dever do Estado -e para isso existem os royalties. Possibilitar que a Marinha possa, efetivamente, patrulhar a nossa “Amazônia Azul” também é um dever do Estado. Mas talvez a Petrobras possa ajudar. Como? Tornando-se, mais do que já é, uma efetiva parceira da Marinha, celebrando com ela um acordo administrativo que permita o repasse de recursos extra-orçamentários diretos para a Marinha e, portanto, fora do alcance dos contingenciamentos do Orçamento, para que a Força Naval possa implementar o seu projeto de navios-patrolha a serem construídos no país. Tais recursos seriam uma pequena parcela dos pesados investimentos feitos pela Petrobras -e que continuariam a ser investimentos, só que voltados para a proteção e a segurança do imenso patrimônio que não é só daquela empresa, já que também pertence a todo o povo brasileiro. Pode parecer um sonho, mas a vitória que estamos comemorando também era um sonho que se transformou em realidade. Orgulhem-nos e saudemos a auto-suficiência do petróleo, sem descurar, porém, da responsabilidade de protegê-la e defendê-la.

Roberto De Guimarães Carvalho, 67, almirante-de-esquadra, é o comandante da Marinha.

O ESTADO DE S. PAULO

Número de índios assassinados dobra no governo Lula

Média anual foi de 40,67 entre 2003 e 2005, diz Cimi

Lígia Formenti

BRASÍLIA

A média de assassinatos de índios durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dobrou em relação ao índice registrado no governo Fernando Henrique Cardoso. Relatório divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostra que entre 2003 e 2005 a média anual de homicídios de índios foi de 40,67. Na gestão FHC, a média foi de 20,65 mortes por ano.

Na avaliação do Cimi, o aumento é resultado da combinação de dois fatores: a estagnação da demarcação das terras indígenas e uma reação de proprietários de terras e garimpeiros, imaginando que o presidente Lula cumpriria a sua plataforma de governo em defesa da população indígena.

"A política não foi implementada, mas os pistoleiros já estavam mobilizados e a violência foi concretizada", afirmou o vice-presidente do conselho, Saulo Feitosa.

O trabalho mostra que nos últimos dez anos foram registradas 287 mortes entre índios. O Estado do Mato Grosso do Sul é o que mais se destaca pela violência. Dos 42 assassinatos registrados em 2003, 13 ocorreram no Estado.

Em 2004, o fenômeno se re-

petiu: dos 37 homicídios cometidos contra índios, 18 ocorreram entre a população que habita esse Estado. Em 2005, dos 43 assassinatos, 29 eram de Mato Grosso do Sul. Mas a escalada da violência também preocupa em Mato Grosso, Santa Catarina e na Bahia.

"A questão fundiária é, sem sombra de dúvida, uma das principais razões da escalada da violência", afirma o vice-presidente do Cimi.

DISPUTAS INTERNAS

Em Mato Grosso do Sul, a situação se agrava com a necessidade de convivência de várias tribos em espaços exíguos, o que aumenta também os problemas de convivência, as disputas internas e os casos de violência cometidos pela própria população indígena.

"Muitas comunidades vivem em barracos montados na beira de estrada. Nesses locais, é alto o número de homicídios, de alcoolismo, atropelamento", observa a antropóloga da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Lúcia Rangel.

Durante a apresentação do relatório, a descrição sobre os problemas enfrentados pelos índios brasileiros - feita pelos especialistas - foi dramática. "É uma situação preocupante, chocante, um genocídio", afirmou a antropóloga da PUC.

O secretário-geral da Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Odilo Scherer, sugeriu que os candidatos discutam a questão indígena nas eleições. "As atrocidades contra índios continuam. De quem é a culpa pelo desrespeito constante? É preciso fazer um alerta à consciência nacional. Num ano eleitoral, esse assunto não pode ficar de fora."

Scherer relutou em comparar os índices de assassinato de indígenas no governo Lula com o da gestão FHC. "Não saberia avaliar", disse, depois de um longo silêncio. Para ele, a escalada da violência é um fenômeno que não vem de agora e é incentivado sobretudo pelo agronegócio e pela pressão que se faz sobre a Amazônia.

Feitosa avalia que, além do aumento dos números de mortes, o perfil do agressor mudou nos últimos três anos. "Houve uma redução significativa das mortes provocadas por agentes públicos. Em compensação, houve uma retomada do crime da figura do pistoleiro."

Como exemplo, Feitosa cita o caso de Roraima, que nos primeiros dois meses de 2003 registrou 4 mortes cometidas por pistoleiros. "A impressão que se tem é de que havia o temor de que o presidente Lula, ao assumir, partiria em defesa da população indígena. Houve a reação para uma ação que ficou só na promessa." ●

Relatório aponta aumento de mortes de índios

Conselho lista 43 assassinatos em 2005; média anual de casos no governo Lula dobrou em relação aos anos FH

Jailton de Carvalho

• BRASÍLIA. Relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgado ontem informa que no ano passado 43 índios foram assassinados, seis a mais do que em 2004. Pelos dados do Cimi, a média de índios mortos no país é de 40,67 por ano desde o início do governo Lula, o que corresponde ao dobro da média dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, calculada em 20,65. O vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, atribuiu o aumento da violência à demora do governo federal para resolver conflitos fundiários em áreas reivindicadas por índios.

— O governo tem um discurso falacioso de que está demarcando terras, mas isso não corresponde à realidade. A demanda por terra é muito grande e a tendência é o aumento da violência — disse Feitosa durante o lançamento do relatório, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Segundo ele, o governo federal se aliou ao agronegócio e

suspendeu a demarcação de terras, principalmente no Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina. Pelo relatório, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Pará e Pernambuco estão entre os estados com os mais altos índices de agressões e abusos sexuais contra os índios. Só em Mato Grosso do Sul 51 índios, entre eles dez crianças, foram vítimas de tentativa de assassinato. O relatório denuncia também ataques e assassinatos de índios em aldeias da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Segundo o Cimi, o governo Lula tem demarcado uma média de 6 terras indígenas por ano, número abaixo da média das décadas pós-ditadura militar, que era de 14 terras demarcadas por ano. Para Feitosa, o desempenho do governo atual nesta questão é inferior ao do ex-presidente João Figueiredo, o último general a comandar o país.

— O governo Lula tem a pior performance de demarcação de terras indígenas no Brasil nos últimos 30 anos — disse Feitosa.

O secretário-geral da CNBB,

dom Odilo Scherer, endossou as críticas, embora faça ressalvas sobre os responsáveis pela violência no campo. Para dom Odilo os dados resultam do descaso com que os índios têm sido tratados por décadas e não apenas de falhas do atual governo.

— Se houvesse respeito aos povos indígenas não precisávamos estar vivendo momentos como esse. O relatório do Cimi é um alerta nacional. O Brasil só vai ser um país justo quando tiver feito justiça com seus primeiros habitantes — afirmou.

O Cimi diz que fez o relatório com base em notícias de jornais e registros próprios. O documento indica que dos 60 povos arredios no país (sem contatos diretos com os não-índios), 17 estão ameaçados de extinção. O representante da Anistia Internacional no Brasil, Tim Cahill, presente à solenidade, disse que a violência é acentuada pela fome nas aldeias, principalmente em Mato Grosso do Sul.

— Isso é mais chocante quando sabemos que o combate à fome foi uma questão central nes-

se governo — disse Cahill.

Para Funai, dados estão superestimados

Índios de Pernambuco entraram no auditório para denunciar brigas nas aldeias e encerraram a entrevista coletiva. O presidente da Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira, disse que o Cimi exagerou nos números. Segundo ele, apenas três índios foram mortos nos últimos três anos em consequência de conflitos fundiários.

— Os outros foram mortos por brigas entre eles (os próprios índios) e deles com fazendeiros por diversos motivos.

O presidente da Funai disse que Lula atendeu as principais reivindicações de entidades indigenistas: a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, a realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas e a criação da Comissão Nacional de Políticas Indígenas, vinculada ao Ministério da Justiça. Para Mércio Pereira, o Cimi atacando Lula como se o país ainda vivesse sob a ditadura. ■

Documento também lista ofensas

• SÃO PAULO. “Índio vagabundo, índio sujo, índio feio”. Palavras assim partiram de políticos, articulistas e funcionários públicos brasileiros. No total, foram 62 ocorrências de racismo e discriminação contra indígenas entre janeiro de 2003 e julho do ano passado, segundo o levantamento do Cimi. Cerca de 30% delas foram comunicadas ao Ministe-

rio Público Federal, mas apenas 10% foram objeto de medida judicial.

Um dos exemplos de políticos que discriminaram indígenas citados no relatório do Cimi foi o ex-presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti (PP-PE). Em abril do ano passado, durante um almoço com empresários paraenses,

em Belém, afirmou: “As terras devem ser dadas para quem trabalha e não para os índios, que não pensam em trabalhar porque não aprenderam a trabalhar”.

Outro exemplo citado no documento é do ex-diretor financeiro do BNDES Roberto Thimóteo da Costa, que teria afirmado em um seminário

que a proteção aos indígenas no país é exagerada e que o cacique Marcos Terena fala inglês e pilota avião, mas, por ser indígena, não paga impostos. Há também a citação de um articulista de um jornal do Piauí, da Academia Piaulense de Letras, dizendo que os “índios são ladrões natos, contrabandistas, criminosos e perversos”.

Casos de violência sexual crescem

Foram mais de 40 registros em três anos, segundo Conselho Indigenista

Soraya Aggege

• SÃO PAULO. Filha de um cacique no Maranhão, a índia guajajara X., de 16 anos, foi estuprada por dez homens brancos armados, diante de seus parentes, em maio de 2005. Nos últimos três anos, foram mais de 40 casos de violência sexual contra indígenas no Brasil, segundo levantamento divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A maior parte das vítimas tem entre 6 e 13 anos.

De 41 ataques, com 46 vítimas, registrados entre janeiro de 2003 e agosto de 2005, dez

foram praticados por indígenas que estão em contato com meios urbanos, principalmente em Mato Grosso do Sul, segundo o Cimi. Entre os casos há desde estupros e atentado violento ao pudor até uso de índias para a prostituição infantil, principalmente nas áreas mais afastadas. Foram registrados casos em; Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul.

Números indicam crescimento da violência

Os números globais, segundo o Cimi, mostram cresci-

mento da violência sexual nas aldeias, principalmente contra as crianças. Em 2003, de 10 casos, seis envolveram menores. Três das ocorrências resultaram em prisões. No ano seguinte, foram 18 casos, com 19 vítimas — aumento de 80%. Entre as vítimas, 12 tinham entre 6 e 13 anos e uma tinha 16. Em Mato Grosso do Sul, ocorreu grande parte dos casos.

No ano passado, os ataques continuaram crescendo. Apenas entre janeiro e agosto, quando o levantamento foi paralisado, foram 13 casos com 17 vítimas, incluindo 12 menores. Do total de 41 casos de violência sexual

contra indígenas, 24 foram estupro consumados. Seis foram tentativas de estupro. Foram somados quatro casos de assédio sexual cometidas por agentes do estado, como soldados e enfermeiros. A consequência foi o nascimento de três crianças, segundo o Cimi.

O Cimi destaca o aumento da violência sexual entre indígenas em Mato Grosso do Sul, em terras miseráveis e próximas aos centros urbanos. De acordo com o Cimi, do total de 41 casos, 10 agressores eram indígenas, 23 não-índios e oito não foram identificados. ■

EXISTE UMA AÇÃO EXTREMAMENTE ORGANIZADA DE GRUPOS ANTIÍNDÍGENAS FORMADA POR PROPRIETÁRIOS RURAIS, POLICIAIS, POLÍTICOS E GRANDES EMPRESÁRIOS

Lucia Helena Rangel, antropóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e organizadora do relatório

QUESTÃO INDÍGENA

Relatório do Cimi mostra que a média anual de índios assassinados duplicou no governo Lula. Para entidade, uma das causas da violência é a demora na demarcação de territórios. Foram apenas 18 nos últimos três anos

Etnias ameaçadas

PALOMA OLIVETO
DA EQUIPE DO CORREIO

A violência contra os povos indígenas duplicou nos três primeiros anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Levantamento divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), indica que, em uma década, 287 índios foram vítimas de assassinatos. A média de mortes durante os oito anos em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente da Presidência do país foi 20,65 por ano, com um total de 165 homicídios entre 1995 e 2002. Já de 2003 a meados de 2005 foram 122 assassinatos, com média de 40,67 mortes violentas por ano.

O relatório também mostra que Lula foi o presidente que, desde 1979 até agora, menos declarou terras indígenas, ao lado de José Sarney. Ambos declararam, em média, seis territórios por ano. Foram declaradas exatas 18 áreas entre 2003 e junho de 2005. Nos governos Fernando

Collor de Melo e Itamar Franco, a média foi de 13. Já Fernando Henrique declarou 11 terras por ano. A demora na demarcação de reservas é, segundo especialistas, uma das principais causas da violência entre indígenas.

"Áreas demarcadas superpopulosas fazem com que a tensão se agrave o tempo todo. Os índios acabam disputando entre eles um espaço que praticamente não existe, onde querem plantar, criar animais e desenvolver suas relações", explica a antropóloga da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Lucia Helena Rangel, organizadora do relatório.

Convivência

Ela também destaca os conflitos por terra travados entre fazendeiros e índios, com ampla desvantagem para os últimos. Segundo o vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, grandes produtores rurais deixaram de contratar jagunços e agora investem contra os povos indígenas por meio de seguranças armados contratados de empresas particulares. O relatório "A violência contra os povos

índigenas no Brasil" denuncia a violência deflagrada por policiais a serviço do poder público.

"Existe uma ação extremamente organizada de grupos anti-índigenas formada por proprietários rurais, policiais, políticos e grandes empresários. Eles promovem ações violentas, desrespeitosas e racistas contra os índios, principalmente nos estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Roraima", afirma Lucia Helena Rangel.

A antropóloga define como genocídio a situação enfrentada pelos índios do Mato Grosso do Sul. "O estado é o campeão de violência contra os povos indígenas, com 68 assassinatos entre 2003 e julho de 2005. No ano passado, mais da metade das mortes de índios aconteceu lá. Um dos povos mais vitimados são os guaranis caietés. São 27 mil pessoas da etnia disputando 10 mil hectares de reservas demarcadas. A maioria dos guaranis caietés são sem-terra. Vivem em acampamentos à beira da estrada", diz Lucia Helena Rangel, que responsabiliza o avanço das fronteiras agrícolas pela situação dos índios no estado.

Os guaranis caietés ficaram conhecidos em 2005 por causa das 17 mortes de crianças por desnutrição. Não são, porém, a única etnia vitimada pela fome. Dados oficiais sobre mortalidade infantil indígena apontam que, em 2005, em cada mil nascidos, 50,85 morreram antes de completar 1 ano de idade. Além da desnutrição, indiozinhos estão morrendo por causa de pneumonia, doenças infecciosas, contaminação da água e falta de assistência médica.

Para o vice-presidente do Cimi, os flagelos dos índios brasileiros tendem a se agravar. "Apenas uma mudança na política indigenista poderia trazer um impacto positivo. Mas o governo não sinaliza que vai promover alterações."

O representante no Brasil da organização não-governamental (ONG) inglesa Anistia Internacional, Tim Cahill, considera os dados do relatório impressionantes. Ele lembra que o governo brasileiro faz questão de mostrar, no exterior, uma imagem romantizada dos índios, que não condiz com a realidade. A Fundação Nacional do Índio (Funai) não se manifestou sobre o relatório.

Crescem casos de abuso

Vivendo entre a fome, a falta de terra e os assassinatos, as crianças indígenas sofrem um outro flagelo: são vítimas de exploração sexual. O levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostra que, de janeiro de 2003 a agosto de 2005, houve 21 casos de violência sexual, entre estupro, tentativas de estupro, atentado violento ao pudor e favorecimento da prostituição no Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul. Os dados revelam que esse tipo de violência está aumentando.

Em 10 casos registrados em 2003, 60% das vítimas tinham menos de 18 anos. Quatro eram crianças e duas adolescentes. Dois desses casos ocorreram por causa do conflito de terra.

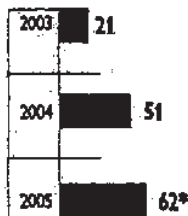
No Amazonas, um catuquina de 13 anos foi vítima de atentado violento ao pudor por um pescador da região. No Mato Grosso do Sul, uma guarani-kaioá foi estuprada por jagunços durante a tentativa de retomada de uma terra tradicional.

De janeiro a agosto do ano passado, foram contabilizadas 13 ocorrências com 17 vítimas, sendo que 70% eram menores de 18 anos, com idades entre 8 a 16 anos. O Mato Grosso do Sul foi o estado com maior número de vítimas. Do total de ocorrências, 24 foram estupro e 6, tentativas de estupro. No Acre, um dos agressores era prestador de serviços na Casa do Índio de Rio Branco (AC). Entre os envolvidos nos crimes, um chefe de posto da Fundação Nacional do Índio do Amazonas (Funai) e um soldado do Exército (PO).

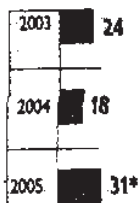
O mais violento
O Mato Grosso do Sul lidera os casos de assassinatos



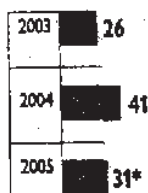
Outras formas de violência
Tentativas de assassinato



Outras formas de violência
Suicídio



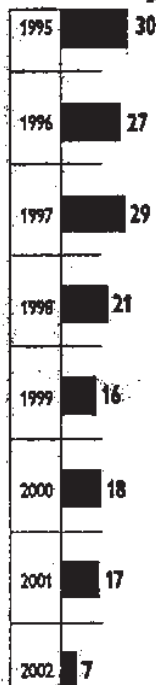
Conflitos territoriais



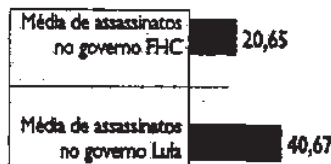
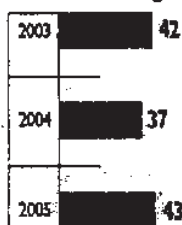
ÍNDIOS VITIMADOS

De 1995 a 2005, 287 índios foram assassinados. No governo Luiz Inácio Lula da Silva, a média de mortes é duas vezes maior que a registrada na gestão de Fernando Henrique Cardoso

Assassinatos no governo FHC



Assassinatos no governo Lula



*Dados de 2005 referentes aos seis primeiros meses do ano

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Sem prejuízo dos demais inscritos, concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para dar continuidade ao assunto sobre violência, quero aqui falar sobre a violência praticada contra crianças. Este assunto está inserido no sistema de relações de diferentes sociedades. Sua existência tem registro em diversos escritos bíblicos, históricos e literários. A sociedade, via de regra, mantém-se em silêncio, isto quando não aprova explicitamente o uso da violência. Gerações têm sido formadas sob a égide da opressão e, em alguns casos, do terror.

As crianças estiveram, em muitos períodos da história da humanidade, sujeitas, desde a mais tenra idade, a todos os castigos e sanções destinados a adultos, inclusive a pena de morte. Por outro lado, a história das civilizações revela a constante prática de violência contra a criança, naquilo que poderíamos chamar como decorrente dos costumes da família e de seus círculos sociais, religiosos e econômicos, reveladas pela escravidão, abandono, mutilações, sacrifícios, filicídio (ato de matar o próprio filho) e espancamentos.

A violência é, de fato, uma forma de relação social. Está, inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Assim, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos de comportamento vigentes na sociedade em um determinado momento de seu processo histórico. A violência expressa relações entre classes sociais e também relações entre pessoas. No entanto, é preciso perceber que as relações que produzem violências são aquelas marcadas pelo autoritarismo.

Se analisarmos um pouco mais a questão da violência contra a criança, vamos perceber a influência da conduta adulto-egocêntrica e da própria coisificação da criança enquanto objeto e não pessoa, enquanto algo que não tem desejos. Isso, entretanto, está sendo rompido. Cresce, neste milênio, uma tendência, uma visão em que se reconhece a criança como uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Essa visão, fruto de práticas educativas no mundo todo e de descobertas e estudos recentes, está consagrada na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em artigos de nossa Constituição e, sobretudo, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos mais conceber qualquer violência contra nossas crian-

ças e adolescentes. O exercício autoritário da relação adulto-criança, o desrespeito aos direitos da primeira infância, as agressões contra o bom desenvolvimento da sexualidade da nossa criança e juventude precisam ser definitivamente banidas. Mas, infelizmente, velhos hábitos e costumes de um Estado totalitário e assistencialista e de uma sociedade omissa e negligente perduram. Qualquer possibilidade de mudança na realidade da vida de nossas crianças e de nossos jovens implica a mudança de nossas posturas. Não existe mais espaço para omissão e para a simples transferência de responsabilidade apenas ao Poder Público.

É importante ressaltarmos o papel da família nesse processo. Em decorrência da ainda frágil cidadania da criança que se verifica no País, das violações contra seus direitos, desde a mais tenra idade, acho importante a proposta do Senador Pedro Simon, debatida na manhã de ontem em audiência pública nas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, de se instituir a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada em outubro, mês da criança, iniciando-se no dia 12 e encerrando-se no dia 18. Será, penso eu, Sr. Presidente, uma oportunidade valiosa para os poderes públicos e a sociedade organizada contribuírem para a conscientização da população, em especial da família brasileira, sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções.

Já nos debruçamos, no dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, sobre esse tema que é abordado sob diversos aspectos nessa oportunidade. Aliás, tal tema motivou a minha vinda a esta tribuna no dia de hoje. Não pude fazer pronunciamento na oportunidade do dia 18, quando, mais uma vez, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e os movimentos sociais organizaram seu protesto e desapontamento pela não votação, ainda, de projetos que estão na Câmara e que objetivam punir com maior rigor as violações contra a sexualidade de nossas crianças e jovens, projetos esses que foram fruto do trabalho realizado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes em nosso País.

Sr. Presidente, embora as estatísticas não sejam muito seguras, são gritantes e generalizadas no País as ocorrências de exploração sexual contra crianças e adolescentes. No meu Estado, por exemplo, Rondônia, os casos identificados pelo Programa Sentinela, no ano de 2005, somam 511, quase o dobro do ano de 2004. Não é pouca coisa.

Como, então, erradicar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes se não há a punição em lei?

Nenhuma resposta será inovadora se não trouxer em seu arcabouço teórico e metodológico o rompimento com as velhas tradições e a construção de um sistema integrado, reunindo as instituições públicas e privadas no empreendimento de políticas, programas e ações que de fato proporcionem a proteção absoluta desse segmento da população e que garantam sua efetiva participação, protagonizando ações propositivas de alteração da realidade e, ainda, exercendo funções estratégicas no controle.

Quando constatada a existência de violação sexual essa malha deve ser capaz de atender, proteger e defender crianças e adolescentes, não perdendo de vista o objetivo de responsabilizar agressores e dismantelar as redes de exploração e tráfico para fins de exploração sexual e comercial.

Os desafios para a operacionalizar e concretizar essas idéias são muito grandes, pois que reverter essa situação deve constitui-se, antes de tudo, na responsabilidade pela oferta regular de bens e serviços voltados ao atendimento das necessidades básicas da população infanto-juvenil.

Portanto, Sr. Presidente, o projeto do Senador Pedro Simon é de fundamental importância para que haja a conscientização de toda a sociedade brasileira do quão é importante os cuidados e a atenção básica na área de saúde, na área de educação e, sobretudo, do carinho e do afeto de que se faz necessário às nossas crianças.

Por isso, mais uma vez, Sr. Presidente, conclamo esta Casa, pois temos um projeto muito interessante. Pela primeira vez, na história da República brasileira, um Governo Federal se preocupa, de fato, com a nossa primeira infância. E este projeto está nesta Casa. Eu gostaria de que pudéssemos o mais rápido possível desobstruir a pauta, votando as medidas provisórias, principalmente aquela que diz respeito ao Fundeb, que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, que prevê recursos para que possamos, desde já, atender com mais investimentos as nossas creches e as nossas pré-escolas, com todo o carinho que o Poder Público devota às crianças brasileiras e à educação infantil de primeira qualidade de que são merecedoras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Ney Suassuna e ao Senador

Ramez Tebet. Depois, passaremos às comunicações inadiáveis.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sr^{as} e Srs. Senadores, as notícias do IBGE sobre o PIB nacional nos deixam uma boa reflexão sobre os rumos do Brasil e da nossa economia.

É notório que os Estados Unidos é o país mais rico do planeta, pois seu PIB é de cerca de US\$10 trilhões. Em contrapartida, nosso Brasil ainda não conseguiu alcançar seu primeiro trilhão. É claro que, somado ao Mercosul, estamos próximos, mas, mesmo assim, é gritante a diferença da riqueza norte-americana em relação ao resto do mundo.

Comparando esses dados, tivemos, em alguns momentos, Sr. Presidente, alguns crescimentos distorcidos. É por isso que acho muito ruim quando, em debate nesta Casa, se diz que o Brasil cresceu em média muito abaixo da situação mundial. É muito ruim, Sr. Presidente, porque o que houve com os Tigres Asiáticos? Em algum momento, quebrou a Coréia do Sul, quebrou o México, quebrou a Argentina, quebraram vários países. No nosso entendimento, isso mostra que os caminhos exacerbados que alguns estão desejando são impossíveis e até suicidas.

Portanto, pela força da economia americana, cada vez que o Banco Central daquele país demonstra uma mudança no cenário para o crescimento da sua taxa de juros, provocada, é claro, por força de um crescimento econômico, o preço das suas mercadorias é aumentado, daí a influência do barril do petróleo na movimentação da inflação nos Estados Unidos.

Por conta desse cenário, é claro que a possibilidade do crescimento dos juros naquele país é muito alta. Isso faz com que o capital mais volátil, esse capital que está colocado nas fibras óticas, na rede de computador mundial, mude de um país para o outro, da noite para o dia, e deixe países como os nossos, da América do Sul, da África e do sul da Ásia, em situação complicada.

O IBGE apresenta um número que é muito bom, que mostra que o Brasil está de fato superando as suas dificuldades econômicas e tendo uma capacidade de segurança maior, e que esses percalços da economia norte-americana não interferirão tão assobradamente na nossa economia.

Segundo o IBGE, a economia brasileira cresceu 1,4% no primeiro trimestre deste ano em relação aos três últimos meses de 2005, segundo dados divulgados hoje.

Em relação ao primeiro trimestre de 2005, houve uma expansão de 3,4% da economia. Nos últimos

doze meses, o PIB cresceu 2,4%. Os três setores que compõem o PIB tiveram crescimento em relação ao quarto trimestre, com destaque para a indústria, que teve uma expansão de 1,7%. A agropecuária e os serviços cresceram 1,1% e 0,8%, respectivamente.

Houve uma confluência de fatores positivos para essa situação, Sr. Presidente, durante o primeiro trimestre, que estimulou a nossa economia. Foram eles: a queda crescente dos juros; o aumento do crédito; a melhora no nível da atividade industrial; o crescimento das vendas do comércio; os incentivos fiscais em alguns setores; a expansão mundial; e os aumentos de gasto público em período eleitoral, pois, inevitavelmente, vai haver investimentos nessa área.

Sr. Presidente, um fator importante que nos leva a considerar a solidez na nossa economia é a distribuição de renda, que obteve avanços no Governo Lula. Muitas pessoas têm feito críticas, e concordo com algumas delas. Dizer que o setor financeiro brasileiro é o que cresce exorbitantemente é uma verdade, vide os lucros dos bancos. Isso é uma realidade. Agora, eu desafio quando dizem que, por decreto, o Presidente da República tem autoridade para limitar o crescimento dos bancos a um fator "x". Eu acho que não. Seria maluquice, pois não temos no Brasil e em mais nenhum lugar do mundo perfil para um decreto dessa natureza.

O que se pode fazer é criar um sistema de políticas que conduzam à distribuição de renda. Assim sendo, é bom lembrar que as pessoas, as famílias mais pobres do Brasil começam a ter um rendimento um pouco melhor. Trata-se do Bolsa-Família e de todo o sistema de distribuição de Bolsas e compensações sociais. Também a situação dos investimentos no setor produtivo primário – como agora, os R\$60 bilhões negociados com o setor agrícola. O salário mínimo, Sr. Presidente, que é o maior da história, pois, desde 1986, quando o Presidente era o Senador José Sarney, não havia um salário mínimo com o perfil que temos hoje. E o crescimento da relação de emprego com carteira assinada. Somando esse conjunto de investimentos no social, temos, com segurança, uma melhor distribuição de renda.

O próprio IBGE, o Caged e outros institutos que fazem essa pesquisa mostram uma mudança na distância entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil.

Portanto, é claro que a distribuição de renda promove um maior consumo, uma melhor condição para a economia interna, desendivida o Brasil e relaciona melhor as condições para que o PIB apresente um crescimento dessa natureza.

Sr. Presidente, o Senador João Batista Motta me solicita um aparte, mas o Senador Ney Suassuna pediu

encarecidamente que não esticássemos a conversa, porque há muitos para discursar.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta, para, depois, encerrar o meu pensamento e para que o Senador Suassuna faça o seu pronunciamento.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a é um dos Senadores que mais admiro nesta Casa pela sua autenticidade. V. Ex^a mostra isso a cada vez que faz um pronunciamento. Quando V. Ex^a diz que o setor bancário é o que mais usufrui lucro no Brasil, é uma verdade, e é algo que estarrece a população brasileira, que vê o Governo do nosso País não fazer nada com relação a isso. V. Ex^a diz que o Governo não pode baixar um decreto limitando o lucro de bancos. Não, Senador, eu acho que pode. Temos uma taxa Selic, que o Governo vive lutando para derrubar, em torno de 15%, 16%, 17%. Mas, quando V. Ex^a pega um dinheirinho no Banco do Brasil, no seu cartão de crédito, em banco oficial, paga 150% de juros ao ano. Será que o Governo Federal não pode fazer nada? Será que é necessário que esse juro de crédito que se pega no cartão seja de 150%? Para quê? Qual a finalidade? Que privilégios têm esses banqueiros? Acho que o Governo podia "baixar o pau" neles, sim, senhor! Obrigado, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Encerrando, lembro que a queda na taxa de juros deve corresponder também às tarifas cobradas pelos serviços financeiros, pelos bancos. Se não houver isso, há uma duplicidade de lucros. Considero que V. Ex^a está coberto de razão. Trata-se de uma duplicidade de lucros, porque o banco ganha já pelos seus serviços anteriores, e a queda de juros faz com que um vire dois.

Concordo plenamente com isso, mas acho que as instituições que são voltadas para essa fiscalização têm que nos oferecer também maior rigor quanto a isso.

Para encerrar, Sr. Presidente, considero que o Cade tem a última palavra, e o Procon pode informar melhor à população para que este Congresso Nacional possa estar mais vigilante quanto a esse tipo de exorbitância de cobrança dupla, que considero completamente errada.

Sr. Presidente, era isso. Deixo o outro discurso para amanhã, porque hoje não vai ser mais possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes do meu discurso,

quero dizer da minha alegria e da minha satisfação por ter recebido, como confiança da minha Bancada, o seguinte apoio:

Nós, os Senadores da Bancada do PMDB, vimos hipotecar a nossa solidariedade e reiterar a nossa confiança no Líder do Partido no Senado, Senador Ney Suassuna. Tendo em vista as explicações oferecidas por S. Ex^a na tribuna do plenário e ainda conhecedores que somos do seu caráter, aguardamos com serenidade as apurações pelos canais competentes, que, com certeza, mostrarão a lisura do comportamento do nosso Líder.

Sr. Presidente, o documento foi assinado por 92% da Bancada, ou seja, de 22 Senadores, 20 assinaram, o que aumenta a minha responsabilidade para com a Bancada. Fico muito feliz pela confiança e pelo apoio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de compartilhar com V. Ex^{as} minha enorme preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos hospitais e pelos profissionais de saúde na Paraíba.

O quadro que tenciono traçar vale também, estou certo, para outras unidades federadas, mas me sinto na obrigação de ressaltar a particular gravidade da situação em meu Estado.

A Constituição Federal estabelece que o direito à saúde é um dos direitos sociais fundamentais, mola-mestra de toda e qualquer política comprometida com o bem-estar da população.

No entanto, os problemas por que têm passado não só os hospitais, mas também a rede de profissionais envolvidos com a saúde são incompatíveis com a importância social e econômica do setor para a sociedade.

As instituições que cuidam da saúde, como clínicas, casas de saúde, laboratórios e demais estabelecimentos, segundo dados fornecidos pela Associação Paraibana de Hospitais, respondem por nada menos que 6,5% do PIB nacional. São R\$70 bilhões por ano vinculados a atividades do setor de saúde, produzindo 2 milhões de empregos diretos e 5 milhões de empregos indiretos.

Só na Paraíba, o setor de saúde gera 10 mil empregos diretos e 50 mil indiretos. Não há dúvida, pois, de que o direito à saúde movimenta porção significativa de recursos materiais e humanos.

Não é difícil entender o porquê: no Brasil, a rede hospitalar privada responde por cerca de 60% das internações do SUS e por mais de 60% dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade.

Simplemente não existem leitos hospitalares em número suficiente na rede pública.

Ora, a rede privada poderia arcar sem problemas com os procedimentos do SUS, não estivesse sua remuneração completamente defasada em relação aos outros custos desses procedimentos.

Desde a implantação do Plano Real, em 1994, a remuneração foi reajustada de maneira esparsa e pouco transparente.

Em 1995, foi concedida correção linear, mas, nas duas datas posteriores, em 1999 e em 2000, foram utilizados critérios questionáveis para a concessão dos reajustes, que pecam pela falta de transparência e que privilegiam procedimentos e especialidades de alta complexidade.

Quem paga o preço dessa seletividade são, sobretudo, os hospitais de pequeno e médio porte, que se vêem obrigados a se virar com tabelas e valores que há muito deixaram de refletir os custos hospitalares.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia, Sr. Presidente, hoje, uma consulta médica custa R\$2,50. Com duas consultas médicas, consegue-se engraxar um par de sapatos em qualquer aeroporto do País, e talvez nem dê, porque, em alguns aeroportos, engraxar os sapatos custa R\$6,00; portanto, é preciso mais de duas consultas médicas pagas pelo SUS.

Uma cesariana, que exige trabalhos pré e pós-parto, além de toda a atividade da própria cesariana, custa R\$100,00.

Hoje, um doente mental que esteja internado em hospital tem R\$25,00 por dia para alimentação, café, almoço, jantar, cuidados médicos e medicação. Realmente é uma tabela que sacrifica toda essa rede hospitalar.

Por sua vez, sabemos que há medicamentos cujo valor aumenta muito acima da inflação.

Para os hospitais, no entanto, não há remédio – com o perdão do trocadilho: as instituições de saúde, submetidas à carga tributária idêntica à da indústria e à do comércio, arcam com as conseqüências nefastas advindas dos custos crescentes.

Como resultado, basta mencionar que a quase totalidade dos hospitais paraibanos estão inscritos no Refis (Programa de Recuperação Fiscal) e no Paes (Parcelamento Especial), vivendo sob ameaça constante de execução judicial pela Previdência e pela Receita Federal.

Muitos são os que fecharam suas portas, como é o caso, por exemplo, do de Cabedelo, hospital bem aparelhado, que fechou porque passou a operar permanentemente no vermelho. Muitos estão no mesmo caminho.

Nesse contexto, não é possível que continuemos a esperar a regulamentação e a implementação plena da Emenda à Constituição nº 29/2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

Necessitamos, também, de reforma tributária que contemple mecanismos específicos para os serviços hospitalares.

É digna de nota, igualmente, a disparidade da remuneração que há entre as unidades federadas.

A título de exemplo, números fornecidos pela Associação Paraibana de Hospitais apontam para a diferença considerável entre o que o SUS gasta por habitante em São Paulo e na Paraíba.

Em 2004, na média, o SUS repassou R\$174,52 para o habitante de São Paulo e R\$77,25 para o da Paraíba.

Como decorrência inevitável desse processo, aumenta o hiato que separa a possibilidade de atendimento ambulatorial e hospitalar entre o paciente dos Estados mais ricos e o dos mais pobres da Federação.

Ao invés de compensarmos as deficiências e disparidades regionais com maior aporte de recursos, o que o atual sistema engendra é o distanciamento, cada vez maior, dos Estados e instituições com mais recursos daqueles hospitais e centros de saúde mais modestos, que, não obstante, atendem a parcela majoritária da população.

Diante desse quadro, não nos surpreende que hospitais privados paraibanos vinculados ao SUS tenham cogitado, no mês passado, seu desligamento coletivo.

Trata-se de tentativa de evitar sucateamento ainda maior da rede hospitalar, que tem lutado como pode para sobreviver na penúria.

Dias atrás, Sr^{as} e Srs. Senadores, denunciei a situação difícilíssima enfrentada pelo Hospital Napoleão Laureano, o maior hospital de oncologia da Paraíba.

O aumento da demanda, sem o ajuste correspondente da remuneração, gera conflitos éticos terríveis para os médicos, além de fomentar angústia e desespero nas famílias, o que é totalmente inaceitável.

O que exigimos, Sr. Presidente, é mais do que a solidariedade de nossos governantes. Consideramos fundamental repensarmos a própria lógica de um sistema centralizado, que proporciona margens estreitas de manobra para gestores estaduais e municipais.

Acreditamos que o contato mais próximo com a população possibilita a formulação de políticas mais compatíveis com as particularidades regionais.

Há espaço de sobra, no Congresso Nacional, para a discussão e o redirecionamento de prioridades nas políticas públicas de saúde.

Demandamos providências urgentes no sentido de corrigir as distorções do atual sistema de saúde.

Garantir a fruição do bem mais precioso da vida, a saúde, por meio de políticas compatíveis com a realidade sócio-econômica, é mais do que nossa obrigação. É um imperativo ético.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é catastrófica a situação da saúde em meu Estado, e creio que em quase todos, porque essa grita é geral. As filas são quilométricas. Somente os casos de alta complexidade recebem tratamento um pouco mais diferenciado, e a grande massa, a maior parte da população, enfrenta dissabores terríveis, apesar de pagar impostos tão elevados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Gilberto Mestrinho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio João.

O SR. PRESIDENTE (Antônio João. PTB – MS)
– Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, por volta das 15h30, o nosso Colega César Borges, eminente Senador pela Bahia, assumiu a Presidência da Comissão Mista Temporária, para, no prazo de 30 dias, sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas.

Sr. Presidente, não vim só cumprimentar e abraçar o Senador César Borges. Não só compareço aqui para dizer que agora tenho certeza de que o assunto vai ser amplamente debatido, discutido e votado pelo Congresso Nacional, dada a competência do Senador César Borges, a sua larga experiência administrativa como ex-Governador do Estado da Bahia, e graças ao seu Vice-Presidente, Deputado Estadual Tarcísio Perondi; ao Relator, o Deputado Júlio Lopes; e aos demais componentes da Comissão. Não vim aqui só manifestar minha confiança, mas também dizer da importância dessa Comissão. Realmente, criar-se uma Comissão para sistematizar projetos sobre saneamento em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado da República significa que deve haver mais de duas dezenas de projetos sobre saneamento básico em tramitação nas duas Casas. Se há tantos projetos em tramitação nas duas Casas, isso mostra a importância desse assunto, dessa matéria, que, convenhamos, vem sendo relegada por sucessivos Governos. Nem normatização existe.

Recordo-me muito bem de que, na década de 70, quando eu era prefeito municipal, teve início no País o processo de urbanização. Nesse período, 93 milhões de habitantes passaram a viver nas cidades, iniciou-se o famoso êxodo rural. Naquela época, a prefeitura municipal administrava os serviços de água e de esgoto. Depois, houve uma campanha do Governo Federal no setor. Lembro-me de que foi criado o chamado Banco Nacional de Habitação, que geria os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E aí o aceno foi grande: o Banco concedia recursos para a urbanização das cidades, mas só o fazia se os Municípios entregassem o serviço de abastecimento de água para a administração do Estado.

Na maioria esmagadora dos Municípios brasileiros, a água era administrada pelos respectivos Municípios e Prefeituras, que, empolgados com o chamado Projeto Cura, aderiram ao movimento, esquecidos de que pagavam juros altíssimos pela concessão desse empréstimo.

Sr. Presidente, não que eu tivesse enxergado longe o que ia acontecer, mas fui daqueles prefeitos que, desde logo, vi que não deveríamos entregar o serviço de abastecimento de água do meu Município para o Estado, independentemente da boa intenção do Governo Federal, independentemente se era acertado ou não transferir para o Estado essa obrigação.

Resisti e não entreguei esses serviços, que continuaram sendo administrados pela Prefeitura de Três Lagoas, até que, tempos depois, houve mudanças. A pressão foi grande sobre os Prefeitos que me substituíram. Um deles, naturalmente autorizado pela Câmara Municipal, entregou os serviços de água e de esgoto para a administração estadual. Por isso, hoje, o Município padece da falta dos bons serviços prestados pela empresa de saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Governo Federal entrou no setor quando criou o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Foi aí que o Governo Federal despertou e começou a tentar resolver esse flagelo, eu diria. Hoje, no Brasil, com toda a sua dimensão, somente 76% da sua população são servidas com água; e 40%, com esgoto sanitário. Imaginem a relevância desse assunto!

Falar em saneamento básico é falar em qualidade de vida, em melhor saúde, em eliminação das doenças que afligem a população brasileira, como a dengue, por exemplo, que, agora, teve um crescimento muito grande na maioria dos Municípios brasileiros.

Hoje estamos sob a égide da Constituição de 1988, que, não sei se de forma correta ou não – vamos estudar melhor –, não estabeleceu a competência para nenhum dos entes federados. Embora trate de sanea-

mento, a Carta Magna não fala se a competência é da União, dos Estados ou Municípios. O que está vigorando no País hoje? A política que os Municípios ou o Estado entendem como a melhor. Há, por exemplo, companhias estaduais de saneamento básico. Parece-me que esse é o padrão geral nos Estados brasileiros.

Contudo, há Municípios que ainda exploram o serviço de água e esgoto e outros Municípios que privatizaram tal serviço, entregando-o à administração de terceiros. A capital do meu Estado é um exemplo disso. Lá em Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande, o serviço de água e esgoto está terceirizado. Se funciona bem ou não, é outra conversa. O fato é que não existe um sistema para resolver este assunto e não existem órgãos financiadores.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Então, quando está nas mãos do Município, quem é que financia? Não existem órgãos, nem instituições. Quando me referi ao Banco Nacional de Habitação, ao Planasa, estava dizendo que os recursos eram do trabalhador brasileiro, eram do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que financiavam o saneamento e a habitação no Brasil.

O sistema habitacional brasileiro, infelizmente, degingolou-se inteiramente. E sabemos o quanto o Governo Federal teve de prejuízo, e, agora, digo, quanto os trabalhadores tiveram de prejuízo com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Tem V. Ex^a o aparte, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, apenas para louvar o discurso de V. Ex^a e dizer que esse marco regulatório é muito necessário. As regiões metropolitanas estão seguindo uma linha. Há privatização. Há cidades que cuidam desse assunto com o próprio poder municipal. E há, inclusive, uma demanda judicial muito grande entre Estados e Municípios. V. Ex^a tem uma missão muito importante, como todos nós daquela Comissão. E temos 30 dias para fechar esse marco regulatório. Desejo muito sucesso a todos nós que estamos nessa Comissão, para que possamos, com certeza, resolver esse assunto.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, porque, naturalmente, as suas palavras vêm demonstrar que V. Ex^a concorda, como todos concordamos, sobre a importância desse assunto. Mas é preciso, realmente, um marco regulatório.

Agora, tomara que não haja engessamento dessa questão, porque a realidade brasileira é diferente. Tomara que se garantam recursos, mas que não se diga que esses recursos são somente federais. E se houver

um estabelecimento de recursos, que esses recursos não sejam dirigidos apenas para os centros grandes, como tem ocorrido, sob pena de aumentarmos ainda mais o terrível drama que o seu Estado sofre e o meu também. São as desigualdades regionais que existem em nosso País. Grandes centros têm grandes problemas. Então, na hora de se votar um orçamento, de se distribuírem os recursos orçamentários pensa-se nos problemas das grandes metrópoles.

Por que existem os problemas das grandes metrópoles? Existem porque os problemas das pequenas cidades brasileiras estão insolúveis, porque há uma imigração, porque quem não tem recursos vai buscar onde tem. Então, aumentam-se, inflam-se cada vez mais os grandes Municípios em detrimento da boa aplicação dos recursos no interior, o que evitaria esse êxodo da cidade pequena para a cidade grande.

O Nordeste, que V. Ex^a representa nesta Casa, é bem o exemplo desse êxodo. Quantos conterrâneos de V. Ex^a e do Presidente desta Casa, Renan Calheiros, saem em busca de trabalho, de serviço, de melhores dias nas metrópoles?

Sr. Presidente, entendo que essa Comissão recém-criada e que está sob a batuta, sob o comando do Senador César Borges tem tudo para dar certo até porque que não há assunto mais relevante. Isso, sim, precisa ser definitivamente ordenado no Brasil porque não é possível que assistamos a esse quadro que a televisão mostra, esse quadro que quem é do interior presencia – municípios sem asfalto, com água empossada, água fétida, crianças e mulheres indo buscar água e água não tratada a quilômetros de distância, para suprir as necessidades da sua família. E quando se traz água tratada, isso se faz por um caminhar que, às vezes, leva. O Brasil, Sr. Presidente, não pode mais passar por esse quadro. É preciso urgentemente uma solução e precisamos considerar esse assunto prioritário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Antônio João deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Quero comunicar à Casa que continuamos sem acordo para a realização da Ordem do Dia.

Temos um requerimento na Ordem do Dia. É o Item 1 da pauta, de autoria do Senador Ramez Tebet;

temos cinco medidas provisórias trancando a pauta, além de algumas matérias importantes que precisam ser votadas rapidamente. Uma delas é a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Seria ideal que estabelecessemos um calendário para sua rápida tramitação, em comum acordo com as Lideranças partidárias, para que pudéssemos votar isso rapidamente. Aliás, o Brasil tem cobrado muito que votemos o Fundeb.

Temos também o Projeto de Lei de Conversão nº 16, que é originário da Medida Provisória nº 285, que trata da renegociação das dívidas dos agricultores na área de atuação da Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Tive a oportunidade de conversar hoje com alguns Senadores, especificamente com o Senador Antonio Carlos Valadares e com os Líderes partidários, Senador Ney, Senadora Ideli, Senador Romero Jucá, Senador José Agripino e Senador Arthur Virgílio. É também um projeto de conversão importantíssimo para que, definitivamente, resolvamos a situação desses pequenos agricultores do semi-árido que tiveram os seus sistemas produtivos destroçados. É uma oportunidade para avançarmos com relação a isso.

Senador Ney Suassuna, essa matéria foi objeto de apreciação pelo Senado no Projeto de Lei nº 142/2005. Foi vetado totalmente pelo Presidente da República; agora tramita na forma de Medida Provisória. Já foi aprovado na Câmara dos Deputados e veio para o Senado, tendo como Relator o nobre Senador Fernando Bezerra.

Temos também o Projeto de Resolução nº 23, matéria importantíssima, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dispõem sobre as licenças à gestante, ao adotante e paternidade no âmbito do Senado Federal. Esse projeto já tem pareceres favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão Diretora.

Temos votações de empréstimos para, pelo menos, quatro Estados da Federação: Bahia, Mato Grosso, Pará e Tocantins que também precisam ser rapidamente apreciados.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muitos são autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esses empréstimos já foram votados pela Comissão de Assuntos Econômicos e estão todos com requerimento de urgência. Mas para serem aprovados... Não há excepcionalidade! Nós não podemos fazê-la. A excepcionalidade só pode existir se houver acordo para votar autoridades; projetos, jamais; empréstimos,

jamais. De modo que nós estamos com esses problemas na nossa Ordem do Dia.

Eu faço um apelo à Casa, aos Líderes partidários no sentido de construirmos um entendimento para avançar com relação a nossa pauta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Presidente, conversei hoje com a Senadora Ideli, com o Senador Arthur, Senador José Agripino e também com outros Líderes. Hoje entendemos que não foi possível fazermos um entendimento porque está havendo uma reunião importante de dois desses partidos nesta tarde. Mas não tenha dúvida, Sr. Presidente, de que, na semana que vem – a Senadora Ideli inclusive procurou com esse fim – vamos tentar fazer um *tour de force*, uma reunião mais substancial em relação a votações. Eu peço a V. Ex^a que faça também, assim como nós fizemos – eu sei que V. Ex^a já fez – mas que insista para ver se na semana que vem conseguimos um acordo. Eu sei que todos esses assuntos são importantes, assim também os assuntos relativos às agências; temos o caso do Cade, o caso da Agência Nacional de Petróleo, o caso da ANTT e o dos embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As autoridades: embaixadores e diretores de agências.

Se houver acordo para nós deliberarmos sobre esses nomes, nós podemos fazê-lo, em caráter excepcionalíssimo, pois há um voto do Supremo Tribunal Federal que permite que nós façamos isso. Mas, com relação a projeto, não há hipótese.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nem empréstimos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nem empréstimos. Não há nenhuma hipótese, infelizmente. Já estamos com empréstimos para quatro Estados da Federação aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos, com urgência, para serem votados em plenário, e até agora não tivemos como deliberar.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Apenas para encerrar, Sr. Presidente, o PMDB está à disposição de V. Ex^a, está à disposição dos demais Partidos para buscarmos um entendimento no sentido de, na próxima semana, termos uma sessão de votação extremamente forte para conseguirmos limpar a pauta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não quero tecer muitos comentários, todos estamos acompanhando pela imprensa farpas de lado a lado, mas tenho o entendimento de que talvez a reunião de hoje entre o PSDB e o PFL sirva para apaziguar a Oposição porque, se estiverem mais serenos teremos

mais condição de dar andamento. Por exemplo, na semana passada, quando estava totalmente construído e acertado o acordo, fomos surpreendidos com um desentendimento dentro da própria Oposição e não pudemos fazer a votação.

Eu queria fazer uma ponderação, Sr. Presidente Renan Calheiros: se nos comprometermos a buscar, entre os membros de cada uma das Bancadas, jogar pesado e fazer um chamado contundente para que terça-feira e quarta-feira da semana que vem, efetivamente tenhamos aqui um número mais do que suficiente para votarmos as matérias – porque há matérias que precisam somente de **quorum**, matérias que, por necessitarem voto secreto e pela determinação constitucional, precisam ter maioria absoluta dos membros da Casa; como temos no caso do Fundeb um quórum extremamente qualificado, ou seja, para aprovarmos o Fundeb precisamos ter, no mínimo, 49 votos favoráveis. Portanto, precisa haver um quórum bastante expressivo.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação: aguardando o resultado da reunião do PSDB e do PFL, que eles consigam se entender, pacificar-se em termos dos desentendimentos que estão tendo, mas que no dia de amanhã V. Ex^a marque uma reunião de Líderes, para que tracemos o panorama da semana que vem. Eu acho que será lamentável se a Bancada do Bloco de apoio ao Governo e a Bancada do PMDB jogarem todo o empenho para que, na terça e na quarta-feira, tenhamos aqui um volume suficiente das nossas Bancadas para votarmos e não podermos fazer a votação em termos do Fundeb.

O Fundeb – tenho certeza – terá apoio da Oposição, porque o Relator é nada mais, nada menos que o Senador José Jorge, que, no atual momento, tem até interesse que seja aprovado o seu relatório, dentro do panorama eleitoral.

Então, o que eu queria pedir, Sr. Presidente, é que V. Ex^a chame amanhã uma reunião de Líderes para que tracemos a nossa linha de trabalho para a semana que vem, até para que eu me sinta confortável de exigir que, na semana que vem, os onze Senadores do PT estejam aqui, que todos do Bloco de apoio ao Governo estejam aqui, como eu tenho certeza de que o Senador Ney Suassuna fará o mesmo.

Agora, isso só pode ser feito de comum acordo, com todos os Líderes. Não podemos mais sermos surpreendidos, como fomos na semana passada: tudo acordado, combinado, de repente uma dissidência aqui, de repente alguém se encrespa com sei lá, com uma declaração não sei onde, e a coisa fica difícil de ser conduzida.

Por isso, queríamos pedir encarecidamente ao Presidente que convoque uma reunião ainda esta semana, para podermos organizar o esforço concentrado, eu diria, terça e quarta-feira da semana que vem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou dar a palavra a V. Ex^a.

Senadora Ideli Salvatti, eu queria comunicar a V. Ex^a que acabei de telefonar ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, transmitindo a ele exatamente esta orientação: que ele convoque os Líderes Partidários para fazer uma reunião. Quer dizer, no que depender de mim, eu colocarei em votação as matérias tão logo nós tenhamos quórum para que sejam votadas e haja um espírito favorável na Casa. Aliás, eu tenho reiterado esse apelo todos os dias. Agora, há pouco eu liguei para o Líder Romero Jucá, para transmitir a ele a necessidade de propor aos Líderes Partidários uma reunião para que possamos avançar na nossa Ordem do Dia.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, é válida a preocupação de V. Ex^a, como da Senadora Ideli Salvatti, em torno da questão das medidas provisórias que estão trancando a nossa pauta. Na verdade, alguns fatores estão contribuindo para isso. Claro que, no âmbito das hostes do Governo, não há nenhum desentendimento quanto o andamento normal da pauta. A Senadora Ideli Salvatti fez aí algumas insinuações que eu considero verdadeiras, pois a imprensa, vez por outra, está divulgando desentendimentos na Base Opositorista que repercutem no andamento e na tramitação normal dos projetos oriundos do Executivo e da própria Casa.

De maneira que V. Ex^a, com a Liderança de que dispõe e com o poder de equilíbrio e de moderação, que são qualidades inerentes à Presidência de V. Ex^a, conseguirá, sem dúvida alguma, fazer um acordo. Se esse acordo não prevalecer na próxima semana, ficará difícil para a outra semana, uma vez que nós teremos um feriado quase no meio da semana, no dia 15, um dia de quinta-feira. E, com a proximidade das eleições, o problema se agrava, com a ausência de muitos Parlamentares que vão às suas bases.

Sr. Presidente, além dessa providência imediata, do ponto de vista político, que deve com certeza ser tomada pela Mesa, eu gostaria de mais uma vez enfatizar a necessidade imperiosa, até para a solução de problemas futuros, não apenas deste Governo, mas do futuro Governo: que tenhamos uma alternância entre medidas provisórias e projetos. Porque, do contrário, basta uma raivinha da Oposição ou uma raivinha do Governo, e nós não sabemos o que pode acontecer no futuro.

Há um descrédito generalizado quanto à demora, à procrastinação dos projetos no Poder Legislativo. Como já apresentei uma emenda e foi derrotada, vou reapresentá-la agora como emenda constitucional, no sentido de propiciar ao Legislativo a oportunidade de discutir, por três dias, medidas provisórias. Não havendo acordo, entraremos na pauta normal do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Após esses três dias da votação normal das matérias do Poder Legislativo, entraremos novamente nas medidas provisórias. Da forma como está aí, medida provisória é prioritária, enquanto os projetos ficam dormitando nas gavetas do Senado Federal.

Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente, e meus parabéns pela providência e a preocupação concreta, porque eu acho que, neste momento, não é apenas a lei, é o fator político que vai contribuir para a tramitação normal das nossas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Eu queria agradecer a intervenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio
Prazo final: 15-6-2006.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões,

quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim

Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 12, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários

em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-trinho

Prazo final: 23-6-2006.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 14, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão

Prazo final: 4-7-2006.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 16, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4-7-2006

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituti-vo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Sena-

dor Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212*

da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do*

Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49 DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador

Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Re-

lator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegi-

bilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – V. Exª encerrou já a Ordem do Dia. Eu estava inscrita para uma comunicação inadiável. Quero saber se vai ser mantida a minha inscrição para eu poder me organizar.

Se V. Exª me permitisse, gostaria de dizer que lamento muito, o registro do falecimento, ontem, do Daniel Herz, que era um jornalista importantíssimo, que inclusive representava os jornalistas no Conselho de Comunicação Social. Atualmente, também exercia o cargo de Diretor na FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas.

Daniel Herz era uma pessoa que tinha uma vinculação muito antiga com todo o processo da democratização da comunicação no Brasil. Foi Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Diretor de várias instâncias da Organização Sindical do Jornalismo Brasileiro. Portanto, é uma perda considerável que o setor da imprensa e o Brasil têm neste momento.

Inclusive, já encaminhei o requerimento solicitando voto de pesar à família do Professor Daniel Koslowski Herz pelo seu falecimento na tarde de ontem, em Porto Alegre.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Não há como conceder aparte. Pela ordem, ouço V. Exª.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem também, porque, juntamente com os Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Heloísa Helena, havíamos encaminhado à Mesa requerimento na mesma direção, solidário, portanto, à manifestação da Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT, de pesar pelo falecimento de Daniel Koslowski Herz, autor do livro “A História Secreta da Rede Globo” e diversas obras e que, inclusive, aqui no Conselho de Comunicação Social, vinha dando uma contribuição muito importante, assim como também lá no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, na Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação. Solidarizo-me com o requerimento da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Esta Presidência já encaminhou o voto de pesar.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou falar do mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é comunicação inadiável por cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu estava inscrito nas comunicações inadiáveis para falar sobre o mesmo tema, até porque assinamos o voto de pesar à família junto com os Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi.

Como Daniel Koslowski Herz era também gaúcho, é com tristeza que participamos dessa manifestação de solidariedade pelo falecimento dele ocorrido ontem à tarde, em Porto Alegre. Daniel Koslowski Herz era Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas e, como aqui foi dito pela Senadora Ideli e pelo Senador Suplicy, era o representante dos jornalistas no Conselho de Comunicação Social, órgão do nosso Congresso Nacional.

Daniel era Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília – UnB, participou de diversas gestões da Fenaj e foi fundador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e também do Instituto de

Estudos e Pesquisas em Comunicação. Dedicou sua vida à democratização dos meios de comunicação. Foi decisivo na implementação da “Lei do Cabo”, que instituiu que a TV a cabo no Brasil destinaria canais a TVs públicas e também a comunitárias.

Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Trabalhou na imprensa independente, foi professor de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina – do qual foi o primeiro chefe de Departamento – e coordenador-geral de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre. Fez também comunicação no Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Daniel dedicou grande parte de sua vida à luta em defesa da democracia nos meios de comunicação. Foi um dos principais formuladores do Programa de Estímulo à Qualidade de Ensino de Jornalismo da Fenaj.

Há vários anos, Sr. Presidente, Daniel Herz, infelizmente, lutava incessantemente contra o câncer, que, mesmo assim, não o impediu de continuar sua militância. Nos últimos meses, porém, a situação agravou-se.

A doença levou sua vida, mas não seu exemplo de companheirismo, espírito guerreiro e combatividade, sua produção científica, política e sua história, que ficará ligada à história da Fenaj e do movimento sindical do jornalismo para sempre.

Daniel Herz era casado com Célia Stadnik e pai de Fernando – do primeiro casamento –, Guilherme e Ada Jaqueline. Seu corpo será cremado hoje à tarde, em Porto Alegre.

Repito que apresentei requerimento à Casa junto com os Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi.

Sr. Presidente, por questão de justiça – e tenho certeza de que V. Ex^a concordará com o encaminhamento que faço –, estendo um voto de solidariedade ao Diretor-Geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, a todos os seus familiares e, naturalmente, à esposa do seu irmão falecido hoje, Nicanor Maia, vítima de um acidente vascular cerebral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite associar-me a esse voto de pesar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Sei do carinho que V. Ex^a tem pelo Diretor-Geral da Casa.

Sr. Presidente, sei que meu tempo já termina. Para encerrar, faço uma análise do pacote agrícola, algo em torno de R\$75 bilhões.

Tenho caminhado muito com os produtores do meu Rio Grande. Lembro aqui os produtores de soja, arroz, trigo, do vinho, da uva, do milho. Lembro das máquinas agrícolas, das quais os metalúrgicos dependem,

pois eles dependem muito da força que vem do campo. Se o campo vai bem, as metalúrgicas acabam gerando muito mais empregos. Hoje, infelizmente, o número de demitidos no Rio Grande do Sul é enorme.

Esse pacote agrícola não é o ideal, mas, sem sombra de dúvidas, avançou. Setenta e cinco bilhões de reais serão investidos na agricultura. Espero que dê um bom fôlego para que a produção no campo volte a andar próxima à normalidade e, ao mesmo tempo, para que as metalúrgicas voltem a produzir.

Fui operário metalúrgico durante mais de duas décadas e sei da dificuldade que esse setor está atravessando, dificuldade que, por extensão, desemboca no comércio.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que reproduza, na íntegra, para os órgãos de divulgação da Casa, a análise que faço aqui do pacote agrícola.

Para concluir, EU gostaria de comunicar ao povo do Amazonas que estamos realizando audiências públicas nos Estados. Tivemos audiência pública sobre a Comissão Mista que debate a questão das aposentadorias, dos salários, do fator previdenciário. Este, sim, haveremos de derrubar definitivamente, pelo mal que causa ao conjunto da população deste País. Estivemos na Bahia, em São Paulo, no Paraná e, nesta segunda-feira, às 14 horas, estaremos na Assembléia Legislativa do Amazonas para discutir esses temas que, no meu entendimento, interessam a todo o povo brasileiro.

Quero dizer, Sr. Presidente, que cerca de 800 líderes do Estado participaram da audiência que tivemos em Porto Alegre. Não na mesma proporção, mas com a mesma importância, realizamos debates na Assembléia de São Paulo, do Paraná e também da Bahia.

A Comissão Mista há de terminar seu trabalho até novembro. Tenho certeza de que a Casa há de aprovar o relatório, que aponta nesta linha: uma política permanente, já para o próximo ano, de recuperação do salário mínimo e uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas. E, na mesma linha, repito, caminhamos para o fim do fator previdenciário.

Tenho conversado, Senadora Ideli Salvatti, com articulistas que estão estudando esse assunto, economistas, cientistas políticos e mesmo executivos do Ministério da Previdência estudiosos desse tema. Eles concordam em que não há um país que tenha tido a ousadia de adotar o fator previdenciário, que foi implantado no País em 1999, quando, naquela Reforma da Previdência, caiu a aposentadoria por idade. Todos concordam em que ele é superperverso, porque prejudica os baixos salários, principalmente os das mulheres. Há um redutor de 41,5% nos seus benefícios em

relação àquilo que teriam de direito, enquanto, para os homens, é de 35%.

Acho que caminhamos para um grande entendimento, que vai ser bom para todos, principalmente para os mais pobres. Porque somente aos mais pobres – aqueles que ganham abaixo de seis salários mínimos, no máximo sete – é que se aplica o fator previdenciário; daí para cima, não se adota para ninguém.

Vamos enfrentar esse debate, estou disposto a enfrentá-lo. Já estou marcando audiência pública na Comissão de Economia, vou chamar todas as partes interessadas e vamos fazer o bom debate. Tenho certeza de que vamos construir uma saída na linha do projeto que eu apresentei e foi aprovado nas Comissões. Estava pronto para ir à Câmara, mas houve um apelo muito grande para que houvesse um debate aqui no plenário – neste momento, teremos uma audiência pública na Comissão de Economia. Com certeza, aqui no plenário, ele será aprovado, e esse fator será revogado de forma definitiva.

Não conheço uma lei no País tão perversa para os mais pobres. Costuma-se dizer, Senador Magno Malta: “Não, mas é do Governo anterior”. Sim, veio do Governo anterior. Então, nós agora temos obrigação de promover o bom debate para impedir que ele continue reduzindo o valor dos benefícios dos aposentados e pensionistas, principalmente dos mais pobres. Quem ler e estudar sobre fator previdenciário tenho certeza absoluta de que não vota a favor; vota pela revogação.

Então, vamos construir uma alternativa. Esse fator é inaceitável. Para nós, que falamos tanto aqui em políticas para os mais pobres, o fator previdenciário significa tirar dos pobres para dar aos ricos, aqueles que podem se aposentar com R\$24 mil, R\$30 mil, porque a esses não se aplica o fator previdenciário. Só se aplica para o Regime Geral da Previdência. E ninguém ganha dez salários mínimos no Regime Geral. “Ah, mas o Regime Geral...” Dez coisa nenhuma! Se encontrarem uma pessoa que conseguiu se aposentar pelo Regime Geral por dez salários mínimos, mudo o discurso. Ninguém está ganhando mais do que cinco ou seis salários no Regime Geral da Previdência. No máximo, são sete salários. Então, são esses os atingidos. E nós, que temos essa visão do social, temos obrigação de fazer com que o fator previdenciário seja revogado de uma vez por todas.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho acompanhando os diversos movimentos de agricultores, tanto no Estado do Rio Grande do Sul, quanto nos demais estados produtores. Sei dos problemas enfrentados, e acredito que esta seja uma das maiores crises do agronegócio brasileiro.

O pacote agrícola anunciado na última quinta-feira (25 de maio), no valor de R\$75 bilhões, vem em boa hora, já que o setor estava estrangulado e acumula enormes prejuízos.

Este já é a terceira iniciativa do governo federal para ajudar a agricultura: em abril foi anunciado R\$14,6 bilhões para o setor e no início deste mês mais R\$1,4 bilhão.

As dificuldades como a comercialização da safra e com a prorrogação das dívidas, a queda dos preços internacionais de alguns produtos e a última desvalorização do dólar em relação ao real – que reduziu a competitividade dos produtores brasileiros no exterior – são alguns fatores que estão pondo em risco as exportações agrícolas e causando desesperança no campo.

O pacote inclui a liberação de R\$50 bilhões para a agricultura comercial e R\$ 10 bilhões irão para a agricultura familiar.

O governo ainda vai destinar R\$8,6 bilhões para investimentos do setor agrícola com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dos fundos constitucionais e de outras fontes. Houve uma redução na taxa de juros cobrada nesses empréstimos.

As dívidas dos produtores rurais junto ao Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), Securitização e Recoop, vencidas no ano passado ou vencidas e a vencer neste ano serão refinanciadas com recursos controlados do crédito rural e com taxa de juros de 8,75% ao ano, prazo de até cinco anos com dois anos de carência.

Foram elevados o volume de recursos da linha de financiamento destinada aos produtores rurais e às empresas privadas fornecedoras de insumos, o chamado FAT/Giro Rural, de R\$2 bilhões para R\$4 bilhões e os tomadores desta linha de financiamento terão dois anos de carência.

Não restam dúvidas que as últimas medidas beneficiam agricultores em todo o País, embora ainda não seja o ideal.

O governo vai disponibilizar R\$2,8 bilhões à Política de Garantia de Preços Mínimos e garantia de renda ao produtor na safra 2006/07. Serão utilizados os leilões de Prêmio de Risco de Opção Privada (Prop), que começam antes mesmo do plantio, o que dará

ao agricultor maior previsibilidade sobre o seu fluxo financeiro futuro.

São inúmeras ações emergenciais e estruturais que vieram para dar fôlego a um setor que agonizava.

Não podemos esquecer de elogiar a atitude do Ministro Roberto Rodrigues e de toda a sua equipe na negociação desses recursos. Um guerreiro na defesa do agronegócio brasileiro.

Nos últimos três anos os financiamentos da União para a agricultura foram de R\$129 bilhões, enquanto que durante os oito anos do governo anterior se restringiram aos R\$100 bilhões.

A abrangência das medidas pode não ser a desejada, como avaliam alguns analistas, mas alivia em muito a atual situação.

Quero parabenizar a equipe do Governo pela sensibilidade em perceber as dificuldades dos produtores agrícolas e em socorrer o agronegócio brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Romeu Tuma e Magno Malta, sucessivamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra a V.Ex^a pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quando for oportuno, na alternância dos oradores inscritos e Lideranças, eu gostaria de falar pela Liderança do PSB, pelo tempo regimental, para uma comunicação inadiável, no tempo reservado à Liderança, após a Ordem do Dia.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a está inscrito como Líder do partido.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, da mesma forma, pedir minha inscrição pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a está inscrito, pela Liderança do PL.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, eu queria registrar

aqui meu repúdio total à atitude praticada ontem pelo Deputado Gabeira na reunião que tivemos para discutir mudanças na Comissão de Orçamento.

Penso que, em política, tudo deve ser discutido da melhor maneira possível, educadamente, sem atacar pessoas com técnicas do PCC, como jogar coquetel molotov, esse tipo de coisa. Ontem o Deputado Gabeira foi um pouco além, não do estilo que costuma implantar. O Deputado atacou o Presidente, Senador Renan Calheiros, erradamente, pois conhecemos o Senador Renan Calheiros como nosso Presidente nesta Casa. É muito difícil ser Presidente numa Casa em que a Oposição é maioria, mas o Presidente se comporta corretamente, sempre apresentando as questões da CPI e conduzindo-as muito bem. Ontem, o Presidente foi atacado covardemente, num momento em que não esperava. O Senador Renan Calheiros teve de se comportar como o Presidente que é. Quem conhece o Presidente Renan Calheiros sabe que, para escutar o que S. Ex^a escutou ontem, S. Ex^a realmente se comportou como um Presidente do Congresso Nacional.

Então, apresento o meu repúdio total à atitude praticada pelo Deputado, num momento inadequado.

Era somente isso que eu queria dizer, Sr. Presidente, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Agradeço ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Cumprimento, nas galerias, os nossos amigos que nos visitam. Muito obrigado.

Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti, em permuta com o Senador Romeu Tuma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Romeu Tuma, pela sua gentileza em me permitir falar.

O assunto que me traz à tribuna hoje é bastante delicado. Trata-se da mortalidade materna, que, no Brasil, é muito alta. Temos 74 óbitos para cada 100 mil nascimentos, ou seja, em cada 100 mil partos, 74 mães morrem. O padrão internacional aceito é de 20 óbitos para 100 mil bebês nascidos.

Portanto, embora o número de óbitos seja de 74, o aceitável é de 20 óbitos para cada 100 mil partos, o que demonstra que ultrapassamos sobremaneira o padrão aceito pelas entidades médicas de saúde pública.

Ontem, participei de um evento extremamente importante no Ministério da Saúde, juntamente com o Ministro da Saúde, Agenor Álvares; a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire; e a Ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, em comemoração

ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e da Redução da Mortalidade Materna, 28 de maio, domingo. O objetivo é acelerarmos medidas destinadas à redução maior da mortalidade materna. Ontem foi lançada a Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesárea Desnecessária. No Brasil, Senadora Serys Slhessarenko, infelizmente, faz-se cesariana de forma absolutamente desnecessária, não como último recurso, mas por comodidade da parturiente, ou por interesse, já que esse tipo de cirurgia tem rendimento em termos de infra-estrutura e de ressarcimento hospitalar maior.

Houve no Brasil uma distorção total. A cesárea, que era para ser feita em situação emergencial, praticamente tornou-se normal.

Por isso, nesta Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesárea Desnecessária, a meta do Ministério é alcançar uma redução de 15% no número de mortes maternas neste ano.

Uma das medidas que o Sistema Único de Saúde está estudando – e espero que adote o mais rapidamente possível – é aumentar o valor pago pelo SUS ao parto normal, pois o fator econômico incentiva as cesáreas, porque as clínicas, as maternidades obtêm na cesárea um ressarcimento maior.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Concede-me um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço a Senadora Serys, com muito prazer.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – É da maior importância, Senadora Ideli, o seu pronunciamento. As mulheres do Brasil estão de parabéns com as políticas públicas que o nosso Governo vem realizando. O Governo do Presidente Lula criou a Secretaria Nacional da Mulher, atualmente sob o comando da nossa Ministra Nilcéia Freire, que vem cuidando de todas as questões relativas à mulher, inclusive a violência doméstica, violência contra a mulher. Temos inclusive o projeto da violência doméstica, que precisa ser aprovado com rapidez. Esperamos que esse assunto abra a pauta. Há essa questão que V. Ex^a menciona. E há também a Agenda da Mulher.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou mencionar esse projeto.

A Sr^a Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Esse projeto que V. Ex^a vai mostrar é da maior importância. E sobre essa questão tratada aqui por V. Ex^a, o parto normal em detrimento da cesariana, é fundamental. Citando o meu exemplo, tenho quatro filhos: dois de parto normal e dois de cesariana. Essas duas cesarianas que fiz foram, realmente, necessárias, não houve jeito. Mas essa história tem de ter um estímulo, e V. Ex^a já o apresenta. Eu ia falar a respeito

disso, mas V. Ex^a já o fez. Tem de haver estímulo para que o parto normal aconteça. Parto normal não é uma coisa do outro mundo; é muito mais saudável para a mulher e para a criança. Deve-se deixar a cesariana somente para último caso. Quem está de parabéns são as mulheres do nosso País por terem o apoio na Secretaria Nacional da Mulher e de tantas políticas públicas importantes – não vou citá-las porque são inúmeras – que o Presidente Lula vem trazendo sob seu comando para a mulher brasileira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Serys.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senadora Ideli, vou lhe conceder mais um minuto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Antes de conceder o aparte ao Senador Romeu Tuma, quero fazer a propaganda daquilo que a Senadora Serys anunciou. Ontem também foi apresentada a Agenda da Mulher. É lei, Senador Tuma, e infelizmente não tínhamos conseguido implementá-la. Agora as mulheres brasileiras vão receber esta Agenda na qual tudo será controlado: toda a sua vida, o acompanhamento dos seus tratamentos, o seu histórico clínico, ginecológico, todos os exames que têm obrigação de fazer, como prevenção de câncer mamário e de câncer uterino. Isso é algo muito importante. E a Agenda ainda contém informações importantíssimas sobre saúde, prevenção de doenças, toda essa questão da saúde da mulher, que tem toda uma peculiaridade e que precisa ter orientação especial.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Vou conceder mais um minuto a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitisse, queria ouvir o Senador Romeu Tuma e ainda falar sobre algumas questões.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Vou conceder a V. Ex^a mais dois minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, V. Ex^a traz à tribuna um assunto bastante importante. Outro dia, eu assistia a um programa de televisão a cabo em que um obstetra falava sobre partos naturais para as pessoas de menor poder aquisitivo e comparava àquelas de maior poder aquisitivo, que marcavam data e hora para a cirurgia. Sabemos que o parto normal deve ser estimulado mesmo. Estive na região amazônica várias vezes, onde há o Hospital das Forças Armadas. Há um índice elevado de partos naturais em

comunidades indígenas que têm pouca assistência. Eles conseguiram reduzir ao mínimo a cirurgia para o nascimento da criança; é praticamente o menor índice de cirurgia do País. Então, a dedicação de uma grande maioria de médicos que não quer um enriquecimento rápido faz com que as mulheres optem pelo parto normal. Senadora, penso que o parto natural é uma coisa maravilhosa e não traz conseqüências no futuro para as crianças, porque às vezes o trauma da cirurgia pode não aparecer na hora do nascimento, mas, com o decorrer dos anos, sem dúvida alguma, ele poderá ocorrer ao jovem que nasceu pela cesariana. Não posso falar muito porque tenho quatro filhos, e minha mulher agüentou a mão para ter parto natural em momentos difíceis. E penso que V. Ex^a tem toda razão de lutar para que haja essa conscientização, tanto da parte médica como das mulheres, para que possam se socorrer de boa orientação como essa cartilha que V. Ex^a mostra aqui.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Romeu Tuma. Gostaria de deixar isso aqui como tarefa, porque atualmente quem administra o Governo do Estado de São Paulo é o PFL, Partido ao qual pertence V. Ex^a. E só há dois Estados no Brasil que ainda não firmaram o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Infelizmente, são os Estados de V. Ex^a e o meu próprio. Esse Pacto, que vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Saúde desde 2004, tem uma série de objetivos, metas e trabalhos conjuntos, interativos, entre União, Estados e Municípios. E infelizmente apenas dois Estados brasileiros ainda não o assinaram: São Paulo e Santa Catarina.

Então, deveríamos sair daqui com esse compromisso. Se cada um cumprir a sua tarefa, vamos efetivamente modificar o panorama, que ainda é – como eu disse – muito ruim. A mortalidade materna é muito alta.

Nós já tivemos no Senado a oportunidade de aprovar a Lei nº 11.108. Inclusive, tive muito orgulho porque, no material que divulgado pelo Ministério da Saúde, no item Parto Natural e Presença de Acompanhantes são Direitos de Toda Mulher, está exatamente a divulgação dessa Lei, que é um projeto de minha autoria e que foi aprovado, por unanimidade, no Senado e na Câmara e já está em vigor.

Portanto, todas as mulheres têm o direito, no Sistema Único de Saúde, de ter acompanhante na hora do parto, o que reduz muito a mortalidade e as complicações pós-parto.

E ainda, se o Presidente me permitir, Senador Romeu Tuma, gostaria de fazer a divulgação desse estudo sobre a mortalidade de mulheres – e essa divulgação é de fundamental importância –, feito pela

Universidade de São Paulo, USP. O trabalho do Professor Ruy Laurenti e de vários outros professores da Faculdade de Saúde Pública da USP apresenta um estudo, a pedido do Ministério da Saúde, sobre as causas da mortalidade das mulheres.

Senador Romeu Tuma, chamo a atenção para algumas questões que vão exigir de nós providências. Existem registradas situações gravíssimas, e estão aqui os gráficos que mostram mortes de mulheres ocasionadas por razões infecciosas. E quero aqui mostrar: na região Sul, o vermelho é Aids. A morte de 92,8% das mulheres vítimas de doenças infecto-contagiosas é advinda de contaminação por Aids. Portanto, é algo muito gritante, e me chocou demais saber que, no sul do Brasil, é esta a realidade que nós temos no momento. Como também me chocou profundamente saber que, no caso da região Sudeste, as mortes por causas externas e causas violentas representam nada mais nada menos do que 47,8%. Portanto, quase a metade das mortes de mulheres por causas externas, Senador Tuma, é por homicídio. Ou seja, mulheres que estão sendo barbaramente vitimadas, assassinadas. E aí há toda a vinculação com a questão da violência doméstica.

Portanto, recomendo, inclusive a todos os gabinetes, que acessem esse estudo. Ele me chocou profundamente, porque traz dados muito importantes.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a poderia me enviar o estudo para que eu possa mandá-lo ao Secretário de Saúde, Dr. Barradas, que é um profissional excelente? Conversarei com ele sobre o que V. Ex^a expôs.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu gostaria de sair daqui com o compromisso, Senador Romeu Tuma, de que tanto os Senadores de São Paulo quanto os de Santa Catarina pleiteassem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senadora Ideli Salvatti, já tripliquei seu tempo. Na minha benevolência, vou conceder-lhe mais um minuto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou considerar, Senador Magno Malta, gentileza com a D. Dadá, que lhe deve ter tido de parto normal, pois ela deve ter sido uma mulher muito corajosa para enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Ali só existia parteira; não havia outra maneira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Gostaria de terminar meu pronunciamento, Senador Romeu Tuma, com o compromisso dos Senadores de Santa Catarina e de São Paulo de fazermos um apelo aos

nossos Governos estaduais a fim de que finalmente todos os Estados estejam no Pacto pela Redução da Mortalidade Materna, porque efetivamente essa é uma situação grave que precisa do esforço conjunto de todos.

Muito obrigada, Senador Magno Malta.

Agradeço muito a gentileza de ter me concedido um tempinho a mais.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, eu gostaria de anunciar, com muita alegria, que acabou há pouco o lançamento oficial das candidaturas de Geraldo Alckmin e José Jorge, ocorrido aqui na Câmara Federal, da coligação do PSDB e do PFL. Definitivamente, a partir de hoje, fica selada a coligação entre os dois maiores Partidos de Oposição ao atual Presidente da República. Lançamos dois grandes nomes. São pessoas éticas, que já comprovaram, por meio de seus serviços, terem feito muito pelos seus Estados e pelo Brasil. E poderão, Sr. Presidente, fazer muito mais a partir do ano que vem.

Então, comunico aqui, com muita alegria, que acabou há poucos instantes o lançamento oficial da coligação PSDB/PFL, com Geraldo Alckmin e José Jorge, o grande vice, escolhido e designado pelo PFL.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito à Mesa que verifique a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a já está inscrito, o documento já chegou. Estamos alternando as inscrições com Lideranças e comunicações inadiáveis. V. Ex^a será chamado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem de inscrição falarei daqui a quantos oradores?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Há três oradores na frente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também quero falar pela Liderança do PSDB. Vou levar a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – V. Ex^a está inscrito. A Mesa aguarda a documentação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Também gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pelo Bloco de Apoio.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – A Mesa aguarda a documentação. V. Ex^a estará inscrito em seguida.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma, o xerife de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Leonel Pavan, subi à tribuna para falar alguns assuntos e confirmar as suas palavras sobre a coligação que acaba de ser confirmada na CCJ da Câmara, apresentando definitivamente esta vinculação entre o PSDB e o PFL para a campanha de 2006, sendo o ex-Governador Geraldo Alckmin candidato a Presidente e, a Vice-Presidente, José Jorge, Senador ilustre desta Casa. Então, quero cumprimentar V. Ex^a por ter corrido com a notícia, telegraficamente, e ao tempo de dar conhecimento.

Sr. Presidente Magno Malta, primeiro, quero cumprimentar V. Ex^a pela colaboração hoje, na CCJ, na discussão do processo de renovação da legislação sobre drogas. Acredito que V. Ex^a, assim como o Senador Demóstenes Torres, tem razão em que há, ainda, muito pela frente a ser feito, inclusive as Casas de Custódia, pela boa vontade de pessoas que sabem a necessidade de buscar a salvação de jovens e se oferecem para fazê-lo. Este foi um ponto em que realmente restou dúvida, em virtude da premência do tempo com que tinha que ser aprovado – não podia passar de hoje.

V. Ex^a merece o meu respeito. Vamos discutir isso com mais tranqüilidade e, sem dúvida, encontrar um caminho correto. Queria agradecer a V. Ex^a e ao Senador Demóstenes Torres pela colaboração, bem como ao Senador Eduardo Suplicy, que colaborou com a cronologia das penas alternativas, em que o juiz terá o poder de decidir a respeito do usuário de

drogas. Então, quero deixar isso registrado ao público brasileiro.

Vou tentar não usar todo o meu tempo, porque sei que ainda há vários oradores inscritos.

Queria dizer ao Senador César Borges e aos demais Senadores que esta notícia está me assustando muito – não como procedimento, que seria ilegal se verdadeiro fosse – de que a Kroll usou a CIA para investigar autoridades brasileiras. É claro que isso fere a soberania.

O que me traz aqui é a esperança. Hoje conversei com o Ministro da Justiça, a quem muito respeito – é uma pessoa de bem, correto nas suas colocações –, que está tomando providências sobre o caso.

Hoje, Senador Wellington, estou requerendo à Comissão Especial de Fiscalização do Sistema de Informações Brasileiro que convide o representante da CIA que trabalha na Embaixada Americana para vir, a nosso convite, fazer uma exposição de como funciona essa atividade, porque o convênio do qual participei tem apenas uma forte vinculação que é a de troca de informações, Senador Heráclito Fortes, nada mais!

É claro que esse convênio tem colaborado para a formação profissional de especialização de alguns policiais no sistema de investigação, mas apenas por uma especialização maior que eles têm por causa da atividade anterior que era a da guerra fria.

Com o término da Guerra Fria, para dar continuidade ao trabalho, eles praticamente foram designados pelo Governo americano para lutar contra o crime organizado. Então, renovaram. Havia o Departamento Antidrogas, que passou a se vincular à CIA na troca de informações, pela experiência maior da agência de inteligência americana.

Agora, o elo entre a Kroll e a CIA traz uma angústia profunda – se isso for verdadeiro –, porque diz a matéria da **Folha** que o representante da CIA participou de reuniões com Ministros brasileiros e levou ao conhecimento da Kroll o resultado dessas reuniões. Isso fere qualquer princípio de garantia à soberania e de respeito ao convênio existente entre os Estados Unidos e o Brasil.

Temos lutado muito por uma responsabilidade compartilhada, principalmente na área do crime organizado, voltado para a luta contra as drogas, porque até há pouco tempo o Governo americano considerava seu país vítima dos países de transição e de trânsito. E estávamos incluídos, Senador Arns, nos países de trânsito. Com a morte de policiais, o FBI americano – se não me engano, no tempo do Presidente Reagan – declarou que eles também tinham as mãos sujas de sangue, porque era o dólar que alimentava a produção, o refino e a venda. A pressão consumidora é que

realmente traz a produtividade; se não há consumo, não há produção.

Hoje, fizemos o projeto que prevê a recuperação, o tratamento e a apresentação de que os jovens não devem fazer o uso de drogas.

Considero estranho que a CIA – que tem um papel vinculado a um convênio internacional com o Brasil – possa ter fugido à sua responsabilidade intervindo em investigação com agência particular e usando, segundo consta, um ex-agente, que era o presidente da Kroll. Então, comuniquei isso.

Tenho uma carta aqui, Senador Flávio Arns, pela qual tenho muito respeito. V. Ex^a deve também conhecer bem o nosso Roberto Mangabeira Unger. Ele fez uma Carta ao Leitor com o título: Kroll I. Julgo que a própria reprodução do que ele escreveu não esteja correto porque ele diz assim, referindo-se à Kroll: “Se atuasse por meios legais, não sobreviveria e não teria a reputação que tem”. Penso que está errado; ele não falaria isso, porque fez contato com a Kroll em respeito ao contrato que tinha com o Opportunity. Está aqui a sua carta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador. Fico feliz com o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Creio que V. Ex^a procede muito bem ao procurar informações sobre esse fato. Poderíamos avançar, para não termos que esperar resposta da CIA ou ficar na dependência do Governo americano, e interpelar os Ministros envolvidos ou citados nesses possíveis diálogos. Senador Romeu Tuma, admiro a experiência de V. Ex^a e chamo sua atenção para um fato: estamos diante de uma disputa societária que é a maior do Brasil na última década. Toda vez que fatos estão perto de serem julgados, há uma saraivada de denúncias na imprensa tentando desviar o objeto, criar situação difícil e dificultar as apurações. O próprio comportamento do PT, ao fazer parceria clara com o Citibank nessa questão, já mostra que não se queda por ações. Daí por que eu defender a vinda das partes envolvidas na questão. Creio que têm que vir todos. Ministro que teve contato, contrariou a lei brasileira, desrespeitou a soberania do nosso País; temos que tomar providência. Não podemos aceitar isso. Fico triste quando vejo alguns colegas que querem que esperemos decisões norte-americanas sobre a questão para fazermos convocação aqui ou não. Sabe V. Ex^a que, nesta matéria, o que está sendo julgado pela justiça americana são as questões que envolvem o foro que foi estabelecido na negociação. Outra coisa diz respeito às leis brasileiras. Mas, sobre essa questão, estou aguardando, porque fui

tratado de maneira leviana e irresponsável, neste final de semana, por uma revista de circulação nacional. Fiz uma correspondência para a revista, pedindo esclarecimentos sobre os fatos. Como são histórias sem pé nem cabeça, porque é uma reprodução de diálogo tido somente com duas pessoas, e é preciso saber como eles aconteceram – é estranho que se publique isso –, estou aguardando, mantendo silêncio até que esses fatos sejam esclarecidos. V. Ex^a está sendo vítima de uma trama do mesmo jeito que eu. Porém, como diz a **Bíblia**: mais cedo ou mais tarde, tudo que é feito na escuridão vem à clara. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador. Quero só dizer a V. Ex^a que requerer a presença da pessoa da CIA ou do Embaixador, se assim o desejar, em reunião reservada da Comissão Especial de Fiscalização é o primeiro passo. Também vou preparar um ofício ao Ministro das Relações Exteriores para saber quais foram as providências tomadas em razão da matéria publicada pela **Folha**.

Senador, agradeço a atenção de V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, nessa confusão, que, como disse o Senador Heráclito Fortes, é uma briga societária, ou uma briga de poder, porque, na realidade, não estão em discussão quotas, e sim “de acordo”, depois que começaram a sair essas reportagens, a única pessoa que eu vi agir incisivamente, diretamente, foi V. Ex^a. Com V. Ex^a não tem conversa, não tem acordo, não tem conversa reservada. V. Ex^a foi direto, abriu inquérito na Polícia Federal, mandou levantar, quer saber quem disse, qual a prova que tem, se é Kroll, se é CIA... Com V. Ex^a não tem meio-termo, não tem conversa, não tem acordo. V. Ex^a vem da Polícia Federal, que age diretamente. Até agora só consegui entender a atitude correta e incisiva de V. Ex^a. O restante ficou na conversa, diz que vai, mas não vai. Fico olhando, lendo reportagens, mas não consigo entender. V. Ex^a está levando ofícios aos lugares certos, está questionando, está procurando o Ministro, quer explicação, quer saber quem diz que tem, onde é que conseguiu, se é verdade... Quem é mentiroso tem que ir para a cadeia ou que indenizar V. Ex^a. Esse é o caminho que está trilhando. Até agora só consegui ver corretamente o caminho de V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Não estou falando de V. Ex^a. V. Ex^a ficou um pouco irritado, mas não estão falando com V. Ex^a.

Nem toquei no nome de V. Ex^a. O assunto que mencionei para o Senador Romeu Tuma foi o que aconteceu anteriormente, não tem nada a ver com o que V. Ex^a está falando. Estou dizendo que, nisso tudo que aconteceu, o único que tomou um caminho direto

foi o Senador Romeu Tuma. Não tem nada a ver com V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. Quero deixar bem claro para que depois V. Ex^a não venha dizer que eu disse o que não disse. Eu não disse isso. No dia em que eu tiver alguma coisa para falar sobre V. Ex^a, falarei olhando para V. Ex^a. Tenho respeito e admiração por V. Ex^a, mas não aprendi a ter medo de nada nesta Casa. Aqui e agora estou falando sobre o Senador Romeu Tuma. É isso que quero dizer a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a é, como eu disse, um irmão que há pouco tempo conheci. A relação amiga e fraternal que temos só pode me trazer a tranquilidade de que realmente estou agindo corretamente. Assim também é minha relação com o Senador Heráclito Fortes, que tem apoiado, permanentemente, as colocações.

Não dá para ficarmos na expectativa, Senador Wellington. Nós temos família, filhos e amigos que ficam na expectativa das providências que vamos tomar. Então, tenho obrigação de trazer aos meus pares a verdade sobre o que chega ao conhecimento de todos. Senão, eu não teria mais como merecer o respeito de todos.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a tem uma história de vida, de família. O Brasil conhece a história de V. Ex^a no enfrentamento ao crime organizado, para o qual não há tipificação, que fez de V. Ex^a essa pessoa conhecida e respeitada no Brasil.

Mas quem enfrenta criminoso está sujeito a isso. Quem enfrenta criminoso está sujeito a esse tipo de retaliação. O senhor acha que eu nunca sofri retaliação?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas tem a proteção de Deus sempre, Senador.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Não tenha dúvida. Está na Bíblia: “Mil cairão ao teu lado, dez mil a tua direita e nenhum mal te atingirá”. A Bíblia diz também que os olhos do Senhor estão postos sobre nós e os anjos do Senhor acampam ao nosso redor. Ai de nós se não fosse assim! Então, quem, como V. Ex^a, um lutador, um combatente, se levanta contra bandido, quem enfrenta aqueles que praticam iniquidades, no escuro, contra a sociedade brasileira está sujeito a retaliação. Todos o conhecem. São Paulo o conhece, nós o conhecemos, e faço esta sua defesa sem medo de errar, porque ela traduz o sentimento do povo da minha terra, do Brasil, de onde quer que eu passe. Mas essas coisas não colam em V. Ex^a. O senhor já viu essas casas do interior que são pintadas com tinta óleo, onde a água, quando bate, escorre? V.

Ex^a é pintado de tinta óleo. Essas coisas que batem em V. Ex^a escorrem, nunca vão colocar em V. Ex^a, pela sua própria história de vida, de família e por tudo que o Brasil sabe de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Magno Malta, muito obrigado.

O que estou fazendo aqui é a defesa do meu País. As nossas autoridades não podem aceitar em silêncio o que a **Folha** publica como, diria eu, uma quebra de soberania e desrespeito a um acordo internacional.

Quero agradecer a todos e pedir desculpas ao Presidente por talvez ter ultrapassado meu tempo. Eu prometi que falaria rapidamente, mas os apartes me estimularam a dar continuidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Magno Malta deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a. Enalteço o seu pronunciamento. Todos temos certeza absoluta de que foi um pronunciamento a favor da soberania e da independência, apresentando as explicações que toda a sociedade exige.

Parabéns a V. Ex^a!

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 629, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 70, inciso II, do Regimento Interno, que seja autorizada representação externa do Senado Federal, para participar do Fórum Estadual em Defesa dos Municípios, que será realizado em Manaus/AM, no dia 1º-6 do corrente ano.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – A Presidência designa o Senador Arthur Virgílio para representar o Senado Federal no evento mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Passarei a palavra ao Senador Aelton Freitas, pela Liderança do PL, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário.

Na medida do possível, encareço aos senhores oradores que usem menos tempo, a fim de darmos oportunidades para que mais pessoas possam se pronunciar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia informar o próximo orador inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – O próximo orador será V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Na seqüência, falará o Senador César Borges. O Senador Arthur Virgílio acaba de pedir a palavra como Líder e falará posteriormente.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Estou aqui para fazer agradecer por um convite. Procurarei ser breve.

Registro, antes do agradecimento, a presença, na Tribuna de Honra desta Casa, do Presidente do meu Partido em Uberaba, Mário Vilmair, e ao Prof. Abobrinha, meu amigo, professor da Escola Agrotécnica de Machado, sul de Minas, onde estudei.

Venho a esta tribuna para destacar minha satisfação em promover, no dia de hoje, nas dependências do Senado Federal, o lançamento de uma obra literária sobre tema inédito, de grande relevância social e caráter filantrópico, produzida pelo meu conterrâneo o escritor uberabense João Eurípedes Sabino.

A obra de Sabino, intitulada “O andarilho – Quem é ele?”, é uma reflexão ímpar sobre um tipo social que merece maior respeito e atenção por parte da sociedade. Interessante registrar que mesmo na Biblioteca do Senado Federal, que conta, aproximadamente, com 170 mil títulos, não há um único registro de obra que trate da experiência do andarilho, principalmente no nosso País.

Em “O andarilho – Quem é ele?”, o escritor João Eurípedes Sabino trabalhou com o objetivo principal de chamar atenção para a falta de assistência da qual são vítimas os andarilhos que cruzam caminhos pelo País afora. O texto traduz, Sr. Presidente, o resultado de um estudo inédito, construído em oito anos de pesquisas, envolvendo a abordagem direta aos andarilhos, visitas a familiares dessas pessoas e apuração de dados em hospitais, presídios e IMLs.

A obra busca, portanto, mostrar a lógica complexa que move as atitudes do andarilho, que não deve ser confundido com um simples morador de rua. Muito pelo contrário, segundo Sabino, em 99% dos casos, o andarilho é um sujeito solitário e pacífico, cuja alma caminha em rumo sem volta, abalada pela perda de valores emocionais. Seria possível ainda perceber nesses cidadãos qualidades intelectuais e culturais muitas

vezes, Sr. Presidente, acima da média da maioria da população.

Fiz questão de vir hoje, neste momento, a esta tribuna para registrar no plenário e reforçar, publicamente, o convite aos nobres Pares, aos servidores do Senado Federal e aos visitantes para que prestigiem logo mais, às 18h30, na Biblioteca do Senado Federal, o lançamento do livro “O andarilho, quem é ele”. Além do mérito, tende a abordar uma temática ainda inexplorada da literatura nacional.

A obra terá toda a sua renda revertida em auxílio aos andarilhos do nosso País, o que a torna ainda mais nobre, Sr. Presidente, e merecedora do nosso apoio.

Virão ao evento membros da Academia de Letras, do Fórum de Articulistas do Triângulo Mineiro, de tal modo que seria uma grande honra para mim, para o autor João Sabino e para a comunidade literária da nossa região, o Triângulo Mineiro, a presença dos ilustres Pares e dos servidores da Casa.

Será a primeira vez que um escritor da minha região terá oportunidade de lançar um trabalho nesta Câmara Alta. Pela inequívoca qualidade da obra, tenho certeza, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, de que aqueles que puderem comparecer comprovarão que o apoio que tenho dado à divulgação do livro é mais que merecido.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Flavio Arns. Bloco/PT – PR)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy, orador inscrito.

Peço a V. Ex^a, na medida do possível, que seja sucinto, para que mais oradores possam usar da tribuna.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, no próximo dia 13 de junho, terça-feira da outra semana, o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e os demais membros do Conselho de Política Monetária – que aliás hoje estão reunidos, decidindo a taxa de juros básica que, em alguns instantes, será anunciada – comparecerão à Comissão de Assuntos Econômicos para nos informar como é que se desenvolve o raciocínio dos nove diretores do Banco Central relativamente a essa resolução tão importante que, antes a cada 30 dias, agora a cada 45 dias, é definida por aqueles diretores, tendo em conta a meta principal do Banco Central de estabilidade de preços e de combate à inflação e outros objetivos de política econômica, como o crescimento da economia.

Ressalte-se que hoje o IBGE informou que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do primeiro trimestre foi da ordem de 1,5%, o que significa um bom prenúncio para 2006. Há condições, inclusive, se houver a diminuição da taxa de juros básica nos próximos meses, que venhamos a ter uma perspectiva de crescimento bastante acentuado para 2006, com conseqüências positivas para o aumento das oportunidades de emprego e para a melhoria da distribuição de renda, ainda mais tendo em conta a expansão dos programas de transferência de renda, como o próprio Bolsa Família, que já está com 9,2 milhões de famílias inscritas, havendo a perspectiva de, até meados do ano, estar com mais de 11 milhões de famílias estarem inscritas – 11,1 milhões ou 11,2 milhões.

Na terça-feira treze de junho, o Presidente Henrique Meirelles comparecerá para um outro tema, pois o requerimento aprovado, além das explicações sobre as taxas de juros básicas, envolve também, por meio de outro requerimento de minha autoria, explicações sobre a questão relativa aos aposentados do Banespa, que, praticamente há dez anos, estão lutando por direitos que, no entender da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo, não estariam sendo devidamente respeitados.

Até para facilitar a exposição do Ministro e Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, no próximo dia 13, estou encaminhando hoje uma carta e anexando um estudo que está sendo entregue pelo Diretor-Presidente Yoshimi Onishi*, que, acompanhado dos Srs. Orlando Forte, Antonio Manoel Leite, José Carlos Maciel Barbosa, Claudanir Reggiani, Djalma Emídio Botelho, Ademar Vanini*. Esses três últimos estão aqui, juntamente com o Sr. Yoshimi Onishi.

Gostaria de ressaltar alguns dos aspectos principais desse documento que, em verdade, mostra o desejo de mais de 14 mil aposentados do Banespa que aguardam resposta do Banco Central.

A correspondência da Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa está dirigida a mim, para meu encaminhamento ao Presidente do Banco Central:

Ao Exm^o Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy

Prezado Senador,

Ao apresentar as considerações e questionamentos a seguir, voltamos à presença de V. Ex^a para que nos auxilie a dirimir dúvidas e salvaguardar direitos, bem como buscar uma solução definitiva para a grande injustiça que vem sendo cometida junto ao contingente de 14.556 aposentados e pensionistas do antigo Banespa.

Convém ressaltar que não se trata da primeira vez que questionamentos sobre o assunto são dirigidos às autoridades, inclusive via Comissão de Assuntos Econômicos. Respostas inconsistentes ou até divergentes, entretanto, aliadas à falta de providências administrativas ou legais por quem de direito, para sanar irregularidades, ilegalidades ou até mesmo inconstitucionalidades, nos obrigam a formular novos questionamentos sobre a não-observância do que foi deliberado na Resolução nº 118/97, do Senado Federal, Voto 165/99 do Conselho Monetário Nacional, e em vários outros normativos legais apontados do decorrer do texto e que compõem o conjunto de documentos disponibilizados.

Os questionamentos têm por objetivo corrigir em definitivo a situação dos beneficiários por medida de isonomia, equidade e direito adquirido através da reabertura do Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensões, denominado “Plano Pre-75”, instituído pelo Banespa junto ao Fundo Banespa de Seguridade Social, Banesprev, e/ou a instituição de um novo plano, análogo àquele, com Regulamento e garantias no mínimo iguais.

Também buscam mostrar, de maneira inequívoca, que algumas das informações prestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Banco Central conflitam e não têm fundamento consistente com muito do que foi deliberado ao longo do processo de federalização e privatização do Banespa relativamente aos empregados “Pre-75” do Banespa, principalmente no que se refere à questão da alteração da inegociabilidade/inalienabilidade dos títulos quanto a origem, vinculação e destinação dos títulos ATSP 970315 com passivo atuarial do Banespa e quanto à designação e responsabilidade de gestores do Banespa, conforme exposto em itens e/ou tópicos adiante apresentados;

2. Que os títulos públicos federais ATSP97035 foram emitidos pela União para quitar as dívidas do Estado de São Paulo e/ou do Banespa para com todos os empregados admitidos naquela empresa até 22/05/1975;

3. Que os títulos não foram emitidos para capitalizar o Banespa, mas sim para lastrear um fundo de previdência para todos os beneficiários indistintamente;

4. Que existem documentos, à exaustão, comprovando a inquestionável vinculação

dos títulos às obrigações atuariais assumidas pela União, em substituição ao Estado de São Paulo;

5. No item 12 da Mensagem nº 106/97, estão especificados os tipos de dívidas do Estado de São Paulo, inclusive a dívida atuarial/aposentadoria, no montante de R\$2,9 bilhões, a qual não se confunde com o restante da dívida contratual e mobiliária, conforme esclarece o item 9 da aludida Mensagem, cujo pagamento foi efetuado ao Banespa em Letras do Tesouro Nacional, emitidos em duas séries distintas;

6. Que o fundo a ser criado para abrigar os títulos garantidores não deveria prever em seu regulamento a imposição de quaisquer cláusulas de renúncia a direitos adquiridos, nem de riscos de solvência, nem a possibilidade de retirada de patrocínio pelo Banespa ou quaisquer de seus sucessores;

7. Que não existem fundamentos legais para a imposição de quaisquer cláusulas de renúncia a direitos, nem de riscos de qualquer espécie, e que as medidas adotadas e impostas de forma arbitrária foram tomadas à revelia dos interessados;

8. Que a Secretaria do Tesouro Nacional extrapolou nas suas funções e responsabilidades ao substituir os títulos inegociáveis por negociáveis;

9. Que o Bacen e o Banespa – quando sob o Regime de Administração Especial e Temporária (RAET) e/ou sob o controle da União – foram omissos no cumprimento das suas responsabilidades em relação à salvaguarda dos direitos atuariais dos 14.556 beneficiários;

10. Que algumas das deliberações do Conselho Monetário Nacional, no Voto 165/99, de 21/12/99, e do Senado Federal, na Resolução nº 118/97, foram desrespeitados por omissão do Banco Central, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria de Previdência Complementar e do Banespa;

11. Que o Santander, e/ou qualquer outro que poderia ter vencido o leilão de privatização, foi beneficiado indevidamente com a liberação dos títulos, o que acabou expondo os 14.556 beneficiários, grande parte dos quais com mais de 60, 70, 80 e até mais anos, à insegurança de seus futuros e de seus direitos.

Torna-se imprescindível, portanto, que o assunto seja definitivamente esclarecido, que as responsabili-

dades sejam apuradas e que a situação de todo esse contingente de aposentados e pensionistas seja regularizada em definitivo.

Sr. Presidente, encaminho ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, desde já – duas semanas ou treze dias antes –, o conteúdo deste estudo elaborado com cuidado pela Associação dos Aposentados do Banespa, inclusive com 11 perguntas colocados por eles, que gostariam de vê-las respondidas. Dada a complexidade dessas questões e para que o Presidente Henrique Meirelles tenha o tempo necessário para bem respondê-las, desde já as encaminho, o que facilitará em muito a arguição no dia treze.

O Presidente Henrique Meirelles tem adotado uma postura de muito respeito. Gostaria muito de agradecer o respeito que S. Ex^a tem tido para comigo.

E tenho a certeza de que, dessa forma, os próprios aposentados do Banespa estão cooperando no sentido de que S. Ex^a possa responder com toda a clareza as questões aqui levantadas.

Eu gostaria também de cumprimentar os Senadores do PFL e do PSDB pela decisão que há pouco tomaram e de saudar um fato muito importante, que é o de estarmos vivendo plenamente a democracia.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a se lembra, nós lutamos, inclusive fisicamente, volta e meia, para que não houvesse mais atos que não fossem o da plena vigência da democracia. Há pouco, foi aqui anunciado que o PSDB e o PFL chegaram a um entendimento definitivo a respeito de seus candidatos à Presidência e à vice-presidência da República: o ex-Governador Geraldo Alckmin e o Senador José Jorge. Saúdo o fato como um fato importante da democracia.

Eu sou do Partido dos Trabalhadores. É possível que se confirme a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, o que, acredito, vai acontecer. Não foi definida ainda a candidatura a vice-Presidente, é possível que seja confirmado o nome do vice-Presidente atual, José Alencar, que todos nós conhecemos e por quem temos grande respeito. Mas é possível que haja uma novidade.

Ainda hoje, o noticiário mostrou, até pela reunião que houve entre o Presidente do PMDB, Orestes Quécia, e o Presidente Lula, no Palácio do Planalto, Sua Excelência externando que gostaria muito de ter um candidato do PMDB como seu companheiro na vice-presidência. O PMDB ainda está por definir se terá ou não candidato próprio, sendo o nosso colega Senador Pedro Simon, tão querido por nós, a alternativa considerada.

Senador Arthur Virgílio, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, gostaria de fazer uma revelação. Ontem, participei de um jantar em que estavam presentes o

Senador Flávio Arns e outros Senadores da Bancada do PT, os Senadores Romero Jucá, Antônio Carlos Valadares e Sérgio Zambiasi. Eu disse a S. Ex^{as} que veria com muitos bons olhos se porventura nós tivéssemos como candidato a vice-Presidente, juntamente com o Presidente Lula, o Senador Pedro Simon. Percebi que houve uma reação bastante positiva.

Hoje, conversei com o Senador Pedro Simon e perguntei a S. Ex^a se não faria qualquer objeção que eu transmitisse isso ao Presidente do PMDB, Orestes Quécia. E eu o fiz. O ex-Governador Orestes Quécia mencionou que pensaria nessa proposição.

Também conversei com o Presidente Renan Calheiros e com o Senador, ex-Presidente da República, José Sarney, expressando que isso, talvez, seria visto com muitos bons olhos pela sociedade brasileira. E digo àqueles que são do PSDB e do PFL que quem sabe isso pudesse até fazer da festa da democracia, que vamos ter este ano, no dia 1º de outubro, algo muito interessante.

Por que fiz essa sugestão? Porque observo no Senador Pedro Simon uma pessoa que, tendo o respeito de todos os brasileiros e de todas as brasileiras, de todos aqui nesta Casa, sempre nos tratou – a nós do Partido dos Trabalhadores – como se fosse um amigo. Às vezes, faz críticas severas ao PT, ao Presidente Lula, mas sempre percebo que S. Ex^a o faz na perspectiva de quem recomenda algo de positivo a um amigo.

Também conversei brevemente a esse respeito, hoje, com o Ministro Tarso, que me disse que tem o maior apreço e amizade pelo Senador Pedro Simon. E se o Senador Pedro Simon viesse a dizer, por exemplo, que estaria aberto a essa possibilidade, com o sentido...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – ...de pensar, em termos programáticos, quem sabe isso pudesse ser algo positivo.

Saúdo a decisão do PSDB e do PFL. Nós do PT estamos também fazendo escolhas e nos preparando para o embate democrático.

Felizes somos nós, brasileiros, por estarmos vivendo um ano de democracia intensa e não anos como aqueles em que enfrentávamos tropas aqui no gramado, em frente ao Congresso Nacional.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, antes de V. Ex^a conceder o aparte, prorrogo a sessão por 30 minutos, para que, depois de V. Ex^a, alguns Senadores possam também se manifestar.

Na seqüência, o tempo terá que ser determinado para 5 minutos. Solicito a compreensão das pessoas que virão depois de V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei bastante breve. Quero apenas registrar que sou testemunha da bravura com que V. Ex^a enfrentou o regime autoritário e da generosidade com tantos de nós nos doamos, para que o regime autoritário fosse substituído por algo que hoje é o regime da plena alternância de poder. Mais tarde comentarei, na minha própria vez, até para não enfeiar o discurso tão bonito de V. Ex^a. Comentarei a reunião do Presidente com o Sr. Orestes Quércia no meio de um discurso que já estou programado para fazer. Por hora, quero dizer que uma grande conquista suprapartidária de todos os democratas é a alternância no poder. Nós podemos deixar com o povo a decisão sobre quem vai, por 4 anos, gerir os seus destinos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a as referências elogiosas que faz à nossa coligação, selada agora; uma coligação que é auto-explicável, que foi feita por entendimentos de pensamento comum em relação ao Brasil de hoje. Só lamento, Senador Suplicy, é que V. Ex^a, com essa sua capacidade de diálogo ou com essa sua disposição para enfrentar crises, para resolver problemas, não tenha sido o grande articulador político como Chefe da Casa Civil do Presidente Lula desde o primeiro momento. Já pensou se eles reconhecem o valor de V. Ex^a? Estariam livres do Waldomiro, estariam livres dessas crises todas, porque V. Ex^a é um homem transparente. Lamentavelmente o Governo optou por outro caminho. Tenho certeza de que, para V. Ex^a, é muito constrangedor não fazer uma aliança com Pedro Simon, mas com Orestes Quércia, tão combatido pelo Partido de V. Ex^a em São Paulo. Como será difícil e constrangedor se tiverem que subir ao palanque juntos! Com Simon, tenho certeza que não. Dizia o meu avô: não se cura bicheira de cobra. Cobra deu bicheira, deixa morrer, porque não serve para nada. Se se salva, vai morder de volta. O Quércia está olho na sua vaga de Senador. Ele quer acordo para tomar a sua vaga. Não cure bicheira de cobra, Senador Suplicy! V. Ex^a sabe que alguns colegas seus já estão defendendo essa tese. Esqueça isso. Cuide da sua reeleição. Não se contamine nessas negociações, que elas não são republicanas. V. Ex^a sabe melhor do que eu o que estou dizendo. Os oferecimentos que estão fazendo, à parte, à ala do PMDB, tenho certeza de que não seriam feitos por V. Ex^a se fosse o coordenador. Mas, de qualquer maneira, eu o parabeno pela boa-

fé, pela boa intenção e agradeço os bons votos que faz ao meu Partido e ao PSDB, que, com certeza, iniciam hoje uma caminhada que será vitoriosa no Brasil, em outubro próximo. Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Peço um aparte, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Senador Eduardo Suplicy, seu tempo já se encerrou. Prorrogarei por mais dois minutos. Temos que ser rigorosos nesse sentido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Vou responder aos Senadores Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes conjuntamente, para respeitar a orientação de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, minha participação também será rápida, assim como a participação do Senador Arthur Virgílio. Quero cumprimentá-lo pela elegância do seu pronunciamento. Seria muito bom que tivéssemos sempre debates nesse nível. Espero que as eleições, este ano, se realizem dentro da racionalidade, da busca de quem tem melhores propostas e não em um processo que não interessa a ninguém, em um processo de selvageria. Na verdade, o PT e o PSDB têm, até, muitos pontos em comum em nossa origem de enfrentamento do regime militar. Já tivemos parcerias em outros momentos. Eu mesmo, quando fui eleito Governador de Minas Gerais, em 94, tive apoio formal do PT no segundo turno, inclusive do próprio Presidente Lula, que externou seu apoio. Considero muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a na linha de que o tom que interessa ao Brasil é o de uma disputa democrática racional, de idéias e de projetos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a ambos os Senadores.

Os Senadores Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo sabem que o meu propósito será o de contribuir para que nós caminhemos no sentido republicano, tal como falava hoje o Senador Jefferson Péres em sua entrevista à CBN. Tenho certeza de que o Senador Pedro Simon daria uma enorme contribuição nesta eleição.

Quero dizer, Senador Heráclito Fortes, que a convenção do Partido dos Trabalhadores, para definir seu candidato ao Senado, dar-se-á sábado, às 10 hs, no Anhembi, em São Paulo. O Presidente estadual do PT, Paulo Frateschi, informou-me que em princípio eu sou o candidato. Eu estou indo para lá como candidato, mas...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eles são doidos de não lhe dar legenda? V. Ex^a é o “puxador de voto”. O PT de São Paulo é doido, mas tem juízo. V. Ex^a é o candidato!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O que eu percebo, Senador Suplicy, é que eles não gostam de V. Ex^a, mas têm que aturá-lo. Parece mais isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não. A base do Partido dos Trabalhadores, os filiados do PT, tem dito aos dirigentes do Partido que eu preciso ser. E meus colegas aqui, no Senado, inclusive de outros partidos...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eles vão ter que aturá-lo, Senador. Fique tranqüilo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eles têm dito que eu serei o candidato. Então, procurarei merecer a confiança de meus colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Quero também enaltecer a fala do Senador Suplicy, que encaminha uma forma positiva para o processo eleitoral, enaltecendo o trabalho que vem sendo realizado no PSDB e no PFL e, principalmente, afirmando que todo brasileiro deseja que o processo eleitoral sirva para melhorar a qualidade de vida da nossa sociedade, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista humano. Desejamos também que tudo dê certo na indicação de V. Ex^a, um extraordinário Senador, que enobrece, sem dúvida alguma, o Senado da República.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Presidente Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Estamos na prorrogação do Expediente.

Por isso, peço a compreensão dos Senadores que vão ocupar a tribuna daqui para frente que se atenham aos cinco minutos, mais dois minutos de prorrogação. Solicito ainda que não haja apartes nas falas subsequêntes, para cumprirmos realmente o horário e darmos, assim, oportunidade a mais pessoas de se manifestarem.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que havia requerido anteriormente, como Líder do PSB, e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já se encontra na Casa, aguardando um acordo por meio da Medida Provisória Nº 285, Projeto de Conversão nº 16, a repactuação da dívida dos agricultores, quinto item da pauta. Assim que sejam encerradas as negociações, esperamos que não só essa matéria, mas tantas outras, como o Fundeb, venham ser objeto de apreciação pelo Senado Federal, porque a sociedade está exigindo

de celeridade na aprovação de todos os projetos em tramitação nesta Casa.

Sr. Presidente, em breves palavras, eu queria apenas comunicar que o Deputado Eunício Oliveira, Relator da medida provisória, aceitou, de forma integral ou parcial, três emendas de um total de seis apresentadas por mim.

A primeira emenda, a Emenda nº 16, trata do saldo devedor que seria obtido a partir da data da contratação. Se o Relator tivesse aceitado integralmente essa emenda, estaríamos renegociando a dívida do produtor rural não a partir da repactuação, mas a partir da assinatura do contrato, abstraindo alguns penduricalhos, alguns equívocos, algumas gorduras que ao longo do tempo foram acrescentadas ao montante da dívida, elevando, portanto, o saldo devedor dos produtores rurais. No entanto, o Relator aceitou uma sugestão nossa que diz respeito à exclusão dos encargos de inadimplência, da multa de mora, das custas e dos honorários advocatícios. Já foi um alívio, sem dúvida alguma, a aceitação pelo Relator, na medida provisória, da Emenda nº 16, que eu apresentei.

Também apresentei outra emenda, a Emenda nº 17, que diz respeito ao limite máximo para renegociação, a partir da origem do contrato. O Governo propôs R\$50 mil como limite máximo para refinanciamento da dívida.

A Câmara dos Deputados aprovou o valor de R\$200 mil, que a meu ver, que poder gerar um gasto excessivo e que pode redundar novamente em veto presidencial. Então, o que propus? Propus um meio-termo: nem R\$50 mil, nem R\$200 mil, como consta da proposta da Câmara, mas um limite razoável de R\$100 mil, na origem do contrato.

Senador César Borges, que é um dos grandes lutadores por projetos desta natureza no Senado, sabe que, com R\$100 mil, vamos resolver mais de 80% dos problemas da nossa região nordestina. Com R\$50 mil não será possível fazê-lo. Houve gente que tomou R\$51 mil e está fora; houve quem tomasse R\$60 mil e está fora. Então o Governo deve se debruçar sobre essa medida provisória e aproveitar – quem sabe – uma última oportunidade na atual gestão governamental para uma renegociação justa, equilibrada que venha a resolver em definitivo os problemas pendentes criados não pelo atual Governo, nem tanto pelo anterior, mas pelos planos econômicos construídos no nosso País e que redundaram nessa dívida astronômica dos produtores rurais.

Na securitização feita em 1995, os bancos se livraram, sem dúvida alguma, dessa dívida, e o Governo não aceitou que o Tesouro assumisse esse endividamento, o que terminou fazendo com que milhares

e milhares de produtores rurais fossem para o Cadin, respondessem processo, perdendo terra, processados pela Justiça, porque a Procuradoria-Geral da Fazenda Pública tem o dever de fazer a cobrança da dívida consolidada no Orçamento da União.

De sorte, Sr. Presidente, que essa é uma primeira conversa, o intróito de um debate que certamente será travado no Senado Federal.

O Relator, Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso, que é também grande defensor do Rio Grande do Norte, defensor de uma renegociação permanente, definitiva, irá se entender com os Senadores, não só da sua base, mas também com a Oposição. E vamos encontrar um denominador comum.

Final, como eu disse, no Governo do Presidente Lula muita coisa foi feita em favor do Pronaf, da agricultura familiar. Estão sendo disponibilizados R\$10 bilhões agora, mais R\$600 milhões para comercialização. Enfim, muita coisa foi feita pelo atual Governo, mas para resolver o endividamento, como se resolveu no passado a situação dos bancos, não tivemos ainda uma solução satisfatória.

É o momento de nos reunirmos aqui no Senado e dizer ao Presidente da República qual é a solução porque o veto vai, sem dúvida alguma, repercutir negativamente na atividade econômica do campo. Muitos produtores rurais estarão fora da renegociação.

A atividade econômica da agricultura sofrerá descontinuidade e, portanto, muitos abandonarão a agricultura. Não é isso que queremos, queremos que o homem fique no campo, fique trabalhando no campo e não venha para a cidade. Nós sabemos o que resulta de o pequeno produtor ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Vou conceder mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...sair do Nordeste, ir para as grandes cidades como São Paulo, enfrentar a violência e o desemprego. É melhor que fique no campo.

Essa medida provisória aperfeiçoada pode gerar dividendos econômicos para o País, fazer a fixação do homem no campo e melhorar a vida do cidadão brasileiro, principalmente do cidadão nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço a V. Ex^a por abordar tão fundamental para o Brasil e quero também enaltecer o trabalho de V. Ex^a na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais deste Senado Federal.

Passo em seguida a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

V. Ex^a também dispõe de cinco minutos, Sr. Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega a ser inacreditável, mas não é; parece brincadeira de criança, mas não é; parece brincadeira publicitária e é.

Mais do que inacreditável, chega a ser ridículo. Mas a verdade é que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, talvez cansado da frase *pedra fundamental* que adotou para inaugurar um monte delas pelo País, sem obra, só a pedra, inventou outra expressão para inaugurar obra que ainda não é obra. Ele pode até paten-tear porque a marca vai ser dele para sempre porque ninguém quer isso.

Contei qual foi o santo, conto agora o milagre. O Presidente da República Federativa do Brasil vai amanhã ao meu Estado para “inaugurar” a primeira solda do gasoduto Coari-Manaus.

Presidente, tem dó! Não seja tão ridículo! Não lhe fica bem! Que história é essa de primeira solda?

Este Plenário pode se estarrecer, mas o Presidente do Brasil vai pegar o Aerolula para ir ao Amazonas, às custas do dinheiro do povo, dar uma *soldadazinha* no futuro gasoduto, o que chegou a ser anunciado como inauguração. Por enquanto, é muito mais futuro gasoduto do que gasoduto. E agora, Lula vai lá. Só se for a inauguração da solda. Daqui a pouco ele, ou alguém – e aí eu vou repetir a Senadora Heloísa Helena – da chamada “base bajulatória” inventa o *Dia da Solda*. Mais um feriado nacional.

Se eu não tivesse colocado, Sr. Presidente, no Orçamento da União, parando o Orçamento, V. Ex^a é testemunha disso, R\$110 milhões para a Petrobras, este Governo não teria dinheiro nem para esse gesto publicitário ridículo de fazer a tal primeira solda. É o que dá o excesso de propaganda, é o que dá o desrespeito pelo povo, é o que dá o desrespeito por si próprio.

Sr. Presidente, faço um alerta ao Governo para que abra os olhos e o diálogo com os auditores fiscais da Receita Federal, há uma semana em greve reivindicatória. Anexo aqui o manifesto deles mais uma vez. Não estou entrando no mérito. Eu sempre peço o diálogo. Quando eu era Líder do Governo, eu dialogava o tempo inteiro, entendo que diálogo é bom até quando não se chega a um acordo. Mas o fato concreto é que a economia do meu Estado está perdendo, a esta altura, quase US\$800 milhões. E isso precisa realmente ter um cobro, uma solução, Sr. Presidente.

Terceiro tópico: colocar-se contrariamente à criação de parques naturais na Amazônia parece, à primeira vista, opor-se à defesa da grande floresta, orgulho da nossa mais estratégica região, sobretudo porque dela

depende o futuro do País. Eu me refiro, por exemplo, a esse pretensão projeto do megalômano gasoduto Caracas-Buenos Aires, que é por demais amalucado para ser levado a sério. Eu não discuto aberrações desse tipo. A jornalista Miriam Leitão já chamou isso de "pinelduto".

Há, no entanto, assuntos ou projetos que, antes de mais nada, é preciso sobre ele debater, dialogar e avaliar. E é o que ocorre agora com o anúncio da pretendida criação do Parque Nacional dos Campos Naturais Amazônicos.

O assunto está em fase final de projetos e estudos. Já se realizaram reuniões de audiência pública, encabeçadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Na Assembléia Legislativa do meu Estado, como não poderia ser diferente, já está convocada uma audiência pública da Comissão Especial, que vai ouvir técnicos e dirigentes do Ibama. O relator da Comissão é o Deputado Lino Chixaro, que vem conduzindo o assunto com o cuidado recomendado. Portanto, peço a íntegra deste pronunciamento nos Anais.

E, finalmente, Sr. Presidente, anuncio que, de 30 de agosto a 02 de setembro de 2006, vai se realizar em Manaus a III Feira Internacional da Amazônia. A primeira foi no Governo do Presidente Fernando Henrique, o Ministro do Desenvolvimento era Sérgio Amaral. É uma verdadeira vitrina, mesmo, de tecnologia e de oportunidade de negócios no meu Estado. Lá dá para se perceber a exuberância do Pólo, a força daquele Pólo. Acredito eu que se realizou uma, pelo que eu sinto – se é bienal –, em 2004 e, agora, outra em 2006, para ser a terceira. Eu gostaria muito de que o Brasil prestigiasse – até para conhecer melhor o que se faz de agregação tecnológica no Pólo de Manaus – essa Feira tão importante e que desperta tanto interesse internacional.

Sr. Presidente, indico a V. Ex^a os documentos que gostaria de ver inseridos nos Anais da Casa.

Encerro, dizendo, Senador César Borges: meu velho pai dizia algo que eu procuro cumprir à risca: "Meu filho, as pessoas têm medo, sim. O homem que não tem medo nenhum é louco, mas o covarde é aquele que não vence o medo. Meu filho, procure vencer o medo, enfrentar o medo e não ter medo, ao fim e ao cabo, de homem nem de mulher. Mas, tem algo que é inescapável: fuja do ridículo Tenha medo do ridículo!" E eu tenho medo do ridículo.

Então, eu espero que Deus me dê o máximo de vida – acabei de ter um netinho, estou super feliz – e espero nunca ter de me rebaixar a inaugurar uma solda. Se Deus quiser, eu vou viver 123 anos e não vou inaugurar uma solda. Ainda que eu possa governar o meu Estado, o meu País, que eu possa ser ministro

de alguma coisa, eu não inaugurarei uma solda. A obra, com decência – então, aqui está a obra, a escola – mas a solda, não. A solda é uma brincadeira, é um desrespeito. E já começam gastando mal os R\$110 milhões que eu coloquei no Orçamento, porque não queriam colocar nenhum tostão para o gasoduto Coari-Manaus.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, até porque as soldas hoje em dia estão sendo dadas pelos robôs. Não tem mais trabalho humano soldando, não. É o robô.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas aí fica bem. O Presidente Lula no papel de robô fica bem.

Muito obrigado, Senador Motta.

Senador Flávio Arns, agradeço a V. Ex^a. Na verdade – e V. Ex^a é um homem de tanta fé –, nas nossas orações, peçamos que todos nós aqui saibamos nos proteger desse ridículo. Que ninguém, aqui nesta Casa, pratique certos gestos; que ninguém, nesta Casa, inaugure solda. O Presidente Lula, Senadora Heloísa Helena, está indo a minha terra para inaugurar a primeira solda do gasoduto Coari-Manaus. Então, ele vai botar – já estou vendo a figura – capacete, aqueles óculos... Aquilo é para a imagem de trabalho, enfim. Aí dá aquela soldada, os *flashes* vão espocar, e vai passar para as pessoas, nos *outdoors*, a propaganda mentirosa com o dinheiro que fica fazendo falta às escolas e aos hospitais – a saúde no meu Estado está falida –, vai dar a impressão de que está em andamento avassalador uma obra que nem começou e que não vai começar, só por causa da solda leviana de um Presidente que não respeita a opinião pública do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) . Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, chega a ser inacreditável. Não é. Parece brincadeira de criança. Não é. Parece brincadeira publicitária. É.

Mais do que inacreditável, chega a ser ridículo, mas a verdade é que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, talvez cansado da frase *pedra fundamental*, inventou uma outra expressão para *inaugurar obra que ainda não é obra*. Ele pode até patentear, que vai ser dele para sempre, porque ninguém quer isso.

Contei qual foi o santo, conto agora o milagre:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, vai amanhã ao

meu Estado para “inaugurar” a *primeira solda* do Gasoduto Coari-Manaus.

Presidente, tem dó! Não seja tão ridículo! Que história é essa de *primeira solda*?

Sim. Pode este Plenário estarrecer, mas o Presidente do Brasil vai pegar o *Aerolula* para ir ao Amazonas dar uma soldadazinha no gasoduto, que chegou a ser anunciado como inauguração. Só se for a inauguração da solda.

Daqui a pouco, ele inventa o *Dia da Solda!*

Se eu não tivesse colocado no Orçamento da União R\$ 110 milhões, esse Governo que aí está não teria dinheiro nem para esse gesto publicitário ridículo apelidado de *primeira solda*.

É o que dá o excesso de propaganda. Ao invés de entregar o gasoduto, que Lula prometeu e prometeu, o Governo chega ao fim, melancólico como estamos vendo, e passa a brincar de *primeira solda*. Não pode ser sério isso!

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito a mais um alerta que faço ao Governo, para que abra os olhos e o diálogo com os auditores fiscais da Receita Federal, há uma semana em greve reivindicatória.

O assunto é grave, por isso falei em alerta e já não em apelo. Apelo ou alerta, tanto faz. O assunto é urgente e o Governo Federal deve e precisa voltar a conversar com os servidores, que fazem reivindicações, cujo mérito não cabe analisar aqui.

Sempre, inclusive no Governo passado, como Ministro ou Líder do Governo, minha posição jamais deixou de ser pelo diálogo com categorias de servidores em greve.

No caso dos auditores da Receita, o Pólo Industrial de Manaus já amarga prejuízos calculados em US\$ 370 milhões. Os industriais enfrentam dificuldades para receber componentes que importam e que se acham retidos nos portos. Não conseguem igualmente exportar. Os volumes ficam retidos nos aeroportos.

A maior parte das perdas ocorre no setor de eletrônicos, segundo informa o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares.

Só no Aeroporto de Manaus encontram-se retidos 25 contêineres desde a semana passada.

A situação pode se agravar, segundo estima o Presidente do Sinaees, Wilson Périco. A partir de amanhã, disse, os fabricantes serão obrigados a paralisar algumas linhas por falta de componentes importados.

O Governo não pode ficar na posição cômoda de apenas assistir ao desenrolar da greve. Afinal, o Pólo Industrial de Manaus faturou no ano passado US\$ 19 bilhões e importou bens no total de US\$ 3,5 bilhões (componentes). Para este ano, a meta seria de um

crescimento de 15%, mas corre o risco de malograr, por causa da greve.

Faço o alerta principalmente porque, até agora a Receita Federal não se manifestou sobre a greve. Na semana passada, os auditores entregaram documento ao Ministro Guido Mantega, com quem querem conversar.

Converse, Ministro, converse.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ainda dizer que se colocar contrariamente à criação de parques naturais na Amazônia parece, à primeira vista, opor-se à defesa da Grande Floresta, orgulho da nossa mais estratégica região. Sobretudo porque dela depende o futuro do País.

É verdade. De imediato, seria uma posição oposta à preservação, meta não sem razão cantada e decantada por todos em todo o Brasil.

Defendo e sou intransigente na defesa da Amazônia, sem jamais deixar de analisar as diferentes posições que surgem toda vez que se fala em projetos para a Região.

Por exemplo, o pretenso projeto do megalômano gasoduto Caracas-Buenos Aires é por demais amalucado para ser levado a sério.

Não aceito aberrações desse tipo, sobretudo quando se sabe que esse já apelidado *pinelduto* vai rasgar as veias e as florestas da Amazônia. E não é isso que queremos.

Há, no entanto, assuntos ou projetos em que, antes de mais nada, é preciso debater, dialogar e avaliar. É o que ocorre agora, com o anúncio da pretendida criação do Parque Nacional dos Campos Naturais Amazônicos.

O assunto está em fase final de projetos e estudos. Já se realizaram reuniões de audiência pública, encabeçadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, como nem poderia ser diferentes, já está convocada uma audiência pública da Comissão Especial, que vai ouvir técnicos e dirigentes do IBAMA. O relator da Comissão é o Deputado Lino Chixaro, que vem conduzindo o assunto com o cuidado recomendável.

O Deputado Chixaro coloca-se vigilante na condução desses estudos e, desde logo, fez ver a necessidade de exame aprofundado, recomendando que sejam ouvidas as pessoas que vivem na área desenvolvendo atividades agrícolas.

Ele e outras pessoas, incluindo Deputados Estaduais do Amazonas, sustentam que a criação do Parque talvez não seja a melhor solução. Apontam alguns que, ao contrário, ali poderia ser estabelecida uma área de desenvolvimento agrícola sustentável. Se essa vier

a ser a definição, bastaria – dizem – o cumprimento rigoroso da proteção ambiental.

A reclamação, no momento, é quanto à forma unilateral com que o Governo conduz os debates, isto é, com a marginalização das pessoas já instaladas no local.

Não sei qual a melhor solução. Mas defendo a extensão do diálogo em torno do assunto. É o que defendo, com aplausos ao Deputado Lino Chixaro, pela iniciativa, que me parece democrática, de propugnar pela transparência, que passa pela via do diálogo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Parlamentar,

A categoria dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (AFRF) iniciou sua Campanha Salarial em novembro de 2005, apresentado ao Governo um detalhado estudo sobre a sua desvalorização, consubstanciado no “Caderno de Subsídios para a Campanha Salarial 2006”.

Embora amplamente demonstrados o desnível em relação a outras categorias e a importância técnica dos trabalhos desenvolvidos pelo auditor, o Governo se mostrou insensível ao justo pleito, não tratando do assunto com a importância devida.

A omissão e o descaso da administração pública levaram os auditores-fiscais após aproximadamente seis meses sem respostas do Governo, a deflagrar como último recurso uma greve por tempo indeterminado, iniciado em 2 de maio de 2006.

A categoria dos AFRF espera encontrar no Parlamento – Casa do Povo ressonância às suas justas reivindicações, acelerando a solução ao movimento paredista, tão desgastante para todos.

Unafisco Sindical

Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Que sejamos todos pessoas de fé, como V. Ex^a sugeriu, e de obras também.

Quanto à solicitação de V. Ex^a, de inserção dos documentos, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, que disporá de cinco minutos. Peço a compreensão

de V. Ex^a para a observância do prazo, prorrogável por mais dois minutos.

Com a palavra ao Senador Magno Malta, pela inscrição na lista de oradores.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana retrasada, fiz um requerimento, nos termos dos arts. 223 e 222 do Regimento Interno do Senado, ouvida a Comissão de Relações Exteriores, para que seja consignado um voto de repúdio pelas afirmações e insinuações covardes e inconseqüentes do Presidente da Bolívia, Sr. Evo Morales, sobre as atividades da Petrobras na Bolívia e sobre a inclusão no mapa da faixa onde hoje se situa o Acre.

Naquele episódio do Acre, Evo diz que o Acre foi comprado por um cavalo. Agora, quem negociou vender a parte da Bolívia por um cavalo, este negociador só podia ser um burro!

Por isso, Sr. Presidente, protocolo à Mesa o meu voto de repúdio às declarações desastrosas do Sr. Evo Morales, que agora já faz outro tipo de acusação.

Requeiro ainda, nos termos regimentais, seja declarado **persona non grata** ao Brasil o Sr. Evo Morales, ressaltando que a nacionalização do gás ele prometeu em campanha e cumpriu, porque o que é combinado não é caro. Não mentiu. Mas, contrato é combinado e o que é combinado não é caro. Contrato não se quebra.

O Brasil fez muito bem à Bolívia nos seus momentos de dificuldade, até porque nós temos uma bacia de gás no Estado do Espírito Santo que resolve muito bem o nosso problema, com a mesma capacidade da Bolívia. O dinheiro que se pensava investir na Bolívia é preciso que se invista numa infra-estrutura no Espírito Santo.

Graças a Deus, temos um subsolo riquíssimo. Aí o Sr. Evo Morales vai perceber que dependência – segundo técnicos da Petrobras, em quatro anos começa a diminuir, Senador Motta – é essa quando começar a perder empregos, afugentar empresas estrangeiras que lá estão, por conta desse isolamento que está trazendo para si, em função das declarações desastrosas e da sua disposição por quebrar contrato.

Sr. Presidente, hoje foi um dia importante, porque na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votamos a Lei do Narcotráfico, a Nova Lei de Drogas do País.

Aproveito aqui para agradecer ao Ministério Público Federal e Estadual do País inteiro, à Inteligência de Polícia Federal, do Judiciário. Foram quarenta técnicos, quarenta homens e mulheres, atendendo o nosso apelo. Quando fui designado Relator pelo então

Deputado Federal Moroni Torgan, na Comissão Mista de Segurança Pública, no advento doloroso da morte de Celso Daniel, ainda era Deputado Federal e pude gestar, juntamente com as melhores cabeças do Ministério Público Brasileiro, que defende os interesses da população – e qualquer tipo de lei não se pode fazer, sem ouvi-los. E hoje nós votamos, porque estamos nos aproximando do Dia Mundial de Combate às Drogas e necessário se faz que presenteemos bem o Brasil.

O projeto foi para a Câmara, Sr. Presidente, e lá virou um monstrengo, foi completamente deformado. As pessoas que mexeram nesse projeto nunca tiveram a sensibilidade – imaginem! –, de tirar um drogado de uma cadeia ou da rua e colocar dentro de casa. Nunca tiveram a sensibilidade de conviver ou de querer conviver com uma mãe que chora lágrimas quentes na madrugada, com um filho drogado preso ou com um filho que já morreu, que foi levado rapidamente por conta dessa mazela, desse câncer que carcome a sociedade brasileira e destrói a honra da família, que são as drogas.

Nós precisamos respeitar todo tipo de argumento, até o argumento daqueles que querem legalizar as drogas, dos que acham que o “pobrezinho” do usuário não pode ser punido. Não existe “pobrezinho” de usuário.

Um pai, um dia, me disse: – O meu filho não é viciado; meu filho cheira um “papelotezinho” na sexta-feira e fuma um “baseadozinho” no sábado; só isso; mas trabalha e estuda.

Eu disse àquele pai que, se ele soubesse quanta desgraça acontece na fronteira – corrupção, caminhão roubado, motorista morto, crianças órfãs, polícia corrompida – para esse “papelotezinho” chegar na mão do filho, no sábado, ele não mealaria aquilo; para esse “baseadozinho” chegar a mão daquele “inocente”, ele não mealaria aquilo.

Existe traficante porque existe consumidor. Existe traficante porque existe usuário. Eles dizem: – Não. Aumenta a pena do traficante.

Traficante está lá se importando para pena máxima? Traficante está lá se importando para muita pena ou pouca pena? De jeito nenhum. Ele está naquela atividade que sabe que é de risco. É matar ou morrer. Não importa se ficará preso cem ou cinqüenta anos. O que ele quer é ganhar dinheiro e muito dinheiro. Não importa como.

Sr. Presidente, pena dura para traficante? O traficante só existe porque existe o usuário.

Eu vou perguntar para um especialista em Presídios. Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a é especialista em Presídios. Nós estamos precisando de muito Presídios bom no Brasil. O senhor tem uma grife que é uma das

marcas mais conceituadas no País, que é do nosso Estado e da qual temos orgulho. É a marca Presídios.

Se uma propaganda for feita no sentido de que os muitos consumidores dessa marca – marca da qual temos orgulho no Espírito Santo – parassem de usá-la, a sua fábrica continua ou quebra?

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Malta,...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Marcos Guerra, eu lhe peço uma gentileza. Houve um acordo entre os Senadores para não haver apartes. Se o senhor conceder, quebraremos a regra e há outros oradores inscritos para usar da palavra.

Peço essa gentileza de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, para toda regra há exceção. Acho que o Presidente mais benevolente que há sou eu, quando assumo a Presidência, e o Senador Mão Santa.

Esperei a tarde inteira para falar do que propus na CCJ e gostaria que V. Ex^a fosse benevolente comigo, porque esse é um assunto palpitante para mim.

Sei que S. Ex^a iria dizer que a empresa quebra, porque o consumidor tem que ser tratado bem. Quem consome a roupa tem que ser bem tratado. Aí a empresa se fortalece, cresce, gera empregos.

Ué! Então, passe a mão na cabeça do consumidor de drogas e o consumo de drogas vai aumentar! Faça-se uma campanha para parar de usar jeans no Brasil – pára com o jeans – e as empresas quebram, as fábricas quebram. Mas comecemos a trabalhar e dizer que é maravilhoso usar jeans e a empresa cresce, fortalece e gera empregos.

Agora, passar a mão na cabeça do consumidor?! Ele vai comprar com quem? Com o traficante. Ele vai buscar isso onde? Na “boca”.

Então, são argumentos desconexos, não batem.

Legalizar as drogas no Brasil?! Estaremos prontos para legalizar as drogas no Brasil, Senador Flávio Arns, quando estivermos conscientes de que vamos entrar num avião em que o piloto cheira à cocaína e não há problema nenhum para nós. Nesse dia estaremos prontos! Quando entrarmos no metrô sabendo que a pessoa que dirige o metrô cheira cocaína o dia inteiro e não há problema para nós, porque está legalizado. Estaremos prontos no dia em que tomarmos conhecimento de que o sujeito que dirige o ônibus escolar que leva o seu neto, que leva a minha filha para a escola, cheira cocaína e não há problema para nós.

Nesse dia estaremos prontos para legalizar a droga no Brasil, até porque fazemos fronteira com nossos vizinhos, todos que, infelizmente, plantam e beneficiam drogas. Usam o Brasil como entreposto – as fronteiras

são abertas – trazem droga para o consumo interno, fazem contrabando de arma. Com droga legalizada, nós faríamos daqui um paraíso turístico de toda contravenção do mundo para dentro do Brasil. Seríamos os maiores no turismo de drogas do Brasil e depois seríamos os maiores contraventores porque aqui tudo seria legalizado. Industrializado, tudo sairia daqui legal para entrar ilegal nos países onde é proibido.

Que desgraça iríamos ofertar para o mundo!

Sr. Presidente, fizemos somente uma emenda e quero encerrar com ela. O “pobrezinho” do usuário – e estou falando isso como quem conhece o outro lado do balcão: 25 anos recuperando drogado, tirando gente da rua, tirando gente de cadeia e colocando dentro de casa, fazendo filho meu. Não estou “viajando na maionese”. Aliás, quero mandar um abraço a meus filhos do Projeto Reviver. São mais de 100 pessoas – jovens, crianças, adolescentes, gente de terceira idade – com as quais tenho tido o privilégio de cruzar os caminhos, devolvendo-os os bem para suas famílias e para a sociedade.

O sujeito é pego com droga: admoestação verbal do juiz. Se a admoestação verbal não vale nada, advertência sobre os efeitos da droga. E aí vai para a prestação de serviços à comunidade. Se o cara não comparece, não vai lá assinar o relatório, o juiz manda para medida educativa e comparecimento a programa e curso educativo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Sr. Magno Malta, eu estou...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu encerro, agradecendo a benevolência de V. Ex^a.

Se o cara não comparece, o juiz está desmoralizado. Acabou! É só isso. Assim todo mundo vai cheirar, vai fumar, porque é como se estivesse legalizado. E a nossa emenda diz que, em última instância, o juiz pune com prisão de seis meses a dois anos, mas não em cadeia penitenciária comum, mas em cela onde se recolhe o indivíduo que não paga pensão alimentícia, só para o indivíduo saber que cadeia não é um bom lugar. E, quando o juiz chamar para dar a advertência verbal e falar sobre os efeitos da droga, o juiz dirá: estou lhe aplicando isso aqui. Se isso aqui melhorar sua vida, tudo bem; senão, você vai para prestação de serviço, medida educativa; senão, eu vou lhe prender.

Não vai desmoralizar o Magistrado. E hoje resgatamos isso. O Senador Tuma, como Relator, acatou. E eu tenho orgulho de ter concebido esta lei, juntamente com os Procuradores do Brasil, com a Polícia Federal, que resgatou essa medida...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – ...e suprimimos, numa emenda supressiva do Senador Demóstenes, um inciso que incorre nas mesmas penas quem, para seu consumo pessoal, semeia e cultiva.

Ninguém semeia para uso pessoal. Quer dizer, não tem pena para quem cultiva na sua horta. Não é uma horta! Quem cultiva droga vai vender. Diríamos que, se as drogas fossem legalizadas, ele seria um pequeno empresário, um microempresário, que entraria até no Simples, porque planta no quintal de casa. Essas piadas... Nós não temos vocação para isso. E esse monstrengo veio da Câmara.

Portanto, suprimimos, e o Senador Tuma acatou. Só não tivemos a possibilidade de acatar – e vejo isso com muita tristeza – um artigo que coloquei dizendo que, só quando o Poder Público tiver possibilidade de criar uma casa de ressocialização em cada cidade do Brasil a partir de 100 mil habitantes, cumpra-se uma resolução da Anvisa.

E a resolução da Anvisa é nefasta. Foi criada por técnicos da Anvisa que nunca encostaram a mão em um drogado, em uma criança de rua. Não sabem o que é ter alguém marginalizado dentro de casa. Um sujeito que tem uma casa pequenina, com uma geladeira, não pode abrigar dois drogados. Está proibido. Está proibido por quê? Tirar um drogado da rua é tirar do cidadão a possibilidade de um estupro, de um seqüestro, de um assalto, de um roubo, de um furto de casa, de carro. Por que não pode?

Uma irmã de caridade, uma freira, sacrifica a sua casa e abriga cinco meninas drogadas dentro de casa. Não pode abrigá-las em um beliche. Tem que ser um beliche em cada quarto. Quem são esses técnicos? Quantos já tiraram da rua? Quantos já recuperaram? Ninguém. Não há que se respeitar uma norma desnecessária dessas!

Todo cidadão que tiver um sentimento sacerdotal no coração, o desejo de ajudar a vida humana, de investir sua vida na vida do outro, esse tem que ser incentivado pelo poder público. Já encerrarei, Sr. Presidente. Tem que ser incentivado, Senador Garibaldi. A Senat tem que criar mecanismos para ajudá-los a manter as casas. Que outros se levantem! Essa missão é sacerdotal. Muito mais do que a vontade de dar comida, trata-se de investimento de vida, tratamento de caráter e tratamento espiritual.

Sr. Presidente, lamento. Entendi que teria vinte minutos. Esperei todo o tempo na sessão. É muito ruim quando a gente fica até o final e tem que falar durante cinco minutos apenas. Agradeço a benevolência de V. Ex^a. Voltarei a falar sobre o assunto.

Hoje é um dia muito feliz para mim. Hoje é o Dia Mundial contra o Tabaco. Lamento que não tenhamos

tempo para falar sobre a questão. Somos um País de hipócritas: bêbados, fumantes que se matam, que se drogam, por conta da legalidade e cobram da polícia providências em relação aos meninos que fumam maconha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço a V. Ex^a. Desculpe-me, inclusive, pelo curto tempo. V. Ex^a tem conteúdo, competência e história para falar sobre o tema, que, eu diria, é um dos mais fundamentais para o Brasil. Sem dúvida, V. Ex^a deve retornar à tribuna e aprofundá-lo ainda mais, sensibilizando e conscientizando os órgãos públicos e a sociedade sobre o desafio do combate às drogas.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou encaminhando à Mesa um pronunciamento alusivo a um convite que recebi, como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Exército Brasileiro para conhecer o trabalho realizado nos postos de fronteira da Amazônia brasileira. A impressão para todos nós – compareceram dez Deputados e eu como Senador – foi realmente muito positiva porque nos mostrou a importância do trabalho do Exército na proteção das nossas fronteiras, seja no sentido defensivo, seja no aspecto de enfrentar o tráfico de drogas, armas e animais.

O pronunciamento que estou encaminhando à Mesa é para cumprimentar o Exército Brasileiro pela excelência do trabalho realizado. É importante que o Senado e o Congresso dêem condições para que esse trabalho continue. Na verdade, os postos de fronteira atendem hoje 250 km. E é muito importante que tenhamos outros no projeto Calha Norte, para que o Exército continue fazendo não somente esse trabalho, mas também o trabalho que cobre ações normais de Governo, como as questões de saúde, em que os hospitais do Exército atendem a sociedade em mais de 90%.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR EDUARDO AZEREDO.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tive a oportunidade de conhecer, entre os dias 25 e 28 de maio, o trabalho desenvolvido pelo Exército Brasileiro nas fronteiras da Amazônia. Como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), representei o Senado na Comissão, integrada

também por dez Deputados Federais de vários Estados, que viajou para a região, a fim de visitar as seguintes unidades: Comando de Fronteira do Rio Negro/5º Batalhão de Engenharia da Selva (BIS), em São Gabriel da Cachoeira; 5º Pelotão Especial de Fronteira (PEF), em Maturacá; o Comando de Fronteira do Solimões/8º BIS, em Tabatinga; e o 3º Pelotão Especial de Fronteira, em Vila Bitencourt.

Todos ficamos impressionados com o trabalho dos pelotões, especialmente, no que diz respeito à proteção das fronteiras contra o tráfico de armas, animais e drogas. Também é admirável a integração com as comunidades locais, inclusive com o recrutamento de índios para o serviço militar. Com unidades hospitalares muito bem equipadas, o Exército cumpre o papel do poder público de prestar assistência às populações. Aliás, nas regiões mais isoladas, o Exército acaba sendo a única presença do Estado.

Outro fator que nos chamou atenção foi a tecnologia avançada utilizada pelos batalhões. O Exército recebe suporte do Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam, mas também dispõe de internet e de sistema de TV por satélite em todos os postos, mesmo naqueles que estão em regiões mais remotas.

Cumpre-nos, como legisladores, zelar pelas Forças Armadas e pelos serviços de excelência que elas prestam. O Exército Brasileiro, por tudo que representa, necessita de mais recursos orçamentários, nesse caso especial, para ampliar sua presença nas fronteiras, por meio do Projeto Calha Norte. Estou certo de que a política de vigilância empreendida nas regiões limítrofes foi acertada até aqui. Apesar da relativa escassez de recursos, a presença brasileira nas fronteiras é bem maior que a de nossos vizinhos. Mas é preciso garantir a continuidade desse trabalho, oferecendo ao Exército Brasileiro recursos e condições necessárias para o efetivo desempenho de suas funções.

Sr. Presidente, requeiro que este meu pronunciamento conste dos Anais do Senado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento e o encaminhamento, na forma do Regimento, para as providências cabíveis. Mas quero dizer do apreço e da amizade que tenho por V. Ex^a – já externei isso em inúmeras ocasiões e o faço novamente como Presidente no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Passo, em seguida, a palavra ao Senador César Borges, a quem também peço a gentileza de, se possível, restringir-se ao tempo previsto.

Antes disso, porém, prorrogo a presente sessão até às 19 horas e 45 minutos, para ouvirmos, na seqü-

ência, o Senador José Agripino, como Líder do PFL, o Senador Marcos Guerra e o Senador Garibaldi Alves Filho – na seqüência, prorrogando a sessão até quinze minutos para as oito horas.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje instalamos a Comissão Especial Mista, de Senadores e Deputados, para sistematizar o marco regulatório para o setor de saneamento, algo já esperado há muitos anos, praticamente há duas décadas. Agora, por decisão do Presidente Renan Calheiros e do Presidente Aldo Rebelo, nós a instalamos. Para minha satisfação, fui eleito Presidente desta Comissão e designei como Relator da Câmara o Deputado Júlio Lopes.

Sr. Presidente, espero que até o final do mês próximo, mês de junho, tenhamos o resultado desse trabalho. É uma expectativa de avanço para o marco regulatório de um setor fundamental para a vida da população brasileira. Claro que não temos ainda a clareza se esse projeto poderá ser aprovado este ano e com a rapidez desejada. No entanto, espero a compreensão de todos. Não é uma questão partidária, nem uma questão do Governo ou contra o Governo. Não estamos a favor ou contra o projeto que o Governo enviou para cá; estamos a favor do saneamento, com a universalização desse serviço. O que não podemos aceitar é transformar um projeto em benefício da população em ideologia, com idéias atrasadas e arcaicas que não dão segurança aos investidores e não permitirão que o setor receba os recursos necessários para a sua universalização. Portanto, foi um momento importante. Alcançamos um avanço significativo, mas precisamos da colaboração de todos os Senadores de todos os Partidos, desprovidos desse viés ideológico, que, sem sombra de dúvidas, não ajuda.

Então, instalamos a comissão e já começamos a trabalhar. Foi oferecido aos membros da comissão um texto para que eles possam estudá-lo, em uma semana, e apresentar emendas. Vamos continuar persistindo, para que a agilidade seja a marca deste momento importante para o saneamento. Todos os setores e organizações envolvidos na área estão interessados e colaborando para isso.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, agradeço as palavras do nobre Senador Ramez Tebet, que fez um pronunciamento destacando exatamente nossa eleição para a Presidência dessa comissão. Suas palavras, partindo dele, um ex-Presidente da Casa, que todos os Senadores reconhecem como sendo um grande Senador que representa muito bem o seu Estado, Mato Grosso

do Sul, e que tem todo o respeito e o carinho de todos desta Casa, honraram-me sobremaneira. Agradeço, penhoradamente, ao Senador Ramez Tebet.

Ontem, ao referir-me à apropriação indébita que faz o Governo Federal dos recursos do FGTS, mostrei determinada placa utilizada na Bahia. Na verdade, a despeito de recursos financiados pela Caixa Econômica e que são do trabalhador, ou seja, do FGTS, o Governo faz constar na placa: “Obra financiada com recursos do Governo Federal”.

Veja bem, Sr. Presidente, abordei o assunto ontem e hoje já recebi informações de funcionários da Caixa mostrando como é que o FGTS inclusive disciplina a placa que deve constar nas obras. Existe toda uma regra, uma regulamentação do uso da marca do FGTS. Tem é que constar: “Obra financiada com recursos do FGTS”, patrimônio do trabalhador brasileiro que está sendo expropriado, de forma indevida, pelo Governo, para fazer propaganda e dizer que está aplicando recursos que, na verdade, são do trabalhador brasileira. Reafirmo isso, mostrando qual deveria ser o procedimento correto do Governo.

Por último, Sr. Presidente, hoje, segundo o *blog* de Josias de Souza, jornalista festejado, o Presidente Lula recebe no Palácio do Planalto, para tratar de política eleitoral, o Presidente do PMDB, Orestes Quércia, fazendo uma reabilitação do Presidente do referido Partido.

O PMDB, que o PT – ao qual V. Ex^a, Sr. Presidente, hoje é filiado – tanto atacou no passado, agora é recebido de forma indevida. Dizia-me o Senador Arthur Virgílio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tinha determinado no processo de apuração de ética o uso do cargo de Presidente da República, que o Palácio do Planalto não poderia ser utilizado para encontros políticos, que pudessem ser do ponto de vista de favorecimento de uma campanha eleitoral, por exemplo. E que isso está muito estabelecido, que recebesse na sua residência, no Palácio da Alvorada, mas não poderia ser utilizado o Palácio do Planalto.

Lamentavelmente, o Presidente recebe e trata de política partidária, tentando alavancar a candidatura do Senador Aloizio Mercadante, em São Paulo. Tentando atrair o PMDB, faz uma reabilitação daquele que tanto atacou no passado, assim como, esta semana, fez com o Presidente Sarney, que Sua Excelência também atacou, chamando-o de nomes que não gostaria sequer de repetir aqui.

E agora, dentro da sua visão de conquistar o poder a qualquer preço, uma visão arrivista, na qual os fins justificam os meios, que assim pensa o Senhor Presidente da República e o Partido dos Trabalhadores...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador César Borges, um aparte, por favor.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – É muito interessante essa observação da questão da reunião no Palácio, porque me lembra de que, em 1996, quando eu era Governador do Estado, fiz na época uma reunião sobre a Prefeitura de Belo Horizonte, do candidato, naquela ocasião. Fui processado pelo PT, no Tribunal Eleitoral – ganhei por 3 a 2, sendo um resultado apertado –, porque tinha anunciado o apoio ao candidato a prefeito num auditório da assessoria de imprensa do Palácio do Despacho, nem era no Palácio da Liberdade. Saí de um, fui até o outro, ao seu auditório, e lá anunciei o apoio. Disseram-me que estava utilizando um espaço público.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – V. Ex^a foi processado pelo PT. Nada como um dia após o outro. Hoje, o Presidente da República faz política partidária, angariando apoios, ou tentando, pelo menos, no Palácio do Planalto. É o uso do Palácio do Planalto.

Josias de Souza, Sr. Presidente, diz o seguinte – o título da nota é “Lula faz a corte ao ex-desafeto Quércia”:

Para certos políticos, a folhinha funciona como lavanderia. O esquecimento põe o ferro em cima. E o tempo passa.

Lamentavelmente, esse determinado tipo de político temos ainda no nosso País, e um deles, Sr. Presidente, é o Presidente da República. É lamentável, mas é verdade.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Em seguida, passo a palavra, com prazer, ao Senador José Agripino, Líder do PFL. Na seqüência, os Senadores Marcos Guerra e Garibaldi Alves.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou procurar me ater aos cinco minutos, para fazer dois registros da maior importância.

O primeiro deles é que, hoje à tarde, no espaço físico da Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, numa bonita solenidade, firmou-se definitivamente o entendimento político-partidário, entre o meu Partido, o PFL, e o PSDB, para o lançamento da chapa composta pelo ex-governador Geraldo Alckmin, candidato a Presidente, e pelo Senador do nosso Partido, o PFL, José Jorge, candidato a Vice-Presidente.

A solenidade contou com a presença maciça de parlamentares do nosso Partido e do PSDB, com a

vibração devida para uma chapa encabeçada por um homem que tem uma folha de serviços prestados ao Estado de São Paulo invejável, que tem um padrão ético recomendável. Além disso, me dá muito conforto estar ao lado de Geraldo Alckmin como meu candidato a Presidente e tendo José Jorge como candidato a vice-Presidente.

O segundo registro, Sr. Presidente, que quero fazer – e conversava há pouco com a Senadora Heloísa Helena – é um agradecimento de júbilo e de aplauso a uma brasileira modesta, pobre, mas muito digna, a quem aplaudi e volto a aplaudir da tribuna do Senado. É uma brasileira chamada Zildete Reis. Ela era cozinheira da casa do Comendador Arcanjo, um cidadão que está preso, acusado de crimes fiscais, financeiros. Zildete Reis abriu a boca – como ela disse, voluntariamente –, revoltada com o assassinato do seu irmão, que se supõe ter sido assassinado a mando do Sr. Arcanjo. Ela disse coisas que a mim trouxeram enorme estupefação, Senador César Borges. V. Ex^a não estava lá na CPI dos Bingos, entre as 13 horas e as 14 horas. Não foi dada nem muita divulgação ao depoimento da Sr^a Zildete, uma brasileirinha, como o Sr. Francenildo e como aquele Jack, funcionário do Bingo de Campinas que assistiu à conversa da trama da morte do assassinato de Toninho, o Prefeito de Campinas. A brasileirinha Zildete disse e repetiu, na caboclice das suas palavras, na coerência da construção dos argumentos que ela oferecia aos membros da CPI, em respostas sucessivas às perguntas que se faziam, e que ela não tinha nem muita capacidade de concatenar. O que ela tinha, sim, era a capacidade de dizer a verdade. A coerência da história que ela contou está na verdade, não na capacidade que ela pudesse ter de, dissimulando, contar uma historia bem contada. Não! Ela foi franca, sincera e corajosa. Por isso é que eu aplaudi! Ela está sob a proteção da Polícia Federal pelo fato de sua vida correr risco, pelo fato de ela ter dito, Senador César Borges, que, na casa onde ela trabalhava como cozinheira – do Arcanjo, que está preso –, compareciam o Sr. Antonio Palocci, o Sr. José Dirceu e o Sr. Paulo Okamoto. O Relator Garibaldi Alves Filho exibiu a fotografia das pessoas, e ela os reconheceu: “Este sim; este sim; este sim”. Não sabia o sobrenome de Paulo Okamoto; dizia: “Seu Paulo, um bacana que chegava de avião a jato”. Um jatinho. Para quê? Para pegar malas de di-nhei-ro! Ela dizia: “Aqueles malinhas pretas carregadas de dólar, de dinheiro”. Disse que Zé Dirceu saiu de lá com dinheiro; disse que Palocci saiu de lá – suponho, estou quase certo – com dinheiro e que Paulo Okamoto, com certeza – sim, senhor! –, saiu de lá com dinheiro.

Senador Flexa, lembra-se daquela história que Paulo Okamoto contou, de que pagou as contas de Lula? Lembra-se de que os membros da CPI há meses vêm tentando quebrar o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto para ver de onde saiu o dinheiro com o qual pagou as contas de Lula e que ele insiste em não quebrar o sigilo? Hoje, Senador César Borges, ficou claro! Quem é que me assegura que o dinheiro não saiu daquele dinheirinho do Arcanjo, na malinha preta que a brasileira Zildete Reis disse que o Sr. Paulo Okamoto foi buscar no Mato Grosso, de fonte seguramente ilícita? Tanto que o doador, ou lavador de dinheiro, está preso. É o famoso Comendador Arcanjo.

Sabe o que ele disse mais, Senador César Borges? Que havia lá um rapaz chamado Joacir e que o Sr. Sombra... Lembra-se do Sombra, lá de Santo André? O homem que dirigia o carro blindado de onde foi arrancado Celso Daniel para ser seqüestrado e assassinado? Ela disse que ele esteve nessa casa. E disse mais: que o Sr. Joacir, o cidadão Joacir, teria ouvido, dentro da casa do Arcanjo, a conversa de pessoas tramando a morte do Prefeito Celso Daniel.

Senador César Borges, o que eu ouvi da Zildete, na caboclice de suas respostas, é que ali se reunia uma quadrilha. Que quadrilha? Uma quadrilha composta por um ex-Ministro, Antonio Palocci, por um outro ex-Ministro chamado José Dirceu, por um amigo pessoal pagador das contas do Presidente Lula chamado Paulo Okamoto e, de quebra, o Sombra. Todos reunidos lá.

Eu posso deixar de apresentar um requerimento de presença do Sr. Joacir para que ele também vá lá? Eu posso deixar de votar num requerimento do Senador Alvaro Dias para que seja feita uma acareação entre as pessoas citadas – Palocci, Zé Dirceu, Paulo Okamoto – para ver as malinhas de dinheiro onde é que iam parar? Não tenho como. Eu tenho contas a prestar à sociedade brasileira. Eu tenho a obrigação de fazê-lo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Encerrarei em seguida, Sr. Presidente.

Venho hoje trazer a minha indignação, porque algumas pessoas colocaram dúvida sobre o que a brasileira Zildete Reis disse hoje. Talvez pelo fato de ela ter cor parda, de ela estar modestamente vestida, com uma sandália baratinha, só por isso? Ela teve a coragem de dizer o que muito brasileiro bacana – como ela dizia – não teve nem de longe a coragem. É uma brasileira padrão, como Jack, como alguns que vieram depor, a começar pelo Francenildo. Brasileiros que, mais dia, menos dia, vão nos ajudar a colocar muito

corrupto na cadeia e remover o pior dos males: a impunidade. Um instrumento permanente de fomento à prática do ilícito que é a impunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, que honra também o Senado Federal, representando o Estado do Espírito Santo.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje à tribuna um assunto que gostaria muito de não estar trazendo, porque é referente a um setor nacional que vem enfrentando grandes problemas mercadológicos, o setor têxtil e de vestuário.

Tivemos ontem uma audiência com o Presidente da República. Estive lá representando o Estado do Espírito Santo numa associação da qual participo, que é a ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil.

ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil.

Lá estiveram presentes presidentes de federações, inclusive a Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores. Devido ao grande problema, capital e trabalho se uniram.

Levamos ao Presidente da República algumas reivindicações. Uma delas é o combate à pirataria de comércio internacional. Infelizmente, temos recebido aqui no Brasil produtos, principalmente da China, com preços bem abaixo dos comercializados internacionalmente.

Temos informações sobre produtos que saem da China: no ano de 2004, saíram da China US\$ 30,7 milhões de produto e só entraram no Brasil US\$ 15,7 milhões; em 2005, saíram da China US\$ 31,726 mil e só entraram no Brasil US\$ 19,622 mil. Infelizmente, Sr. Presidente, não tivemos nenhuma notícia de que algum navio afundou no percurso China–Brasil.

Isso sem falar dos produtos que entram aqui subfaturados, ou seja, em torno de 10% do valor praticado naquele País.

Ao Presidente da República entregamos a agenda em que constam os acordos internacionais feitos, a exemplo do pedido de salvaguarda da China, que vence em 31 de março de 2008.

Se não for modificado e prorrogado, com certeza, o setor terá uma data para começar a repensar a sua atuação no mercado nacional e internacional, porque ele vai sumir do mapa do Brasil.

Levamos também, Sr. Presidente, uma preocupação que é a desoneração tributária da cadeia pro-

dutiva, principalmente em relação ao PIS e ao Cofins. Atualmente, o sistema de débito e crédito prejudica, e muito, o setor, porque a cadeia produtiva é muito curta, a mão-de-obra representa praticamente 32% do custo do produto e a matéria-prima, pouco mais de 20%. Então, o setor fica muito prejudicado quando se trabalha no sistema de débito e crédito.

Pedimos ao Presidente da República que desonerasse a folha de pagamento do setor têxtil e vestuário a fim de resolvermos o problema nacional.

Sr. Presidente, sei que o tempo é curto. Retornei a esta tribuna num outro momento para falar mais sobre o setor. No entanto, quero falar rapidamente sobre o que é o setor nacional.

Temos 30 mil empresas e empregamos 1,65 milhão de pessoas. Exportamos, no ano de 2004, US\$ 2.1 bilhões; em 2005, US\$ 2.2 bilhões. Vendemos, no mercado nacional, em 2004, US\$ 25 bilhões; em 2005, US\$ 26 bilhões.

Este ano, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vindo aqui porque se acendeu a luz vermelha do setor. Já desempregamos praticamente 230 mil pessoas, enquanto o mundo cresceu.

O setor emprega, na sua grande maioria, mulheres, que são praticamente 75% do seu quadro, e 57% dos trabalhadores cursaram até a oitava série. Então, a maioria dos empregados são mulheres e com baixa escolaridade.

Para dar uma idéia, Sr. Presidente, a cada mil dólares investidos, geramos um emprego, sendo que, em setores de celulose e mineração, a exemplo de empresas como Vale do Rio Doce, CST e CSN, para cada emprego gerado o investimento é próximo de US\$ 2 milhões.

Trata-se de um setor que merece a atenção do Presidente Lula, porque, com investimento curto, consegue gerar um número significativo de empregos.

Sr. Presidente, eu não queria estar aqui novamente – repito – para falar de um setor tão importante para o mercado nacional que é a indústria têxtil e de vestuário. Mas se o nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não der uma atenção a esse setor, ele vai se reduzir muito.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Peço a V. Ex^a que conclua, porque estamos na programação da sessão.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Eu queria apenas que V. Ex^a, no seu discurso, dissesse qual é a saída para isso. O que o Presidente Lula tem de fazer?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – O Governo tem de atender às reivindicações que entre-

gamos, inclusive com a presença de trabalhadores, de empresas grandes e empresas pequenas. Senador Magno Malta, trata-se de um setor em que praticamente 97% das empresas são micro e pequenas empresas e que possui a maior terceirização de empregos do Brasil, principalmente porque esses empregos estão no interior de cada Estado.

Fica registrado aqui o nosso apelo.

O Presidente sensibilizou-se com o nosso pedido e acredito que Sua Excelência vai atender-nos, porque essa crise foi provocada pela atual situação econômica do País. Nada mais justo que o nosso Presidente corrigir um erro que foi criado dentro do seu Governo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Marcos Guerra, agradeço a V. Ex^a. O assunto é também fundamental e foi abordado de maneira muito competente, como sempre, por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, quero agradecer a V. Ex^a a possibilidade, não de fazer um pronunciamento, mas de fazer um apelo com relação a outro setor da economia que também se mostra muito vulnerável, que é o setor agrícola nordestino.

Temos que discutir a situação desse setor, que depende, não diria que única e exclusivamente, da Medida Provisória nº 285, que está tramitando no Congresso Nacional, mas que depende de alguma maneira dela para que possa reabilitar-se. Os produtores rurais continuam na expectativa de que, em vez de termos mais um projeto aprovado pelo Congresso e vetado, sobre a renegociação das dívidas agrícolas, tenhamos aqui um amplo acordo entre produtores e Governo para que possamos tranquilizá-los.

Afinal de contas, o que desejam esses produtores rurais com relação a esses débitos que já foram aprovados?

O projeto apresentado pelo Deputado Federal Nélio Dias foi aprovado, por unanimidade, na Câmara dos Deputados, veio para esta Casa, onde foi aprovado por unanimidade, mas terminou sendo vetado.

O Governo envia uma medida provisória. Não é possível, Sr. Presidente, que aconteça um ciclo vicioso: o Governo manda o projeto, as duas Casas do Congresso o aprovam por unanimidade, e o Governo o veta.

É preciso sensibilidade principalmente para dois pontos que considero fundamentais e para os quais chamaria a atenção desta Casa. O primeiro diz respeito à amplitude dos débitos. O Governo não quer aceitar

que a renegociação ocorra sobre todos os débitos, do Pesa, do BNDES, sobre os débitos securitizados. Ficando de fora esses débitos, vamos ter uma renegociação capenga, de faz-de-conta, como diz a Senadora Heloísa Helena. Vamos ter uma renegociação inócua, absolutamente inócua.

Por outro lado, como chamou a atenção o Senador Antonio Carlos Valadares, se o limite dos débitos não ultrapassa os R\$50 mil, se não chega ao menos aos R\$200 mil, como dizia o Senador, só vamos ter 20% dos débitos beneficiados pela renegociação.

Sr. Presidente, sei que a matéria está entregue à competência do Senador Fernando Bezerra, que é novamente o Relator, com a ajuda valiosa do Senador César Borges, com a vigilância da Senadora Heloísa Helena. São Senadores que estão à frente novamente. Essa luta vem de longe. No meu primeiro mandato como Senador – já estou no segundo –, participei de uma CPI do endividamento rural, que fez um amplo levantamento. Já naquela oportunidade, fazia essas mesmas propostas.

Sei que V. Ex^a está preocupado com o tempo da sessão...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– De maneira alguma. É um prazer ouvir V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Muito obrigado pela atenção.

Quero deixar aqui o meu apelo no sentido de que se faça valer nesta Casa o bom senso.

É uma questão, Sr. Presidente, de bom senso, de sensibilidade para com um setor tão sacrificado pela falta de chuvas, por todo um quadro complexo e dramático que muitas vezes se apresenta na nossa região Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves, pela propriedade da fala, pelo conhecimento e pela dedicação.

Quero também dizer a V. Ex^a que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária agendou discussão sobre o assunto para a próxima quarta-feira, tendo como tema o projeto que vem da Câmara, com a presença do Senador Fernando Bezerra, e também as medidas recentemente anunciadas pelo Governo Federal.

Em seguida, como último orador inscrito, passo a palavra ao Senador Leonel Pavan, representante da nossa bela e Santa Catarina.

Aproveito a oportunidade para prorrogar esta sessão por sete minutos para oportunizar a fala a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Flávio Arns, V. Ex^a, que é um Senador do Paraná,

pode realmente falar com muito orgulho sobre a bela e Santa Catarina. É mais ou menos neste tema que vou entrar.

Bela e Santa Catarina, um dos principais Estados exportadores do Brasil. É o sexto em exportação e o sétimo em arrecadação do Brasil. A expressão “bela e Santa Catarina” enche de orgulho não apenas aos catarinenses, mas a todo o sul do Brasil. Dificilmente vou conseguir tratar do tema da forma que eu gostaria em função do tempo de que disponho.

O Estado de Santa Catarina possui, sem falsa modéstia, encantos inquestionáveis, compartilhados com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. É precisamente nesse contexto que se insere o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul do Brasil – Prodetur Sul.

Esse programa, que também abrange o Estado do Mato Grosso do Sul, é inspirado na bem-sucedida experiência com a região Nordeste.

Os Estados nordestinos, juntamente com o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, receberam um total de US\$670 milhões de 1994 a 1999, no que ficou conhecido como Prodetur Nordeste I – já estão no quinto ou sexto. A segunda etapa desse programa iniciou-se em 1999, com a previsão de término em 2007, com recursos da ordem de US\$600 milhões.

No Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste e em outras regiões tudo funciona. E nós, no sul do Brasil, Senador Flávio Arns? As riquezas do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul fazem parte do Brasil.

Vou agora me referir especificamente ao meu Estado. Os problemas que afligem meu Estado, se forem criados ou se surgirem, afetam a economia do nosso País.

Estou fazendo um pronunciamento que penso que o Governo do Estado de Santa Catarina deveria fazer. O Governo do Estado de Santa Catarina deveria amassar barro, bater na porta do Presidente e dos Ministérios e exigir que o Prodetur Sul seja liberado para o nosso Estado.

Eu não sei por que não conseguimos avançar. Tivemos um brilhante Secretário de Lazer de Santa Catarina, Gilmar Knaesel, que se destacou nessa Secretaria. Ele é Deputado Estadual. Foram elaborados todos os projetos necessários e enviaram todos os documentos necessários para Curitiba, no Paraná, para que fossem liberados os recursos para Santa Catarina.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não sei por que eles não atendem nosso Estado, com tantas riquezas que temos.

Santa Catarina somente tem 10% de saneamento. Estão tapando o sol com a peneira, porque, investir em infra-estrutura, para mim, é investir em saneamento. Não se investindo em saneamento, não se investe nem nas pessoas, não se investe em turismo, e não é possível falar em turismo se não houver segurança, se não houver sinalização, se não houver investimento em saneamento.

E falamos em Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Esse é o tema! Isso é moderno, é importante para o Brasil, para o Estado do Paraná, para a região Sul e muito mais para o meu Estado de Santa Catarina. Todavia, o Governo, Senador Flávio Arns, não nos atende, não olha Santa Catarina como um Estado de grande importância para o País, embora o seja, e vira as costas para o Estado.

Temos discutido a questão do saneamento, da infra-estrutura, da saúde, das pessoas há muito tempo e diariamente nesta Casa. Esse recurso é do BID. São empréstimos, não doações. Não se trata de doação do Governo. Basta a vontade política do Presidente.

Este pronunciamento é amplo, meu querido Presidente. E até vou deixar para discuti-lo numa próxima oportunidade, já que V. Ex^a está para encerrar a sessão.

Não dá para admitir que Santa Catarina fique esquecida, assim como Mato Grosso, do Prodetur Sul.

Desde 1994, o Norte e o Nordeste estão levando US\$1,3 bilhão; e nós, nada. Nós produzimos. Se somos a galinha dos ovos de ouro, o Governo não pode estrangulá-la. Deve alimentá-la, deve fazer com que possamos continuar crescendo para o nosso País.

Ficam este nosso pronunciamento e o pedido ao Governo Federal para que libere não os recursos do Governo Federal, não os recursos do Orçamento, que não libera nunca, mas que atenda aos projetos tão bem feitos pelo meu Estado, a fim de que possamos também usufruir dos recursos do BID, que serão devolvidos no futuro, que serão pagos novamente – trata-se de empréstimo –, para podermos investir no turismo sustentável do nosso Estado e do nosso Sul do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço ao Senador Leonel Pavan e associo-me a S. Ex^a nesse pronunciamento que é fundamental para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul.

Enalteço também o Estado de Santa Catarina, que tem na beleza e na hospitalidade do povo marcas registradas para o desenvolvimento de uma área tão fundamental para o Brasil que é o turismo.

Vou abrir uma exceção e prorrogar a sessão até às 20 horas, para que o Senador Flexa Ribeiro, que esteve presente durante todo o período, possa ocupar a tribuna. Encareço a S. Ex^a o respeito aos cinco minutos.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, agradeço a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Presidente Flávio, obrigado pelo elogio ao nosso pronunciamento. V. Ex^a sabe da importância daquilo que falamos para o sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Obrigado.

Desculpe-me, Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Parabéns a V. Ex^a e ao povo de Santa Catarina.

Recomeça o tempo do Senador Flexa Ribeiro, que está ocupando a tribuna.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Senador Flávio Arns, que preside a sessão, agradeço a V. Ex^a a generosidade de me conceder alguns minutos para que eu possa falar ao povo do meu querido Pará.

Desejo, nesta oportunidade, divulgar duas notícias que interessam ao Pará. Primeiro, lamento que ontem não tenha havido audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, onde trataríamos, Senador Flávio Arns, da regulamentação da famosa Lei Kandir, que precisa ser regulamentada ainda neste ano de 2006, porque ela se extingue. Os Estados hoje exportadores, que são 21 dos 27 – 26 Estados e o Distrito Federal da Nação brasileira –, precisam ter os seus valores do ICMS não cobrados na exportação ressarcidos pela União.

Lamentavelmente, à audiência que teria sido realizada ontem na CAE os representantes do Governo Federal não compareceram, os representantes do Ministério da Fazenda. Estiveram presentes o Governador Simão Jatene, do Estado do Pará, o representante do Governador Cláudio Lembo, de São Paulo – e não compareceram outros três Governadores convidados.

Por total incapacidade de se discutir a questão, o Presidente da CAE, Senador Luiz Otávio, adiou aquela audiência para o próximo dia 20 de junho, daqui a três semanas.

Neste instante, quero usar a TV Senado para reiterar os convites a essas personalidades, para que os representantes do Governo Federal possam se deslocar dos seus gabinetes, próximos ao Senado, e vir à reunião da CAE, para que possamos iniciar o debate sobre a Lei Kandir, que deve estar regulamentada até o final deste ano. Constitucionalizada ela já o foi. Ela precisa ser regulamentada de uma

vez por todas, para que não tenhamos que ficar, a cada ano, a mercê de alocarmos no Orçamento Geral da União recursos para atender precariamente os Estados exportadores.

Necessário se faz usar os recursos arrecadados pelo Governo Federal por meio das importações, os recursos que são advindos do Imposto de Importação e do IPI da importação para valorizar as exportações, que sustentam a balança comercial brasileira. Aí, sim, de uma vez por todas, todos os Estados poderão ter a sua ação voltada ao incremento das exportações.

O outro assunto que trago ao conhecimento dos nossos amigos e amigas do Estado do Pará é sobre a audiência pública que tivemos hoje na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Nessa audiência pública efetivada por requerimento da Senadora Ana Júlia, estivemos juntos para discutir, lamentável e novamente, a questão do atendimento, por parte do Ibama, dos planos de manejo sustentável em todo o Estado do Pará e, em especial, no oeste do nosso Estado.

Desde fevereiro do ano passado, 2005, exaustivas reuniões têm sido feitas, envolvendo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ibama, Incra e setor produtivo do Estado, na tentativa de se conciliarem interesses e de fazer com que o setor madeireiro, que é de substancial importância para a economia do Estado do Pará, possa ter condições de sustentação.

Hoje tive a grata satisfação de ouvir uma declaração da própria Senadora Ana Júlia, que está me solicitando um aparte – e já concederei. Disse S. Ex^a, na Comissão, que temos divergências políticas, mas que construímos uma ponte que vai nos unir, e que viria à tribuna cobrar do Governo Federal que tomasse medidas efetivas e eficazes no sentido de que esse procedimento, pelo Ibama, se verificasse.

Já foi assinado um TAC – desde setembro, se não me falha a memória, ou junho –, que era exigido pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente pelo Incra e pelo Ibama. Lamentavelmente, o Diretor do Ibama, Antônio Carlos Hummel, disse – fazendo com que o rabo balance o cachorro; no caso, o diretor balançando o Presidente do Ibama, Dr. Marcus Barros – que não assina nenhum TAC porque entende – dizia ele naquela ocasião, por premonição, e que, lamentavelmente, ocorreu – que seriam novas áreas de conservação criadas naquela região.

Senadora Heloísa Helena, lamentamos que isso tenha ocorrido, não pela criação das áreas de preservação, mas por terem sido criadas de Brasília

em relação ao nosso Estado sem que se tenha sido considerado o zoneamento econômico e ecológico aprovado há mais de dois anos, por unanimidade, pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará. É impossível que o Governo Federal legisle sobre uma área no Estado do Pará sem ouvir os interesses do Governo do Estado, que representam os interesses do povo paraense.

Eram essas, portanto, as duas notícias que gostaria de trazer a esta Casa, Senador Flávio Arns.

Posteriormente, farei um pronunciamento a respeito da nossa Basílica de Nazaré, que todos os paraenses e todo o Brasil conhecem, que guarda em seu bojo a imagem sagrada da Virgem de Nazaré. A Basílica foi elevada a Santuário: Santuário de Nazaré, hoje, 31 de maio.

Saúdo a todo o povo paraense devoto de Nossa Senhora de Nazaré e parabeno a Arquidiocese de Belém por termos agora o Santuário de Nazaré para que a devoção à Virgem não se faça somente por ocasião do Círio, da procissão em homenagem à Virgem, que acontece no segundo domingo de outubro...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

Que a devoção à Virgem não se faça apenas no segundo domingo de outubro, mas por todo o ano, em homenagem e devoção à Virgem de Nazaré.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, concederei um breve aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – É muito breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Peço, então, que o aparte seja a conclusão do pronunciamento de V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Posteriormente, concederei um minuto a V. Ex^a, para concluir. Há um acordo de não haver apartes nas falas, mas, como estamos no final da sessão, V. Ex^a tem o aparte.

A Sr^a. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Foram audiências importantes para o Estado. Não vou comentar sobre o meio ambiente porque não há tempo, mas gostaria apenas de colocar que sei que não foi nenhum tipo de desinteresse a audiência pública na CAE. Discutimos, e menos de uma semana antes já havia sido aprovado o requerimento. Até os convites serem expedidos e chegarem... As pessoas têm agendas. Tanto que não foi apenas o Secretário de Política Econômica que não veio; três governadores não vieram. V. Ex^a sabe que temos todo o interesse no assunto. Apresentei inclusive

um projeto a esse respeito. O Governo também tem interesse em resolver de vez a questão, e não com medidas paliativas. A essência do problema está na aprovação da Lei Kandir. Quando foi aprovada a Lei Kandir, exatamente no Governo de Fernando Henrique Cardoso, os Governadores, inclusive o do Pará, o ex-Governador Almir Gabriel, não chiaram, todos consideraram boa a medida. Eram todos do PSDB. E, na verdade, é um desastre. Como agora o Governo não é mais do PSDB, tem chiadeira. Essa é uma questão que precisa ser resolvida, até porque o nosso Estado é um dos que mais perde recursos. O pensamento de se criar um fundo em que se pague o ICMS, e o próprio fundo possa ressarcir as empresas, é melhor para que os Estados não percam recursos.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Flexa Ribeiro, como o meu Estado de Alagoas também é vítima dessa política e como, graças a Deus, nem fui da base de bajulação de Fernando Henrique nem sou da base de bajulação do Lula, eu me sinto muito à vontade em fazer a condenação do Governo Fernando Henrique e a condenação do Governo Lula. Quando não concordamos com algo feito no passado, temos que dizer. O Estado brasileiro não é uma caixinha de objetos pessoais de partido nenhum, nem da direita nem da esquerda, nem de honesto nem de desonesto. Não é. É exatamente por isso que quem assume o Governo tem a obrigação de corrigir. Mais ainda: o Governo Lula tinha a obrigação de corrigir. Eu era Líder do PT na época, por isso eu me sinto à vontade para criticar os dois Governos, Lula e Fernando Henrique. Se eu tivesse criticado o Governo Fernando Henrique e me omitisse diante do Governo Lula, perderia a autoridade moral. Por isso digo que quem assume a chefia do Estado brasileiro tem a obrigação de saber o que é ruim para o Brasil. Tudo bem que a balança comercial é importante, a exportação é importante, mas se é lesivo ao interesse público e ao interesse dos Estados brasileiros... E não é só a Lei Kandir. O atual Governo tinha a obrigação. No passado, nós nos comprometemos a alongar o perfil da dívida pública brasileira. A Lei Kandir estoura mais ainda nos Estados porque o Governo Lula não teve a coragem de alongar o perfil da dívida pública, de diminuir o comprometimento da receita líquida real de Estados e Municípios a fim de potencializar os investimentos em infra-estrutura, que dinamizam

a economia local, geram emprego e renda, além da democratização das políticas sociais. Portanto, a obrigação do atual Governo não é repetir a farsa técnica e a fraude política do Governo passado, mas modificar, porque é para isso que serve o processo eleitoral e os compromissos que assume em campanha. Espero que o atual Governo, em vez do oportunismo, da demagogia eleitoralista – porque seria o melhor tapa na cara que poderia dar ao Governo Fernando Henrique –, altere a lei, corrija o que o passado fez. Mas a partir do momento em que permanece nos erros do passado, perde a autoridade moral até de condenar. Eu condeno o passado e o atual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço às Senadoras Ana Júlia Carepa e Heloísa Helena.

Com a generosidade do Senador Flávio Arns, concludo, Senadora Ana Júlia Carepa, dizendo que o conhecimento da área macroeconômica e da área econômica é complicado. Nós temos que entender que a criação da Lei Kandir, há dez anos, em uma paridade do real para o dólar de um para um...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Indago a V. Ex^a se um minuto é suficiente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Está bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Na paridade do real para o dólar de um para um, em num mercado internacional deprimido, com a balança comercial negativa, um cenário completamente diferente do que temos hoje, era necessário criar uma lei que desonerasse os semi-elaborados e os produtos primários dos impostos na exportação, para aquecer as exportações brasileiras.

Os Estados brasileiros atenderam aquela solicitação com um espírito de brasilidade. Mas havia, como houve no início, a transferência compensatória da União, daqueles recursos não recebidos.

Lamentavelmente, hoje o cenário é completamente diferente. E a Senadora Heloísa Helena tem razão quando diz que este Governo não sabe corrigir e fazer os ajustes necessários. E quando o faz, erra...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E não coloca o Brasil no caminho do desenvolvimento. É preciso rever a Lei Kandir sim, porque a economia hoje é completamente diferente daquela de dez anos atrás.

Agradeço a generosidade e encerro, Senador Flávio Arns.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– V. Ex^a sabe que ela está sendo revista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e os apartes das Senadoras Ana Júlia Carepa e Heloísa Helena.

Registro, para o Senado Federal e para o Brasil, que na sessão de hoje ocuparam a tribuna 29 Sr^{as} e Srs. Senadores, expondo as idéias e os projetos a favor de um Brasil que todos nós desejamos que seja soberano, desenvolvido e principalmente justo com todos os seus cidadãos.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 630, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido indicada para participar do XXI Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 8 a 10 de junho de 2006, na cidade de Buenos Aires, Argentina, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 7 a 11 de junho de 2006.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Senadora **Íris de Araújo**.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– O requerimento lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Papaléo Paes e Luiz Pontes enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, do artigo publicado no **Jornal do Brasil**, intitulado “O Brasil da utopia de Lula”, edição do dia 31 de maio de 2006, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, decano dos articulistas da imprensa brasileira.

A utopia que reveste a propaganda oficial, tônica maior do *marketing* do atual governo, imagina ser capaz criar um mundo de “faz de conta” no qual a população é instada a delirar com feitos e obras que nunca existiram.

Nesse contexto, considero lapidar trecho do referido artigo jornalístico que passo a reproduzir a seguir: “O presidente-candidato quando liga a amnésia seletiva olha mas não vê, de nada sabe do que não quer saber e só ouve a melodia da reeleição, deve estar orgulhoso do marqueteiro que seguiu o modelo de comunicação do governo que pede o voto de gratidão do povo pelo muito que recebeu em três anos e meio de fartura, segurança e plena felicidade, “como este país jamais teve”.

A utopia disseminada por intermédio do *marketing* dos recursos e efeitos especiais, a pirotecnia da gestão do Presidente Lula, pode ser dimensionada quando o articulista do **Jornal do Brasil** escreve: “A acreditar no marqueteiro desconhecido não há buracos nas estradas nem pontes desmoronadas ou fechadas, com filas de caminhões e veículos parados durante dias e semanas. Nas cidades policiadas, limpas, organizadas, a população desfruta o alto padrão de vida que o resto do mundo inveja.”

Não resta dúvida de que a gestão do Presidente Lula será identificada como um período no qual o ilusionismo e as falsas promessas pontificaram.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Governo quer usar obra suspensa em publicidade na TV”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 15 de maio do corrente.

A matéria mostra que o Presidente Lula pretende fazer propaganda com verba pública enaltecendo os investimentos que teriam sido feitos na transposição do rio São Francisco. Ocorre que o Presidente Lula não conseguiu sequer tirar a obra do papel durante seu mandato. Segundo informa a matéria, “a transposição do rio foi suspensa por liminar concedida pela Justiça e, desde o final de 2005, aguarda uma decisão do STF”.

O governo corre para lançar a propaganda antes da data que a legislação eleitoral manda suspender a publicidade chamada institucional, para tentar, de qualquer maneira, angariar mais alguns votos para a campanha do Presidente Lula à reeleição.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil da utopia de Lula

estudo boff

ANTES QUE SEJA TARDE demais, quero recuperar a surpresa e o enlevo que me embalaram na viagem pelo país das maravilhas criado pelo genial marqueteiro da campanha do presidente candidato Lula e que botou num chinelo os truques do expelido Duca Mourão no último programa do PT, pendurado no privilégio do horário gratuito de propaganda dos partidos, pago com a pungão no nosso bolso.

Mas, se o Duda brilhava pela imaginação, com chispas inesquecíveis como a da imagem de centenas de mulheres grávidas, caminhando na praia na direção da câmera para anunciar a chegada do futuro, da milionária campanha de Lula que resgatou a amargura de três derrotas com a vitória que deságua na tentativa do bispo, o seu ainda anônimo sucessor na reta da celebridade recria um país mágico, que raspa na tapeação de apagar o lado ruim, o feio, os fracassos, para mostrar o Brasil do mais delirante otimismo, a estufar o peito na audiência e frente do grupo dos grandes ditando.

E de cair o queixo, de arregalar os bugalhos que se negam a acreditar no que estão vendo. E não se pode falar em falsificação de imagens ou dos números que desfilam na parada dos êxitos miraculosos, dos três anos e meio do primeiro mandato.

No balé dos índices das estatísticas oficiais, os nove milhões que matam a fome crônica, a miséria com a dis-

tribuição das cestas básicas no abre-alas da ova-ova, misturam em frenética velocidade os flagrantes de crianças com a pele colada nos ossos, olhos fundos de anemia, catando no lixo a podridão da única refeição possível, com a pobreza assistida pela fartura da oferta dos gêneros essenciais para a mesa dos céticos pela plena assistência do governo.

Apenas o aperitivo na meia hora de deslumbramento com a revelação do

O marqueteiro de Lula apagou as manchas que pareciam indelévels do recorde absoluto de escândalos da corrupção

país prometido e realizado. Obras nunca feitas pelos governos de notória incompetência agora constroem a estrutura do novo modelo de primeiro mundo. Portos, ferrovias, rodovias tecem o emaranhado da comunicação entre as fontes produtoras e consumidoras, com o largo atendimento das necessidades das exportações.

E, por toda parte, o mesmo cenário: a ventura de um povo feliz, conjante no governo atento à perfeita assistência da saúde, ao vigor do pleno atendimento sem filas nos postos e hospitais públicos.

A rede escolar recruta alunos em

todos os graus para as vagas que sobram em estabelecimentos modelares, que humilham os brizolões criados pela genialidade de Darcy Ribeiro, no governo do falecido ex-aliado, governador Leonel Brizola.

Tão ou mais fantástico do que o passeio pela ficção fornecida como realidade é o que fica esquecido sem que se perceba. Jamais falta no repertório clássico dos circos, o mágico que encerra no caixote de madeira o pobre diabo condenado a morrer trespassado pelas espadas enfiadas nas brechas da madeira. Quando aberta a caixa, dele não há sinal. Sumiu, virou fumaça, para reaparecer, lampeiro, e serlepe, no meio do público.

Mas, isso é pura tapeação do eterno feitiço dos picadeiros. O marqueteiro de Lula apagou - como quem celeta a frase torta - do largo panorama da paisagem brasileira renovada pelo presidente que pede o seu voto, as manchas que pareciam indelévels do recorde absoluto de escândalos da corrupção: nem uma palavra ou imagem das CPIs que furaram o saco podre do mensalão e do caixa 2 e que foram denunciados pelo Procurador Geral da República como trapas de uma quadrilha que operou pelos esconços do Palácio do Planalto. Nada sobre a suspensão de rebeliões nos presídios de São Paulo e de outros estados ou sobre a vergonha das penitenciárias e cadeias transformadas em jaulas onde se amon-

toam seres humanos expulsos da sociedade.

A acreditar no marqueteiro desconhecido não há buracos nas estradas, nem pontes desmoronadas ou fechadas, com filas de caminhões e veículos parados durante dias e semanas. Nas cidades policiadas, limpas, organizadas, a população desfruta o aijo padrão de vida que o resto do mundo inveja.

No programa do PT não se falou na crise de corrupção que derrubou lideranças e rachou a legenda com a saída dos que fundaram o PSOL e acabam de lançar a candidatura da senadora Heloísa Helena à sucessão de Lula.

Os decaídos foram misericordiosamente esquecidos no vale onde perambulam como almas penadas o exto do poderoso Antônio Palocci; o que já foi virtual presidente em exercício, José Dirceu; o falante que perdeu a língua José Genoino e mais o bando dos duendes de segunda classe confundidos com os delúrios, os marcoaurélios e o bloco petista dos escorraçados dos cargos públicos.

O presidente-candidato quando liga a amnésia seletiva olha mas não vê, de nada sabe do que não quer saber e só ouve a melodia da reeleição, deve estar orgulhoso do marqueteiro que seguiu o modelo de comunicação do governo que pede o voto de gratidão do povo pelo muito que recebeu em três anos e meio de fartura, segurança e plena felicidade, como este país jamais teve.

Propaganda oficial dirá que administração Lula fez investimento pesado na transposição do rio São Francisco, suspensa em 2005

Governo quer usar obra suspensa em publicidade na TV

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

No mês e meio que resta para fazer propaganda com verba pública antes da eleição de outubro, o governo tentará vencer resistências à grande obra com que Luiz Inácio Lula da Silva gostaria de marcar seu mandato no Planalto, mas não conseguiu tirar do papel a transposição do rio São Francisco. Uma das três campanhas nacionais programadas até 30 de junho dirá que o governo fez "investimentos pesados" na revitalização do rio.

Alvo de uma disputa por investimentos públicos por parte dos Estados por onde o São Francisco passa, sobretudo a Bahia, a transposição do rio foi suspensa por liminar concedida pela Justiça e, desde o final de 2005, aguarda uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

"O tempo de decidir é da Justiça", disse o ministro interino da Integração Nacional, Pedro Brito. Depois de sucessivos adiamentos, o governo desistiu de traçar novos cronogramas para a obra.

A indefinição da Justiça mantém suspensa a superlicitação de R\$ 3,3 bilhões para a construção da primeira etapa da obra, projetada para levar parte das águas do São Francisco para quatro Estados do Nordeste — Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba — por meio de canais de concreto.

Prevista inicialmente para meados do ano passado, a licitação abriria caminho para o maior negócio do governo Lula.

Antes da data em que a legislação eleitoral manda suspender a publicidade chamada institucional, que cuida da imagem do governo, serão divulgadas outras duas campanhas com potencial de angariar apoio entre brasileiros mais pobres.

Uma delas propagandeará a suposta redução de preços de materiais de construção, que teria resultado da queda de impostos no setor. A outra campanha, prevista para junho, terá como tema o Bolsa-Família, programa que paga entre R\$ 15 e R\$ 95 para as famílias com renda mensal de até R\$ 120 por pessoa.

Regra do jogo

A legislação eleitoral manda suspender a publicidade institucional em 30 de junho. A partir dessa data, esse tipo de propaganda só será veiculada com autorização prévia do Tribunal Superior Eleitoral, em casos de "grave e urgente" necessidade pública.

Até a última quarta-feira, já haviam sido comprometidos na publicidade que cuida da imagem do governo R\$ 52,2 milhões, dos quais R\$ 8,2 milhões haviam sido pagos. O valor não inclui os gastos das empresas estatais.

O programa de obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco, um dos mais adiantados do Ministério da Integração Nacional neste ano, havia comprometido para gastos R\$ 366 mil, dos quais R\$ 266 mil foram pagos até 10 de maio.

Mesmo barrada pela Justiça, a obra de integração do rio São Francisco custou aos cofres públicos no ano passado R\$ 98,4 milhões. Outros mais de R\$ 300 milhões foram comprometidos em gastos com os preparativos da obra, mas ainda não haviam sido pagos até a última quarta-feira.

Só com indenizações a famílias desapropriadas para a futura passagem dos canais, foram investidos R\$ 38,3 milhões, dos quais R\$ 891 mil já foram pagos.

A campanha programada para ser veiculada até o final do mês lançará mão dos investimentos feitos em revitalização do rio pela estatal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba).

Já a campanha do Bolsa-Família dará destaque aos direitos e deveres dos beneficiários do programa, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social.

Até o final de junho, a Secom (Secretaria de Comunicação) também pretende concluir as campanhas regionalizadas, destinadas a divulgar ações do governo federal em mais 15 Estados.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Mantega fecha equipe com crítico do BC” publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de maio deste ano.

A matéria, das jornalistas Juliana Sofia e Sheila D’Amorim, destaca declaração do Ministro Guido Mantega de que o novo Secretário de Política Econômica do governo, indicado por ele, está em harmonia com o Banco Central, muito embora o governo veja tal indicação com “desconfiança”, pois o novo secretário é um crítico da política econômica, especialmente do BC.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mantega fecha equipe com crítico do BC

Ministro diz que novo secretário, ele próprio e o Banco Central estão em “harmonia” e que “remam na mesma direção”

Júlio Gomes de Almeida, ex-diretor do Iedi, assume área de Política Econômica; para ministro, é “ótimo” que empresariado aprove

**JULIANNA SOFIA
SHEILA D’AMORIM
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, concluiu ontem a formação de sua equipe no ministério e nomeou Júlio Sérgio Gomes de Almeida, ex-diretor do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), para a Secretaria de Política Econômica, como antecipou ontem a coluna “Mercado Aberto”, desta **Folha**.

Com a escolha, o ministro quis dar uma clara sinalização ao empresariado de que sua pasta estará mais alinhada com as demandas do setor produtivo, segundo a **Folha** apurou.

Para a PCFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), foi nomeado o procurador e ex-secretário-executivo-adjunto do Ministério do Planejamento, Luiz Inácio Adams, e para a Secretaria de Acompanhamento Econômico foi confirmado o nome de Marcelo Barbosa Saintve, que vinha ocupando o cargo interinamente.

“Eu não quero agradar a um segmento ou outro. Mas, se is-

so [nomeação de Gomes de Almeida] agrada ao empresariado ou não, se há coincidência, ótimo. Júlio Sérgio tem o perfil adequado e a experiência necessária”, declarou o ministro ao anunciar os novos nomes.

A Fazenda nega que a nomeação tenha sido indicação dos empresários.

A escalada do economista foi mais um passo do ministro para se aproximar do setor produtivo em um ano eleitoral em que o apoio do empresariado pode contribuir para reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Na sexta-feira, em almoço na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mantega chegou a ser questionado sobre de qual lado estaria na condução da economia e, segundo relatos de participantes do encontro, teria afirmado: “Estou do lado da produção”.

Apesar de nunca terem trabalhado juntos, Gomes de Almeida foi recomendado por pessoas próximas de Mantega, como o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

Gomes de Almeida foi da equipe de Belluzzo na gestão de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, na década de 80.

O ex-diretor é conhecido pelos duros ataques ao Banco Central nos quais critica a política de juros altos e classifica pouco eficazes as intervenções

ESTADÍSTICAS

Governo vê indicação com ‘desconfiança’

**KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Setores do governo e da própria equipe econômica reagiram com “desconfiança” à indicação do economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida para a Secretaria Especial de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Ex-diretor-executivo do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), Gomes de Almeida é um crítico da política econômica, especialmente do BC. Sua nomeação, feita por Guido Mantega (Fazenda) como chefe do setor produtivo, poderá alimentar a divi-

são na equipe econômica, especialmente a respeito da trajetória de queda dos juros básicos da economia, a Selic.

“Vamos esperar para ver” foi a reação, num tom de desconfiança, de um membro da equipe econômica ao saber da confirmação de Gomes de Almeida, indicação antecipada ontem pela **Folha**.

Um auxiliar direto de Lula demonstrou surpresa ao saber da escolha do ministro da Fazenda. Esse auxiliar disse que o economista é o maior crítico da política econômica do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho a integrar o governo.

Os “desconfiados” esperam que, uma vez no governo, o economista modere o discurso que fazia quando representante de um entidade defensora dos interesses do setor produtivo.

no câmbio. Ontem, Mantega tentou apaziguar a situação e disse ser natural que economistas, quando estão fora do governo, tenham mais liberdade para falar. “Eu, ele e o Banco Central queremos que os juros caiam. Remamos todos na

mesma direção. (...) Estamos todos harmonizados.”

Mantega afirmou que a missão de Gomes de Almeida será pensar o futuro do país. De imediato, o novo secretário participará das discussões sobre o pacote agrícola.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria do jornal **Correio Brasileiro**, publicada no último dia 12 de maio do corrente. O título da referida matéria é “Silvinho diz que era mero ‘tarefeiro’”.

A matéria comenta o depoimento de Sílvio Pereira à Polícia Federal. O mesmo que disse “Foi o desabafo de uma angústia e de uma aflição”, que era “cria e fundador do PT”, sustentou não conhecer nenhum detalhe do esquema de corrupção atribuído ao público Marcos Valério.

CRISE ÉTICA

Em depoimento à PF, ex-secretário-geral do PT nega influência no governo, indicações para estações e apadrinhamento de empresas. Para policiais, ex-petista deu entrevista para pressionar partido

Silvinho diz que era mero “tarefeiro”

LETÍCIA SANDER
E MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

Afastado do PT em razão das denúncias de envolvimento no escândalo do mensalão, o ex-secretário-geral do partido Sílvio Pereira tenta passar uma imagem de que era um mero cumpridor de tarefas. Em depoimento ontem à Polícia Federal, um dia depois do confuso interrogatório na CPI dos Bingos, Silvinho, como é conhecido, negou que tivesse poder de decisão dentro do governo federal e disse que não apadrinhou empresas nem indicou pessoas para ocupar postos em estatais.

“Ele não tinha nenhuma participação na distribuição de cargos, era um tarefeiro do PT. Ele não indicava pessoas, não demitia, nem admitia. Só fazia a triagem de nomes. Não tinha influência e procurava não ter. Ele era dirigente do PT, mas não era dirigente do país”, afirmou, ao deixar a PF no final da manhã, o advogado Iberê Bandeira de Melo. À tarde, Sílvio foi à Procuradoria da República no Distrito Federal para prestar mais esclarecimentos. Às 15h, ele começou a ser ouvido pelos procuradores Bruno Accioly e José Alfredo de

Paula, que investigam contratos firmados pelos Correios com prestadores de serviços. Até as 23h30 de ontem, o depoimento não havia terminado.

Sílvio Pereira foi chamado na Polícia Federal em razão de entrevista concedida por ele ao jornal *O Globo*, na qual afirmou que o empresário Marcos Valério Fer-

nandes de Souza tinha a intenção de arrecadar R\$ 1 bilhão em negócios escusos. Um deles consistiria na omissão do governo para facilitar a ação do empresário, que pretendia obter ganhos fraudulentos com os bancos Econômico, Mercantil de Pernambuco e Opportunity. A PF estava interessada em saber se no R\$ 1 bilhão estariam embutidos recursos desviados dos contratos firmados entre os Correios e empresas privadas.

Pressão sobre PT

O ex-secretário-geral do PT, porém, disse à polícia que concedeu a entrevista ao jornal por se sentir abandonado pelo PT. “Foi o desabafo de uma angústia e de uma aflição”, afirmou ele. “Eu estava em estado emocional abalado”, completou. Sílvio, que disse ser uma “cria e fundador do PT”, reclamou em especial de não ter sido convidado para o encontro nacional do partido, há duas semanas. E sustentou desconhecer qualquer detalhe sobre o esquema de corrupção atribuído ao empresário Marcos Valério. Reafirmou que tirou a cifra de R\$ 1 bilhão de reportagem na imprensa. A PF avaliou que Sílvio tentou com a entrevista fazer uma pressão sobre

ex-colegas petistas.

Sílvio Pereira disse à PF que, no começo do governo Lula, cuidou de um banco de dados com nomes de petistas candidatos a cargos no governo, mas que fazia a triagem dos interessados. A decisão final era dos ministros e dos dirigentes das estatais. O ex-secretário revelou ainda que realizou o mesmo trabalho em relação aos indicados pelos partidos da base aliada, mas negou influência sobre elas.

O ex-petista negou também que tenha atuado como padrinho de empresas privadas que tinham contratos com os Correios, como a HHP e a Skymaster, conforme disse o ex-assessor da estatal Maurício Marinho, flagrado no ano passado recebendo propina de R\$ 3 mil. Sílvio admitiu, porém, ter se encontrado “uma única vez” com o dono da Skymaster, Luiz Otávio Gonçalves, no hotel Sofitel, em São Paulo. Segundo o relato de Silvinho, Gonçalves o assediava para ser recebido.

STF NOTIFICA MENSALLEIROS

O ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), informou que parte dos denunciados no inquérito do mensalão já foi notificada para apresentar defesa. Eles moram em Brasília. “As notificações já tiveram início, sendo que alguns denunciados já as receberam”, informou. “A seguir, serão expedidas as cartas de ordem aos diversos estados, para que sejam notificados os denunciados com domicílio fora do Distrito Federal”, disse. Segundo o tribunal, alguns parlamentares marcaram, mas não foram encontrados. Ao todo, 40 pessoas foram denunciadas. Após notificadas, elas terão prazo de 15 dias para apresentar a defesa.

Biablablá**Silvio Pereira, durante o depoimento à Polícia Federal, ontem:**

“EU ESTAVA EM ESTADO EMOCIONAL ABALADO. EU TINHA INGERIDO MEDICAMENTOS DE USO RESTRITO. AQUILO FOI O DESABAFO DE ANGÚSTIA E AFLIÇÃO, E A REPÓRTER SE APROVEITOU DESSE MOMENTO”

“EU SOU CRIA E FUNDADOR DO PT E NÃO FUI CONVIDADO PARA O ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO”

“EU ME BASEEI EM REPORTAGENS PUBLICADAS NA IMPRENSA PARA ME REFERIR AO R\$ 1 BILHÃO, E DESCONHEÇO SE OS CONTRATOS FIRMADOS PELAS EMPRESAS DE MARCOS VALÉRIO SERIAM UTILIZADOS PARA ARRECADAR O DINHEIRO”

No depoimento à CPI dos Bingos, na quarta-feira:

“NESSA ENTREVISTA QUE EU DEI, EU NÃO SEI ONDE ESTÁ A VERDADE. EU NÃO SEI O QUE É VERDADEIRO, O QUE NÃO É”

“NO ENCONTRO NACIONAL DO PT (HÁ DUAS SEMANAS), EU ME SENTI UMA PESSOA MORTA”

“EU ACREDITO QUE AQUILO QUE A JORNALISTA PUBLICOU FOI DITO POR MIM. MAS PODE TER COISAS QUE SEJAM VERDADEIRAS E COISAS QUE SEJAM CRIAÇÃO DA MINHA CABEÇA”

Governo rebate denúncia de achaque a banco

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, disse ontem, no Palácio do Planalto, que a executiva do banco Opportunity, Verônica Dantas, irmã de Daniel Dantas, “não é muito credenciada” para fazer críticas ao governo e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Verônica, atual diretora do banco Opportunity, afirmou, em depoimento a um juiz de Nova York, que o presidente Lula e os ex-ministros da Casa Civil José Dirceu e da Fazenda Antonio Palocci teriam tentado extorquir Daniel Dantas para conseguir recursos financeiros para o PT.

“Eu diria que a fonte não é muito credenciada, porque a resposta foi dada num processo nos Estados Unidos que o Daniel Dantas está sofrendo. Portanto, não é uma fonte que nos mereça respeito como qualquer fonte comum, um cidadão, uma cidadã. Não tem nenhum credenciamento para dar uma informação desse tipo”, afirmou Genro, referindo-se a Verônica Dantas.

Segundo o ministro, a declaração de Verônica, de que o governo Lula tentou extorquir “dezenas de milhões de dólares” do banco Opportunity, não envolve o governo, mas sim o PT. “Não envolve o próprio governo, envolve uma relação, se-

gundo essa fonte, com o Partido dos Trabalhadores. Agora, o que parece estranho é que a última notícia sobre o assunto é que os pleitos do Opportunity não foram atendidos, foram duramente rejeitados pelo governo”, afirmou o ministro.

Ataque à CPI

Tarso negou ainda que pedidos do Opportunity foram rejeitados pelo governo depois de suposta negativa de doação ao PT, segundo denunciou Verônica. “O presidente Lula, Dirceu e Palocci tiveram divergências (com Dantas)”, mas, “para nós do governo essa informação não tem nenhuma credibilidade”.

De acordo com o ministro,

“todas as fontes que atacam o governo começam a minguar e perder a credibilidade. É de passar. Agora, é uma irmã do Daniel Dantas nos Estados Unidos”. Genro disse ainda que a CPI dos Bingos, no Senado, ainda em andamento, vem perdendo a sua eficácia e a capacidade de fazer investigações. A denúncia de Verônica Dantas foi apresentada à CPI dos Bingos pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), durante depoimento do ex-secretário do PT, Silvio Pereira. Virgílio apresentou um documento, assinado pelo advogado do Opportunity nos Estados Unidos, Philip C. Korologos, com trechos do depoimento de Verônica.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Nem paraguaio segue Lula no Mercosul”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 13 de maio deste ano.

A matéria confirma mais um episódio em que o governo do PT expõe sua fraca política externa: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou absolutamente só no Mercosul, ao menos na hipótese de uma reunião de cúpula do bloco sul-americano com seus parceiros da União Européia, uma tradição das três

reuniões anteriores da cúpula maior, a dos europeus com o conjunto da América Latina/Caribe”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TENSÃO ENTRE VIZINHOS *Presidentes do Uruguai, Paraguai e Argentina não participam de reunião entre países do bloco e a UE*

Nem paraguaio segue Lula no Mercosul

DO ENVIADO ESPECIAL A VIENA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou absolutamente só no Mercosul, ao menos na hipótese de uma reunião de cúpula do bloco sul-americano com seus parceiros da União Européia, uma tradição das três reuniões anteriores da cúpula maior, a dos europeus com o conjunto da América Latina/Caribe.

Primeiro, foi o uruguaio Tabaré Vázquez que anunciou que cruzaria todo o Atlântico, atravessaria meia Europa, mas só ficaria para a grande cúpula, não para a do Mercosul-UE.

Depois, foi a vez do paraguaio Nicanor Duarte Frutos, que tomou decisão idêntica. Aí, naturalmente, Néstor Kirchner, da Ar-

gentina, desistiu. Resultado: haverá a reunião, hoje, mas será apenas entre ministros.

Ontem, o presidente Lula tentava pôr boa cara para o episódio: “Eu já sabia, ainda no Brasil, que a reunião seria apenas entre ministros. O Tabaré não podia, o Kirchner não podia, ia me reunir apenas com o [chanceler Celso] Amorim e os paraguaios?”, perguntou o presidente brasileiro.

Na verdade, não é que Kirchner ou Tabaré não pudessem. Não queriam. Conforme a **Folha** informou ontem, o presidente argentino fez saber ao governo brasileiro que não quer nem ver seu colega uruguaio.

Ontem, os dois praticaram cenas explícitas de estranhamento, durante a tradicional foto chamada “álbum de família”, na qual to-

dos os governantes posam juntos.

Kirchner já havia se instalado em seu lugar para a foto quando Tabaré entrou. O uruguaio cumprimentou o primeiro, o segundo e o terceiro governantes. Ao chegar perto de seu sócio no Mercosul, ambos viraram de lado e nem se deram as mãos.

Se nem se cumprimentam, passo obviamente prévio a qualquer reunião, não dá para se reunirem com quem quer que seja.

Kirchner e Tabaré estão em guerra devido ao veto argentino à instalação de duas fábricas de celulose na fronteira dos dois países.

Com esse grau de animosidade em um dos lados da negociação, o acordo União Européia-Mercosul, que já vinha avançando muito lentamente, foi jogado para depois que fique claro qual o resulta-

do da Rodada Doha, lançada em 2001 na capital do Qatar e estancada desde então.

Não é o único problema ao Sul: a caudalosa e excessivamente retórica declaração final da cúpula de Viena, emitida ontem, tem 59 itens, todos fechados pelos 60 participantes de forma relativamente tranqüila. Menos o capítulo dedicado à negociação da UE com a Comunidade Andina de Nações, que deveria ter sido lançada precisamente em Viena. Como a CAN não se punha de acordo, ficou em aberto.

Mas, para acentuar ainda mais os problemas do Sul, os europeus anunciaram, sim, com festas, as negociações para um acordo de livre comércio com a América Central. (CR)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “O código dos vinte”, de autoria do jornalista André Petry, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 17 de maio de 2006.

Segundo o autor, que tem toda a razão, “Os mensaleiros petistas podem voltar a Brasília a bordo de mandatos renovados. Mas o PT terá ficado no caminho, como um cadáver pesado demais para a tropa carregar” e “O PT dá sinais de que está confortável no convívio com o crime. Nessa destruição ética, repete o processo acrítico, e devastador, que conduziu à sua destruição ideológica”.

Como segundo assunto, gostaria de comentar o artigo intitulado “A República dos Alucinados”, de autoria da escritora Lya Luft, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 17 de maio de 2006.

Concordo com a autora, que trata do tema com extrema lucidez e sensibilidade, e faço questão de endossar:

Que modelo teria aquele entre nossos homens públicos – nem todos, os dignos eu respeito cada dia mais – diante dos fatos que vêm acontecendo conosco. Para que ser saudável e honesto, trabalhar, sustentar-se, quem sabe ajudar a família? Os bilhões roubados e desaparecidos nas homéricas falcatruas que tentam esconder ainda poderiam ter salvo da desgraça muitos milhares de jovens como aquele. Poderiam ter fundado e melhorado centenas de escolas, bibliotecas, hospitais, creches.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que os referidos artigos passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A República dos Alucinados

Quando esta coluna sair, estarei ainda por alguns dias na Itália, de onde a escrevo, ligada a meu país pela internet e pelos telefonemas de amigos e filhos. De outra maneira eu de nada saberia, pois a Europa nos desconhece quase totalmente. Aceitei o chamado de minha editora italiana, a Bompiani, para falar no lançamento de meu livro *Perdas & Ganhos* na Feira de Turim. Minha colaboração mínima para que se tenha aos poucos uma visão mais real do Brasil, não apenas os simpáticos Carnaval, violão, caipirinha e futebol.

Cansei de estar no exterior e me indagarem se realmente há editoras no Brasil, e universidades, e o resto. Há coisas das quais não falo porque me angustiam e envergonham, entre tantas que me orgulham. Para mim meu país é como filho: nele só quero que vejam qualidades.

Não quero ter de dizer, por exemplo, que viramos uma terra de alucinados, porque nos dizem algumas autoridades que tudo é mania de perseguição, é coisa inventada.

Assim, enquanto a saúde pública apodrece e pessoas ainda morrem nas filas do INSS ou em corredores de hospitais cujo corpo de médicos e enfermeiras está esgotado de trabalhar, alguém com autoridade vem nos dizer que estamos chegando quase à perfeição em matéria de saúde pública. Diante disso, só posso crer que sofremos das faculdades mentais, nós que vemos e vivemos o contrário.

Alguém disse também, no mesmo terreno, que o problema são os velhinhos, os aposentados, que pegaram a péssima mania de correr para as filas de madrugada. Se chegassem em horário normal e mais saudável, 7 ou 8 horas, teriam pronto atendimento. Mais um atestado de que nós, os comuns brasileiros, andamos nos alucinando. Na nossa doença mental inventamos também que as escolas estão em condições péssimas, o ensino elementar caindo pelas tabelas, o médio nem se fala, e a universidade desmoronando.

Nem comento mais o supérfluo papel higiênico nos banheiros de professores (de alunos, nem falar), mas penso nas bibliotecas precárias, nos laboratórios antiquados, quando não destruídos por fanáticos amantes do atraso e da devastação. Professores pouco estimulados e pessimamente pagos;

currículos absurdos, prédios em condições físicas inaceitáveis... e, de modo geral, a queda do nível de ensino.

Alucinou-se minha amiga há duas semanas, quando, levando uma criança pela mão, foi abordada por um jovem drogado que a ameaçou e lhe arranhou a cara em plena manhã de movimento. Teve sorte minha amiga: não foi esfaqueada nem estuprada. Voltou para casa, pensando em como explicar tudo a uma criança pequena.

E comentamos juntas que estímulo, que modelo teria aquele jovem entre nossos homens públicos — nem todos, os dignos eu respeito cada dia mais — diante dos fatos que vêm acontecendo conosco. Para que ser saudável e honesto, trabalhar, sustentar-se, quem sabe ajudar a família? Os bilhões roubados e desaparecidos nas homéricas falcatruas que tentam esconder ainda poderiam ter salvo da desgraça muitos milhares de jovens como aquele. Poderiam ter fundado e melhorado centenas de escolas, bibliotecas, hospitais, creches.

Agora, para culminar, um país vizinho abocanha um pedaço da Petrobras, que é nossa, é de seus acionistas, é do povo brasileiro, que certamente vai arcar com esse prejuízo material. Quem vai pagar pela honra do Brasil, tão abertamente atacada? Estamos alucinando, nos dirão as autoridades, alucinamos ser espoliados e roubados, já não pelo MST, cujo bopezinho tem sido usado por governantes nossos, mas pela Bolívia, que roubou, literalmente, algo nosso. Houve reação além de um protesto pífio ou da afirmação de nosso governante principal de que a Bolívia tinha direito de fazer o que fez e que não teríamos maior prejuízo?

Primeiro, aliás, a Bolívia fez um pequeno treino, roubando uma siderúrgica. Como não houve grande reação, partiu para algo maior. De novo, ninguém nos defendeu, ninguém reagiu com firmeza, ninguém nos protegeu — é a sensação geral. Estamos perdendo, além de bens materiais, avanços possíveis e progresso, a nossa honra como país.

Mas quem sabe é tudo fantasia nossa? Somos distraídos demais, alegremente ignoramos as graves estripulias que ocorrem no Brasil ou contra o Brasil: somos, afinal, habitantes da República dos Alucinados, em que tudo se perderá e a derrocada será inimaginável, se não abrimos urgentemente os olhos para ver, os ouvidos para escutar e as mãos para trabalhar em nosso favor.

“Nossa derrocada será inimaginável, se não abrimos urgentemente os olhos para ver, os ouvidos para escutar e as mãos para trabalhar em nosso favor”

O código dos vinte

Os dirigentes do PT em São Paulo resolveram consultar a militância sobre os nomes preferenciais para candidatos na próxima eleição. O resultado é um deboche. Em Osasco, mais de 900 petistas querem que o candidato seja João Paulo Cunha, que mandou a mulher pegar 50 000 reais no valerioduto. Outros 150 preferem José Genoíno, que avalizou os empréstimos fajutos no Banco Rural. Gente como Professor Luizinho e José Mentor aparecem muito bem cotados na preferência dos petistas. Em Ribeirão Preto, 300 querem que a vaga de candidato fique com Antonio Palocci, indiciado em oito crimes na violação da conta bancária do caseiro e nas trambugagens como prefeito. O presidente

do PT na cidade, Jorge Parada, explicou que não há constrangimento em lançar um candidato indiciado em oito crimes. “A pessoa só fica constrangida quando é condenada.”

Por trás desse deboche, está claro que os vinte petistas envolvidos em escândalos diversos, do mensalão à quebra do sigilo bancário do caseiro, criaram um código: ignorar tudo e lutar pelo poder,

sempre. O que talvez não percebam é que esse comportamento está completando a falência do PT — o que pode até ser bom para tucanos e outros adversários políticos, mas não chega a ser bom para o Brasil. Era melhor que houvesse um partido tentando ficar de pé, lutando para reunir seus cacos, empenhado em recuperar alguma dignidade. Mas não. O PT dá sinais de que está confortável no convívio com o crime. Nessa destruição ética, repetiu o processo acrílico, e devastador, que conduziu à sua destruição ideológica.

Sob o comando de José Dirceu, a quem os estudantes mineiros saúdam agora como “ladrão, ladrão, ladrão”, o PT renunciou à sua história política para chegar ao poder e, nesse processo, não se preocupou em fazer autocrítica, não analisou erros e acertos do passado e, portanto, não deu sentido político real à sua mudança — deu apenas sentido eleitoral. Na época, desidratado de seu conteúdo político e transformado numa convencional máquina de caçar votos, o PT só não ficou igualzinho à maioria dos demais partidos porque resolveu erguer a bandeira da ética.

Virou um silêncio ideológico. Mas tinha “ética”.

O drama, agora, não está apenas no fato de que essa “ética” ruiu dentro do partido, mas sobretudo na recusa petista em purgar seus erros, expiar seus pecados, proceder enfim a uma autocrítica. Em vez disso, como demonstram as sondagens feitas em São Paulo, o grosso dos petistas prefere ignorar o que aconteceu, esconder os erros clamorosos e, no pináculo

“Os mensaleiros petistas podem voltar a Brasília a bordo de mandatos renovados. Mas o PT terá ficado no caminho, como um cadáver pesado demais para a tropa carregar”

lo da farsa, premiar os mensaleiros.

Assim como renunciar à ideologia deu certo para chegar ao poder, talvez a renúncia à recuperação ética também dê certo — e os mensaleiros acabem de volta a Brasília a bordo de mandatos renovados. Pode ser, mas o PT terá ficado pelo caminho, como um cadáver pesado demais para a tropa carregar. E não lhes restará nem o consolo de dizer que ficaram apenas parecidos com os outros, parecidos com as sanguessugas. Espelhar-se nos outros dá uma imagem que Narciso não gosta de ver.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A esquerda e a América Latina” publicado pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 14 de maio de 2006.

No excelente artigo, o filósofo Ruy Fausto, comenta o texto de Teodoro Petkoff, ex-guerrilheiro venezuelano e principal representante da esquerda anti-Chávez. O texto chama-se “As duas esquerdas”.

“A leitura do texto levanta duas questões. A primeira se refere ao alcance e às implicações da oposição entre as duas esquerdas. A segunda é mais específica.

Admitindo o caráter não-populista-totalitário do governo Lula, como pensar a relação entre essa característica (positiva) e a prática corrupta desse governo?”

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A esquerda e a América Latina

RUY FAUSTO

No caso cubano, o igualitarismo já ficou para trás — mesmo se a desigualdade no capitalismo é maior

AS VITÓRIAS eleitorais que vem obtendo a esquerda na América Latina — e a jogada recente de Evo Morales — levantam o problema do significado geral desse novo curso e das perspectivas que, com ele, se abrem. Há algum tempo, um publicista de extrema-esquerda “simplificava” o fenômeno, falando em luta entre o “velho” (o “imperialismo” e seus agentes) e o “novo”, em cuja coluna incluía Lula, Tabaré Vázquez, Kirchner, Chávez e Castro. Esses dois últimos apareciam um pouco como modelos entre os que lutavam contra o “velho”...

A esse tipo de simplismo, nada inocente, conviria opor o que escreve Teodoro Petkoff, ex-guerrilheiro venezuelano e principal representante da esquerda anti-Chávez, num artigo publicado no ano passado, intitulado “As duas esquerdas”. Petkoff escreve que “o conceito de ‘esquerda’ pode ser mistificador”. “Encobre muito mais do que revela, e aplicado indiscriminadamente pode conduzir a grandes erros de apreciação.” O autor distingue dois grupos, cujas “contradições” assinalam o que chama de “esquerda bourbônica” (alusão à casa real) ou “arcaica”. O outro é o que “marcha por um caminho de reformismo avançado”, compatibilizando “sensibilidade social”, “desenvolvimento econômico com equidade” e “aprofundamento da democracia”. Neste segundo grupo inclui Lula, Tabaré Vázquez, Lagos (o texto é anterior à eleição de Bachelet), Kirchner e, “com um perfil mais baixo, os governos de Leonel Fernandez na República Dominicana, de Martín Torrijos, no Panamá, e de Bharret Jagdeo, na Guiana” (este último, membro do Partido Progressista Popular Guianês, fundado por Cheddi e Janet Jagan, partido afastado do poder pelos ingleses, em 1953).

Hoje, seria preciso acrescentar, ainda, o governo de Oscar Arias, na Costa Rica.

No outro grupo estão Castro e Chávez, e a ele poderiam se incorporar, continua Petkoff, movimentos de países como a Nicarágua, El Salvador e Bolívia (o autor se refere ao MAS de Morales, que ainda não tinha chegado ao poder).

O artigo de Petkoff interessa tanto pela análise das condições que tornam possíveis as vitórias da esquerda (não tão paradoxalmente, o fim da Guerra Fria é uma delas), como pelo que ele escreve a respeito de Chávez. Petkoff reconhece o prestígio de Chávez, e a “validade conceitual” de algumas das suas “missões”, mas aponta para a “corrupção” e o “favoritismo” na aplicação delas, e para a formação de uma nova burguesia “bolivariana”, “surgida no calor da corrupção e dos negócios”. E embora deixe a última palavra para o futuro, afirma que Chávez, autocrata e militarista, está “condenado ao fracasso”.

A leitura do texto levanta duas questões. A primeira se refere ao alcance e às implicações da oposição entre as duas esquerdas. A segunda é mais específica. Admitido o caráter não-populista-totalitário do governo Lula, como pensar a relação entre essa característica (positiva) e a prática corrupta desse governo?

Sobre o primeiro ponto, se diria que, em termos formais, o problema — como se lê no texto — é o de saber qual o estatuto dos “inimigos de nossos inimigos”. No período anterior, supunha-se que o inimigo do nosso inimigo seria necessariamente nosso amigo. O progresso consistiu em pôr em dúvida essa

exclusão de um terceiro: em vez de uma disputa “dual”, entre “nós” e o “imperialismo”, a luta política na América Latina foi aparecendo como um jogo pelo menos triangular. Em termos de conteúdo, o problema é o de saber qual estatuto atribuir a governos totalitários, ditatoriais ou tendendo a uma ditadura (é o caso de Chávez), que se dispõem a realizar certo número de programas sociais.

Essa pergunta, por sua vez, se subdivide. Num plano mais geral e abstrato, trata-se de determinar qual o peso que um socialista democrata deve atribuir à exigência de “liberdade” diante da exigência de “igualdade”. Mas quem dessa questão teórica importante estão pelo menos duas interrogações “concretas”: 1) em que medida esses regimes são efetivamente igualitários?; 2) qual o destino deles, que perspectivas podem ter, e sobretudo, de que maneira eles se relacionam com os projetos de uma esquerda não totalitária nem ditatorial? Se considerarmos o caso cubano, o igualitarismo já ficou para trás (mesmo se a desigualdade no capitalismo ainda é maior). Já em matéria de liberdade o poder castrista aparece, simplesmente, como regressivo em relação aos princípios de... 1789. Passados cinquenta anos de violências de toda ordem, e dissipada a miragem da igualdade, ele não pode mais ser considerado, como pretendem alguns, como uma ditadura revolucionária “deformada”: é, na realidade, um regime retrógrado e, à sua maneira, um poder “contra-revolucionário”. Mutatis mutandis, o regime de Chávez não se sai muito melhor.

Num próximo artigo, retomo o tema da oposição entre as duas esquerdas, e comento o estatuto do governo Lula, governo não-ditatorial (nem semi-ditatorial), porém corrupto.

Ruy Fausto, filósofo, é professor emérito da USP e autor de, entre outras obras, “Marx - Lógica e Política” (Editora 34).

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A verdade que falta”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 11 de maio do corrente.

O artigo do conceituado escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, comenta que José Dirceu, ex-ministro chefe da Casa Civil de Lula, tinha a missão de controlar Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e Silvio Pereira, ex-secretário geral do PT, que “sabiam da coisa e, mais do que sabiam, administravam-na.”

Sr. Presidente, para concluir, requiro que o artigo de Carlos Heitor Cony passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A verdade que falta

RIO DE JANEIRO - *Leio no Josias de Souza que José Dirceu recebeu de Lula a missão de controlar Delúbio Soares e Silvio Pereira, os dois dirigentes do partido que sabiam da coisa e, mais do que sabiam, administravam-na. Com outras tarefas importantes a cumprir, Dirceu não controlou devidamente um deles (Silvio), que botou a boca no trombone, mas nem tanto, e fez algum estrago com suas recentes declarações.*

Há ainda um amigo comum dos três (Dirceu, Delúbio e Silvio) que é também ligado a Lula. Em gíria de hoje, seria esse o chassi da blindagem em torno do presidente. Apesar do estrago feito por Silvio, o tsunami não chegou a atingir Lula pessoalmente. Mas todo o cuidado é pouco.

Apelando para a história recente, os casos de Collor e de Palocci, quem rasgou a fantasia deles não foram os auxiliares graúdos. Foi o escalão de baixo, um motorista, no caso de Collor, e um caseiro, no caso de Palocci.

Mesmo sem a fiscalização de Dirceu (ele próprio um pqtenciagl des-

mancha-prazeres para Lula), a coisa só ficará preta para o presidente quando um motorista, um faxineiro, um auxiliar de jardinagem do Torto, por qualquer motivo, ou mesmo sem qualquer motivo, for descoberto ou se descobrir e trazer um fato novo para o grande bolo preparado pelo PT e pelo governo. Bolo que está sendo comido pelas beiras, estranhamente transformado em pizza em alguns pedaços, mas cuja consistência não foi ainda afetada.

É evidente que um destempero de Delúbio será mais devastador do que o de Silvio. E o de Dirceu, aliás improvável, também fará estragos consideráveis na figura já bastante estragada do presidente, que permanece oficialmente incólume e marchando em largas passadas para a reeleição quase garantida.

É possível que cheguemos a outubro sem que apareça esse motorista, esse faxineiro ou ajudante de jardinagem do Torto. Sorte de Lula, que terá mais tempo disponível para ajudar a combater a pobreza na Bolívia.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Estamos perdendo para a Argentina”, publicada pela revista **Exame** de 24 de maio do corrente.

A matéria do jornalista Gustavo Paul destaca “um dos aspectos mais dramáticos da crise que hoje assola boa parte do agronegócio brasileiro. Nos últimos meses, o Brasil vem perdendo elos importantes da cadeia industrial ligada ao setor – a chamada agroindústria

– e corre o risco de ficar relegado ao papel de mero produtor e exportador de *commodities*”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESTAMOS PERDENDO PARA A ARGENTINA

O caos tributário, a infra-estrutura precária e o câmbio desfavorável estão dismantelando a produção de derivados de soja no Brasil. Sorte do nosso vizinho

Gustavo Paul

AO ANUNCIAR NO FINAL DE ABRIL o fechamento de duas unidades industriais de esmagamento de soja no Brasil, a multinacional Bunge Alimentos fez o que recomenda qualquer manual básico de administração: não há razão para manter fábricas que trazem prejuízo e têm poucas perspectivas de voltar a ser rentáveis. Por motivos semelhantes, a empresa já havia desativado no ano passado outras duas unidades de esmagamento de soja e, desde então, interrompeu temporariamente a produção de sete de suas 35 fábricas de fertilizantes e de uma processadora de algodão. Mais que uma fria decisão empresarial, a medida adotada pela Bunge reflete um dos as-

pectos mais dramáticos da crise que hoje assola boa parte do agronegócio brasileiro. Nos últimos meses, o Brasil vem perdendo elos importantes da cadeia industrial ligada ao setor — a chamada agroindústria — e corre o risco de ficar relegado ao papel de mero produtor e exportador de commodities. É na cadeia da soja que essa tendência mostra-se com mais força. Boa parte da produção de farelo e óleo de soja está deixando o país. Segundo a Abiove, entidade que representa a indústria de óleos vegetais, nos últimos dois anos 12 fábricas foram fechadas. Enquanto o Brasil retrocede, a Argentina avança. A capacidade de processamento de soja do país vizinho aumentou 156% nos últimos dez anos e já é maior do que a brasileira. Com isso, a Argentina se consolidou

como o maior exportador de óleo e farelo de soja do mundo e virou foco de atração de investimentos no setor.

Nas raízes da crise estão problemas que não são exclusivos do setor de soja: caos tributário, infra-estrutura em frangalhos e câmbio desfavorável para a exportação. Em todos os itens, os argentinos apresentam um quadro mais estimulante. Como a soja e seus derivados têm preços fixados pela bolsa de Chicago, ganha mercado quem consegue manter custos mais baixos. “Nesse setor qualquer diferença de custo pesa, pois as margens são pequenas”, diz César Borges de Souza, vice-presidente da Caramuru Alimentos, maior empresa de processamento de grãos de capital nacional. Em 2006, pelo segundo ano consecutivo, a Caramuru deverá ter queda de 5% no vo-

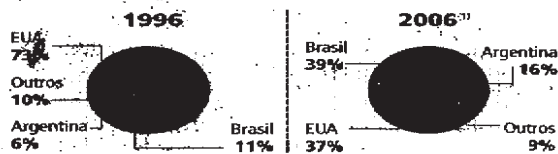
CEDENDO ESPAÇO

O Brasil aumentou a

exportação de soja em grão, mas perdeu importância como fornecedor de derivados mais rentáveis

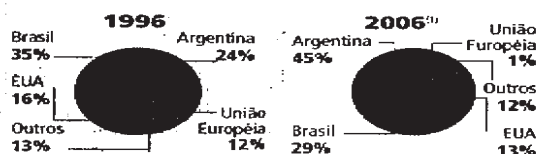
EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE SOJA EM GRÃO

Brasil e Argentina ampliaram a participação nas vendas, enquanto os Estados Unidos diminuíram



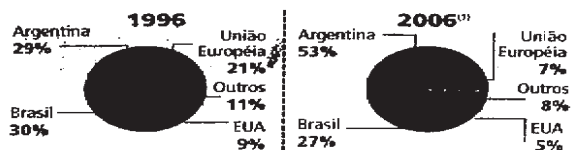
EXPORTAÇÃO DE FARELO DE SOJA

A Argentina foi o país que mais avançou — Brasil e outros fornecedores perderam terreno



EXPORTAÇÃO DE ÓLEO DE SOJA

A Argentina passou a dominar mais da metade das vendas mundiais, enquanto o Brasil encolheu



(1) Projeção. Fontes: Abiove/Usua

lume de processamento. “A política agrícola incentivou apenas a exportação de grãos e nossos concorrentes ocuparam um espaço mais nobre do mercado”, afirma Marcelo Prado, da M. Prado Consultoria.

“Na prática, perdemos empregos, competitividade e valor nas exportações.”
O primeiro grande entrave e o emaranhado da tributação brasileira. Enquanto na Argentina o transporte de

mercadoria de uma província para outra não é taxado, no Brasil os estados cobram o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). "É como se fossem 27 países, todos cobrando tributos", afirma Carlo Lovatelli, presidente da Abiove. Além disso, a Lei Kandir, criada em 1995 para incentivar as exportações, concedeu isenção de ICMS apenas a produtos primários. No caso dos derivados industrializados, as indústrias têm de pagar o imposto antecipadamente quando o produto passa de um estado para outro — o dinheiro, em teoria, pode ser recuperado futuramente. O problema, dizem os industriais, é a dificuldade em receber de volta o tributo pago aos estados. "As empresas têm direito a esse crédito,

mas ele demora até três anos para ser reconhecido, geralmente não é corrigido e só é pago com deságio", diz Lovatelli. O resultado foi o estímulo às vendas ao exterior do grão — que não paga imposto — e um banho de água fria para quem quis transformar e exportar farelo e óleo. "A Lei Kandir foi muito boa para o produtor, mas ela precisa urgentemente ser ampliada", diz Souza, da Caramuru.

Essa política acabou criando um problema logístico para as empresas. Para escapar do pagamento de ICMS, as indústrias têm de manter várias fábricas nos diferentes estados em que atuam — assim, o grão chega à unidade esmagadora sem precisar cruzar nenhuma fronteira estadual. "Seria muito mais eficiente concentrar tudo em fábricas grandes e próximas dos portos, mas o nó tributário do país não permi-

te", diz Adalgiso Telles, diretor da Bunge. "Desse modo, não ganhamos escala de produção." Diante das dificuldades em solo brasileiro, a Bunge optou por instalar no porto fluvial argentino de Ramalio, na província de Entre Ríos, uma fábrica moderna capaz de esmagar 17 000 toneladas de grãos por dia. Por aqui, as maiores unidades processam no máximo 3 000 toneladas por dia. "Com fábricas pequenas, defasadas e sem investimento, teremos sérias dificuldades para recuperar o mercado internacional perdido", diz Anderson Galvão, diretor da consultoria Céleres.

Além do problema tributário, as fábricas brasileiras perdem para as argentinas em outro aspecto: faltam boas estradas e ferrovias para transportar o produto até os portos, o que torna a produção brasileira ainda mais cara para o exportador. "A principal região produtora, o Centro-Oeste, está distante 2 000 quilômetros dos portos, cobertos na maior parte por estradas ruins, enquanto na Argentina a distância média a percorrer é de apenas 300 quilômetros", diz André Pessoa, diretor da consultoria Agroconsult. "Além disso, na Argentina a exportação é feita por hidrovia e ferrovia, cujo custo é bem menor."

Por fim, problemas econômicos conjunturais tornaram mais aguda a crise da

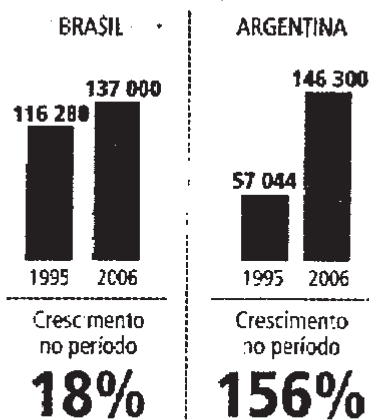
agroindústria. Enquanto o dólar na Argentina está em torno de 3 pesos, no Brasil vale perto de 2 reais. Nesse compasso, as exportações brasileiras de derivados industrializados caem ano após ano. Nos primeiros quatro meses de 2006, enquanto as vendas de grãos aumentaram 32%, as de farelo caíram 25% e as de óleo 21%. "Estamos perdendo dinheiro com essas exportações", afirma José Luiz Glaser, diretor da Cargill, empresa que ain-

da não fechou nenhuma esmagadora, mas admite que está avaliando diariamente o quadro. "A tendência é reduzir o esmagamento", diz Glaser. Para os analistas do setor, não será surpresa se a Argentina passar a processar a soja brasileira. De olho nessa possibilidade, algumas esmagadoras de lá já pediram a Buenos Aires que revise a legislação e passe a isentar de tributos a soja brasileira. Para a indústria argentina, a medida seria bem vinda, já que a capacidade de processamento no país vizinho é maior que a produção. Para o Brasil, no entanto, teme-se que isso possa decretar o fim das exportações de óleo e farelo. "Seria uma prova definitiva de incompetência do Brasil", diz Lovatelli. ■

GOLEADA NO CAMPO

Nos últimos dez anos, a capacidade de processamento de óleo e farelo de soja cresceu na Argentina muito mais do que no Brasil

(em toneladas por dia)



idade de processamento no país vizinho é maior que a produção. Para o Brasil, no entanto, teme-se que isso possa decretar o fim das exportações de óleo e farelo. "Seria uma prova definitiva de incompetência do Brasil", diz Lovatelli. ■

Leia sobre os problemas da indústria de óleos vegetais no Portal EXAME

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna na tarde de hoje para solicitar que seja encaminhada aos Anais do Senado Federal a matéria intitulada “Revolta no Conselho”, publicada pela revista **Veja** de 17 de maio do corrente.

A matéria comenta como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão criado para apresentar propostas formuladas pela sociedade civil, tornou-se um palanque para massa de manobra eleitoral e para criar sugestões e programas que visem a reeleição do Presidente Lula.

Sr. Presidente, solicito mais uma vez que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REVOLTA NO CONSELHÃO

Criado por Lula em 2003, o Conselho de Desenvolvimento virou um palanque, para seu comandante pedir idéias para um segundo mandato. A platéia ficou irada

Julia Duailibi

Na semana passada, o famoso Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, através do qual o governo Lula pretendia estabelecer um diálogo permanente com uma parcela da sociedade brasileira, realizou sua 17ª reunião em Brasília — mas, pelas divergências e constrangimentos que provocou, talvez tenha sido sua última. Diante da presença de menos de setenta pessoas, entre empresários, sindicalistas, professores universitários e ONGueiros, o comandante da reunião, o ministro Tarso Genro, fez seu número de prestidigitação e disse à platéia que o governo vive um momento de normalidade. Em seguida, festejou a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de não pedir o impeachment do presidente Lula, limitando-se a enviar uma notícia-crime ao Ministério Público na qual pede o aprofundamento das investigações sobre a eventual participação do presidente no mensalão. Para completar, Genro pediu aos presentes que formulassem sugestões para um plano de desenvolvimento estratégico para o próximo governo. Uma parte da platéia, sentindo-se transformada em massa de manobra eleitoral ao perceber que Genro queria idéias pu-

ra a reeleição, ficou estupefata.

A médica Zilda Arns, que integra o conselho como representante da Pastoral da Criança, foi um dos presentes que não gostaram do que ouviram. “Acho que essas coisas não levam a nada. Esta não é a hora de falar de um segundo mandato”, disse ela, que, apesar de tudo, continua achando uma boa idéia participar dos debates do órgão. Outro presente, que solicitou que não fosse identificado, disse que o pedido de Genro representou um constrangimento porque grande parte dos membros do conselho não tem vinculação com o PT ou com nenhum outro partido. “Percebemos que, no fundo, queriam nos amarrar à campanha de Lula e à sua reeleição. E isso é revoltante”, diz o empresário. O ministro Tarso Genro garante que sua intenção jamais foi colher sugestões para um segundo governo de Lula. A idéia, afirma ele, é fazer um plano de desenvolvimento para os próximos anos. “Não pedi sugestões para o próximo governo”, diz o ministro. “Pedi proposições e princípios para orientar o crescimento do país em período de quatro, oito, doze anos.” Ou seja: Genro está empenhado em produzir quilos de papéis com novas idéias para dar de presente aos candidatos à sucessão de Lula...

O Conselho, assim apelidado, foi criado com a fanfarrinha habitual do presidente, que o classificou, na sua reunião inaugural em fevereiro de 2003, como “uma das coisas mais importantes deste governo” e uma iniciativa “nunca antes vista”. Na época, o Conselho costumava reunir-se com a presença de uma centena de seus membros e Lula estava em todos os encontros e prometeu usar o novo órgão para fazer as cinco reformas funda-

mentais: trabalhista, sindical, tributária, política e previdenciária. Passados mais de três anos, o Conselho está esvaziado e não produziu nem um décimo do seu ambicioso resultado. “Lá, temos todos os diagnósticos, vários bons projetos e poucos resultados. Preocupa-me ter assuntos demais e que talvez atrapalhem a conclusão de alguns poucos outros assuntos, mas substantivos”, afirma o empresário Horácio Lafer Piva, ex-presidente da Fiesp. “Embora o conselho seja um órgão assessor, a expectativa era que tivéssemos tido mais participação nas ações do governo ou mais aderência de suas propostas com o que andou sendo discutido”, completa Piva, que, na última reunião, chamou a atenção dos conselheiros para a necessidade de que os debates ali travados se traduzissem em ações.

No decorrer de seus três anos de vida, o Conselho virou um retrato do velho assembleísmo inócuo do PT. Perdeu o status inicial, seus debates resultaram na produção de peças quase literárias, como as chamadas “Cartas de Concertação”, que simplesmente compilam diretrizes sobre inúmeros temas, e mesmo as decisões concretas que chegaram a ser aprovadas nunca deixaram o papel. A professora Sonia Fleury, cientista política da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, é autora de uma proposta clara: a alteração da composição do Conselho Monetário Nacional, órgão que define, entre outras coisas, as metas anuais de inflação. Sua proposta, devidamente aprovada pelo Conselho, dorme numa gaveta do presidente Lula. Na semana passada, Sonia Fleury cobrou uma ação do governo. “O conselho tem uma efetividade muito grande. É um local onde as elites e o resto do país podem se encontrar. Mas sua eficácia é baixa. Temos sugestões, mas nem sempre o governo quer ouvi-las”, diz a professora. Por que será que o ministro Tarso Genro resolveu agora pedir mais sugestões para os “próximos anos”? ■

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 11, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio
Prazo final: 15-6-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor: Senador Paulo Paim
Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006

(proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.*

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-trinho

Prazo final: 23-6-2006

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 14, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão
Prazo final: 4-7-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 16, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4-7-2006

6

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal

(comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts.

23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação*.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal*.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

26

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto

de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 8 minutos.)

(OS Nº 13361/06)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal
(Período de 1º a 31/05/2006)

A - SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS:

1 – APROVADO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO E
DEVOLVIDA A MEDIDA PROVISÓRIA À CÂMARA DOS
DEPUTADOS:

Total 1

Medida Provisória nº 279, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de oitocentos e noventa milhões de reais, para os fins que especifica; dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal; altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. (Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2006, e rejeitadas as matérias destacadas, restando aprovado o texto da Medida Provisória)

Sessão: 09.05.2006

2 – APROVADA NA ÍNTEGRA E ENVIADA À
PROMULGAÇÃO:

Total 1

Medida Provisória nº 278, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de oitenta milhões de reais para os fins que especifica.

Sessão: 09.05.2006

3 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À
CÂMARA:

Total 1

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, oferecida pela Câmara dos Deputados à da Medida Provisória nº 280, de 2006, que altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Sessão: 16.05.2006

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	17
Total.....	17

Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que cria Sistema Especial de Inclusão Previdenciária.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2003, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera dispositivos da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para agravar penas, condicionar a liberdade provisória ao pagamento de fiança e, após sentença condenatória recorrível, ao ressarcimento do dano, exigir o cumprimento mínimo de metade da pena para obtenção de benefícios penais, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 30 e 32 da Lei nº 9.504, de 1997 (dispõe sobre a prestação de contas de candidatos a cargos eletivos).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 04.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera os arts. 267, 269 e 295 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, ampliando as hipóteses de indeferimento da petição inicial, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 11.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui o ano de 2008 como "Ano Nacional Machado de Assis".

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 11.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 11.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2004, de autoria do Senador Augusto Botelho, que altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera a redação do art. 40 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para vedar a cessão ou transferência de atletas profissionais para o exterior nas condições que especifica.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que institui o "Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil" e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que inscreve o nome de Sepé Tiarajú no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que *altera o § 1º e o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 18.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que *altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

(Decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Sessão: 22.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluam internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas, que *dispõe sobre o Sistema de Consórcios.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 29.05.2006

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	129
Total.....	129

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2006 (nº 1.945/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural e Assistencial Água Viva para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2006 (nº 1.943/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ulysses Guimarães para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2006 (nº 1.967/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção e Preservação do Vale do Apodi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2006 (nº 2.001/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 02.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 600, de 2002 (nº 1.241/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Lider Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasiléia, Estado do Acre;

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2003 (nº 1.980/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Líder Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

- Projeto de Decreto Legislativo nº 528, de 2005 (nº 1.778/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Selvirriense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Selvíria, Estado de Mato Grosso do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

- Projeto de Decreto Legislativo nº 529, de 2005 (nº 1.779/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Cariré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariré, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

- Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2005 (nº 1.804/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural "Jerônimo Coelho" para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 533, de 2005 (nº 1.858/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Barrochense Cultural Comunitária (Abacuc) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Rocha, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2005 (nº 1.859/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vargem Alegre, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 539, de 2005 (nº 1.403/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Acac - Associação Comunitária de Apoio à Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarará, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2005 (nº 1.690/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada – GO e Distritos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 542, de 2005 (nº 1.765/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores “Rádio Comunitária Sentinela das Águas” – “Amorosa” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2005 (nº 1.840/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Assistência ao Homem do Campo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxias, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2005 (nº 1.842/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Tapiratibense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapiratiba, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 546, de 2005 (nº 1.845/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaberaí, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2005 (nº 1.847/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à

Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crixás, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2005 (nº 1.848/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Sociedade Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Simão, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2005 (nº 1.849/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Ação Social Mirandense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranda do Norte, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2005 (nº 1.852/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Louvores ao Rei Integração Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2005 (nº 1.854/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2005 (nº 1.862/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o *Clube de Mães “Madre Madalena” da Comunidade Senhor dos Passos - Comasp a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2005 (nº 1.874/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação*

Comunitária de Comunicação, Cultura e Desenvolvimento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2005 (nº 1.910/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Arnóbio Abreu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assú, Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 03.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1999 (nº 656/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Litoral Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 526, de 2005 (nº 1.724/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2005 (nº 1.823/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educacional "Convenção de Itu" para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 554, de 2005 (nº 1.865/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural de Nova Ibiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Ibiá, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2006 (nº 1.807/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inajá, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2006 (nº 1.810/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *autoriza a Associação do Movimento Voluntário de Ação Cultural, Comunitária e Recreativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilão Arcado, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2006 (nº 1.843/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *outorga permissão ao Grupo Monte Alegre de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2006 (nº 1.861/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *outorga permissão à FM Lagoa Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina da Lagoa, Estado da Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2006 (nº 1.881/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *autoriza a Rádio Comunitária Zabelê FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Remanso, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2006 (nº 1.886/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *autoriza a Associação Acultural de Galiléia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Galiléia, Estado de Minas Gerais;*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2006 (nº 1.915/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que *autoriza a Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão de Sapucaí Mirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaí-Mirim, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2006 (nº 2.865/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cásper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2006 (nº 3.164/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação do Bairro Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Vitória, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2006 (nº 3.228/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Cristália a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristália, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2006 (nº 1.647/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Comunicação Viva-Voz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2006 (nº 1.663/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mirantense (ASCOM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2006 (nº 2.251/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Trabalhadores de Guimarães (ATG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guimarães, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2006 (nº 1.894/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Espaço FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2006 (nº 1.902/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2006 (nº 1.907/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Mateus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2006 (nº 1.926/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ubaitaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubaitaba, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2006 (nº 1.811/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação do Desenvolvimento Cultural e Comunitário dos Produtores Rurais de Piritiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piritiba, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2006 (nº 1.819/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Marmeleiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2006 (nº 1.841/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Migrantes São Felipe - Arcomisf a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2006 (nº 1.801/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Rádio Clube de Salvador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2006 (nº 1.875/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio Nova FM Anastácio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2006 (nº 1.917/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Trans Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2006 (nº 1.920/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Carapebus Livre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Carapebus, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2006 (nº 1.932/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Una - Ardru a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2006 (nº 1.934/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de*

Radiodifusão Comunitária Thesaleia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 121 de 2006 (nº 1.949/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidade dos Sonhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2006 (nº 1.953/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Curaçaense Comunitária de Rádio e Difusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curaçá, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 08.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2006, que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação José Possidônio Peixoto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 11.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2006 (nº 1.972/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2006 (nº 1.478/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibema, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2006 (nº 1.684/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio - Acomppra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio do Antônio, Estado da Bahi.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2006 (nº 1.870/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Pérola D'Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2006 (nº 1.950/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de Orizona - Aico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orizona, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2006 (nº 1.960/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação da Região Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2006 (nº 1.981/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Vila Santa Branca - Sintonia FM 91,1 a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 171 de 2006 (nº 1.989/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Civil Filantrópica "Asilo Vila do Sol" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2006 (nº 2.007/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Artístico e Cultural de São Gonçalo do Sapucaí*

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2006 (nº 2.029/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamante do Norte, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2006 (nº 2.044/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Agenda – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2006 (nº 1.463/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Paranaitense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaita, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2006 (nº 1.971/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Atalaia de Bagé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2006 (nº 2.004/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação "Marechal Rondon" de Campinápolis - MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinápolis, Estado do Mato Gross.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2006 (nº 2.031/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Fundação Educativa e Cultural Goiás Vivo - Fungov para executar serviço de*

radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 15.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2005 (nº 1.730/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Maranata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 555, de 2005 (nº 1.872/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Sociedade dos Amigos de Magalhães de Almeida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Magalhães de Almeida, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 557, de 2005 (nº 1.887/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação "Comunidade Irmãos Unidos" de Governador Archer a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Archer, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 559, de 2005 (nº 1.905/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio Cultural São Romão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Pedroza, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2006 (nº 1.820/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de Lagoa do Barro do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lagoa do Barro do Piauí, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2006 (nº 1.890/2005, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade*

Serrado Verdes de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajá, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 2006 (nº 1.896/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Piripiri - Ascorapi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripiri, Estado do Piau.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2006 (nº 1.903/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina - CE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiapina, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

- Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2006 (nº 337/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro de Assistência Social de Palestina José Nogueira de Melo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2006 (nº 1.719/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Artística Virtulino Antônio Mairink - Jovens Unidos de Iguaba Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2006 (nº 1.585/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cacimba de Areia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimba de Areia, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2006 (nº 1.922/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Rodovia FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Taquarivaí, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2006 (nº 1.930/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte - ACANH a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2006 (nº 855/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Relógio Federal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2006 (nº 1.780/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Dinâmica de Ponte Branca FM - 91.5 a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Branca, Estado do Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2006 (nº 1.860/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleira, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2006 (nº 1.868/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté, denominada "Amaci", a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaté, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2006 (nº 1.878/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação - Ascom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto da Divisa, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2006 (nº 1.882/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Alvarenguense Cultural Comunitária de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvarenga, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2006 (nº 1.885/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Monte Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2006 (nº 1.888/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello - Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Munhoz de Mello, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2006 (nº 1.889/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Bragadense, denominada "ACCB" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pato Bragado, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2006 (nº 1.771/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Heliadora – Aché a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliadora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2006 (nº 1.776/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tuneiras do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2006 (nº 1.814/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente das Crianças Carentes e Abandonadas de Bandeirantes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2006 (nº 1.856/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Panorama FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panorama, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2006 (nº 1.863/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária de São João do Tigre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Tigre, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2006 (nº 1.879/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Cultura de Brasília de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2006 (nº 1.883/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense – Adescol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2006 (nº 1.911/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jucurutu/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 2006 (nº 1.763/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos da Rádio Comunitária de Jacinto Machado – SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2006 (nº 1.908/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2006 (nº 1.692/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à S.M. - Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2006 (nº 582/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Raio de Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2006 (nº 1.927/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Jesus - Acaje a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2006 (nº 1.936/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2006 (nº 1.931/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação*

Comunitária Cultura e Educação de Doverlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doverlândia, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2006 (nº 1.944/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Mairinque a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairinque, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2006 (nº 1.636/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rui Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2006 (nº 1.821/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2006 (nº 1.851/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araponga, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2006 (nº 1.891/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Várzea do Curral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Filadélfia, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2006 (nº 1.929/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Educandário Batista de Porto Velho – EBPV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2006 (nº 1.946/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social "Liberdade" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2006 (nº 1.952/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2006 (nº 1.955/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2006 (nº 1.958/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caculé, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2006 (nº 1.962/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Diamantina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2006 (nº 1.968/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Professor Falcão - FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toritama, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2006 (nº 1.204/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Barros Cassal - Ascobac a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2006 (nº 1.638/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social - Jerusalém a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pé de Serra, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2006 (nº 1.729/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Oceânica FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro do Chapéu, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2006 (nº 1.970/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista do Buricá, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 169 de 2006 (nº 1.983/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Alto Alegre do Pindaré - Arcap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Alto Alegre do Pindaré, Estado Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 170 de 2006 (nº 1.988/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2006 (nº 2.015/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Cuiabá - MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.05.2006

IV - MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA:

Total	6
-------------	---

Mensagem nº 13, de 2006 (nº 922/2005, na origem), submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio José Vallim Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 82, de 2006 (nº 66/2006, na origem), submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonino Marques Porto e Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 92, de 2006 (nº 99/2006, na origem), submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Eduardo Martins Felício, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Uruguai.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 94, de 2006 (nº 101/2006, na origem), submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor Mário Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 105, de 2006 (nº 168/2006, na origem), do Presidente da República, que submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein.

Sessão: 24.05.2006

Mensagem nº 112, de 2006 (nº 181/2006, na origem), do Presidente da República, que submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Frederico Cezar de Araujo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.

Sessão: 24.05.2006

V – PARECERES REFERENTES A MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES:

Total	5
-------------	---

Parecer nº 488, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 127, de 2006 (nº 300/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. *Humberto Eustáquio Soares Martins* para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Domingos Franciulli Neto.

Sessão: 24.05.2006

Parecer nº 489, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 128, de 2006 (nº 301/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. *Massami Uyeda* para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Sessão: 24.05.2006

Parecer nº 543, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 122, de 2006 (nº 269/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a indicação do Sr. *Mário Magalhães Carvalho Mesquita*, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga do Senhor Sérgio Darcy da Silva Alves.

Sessão: 24.05.2006

Parecer nº 544, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 123, de 2006 (nº 270/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a indicação do Senhor *Paulo Vieira da Cunha*, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Senhor Alexandre Schwartzman.

Sessão: 24.05.2006

Parecer nº 548, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 135, de 2006 (nº 349/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Sra. *Cármen Lúcia Antunes Rocha* para exercer o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Nelson Azevedo Jobim.

Sessão: 24.05.2006

VI – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa do Senado Federal	2
Total.....	2

Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2004, e autoria do Senador Ramez Tebet, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional.

(Rejeitado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2003, que tramitava em conjunto)

Sessão: 2.05.2006

Projeto de Resolução nº 37, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta § 5º ao art. 48 da Resolução nº 43, de 2001 (permite a dedução dos investimentos dos Estados em Educação e pesquisa de nível superior, nos pagamentos de encargos de parte de dívidas junto à União).

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 17.05.2006

VII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	71
Total.....	71

Requerimento nº 490, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores, solicitando votos de congratulações ao pugilista Acelino “Popó” Freitas, pela conquista do título mundial de boxe na categoria “Leves”.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 491, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico baiano Calasans Neto.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 493, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas, pela conquista do título de Campeão Mundial de Boxe, categoria dos Leves.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 494, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico Calasans Neto, ocorrido em 30 de abril último.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 495, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da pequena escolar Érica Daniela Freitas, de apenas 10 anos, brutalmente assassinada em Manaus, no caminho da escola.

Sessão: 02.05.2006

Requerimento nº 504, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Praça 14 de janeiro, na cidade de Manaus-AM, pelas comemorações em louvor a São Benedito, promovidas pela comunidade afro-descendente.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 505, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (ICBEU), de Manaus, pelo transcurso do seu cinquentenário.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 506, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao ensejo do transcurso do 155º aniversário de lançamento do primeiro jornal impresso em Manaus, o **Cinco de Setembro**.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 507, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Octávio Frias de Oliveira, editor da **Folha de S. Paulo**, pelo Prêmio "*Personalidade da Comunicação 2006*", a ele outorgada hoje, 3 de maio de 2006.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 508, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Pastor Joctã Paiva, pelo recebimento do título de Cidadão do Amazonas.

Sessão: 03.05.2006

Requerimento nº 511, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a inserção em ata de voto de aplauso ao jornalista Alberto Dines e demais membros de sua equipe pelos 10 anos na Internet, 8 anos na TV e 1 ano no rádio do Observatório da Imprensa.

Sessão: 04.05.2006

Requerimento nº 512, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Arcebispo de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira, pelo seu 72º aniversário.

Sessão: 04.05.2006

Requerimento nº 516, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de John Kenneth Galbraith.

Sessão: 04.05.2006

Requerimento nº 523, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Drumond, ministro aposentado do Tribunal de Contas da União, ocorrido hoje, em São Paulo.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 524, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, pela realização do II Seminário de Profissionais e Estudantes de Ciências Contábeis, realizado em Manaus, de 25 a 28 de abril de 2006, bem como a todos os contabilistas do Amazonas pelo transcurso do Dia do Contabilista.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 525, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Ministro Aluizio Alves, ocorrido ontem em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 526, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a cantora Beth Carvalho, que completou 60 anos de idade, na última sexta-feira, dia 5 de maio.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 527, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o empresário Paulonei Tomaz Avelino, eleito o industrial do ano de 2006.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 528, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o atleta amazonense Retclis Matos, que se sagrou campeão brasileiro de Karatê shotokan.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 529, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o atleta amazonense Tasso Alves, que venceu o Campeonato Sul-Americano de Judô, disputado nos dias 22 e 23, de abril último, em Cali, na Colômbia.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 530, de 2006, de autoria do Senador José Agripino, solicitando inserção em ata voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Ministro Aluizio Alves, em 6 do corrente, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 531, de 2006, de autoria do Senador Almeida Lima, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Aracaju, Gileno da Silveira Lima, ocorrido no dia 4 de maio.

Sessão: 08.05.2006

Requerimento nº 537, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, na cidade de São Paulo, no dia de ontem, do ex-Ministro do Tribunal de Contas da União, Olavo Drummond.

Sessão: 09.05.2006

Requerimento nº 538, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista, advogado, escritor e político mineiro Ministro Olavo Drummond, ocorrido no dia 8 de maio de 2006.

Sessão: 09.05.2006

Requerimento nº 539, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prefeito Antônio de Jesus Oliveira, do Município de Dom Eliseu-PA.

Sessão: 09.05.2006

Requerimento nº 544, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prefeito da Cidade de Dom Eliseu, Sr. Antônio de Jesus Oliveira, ocorrido dia 9 de maio de 2006.

Sessão: 09.05.2006

Requerimento nº 548, de 2006, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor Marcilio Flávio Rangel de Farias, Diretor Geral do Instituto Dom Barreto de Ensino.

Sessão: 10.05.2006

Requerimento nº 550, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para os atletas amazonenses Christian Higor Magalhães Afonso e Guilherme Carvalho, destaques da 19ª edição do Campeonato Amazonense de Jiu-Jitsu.

Sessão: 10.05.2006

Requerimento nº 551, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o empresário Wallid Ismail, pelo êxito obtido na realização, em Manaus, da 6ª edição do Jungle Fight.

Sessão: 10.05.2006

Requerimento nº 552, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Flaviano Limongi, que completou 80 anos.

Sessão: 10.05.2006

Requerimento nº 557, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, 11 de maio, do jornalista e analista político Abdias Silva.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 558, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança, ao ensejo do sepultamento, no Rio de Janeiro, na manhã de hoje, 11 de maio, 73 anos após seu falecimento, dos restos mortais, trasladados do México, da mãe de Luiz Carlos Prestes, Sra. Leocádia Felizardo Prestes.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 559, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à mãe brasileira, ao ensejo do Dia das Mães, na figura de uma notável mulher amazonense, mãe adotiva de 60 filhos, que cria com comovente amor: Dona Waldiza Araújo Ribeiro.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 561, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Gondim Jacob, servidora do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 562, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de 4 membros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Santa Maria-RS, ocorrido no dia 11 de maio de 2006.

Sessão: 11.05.2006

Requerimento nº 564, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Pedro Falabella, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, eleito 1º vice-presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE.

Sessão: 15.05.2006

Requerimento nº 565, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o jovem atleta amazonense Paulo Keryson, que conquistou o título de bicampeão brasileiro de jiu-jitsu na categoria pluma.

Sessão: 15.05.2006

Requerimento nº 566, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a Escola Estadual Petrônio Portela, pela inauguração, no último dia 5 de maio, de seu espaço cultural.

Sessão: 15.05.2006

Requerimento nº 567, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a atleta amazonense Deyse Rodrigues, que conquistou, no último dia 12 de maio, a medalha de ouro na prova de 400 metros rasos nos Jogos Nacionais do Sesi.

Sessão: 15.05.2006

Requerimento nº 575, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta Jadel Gregório, pela conquista da medalha de ouro no GP-Rio, de salto triplo, no dia 14 do corrente, no Rio de Janeiro.

Sessão: 16.05.2006

Requerimento nº 576, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de solidariedade e de pronto restabelecimento ao levantador de toadas Srs. Arlindo Júnior, do Boi-Bumbá Caprichoso, de Parintins, no Amazonas.

Sessão: 16.05.2006

Requerimento nº 584, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento de seis policiais civis, vinte e um policiais militares, dois bombeiros, oitos agentes penitenciários, três guardas metropolitanos e quatro cidadãos comuns em decorrência de ataques na cidade de São Paulo.

Sessão: 16.05.2006

Requerimento nº 585, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos policiais e bombeiros vitimados pelos atentados no Estado de São Paulo.

Sessão: 16.05.2006

Requerimento nº 587, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para a Professora Alcy Pedrosa de Oliveira Limongi, que completou 89 anos de idade no dia 10 de maio.

Sessão: 17.05.2006

Requerimento nº 588, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Engenheiro-Agrônomo amazonense Vivaldo Campbell de Araújo, pelo lançamento do livro “O Chamado”.

Sessão: 17.05.2006

Requerimento nº 589, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus, pela realização da III Feira Internacional da Amazônia (III FIAM), em Brasília, no mês de maio de 2006.

Sessão: 17.05.2006

Requerimento nº 590, de 2006, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do embaixador Álvaro Alencar, em 17 do corrente, no Rio de Janeiro.

Sessão: 18.05.2006

Requerimento nº 593, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela realização do 15º Congresso Eucarístico Nacional, nos dias 20 e 21 últimos, em Florianópolis/SC.

Sessão: 22.05.2006

Requerimento nº 594, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio,

solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Carlos Alberto de Aragão Vinagre, ocorrido no dia 22 de maio de 2006, na cidade de Belém.

Sessão: 23.05.2006

Requerimento nº 596, de 2006, de autoria do Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Universidade Federal do Amazonas – UFA e ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA pela pesquisa conjunta que resultou no mapeamento do DNA do Guaraná.

Sessão: 23.05.2006

Requerimento nº 597, de 2006, de autoria do Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da professora Sebastiana Braga, notável educadora amazonense, ocorrido em Manaus.

Sessão: 23.05.2006

Requerimento nº 598, de 2006, de autoria do Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista Tereza Cristina Calderaro Corrêa, Vice-Presidente da Rede Calderaro de Comunicações (grupo de que faz parte o jornal A CRÍTICA), de Manaus, pela sua eleição para integrar, como único membro estrangeira, o Board of Directors da Newspaper Association of América – NAA, de Orlando, Flórida, Estado Unidos.

Sessão: 23.05.2006

Requerimento nº 603, de 2006, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma, solicitando voto de louvor à Rede Bandeirantes de Televisão pela realização do programa “Apae em Ação” no domingo passado, dia 21 de maio de 2006.

Sessão: 24.05.2006

Requerimento nº 606, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Regina Napoleão, ocorrido neste 30 de maio, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 607, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, pai do Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro, ocorrido em Manaus.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 608, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, do técnico gráfico Raimundo Costa, primeiro colaborador do jornal A Crítica.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 609, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Moto Honda da Amazônia Ltda, pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa 2005, conferido pela FIEM.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 610, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 611, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus, pela passagem de seu 25º aniversário de fundação.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 612, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do Ano, conferido pela FIEM.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 613, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do Ano de 2005, conferido pela FIEM.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 614, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda, pela conquista do Título de Exportadora do Ano de 2006, conferido pela FIEM, por indicação da ACEAM.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 615, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que levou ao mapeamento parcial do DNA do Guaraná.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 617, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan, mãe do Dr. Samuel Hanan, ex-vice Governador do Estado do Amazonas.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 618, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador e ex-Governador do Estado do Piauí, Hugo Napoleão.

Sessão: 30.05.2006

Requerimento nº 619, de 2006, de autoria do Senador Magno Malta solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito Hélio Carlos Manhães, ocorrido na terça-feira passada, dia 23 de maio de 2006.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 620, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar à família Shurmann, de Navegantes – SC, pelo falecimento da menina Katherine Schurmann, aos 13 anos de idade, vítima de pneumonia. Dos 5 aos 7 anos, Katherine acompanhou a família numa viagem de volta ao mundo, para reconstituir a circunavegação de Fernão de Magalhães, realizada entre 1519 e 1522.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 622, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, nessa terça-feira, dia 30/05/2006, do jornalista Daniel Koslowski Herz, bem como apresentação de condolências aos familiares.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 623, de 2006, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando voto de aplauso à artista plástica Maria Nazaré Rufino, mais conhecida como Naza, por haver sido contemplada, nos EUA, com o prêmio internacional Brazilian Internactional Press Award 2006, como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva do Brasil nos EUA.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 625, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso em homenagem à doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, empossada recentemente como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Sessão: 31.05.2006

Requerimento nº 626, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar à família do Professor Daniel Koslowsk Herz, falecido terça-feira (30/05). Com rida trajetória no jornalismo, exercia atualmente o cargo de Diretor da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas.

Sessão: 31.05.2006

VIII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 5

Ato nº 18, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 284, de 6 de março de 2006**, que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1996, e 8.212, de 24 de julho de 1991. (empregadas domésticas)

(Publicado no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2006, seção I)

Ato nº 19, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 6 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 285, de 6 de março de 2006**, que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2006, seção I)

Ato nº 20, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 286, de 9 de março de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de até R\$ 250.500.000,00, para os fins que especifica”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2006, seção I)

Ato nº 21, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 287, de 29 de março de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00, para os fins que especifica”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2006, seção I)

Ato nº 22, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de maio de 2006, a **Medida Provisória nº 288, de 31 de março de 2006**, que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006”.

(Publicado no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2006, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de maio de 2006)	
Deliberativas Ordinárias	14
Não Deliberativas	7
Especiais	2
Total	23

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de maio de 2006)

MATÉRIAS APROVADAS	160
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	3
1 – Aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados.....	1
2 – Aprovada na íntegra e encaminhada à promulgação.....	1
3 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão e devolvida Medida Provisória à Câmara dos Deputados	1
II - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	17
1 – Em decisão terminativa.....	17
1.1 – Proposições do Senado.....	17
III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	129
1 – Concessões e telecomunicações.....	129
IV – Escolha de chefes de Missões Diplomáticas	6
V – Escolha de autoridades.....	5
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	2
VI – Matérias rejeitadas	2
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	162
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	5

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE
FEVEREIRO A DE 31 DE MAIO DE 2006**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 4ª
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA
(15 de fevereiro a 31 de maio de 2006)**

Deliberativas Ordinárias	40
Não Deliberativas	26
Especial.....	05

Total 71

MATÉRIAS APROVADAS 325

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 12

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção..... 4

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação..... 4

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 3

4 – Aprovado Projeto de Lei de Conversão e Devolvida a Medida Provisória à Câmara dos Deputados 1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 14

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... 43

1 - Em Decisão terminativa36

1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....36

2 - Por Decisão de Plenário7

2.1 – Do Senado Federal3

2.2 – Da Câmara dos Deputados.....3

2.3 – de Comissão Mista..... 1

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação 204

1 - Acordos Internacionais.....53

2 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....7

3 – Operações de Crédito.....4

4 – Concessões de telecomunicações..... 140

V – Escolha de chefes de Missão Diplomática..... 6

VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade 5

VII – Requerimento de informações sigilosas 1

VIII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante 5

IX – Indicação 1

X – Requerimentos Diversos..... 34

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 11

XI - Matérias prejudicadas..... 2

XII - Matérias rejeitadas 9

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 336

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA 18

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
PMDB	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
PDT	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Shhessarenko – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾**

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽⁵⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾ PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS			
Satisfação pela promoção no dia 31 de maio de 2006, do lançamento de obra literária de tema inédito, do uberabense João Eurípedes Sabino, intitulada “O Andarilho - Quem é ele?”, reflexão ímpar sobre um tipo social que merece a atenção por parte de toda a sociedade.	429	Solicitação da transcrição de um estudo sobre a carga tributária recorde em 2005.	158
		Protesto contra matéria dos jornalistas Polícarpo Júnior e Otávio Cabral, publicada na revista <i>Veja</i> , com declarações desrespeitosas à pessoa de S.Exa. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	173
		Comentários sobre a matéria intitulada “5 lições para derrubar o juro e crescer mais”, de autoria do jornalista Giuliano Guandalini, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 24 de maio de 2006. ...	191
ALMEIDA LIMA			
Críticas ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que disse que o PIB do primeiro trimestre estaria sendo dividido pela totalidade da população, quando na verdade estaria sendo dividida parcela em forma de salário-esmola e auxílio-esmola e outra parcela pelos banqueiros. Aparte ao Senador César Borges.	311	Preocupação com as agruras vividas pelo setor têxtil e de confecção do País.	191
		Questionamentos sobre a saúde do povo brasileiro.	258
		Considerações sobre a discriminação na liberação de recursos de emendas parlamentares ao Orçamento.	258
ALVARO DIAS			
Registro da matéria intitulada “Agora vice do STF, Mendes critica governo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de abril de 2006.	94	Transcrição, nos Anais do Senado, do editorial intitulado “Brasil cresce menos que concorrentes”, publicado no jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , edição de 30 de maio de 2006. Registro do artigo intitulado “Os xingamentos de Lula”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 24 de maio de 2006.	332
Registro da matéria intitulada “Heloísa Helena afirma que no PT há pessoas capazes de matar”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006.	132	Requerimento nº. 621, de 2006, que requer que sejam prestadas pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações sobre o recrudescimento de medidas de expedição de registro e porte de armas de fogo, desde a vigência da Lei nº. 10.826, de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências, bem como o número de expedições efetivadas nos vários estados da federação, e os critérios mais difíceis de serem atendidos, dentre os exigidos por essa lei.	354
Comentários sobre dados divulgados pelo Fórum Econômico Mundial sobre a capacidade de os países usarem a tecnologia da informação e defesa de um projeto de política nacional para nossa economia digital.	155	Registro do artigo “O Assalto à Previdência”, de autoria do ex-Deputado, jornalista e economista Hélio Duque.	397
Saudação ao povo colombiano pela reeleição de Álvaro Uribe, para Presidente da Colômbia.	155		
Relato de conversa com agricultores do Paraná sobre o descaso governamental com a agricultura.	158		

	Pág.		Pág.
Ratificação da tese de existência de superávit na Previdência Social.	397	Comentários sobre a falta de palavra do Presidente Lula e críticas à sua política de contingenciamento de verbas. Aparte ao Senador José Agripino.	188
Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006.	397	Críticas à atuação do Presidente Lula e sua postura corrupta de compra de aliados no Congresso Nacional.	189
Transcrição do artigo intitulado “O Brasil da utopia de Lula”, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 31 de maio de 2006.	450	Considerações sobre o papel do Senado Federal.	189
ANA JÚLIA CAREPA		Comentários sobre a desmoralização da Mesa da Câmara.	189
Considerações sobre a agricultura familiar, item importante na economia, exportações, geração de emprego e renda, ocupação e, inclusive, na possibilidade de paz no campo.	17	Projeto de Decreto Legislativo nº. 328, de 2006, que susta os efeitos da portaria nº. 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA.	222
Debate sobre a questão da aplicação de recursos financiados pela Caixa Econômica Federal em obras de saneamento pelo País. Aparte ao Senador César Borges.	309	Requerimento nº. 604, de 2006, que requer ao Tribunal de Contas da União informações relativas ao Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nacional, estaduais e do Distrito Federal.	229
Considerações ao pronunciamento do Senador César Borges sobre a atuação do Governo Federal.	315	Justificação de requerimento solicitando informações ao Tribunal de Contas da União sobre o recebimento de dinheiro pelo Sebrae e conseqüente repasse às ONGs.	286
Comentários acerca da não realização da Audiência Pública na CAE, onde seria iniciado o debate para a regulamentação da Lei Kandir. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	448	Críticas à edição, pelo Presidente da República, da Medida Provisória nº 295, de 2006, que reestrutura várias carreiras do Poder Executivo. ..	286
ANTERO PAES DE BARROS		Considerações acerca da ação nefasta do PCC, que comanda a violência a partir dos presídios, problemática que deve ser considerada um caso de segurança nacional, a ser amplamente discutida e combatida pela sociedade brasileira. Aparte ao Senador Magno Malta.	299
Registro do editorial intitulado “O protesto do campo”, do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 4 de maio de 2006.	88	Posicionamento contrário à realização da sessão do Congresso para discutir as transformações da Comissão de Orçamento, e pedido de verificação dos números apresentados nos relatórios, por considerá-los fictícios.	329
Registro da matéria intitulada “O dedo de Cuba na nacionalização”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> de 14 de maio de 2006.	136	Requerimento nº. 625, de 2006, que requer Voto de Aplauso em homenagem à Doutora Madeleine Alves de Souza Gouveia, empossada recentemente como Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.	356
Registro da matéria intitulada “Delúbio pediu dinheiro ao Opportunity, diz ex-sócio”, da jornalista Janaína Leite, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 16 de maio de 2006.	201	Críticas à atitude do Senador Sibá Machado em sua defesa cega ao Governo Lula. Aparte ao Senador João Batista Motta.	387
Registro da matéria intitulada “Dançarina da pizza recebe multa de R\$ 1 milhão”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 18 de maio de 2006.	338	Ratificação da legitimidade do mandato de S.Exa. em defesa dos interesses do Estado da Bahia.	389
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		Crítica à maneira imprópria como o Governo Federal concedeu aumento para o funcionalismo.	389
Discussão a respeito da desobstrução da pauta a ser votada no Senado Federal, em face das Medidas Provisórias mandadas pelo Governo, e pedido de celeridade na votação do Fundeb. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.	53	Considerações acerca da inutilidade de cargos públicos, como o de vice-Presidente e o de vice-	

	Pág.	III	Pág.
Governador, que não recebem votos e deveriam ser extintos.	389		
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			
Projeto de Lei do Senado nº. 165, de 2006, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a licença-parental.	5	Justificação de requerimentos que versam sobre a importância da rede de pesquisas na Amazônia.	170
Considerações sobre a agricultura familiar, exportações, geração de emprego e renda, ocupação e, inclusive, a possibilidade de paz no campo. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.	18	Registro do artigo “Amar a vida”, do professor Roberio Braga.	178
Discussão a respeito da desobstrução da pauta a ser votada no Senado Federal, trancada em face das Medidas Provisórias mandadas pelo Governo, e pedido de celeridade na votação do Fundeb.	52	Requerimento nº. 607, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Tertulino Araújo Pereira, pai do Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro.	230
Críticas à obstrução das pautas de votação de matérias no Senado Federal por parte do Governo Federal.	52	Requerimento nº. 608, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de em Manaus, do técnico gráfico Raimundo Costa, primeiro colaborador do jornal <i>A Crítica</i>	230
Considerações a respeito da questão da violência promovida pelo crime organizado, dando destaque para a necessidade de reestruturação da segurança pública no Brasil.	52	Requerimento nº. 609, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Moto Honda da Amazônia Ltda., pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa 2005 conferido pelo Estado do Amazonas – FIEM.	231
Considerações acerca das Medidas Provisórias que estão trancando a pauta e impedindo a tramitação normal dos projetos oriundos do Executivo e da própria Casa.	415	Requerimento nº. 610, de 2006, que requer Voto de Aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica. Daiane, Medalha de Ouro; Laís, Medalha de Prata.	231
Apresentação de Emenda Constitucional, no sentido de haver alternância de discussão na Casa entre as medidas provisórias e a pauta normal. ...	415	Requerimento nº. 611, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus, pela passagem de 25º aniversário de fundação.	231
Comentários à Medida Provisória 285/2006, que dispõe sobre a repactuação das dívidas dos agricultores.	434	Requerimento nº. 612, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do Ano, conferido pela Fundação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.	231
ARTHUR VIRGÍLIO			
Comentários sobre matéria intitulada “Denúncia causa comoção em Brasília”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 23 de julho de 2004. ...	170	Requerimento nº. 613, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.	232
Protesto contra matéria dos jornalistas Polcarpo Júnior e Otávio Cabral, publicada na revista <i>Veja</i> , com declarações desrespeitosas à pessoa de S.Exa.	170	Requerimento nº. 614, de 2006, que requer Voto de Aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., pela conquista do Título de Exportadora do Ano de 2006, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM.	232
Considerações acerca da atuação do Exército Brasileiro na Amazônia.	170	Requerimento nº. 615, de 2006, que requer Voto de Aplauso a Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que levou ao mapeamento parcial do DNA do guaraná.	232
Pedido de Voto de aplauso ao empresário Pauloney Tomaz Avelino, que recebeu o diploma de Industrial do ano de 2006.	170	Requerimento nº. 616, de 2006, que requer ao Ministro da Previdência Social informações sobre deficiências no sistema de concessão de Auxílio-Doença.	233
Registro do falecimento do Senhor Tertulino de Araújo Pereira, em Manaus/AM.	170		

	Pág.		Pág.
Requerimento nº. 617, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan, mãe do Dr. Samuel Hanan, ex-Vice Governador do Estado do Amazonas.	233	patrulhamento naval da Amazônia Azul como dever de Estado, inclusive para evitar eventuais ações de terroristas.	400
Requerimento nº. 618, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador e ex-Governador do Piauí, Hugo Napoleão.	234	Registro de denúncias sobre maus tratos a indígenas, tolerados por um Governo que se dizia indigenista, ambientalista, e mais um monte de “istas” que foram desmentidos.	400
Esclarecimento da participação de V. Exa. na Comissão de Direitos Humanos externa para São Paulo, presidida pelo Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	319	Requerimento nº. 629, de 2006, que requer que seja autorizada representação externa do Senado Federal, para participar do Fórum Estadual em Defesa dos Municípios, que será realizado em Manaus/AM, no dia 1º de junho de 2006.	429
Elogio ao pronunciamento da Senadora Íris de Araújo, chamando a atenção do Governo para as necessidades do Brasil. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	320	Considerações sobre as próximas eleições presidenciais. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	433
Comentários sobre a matéria intitulada “Receita pára e empresas perdem. Greve de auditores traz prejuízos de US\$ 750 milhões só no Distrito Industrial de Manaus”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 30 de maio de 2006.	325	Alerta ao Governo para que abra o diálogo com os auditores fiscais da Receita Federal, há uma semana em greve reivindicatória.	435
Homenagem de pesar à D. Regina Napoleão, genitora do ex-Senador Hugo Napoleão.	325	Anúncio da III Feira Internacional da Amazônia, a realizar-se em Manaus entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro de 2006, verdadeira vitrine de tecnologia e de oportunidade de negócios no Estado do Amazonas.	435
Críticas ao Presidente Lula e considerações acerca do contingenciamento de recursos do Orçamento Geral da União destinados aos Estados, para 2007, pelo Governo Federal.	325	Comentários sobre o anúncio da criação do Parque Nacional dos Campos Naturais Amazônicos, em fase final de projetos e estudos.	435
Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006, desejando-lhe o estreitamento das relações entre Brasil e Itália.	396	Críticas ao pretensão projeto do megalômano gasoduto Caracas-Buenos Aires pelo Governo Lula.	435
Registro de matéria intitulada “Etnias Ameaçadas”, de autoria de Paloma Oliveto, publicada no jornal <i>Correio Brasiliense</i> , edição de 31 de maio de 2006.	400	AUGUSTO BOTELHO	
Registro de matéria intitulada “Relatório aponta aumento de mortes de índios” e, como subtítulo, “Conselho lista 43 assassinatos em 2005; média anual de casos no Governo Lula dobrou em relação aos anos FH”, de autoria de Jailton de Carvalho, publicada no jornal <i>O Globo</i> , listando ocorrências de racismo, violência sexual e discriminação contra indígenas.	400	Justificação de proposição que encaminhará à Mesa, criando a Zona Franca de Boa Vista - Roraima.	66
Registro de matéria intitulada “Número de índios assassinados dobra no Governo Lula”, de autoria da articulista Lígia Formenti, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2006.	400	Preocupação com os índices débeis de crescimento da economia brasileira nas últimas décadas.	66
Registro de artigo publicado pela <i>Folha de S. Paulo</i> , de autoria do Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, em que fala da necessidade de		CÉSAR BORGES	
		Críticas a postura adotada pela Senadora Ana Júlia Carepa de defesa cega ao Governo Lula.	306
		Críticas à exploração política promovida pelo Governo Lula, que reedita programas do Governo anterior, muda o nome e deles se apossa. Insurgência contra a propaganda enganosa do Governo Federal de que está aplicando recursos próprios em obras de saneamento pelo País, enquanto os recursos são oriundos do FGTS, administrados pela Caixa Econômica Federal.	306
		Cumprimentos ao Presidente do Senado pela instalação da Comissão Mista destinada a siste-	

	Pág.		Pág.
matizar os Projetos de Lei sobre saneamento, em tramitação no Congresso Nacional.	306	EDUARDO AZEREDO	
Pedido de explicação à Senadora Ana Júlia Carepa que suscita o art. 14 do Regimento Interno da Casa.	315	Projeto de Lei do Senado nº. 173, de 2006, que institui o Dia Nacional do Pesquisador.	358
Críticas à apropriação indébita que o Governo Federal faz, dos recursos do FGTS.	442	Considerações sobre as próximas eleições presidenciais. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	433
Registro da instalação, em 31 de maio de 2006, da Comissão Especial Mista para sistematizar o marco regulatório do setor de saneamento.	442	Encaminhamento à Mesa de pronunciamento sobre o trabalho desenvolvido pelo Exército Brasileiro nas fronteiras da Amazônia.	441
Comentário sobre nota de Josias de Souza, intitulada “Lula faz a corte ao ex-desafeto Quércia”.	442	Comentário sobre nota de Josias de Souza, intitulada “Lula faz a corte ao ex-desafeto Quércia”. Aparte ao Senador César Borges.	443
CRISTOVAM BUARQUE		EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
Preocupação com a economia brasileira. Aparte ao Senador José Agripino.	71	Denúncia, baseada em documentos públicos, que apontam para um desvio no Instituto Geral de Previdência do Estado do Tocantins - Igeprev, que monta a R\$ 25 milhões.	293
Reflexões sobre o artigo de autoria do Senador Jefferson Péres, referente à proposta da “ <i>Concertación</i> ”.	73	EDUARDO SUP LICY	
Participação em reunião com entidades do Rio Grande do Sul sobre o salário-mínimo.	73	Destaque para a importância da visita do Presidente da França, Jacques Chirac, ao Brasil, e a afinidade de seu País com alguns aspectos defendidos pelo povo e pelo Governo brasileiro.	15
Saudação pela realização do Segundo Fórum Nacional Extraordinário promovido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, em Brasília. Aparte ao Senador Paulo Paim.	106	Registro do número de beneficiários do programa Bolsa-Família, atendendo ao pedido do Senador Heráclito Fortes. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	80
Comentário sobre a questão da educação e da importância de se trabalhar com metas de erradicação do analfabetismo no País.	110	Análise sobre reportagem do jornal <i>Valor Econômico</i> , referente ao crescimento do PIB brasileiro em 2006. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	246
Homenagem ao PDT, que comemorou aniversário no dia 12 de maio.	110	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.	258
Reflexão sobre os debates dos candidatos à Presidência da República.	316	Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	284
Considerações a respeito da candidatura do PDT às eleições presidenciais.	316	Apresentação de aspectos positivos do Programa Bolsa Família, colocados em prática pelo Governo Lula.	295
Elogio à postura do P-SOL e sua luta frente às eleições presidenciais.	316	Registro da importância da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Cristovam Buarque. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	318
Considerações a respeito do combate à violência no País.	316	Requerimento nº. 622, de 2006, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, na terça-feira, dia 30 de maio de 2006, do jornalista e professor Daniel Koslowski Herz, bem como apresentação de condolências aos familiares.	355
EDISON LOBÃO			
Parecer nº. 636, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 143, de 2006 (nº. 366, 2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Carlos Thadeu Delorne Prado, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.	374		

	Pág.		Pág.
Apresentação de requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Daniel Koslowski Herz.	420	ritmo do crescimento mundial. Aparte ao Senador José Agripino.	70
Apresentação de correspondência da Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa dirigida à V. Exa. para encaminhamento ao Presidente do Banco Central.	430	Comentários sobre a divulgação de dados do Governo Lula sobre a alta na criação de empregos com carteira assinada, lamentando, porém, que ao término de seu mandato o Presidente não tenha gerado os dez milhões de empregos prometidos em campanha eleitoral. Aparte ao Senador Sibá Machado.	78
Registro do comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 13 de junho, do Presidente do Banco Central e demais membros do Conselho de Política Monetária.	430	Destaque para a necessidade de aprovação urgente do Fundeb. Aparte à Senadora Serys Shlessarenko.	81
Informações sobre a convenção do Partido dos Trabalhadores para a definição de seu candidato ao Senado Federal, a realizar-se no dia 3 de junho de 2006.	430	Inserção nos Anais do Senado do manifesto produzido pelos partidos da oposição, sobre a entrevista concedida pelo ex-secretário geral do Partido dos Trabalhadores, Silvio Pereira, ao jornal <i>O Globo</i>	92
FÁTIMA CLEIDE		Comentário sobre reportagem intitulada “Jogo do Bilhão” publicada pela revista <i>IstoÉ Dinheiro</i> , edição de 15 de maio de 2006.	143
Solidariedade à Senadora Serys Shlessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Shlessarenko.	284	Registro do artigo “Até quando, sabemos; mas até onde?”, de autoria do presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em sua edição de 16 de maio de 2006.	209
Considerações sobre a violência praticada contra crianças e comentários sobre o projeto do Senador Pedro Simão para se instituir a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.	407	Restabelecimento da verdade em relação à questão da eletrificação rural no País. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	292
FLÁVIO ARNS		Crítica ao Governo Federal, que não tendo realizado obras em todo o País, se apropria de financiamentos tomados aos governos estaduais para dizer que são investimentos seus. Aparte ao Senador César Borges.	308
Considerações sobre o caso da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Aparte ao Senador César Borges.	310	Considerações a respeito da proposta de discussão de regulamentação da Lei Kandir. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	329
Considerações a respeito do programa de reforma agrária no País. Aparte ao Senador José Agripino.	323	Comentário acerca da elevação da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, à categoria de Catedral de Nazaré.	447
Projeto de Lei do Senado nº. 177, de 2006, que institui o dia 9 de agosto como o “Dia Nacional da Equoterapia”.	368	Lamento pela não realização da Audiência Pública na CAE, onde seria iniciado o debate para a regulamentação da Lei Kandir, em razão da ausência de representantes do Governo.	447
FLEXA RIBEIRO		Registro da realização de Audiência Pública, dia 31 de maio de 2006, na CMA, para tentar a conciliação dos interesses, no sentido de que o setor madeireiro tenha condições de sustentação.	447
Considerações a respeito da questão da violência promovida pelo crime organizado, dando destaque para a necessidade de reestruturação da segurança pública no Brasil. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.	54	Comentários ao artigo intitulado “O código dos vinte”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006. ...	457
Denúncia das invasões ocorridas no Reflorestamento Água Azul II, próximo a Tucuruí, sudoeste do Estado do Pará.	68	Comentários sobre o artigo intitulado “A República dos Alucinados”, de autoria da escritora	

	Pág.		Pág.
Lya Luft, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006.	457	dências, e a Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.	2
GARIBALDI ALVES FILHO			
Considerações a respeito da situação de abandono de acampados e assentados, que carecem de apoio do Governo Federal. Aparte ao Senador José Agripino.	325	Críticas à postura de “omissão vergonhosa” do Congresso Nacional frente ao impasse entre o Governo e o produtor rural.	157
Apelo com relação ao setor agrícola nordestino, que tem se mostrado muito vulnerável. Questionamento pela edição da Medida Provisória 285/2006, sobre a renegociação das dívidas agrícolas.	445	Protesto pelo tratamento dispensado pelo Governo Federal ao setor agrícola. Apelo no sentido de que se garanta a correção das distorções do saldo devedor dos produtores, a viabilização do zoneamento agrícola e a repactuação das dívidas. .	157
GILBERTO MESTRINHO			
Parecer nº. 632, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 157, de 2006, (nº. 401/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e consórcio de bancos liderado pela instituição MCC SpA Capitalia Gruppo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial da importação de bens e serviços no âmbito do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento.	234	Apresentação de requerimento para a instalação da CPI dos sanguessugas.	392
Projeto de Resolução nº. 36, de 2006, que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p.A Capitalia Grupo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).	236	Defesa da aprovação de projetos destinados ao desenvolvimento de políticas sociais de atendimento às crianças e adolescentes do País, acolhendo-os antes que sejam arrastados pela marginalidade.	392
GILVAM BORGES			
Debates sobre a conjuntura e a inserção do PMDB no contexto nacional atual pré-eleições. Aparte ao Senador Pedro Simon.	122	Considerações a respeito do atual momento de violência que o País vive e da necessidade urgente da implantação de um bem treinado, capacitado e bem remunerado aparato de segurança pública.	392
Críticas ao posicionamento do Senador Pedro Simon sobre sua candidatura para Presidente da República pelo PMDB.	382	Considerações a respeito da necessidade de correção e ajustes na Lei Kandir pelo Governo Lula. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	449
HELOÍSA HELENA			
Projeto de Lei do Senado nº. 163, de 2006, que altera a Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras provi-		HERÁCLITO FORTES	
		Cobrança de esclarecimentos do programa Bolsa-Família. Aparte ao Senador Sibá Machado. .	78
		Críticas aos programas Bolsa-Família e Fome-Zero do Governo Federal. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	80
		Apresentação de requerimento de Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.	257
		Requerimento nº. 623, de 2006, que requer, nos termos regimentais da Casa, que seja consignado nos anais do Senado Federal, Voto de Aplauso à artista plástica Maria Nazaré Rufino, mais conhecida como Naza, por haver sido contemplada, nos Estados Unidos, com o prêmio internacional <i>Brazilian International Press Award 2006</i> , como a artista brasileira que mais contribuiu para a imagem positiva do Brasil nos Estados Unidos.	355
		Aplauso a artista plástica piauiense Maria Nazaré Rufino, pelo recebimento, nos Estados Unidos, do prêmio <i>Brazilian International Award 2006</i>	392
		Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006, desejan-	

	Pág.		Pág.
do-lhe o estreitamento das relações entre Brasil e Itália.	397		
Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o Governo Brasileiro. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	427	Requerimento nº. 626, de 2006, que requer, nos termos da lei, inserção em ata de Voto de Pesar à família do Professor Daniel Koslowski Herz, falecido terça-feira, dia 30 de maio de 2006. Com rica trajetória no jornalismo, exercia o cargo de Diretor da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas.	356
Considerações sobre as próximas eleições presidenciais. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	433	Parecer nº. 634, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 141, de 2006, que submete à consideração do Senado Federal o nome da Senhora Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, para ser reconduzida ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.	371
IDELI SALVATTI			
Considerações acerca da inclusão social advinda com a aprovação do Estatuto do Idoso. Aparte ao Senador Paulo Paim.	151	Comentários sobre a participação de V. Exa. em evento no Planalto, realizado dia 30 de maio de 2006, onde o Presidente Lula recebeu importantes lideranças do setor têxtil brasileiro. Aparte ao Senador Roberto Saturnino.	381
Comentários sobre um estudo do Banco Mundial comparativo entre os programas de inclusão social de distribuição de renda implementados na América Latina.	153	Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006.	396
Registro da participação de S.Exa. em ato patrocinado por entidades que trabalham em favor da segurança alimentar, realizado no Auditório Petronio Portella.	153	Considerações acerca dos desentendimentos dentro da própria Oposição que acabam atrapalhando o trabalho da Casa, em especial à votação do Fundeb.	414
Solidariedade ao Senador Arthur Virgílio pela indignação que manifesta com relação à matéria dos jornalistas Policarpo Júnior e Otávio Cabral, publicada na revista <i>Veja</i> , com declarações desrespeitosas à pessoa de S.Exa. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	174	Voto de pesar pelo falecimento do Professor Daniel Koslowski Herz, no dia 30 de maio de 2006, em Porto Alegre.	420
Reiteração de alguns aspectos relativos aos procedimentos empresariais adotados pelo Sr. Daniel Dantas.	185	Registro da participação de S.Exa. em evento no Ministério da Saúde, em comemoração ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e da redução da Mortalidade Materna. Considerações a respeito do lançamento da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesária Desnecessária, no dia 30 de maio de 2006. Apresentação da “Agenda da Mulher”, programa do Governo que fará um controle de toda a questão da saúde da mulher, desde o seu histórico clínico e ginecológico até orientações médicas e exames preventivos.	423
Análise sobre reportagem do jornal <i>Valor Econômico</i> , referente ao crescimento do PIB brasileiro em 2006.	245	ÍRIS DE ARAÚJO	
Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	284	Requerimento nº. 606, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, dia 30 de maio de 2006, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão, e requer ainda que deste voto de pesar sejam cientificados o ex-Senador Hugo Napoleão e o Embaixador Aluisio Napoleão.	230
Comentários sobre a matéria publicada na primeira página do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 28 de maio de 2006, intitulada “Kroll recorreu à CIA para espionar Governo Brasileiro”.	287	Leitura de mensagem do professor goiano Aparecido José dos Santos, Presidente do Diretório	
Requerimento nº. 620, de 2006, que requer, nos termos da lei, inserção em ata de Voto de Pesar à família Schurmann, de Navegantes-SC, pelo falecimento da menina Katherine Schurmann, aos 13 anos de idade, vítima de pneumonia. Dos 5 aos 7 anos, Katherine acompanhou a família numa viagem de volta ao mundo, para reconstituir a circunavegação de Fernão de Magalhães, realizada entre 1519 a 1522.	354		

	Pág.		Pág.
Municipal do PMDB de São Luís de Montes Belos - GO.	319	Lula para fins de cunho político. Aparte ao Senador César Borges.	311
Comentários sobre a turbulência no mercado financeiro.	394	Registro da matéria intitulada “Por que essa bofetada em nós?”, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 8 de maio de 2006.	341
Requerimento nº. 630, de 2006, que solicita que seja concedida licença para V. Exa. visto que fora indicada para participar do XXI Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 8 a 10 de junho de 2006, na cidade de Buenos Aires, Argentina.	450	Comentários às denúncias feitas pela <i>Rede Globo</i> , onde mostra ao Brasil que todos os parques criados até o presente momento estão parados. .	384
JEFFERSON PÉRES		Considerações à matéria publicada pelo jornal <i>A Gazeta</i> , do Estado do Espírito Santo, sobre as questões ambientais envolvidas na exploração de petróleo e gás.	384
Preocupação com a economia brasileira e defesa de um acordo entre Governo e Oposição em favor dos interesses financeiros da Nação. Aparte ao Senador José Agripino.	71	Relato de V. Ex ^a . sobre projeto de autoria do Senador Gerson Camata, de emenda constitucional, pedindo que a criação de reservas ecológicas passassem a ser aprovadas em última instância no Senado Federal.	384
Felicitações ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão do Salário Mínimo. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	74	Comentários à análise de dados sobre os programas “Luz para Todos” e “Luz no Campo”, destinados à eletrificação rural, apresentados pelo Senador Rodolpho Tourinho em seu pronunciamento. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	391
Tristeza com o episódio deprimente que viveu a Câmara dos Deputados, quando um depoente, advogado, acusado de subornar um funcionário da Casa para servir a seus clientes narcotraficantes, replicou que: “aqui se aprende rápido a malandragem”.	285	Comentários sobre o lucro exorbitante obtido pelos bancos durante o Governo Lula. Aparte ao Senador Sibá Machado.	409
JOÃO ALBERTO SOUZA		Críticas ao gesto publicitário ridículo da ida do Presidente Lula a Manaus, para inaugurar a primeira solda do Gasoduto Coari-Manaus. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	436
Projeto de Lei do Senado nº. 166, de 2006, que altera o <i>caput</i> do art. 914 a Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor obrigação ao endossante pelo cumprimento da prestação constante do título por ele endossado.	10	Registro da matéria intitulada “Nem paraguaião segue Lula no Mercosul”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 13 de maio de 2006.	456
Participação de S.Exa. em inauguração de agência do INSS no Município de Grajaú, no Estado do Maranhão.	388	JOÃO TENÓRIO	
JOÃO BATISTA MOTTA		Registro do editorial intitulado “Hora de despertar”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 5 de maio de 2006.	86
Registro do editorial intitulado “Estabilidade e renda”, do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de maio de 2006.	84	Registro do artigo intitulado “A política externa ruiu”, de autoria da jornalista Suely Caldas, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de maio de 2006.	133
Registro do artigo intitulado “Beco sem saída”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 3 de maio de 2006.	144	Registro do editorial intitulado “Fronteiras confusas”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de maio de 2006.	204
Registro da matéria intitulada “Amorim: ‘Estranhemos muito’”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 12 de maio de 2006.	210	Registro do artigo intitulado “Teste de sintonia”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de maio de 2006.	347
Comentário às constantes propagandas enganosas utilizadas irresponsavelmente pelo Governo		Registro da matéria intitulada “Mantega fecha equipe com crítico do BC”, das jornalistas Juliana Sofia e Sheila D’Amorin, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 23 de maio de 2006.	453

	Pág.		Pág.
JOSÉ AGRIPINO			
Preocupação com a economia brasileira. ...	69	Comentários sobre o artigo intitulado “Do fracasso à humilhação”, de autoria do articulista Roberto Pompeu de Toledo, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 10 de maio de 2006.	346
Considerações sobre a reeleição do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe.	187	Comentários sobre a matéria intitulada “Silvinho diz que era mero ‘tarefeiro’”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 12 de maio de 2006.	454
Críticas ao Presidente Lula e sua política de contingenciamento de verbas.	187		
Comentários acerca do Projeto do Instituto Cidadania sobre segurança pública.	187	LEOMAR QUINTANILHA	
Comentário a respeito de requerimento a ser apresentado ao Presidente do TSE buscando informação a respeito do volume de propaganda do Governo veiculada pela televisão.	321	Denúncia das invasões ocorridas no Reflorestamento Água Azul II, próximo a Tucuruí, sudoeste do Estado do Pará, e pedido de punição severa à ação dos madeireiros ilegais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	68
Homenagem de pesar à D. Regina Napoleão, genitora do ex-Senador Hugo Napoleão.	321		
Comentários a respeito da manchete do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> acerca do 1 milhão de acampados sem-terra que estão nos registros do Incra como atendidos no Programa de Reforma Agrária.	321	LEONEL PAVAN	
Comentário sobre a primeira reunião do conselho político da candidatura de Geraldo Alckmin.	321	Registro da matéria intitulada “Caracas e La Paz rechaçam críticas do Brasil”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 11 de maio de 2006.	82
Críticas ao Programa Bolsa Família, oferecido aos acampados do MST em troca de votos aos candidatos do Governo.	321	Registro do editorial intitulado “Vergonha em Viena”, publicado pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 14 de maio de 2006.	148
Voto de aplauso à brasileira Zildete Leite dos Reis, cozinheira, que depôs na CPI dos Bingos, dia 31 de maio de 2006, denunciando esquemas de corrupção envolvendo altos nomes do Governo. ...	443	Registro da matéria intitulada “Delegado quer Waldomiro na cadeia”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 16 de maio de 2006.	211
Registro do entendimento político-partidário realizado no dia 31 de maio de 2006, entre o PFL e o PSDB, para o lançamento da chapa encabeçada pelo ex-Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, à Presidência da República.	443	Críticas ao Governo Federal por não liberar os recursos orçamentários para a saúde do Estado de Santa Catarina. Aparte ao Senador Alvaro Dias. .	260
		Pedido de publicação, no <i>Jornal do Senado</i> , de pronunciamento solicitando a agilização da tramitação do Projeto de Lei nº 183, de 2003, o qual permite que a pessoa jurídica que se dedica à atividade de representante comercial possa optar pelo Simples.	274
JUVÊNCIO DA FONSECA			
Comentários sobre a matéria intitulada “Bolívia nomeia diretores para a Petrobras”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006.	87	Questionamentos sobre o problema da fome no Brasil e as estatísticas divulgadas pelo Governo sobre o tema.	290
Comentário sobre a matéria intitulada “CPI intima Silvinho a depor sobre R\$1 bi no valerioduto”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006.	134	Críticas à postura adotada pela Senadora Ana Júlia Carepa de defesa cega ao Governo Lula e sua crença de que os recursos da Caixa Econômica Federal são distribuídos por que o “Lula quer”. Aparte ao Senador César Borges.	310
Comentários sobre o artigo intitulado “Opportunity denuncia tentativa de extorsão”, dos jornalistas João Domingos e Luciana Nunes Leal, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 11 de maio de 2006. Comentários sobre a matéria intitulada “STF nega pedido para não comparecer à CPI”, de autoria da jornalista Mariângela Gallucci, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 10 de maio de 2006.	205	Comentários à leitura da mensagem do professor goiano Aparecido José dos Santos, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de São Luís de Montes Belos - GO. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	320
		Considerações a respeito do aumento do número dos sem-terra verificados pela falta de uma política agrícola adequada, o que acaba expulsan-	

	Pág.	XI	Pág.
do o homem do campo, e por políticas clientelistas adotadas pelo Governo. Aparte ao Senador José Agripino.	324		
Comentários sobre o artigo intitulado “A arte de escrever”, de autoria do filósofo e professor gaúcho Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de maio de 2006.	340		
Comunicado do lançamento oficial das candidaturas de Geraldo Alckmin e José Jorge, pela coligação PSDB/PFL.	426		
Apelo em favor da liberação de recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Sul - Prodetur Sul, para o Estado de Santa Catarina.	446		
Registro do artigo intitulado “A esquerda e a América Latina”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de maio de 2006.	459		
LÚCIA VÂNIA			
Registro da matéria intitulada “País tem falta de pelo menos 254 mil docentes”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 30 de abril de 2006.	85		
Registro da matéria intitulada “Integrante da CNBB critica Bolsa Família”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 11 de maio de 2006.	146		
Considerações sobre as medidas emergenciais que o Governo Federal anunciou para tentar diminuir os problemas do setor agrícola.	146		
Comentários sobre o estudo intitulado “Segurança Alimentar”, realizado pelo IBGE, e registro da matéria intitulada “IBGE diz que 14 milhões de brasileiros passam fome”, de Robson Pereira, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 18 de maio de 2006.	206		
Registro da matéria intitulada “Folha lança novo projeto gráfico”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de maio de 2006. Comentários à notícia publicada hoje na <i>Folha de S.Paulo</i> , de que o governo planeja conceder o Bolsa-Família para os sem-terra.	344		
LUIZ OTÁVIO			
Projeto de Lei do Senado nº. 164, de 2006, que acrescenta o art. 11-A à Lei nº. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para excluir de sanção a pessoa portadora de deficiência que deixar de cumprir obrigações eleitoras.	4		
Parecer nº. 633, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 158,			
de 2006 (nº. 407/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (MD), no valor de até US\$12,000,000.00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização de Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II).			239
Projeto de Resolução nº. 37, de 2006, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II).			241
Valorização dos integrantes das carreiras de Advogado da União e de Defensor Público da União.			334
LUIZ PONTES			
Comentários sobre o editorial intitulado “Ecos do mensalão”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006.			92
Registro da matéria intitulada “Além do acaso”, de autoria do jornalista Reinaldo Azevedo, comentando o lançamento do livro “Arte da Política”, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada pela revista <i>Primeira Leitura</i> , edição de maio de 2006.			130
Transcrição nos Anais do Senado da matéria intitulada “A guerra nos porões”, do jornalista Márcio Aith, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006.			193
Comentários sobre a matéria intitulada “De doido ele não tem nada”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006.			334
Transcrição nos Anais do Senado da matéria intitulada “Revolta no Conselho”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006.			463
MAGNO MALTA			
Pedido ao Ministério da Saúde de um respirador para uma criança de sete anos, do Estado do Espírito Santo, que depende do aparelho para viver.			297
Considerações acerca da ação nefasta do PCC, que comanda a violência a partir dos presi-			

	Pág.		Pág.
dios, problemática que deve ser considerada um caso de segurança nacional, a ser amplamente discutida e combatida pela sociedade brasileira. .	297	Alerta para a necessidade de adoção de uma visão empreendedora dos negócios brasileiros e do combate à corrupção.	149
Requerimento nº. 619, de 2006, que requer, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do ex-Prefeito Hélio Carlos Manhães, ocorrido na terça-feira, dia 23 de maio de 2006. Requer, também, que seja levado ao conhecimento da família.	354	Apoio ao Senador João Batista Motta em sua manifestação de defesa contra as portarias absurdas do Ibama, que afetam, sobretudo, o projeto de auto-suficiência do País em gás natural. Aparte ao Senador João Batista Motta.	386
Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o Governo Brasileiro. Parabeniza o Senador Romeu Tuma e sua postura frente ao caso Kroll. Aparte ao Senador Romeu Tuma. ..	428	Considerações sobre o setor têxtil nacional, que vem enfrentando grandes problemas mercadológicos.	444
Comentário sobre a convenção do Partido dos Trabalhadores para a definição de seu candidato ao Senado, dando como certa a candidatura do Senador Eduardo Suplicy, o “puxador de voto” do PT. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	433	MARCO MACIEL	
Registro da aprovação em 31 de maio de 2006, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da nova Lei de Drogas do País.	438	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.	257
Necessidade de se investir numa infra-estrutura adequada na bacia de gás no Estado do Espírito Santo, capaz de resolver em curto prazo o problema da dependência energética com a Bolívia.	438	Considerações acerca da questão das reformas políticas e das reformas institucionais.	278
Justificação de requerimento encaminhado à Mesa, de voto de repúdio pelas afirmações e insinuações do Presidente da Bolívia, Evo Morales, bem como para que o mesmo seja considerado <i>persona non grata</i>	438	NEY SUASSUNA	
Questionamento sobre solução para os graves problemas mercadológicos que vem enfrentando o setor têxtil nacional. Aparte ao Senador Marcos Guerra.	445	Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	283
MÃO SANTA		Apoio ao Projeto de Lei, de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece diretrizes para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Redesim, em tramitação na Câmara dos Deputados.	305
Parecer nº. 637, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 144, de 2006 (nº. 367, 2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Ricardo Villas Bôas Cueva, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.	376	Abordagem sobre a realidade das teias burocráticas brasileiras que dificultam a vida do novo empresário.	305
MARCOS GUERRA		Requerimento nº. 624, de 2006, que requer, nos termos regimentais, que sobre o PLC nº. 67, de 2005, de autoria do Deputado Roberto Balestra, além da Comissão de Infra-Estrutura, constante do despacho inicial, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos.	356
Considerações a respeito do salário mínimo e do crescente desemprego no País. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	76	Leitura de nota de apoio a S.Exa. de autoria de 92% dos integrantes da Bancada do PMDB. ...	409
Considerações acerca do momento difícil por que passa o País.	149	Preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos hospitais e pelos profissionais envolvidos com a saúde na Paraíba.	409
		PAPALÉO PAES	
		Registro do artigo intitulado “Lula, seu galinheiro e o milharal”, de autoria do economista	

Pág.	Pág.
Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de abril de 2006.	91
Registro das matérias intituladas “As mil e uma faces de Lula em crise”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 6 de maio de 2006 e “Um mensalão para a Bolívia”, de autoria do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, publicado pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 9 de maio de 2006. .	127
Registro da matéria intitulada “Banditismo e Podridão”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 24 de maio de 2006.	198
Registro da matéria intitulada “O crime compenhou”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de maio de 2006.	337
Registro da matéria intitulada “Estamos perdendo para a Argentina”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 24 de maio de 2006.	461
PAULO PAIM	
Registro da presença de participantes do Encontro Nacional de Secretários e Secretárias Municipais em Educação, que objetivam a aprovação urgente do Fundeb.	55
Informações sobre as reuniões para discussão do caso da empresa aérea Varig.	55
Registro da audiência pública realizada em Porto Alegre para discutir política de renda, salário mínimo, benefícios de aposentados e pensionistas e a cruzada nacional para a derrubada do fator previdenciário.	55
Participação em reunião com entidades do Rio Grande do Sul sobre o salário-mínimo. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	76
Saudação pela realização do Segundo Fórum Nacional Extraordinário promovido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, em Brasília.	104
Homenagem ao PDT, que comemorou aniversário no dia 12 de maio. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	116
Considerações sobre a crise que afeta a Varig.	150
Comentários a respeito da participação do Presidente Lula na 1ª Conferência Nacional dos Idosos, realizada em Brasília, entre os dias 23 e 26 de maio de 2006.	150
Considerações sobre a redução da jornada de trabalho, sem diminuição de salário, como fonte geradora de emprego e solicitação de apoio à Proposta de Emenda à Constituição 75, de 2003, de autoria de S.Exa.	254
Requerimento nº. 627, de 2006, que requer, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº. 17/2004, de autoria de V. Exa. , dos Projetos de Lei do Senado nº. 263 de 2003, do nº. 176 de 2000 e do nº. 295 de 2003, de forma a retornar sua tramitação autônoma.	356
Saudação ao Senador Edoardo Pollastri, radicado no Brasil e eleito Senador na Itália, presente no Congresso no dia 31 de maio de 2006.	396
Lamento pelo falecimento ocorrido ontem, em Porto Alegre, de Daniel Koslowiski Herz, Diretor da Federação Nacional de Jornalistas.	420
Análise sobre o pacote agrícola do Governo e expectativa de que a produção no campo ganhe fôlego e volte à sua normalidade.	420
Considerações acerca da situação dos aposentados no País e comunicado sobre a realização da Assembléia Legislativa do Amazonas para a discussão do fator previdenciário.	420
Solidariedade à família do Diretor-Geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, pelo falecimento de seu irmão Nicanor Maia.	420
PEDRO SIMON	
Críticas à cúpula do PMDB. Manifestação desapontamento com os rumos que o PMDB está tomando.	118
RAMEZ TEBET	
Solidariedade à Senadora Serys Slhessarenko acerca dos esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	284
Críticas à falta de projetos de desenvolvimento para o País no momento atual, sendo preciso agir imediatamente e parar com o pensamento “ <i>Brasil, País do futuro</i> ”. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	317
Comentários a respeito da manchete do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> acerca do 1 milhão de acampados sem-terra que estão nos registros do Incra como atendidos no Programa de Reforma Agrária. Aparte ao Senador José Agripino.	323
Cumprimentos ao Senador César Borges, pela assunção à Presidência da Comissão Mista Temporária destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas.	411
Considerações acerca da importância da Comissão Mista Temporária para sistematizar projetos	

XIV

	Pág.		Pág.
sobre saneamento, em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.	411	Considerações a respeito da questão da violência promovida pelo crime organizado, dando destaque para a necessidade de reestruturação da segurança pública no Brasil. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.	54
RENAN CALHEIROS		Homenagem ao Senador Paulo Paim por sua luta em favor dos trabalhadores e sua defesa à reestruturação da Varig. Aparte ao Senador Paulo Paim.	57
Projeto de Lei do Senado nº. 174, de 2006, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o artigo 150, §5º, da Constituição Federal.	358	Comentário sobre a problemática da ação nefasta do PCC, que comanda a violência a partir dos presídios. Aparte ao Senador Magno Malta. ..	298
ROBERTO SATURNINO		Considerações acerca da questão da aplicação de recursos financiados pela Caixa Econômica Federal em obras de saneamento pelo País. Aparte ao Senador César Borges.	309
Comentários a declarações do Senhor João Manoel Durão Barros, Presidente da Comissão Europeia, sobre o avanço do populismo na América Latina.	379	Parecer nº. 635, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº. 142, de 2006 (nº. 365/2006, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luis Fernando Rigato Vasconcelos, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.	372
RODOLPHO TOURINHO		Considerações a respeito do lançamento da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesária Desnecessária. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	424
Restabelecimento da verdade em relação à questão da eletrificação rural no País.	291	Cumprimentos ao Senador Magno Malta pela aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da nova lei das drogas.	426
Requerimento nº. 628, de 2006, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº. 277, de 2004, com o PLS nº. 113, de 2006, por regularem a mesma matéria.	356	Confirmação da coligação do PSDB e do PFL, indicando o Sr. Geraldo Alckmin como candidato a Presidente da República e o Senador José Jorge, como Vice-Presidente.	426
Projeto de Lei do Senado nº. 175, de 2006, que acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispensar o empregador doméstico do pagamento da indenização ali prevista.	365	Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o Governo Brasileiro.	426
Projeto de Lei do Senado nº. 176, de 2006, que altera a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências”, para o fim de incluir mais um tipo penal à referida lei.	367	SÉRGIO GUERRA	
Apoio ao Senador João Batista Motta em sua manifestação de defesa contra as portarias absurdas do Ibama, que afetam, sobretudo, o projeto de auto-suficiência do País em gás natural. Aparte ao Senador João Batista Motta.	385	Parecer nº. 631, de 2006, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre a Mensagem nº. 133, de 2006, (nº. 324/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Enildo Meira de Oliveira Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.	13
Análise de dados sobre os programas “Luz para Todos” e “Luz no Campo”, destinados à eletrificação rural.	390	Registro da matéria intitulada “Raízes do novo populismo na América Latina”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 7 de maio de 2006, e registro do artigo intitulado “Lula agravou o erro estratégico”, de autoria do jornalista Ribamar Oliveira, publicado	
ROMEU TUMA			
Projeto de Lei do Senado nº. 167, de 2006, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº. 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos.	13		

	Pág.		Pág.
no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 8 de maio de 2006.	89	Registro da regularização fundiária para áreas de até quinhentos hectares ocupadas por pessoas que estejam sobre terras públicas.	281
Registro das matérias intituladas “Força reúne 1,2 milhão de pessoas e ataca Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 2 de maio de 2006 e “Eis o resultado da política externa de Lula”, publicada pela revista <i>Exame</i> , edição de 10 de maio de 2006.	138	Considerações a respeito do lançamento da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e à Redução da Cesária Desnecessária, no dia 30 de maio de 2006. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	424
Registro da matéria intitulada “Ele voltou - e com estrondo”, de autoria do jornalista Matheus Leitão, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 15 de maio de 2006.	200	SIBÁ MACHADO	
Registro da matéria intitulada “Crise boliviana traz problema inédito para a diplomacia”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 15 de maio de 2006.	339	Encaminhamento de discurso sobre os 25 anos da Embrapa Hortaliças.	57
Registro do artigo intitulado “A verdade que falta”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , do jornalista Carlos Heitor Cony, edição de 11 de maio de 2006.	460	Defesa à política econômico-financeira do Governo. Aparte ao Senador José Agripino.	72
SERYS SLHESSARENKO		Considerações acerca dos programas de bolsas de compensação social. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	75
Liberação de recursos pela Eletrobras para a construção do linhão Querência - Vila Rica.	80	Divulgação de dados do Governo Lula sobre a alta na criação de empregos com carteira assinada e a queda na dívida interna.	77
Considerações sobre a importância da região do Araguaia, chamada agora de Araguaia Norte.	80	Homenagem ao Dia do Geógrafo. Solicitação de transcrição, nos Anais do Senado, dos artigos intitulados “Dia 29 de maio e o Dia do Geógrafo. Mas o que significa ser Geógrafo?” e “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”.	260
Destaque para a necessidade de aprovação urgente do Fundeb.	80	Reclamação sobre o pedido de publicação da matéria sobre o Dia do Geógrafo no <i>Jornal do Senado</i> , que não foi atendido.	382
Preocupação com a manchete da <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulada “Mato Grosso é campeão mundial de fogo”.	80	Resposta às críticas feitas ao Ibama no pronunciamento do Senador João Batista Motta. Aparte ao Senador João Batista Motta.	386
Projeto de Lei do Senado nº. 168, de 2006, que acrescenta o art. 1.815-A à Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para determinar, nos casos de indignidade, que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno, e dá outras providências.	218	Comentários à análise de dados sobre os programas “Luz para Todos” e “Luz no Campo”, destinados à eletrificação rural, apresentados pelo Senador Rodolpho Tourinho em seu pronunciamento. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	392
Projeto de Lei do Senado nº. 169, de 2006, que acrescenta o art. 790-A à Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para impedir que autor, co-autor, ou participe do homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização, e dá outras providências.	219	Reflexão sobre dados divulgados pelo IBGE referentes aos números do Brasil e de sua economia, que mostram que as dificuldades econômicas estão sendo superadas.	408
Registro da chegada à Casa da Medida Provisória que dispõe sobre a reestruturação das carreiras do Banco Central e de outras instituições. .	281	TASSO JEREISSATI	
Esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S.Exa. na lista dos “Sanguessugas”.	281	Requerimento nº. 605, de 2006, que requer nos termos do item 12, alínea c, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº. 151, de 2005 que “Altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes ao Ministro do Turismo para isentar a exigência de visto de entrada de turista de países	

	Pág.		Pág.
com os quais o Brasil deseja manter grandes relações comerciais através do turismo, e dá outras providências.”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além das Comissões constantes do despacho inicial. ..	229		
TIÃO VIANA			
Comentários sobre a grave crise de ordem moral que afeta a política brasileira. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	176		
Cumprimentos ao Presidente do Senado pela instalação da Comissão Mista destinada a sistematizar os Projetos de Lei sobre saneamento, em tramitação no Congresso Nacional. Aparte ao Senador César Borges.	306		
VALDIR RAUPP			
Projeto de Lei do Senado nº. 170, de 2006, que altera o art. 20 da Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos.	220		
Projeto de Lei do Senado nº. 171, de 2006, que altera o art. 723 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência.	222		
Projeto de Lei do Senado nº. 172, de 2006-COMPLEMENTAR, que altera a Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores.	357		
		VALMIR AMARAL	
		Apresentação de matéria publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição do dia 6 de janeiro de 2006, sobre as emanações de gás natural no vale do rio Paracatu, afluente do São Francisco, no oeste do Estado de Minas Gerais.	330
		Considerações acerca da auto-suficiência do País na produção de petróleo.	330
		Comentários a respeito das reservas de gás natural da plataforma continental na bacia de Santos, litoral de São Paulo, como sendo uma questão de decisão econômica se construir a infra-estrutura necessária para atingir a auto-suficiência brasileira nesse insumo energético.	330
		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
		Alerta para a necessidade da criação de um caixa único para atender todo o Ensino Básico e distribuir os recursos destinados à Educação da melhor maneira possível. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	115
		Leitura de comunicado da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia-MG dirigido a S.Exa. e ao Senado Federal, com os cumprimentos à Casa pela iniciativa de votar projetos relacionados à área de segurança.	118
		Repúdio à atitude praticada pelo Deputado Gabeira na reunião do dia 30 de maio de 2006, para discutir mudanças na Comissão de Orçamento, onde atacou covardemente o Presidente, Senador Renan Calheiros.	423
		Considerações sobre a notícia de uso da CIA pela Kroll para investigar o Governo Brasileiro. Parabeniza o Senador Romeu Tuma e sua postura frente ao caso Kroll. Aparte ao Senador Romeu Tuma. ..	428